SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 14 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3615

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
ATO DE SUSPENSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Acórdão nº 2188/26 – Tribunal Pleno, proferido no Processo nº 289750/26 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que **determinou, em caráter cautelar, a suspensão imediata dos efeitos do Pregão Eletrônico nº 007/2025 e da Ata de Registro de Preços nº 003/2026**, até ulterior deliberação;
CONSIDERANDO que a decisão determina ao CIEDEPAR que se abstenha de celebrar novos contratos, emitir ordens de fornecimento, autorizações de compra, empenhos ou praticar quaisquer outros atos destinados à execução do objeto licitado;
CONSIDERANDO que o CIEDEPAR apresentará os esclarecimentos técnicos, jurídicos e administrativos requeridos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando demonstrar a regularidade e a lisura do procedimento licitatório;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam **suspensos, a partir desta data, todos os efeitos do Pregão Eletrônico nº 007/2025 e da Ata de Registro de Preços nº 003/2026**, inclusive novas adesões e quaisquer atos destinados à execução do objeto, em estrito cumprimento ao Acórdão nº 2188/26 – Tribunal Pleno.
Art. 2º A presente suspensão permanecerá vigente até ulterior deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 3º Dê-se ciência à empresa detentora da Ata, **MAKER EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**., aos órgãos interessados e aos demais interessados.

Curitiba, 11 de setembro de 2026.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR
(Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná)

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:14D207D2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026
Processo Adm: Nº 083/2026
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de sistemas de comunicações, com fornecimento de link de dados por fibra óptica para acesso à internet e telefonia móvel 4,5g/5g, incluindo instalação, manutenção e configuração de servidor de internet, homologado pela ANATEL e sem limite de tráfego de dados, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município de Boa Esperança do Iguaçu- PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 49.882,80 (quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos): **DENDENA & CIA LTDA** (00418728000138) com o lote: 1 no valor total de R$ 49.882,80 (quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 11 de setembro de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:B9E2C6B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE - ARP 196/2025

Ata de Registro de Preços 196/2025
Termo Aditivo de Prazo e Reajuste: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 71/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, ESTABELECIDA NA RUA IGUATEMI, S/N PINHEIRINHO NA CIDADE DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestações de serviços em equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e outros relacionados, com fornecimento de peças e calibração de equipamentos, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 12/09/2026 à 12/09/2027.
Valor do reajuste: 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento)
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu,11 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F77A138F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE - ARP 197/2025

Ata de Registro de Preços 197/2025
Termo Aditivo de Prazo e Reajuste: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 71/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: MGA ASSISTENCIA TECNICA E CALIBRACAO LTDA, ESTABELECIDA NA AVENIDA ARQUITETO NILDO RIBEIRO DA ROCHA, Nº 808, PARQUE DA GÁVEA, NA CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestações de serviços em equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e outros relacionados, com fornecimento de peças e calibração de equipamentos, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 12/09/2026 à 12/09/2027.
Valor do reajuste: 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento)
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu,11 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:3FB3B3FF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
PORTARIA Nº 20, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

A **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO,** ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso III, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR e dá outras providências;

CONSIDERANDO o constante do Memorando nº 4.604/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o art. 1º da Portaria nº 19, de 26 de agosto de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º CONCEDER à servidora Nataly Klabunde, matrícula funcional nº 62-3, ocupante do cargo de Analista Legislativa, dez dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, para fruição no período de 14 a 23 de setembro de 2026."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 19/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho/PR, datado e assinado digitalmente.

(Assinado Digitalmente)
LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho

Publicado por:
Danilo Dos Santos Pinto
Código Identificador:13CF4667

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90058/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E BANDEIRAS PARA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 900058/2026 (SRP 987503 - 22/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 28 de setembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual de aquisição de materiais de expediente e bandeiras para o Município de Chopinzinho. Valor máximo estimado: R$ 747.502,19 (setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dois reais e dezenove centavos). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:EF2BA828

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2026

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 66/2026. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Pedreira Santiago Ltda. CNPJ: 77.744.134/0001-41. Objeto: Dilação do prazo de execução contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias. Novo prazo de execução: 13/03/2027. Origem: Concorrência Presencial nº 90007/2026. Fundamento Legal: Artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21. Data da assinatura: 11/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Moises de Gasperin, pela Empresa

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:5941DB67

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO A ARP Nº 264/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo a ARP nº 264/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Panificadora Biach Ltda. CNPJ: 77.744.282/0001-66. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 1 (um) ano, reajuste de valores conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como alteração da Gestão e Fiscalização. Novo Prazo: 14/09/2027. Valor Total do Aditivo: R$ 623.079,36 (seiscentos e vinte e três mil, setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 90066/2025. Fundamento Legal: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Artigo 299 do Decreto Municipal n° 73/2023. Data da assinatura: 11/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Thalia Gabrieli Capelli, pela empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:C47E96AC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 945-2026 - RETIFICAÇÃO FÉRIAS GLAUCIA DANIELI DIAS ADORNES

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 945/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no

uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.870/2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Glaucia Danieli Dias Adornes, matrícula funcional nº 3370-4, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04 de setembro de 2025 a 03 de setembro de 2026, para fruição em dois períodos, sendo:
- 1º Período de 20 (vinte) dias - de 14 de setembro de 2026 a 03 de outubro de 2026;
- 2º Período de 10 (dez) dias - de 05 a 14 de julho de ~~2026~~ 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:59815B1A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 950-2026 - RETIFICAÇÃO FÉRIAS GILMAR DE ALMEIDA

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 950/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 3.067/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de ~~10 (dez)~~ 20 (vinte) dias ao servidor Gilmar de Almeida matrícula funcional nº 3653-4, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Esportes, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2025 a 1º de janeiro de 2026, para fruição de 14 de setembro de 2026 a 03 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E267760D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 955-2026 - REPUBLICAÇÃO FÉRIAS RITA DE CASSIA MAFIOLETTI

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 955/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.812/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Rita de Cassia Mafioletti, matrícula funcional 1554-6, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2024 a 21 de maio de 2025, para fruição de 14 a 23 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:1CAE9F34

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 956-2026 - NOMEAÇÃO LOTAÇÃO CLAUDIOMIR GASPAR DA MAIA

PORTARIA Nº 956/2026

Nomeia servidor temporário e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 140/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Claudiomir Gaspar da Maia, RG/CPF nº 038.***.**9-50 SESP/DF, chamada através do Edital de Convocação nº 160/2026, para exercer o cargo Temporário de Educador/Cuidador Social, percebendo vencimentos mensais correspondentes ao nível básico do cargo efetivo, a partir de 11 de setembro de 2026.

Art. 2º. Lotar o servidor Claudiomir Gaspar da Maia, matrícula funcional nº 4047-8, ocupante do cargo Temporário de Educador/Cuidador Social, junto à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos/Departamento de Gestão SUAS/Divisão de Proteção Social Básica/CRAS Nossa Senhora Aparecida, a partir de 11 de setembro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALI
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E6F9B508

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 957-2026 - FÉRIAS RODRIGO CENTOFANTE

PORTARIA Nº 957/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.941/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Rodrigo Centofante, matrícula funcional nº 2188-2, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 1º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2026, para fruição de 11 de setembro de 2026 a 10 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E2295F59

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 958-2026 - SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA CHEFE DA DIVISÃO DE CENTRAL DE ÓBITOS-ADRIANA CASAGRANDE

PORTARIA Nº 958/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012,

CONSIDERANDO a solicitação inicial e o despacho 1, do Memorando Eletrônico n.º 4.892/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Adriana Casagrande, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 1451-4, para ocupar o cargo de Chefe da Divisão de Central de Óbitos, vinculado ao Departamento de Gestão SUAS/Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, mediante função gratificada FG-6, em substituição à servidora Marciane Gielow, durante o período de fruição de férias desta, qual seja, de 08 a 17 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C7B58162

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 291-2026 - RETIFICA PROVENTOS DE APOSENTADORIA

DECRETO Nº 291/2026

Retifica proventos de aposentadoria por invalidez.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO PREVCHOPIM – Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO: O "Apontamento Preliminar de Acompanhamento" constante no Sistema de Gestão de Acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que apontou inconsistência no cálculo dos proventos de aposentadoria da servidora Maria Bernadete Neckel.
DECRETA:
Art. 1º - Retificar o artigo 2º do Decreto 044/2025, de 17 de janeiro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Decreto nº 044/2025
...
Art. 2º - A fixação do valor dos proventos mensais de aposentadoria em R$ 1.068,49 (um mil e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), calculados conforme o art. 79 da Lei 3.589/2016, acrescido do valor de R$ 449,51 (quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), atendendo ao disposto no § 4º do Art. 54, também da Lei 3.589/2016, com revisão na mesma data e proporção que o servidor efetivo ativo.
Art. 2º - A presente retificação não ocasiona efeitos financeiros, uma vez que o valor dos proventos retificados permanece abaixo do valor mínimo de que trata o § 4º do Art. 54 da Lei 3.589/2016, devido e recebido pela beneficiária no período.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Unidade Gestora do PREVCHOPIM, PR, 11 de setembro de 2026.

ALECSON PIASSA
Diretor-Presidente do PREVCHOPIM

Publicado por:
Geris Andrei Spadari
Código Identificador:CF9F25ED

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2026

MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de Clínica Veterinária, para futuros e eventuais tratamentos quimioterápicos e castrações de cães com TVT (Tumor Venéreo Transmissível) e gatos, em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 23/09/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 11 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:F47C5374

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 154/2026

PORTARIA Nº. 154/2026
DE 28/08/2026

SÚMULA: Revoga efeito de Portaria e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

R E S O L V E

Art. 1º Revogar a partir de 31 de agosto de 2026, os efeitos da Portaria 211/2021, que concede gratificação a servidor de cargo efetivo.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:F4D56C02

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 155/2026

PORTARIA Nº 155/2026
DE 01/09/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de setembro de 2026, a Senhora **Fernanda Areias Ventura**, inscrita no CPF nº. 063.133.979-59, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe do Departamento de Ação Social, símbolo CC – 3, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:6B93FB2F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 156/2026

PORTARIA Nº 156/2026
DE 01/09/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de setembro de 2026, o Senhor **Marcos Alves da Silva**, inscrito no CPF nº. 053.766.179-47, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, símbolo CC – 2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:B95E9FBB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 157/2026

PORTARIA Nº 157/2026
DE 01/09/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de setembro de 2026, o Senhor **Felipe Afonso Moreira**, inscrito no CPF nº. 093.730.589-83, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, símbolo CC – 4, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:E946CE93

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
ATO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
Trata-se, em síntese, de procedimento administrativo de dispensa de licitação destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de pneus automotivos novos, medida 225/45 R17, e a prestação dos serviços de montagem de pneus, vulcanização, conserto de roda de alumínio aro 17, balanceamento de rodas, alinhamento de direção, cambagem e aplicação de Tip Top em pneus, destinados à manutenção do veículo oficial da Câmara Municipal.

O Aviso de Dispensa foi publicado em 03/09/2026, no site oficial da Câmara de Vereadores, no Diário Oficial e em jornal impresso de grande circulação, com prazo para apresentação de propostas adicionais até as 14h do dia 10/09/2026.
Encerrado o prazo, não foram apresentadas propostas adicionais por meio do endereço eletrônico da Câmara de Vereadores ou mediante protocolo físico junto ao Poder Legislativo.

Dessa forma, considerando as propostas válidas apresentadas dentro do prazo estipulado no Aviso de Dispensa e no Termo de Referência, publicados em 03 de setembro de 2026, a proposta apresentada pela empresa Aldir Ganzala, com sede na Rodovia PR-473, nº 343, Sala 03, Centro, Cruzeiro do Iguaçu/PR, foi considerada a mais vantajosa para o Poder Legislativo, por atender aos requisitos estabelecidos e apresentar o menor preço global.

Valor total: **R$ 8.720,00 (oito mil e setecentos e vinte reais)**

Diante do exposto, eu, Juliano Morelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR, no uso das atribuições que me são conferidas, RATIFICO o presente procedimento de Dispensa de Licitação nº 008/2026.

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:45340354

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6596-2026

DECRETO Nº 6596/2026

Decreta estabilidade servidor concursado.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art. **41º** da Constituição Federal combinado com o Art.**15º** da Lei Municipal nº **073/1994**.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a estabilidade do servidor nomeado mediante **CONCURSO PÚBLICO** e, que completou três **(03)** anos de efetivo exercício, conforme abaixo descrito:

NOME:	RG:	DATA ADMISSÃO
EDUARDO GABRIEL C. MELO DOS SANTOS	12.968.***-*	05/09/2023

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:25DA9614

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8020-2026

PORTARIA Nº 8120/2026

Designa leiloeiro oficial para a condução de leilão público do município de Cruzeiro do Iguaçu, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO a realização de procedimento de credenciamento destinado à contratação de leiloeiro oficial para a realização de leilões de bens do Município;
CONSIDERANDO o resultado do procedimento de Credenciamento nº 001/2026, Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 035/2026 e o Contrato nº 077/2026;
CONSIDERANDO a habilitação e o credenciamento do Leiloeiro Oficial Sr. ADALBERTO SCHERER FILHO, inscrito na Junta Comercial do Estado do Paraná sob a matrícula nº 21/329-L;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. ADALBERTO SCHERER FILHO, Leiloeiro Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 21/329-L, para atuar na condução do Leilão Público nº 001/2026, destinado à alienação dos bens pertencentes ao Município de Cruzeiro do Iguaçu, nos termos do respectivo edital e da legislação aplicável.

Art. 2º Compete ao Leiloeiro designado praticar os atos necessários à realização do leilão, observando rigorosamente as disposições do edital, do instrumento de credenciamento, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º O Leiloeiro deverá conduzir o certame com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência, eficiência e demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Art. 4º A atuação do Leiloeiro observará as condições, responsabilidades, remuneração e demais obrigações estabelecidas no procedimento de credenciamento e no respectivo instrumento contratual, quando houver.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Eletronicamente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Datado e Assinado Eletronicamente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:2431A971

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8121-2026

PORTARIA Nº 8121/2026

Concede Função Gratificada.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1165/2017** de **19/04/2017**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **TATIANE APARECIDA DO PRADO GULHAK**, portadora do RG.8.560.***-*, do Quadro Único de Pessoal, nomeada através do Decreto nº 2619/2011 de 01/04/2011 - função Auxiliar de Tributação, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, função gratificada "Agente de Contratação", Nível G-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado eletronicamente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Datado e Assinado Eletronicamente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:04EA09B7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8122-2026

PORTARIA Nº 8122/2026

Revoga a Portaria nº 7992/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7586/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7992/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7586/2025, de 03 de dezembro de 2025, que designou a servidora **RENATA CRISTINA CURZEL**, portadora do RG:10.384.***-*, nomeada através do Decreto nº 6344/2023 de 25/09/2023, cargo Oficial Administrativo para responder pelo Cargo em Comissão de Assessora Setorial de Cadastro - FCe 7, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7586/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:A9E4E991

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8123-2026

PORTARIA Nº 8123/2026

Revoga a Portaria nº 7982/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7588/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7982/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7588/2025, de 03 de dezembro de 2025, que designou o servidor **ANTENOR BELLETINI**, portador do RG:13.842.***-*, nomeado através do Decreto nº 5652/2024 de

02/04/2024, cargo Motorista para responder pela função gratificada de Chefe do Departamento de Agendamento, vinculado à Secretaria de Saúde - FCe 6, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7588/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:D06B5881

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8124-2026

PORTARIA Nº 8124/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria de Administração, conforme segue:

Servidor: **VILMAR POSSATO DUARTE**
Função: **Assessor de Políticas Públicas**
Cidade: **Curitiba – PR**
Datas: **14 a 17/09/2026**
Quantidade de Diárias:**02 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 888,92**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 50% = R$ 222,23**
Justificativa: **a) Operação de Crédito para contrapartida de obras, junto à Fomento Paraná. b) Na SEDEF, verificar a sequência dos projetos de construção da Creche de Foz do Chopim e do CRAS em Cruzeiro; c) Na SECID, encaminhamento da proposta de compensação ambiental do Programa Asfalto Novo, Vida Nova.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:ED144E25

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8125-2026

PORTARIA Nº 8125/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias a servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria de Educação, conforme segue:

Servidora: **MARGARETE INÊS CAPPELLESSO VIGANÓ**
Função: **Coordenadora Geral de Educação**
Cidade: **Curitiba – PR**
Datas: **14 a 16/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 444,46**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 50% = R$ 222,23**
Justificativa: Agenda técnica no Consórcio Ciedepar e assinatura da Premiação do Programa Municipal de incentivo e valorização dos professores.

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se E
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:48D7FB94

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES/PR

PORTARIA N.º 007/2026

SÚMULA: Concede férias à servidora efetiva do Poder Legislativo do Município de Enéas Marques/PR.

Sidmar Onofre, Vereador Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, artigo 98 e seus parágrafos da Lei Municipal 106/2023, de 24/10/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos de Enéas Marques) e artigo 4º, § 3º da Lei 1129/2019, de 12/02/2019,(Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Funcionários do Poder Legislativo Municipal de Enéas Marques)

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva do Poder Legislativo Municipal, **Gislaine Albino *Schneider***, RG nº. 6.602.491-1, CPF/MF nº. 031.345.029-33, Agente de Serviços Técnico Contabilista conforme segue:

	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	Nº. DE DIAS
Gislaine Albino *Schneider*	02/07/2024 a 01/07/2025	14/09/2026 a 28/09/2026	15

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

SIDMAR ONOFRE
Presidente da Mesa Diretora

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Janete Sozi Galo
Código Identificador:DC5CA697

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
Extrato de Inexigibilidade de Licitação
Processo Administrativo nº. 049/2026
Modalidade: Inexigibilidade nº. 012/2026
Embasamento legal: *"Com fulcro na Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; Dispositivo I; aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"*
Objeto: Contratação de empresa na condição de Distribuidora e Assistência Técnica Autorizada JCB, para prestação de serviços de manutenção preventiva e revisão de garantia de 2.000 horas, incluindo o fornecimento e substituição de peças, componentes, filtros, óleos, acessórios e demais itens originais necessários, visando assegurar o adequado funcionamento, a segurança operacional e a preservação da garantia dos equipamentos Retroescavadeira Hidráulica JCB RETRO 3CX, séries nº 3423386 e 3424399, e RETRO 4CX, série nº 2162862, pertencentes à frota do Município de Enéas Marques/PR, COM VALOR DE R$ 47.951,11 (quarenta e sete mil novecentos e cinquenta e um reais com onze centavos).
Fornecedor: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ n.º 05.063.653/0002-14. **Endereço:** AV ARACY TANAKA BIAZETTO - 15532, SANTOS DUMONT, CASCAVEL/PR, CEP: 85.804-605.
Endereço Eletrônico: gilberto@engepecas.com.br
Representante: NIVEA MARIA GUISSO GUIA
Documentos da fase interna e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço/horário: Avenida Joaquim Bonetti, 579, nos dias úteis, de Segunda à Sextafeira, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0**46)92000-7392, pelo portal da transparência através do link https://eneasmarques.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo

ENÉAS MARQUES, 11 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Amanda Morcelli Fiorentin
Código Identificador:86965AA3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
O Município de Fênix torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 30 de setembro do ano de 2026, na plataforma www.licitanet.com.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal e Distrito Bela Vista do Ivaí	Pavimentação CBUQ	37.632,76 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.fenix.pr.gov.br e na plataforma www.licitanet.com.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Fênix, 11 de setembro de 2026.

NILSON CRISTIANO MEIRA ALEIXO
Agente de Contratação

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:FB248338

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL -01/2026 - PSS

EDITAL Nº 01/2026

Súmula: Convoca candidatos aprovados em Processo Seletivo Simplificado,(PSS) conforme Edital de Resultado nº 14/2026.

O Prefeito Municipal de Fênix, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS), divulgado pelo **EDITAL Nº 14/2026 de 30 de julho de 2026**, resolve convocar os aprovados, conforme relação anexa a comparecerem na Prefeitura Municipal na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação deste Edital, munidos dos seguintes documentos:

1ª Fase - Habilitação para o cargo: apresentar os **documentos originais e cópias** conforme relacionados abaixo:

Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
Cópia do Título de Eleitor;
Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Cópia do documento de Identificação;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF
02 (duas) fotografias 3X4 recentes;
Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho (s), menores de 14 (quatorze) anos;
Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
Cópia do comprovante de residência;
Número do PIS/PASEP;
Declaração de que não infringe o Art. 37, XVI da CF (Acumulação de Cargos e Funções), e ainda quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no Art. 37, §10, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/98;
Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da Administração;
Cópia do Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida;

2ª Fase - Se o candidato convocado apresentar os documentos exigidos na **1ª fase** será submetido ao exame médico pré-admissional, que analisará a sanidade física e mental. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela Prefeitura Municipal de Fênix, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:
o) Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto a Prefeitura Municipal de Fênix juntamente com os exames;
p). Demais exames médicos - laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato;

Prefeitura do Município de Fênix, 14 setembro de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR REGENTE

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE
DAISA SENA RUBLESKI	1º	Ampla Concorrência
CAROLINE XAVIER DE OLIVEIRA	2º	Ampla Concorrência

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE
MONICA DE SOUZA DE OLIVEIRA	1º	Ampla Concorrência
PRISCILA ANDRESSA SCOLARI	2º	Ampla Concorrência

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:D1608F9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PMAS 2026-2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 82/2026

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PMAS 2026-2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, Estado do Paraná, Senhor **Euripedes Molina Tasca Junior**, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 30 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
CONSIDERANDO as disposições da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029 constitui instrumento de planejamento da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento sistemático da execução das ações, metas e indicadores estabelecidos no PMAS 2026-2029;
CONSIDERANDO a importância do monitoramento e da avaliação para o aperfeiçoamento da Política Municipal de Assistência Social e para o fortalecimento do planejamento e do controle social;

DECRETA:
Art. 1º
Fica instituída a **Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029**, como instância responsável pelo acompanhamento sistemático da execução das ações, metas e indicadores estabelecidos no Plano.
Art. 2º
A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Dayane Fernanda de Sá Molina, representante da Gestão da Política de Assistência Social;
II – Beatriz Rabelo Tomeix, representante da Proteção Social Básica;
III – Scheila Trindade de Almeida, representante da Vigilância Socioassistencial;
IV – Rosilene Aparecida de Oliveira, representante do Cadastro Único/Programa Bolsa Família;
V – Carla Sturion Rodrigues, representante dos Benefícios Socioassistenciais;
VI – Josy Neres Figueredo Goulart, representante do Planejamento/Gestão;
VII – Elaine Cristina Damata, representante dos trabalhadores do SUAS;
VIII – Ana Paula Zaki Biff, representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Parágrafo único. A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 3º
Compete à Comissão:
I – acompanhar a execução das ações e metas previstas no PMAS 2026-2029;
II – monitorar os indicadores e os resultados alcançados;
III – verificar o cumprimento das metas previstas para cada exercício;
IV – identificar dificuldades, riscos e eventuais necessidades de adequação das ações;
V – propor medidas para o cumprimento e aperfeiçoamento das metas estabelecidas;
VI – sistematizar as informações referentes à execução do Plano;
VII – elaborar relatório periódico de acompanhamento, monitoramento e avaliação;
VIII – encaminhar os relatórios ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para conhecimento e apreciação.
Art. 4º
O acompanhamento e o monitoramento do PMAS serão realizados **no mínimo anualmente**, sem prejuízo de avaliações periódicas sempre que necessárias.
Parágrafo único. As atividades de acompanhamento e monitoramento deverão ser registradas em atas, relatórios ou outros documentos que permitam comprovar a execução e os resultados alcançados.
Art. 5º
O monitoramento deverá considerar, sempre que aplicável:
I – as ações executadas;

II – as metas previstas e alcançadas;
III – os indicadores estabelecidos no PMAS;
IV – os recursos previstos e executados;
V – as dificuldades encontradas;
VI – as medidas adotadas para correção ou aperfeiçoamento;
VII – os resultados e impactos das ações desenvolvidas.

Art. 6º
A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão, disponibilizando os dados e informações necessários ao acompanhamento do PMAS.

Art. 7º
O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS exercerá suas competências de controle social, cabendo-lhe apreciar os relatórios de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMAS 2026-2029.

Art. 8º
A Comissão permanecerá constituída durante todo o período de vigência do **PMAS 2026-2029**, podendo sua composição ser alterada mediante ato do Poder Executivo, quando necessário.

Art. 9º
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:0FB3F3D3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 573/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada:

- **PAULA ANTUNES BEZERRA NACAMURA**, matrícula nº 1021 – Referentes ao exercício: 2020/2025. Conforme dispõe o Artigo nº 113-A da Lei Municipal nº 323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 14/09/2026 à 13/10/2026.

Ficando 30 (trinta) dias de Licença a desfrutar posteriormente.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:E87ABB14

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE 2026

CONVOCAÇÃO PARAAUDIÊNCIA PÚBLICA

A Administração Municipal de São Jorge D'Oeste convida a população em geral e especialmente, os Vereadores, e os membros da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores para a Audiência Pública visando a apresentação dos resultados do segundo quadrimestre de 2026 em cumprimento ao disposto no § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
A Audiência realizar-se-á excepcionalmente nas dependências da Câmara Municipal de vereadores, na Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, 753, Piso Superior - Centro, São Jorge D´Oeste-PR, no dia **25 de Setembro de 2026 às 09:00horas**.

São Jorge D'Oeste, 11 de setembro de 2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:49595C16

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 15/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO INTERNO Nº 47/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 24/09/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de vigas e pranchas de eucalipto, bem como de materiais de britagem, incluindo pedra bica corrida, pedra graduada, pedrisco, pedra rachão e pó de pedra, para atendimento das necessidades de manutenção de pontes, tubulações e estradas vicinais da Secretaria de Viação e Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos do Município de São Jorge D'Oeste - PR.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 24 de setembro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 11/09/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:20447579

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA 23/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 023/2026

Objeto:
Contratação, por DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021), em caráter emergencial, de empresa: ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.895.286/0001-28, localizada no logradouro Rua Expedicionário Holz, nº 550, Bairro América, CEP 89.201-740, Joinville/SC, objetivando a administração, gerenciamento e confecção/fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale

alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.019/2022, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 1.458.386,70 (um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação.
São Jorge D'Oeste – Pr, 11/09/2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:4293E78E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COMPRASGOV Nº 11/2026 - INTERNO Nº 06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
MODALIDADE: Contratação registrado na plataforma Compras.Gov nº 11/2026, referente ao Edital de Concorrência Eletrônica interno n° 6/2026 e Processo Administrativo n° 172/2026.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de substituição de telhas de fibrocimento por metálicas, substituição de rufos "chapim", impermeabilização de calhas, substituição de pisos e revestimentos cerâmicos, substituição de luminárias, tratamento de infiltrações, pintura de paredes e tetos internos, pintura da fachada, pintura de muros e calçadas, e demais serviços conforme previstos para a Unidade Básica de Saúde do tipo 1, do bairro da Lapa, no município de São Jorge D'Oeste - Pr. Recursos obtidos através da Secretaria de Estado da Saúde pela Resolução SESA n° 388/2023 e habilitado pela Resolução SESA n° 1.392/2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e Decreto Municipal 3.927/2023.
EMPRESA VENCEDORA
1 – EXCELENCIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ 16.675.369/0001-34. Item: 01 – R$ 196.107,98. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 196.107,98 (Cento e noventa e seis mil e cento e sete reais e noventa e oito centavos).
São Jorge D'Oeste-PR, 11 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:10F28424

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 009 2025 DO PSS EDITAL Nº 004 2025

Edital de Convocação dos Aprovados 009/2026

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,
TORNAR PÚBLICO
1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**
70º	Shayanne De Almeida Ferreira	**10**	30h
71º	Ketlyn Fernandes Glienke	**10**	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:2B9F2772

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5033/2026 DESIGNA GESTOR E TESOUREIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto nº 5033/2026

Designa Gestor e Tesoureiro do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº 1.234/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam as pessoas abaixo designadas como gestor e tesoureiro do Fundo Municipal de Cultura - FMC, em atendimento ao disposto no art. 53 da Lei Municipal nº 1.207/2025, os servidores abaixo relacionados:

GESTOR: **Gelson Coelho do Rosário**, CPF Nº 064.733.219-18, RG Nº 4.089.678-3.

TESOUREIRO: **Felipe Rodrigo Livi,** CPF Nº 075.430.929-05, RG Nº 9.896.914-4.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:69FF9822

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Vereador DIEGO TRINDADE, juntamente com a Comissão de Finanças e Orçamento, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, convidam a população em geral a participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** de avaliação do cumprimento das **METAS FISCAIS** referente ao **Segundo Quadrimestre do ano de 2026**, a qual será realizada no dia 25/09/2026 às 14:45 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, na Rua Valentim Olivo, 727.

Saudade do Iguaçu, 11 de setembro de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente do Poder Legislativo

Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)

EDELVAN LAZARE
Presidente

Membros:

DELCI BAZZANELLA NATH

JOÃO PEDRO HARTMANN

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:D1D5A2CF

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Vereador DIEGO TRINDADE, juntamente com a Comissão de Finanças e Orçamento, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 141/2012 convidam a população em geral a participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** de apresentação do **RELATÓRIO DE GESTÃO DA SAÚDE** referente ao **Segundo Quadrimestre do ano de 2026**, a qual será realizada no dia 25/09/2026 às 14:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, na Rua Valentim Olivo, 727.

Saudade do Iguaçu, 11 de setembro de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente do Poder Legislativo

Comissão de Finanças e Orçamento(CFO)

DELVAN LAZARE
Presidente

Membros:

DELCI BAZZANELLA NATH

JOÃO PEDRO HARTMANN

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:2D56CD10

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

Processo Licitatório nº 04/2025
Dispensa de Licitação nº 04/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAUDADE DO IGUAÇU – PR.
CONTRATADA: E S VAZ PAISAGISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.543.148/0001-80.
OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 10/2025 e repactuação do valor contratual em razão da **Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028**, referente à prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio, conservação e higienização predial (zeladoria), com fornecimento de mão de obra, EPIs e uniformes, sem fornecimento de materiais de limpeza, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
VIGÊNCIA: De 16 de setembro de 2026 a 15 de setembro de 2027, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR: O valor mensal do contrato, anteriormente fixado em R$ 3.363,88 (três mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), passa, em razão da repactuação, para R$ 3.723,11 (três mil, setecentos e vinte e três reais e onze centavos). O valor total correspondente ao período prorrogado de 12 (doze) meses é de R$ 44.677,32 (quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001 – Câmara Municipal;
01.031.0001.2.001.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas;
3.3.90.37.00.00.00 – Locação de Mão-de-Obra – (1212);
3.3.90.37.02.99.00 – Limpeza e Conservação Demais Setores – Despesa (4577);
Fonte de Recurso: 1 – Recursos do Tesouro (Descentralizados).
DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.
FORO: Comarca de Chopinzinho – Estado do Paraná.
Saudade do Iguaçu – PR, 11 de setembro de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu – PR

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:52319154

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº163/2026 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº163/2026 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o Desmembramento, Unificação Subdivisão e/ou Fracionamento de imóveis dentro do Perímetro Urbano.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Decreto N° 73/2024, de 13 de maio de 2024

DECRETA:

Art. 1º. Autorizamos, em conformidade com o Protocolo Nº. 1.059/2026, datado de 10 de Setembro de 2026, o DESMEMBRAMENTO do Lote Urbano Nº. 12, da Quadra Nº. 29-A, do LOTEAMENTO SEDE, da Matrícula Nº. 2.713, com área de 1.000,00 m2, localizado no Perímetro Urbano deste Município de Saudade do Iguaçu, Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, com os fundamentados do Art. 41 e seguintes da LEI COMPLEMENTAR Nº. 37/2025, que passará a constituir o seguinte:

I – O Lote Nº. 12, da Matrícula Nº. 2.713, com área de 1.000,00 m2, passa a ser Parte do Lote Nº. 12, da Quadra Nº. 29-A, do Loteamento Sede, ficando com uma área total de 531,17 m2, em favor do Proprietário: ROSANE MARIA BERRA ZATT e JULIANO ZATT;

II - O Lote Nº. 12, da Matrícula Nº. 2.713, com área de 1.000,00 m2, passa a ser o Lote Nº. 12-A, da Quadra Nº. 29-A, do Loteamento Sede, ficando com uma área total de 468,83 m2, em favor do Proprietário: ROSANE MARIA BERRA ZATT e JULIANO ZATT.

III – Esta Autorização de Desmembramento está de acordo e em conformidade com a Planta Planimétrica e Memorial descritivo de: GEOMAPA SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, incluso e devidamente assinado pela responsável Técnico, FABIANO BARANOSKI – CRT-PR – 05696864902.

Art. 2º. A referida Autorização de DESMEBRAMENTO tem a finalidade de regularização de registros na Matrícula junto ao CRI da Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, sendo a presente Autorização expedida em favor do proprietário acima identificado.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:0781D276

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2026

O Município de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 023/2026, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, ORIGINAIS OU GENUÍNAS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MÃO DE OBRA MECÂNICA) PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, ÔNIBUS, MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ/PR, EM LOTES INDIVIDUALIZADOS. CRITÉRIO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE OS VALORES DA TABELA TRAZ VALOR. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 3.648.000,00. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 MESES".** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO **ocorrerá no dia 25 de setembro de 2026 às 09h00min, no site www.bll.org.br.** A íntegra o edital e outras informações poderão ser obtidas no endereço **licitacao@abatia.pr.gov.br**, em horário de expediente das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1222 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 11 de setembro de 2026**.**

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita

RICARDO JOSÉ DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:5E0D48DB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N 08-2026 DA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL REALIZADO DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2023, SOB O REGIME ESTATÚTARIO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL REALIZADO DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2023, SOB O REGIME ESTATÚTARIO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- a necessidade de suprir a mão-de-obra e a continuidade do serviço público;
- a eficiência e a conveniência administrativa;
- a necessidade de suprir a vacância dos servidores exonerados, por motivos de aposentadoria e a pedido;

RESOLVE: Convocar a candidata abaixo aprovada no Concurso Público Municipal regulamentado pelo Edital **nº 001/2023** de **19/12/2023**, homologado pelo Edital **nº 18.01/2023** em **30/04/2024**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia **03/05/2024**, **Edição 3015**. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Abatiá, no prazo de **10 (dez**) dias úteis**,** contados da data da publicação deste Edital, munidos de documento de identidade original junto com os documentos citados no **item 4** e **subitem 20.4**. do Edital **nº 001/2023**, nos horários das **08:30 às 11:30** e das **13:00 às 16:00h** para apresentação dos documentos e posterior posse e nomeação.

CANDIDATO CONVOCADO AMPLA CONCORRÊNCIA
CARGO – PROFESSOR

Nº	Classificação	Candidato	Nascimento	Modalidade
1	55 º	IRANI DE MORAES TARDELLI	05/06/1982	Ampla Concorrência

DA CONVOCAÇÃO

Para nomeação e posse no cargo, a candidata, além dos demais requisitos previstos no Edital, deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou Certidão de Casamento com as respectivas averbações, se for o caso.

b) Cópia do documento de Identificação (RG);

c) Cópia do CPF;

d) Cópia do Título de eleitor com o comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;

f) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (Folha de identificação onde constam número e série, e número do PIS/PASEP);

g) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;

h) Registro no respectivo órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR.

i) Carteira nacional de habilitação, quando se tratar de nomeação para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas;

j) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos; com número do CPF;

k) Certidão Negativa Criminal e Cível expedido pela Comarca onde reside;

l) Cópia do comprovante de endereço residencial atualizado;

m) Declaração negativa de acumulação de cargo público;

n) Declaração de bens;

o) número conta corrente ou salário do Banco do Brasil;

p) Atestado de Saúde Ocupacional (estar apto para a função, com boa saúde física e mental), no Médico (a) do Trabalho.

DOS REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO
São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores Efetivos do Município de Abatiá, Estado do Paraná:

a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

b) ter, na data da nomeação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

e) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a nomeação no cargo público;

f) não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei;

g) não perceber benefício proveniente de regime próprio de previdência social (art. 37 §10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

h) cumprir as determinações do edital nº 001/2023, ter sido aprovado no presente Concurso Público e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos para a nomeação.

OBS: O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Gabinete da Prefeita, em 11 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:A300EF07

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 81/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 81/2026
Processo Adm: Nº 298/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

Empresas vencedoras valor total: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais): R BORDIGNON COMERCIO DE PEÇAS (23651325000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), sexta-feira, 11 de setembro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:3E32B00A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 193/2026

Portaria Nº193, de 11 de setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
RESOLVE:

Artigo 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor(a) e Fiscal do Contrato **nº 41/2025** e respectivos termos aditivos, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ABATIÁ e a LUCANO INFRAESTRUTURA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.534.246/0001-44, decorrente do Processo de Concorrência nº 582/2024 –, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicáveis ao ajuste e as normas municipais pertinentes:

NOME	FUNÇÃO	MATRICULA
CLAYTON CARDOSO DE SIQUEIRA	Fiscal de Contrato (Titular)	314
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA NETTO	Fiscal do Contrato (Substituto)	1000310
GABRIEL CASTILHO DE GODOI	Gestor de Contrato	1000573

Parágrafo único. O Contrato nº 41/2025 tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA IGUAÇU E CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA CONFORME CONTRATO Nº 4100103/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ABATIÁ E O PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO BDI E QCI, NAS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, bem como os demais serviços e obrigações previstos no instrumento contratual e respectivos termos aditivos.

Artigo 2º- Compete a(o) Gestor(a) do Contrato coordenar e acompanhar a execução administrativa do ajuste, controlar sua vigência e alterações, analisar as informações e ocorrências apresentadas pela Fiscal, adotar as providências necessárias à regular execução contratual e encaminhar à autoridade competente as questões que ultrapassem suas atribuições.

Artigo 3º- Compete a(o) Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à efetiva prestação dos serviços, estrutura de pessoal, escalas, produção e demais documentos comprobatórios, registrando eventuais ocorrências e comunicando-as a(o) Gestor(a), bem como elaborando os relatórios e atestando a regular execução dos serviços, quando cabível.

Artigo 4º- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(a) Fiscal do Contrato deverão ser imediatamente comunicadas a(o) Gestor(a), que adotará as medidas pertinentes ou encaminhará a questão à autoridade competente.

Artigo 5º- Na hipótese de prorrogação da vigência do Contrato, ficam mantidas as designações previstas nesta Portaria enquanto não houver ato expresso de substituição, observado o período de efetivo exercício dos servidores designado **.**

Artigo 6º- O(a) Gestor(a) deverá comunicar à autoridade competente qualquer fato que impossibilite a Fiscal de continuar no exercício de suas atribuições, para que seja providenciada sua substituição formal.

Artigo 7º- A presente designação produz efeitos exclusivamente quanto aos atos de acompanhamento e fiscalização praticados a partir de sua vigência, não importando, por si só, em atribuição retroativa de responsabilidade aos servidores ora designados por períodos anteriores.
Artigo 8º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 11 de setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Reginaldo Aparecido Giolo
Código Identificador:F491F7F4

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 194/2026

Portaria Nº 194, de 11 de Setembro de 2026.

Dispõe sobre a convocação de servidor municipal para retorno ao exercício de suas funções, com interrupção do gozo das férias.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 12, de 18 de agosto de 1993, assegura ao servidor público municipal o direito às férias, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo;

CONSIDERANDO a necessidade excepcional do retorno do servidor para assegurar a continuidade das atividades da Contabilidade Municipal e o regular atendimento das demandas indispensáveis ao funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da continuidade do serviço público, que orientam a atuação da Administração Pública e impõem a adoção das medidas necessárias à regular prestação dos serviços públicos e à preservação do interesse público;

CONSIDERANDO que a interrupção das férias não implica do período regularmente adquirido, permanecendo assegurado ao servidor o gozo do saldo remanescente;

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES, Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a legislação aplicável,

RESOLVE: Art. 1º Fica interrompida, a partir de 14 de Setembro de 2026, o gozo das férias concedidas ao servidor **ALMIR SOARES TEIXEIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 263, ocupante do cargo efetivo de Contador, concedida por meio da Portaria nº 174, de 24 de Agosto de 2026, em razão da necessidade do serviço público.

Art. 2º O servidor deverá retornar ao exercício de suas atribuições no dia 14 de setembro de 2026, durante sua jornada regular de trabalho.

Art. 3º O período remanescente das férias interrompidas permanecerá assegurado ao servidor, para fruição na data de 15 de setembro de 2026, observada a necessidade do serviço e a conveniência da Administração Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 11 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:48FFB108

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 82/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 82/2026
Nº PROC. ADM. 297/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 03/09/2026 11:09
INÍCIO REC. PROPOSTA: 11/09/2026 14:00
FIM REC. PROPOSTA: 18/09/2026 13:00
INÍCIO DISPUTA: 18/09/2026 13:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 750,0000

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de serviços de diagnóstico eletrônico completo por scanner automotivo para três veículos da frota municipal, no raio de 50 km entre a sede da empresa e o município de Abatiá, tendo por objetivo gerar economia para a Administração Pública, considerando o deslocamento até o local da prestação do serviço.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DIgBgMUP0nUxHb1sAJmxJxFoZ5LsoSrE7L4_jjcQgxjp04CX_4WLp6gRYpXsdk4PIY9F0CRR93R2O4yJ4lQ53CHEMNOq6Vp_dCIZ8Q15EDVQ%3D

_____

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS
Abatiá-PR - 11/09/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:3E1908B6

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2026.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a homologação e adjudicação da "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL COM PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO SETOR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA DO SAMAE"**, nos termos da Lei n° 14.133/2021 e conforme exigências do Termo de Referência. Empresa contratada **SANEACAP**

- MEDICOES TECNICAS, COMERCIAIS E CAPACITACAO LTDA, CNPJ: 82.749.987/0001-06, CNPJ: 19.426.472/0001-39, com sede na Rua José Antônio Aranha, n° 298, CEP: 91.330-080, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Empresa detentora do fornecimento de serviços técnicos especializados, que atendem aos elevados padrões de qualidade exigidos e encargos com maior economia, inviabilizando a competição; com valor total **R$ 5.385,00 (Cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais).**

Abatiá – PR, 11 de setembro de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor SAMAE

Publicado por:
Willian Custodio Nogueira
Código Identificador:FB38FD46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 472/2026 - ADMISSÃO POR CARGO COMISSIONADO - ASSESSORA DE SERVIÇOS GERAIS - ZELI PONTES DOS SANTOS

PORTARIA nº 472/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ART. 1º – Admitir a Sra. **ZELI PONTES DOS SANTOS**, portadora da RG nº 15.866.210-8 PR para exercer o cargo comissionado de Assessora de Serviços Gerais, com vencimentos de Nível 101 – CC-07.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Por estar, diretamente, ligado à atividades de assessoria em serviços gerais**,**é quem controla a compra e a distribuição dos materiais necessários para a execução do trabalho. Realiza e participa de diligências, reuniões e pesquisas em sua área de atuação. Executa atividades assemelhadas e afins, quando solicitados, de maneira esporádica ou em projetos no qual estejam vinculados subordinados a um chefe de setor.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 14 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:11E38961

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 473/2026 - ADMISSÃO POR CARGO COMISSIONADO - DIRETOR DE FROTAS - SANDRO JUNIOR FICHER SANTOS

PORTARIA nº 473/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ART. 1º – Admitir o Sr. **SANDRO JUNIOR FICHER SANTOS**, portador da RG nº 7.026.123 PR para exercer o cargo comissionado de Diretor de Frotas, com vencimentos de Nível 101 – CC-20.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Dirige, coordena e orienta a execução e a fiscalização geral sobre as atividades dos veículos que prestam serviçosa Prefeitura Municipal de Adrianópolis; ordena o cumprimento pelos gestores de frotas das unidades, condutores e usuários, das obrigações relativas à conservação, manutenção, guarda dos veículos oficiais e zelo pelas condições técnicas e requisitos de normas vigentes, para que o veículo trafegue sempre com a documentação exigida pelos órgãos competentes; controla o arquivo das apólices de seguros, autuações e acidentes de trânsito (boletim de ocorrência); mantem cadastro atualizado dos motoristas e condutores; Controla o planejamento e o monitoramento de gastos; Administra custos operacionaisda frota, como gastos com combustível e eventualidades – multas. Gerenciamento, monitoramento, planejamento de despesas futuras e a identificação de oportunidades que a empresa tem emeconomizar. Analisa a relação de multas e performance de cada condutor, ou indicadores que compilam esses gastos mês a mês. Gerencia a manutenção dos carros – tanto apreventivaquanto a corretiva ouemergencial.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 14 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:17DDD0FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 474/2026 - ADMISSÃO POR CARGO COMISSIONADO - ASSESSORA DE GABINETE - FABIANA DE FREITAS LIMA

PORTARIA nº 474/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ART. 1º – Admitir a Sra. **FABIANA DE FREITAS LIMA**, portadora da RG nº 14.494.783-5 PR para exercer o cargo comissionado de Assessora de Gabinete, com vencimentos de Nível 101 – CC-18.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação; Prestar apoio e assessoramento ao prefeito no desempenho de suas atribuições, coordenando e organizando as atividades administrativas; Elaborar normas e manuais, visando à uniformização das atividades; Propor a edição de normas ou a alteração de procedimentos que visem à melhoria dos serviços e controles; Desempenhar atividades de assessoramento, envolvendo matérias de relevância política; Desenvolver trabalhos de natureza técnica para o gabinete; Interagir com as unidades organizacionais, a fim de que sejam implementadas as ações integradas necessárias ao atingimento dos objetivos estabelecidos pela administração; Desempenhar atividades de assessoramento intermediário e de coordenação de equipes envolvendo matérias relevantes para a gestão; Auxiliar o chefe de gabinete do prefeito no cumprimento de suas atribuições; Analisar os expedientes relativos à chefia de gabinete do prefeito e despachar diretamente com o chefe de gabinete do prefeito; Receber, selecionar e despachar correspondências dirigidas ao prefeito, sob supervisão da chefia de gabinete; Acompanhar reuniões do prefeito com Secretários e promover os registros em atas; Promover reuniões com os

responsáveis pelas demais unidades orgânicas de nível departamental do gabinete do prefeito; Auxiliar o chefe de gabinete do prefeito no controle dos resultados das ações do gabinete em confronto com a programação, expectativa inicial de desempenho e volume de recursos utilizados; Submeter à consideração do chefe de gabinete do prefeito os assuntos que excedam à sua competência; Promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao prefeito; Transmitir ordens e determinações do prefeito; e Exercer outras atividades compatíveis com a função, a critério da chefia imediata ou institucional.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 14 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:23547D9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 096/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos para o respectivo emprego público abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 14 de setembro de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
49º	Priscila Keli da Costa Leite	Professor	Ampla Concorrência
50º	Vanessa Larissa Guel	Professor	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
9º	Raimunda Gilcivanda Araújo	Psicólogo	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos convocados deverão apresentar:

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 11 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:8204B0DE

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 097/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º A candidata remetida para o final da ordem de classificação para o respectivo emprego público abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 14 de setembro de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Cassia Fabiola da Rocha Alves	Fonoaudiólogo	Ampla Concorrência

Art. 2º A candidata convocada deverá apresentar:

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;

k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 14 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9DCB3F35

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 094/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 090/2026, de 08 de setembro de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, a candidata ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
45º	Desire Aparecida de Souza	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 10 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:F42D068B

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 095/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 093/2026, de 09 de setembro de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, as candidatas ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
48º	Stella Chaves Alves Rodrigues	Professor	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
8º	Maria Rosinete Plachek	Psicólogo	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 11 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:7E228AD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE, PARA A GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, COM FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO.

Período: de 14 de setembro de 2026 a 16 de outubro de 2026, das 08h00min às 13h00min e das 12h00min às 17h00min.

Valor Máximo: R$ 33.838.875,89 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Data, horário e Local para Abertura da Sessão:
Dia 19 de outubro de 2026 às 09h00min.

Local: Departamento de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, sito a Avenida Emílio Johnson, 360 – Centro - Almirante Tamandaré/PR.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado através do site da prefeitura www.tamandare.pr.gov.br

Dúvidas/Esclarecimentos: Em caso de dúvida/esclarecimentos, a Organização Social poderá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, com os servidores Fernanda Gabardo, Nanci Aparecida de Almeida Rocha ou Mario Roberto, através do e-mail chamamento.saude@tamandare.pr.gov.br.

Almirante Tamandaré, 11 de setembro de 2026.

MARIO ROBERTO GURGEL KNOPKI
Presidente da Comissão Especial
para Seleção de O.S

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:690D6B97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 020/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 020/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 14/09/26 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 05/10/26 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO LOTE 1 DE ESTRADA RURAL / VICINAL EM CBUQ, 19.768,61 M2, RUA ALEIXO BROTO - BAIRRO MATO DENTRO, ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA".**

Valor Máximo: **R$ 5.548.793,50 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 11 de setembro de 2026.

PEDRO JUERGEN MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:38E15C80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 021/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 14/09/26 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 05/10/26 às 14h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO LOTE 1 DE ESTRADA RURAL / VICINAL EM CBUQ, 15.300,21 M2, BAIRRO MORRO AZUL, RUA ANTENOR MANFRON, ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA".**

Valor Máximo: **R$ 4.494.096,74 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, noventa e seis reais e setenta e quatro centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 11 de setembro de 2026.

PEDRO JUERGEN MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:9C685387

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CREDENCIAMENTO 005/2026 - ATA FINAL - ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS TÉCNICOS COM PONTUAÇÃO

ATA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA COM PONTUAÇÃO – ENVELOPE 02 E RESULTADO FINAL, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO PÚBLICO 005/2026 – INEXIGIBILIDADE 025/2026.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, no Departamento de Licitações, situado na Secretaria Municipal de Administração e Previdência no prédio anexo na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré/PR, localizada na Avenida Emílio Johnson, 360 – Centro – Almirante Tamandaré/PR, a Agente de Contratação Sandra Maria Cumin, designada pela Portaria nº 442/2026, elaborou a ata do resultado da análise dos documentos de habilitação técnica – Envelope 02, bem como o resultado final, referente ao Credenciamento 005/2026, que tem por objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA E INTEGRADA DE SERVIÇOS MÉDICOS, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE ATÉ 7.000 (SETE MIL) HORAS MENSAIS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO ASSISTENCIAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E DEMAIS SERVIÇOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA À SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E PROGRAMAÇÃO DEFINIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE",** em conformidade com o Edital e seus Anexos.

Conforme abaixo relacionado, foram habilitadas na primeira fase e tiveram a documentação referente ao Envelope 02 – Documentos de Habilitação Técnica – Com Pontuação analisados, as seguintes Licitantes:

Nº	LICITANTES HABILITADOS
01	CADI SERVIÇOS MÉDICOS S/A.
02	GAIA SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA.
03	HELPEMED SAÚDE LTDA.
04	SOUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

A documentação referente ao Envelope 02, que teve sua abertura em sessão pública realizada na data do dia trinta de julho do ano de dois mil e vinte e seis, foi encaminhada para a Comissão Técnica de Avaliação dos Procedimentos para a Contratação de Serviços Médicos, designada pela Portaria nº 119/2026, para que procedesse

com a análise da documentação contida nos envelopes apresentados pelas Licitantes habilitadas, conforme relação supracitada.

Após concluída a análise individual da documentação apresentada pelas Licitantes Habilitadas, a Comissão atribuiu a seguinte pontuação técnica:

Nº	LICITANTE	PONTUAÇÃO
01	CADI SERVIÇOS MÉDICOS S/A.	60 pontos
02	GAIA SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA.	50 pontos
03	HELPEMED SAÚDE LTDA.	60 pontos
04	SOUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	70 pontos

De acordo com o resultado da análise dos documentos do Envelope 02 e a atribuição da pontuação, realizadas pela Comissão Técnica de Avaliação, concluímos pela **DECLARAÇÃO DE VENCEDORA** da Licitante **SOUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, a qual obteve a maior pontuação, ou seja, **70 (setenta) pontos**.

Ressalta-se que a análise individual da documentação pode ser verificada no documento intitulado **ANÁLISE DA PONTUAÇÃO TÉCNICA,** que segue anexo no Portal da Transparência do Município de Almirante Tamandaré/PR: https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731/detalhe/9:18:2026_90_18 e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/76105659000174/2026/106

Fica desde já aberto o prazo para a interposição de recurso administrativo, nos termos da Lei 14.133/2021.

Reitera-se que o processo de total teor, encontra-se disponível no Portal da Transparência desta Prefeitura Municipal: https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731/detalhe/9:18:2026_90_18

Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrado o trabalho, do qual se lavrou a presente Ata, que vai assinada pela Agente de Contratação.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:51E9E5B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 304/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 304/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SANTANA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, RASTREAMENTO E TELEMETRIA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR"
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: A CONTRATAÇÃO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO, PERÍODO DURANTE O QUAL A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OCORRERÃO DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PODENDO O CONTRATO SER PRORROGADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
VALOR: R$ 46.440,00 (QUARENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 10/09/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
DOTAÇÃO	**DESCRIÇÃO**
06.01	**Secretaria Municipal de Administração e Previdência**
04.122.0004.2.013	Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 69
08.01	**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**
04.122.0004.2.023	Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 120
09.01	**Secretaria Municipal de Saúde**
10.301.0015.2.032	Atenção Primária em Saúde PAP
3.3.90.39.00 – 1347	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 152
3.3.90.39.00 – 1494	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 152
10.301.0015.2.037	Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.39.00 – 1343	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 160
10.301.0015.2.046	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 176
3.3.90.39.00 – 1303	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 176
3.3.90.39.00 – 1510	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 176
10.304.0016.2.041	Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.39.00 – 1494	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 201
10.305.0016.2.042	Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.39.00 – 1494	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 206
10.305.0016.2.044	Programa Agente de Endemias
3.3.90.39.00 – 1494	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 212
10.01	**Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social**
08.244.0010.2.049	Coordenação do Serviço Social
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 225
3.3.90.39.00 – 1934	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 225
3.3.90.39.00 – 1941	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 225
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.39.00 – 1941	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 232
08.244.0010.2.056	Manutenção do CRAS
3.3.90.39.00 – 1934	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 240
11.01	Secretaria Municipal de Educação
12.361.0018.6.008	Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.39.00 – 1102	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 287
12.361.0018.6.016	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00 – 1103	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 298
3.3.90.39.00 – 1104	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 298
12.361.0018.6.019	Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 307
3.3.90.39.00 – 1103	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 307
3.3.90.39.00 – 1104	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 307
12.01	**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**
27.812.0034.2.081	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 368
13.01	**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente**
20.606.0030.2.084	Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 383
13.02	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
18.541.0027.2.088	Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.39.00 – 1510	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 405
14.01	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
23.691.0031.2.092	Manut.do Gab.do Secretário de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 422
17.01	**Secretaria Municipal de Segurança**
04.122.0004.2.103	Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 450
20.01	Secretaria Municipal do Trabalho, Qualificação e Renda
11.334.0017.2.094	Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 493
21.01	Secretaria Municipal de Cidadania e Ouvidoria
04.122.0004.2.012	Ouvidoria
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 501
23.01	**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.39.00 – 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 534

Almirante Tamandaré,11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:27682693

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 295/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 295/2026
PARTES: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ELETRO CORDEIRO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ENERGIA SOLAR LTDA - ME.**
OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA TEMPORÁRIA DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE **180 (CENTO E OITENTA) DIAS**, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS OU MENORES PERÍODOS, CONFORME O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
VALOR: **R$ 43.299,76 (QUARENTA E TRÊS MIL DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).**
DATA DA ASSINATURA: **01/09/2026.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:28DA710D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 010/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, visando à aquisição de 03 (três) inscrições para o curso intitulado "Segurança Digital no Legislativo Municipal", a ser realizado nos dias 16,17 e 18/09/2026 na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas informações constantes no processo, ante as justificativas que se embasam com fundamento na alínea "f", inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 23-A da Lei 8.429/1992, resolve HOMOLOGAR a Inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo como contratada a empresaRAS - CONSULTORIA e TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 22.094.483/0001-73.

Para a efetivação da presente inexigibilidade se levou em conta a necessidade da realização do Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal, e pelas constantes alterações em nossa legislação.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná,08 desetembro de 2026

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:DB6C88D3

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 355/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR** a partir do dia 11 (onze) de setembro de 2026, o servidor **ANTONIO MOREIRA NETO**, brasileiro(a), maior, matrícula funcional nº 509090, do cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE DEFESA CIVIL CC-IV.

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:C7A71C8A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ - IPASMAP
PORTARIA 01-2026

PORTARIA Nº 01/2026

Súmula: Designa servidores do Município de Altamira do Paraná para comporem Comissão Especial destinada ao levantamento e avaliação dos bens patrimoniais pertencentes ao IPASMAP, em razão de cooperação técnica.

MARCELO PENHA GOIS, Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira do Paraná – **IPASMAP**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a existência de **cooperação técnica entre o Município de Altamira do Paraná e o IPASMAP**, bem como a necessidade de realização de levantamento, identificação e avaliação dos bens patrimoniais pertencentes ao Instituto,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados, para atuação junto ao IPASMAP, no âmbito da cooperação técnica firmada com o Município de Altamira do Paraná, os servidores municipais abaixo relacionados, para comporem **Comissão Especial de Levantamento e Avaliação dos Bens Patrimoniais do IPASMAP**:

FUNÇÃO	SERVIDOR	CPF
PRESIDENTE	SILVANO DA SILVA VAZ	031.235.819-93
TITULAR	JHENIFER DE OLIVEIRA INACIO	113.182.599-32
TITULAR	ROSEMERY APARECIDA BORGES	060.395.499-55
TITULAR	GUILHERME PEDRO DOS SANTOS	081.975.009-32
SUPLENTE	VANDERLEI ELISIO FELIX	018.151.969-04
SUPLENTE	CRISLAINE GALVAO TAVELA	060.394.559-77
SUPLENTE	JOÃO BATISTA DE SENE	434.543.729-68

Art. 2º A Comissão Especial terá por finalidade realizar o levantamento, a identificação, o cadastramento e a avaliação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao **IPASMAP**, inclusive a identificação dos bens que possam ser classificados como inservíveis.

Art. 3º A atuação dos servidores municipais designados por esta Portaria ocorrerá **em caráter de cooperação técnica com o IPASMAP**, não implicando alteração de seus vínculos funcionais com o Município de Altamira do Paraná.

Art. 4º A Comissão deverá realizar a avaliação dos bens considerando seu estado de conservação, condições de uso, características, vida útil, valor contábil e demais elementos necessários à adequada avaliação patrimonial.

Art. 5º Ao final dos trabalhos, a Comissão apresentará ao IPASMAP **relatório conclusivo**, contendo a relação dos bens avaliados, sua situação patrimonial, respectivos valores e, quando for o caso, a

indicação dos bens considerados inservíveis, acompanhada das respectivas justificativas.
Art. 6º O IPASMAP fornecerá à Comissão as informações, documentos e demais elementos necessários à realização dos trabalhos, bem como disponibilizará acesso aos bens objeto do levantamento e avaliação.

Art. 7º A Comissão deverá observar, no desenvolvimento de suas atividades, as disposições constantes do instrumento de **cooperação técnica firmado entre o Município de Altamira do Paraná e o IPASMAP**.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Altamira do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

MARCELO PENHA GOIS
Superintendente – IPASMAP

Publicado por:
Marcelo Penha Gois
Código Identificador:1E3544B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 198/2026 DE 09/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.990,00 (vinte e oito mil e novecentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.08.243.0014.6.114 Apoio ao Conselho Tutelar
492 - 4.4.90.52.00.00 31013 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 19.490,00 492 - 4.4.90.52.00.00 31501 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.500,00 Total Suplementação: 28.990,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:DBE4F135

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 199/2026 DE 09/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Decreta:

Suplementação
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.001.12.361.0013.2.043 Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental
282 - 3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
07.001.12.365.0013.2.048 Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil
304 - 3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO 10.500,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE 08.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.10.302.0010.2.062 Gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMUNPAR
404 - 3.3.72.39.00.00 9496 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 60.000,00
Total Suplementação: 80.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.001.04.122.0003.2.045 Manter a Gestão da Secretaria de Educação
264 - 3.1.91.13.00.00 1104 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS 5.000,00
266 - 3.3.90.14.00.00 1104 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 5.500,00
07.001.12.361.0013.2.043 Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental
287 - 3.3.90.47.00.00 1104 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 1.500,00
07.001.12.365.0013.2.048 Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil
301 - 3.1.91.13.00.00 1104 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS 4.000,00
303 - 3.3.90.14.00.00 1104 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 2.000,00
307 - 3.3.90.40.00.00 1104 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 2.500,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.10.302.0010.2.061 Manter a Gestão do Hospital Municipal
390 - 3.3.90.30.00.00 9496 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
395 - 3.3.90.39.00.00 9496 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

Total Redução: 80.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:454C90AD

LICITAÇÃO
ADENDO Nº 040 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO - 2026

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 222/2023, e a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Contratações – PAC é instrumento de planejamento que consolida as demandas previstas pela Administração Pública;

ONSIDERANDO a necessidade de Contratação de empresa especializada em Oficina de Capoeira, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:
Art. 1º Fica inserido ao Plano Anual de Contratações – PAC 2026 o objeto abaixo descrito:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Oficina De Capoeira, destinada aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Amaporã/Pr, por intermédio do Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos – SCFV, visando ao desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, educativas e socioassistenciais, promovendo a inclusão social, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos participantes e valorização da cultura afro-brasileira.

VALOR ESTIMADO**: R$ 16.800,00** (Dezesseis mil e oitocentos reais).

3 – PERÍODO ESTIMADO
É estimado que a contratação seja firmada no mês de outubro de 2026.

Amaporã/PR, 11 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:60A9E0F4

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Concurso Público nº 001/2025**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **14 a 18 de setembro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.
AMPLA CONCORRÊNCIA

Motorista

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Jessé Alves de Oliveira	074.259.909-46	0041423	175,00

Medico Clinico Geral – 40h

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	050.436.239-93	0041852	78,00

Técnico em Enfermagem

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Laide Zanelato Pereira	655.455.089-53	0042706	51,00

Os candidatos convocados para a contratação terão o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Amaporã, 11 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:E161BC9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
ERRATA / RETIFICAÇÃO DE DATA

No TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 073/2025 vinculado à Inexigibilidade nº 041/2025,
onde se lê a data 10 de setembro de 2026,

leia-se corretamente 5 de setembro de 2026.
Mantêm-se inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

Anahy/PR, 11 de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:06A6039F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2026. VINCULADO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 024/2026 DE 08/09/2026.

DA CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, com endereço à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz nº. 591, centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.594.800/0001-94, aqui denominado apenas CONTRATANTE, neste ato legitimamente representada pelo Sr. PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ARILSON BATISTA DE SOUZA, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.XXX.XXX-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.XXX.XXX-20. **DA CONTRATADA:** ALTREIDER EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.540.667/0001-42, com sede na Avenida do Canal, nº 165, Sala 2, 2º Andar, Centro, Cunha Porã - SC, CEP: 89890-000, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Valter Altreider, portador do RG nº 3.XXX.982 e inscrito no CPF sob o nº 892.XXX.XXX-72, E-mail: producoeseventos@gmail.com, WhatsApp: (49) 8816-7310. **OBJETO**: Contratação da empresa Altreider Eventos Ltda, representante exclusiva da GRUPO CHAMA, grupo artístico consagrado pela opinião pública, para a realização de apresentação musical durante as festividades de Réveillon no dia 31 de dezembro de 2026. **DO VALOR:** A Contratante se compromete a pagar á contratada R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) pelos serviços prestados. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: O pagamento será efetuado em conta corrente bancária da empresa, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado, que deverá ser enviada para o e-mail prefanahy_compras@hotmail.com; juntamente com os documentos que comprovem sua regularidade com os encargos sociais constituídos por lei. Será efetuado em duas parcelas, sendo uma de 50% em até 72 horas antes da apresentação e outra de 50% no próximo dia util após apresentação. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura. **DOTAÇÃO**: Vide contrato originário. **FORO**: Comarca de Corbélia – Paraná.

Anahy, 09 de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:608DD305

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2023 VINCULADO AO PREGÃO Nº. 041/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANAHY, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.594.800/0001-94, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente domiciliado na cidade de Anahy Paraná, Rua Duque de Caxias, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 764.217.169-20 e Portador da Cédula de Identidade nº. 5.341.856-2. **CONTRATADA:** a empresa **ALAN WAGNER BRAGA - INSTALADORA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº. 11.713.313/0001-03**, com sede a Rua Manaus, nº470, Centro, CEP: 85.410-000, na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor Alan Wagner Braga, Portador do RG sob nº 8.918.923-3 SSP-PR e CPF nº 040.956.789-25, residente e domiciliado na Rua Alagoas, nº 141, Casa, Nova Aurora – PR, CEP 85410-000. **OBJETO:** O objeto do presente instrumento Prestação de Serviços Elétricos e Serviços de manutenção de iluminação pública, substituindo luminárias, reatores lâmpadas reles e lâmpadas de super poste instalados em avenidas e praças iluminação rebaixados. Incluindo praças e locais públicos e instalações de iluminação novas. As quantidades e especificações constam no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 041/2023. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado em até 12 (doze) meses, **O PRAZO DA VIGÊNCIA** previsto no contrato n°. 104/2023 firmado em 20 de setembro de 2023. A prorrogação compreende o período entre 23/09/2026 à 23/09/2027. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA:** Quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, acordam as partes em repactuar o valor do contrato**.** O valor a ser atualizado, é o montante de **R$ 66.387,95(sessenta e seis mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos).** Aplicando-se o índice do se o índice do IGPM de **1,02% (um vírgula zero dois porcento)** acumulado entre o mês 09/2025 (início da vigência atual) até o mês 08/2026 (último mês com índice cadastrado), chega-se ao valor de **R$ 67.822,51 (sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos). CLÁUSULA TERCEIRA– DA JUSTIFICATIVA:** Conforme solicitação da empresa, memorando n° 257/2026 da Secretaria de Coordenação Geral e Parecer Jurídico em anexo. Embasado em Pesquisa de mercado comprovando vantajosidade e economicidade ao aditivo. **CLÁUSULA QUARTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93. **CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:** o Foro da Comarca de Corbélia - PR, **Anahy-PR, 11 de setembro de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:780419FC

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2026

O Prefeito Municipal de Anahy, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de Preços visando à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades dos Departamentos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Anahy/PR, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 028/2026, Registro de Preços nº 028/2026, conforme segue o vencedor:

Itens	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 33, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 52, 58, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 86, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117,	ZENAIDO SARTORI MERCADO CNPJ: 81.233.694/0001-09	R$ 435.505,35 (quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e cinco reais e trinta e cinco centavos).

118, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188		
2, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 39, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 65, 70, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 87, 91, 93, 94, 96, 100, 102, 105, 111, 114, 119, 122, 124, 131, 137, 138, 142, 149, 153, 157, 164, 166, 167, 173, 174, 175, 178, 181 e 189	REINERI & CIA LTDA CNPJ: 11.230.105/0001-53	R$ 384.778,44 (trezentos e oitenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).
VALOR TOTAL		**R$ 820.283,79 (oitocentos e vinte mil e duzentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos)**

Itens fracassados: 40, 43 e 80

Anahy-PR, 11 de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:6FE40538

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.554/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias ao servidor comissionado Marlon Raffael Pinto, portador do RG. 9.102.893-0/PR, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Administração, matrícula funcional nº 12085-1, lotado no Departamento de Administração.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 04 de novembro de 2024 à 03 de novembro de 2025, que serão gozadas de: 14 de setembro à 03 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:520032FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.341 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 11.341 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) autorizado pela Lei n°. 4.004 de 23 de dezembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, *Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,*

D E C R E T A :

Art. 1º *- Fica aberto "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**" nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:*

15. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ	
001. GABINETE DO SAMAE	
2.146. MANTER O GABINETE	
3.1.90.94.00.00.1002 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	*R$ 31.000,00*

Art. 2º *- Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:*

15. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ	
001. GABINETE DO SAMAE	
2.146. MANTER O GABINETE	
3.3.90.91.00.00.1002 SENTENÇAS JUDICIAIS	*R$ 31.000,00*

Art. 3° *- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:984F3BF8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.326 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 16 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal**ADRIANA GONCALVES RABITO** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 06-05-2024 a 05-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D92226A8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.327 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 11 dias de férias remanescentes, a partir do dia 15 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **ALLAN PIERRE BARBEZANI** ocupante do cargo de**FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,** referente ao período aquisitivo: 19-09-2024 a 19-09-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D813EFB1

GABINETE DA PREFEITA
REPUBLICADA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO ARTº 1 PORTARIA Nº. 20.325 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 16 de outubro de 2026, ao Servidor Público Municipal **MARCELO GODOY BERNARDINO** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 01-02-2023 a 31-01-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:B0B63C19

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 354/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11/09/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 11/09/2026

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RL-1C, DESTINADA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EMPRESA VENCEDORA:

CASA DO ASFALTO DISTR IND E COM DE ASFALTO LTDA, inscrito no **CNPJ: 06.218.782/0001-16** no valor total dos itens vencidos de **R$ 995.000,00** (novecentos e noventa e cinco mil reais).

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FE66C64E

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RESCISÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO do **CONTRATO Nº 086/2021 – PREGÃO N° 020/2021**, a partir do dia **11/09/2026**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIAS FIXOS E VIGIAS MOTORIZADOS EM PONTOS PRÉ-DEFINIDOS, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e **R. BRAGA ROSENDO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº. 39.504.080/0001-58, com fundamento no art. 79 inciso II da lei 8.666/93 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Andirá, 11.09.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

REGIANE BRAGA ROSENDO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:96C90159

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RESCISÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO do **CONTRATO Nº 123/2021 – PREGÃO N° 060/2021**, a partir do dia **11/09/2026**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (JARDINEIRO) ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO - MANTER PARQUES, PRAÇAS E JARDINS,** entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e **FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS,** inscrita no CNPJ sob nº. 18.701.404/0001-78, com fundamento no art. 79 inciso II da lei 8.666/93 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Andirá, 11.09.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C4C1FAF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS RECREATIVOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITORES, RECREADORES, ANIMADORES E PERSONAGENS TEMÁTICOS, BEM COMO LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE MÁQUINAS DE ALGODÃO DOCE E PIPOCA, SEM FORNECIMENTO DOS INSUMOS, PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS E ÀS ATIVIDA-DES PROMOVIDAS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 15/09/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 29/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 29/09/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 11 de setembro de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:54A999FE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 11/2024

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E FLEXPONTO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **13/09/2026** e término em **12/09/2027**, com fundamento no Art. 107 da Lei nº14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de valores na importância de **R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais**), com fundamento no Art. 106, I e II da Lei 14.133/2021.
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 11/09/2026

DISPENSA ELETRÔNICA N° 11/2024

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:C1927FAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavanderia hospitalar, compreendendo a coleta, transporte, processamento, higienização, desinfecção, secagem, passagem, dobragem, embalagem e entrega de roupas hospitalares, incluindo enxovais, campos cirúrgicos, vestimentas, toalhas, lençóis, fronhas, cobertores e demais artigos têxteis utilizados nas unidades de saúde municipais, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, especialmente as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), visando garantir condições adequadas de higiene, controle de infecções, segurança dos pacientes e qualidade dos serviços prestados pela rede municipal de saúde de Antonina/PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10h00 do dia 14/09/2026 às 08h30 do dia 29/09/2026.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/09/2026 às 09h00

DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 11 de setembro de 2026.

JOÃO PAULO NUNES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:F7EC45BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2026 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 011/2026, homologado pelo Decreto n.º 172/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Terapeuta Ocupacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 1084/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **15/09/2026, às 09h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **TERAPEUTA OCUPACIONAL** ou, alternativamente, formalizar a opção de desistência. Conforme consta no item 9.3 do edital, **não será facultado o pedido de final de lista.**

De acordo com o Processo n.º 22709/2026, fica disponibilizada a seguinte vaga:

LOCAL	N.º DE VAGAS	TURNOS
Secretaria de Saúde – Espaço de Atendimento Infantojuvenil Pequeno Girassol.	1	De segunda a quarta-feira, das 08h às 17h, e quinta-feira, das 08h às 14h.

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
1°	PRISCILLA DALVA DOS SANTOS SILVESTRE	18964/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação – CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, quando aplicável;
13) Inscrição e regularidade perante o órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Exame médico ocupacional, a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal N.º 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:35943339

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2025 - ENFERMEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, homologado pelo Decreto nº 203/2025, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Enfermeiro e Técnico em Saúde, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n° 16.063/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **15/09/2026, às 09h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ENFERMEIRO** ou, alternativamente, pela opção de desistência, conforme consta no item 9.3 do edital, **não será facultado o pedido de final de lista.**

De acordo com o processo n.º 21.692/2026 – SMS, fica disponibilizada a seguinte vaga:

LOCAL/FUNÇÃO	N.º DE VAGAS	TURNO
Secretaria Municipal de Saúde - Ferista	01	De segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
24°	ANTONIA BEATRIZ SOUSA GOMES	22314/2025

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4 colorida, recente, podendo ser arquivo digital;
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação – CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,

Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, quando aplicável;
13) Inscrição e regularidade perante o órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Exame médico ocupacional, a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal n.º 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:B1C6DEF6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 639/2026

PORTARIA N.º 639/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 10/2024 - Processo Administrativo N.º 24442/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 10/2024, pelo prazo **15/09/2026 a 14/09/2027.**

PATRICIA DE FRANÇA
Matrícula: 542038
Cargo: PSS – TRAB EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR
Lotação: SMECE – CMEI Brincando e Criando
Processo nº: 22511/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:465C54BB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 640/2026

PORTARIA N.º 640/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 006/2024 - Processo Administrativo N.º 8231/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 006/2024, pelo prazo de **09/09/2026 a 08/05/2027.**

RAFAELA FREITAS DE LIMA
Matrícula: 541989
Cargo: PSS – ENFERMEIRO
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde – Centro Médico Bom Jesus
Processo nº: 22595/2026
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 10 de setembro de 2026

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:8ABA94E0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 641/2026

PORTARIA N.º 641/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos dos processos administrativos n.º 31077/2025 e 32482/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Arquivar o processo administrativo n.º 31077/2025 e consequente absolvição do servidor, matrícula nº. 40641, com fulcro nos termos do Art. 58 da Lei 1.306/2023, sendo a presente decisão gravada pela cláusula *rebus sic standibus*, com fundamento no Art. 58 § 2º.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balsa Nova, 11 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:8BBFD9B8

GABINETE
DECRETO N° 180/2026

DECRETO N° 180/2026

SÚMULA: *"Designa em substituição ao seguinte membro do Conselho de Alimentação Escolar – CAE – Gestão 2025 - 2029."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e atendendo ao disposto no Processo Administrativo n° 22839/2026.

Art 1º. Designa em substituição o seguinte membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE – Gestão 2025 – 2029, tratada pelo Decreto nº 152, de 10 de maio de 2025.

IV: representante indicado por entidades civis organizadas, eleito por assembleia especifica:

Designa - Suplente 2: Edirlene Aparecida Iavorski Cabral
Substituição - Suplente 2: Izabel Cristina Bonato

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterada as demais disposições do Decreto nº 152, de 10 de maio de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 11 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:79FABC7A

GABINETE
DECRETO Nº 178/2026

DECRETO Nº 178/2026

SÚMULA: "Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de 223,88 *m², destinada para a construção do poço 07, para captação subterrânea e designado "Gleba A", denominado "Purunã", conforme especifica e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo artigo 116, inciso I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal de Balsa Nova, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 19423/2026, e pelo artigo 87, itens V e Vl, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a retificação do Decreto Nº 0141/2017 ficando correta a descrição da área de terra abaixo, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto-Lei no 3365 de 2'l de junho de 1941, alterado pela Lei no 2.786 de 2'1 de maio de 1956. Area:223,88m², Proprietário: Valeria Aparecida Padovani de Souza ou a quem de direito possa pertencer, Situação: parte de um imóvel rural com a área de 71.421 ,00m' (Setenta e um mil e quatrocentos e vinte e um metros quadrados) designado "Gleba A", denominado "Purunã", com a área de 7,142'lha, localizado no município de Balsa Nova, Foro Regional de Campo largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba , Estado do Paraná, cadastrado no lNCRA sob o nº 7O1 .033.285.2O0-Í. CIB 0.969.069-7, com as medidas e confrontações da planta e memorial descritivo, elaborados pelo Responsável Técnico, Rodrigo Marcelo Torres, registro 03300778999. A parte corresponde a 223,88m² de atingimento da Captação subterrânea - Poço 07, constante da matrícula no 66.662 do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo com a seguinte descrição: com início no perímetro do vértice OUEM- í.2222, de coordenadas UTM N 7185920.024 m e E 629168.027 m ou coordenadas Geográficas Lat. 25"26'17.114" S Long. 49'42'55.5850" W, situado no alinhamento predial da Estrada Municipal (BNV-169), e na divisa com Mineração Spréa LTDA; deste, segue confrontando com Mineração Sprea LTDA de matrícula 3680; com os seguintes azimutes e distâncias: 3'16'26" e 11 .92 m até o vértice í , de coordenadas N 718593í.924 m e E 629'168.708 m; deste, segue confrontando com Valeria Aparecida Padovani de Souza de Matrícula 66.662; com os seguintes azimutes e distâncias: 86'17'04' e 17.15 m até o vértice 2, de coordenadas N 7185933.035 m e E 629í85.8í9 m; 181"37'39" e 5.96 m até o vértice 3, de coordenadas N 7í85927.072 m e E 629185.649 m; 88'55'02" e 13.58 m até o vértice 4, de coordenadas N 7í85927.329 m e E 629199.222 m; '109"17'04" e 5.45 m até o vértice 5, de coordenadas N 7í85925.530 m e E 629204.363 m; deste, segue confrontando com Estrada Municipal (BNV-169); com os seguintes azimutes e distâncias: 269"42'32' e 4.94 m até o vértice DUEV-6532, de coordenadas N 7185925.505 m e E 629199.426 m; 261'19'50" e 25.53 m até o vértice DUE-V6531, de coordenadas N 7185921.657 m e E 629'174.189 m; 255"09'26" e 6.37 m até o vértice DUE-M-12222.de coordenadas N 7185920.024 m e E 629168.027 m, vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma extensão de 90.90 m, com área total de 223.88 m2 ou 0.02239 ha. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa UFPR monitorado pelo RBMC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N 7.'184.223,309 m e E677.878,516 m, Meridiano Central 51o WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SlRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM. O referido projeto foi elaborado pelo Técnico em Agrimensura Guilherme Tanferi portador do CREA PR - 64.457 fiD através da ART no 2016537'1í 80.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, destina-se a desapropriação para CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA - Poço 7 de Balsa Nova.

Art. 3º - Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR- a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da captação de Balsa Nova na área descrita no Art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º - Fica reconhecida a conveniência da desapropriação em valor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, ficando lhe assegurado o direito de acesso a área compreendida no artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º - O ônus decorrente da desapropriação da área a que se refere o art. 1º deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:3FD9EA39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO ESTAGIARIOS

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2026

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO Nº 001/2026
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a homologação do Resultado Final/Classificação Final divulgada por meio do Edital nº 04.001/2026, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008 e da Lei Municipal nº 2739/2025, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo de Estágio nº 001/2026 abaixo relacionados:

ART. 1º - DOS CANDIDATOS CONVOCADOS
Ficam convocados os seguintes candidatos aprovados, respeitada a ordem rigorosa de classificação final:

CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Ensino Superior)			
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
1º	86361	GUSTAVO JOSE PRADO FERNANDES	95
CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Ensino Superior)			
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
1º	86446	JOÃO ABEL FAVARO DELGADO	95
FARMÁCIA (Ensino Superior)			
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
1º	86286	MIKAELY EMERICK RAMOS PIRES	100
INFORMÁTICA / TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Ensino Superior/Técnico)			
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
1º	86356	ADRYAN HENRIQUE MORIGI DE MELO	80
PEDAGOGIA (Ensino Superior)			
Class.	**Cod. Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Nota Final**
1º	86288	DIOVANA SOUZA TEOTÔNIO	100
2º	86332	LETICIA DA ROCHA SOUZA	95
3º	86289	ANDREIA DOS SANTOS MARINHO RIBEIRO	95
4º	86355	MARCIA DE FATIMA DA SILVA	95
5º	86284	CAMILA DE FREITAS SANTOS	90

ART. 2º - PRAZO DE MANIFESTAÇÃO E COMPARECIMENTO
Os candidatos convocados no Art. 1º deverão comparecer à **Secretaria de Recursos Humanos,** localizada no Paço da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, no prazo improrrogável de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de publicação deste Edital, no horário regular de expediente da Prefeitura, para manifestar interesse na aceitação da vaga de estágio.

ART. 3º - PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DO CONTRATO
1. O candidato aprovado e convocado terá o seu pré-contrato gerado pelo Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR).
2. O estudante deverá acessar ao **Portal do Estudante no site do CIEE/PR**
(www.cieepr.org.br), navegar até a opção **Contratos > Pré-Contratos,** anexar a
Declaração de Matrícula Atualizada e aceitar formalmente a candidatura à vaga.
3. O candidato convocado deverá comprovar o atendimento a todos os requisitos do item 2.1 do Edital de Abertura nº 001/2026, dentre os quais:
- Idade mínima de 16 (dezesseis) anos;
- Estar regularmente matriculado e frequentando curso compatível (vedada a contratação com matrícula trancada);
- Não ter estagiado por período igual ou superior a 2 (dois) anos no Município de Barbosa Ferraz;
4. Possuir cadastro ativo e atualizado junto ao CIEE/PR.
5. Fotocópia da cédula de identidade (RG);
6. Fotocópia do CPF;
7. Fotocópia do PIS/PASEP;
8. Fotocópia da CTPS – carteira de trabalho e previdência social ou CTPS Digital;
9. Fotocópia do título de eleitor;
10. Fotocópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação do serviço militar **(se do sexo masculino);**
11. Fotocópia da certidão de nascimento/casamento;
12. Fotocópia do comprovante de residência atualizado, sem abreviaturas com bairro e CEP;
13. Declaração de matrícula atualizada (dentro do mês);
14. E-mail do estudante (o mesmo do cadastro no CIEE);
15. Conta corrente Banco do Brasil ou Bradesco.

ART. 4º - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DAS REGRAS DE RENÚNCIA/DESISTÊNCIA
1. O candidato convocado que **deixar de comparecer no prazo estipulado de 03 (três) dias úteis** será tido como **desistente,** sendo sumariamente substituído pelo candidato com classificação imediatamente posterior, observando-se a ordem de classificação.
2. É facultado ao estudante convocado solicitar seu **deslocamento para o final da fila de classificação**, mediante requerimento formal protocolado junto à Secretaria de Recursos Humanos dentro do prazo de convocação.

Barbosa Ferraz, 10 de setembro de 2026.

JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Assinado de forma digital por JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Dados:2026.09.1017:08:52-03'00'

JULIANA PINHEIRO DA SILVA
Secretária de Recursos Humanos
Município de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:E1E09311

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 134/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de Adicional de Insalubridade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1837 de 30 maio de 2025 que concede o adicional de insalubridade e periculosidade aos funcionários relacionados conforme perícia.

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a partir de 01/09/2026, aos servidores designados ao Grupo Manutenção Civil e Redes Fluviais, Adicional de Insalubridade (na proporção de 40%), por executarem atividades associadas a agentes biológicos (atividades de limpeza de esgotos, galerias e tanques), SRs:

Matr. 2461 Antônio Martins Bezerra – Magarefe – Departamento de Agricultura e Serviços Rurais;
Matr. 3091 Edenilson Carlos França – Pedreiro – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 4951 José Carlos da Silva – Pedreiro de Edificações – Departamento de Serviços Públicos;

Matr. 2551 Moacir João Pereira – Pedreiro – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 3161 Reinaldo Soares de Farias – Servente de Pedreiro – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 360844 Rinaldo dos Santos – Operador Braçal- PSS – Departamento de Serviços Públicos;

Art 2º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 363/2025 de 23/12/2025.

Registre, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, 09 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:9E91670E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 135/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de Adicional de Insalubridade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1837 de 30 Maio de 2025 que concede o adicional de insalubridade e periculosidade aos funcionários relacionados conforme perícia.

RESOLVE:

- CONCEDER a partir de 01/09/2026, aos servidores designados ao Grupo Coleta de Lixo, Adicional de Insalubridade (na proporção de 40%), por executarem atividades associadas a agentes biológicos (coleta e industrialização do lixo urbano), Srs:

Matr. 6711 Daniel Eugênio Pontes – Auxiliar de Serviços Gerais – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 360789 Geovane dos Santos Campos – Auxiliar de Serviços Gerais – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 1941 Luiz Carlos de Oliveira Campos – Auxiliar de Serviços Gerais – Departamento de Serviços Públicos;

- Também designado neste grupo por executar atividades consideradas insalubres pelo contato com resíduos biológicos o seguinte Srº:

Matr. 4731 Benedito de Paula Procópio – Motorista - Departamento de Serviços Públicos;

- Fica os efeitos desta portaria retroativos a 01/09/2026, revogando a portaria nº 214/2025 de 30/05/2025.

Registre, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, 09 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:0E38E57E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 136/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de Adicional de Insalubridade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1837 de 30 maio de 2025 que concede o adicional de insalubridade e periculosidade aos funcionários relacionados conforme perícia.

RESOLVE:

- CONCEDER a partir de 01/09/2026, aos servidores designados ao Grupo Limpeza Pública (Roçada e trituração de galhos), Adicional de Insalubridade (na proporção de 40%), por executarem atividades associadas a agentes biológicos (coleta e industrialização do lixo urbano), Srs:

Matr. 6051 Edivaldo França – Servente de Pedreiro – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 360744 Estevão dos Reis – Pedreiro de Edificações – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 6121 Rodrigo Aparecido da Silva – Pedreiro de Edificações – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 360745 Ronaldo Goularte de Oliveira – Pedreiro de Edificações – Departamento de Serviços Públicos;
Matr. 7001 Venicios Henrique Araujo – Servente de Pedreiro – Departamento de Serviços Públicos;

- Também designado neste grupo por executar atividades consideradas insalubres pelo contato com agentes biológicos (coleta e industrialização do lixo urbano) o seguinte Srº:

Matr. 360843 David Anderson da Silva– Motorista – PSS - Departamento de Serviços Públicos;

- Fica os efeitos desta portaria a partir da data de sua publicação, revogando a Portaria nº 038/2026 de 31/03/2026 e disposições contrárias.

Registre, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, 09 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:5342F974

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 137/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio que abaixo especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Lei Municipal nº. 663/2018 de 27/03/2018, e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº. 0461/2026 em 09/09/2026.

RESOLVE:

– CONCEDER Licença-Prêmio de 2 (dois) meses remunerada, a servidora pública municipal, Srª. FLÁVIA RENATA DOS REIS PADUIM – Matr. 4781, cargo de PROFESSORA, iniciando em **14/09/2026 à 12/11/2026**, com retorno em **13/11/2026.**

– A presente portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 09 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:7AC80C0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 021/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 021/2026

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público n° 01/2026, constante do Edital n° 14.1/2026, publicado em 04 de agosto de 2026 – Homologação do resultado final e classificação.

RESOLVE:

CONVOCAR

O candidato aprovado no Concurso Público e classificado conforme relação anexa, para que seja cumprida a exigência do item 4 e 20 do Edital 01/2026, se manifeste no prazo determinado sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da documentação exigida para sua nomeação.

O não pronunciamento dos candidatos aprovados no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para esse fim, facultará à Administração a convocação dos (das) candidatos (as) seguintes, perdendo a mesmo o direito de investidura no cargo ao qual se habilitou.

A posse dar-se-á dentro de 30 dias a contar da publicação deste edital.

Bela Vista da Caroba, 11 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

EDITAL N° 01/2026
PUBLICAÇÃO N° 021/2026

MOTORISTA

INSC	NOME DO CANDIDATO	D.NASC.	NOTA FINAL
041801	LIOMAR REINALDO KNEBEL	22/08/1984	71,00

Bela Vista da Caroba – PR, 11 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:2BA55CCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: CC7/2026
b) Modalidade: Concorrência
c) Data Homologação: 11/09/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL/ VICINAL EM CBUQ, 32.659,62 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÃO DO PAVIMENTO EXISTENTE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA. TRECHOS: - LINHA SANTA LÚCIA - TRECHO ENTRE O FIM DA RUA PERNAMBUCO ATÉ O ENTRONCAMENTO COM A RODOVIA MUNICIPAL QUE VAI PARA PRANCHITA
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5873 - PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA (82.570.342/0001-01)

TOTAL GERAL: R$ 4.770.000,00
Bela Vista da Caroba, 11/09/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:EB2867B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 031/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 031/2026
Contratação: 456578 – EDITAL Nº 15/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR LOTE**", visando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO TERRITORIAL GEORREFERENCIADA, COMPREENDENDO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS EM AMBIENTE WEB – SIGWEB, ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, IMAGENS 360º, PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA, VETORIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, MAPEAMENTO DA MALHA VIÁRIA RURAL, INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS MUNICIPAIS, LICENCIAMENTO, HOSPEDAGEM, SUPORTE E MANUTENÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR.**
- DATA DE ABERTURA: 29/09/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 11 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:00289D44

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 97/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 97/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CAP EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ATÉ A APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.501.150,00 (três milhões, quinhentos e um mil, cento e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Rosmir Marcos Dallabrida.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **11 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:B06B10CF

LICITAÇÃO
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 147/2023

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 147/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (AMPLA COBERTURA) E RCO (DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS), PARA A FROTA DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR..

PRAZO DE VIGÊNCIA ATUAL: 19 de setembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: 19 de setembro de 2027.

VALOR DO CONTRATO ATUAL: R$ 115.965,70 (cento e quinze mil e novecentos e sessenta e cinco mil e setenta centavos).

VALOR DO CONTRATO REAJUSTADO: R$ 120.730,51 (cento e vinte mil e setecentos e trinta reais e cinquenta e um centavos)

Boa Vista da Aparecida – PR, em **11 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:92C25336

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 49/2026

Edital de Convocação nº 49/2026

Jõao de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Convocar os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, abaixo relacionado, conforme o Edital nº 01/2024, para comparecer na Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, sito a Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, no período compreendido entre os dias 14 de setembro à 28 de setembro de 2026, a fim de submeter-se ao processo admissional, o não comparecimento no período mencionado implica na desistência da vaga:

ASSISTENTE SOCIAL (A)

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Eduardo Pinto Martins	7º

MEDICO CLINICO (A) 20 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Ana Carolina Gottardi Wilhelm	7º

ENGENHEIRO CIVIL (A)

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Luiz Ricardo Zanboni	12º
Monica Beatriz Birello Guimaraes	13º

RG OU CNH
Número do PIS/PASEP
Carteira de trabalho
Título de eleitor
Diploma ou certificado de conclusão do curso de escolaridade obrigatória,
acompanhado de histórico escolar, conforme exigido para o cargo;
Cópia do registro profissional
1 foto ¾
Comprovante de endereço atualizado
Número de conta corrente do banco SICREDI
Atestado de Saúde Ocupacional
Certidão de nascimento ou casamento
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos com CPF
Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação
Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal
Declaração de não acúmulo de cargos públicos
Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 11 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:066B59D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°22-2026

TERMO DE ADITIVO

1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 22/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR E FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA – CONCORRÊNCIA No 11/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Paulo, no 185, em Bom Jesus do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Hélio José Surdi, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 4.176.318-3 e inscrito no CPF/MF no 757.804.379-04, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, CNPJ/MF sob o no 80.372.808/0001-39, localizada na Rua Jorge Sanwais, no 5549, bairro Guarapuava, em Foz do Iguaçu/PR, representada por FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES, portador da cédula de identidade R.G. no 10.862.818-9 SSP/PR, inscrito no CPF sob no 081.196.109-54, residente no municipio de Foz do Iguaçu/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
O prazo de execução contratual originalmente estabelecido compreendia o período de **06/02/2026 a 05/08/2026**.

Pelo presente Termo Aditivo, com fundamento no art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e nas justificativas técnicas constantes no processo administrativo, fica prorrogado o prazo de execução contratual pelo período de **60 (sessenta) dias**, passando seu termo final para **04/10/2026**, com a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Sul/PR, 11 de Setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
Contratante

FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Contratada

MARCELO JOSE RIGHES
Fiscal De Contrato

TESTEMUNHAS:

ALCIONE MAZZOCATO	**VILSON ROBERTO DOS SANTOS**

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:24445731

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 2 DO CONTRATO N°146-2025

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato N°146/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HELIO JOSE SURDI**, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº05.982.200/0001-00, com sede na Avenida Brasil, N°922, centro, no município de Pato Branco, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO ESPÍRITO SANTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº 25.798.480-X SSP/SP e do CPF Nº229.076.038-25, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor do **item 2** (**licença de uso de sistema web geral)** passando o valor mensal de **R$ 3.787,70 (três mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta centavos)** para **R$ 3.942,92 (três mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos)** e o valor do **item 3** (**hora de visita técnica)** passando o valor unitário de **R$ 189,30 (cento e oitenta e nove reais e trinta centavos)** para **R$ 197,06 (cento e noventa e sete reais e seis centavos**), totalizando um aumento do presente contrato no montante de **R$ 3.026,64 (três mil e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 11 de setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA
- Contratada-

CLARICE DILL PRETTO
Gestora do Contrato

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:31012DF2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1488/2026

Prorroga Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 1/2025 Edital nº 01/2025 de 26 de junho de 2025.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado o Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 1/2025 Edital nº 01/2025, homologado através do Edital nº 6/2025 de 19 de agosto de 2025, pelo período de 01(um) ano, segundo o estatuído no artigo 5ª da Lei nº 803/2017 de 14 de dezembro de 2017, e pelo item 10.4 do Edital nº 1/2024, vigendo a prorrogação até 19 de agosto de 2027.

Art. 2º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:249B62D9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°184-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°184/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: GSZ REPRESENTAÇÕES.
OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas (sementes de pastagem, adubo químico granulado e fertilizante nitrogenado) destinados ao Programa Municipal Pró Leite.
VIGÊNCIA: 11/09/2026 à 10/12/2026.
VALOR: R$ 56.221,20 (cinquenta e seis mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°48/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:912408CD

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°185-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°185/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: VILMAR TEIXEIRA 00161610099.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para a campanha "Abrace essa ideia, compre no comércio local".
VIGÊNCIA: 11/09/2026 à 10/09/2027.
VALOR: R$ 20.925,00 (vinte mil, novecentos e vinte e cinco reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°47/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:742701D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Pregão Eletrônico nº 08/2026 – Ata de Registro de Preços nº 51/2026 – Requisição de Compras nº 17.280.

O Município de Bom Sucesso do Sul – PR torna pública a decisão administrativa que determinou a extinção unilateral da contratação decorrente da Requisição de Compras nº 17.280 e do Empenho nº 1574/2026, bem como o cancelamento do registro da empresa ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA – ME, CNPJ nº 07.412.297/0001-41, na Ata de Registro de Preços nº 51/2026, em razão da inexecução integral do objeto, com fundamento nos arts. 137, incisos I e II, e 138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa deverá ser pessoalmente intimada da decisão, ficando assegurado o prazo recursal legal.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:0B7FC786

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 467, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Marcos Cesar Pilonetto.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Marcos Cesar Pilonetto,** ocupante do cargo efetivo de **motorista,** matrícula nº **645-9/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **07 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Foz do Iguaçu – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Nossa Senhora Aparecida.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:EDFAA080

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 468, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Instaura Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade e designa comissão processante para apurar possíveis infrações praticadas pela empresa ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA – ME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Pregão Eletrônico nº 08/2026 e a Ata de Registro de Preços nº 51/2026, firmada com a empresa **ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob nº 07.412.297/0001-41;
CONSIDERANDO a emissão da Requisição de Compras nº 17.280 e do Empenho nº 1574/2026, no valor de R$ 28.834,35 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos), destinados ao fornecimento, transporte e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ e emulsão asfáltica RR-1C;
CONSIDERANDO que, nos termos da cláusula quarta da Ata de Registro de Preços nº 51/2026, a empresa deveria atender à solicitação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da ordem de fornecimento;
CONSIDERANDO que, conforme relatado pelo gestor e pelo fiscal da Ata, o objeto da Requisição de Compras nº 17.280 não foi fornecido nem executado, apesar das sucessivas tentativas de contato realizadas pelos setores municipais competentes;
CONSIDERANDO que representante da empresa informou ao gestor da Ata, em 28 de maio de 2026, que não conseguiria realizar o fornecimento, alegando estar com elevada demanda;
CONSIDERANDO a Notificação Extrajudicial expedida em 12 de junho de 2026, recebida pela empresa em 06 de agosto de 2026, conforme Aviso de Recebimento juntado aos autos, por meio da qual foi oportunizada a apresentação de justificativa e a regularização do inadimplemento;
CONSIDERANDO que o prazo concedido na Notificação Extrajudicial transcorreu sem manifestação da empresa e sem execução do objeto;
CONSIDERANDO a decisão administrativa que determinou a extinção unilateral da contratação decorrente da Requisição de Compras nº 17.280 e do Empenho nº 1574/2026, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa da empresa;
CONSIDERANDO que os fatos relatados podem caracterizar, em tese, as infrações administrativas previstas no art. 155, incisos III e VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, consistentes em dar causa à inexecução total da contratação e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar à empresa o contraditório e a ampla defesa antes da eventual aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 155 a 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instaurado **Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR** em face da empresa **ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob nº 07.412.297/0001-41, com a finalidade de apurar os fatos relacionados à inexecução da Requisição de Compras nº 17.280, emitida no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 51/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 08/2026.

Art. 2º Constituem objeto da apuração, sem prejuízo de outros fatos conexos identificados durante a instrução:
O descumprimento do prazo de 05 (cinco) dias úteis estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 51/2026 para atendimento da ordem de fornecimento;
A ausência integral de fornecimento, transporte e aplicação do objeto requisitado;
A manifestação do representante da empresa no sentido de que não conseguiria atender à solicitação em razão de elevada demanda;
O desatendimento às solicitações realizadas pelo Departamento de Compras, pelo Setor de Licitações, pelo gestor e pelo fiscal da Ata;
A ausência de manifestação e de regularização do inadimplemento após o recebimento da Notificação Extrajudicial; e
Os eventuais prejuízos operacionais, administrativos ou financeiros causados ao Município em decorrência do inadimplemento.

Art. 3º Os fatos descritos poderão caracterizar, em tese, as infrações administrativas previstas no art. 155, incisos III e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual adequação jurídica decorrente da instrução processual.
Art. 4º Para conduzir o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, fica designada comissão processante composta pelos seguintes servidores estáveis:
ANDRÉIA ZANELLA, matrícula nº 498-7/6 ocupante do cargo de assistente administrativo, que exercerá a função de presidente;
ANDERSON LACHMAN, matrícula nº 531-2/7, ocupante do cargo de técnico de informática, que exercerá a função de membro;
FABIO ZANELLA, matrícula nº 405-7/1, ocupante do cargo de técnico de informática, que exercerá a função de membro.
Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do presidente, a presidência da comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.
Art. 5º Compete à comissão processante:
Receber, examinar e organizar os documentos relacionados aos fatos;
Intimar a empresa para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que pretenda produzir;
Promover as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos;
Decidir, fundamentadamente, sobre os requerimentos de produção de provas;
Requisitar documentos, informações e esclarecimentos aos setores municipais;
Oportunizar a apresentação de alegações finais, quando houver produção de novas provas ou juntada de provas consideradas indispensáveis;
Apurar a existência e a extensão de eventuais prejuízos causados ao Município; e
Elaborar relatório final fundamentado, contendo a análise dos fatos, da defesa e das provas, bem como proposta de arquivamento ou de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 6º A comissão deverá intimar a empresa **ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA – ME** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretenda produzir, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 1º A intimação deverá conter:
A identificação do processo administrativo;
A descrição objetiva dos fatos imputados;
A indicação provisória das infrações administrativas apuradas;
A indicação das possíveis sanções;
O prazo e a forma para apresentação da defesa;
A informação sobre o direito de acesso integral aos autos; e
Cópia desta Portaria ou indicação do meio pelo qual poderá ser consultada.

§ 2º A intimação será encaminhada ao endereço eletrônico e ao endereço físico da empresa constantes dos autos da contratação, sem prejuízo de outras formas admitidas pela legislação e pela regulamentação municipal.
§ 3º Caso a empresa não apresente defesa no prazo concedido, a comissão certificará o decurso do prazo e dará regular prosseguimento ao processo, não decorrendo do silêncio presunção automática de veracidade, devendo a decisão ser fundamentada nas provas constantes dos autos.
Art. 7º Caso seja deferida a produção de novas provas ou determinada a juntada de provas consideradas indispensáveis pela comissão, a empresa será intimada para apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, conforme o art. 158, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 8º A comissão deverá observar, durante toda a instrução, os princípios da legalidade, impessoalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório, ampla defesa, segurança jurídica e interesse público.
Art. 9º A instauração do presente processo não representa antecipação de responsabilidade ou aplicação automática de penalidade, ficando a conclusão condicionada à análise da defesa, das provas produzidas e das circunstâncias do caso concreto.
Art. 10. Concluída a instrução, a comissão apresentará relatório final à autoridade competente, que decidirá quanto ao arquivamento ou à aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados os critérios estabelecidos no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e as disposições do edital, da Ata de Registro de Preços e da regulamentação municipal.
Art. 11. Poderão ser examinadas, conforme a conclusão da instrução e a proporcionalidade da medida:

A aplicação de multa, segundo os critérios e percentuais previstos no edital e na Ata de Registro de Preços;
A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo período que vier a ser fundamentadamente definido; e
A obrigação de reparação integral dos prejuízos comprovadamente causados ao Município.

Art. 12. A comissão terá acesso a todos os documentos e informações necessários à realização dos trabalhos, devendo os setores municipais prestar a colaboração solicitada.
Art. 13. Os trabalhos da comissão deverão ser concluídos no prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa apresentada nos autos.
Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:66F862A0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 14/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026
PROTOCOLO 2026/09/293724
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADO/CREDENCIADO: ***LUIZ CARLOS DALL AGNOL***

registrado na JUCEPAR, sob matrícula n.º 639, RG nº1.326.375-2 CPF nº 607.889.929-53

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de leiloeiros oficiais, pessoas físicas, devidamente matriculados na junta comercial do paraná – Jucepar, visando a prestação de serviços de alienação de bens móveis inservíveis (veículos e máquinas), de propriedade do município, nas modalidades presencial e eletrônico, com as especificações constantes no edital de chamada pública nº 01/2025, documento que integra o presente termo.

VALOR: O valor ser pago será em porcentagem de 5% sobre o montante arrematado dos bens.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: informamos a existência de uma conta para pagamento caso haja, em nome da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, com a receita de valores pagos com a venda dos bens nº 2.2.1.3.01.0.1.00 Alienação de bens, Receita Reduzida 50, o qual será efetuada no Banco da Caixa Econômica Federal 104, agência 0602, conta nº 575253548-0, Operação 006/3703.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inc. III, da Lei nº 14.133/2021.

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:1A28B635

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 47/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2026
Número da contratação no sistema comprasnet 07/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará 3o Pregão Eletrônico nº 47/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** destinado ao **registro de preços para eventual aquisição de combustíveis, do tipo, Gasolina Comum, Diesel S-10, por meio de abastecimento direto na bomba, em postos localizados às margens da BR-277, no trecho compreendido entre o Km 220 e o Km 280, entre os Municípios de Irati/PR e Palmeira/PR, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da frota do Município durante deslocamentos em serviço fora do domicílio, conforme demanda, conforme necessidade do município, conforme termo de referência. A sessão do pregão** eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 28/09/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:DD457CBF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 469, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Adriele Regina Appelt da Silva, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear **Adriele Regina Appelt da Silva, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.***.067-* SSP/RS, 14ª colocada,** no cargo de **Assistente Social**, tendo em vista a aprovação no **Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025**, **a partir do dia 14 de setembro de 2026**.
Art. 2° A Servidora nomeada exercerá suas funções junto ao Departamento Municipal de Assistência Social, no CRAS.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:264E3393

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2026

EMENTA: REVOGA AS PORTARIAS Nº 141/2026 E 142/2026, QUE CONCEDERAM GRATIFICAÇÃO ÀS SERVIDORAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 134 – A e seguintes da Lei Municipal 414/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam **revogadas**, a partir da data de publicação desta Portaria, a **Portaria nº 141/2026** e a **Portaria nº 142/2026**, que concederam gratificação às servidoras abaixo relacionadas:

I – **LUCIELE APARECIDA CAPELEZZO FERREIRA**;
II – **ANA PAULA DE ALMEIDA BOTH**.

Art. 2º A partir da vigência desta Portaria, ficam cessados os efeitos das gratificações concedidas às servidoras mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 01 de setembro, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 11 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:DA82E3B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 158/2026

EMENTA: CONCEDER LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** a **Sra. CLAUDINEIA LOPES CORREA CAPPELLARO**, inscrita no CPF: 775.***.019-04.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 01 de setembro de 2026, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 11 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:842877FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATONº 71/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
CONTRATADA: MIKE DE OLIVEIRA MADEIRA TREINAMENTOS, inscrita no CNPJ nº 49.807.275/0001-20, com sede na Rua José Bonifácio – de 1291/1292 ao fim, nº 1454, Zona 01, Cianorte/PR, CEP 87.200-029.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de formação continuada e assessoria técnico-pedagógica aos Diretores Escolares, Equipes Pedagógicas, Professores e demais profissionais da Rede Municipal de Ensino de Cafeara/PR, incluindo formação em Gestão Escolar e Planejamento Educacional, Educação Infantil, Alfabetização e Letramento e elaboração do Plano Municipal de Educação – PME.
VALOR TOTAL: R$ 122.420,00 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 11/09/2026.
Cafeara/PR, 11 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:753AD37B

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.75/2026

Inexigibilidade Nº. 17/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Inexigibilidade nº 17/2026, de 11/09/2026, para o qual tem como objeto: "Aquisição de capacitação de Formação Continuada através de processo de licitação de inexigibilidade, destinada aos Diretores Escolares, Equipes Pedagógicas, Professores da Rede Municipal de Ensino de Cafeara-Pr, visando a execução de projetos educativos específicos, a qualificação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área da Educação" pelo critério de menor preço por lote, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
MIKE DE OLIVEIRA MADEIRA TREINAMENTOS, CNPJ Nº 49.807.275/0001-20 no valor total de R$122.420,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte Reais).

Cafeara - PR, onze dias de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal
Cafeara – PR

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:A4A32B46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 123 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto nº 123 de 11 de setembro de 2026.

Súmula: Define as atividades comerciais e estabelece os valores mínimos mensais dos espaços destinados à exploração comercial no Ginásio de Esportes "Severino Cerimbelli Pasquali", no Estádio Municipal "Djalma Pina da Silva" e no Centro Esportivo Municipal "Leonel Grigollo", e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDOa necessidade de regulamentar as atividades comerciais a serem desenvolvidas nos espaços destinados à exploração comercial no Ginásio de Esportes "Severino Cerimbelli Pasquali", no Estádio Municipal "Djalma Pina da Silva" e no Centro Esportivo Municipal "Leonel Grigollo";

CONSIDERANDOo Laudo de Avaliação expedido pela Comissão Permanente para Avaliação de Imóveis a serem locados pelo Município;

CONSIDERANDOque a referida Comissão foi nomeada pelo Decreto nº 04, de 13 de janeiro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidas as atividades comerciais dos espaços destinados à exploração comercial no Ginásio de Esportes "Severino Cerimbelli Pasquali", no Estádio Municipal "Djalma Pina da Silva" e no Centro Esportivo Municipal "Leonel Grigollo", conforme as especificações e condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º.Ficam estabelecidos os valores mínimos mensais para a exploração comercial dos espaços referidos no art. 1º, expressos em UFM – Unidade Fiscal do Município, nos seguintes termos:

I. 5 (cinco) UFM para o Bar do Ginásio de Esportes "Severino Cerimbelli Pasquali" e para o Bar do Estádio Municipal "Djalma Pina da Silva";

II. 1,5 (uma vírgula cinco) UFM para o espaço interno do Ginásio de Esportes “Severino Cerimbelli Pasquali”.

Art. 3º. Os espaços destinados à exploração comercial e as respectivas atividades observarão as seguintes condições:

I. Bar do Ginásio de Esportes “Severino Cerimbelli Pasquali” e Bar do Estádio Municipal “Djalma Pina da Silva”:

CNAE 5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, compreendendo a comercialização de alimentos, inclusive doces e salgados e de bebidas não alcoólicas, tais como água, refrigerantes e sucos, para consumo no local;
CNAE 5611-2/04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento, compreendendo a comercialização de cerveja em lata e chope, para consumo no local.

II. Espaço interno do Ginásio de Esportes “Severino Cerimbelli Pasquali”:

CNAE 5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, incluindo sorveterias com consumo no local, destinado exclusivamente à comercialização de sorvetes e produtos similares.

Parágrafo único. Fica proibida a comercialização, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas durante a realização dos jogos da Juventude realizada pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 4º.Os valores mínimos estabelecidos neste Decreto foram definidos com fundamento no Laudo de Avaliação expedido pela Comissão Permanente para Avaliação de Imóveis a serem locados pelo Município, nomeada pelo Decreto nº 04, de 13 de janeiro de 2025.

Art. 5º. Os valores definidos neste decreto são mínimos, já que poderão aumentar de acordo com resultado obtido em processo licitatório a ser estabelecido pela administração pública. Os valores finais serão aqueles definidos em processo de licitação.

Art. 6º. Os contratos serão firmados com prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos em contrato serão reajustados anualmente sob o mesmo critério e índices de reajuste do UFM.

Art. 7º.A Organização e os horários de funcionamento serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, de acordo com os horários dos jogos das competições municipais, regionais, estaduais e nacionais promovidas pela Secretaria, bem como com os horários dos eventos promovidos pela Administração Municipal e por entidades sem fins lucrativos.

Art. 8º.A exploração comercial dos espaços de que trata este Decreto deverá observar a legislação municipal, estadual e federal aplicável à atividade, inclusive as normas sanitárias, de segurança, de funcionamento e de proteção ao consumidor.

Art. 9º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:15CF51BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2022 - PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 87/2022

Extrato do 4° Termo Aditivo ao Contrato nº 132/2022 - Pregão - Uso até 30/04/26 Nº 87/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: OMEGAPLAN DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 07.526.865/0001-35, RUA SALGADO FILHO, 590, 0 - CEP: 85802150 - BAIRRO: VILA TOLENTINO, e-mail: omega_planejamentos@hotmail.com, TELEFONE:4532273598, CIDADE: Cascavel/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) SIDIMAR LAZZAROTTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INTEGRATIVO PARA MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL PARA UTILIZAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Valor Total: R$ 68.908,68 (Sessenta e Oito Mil, Novecentos e Oito Reais e Sessenta e Oito Centavos)
Assinaturas: Junior Motter, SIDIMAR LAZZAROTTO
Vigência: 24/08/2026 A 23/08/2027
Data da Assinatura:24/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D9455A6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea “b”, a Servidora Pública , Sra. Cristiane Petry Vieira da Silva, portadora do R.G. nº 12.***.022-7, 04 (quatro) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Apucarana - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 13 (treze) de setembro de 2026.
Horário de saída: 23h25min.

Motivo: Participar da Capacitação das Unidades de Cadastramento do INCRA.

Data do retorno: 17 (dezessete) de setembro de 2026.
Horário do retorno:22h40min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AF224CF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 450/2026-DRH

PORTARIA N.º 450/2026-DRH

SÚMULA: Concede Adicional de Gestor de Contrato/Ata de Registro de Preços ao servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com o objetivo de dar cumprimento à Lei Municipal nº 1.926 de 19 de outubro de 2023,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER ao servidor **ADAUTO COSTA JUNIOR** matrícula 80161, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO** lotado na Secretaria Municipal de Administração, o **ADICIONAL DE GESTOR DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, no percentual de 28,85% (vinte e oito vírgula oitenta e cinco por cento) sobre o vencimento básico do servidor.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 08/09/2026, em conformidade com o Oficio Nº 240/2026 – SMA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 11 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:166BE0FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 451/2026-DRH

PORTARIA Nº. 451/2026-DRH

SÚMULA: Concede Adicional Especial à Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER à servidora **ADELAIDE BECKER**, ocupante de cargo de Provimento Efetivo de **EDUCADOR INFANTIL**, matrícula 44811, o percentual correspondente a 5% sob seus vencimentos básicos, relativos ao **ADICIONAL ESPECIAL**, compreendidos de reenquadramento.

Art. 2º Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos a fazer as anotações de praxe.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 11 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:ECC906ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2026

REABERTURA 01
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 66/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 23 de setembro de 2026**, Na sessão pública: Rua 17 de dezembro, 149, centro – Califórnia/PR, CONCORRÊNCIA PÚBLICA, objetivando **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DA DIVULGAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, POR MEIO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA-PR.** Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 11 de setembro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:5DB51223

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 154-2026 - RECEBIMENTO

PORTARIA Nº 154/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Artº. 1º - CONSTITUIR a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias, Bens e Serviços, que tem como objetivo receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, material ou bens permanentes adquiridos pela Prefeitura do Município de Califórnia, por meio de aquisição, em estreita observância a Lei Nº 14133/21 de 01/04/2021.

Artº. 2º - ESTABELECER que a Comissão, de que trata o Artº 1º, tem como competências:
– Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, o material entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
– Rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento particular, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;
– Assinar Nota Fiscal atestando o Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição do material;
– Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providencias pertinentes;

– Remeter a autoridade superior o recurso, devidamente instituído e informado.

Artº. 3º - NOMEAR, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
ADEMILSON DE ARAUJO BERNARDO
ANA MARIA DOS SANTOS
CARLA CAROLINA GOMES RAVANEDA
CLAUDIO DE JESUS DA SILVA BORGES
LEIDE APARECIDA PAZINE BUENO
LUIZ COSTA MAGALHAES FILHO
LUIS ANTONIO DOMINGUES NETO
NELSON COELHO
NILZA LEITE FARIAS
ROSELI LOPES VIDOR
THAIS CARREIRA MIRANDA E SOUZA
VILMA APARECIDA BENTO
CARLOS ALBERTO VILAS BOAS

CONSELHO TUTELAR
DAIANE LEITE BENTO
LUZIA REGINA TOMAZ
NEIDE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA
RONY MARA GASPARETTO
VALDECIR JOSÉ DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
ADRIANA APARECIDA DOS REIS ANANIAS
DENISE BARTKO DE ALENCAR PAULO
EDILA AMANDA LAURIANO DA CRUZ
JOSIMÉRES DA SILVA DANTAS DE CARVALHO
JOSÉ CARLOS SOUZA
MARIA DO CARMO GONÇALVES
MARIZA MARIA CAMPOS COSTA
VANESSA FARIA DOS REIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANDREIA REGINA ALEXANDRINO
ADRIANA CANOVAS MATIAS CASSINS
LUCIANA ISONO PEREIRA PIEKNY

CRAS:
BARBARA ISABELA DE OLIVEIRA ROSSI MACHADO
GEISA APARECIDA SANTIAGO
ELIANE DE FÁTIMA VANZELA
SILVANA MARY DA SILVA BATISTA
ANA CAROLINE DOS SANTOS KONHEVALIKI

CLUBE DA MELHOR IDADE:
CLAUDENICE APARECIDA FELTRAN

SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS:
OSNEI SANTOS DE OLIVEIRA
LUIZ CARLOS ALVES
EDINEI AMANCIO
RENATO SPONTON
MARCO ANTONIO LANDGRAFF
WILLIAN DE LUCAS ANANIAS PIRES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:
DANIELE DE LURDES RAMARI
SIRLEI JUVENTINO NUNES
GABRIEL REZES DE ARAUJO
GISELY CALDI

SECRETARIA DE HABITAÇÃO:
VINICIOS GONÇALVES DE MELO LIMA
VINICIUS EDUARDO DAS NEVES

DEPARTAMENTO DE TENCOLOGIA E INFORMAÇÃO:
JULIANO PAZINI

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO:
JOSÉ DENILSON BATISTA DA SILVA
MAICON SILVA CASSIMIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA:
GUSTAVO ANTONY JESUS DE SOUZA LOPES
RAFAELLI FERREIRA DE ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA:
GILBERTO ANTINO DE OLIVEIRA
KESLLEY GOMES DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER:
TALITA DE ALMEIDA
ADRIANA CANOVAS MATIAS CASSINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E TURISMO:
ADAUTO APARECIDO DE ASSIS
DANIELE DE LURDES RAMARI

Artº. 4º - DETERMINAR que nenhum material ou bem deverá ser liberado, aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Artº. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 141/2026 de 18/08/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios, entrando a em presente em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 11º dia do mês de setembro 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:55316D06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 155 - SUSPENSÃO

PORTARIA Nº 155/2026

SUMULA: Aplica penalidade disciplinar a servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar ao servidor VALMOR RUFO TOMAZ, matrícula nº 10052191, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEIMOB, a penalidade de SUSPENSÃO pelo período de 10 dias, em razão das infrações funcionais apuradas no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026.

Art. 2º A penalidade de suspensão será cumprida no período de 14 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2026, ficando o servidor afastado do exercício de suas funções durante esse período.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 11° dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:99FF0C85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 156- FÉRIAS

PORTARIA Nº 156/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
ANA MARIA DOS SANTOS	03/02/2024 a 02/02/2025	01/10/2026 a 20/10/2026
EVERALDO DE PAULA ALVES	02/04/2025 a 01/04/2026	12/10/2026 a 10/11/2026
RENAN GUILHERME COELHO DA SILVA	06/06/2025 a 05/06/2026	01/10/2026 a 30/10/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 11° dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:38AE0AF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 23/2026 – CMDPI

Aprova a alteração do Plano de Trabalho (Plano de Aplicação Geral e Plano de Aplicação Detalhado) referente à transferência de recursos para execução do Projeto Idoso 360 IV – *1º Levantamento*, conforme Termo de Fomento nº 02/2026, firmado entre o Município de Campina Grande do Sul e a Sociedade Hospitalar Angelina Caron.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul – CMDPI, no uso de suas atribuições e,

Considerando o requerimento formulado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, por meio do Ofício nº 98/2026 – Protocolo nº 25440/2026, e documentos que o instruem, solicitando a alteração do plano de trabalho após a constatação de economia na aquisição de equipamentos durante a execução do projeto, bem com a redução parcial de valores reservados para a contratação de prestadores de serviço, visto a ausência de interessados, para inclusão e posterior aquisição de itens;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 11 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração do Plano de Trabalho (Plano de Aplicação Geral, Plano de Aplicação Detalhado) referente ao Termo de Fomento nº 02/2026 – Projeto Idoso 360 IV, conforme documentos anexos ao Ofício n.º 98/2026, e como abaixo descrito.

I– Para autorizar a inclusão dos seguintes itens:

a) Longarina 3 lugares;
b) Longarina 4 lugares;
c) Armário em aço;
d) Videocolonoscópio;
e) Transdutor transesofágico;
f) Desktop;
g) Monitor para desktop;
h) Cadeira de rodas;
i) Antena Wi-Fi – equipamentos;
j) Antena Wi-Fi – licença de software;
k) Antena Wi-Fi – garantia;
l) Sistema de CFTV;
m) Elevador Hospitalar (Maca) – equipamento;
n) Elevador Hospitalar (Maca) – serviços.

Art. 2º – Após a finalização das compras, havendo saldo decorrente da transferência voluntária realizada em decorrência do Termo de Fomento nº 02/2026 (1º levantamento do projeto Idoso 360 IV), este deverá ser restituído à conta do FMDPI, a teor do disposto pelo art. 4º, inciso IV, da Resolução nº 06/2017-CMDPI.

Art. 3º – A formalização do aditivo contratual, conforme previsto pela Cláusula Terceira – Das Obrigações dos Parceiros – Obrigações da Proponente, alínea *c*, do Termo de Fomento nº 02/2026 – Contrato nº 50/2026, tramitará perante a Administração Pública Municipal, mediante o cumprimento pela entidade Sociedade Hospitalar Angelina Caron de todas as exigências legais;

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 11 de setembro de 2026.

CAROLINA RIBAS
Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul / PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:7A5A06B9

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa Eletrônica nº. 20/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 COLCHÃO PNEUMÁTICO HOSPITALAR COM COMPRESSOR DE PRESSÃO ALTERNADA E 01 BERÇO HOSPITALAR, VISANDO AO ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Critério de julgamento: Menor Preço
Valor Máximo: R$ 2.203,95 (Dois mil, duzentos e três reais e noventa e cinco centavos)
Data de abertura: 16/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Aviso de Contratação Direta da referida Dispensa Eletrônica e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:8677E6BF

SETOR DE COMPRAS
EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº. 07/2023.

EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº. 07/2023.

A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº. 30 – Centro – CEP 83430-000, inscrita no CNPJ sob nº. 76.105.600/0001-87, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando chamamento público para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, DE FORMA SUBSIDIÁRIA E COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (PA) DE CAMPINA GRANDE DO SUL/QUATRO BARRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

O edital estará disponível a partir de **das 08h30min às 17h30min** de segunda a sexta-feira, com o Departamento de Compras ou poderá ser acessado pelo Portal de Transparência do Município através do link: https://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/credenciamento-de-empresas. Informações poderão ser obtidas pelo telefone (41) 3162-7020.

O presente Edital foi alterado em cumprimento ao Despacho nº 1270/26 – GCMRMS, devidamente homologado a partir do Acórdão nº 2194/26 – Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que determinou a suspensão dos efeitos da cláusula editalícia que limita temporalmente o ingresso de novos interessados no procedimento de credenciamento, ficando assegurado a possibilidade de novos ingressos a qualquer tempo.

O pedido de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão de Contratação, acompanhado de toda a documentação exigida no Edital, devendo ser protocolado no Setor de Protocolo desta Prefeitura, a partir **das 08h30min às 17h30min do dia 14 de setembro de 2026**, em horário de expediente ou ainda ser enviado de forma eletrônica através dos seguintes e-mails: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:352B73E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº304/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Isabel Cristina Cavalheiro de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 6711, no período de 10 de Setembro de 2026 a 09 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 26 de Julho de 2025 a 25 de Julho de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 09 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:750941E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº305/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do que dispõe o Art. 63 da Lei de nº 221/93, Regime Jurídico Estatutário, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Maternidade, à servidora Pública Municipal **TATIANA APARECIDA NOVAK BAUMGARTEN**, ocupante do cargo de Professora, matrícula n° 991141559, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, pelo período de 180 dias, a contar do dia 04 de Setembro de 2026.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos a contar da data que a servidora iniciou seu período de licença.

Campo do Tenente – PR, 10 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:977D8E22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº306/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do que dispõe o Art. 63 da Lei de nº 221/93, Regime Jurídico Estatutário, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder Licença Maternidade, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Guarda Provisória Colocação em Família Substituta – Adoção, à servidora Pública Municipal **ROSILENE APARECIDA SOEK**, ocupante do cargo de Professora, matrícula n° 991141662, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, pelo período de 180 dias, a contar do dia 08 de Setembro de 2026.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos a contar da data que a servidora iniciou seu período de licença.

Campo do Tenente – PR, 11 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:433E18D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19 / 2026

Processo licitatório: 239 / 2026
Fundamento: Artigo nº 28, inciso I da Lei Federal 14.133/2021

Objeto: Registro de preços para serviços de borracharia
Data de Homologação: 08/09/2026
Valor Total Homologado: R$ 534.332,00
Ata de Registro de Preços: 154/2026, empresa GILSON DIOLINDO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.952.401/0001-07.
Vigência: 12 meses, contados a partir da data de assinatura em 11/09/2026

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:C01AE592

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 732/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 07 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER			
08.244.1024.2.151 - CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0919	47.000,00
TOTAL			**47.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), proveniente da fonte: 0919.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 08 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:EEC7BE3E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 733/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), como segue:

ÓRGÃO: 14 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
04.122.1038. 2.048 - MANUT. FOLHA DE PAG. - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	75.802,54
TOTAL			**75.802,54**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
24.131.1028. 2.192 - PUBLICIDADE			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	5.000,00
TOTAL			**5.000,00**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
24.131.1028. 2.192 - PUBLICIDADE			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	1.000,00
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	5.599,54
3.3.90.30.00.00	material de consumo	0000	2.000,00
TOTAL			**8.599,54**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
04.121.1002. 2.054 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	15.000,00
TOTAL			**15.000,00**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
15.183.1002.2.115 GEORREFERENCIAMENTO/CADASTRO IMOBILIÁRIO			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	10.000,00
TOTAL			**10.000,00**

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
04.122.1020. 2.108 - MANUTENÇÃO DO CIT			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	15.000,00
3.3.90.30.00.00	material de consumo	0000	7.203,00
3.3.90.36.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa física	0000	5.000,00
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	5.000,00
4.4.90.51.00.00	obras e instalações	0000	5.000,00
TOTAL			**37.203,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 09 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:C0D5146C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 736/2026

Altera a lotação da servidora AMANDA RIBAS MACHADO, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - **ALTERA A LOTAÇÃO** da servidora **AMANDA RIBAS MACHADO,** matrícula n.º 3260, a partir de 01 de setembro de 2026, passando a mesma a ocupar o cargo de Diretor Adjunto, Símbolo DC 3, previsto no artigo 3.º da Lei Municipal n.º 1226/2022, do Departamento de Compras e Licitação, na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos – SELIC.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro, em 10 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A35CAD85

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 738/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE			
UNIDADE: 01 – GABINETE			
04.122.1002.2.002 – Manut. Da Chefia de Gabinete			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0000	10.000,00
TOTAL			**10.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 11 - **SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE**			
UNIDADE: 01 – **SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE**			
24.131.1028. 2.192 - PUBLICIDADE			
3.3.90.39.00.00	Outros Ser. De Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	10.000,00
TOTAL			**10.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 10 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A1B423AD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 739/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO			
Unidade: 06 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE			
18.542.1032. 2.095 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	40.000,00
TOTAL			**40.000,00**

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de**R$** 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), proveniente da fonte:**0000**.

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO			
Unidade: 06 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE			
18.542.1032. 2.095 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			
4.4.90.51.00.00	obras e instalações	0000	15.000,00
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	25.000,00
TOTAL			**40.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro,10 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3AB321C4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 740/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 13.000,00 (treze mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
08.243.1024.6.001 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0480	13.000,00
TOTAL			**13.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), proveniente da fonte: 0480.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 10 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3730F4F9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 741/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
19.126.1029.2.208– Prefeitura digital			
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	0000	24.000,00
TOTAL			**24.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de Anulação Parcial De Dotação, no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
04.121.1029.1.017– ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	24.000,00
TOTAL			**24.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 10 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5F27CDD0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.508/2026

Dá nome de logradouro público na forma que dispõe

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica denominada Rua Francisco Nelson de Lima, aquela registrada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental como CM-427, a qual se inicia na Rua Joana dos Anjos e termina em propriedade particular, com extensão de 93,00 metros, na localidade – Campo de Santo Antônio.

Art. 2° O Poder Executivo confeccionará a placa indicativa da via, bem como expedirá ofícios às concessionárias de serviços públicos e outros órgãos interessados.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 11 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:777FB168

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.509/2026

Dá nome de logradouro público na forma que dispõe

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica denominada Rua Iolanda Costa de Lima, aquela registrada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental como CM-425, a qual se inicia na Rua Joana dos Anjos e termina em propriedade particular, com extensão de 142,5 metros, na localidade – Campo de Santo Antônio.

Art. 2° O Poder Executivo confeccionará a placa indicativa da via, bem como expedirá ofícios às concessionárias de serviços públicos e outros órgãos interessados.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 11 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F6D77256

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.510/2026

Dá Nome de Logradouro Público, na Forma que dispõe.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.: Fica denominada **Rua Santa Rita** a CM 384, localizada no Bairro Campo de Santo Antônio, transversal a Rua Joana do Anjos, com extensão de 80,94 metros.

Art. 2º.: Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa relativa à denominação de que trata o artigo anterior.

Art. 3°.: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro, em 11 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:2AE64D4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que realizará Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos destinados a suprir as necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal de Campo Magro/PR, compreendendo a produção, fornecimento e, quando aplicável, peças e acessórios correlatos, bem como os serviços de entrega, a serem executados de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade das dependências da Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR, em conformidade com as condições estabelecidas neste edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 770.522,96 (Setecentos e setenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos).
DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 24/09/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 11 de setembro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D9668FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que realizará Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**.

OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 63.451,00 (Sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais).

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 25/09/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 11 de setembro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:8150AFEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 460/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância para apurar os fatos relatados no **Memorando** n°2.105/2026.
Art. 2º Nomear Comissão de Sindicância, a qual será composta pelos seguintes membros:
EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
TAWANE DE MORAIS – Auxiliar de Serviços Gerais
Art. 3º A presente C.P.S. ficará sob a presidência da Sra. **EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO** e reunir-se-á por convocação da mesma.
Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:934C8F60

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 461/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Substituir membro da Comissão para atuar e responder pela **COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE CANDÓI/PR**, conforme segue:

SECRETÁRIO: **EDER SELESTRINO** pela servidora **KAUANE CRISTINA DA SILVA.**
Art. 2º Os demais artigos permanecerão inalterados e de acordo com a Portaria n° 385/2025.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:00139C8C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 462/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o prazo constate no **Art. 3º da Portaria nº 282/2026,** por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório Final.
Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados, de acordo com a Portaria nº 282/2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 13/09/2026.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:3AE4A1C4

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAas autoridades, os representantes de classes e a sociedade em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no **dia 24 de setembro de 2026, com início às 14:00 horas**, na sede da Câmara Municipal, situada a Av. Alfredo Antônio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros, tendo como pauta:
1. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da LDO referente aos meses de maio à agosto de 2026 (Art. 9º parágrafo 4º da LRF);
2. Prestação de Contas da Educação referente aos meses de maio à agosto de 2026;
3. Prestação de Contas da Saúde referente aos meses de maio à agosto de 2026;
4. Prestação de Contas Assistência Social, incluindo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente aos meses de maio à agosto de 2026;

Candói, 04 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4AB55F8D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 077/2023

CONTRATO Nº 077/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.362/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: EVA DE FATIMA ANTUNES FAGUNDES - CPF nº 647.721.609-49.
OBJETO: prorrogação de prazo e do valor do contrato nº 077/2023, "locação de imóvel para sediar as instalações do Setor de Merenda Escolar".
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 23.501,40 (vinte e três mil, quinhentos e um reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7A5E14BB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 | PROCESSO Nº 2.920/2026

Constatada a regularidade dos atos procedimentais e em cumprimento ao CAPÍTULO VIII (DA HOMOLOGAÇÃO) do Edital, a autoridade superior, o Sr. Aldoino Goldoni Filho, HOMOLOGA o resultado do julgamento realizado nos dias 25 e 31 de agosto de 2026, referente ao processo em epígrafe.

Objeto: **Credenciamento de empresas da construção civil, para que possam manifestar interesse e apresentar propostas à Caixa Econômica Federal para o desenvolvimento e construção de empreendimentos habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos do FGTS, em parceria com o agente financeiro autorizado a operá-lo**:

Resultado:

Protocolo	Razão Social	CNPJ	Situação	Ordem Classificatória
2.138/2026	CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA	76.307.024/0001-50	**Credenciado e Selecionado** em 31/08/2026	1º
2.920/2026	H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	20.516.513/0001-67	Credenciado em 31/08/2026	2º
2.033/2026	CONSTRUTORA SANMER LTDA	04.183.462/0001-42	Credenciado em 31/08/2026	3º

Candói, 11 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito / Autoridade Superior

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:97966D04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
EDITAL N.º 041/2026

Com o presente **convocamos** o(a)s candidato(a)s abaixo relacionado(a)s, aprovado(a)s no Concurso Público Municipal, referente ao Edital de Concurso Público nº 001/2025, homologado pelo Edital nº 17.001/2025, para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Capitão Leônidas Marques, com vistas a nomeação e posse nos respectivos cargos efetivos, observado as seguintes condições:
1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
1.1.O(A)s candidato(a)s relacionado(a)s no Anexo I deste edital, após receber(em) a convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR., situada na Av. Tancredo Neves, 502 – Centro – Capitão Leônidas marques – PR., no prazo de até **03 (três) dias úteis**, no horário compreendido entre às 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, para assinar o termo de interesse na vaga.
1.2. Manifestado o interesse na vaga, o(a) candidato(a) terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II deste Edital.
1.3.Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
1.4.O não comparecimento nos termos do item 1. acima, implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2. DOS EXAMES MÉDICOS
2.1.O(A)s candidato(a)s deverão apresentar os exames clínicos necessários de acordo com o cargo a ser ocupado, quando da realização do exame médico admissional, realizado por um Médico do Trabalho, atestando a aptidão física e mental para o exercício do cargo.
3. DA AVALIAÇÃO PARA PcD e AFRODESCENDENTE
3.1. O candidato na condição de pessoa com deficiência, mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, por ocasião de sua convocação para contratação, será submetido a uma avaliação por uma Junta Médica para comprovar a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem exercidas.
3.2. O candidato a vaga de afrodescendente mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, será avaliado pela Comissão de

Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendente, a ser instituída pela Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.

4. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4.1.A publicação do ato de nomeação se dará por meio de Decreto, publicado no Órgão oficial do município.

5. DA POSSE

5.1. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, o(a)s candidato(a)s deverão se apresentar na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, PR., para serem empossado(a)s e receberem instruções sobre o local de trabalho para os quais serão designado(a)s.

Capitão Leônidas Marques-PR, 11 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATO(A)

CARGO: Enfermeiro(a)
Candidato(a):

- Nelson Anderson Morgenroth

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

I - Cédula de Identidade (R.G.);
II - Certificado de reservista, quando couber;
III - Título de eleitor;
IV - Certidão de quitação eleitoral;
V -- Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI - Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "C' ou "D", conforme o cargo;
VII - Certidão de nascimento ou casamento;
VIII - Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
IX - Uma foto 3X4 recente, tirada de frente;
X - Comprovante de escolaridade, conforme o caso;
XI - Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, quando couber;
XII - Atestado de sanidade física e mental, atestando a capacidade para o exercício do cargo;
XIII - Certidão de antecedentes criminais, tirada junto ao fórum da Vara Criminal da Comarca onde reside o futuro servidor(a);
XIV - Certidão negativa criminal federal;
XV - Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública, salva em casos de acumulação legal prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
XVI - Declaração de que está no gozo dos direitos políticos;
XVII - Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora, ou demissão por justa causa;
XVIII - Declaração de Bens e Valores;
XIX - Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
XX - Comprovante de inscrição do PIS/ PASEP ativo vigente (Extrato C.E.F. ou Bco. do Brasil);
XXI - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
XXII - Comprovante de Residência atual;
XXIII - Comprovante de pagto. da anuidade do órgão fiscalizador do exercício profissional e documento de registro no órgão de classe (cópia), quando couber;

Obs: Apresentar original e cópia dos documentos. As cópias deverão ser legíveis, sem corte de parte do documento. Os documentos menores poderão constar na mesma folha.

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:9725C0F6

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 - CMDM

Data: 11/09/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Parcial dos recursos da Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR, destinados ao Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as dispostas na Lei Municipal nº 2.831/2025.

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proteção dos direitos das mulheres;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, que estabelece mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO a **Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR**, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, que dispõe sobre o repasse de recursos do **Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FEDIM/PR**, destinados ao **Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres**;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução dos recursos destinados ao Município de Capitão Leônidas Marques;

CONSIDERANDO a apresentação, pelo órgão gestor da Política Municipal para as Mulheres, da **Prestação de Contas Parcial** referente aos recursos recebidos por meio da Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR;

CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, incluindo relatório de execução física e financeira, demonstrativos de despesas e demais documentos pertinentes;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada em reunião no dia 11 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **Prestação de Contas Parcial** referente à execução dos recursos financeiros recebidos pelo Município de Capitão Leônidas Marques, por meio da **Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR**, destinados ao **Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres**.

Art. 2º A prestação de contas aprovada por esta Resolução refere-se ao período de 13/11/2024 a 31/12/2025 contemplando a execução das ações previstas no Plano de Ação aprovado para aplicação dos recursos.

Art. 3º Conforme documentação apresentada ao CMDM, a execução financeira dos recursos no período corresponde a:

I – **Valor recebido:** R$ 70.000,00
II – **Valor executado:** R$ 5.590,00
III – **Saldo remanescente com rendimentos até 31/12/2025:** R$ 72.693,55

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher atesta que procedeu à análise da Prestação de Contas Parcial apresentada pelo órgão gestor, considerando a execução física e financeira das ações e a finalidade estabelecida na **Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR**.

Art. 5º A aprovação de que trata esta Resolução refere-se exclusivamente ao período e à execução apresentada na Prestação de Contas Parcial, permanecendo o órgão gestor responsável pela guarda da documentação comprobatória das despesas e pela apresentação das demais prestações de contas exigidas pelos órgãos de controle e pelo Estado do Paraná.

Art. 6º Fica autorizada a inserção desta aprovação no **Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF**, juntamente com a documentação correspondente, quando cabível.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, 11 de setembro de 2026

ANA PAULA NEVES CAPELETI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Paula de Borba Juliao
Código Identificador:808386B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 383/2026 DATA: 11-09-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder ao servidor público abaixo relacionado, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
114681/1	Acácio Getrullio	Agente de Administração	14-09-2026	13-12-2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 11 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:20D01852

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 106/2026-DP.

Súmula: - "Registrar a desistência de Candidata aprovada conforme edital do concurso Público 001/2024."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º. Registrar a desistência, **a pedido**, da candidata **DÉBORA APARECIDA ANANIAS**, CPF/MF nº 103.XXX.XXX-16, convocada por meio da **Portaria Nº 100/2026-DP** para o provimento do cargo de Psicóloga, classificada na modalidade de cotas raciais, nos termos do Edital do Concurso **Público nº 001/2024.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 10 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:6C52C7CB

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1.802 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA:*" Institui o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, estabelecendo a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários existentes para com a Municipalidade"*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal do Brasil e Pela Lei Orgânica do Município Carlópolis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais no pagamento de débitos tributários e não tributários para com a Administração, vencidos até a data da assinatura do termo de acordo, atualizados monetariamente, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, após a consolidação da dívida, do ano de 2025 e anteriores, desde que pagos em moeda corrente, observados os seguintes percentuais e prazos:

I - em parcela única, com redução de 100% (cem por cento) do valor dos juros e das multas, cuja adesão ao programa deverá ocorrer até 18 de dezembro de 2026;
II - em até 03 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros e das multas, cujo termo de acordo deverá ser pactuado até 18 de dezembro de 2026;
III - em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros e das multas, cujo termo de acordo deverá ser pactuado até 18 de dezembro de 2026
IV - em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros e das multas, cujo termo de acordo deverá ser pactuado até 18 de dezembro de 2026;
V - em até 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 30% (trinta por cento) do valor dos juros e das multas, cujo termo de acordo deverá ser pactuado até 18 de dezembro de 2026;
VI - em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 10% (dez por cento) do valor dos juros e das multas, cujo termo de acordo deverá ser pactuado até 18 de dezembro de 2026;

§ 1º. As reduções elencadas nos incisos I a VI não se aplicam sobre a correção monetária incidentes sobre os débitos.

§ 2º. Ficam mantidas as demais previsões legais da lei 1.322/2017 sobre o Programa de Parcelamento Incentivado.
Artigo 2º. O contribuinte interessado em aderir ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, deverá comparecer no Departamento Tributário com os documentos pessoais em data a ser divulgada pelo Município.

Artigo 3º. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:C56020DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
6º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **TRANSPECCHER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** estabelecida na linha Caravagio, zona rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 31.769.545/0001-90, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Fernando José Peccher, brasileiro, portador da Cédula de

Identidade nº 10.xxx.271-x e do CPF nº 084.xxx.xxx-22, residente e domiciliado a linha JL, zona rural, na cidade de Três Barras do Paraná, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato decorrente do pregão presencial 25/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a se-guir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado o contrato supra nas linhas 04 e 13, face ao aumento de alunos, conforme documento da secretaria de Educação em anexo.
CLAUSULA SEGUNDA – Em razão da alteração dos km, aditiva-se o valor de cada linha, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA acréscimo	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
04	TROMBETA/ SÃO JOÃO/ LOPES/ SÍTIO MORO/ CARAVAGGIO/ Cidade, (Colégio Ferreira Neves/ Pestalozzi/Escola Maria Mayer) e retorno após a aula.	3,6	72	9,49	2.459,81
13	Fazenda JJ Fazenda Rotta, limite município com Três Barras E SANTA CRUZ Escola Prof. Valentin Bernardo Thisen/ Colégio Estadual Thomaz Pereira e retorno após a aula.	11	72	7,64	6.050,88

CLÁUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.
E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas/PR, 11 de setembro de 2026

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Transpeccher Comercio E Serviços LTDA
FERNANDO JOSE PECCHER
CPF: 084.xxx.xxx-22

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:F6517F64

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 6/2026

SÍNTESE DO OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO E DA DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.

A documentação deverá ser protocolada juntamente ao Município no Departamento de Licitações ou enviada no e-mail licitacao@catanduvas.pr.gov.br, a partir da publicação do edital, até a data da sessão de julgamento, podendo ser entregues diretamente a equipe julgadora no ato da sessão de julgamento.

Os documentos serão analisados dia 02 de outubro de 2026 às 09:00 horas, em sessão pública.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Departamento de Licitações do Município de Catanduvas – PR, Avenida dos Pioneiros, 500 – Centro - Catanduvas – PR: Pelo Telefone 45 – 3234.8500, site do Município: www.catanduvas.pr.gov.br, e ainda solicitado pelo e-mail: licitacao@catanduvas.pr.gov.br

Catanduvas – PR, 11 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2CCD6609

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2026.

Modalidade: Pregão Presencial nº 38/2026.
Processo Administrativo nº 85/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS COMPONENTES DA MERENDA ESCOLAR.

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, nº 500, Município de Catanduvas, no dia 30 de setembro de 2026 as 09:00 horas.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site: www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas – Pr, 11 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:CDB0DE91

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 247/2026

DECRETO Nº 247/2026

Súmula: Nomeia para cargo em comissão e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Claudia Rejane Silva Pacheco, CPF nº ***.555.120-** para o cargo em comissão de Diretora de Departamento de Assistência Social.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 08 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:3F3B22A0

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 258/2026 REVOGA CONCESSÃO DE JHE, GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 258/2026

SÚMULA: Revoga concessão de JHE – Jornada de Hora-Extra dos servidores que especifica, nos termos da Lei Municipal nº 210/2021, revoga gratificação concedida a servidor municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 210/2021, bem como as solicitações dos servidores e o despacho nº 036/2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica revogada a concessão de JHE – Jornada de Horas Estendida, concedida nos termos da Lei Municipal nº 210/2021, em razão de solicitação expressa dos respectivos servidores:
I – Valderi dos Santos, ocupante do cargo de Professor, matrícula nº 100050-0, a contar de 08 de setembro de 2026, com a consequente cessação dos efeitos da Portaria nº 03/2026;
II – Adriely Cultz, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 100109-4, a contar de 14 de setembro de 2026, com a consequente cessação dos efeitos da Portaria nº 017/2026.
Art. 2º Conforme o Despacho nº 036/2026, fica revogada a gratificação atribuída ao servidor Alaor Carlos de Oliveira, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, matrícula nº 1026-0, cessando-se o pagamento da referida vantagem a partir da folha de competência de setembro de 2026, com a consequente cessação dos efeitos do Decreto nº 25/2025, especificamente ao servidor.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto às revogações previstas nos arts. 1º e 2º nas datas nele estabelecidas, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 11 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:65144AD8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 259/2026

DECRETO Nº 259/2026

Súmula: Nomeia Agente Política na condição de Secretária Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Noeli dos Passos, CPF nº ***.763.069-**, Agente Política, na condição de Secretária de Assistência Social do Município de Catanduvas/PR

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 11 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:02EAB92C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 260/2026 SÚMULA: GRATIFICA SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 260/2026

SÚMULA: Gratifica servidores públicos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente,

D E C R E T A

Art. 1º Fica concedida gratificação em percentual de 100% (cem por cento) a servidora Rosecler Buhler, matricula nº 100335-6, em razão do desempenho de atribuições de direção escolar, nos termos da Lei Municipal nº 210/2021 e suas alterações bem como da legislação municipal vigente aplicável aos servidores públicos municipais.
Art. 2º - Fica adicionada gratificação, em percentual de 60% (sessenta por cento), nos termos da Lei nº 199/2021, ao servidor Nadir Pandini, matrícula nº 1008-1 em razão de designação para o cargo de Diretor de Departamento de Esportes do município de Catanduvas/PR, conforme Portaria nº 066/2026.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de setembro de 2026 e enquanto perdurar a situação que fundamentou a concessão da gratificação.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 11 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:6E618D10

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 261/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.03.04.124.1054.2.004	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 82,96
02.07.12.365.1400.2.081	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 600,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 82,96
02.07.12.365.1400.2.082	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 600,00

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 11 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:D7BAD948

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
RELATÓRIO DE JULGAMENTO - DISPENSA ELETRÔNICA 002/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 09/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 09/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: Aberto
PUBLICIDADE: O aviso da Dispensa Eletrônica foi publicado:
- PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no dia 31/08/2026
- Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), no dia 31/08/2026
- Por meios Eletrônicos, Portal da Transparência, site oficial da Câmara Municipal de Centenário do Sul e na BLL Compras, nos dias 31/08 e 01/09/2026

A íntegra do TERMO DE REFERÊNCIA foi disponibilizado através do site da Câmara Municipal de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.leg.br) no dia 31/08/2026.
A data da sessão foi designada para o dia 09/09/2026 às 09 horas, portanto, cumpriu-se o disposto na legislação vigente.

EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DA DISPENSA ELETRÔNICA

Nº	NOME DA(S) EMPRESA(S)	CNPJ
1	MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME	22.077.561/0001-21

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Não houve(ram) pedido(s) de esclarecimento(s) e/ou impugnação(ões) relativo(s) ao Termo de Referência, modelo(s) e anexo(s).

PROPOSTA DE PREÇOS, JULGMANETO E CLASSIFICAÇÃO
A(s) proposta(s) de preço aceita(s) e lance(s) final(is) foi(ram):

CLASSIFICADA(S)	LOTE(S)	EMPRESA(S)	VALORES PROPOSTO(S) R$	LANCE FINAL R$
1ª Colocada	1	MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME	1.741,90	1.741,90

Não houve apresentação de lances, mesmo ocorrido o prazo de 06 horas para lance, não foi apresentado nenhum, mantendo o valor na proposta apresentada pelo licitante, onde constam em Ata.
Não houve desclassificações.
Encerrada a etapa competitiva e ordenada a classificação, o Condutor do Processo procedeu análise dos documentos de Habilitação da proponente que apresentou a proposta, para verificação do atendimento das condições previstas no Termo de Referência.

HABILITAÇÃO
Proponente Habilitada:

LOTE(S)	EMPRESA	VALOR PROPOSTO R$	LANCE FINAL (R$	HABILITADO
1	MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME	1.741,90	1.741,90	SIM

A decisão foi publicada no diário oficial dos municípios do Paraná, no dia 11/09/2026 e comunicada à empresa vencedora.

Devidamente apurado e aceito dos documentos de habilitação, o Condutor do Certame declarou o proponente vencedor e encaminhou para a Autoridade Competente para posterior Homologação.
O(s) proponente(s) não demonstrou(aram) imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em fase do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, o Condutor do certame emite a seguir seu parecer final.
- Que a contratação do(s) objeto(s) constante(s) do lote adiante descrito(s), objeto da Dispensa Eletrônica 002/2026, seja Adjudicada e Homologada com base no Termo de Referência, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório.

LOTE 01
Proponente: MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME
Valor Global: R$ 1.741,90 (um mil setecentos e quarenta e um reais e noventa centavos)
Prazo de Fornecimento: 15 (quinze) dias

Centenário do Sul, 11 de setembro de 2026

NATAL DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:8F6364A3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 245/2026

DECRETO Nº 245/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3300 de 02 de setembro de 2026, para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.242.0008.2064	Subvenção / contribuição APAE	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2	01106-Emenda Individual 202618670005- Luiz Carlso Hauly- Custeio	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.6.50.0.1.08.00.00.00.00	FNAS - EMENDA INDIVIDUAL 202618670005 - CUSTEIO- LUIZ C. HAULY	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.6.50.0.1.08.00.	FNAS - EMENDA INDIVIDUAL 202618670005 - CUSTEIO- LUIZ C. HAULY	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 08 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:6F056061

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 247/2026

DECRETO Nº 247/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) servidor(a): VIVIANE ARROIO ORLANDO PEREIRA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:
Artigo 1º - Nomear, por **20 DIAS**, a partir do dia 08 de Setembro de 2026, o(a) servidor(a) **VIVIANE ARROIO ORLANDO PEREIRA**, para ocupar temporariamente o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO(A) DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS** em decorrência de férias do(a) titular da pasta.

Artigo 2º - Receberá pelos dias trabalhados o valor do cargo temporariamente ocupado.

Artigo 3º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 11 de Setembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:11CAFB7E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 071/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 071/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, torna público a **DESCLASSIFICAÇÃO PELA COTA AFRO** do(a) candidato(a), no concurso publicado pelo edital nº 001/2025.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
CLEONICE FELIX DE LIMA DIAS	19° AFRO	Educador(a) Infantil

Centenário do Sul/PR, 11 de Setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:DE5FE8F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 03, DE SETEMBRO DE 2026. FICA NOMEADO O SEGUINTE MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CERRO AZUL – PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, **Edson Cordeiro do Nascimento**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO a Lei Municipal **nº 026/2023**, que dispõe sobre a criação do Conselho e Fundo Municipal de Esporte de Cerro Azul;

CONSIDERANDO a PORTARIA **Nº 1370**, **22 DE OUTUBRO DE 2025**, onde se tornou pública a lista de membros aprovados pelo Conselho Municipal do Esporte.

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado o seguinte membro para compor a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esportes de Cerro Azul – PR, para o mandato de 2 (dois) anos, mediante exoneração de Membro Nato anteriormente nomeado, conforme eleição realizada em Audiência Pública realizada em **28 de maio de 2025**:

- **Icaro Allisson Mangger**, como Membro Nato deste Conselho, atualmente ocupando o cargo de **Primeiro Secretário**;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, em 11 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:330A247D

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1193/2026 ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 890/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o pedido de substituição da servidora **Magaly Bruna Ramos**, integrante da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 890/2026, diante da sobrecarga decorrente do exercício concomitante das funções de Psicóloga e Coordenadora do CRAS, bem como de sua atuação em outro processo administrativo;
CONSIDERANDO o pedido apresentado pelo servidor **Elon Rangel Ribeiro de Souza**, então Presidente da Comissão Processante instituída pela Portaria nº 890/2026, visando assegurar a continuidade e a regularidade dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade da instrução, o cumprimento dos prazos e a regular tramitação do Processo Administrativo Disciplinar;
RESOLVE:
Art. 1º Fica o servidor **ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA** substituído na função de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 890/2026.
Art. 2º Fica designado o servidor **DIOGO PORFÍRIO DE MATOS**, matricula 1186/1, para integrar e exercer a função de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 890/2026, em substituição ao servidor Elon Rangel Ribeiro de Souza.

Art. 3º Fica a servidora **MAGALY BRUNA RAMOS** substituída da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 890/2026.
Art. 4º Fica designada a servidora **VANESSA MANGGER**, matricula 636/1, para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria nº 890/2026, em substituição à servidora Magaly Bruna Ramos.
Art. 5º Ficam ratificados os atos regularmente praticados pela Comissão Processante anteriormente à presente alteração, cabendo aos novos integrantes dar continuidade aos trabalhos no estágio em que se encontram.
Art. 6º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 890/2026.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cerro Azul/PR, 4 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:CE9048AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024-2026

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/21 e legislação complementar aplicável, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto:

Aquisição de materiais odontológicos, destinados ao abastecimento do Setor de Odontologia para uso das unidades de saúde da sede e interior, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Azul/PR. Sistema Registro de Preço.

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2026.

Valor máximo estimado da licitação: R$ 350.136,70 (trezentos e cinquenta mil, cento e trinta e seis reais e setenta centavos).

Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Código da contratação: 987501 - 15/2026.

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 11 de setembro de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:25351249

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2026 EDITAL Nº 13.002/2026 07ª CONVOCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2026

EDITAL Nº 13.002/2026

07ª Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, destinado ao recrutamento de estagiários, aberto por meio do Edital nº 02/2026.

RESOLVE

CONVOCAR os estudantes abaixo relacionados, aprovados no certame supracitado, comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de publicação deste ato, para que procedam sua habilitação visando a inclusão no Programa de Estágio deste Poder, na modalidade não obrigatória.

Candidatos convocados favor fazer o **Cadastro** como estudante no site da empresa integradora **CEINEE - Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes https://www.ceinee.org.br**

• O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.

Convocados para Preenchimento de vagas para o curso de Pedagogia e Licenciatura - Sede

Classificação	***Candidatos***
17°	Alessandra Aparecida Rocher Boeno

Cerro Azul - Pr, 10 de setembro de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:355376DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1196, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 180(CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA A MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FLAVIA VICTORIA DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICA VETERINÁRIA.

PORTARIA Nº 1196, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade a servidora pública municipal Flavia Victoria do Nascimento, ocupante do cargo de Médica Veterinária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 036/2017 Art. 1º que regulamenta o artigo 138 da Lei Municipal nº 003/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade, com início no dia 03 de setembro do ano de 2026 e termino no dia 01 de março de 2027, a servidora pública municipal senhora Flavia Victoria no Nascimento, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de setembro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:964333E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1201, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO RETROATIVA DE 180(CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA A MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TALI CAROLINE DE JESUS CROPOLATO, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO.

PORTARIA Nº 1201, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão retroativa de 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade a servidora pública municipal Tali Caroline de Jesus Cropolato, ocupante do cargo de Chefe de Divisão.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 036/2017 Art. 1º que regulamenta o artigo 138 da Lei Municipal nº 003/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, de forma retroativa, 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade, com início no dia 25 de agosto do ano de 2026 e termino no dia 21 de fevereiro de 2027, a servidora pública municipal senhora Tali Caroline de Jesus Cropolato, ocupante do cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos administrativos de forma retroativa ao dia 25 de agosto de 2026.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 09 de setembro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:D7CBE83D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1202, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO RETROATIVA DE LICENÇA ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILCE MARIA SOUZA DE MOURA E COSTA.

PORTARIA Nº 1202, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão retroativa de Licença Especial à servidora pública municipal Nilce Maria Souza de Moura e Costa.

O prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 144 da Lei Complementar nº 01/2016, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul.

RESOLVE:

ART.1º - Conceder, de forma retroativa, 03(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a Servidora Pública Municipal Senhora Nilce Maria Souza de Moura e Costa, ocupante do cargo efetivo de Educador Social lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, período aquisitivo de 07/02/2017 a 07/02/2022, com início no dia 10 de agosto do ano de 2026 e termino no dia 07 de novembro de 2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos administrativos de forma retroativa ao dia 10 de agosto de 2026.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Prefeito em 10 de setembro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:715A101F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1203, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 CONCEDER 03(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTAR 05(CINCO) ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOELI SCHELEIDER DE LIMA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESS

PORTARIA Nº 1203, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder 03(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta municipalidade, a servidora pública municipal Noeli Scheleider de Lima ocupante do cargo efetivo de Professora.

O prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 30 da Lei Municipal nº 05/2017 e inciso I, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Cerro Azul.
RESOLVE:

ART.1º - **Conceder** 03(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a Servidora Pública Municipal senhora Noeli Scheleider de Lima, ocupante do cargo efetivo de Professora lotado na Secretaria Municipal de Educação, período aquisitivo de 11/03/2017 a 11/03/2022, com início no dia 18 de setembro do ano de 2026 e termino no dia 16 de dezembro do ano de 2026

ART.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Prefeito em 10 de setembro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:2AAF44DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003/2026

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003/2026
DECLARAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DECLARA A INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, DESTINADA À APURAÇÃO DE FATOS DETERMINADOS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO E À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL MAX STALSCHMIDT, DECORRENTES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 E DO CONTRATO Nº 137/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de criação de Comissões Parlamentares de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo;
CONSIDERANDO o disposto no art. 20, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Clevelândia, que disciplina a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito mediante requerimento de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO o recebimento do Requerimento Parlamentar de Abertura de CPI nº 001/2026, apresentado e subscrito por 3 (três) Vereadores, número correspondente a um terço dos membros da Câmara Municipal, composta por 9 (nove) Vereadores;
CONSIDERANDO que o requerimento delimita como objeto da investigação a apuração de fatos determinados relacionados à contratação e à execução das obras de revitalização e reforma do Estádio Municipal Max Stalschmidt, decorrentes da Tomada de Preços nº 005/2023, do Contrato nº 137/2023 e de seus respectivos Termos Aditivos;
CONSIDERANDO que o requerimento estabelece prazo determinado de 90 (noventa) dias para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, admitida prorrogação motivada por igual período, nos termos e limites da legislação aplicável;
CONSIDERANDO que a análise dos requisitos formais constantes do requerimento evidencia a indicação do número mínimo de subscritores e a delimitação de objeto determinado e prazo certo para a investigação;
CONSIDERANDO que a presente Declaração tem por finalidade formalizar a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, sem antecipação de juízo quanto à existência ou inexistência das irregularidades narradas no requerimento, bem como quanto à eventual responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas, matérias que deverão ser objeto da investigação parlamentar;
DECLARA:
Art. 1º Fica INSTAURADA, no âmbito da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, destinada à apuração, dentro dos limites do fato determinado constante do Requerimento Parlamentar de Abertura de CPI nº 001/2026, de possíveis irregularidades, omissões, falhas ou outras circunstâncias relevantes relacionadas à contratação e à execução das obras de revitalização e reforma do Estádio Municipal Max Stalschmidt, decorrentes da Tomada de Preços nº 005/2023, do Contrato nº 137/2023 e de seus respectivos Termos Aditivos.
Art. 2º Constituem fatos determinados a serem apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, nos limites estabelecidos no requerimento de origem:
I – as circunstâncias relacionadas à elaboração dos Projetos Básicos da licitação, especialmente quanto à eventual ausência de previsão ou consideração de canalizações pluviais existentes no subsolo e seus possíveis reflexos na execução da obra;
II – as circunstâncias relacionadas à paralisação da obra e ao período transcorrido entre a data prevista para retomada dos trabalhos e a formalização do respectivo Termo de Retomada;
III – as circunstâncias relacionadas à celebração e execução do 3º Termo Aditivo, inclusive quanto à observância dos pareceres e manifestações jurídicas constantes dos autos do procedimento;
IV – as circunstâncias relacionadas à celebração e execução do 5º Termo Aditivo, especialmente quanto à dilação de prazo e aos serviços objeto de refazimento;
V – as circunstâncias relacionadas à execução contratual e à eventual adoção, ou não, das medidas administrativas e sancionatórias cabíveis diante das ocorrências registradas durante a execução do contrato;
VI – a apuração de eventual responsabilidade administrativa, funcional ou de outra natureza que, se comprovada no curso dos trabalhos, esteja diretamente relacionada aos fatos determinados objeto desta investigação.
Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua efetiva instalação, para conclusão dos trabalhos, admitida prorrogação motivada por igual período, desde que observados os requisitos e limites estabelecidos pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno desta Câmara Municipal.
Art. 4º A composição da Comissão Parlamentar de Inquérito observará, quando aplicável, o princípio da representação proporcional dos partidos políticos e dos blocos parlamentares, na forma da legislação e das normas regimentais pertinentes.
Art. 5º Ficam as lideranças partidárias e/ou de blocos parlamentares notificadas para que, no prazo regimental, procedam à indicação dos Vereadores que deverão integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, observados os critérios de composição estabelecidos na legislação e no Regimento Interno.
Art. 6º Recebidas as indicações, a Presidência adotará as providências necessárias para a formalização da composição da Comissão, mediante o competente ato de nomeação, dando-se ciência aos Vereadores designados.
Art. 7º Após a formalização de sua composição, a Comissão Parlamentar de Inquérito será convocada para sua reunião de instalação, oportunidade em que deverá organizar seus trabalhos e deliberar acerca das providências necessárias ao cumprimento de seu objeto, observadas suas atribuições legais e regimentais.
Art. 8º No exercício de suas atribuições, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá promover as diligências necessárias à elucidação dos fatos determinados, observados os limites estabelecidos pela Constituição Federal, pela legislação aplicável, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 9º As diligências, requisições de documentos, oitivas, inspeções, perícias e demais medidas investigativas indicadas no Requerimento Parlamentar de Abertura de CPI nº 001/2026 deverão ser apreciadas e, conforme o caso, deliberadas pela Comissão após sua efetiva instalação, observadas as respectivas competências e os requisitos legais aplicáveis.
Art. 10. A Presidência da Câmara Municipal providenciará, dentro das disponibilidades administrativas da Casa, o suporte necessário ao funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive quanto aos recursos administrativos e técnicos necessários ao desenvolvimento regular dos trabalhos.
Art. 11. A presente Declaração não importa em juízo prévio acerca da ocorrência dos fatos, da existência de irregularidades ou da responsabilidade de quaisquer agentes públicos ou particulares, destinando-se exclusivamente à formalização da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração dos fatos determinados descritos nesta Declaração e no Requerimento Parlamentar de Abertura de CPI nº 001/2026.
Art. 12. Esta Declaração entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:5AF0C48D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N.º 04/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso das suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Dispensa Eletrônica nº 04/2026, realizado para a aquisição de televisores Smart TV (01 unidade de 86 polegadas e 01 unidade de 32 polegadas), destinados a equipar o plenário desta Casa Legislativa, de

acordo com as especificações e condições constantes neste Aviso de Dispensa, bem como a ADJUDICAÇÃO do objeto, no que se refere ao item 01 em favor da empresa TH SERVICOS E LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 60.316.552/0001-35, que apresentou a melhor proposta, com o valor global total de R$ 7.824,00 (sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais), declarando o item 02 como fracassado.
A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas na Dispensa, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Clevelândia – PR, 11 de setembro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCENCIO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:C448DFDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
ATO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

Credenciamento de Pessoas Jurídicas (postos de combustível) para fornecimento de gasolina comum à Câmara Municipal de Colombo/PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, por intermédio de seu Presidente, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2025, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas (postos de combustível) para fornecimento de gasolina comum destinada ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Colombo/PR;
CONSIDERANDO que o item 12.1 do Edital de Credenciamento nº 01/2025 estabelece que o instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado;
CONSIDERANDO que o item 12.2 do referido Edital prevê que, no ato de prorrogação da vigência, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original;
CONSIDERANDO que o item 12.3 do Edital determina que o ato de prorrogação deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado;
CONSIDERANDO a permanência da necessidade administrativa de aquisição de gasolina comum para atendimento da frota oficial da Câmara Municipal de Colombo, bem como a conveniência da continuidade do procedimento de credenciamento, nos termos das condições estabelecidas no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO que o Termo de Referência caracteriza a aquisição de gasolina comum como fornecimento contínuo e prevê a possibilidade de prorrogação dos contratos decorrentes do credenciamento, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021;
RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogada, por 12 (doze) meses, a vigência do Edital de Credenciamento nº 01/2025, referente ao Processo Administrativo nº 758/2025, a contar de 10 de setembro de 2026, passando sua vigência a se estender até 09 de setembro de 2027.
Art. 2º Fica renovado o quantitativo de até 21.600 (vinte e um mil e seiscentos) litros de gasolina comum para o novo período de vigência do credenciamento, correspondente ao limite do quantitativo anual originalmente estabelecido no instrumento convocatório.
Parágrafo único. O quantitativo previsto no caput constitui estimativa de consumo e não implica obrigação de aquisição pela Câmara Municipal de Colombo, que realizará as aquisições de acordo com a demanda efetivamente verificada, observadas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2025.
Art. 3º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do Edital de Credenciamento nº 01/2025 e de seus anexos que não forem incompatíveis com o presente Ato.
Art. 4º A prorrogação da vigência do Edital de Credenciamento não implica, por si só, a prorrogação dos contratos dele decorrentes, cuja continuidade deverá ser formalizada mediante os respectivos Termos Aditivos, quando cabível, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos instrumentos contratuais.
Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 10 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:212A63F8

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
ERRATA

Processo nº 846/2026
Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3609, do dia 03/09/2026.

Onde se lê:

Aditivo nº 01 ao Contrato nº. 04/2025
Serviços de Vigilância e Segurança Armada

Leia-se:

Aditivo nº 01 ao Contrato nº. 05/2025
Serviços de Vigilância e Segurança Armada

Colombo, 10 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:7248FCB7

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 105/2026

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento na Lei nº 1490, de 21 de dezembro de 2018,

DETERMINA

I – Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a empenhar o valor de R$ 2.016,96 (dois mil e dezesseis reais e noventa e seis centavos), em nome da servidora KALYANE MARIE MICALOSKI KOWALSKI para atender despesas de viagem referentes à alimentação e locomoção na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, para participar do Congresso Brasileiro de Contadores Públicos do Brasil, que ocorrerá entre os dias 14 e 17 de setembro de 2026, no Mabu Thermas Grand Resort, localizado na Av. das Cataratas, 3175 - Mata Verde, Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85853-000.
II – O beneficiário deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem no prazo de 10 (dez) dias.
III – Não ocorrendo o deslocamento, o beneficiário terá o prazo de no máximo 05 (cinco) dias para devolução do valor recebido.

Colombo, 8 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:12E495A0

COLOMBO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 35737/2026
Dispensa: 08/2026
Contratante: Colombo Previdência
Contratado: Licentech Global Technologies 002 Ltda.
Objeto: Aquisição de licença de software antivírus.
Valor: O valor total da dispensa é de R$ 7.000,00 (Sete mil reais).
Embasamento Legal: Art. 75 inc. II Lei 14.133/2021.
Data: 11/09/2026.

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:75BD0F0E

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.945/2026

LEI N.º 1.945 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Denomina de Dr. Antoninho Barth, a Unidade de Pronto Atendimento do Alto Maracanã.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Dr. Antoninho Barth, a Unidade de Pronto Atendimento do Alto Maracanã, localizada na Rua São Pedro, 855, bairro Fátima, no Município de Colombo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 08 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:8569756E

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.946/2026

LEI N.º 1.946 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Município de Colombo, revoga a Lei Municipal nº 1.244, de 21 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, H**ELDER LUIZ LAZAROTTO,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Colombo nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

§ 1º As contratações de que trata esta Lei terão natureza administrativa, sob regime especial de direito público.

§ 2º A contratação temporária somente será admitida quando comprovada, de forma cumulativa:
I – a existência de necessidade temporária;
II – o excepcional interesse público;
III – a impossibilidade de atendimento da demanda por servidores efetivos;
IV – a compatibilidade com os limites e condições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Consideram-se hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, as contratações destinadas a:

I – atendimento a situações de emergência ou calamidade pública devidamente reconhecidas pela autoridade competente;
II – combate a surtos epidêmicos, endemias, emergências em saúde pública ou outras situações que representem risco à coletividade;
III – execução de campanhas de saúde pública, ações emergenciais ou programas de caráter temporário, eventual ou imprevisível;
IV – substituição temporária de servidor efetivo afastado em razão de licença para tratamento de saúde, licença-maternidade, licença sem remuneração ou outro afastamento temporário previsto em lei, bem como em decorrência de vacância causada por exoneração, demissão, aposentadoria ou falecimento, desde que comprovada a impossibilidade de remanejamento interno;
V – suprimento temporário de docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e demais profissionais da educação, quando inexistente concurso vigente ou quando comprovada a insuficiência de pessoal para atendimento da demanda educacional;
VI – execução de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com a União, Estados, Municípios ou entidades públicas e privadas, com prazo determinado e objeto específico;
VII – execução de programas federais estaduais ou intergovernamentais com repasse de recursos vinculados, cuja contratação de pessoal esteja diretamente relacionada à sua execução, condicionada à vigência do respectivo instrumento e à disponibilidade financeira, vedada sua utilização para suprimento de atividades permanentes da Administração;
VIII – execução de projetos ou programas especiais de caráter transitório, devidamente justificados, cuja natureza não recomende a criação de cargo efetivo;
IX – atendimento a aumento transitório e excepcional da demanda por serviços públicos, devidamente motivado e limitado no tempo;
X – suprimento de profissionais da área da saúde, especialmente em unidades de pronto atendimento, quando não houver candidatos aprovados em concurso público ou quando demonstrada insuficiência temporária de pessoal.

§ 1º É vedada a contratação temporária para o desempenho de atividades permanentes e contínuas da Administração Pública.

§ 2º As contratações previstas neste artigo deverão ser precedidas de processo administrativo devidamente instruído, contendo:
I – justificativa expressa da necessidade temporária;
II – demonstração da excepcionalidade da situação;
III – indicação do prazo certo da contratação;
IV – comprovação da inexistência ou insuficiência de servidores efetivos e, quando cabível, da inexistência de candidatos aprovados em concurso público vigente aptos à nomeação.

§ 3º A contratação decorrente da vacância ou insuficiência de cargos efetivos será admitida exclusivamente pelo prazo necessário à realização de concurso público ou provimento definitivo.

§ 4º As hipóteses previstas neste artigo deverão ser interpretadas restritivamente, sendo vedada sua utilização para suprimento permanente de pessoal.

§ 5º A contratação temporária prevista nesta Lei não substitui o dever da Administração Pública de promover o adequado planejamento de pessoal e a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos destinados ao atendimento de necessidades permanentes.

Art. 3º É nula a contratação temporária para o exercício de atribuições correspondentes a cargo efetivo quando houver candidato aprovado em concurso público vigente apto à nomeação, ressalvadas as hipóteses de substituição temporária previstas nesta Lei.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art. 4º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será realizado mediante Processo Seletivo Simplificado – PSS, de caráter público, conforme legislação vigente.

§ 1º O processo seletivo deverá ser amplamente divulgado, inclusive por meio eletrônico, devendo ser realizado preferencialmente em formato 100% (cem por cento) digital, por meio de análise de títulos, experiência profissional ou provas, a fim de assegurar celeridade, transparência, eficiência e economicidade ao recrutamento.

§ 2º O edital do Processo Seletivo Simplificado deverá conter, no mínimo:
I – a justificativa da contratação;
II – o prazo de duração do contrato;
III – os critérios objetivos de seleção, podendo incluir análise de títulos, experiência profissional ou provas;
IV – a remuneração e a carga horária;
V – as atribuições da função;
VI – o número de vagas e eventual cadastro de reserva;
VII – o prazo para assinatura do contrato e início do exercício, sob pena de perda da vaga, salvo motivo justificado aceito pela Administração.

§ 3º Excepcionalmente, nas hipóteses de calamidade pública, emergências em saúde pública ou situações de comprovada urgência, poderá ser dispensada a realização do processo seletivo, mediante decisão devidamente motivada e fundamentada da autoridade competente.

§ 4º A dispensa do processo seletivo não afasta a obrigatoriedade de formalização do processo administrativo e da demonstração da necessidade temporária e excepcional da contratação.

§ 5º O não comparecimento do candidato a qualquer das etapas previstas no processo de contratação, incluindo manifestação de interesse, apresentação de documentação, exames admissionais, assinatura do contrato ou início do exercício, implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pela Administração, autorizando a imediata chamada do candidato subsequente na ordem de classificação.

Art. 5º A solicitação de contração temporária deverá ser formalizada pelo titular da Secretaria Municipal requisitante, mediante processo administrativo próprio, com estrita observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O processo administrativo deverá ser instruído, no mínimo, com:
I – justificativa técnica detalhada da necessidade temporária e excepcional;
II – demonstração da impossibilidade de atendimento da demanda por servidores efetivos;
III – indicação do prazo certo da contratação, compatível com a natureza da necessidade;
IV – declaração expressa da inexistência de candidatos aprovados em concurso público vigente para a função, ou justificativa para sua não utilização;
V – indicação da dotação orçamentária e demonstração de compatibilidade com os limites da despesa com pessoal;
VI – descrição das atividades a serem desempenhadas, com demonstração de sua natureza temporária.

§ 2º As contratações temporárias somente poderão ser efetivadas mediante existência de dotação orçamentária específica, observância dos limites legais de despesa com pessoal e:
I – análise técnica do órgão central de gestão de pessoas;
II – verificação de conformidade orçamentária e financeira;
III – autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III
DOS PRAZOS, PRORROGAÇÕES E VEDAÇÕES

Art. 6º Os contratos temporários serão firmados por prazo determinado, não superior a 12 (doze) meses, admitidas prorrogações, desde que o prazo total da contratação não ultrapasse 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º O prazo total da contratação compreenderá o período inicial e todas as eventuais prorrogações formalizadas.

§ 2º É vedada a prorrogação automática dos contratos, devendo eventual prorrogação:
I – ser formalizada antes do término da vigência contratual;
II – ser precedida de justificativa expressa e fundamentada da autoridade competente;
III – demonstrar a permanência da necessidade temporária e excepcional que motivou a contratação;
IV – observar o limite máximo previsto nesta Lei.

§ 3º A prorrogação contratual dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e da manutenção das condições que autorizaram a contratação temporária.

Art. 7º Excetuam-se do disposto no artigo 6º as contratações destinadas ao atendimento de:
I – situações de calamidade pública, emergências em saúde pública, surtos epidêmicos ou outras situações emergenciais devidamente reconhecidas pela autoridade competente, cuja duração ficará limitada ao período necessário à superação da situação excepcional, observado o prazo máximo total de 24 (vinte e quatro) meses, admitida prorrogação mediante justificativa formal e fundamentada;
II – convênios, programas federais, estaduais ou intergovernamentais com duração determinada, desde que:
a) exista repasse financeiro vinculado à execução do programa ou convênio;
b) reste demonstrada, de forma expressa, a natureza temporária e excepcional da atividade;
c) as atribuições não correspondam a atividades permanentes da Administração Pública;
d) seja observado o prazo máximo total de 24 (vinte e quatro) meses, salvo disposição legal específica.

Parágrafo único. A mera existência de convênio, programa ou repasse financeiro não autoriza, por si só, a contratação temporária, devendo a Administração demonstrar concretamente a excepcionalidade e a transitoriedade da necessidade administrativa.

Art. 8º É vedada a recontratação da mesma pessoa antes de decorrido o interregno mínimo de 90 (noventa) dias, contados do encerramento do vínculo contratual anterior.
§ 1º O disposto neste artigo aplica-se a toda Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

§ 2º O interregno será contado a partir do encerramento efetivo do vínculo contratual anterior.

§ 3º A inobservância do interregno previsto neste artigo caracteriza irregularidade administrativa e sujeita o responsável às sanções administrativas, civis e financeiras previstas na legislação aplicável.

§ 4º A vedação prevista no caput aplica-se independentemente da denominação da função, da unidade administrativa de lotação, da secretaria requisitante ou da nomenclatura adotada para a função temporária, quando caracterizada a continuidade da prestação de serviços pela mesma pessoa.

§ 5º O edital poderá prever mecanismo der reposicionamento, ao final da lista de classificação, do candidato convocado que ainda não tenha cumprido o interregno mínimo previsto no caput, sem prejuízo de sua permanência no cadastro de reserva pelo tempo necessário ao cumprimento do prazo, observado o prazo de validade do processo seletivo.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei somente poderá exercer as atribuições, funções e encargos expressamente previstos no respectivo contrato temporário.

Parágrafo único. O desvio de função implicará nulidade do ato, sem prejuízo:
I – da responsabilização administrativa, civil e financeira do gestor responsável;
II – da apuração das demais consequências legais cabíveis;
III – da imediata regularização da situação funcional do contratado.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 10. A remuneração do pessoal contratado temporariamente será fixada em valor compatível com aquele previsto para os servidores efetivos que exerçam atribuições equivalentes no âmbito da Administração Pública Municipal, observados:
I – a natureza e a complexidade das atribuições exercidas;
II – a qualificação exigida para o desempenho da função;
III – a compatibilidade com os padrões remuneratórios estabelecidos pela Administração Pública Municipal;
IV – a vedação de equiparação automática a vantagens de natureza pessoal atribuídas aos servidores efetivos.

§ 1º Nas contratações vinculadas a convênios, acordos ou programas estaduais, federais ou intergovernamentais, a remuneração observará o montante, os limites e as diretrizes do repasse financeiro do respectivo instrumento, garantida a compatibilidade remuneratória com o mercado local e com as normas do ente repassador.

§ 2º A remuneração do contratado temporário observará a disponibilidade orçamentária e os limites legais aplicáveis às despesas com pessoal.

Art. 11. Poderão ser concedidas ao pessoal contratado temporariamente, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, as seguintes vantagens:
I – adicional noturno e remuneração por serviço extraordinário, observados os limites legais, a necessidade do serviço e a prévia autorização da autoridade competente;
II – adicional de insalubridade ou de periculosidade, quando caracterizadas as condições legais e regulamentares mediante laudo técnico competente;
III – auxílio-alimentação e vale-transporte, observadas as mesmas condições, critérios e normas aplicáveis aos servidores públicos municipais efetivos, conforme legislação específica;
IV – gratificações legalmente instituídas vinculadas ao efetivo exercício de condições especiais de trabalho, quando compatíveis com a natureza da contratação temporária.

§ 1º As vantagens previstas neste artigo não incorporam à remuneração e não geram direito adquirido após o encerramento do contrato temporário.

§ 2º O pagamento de adicionais e vantagens dependerá da efetiva ocorrência da situação que lhes deu causa e da observância das exigências legais e regulamentares pertinentes.

Art. 12. O pessoal contratado temporariamente fará jus:
I – ao décimo terceiro salário, proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado;
II – a férias de 30 (trinta) dias, acrescidas do terço constitucional, após completado o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato ou de suas prorrogações.

§ 1º Encerrado o contrato sem o gozo das férias, será devido o pagamento indenizado, acrescido do terço constitucional, das férias integrais, quando completado o período previsto no inciso II, ou proporcionais, nas demais hipóteses.

§ 2º Na hipótese de prorrogação contratual, poderá ser autorizado, pela autoridade competente, o gozo das férias relativas ao primeiro período contratual durante a vigência da prorrogação, observadas:
I – a conveniência administrativa;
II – a continuidade do serviço público;
III – a manutenção da necessidade temporária que justificou a contratação.

§ 3º O pagamento das verbas previstas neste artigo observará a proporcionalidade correspondente ao período efetivamente trabalhado.

Art. 13. Aplicam-se ao pessoal contratado temporariamente os seguintes direitos e afastamentos:
I – afastamento por incapacidade temporária para ao trabalho e por acidente de trabalho, na forma da legislação previdenciária aplicável ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
II – licença-maternidade, licença-paternidade e estabilidade provisória da gestante, observados os direitos, prazos e condições previstos na Constituição Federal, na legislação previdenciária e na jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores;
III – afastamento justificado:
a) por casamento, por até 5 (cinco) dias consecutivos;
b) por falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, por até 5 (cinco) dias consecutivos.

§ 1º Os afastamentos previstos neste artigo deverão ser devidamente comprovados, na forma estabelecida em regulamento ou ato administrativo próprio.

§ 2º O contratado temporário vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, observadas as disposições da legislação federal aplicável.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Art. 14. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado temporariamente serão apuradas mediante procedimento administrativo simplificado, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a decisão motivada, observado o prazo de conclusão de até 30 (trinta) dias.

§ 1º Constatada a infração disciplinar, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as seguintes penalidades:
I – advertência;
II – suspensão;
III – rescisão contratual.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas neste artigo não afasta a responsabilização civil, administrativa e financeira do contratado, quando cabível.

§ 3º O procedimento administrativo simplificado poderá ser regulamentado por ato do Poder Executivo, observados os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Art. 15. O contrato temporário extinguir-se-á:
I – pelo término do prazo contratual;
II – por iniciativa do contratado, mediante comunicação prévia por escrito à Administração, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo dispensa pela autoridade competente;
III – pela aplicação de penalidade decorrente de procedimento administrativo, em razão de infração disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
IV – pelo abandono injustificado das atividades, caracterizado pela ausência injustificada ao serviço por mais de 5 (cinco) dias úteis consecutivos, após apuração em procedimento administrativo simplificado;
V – pela nomeação para cargo em comissão no âmbito do Município de Colombo incompatível com a manutenção da contratação temporária;
VI – pela comprovação de que o contratado exerce função gratificada, cargo em comissão ou função de confiança em outro ente federativo, quando a acumulação não se enquadrar nas hipóteses do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, ou quando verificada incompatibilidade de jornada entre os vínculos;
VII – pela cessação da necessidade temporária que fundamentou a contratação;

VIII – pela extinção, encerramento, suspensão ou conclusão de programa, convênio, projeto ou atividade que tenha dado origem à contratação temporária.

§ 1º O não comparecimento do candidato convocado para a assinatura do contrato ou o não início do efetivo exercício na data e prazo designados pela Administração ensejará a nulidade da convocação e a eliminação do candidato do Processo Seletivo, autorizando a convocação do próximo classificado.

§ 2º A extinção do contrato será formalizada mediante ato administrativo motivado da autoridade competente.

§ 3º Na hipótese de extinção do contrato, serão devidas ao contratado as parcelas remuneratórias e indenizatórias proporcionais previstas nesta Lei, observadas as hipóteses legais de cabimento.

Art. 16. O término do contrato temporário observará o prazo de vigência estabelecido no instrumento contratual, ressalvados os direitos assegurados pela Constituição Federal, pela legislação federal aplicável e pelas decisões judiciais de caráter vinculante.

Art. 17. A extinção antecipada do contrato temporário por iniciativa da Administração, decorre de:
I – interesse público devidamente motivado;
II – cessação da necessidade temporária;
III – encerramento, suspensão ou extinção de programa, convênio, projeto ou atividade administrativa;
IV – interrupção ou ausência de repasse financeiro que tenha fundamentado a contratação.

§ 1º Na hipótese de extinção antecipada do contrato por iniciativa da Administração, será devida ao contratado indenização correspondente à metade da remuneração a que faria jus até o término originalmente previsto no contrato, sem prejuízo do pagamento das demais parcelas proporcionais devidas.

§ 2º A indenização prevista no § 1º não será devida quando a extinção do contrato decorrer:
I – do término regular do prazo contratual;
II – de iniciativa do contratado;
III – de infração disciplinar;
IV – de abandono injustificado das atividades;
V – de fato ou circunstância imputável exclusivamente ao contratado.

CAPÍTULO VI
PROGRAMA DE INTEGRIDADE, CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 18. A contratação temporária realizada em desacordo com os limites de prazo, prorrogação ou interregno previstos nesta Lei será considerada irregular, sujeitando-se à declaração de nulidade do vínculo administrativo, nos termos da Constituição Federal, da legislação aplicável e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

§ 1º Declarada a nulidade da contratação, o contratado fará jus às parcelas remuneratórias referentes ao período efetivamente trabalhado, bem como aos demais direitos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência aplicável, inclusive quanto aos depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando cabíveis.

§ 2º O Secretário Municipal dirigente, gestor ou agente público responsável que der causa à manutenção irregular de contratação temporária após o término da vigência contratual responderá na forma da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis.

§ 3º A responsabilização prevista no § 2º deste artigo não afasta eventual obrigação de ressarcimento ao erário pelos prejuízos comprovadamente causados, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º A eventual apuração de ato de improbidade administrativa observará exclusivamente os requisitos e hipóteses previstos na legislação federal específica.

Art. 19. Os procedimentos de controle das contratações temporárias poderão ser disciplinados em regulamento próprio, inclusive mediante integração sistêmica e adoção de mecanismos eletrônicos preventivos destinados a:
I – controlar os prazos de vigência e prorrogação contratual;
II – monitorar os períodos de interregno obrigatório;
III – impedir a manutenção irregular de vínculos temporários após o término da vigência contratual;
IV – prevenir pagamentos sem cobertura contratual válida;
V – promover rastreabilidade, transparência e segurança das informações relativas às contratações temporárias.

Parágrafo único. Os sistemas administrativos de gestão de pessoal deverão possuir mecanismos de alerta preventivo acerca da proximidade do término da vigência contratual.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE E DA GESTÃO DOS CONTRATOS

Art. 20. As contratações temporárias serão formalizadas mediante contrato administrativo individual, do qual constarão, no mínimo:
I – identificação das partes;
II – fundamento legal e hipótese autorizadora da contratação;
III – prazo de vigência;
IV – função, atribuições e local de lotação;
V – carga horária;
VI – remuneração;
VII – regime previdenciário aplicável;
VIII – direitos, deveres e hipóteses de extinção contratual.

§ 1º O contrato administrativo temporário deverá ser firmado antes do início do exercício das atividades pelo contratado.

§ 2º É vedado o exercício de atividades sem prévia formalização contratual.

Art. 21. Compete ao órgão central de gestão de pessoas:
I – manter cadastro atualizado das contratações temporárias vigentes;
II – controlar os prazos de vigência, prorrogação e interregno;
III – emitir alertas preventivos acerca do vencimento contratual;
IV – adotar medidas destinadas à prevenção de irregularidades;
V – promover integração com os sistemas de folha de pagamento, controle interno e gestão administrativa;
VI – comunicar formalmente aos órgãos requisitantes acerca da proximidade do término da vigência contratual;
VII – acompanhar a observância dos limites legais estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. O órgão central de gestão de pessoas poderá expedir orientações complementares destinadas à padronização dos procedimentos administrativos relacionados às contratações temporárias.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE SISTÊMICO E DO BLOQUEIO EM FOLHA

Art. 22. O sistema de gestão de pessoal deverá conter mecanismos eletrônicos de controle destinados a impedir pagamentos sem respaldo contratual válido após o término da vigência do contrato temporário.

§ 1º O pagamento realizado sem cobertura contratual válida constitui irregularidade administrativa grave, sujeita à apuração pelos órgãos competentes.

§ 2º O agente público que der causa à manutenção indevida de pagamento poderá responder na forma do art. 18 desta Lei.

§ 3º Os mecanismos de controle previstos neste artigo não afastam a necessidade de formalização dos atos administrativos de encerramento contratual.

§ 4º O Poder Executivo poderá regulamentar os procedimentos operacionais de bloqueio sistêmico, controle de vigência e auditoria das contratações temporárias.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A contratação temporária possui natureza jurídico-administrativa e caráter excepcional, não gerando direito à efetivação, estabilidade ou permanência no serviço público municipal.

Parágrafo único. O disposto no caput não afasta os direitos e garantias expressamente assegurados pela Constituição Federal, por esta Lei e pela legislação aplicável às contratações temporárias.

Art. 24. O órgão central de gestão de pessoas providenciará o encaminhamento das informações e documentos relativos às contratações temporárias ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, observados os prazos, procedimentos, sistemas eletrônicos e demais atos normativos aplicáveis.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão fornecer, sempre que solicitado, as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 25. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto:
I – aos procedimentos administrativos de contratação temporária;
II – aos mecanismos de controle, fiscalização e acompanhamento contratual;
III – aos sistemas eletrônicos de gestão, monitoramento e bloqueio de pagamentos;
IV – aos fluxos administrativos de controle de prazos, prorrogações e interregnos;
V – aos procedimentos administrativos simplificados previstos nesta Lei;
VI – às rotinas operacionais do órgão central de gestão de pessoas.

Art. 26. Os contratos temporários celebrados com fundamento na Lei Municipal nº 1.244, de 21 de dezembro de 2011, permanecem regidos pelas disposições legais vigentes à época de sua celebração até o término de sua vigência, inclusive quanto às prorrogações legalmente admitidas, preservados os atos jurídicos perfeitos.

Art. 27. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.244, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal no âmbito do Município de Colombo.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 09 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D05F2E68

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.947/2026

LEI N.º 1.947 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Institui festas oficiais integrantes do Calendário Oficial do Município de Colombo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para os fins desta Lei, consideram-se festas oficiais as festividades tradicionais promovidas pelo Município, com finalidade cultural, artística, econômica, recreativa, comunitária ou de interesse público que passam a integrar o Calendário Oficial do Município.

§ 1º As festas oficiais deverão ser realizadas diretamente pelo Município, podendo utilizar de instrumentos jurídicos legalmente admitidos, inclusive contratos administrativos e demais ajustes necessários à sua organização, execução e promoção, observada a legislação aplicável.

§ 2º Para a realização das festas oficiais, o Município poderá celebrar parcerias, acordos de cooperação, instrumentos de apoio institucional, bem como receber patrocínio em recursos financeiros, bens, materiais, equipamentos, serviços ou outras formas de contribuição economicamente mensuráveis, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, na forma de legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 2º - Ficam instituídas como festas oficiais integrantes do Calendário Oficial do Município de Colombo, as seguintes festividades:

I – Festa da Uva, vinculada à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio;
II – Festa da Páscoa, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial e Secretaria Municipal de Turismo;
III – Festa do Agricultor, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio;
IV – Festa da Cerveja Artesanal, vinculada à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho;
V – Festa da Criança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial;
VI – Natal Mágico, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo.

Parágrafo único. As festividades de que trata este artigo serão realizadas preferencialmente nos períodos tradicionalmente adotados pelo Município, conforme planejamento da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - O Município, por meio da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, poderá apoiar a realização de eventos, ações ou atividades promovidas pela iniciativa privada, de qualquer natureza, desde que atendam ao interesse público, observadas a disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, a conveniência e a oportunidade administrativas e os critérios estabelecidos em regulamento específico.

Art. 4º - Ficam revogadas as Leis Municipais nº 1.666, de 29 de agosto de 2022; nº 1.720, de 17 de junho de 2023; e nº 1.799, de 02 de setembro de 2024.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 09 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:ECE98CC4

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.948/2026

LEI N.º 1.948 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Declara de utilidade pública o Real Colombo Futebol Clube.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Real Colombo Futebol Clube, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 08.402.025/0001-23, com sede na Rua Adis Abeda,

358, casa 03, Bairro Rio Verde, CEP 83.405-570, Município de Colombo, PR.

Art. 2º - A entidade deverá apresentar semestralmente ao órgão competente do Executivo Municipal relatório dos serviços prestados à coletividade e publicá-lo integralmente em órgão oficial do município.

Art. 3º - Será cassada a declaração de utilidade pública, se a entidade:

I – deixar de cumprir as exigências do art. 2º;
II – substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;
III – alterar a sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias, contados da averbação no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao departamento competente da Prefeitura Municipal de Colombo;
IV – passar a remunerar os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções;
V – distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma;
VI – deixar de destinar a totalidade das rendas apuradas ao atendimento da finalidade prevista no seu estatuto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 10 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:082CF623

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 813/2026

PORTARIA N.° 813/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, na forma da Lei 960/2006 ao Servidor Público Municipal **AURELIANO MISUR,** CPF: 394.336.XXX-00, no cargo de **ELETRECISTA,** sob matrícula nº 9041, funcionário 9041-1, como dispõe o art. 40, § 1º, inc. III, "a" da CF/88 e art. 32 da Lei 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 31195/2026,** percebendo proventos de três mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 10 de setembro de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:9652393C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 815/2026

PORTARIA N.º 815/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 415/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 046/2026, com objeto de Aquisição de **longarinas, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde** do Município de Colombo, conforme segue:

Gestor de Ata:
Ana Mara Harbs de Oliveira, matricula n.º 17.955;

Fiscal de Técnico:
Franklin Alves de Oliveira, matrícula n.º 13.84.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 10 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:1E017287

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LEILÃO 001/2026

Aviso de Licitação
Edital de Leilão n.º 001/2026
Objeto: Constitui como objeto, a alienação de bens móveis considerado inservíveis à Administração Municipal de Colombo/PR, no estado em que se encontram e conforme especificações constantes no anexo I deste edital, através de leilão público oficial on-line,
Período do Leilão: De 14 de setembro de 2026 à 13 de outubro de 2026.
Local do Leilão: www.jorgemarcoleiloes.com.br – www.superbid.net.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Fone: 41-98800-0585 – 41.3562.5887.

Colombo11 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:A06D2298

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº. 021/2026

Objeto: Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda, para divulgação dos Atos, Programas e Ações desenvolvidas pelos Órgão e Secretarias do Poder Executivo.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 15 de SETEMBRO de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 06 de NOVEMBRO de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: às 10:00 HORAS do dia 06 de NOVEMBRO de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Protocolo dos Envelopes: Coordenação de Protocolo - Rua XV de Novembro, 105 – Centro - Colombo - PR.
Local da Sessão de Abertura: Superintendência de Comunicação - Rua XV de Novembro, 321 - 2 andar - Sala 01 - Centro - Colombo/PR.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: TÉCNICA e PREÇO.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 11 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:9B37CAC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 065/2026 - AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), FAIXAS "C" E "F", E MASSA ASFÁLTICA PARA APLICAÇÃO A FRIO

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 065/2026
Objeto: Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixas "C" e "F", e massa asfáltica para aplicação a frio, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Colombo.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 15 de setembro de 2026 até às 08:00 horas do dia 29 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por item".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 11 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:9B6CA356

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº.56

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Lei Municipal nº 576/1995 e a alteração Lei Municipal nº 1341/2014, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

- Art 1º – Aprova a alteração do *Plano de aplicação e aditivo de prazo de 06 meses do Termo de Colaboração nº 01/2026 referente á* Emenda Parlamentar: nº 202537710008 e a Programação nº 410580520250005 , sendo para a utilização de ***Custeio***, no valor de ***R$ 200.000,00*** para a Unidade Beneficiada: – Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75,

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:A0B1A12E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 57

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Lei Municipal nº 576/1995 e a alteração Lei Municipal nº 1341/2014, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

-Art 1º – Aprova a alteração do *Plano de aplicação e aditivo de prazo de 01 ano do Termo de Colaboração nº 01/2026 referente á* da Emenda Parlamentar: nº 202540660007 e a Programação nº 410580520250001 , sendo para a utilização de ***Custeio***, no valor de ***R$ 250.000,00*** para a Unidade Beneficiada: – Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:AF3685DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 58

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 576/1995 e alteração Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 09 de setembro de 2026. Resolve:
-
Art 1º – Aprova o Plano de trabalho e aplicação da Emenda Parlamentar: nº 202644820007 e Programação nº 410580520260007, sendo para a utilização de ***CUSTEIO***, no valor de ***R$ 300.000,00*** para a Unidade Beneficiada: Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75, por meio da transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:6BF6E2AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 59

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 576/1995 e alteração Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

- Art 1º – Aprova o Plano de Trabalho e Aplicação da Emenda Parlamentar nº 202637710014 e Programação nº 410580520260004 , sendo para a utilização de **CUSTEIO,** no valor de R$ 300.000,00 para a Unidade Beneficiada: – Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75, por meio da transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:4EF5CA0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 60

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 576/1995 e alteração Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

-Art 1º – Aprova *o Plano de Trabalho e Aplicação* da Emenda Parlamentar nº 202620380014 e Programação nº 410580520260003, sendo para a utilização de **Custeio,** no valor de R$ 100.000,00 para a Unidade Beneficiada: – Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75, por meio da transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:3EE91E8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 61

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 576/1995 e alteração Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

- Art 1º – Aprova o Plano de Trabalho e Aplicação da Emenda Parlamentar nº 202637050003 e Programação nº 410580520260005, sendo para a utilização de ***Custeio***, no valor de ***R$ 100.000,00*** para a Unidade Beneficiada: – Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75, por meio da transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:E7D4F470

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 62

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em reunião ordinária no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

Art 1º – Aprova o Plano de Trabalho e Aplicação da Emenda Parlamentar: nº 202645530016 e Programação nº 410580520260009 , sendo para a utilização de **CUSTEIO,** no valor de **R$ 200.000,00** para a Unidade Beneficiada: Instituto Beija-Flor de Ação Social cnpj nº 13.110.653/0001-75, por meio da transferência voluntária de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:9943715D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 63

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Municipais 576/95 e 1341/14, de 12/12/95, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 11 de setembro de 2026. Resolve:

Art. 1º – Aprovação de **INSCRIÇÃO** da seguinte entidade:

-Associação dos Autistas de Colombo - AAC- Rua Castro Alves, 330 – São Gabriel – Colombo Pr – MAUÁ – Colombo PR CNPJ 48.676.355/0001-21. Está **inscrito com Entidade de Assessoramento e Garantia de Direitos** que atua com atividades para promover a inclusão, a qualidade de vida e a Garantia dos Direitos das pessoas com transtorno do espectro autista – TEA. Inscrição nº 41 CMAS

Art. 2ª – Válido por 02 anos

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:9EA552B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 64

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1341 de 24 de abril de 2014, em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,. Em reunião ordinária em 11 de setembro de 2026. Resolve:

Art 1º – O CMAS como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família aprova a exclusão de 93 cadastros únicos.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:B24888FF

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) ANTONIO GONCALVES proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 03.03.188.0041 situado a RUA MARQUES DE

POMBAL Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:F4B2A4E6

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO N° 3435

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). José João da Silva, CPF/CNPJ nº 959.034.889-00que V.Sª foi está notificado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9. no Processo Administrativo Ambiental 29898/2026.

Fica V.Sª obrigada a cumprir com o seguinte: Realocar para imóvel habitado por responsável com acesso a água e alimentação; Providenciar enriquecimento ambiental e envio do novo endereço e fotos da realocação ao 41 99867-2540.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:D4E1E9B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 317/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 317/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2393/2026 de 10/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$24.550,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.006		MANUTENCAO DA SUBPREFEITURA	
20 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.812,00
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
34 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.588,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
772 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.150,00
		Total Suplementação:	24.550,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.008		DIVULGACAO OFICIAL	
41 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.400,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
829 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	17.150,00
		Total Redução:	24.550,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:01A8CF7D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 318/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 318/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2394/2026 de 10/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$200.102,00 (duzentos mil e cento e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
887 – 3.3.72.32.00.00	4941	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
888 - 3.3.72.39.00.00	4941	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.102,00
		Total Suplementação: 200.102,00	

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.34	TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO - MCA RESOLUÇAO 746/26 – Fonte: 4941	200.102,00
	Total da Receita:	200.102,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:4F712A6D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 138.078,18 (cento e trinta e oito mil e setenta e oito reais e dezoito centavos)
CONTRATADA: SPIN EMBALAGENS GRÁFICA E EDITORA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 11.089.708/0001-87
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E2AA4F83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 11.289,60 (onze mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)
CONTRATADA: EURICO JOÃO COELHO ME, inscrita no CNPJ sob nº 22.526.058/0001-06
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:F0CDDEE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 10.296,19 (dez mil duzentos e noventa e seis reais e dezenove centavos)
CONTRATADA: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.232.288/0001-86
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:FE222ECD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais)
CONTRATADA: SINALIZE - SOLUCOES VISUAIS E ELETRO DIGITAIS LTDA, CNPJ sob nº 45.767.828/0001-08
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:03BC0129

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 2.528,00 (dois mil, quinhentos e vinte e oito reais)
CONTRATADA: STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ sob nº 47.305.688/0001-81
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:2716A58D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 3.727,62 (três mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos)
CONTRATADA: D S A CHAVES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 53.089.257/0001-28
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A6B4180B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 1.788,00 (mil setecentos e oitenta e oito reais)
CONTRATADA: PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.615.650/0001-93
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A8C650AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 3.704,00 (três mil setecentos e quatro reais)
CONTRATADA: MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.382.012/0001-40
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:26C09B8B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 1.890,00 (mil, oitocentos e noventa reais)
CONTRATADA: CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW, inscrita no CNPJ sob nº 36.510.912/0001-50
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A831863F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 1.890,00 (mil, oitocentos e noventa reais)
CONTRATADA: IDPROMO COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 17.791.755/0001-54
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:50DAB136

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 32.060,00 (trinta e dois mil e sessenta reais)
CONTRATADA: PERUZZO INDUSTRIA GRÁFICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.460.642/0001-97
DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:DEF15A78

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para atender às necessidades dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
VALOR TOTAL: R$ 1.855,00 (mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)
CONTRATADA: ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES, CNPJ sob nº 50.381.955/0001-04

DATA: 08/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:29EDAC13

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: DENTISTA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
11°	CARLA MARILIA MARANHO

Obs.: 06° vaga.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
35°	FABIO VIEIRA DOS SANTOS

Obs.: 20° vaga.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
78°	ALINE GABRIELE HOFFMANN TURMANN

Obs.: 47° vaga.

Contenda, 11 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
r) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
s) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
t) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
u) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:1C3201F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 013/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mantenedora da Escola Municipal do Campo Senhor Bom Jesus, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações CEE/PR nº. 02 e 03/2018 e pelo Parecer de Legalidade nº 683/2026 – NRE AMS.

HOMOLOGA

Art. 1º – Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Escola Municipal do Campo Senhor Bom Jesus do município de Contenda, com a oferta de: Educação Infantil (Infantil IV e V), Ensino Fundamental ano iniciais (1º ao 5º ano).

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este ato de homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação n. º 001/2020 e disposições em contrário.

Contenda, 11 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:E8E498E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 014/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mantenedora da CMEI Celinha Nerone, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações CEE/PR nº. 02 e 03/2018 e pelo Parecer de Legalidade nº 683/2026 – NRE AMS.

HOMOLOGA

Art. 1º – Art. 1º - O Regimento Escolar do CMEI Celinha Nerone do município de Contenda, com a oferta de: Educação Infantil (Berçário ao Infantil III).

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este ato de homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação n. º 003/2020 e disposições em contrário.

Contenda, 11 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:002C947B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PORTARIA Nº 063/2026

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Contenda – Paraná.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando o Decreto Municipal nº 315/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Contenda – Paraná, responsável pela articulação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo: Silvana Cavalim de Souza;
II – Assessoria Pedagógica / Articulação Municipal da RENALFA e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA: Thais Feitosa Verastegui;
III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Thays de Cássia Ramos Fernandes;
IV – Educação Infantil: Margarete Serpa;
V – Coordenação Pedagógica: Andrea Cantelle;
VI – Direção Escolar: Fernanda dos Santos Prado;
VII – Educação Especial: Suzana de Fátima Nunes Correia;
VIII – Programas e Projetos Educacionais: Regiane Filipak;
IX – Educação em Tempo Integral e Jornada Ampliada: Thais Feitosa Verastegui;
X – Conselho Municipal de Educação: Nelci Pereira Cadena.

Art. 2º A coordenação do Comitê ficará sob responsabilidade da representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com apoio técnico da representante da Assessoria Pedagógica / Articulação Municipal da Alfabetização.
Art. 3º Compete aos membros designados exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal que institui o Comitê, especialmente acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, monitorar indicadores e resultados educacionais, contribuir para o planejamento das ações, acompanhar as formações continuadas e promover a articulação entre as diferentes instâncias representadas.
Art. 4º A participação dos membros no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 11 de setembro de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:E8ECB8AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9117

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9117/2026, de 10 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3667/2026, de 10 de setembro de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **712.844,80 (setecentos e doze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural		
0701	Departamento de Agropecuária		
0701.20.606.0024.1.041	Estruturação e Modernização da Agropecuária		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2095-EA	712.844,80
TOTAL			712.844,80

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio com a SEAB – Nº 166/2026, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SEAB-CV 166/2026-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	SEAB	2095	712.844,80
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			712.844,80

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:A1F48761

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9118

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9118/2026, de 10 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3668/2026, de 10 de setembro de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **4.982.975,43 (quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
4.4.90.51	Obras e Instalações	2096-EA	4.982.975,43
TOTAL			4.982.975,43

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio nº 898/2026, firmado com a SECID para recapeamento asfáltico em vias urbanas, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SECID-CONVENIO 898/2026 - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO VIAS URBANAS	SECID	2096	4.982.975,43
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			4.982.975,43

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:596A54E4

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3667-2026 - SEAB CV 166-2026-TRATOR,PLANTADEIRA E ENSILADEIRA

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
LEI N. º 3667/2026, de 10 de setembro de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal
A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** - Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 712.844,80 (setecentos e doze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural		
0701	Departamento de Agropecuária		
0701.20.606.0024.1.041	Estruturação e Modernização da Agropecuária		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2095-EA	712.844,80
TOTAL			712.844,80

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio com a SEAB – Nº 166/2026, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SEAB-CV 166/2026-AQUISIÇÃO DE	SEAB	2095	712.844,80
EQUIPAMENTOS AGRICOLAS			
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			712.844,80

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C0522845

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3668-2026 - SECID-CV 898-2026-RECAPEAMENTO ASFALTICO VIAS URBANAS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

LEI N. º 3668/2026, de 10 de setembro de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** - Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 4.982.975,43 (quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos)**, conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	2096-EA	4.982.975,43
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
TOTAL			4.982.975,43

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio nº 898/2026, firmado com a SECID para recapeamento asfáltico em vias urbanas, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SECID-CONVENIO 898/2026 - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO VIAS URBANAS	SECID	2096	4.982.975,43
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			4.982.975,43

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:3920C0FE

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3669-2026-REPASSE IMNV EMENDA - ADITIVOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 3669/2026, de 10 de setembro de 2026.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal firmar Termos Aditivos de Convênios com o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal
A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termos Aditivos aos Convênios com o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, visando o repasse de recursos para atender as necessidades da entidade na área de saúde, de acordo com o especificado a seguir:
I – Transferir a importância de até R$ 3.000,00 (três mil reais) para o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, inscrito no CNPJ nº 17.340.842/0001-95, para o custeio de serviços de Atenção Especializada à Saúde, mediante Termo Aditivo ao Convênio nº 05/2026, de 02 de junho de 2026.
§ 1º. O recurso referido neste artigo é decorrente de proposta apresentada através de Emenda Parlamentar nº 38090002 – Proposta nº 36000.761083202600 e que foi devidamente aprovada pelo Ministério da Saúde.
II – Transferir a importância de até R$ 3.000,00 (três mil reais) para o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, inscrito no CNPJ nº 17.340.842/0001-95, para o custeio de serviços de Atenção Especializada à Saúde, mediante Termo Aditivo ao Convênio nº 04/2026, de 02 de junho de 2026.
§ 1º. O recurso referido neste artigo é decorrente de proposta apresentada através de Emenda Parlamentar nº 37020003 – Proposta nº 36000.76111202600 e que foi devidamente aprovada pelo Ministério da Saúde.
III – Transferir a importância de até R$ 7.000,00 (sete mil reais) para o Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, inscrito no CNPJ nº 17.340.842/0001-95, para o custeio de serviços de Atenção Especializada à Saúde - PMAE Componente Cirurgia, mediante Termo Aditivo ao Convênio nº 03/2026, de 18 de maio de 2026.

§ 1º. O recurso referido neste artigo é decorrente de proposta apresentada em 2025, através de Emenda de Comissão da Saúde nº 50410002 – Proposta nº 36000.704381202500 e que foi devidamente aprovada pelo Ministério da Saúde.
Art. 2º. Os recursos financeiros citados nos Incisos I, II e III do parágrafo primeiro, se referem ao produto de arrecadação dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro em cada uma das contas bancárias vinculadas à emenda correspondente.
§ 1º. Os valores indicados nos Incisos I, II e III do parágrafo primeiro são estimados, ficando o repasse limitado aos valores efetivamente arrecadados em cada uma das contas bancárias vinculadas à emenda correspondente, apurados no dia da assinatura dos Termos Aditivos.
§ 2º. Os recursos financeiros de que trata esta Lei deverá ser aplicado de acordo com as normas específicas do Ministério da Saúde para esta modalidade de repasse, nos termos das normas específicas do Ministério da Saúde e de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pelo beneficiário.
Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA -** Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO -** Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA -** Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de até **R$ 13.000,00 (treze mil reais)**, conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	Secretaria Municipal de Saúde		
0601	Departamento de Saúde		
0601.10.302.0019.2.087	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.50.43 (3802)	Subvenções Sociais	2064-EA	3.000,00
3.3.50.43 (3803)	Subvenções Sociais	2063-EA	3.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	2048-EA	7.000,00
TOTAL			13.000,00

Art. 4º. – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira das Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal, através do Fundo Nacional da Saúde – Emendas Individuais para Incremento ao Custeio de Serviços da Atenção Especializada em Saúde, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
MS/FNS-EMENDA PARLAMENTAR 37020003-INCREMENTO AOS CUSTEIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE	MS/FNS	2064	3.000,00
MS/FNS-EMENDA PARLAMENTAR 38090002 - INCREMENTO AOS CUSTEIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE	MS/FNS	2063	3.000,00
MS/FNS-Emenda Comissão Saúde n 5041000-2-Custeio de Serviços da A.E.S-IMNV	MS/FNS	2048	7.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			13.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:09772020

CONTROLE INTERNO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE 2026 DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ.

CONVITE

Audiência Pública do 2º Quadrimestre 2026 do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná.Avaliação do Cumprimento das metas Públicas relativas ao2º Quadrimestre de 2026, das metas da Gestão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 3º e 4º Bimestre 2026 e sugestões para a elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027.

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, através do Prefeito Municipal, Sr. Anderson Manique Barreto, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Vivida, através de seu Presidente, o Sr. Marcos Alexandre Soares Barbosa, convidam o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a população em geral para a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das metas públicas da Gestão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 3º e 4º Bimestre 2026, avaliação das metas Públicas referente ao 2º Quadrimestre de 2026 e sugestões para a elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, a ser realizada a partir das 14:00 horas do dia 30 de setembro de 2026 na Câmara de Vereadores, sito a Praça Ângelo Mezzomo, s/n, Centro. Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

MARCOS ALEXANDRE SOARES BARBOSA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Oeliton Deoclides
Código Identificador:533A6437

CONTROLE INTERNO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

CONVITE

Audiência Pública do Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná.Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde2º Quadrimestre de 2026.

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, através do Prefeito Municipal, Sr. Anderson Manique Barreto, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Vivida, através de seu Presidente, o Sr. Marcos Alexandre Soares Barbosa, em atendimento ao contido na LC 141/12 (art. 36, §5º); IN 89/13-TCE/PR. do Tribunal de Contas do Estado, convidam o Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida bem como a população em geral para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde relativo ao 2º Quadrimestre de 2026, a ser realizada a partir das 14:30 horas, do dia 30 de setembro de 2026, na Câmara de Vereadores, sito a Praça Angelo Mezzomo, s/n, Centro. Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

MARCOS ALEXANDRE SOARES BARBOSA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Oeliton Deoclides
Código Identificador:D1F19F51

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação nº 19/2026
Processo Licitatório nº 107/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador, declaro dispensável a licitação nos termos do Artigo 75, inciso II, do diploma legal invocado, para contratação direta por dispensa de licitação. Contratação de empresa especializada em serviços de seguro patrimonial para cobertura de 43 (quarenta e três) prédios públicos pertencentes à estrutura municipal. Contratada: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 01.378.407/0001-10. Valor total de R$ 41.457,47 (quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Publique-se.

Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:D2F262A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026
COM INVERSÃO DE FASES
O Município de Coronel Vivida torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 29 de setembro do ano de 2026, na plataforma BNC, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Recape em CBUQ	41.781,13 m²	390 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.coronelvivida.pr.gov.br e na plataforma BNC (www.bnc.org.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:EF89C2C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO n° 76/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 20/2026 – Município de Coronel Vivida. Contratada: CERUTTI ASSESSORIA LTDA, CNPJ sob nº 31.812.156/0001-09. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLEMENTAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E SUPERVISÃO TÉCNICA DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA. O valor total R$ 50.999,32. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, de 14 de setembro de 2026 a 13 de maio de 2027.

Coronel Vivida, 09 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:036A3090

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE, TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2026
DATA: 22/07/26 ABERTURA: 20/08/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA E EQUIPAMENTOS PARA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Após análise e julgamento do recurso do item 09, o mesmo foi acolhido e convocada novamente a empresa vencedora da fase de lances. Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e encaminhamos a autoridade superior o processo, para decisão final quanto a adjudicação e homologação dos itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	1.380,00	30.360,00
2	57.685.131 AGUINALDO LEONARDO MACHADO	360,50	7.931,00
3	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	389,90	8.577,80
5	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	98,50	492,50
6	TS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	820,00	2.460,00
7	ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA	3.100,00	15.500,00
8	S. C. COMERCIAL EIRELI	3.995,00	7.990,00
9	S. C. COMERCIAL EIRELI	2.194,00	15.358,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
57.685.131 AGUINALDO LEONARDO MACHADO	57.685.131/0001-77	7.931,00
ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA	47.459.386/0001-68	15.500,00
IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	54.186.728/0001-89	9.070,30
S. C. COMERCIAL EIRELI	20.758.465/0001-13	23.348,00
TS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	64.259.058/0001-37	2.460,00
ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	38.094.484/0001-58	30.360,00

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total estimado da licitação é de R$ 88.669,30 (oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta centavos).

Os itens nº 04 e 10 foram considerados FRACASSADOS.
Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

FERNANDO Q. ABATTI
Pregoeiro

ELAINE BORTOLOTTO
Equipe de Apoio

MAIRA SOARES
Equipe de Apoio

RICARDO RUSCHEL
Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2026
DATA: 22/07/26 ABERTURA: 20/08/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA E EQUIPAMENTOS PARA

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 42/2026, HOMOLOGO e ADJUDICO os itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	1.380,00	30.360,00
2	57.685.131 AGUINALDO LEONARDO MACHADO	360,50	7.931,00
3	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	389,90	8.577,80
5	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	98,50	492,50
6	TS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	820,00	2.460,00
7	ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA	3.100,00	15.500,00
8	S. C. COMERCIAL EIRELI	3.995,00	7.990,00
9	S. C. COMERCIAL EIRELI	2.194,00	15.358,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
57.685.131 AGUINALDO LEONARDO MACHADO	57.685.131/0001-77	7.931,00
ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA	47.459.386/0001-68	15.500,00
IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	54.186.728/0001-89	9.070,30
S. C. COMERCIAL EIRELI	20.758.465/0001-13	23.348,00
TS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	64.259.058/0001-37	2.460,00
ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	38.094.484/0001-58	30.360,00

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total estimado da licitação é de R$ 88.669,30 (oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta centavos).
Os itens nº 04 e 10 foram considerados FRACASSADOS.
Não houve adesão ao cadastro de reserva para nenhum dos itens.
Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:0A34FBEC

GABINETE DO PREFEITO
REGULAMENTA LC 077/2026

DECRETO N° 9.116, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Regulamenta o procedimento administrativo para a realização de notificações e intimações de contribuintes no âmbito da Administração Tributária do Município de Coronel Vivida, estabelece normas para o uso de meios eletrônicos, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 24, inciso I, alínea "a" e art. 78, inciso XXIII, da Lei Orgânica do Município, ainda o art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 077, de 08 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO o comando inserto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, que impõe à Administração Pública a observância estrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, fundamentalmente, da eficiência, o qual exige a modernização e a otimização dos atos administrativos para melhor atender ao interesse público e ao cidadão;

CONSIDERANDO as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, asseguradas aos litigantes em processos judiciais e administrativos, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, as quais demandam que a comunicação dos atos processuais seja realizada de forma eficaz, garantindo-se ao contribuinte a ciência inequívoca das decisões e exigências fiscais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 142 do Código Tributário Nacional, que define o lançamento como atividade administrativa vinculada e obrigatória, cuja regular constituição do crédito tributário depende da notificação válida ao sujeito passivo, de modo a preservar a liquidez e a certeza da obrigação fiscal;

CONSIDERANDO as normas estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 028/2009 (Código Tributário Municipal), especialmente o art. 320, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 077, de 08 de setembro de 2026, que autoriza a comunicação do lançamento e suas alterações, bem como as intimações e notificações sobre matéria fiscal, por meio eletrônico;

CONSIDERANDO as diretrizes fixadas pela Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital), a qual estimula a desburocratização e a transformação digital dos serviços públicos, bem como as disposições do Decreto nº 8.409/2024, que regulamentou a aplicação dessa norma no âmbito local, visando o aumento da eficiência pública mediante o uso de ferramentas tecnológicas acessíveis;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3.008/2020, que rege o processo administrativo geral no Poder Executivo, prevê em seu art. 22, § 7º, a possibilidade de disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, desde que atendidos requisitos técnicos de autenticidade, integridade e validade jurídica;

CONSIDERANDO, o dever de colaboração do contribuinte em manter seus dados cadastrais permanentemente atualizados perante o Fisco Municipal, sob pena de se considerar válida a notificação enviada ao endereço constante nos registros administrativos, conforme pacificado pela jurisprudência;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto regulamenta as formas e os procedimentos para a realização de notificações e intimações de contribuintes e responsáveis tributários no âmbito da Administração Tributária Municipal, estabelecendo diretrizes para o uso de meios eletrônicos em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e modernização administrativa.

Art. 2º As disposições contidas nesta norma aplicam-se a todos os processos administrativos tributários, procedimentos de fiscalização, lançamentos de ofício e atos de cobrança de créditos tributários e não tributários sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º Para fins de interpretação e aplicação deste Decreto, consideram-se as seguintes definições:
I– Notificação: ato administrativo pelo qual se dá ciência ao sujeito passivo da constituição do crédito tributário, do lançamento ou da lavratura de auto de infração, bem como do prazo para o pagamento ou apresentação de defesa administrativa;
II– Intimação: ato pelo qual se comunica aos interessados a prática de atos processuais específicos, decisões administrativas, despachos, ordens de diligência ou a necessidade de exibição de livros e documentos fiscais;
III– Domicílio Eletrônico: ambiente digital, plataforma ou canal de comunicação remota, previamente cadastrado ou utilizado pelo contribuinte, destinado ao recebimento oficial de mensagens, documentos e atos da Administração Pública Municipal;
IV– Meio Eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais, incluindo correio eletrônico (e-mail), aplicativos de mensagens instantâneas e sistemas de gestão de processos digitais.

Art. 4º Os atos processuais e as comunicações realizadas por meio eletrônico são plenamente válidos e equiparados, para todos os efeitos jurídicos, às formas físicas e presenciais, desde que respeitados os requisitos de autenticidade, integridade e segurança da informação previstos no art. 7º do Decreto nº 8.409/2024 e na legislação federal de regência.

§ 1º A validade jurídica da comunicação eletrônica fundamenta-se nas diretrizes de interoperabilidade tecnológica e celeridade procedimental estabelecidas na Lei Federal nº 12.965/2014, visando a simplificação da relação entre o Poder Público e a sociedade.

§ 2º O uso de tecnologias digitais para a prática de atos administrativos tributários visa otimizar os processos de trabalho e reduzir o custo econômico das comunicações, em observância às diretrizes do Governo Digital.

CAPÍTULO II
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 5º A comunicação dos atos, termos e decisões da Administração Tributária aos contribuintes e responsáveis far-se-á por meio de:
I– Notificação pessoal: realizada diretamente ao sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, mediante entrega de cópia do instrumento contra recibo datado e assinado;
II– Via postal: efetuada por meio de remessa de correspondência com aviso de recebimento (AR) ao endereço cadastrado pelo contribuinte no Cadastro Imobiliário ou de Atividades Econômicas;
III– Meio eletrônico: realizada preferencialmente por meio do Sistema 1Doc (sistema de protocolo eletrônico do Município), ou, subsidiariamente, via correio eletrônico (e-mail) e aplicativos de mensagens instantâneas, nos termos deste Decreto;
IV– Edital: publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município ou em órgão de imprensa local, nas hipóteses em que as demais formas de comunicação restarem frustradas ou forem inviáveis pela incerteza da localização do destinatário.

Art. 6º O Sistema 1Doc ou outro que vier a substituí-lo fica estabelecido como o canal oficial preferencial de tramitação de processos administrativos e comunicação de atos eletrônicos entre a Administração Tributária de Coronel Vivida e os contribuintes.
Parágrafo único. A utilização do Sistema 1Doc privilegia a transparência ativa, a segurança dos dados e o acompanhamento em tempo real das etapas do processo administrativo pelo interessado.

Art. 7º As notificações e intimações observarão preferencialmente a seguinte ordem:
I– Meio eletrônico, realizado por meio do Sistema 1Doc, nos termos do art. 6º deste Decreto, em observância à primazia dos serviços digitais e à eficiência administrativa;
II– Correio eletrônico (e-mail) ou aplicativos de mensagens instantâneas, conforme os requisitos de autenticidade e registro estabelecidos nos Capítulos III e IV;
III– Via postal, com aviso de recebimento (AR), dirigida ao endereço constante dos cadastros fiscais do Município, servindo o comprovante de entrega como prova de ciência;
IV– Notificação pessoal, efetuada por servidor da Administração Tributária ou autoridade dotada de poder de decisão, mediante termo nos autos ou no livro fiscal do contribuinte;
V– Edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, de forma residual e excepcional, após a comprovação do esgotamento ou da inviabilidade das tentativas pelas vias ordinárias descritas nos incisos anteriores.

CAPÍTULO III
DA COMUNICAÇÃO PELO SISTEMA OFICIAL E POR E-MAIL

Art. 8º As comunicações realizadas por meio do Sistema 1Doc consideram-se efetuadas no momento em que o contribuinte ou seu representante legal efetivar a consulta eletrônica ao teor da notificação ou intimação.

§ 1º O cadastro do contribuinte no Sistema 1Doc, realizado voluntariamente ou por exigência legal para a fruição de serviços públicos digitais, implica o aceite tácito de que todas as comunicações da Administração Tributária Municipal serão realizadas prioritariamente por esta plataforma, servindo como domicílio eletrônico oficial para todos os fins.

§ 2º Nos casos em que a consulta eletrônica não ocorra de forma imediata, a ciência do ato será considerada realizada, de forma automática e para todos os efeitos legais, no primeiro dia útil subsequente ao decurso do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do envio da comunicação pelo sistema oficial.

§ 3º É de exclusiva responsabilidade do contribuinte a manutenção de seus dados cadastrais atualizados no sistema, bem como a verificação periódica de sua caixa de entrada e alertas de notificações, não sendo admitida a alegação de desconhecimento do ato por falha na gestão de sua conta ou acesso à rede mundial de computadores.

Art. 9º A notificação ou intimação por correio eletrônico (e-mail) será considerada válida quando dirigida ao endereço eletrônico previamente informado pelo contribuinte em seu cadastro fiscal ou em requerimento protocolado perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º Presume-se o recebimento da mensagem eletrônica no momento em que houver a confirmação de entrega no servidor de destino, sendo necessária a prova de leitura efetiva pelo destinatário para o aperfeiçoamento do ato.

§ 2º Caso o contribuinte utilize mais de um e-mail em seus registros, a Administração Tributária poderá enviar a comunicação para qualquer um deles, preferindo-se aquele indicado como principal no Sistema 1Doc ou no Cadastro de Atividades Econômicas.

CAPÍTULO IV
DA COMUNICAÇÃO POR APLICATIVOS DE MENSAGENS

Art. 10. A Administração Tributária Municipal poderá utilizar, de forma subsidiária, aplicativos de mensagens instantâneas para a realização de intimações e notificações, desde que respeitados os critérios de segurança e autenticidade estabelecidos neste Decreto.

Art. 11. Para que a comunicação via aplicativo de mensagens possua plena validade jurídica, deverão ser observados os seguintes requisitos técnicos:
I– Envio por número institucional: a mensagem deve partir obrigatoriamente de número de telefone oficial e vinculado ao órgão competente da Administração Tributária, devidamente identificado no perfil do aplicativo com o brasão oficial do Município de Coronel Vivida;
II– Identificação clara do ato: o texto da mensagem deve conter o nome do órgão expedidor, o número do processo administrativo ou do lançamento fiscal, se existentes, e o resumo do objeto da intimação ou notificação;
III– Confirmação de dados do recebedor: o servidor responsável deverá, obrigatoriamente, solicitar ao destinatário a confirmação de seus dados pessoais, tais como nome completo, número do CPF ou RG ou outros elementos de identificação, a fim de certificar a identidade do recebedor e evitar a ocorrência de nulidades processuais;
IV– Registro de entrega e certificação: a autoridade administrativa deverá anexar ao processo administrativo o registro digital ou captura de tela que demonstre a entrega da mensagem no dispositivo do destinatário e a confirmação dos dados pelo recebedor, sendo este o marco inicial para a contagem de prazos processuais.

Art. 12. A utilização de aplicativos de mensagens não substitui o Sistema 1Doc como canal oficial, salvo nas hipóteses de indisponibilidade técnica da plataforma prioritária ou quando a comunicação direta com o contribuinte for considerada mais célere e eficaz para o atendimento do interesse público.
Art. 13. Em nenhuma hipótese a falha técnica no envio da comunicação eletrônica, devidamente comprovada por erro de sistema ou instabilidade na rede da Administração, poderá resultar em prejuízo ao contribuinte.

Parágrafo único. Constatada a falha no envio ou na integridade do arquivo digital transmitido, o ato deverá ser repetido sem qualquer ônus para o sujeito passivo, devolvendo-se integralmente o prazo para o cumprimento da obrigação ou exercício da defesa.

CAPÍTULO V
DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DO DEVER DE COLABORAÇÃO

Art. 14. É dever fundamental do contribuinte e do responsável tributário manter seus dados cadastrais permanentemente atualizados perante a Secretaria Municipal da Fazenda, abrangendo o endereço residencial ou profissional, o número de telefone para recebimento de mensagens e o endereço de correio eletrônico (e-mail) para comunicações oficiais, nos termos dos art. 103 e 107 da Lei Complementar Municipal nº 028/2009.

§ 1º Qualquer alteração nos dados de contato, inclusive a mudança de domicílio tributário ou a troca de titularidade do número de telefone informado para o Sistema 1Doc, deverá ser comunicada ao Fisco Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do fato.

§ 2º O dever de atualização cadastral estende-se aos sócios e administradores de pessoas jurídicas, bem como aos inventariantes, síndicos e liquidatários em processos de espólio ou falência, devendo a identificação estar em consonância com as bases de dados oficiais.

Art. 15. A notificação ou intimação enviada para o endereço, físico ou eletrônico, constante dos cadastros da Administração Tributária Municipal será considerada válida e eficaz para todos os efeitos jurídicos, ainda que não seja recebida pessoalmente pelo destinatário em razão de sua desatualização cadastral.

Parágrafo único. A responsabilidade pela manutenção do fluxo de recebimento de mensagens eletrônicas e pela atualização do endereço para correspondência postal é exclusiva do sujeito passivo, de modo que a posterior alteração de domicílio sem a devida comunicação tempestiva não torna nula a notificação ou intimação administrativa.

Art. 16. O descumprimento do dever de atualização cadastral ou o fornecimento de informações inverídicas sujeitará o infrator às penalidades pecuniárias previstas no art. 428, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 028/2009, sem prejuízo da suspensão ou cassação da eficácia de sua inscrição fiscal em caso de indícios de fraude ou simulação.

CAPÍTULO VI
DAS GARANTIAS, SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Art. 17. O tratamento de dados pessoais no âmbito das comunicações eletrônicas tributárias observará estritamente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), garantindo-se que a coleta e o armazenamento de informações tenham a finalidade exclusiva de cumprimento de obrigações legais e o exercício regular de direitos em processos administrativos.

Parágrafo único. As informações obtidas por meio de notificações eletrônicas, especialmente o conteúdo de mensagens e registros de acesso, gozam de sigilo fiscal e proteção à privacidade, sendo vedado o seu compartilhamento com terceiros, salvo nas hipóteses de cooperação administrativa entre entes federados ou mediante ordem judicial.

Art. 18. Ficam asseguradas aos contribuintes todas as prerrogativas do contraditório e da ampla defesa, sendo vedada qualquer prática que dificulte injustificadamente ou impossibilite o acesso do administrado aos autos do processo administrativo tributário ou impeça a correta compreensão do ato que lhe está sendo notificado.

§ 1º Constatada a ocorrência de vício insanável na comunicação do ato, ou verificada a impossibilidade técnica de recepção do documento eletrônico por culpa exclusiva da Administração, o ato deverá ser repetido com a reabertura integral do prazo para a manifestação do contribuinte.

§ 2º Não será considerada nula a intimação eletrônica que, embora realizada com inobservância de formalidade secundária, tenha atingido sua finalidade de dar ciência efetiva ao destinatário, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas e da economia processual.

Art. 19. O uso de dados pessoais por meio de mecanismos de interoperabilidade entre órgãos governamentais deverá atender a padrões de integridade e consistência, visando a criação de meios unificados de identificação para a prestação de serviços públicos de maior qualidade.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. As disposições estabelecidas neste Decreto possuem aplicação imediata, inclusive aos processos administrativos tributários que se encontrem em tramitação na data de sua publicação, resguardando-se a plena validade e eficácia das notificações e intimações já aperfeiçoadas segundo os ritos procedimentais anteriormente vigentes.

Art. 21. Fica a Secretaria Municipal da Fazenda autorizada a expedir instruções normativas complementares destinadas a disciplinar os fluxos operacionais, os critérios de segurança cibernética e as especificações técnicas para o uso do Sistema 1Doc e demais ferramentas de comunicação eletrônica mencionadas nesta norma, visando o constante aperfeiçoamento da eficiência administrativa e a proteção dos direitos dos administrados.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente as disposições em contrário que conflitem com os novos procedimentos de comunicação digital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:7D65F10F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2948/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 3.583,00 (três mil quinhentos e oitenta e três reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.1.038 Estruturação Física para a Política de Assistência Social
426 - 4.4.90.52.00.00 1783 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE..... R$ 1.583,00.

07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
422 - 3.3.90.30.00.00 901 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 2.000,00.
Total Suplementação..... R$ 3.583,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.2.1.01.11.03.0900 Fonte 1783..... R$ 1.583,00.
Receita 1.7.1.6.50.01.07.0000 Fonte 901..... R$ 2.000,00.
Total da Receita..... R$ 3.583,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:879D26B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2949/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
425 - 3.3.90.30.00.00 341 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 45.000,00.
10.000.00.000.0000.0.000 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
10.001.00.000.0000.0.000 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
10.001.28.846.0022.3.067 Contribuição ao PASEP
312 - 3.3.90.47.00.00 1000 OBRIGAÇÕES TRIBUT. E CONTRIBUTIVAS..... R$ 50.000,00.
Total Suplementação..... R$ 95.000,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.1.1.2.53.01.00.0000 Fonte 1000..... R$ 50.000,00.
Receita 1.7.1.9.99.01.04.0000 Fonte 341..... R$ 45.000,00.
Total da Receita..... R$ 95.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:75A1FF8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 566/2026

LEI N° 566/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ARCAR COM DESPESAS PARA A FESTA DE COMEMORAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinadas à aquisição de alimentos e outras despesas estritamente necessárias para o almoço do evento comemorativo Aniversário da comunidade Ander Rodolfo Henrique.

Art. 2º. A aquisição dos gêneros alimentícios e demais itens necessários à consecução do evento, observará rigorosamente os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e suas alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, já consignadas no orçamento vigente da Unidade Orçamentária 002 - Departamento de Cultura, Esporte e Turismo, do Órgão 06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, sob as seguintes rubricas orçamentárias:

I - Projeto/Atividade 13.392.0011.2-031 Manutenção das Atividades Culturais, Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO; e

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE
Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:4E0C92C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 655/2026
O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 3.364/2025 e demais disposições aplicáveis, conforme as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
SÍNTESE DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS

ORIGINAIS E NOVAS, TENDO COMO BASE A TABELA OFICIAL DE PREÇOS DAS RESPECTIVAS MONTADORAS/FABRICANTES, DESTINADAS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, aplicado sobre a Tabela Oficial de Preços da respectiva Montadora/Fabricante.
DESCONTO MÍNIMO: 5% (cinco por cento).
Valor total estimado: R$ 1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais.)
DATA DA SESSÃO:24 /09/2026.
HORÁRIO: 08h30min.
FORMATAÇÃO: ELETRÔNICA.
PLATAFORMA: BLL COMPRAS.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
OBS.: A presente licitação será EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP REGIONAIS, consideradas aquelas cuja sede esteja situada no âmbito dos Municípios integrantes da AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, conforme justificativa constante da fase preparatória, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 3.364/2025 e demais disposições aplicáveis.
O edital anterior também delimitava a participação às ME/EPP sediadas nos municípios integrantes da AMOP. A definição de "regional" como o âmbito dos municípios integrantes da AMOP consta da regulamentação municipal transcrita no próprio processo.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados na plataforma BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site oficial do Município de Diamante do Sul/PR e nos demais meios oficiais de divulgação.

Diamante do Sul/PR, 09 de setembro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:0BF71147

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 649/2026
O Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços nas áreas ambiental, topografia, projetos agrícolas, engenharia civil, arquitetura e urbanismo, bem como acompanhamento, gerenciamento e prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, mediante disponibilização de equipe técnica multidisciplinar, conforme as necessidades e demandas da Administração Municipal.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos reais).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço, sendo **70% (setenta por cento) para a proposta técnica e 30% (trinta por cento) para a proposta de preço**.
MODO DE DISPUTA: Fechado.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 de outubro de 2026.
HORÁRIO: 08:30 horas.
LOCAL: Plataforma BLL Compras – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados nos meios oficiais de divulgação do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na plataforma eletrônica utilizada para realização do certame.

Diamante do Sul/PR, 11 de setembro de 2026.

CRISTINA SANTOS NERI
Agente de Contratação

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:1EDCEE0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90067/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Alteração do Edital do Pregão Eletrônico 90067/2026

Edital Compras Governamentais 987541-574/2026

Objeto: Aquisição de britador móvel de mandíbulas e peneira vibratória, incluindo fornecimento, transporte, entrega técnica, montagem (quando aplicável), testes de funcionamento e capacitação operacional, destinado ao processamento de rochas e rejeitos de cascalheiras para a manutenção e recuperação da malha viária rural do Município.

1. Ficam alterados os descritivos dos itens constantes da tabela no Termo de Referência.
Item 1 – Britador: tamanho máximo do bocal, passa a ser: mínimo 600x350 mm e máximo 700x500 mm; motor / cilindros, passa a ser: Motor diesel com no mínimo 4 cilindros e potência mínima de 90 CV; sistema hidráulico, fica suprimida a exigência de: sistema hidráulico fosse composto por bombas e comandos independentes.
Item 2 – Peneira: acionamento, passa a ser: motor elétrico, mínimo 5 CV; fornecimento de energia, passa a ser exigido: sistema de geração e fornecimento de energia elétrica, permitindo operação em local sem acesso à rede elétrica.

2. As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico https: https://www.gov.br/compras/pt-br e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

3. A nova data para a abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será até 8h15min do dia 29/9/2026.

4. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 3 de setembro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D027F28F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - DECRETO Nº 07/2026 SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 07/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Sr. **MIGUEL DOS ANJOS DIAS**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL
01.001.00.000.0000.0.000. Câmara Municipal
01.001.01.031.001.2.001. Manutenção das Atividades Legislativas
13 – 3.3.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 100.000,00
Total Suplementação: R$ 100.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Resolução, servirá como recurso a Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Dedução
01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL
01.001.00.000.0000.0.000. Câmara Municipal
01.001.01.031.001.2.001. Manutenção das Atividades Legislativas
4 – 3.1.91.13.00.00 Contribuições Patronais R$ 40.000,00
7 – 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 60.000,00
Total Dedução: R$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, 09 de Setembro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E9EFF357

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - ERRATA Nº 002/2026 ALTERA O NÚMERO CONTIDO NO DECRETO Nº 05/2026 DESTE PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ERRATA Nº 002/2026

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Presidente da Câmara;
CONSIDERANDO, a digitação incorreta verificada no Decreto nº 05/2026 de 21 de agosto de 2026, a qual já foi devidamente publicada, apresenta o presente documento com o fim de realizar a correção;

Altera o número contido no **DECRETO Nº 05/2026 deste Poder Legislativo Municipal, publicado na Edição 3601 de 24/08/2026 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná**, passando a entender em consonância com o descrito abaixo:

Onde se lê:
"Decreto nº 05/2026 "

Leia-se:
"Decreto nº 06/2026 "

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Sala da Presidência aos 09 dias do mês de setembro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:694BDB36

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2026 ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2026

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 002/2026.

DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: **Câmara Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 73.257.214/0001-11.**
CONTRATADA: **DRS móveis e Decorações LTDA, CNPJ: 782.280.779-04.**

OBJETO: A aquisição dos equipamentos de informática e audiovisual, para modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Doutor Ulysses.

VALOR GLOBAL: R$ **R$ 6.578,00 (seis mil quinhentos e setenta e oito reais.)**

Prazo: 90 DIAS

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, 10 de setembro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D2DC60E8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO: 009/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA

Processo Administrativo: 009/2026
Dispensa de Licitação: 002/2026
Considerando o cumprimento dos requisitos previstos na legislação e, tendo em vista o conteúdo do presente processo o qual foi submetido à análise da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal, ***RATIFICO*** a presente compra direta na modalidade Dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do artigo 72 da Lei 14.133/2021, que tem por objeto **Aquisição de equipamentos de informática e audiovisual**.

Doutor Ulysses, 04 de setembro 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D3F79338

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 286/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 286/2026 de 10/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 55.900,00 (cinqüenta e cinco mil novecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
56 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
259 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.400,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
340 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.27.812.0018.2.057.		Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	
424 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	500,00
		Total Suplementação:	**55.900,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 1001	10.700,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1001	14.500,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1028	8.700,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1504	22.000,00
	Total da Receita:	**55.900,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AB922648

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0284/2026 NOMEAR, A SENHORA FRANCIELE APARECIDA DESPLANCHES.

DECRETO Nº 0284/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, a senhora **FRANCIELE APARECIDA DESPLANCHES,** portadora do CPF/MF nº 095.xxx.xxx-08, no cargo temporário de PROFESSOR;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 09 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:45C98798

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0288/2026 EXONERAR A PEDIDO A SENHORA YASMIM NAIZER MACHADO

DECRETO Nº 0288/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido apresentado pela servidora;

DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR a pedido a senhora **YASMIM NAIZER MACHADO,** portadora do CPF/MF nº 130.xxx.xxx-38, do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor com efeitos retroativos a data 01/09/2026 revogadas as disposições em contrário

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 10 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F5D09F28

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0289/2026 FICA RETIFICADO O DECRETO Nº 273/2026

DECRETO Nº 0289/2026

PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que por equivoco material, constou no decreto 273/2026 que a aposentaria deveria concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com reajuste na mesma data em que der o reajuste dos benefícios do regime geral

CONSIDERANDO a necessidade de retificação do Decreto 273/2026, exclusivamente para corrigir o erro material quanto à forma de calculo a ao critério de reajuste dos proventos de aposentadoria.

CONSIDERANDO que, por erro material, na publicação do referido Decreto constou a numeração 272/2026, quando o correto é 273/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº 273/2026, que passa a vigorar com a correção quanto à forma de concessão e reajuste dos proventos, para constar que a aposentadoria é concedida com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração do cargo efetivo e paridade com os servidores da ativa, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional 41/ 2003, e do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º Fica igualmente retificada a numeração constante da publicação do ato, devendo constar Decreto nº 273/2026, e não Decreto nº 272/2026.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 273/2026 que não forem incompatíveis com a presente retificação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos nos termos do ato de aposentadoria originalmente concedido.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 11 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:DE4F4A92

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°0083/2026 ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2026

EXTRATO DO CONTRATO N°0083/2026

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0011/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **T.R.F GIANJACOMO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.569.538/0001-04, com sede em Av Xavier da Silva, nº 776, Beltrão, Ibiporã, PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO GEOFÍSICO DESTINADO À DEFINIÇÃO DO PONTO TECNICAMENTE MAIS FAVORÁVEL PARA FUTURA PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO NA COMUNIDADE SETE QUEDAS DO GELIET, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES - PR, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR: R$ 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)**.**

Doutor Ulysses/PR, 11 de setembro de 2026

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A3DA14E9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 023/2026 SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMDEC

LEI Nº 023/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a organização da Proteção e Defesa Civil no Município de Doutor Ulysses, cria a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC, institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMDEC e cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CODEC, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** e eu, **ESEQUIEL BESTEL JUNIOR,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

"LEI"

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC, órgão municipal responsável pela coordenação e articulação das ações de Proteção e Defesa Civil no Município de Doutor Ulysses, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º A COMDEC tem por finalidade coordenar, no âmbito municipal, as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas à Proteção e Defesa Civil, em articulação com os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.
Art. 3º A COMDEC constituirá instrumento de articulação dos esforços do Município com os demais órgãos e entidades públicas e privadas que atuem na área de Proteção e Defesa Civil, mantendo permanente integração com os órgãos estaduais, regionais e federais integrantes do SINPDEC.
§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal designará os representantes dos órgãos da Administração Pública Municipal que participarão da COMDEC.
§ 2º A participação de órgãos e entidades de outras esferas de governo e de entidades privadas ocorrerá em regime de cooperação, mediante articulação ou convite, observadas as respectivas competências legais.
Art. 4º Para os efeitos desta Lei, consideram-se ações de Proteção e Defesa Civil o conjunto de medidas destinadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas a riscos e desastres, observadas as diretrizes da legislação federal aplicável.
Parágrafo único. O Município manterá canais adequados de comunicação com a COMDEC, inclusive por meio de protocolo, telefone, meios digitais ou outros instrumentos acessíveis à população, destinados ao recebimento de solicitações, comunicações e informações relacionadas a riscos e ocorrências de interesse da Proteção e Defesa Civil.
Art. 5º A COMDEC promoverá ações de conscientização, educação, capacitação e prevenção relacionadas à Proteção e Defesa Civil, especialmente nos estabelecimentos de ensino e nas comunidades localizadas ou potencialmente sujeitas a áreas de risco.
Art. 6º A caracterização, o reconhecimento e os efeitos da situação de emergência e do estado de calamidade pública observarão a legislação federal e os atos regulamentares aplicáveis, cabendo ao Município adotar os procedimentos administrativos de sua competência.
Art. 7º Os servidores públicos designados para atuar nas ações de Proteção e Defesa Civil exercerão essas atividades sem prejuízo das atribuições próprias de seus cargos, ressalvadas as hipóteses de alteração de jornada, designação para função ou concessão de vantagem que estejam expressamente previstas em lei.
Art. 8º A atuação dos membros da COMDEC, do CODEC e dos demais agentes públicos ou colaboradores formalmente designados para atividades de Proteção e Defesa Civil será considerada serviço público relevante, sem prejuízo das disposições específicas desta Lei quanto à remuneração.
Art. 9º A COMDEC integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e terá a seguinte organização:
I – Presidência;
II – Diretoria de Operações;
III – Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF;
IV – Conselho de Entidades Não Governamentais – CENG; e
V – Núcleos de Proteção e Defesa Civil – NUDEC.
Art. 10. A Presidência da COMDEC será exercida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que será auxiliado pelo Vice-Prefeito, na condição de Adjunto da Presidência.
§ 1º Compete ao Adjunto auxiliar o Presidente da COMDEC na coordenação e articulação das ações de Proteção e Defesa Civil.
§ 2º Nas ausências, impedimentos ou afastamentos do Presidente da COMDEC, o Adjunto poderá exercer as atribuições administrativas e

de coordenação da COMDEC que lhe forem delegadas, observadas as competências legais do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º O exercício da função de Adjunto da Presidência da COMDEC pelo Vice-Prefeito não implica substituição ou sucessão no cargo de Prefeito Municipal, que observará as disposições da Constituição Federal, da legislação aplicável e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 11. Compete ao Presidente da COMDEC:

I – coordenar e orientar as atividades da COMDEC;

II – articular a atuação da COMDEC com os demais órgãos e entidades públicas e privadas;

III – convocar e presidir as reuniões da COMDEC, quando necessário;

IV – designar os servidores e colaboradores que atuarão nas atividades da COMDEC, observada a legislação aplicável; e

V – exercer outras atribuições previstas nesta Lei e em regulamento.

Art. 12. O Vice-Prefeito exercerá, sem prejuízo das atribuições próprias de seu mandato, a função de Adjunto da Presidência da COMDEC.

Parágrafo único. O exercício da função prevista no caput não constitui cargo público autônomo, não implica criação de nova unidade administrativa e não gera, por si só, direito a remuneração, gratificação ou vantagem pecuniária específica.

Art. 13. A Diretoria de Operações será composta por:

I – um Diretor de Operações; e

II – um Secretário.

Art. 14. O Diretor de Operações será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, preferencialmente dentre pessoas que possuam experiência, capacitação ou conhecimento na área de Proteção e Defesa Civil.

Art. 15. Compete ao Diretor de Operações:

I – auxiliar o Presidente e o Adjunto da Presidência na coordenação das atividades da COMDEC;

II – coordenar as atividades operacionais de Proteção e Defesa Civil, observadas as competências dos demais órgãos municipais;

III – articular a atuação do GRAF, do CENG e dos NUDEC;

IV – acompanhar as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

V – exercer, nos termos desta Lei, a função de Gestor do FUMDEC; e

VI – exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente da COMDEC.

Art. 16. O Secretário da Diretoria de Operações será designado pelo Presidente da COMDEC e exercerá as atribuições administrativas que lhe forem determinadas.

Art. 17. O Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF será constituído por representantes dos órgãos da Administração Pública Municipal, indicados pelos respectivos titulares e designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das atividades do GRAF representantes de órgãos e entidades estaduais, federais e privadas que possuam atuação relacionada à Proteção e Defesa Civil, observadas suas respectivas competências.

Art. 18. O Conselho de Entidades Não Governamentais – CENG será constituído por representantes de entidades de classe, organizações assistenciais, culturais, clubes de serviço, associações e outras organizações da sociedade civil existentes no Município que possam colaborar com as ações de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. O CENG terá caráter de articulação e cooperação social, não substituindo as competências administrativas da COMDEC ou as atribuições do CODEC.

Art. 19. Os Núcleos de Proteção e Defesa Civil – NUDEC serão constituídos por grupos comunitários destinados à participação social, à mobilização comunitária, à prevenção de riscos e à colaboração na busca de soluções para problemas locais relacionados à Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. A constituição, organização e funcionamento dos NUDEC serão definidos em regulamento, respeitada a participação voluntária da comunidade.

Art. 20. No prazo de até 90 (noventa) dias contados da instalação da COMDEC, será elaborado seu Regimento Interno, que disciplinará sua organização e funcionamento e será aprovado por Decreto Municipal.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 21. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMDEC, fundo especial de natureza contábil, vinculado ao órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Proteção e Defesa Civil, destinado ao financiamento das ações previstas nesta Lei e na legislação aplicável.

§ 1º O FUMDEC tem por finalidade captar, receber, controlar e aplicar recursos financeiros destinados às ações municipais de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas a riscos e desastres.

§ 2º A gestão administrativa do FUMDEC será exercida pelo Diretor de Operações da COMDEC, que atuará na condição de Gestor do Fundo, sem prejuízo das competências do Chefe do Poder Executivo, do ordenador de despesas e dos órgãos municipais responsáveis pela contabilidade, finanças, controle interno e demais áreas competentes.

§ 3º A ordenação das despesas do FUMDEC caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou a agente público por ele formalmente delegado, observadas as normas orçamentárias, financeiras, contábeis, de contratação pública e de controle aplicáveis.

§ 4º O FUMDEC não terá personalidade jurídica própria, devendo suas receitas e despesas integrar o orçamento e a contabilidade do Município, na forma da legislação aplicável.

Art. 22. Constituem receitas do FUMDEC:

I – dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento municipal e os créditos adicionais que lhe forem destinados;

II – recursos transferidos pela União, pelo Estado ou por outros entes públicos, mediante convênios, transferências, termos, instrumentos congêneres ou programas de Proteção e Defesa Civil;

III – auxílios, subvenções, contribuições e transferências de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, quando legalmente admitidos e destinados às ações de Proteção e Defesa Civil;

IV – recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, quando legalmente admitidos e destinados às finalidades do Fundo;

V – saldos financeiros apurados ao final de cada exercício, na forma da legislação aplicável;

VI – recursos decorrentes de créditos adicionais destinados ao atendimento de situações de emergência ou de estado de calamidade pública, quando legalmente destinados ao Fundo;

VII – recursos oriundos de emendas parlamentares, quando legalmente destinados às ações de Proteção e Defesa Civil;

VIII – rendimentos decorrentes de aplicações financeiras das disponibilidades do Fundo, observada a legislação aplicável; e

IX – outros recursos que lhe forem legalmente destinados.

§ 1º O saldo positivo do FUMDEC apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo, observadas as normas de direito financeiro.

§ 2º Os recursos do FUMDEC serão movimentados em conta bancária específica e sua aplicação dependerá da correspondente previsão orçamentária ou da abertura do crédito adicional cabível, observadas as normas de direito financeiro.

§ 3º É vedada a utilização dos recursos do FUMDEC em finalidade diversa das ações de Proteção e Defesa Civil previstas nesta Lei e na legislação aplicável.

Art. 23. Compete ao Gestor do FUMDEC:

I – elaborar, em conjunto com a COMDEC, a proposta do plano anual de aplicação dos recursos do Fundo e submetê-la à apreciação do CODEC;

II – acompanhar a execução orçamentária e financeira do Fundo;

III – adotar, no âmbito de suas atribuições, as providências administrativas necessárias à execução das despesas regularmente autorizadas;

IV – manter organizados os registros e documentos relativos às receitas e despesas do Fundo;

V – elaborar relatórios periódicos de execução e a prestação anual de contas, com o apoio dos setores municipais de contabilidade e finanças;

VI – encaminhar ao CODEC os relatórios e a prestação anual de contas para análise e manifestação; e

VII – observar as normas de controle interno, externo, transparência e prestação de contas aplicáveis aos fundos públicos.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 24. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CODEC, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, no âmbito das competências estabelecidas nesta Lei, destinado a promover a participação social e acompanhar a execução da política municipal de Proteção e Defesa Civil e a aplicação dos recursos do FUMDEC.
Art. 25. Compete ao CODEC:
I – apreciar e emitir manifestação sobre as diretrizes e o plano anual de aplicação dos recursos do FUMDEC, observadas a legislação orçamentária e a disponibilidade financeira;
II – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FUMDEC, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo;
III – analisar os relatórios periódicos de execução e a prestação anual de contas apresentada pelo Gestor do Fundo, emitindo manifestação;
IV – propor diretrizes e prioridades para as ações municipais de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação relacionadas a riscos e desastres;
V – sugerir medidas destinadas ao aperfeiçoamento da política municipal de Proteção e Defesa Civil;
VI – acompanhar a execução das ações financiadas com recursos do FUMDEC;
VII – promover a participação da sociedade civil nas discussões relacionadas à Proteção e Defesa Civil; e
VIII – exercer outras atribuições correlatas previstas em regulamento, desde que compatíveis com sua natureza e competências legais.
§ 1º As deliberações do CODEC não substituem as competências legais do Chefe do Poder Executivo, do ordenador de despesas, dos órgãos responsáveis pela contabilidade, finanças, licitações, contratos, controle interno ou de quaisquer outros órgãos e agentes públicos competentes.
§ 2º A aquisição de bens, a contratação de serviços e a execução de obras com recursos do FUMDEC serão realizadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo, observadas a legislação de contratações públicas, as normas orçamentárias e financeiras e as demais disposições legais aplicáveis.
§ 3º O CODEC poderá solicitar informações e documentos relacionados à execução das ações de Proteção e Defesa Civil e à aplicação dos recursos do FUMDEC, observadas as competências legais dos órgãos responsáveis.
Art. 26. O CODEC será composto por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a seguinte composição:
I – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito, que exercerá a Presidência do Conselho;
II – 2 (dois) servidores públicos municipais com atuação na COMDEC; e
III – 2 (dois) representantes da sociedade civil do Município, escolhidos dentre pessoas ou representantes de entidades com atuação relevante nas áreas relacionadas à Proteção e Defesa Civil.
§ 1º A indicação dos representantes da sociedade civil observará critérios de participação, representatividade e interesse público, na forma do regulamento.
§ 2º O mandato dos membros do CODEC será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, na forma do regulamento.
§ 3º Os membros titulares serão substituídos pelos respectivos suplentes em suas ausências ou impedimentos.
§ 4º A perda da condição que fundamentou a indicação do membro poderá ensejar sua substituição, observado o procedimento estabelecido em regulamento.
§ 5º A periodicidade das reuniões, o quórum, o processo de deliberação e as demais regras de funcionamento do CODEC serão estabelecidos em seu Regimento Interno, aprovado pelo colegiado e homologado por Decreto Municipal.
§ 6º Os membros do CODEC não serão remunerados pelo exercício de suas funções, sendo sua participação considerada serviço público relevante.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, DA REGULAMENTAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observadas a legislação orçamentária e financeira vigente e a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 28. A execução financeira do FUMDEC observará as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da legislação de contratações públicas, da legislação municipal orçamentária e das demais normas aplicáveis.
Art. 29. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias contados de sua publicação, especialmente quanto:
I – à organização e ao funcionamento da COMDEC;
II – à constituição e ao funcionamento do GRAF, do CENG e dos NUDEC;
III – à organização e ao funcionamento do CODEC;
IV – aos procedimentos de gestão, execução, controle e prestação de contas do FUMDEC; e
V – aos demais procedimentos necessários à execução desta Lei.
Art. 30. O Poder Executivo poderá promover, por decreto, os ajustes necessários na estrutura administrativa para a execução desta Lei, desde que não implique criação ou aumento de despesas, cargos ou funções não autorizados por lei.
Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito em 09 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3ACFA847

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE RESULTADO – PROCESSO FRACASSADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO – FUNDOFEP
CNPJ Nº: 02.318.953/0001-28

OBJETO: Contratação de entidade certificadora credenciada perante o Ministério da Previdência Social para prestação de serviços de pré-auditoria, auditoria de certificação institucional no Nível II do Programa Pró-Gestão RPPS e duas auditorias de supervisão, visando à obtenção e manutenção da certificação institucional do FUNDOFEP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESULTADO: Considerando que a única proposta apresentada no procedimento, no valor global de R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais), foi superior ao valor máximo estabelecido no Termo de Referência, de R$ 14.680,00 (quatorze mil seiscentos e oitenta reais), fica declarado FRACASSADO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 004/2026.

Fernandes Pinheiro, 11 de setembro de 2026.

SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO
Diretora- Presidente

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:F8F77A3B

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 232/2026

Súmula: Admissão de empregada pública temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e;
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 40/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida DANIELLE KULLER, inscrita no CPF sob n° 090.***.***-99, *para exercer, em caráter temporário, a função de* ***PROFESSOR****, a partir de 14 de setembro de 2026, em decorrência de aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026.*
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:83F0EAF5

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 233/2026

Súmula: Admissão de empregada pública temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e;
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 40/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida SONIA MARIA VASCO MOUREIRA, inscrita no CPF sob n° 035.***.***-40, *para exercer, em caráter temporário, a função de* ***PROFESSOR****, a partir de 14 de setembro de 2026, em decorrência de aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026.*
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:EF5534FA

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 234/2026

Súmula: Desligamento de Conselheira Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e ainda em conformidade com a Legislação Municipal referente ao Conselho Tutelar,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligada **MARLI TEREZINHA MAZEICA FERNANDES**, matrícula nº 1395-1, do cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, a partir de 09 de setembro de 2026, em razão do término do período estabelecido para o exercício do mandato, conforme Decreto nº 089/2026.
Art. 2º - A Conselheira Tutelar foi nomeada pelo Decreto nº 089/2026, tendo exercido o cargo no período de 06 de abril de 2026 a 09 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:7221E2FA

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 235/2026

Súmula: Concede Progressão Funcional Horizontal em conformidade com a Lei Municipal nº 834/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro na Lei Municipal nº 834/2023 e considerando os Ofícios nº 63/2026 e nº 64/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo que trata de resultado avaliação de desempenho das servidoras estáveis, e comprovação de participação em aperfeiçoamento profissional, no período de **agosto de 2024 a agosto de 2026**;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Horizontal às servidoras do município de Fernandes Pinheiro, conforme cargo e nível disposto no quadro abaixo:
Cargo: Professor

MATRÍCULA	NOME	CLASSE ATUAL	CLASSE COM A PROGRESSÃO
75-2	SANDRA APARECIDA COSTA	IV	V
898-1	CIONI FIANCOSKI MODROW	V	VI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 11 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:226F6A2E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 128/2026 *RETIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no ofício nº 103/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1°- Fica revogada, a partir de 29 de julho de 2026, a Gratificação por Condução de Transporte Especial – Saúde conforme disposições

da Lei nº 541/2014, concedida ao servidor **LUIZ ALBERTO MOREIRA JUNIOR**, matrícula funcional nº **1194-1**.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de julho de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 03 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:61190F38

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 133/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde à servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER a servidora pública JANAINA MATTOZO PIRES, matrícula 790-1, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período compreendido de 19 de agosto de 2026 a 16 de novembro de 2026 conforme laudo médico pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:0CDD8319

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 134/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde à servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER ao servidor público JEFERSON ALVES PIRES, matrícula 49-2, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR**, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período compreendido de 26 de agosto de 2026 a 23 de novembro de 2026 conforme laudo médico pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:241D47A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 02/2026

Dispõe sobre horário especial de funcionamento e regime excepcional de trabalho na Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul durante as obras de reforma de sua sede.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a execução de obras de reforma nas dependências da Câmara Municipal e a necessidade de preservar condições adequadas de saúde e segurança aos servidores e demais usuários;
CONSIDERANDO a necessidade de reduzir a permanência e a circulação de pessoas no prédio durante as obras, sem prejuízo da continuidade das atividades administrativas e legislativas;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 001/2010 e no art. 31, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 935/2025, que admite alterações da jornada de trabalho e a realização de trabalho remoto mediante ato da autoridade competente;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional e temporário, horário especial de funcionamento, atendimento ao público e regime diferenciado de trabalho na Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul durante a execução das obras de reforma de sua sede.
Art. 2º O funcionamento da Câmara Municipal e o atendimento presencial ao público ocorrerão das **13h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira**.
§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas normalmente **às quartas-feiras, às 18h**, com a participação dos servidores cujas atribuições sejam necessárias à realização dos trabalhos legislativos.
§ 2º As sessões extraordinárias, reuniões de comissões, audiências públicas, sessões solenes e demais atividades institucionais poderão ocorrer fora do horário estabelecido no caput, assegurada a participação dos servidores necessários à sua realização.
Art. 3º Durante a vigência deste Ato, os servidores sujeitos à jornada semanal de 40 (quarenta) horas cumprirão presencialmente suas atividades das **13h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira**, sem prejuízo da participação nas atividades legislativas previstas no art. 2º.
§ 1º Os servidores sujeitos à jornada semanal de 20 (vinte) horas cumprirão **10 (dez) horas semanais de trabalho presencial**, que poderão ser distribuídas em número inferior a 5 (cinco) dias da semana, em dias e horários definidos pela Presidência conforme as necessidades do serviço, sem prejuízo da participação nas atividades legislativas previstas no art. 2º.
§ 2º A parcela da jornada não cumprida presencialmente poderá ser realizada mediante trabalho remoto, conforme a necessidade do serviço e a compatibilidade das atribuições do cargo, mediante determinação da Presidência.
§ 3º O regime previsto neste artigo possui caráter excepcional e temporário, não implica alteração definitiva da carga horária dos cargos e não acarretará redução dos vencimentos ou das vantagens legalmente devidas aos servidores.
Art. 4º A Presidência poderá determinar o comparecimento presencial de servidor fora dos horários previstos neste Ato quando necessário à continuidade das atividades administrativas ou legislativas.
Art. 5º O acesso às áreas atingidas pelas obras poderá ser restringido ou temporariamente interditado pela Presidência sempre que necessário à segurança das pessoas.

Art. 6º O regime excepcional previsto neste Ato não prejudicará o cumprimento dos prazos, obrigações e atividades administrativas e legislativas que devam ser realizados independentemente do horário especial de funcionamento.
Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Presidência, observadas a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, a Lei Complementar nº 001/2010 e a Lei Complementar Municipal nº 935/2025.
Art. 8º O regime excepcional estabelecido neste Ato vigorará a partir de **14 de setembro de 2026** e permanecerá em vigor enquanto persistirem as condições decorrentes das obras de reforma que justifiquem sua adoção, podendo ser revisto ou revogado pela Presidência a qualquer tempo.
Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, 11 de setembro de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:4D174FA9

LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

Município de Flor da Serra do Sul/PR
AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2026

O Município de Flor da Serra do Sul/PR, por intermédio da Pregoeira, torna público que a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 035/2026, cujo objeto é a **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul. Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência**, será **reaberta no dia 15 de setembro de 2026, às 09h30min**, por meio do **endereço eletrônico:** https://www.gov.br/compras/pt-br, horário oficial de Brasília – DF.

A reabertura ocorre em razão da empresa vencedora não cumprir com o contrato, ocasionando o distrato do mesmo, conforme manifestação encaminhada aos autos, sendo necessária a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, por meio do e-mail:**licitacao@fssul.pr.gov.br**.

Flor da Serra do Sul/PR, 11 de setembro de 2026.

JULIANA BORGES DA ROSA DE ALMEIDA
Agente de Contratação
Município de Flor da Serra do Sul/PR

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:FE9EC5E4

RH
DECRETO 051/2026

DECRETO Nº 051/2026

Regulamenta o valor máximo para reembolso de despesas com alimentação, nos termos do art. 6º-A da Lei Municipal nº 921, de 25 de junho de 2025, com redação dada pela Lei Municipal nº 996, de 06 de agosto de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º-A da Lei Municipal nº 921, de 25 de junho de 2025, com redação dada pela Lei Municipal nº 996, de 06 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que o inciso II do art. 6º-A estabelece que o valor máximo para reembolso das despesas com alimentação será fixado por Decreto do Poder Executivo, com reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo;

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores máximos para reembolso das despesas com alimentação dos servidores e agentes políticos municipais, nos deslocamentos previstos no art. 6º-A da Lei Municipal nº 921, de 25 de junho de 2025, com redação dada pela Lei Municipal nº 996, de 06 de agosto de 2026, nos seguintes limites:
I – café da manhã: R$ 19,00 (dezenove reais);
II – almoço: R$ 42,00 (quarenta e dois reais);
III – jantar: R$ 40,00 (quarenta reais).
§ 1º O reembolso ficará limitado ao valor efetivamente comprovado por meio de nota fiscal, observado, em qualquer hipótese, o valor máximo estabelecido neste artigo.
§ 2º Caso o valor constante da nota fiscal seja superior ao limite fixado para a respectiva refeição, o servidor ou agente político fará jus somente ao valor máximo previsto neste Decreto.
§ 3º Não haverá pagamento de valor excedente nem acumulação ou compensação de saldo entre refeições.
Art. 2º Para fins de reembolso, o servidor ou agente político deverá apresentar nota fiscal contendo CPF, relativa à respectiva refeição, emitida por estabelecimento comercial do ramo alimentício, em conformidade com o inciso I do art. 6º-A da Lei Municipal nº 921/2025.
Art. 3º Os valores máximos estabelecidos no art. 1º serão reajustados anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação municipal.
Parágrafo único. O reajuste de que trata o caput será formalizado por ato do Poder Executivo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 4º O reembolso previsto neste Decreto aplica-se exclusivamente às hipóteses de deslocamento previstas nos incisos V dos arts. 3º, 4º e 5º da Lei Municipal nº 921/2025, com redação dada pela Lei Municipal nº 996/2026.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal.
Art. 6º Os casos omissos serão analisados e decididos pela Administração Municipal, observadas as disposições da Lei Municipal nº 921/2025 e suas alterações.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:676E1421

RH
PORTARIA 350/2026

PORTARIA Nº 350/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026.

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026, Processo Nº 76/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos para uso em limpeza hospitalar, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Flor da Serra do Sul/PR.	Nelson Aloisio Kunsler
	Fiscal Titular
	Marla Battisti
	Fiscal Suplente
	Ana Rayssa Paiva dos Santos

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 11 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:AD6949F8

RH
PORTARIA 351/2026

PORTARIA Nº 351/2026

CONCEDER FÉRIAS PARA SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 09 (nove) dias de Férias para o servidor público municipal, Sr. **MOACIR FERNANDES DE OLIVEIRA**, inscrito no RG sob nº 62608838 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Motorista em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, devendo retornar às suas atividades em 23/09/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 11 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:4DAE1818

RH
PORTARIA 352/2026

PORTARIA Nº 352/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026.

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026, Processo Nº 80/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia e reabilitação funcional, destinados à continuidade do tratamento de pacientes com sequelas da COVID-19, no Município de Flor da Serra do Sul/PR.	Nelson Aloisio Kunsler
	Fiscal Titular
	Ruscaia Rubia Coutinho Mattos
	Fiscal Suplente
	Marla Battisti

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 11 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:76F9A905

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 824 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº 824 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, vinculada à estrutura administrativa do

Poder Executivo Municipal, com a finalidade de coordenar as ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município de Flórida.
Parágrafo único. A COMPDEC integrará o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, instituído pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR, instituído pela Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I - Proteção e Defesa Civil: conjunto de ações de prevenção, de preparação, de resposta e de recuperação destinado a evitar ou a reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e a recuperar as áreas afetadas;
II - Desastre: resultado de evento adverso, natural, tecnológico ou causado pelo homem, sobre cenário vulnerável, causando dano ou prejuízo que implique em comprometimento de toda ou de parte da sociedade, prejudicando seriamente o funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais de grande extensão, que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos;
III - Situação de Emergência: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
IV - Estado de Calamidade Pública: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
V - Prevenção: ações de planejamento, de ordenamento territorial e de investimento destinadas a reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações e a evitar a ocorrência de acidentes ou de desastres ou a minimizar sua intensidade, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos e da capacitação da sociedade em atividades de proteção e defesa civil;
VI - Preparação: ações destinadas a preparar os órgãos do Sistema Municipal, a comunidade e o setor privado, incluídas, entre outras ações, a capacitação, o monitoramento e a implantação de sistemas de alerta e da infraestrutura necessária para garantir resposta adequada aos acidentes ou desastres e para minimizar danos e prejuízos;
VII - Resposta: ações imediatas destinadas a socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, bem como o restabelecimento de serviços essenciais;
VIII - Recuperação: ações de curto, médio e longo prazo, destinadas à normalização social, ao retorno da rotina da comunidade e à reconstrução das áreas afetadas pelo desastre;
IX - Risco: probabilidade de ocorrência de um evento danoso, combinada com a magnitude de suas consequências;
X - Vulnerabilidade: grau de suscetibilidade ou de fragilidade de uma população, sistema ou comunidade a eventos adversos, determinado por fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais;
XI - Área de Risco: área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais, tecnológicos ou induzidos pelo homem que causem efeito adverso.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 3º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil tem por objetivo promover o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres, estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural e promover ações integradas para redução de riscos e desastres no território do Município de Flórida.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
III - prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;
IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;
V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal;
VI - participação da sociedade civil nas decisões e ações de proteção e defesa civil;
VII - integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e proteção e defesa civil.
Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - reduzir os riscos de desastres;
II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
III - recuperar as áreas afetadas por desastres;
IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos e outros potencialmente causadores de desastres;
IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres;
X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;
XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;
XII - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
XIII - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
XIV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
XV - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
XVI - fornecer dados e informações para o sistema nacional e estadual de informações e monitoramento de desastres;
XVII - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no Município.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 6º Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, com a finalidade de promover a articulação e a coordenação das ações de proteção e defesa civil em todo o território do Município.

Art. 7º Integram o SIMPDEC:
I - a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
II - o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
III - os órgãos e entidades da administração pública municipal que possuam competência ou participação nas ações de proteção e defesa civil;
IV - as entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, mediante termo de adesão ou convênio.
Parágrafo único. O SIMPDEC atuará de forma integrada com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR.

CAPÍTULO IV
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Seção I - Da Estrutura e Competências

Art. 8º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC tem as seguintes competências:
I - coordenar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - articular-se com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção e defesa civil;
III - identificar e mapear as áreas de risco de desastres no Município;
IV - elaborar e implementar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
V - elaborar Planos de Contingência para áreas de risco e para eventos sazonais;
VI - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando necessário, a intervenção preventiva, o abandono temporário de moradias e a evacuação da população de áreas de risco intensificado, em iminência ou em situação de desastre;
VII – acompanhar e monitorar as áreas classificadas como de risco alto e muito alto, utilizando informações, boletins, sistemas e alertas meteorológicos disponibilizados pelos órgãos competentes, inclusive pela Defesa Civil do Estado do Paraná e pelo SIMEPAR, bem como dados obtidos por meio de estações meteorológicas localizadas no Município ou em municípios da região, podendo, para tanto, celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres, sem ônus ao Município;
VIII – divulgar e retransmitir à população alertas oficiais relativos à possibilidade de ocorrência de desastres no território municipal, bem como produzir orientações preventivas de interesse local;
IX - manter sistema de alerta e alarme para situações de risco de desastre, articulado com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR;
X - coordenar as ações de resposta aos desastres, incluindo a mobilização de recursos humanos e materiais;
XI - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
XII - prover abrigos temporários e distribuir suprimentos em situações de desastre;
XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XIV - decretar situação de emergência e estado de calamidade pública, submetendo os decretos à homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;
XV - elaborar diagnósticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos no território municipal;
XVI - promover a educação para prevenção de desastres, por meio de programas de capacitação de agentes e de informação à população;
XVII - promover exercícios simulados de preparação para desastres, com a participação da população;
XVIII - desenvolver ações de conscientização e capacitação da população para autoproteção;
XIX - promover programas de capacitação de recursos humanos em proteção e defesa civil;
XX - cadastrar voluntários para atuação nas ações de proteção e defesa civil;
XXI - manter banco de dados atualizado sobre áreas de risco e ocorrências de desastres;
XXII - integrar informações ao Sistema Nacional e Estadual de Informações sobre Desastres;
XXIII - solicitar recursos financeiros aos órgãos estaduais e federais para ações de prevenção e resposta a desastres;
XXIV - prestar contas dos recursos recebidos para ações de proteção e defesa civil;
XXV - articular-se com instituições de ensino e pesquisa para desenvolvimento de estudos e tecnologias aplicadas à redução de riscos de desastres;
XXVI - promover e participar de campanhas e eventos relacionados à proteção e defesa civil;
XXVII - fiscalizar o cumprimento das normas municipais de prevenção contra desastres;
XXIII - integrar comitês e grupos de trabalho relacionados à redução de riscos de desastres;
XXIX - executar outras atividades correlatas à proteção e defesa civil.

Art. 9º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC será composta por Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, podendo contar, conforme a necessidade e a disponibilidade administrativa e orçamentária do Município, com apoio técnico, administrativo e operacional de servidores e órgãos da Administração Municipal.
§ 1º A organização interna e a distribuição das atribuições poderão ser definidas por decreto do Poder Executivo.
§ 2º A COMPDEC poderá atuar de forma integrada com as Secretarias e demais órgãos municipais, sem necessidade de criação de setores ou unidades administrativas específicas.
§ 3º Em situações de emergência ou calamidade pública, os órgãos municipais prestarão apoio à COMPDEC, na forma determinada pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção II - Do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 10. O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil será nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre servidores de carreira do Município ou militares estaduais cedidos ao Município, preferencialmente com formação ou experiência comprovada na área de proteção e defesa civil, gestão de riscos ou áreas correlatas.
§ 1º O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil terá status de Secretário Municipal para fins de remuneração e representação institucional.
§ 2º Em caso de impedimento temporário do Coordenador, suas funções serão exercidas por substituto designado pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. Compete ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - representar a COMPDEC junto aos órgãos públicos e privados;
II - dirigir e coordenar as atividades da COMPDEC;
III - convocar e presidir reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
IV - mobilizar os órgãos integrantes do SIMPDEC em situações de desastre;
V - propor ao Prefeito Municipal a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
VI - solicitar apoio dos órgãos estaduais e federais em situações que extrapolem a capacidade de resposta municipal;
VII - autorizar a mobilização e o emprego de recursos humanos e materiais em operações de defesa civil;
VIII - firmar convênios, acordos e parcerias para execução das ações de proteção e defesa civil;
IX - apresentar relatórios periódicos das atividades da COMPDEC ao Prefeito Municipal e ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
X - gerenciar o Fundo Municipal de Defesa Civil, quando instituído;
XI - propor a atualização da legislação municipal de proteção e defesa civil;
XII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 12. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com as seguintes competências:
I - propor diretrizes e aprovar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - deliberar sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III - aprovar planos de contingência e planos de aplicação de recursos;
IV - manifestar-se sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V - propor medidas para fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VI - promover estudos, debates e pesquisas sobre proteção e defesa civil;
VII - incentivar a participação comunitária nas ações de prevenção de desastres;
VIII - fiscalizar a execução das políticas de proteção e defesa civil;

IX - manifestar-se sobre convênios e parcerias relacionados à proteção e defesa civil;
X - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 13. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:
I - o Prefeito Municipal, que o presidirá;
II - o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, que exercerá a vice-presidência e a secretaria executiva;
III - um representante da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
IV - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
V - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI - um representante da Secretaria Municipal de Educação;
VII - um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão equivalente;
VIII - um representante do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
IX - um representante da sociedade civil organizada, sendo preferencialmente de associações de bairro ou comunitárias de áreas de risco;
X - um representante do Poder Legislativo Municipal.
§ 1º Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades representadas e nomeados por decreto do Prefeito Municipal.
§ 2º A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil não será remunerada, sendo considerada serviço relevante prestado ao Município.
§ 3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.
§ 4º O quórum mínimo para instalação das reuniões do Conselho será de maioria simples de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.
§ 5º Em caso de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Conselho será imediatamente convocado para reunião extraordinária.
§ 6º O Conselho poderá convidar especialistas, técnicos e representantes de outros órgãos para participar de suas reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto.
§ 7º O regimento interno do Conselho será elaborado por seus membros e aprovado em reunião ordinária, devendo ser homologado por decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 14. O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil constitui instrumento de planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação no Município, devendo contemplar, conforme as características e riscos locais:
I – identificação das principais ameaças e áreas de atenção ou risco;
II – recursos humanos, materiais e operacionais disponíveis;
III – definição das atribuições dos órgãos municipais envolvidos;
IV – procedimentos de alerta, mobilização e resposta;
V – indicação de locais destinados a abrigo temporário, quando necessários;
VI – medidas de prevenção, preparação e recuperação.
§ 1º O Plano será elaborado e atualizado pela COMPDEC, com participação dos órgãos municipais envolvidos.
§ 2º O Plano será revisto sempre que houver alteração relevante no cenário de risco, na estrutura administrativa ou nos recursos disponíveis, e, preferencialmente, a cada 02 (dois) anos.
§ 3º Poderão ser elaborados Planos de Contingência específicos para eventos sazonais ou riscos determinados.

CAPÍTULO VII
DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 15. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover e apoiar a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, nas comunidades, bairros e localidades do Município, especialmente nas áreas de risco.

Parágrafo único. Os NUPDEC são entidades civis de caráter voluntário, sem fins lucrativos, que atuarão em articulação com a COMPDEC nas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres.

Art. 16. São objetivos dos NUPDEC:
I - mobilizar e conscientizar a comunidade para as ações de proteção e defesa civil;
II - auxiliar na identificação e mapeamento de áreas de risco;
III - participar de programas de capacitação em proteção e defesa civil;
IV - divulgar informações sobre prevenção de desastres na comunidade;
V - colaborar com as ações de monitoramento de áreas de risco;
VI - auxiliar nas ações de resposta e assistência à população em situações de desastre;
VII - participar de exercícios simulados de preparação para desastres.

Art. 17. A COMPDEC prestará apoio técnico e material aos NUPDEC, promoverá sua capacitação e coordenará suas ações integradas ao SIMPDEC.

CAPÍTULO VIII
DAS AÇÕES EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 18. Compete ao Prefeito Municipal decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública no território do Município, mediante proposta fundamentada do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, com manifestação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.
§ 1º O decreto de situação de emergência ou de estado de calamidade pública conterá:
I - caracterização do desastre;
II - delimitação da área afetada;
III - declaração de situação de anormalidade;
IV - decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V - determinação de medidas a serem adotadas.
§ 2º O decreto deverá ser comunicado imediatamente ao Corpo de Bombeiros Militar, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR e à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para as providências cabíveis.
§ 3º O reconhecimento federal ou estadual da situação de emergência ou do estado de calamidade pública dependerá de requerimento do Prefeito Municipal, acompanhado dos documentos exigidos pela legislação específica.

Art. 19. Decretada a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a:
I - mobilizar todos os recursos humanos e materiais da administração pública municipal;
II - requisitar bens e serviços de pessoas físicas e jurídicas, mediante posterior indenização;
III - realizar contratações emergenciais, dispensadas as formalidades ordinárias, na forma da legislação vigente;
IV - realizar despesas emergenciais para atendimento à população afetada;
V - estabelecer regime especial de trabalho para os servidores municipais;
VI - solicitar apoio de outros entes federados e de organizações privadas.
Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo deverão ser proporcionais à gravidade da situação e limitadas ao período de vigência do decreto.

Art. 20. Cessadas as causas que justificaram a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Prefeito Municipal publicará decreto de encerramento da situação de anormalidade.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. A COMPDEC articular-se-á com os órgãos de proteção e defesa civil dos municípios vizinhos para ações conjuntas de prevenção e resposta a desastres que possam afetar mais de um município.

Art. 22. O Município poderá firmar convênios, contratos e acordos de cooperação com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais ou internacionais, para execução de ações de proteção e defesa civil.

Art. 23. As escolas municipais poderão promover atividades extracurriculares relacionadas à educação para prevenção de desastres e à proteção e defesa civil, tais como palestras, campanhas, ações educativas, orientações e atividades de conscientização, em articulação com a COMPDEC e a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24. O Município promoverá, sempre que possível, a capacitação continuada dos servidores municipais que atuam na área de proteção e defesa civil.

Art. 25. A COMPDEC manterá cadastro atualizado de:
I - áreas de risco no território municipal;
II - população residente em áreas de risco;
III - recursos humanos e materiais disponíveis para ações de defesa civil;
IV - voluntários cadastrados para atuação em situações de desastre;
V - entidades parceiras do SIMPDEC.

Art. 26. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a criar o Fundo Municipal de Defesa Civil, por lei específica, para garantir recursos financeiros permanentes destinados às ações de proteção e defesa civil.

Art. 27. A estrutura administrativa da COMPDEC será gradualmente implantada, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 30. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 002/98, que criou a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, bem como as disposições em contrário.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:500719FD

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 825 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº 825 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil ou órgão equivalente, com o objetivo de prover recursos para ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres no âmbito do Município de Flórida.
Parágrafo único. O FUMDEC possui personalidade jurídica e patrimônio próprio, gozando de autonomia administrativa e financeira, na forma desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I - Defesa Civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;
II - Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;
IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 3º Constituem objetivos do FUMDEC:
I - garantir recursos financeiros para o desenvolvimento de ações de Defesa Civil no Município;
II - viabilizar investimentos em equipamentos, materiais, capacitação de pessoal e infraestrutura necessários às atividades de Defesa Civil;
III - promover a cultura de prevenção de riscos de desastres junto à população;
IV - assegurar recursos para resposta imediata a situações de emergência e estado de calamidade pública;
V - financiar programas de recuperação de áreas atingidas por desastres.

Art. 4º O FUMDEC tem por finalidade custear:
I - Ações de Prevenção e Mitigação:
a) mapeamento de áreas de risco;
b) monitoramento de riscos geológicos, hidrológicos e meteorológicos;
c) obras de contenção, drenagem e outras medidas estruturais de redução de riscos;
d) programas de educação preventiva e capacitação comunitária;
II - Ações de Preparação:
a) treinamento e capacitação de agentes de Defesa Civil;
b) aquisição e manutenção de equipamentos de resposta;
c) realização de simulados e exercícios;
d) elaboração e atualização de planos de contingência;
III - Ações de Resposta:
a) socorro e assistência às vítimas de desastres;
b) fornecimento de abrigo temporário, alimentação e itens de primeira necessidade;
c) mobilização de recursos humanos e materiais para atendimento emergencial;
d) montagem de estruturas provisórias de apoio;
IV - Ações de Recuperação:
a) reconstrução de infraestrutura pública danificada;
b) apoio à recuperação de moradias e meios de subsistência;
c) recuperação ambiental de áreas degradadas por desastres;
d) ações de recuperação psicossocial das comunidades afetadas.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º Constituem receitas do FUMDEC:
I - dotações orçamentárias e créditos adicionais do Município que lhe forem destinados;

II - transferências de recursos da União e do Estado do Paraná;
III - transferências de recursos de organismos internacionais;
IV - doações, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
V - rendimentos de aplicações financeiras de recursos do Fundo;
VI - produto de multas administrativas aplicadas por infrações à legislação municipal de proteção e defesa civil;
VII - recursos provenientes de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privadas;
VIII - recursos oriundos de fundos estaduais ou federais de defesa civil;
IX - reversão de saldos anuais não utilizados;
X - outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.
§ 1º Os recursos financeiros do FUMDEC serão depositados em conta bancária específica, em instituição financeira oficial.
§ 2º Os recursos do FUMDEC que não forem utilizados no exercício financeiro permanecerão no Fundo, vedada sua incorporação ao orçamento geral do Município.
§ 3º Os recursos do FUMDEC poderão ser aplicados em operações financeiras de baixo risco, observada a legislação pertinente, devendo os rendimentos reverterem ao próprio Fundo.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º A administração do FUMDEC compete ao Coordenador Municipal de Defesa Civil ou autoridade equivalente, designado pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O administrador do FUMDEC responderá civil, penal e administrativamente pela má gestão dos recursos.

Art. 7º Compete ao administrador do FUMDEC:
I - elaborar o plano de aplicação dos recursos do Fundo;
II - executar a programação financeira aprovada;
III - ordenar despesas e autorizar pagamentos;
IV - apresentar relatórios periódicos de execução física e financeira ao Conselho Municipal de Defesa Civil;
V - manter atualizado o cadastro de doadores e parceiros;
VI - celebrar convênios, contratos e acordos necessários ao cumprimento dos objetivos do Fundo;
VII - prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º Fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa Civil – CGFUMDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e fiscalizador, com as seguintes competências:
I - aprovar o plano de aplicação dos recursos do FUMDEC;
II - acompanhar e fiscalizar a execução financeira do Fundo;
III - emitir parecer sobre as contas anuais do FUMDEC;
IV - propor diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos;
V - deliberar sobre doações e contribuições ao Fundo;
VI - elaborar seu regimento interno.

Art. 9º O Conselho Gestor do FUMDEC será composto por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:
I - o Coordenador Municipal de Defesa Civil, que o presidirá;
II - um representante da Secretaria Municipal de Administração;
III - um representante da Secretaria Municipal de Obras ou Infraestrutura;
IV - um representante da Polícia Militar do Paraná;
V - um representante da sociedade civil organizada ligada à área de Defesa Civil;
VI - um representante do Poder Legislativo Municipal.
§ 1º Os membros do Conselho Gestor exercerão suas funções gratuitamente, sendo o serviço prestado considerado relevante para o Município.
§ 2º A composição, nomeação e funcionamento do Conselho Gestor serão regulamentados por decreto do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO V
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10. Os recursos do FUMDEC serão aplicados mediante:
I - execução direta pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
II - celebração de convênios com órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;
III - parcerias com organizações da sociedade civil, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A aplicação dos recursos do FUMDEC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FUMDEC para:
I - pagamento de pessoal permanente;
II - despesas de custeio ordinário da administração municipal;
III - finalidades estranhas aos objetivos da Defesa Civil.

Art. 12. Em situações de emergência ou estado de calamidade pública, declarados nos termos da legislação vigente, o administrador do FUMDEC poderá autorizar despesas imediatas, dispensadas as formalidades ordinárias, devendo submeter a prestação de contas ao Conselho Gestor na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

Art. 13. O administrador do FUMDEC apresentará, semestralmente, ao Conselho Gestor, relatório circunstanciado das receitas e despesas realizadas.

Art. 14. As contas do FUMDEC serão anualmente submetidas à auditoria do órgão de controle interno do Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal dará ampla publicidade às receitas e despesas do FUMDEC, disponibilizando as informações no portal da transparência do Município, atualizadas mensalmente.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 17. A dotação orçamentária inicial do FUMDEC será estabelecida na Lei Orçamentária Anual subsequente à publicação desta Lei, garantido o percentual mínimo de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida do Município.

Art. 18. O Conselho Gestor do FUMDEC deverá ser constituído no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do decreto regulamentador.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:A2121236

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP- Nº 34/2026-PMF

I. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes para as Secretarias Municipais.

II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 14 de setembro de 2026 até às 08h45min do dia 25/09/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **25 de setembro de 2026** às 09:00h, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item".
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 561.027,50 (quinhentos e sessenta e um mil e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:8365EC97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 45/2026

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de porta de acesso destinada ao NIS Santa Alice, do Município de Flórida/PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Porta de giro 02 folhas com vidro superior e lambril inferior, com fechamento automático, incluindo fornecimento e instalação. Largura 1,8 m x Altura 2,1 m. Espessura do vidro 06 mm.	Unidade	01	R$ 9.449,33	R$ 9.449,33

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br**,** bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO:às 00h:00min – 15 de setembro de 2026.
FIM:às 23h:59min – 17 de setembro de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 11 de setembro de 2026.

CÁSSIA APª VICENTIN SETTE
Secretária de Saúde

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:D1CBA92F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.646, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.646, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial e dispõe sobre a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário ao servidor Genivaldo Geraldeli.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem os arts. 87 e 92-A da Lei Municipal nº 03/2001, **CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 5.134/2026 e **CONSIDERANDO** o requerimento do servidor, devidamente acompanhado da decisão fundamentada

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Genivaldo Geraldeli, Agente Administrativo/40h, matrícula 2-00092, 5 (cinco) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/01/2023 a 09/01/2024, para fruição no período de 14 de setembro a 18 de setembro de 2026.
Parágrafo único. Fica convertido em pecúnia 1/3 (um terço) de férias, correspondente à remuneração equivalente a 10 (dez) dias de férias, acrescido do respectivo terço constitucional, referente ao mesmo período aquisitivo.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:46BBA85F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação N°. 17/2025

Processo Administrativo 26/2026

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Seguro Predial para o Imóvel onde está instalada a Câmara Municipal de Foz do Jordão – PR, Período de 12 meses.

Analisado todos os Atos do **Processo de Dispensa de Licitação n°. 17/2026**, Torna-se pública a **homologação** do procedimento licitatório em epígrafe e dos objetos licitantes:

Empresa **GENTE SEGURADORA SA Nº: 90.180.605.0001-02,** pelo valor total de R$ **1.700,00** (Um Mil e Setecentos Reais), nas

condições de sua proposta e do Processo de Dispensa de Licitação nº. 17/2026.

Foz do Jordão, 11 de Setembro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:933568DE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026.

PROCESSO: Pregão - Eletrônico nº 22/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ Nº 01.258.027/0001-41)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA WEB INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM NUVEM, INCLUINDO SERVIÇOS COMPLEMENTARES IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 665.359,00 (Seiscentos e Sessenta e Cinco Mil, Trezentos e Cinqüenta e Nove Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 10/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:ED0798D8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 23/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: JOEL DOMINGUES DO AMARAL - ME (CNPJ Nº 24.062.717/0001-26)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA DESTINADA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM O TEMA "SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE", EM ALUSÃO À CAMPANHA SETEMBRO AMARELO, VISANDO PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO, A PREVENÇÃO E O CUIDADO COM A SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL DOS PROFISSIONAIS, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO E PARA O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE."
VALOR TOTAL: R$ 1.897,00 (Um Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:0DA7A750

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 1/2026
CONTRATANTE: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DE FOZ DO JORDAO -PR (CNPJ Nº 07.602.215/0001-21).
CONTRATADO: RJS CONSULTORIA, SERVIÇOS & CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA (CNPJ sob o nº 54.974.103/0001-81).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADOS DE LIMPEZA DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS NA SEDE DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO – PREVFOZ COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) FUNCIONÁRIO 12H/SEMANAL.
VALOR: 23.790,00 (Vinte e Três Mil, Setecentos e Noventa Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias Trezentos e Sessenta e Cinco dias.
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026.

JOSELAINE PRESA
Presidente

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:27FA7B10

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO1 CONTRATO Nº 134/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 21/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (CNPJ Nº 51.684.924/0001-95)
OBJETO: "Inclusão de quantitativo através da revisão do Contrato nº 134/2026 do Inexigibilidade nº 21/2026 qual tem por objeto a "CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇAO DE 02 SERVIDORES MUNICIPAIS NO 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS QUE SERÁ REALIZADO PELO IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA NOS DIAS DE 23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2026 NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR"
DA INCLUSAO: O presente termo visa incluir uma unidade de inscrição para participação na capacitaçao no 6ºº simpósio de licitações e contratos.
DOS VALORES: A inclusão de uma unidade no quantitativo terá uma créscimo de valores de R$ 3.390,00 (Três Mil, Trezentos e Noventa Reais) no valor total do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:700C59D6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 077/2026

DECRETO Nº 77/2026

SÚMULA: Suspende as aulas no período vespertino do dia 11 de setembro de 2026, no âmbito das redes municipal e estadual de ensino no Município de Foz do Jordão, bem como suspende o transporte universitário, em razão de alerta meteorológico e condições climáticas adversas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, **FRANCISCO CLEI DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO as informações divulgadas pelos órgãos competentes e pelos canais oficiais de monitoramento acerca da

possibilidade de ocorrência de condições climáticas adversas no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o **Boletim de Gestão de Riscos nº 041/2026**, do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – SIMEPAR, que aponta, para o dia **11 de setembro de 2026**, possibilidade de tempestades severas, chuva forte em curto espaço de tempo, rajadas de vento pontualmente severas, descargas elétricas atmosféricas e ocorrência de granizo;
CONSIDERANDO que as condições meteorológicas previstas podem ocasionar queda de galhos e árvores, enxurradas, alagamentos, destelhamentos, redução da visibilidade nas estradas e eventual interrupção no fornecimento de energia elétrica, representando risco à segurança da população;
CONSIDERANDO as características territoriais do Município e a necessidade de deslocamento de estudantes por vias urbanas e rurais, especialmente daqueles que utilizam o transporte escolar municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas e cautelares destinadas à preservação da integridade física e da segurança dos estudantes, profissionais da educação, motoristas, servidores públicos e demais usuários do transporte escolar e universitário;
CONSIDERANDO, por fim, que a prevenção e a proteção da vida e da integridade física devem prevalecer diante da possibilidade de ocorrência de eventos climáticos severos,
DECRETA:
Art. 1º Ficam suspensas, no período da tarde do dia 11 de setembro de 2026, as atividades escolares presenciais nas unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Foz do Jordão.
Art. 2º Para fins de segurança dos estudantes e em razão da utilização do transporte escolar disponibilizado pelo Município, fica igualmente suspenso, no período da tarde do dia 11 de setembro de 2026, o transporte escolar destinado aos estudantes da Rede Estadual de Ensino, ficando prejudicado o respectivo deslocamento às unidades escolares.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação deverá comunicar imediatamente às unidades da Rede Estadual de Ensino atendidas pelo transporte escolar municipal acerca da suspensão prevista no caput.
Art. 3º Fica suspenso, no dia 11 de setembro de 2026, o transporte universitário disponibilizado pelo Município de Foz do Jordão, destinado ao deslocamento de estudantes para instituições de ensino superior e técnico localizadas em outros municípios.
Art. 4º O transporte escolar dos estudantes que frequentaram regularmente as atividades no período da manhã será realizado para o retorno às respectivas residências ao término das atividades matutinas, não havendo novos embarques para o período da tarde.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação adotar as providências necessárias para:
I – comunicar imediatamente às unidades escolares, estudantes, pais e responsáveis acerca das medidas estabelecidas neste Decreto;
II – organizar, de forma segura, o retorno dos estudantes do período matutino às suas residências;
III – comunicar as instituições da Rede Estadual de Ensino atendidas pelo transporte escolar municipal;
IV – comunicar os estudantes usuários do transporte universitário acerca da suspensão; e
V – adotar as demais medidas administrativas e operacionais necessárias à preservação da segurança dos estudantes, servidores, motoristas e demais envolvidos.
Art. 6º As providências relativas ao registro escolar, eventual reposição das atividades e adequação do calendário letivo da Rede Municipal de Ensino serão definidas posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas educacionais aplicáveis.
Art. 7º A suspensão prevista neste Decreto possui caráter excepcional, preventivo e cautelar, decorrente exclusivamente das condições meteorológicas adversas previstas para esta data.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no dia 11 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 11 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:3B1A9D43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.224 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.224 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Programa Permanente de Apoio Logístico ao Interesse Público, autoriza a utilização de veículos da frota municipal para transporte municipal e intermunicipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 055/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de General Carneiro, o Programa Permanente de Apoio Logístico ao Interesse Público, com a finalidade de viabilizar transporte municipal e intermunicipal, por meio de veículos da frota municipal e motoristas do quadro do Município, para ações de relevante interesse público relacionadas ao esporte, educação, cultura, desenvolvimento social, capacitação institucional, agricultura familiar e atividades comunitárias.
§ 1º O Programa possui caráter permanente, contínuo e impessoal, integrando as políticas públicas municipais de apoio logístico às ações coletivas de interesse público.
§ 2º A execução do Programa ficará condicionada à disponibilidade da frota municipal e à não interferência nos serviços públicos essenciais, especialmente saúde, educação e transporte escolar.

Art. 2º Poderão ser atendidos pelo Programa, desde que observados os critérios desta Lei:
I – associações e entidades sem fins lucrativos, regularmente constituídas e sediadas no Município, que desenvolvam atividades de interesse público nas áreas de esporte, cultura, educação ou desenvolvimento social;
II – estudantes da rede pública municipal ou estadual para participação em eventos educacionais, científicos, culturais, esportivos ou visitas técnicas institucionais;
III – entidades comunitárias, inclusive religiosas ou ecumênicas, sem discriminação de crença, quando o deslocamento se destinar a atividade de relevante interesse comunitário, vedado qualquer favorecimento, promoção institucional ou caráter confessional exclusivo, desde que o destino esteja localizado em distância não superior a 100 (cem) quilômetros da sede do Município de General Carneiro;
IV – grupos culturais que representem oficialmente o Município em apresentações, festivais ou eventos;
V – idosos e grupos da terceira idade organizados, para participação em atividades recreativas, culturais ou esportivas;
VI – clubes, associações esportivas e atletas que representem o Município em competições oficiais;
VII – servidores públicos municipais em deslocamento para cursos, capacitações ou eventos institucionais;
VIII – agricultores familiares, associações ou cooperativas rurais, para participação em feiras, exposições ou eventos técnicos vinculados ao desenvolvimento agropecuário;
IX – membros de conselhos municipais para participação em reuniões, audiências ou eventos de interesse coletivo;
X – grupos de saúde, assistência social ou outras organizações que desenvolvam atividades de interesse coletivo reconhecidas pelo Município.

Art. 3º Para a concessão do transporte, deverão ser atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – solicitação formal protocolada junto ao órgão municipal competente, com antecedência mínima definida em regulamento;
II – comprovação da regularidade jurídica da entidade solicitante, quando aplicável;
III – indicação clara da finalidade do deslocamento, com demonstração do interesse público envolvido;
IV – apresentação da lista nominal dos passageiros;
V – assinatura de termo de responsabilidade pela entidade ou responsável legal;
VI – compromisso de observância das normas de segurança, trânsito e conservação do patrimônio público; VII – declaração do responsável de que o deslocamento atende às finalidades previstas nesta Lei.
§ 1º A exigência de regularidade fiscal poderá ser dispensada quando comprovada a inviabilidade prática e inexistir repasse financeiro ou subvenção, limitando-se a exigência à regularidade jurídica.
§ 2º O transporte de menores de idade dependerá de autorização expressa dos responsáveis legais, nos termos da legislação vigente;

Art. 4º A análise e o deferimento das solicitações observarão critérios objetivos de prioridade, na seguinte ordem:
I – atividades institucionais e serviços públicos essenciais;
II – ações educacionais e esportivas oficiais envolvendo estudantes da rede pública;
III – representação oficial do Município em eventos esportivos, culturais ou técnicos;
IV – eventos vinculados ao desenvolvimento social e agrícola;
V – demais atividades comunitárias de relevante interesse público.
§ 1º As decisões deverão ser motivadas, fundamentadas nos critérios desta Lei e registradas em processo administrativo.
§ 2º Poderá ser instituída comissão técnica para avaliação das solicitações, na forma do regulamento.
§ 3º O pedido poderá ser indeferido quando:
I – não houver disponibilidade de veículos ou motoristas;
II – houver conflito com serviços públicos essenciais;
III – não restar demonstrado o interesse público;
IV – a documentação estiver incompleta;
V – o evento possuir finalidade eminentemente particular, comercial, político-partidária ou incompatível com os objetivos desta Lei;
VI – mediante decisão administrativa devidamente motivada, ficar demonstrado que o atendimento da solicitação não atende ao interesse público, à conveniência administrativa, à oportunidade administrativa ou à adequada prestação dos serviços públicos.
§4º O enquadramento da solicitação na ordem de prioridade prevista neste artigo não gera direito subjetivo à concessão do transporte, permanecendo a autorização condicionada à disponibilidade da Administração e ao interesse público.

Art. 5º O transporte concedido no âmbito deste Programa será gratuito, sendo vedada qualquer forma de contrapartida financeira, política, eleitoral ou promocional por parte dos beneficiários.

Art. 6º Na hipótese de indisponibilidade de veículos ou motoristas da frota municipal, o Poder Executivo poderá, dentro das limitações e disponibilidades orçamentárias, contratar empresas de transporte para a execução dos deslocamentos previstos nesta Lei, observadas as normas de licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 7º Os beneficiários responderão pelos danos causados ao patrimônio público decorrentes de dolo ou culpa, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, podendo ser suplementadas, caso necessário.

Art. 9º Em caráter excepcional e devidamente justificado, o Chefe do Poder Executivo poderá autorizar deslocamentos interestaduais para participação em eventos de relevante interesse público ou para representação oficial do Município, desde que não haja prejuízo aos serviços públicos essenciais e sejam observadas as disposições desta Lei.

Art. 10. A autorização para utilização do transporte prevista nesta Lei possui natureza precária, será concedida mediante análise individual de cada solicitação, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e a disponibilidade da Administração, não gerando direito adquirido aos beneficiários, não caracterizando prestação obrigatória de serviço público.

Parágrafo único. A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante decisão devidamente fundamentada, por motivo de interesse público, superveniência de necessidade dos serviços públicos essenciais, indisponibilidade da frota ou descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, sem que caiba aos interessados qualquer direito à indenização.

Art. 11. A execução dos transportes previstos nesta Lei deverá observar a legislação de trânsito vigente, as normas de segurança aplicáveis, bem como os regulamentos internos expedidos pelo Município.

Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante Decreto.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:AAF460D9

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.225 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.225 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Lei Municipal nº 1.905, de 4 de abril de 2023, para instituir a Gratificação por Função Técnica – GFT devida aos servidores efetivos integrantes da equipe técnica dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Família Extensa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 059/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Gratificação por Função Técnica – GFT, destinada aos servidores públicos municipais efetivos ocupantes dos cargos de Assistente Social e de Psicólogo formalmente designados para integrar a equipe técnica dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Família Extensa, na forma desta Lei.
Parágrafo único. A GFT fica incluída no Anexo III – Quadro de Gratificações da Lei Municipal nº 1.905, de 4 de abril de 2023, conforme o Anexo Único desta Lei.
Art. 2º A GFT corresponde a 30 % (trinta por cento) do vencimento-base do cargo efetivo do servidor designado.
Art. 3º O número de beneficiários da GFT fica limitado a 02 (duas) designações, sendo 01 (uma) para o cargo de Assistente Social e 01 (uma) para o cargo de Psicólogo.
Art. 4º São requisitos para a percepção da GFT:
ser servidor público municipal efetivo;
II – ocupar cargo efetivo de Assistente Social ou de Psicólogo;
III – encontrar-se em efetivo exercício;
IV – possuir registro profissional regular perante o respectivo Conselho de Classe;
V – estar formalmente designado, por ato próprio, para integrar a equipe técnica dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e/ou Família Extensa;
VI – não estar cumprindo penalidade disciplinar que, nos termos do Estatuto dos Servidores, obste a percepção de vantagens.
Art. 5º A designação e a dispensa dos servidores para percepção da GFT dar-se-ão por ato do Prefeito Municipal, mediante portaria,

observados os requisitos do art. 4º e a disponibilidade de dotação orçamentária.
Art. 6º Compete aos servidores designados, no âmbito dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Família Extensa:
I – realizar avaliação, acompanhamento e orientação psicossocial das crianças e adolescentes atendidos pelos serviços;
II – realizar avaliação, seleção, preparação, capacitação, acompanhamento e supervisão das famílias acolhedoras;
III – realizar avaliação e acompanhamento das famílias de origem, extensa e acolhedora, conforme a modalidade de atendimento;
IV – acompanhar o processo de adaptação da criança ou do adolescente à família acolhedora ou à família extensa;
V – promover ações destinadas à preservação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
VI – elaborar estudos, relatórios, pareceres e demais documentos técnicos necessários ao acompanhamento dos casos;
VII – realizar visitas domiciliares, entrevistas, atendimentos individuais e familiares e demais procedimentos técnicos necessários ao acompanhamento dos usuários;
VIII – elaborar e acompanhar, em articulação com a rede de proteção, os Planos Individuais de Atendimento – PIA e demais instrumentos técnicos pertinentes;
IX – acompanhar e subsidiar tecnicamente os processos de reintegração familiar, inclusive junto à família de origem e à família extensa;
X – promover a articulação com os serviços das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho, cultura e demais integrantes da rede de proteção;
XI – manter articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente com o Conselho Tutelar, o Poder Judiciário, o Ministério Público e demais órgãos competentes;
XII – participar de reuniões de estudo de caso, audiências, reuniões intersetoriais e demais atividades relacionadas aos serviços;
XIII – acompanhar e registrar a evolução dos casos, mantendo prontuários e demais registros técnicos devidamente atualizados;
XIV – elaborar relatórios técnicos destinados ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar e demais órgãos competentes, quando solicitado ou quando necessário à proteção dos direitos da criança e do adolescente;
XV – participar da elaboração, atualização e execução do Projeto Político-Pedagógico e dos instrumentos de planejamento dos serviços;
XVI – promover ações de formação continuada e orientação das famílias acolhedoras e das famílias participantes do Serviço de Família Extensa;
XVII – desenvolver ações de prevenção de rompimento de vínculos e de fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
XVIII – desempenhar outras atividades técnicas compatíveis com as atribuições profissionais e necessárias à execução dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e Família Extensa.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal

Art. 8º Esta Lei entra na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8E07C06F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.226 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.226 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.698/2021, que institui o Serviço de Acolhimento Familiar no Município de General Carneiro, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 060/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 21 da Lei Municipal nº 1.698/2021.

Art. 2º O inciso II do art. 22 da Lei Municipal nº 1.698/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 22. .....
II – nos acolhimentos superiores a 1 (um) mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro de acordo com a necessidade apresentada pelo acolhido, variando entre ½ (meio) salário mínimo nacional mensal e 1 ½ (um e meio) salário mínimo nacional mensal, por criança ou adolescente acolhido, visando ao custeio dos gastos relativos às necessidades dos acolhidos;"
Art. 3º O § 2º do art. 22 da Lei Municipal nº 1.698/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 2º O subsídio financeiro de até 1 ½ (um e meio) salário mínimo nacional mensal por criança ou adolescente, repassado às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, será custeado pelo Município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante previsão na dotação orçamentária pertinente."
Art. 4º Fica acrescido o § 3º ao art. 22 da Lei Municipal nº 1.698/2021, com a seguinte redação:
"§ 3º O subsídio financeiro previsto neste artigo não estará sujeito à prestação de contas individualizada pela família acolhedora, sem prejuízo do acompanhamento técnico, da fiscalização da execução do Serviço e do controle pelos órgãos competentes."
Art. 5º Fica acrescido o § 4º ao art. 22 da Lei Municipal nº 1.698/2021, com a seguinte redação:
"§ 4º No acolhimento de grupo de irmãos pela mesma família acolhedora, nos termos do art. 5º, inciso IV, desta Lei, o subsídio financeiro será concedido integralmente em relação ao primeiro irmão acolhido e, quanto a cada irmão adicional acolhido, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) da bolsa individualmente fixada pela Equipe Técnica, tendo em vista a redução dos custos decorrente do acolhimento conjunto."
Art. 6º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.698/2021 e suas alterações posteriores.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observadas as disposições da legislação orçamentária e financeira aplicável.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, 11 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:19AE2F9A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.227 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.227 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir, mediante desapropriação por utilidade pública, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 061/2026, e Eu, Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mediante desapropriação por utilidade pública, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e do art. 5º, alínea "i", do

Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 — que compreende a abertura, conservação e melhoramento de vias públicas —, podendo efetivá-la por via amigável, uma área de 24.000,00 m² (vinte e quatro mil metros quadrados), integrante do imóvel rural de propriedade de **DIRCEU BOTTEGA**, objeto da matrícula nº 823 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR, situado na Estrada Rural Rua Ricardo Pohl (Estrada Velha de Palmas), na Colônia Marco Cinco, no Município de General Carneiro, Paraná, contendo as seguintes confrontações e limites: O referido imóvel é delimitado por um polígono irregular, cuja demarcação se inicia no ponto 01, assinalado em planta anexa e cravado no vértice formado pela propriedade aqui descrita e o confrontante Posse de Zacarias Olinquevicz, seguem com o rumo do azimute 138°35'51" a distância de 45,247 m até o ponto R9J-M-0793, confrontando com a Estrada Rural Ricardo Pohl (Estrada Velha de Palmas); segue com o rumo de azimute 227°51'45" a distância de 51,825 m até o ponto 03; segue com o rumo de azimute 236°16'29" a distância de 31,537 m até o ponto 04; segue com o rumo de azimute 230°02'46" a distância de 32,157 m até o ponto 05; segue com o rumo de azimute 221°41'48" a distância de 28,593 m até o ponto 06; segue com o rumo de azimute 225°22'46" a distância de 45,913 m até o ponto 07; segue com o rumo de azimute 224°53'01" a distância de 27,818 m até o ponto 08; segue com o rumo de azimute 218°29'00" a distância de 30,404 m até o ponto 09; segue com o rumo de azimute 205°56'53" a distância de 35,721 m até o ponto 10; segue com o rumo de azimute 200°00'07" a distância de 33,650 m até o ponto 11; segue com o rumo de azimute 186°26'31" a distância de 19,875 m até o ponto 12; segue com o rumo de azimute 167°41'19" a distância de 21,433 m até o ponto 13; segue com o rumo de azimute 157°38'57" a distância de 38,340 m até o ponto 14; segue com o rumo de azimute 160°02'48" a distância de 39,384 m até o ponto R9J-M-0780; segue com o rumo de azimute 321°06'13" a distância de 204,502 m até o ponto 16; segue com o rumo de azimute 51°06'13" a distância de 353,119 m até o ponto 01, deste Município de General Carneiro, Paraná.

§ 1º O imóvel a ser adquirido está registrado na matrícula nº 823 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR, com a seguinte descrição: **IMÓVEL A** — Um lote de terreno rural de cultura, sob o nº 40 (quarenta), situado na Colônia General Carneiro, Município do mesmo nome, nesta Comarca, com a área de 124.850 m² (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinqüenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, numa extensão de 195,00 metros com o lote nº 117; ao Sul, em uma extensão de 198,00 metros com os lotes nº 41 e 43; a Leste, numa extensão de 630,00 metros com o lote nº 38; e a Oeste, numa extensão de 650,00 metros com o lote nº 42. **IMÓVEL B** — Um lote de terreno rural de cultura, sob o nº 41 (quarenta e um), situado na Colônia General Carneiro, Município do mesmo nome, nesta Comarca, com a área de 128.850 m² (cento e vinte e oito mil, oitocentos e cinqüenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, numa extensão de 170,00 metros com os lotes nº 40 e 38; ao Sul, numa extensão de 170,00 metros fazendo frente para a Estrada de Palmas; a Leste, numa extensão de 755,00 metros com o lote nº 39; e a Oeste, numa extensão de 755,00 metros com o lote nº 43.

§ 1º O imóvel a ser adquirido está registrado na matrícula nº 823 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR, com a seguinte descrição: **IMÓVEL A** — Um lote de terreno rural de cultura, sob o nº 40 (quarenta), situado na Colônia General Carneiro, Município do mesmo nome, nesta Comarca, com a área de 124.850 m² (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinqüenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, numa extensão de 195,00 metros com o lote nº 117; ao Sul, em uma extensão de 198,00 metros com os lotes nº 41 e 43; a Leste, numa extensão de 630,00 metros com o lote nº 38; e a Oeste, numa extensão de 650,00 metros com o lote nº 42. **IMÓVEL B** — Um lote de terreno rural de cultura, sob o nº 41 (quarenta e um), situado na Colônia General Carneiro, Município do mesmo nome, nesta Comarca, com a área de 128.850 m² (cento e vinte e oito mil, oitocentos e cinqüenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, numa extensão de 170,00 metros com os lotes nº 40 e 38; ao Sul, numa extensão de 170,00 metros fazendo frente para a Estrada de Palmas; a Leste, numa extensão de 755,00 metros com o lote nº 39; e a Oeste, numa extensão de 755,00 metros com o lote nº 43.

§ 2º Sobre a fração a ser desapropriada existem 04 (quatro) edificações residenciais de madeira, de padrão simples/rústico, com mais de 15 (quinze) anos de construção.

§ 3º A aquisição far-se-á pelo valor total de R$ 115.656,00 (cento e quinze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), correspondente a R$ 59.040,00 (cinquenta e nove mil e quarenta reais) a título de terra nua e R$ 56.616,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais) a título de benfeitorias, conforme laudo de avaliação prévia elaborado pela Administração Pública.

Art. 2º O pagamento será realizado após a lavratura da escritura pública de transferência do imóvel ao Município, condicionado à comprovação de propriedade, à inexistência de ônus, débitos ou litígios sobre o bem, bem como à sua regularidade registral.

§ 1º As despesas decorrentes do desmembramento, da lavratura da escritura pública, do registro imobiliário e dos demais atos necessários à transferência da propriedade correrão por conta do Município, observada a legislação aplicável.

§ 2º Os emolumentos cartorários e as demais despesas necessárias à regularização do imóvel, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), serão pagos pelo Município e deduzidos do valor devido ao proprietário, de modo que o pagamento líquido a que se refere o art. 1º, § 3º, corresponderá a R$ 97.656,00 (noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se ao desvio da Estrada Rural Ricardo Pohl, visando à melhoria do fluxo viário, à segurança dos usuários e à adequada estruturação logística da região.

Art. 4º Frustrada a aquisição pela via amigável, fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação do imóvel pela via judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Parágrafo único. Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a adotar todas as providências administrativas e judiciais necessárias à efetivação da aquisição de que trata esta Lei, inclusive o ajuizamento da competente ação de desapropriação e o requerimento de imissão provisória na posse.

Art. 5º A implementação da presente Lei será viabilizada com dotações orçamentárias próprias, podendo o Poder Executivo abrir créditos adicionais, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:E81BDDCA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 375 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **CHRISTIAN MATEUS SCHNEIDER**, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **14/09/2026 A 18/09/2026,** com retorno em **21/09/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F88EE217

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **LUCAS EDUARDO BOTTEGA**, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **14/09/2026 A 18/09/2026,** com retorno em **21/09/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EBE7BD35

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 377 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **DRAITON ALEXSANDER MARTENDAL** , Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **14/09/2026 A 18/09/2026,** com retorno em **21/09/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2BD0A526

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 161/2026
Pregão Eletrônico N° 062/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **07 de outubro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **062/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, eletrônicos, eletrodomésticos, instrumento musical, equipamento Industrial e móveis, em conformidade com as normas técnicas vigentes, destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e de suas unidades vinculadas

General Carneiro - PR, 11 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0805F4A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento n° 010/2026

Autorização de Inexigibilidade n°07 de 04 de setembro de 2026

Emenda Impositiva n° 022/2025.

Conveniada: **Associação de Pais e Amigos do Autista - AMETISTA**

Convenente: Município de General Carneiro – PR

Objeto: **"Repasse de Recursos financeiros à entidade conveniada, a título de subvenção, para auxiliar no Projeto TEAlcanço – Atendimento Fonoaudiológico Especializado para Crianças com TEA."**

Data assinatura: 10/09/2026

Data de Vigência: 10/09/2026 a 10/03/2027

Dotação Orçamentaria: Recurso 2619, Despesa 352

Valor da Despesa: **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**

Foro: Comarca de União da Vitória – Estado do Paraná

General Carneiro, 11 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:66B6518C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 09/2026
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de General Carneiro , Paraná, instituído através da Lei Municipal n° 1194/2012, em reunião extraordinária realizada dia 11 de Setembro de 2026, registrada na ATA n° 08/2026.
RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituído da seguinte forma a Comissão Organizadora responsável pela operacionalização do processo de escolha suplementar do Conselho Tutelar Suplente que ocorrerá no dia 07/10/2026.

NOME	REPRESENTATIVIDADE
Adriane Krulikoski	SECRETÁRIA EXECUTIVA
Eloize Albino	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Marcia de Paula	SEC. MUN. DE SAÚDE
Rhamayane S. Neubauer	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Israel Kauan Correia	SEC. MUN. DE ESPORTE
Daliane Wunderlich	SEC. MUN. DE FINANÇAS
Juliana de Fátima Dutzol	PROVOPAR
Priscila Becker Olinquevicz	APMF
João Schimanski Neto	APAE
Daniele Zahn	ACAGC
Glenda Apª Menegacio	FÊNIX

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro – PR, 11 de Setembro de 2026.

JOÃO SCHIMANSKI NETO
Presidente Do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Denise Maciel Kukul Zanlorenzi
Código Identificador:0E0F5265

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva aplicada na data pretérita de 16 de agosto de 2026.

O **ANEXO I** dispõe do Gabarito Definitivo da prova objetiva.

O **ANEXO II** dispõe dos Pareceres dos Recursos Deferidos, interpostos contra os cadernos de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva.

O **ANEXO III** dispõe do Resultado Preliminar da prova objetiva.

Art. 2° O candidato poderá consultar individualmente sua Folha de Resposta, bem como o seu desempenho na Prova Objetiva, acessando o campo "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° Quanto ao resultado da prova objetiva divulgado caberá interposição de recurso, no período das **0h do dia 11/09/2026 até às 23h59min do dia 14/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 10 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:9CD4C3A9

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO II - PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
CARGO	**N.º QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Agente de Combate às Endemias	29	Erro de formulação, uma vez que a questão apresenta mais de uma alternativa correta.	Questão Anulada
	40	Erro de formulação, uma vez que a questão apresenta mais de uma alternativa correta.	Questão Anulada

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:8312E0C7

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** do Processo Seletivo Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva aplicada na data pretérita de 16 de agosto de 2026.

O **ANEXO I** dispõe do Gabarito Definitivo da prova objetiva.

O **ANEXO II** dispõe dos Pareceres dos Recursos Deferidos, interpostos contra os cadernos de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva.

O **ANEXO III** dispõe do Resultado Preliminar da prova objetiva.

Art. 2° O candidato poderá consultar individualmente sua Folha de Resposta, bem como o seu desempenho na Prova Objetiva, acessando o campo "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° Quanto ao resultado da prova objetiva divulgado caberá interposição de recurso, no período das **0h do dia 11/09/2026 até às 23h59min do dia 14/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 10 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:82B5FDFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 570/2026

Transfere servidor para desempenhar suas funções em outra secretaria e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:
Art. 1º Redistribuir, o servidor público municipal, MARCOS VINICIUS GUILHERME DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, atualmente na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:759A5DBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 571/2026

Transfere servidor para desempenhar suas funções em outra secretaria e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:
Art. 1º Redistribuir, o servidor público municipal, PAULO CESAR DE MIGUEL, ocupante do cargo efetivo de Motorista, atualmente na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1E75BA87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 572/2026

Interrompe horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a jornada de Regime Suplementar dos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024:

Nome do servidor:	a partir de:
GRAZIELE CARLA ZELENKOVAS	11/09/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:B1A0660A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 573/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 11/09/2026 a 18/12/2026.

Nome do servidor:	Escola:
ELLEN CAROLINE DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS	Esc. Mun. José Jesus Cavalcante
ELIS CRISTINA MARIANO	Esc. Mun. José Jesus Cavalcante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:882CC942

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 574/2026

Concede horário especial a servidora efetiva, na forma do art. 107, § 3º, da Lei Complementar nº 11, de 15 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
Considerando que o art. 107, da Lei Complementar nº 11/2009, disciplina que o servidor terá direito a redução de jornada (horário especial) quando possuir familiar portador de deficiência, desde que haja compensação de horário;
Considerando que, apesar da redação do artigo supracitado, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a seguinte tese, proveniente do Tema nº 1.097 (RE 1237867): "Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990";
Considerando que o art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei 8.112/1990, dispõe que o servidor terá direito a redução de jornada (horário especial) independente de compensação de horário;
Considerando o Decreto nº 8.643/2023;
Considerando o protocolo para redução de carga horária nº 0067.3162/2026;
Considerando que a servidora pública possui jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder horário especial à servidora MONIQUE IZABELLE PAIVA DOS SANTOS, ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais", consistente em redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária, com base no art. 107, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 11/2009, sem prejuízo da remuneração e dispensada a compensação de horário.

Parágrafo único. A incidência da redução prevista no caput dar-se-á, diariamente, de segunda a sexta-feira, de modo que a jornada diária deverá ser cumprida pela servidora da seguinte maneira:

Dia	Horário de trabalho	Carga horaria
Segunda-feira	8:00h as 12:00h	4:00h
Terça- Feira	8:00h as 12:00h	4:00h
Quarta- Feira	8:00h as 12:00h	4:00h
Quinta- Feira	8:00h as 12:00	4:00h
Sexta- Feira	8:00h as 12:00h	4:00h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E9DE36A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 575/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, VICTOR GABRIEL DA SILVA BENIVENI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para goza-las de 05/10/2026 a 03/11/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:A4C8211F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 576/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, BIANCA GABRIELE FERREIRA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, para goza-las de 14/09/2026 a 28/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1DB34AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2026 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL VIVA A VILA.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê/PR, doravante denominado, simplesmente, CONCEDENTE, neste ato representado pelo prefeito Municipal senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê/Pr, e de outro lado a Organização da Sociedade ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL VIVA A VILA instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº. 2.349/2015, inscrita no CNPJ sob o n° 20.189.960/0001-59, situada na Rua Lins nº. 25 – Vila Guaíra nesta Cidade de Goioerê-Pr, doravante e denominada, simplesmente TOMADOR, neste ato representada pela Senhora LEATRIZ CRISTINA DE SOUZA portadora da Cédula de Identidade n° 4.361.191-7 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o n° 836.951.929-68, residente e domiciliada nesta Cidade de Goioerê-Paraná, e ambos em conjunto denominados parceiros, pactuam o presente TERMO ADITIVO sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar n.º l0l, de 04 de maio de 2000, Lei Federal n.º 13.019 de 3l de julho de 2014, Decreto Municipal n.º 7.843/2022, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Termo de Fomento nº 004/2026 fica acrescido, em sua Cláusula Quarta, dos seguintes parágrafos:
§ 1º O valor de R$ 34.581,43 (trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), aditado ao valor descrito no caput da Cláusula Quarta, será repassado no mês de setembro de 2026, conforme o plano de aplicação e o cronograma de desembolso alterados no Plano de Trabalho, passando o valor global de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) para R$166.581,43 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos).
§2º O valor de R$ 34.581,43 (trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), é referente ao remanejamento do orçamento impositivo, destinado ao Projeto Viva a Vila – "Aquecendo Sonhos, Agasalhos que Protegem e Transformam Vidas":
Remanejamento do Orçamento Impositivo
Vereador Valor da Emenda
Ivonete Avelina da Rocha R$27.581,43
Joaquim Rafael Neto R$7.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do instrumento inicial, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para publicação e execução.

Goioerê-PR, 11 de setembro de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê
Concedente

LEATRIZ CRISTINA DE SOUZA
Associação Esportiva e Cultural Viva a Vila Tomador

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:2BE1CD07

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026
OBJETO: Registro de Preços, para aquisições futuras de Cadeiras Plásticas com Braços e Mesas Plásticas Quadradas, visando suprir a deficiência de mobiliário e promover a melhoria da infraestrutura do Centro de Eventos do Jardim Universitário do município de Goioerê/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, com parte do recurso sendo contemplado através do Orçamento Impositivo 2026.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 14/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 24/09/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 11 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:74314B44

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026
OBJETO: Registro de Preços, visando aquisições futuras de Baterias Automotivas Novas, para atender a demanda das Secretarias do Município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 14/09/2026.
Abertura das propostas: às 14h:00min do dia 24/09/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 11 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:C1548CE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 129/2026
OBJETO: Registro de Preços visando aquisições futuras e parceladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Faixas F e C, com retirada na usina e transporte realizados pelo Município de Goioerê/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras do município de Goioerê-PR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 748.500,00

CONTRATADO: LONGUINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTACOES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 550.000,00

DATA: 11/09/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:28E1E867

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.971/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 178.202,55 (cento e setenta e oito mil e duzentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.2.2024-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$1.780,33
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.780,33
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2036-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$109.922,22
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	109.922,22
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.3.1003-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$45.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	45.500,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$21.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.843.0.3002-3.2.90.21.00.00.00.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R$1.780,33
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.780,33
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.3.2068-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$155.422,22
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	155.422,22
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$21.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 11 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:B272CEE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSO FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	11/09/2026	R$ 226.000,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	ATENCAO A SAUDE BUCAL	11/09/2026	R$ 55.848,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	11/09/2026	R$ 116.712,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	EMULTI	11/09/2026	R$ 28.500,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	ADPF 347	11/09/2026	R$ 4.000,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	11/09/2026	R$ 14.887,40
FNDE – FUNDO DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO	AEE	11/06/2026	R$ 721,50
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	11/09/2026	R$ 1.963,84

Goioerê, 11 de setembro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:3D81D6E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 02/2026
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2024

CONTRATO: nº 008/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Dispensa Eletrônica de Licitação nº 007/2024
OBJETO DO ADITIVO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de serviços especializados em desenvolvimento, hospedagem e manutenção do site oficial da câmara de Goioxim.
CONTRATADA: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO-LTDA
ESPÉCIE DE ADITIVO: Prorrogação de Prazo e Valor
VIGÊNCIA ANTERIOR: 24 (vinte e quatro) meses
PRAZO ACRESCIDO: 12 (doze) meses
VIGÊNCIA ATUALIZADA: 36 (trinta e seis) meses
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.107 da Lei Federal 14.133/2021.
DO VALOR: O valor do aditivo contratual é de R$ 466,60 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), passando o valor total para R$ 10.975,66 (Dez mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).
ASSINATURA: 10/09/2026

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:029CBEF1

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 41 2026 - DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DE AULAS E TRANSPORTE NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a suspensão das aulas na Rede Municipal de Ensino de Goioxim no dia 11 de setembro de 2026, em razão das condições meteorológicas adversas, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDOos alertas emitidos pela Defesa Civil e as informações meteorológicas para a região de Goioxim, indicando a ocorrência de condições climáticas adversas e riscos à segurança;
CONSIDERANDOque as condições meteorológicas podem comprometer a segurança no deslocamento dos alunos, profissionais da educação e veículos responsáveis pelo transporte escolar, especialmente nas estradas rurais do Município;
CONSIDERANDOa necessidade de adoção de medidas preventivas destinadas à preservação da integridade física e segurança dos estudantes e servidores;
DECRETA
Art. 1º Ficam **suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino de Goioxim no dia 11 de setembro de 2026**, em razão das condições meteorológicas adversas e dos alertas de risco para a região.
Art. 2º Fica igualmente **suspenso o transporte escolar municipal** na referida data, como medida preventiva de segurança aos estudantes e demais usuários.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 11 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:C3212B08

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 42 2026- DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DA UFM DE SETEMBRO

SÚMULA: Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e com fundamento no art. 33º, §2º, inciso III, do Código Tributário Municipal.
CONSIDERANDO que a atualização da Unidade Fiscal do Município – UFM é mensal, conforme o artigo supra, e que o prazo de vigência se inicia no dia 11 do mês corrente e se encerra aos 10 dias do mês seguinte.
DECRETA
Art. 1º Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, fixando-se em R$ 68,00 (sessenta e oito reais) a partir de 11 de setembro de 2026, com vigência mensal conforme o período estabelecido no considerando.
Art. 2º O valor da UFM será utilizado como unidade de referência para o cálculo de tributos, taxas, multas e demais valores previstos na legislação tributária municipal.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de setembro de 2026, e cada atualização mensal seguirá o mesmo critério do artigo 1º.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 11 de setembro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:77ADEA73

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 0117/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0117/2026
CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: SMARQTRACK RASTREADORES LTDA , inscrita CNPJ sob nº 37.287.348/0001-11, situada na Avenida Guaiapó, 1976 - CEP: 87047000 - BAIRRO: PR INDUSTRIAL Maringá/PR; neste ato representada por DAYANE SIZUKA GONÇALVES LEITE MARQUI, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 048.816.389-71, residente e domiciliado à JOSÉ DOS SANTOS DE ALBUQUERQUE, 121 - CEP: 87043617 - BAIRRO: Jardim Novo Oásis, Maringá/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Dispensa 039/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de rastreamento e monitoramento veicular via satélite e rede móvel (GPS/GSM/GPRS), em tempo real e de forma ininterrupta, para 42 (quarenta e dois) veículos da frota oficial do Município de Goioxim/PR. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 11.340,00 (Onze Mil, Trezentos e Quarenta Reais)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10/09/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:81C54F95

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 197 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, CLOVIS PEDRO DE LIMA.

PORTARIA Nº 197 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) CLOVIS PEDRO DE LIMA, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 14 de setembro de 2026, ao servidor(a) CLOVIS PEDRO DE LIMA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matricula funcional nº 137713, conforme solicitação da Secretaria Municipal de educação.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 11 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:BF94F7EA

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 198 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, MARIANE ROSETI MACEDO.

PORTARIA Nº 198 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Exonera a pedido servidor(a) público municipal, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor(a) MARIANE ROSETI MACEDO, matricula funcional nº 137805, a partir da data de 14 de setembro de 2026, do cargo efetivo de Nutricionista.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 11 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:AE914DD1

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 199 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, CLAUDINEIA DA ROSA RAMOS.

PORTARIA Nº 199 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia, Conselheiro Tutelar Suplente, A Sra. CLAUDINEIA DA ROSA RAMOS e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º- Nomear, CLAUDINEIA DA ROSA RAMOS, RG nº 10. ***. ***-5 e CPF nº 088. ***. ***-02, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente a partir da data de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 11 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:6545B46F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 200 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, JANDIRA GONÇALVES ANACLETO.

PORTARIA Nº 200 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) JANDIRA GONÇALVES ANACLETO, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 14 de setembro de 2026, ao servidor(a) JANDIRA GONÇALVES ANACLETO, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, matricula funcional nº 137894, conforme solicitação da Secretaria Municipal de assistência social.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 11 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:637264A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 266/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 477/2025, Contrato nº 706/2025, decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **FONTAJI COMERCIO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA, CNPJ nº 08.004.207/0001-46**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de manutenção preventiva/corretiva de funilaria/pintura de veículos leves, médios e pesados, com fornecimento de mão de obra e peças novas e genuínas para os veículos da frota municipal.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 477/2025 - Contrato nº 706/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **9 de setembro de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 766.865,00 (setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 9 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:55D2E1F9

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 267/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 478/2025, Contrato nº 707/2025, decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LUIZ TACH & CIA LTDA, CNPJ nº 79.353.215/0001-46**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de manutenção preventiva/corretiva de funilaria/pintura de veículos leves, médios e pesados, com fornecimento de mão de obra e peças novas e genuínas para os veículos da frota municipal.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 478/2025 - Contrato nº 707/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **9 de setembro de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 387.390,00 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 9 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D9549C92

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 165/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento parcelado de colchões de solteiro e itens de enxoval de cama (lençóis, travesseiros e fronhas), destinados ao atendimento das demandas de benefícios eventuais e das unidades de acolhimento institucional do Município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 25/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 25/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 25/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 11 de setembro de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:4B736126

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 166/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de camisetas institucionais, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos de apoio à limpeza e conservação, destinados a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 25/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 25/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 25/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 11 de setembro de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:D68B4ADA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 396/2026

Pregão Eletrônico nº 141/2026
Processo Administrativo nº 237/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 32.735.001/0001-70.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de matérias elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas, para atender a demanda de todas as secretarias, desse Município e distribuição gratuita para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 141/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:185F2E27

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2026

Pregão Eletrônico nº 141/2026
Processo Administrativo nº 237/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **FRONTEIRA COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 46.952.869/0001-37.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de matérias elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas, para atender a demanda de todas as secretarias, desse Município e distribuição gratuita para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 141/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:38C6656B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 439/2026

Pregão Eletrônico nº 138/2026
Processo Administrativo nº 235/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **PESO CAMINHOES E IMPLEMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.728.475/0002-09.**
Objeto da Ata: Sistema de Registro de Pregços (SRP), para futura aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilômetro, tipo toco, tração 4x2, equipado com caçamba basculante metálica de 8 m³, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 509.900,00 (quinhentos e nove mil e novecentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:7F05F822

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 544/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 396/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 141/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 32.735.001/0001-70.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de matérias elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas, para atender a demanda de todas as secretarias, desse Município e distribuição gratuita para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 141/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5A84D2FD

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 545/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 397/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 141/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **FRONTEIRA COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 46.952.869/0001-37.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de matérias elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas, para atender a demanda de todas as secretarias, desse Município e distribuição gratuita para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 141/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:EA600B59

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 613/2026

Processo Administrativo nº 286/2026
Dispensa de Licitação nº 044/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **SPERANDIO DIESEL LTDA, CNPJ nº 83.296.970/0004-56**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução de manutenção preventiva periódica do veículo Mercedes-Benz 417 NVA AMB (Sprinter 417), Frota nº 670, Placa TBS5A53, Chassi nº 8AC907645TE263728, ano/modelo 2025/2026, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Guaíra, compreendendo troca de óleo do motor e filtros, com fornecimento de mão de obra, peças, materiais e insumos.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ R$ 1.922,96 (um mil e novecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos).

Recursos Orçamentários:

971.09.01.2060.3390391904.413
948.09.01.2060.3390300106.413
948.09.01.2060.3390303999.413

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **90 (noventa) dias**, com início na data de assinatura e término em **10 de dezembro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:FD268382

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 614/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 439/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 138/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **PESO CAMINHOES E IMPLEMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.728.475/0002-09.**

Objeto do Contrato: Aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilômetro, tipo toco, tração 4x2, equipado com caçamba basculante metálica de 8 m³, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 138/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 509.900,00 (quinhentos e nove mil e novecentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **11 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 11 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:815D6351

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 514/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 141/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 141/2023, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de matérias elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas, para atender a demanda de todas as secretarias, desse Município e distribuição gratuita para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo as empresas vencedoras:

J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 32.735.001/0001-70**, vencedora do item 3 da licitação, com **32,5% (trinta e dois virgula cinco por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI**.**

FRONTEIRA COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 46.952.869/0001-37**, vencedora do item 1 da licitação, com **25,38% (vinte e cinco vírgula trinta e oito por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI, do item 2, com **36,02% (trinta e seis vírgula zero dois por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI, do item 4, com **36,02% (trinta e seis vírgula zero dois por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI, do item 5, com **28,01% (vinte e oito vírgula zero um por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI, do item 6, com **36,02% (trinta e seis vírgula zero dois por cento)** de desconto sobre a tabela SINAPI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C52AC356

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 560/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 138/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 138/2026, cujo objeto é a aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilômetro, tipo toco, tração 4x2, equipado com caçamba basculante metálica de 8 m³, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:

PESO CAMINHOES E IMPLEMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 54.728.475/0002-09,** vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$ 509.900,00 (quinhentos e nove mil e novecentos reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:224E3BC3

CONSAMU
PORTARIA Nº 185/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a Sra. Erica Tayna Fernandes de Oliveira, RG nº 13.098.256-5 SSP PR, do Cargo Comissionado de Assessor IV, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 102/2025 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 11 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:5D8307C6

CONSAMU
PORTARIA Nº 189/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU,
CONSIDERANDO a Portaria nº 003/2026, na qual foi deliberada, ad referendum, e autorizada a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de empregados, com o

objetivo de suprir vagas decorrentes de licenças, afastamentos e cargos em aberto, até a realização de Concurso Público.
CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 014/2024-CONSAMU,
RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR a Comissão Organizadora, Examinadora / Julgadora do Processo de Seleção Simplificado para a contratação temporária de empregados do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná, ficando assim constituída:

Presidente: Karoline Rodrigues Pasqualotto, RG nº 238452, farmacêutica do CONSAMU;
Membro: Mariane Meurer, RG nº 10226131-3, agente administrativo do CONSAMU;
Membro: Amanda Crystine Pasqualli, RG nº 12.686.015-3, assessora do CONSAMU;
Membro: Gustavo Henrique do Nascimento, RG nº 7.840.825-1, médico do CONSAMU;
Membro: Alex Sayev Martins Sales, RG nº 1242941, agente administrativo do CONSAMU;
Membro: Gabriella Figueiredo, RG nº 12.864.776-7, agente administrativo do CONSAMU;
Membro: João Henrique Avanci, RG nº 10632947977, agente administrativo do CONSAMU;
Membro: Jéssica de Araujo, RG nº 9.481.643-2, agente administrativo do CONSAMU;
Membro: Alexandre Urbanowiski Ramos, RG nº 14398334-0, técnico auxiliar de regulação médica – TARM do CONSAMU.
Art. 2º - Não haverá nenhum tipo de remuneração extra ou pagamento de adicionais para os funcionários ora designados.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.

Cascavel, 11 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:3825072E

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO (ERRATA)

OBJETO: "Aquisição de bens permanentes e materiais diversos, incluindo mobiliário, equipamentos hospitalares e itens de apoio operacional destinados a atender às necessidades do Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho".

Onde se lê "Mairlan Oliveira do Nascimento no lote 1 com o valor total de R$ 5.842,55 (cinco mil e oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos);"

Considerar "MN COMERCIO E SERVICOS LTDA no lote 1 com o valor total de R$ 5.842,55 (cinco mil e oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos);"

Cascavel – PR, 11 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:D509E2C9

CONSAMU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 13/2026

O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, **RATIFICA A DISPENSA Nº 13/2026,** fundamentado no inciso III do Art. 75, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e alterações, conforme documentos constantes do Proc. Administrativo 687/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com a instalação de posto de coleta nas dependências do hospital, funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), disponibilização de 1 (um) profissional técnico coletador durante 24 horas por dia, realização de exames de rotina e de urgência, processamento, bem como a emissão e disponibilização dos laudos por meio de sistema informatizado do laboratório, com interface de integração ao sistema de gestão hospitalar informatizado já existente". Empresa CONTRATADA**: LABORATÓRIO SÃO LUCAS DE ANÁLISES CLINICAS DE CURITIBA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 76.006.105/0011-91**. Valor estimado de R$ 3.996424,10 (Três milhões, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e dez centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.002.10.302.0002.2.005- Manutenção Contratos de Programa – Hospital Retaguarda - 3.3.90.39.50.99 - DEMAIS DESPESAS COM SERVIÇOS MÉDICOHOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL.

Cascavel – PR, 09 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:5450A695

PROJUR
DECRETO Nº 438/2026 DATA: 11.09.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO SHIRLEI FERREIRA DE PAULA AZEVEDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos do artigo 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido **SHIRLEI FERREIRA DE PAULA AZEVEDO, matrícula 22551-02, admitida em 05/06/2008, concursada para o cargo de Professor, lotada na Diretoria de Educação/Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Efetivos, com desligamento em 15 de setembro de 2026, sendo este seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 15 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:59B7CE85

PROJUR
PORTARIA Nº 561/2026 DATA: 11.09.2026 EMENTA: RENOVA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e,

Considerando a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e institui o Marco Legal da Primeira Infância;

Considerando a Lei Municipal nº 2.370, de 06 de novembro de 2024, que institui o **Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI do Município de Guaíra – PR**, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Marco Legal da Primeira Infância;

Considerando a necessidade de assegurar o acompanhamento contínuo, o monitoramento e a avaliação das ações, metas e estratégias previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância;

Considerando o memorando online nº 2.363/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **renovada a composição do Comitê Intersetorial responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI do Município de Guaíra, Estado do Paraná**, com a finalidade de acompanhar a execução das ações, metas e estratégias previstas no Plano, promover a articulação entre os diferentes setores da Administração Pública e demais instituições envolvidas e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas destinadas à primeira infância.

Parágrafo único. O Comitê Intersetorial será composto pelos seguintes representantes:

TITULAR	MATRICULA	SUPLENTE	MATRICULA	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO
Daiane Graciele Marth Kraemer Manesco	21350-03	Renan Ferreira Silvestre	30606-01	Secretaria Municipal de Educação
Tatiane Mazzucco Rosseto Vidal	29211-3	João Vitor dos Santos Barros	30540-3	Secretaria Municipal de Saúde
Fernando Silva Vilhalva	29818-02	José Moreira dos Santos	30366-04	Secretaria Municipal de Assistência Social
Juliana Gonçalves Pinto	29504-01	Vanessa Caroline Danelon de Campos	30167-03	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
Marlene Rosa de Oliveira Dallacosta	19020-01	Luiz Vieira da Silva	29399-01	Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente
Igor Moscovits Queiroz	30496-01	Rosmari Aparecida Michels	19054-03	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Edina Diniz Meira	9113-02	Eliza Regina da Silva	18813-03	Conselho Municipal de Educação
Leonora Tavares de Lima Paiva	30794-1	Bárbara Bettega Hermosilla	30062-2	Conselho Tutelar
Franciele Granziera Giacomin	17345-1	Francisco do Amaral Fontes	29963-3	Conselho Municipal da Saúde

Art. 2º A Coordenação do Comitê Intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º O Comitê realizará o monitoramento e a avaliação, no mínimo anualmente, do cumprimento dos objetivos e metas do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Art. 4º O Comitê dará publicidade aos relatórios de monitoramento e avaliação, conforme a periodicidade estabelecida, e informará os resultados compilados de cada órgão aos seus respectivos responsáveis.
Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 464/2024 de 26/09/2024, ficando validado todos os atos praticados por seus membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:1E775217

PROJUR
PORTARIA Nº 562/2026 DATA: 11.09.2026 EMENTA: DISPÕE SOBRE O RETORNO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ÀS ATIVIDADES LABORAIS, EM CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REVOGA A PORTARIA Nº 171/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais, e,
Considerando a decisão judicial proferida pela Vara Criminal da Comarca de Guaíra, nos Autos nº 0000652-24.2026.8.16.0086, que determinou a não prorrogação do afastamento remunerado da servidora e seu retorno às atividades laborais a partir de 09 de setembro de 2026 e memorando 632/2026;
Considerando que o afastamento remunerado da servidora foi formalizado por meio da Portaria nº 171/2026, com efeitos a partir de 09 de março de 2026;
Considerando o dever da Administração Pública de cumprir as decisões judiciais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 09 de setembro de 2026, a Portaria Municipal nº 171/2026, que concedeu o afastamento à servidora pública municipal estatutária, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos nº 0000652-24.2026.8.16.0086, da Vara Criminal de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º Fica determinado o retorno da servidora às suas atividades laborais a partir de 09 de setembro de 2026, cessando, a partir dessa data, os efeitos do afastamento remunerado.

Art. 3° Fica consignado que a Portaria nº 171/2026 produziu regularmente seus efeitos até 08 de setembro de 2026, permanecendo válidos os atos funcionais e demais efeitos dela decorrentes durante o respectivo período.

Art. 4º Caberá a Diretoria de Pessoal proceder aos registros funcionais necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 09 de setembro de 2026**.**

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9EC6722E

PROJUR
PORTARIA Nº 563/2026 DATA: 11.09.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 2.494/2023, 085/2025 e 2.251/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Loiane Sanches Vasconcelos Xavier	25747-01	2023/2024	11/09/2026 a 25/09/2026
Lucas Horokosky Benedetti	30632-02	2024/2025	01/10/2026 a 15/10/2026
Renan Ferreira Silvestre	30606-01	2024/2025	25/09/2026 a 09/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:15993BBE

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 436/2026
DATA: 10.09.2026

Ementa: nomeia candidatas para os cargos de provimento efetivo, conforme especificado, referente ao Concurso Público Municipal nº 01.001/2024 aberto pelo Edital nº 01/2024, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando o Edital de Convocação nº 021/2026, e, ainda, o memorando online sob o nº 1.040/2025,

DECRETA:

Art. 1o Ficam nomeadas, a partir de 14 de setembro de 2026, em estágio probatório – visto terem sido habilitadas e aprovadas no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão do Edital de Convocação nº 021/2026, para os cargos de provimento efetivo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor

Candidato	Nível	Classe
Marina Crislane Pinheiro da Silva	C	01
Elis Daiane Amaral dos Santos	C	01

Para o Cargo de Professor - Afrodescendente

Candidato	Nível	Classe
Bianca Jaine Pereira Santana	C	01

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Candidato	Nível	Classe
Juliana Figueiredo Moro	C	01
Edilaine Galdino da Costa	C	01
Zilda Maria dos Santos Neta	C	01

Art. 2º As candidatas aprovadas e nomeadas por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverão comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 14 de setembro, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A4354740

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 04/2026

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação e posse dos adolescentes eleitos durante a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para compor o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) do Município de Guaíra/PR."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Guaíra/PR, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e na Lei Municipal nº 1.593/2008, de 27 de agosto de 2008:

Considerando:

CONSIDERANDO a realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida no Município de Guaíra/PR em 25 de junho de 2026;

CONSIDERANDO o direito à participação social e política de crianças e adolescentes, assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal e pelo ECA;

CONSIDERANDO a deliberação da XI Conferência Municipal que elegeu de forma democrática os representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), ocorrida em 25 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados os adolescentes abaixo relacionados, eleitos durante a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para compor o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) de Guaíra/PR, para o mandato correspondente ao período da Gestão 2026/2028:

I – Representantes Titulares:
Lara Borges
Mirielle Diana Martins Rodrigues
Emilly Ferreira da Silva

II – Representantes Suplentes:
Dalila Vitória Torres Gomes
Rafaela Gonçalves Rosa
Helena Cardoso Dalla Valle Bespalez

Art. 2º O Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) tem por finalidade garantir o protagonismo juvenil, assessorando o CMDCA na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, em 11 de setembro de 2026.

IGOR MOSCOVITS QUEIROZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FD601498

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 087/2026

EDITAL Nº 087/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Ana Paula Camponez Chaves

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F7EF8EA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 088/2026

EDITAL Nº 088/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais
Sonia Maria Cardoso

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:E2686348

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 089/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 0119/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

FUNÇÃO: MÉDICO ESF
Ricardo Zeferino Pacheco

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:075F0830

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL N.º 090/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 0119/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 14/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Anna Rafaele Oliveira Costa

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:37ED376B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO CONTRATO PSS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
CNPJ 75.845.537/0001-51
EXTRATO DE CONTRATO-PSS

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraci
Contratada: Ana Paula Pereira Gois
Cargo: Agente de Saúde Temporário
Início do Contrato: 10/09/2026 a 09/09//2027
Carga Horária Semanal: 40 horas
Salário: R$ 1.563,21
Objeto: Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:99E50E99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO-PSS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
CNPJ 75.845.537/0001-51
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO-PSS

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraci
Contratada: Rene Cristian Sandoval Tapia
Cargo: Farmacêutico Temporário
Início do Contrato: 11/08/2027 a 12/09/2027
Carga Horária Semanal: 20 horas
Salário: R$ 2.701,57
Objeto: Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:056DA691

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 155/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI
R E S O L V E :

Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago Filho, para levar usuário(s) S.P.S. da assistência social em para atendimento de situação de vulnerabilidade (levar alimentos para filho C.A.S. apenado), com saída às 06:00h e retorno às 13:30h do dia 06 de setembro de 2026, na cidade de Paranacity - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada, a favor da Secretaria de Assistência Social Mismonia Ferreira Gomes e das servidoras Ana Maria Biacio e Damaris Valéria da Silva, para participar de capacitação "Fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência", com saída às 07:30h e retorno às 18:30 do dia 03 de setembro de 2026, na cidade de Ibiporã - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada, a favor dos servidores Henrique José Amaro e Ricardo José Amaro, buscar equipamentos de informática em manutenção, com saída às 09:30h e retorno às 14:00 do dia 08 de setembro de 2026, na cidade de Arapongas - PR.
Conceder 03 (três) diárias, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor dos servidores Adriana Cândido de Oliveira Vivan, Cilso Pina Junior, Elizangela Mara Dos Santos, Hugo Leonardo Rinalti da Silva e Vilma Calzavara Da Silva, para participar de capacitação "24º Congresso Previdenciário da APEPREV / 3º Seminário Internacional de Previdência", com saída às 04:00h do dia 16 e retorno às 20:00 do dia 18 de setembro de 2026, na cidade de Foz do Iguaçú - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, estado do paraná
Aos 11 dias do mês de setembro de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:63F4F9CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO/RETIFICAÇÃO. CONCORRÊNCIA 005.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
AVISO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 005/2026

OBJETO: Contratação de serviços de publicidade prestados por agência de propaganda.
CRITÉRIO: Melhor Técnica.
VALOR ESTIMADO: R$ 600.000,00 (12 meses).
ABERTURA: 13/11/2026 às 14:00h.
LOCAL: Setor de Licitações - Travessa Sete de Setembro, s/nº, Centro, Guaraqueçaba-PR.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.guaraquecaba.pr.gov.br, www.gov.br/pncp ou e-mail licitacao@guaraquecaba.pr.gov.br.

Guaraqueçaba, 10 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:A1E53EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 185/2026

Origem: Dispensa de licitação 28/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: EDITORA BEM PARANA LTDA**,**
CNPJ: 76.637.305/0001-7
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação e veiculação de atos administrativos da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em jornal diário de grande circulação, conforme a demanda da Administração e as exigências legais aplicáveis, incluindo avisos de licitações, editais, extratos de contratos, termos aditivos, rescisões, comunicados e demais atos administrativos cuja publicação seja legalmente exigida ou necessária

Valor global R$ 10.308,90 (dez mil, trezentos e oito reais, noventa centavos).
Vigência do contrato: 06 (seis) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Data da assinatura

Guaraqueçaba, 28 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D44B52B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 13/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: JPR COMERCIOE SERVICOS LTDA,
CNPJ: 54.296.973/0001-49
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.

Valor global:R$ 41.621,84 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais, oitenta e quatro centavos.)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:BED0A319

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 62/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O SENHOR OSCAR PEREIRA

CONTRANTE <u>MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,</u> pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADO OSCAR PEREIRA, inscrito no CPF/CNPJ nº 734.390.029-34, residente/sediado na Comunidade de Varadouro, detentor da embarcação LUIZ NETO

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e o senhor OSCAR PEREIRA, inscrito no CPF/CNPJ nº 734.390.029-34, residente/sediado na Comunidade de Varadouro, detentor da embarcação LUIZ NETO, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 62/2026, Chamamento Público nº 003/2026, Inexigibilidade nº 13/2026, cujo objeto é o**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITIVO DE VALOR
As partes de comum acordo procedem com aditivo de valor de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato Administrativo n.º 62/2026, no valor Inicial do Contrato: R$ 43.921,80 (quarenta e três mil, novecentos e vinte e um reais, oitenta e quatro centavos), com Acréscimo: R$ 10.980,45 (dez mil, novecentos e oitenta reais, quarenta e cinco centavos), totalizando o montante ao Contrato: R$ 54.902,25 (cinquenta e quatro mil, novecentos e seis reais, vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 62/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo de Prorrogação.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 10 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba/PR

OSCAR PEREIRA
CPF: 734.390.029-34,

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:8FCF0616

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA AO EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023

ERRATA AO EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023

O município de Honório Serpa comunica, através da sua Chefe da Divisão de Empenho e Liquidação, que na publicação do Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 11/2023, oriundo Pregão Eletrônico n° 59/2022, publicado no Diário Oficial do Municípios do Paraná – AMP em 11 de setembro de 2026, edição 3614.

Onde se Lê:
O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a adequação tecnológica do objeto contratado em decorrência da implantação do modelo nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), mediante a inclusão do módulo SyncFiscal e a manutenção do módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais não expressamente alteradas por este instrumento, com fulcro no art. 65, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/1993 e nos termos da Resolução nº 189/2026, com vigência a partir de 1º de setembro de 2026.
Leia-se:
O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a adequação tecnológica do objeto contratado em decorrência da implantação do modelo nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), mediante a inclusão do módulo SyncFiscal e a manutenção do módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais não expressamente alteradas por este instrumento, com fulcro no art. 65, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/1993 e nos termos da Resolução nº 191/2026, com vigência a partir de 1º de novembro de 2026.

Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, 14 de setembro de 2026, revogando as disposições em contrário.

CAROLINA POLESE
Chefe da Divisão de Empenho e Liquidação

Publicado por:
Carolina Polese
Código Identificador:B6DEFAA0

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO 02 N

EDITAL Nº 02-N DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato(a) aprovado(a) no Teste Seletivo Simplificado nº 002/2026, Edital de Abertura nº 07-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 07 L/2026 de 03 de agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 02-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: OPERADOR MAQUINAS RODOVIÁRIA PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
01	Pablo Juan de Mello	1º AFRO

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 11 de setembto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:5F74A620

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 180/2026 (REPUBLICAÇÃO)

DECRETO Nº 180/2026
(Republicação)

Súmula: Dispõe sobre a nomeação do Diretor do Departamento de Frota e Logística.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
I – Considerando os princípios delineados no art. 37 e ss. da CRFB;
II – Considerando os ditames da LCM n.º 05/2023, a qual dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Organizacional do Poder Executivo, combinando-os com as previsões do PCCV – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e do Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade;
III – Considerando as disposições contidas no art. 51, I da Lei Orgânica desta municipalidade

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado a contar do dia 10 de setembro de 2026 o Sr. IGOR FERREIRA DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 113.***.***-62, para exercer o cargo de provimento em comissão, com característica *ad nutum* de Diretor do Departamento de Frota e Logística, Símbolo CC-3, constante da LCM nº 05/2023, de 06/09/2023, a qual dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Organizacional do Poder Executivo desta municipalidade.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:21CD9735

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 182/2026

DECRETO Nº 182/2026

SÚMULA: Atualiza os membros para comporem o Conselho Municipal de Turismo – CMT, do município de Iguaraçu, Estado do Paraná e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos membros para comporem o Conselho Municipal de Turismo – CMT do município de Iguaraçu - Estado do Paraná.

DECRETA

Art. 1º. A atualização dos membros para composição do Conselho Municipal de Turismo – CMT, conforme a representatividade a seguir:

I - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Titular: Odcleyton dos Santos Melo – CPF: 004.***.***-33
Suplente: Carlos Fernandes Amorin Neto – CPF: 036.***.***-69

Titular: Roselena Mulina Canavezi - CPF : 577.***.***-04
Suplente: Larissa Galvão Bosso dos Santos – CPF: 008.***.***-50

Titular: Eliana Martins do Amaral Giosa – CPF : 394.***.***-34
Suplente: Jorge Fernando dos Santos – CPF: 058.***.***-80

II – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Titular: Marilene Aparecida Bernini Martins – CPF: 029.***.***-81
Suplente: Marta Pinto Barbosa – CPF: 021.***.***-06

Titular: Valdirene Paes dos Santos – CPF: 016.***.***-77
Suplente: Edmar Gonçalves Sena – CPF: 019.***.***-33

Titular: Vania Paula de Souza – CPF: 025.***.***-28
Suplente: Thayná Ariede da Fonseca – CPF: 442.***.***-08

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:04EC6BBE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 183/2026

DECRETO Nº 183/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Carla Susana Sanches Cella e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 038/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. CARLA SUSANA SANCHES CELLA portadora do CPF/MF sob o n.º 035.***.***-56, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, disciplinado pela Lei Municipal n.º 002/2014.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 14/09/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 11 dias de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CA0C591C

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 184/2026

DECRETO Nº 184/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Rafaela de Carvalho Silva Ponzio e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 035/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. RAFAELA DE CARVALHO SILVA PONZIO portadora do CPF/MF sob o n.º 101.***.***-60, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de PROFESSOR 30 HORAS, disciplinado pela Lei Municipal n.º 015/2022.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 14/09/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 11 dias de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:53B82486

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 011/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 044/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026

O MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o **Credenciamento nº 011/2026**, fundamentado no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando ao credenciamento de interessados que atendam às condições estabelecidas no respectivo Edital.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no ramo de panificação, confeitaria e fornecimento de alimentos preparados, para fornecimento parcelado de pães, produtos de panificação e confeitaria, lanches, salgados, produtos fatiados, frios, bebidas e demais gêneros alimentícios correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias, departamentos, unidades administrativas e demais órgãos do Município de Iguaraçu/PR, conforme especificações, condições, quantitativos estimados e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: A partir das **09h00min do dia 29 de setembro de 2026**, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR, ou por meio do e-mail licitacao@iguaracu.pr.gov.br, conforme condições estabelecidas no Edital.

O credenciamento permanecerá aberto durante o período de vigência do edital, permitindo o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e no Portal da Transparência do Município de Iguaraçu, disponível no endereço eletrônico: https://www.iguaracu.pr.gov.br/

Iguaraçu/PR, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4B8A7DC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026

O Município de Iguaraçu/PR, em atenção à retificação do Edital decorrente do julgamento das impugnações apresentadas, torna público a todos os interessados a **REABERTURA DE PRAZO do Pregão Eletrônico nº 039/2026**, informando que a **NOVA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADA EM 28/09/2026, ÀS 09H00MIN.**
OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de materiais destinados à manutenção, reposição, ampliação e modernização do sistema de iluminação pública do Município, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
Valor Estimado: R$ 864.596,75(oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

O Edital retificado, com as alterações decorrentes do acolhimento parcial das impugnações apresentadas, estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além do site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:AB1E16BF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por intermédio de seu pregoeiro, torna público aos interessados que o Edital do **Pregão Eletrônico nº 040/2026**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de limpeza, materiais descartáveis, materiais de higiene pessoal e itens de enxoval infantil, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração Pública do Município de Iguaraçu/PR, sofrerá **RETIFICAÇÃO** nos itens **78 e 79** do Termo de Referência.
Tendo em vista que a referida alteração é apta a afetar a formulação das propostas pelos licitantes, fica designada NOVA DATA para abertura da sessão pública do certame, conforme segue:

Nova data e horário da sessão pública: 24/09/2026, às 08h00min

O Edital retificado, com o Termo de Referência devidamente corrigido, estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Permanecem inalteradas as demais condições e disposições constantes do Edital originalmente publicado.

Iguaraçu/PR, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8C1ABEB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 098/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

Ref: Contrato n.º 098/2026
Inexigibilidade: nº 043/2026
Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR. CNPJ n.º 75.772.525/0001-44.
CONTRATADO: Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ: 06.224.121/0002-84, Av. Getúlio Vargas, nº 9.145, Bairro São José, CEP: 92.420-558, Canoas/RS.
OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025, Processo Administrativo de origem nº 11/2025, conduzido pelo Consórcio Público do Extremo Sul – COPES (CNPJ 11.312.086/0001-04), para a AQUISIÇÃO DE 01 MINICARREGADEIRA COM IMPLEMENTO VASSOURA RECOLHEDORA, nova (zero hora), ano de fabricação 2026 ou superior, marca/modelo New Holland L320/FleetPro, conforme especificações contidas no Item 13 da referida ARP e seus anexos, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura até 31/07/2027, em conformidade com a vigência prorrogada da ARP nº 007/2025 (Termo de Prorrogação de 30/07/2026).
VALOR CONTRATUAL: R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais), com recursos da emenda parlamentar nº 202640340001 – MIDR, Plano de Ação nº 09032026-089812.
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no processo administrativo nº 200/2026, o qual vincula-se à adesão à ARP COPES nº 007/2025, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, com publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da referida lei.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:79AA0AB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 125/2024
REF.: INEXIGIBILIDADE nº 020/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, CNPJ 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: SISAMHIL – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 00.909.271/0001-64
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e aplicação de reajuste de valor pelo índice IPCA (4,44% acumulado dos últimos 12 meses), mantendo-se as demais cláusulas e condições contratuais, sem alteração de escopo ou quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de digitação de informações ambulatoriais e envio de arquivos à Regional de Saúde e ao Ministério da Saúde, conforme condições do instrumento contratual e da Inexigibilidade nº 020/2024.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 11/09/2026 a 10/09/2027, tratando-se de prorrogação de serviço contínuo, observado o prazo máximo de vigência de 10 (dez) anos do art. 107, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
VALOR: Valor mensal reajustado para R$ 1.201,06 (um mil, duzentos e um reais e seis centavos). Valor global para o período prorrogado de R$ 14.412,72 (quatorze mil, quatrocentos e doze reais e setenta e dois centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 2º da Lei Federal nº 10.192/2001 e Cláusula Nona do Contrato nº 126/2024.
DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:2015103D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO FRACASSADO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 044/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO FRACASSADO
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 044/2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 195/2026, referente ao Edital de Dispensa de Licitação em epígrafe.
HOMOLOGO COMO FRACASSADO O ITEM DA TABELA ABAIXO, referente ao procedimento licitatório, na Modalidade Dispensa de Licitação instaurado e registrado sob o n.º 044/2026, com fulcro no art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, a qual objetiva contratação de empresa especializada para a disponibilização de licença de uso de sistema ou plataforma eletrônica integrada para pesquisa, consulta e referência de preços de peças, componentes, acessórios, serviços e mão de obra destinados à manutenção da frota municipal, incluindo acesso à base de dados, atualizações e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, com disponibilização de 01 (um) usuário, conforme condições, requisitos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência.

FRACASSADO			
Item	Unid	Quant	Descrição
1	mensal	12	Licença de uso de sistema/plataforma eletrônica especializada em pesquisa, consulta e referência de preços de peças, componentes, acessórios e mão de obra para manutenção de veículos, máquinas, tratores e implementos, incluindo atualizações e suporte técnico

Iguaraçu, 10 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:EE75D985

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 057/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição e instalação de sistema de motorização para a cortina blackout do Auditório da Casa da Cultura Ângelo Zampieri, em favor da empresa **BLIND DECOR CORTINAS E PERSIANAS LTDA** sob CNPJ N° 35.235.283/0001-35, situada na Rua João Furlan, nº 552 – Vila Santa Izabel – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 6.809,00 (seis mil oitocentos e nove reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 11/09/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:31186E6E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 043/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025, Processo Administrativo de origem nº 11/2025, conduzido pelo Consórcio Público do Extremo Sul – COPES (CNPJ 11.312.086/0001-04), para a AQUISIÇÃO DE 01 MINICARREGADEIRA COM IMPLEMENTO VASSOURA RECOLHEDORA, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025 e seus anexos, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CONTRATADOS: Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ 06.224.121/0002-84, sito na Av. Getúlio Vargas, nº 9145, bairro São José, cidade de Canoas/RS, CEP 92.420-558.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide contrato.

Iguaraçu/PR., 10 de setembro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6C653B75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 68º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

EXTRATO DE 68º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

Início: 28/08/2026 Validade/Término: 21/02/2027

Objeto: Aquisição de Etanol e Gasolina Comum e Aditivada para veículos da Frota do CIS/AMCESPAR.

Razão Social: **POSTO POSECOL LTDA**
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **REEQUILIBRIO DE PREÇO/SUPRESSÃO**
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio de preço, devidamente comprovado

Item	Produto	Valor Unt.	Valor Unt. com reajuste
1	Gasolina Comum	R$ 6,19	R$ 6,09

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 28 de agosto de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:D3C4E425

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 69º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

EXTRATO DE 69º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

Início: 04/09/2026 Validade/Término: 21/02/2027

Objeto: Aquisição de Etanol e Gasolina Comum e Aditivada para veículos da Frota do CIS/AMCESPAR.

Razão Social: **POSTO POSECOL LTDA**
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **REEQUILIBRIO DE PREÇO/SUPRESSÃO**
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio de preço, devidamente comprovado

Item	Produto	Valor Unt.	Valor Unt. com reajuste
1	Gasolina Comum	R$ 6,09	R$ 5,79

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 04 de setembro de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:6A3A3F25

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO Nº 145 /2026.

RESOLUÇÃO Nº 145 /2026.

Súmula: Dispõe sobre os Programas, Projetos, Ações e Atividades do PLACIC - Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum para Elaboração Orçamentária do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR - CIS Amcespar para o exercício de 2027.

O Conselho de Prefeitos do CIS Amcespar aprovou, e eu, Presidente, Promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Esta Resolução estabelece as Diretrizes Gerais do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum para elaboração Orçamentária do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar - CIS Amcespar, referente ao exercício financeiro de 2027, de acordo com os Programas, projetos, ações e atividades especificadas em seu anexo I.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece as normas quanto às finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 3º - Não poderão ser fixadas as despesas da Entidade sem que apresentem definição as devidas fontes de recursos, observada também orientação do artigo 8° da Lei 101 quanto à execução orçamentária e cumprimento de metas.

Art. 4º- Os recursos ordinários do CIS somente serão programados para a realização de despesas de capital após o atendimento das despesas com Pessoal e Encargos sociais, Serviços de Terceiros e as demais Despesas de Custeio Administrativo e Operacional.

Art. 5º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Resolução, somente serão incluídos Créditos Adicionais Especiais, se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

Art. 6º - No Orçamento, a discriminação das despesas será efetuada por Órgão e Unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática, desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, em observância aos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único - O orçamento incluirá os seguintes demonstrativos, e em consonância às orientações demonstradas pelo Tribunal de Contas do Estado:
I - Da RECEITA que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;
II - Do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;
III - Outros anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 7º - As metas ou prioridades definidas pelo CIS e aprovadas pelos Conselhos que compõem a estrutura - para a programação orçamentária são as constantes do Anexo I desta Resolução.

Art. 8º - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia da receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas, constantes da Lei Complementar 101 de 2000.

Art. 9º - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do CIS promover-se-á ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira; Isso segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art.10º - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:
I- Às obrigações Constitucionais e legais do CIS;
II- Despesas fixas com pessoal e encargos sociais.

Art. 11º - Para efeito do disposto no art. 42 da lei complementar 101/2000 referente a restos a pagar:
I- Considera -se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.
II- No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissos apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o lavrado na pactuação.

Art. 12º - O CIS deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação do orçamento, o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da lei complementar 101/2000.

Art. 13º - O controle de custos da execução do Orçamento será efetuado a nível de Unidade orçamentária com o Desdobramento nos Projetos e Atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art.14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, e revogam-se as disposições em contrário.

Irati-PR, em 07 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR.

Propostas para o PLACIC para o exercício de 2027:

1- Manter as práticas, em se tratando de repasses de informações, como amplitudes de dados, prevenções, campanhas socioeducativas, divulgações das ações especializadas, inclusive a frequência quanto às aquisições de materiais pertinentes, propagações com referência à saúde.

2- Manter ações voltadas à prestação de serviços especializados em saúde através da realização de Chamamento Público por meio de Credenciamento de Profissionais das diversas áreas especializadas em saúde; realização de atendimentos especializados em saúde, propiciados através de Contratualizações e/ou Convênios, ou outros elos legais com Entidades públicas ou privadas, preferencialmente filantrópicas e sem fins lucrativos.

3- Auxiliar a administração de fontes de recursos dos Entes Consorciados para custeio de cumprimentos de metas em serviços, materiais referentes às cirurgias eletivas, ambulatoriais e hospitalares, e outros Procedimentos em saúde.

4- Adquirir materiais de consumo para os atendimentos em saúde, para uso médico e de enfermagem, ambulatorial/hospitalar, odontológico, bem como se necessário, referente ao enfrentamento de situações emergenciais e adversas de saúde, para uso do CIS Amcespar e dos municípios consorciados. E ainda de materiais para os setores administrativo e operacional, através do Programa de Aquisição Complementar Compartilhada - PACC. Bem como as licitações compartilhadas, com aquisição pelos Municípios.

5- Adquirir equipamentos audiovisuais e demais materiais em geral para reposições, composições e manutenções em geral, para Programas de Saúde.

6- Manter e ampliar serviços, programas e atividades do CIS Amcespar, como o Contrato CAPS II - Centro de Atenção Psicossocial.

7- Manter e ampliar serviços, programas e atividades do CIS Amcespar, como Programa de Órteses e Próteses Ortopédicas, oftalmológicas e Ostomias.

8- Manter e ampliar serviços, programas e atividades do CIS Amcespar, como Centro de Especialidades Odontológicas, CEO II, Laboratório Regional de prótese odontológica, Rede Viver sem limites e Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade – (PMAQ)

9- Administrar os Convênios de Programas nas esferas municipal, estadual e federal; Continuidade de Atendimentos, para cumprimento de Metas.

10- Manter os atendimentos ambulatoriais referente às consultas, exames, cirurgias, procedimentos, Práticas Integrativas Complementares em Saúde, realização de Teste Rápido para detecção de doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e PPD (pneumologia), serviços complementares à saúde.

11- Manter o Ambulatório MACC quanto às diretrizes de Convênio Estadual, nas linhas de cuidado prioritárias do Estado: Gestante, Criança/Risco, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa e Saúde Mental; em conformidade com regulamento, programação e pactuação com a SESA-PR, em planejamento com os Municípios Consorciados.

12- Manter o Ambulatório de feridas, com aquisição de material e contratação de serviços.
13- Manter a integração, acompanhamentos e controles referentes aos Sistemas de Processamento de Dados visando adequações e melhorias necessárias para a busca da eficiência, e eficácia. Aquisição de software e hardware para a proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, no que diz respeito aos serviços administrativos e agendamentos/atendimentos sistematizados de saúde, suas devidas observâncias quanto utilidades pelo CIS, Consorciados e Prestadores de Serviços de Saúde.

14- Manter as atividades da unidade orçamentária referente aos trabalhos realizados pela Administração Pública do CIS.

15- Promover a contratação de pessoal através de Seleção pública competitiva para o CIS, para melhor eficiência quanto à operação da saúde pública especializada em geral e para ampliação de serviços de saúde em resposta ao anseio público.

16- Disponibilizar treinamentos, cursos, conferências, reciclagens de Pessoal, diárias para deslocamentos, ressarcimentos de despesas devidos pelo CIS, vale alimentação e, segurança e saúde do trabalho.

17- Adquirir móveis e equipamentos de natureza patrimonial público, ampliação e adequação das Unidades Próprias do CIS, bem como das Unidades cedidas e/ou incorporadas ao Patrimônio do CIS Amcespar.

18- Através de acordos com demais esferas da administração, buscar ampliação de oferta de serviços, planejamentos, análises de práticas quanto ao funcionamento de parcerias, auxílios para os possíveis atendimentos da demanda da região.

19- Realizar o serviço de manutenção/conservação de bens móveis e imóveis; realizar Obras, adaptações, reparos para manutenção e ampliação. Serviços como água/esgoto, luz, telecomunicação, internet, vigilância monitorada e demais necessários para as Unidades do CIS Amcespar.

20- Realizar o serviço de manutenção/conservação de veículos da frota do CIS Amcespar, tais como reparos, manutenção, seguro, abastecimento e demais que se fizerem necessários. Considerando também à aquisição de materiais componentes dos bens.

21- Manter os serviços direcionados a transportes de pacientes e serviços administrativos, através do Programa de Apoio ao Transporte Sanitário em todas as rotas que se fizerem necessárias dentro dos serviços de saúde.

22- Manter e ampliar serviço de apoio complementar aos municípios consorciados no que diz respeito à contratação de empresas prestadoras de serviços na área de saúde, através do Programa de Apoio de Serviços em Saúde – PASS.

23- Contratualizar serviços e programas novos, conforme interesse público, prevendo todos os custos relacionados.

24- Contratar serviços de transporte, para os servidores do CIS e dos municípios consorciados.

25- Contratar serviços de locação de estruturas adequadas, conforme necessidade do CIS e dos municípios para eventos relacionados à saúde, incluindo todos os recursos necessários para a adequada organização e realização dos eventos.

ANEXO - I

PROGRAMA 0001 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Código Descrição da Ação Metas

001 Atividades Administrativas do CIS Amcespar 1 - Trabalhar em conformidade com planejamento, almejando melhor desempenho operacional, desenvolver e coordenar as atividades administrativas, acompanhar o funcionamento do CIS:
2- Ampliar, integrar, manter, acompanhar e adequar os Sistemas de Processamento de Dados referentes ao CIS Amcespar;
3 - Manter e ampliar hardware e software como ferramentas operacionais.
4- Manter as atividades da unidade orçamentária administrativa.
5- Realizar seleção pública competitiva para contratação de pessoal, conforme a necessidade da administração pública.
6- Contratar serviços de consultorias, auditorias médicas, odontológicas e outras;
7- Contratar serviços de locação de estruturas adequadas conforme espaços de eventos relacionados à saúde promovidos ou com a participação do CIS.
8- Treinar e Reciclar Pessoal, concedendo diárias ou ressarcimento de despesas, manter o vale-alimentação ao quadro pessoal, bem como contratação de transporte conforme necessidade.
9-Manter atualizadas as legislações e instrumentos institucionais do CIS.
10-Adquirir, conservar e manter o patrimônio do CIS;
11-Contratar serviços administrativos e técnicos em saúde através de terceirizações, de empresas responsáveis por integrações (Empresa x Escola), e por Credenciamento, bem como requisição de pessoal dos entes consorciados.
12 – Executar através de recursos próprios ou convênios, obra, reformas, ampliações, reparo e conservação das Unidades do CIS.
13 - Contratar serviços de manutenção predial, como água/esgoto, luz, telecomunicação, internet, vigilância monitorada, entre outras necessidades do CIS Amcespar.
14- Contratar serviços em atenção ambulatorial especializada em saúde nas diversas áreas através de Chamamento Público.
15- Manter atualizados os cadastros e pagamentos de prestadores de serviços e fornecedores de materiais.
16-Proporcionar encontros periódicos junto às Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios integrantes do CIS Amcespar.
17- Realizar e proporcionar a participação em eventos com direcionamentos e orientações voltadas à saúde, campanhas socioeducativas, preventivas e comemorativas, junto aos municípios Consorciados.
18 – Realizar estudos técnicos para examinar a viabilidade da implantação de novos programas e ações. Administrando e gerindo

recursos advindos de delegações, de acordo com fontes em resposta à solicitação de Municípios Consorciados.

PROGRAMA 0002 - ASSISTÊNCIA MÉDICO - SANITÁRIA ESPECIALIZADA

Código Descrição da Ação Metas
002 Atividades de Saúde Especializada do CIS Amcespar 1 - Desenvolver atividades relacionadas à assistência médica especializada e atendimentos complementares alternativos em saúde, conforme necessidade dos Entes consorciados. Realizações de atendimento em consulta, exames, sessão, terapia, procedimento, cirurgia, 'serviço/hora e outros que se fizerem necessários.
2 – Acompanhar o desenvolvimento de ações e atendimentos referentes aos serviços prestados pelo CIS.
3- Realizar demais serviços e aquisições de materiais destinados a manutenção dos serviços de saúde especializada.
003 Atividades Complementares de Saúde
1- Adquirir órteses e próteses oftalmológicas, ortopédicas e ostomias;
2- Contratar serviços de hospedagens/locomoção/alimentação de pacientes em tratamento "fora de domicílio".
3- Adquirir material médico/hospitalar para uso nas unidades do CIS Amcespar.
4 – Contratar serviço de apoio complementar aos municípios consorciados através de empresas prestadoras de serviços na área de saúde, conforme Programa de Apoio de Serviços em Saúde – PASS.
5 - Adquirir materiais de consumo para os atendimentos em saúde, para uso dos profissionais médico e demais necessidades de execuções para saúde, ambulatorial/hospitalar, odontológico, bem como se necessário, referente ao enfrentamento de situações emergenciais, adversas, e força maior, de saúde, para uso nos municípios através do Programa de Aquisição Complementar Compartilhada – PACC;
6 – Disponibilizar transporte para pacientes em tratamento de saúde dentro e fora da região, que envolvam ações do programa de apoio ao transporte sanitário;

PROGRAMA 0003 -PROGRAMAS DE SAÚDE

Código Descrição da Ação Metas
004 Atividades Referentes a Convênios, Contratos e Programas. 1- Manter e ampliar os serviços em saúde através de programas.
2 - Manter e ampliar os serviços em saúde através de Convênios, Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP e Contratos.
3 -Manter os serviços do Ambulatório MACC - Modelo de Atenção às condições crônicas, de acordo com as linhas Prioritárias do Estado;
4 – Disponibilizar transporte para pacientes de acordo com o Programa de Apoio ao Transporte sanitário;
5 - Conservar e ampliar a frota CIS, através de aquisições, cessões, doações, e/ou conforme necessidade.
6-Realizar Contratos e/ou Convênios com entidades públicas ou privadas, tendo preferência, as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos;
7- Manter e ampliar o Patrimônio CIS.

005 Programa Odontologia Especializada 1-Manter e ampliar o CEO II - Centro de Especialidades Odontológicas; conforme a demanda dos consorciados e em conformidade com o Ministério da Saúde. Neste contexto, administrar recursos originários de devidas delegações, de acordo com fonte repassada 'fundo a fundo', conforme indicação dos entes Consorciados.
2-Manter o laboratório de próteses odontológicas, conforme programação pactuada, de acordo com portarias Ministeriais.
3-Adquirir materiais, equipamentos e serviços que possibilitem maior produtividade e resolutividade de acordo com Programas Ministeriais.

006 Programa de Saúde Mental
1-Manter o Programa CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial), de acordo com Portaria Ministerial que o estabelece, em conformidade com Plano de Trabalho e aplicação, firmado através de termo de Contrato Municipal, com a realização de atendimentos a pacientes de Saúde Mental;
2 - Realizar demais serviços e aquisições de materiais direcionados às manutenções do Programa para fins de funcionamento do CAPS II.

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:3CAFD8AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA PROVA PRÁTICO PROCESSUAL, BEM COMO, DIVULGA NOVO CRONOGRAMA PARA O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ/PR

I -O Presidente da Câmara Municipal de Iporã/PR, usando das atribuições legais,DIVULGAos critérios de correção da Prova Prático Processual e o novo Cronograma para o cargo de Procurador Jurídico, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2026, conforme segue:

ESPELHO DE CORREÇÃO – PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

1. Adequação da resposta ao caso proposto –Compatibilidade da manifestação apresentada com a situação jurídica descrita no enunciado.	1,0
2. Adequação subjetiva e processual –Observância dos aspectos relativos às partes, à representação, à competência e aos demais pressupostos aplicáveis.	1,0
3. Cabimento e pressupostos jurídicos –Demonstração da pertinência jurídica da solução adotada, considerando os elementos apresentados no enunciado.	1,5
4. Fundamentação jurídica –Desenvolvimento dos aspectos jurídicos relevantes ao deslinde da questão, mediante fundamentação coerente e adequada ao caso concreto.	2,5
5. Análise das questões institucionais –Enfrentamento fundamentado das questões relacionadas às atribuições, competências e limites de atuação dos sujeitos envolvidos.	0,5
6. Providências processuais pertinentes– Identificação e fundamentação das providências adequadas às circunstâncias apresentadas no enunciado.	1,5
7. Requerimentos –Formulação dos requerimentos compatíveis com a solução jurídica apresentada e com as circunstâncias do caso.	1,0
8. Técnica de redação jurídica –Organização, clareza, coerência, fundamentação, precisão da linguagem jurídica e correção gramatical.	1,0
TOTAL	10,0

OBSERVAÇÕES DA BANCA
1.Serão considerados os fundamentos juridicamente pertinentes apresentados pelo candidato, ainda que mediante fundamentação diversa daquela adotada no padrão de correção, desde que compatíveis com o enunciado e com a legislação aplicável.
2.A ausência de indicação numérica de dispositivo legal ou constitucional não implicará, por si só, prejuízo à pontuação, quando o conteúdo jurídico correspondente estiver adequadamente desenvolvido.
3.Serão consideradas as denominações juridicamente equivalentes, desde que demonstrada a compreensão adequada da solução apresentada.
4.A pontuação será atribuída de acordo com o efetivo desenvolvimento dos critérios de avaliação, não sendo suficiente a mera citação de dispositivos legais, princípios ou conceitos jurídicos sem a correspondente fundamentação.

II – NOVO CRONOGRAMA

13/09/2026	Aplicação da Prova Prática
09/10/2026	Divulgação do resultado preliminar
10 e 11/10/2026	Recurso Resultado Preliminar
16/10/2026	Resultado – Recurso Resultado Preliminar eDivulgação do Resultado Final

Iporã, 11 de setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:38BD01F9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO 2026)

A PREFEITURA MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ E O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPORÃ/PR., levando em conta o princípio da transparência e participação popular, torna público que fará realizar

Audiência Pública, com o objetivo de prestar contas dos recursos aplicados no município em cumprimento das metas fiscais, plano municipal de saúde do 2º (segundo) quadrimestre do exercício de 2026, **AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA (LEI ORÇAMENTÁRIO ANUAL)** para o exercício de 2027, no dia 28/09/2026 (segunda-feira) às 09h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, sito a Rua Pedro Álvares Cabral, 2707.

Iporã, 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

ARISTIDES ANTONIO CAMPOS
Secretário de Assistência à Saúde

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:28FD87E0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1395/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA DIRCEIA FERNANDES PUCHETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 01 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **DIRCEIA DA SILVA FERNANDES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 046.xxx.xxx-41, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, Servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o Cargo de **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.
Iporã-Pr. 03 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:039EE958

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1442/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ELIANA GATTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ELIANA GATTI,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 028.xxx.xxx-16, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNINA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3CE6DE58

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1443/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR JHORDAN GENARO BOTITANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **JHORDAN GENARO BOTITANO,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 081.xxx.xxx-02, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:18996083

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1444/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CLEONICE GUEDES SOUZA DE LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CLEONICE GUEDES SOUZA DE LIMA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 762.xxx.xxx-87, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D919B267

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1445/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA TÂNIA DIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **TÂNIA DIAS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 033.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A2E93735

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1446/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA DANIELLE RIBEIRO PEREIRA CAMPOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 08 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **DANIELLE RIBEIRO PEREIRA CAMPOS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 020.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **ENFERMEIRA**, respondendo como **CHEFE DA DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DA USF – UNIDADE DE SAÚDE A FAMÍLIA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 08 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:24CC4CAE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1447/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VANESSA DE OLIVEIRA GOES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VANESSA DE OLIVEIRA GOES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-90, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:839AB283

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1448/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARCIA REGINA CHERRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 08 de setembro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARCIA REGINA CHERRI,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-32, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVA**, designada para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR PROFISSIONAL,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 08 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:982D9EA1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1448/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARCIA REGINA CHERRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARCIA REGINA CHERRI,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-32, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVA**, designada para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR PROFISSIONAL,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B5EA880A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1449/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ROBERTA COSTA DE SOUZA ANDRADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 03 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ROBERTA COSTA DE SOUZA ANDRADE**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 096.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO IPIRANGA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0437151E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1451/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GISELE CRISTINA GOTARDI DIAS DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 03 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GISELE CRISTINA GOTARDI DIAS DA SILVA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 008.xxx.xxx-70, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5431D7FB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1452/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;

o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 02 de setembro de 2026 de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 050.xxx.xxx-05, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:88FE82E0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1453/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 31 de agosto de 2026, 05 (cinco) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 051.xxx.xxx-83, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 31 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:765C6F7A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1454/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA KELLE RENATA ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 03 de setembro de 2026, 01 (um) dia e ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **KELLE RENATA ALVES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 057.xxx.xxx-04, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANBRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 11 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DE2428A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSAO DOS SERV MUN IRATI-CAPSIRATI
INEXIGIBILIDADE - LICITAÇÃO Nº 007/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026-CAPSIRATI

Contratado: LEMA Treinamentos LTDA (Lema Educação), CNPJ: 35.826.836/0001-24. Objeto: Pagamento das inscrições dos servidores e membros dos órgãos colegiados do CAPSIRATI para participação no Imersão Compliance LEMA, a ser realizada em Curitiba/PR, entre os dias 07 e 09 de outubro de 2026. Valor Global: R$ 7.770,00 (Sete mil, setecentos e setenta reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/2021. Datas e assinaturas.

Publicado por:
Elisson Daniel Marciniak
Código Identificador:EF498816

PROCURADORIA
DECRETO Nº 665/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados para o exercício do Cargo em Comissão os seguintes servidores relacionados abaixo, a partir de 10/09/2026.

NOME:	CARGO:	SETOR:	CPF:
FLÁVIO ESTEVAN VAZ DOS SANTOS	Assessor Técnico I	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.359-02
JOEL DOMINGUES	Assessor Técnico II	Secretaria de Esporte	XXX.XXX.119-04

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 10/09/2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:F1767E47

PROCURADORIA
DECRETO Nº 666/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Assistência Social, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Cuidador Social Pss

GRACIELI MUSTEFAGA FILUS	XXX.XXX.069-41

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 09 de setembro de 2026.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2026.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:1106F493

PROCURADORIA
DECRETO Nº 667/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:
Professor - Pss 20 H/S

DAIANE BERGER	XXX.XXX.789-51

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 10 de setembro de 2026.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2026.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:B546BEDF

PROCURADORIA
DECRETO Nº 668/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Matricula	Padrão	Ref.
SILMARA PACZEK	Técnico Em Enfermagem	5066374	B	2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:0765BB0E

PROCURADORIA
DECRETO Nº 669/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Matricula	Padrão	Ref.
RENATO AURELIO OLEKSICHEN	Fisioterapeuta	5066545	B	2
HUMBERTO OLIVEIRA AUSEC	Psicólogo	5066485	B	2
ELISANGELA SZYCHTA	Fonoaudiólogo	5066484	B	2
ALEXANDRO KLOSOWSKI	Contador	5066483	B	2
PATRICIA LISNIOWSKI	Técnico Em Enfermagem	5066479	B	2
JÉSSICA MARQUES DA SILVA	Técnico Em Enfermagem	5066468	B	2
GEAN CARLOS DOS SANTOS	Enfermeiro	5066488	B	2
ANA KAROLINA DOMINGUES PEREIRA	Assistente Social	5066481	B	2
EVELYN SHELY SOLAREVISKI SOARES	Engenheiro Civil	5066487	B	2
ALEXANDRE FELIPE KREUTSFELT PINTO	Técnico Em Enfermagem	5066480	B	2
PRISCILA STASIAK	Psicólogo	5066486	B	2
LUIS FERNANDO DAVEBIDA	Auxiliar De Serviços Gerais	3536040	C	5
JORGE AUGUSTO PINHEIRO	Motorista	5066459	B	2
ELISA APARECIDA PATYKOWSKI KUBILINSKI	Auxiliar De Consultório Odontológico	5066544	B	2
SEBASTIAO CHEPLUKI	Motorista	5066490	B	2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C6A55F17

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 PARA CAPTAÇÃO DE PATROCINADORES COM CONTRAPARTIDA PUBLICITÁRIA DO EVENTO 1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Cultura e Turismo com fundamento na legislação municipal aplicável, com fundamento na Lei Municipal nº 5060/2023, na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), no Decreto Municipal nº 319/2025 e demais normas aplicáveis, torna público o presente **Edital de Chamamento Público**, que tem por objetivo a captação de patrocínios, apoios institucionais e parcerias com contrapartida publicitária para a realização do evento **1ºCONCURSODEPIEROGUEDEIRATI:TRADIÇÃO,SABORE PERTENCIMENTO**, a ser realizado no espaço da **Feira do Produtor de Irati**, localizado na Rua XV de Julho, 565, no Centro, no município de Irati – Paraná.

1.2 O **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO** é uma iniciativa do Município de Irati destinada à valorização da cultura, da gastronomia, das tradições e da identidade local, tendo como elemento central o pierogue, alimento associado à história e às tradições das comunidades que contribuíram para a formação cultural do município.

1.3 O evento busca promover a gastronomia como instrumento de valorização cultural, integração comunitária, turismo e desenvolvimento econômico, proporcionando à população e aos visitantes um espaço de convivência, lazer, cultura e valorização dos saberes e fazeres locais.

1.4 Além do concurso gastronômico, a programação contará com **espaço destinado à exposição e comercialização de artesanato**, e da já existente feira do produtor, valorizando artesãos e empreendedores locais e regionais.

1.5 O evento poderá contar ainda com apresentações culturais, atrações artísticas, atividades de entretenimento, exposição de produtos, ações institucionais e outras atividades definidas pela Comissão Organizadora.

1.6 A realização do evento contará com o apoio de patrocinadores, empresas, instituições e parceiros, mediante aquisição de cotas de patrocínio ou fornecimento de bens e serviços, contribuindo para a estruturação, divulgação e realização do evento, bem como para a redução dos custos de execução para a Administração Pública Municipal.

2. DOS OBJETIVOS

2.1 Constituem objetivos do **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO**:

I – Valorizar o pierogue como elemento da cultura e da gastronomia de Irati;

II – Preservar e divulgar tradições gastronômicas transmitidas entre gerações;

III – Fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade cultural da população;

IV – Incentivar a participação de famílias, cozinheiros, produtores, empreendedores e entidades na preservação da gastronomia tradicional;

V – Promover Irati como destino de turismo gastronômico e cultural;

VI – Fomentar a economia local por meio da movimentação de empreendedores, produtores, artesãos e demais participantes;

VII – Valorizar os artesãos e a produção artesanal local e regional;

VIII – Proporcionar espaço de integração entre comunidade, visitantes, empreendedores, patrocinadores e instituições;

IX – Estimular a participação do setor empresarial no desenvolvimento de ações culturais, gastronômicas e turísticas do município;

X – Promover a divulgação das marcas patrocinadoras associadas a uma iniciativa de valorização da cultura, gastronomia, turismo e economia local.

3. DO LOCAL, DATA E PRAZOS

3.1 O **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO** será realizado no espaço junto a **Feira do Produtor de Irati**, localizada na Rua XV de julho, 565, no Centro, no município de Irati – Paraná.

3.2 A realização do evento está prevista para o dia **17 de outubro de 2026**.

3.3 O período para inscrição dos interessados em patrocinar o evento será de **14/09/2026 até 16/10/2026**, das 08h às 17h horas, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, localizada na Rua XV de Novembro, nº 437, Centro, 2º andar – Irati/PR, ou por meio eletrônico, conforme orientações da Comissão Organizadora.

3.4 A confirmação do patrocínio e o respectivo pagamento deverão ocorrer até o dia **16/10/2026**, conforme as condições estabelecidas neste edital.

3.5 O envio da logomarca e demais materiais institucionais do patrocinador deverá ocorrer até **16/10/2026**, para possibilitar sua inclusão nos materiais oficiais de divulgação.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste chamamento público pessoas jurídicas regularmente constituídas, com CNPJ ativo, que atendam às condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável.

4.2 Poderão também participar como **apoiadores institucionais** pessoas físicas ou jurídicas que contribuam com bens, produtos, serviços, estruturas ou recursos financeiros, observadas as condições estabelecidas neste edital.

4.3 A participação neste chamamento implica a aceitação plena e irrestrita das condições estabelecidas neste edital e das orientações da Comissão Organizadora.

4.4 Ao aderir ao presente chamamento, o participante declara estar ciente de que deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas e as normas aplicáveis à realização do evento.

5. DAS COTAS DE PATROCÍNIO

5.1 As cotas de patrocínio do **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO** serão classificadas nas seguintes categorias:

PATROCINADOR OURO
Quantidade:03(três)cotas
Valor: R$ 5.000,00
Contrapartidas:

I – Destaque máximo da marca nos materiais oficiais de divulgação do evento;

II – Inserção da logomarca em cartazes, peças digitais, redes sociais, painéis, materiais institucionais e demais meios oficiais de divulgação;

III – Destaque da marca nos espaços de comunicação visual do evento;

IV – Citação da marca nas divulgações institucionais e redes sociais oficiais;

V – Menção verbal da marca durante a programação oficial, conforme definição da organização;

VI – Possibilidade de instalação de faixa, banner, painel ou outro material institucional em local previamente definido pela Comissão Organizadora;

VII – Possibilidade de realização de ação promocional ou institucional durante o evento, mediante aprovação prévia da organização;

VIII – Inclusão da marca em materiais de agradecimento e encerramento do evento.

PATROCINADOR PRATA
Quantidade:05(cinco)cotas
Valor: R$ 3.000,00
Contrapartidas:

I – Logomarca em destaque nos materiais oficiais de divulgação;

II – Inserção da marca nas redes sociais oficiais do evento;

III – Exposição da marca nos espaços coletivos de patrocinadores;

IV – Citação institucional da empresa durante a programação, conforme disponibilidade;

V – Possibilidade de instalação de banner ou faixa em área previamente definida;

VI – Inclusão da marca nas publicações coletivas de agradecimento aos patrocinadores

PATROCINADOR BRONZE
Quantidade:08(oito)cotas
Valor: R$ 1.500,00
Contrapartidas:

I – Inserção da logomarca em materiais digitais e impressos, conforme plano de comunicação;

II – Inclusão da marca no painel coletivo de patrocinadores;

III – Citação em publicação coletiva de agradecimento nas redes sociais oficiais;

IV – Possibilidade de distribuição de materiais promocionais, mediante autorização da Comissão Organizadora.

6. DO APOIADOR INSTITUCIONAL

6.1 Poderão participar como **Apoiadores Institucionais** pessoas físicas ou jurídicas que contribuam para a realização do evento por meio de:
I – Recursos financeiros;
II – Bens;
III – Produtos;
IV – Serviços;
V – Estruturas;
VI – Materiais;
VII – Equipamentos; ou
VIII – Outras formas de apoio consideradas pertinentes pela Comissão Organizadora.

6.2 O valor mínimo de referência para apoio financeiro será de R$ 500,00 podendo o apoio ser realizado mediante fornecimento de bens ou serviços de valor equivalente, desde que previamente avaliado e aprovado pela Comissão Organizadora.

6.3 Como contrapartida, o apoiador poderá ter:
I – Sua logomarca incluída no painel coletivo de apoiadores;
II – Citação em publicação coletiva de agradecimento;
III – Divulgação institucional conforme disponibilidade dos canais oficiais;
IV – Outras contrapartidas definidas pela Comissão Organizadora, observada a proporcionalidade do apoio.

7. DO PATROCÍNIO ESPECIAL

7.1 Poderão ser estabelecidos patrocínios especiais vinculados a espaços, atrações ou atividades específicas do evento, tais como:
I – Premiação do concurso de pierogue;
II – Estrutura do concurso gastronômico;
III – Palco ou atrações culturais;
IV – Espaço de artesanato;
V – Espaço gastronômico;
VI – Estrutura de som e iluminação;
VII – Decoração e ambientação;
VIII – Materiais de divulgação;
IX – Outras estruturas ou atividades necessárias à realização do evento.

7.2 Nesses casos, o valor do patrocínio e as respectivas contrapartidas serão definidos mediante instrumento específico, respeitando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade e interesse público.

8. DA INSCRIÇÃO

8.1 Cada proponente deverá indicar, no ato da inscrição, a cota de patrocínio ou modalidade de apoio desejada.

8.2 A classificação das inscrições observará, quando aplicável, a ordem cronológica de confirmação do patrocínio, mediante apresentação da documentação exigida e efetivação do pagamento ou entrega do apoio acordado.

8.3 Caso alguma empresa deixe de efetivar o patrocínio dentro do prazo estabelecido, a respectiva cota poderá ser disponibilizada ao próximo interessado.

8.4 Após o preenchimento das cotas previstas, poderá ser formada lista de suplentes, obedecendo à ordem cronológica de inscrição.

8.5 Para inscrição, poderão ser exigidos:
a) ficha de inscrição devidamente preenchida;
b) termo de compromisso e responsabilidade;
c) comprovante de inscrição no CNPJ, quando pessoa jurídica;
d) documento de identificação, quando pessoa física;
e) documentação complementar eventualmente solicitada pela Administração Municipal.

8.6 As inscrições serão analisadas pela Comissão Organizadora, responsável pela conferência da documentação e validação da participação

9. DA FORMA DE EFETIVAÇÃO DO PATROCÍNIO

9.1 O patrocínio ou apoio poderá ser efetivado mediante:
I – Pagamento do valor correspondente à cota, conforme orientação da Administração Municipal;
II – Pagamento diretamente a fornecedor ou prestador de serviço relacionado à realização do evento, quando autorizado pela Administração;
III – Fornecimento de bens, produtos, materiais ou estruturas;
IV – Prestação de serviços;
V – Outras formas de apoio previamente aprovadas pela Comissão Organizadora.

9.2 Os apoios em bens ou serviços deverão ser previamente avaliados pela Comissão Organizadora, que poderá considerar o valor de mercado para fins de enquadramento na respectiva categoria de patrocínio.

10. DA PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

10.1 A comunicação oficial do **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO** será coordenada pela Prefeitura Municipal de Irati e/ou pela Comissão Organizadora.

10.2 Os patrocinadores poderão divulgar sua participação no evento em suas próprias mídias institucionais e promocionais, desde que respeitadas as diretrizes oficiais de comunicação.

10.3 A aplicação das logomarcas deverá seguir as orientações estabelecidas pela organização.

10.4 Todo material físico ou promocional que venha a ser produzido pelo patrocinador será de sua responsabilidade, inclusive custos de produção, transporte, instalação e retirada.

11. DA EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

11.1 Os patrocinadores que desejarem realizar exposição institucional deverão informar previamente à Comissão Organizadora os produtos e serviços que pretendem apresentar.

11.2 A eventual disponibilização de espaço físico dependerá da disponibilidade e da organização do layout da Feira do Produtor.

11.3 A distribuição dos espaços será realizada pela organização, buscando garantir a adequada circulação do público e a organização do evento.

11.4 Os patrocinadores e apoiadores deverão respeitar integralmente as normas sanitárias, de segurança, acessibilidade e demais regulamentações aplicáveis.

11.5 A comercialização ou distribuição de alimentos deverá observar as exigências dos órgãos competentes.

11.6 O espaço destinado ao **artesanato** será organizado pela Comissão Organizadora, de acordo com a programação e o layout geral do evento.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO

12.1 Compete à Administração Municipal e à Comissão Organizadora:
I – Coordenar a realização do evento;
II – Organizar a programação;
III – Promover a divulgação institucional;
IV – Organizar e distribuir os espaços;
V – Coordenar a comunicação visual geral;
VI – Providenciar, conforme disponibilidade e planejamento do evento, infraestrutura das áreas comuns;
VII – Coordenar as ações culturais, gastronômicas e de entretenimento;
VIII – Orientar os patrocinadores e apoiadores quanto às regras de participação;
IX – Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas neste edital.

13. DAS RESPONSABILIDADES DOS PATROCINADORES E APOIADORES

13.1 Compete aos patrocinadores e apoiadores:
I – Cumprir as orientações da Comissão Organizadora;
II – Fornecer corretamente os materiais e informações necessários à divulgação da marca;
III – Responsabilizar-se pelos equipamentos, materiais e estruturas de sua propriedade;
IV – Manter seu espaço organizado, seguro e em condições adequadas de atendimento;
V – Observar as normas sanitárias e de segurança aplicáveis;
VI – Responsabilizar-se pela montagem e desmontagem de estruturas próprias, quando houver;

VII – Arcar com os custos relacionados à produção e instalação de seus materiais promocionais;
VIII – Responsabilizar-se por eventuais danos causados por seus equipamentos, estruturas, colaboradores ou representantes;
IX – Cumprir os horários e demais regras estabelecidas pela organização.

14. DAS PENALIDADES
14.1 O participante que descumprir as disposições deste edital ou as orientações da Comissão Organizadora poderá ser advertido, ter sua participação suspensa ou ser impedido de participar de futuras ações promovidas pelo Município, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
14.2 O descumprimento das normas de segurança, sanitárias ou de funcionamento poderá resultar na retirada imediata do participante ou da estrutura irregular do espaço do evento.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 Todos os patrocinadores, apoiadores e demais participantes deverão cumprir integralmente as disposições deste edital e as orientações da Comissão Organizadora.
15.2 A participação no chamamento não gera qualquer vínculo trabalhista, societário ou de representação entre o patrocinador/apoiador e o Município de Irati.
15.3 A Administração Municipal poderá ajustar a disposição dos espaços, materiais de divulgação e formas de exposição das marcas, sempre buscando preservar a organização, segurança e interesse público.
15.4 A Comissão Organizadora poderá utilizar meios digitais de comunicação para facilitar o contato com patrocinadores e apoiadores.
15.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação vigente.
15.6 O presente edital poderá ser disponibilizado para consulta nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Irati.
Irati - Paraná, 11 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PATROCINADORES E APOIADORES
NOME/RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ/CPF: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____
RESPONSÁVEL: _____
COTA/MODALIDADE DE APOIO PRETENDIDA:

()PATROCINADOROURO
()PATROCINADORPRATA
()PATROCINADORBRONZE
()APOIADORINSTITUCIONAL
( ) PATROCÍNIO ESPECIAL
VALOR OU FORMA DE APOIO:

DESEJA REALIZAR EXPOSIÇÃO INSTITUCIONAL?
()SIM
( ) NÃO
DESCRIÇÃODOSPRODUTOS/SERVIÇOS/MATERIAISQUEPRETENDE EXPOR:

Declaro estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para captação de patrocinadores do **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO**, comprometendo-me a cumprir todas as normas e orientações da Comissão Organizadora.

Irati – Paraná, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do responsável

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE PATROCÍNIO/APOIO
TERMO DE PATROCÍNIO/APOIO Nº ___/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE IRATI – PARANÁ**, e, de outro, _____, CNPJ/CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Termo de Patrocínio/Apoio para o **1º CONCURSO DE PIEROGUE DE IRATI: TRADIÇÃO, SABOR E PERTENCIMENTO**, mediante as cláusulas seguintes.
CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO
O presente termo tem por objeto formalizar o patrocínio/apoio destinado à realização do **1º CONCURSODEPIEROGUEDEIRATI:TRADIÇÃO,SABORE PERTENCIMENTO**, a ser realizado no espaço da Feira do Produtor de Irati.
CLÁUSULA 2ª – DO VALOR E DA FORMA DE APOIO
OvalordopatrocínioouapoioseráderR$_____(_____), a ser efetivado mediante:
_____.
CLÁUSULA 3ª – DAS CONTRAPARTIDAS
O patrocinador/apoiador terá direito às contrapartidas correspondentes à categoria escolhida, conforme estabelecido no edital.
CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADOR/APOIADOR
O patrocinador/apoiador compromete-se a:
I – Cumprir as normas estabelecidas no edital;
II – Observar as orientações da Comissão Organizadora;
III – Responsabilizar-se pelos materiais e estruturas de sua propriedade;
IV – Fornecer sua logomarca e materiais de divulgação dentro dos prazos estabelecidos;
V – Responsabilizar-se por danos decorrentes de suas ações, equipamentos ou estruturas.
CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Compete ao Município:
I – Disponibilizar as contrapartidas previstas para a categoria contratada;
II – Realizar a divulgação institucional do evento;
III – Coordenar a organização geral do evento;
IV – Disponibilizar o espaço acordado, quando aplicável.
CLÁUSULA 6ª – DA UTILIZAÇÃO DA MARCA
O patrocinador autoriza o Município a utilizar sua logomarca exclusivamente para fins de divulgação institucional do evento, observadas as condições estabelecidas neste termo.
CLÁUSULA 7ª – DA RESPONSABILIDADE
O patrocinador/apoiador será responsável pelos equipamentos, produtos, materiais e estruturas de sua propriedade, não cabendo ao Município responsabilidade por perdas, danos ou furtos, salvo quando comprovada responsabilidade direta da Administração.
CLÁUSULA 8ª – DA VIGÊNCIA
O presente termo terá vigência desde sua assinatura até a conclusão das obrigações decorrentes da realização do evento.
CLÁUSULA 9ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação aplicável e o interesse público.

Irati – Paraná, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE IRATI – PARANÁ

Representante Legal
Patrocinador/Apoiador

Representante Legal

TESTEMUNHA 1:_____ _____

TESTEMUNHA 2: _____

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:1A50FF17

PROCURADORIA
ERRATA

DECRETO Nº 663 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, torna pública a presente **ERRATA** ao Decreto nº 663/2026, publicado em 10 de setembro de 2026, para correção do disposto em seu art. 2º:

Onde se lê:

"Art. 2º – Para assegurar a regularidade da apuração e resguardar a instrução do procedimento, fica determinado o afastamento preventivo do servidor J. M. F., pelo prazo de 30 (trinta) dias, **sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens funcionais.**"

Leia-se:

"Art. 2º – Para assegurar a regularidade da apuração e resguardar a instrução do procedimento, fica determinado o afastamento preventivo do servidor J. M. F., pelo prazo de 30 (trinta) dias."

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:32FFE925

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 47/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: Associação Santos Inocentes – ASI de Irati.

OBJETO: O subsídio recebido será utilizado em sua totalidade na instalação do sistema solar fotovoltaico, com o principal objetivo de reduzir custos mensais com energia elétrica e visando a auto sustentabilidade da instituição. A viabilização de recursos financeiros para investimento é de suma importância para a instituição, uma vez que não temos fins lucrativos**.**
A parceria destina-se a co-gestão dos serviços de atendimento de proteção social básica, tipificado como serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos, oferecidos para crianças e adolescentes que possuem seus vínculos familiares fragilizados em decorrência de situações de abandono, negligência, múltiplas violências, com intuito de promover a sua integração na vida familiar e comunitária conforme normas e demais disposições legais, encaminhados via rede de proteção, atuando na dimensão preventiva.

GESTOR DA PARCERIA: Denis Cezar Musial, inscrito sob a matrícula nº 4574260;
MEMBRO: Aline Aparecida Muzinoski, inscrita no CPF/MF: 090.742.849-57; MEMBRO: Francieli Dwulatka, inscrita no CPF/MF: 042.948.009-17;
MEMBRO: Luan Felipe Biscaia, inscrito no CPF/MF: 087.629.039-00.

VALOR TOTAL: o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o pagamento será feito em parcela única

VIGENCIA: 12 meses após o início da execução

Datas de assinaturas: Irati, 01 de setembro de 2026, SAMUEL JOSÉ GARSTKA Presidente, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Irati, 11/09//2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***SAMUEL JOSÉ GARSTKA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
DENIS CEZAR MUSIAL	
Gestor de Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:7296CE2E

PROCURADORIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 001/2025, regulamentado pelo Decreto 233 e 259/2025, convoca os nomes abaixo relacionados munidos dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, situada na **Av. Vicente Machado, 515 - 1º andar - Centro, no dia 15 de setembro de 2026** impreterivelmente no horário das 08h30.

Cabe ressaltar o disposto no Edital 001/2025, item 9.3 "O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios" ; e item 9.5 "O candidato que deixar de comparecer em 03 (três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação".

CARGO: TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE IRATI)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
25º	DANIELI IGNACHESKI LOUREIRO	9.XXX.440-6	050

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:4CFE55A3

PROCURADORIA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ARTESÃOS PARA PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DE ARTESANATO JUNTO À FEIRA DO PRODUTOR IRATIENSE

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, vem tornar público aos(às) interessados(as) a 1ª retificação ao Edital de Chamamento Público para seleção de artesãos interessados em participar da Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense.

I. No item 1.1 onde se lê:
1.1 – A Prefeitura Municipal de Irati, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de artesãos interessados em participar da Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense, a ser realizada no dia 12 de setembro de 2026, no espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, no Município de Irati – Paraná.

Leia-se:

1.1 – A Prefeitura Municipal de Irati, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de artesãos interessados em participar da Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense, a ser realizada no dia **19 de setembro de 2026**, no espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, no Município de Irati – Paraná.

II. No item 4.1 onde se lê:
4.1 – A Feira de Artesanato será realizada no espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, Irati – PR, no dia 12 de setembro de 2026.

Leia-se:

4.1 – A Feira de Artesanato será realizada no espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, Irati – PR, no dia **19 de setembro de 2026**.

III. No item 8.1, onde se lê:
8.1 – As inscrições serão realizadas no período de 04 a 10 de setembro de 2026, conforme os procedimentos e local definidos pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Leia-se:

8.1 – As inscrições serão realizadas no período de **04 a 15 de setembro de 2026**, conforme os procedimentos e local definidos pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

IV. Esta retificação entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:B59292B0

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE LRF/AÇÕES DE SAÚDE/PROJETO LOA 2027

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

-RELATIVA AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026-Art. 54 LC 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal
-RELATIVA AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026-Prestação de Contas de Ações da Secretaria Municipal de Saúde

E

AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO PROJETO DA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

CONVITE

O Prefeito Municipal de Irati, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA toda comunidade, para participação da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativa ao 2º quadrimestre do exercício de 2026 conforme determina o Art.54 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Apresentação da Prestação de Contas de Ações da Secretaria Municipal de Saúde, e apresentação do projeto da LOA-Lei Orçamentária Anual 2027, **a ser realizada de forma presencial na Câmara Municipal (**com transmissão ao vivo através do site da Câmara Municipal), que acontecerá no dia **30 de Setembro de 2026 (quarta-feira), com início às 14:00 horas**.

Publicado por:
Jean Lucca Menon
Código Identificador:21D0A037

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.528/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5528/2026 de 10/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS, VIAÇÃO, HABITAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E OBRAS	
05.001.15.451.0006.2.012.		Manutenção do Departamento de Serviços Públicos e Obras	
87 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	105.000,00
		Total Suplementação:	**105.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS, VIAÇÃO, HABITAÇÃO E URBANISMO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS	
05.002.26.782.0006.2.013.		Manutenção do Departamento de Viação e Controle de Frotas	
105 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	105.000,00
		Total Redução:	**105.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:ADC88F44

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2026
Procedimento Administrativo: 038/2026
Licitacão/Número: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026
Registro de preços para a eventual contratação empresa para realização de oficinas com atuação junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviços de Proteção Básica e Serviço de Proteção Especial, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal do Município de Itambaracá –PR
CONTRATADA: DOTTI & DOTTI LTDA- ME, CNPJ nº 23.540.902/0001-16.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 310.507,20 (trezentos e dez mil e quinhentos e sete reais e vinte centavos).
DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 de setembro de 2027
Itambaracá Pr, 09 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:992BAC67

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026
Procedimento Administrativo: 038/2026

Licitacão/Número: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026
Registro de preços para a eventual contratação empresa para realização de oficinas com atuação junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviços de Proteção Básica e Serviço de Proteção Especial, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal do Município de Itambaracá –PR
CONTRATADA: LUIZ ANTONIO SATO JUNIOR - ME, CNPJ nº 46.952.477/0001-78
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 83.520,00 (oitenta e três mil e quinhentos e vinte reais).
DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 de setembro de 2027
Itambaracá Pr, 09 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:589092B7

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2026
Procedimento Administrativo: 038/2026
Licitacão/Número: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026
Registro de preços para a eventual contratação empresa para realização de oficinas com atuação junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviços de Proteção Básica e Serviço de Proteção Especial, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal do Município de Itambaracá –PR
CONTRATADA: 53.030.058 SERGIO JOSE DA SILVA, CNPJ nº 53.030.058/0001-44,
VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 66.240,00 (sessenta e seis mil e duzentos e quarenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 de setembro de 2027
Itambaracá Pr, 09 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:69ABC501

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ERRATA

Na publicação da Portaria nº 351/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 03/09/2026 – Edição 3609

ONDE SE LÊ: Art. 1º Convocar a Senhora **CRISLAINE SANTOS...**

O CORRETO É: Art. 1º Convocar a Senhora **CRISLAINE APARECIDA SANTOS...**

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:CDF680D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 356/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1084/2026 do Ofício nº 092/2026 do Diretor do CRAS que solicita Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CAMILA KOPP FUZETO	200784	AUX. SERVIÇOS GERAIS	13/01/2025 A 12/01/2026	14/09/2026	14/10/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:4AA7CE22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 357/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1089/2026 do Ofício nº 195/2026 do Diretor de Serviços Públicos e Obras que solicita Gozo de Férias do referido servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 08 (oito) dias de Gozo de Férias na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
MARCELO CARRARA	200828	GARI	13/08/2021 A 12/08/2022	14/09/2026	21/09/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:064C1452

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Cesar Junior Machado CPF/MF: 083.228.xxx-xx
Objeto: Fica aditada a vigência inserta na Cláusula 1ª do pacto primitivo (CONTRATO Nº 051/2025), com amparo no parágrafo único da Cláusula Primeira do pacto, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 15/09/2026 e término em 14/09/2027.
Vigência: 365 dias (15/09/2026 à 14/09/2027), nos termos do parágrafo único - Cláusula 1ª do pacto administrativo primitivo.
Valor Total: R$ 2.565,32 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos) por competência (30 dias), perfazendo o valor global de R$ 30.783,84 (Trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: 07.001.12.365.0004.2023- Manutenção do CMEI Silvia Maria Braga Alves – 31.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, constante do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Data da assinatura: 11/09/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:52DC4CE4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2026

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Cintia da Silva Santos CPF/MF: 473.118.xxx-xx
Objeto: Fica o(a) CONTRATADO(A) admitido(a) no quadro de empregado público da CONTRATANTE para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com lotação junto à Secretaria Municipal de Educação e atribuições constantes na Lei Municipal nº 820/2003, bem como aquelas insertas no Edital de PSS - Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
Vigência: 180 dias (14/09/2026 à 12/03/2027), cabendo alteração nos termos do parágrafo único - Cláusula 1ª do pacto administrativo.
Valor Total: R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais) por competência (30 dias), perfazendo o valor global de R$ 9.726,00 (Nove mil, setecentos e vinte e seis reais).
Dotação Orçamentária: 07.001.12.365.0004.2023- Manutenção do CMEI Silvia Maria Braga Alves – 3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, constante do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Data da assinatura: 11/09/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:FF6BE032

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2026

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Edna Alves da Silva CPF/MF: 570.122.xxx-xx
Objeto: Fica o(a) CONTRATADO(A) admitido(a) no quadro de empregado público da CONTRATANTE para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com lotação junto à Secretaria Municipal de Educação e atribuições constantes na Lei Municipal nº 820/2003, bem como aquelas insertas no Edital de PSS - Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
Vigência: 180 dias (14/09/2026 à 12/03/2027), cabendo alteração nos termos do parágrafo único - Cláusula 1ª do pacto administrativo.
Valor Total: R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais) por competência (30 dias), perfazendo o valor global de R$ 9.726,00 (Nove mil, setecentos e vinte e seis reais).
Dotação Orçamentária: 07.001.12.365.0004.2023- Manutenção do CMEI Silvia Maria Braga Alves – 3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, constante do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Data da assinatura: 11/09/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:49451D5B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 144/2026 DE 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 9.710,00 (nove mil setecentos e dez reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.018. MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DOMINGOS LAUDENIR VITORINO - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO

763 - 3.3.90.39.00.00 830 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.700,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES ESPORTIVAS

779 - 3.3.90.39.00.00 830 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6.010,00

Total Suplementação: 9.710,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000 Fonte: 830 9.710,00

Total da Receita: 9.710,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambe, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:E9376DA0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 145/2026 DE 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
138 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

Total Suplementação: 40.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL

134 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00

Total Redução: 40.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambe , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:E43C4829

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90052/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 029/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 28 (vinte e oito) de Setembro de 2026, às 09h:00min (nove) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de tinta acrílica a base de solvente para demarcação viárias a fim de ser utilizadas em vias do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 09h00min (nove) horas do dia 28 (vinte e oito) de Setembro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90052/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.

Itapejara D'Oeste-PR, 09 (nove) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:DE7957E2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 726 A Nº 745/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 726/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 101.558-3. Órgão de Lotação: Divisão de Esporte. Cargo ou função: Chefe. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 05.09.2026 as 06h00 e retorno dia 05.09.2026 as 12h30. Destino: Nova Esperança do Sudoeste. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Gol (oficial). Finalidade da viagem: Super Copa. Local: Estádio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 727/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Keli Rossa, Matrícula: 111.490-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Aux. de Enfermagem. Acompanhantes: Adilson Senthier. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07.09.2026 as 20h00 e retorno dia 08.09.2026 as 23h59. Destino: Rolândia. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Ambulância (oficial). Finalidade da viagem: internamento. Local: Hospital Psiquiátrico. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 728/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Adilson Senthier e Keli Rossa. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07.09.2026 as 20h00 e retorno dia 08.09.2026 as 23h59. Destino: Rolândia. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Ambulância (oficial). Finalidade da viagem: internamento. Local: Hospital Psiquiátrico. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 729/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Loir Garcia com acomp, Marcia de Avila e Valdir de Avila. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 09.09.2026 as 03h00 e retorno dia 09.09.2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital São Lucas e CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 730/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Abilio Lamb. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13.09.2026 as 18h00 e retorno dia 14.09.2026 as 22h00. Destino: Arapongas. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Procedimentos médicos. Local: Honpar. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 731/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Janilce Dall Olmo e Elio Terres. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13.09.2026 as 09h00 e retorno dia 14.09.2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Aplicação de enzimas. Local: H.C. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 732/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Márcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Emily V. C. Lorengiam e Karla de Campos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.09.2026 as 09h00 e retorno dia 09.09.2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital Pequeno Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 733/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Márcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Emily V. C. Lorengiam e Karla de Campos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17.09.2026 as 09h00 e retorno dia 18.09.2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital Pequeno Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 734/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Marli Mello com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.09.2026 as 03h00 e retorno dia 08.09.2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 735/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Adriane Porochow com acomp, Ironei Smiatwoski com acomp e Joanino Leite com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10.09.2026 as 03h00 e retorno dia 10.09.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consulta, exames e quimio. Local: UOPECCAN e CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 736/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Celmira Giroletto e Josi Giroletto. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.09.2026 as 03h00 e retorno dia 11.09.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 737/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Joanino Leite com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14.09.2026 as 03h00 e retorno dia 14.09.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 738/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Adriane Porochow e Fernando da Silva. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 15.09.2026 as 03h00 e retorno dia 15.09.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 04.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 739/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilmar Schmoller, Matrícula: 101406-4. Órgão de Lotação: Gabinete. Cargo ou função: Prefeito. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 09.09.2026 as 06h00 e retorno dia 11.09.2026 as 11h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 1.000,00. Transporte utilizado: Fusion (oficial). Finalidade da viagem: Reunião e

Cerimonial. Local: Secid, Assembleia Legislativa e Palácio Iguaçu. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 08.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 740/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Jogadores e professores. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10.09.2026 as 17h00 e retorno dia 10.09.2026 as 23h30. Destino: Bela Vista da Caroba. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Amistoso de futebol. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 08.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 741/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Moacir V. Dias, Matrícula: 017.403-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Jogadores e professores. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10.09.2026 as 07h00 e retorno dia 10.09.2026 as 12h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Amistoso. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 08.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 742/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Kelly P. Ramão, Matrícula: 7773-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Suporte pedagógico. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.09.2026 as 07h30 e retorno dia 11.09.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Gol (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Unimater. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 09.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 743/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Mayara C. Morgerot, Matrícula: 014.862-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Coord. pedagógica. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.09.2026 as 07h30 e retorno dia 11.09.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Gol (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Unimater. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 09.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 744/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Elton R. de Jesus, Matrícula: 013.505-1. Órgão de Lotação: Depto de Obras e Viação. Cargo ou função: Op. de Maquinas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10.09.2026 as 06h00 e retorno dia 10.09.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Caminhão (oficial). Finalidade da viagem: Buscar o rolo compactador. Local: Pesa. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 09.09.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 745/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Adilson L. da Silva, Matrícula: 018.116-1. Órgão de Lotação: Depto de Obras e Viação. Cargo ou função: Op. de Maquinas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10.09.2026 as 06h00 e retorno dia 10.09.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Caminhão (oficial). Finalidade da viagem: Buscar o rolo compactador. Local: Pesa. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 09.09.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:59B14013

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2279/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2279/2026
DATA: 11.09.2026

SÚMULA: Institui a Ouvidoria Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculada ao Departamento Municipal de Saúde, com a finalidade de receber, registrar, analisar, encaminhar e acompanhar manifestações dos usuários dos serviços públicos de saúde, contratados e conveniados no âmbito do Município.
Art. 2º Constituem objetivos da Ouvidoria Municipal do SUS:
I. Promover a participação social na gestão da saúde pública;
II. Fortalecer o controle social e a transparência administrativa; contribuir para a melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde; assegurar aos cidadãos canais adequados para apresentação de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações.
Art. 3º Compete à Ouvidoria Municipal do SUS:
I. Receber manifestações dos usuários, trabalhadores e gestores do SUS;
II. Encaminhar as demandas aos setores competentes para análise e providências;
III. Acompanhar e monitorar a resolução das manifestações;
IV. Elaborar relatórios quadrimestrais contendo indicadores e recomendações para aperfeiçoamento dos serviços;
V. Preservar o sigilo das informações pessoais, observada a legislação vigente;
VI. Promover ações de informação e conhecimento acerca da ouvidoria, junto a população em geral;
Art. 4º A Ouvidoria Municipal do SUS deverá disponibilizar meios acessíveis para recebimento de manifestações, incluindo atendimento presencial, telefônico, WhatsApp e eletrônico, garantindo igualdade de acesso a todos os cidadãos.
Art. 5º As manifestações recebidas deverão ser respondidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa formal ao interessado.
As solicitações/informações de medicamentos e de leitos, o prazo de resposta ao cidadão deve ser de até 05 (cinco) dias úteis.
Art. 6º A identidade da manifestação poderá ser realizada de forma IDENTIFICADA, SIGILOSA OU ANÔNIMA, sendo mantida a identidade do manifestante em sigilo quando solicitada ou quando necessária à proteção de seus direitos, observadas as disposições da legislação aplicável especialmente a proteção de dados pessoais (LGPD).
Art. 7º O Departamento Municipal de Saúde propiciara o necessário apoio, para o bom funcionamento da Ouvidoria do SUS, devendo, inclusive, ser consignado no orçamento, dotação suficiente para o desenvolvimento regular de suas atribuições, local adequado para o atendimento, e equipe de apoio para que na ausência do ouvidor o trabalho continue sendo executado.
Art. 8º O Departamento Municipal de Saúde providenciará estrutura mínima adequada para o Ouvidor Municipal do SUS desempenhar suas funções composta de 01 sala individual para atendimento dos

usuários, 01 linha telefônica exclusiva, materiais e equipamentos necessários.
Art. 9º São critérios para a escolha do profissional que irá exercer função de ouvidor:
I. Ter nível técnico ou superior;
II. Servidor do quadro próprio do município, lotado no Departamento de Saúde;
III. Ter comprovada experiência de no mínimo 03(três) anos, no atendimento ao público e/ou em área de controle social.
IV. Participar de encontros, seminários, congressos ou atividades afins, objetivando a troca de experiência e a educação continuada da ouvidoria da saúde.
V. Aos servidores lotados na ouvidoria poderá ser destinado uma gratificação sob seus vencimentos pelos serviços prestados definidos pelo gestor.
Art. 10 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias inseridas no orçamento vigente.
Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1372/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:74982CAA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2280/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 2280/2026
DATA: 11.09.2026
SÚMULA: Autoriza o Executivo a outorgar a Concessão Onerosa Temporária de Uso de Bem Público – Barracão Industrial e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° Nos termos da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, a empresas privadas, a Concessão Onerosa dos bens públicos abaixo descritos:
"Barracão industrial com área total de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), construção em alvenaria, com tijolos a vista, piso de concreto, cobertura em telha de fibrocimento e estrutura metálica, contendo 4 (quatro)banheiros, dois portões de acesso com 3 (três) metros de largura e 2 (dois) portões menores com 2 (dois) metros de largura, localizado na Av. Manoel Ribas/ Pr-493, nº 3300, Bairro Sol Nascente, implantado sobre o lote nº 15 da Quadra nº 220, matrícula nº 50.755 (em anexo), registrado no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PR, sendo parte de uma área maior de 9.712,77m2 (nove mil, setecentos e doze metros e setenta e sete centímetros quadrados) de propriedade do Município de Itapejara D´Oeste – PR,"
§1º As concessões de que tratam o caput deste artigo serão feitas a título oneroso e realizadas mediante processo licitatório, na modalidade concorrência pública, tendo por critério de julgamento a maior oferta e maior número de empregos.
§2º A finalidade da concessão dos espaços públicos referentes aos barracões industriais será exclusivamente para exploração industrial, conforme deverá estar informado pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sendo que a mesma terá um prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo, para iniciar as atividades.
§3º O ônus que caberá ao concessionário deverá constar, obrigatoriamente, no edital de licitação da concorrência pública.
Art. 2°. Os requisitos para exploração do bem público serão dispostos no edital de licitação próprio, na forma que a lei dispuser.
Art. 3°. A exploração do uso do bem público ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Público Municipal, podendo o Poder Público intervir na concessão a qualquer momento com o fim de assegurar a adequação da prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
Art. 4°. Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei, no edital ou em contrato administrativo, o bem público retorna ao Patrimônio Público, em sua integralidade, sendo vedada ao concessionário a realização de qualquer obra ou reforma sem autorização expressa do Poder Público Municipal
Art. 5°. As concessões de que trata esta lei serão outorgadas pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante aditivo, por igual período a pedido da empresa e se for de interesse público.
Parágrafo Único – Se a empresa tiver interesse de prorrogar o prazo da concessão, deverá solicitar por escrito e protocolar junto ao Departamento de administração com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
Art. 6°. A Concessão de Direito de Uso, outorgado à empresa nos termos dos artigos anteriores, obriga a beneficiária aos encargos a seguir:
manter, zelar e proceder aos reparos necessários para que o imóvel não seja danificado;
obedecer às normas de zoneamento, urbanização, licença ambiental, limpeza conservação de imóvel;
atender as normas da saúde pública, vigilância sanitária e destino correto do lixo e derivados oriundos dos serviços da empresa;
suportar as despesas com água, luz, e outros pertinentes ao uso e destinação do imóvel:
contratar seguro do bem descrito no Artigo 1°, com cláusula beneficiária em favor do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
não fazer qualquer tipo de cessão, alienação, venda ou locação do bem, a título gratuito ou oneroso, a pessoa física ou jurídica, ou ainda a ente despersonalizado;
permitir o ingresso de pessoas indicadas pelo Município, a qualquer tempo, para fins de fiscalização das condições do imóvel e das atividades desenvolvidas;
recolher, em dia, os tributos próprios da atividade empresarial desenvolvida, sejam eles federais, estaduais ou municipais, bem como os encargos trabalhistas respectivos;
não contratar menores de 14 anos para exercer atividade laboral, salvo na condição de aprendiz e de acordo com as formalidades legais;
responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros por conta de suas atividades ou atos de seus prepostos ou funcionários;
Art. 7°. Os concessionários deverão cumprir com o número mínimo de geração de empregos nas seguintes condições:
I – iniciar as atividades com no mínimo 03 (três) funcionários e manter o número mínimo de 12 (doze) funcionários a partir do terceiro ano.
Parágrafo único. As exigências mínimas de geração de emprego não irão se sobrepor as propostas ofertadas se as mesmas forem superior as estipuladas nesta Lei.
Art. 8° - Toda e qualquer responsabilidade civil ou criminal que venha a recair pelo uso dos bens dado em concessão, serão de inteira responsabilidade das empresas. Caberá as empresas arcarem com todas as despesas feitas com o uso do bem cedido em concessão, não cabendo ao Município ressarcir quaisquer gastos ou despesas, venha a que título vier.
Art. 9º Expirado o tempo de vigência das concessões, as empresas deverão restituir o bem cedido nas mesmas condições em que receberam independente de interpelação judicial ou extrajudicial.
Art. 10º Os contratos poderão ser rescindidos a qualquer momento pelo Município, sem prévia comunicação, caso as empresas, desviem o bem da finalidade prevista ou de outra obrigação prevista em contrato e, ainda, por qualquer das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência prevista pelo contrato.
Parágrafo Único: Caso as empresas não tenha mais interesse na utilização dos imóveis cedidos, estas não poderão repassar o mesmo para terceiros sendo que terão de rescindir os contratos de concessão de uso e devolver o bem ao município.
Art. 11 A concessão de que trata esta lei será regida, no que couber, pela Lei nº 14.133/2021, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.
Art. 12 Caberá ao Poder Executivo, se for o caso, editar Decreto para regulamentar o uso adequado do bem público.

Art. 13 Eventuais despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações constantes no orçamento municipal.
Art. 14 Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C14D20EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2026.

SÚMULA**:** Aprova as contas do Poder Executivo do Município de Itaperuçu, Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 2024, nos termos do Acórdão e Parecer Prévio nº53/2026 – S1C, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com a ressalva nele consignada.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa de Leis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam **APROVADAS** as contas do Poder Executivo do Município de Itaperuçu, Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 2024, nos termos do Acórdão e Parecer Prévio nº 53/2026 – S1C, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, com a ressalva nele consignada**.**

Art.2º O julgamento de que trata o artigo anterior fundamenta-se no Acórdão e Parecer Prévionº 53/2026– S1C, emitido peloTribunal de Contas do Estado do Paraná,bem como na análise e manifestação da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal.

Art. 3º O presente julgamento refere-se exclusivamente às contas do Poder Executivo Municipal relativas ao Exercício Financeiro de 2024, observados os termos e limites estabelecidos no respectivo Acórdão e Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

ARIEL DE CHRISTO PAULO
(ARIEL DA ACADEMIA)
Presidente

ROGÉRIO MORAES DE LARA
(ROGÉRIO MORAES)
1º Secretário

Publicado por:
Jose Luiz Peokon
Código Identificador:D86E1D8E

GABINETE DO PREFEITO
“REPUBLICADO POR INCORREÇÃO” PORTARIA Nº 381/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **NATHALIE STRESSER MACHADO**, portadora do RG Nº ********743/PR**, CPF Nº **********980**, matrícula Nº **60421**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **10% (dez por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:87C9333A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 240 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, e considerando os termos do Edital nº 01/2023;
Resolve:

Art. 1º. Fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste **EDITAL,** obrigatoriamente munida de todos os documentos necessários para admissão do cargo com (cópias e originais) conforme item 10 do Edital 01/2023.

RECEPCIONISTA

Ordem de convocação	Class*	Nome	Grupo	Nota
042°	040	MARIA EDUARDA DE FARIA TEIXEIRA	AC	63,00

AC* (Ampla Concorrência)
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).

Art. 2°. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 10 de setembro de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Jessica Dos Santos
Código Identificador:71876447

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 216/2026

CONTRATO Nº 216/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº49/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU

CONTRATADO: PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.
CNPJ: 01.146.871/0001-80.
OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025, PARA AQUISIÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS E SUPORTES DIDÁTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR, CONFORME ITENS, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES CONSTANTES DA DOCUMENTAÇÃO QUE INSTRUI O PROCESSO DE ADESÃO.
DO VALOR: R$ 344.900,00 (TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D437D324

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando Alienação de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de ITAPERUÇU – Paraná.
O tipo da licitação será o de "MAIOR LANCE" consoante as condições estatuídas neste EDITAL e seus anexos.
O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- Data de abertura: 15/10/2026
- Horário: A partir 09:00 horas
- Local: no portal LB LEILÕES www.lbleiloes.com.br

Os Lotes dos bens encontram-se à disposição junto ao pátio da Prefeitura Municipal, com endereço na Av. Crispim Furquim de Siqueira nº1800, Butieirinho- Itaperuçu-Pr, para as devidas averiguações.
A íntegra do documento acima, poderá ser obtida no PORTAL LB LEILÕES www.lbleiloes.com.br, ou no site do Município no seguinte endereço www.itaperucu.pr.gov.br.

Itaperuçu (PR), 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EA02A3BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 051/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 051/2026**, que tem como objeto a **Locação de imóvel destinado à Farmácia Municipal", com área de 162,50m², situado a Rua Jose Costa Neto, n° 117 MD 03, bairro: Santa Maria, pelo período de 12(doze) meses, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) mensal" no total de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais),** em nome de **LUCILEIDE VIEIRA, inscrita no CPF:023.512.479-65,** em conformidade com a documentação apresentada, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.
Itaperuçu/PR, 11 de setembro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:4B4192E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 355/2026

PORTARIA Nº 355/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares e autoriza a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia ao servidor Wanderlei de Souza, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor Wanderlei de Souza, matrícula nº 542, CPF nº 023.0**.***-31, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, readaptado para a função de Motorista, conforme Portaria nº 123/2021, lotado no Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 2021/2022, nos termos do art. 106, § 2º, da Lei Municipal nº 085/1990, totalizando 20 (vinte) dias, a serem usufruídos no período de 14/09/2026 a 03/10/2026.

Art. 2º Fica autorizada a conversão em pecúnia de 1/3 (um terço) do período de férias, mediante requerimento do servidor e observados os requisitos previstos no § 5º do art. 106 da Lei Municipal nº 085/1990.

Art. 3º A conversão em pecúnia de que trata o artigo anterior será calculada de acordo com o período de férias a que o servidor fizer jus, observada a legislação municipal vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretora Executiva de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:876792E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. (NOVA DATA) PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. (nova data) **PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026. Processo Administrativo 0114.2026.** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA, ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, BEM COMO A REVISÃO INTEGRAL DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (CTM DE 2001) E ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES. Dia e horário: 28/09/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. **Itaúna do Sul-PR, 11 de setembro de 2026**.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:47BB9053

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2026. Processo Administrativo 0109.2026. aquisição de implemento agrícola do tipo CARRETA BASCULANTE – Convênio Transferegov nº 942168/2023. Dia e horário: 25/09/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1.

Itaúna do Sul-PR, 11 de setembro de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:619857B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136 /2026

Processo origem	**CREDENCIAMENTO 014/2026 / Processo Administrativo nº 0105/2026** **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados**
Contratadas/credenciadas	Item motorista: EDVALDO HONORATO DOS ANJOS – CNPJ 66.462.015/0001-80, RUABAHIA, 722, CENTRO, ITAUNA DO SUL-PR, CEP 87.980-104, REPRESENTADA POR EDVALDO HONORATODOS SANTOS; Item Fonoaudióloga: C N CHIAMULERA FONOAUDIOLOGIA LTDA – CNPJ45.276.688/0001-75, RUA CARLOS ANTONIO GERING, 770, CENTRO, NOVA LONDRINA-PR, REPRESENTADA POR CAROLINE NEVES CHIAMULERA
Fundamento	Art. 74, IV, c/c arts. 78, I, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021
Teto global anual	**R$161.995,90** sem garantia de demanda.

A autoridade competente autorizou a contratação direta (inexigibilidade), adjudicou o objeto às credenciadas e homologou a **Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136 /2026.**
Itaúna do Sul/PR, 11 de setembro de 2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:B7B93FD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 036 E 037/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 037/2026

Objeto	Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados
Contratante	Município de Itaúna do Sul/PR - CNPJ nº 75.458.836/0001-33
Contratada	**C N CHIAMULERA FONOAUDIOLOGIA LTDA – CNPJ 45.276.688/0001-75**
Processo	CREDENCIAMENTO 014/2026 / Processo Administrativo nº 0105/2026 e **Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136 /2026,**
Vigência	12 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
Teto global	**R$143.523,90 compartilhado entre as credenciadas e sem garantia de demanda.**
Fundamento	Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 74, IV, 78, I, e 79, I
Dotação Orçamentária	CONFORME ANEXO CONSTANTE DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA JUNTO AO EDITAL E TR DA CONTRATAÇÃO.
Local e data	Itaúna do Sul/PR, 10 de setembro de 2026
Autoridade Competente	**GILSON JOSÉ DE GOIS.** Prefeito Municipal
Comarca	**Nova Londrina-PR**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 36/2026

Objeto	Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados
Contratante	Município de Itaúna do Sul/PR - CNPJ nº 75.458.836/0001-33
Contratada	**EDVALDO HONORATO DOS ANJOS – CNPJ 66.462.015/0001-80**
Processo	CREDENCIAMENTO 014/2026 / Processo Administrativo nº 0105/2026 e **Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136 /2026,**
Vigência	12 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
Teto global	**R$18.472,00 compartilhado entre as credenciadas e sem garantia de demanda.**
Fundamento	Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 74, IV, 78, I, e 79, I
Dotação Orçamentária	CONFORME ANEXO CONSTANTE DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA JUNTO AO EDITAL E TR DA CONTRATAÇÃO.
Local e data	Itaúna do Sul/PR, 10 de setembro de 2026
Autoridade Competente	**GILSON JOSÉ DE GOIS.** Prefeito Municipal
Comarca	**Nova Londrina-PR**

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:03B3CB1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO 258/2022 PREGÃO Nº 102/2022 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 144/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, Prefeito Municipal, residente em Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5175278-3 SSP-PR e do CPF/MF nº 715.210.549-91, doravante neste Contrato denominada simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa **CARLEN BRENA DE OLIVEIRA ANTUNES,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua 13 de Maio, nº 112, bairro Cohapar, município de Ibaiti (PR), CEP 84900-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.501.003/0001-72, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Carlen Brena de Oliveira Antunes,** resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para 25/08/2027, nos termos da **CLAÚSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO** do Contrato nº 258/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal solicitante.
CLÁUSULA DE RESCISÃO IMEDIATA
O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente por qualquer uma das partes, a qualquer momento e sem a incidência de qualquer multa, penalidade ou indenização, bastando a simples notificação por escrito à outra PARTE.
Parágrafo Único. A rescisão imediata não exime as PARTES do pagamento de valores pendentes referentes a obrigações já cumpridas até a data da notificação.

CLÁUSULA QUARTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO Nº 258/2022).

Ivaí – PR, 26 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí - PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

CARLEN BRENA DE OLIVEIRA ANTUNES
Carlen Brena de Oliveira Antunes –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:61BE643D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 207/2026 LICITAÇÃO N° 007/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 0004/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para limpeza, teste de vazão e, primordialmente, o aprofundamento de poços existentes.
CONTRATADA: E.C.P.A COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: 421.098,46
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 11/09/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante Legal: EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:78DEA9CF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, realizado para admissão no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,

C O N V O C A
JOSNIR EDUMAR MARQUES DOS SANTOS, ANA FLÁVIA CARVALHO VASSELEK, JOCINEIA DA LUZ e EDINA KERIK LEIRIA aprovados pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o **próximo dia 15 de setembro de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 11 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:713E222E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 248/2026

Portaria nº 248/2026

Sumula: Dispõe sobre a designação da Comissão de Concurso para acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde, executado por empresa contratada.

O Prefeito Municipal de Ivaí – PR, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE
Art. 1º – Designar os seguintes servidores efetivos para comporem a Comissão de Concurso responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado – PSS da Secretaria Municipal de Saúde, a ser realizado por empresa contratada:

I – Cynthia Verenka, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
II – Leticía Ribeiro Silvestrin, Diretora do departamento de recursos humanos, representante do Setor de Recursos Humanos;
III – Amanda Krevey Grabicoski, Diretora do Departamento de Auditoria e Consultoria, representante da Procuradoria/Assessoria Jurídica;
IV – Liceria Fernanda Frankievicz, Auxiliar administrativa, representante da Secretaria de Administração;
V- Andressa Grochoski, farmacêutica, profissional da área da saúde.

Art. 2º – Compete à Comissão de Concurso:
a) acompanhar todas as etapas do PSS realizadas pela empresa contratada;
b) fiscalizar o cumprimento do contrato e das normas legais;
c) verificar a conformidade dos atos praticados com o edital e legislação vigente;
d) elaborar relatórios e atas de acompanhamento;
e) zelar pela transparência e lisura do processo.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, em 21 de agosto de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:46A28B89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 120/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Altera composição do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de Ivatuba – Gestão 2025/2027, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Ivatuba, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais constantes da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições da Lei nº 964/2015, bem como a Ata de Posse 01/2026, do CMAS de Ivatuba.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o biênio 2025- 2027, nos termos da Ata de Posse CMAS de Ivatuba, de 13/08/2026, sob a Presidência da senhora Karoline Alves da Silva, com mandato até 21/02/2027:

Representantes Governamentais:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Karoline Alves da Silva

Suplente: Elias José da Silva

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Luciane Severino Pinto.
Suplente: Maria Luiza Macedo

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Ivete Aparecida Dante.
Suplente: Adriana Aparecida Pinto Zulato

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Titular: Rogerio dos Santos de Oliveira.
Suplente: Natieli Gomes Charamba

Representantes Não Governamentais:

Representando a Associação São Vicente de Paula
Titular: Cristina Soares da Silva Conti.
Suplente: Izildinha Lourdes Gimenes Rodriguesé

Representando da Associação de Moradores da Vila Rural.
Titular: Ângela Ana Calvi.
Suplente: Angela Bonfin
Representante de Usuários e Organizações de Usuários – Bolsa Família
Titular: Silvia Delfino Santana.
Suplente: Valdira Silva de Oliveira

Representantes da Assistência Social Adventista - ASA
Titular: Nelma Narciso de Brito.
Suplente: Valdir Nogueira Preciliano

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com revogação do decreto nº 064/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ivatuba (PR), 11 de setembro de 2026

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:41466288

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/2024, REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/2024, REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 004/2024 QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR., E A EMPRESA JAGUARNET.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
FORNECEDOR: JAGUARNET TELECOMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ: 31.874.693/0001-74
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA COM FIBRA ÓPTICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL.
VALOR: R$ 4.417,20
DATA: 10/09/2026

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:42A521B5

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2027

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã – Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e atendendo ao art. 165 da Constituição Federal, art. 2º da Lei 4320/64 e o art. 48 da Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e
Art. 28 da Emenda à Lei Orgânica do Município de Jaguapitã, Emenda nº 7/2023,

CONVOCA

Autoridades, Membros de Conselhos Municipais, Vereadores, Secretários e Comunidade em geral, para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO** das **Propostas** da **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO** para o exercício financeiro de 2027, que será realizada no dia 17 de Setembro de 2026 as 10:00 horas, no Auditório da Casa de Cultura/ Câmara Municipal de Jaguapitã.
Jaguapitã, 11 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margarete Gabriel de Oliveira
Código Identificador:F4D09B81

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, a candidata abaixo relacionada:

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
MARYANI YASMIN DOS ANJOS DE OLIVEIRA CANDIDO

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 14/09 a 18/09/2026, (considerando o feriado de 07/09, munida dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

- RG e CPF.
- Título de eleitor.
- Carteira de trabalho e N. º do PIS.
- 01 (uma) foto 3x4 atual.
- Comprovante de grau de instrução.
- Certificado de reservista (homem)
- Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.
- Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal /DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.

• Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 11 de setembro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:40BAFFDB

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 607/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE,

EXONERAR a servidora pública Sra**. ELIZA REGINA LIMA,** portadora do CPF nº ***.321.309-**, matricula n.º 78201, do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** em face do registro de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partir de **16 de setembro de 2026.**

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 09 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9C538302

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 608/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 10/09/2026, no contrato temporário de Excepcional Interesse Público, devidamente aprovada no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 07.02/2026 de 11/08/2026, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, para ingresso no Cargo Público de Monitor(a) de Transporte Escolar, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas.

NOME	CPF
JULIA FERNANDA SOARES PAULINO	***.026.129 -**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 09 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:AFD556DA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 615/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

EXONERAR a pedido a Sr ª **JAQUELINE SILVEIRA LIMA**, Mat 8148274, portadora do CPF nº ***. 502.349-**, do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, conforme Protocolo Nº 4174/2026, a partir de **14/09/2026**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 11 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E486780E

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ERRATA À PORTARIA Nº 034/2026

Na Portaria nº 034/2026, que concede férias ao servidor **Vergílio Marchi Neto Júnior**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 11 de setembro de 2026, Edição nº 3614, Código Identificador EF3A0317, fica corrigida a data constante ao final do ato, nos seguintes termos:

Onde se lê:
Jaguapitã, 10 de agosto de 2026.
Leia-se:
Jaguapitã, 10 de setembro de 2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 034/2026.

Jaguapitã, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:F3EE19F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 357/2026

Decreto nº 357/2026 de 10/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 319.150,73 (trezentos e dezenove mil cento e cinquenta reais e setenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.106. ATENÇÃO PRIMÁRIA – RECURSOS DE IMPOSTOS PRÓPRIOS
680 - 3.1.90.11.00.00 10492 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 5.450,73
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.451.0600.2.173. GESTÃO HABITACIONAL
775 - 4.4.90.51.00.00 10816 OBRAS E INSTALAÇÕES 260.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.452.0600.2.169. SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
439 - 3.3.90.30.00.00 10511 MATERIAL DE CONSUMO 3.700,00
15.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
15.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE TURISMO
15.001.18.541.1500.2.344. GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
617 - 3.3.90.39.00.00 10000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 50.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação ;
Receita: 1.1.2.2.01.02.00.00000000 Fonte: 10000 1.000,00
Receita: 1.1.2.2.01.03.00.00000000 Fonte: 10000 1.900,00
Receita: 1.1.2.2.01.04.00.00000000 Fonte: 10000 800,00
Receita: 1.7.1.1.51.21.00.00000000 Fonte: 10000 50.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.51.02.00000000 Fonte: 10000 5.450,73
Receita: 2.4.2.2.99.01.06.00000000 Fonte: 10000 260.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:6D664C76

INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE JARDIM OLINDA/PR
DECRETO Nº 356/2026

DECRETO N° 356, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre altera a nomeação dos membros do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência de Jardim Olinda e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando que o Município de Jardim Olinda reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), através da Lei Complementar de nº 024/2024, que em seu Art. 159 revogou as disposições das Leis 367/2002; 7/2020; 931/2023 e 932/2023 e de acordo com o art. 40 da Constituição Federal;

Considerando que o art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 024, de 30 de janeiro de 2024, instituiu o Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização da gestão econômico-financeira da unidade gestora do *JardimPrev.*

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, nos termos em que dispõe Art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 024/2024, os seguintes Conselheiros:

Presidente: ***Sivaldo Lopes Ferreira***

Membros: ***Andréa Aparecida Ferreira***
Izael Porto Reis

Art. 2º O mandato dos Conselheiros do Conselho Fiscal, será de 4 (Quatro) anos, admitida uma única recondução, como forma de assegurar a renovação periódica do Colegiado, nos termos em que dispõe o Art. 20 da Lei Complementar Municipal 024/2024.

Art. 3º As atribuições e obrigações do Conselho Fiscal encontram-se estabelecidas nos termos do Art. 24, incisos I a XVIII da Lei Complementar Municipal 024/2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Jardim Olinda/PR, 10 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrea Aparecida Ferreira
Código Identificador:4C71190B

LICITAÇÃO
CONTRATO 203 - 2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2026-PMJO

CONTRATANTE: Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, com sede à Av. Siqueira Campos, 83, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.970.383/0001-92, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Weverton José dos Santos Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº 110024738 SESP PR e do CPF/MF nº 067.740.239-24, e

CONTRATADA: PROSPERE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 16.827.464/0001-06

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO, NA FORMA DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM TRECHO DA ESTRADA RURAL DO ASSENTAMENTO MÃE DE DEUS, NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS VINCULADOS AO E-PROTOCOLO Nº 23.533.867-0 E AO CONVÊNIO SEAB Nº 070/2026**

VALOR: R$ 6.167.000,00*(seis milhões e cento e sessenta e sete mil reais)*

PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 480 (quatrocentos e oitenta dias)

DOTAÇÃO:
RED. 778 – 14.001.20.278.1403.2.326.4.4.90.351.00.00 – 10816 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do Paraná.

Jardim Olinda, 01 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:5FB74067

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 193 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de designação de servidora pública para o exercício de função de gratificada e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a designação de **SUZANA ALCANTARA DA FONSECA**, matrícula nº 885, para o exercício da Função Gratificada de **Educador Social**, prevista na Tabela 1 do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 003/2020.

Art. 2º Os efeitos financeiros e funcionais da revogação de que trata o art. 1º desta Portaria produzem-se a partir da data de sua publicação, cessando, a partir de então, o pagamento da vantagem correspondente a 50% (cinquenta por cento) da Referência 12-QG, voltando a servidora a perceber a remuneração correspondente ao seu cargo de origem, nos termos do art. 32, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 003/2020.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 024 de 02 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 11 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:29D25710

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 004/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA**, CNPJ sob nº **61.828.536/0001-94.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: oriundo do Processo Administrativo nº 046/2026 – Pregão Eletrônico nº 05/2026, resolve apostilar a Ata de Registro de Preços, mediante cláusulas e condições.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto registrar a desclassificação da empresa OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 61.828.536/0001-94, exclusivamente em relação ao ITEM 174 – LIDOCAÍNA CLORIDRATO, em razão da incompatibilidade da apresentação/dosagem ofertada com a especificação técnica exigida para o atendimento da necessidade administrativa.

VALOR ESTIMADO: Não envolve valor.

FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:2B0B33FE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 001/2026, que declarou dispensável a licitação para Aquisição de medicamento para cumprimento de decisão judicial, onde a aquisição será realizada conforme a necessidade, no decorrer do período de 12 (doze) meses, conforme as especificações técnicas detalhadas neste documento, a fim de atender as demandas do **Departamento Municipal de Saúde**, com fundamento nos Art. 75, inciso II, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de Perfazendo o valor total de **R$ 21.000,00** (vinte e um mil reais), em favor da **Empresa SANTINI MEDICAMENTOS LTDA, com CNPJ nº 58.676.108/0001-89.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 11 de setembro 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:3F1587FC

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 160/2026

SÚMULA: Autoriza a condução de veículos oficiais da Entidade por servidores não ocupantes do cargo de motorista e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul/PR, Paulo Roberto Pedro, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o reduzido número de servidores detentores do cargo de motorista, bem assim a impossibilidade momentânea de se realizar concurso público para provimento de vagas,
CONSIDERANDO que os motoristas do quadro encontram-se lotados em departamentos e unidades administrativas que desenvolvem serviços públicos contínuos cujo remanejamento pode comprometer o interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de locomoção dos servidores não motoristas do quadro para atender interesses da Entidade, e
CONSIDERANDO que, no âmbito da administração pública federal há tal permissão conforme Lei 9.327, de 9 de dezembro de 1996,

RESOLVE:

ART. 1°. Credenciar e autorizar a servidora não ocupante do cargo de motorista para a condução de veículos oficiais da Entidade:

FERNANDA ALINE ANDRADE – portadora da CNH n. 03182323458, RG/PR 5.734.458-0 e CPF 007.166.469-60.

ART. 2°. A autorização de que trata esta Portaria contempla apenas a condução de veículos de transporte individual, sendo vedada a direção de veículos de transporte coletivo, de cargas ou máquinas pesadas, exceto em casos de emergências, de acordo com a Lei N.º 9.327/ 96.

Parágrafo Único: a servidora credenciada deverá:

a). Fornecer cópia da CNH ao setor de Recursos Humanos para fins de arquivamento.
b). Respeitar a legislação de trânsito e, qualquer infração cometida será por ela responsável;
c). Responder cível e criminalmente por crimes de trânsito que cometer, inclusive ressarcir o erário em caso de verificado prejuízo;
d). Utilizar o veículo oficial estritamente no interesse da Entidade e durante o expediente ou atividade que estiver sendo desenvolvida;
e). Submeter às normas de abastecimento e regras quanto ao diário de bordo, sob pena de responsabilização pessoal.

ART. 3°. A critério da administração, poderá ser estendida a permissão de que trata esta Portaria a outros servidores, quando assim recomendar o interesse público desde que devidamente motivado e normatizado.

ART. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga disposições contrárias.
Jundiaí do Sul/PR, em 11 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:7FC7CE9E

EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 40/00029-X

CONTRATANTE/FINANCIADO: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.408.061/0001-54, com sede na Praça Pio X, nº 260, Jundiaí do Sul – PR.

CONTRATADO/FINANCIADOR: BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ/MF nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília – DF, por meio de sua Agência Setor Público PR, prefixo 5739, localizada em Curitiba – PR.

OBJETO: Financiamento de despesas de capital constantes do Plano Plurianual – PPA, da Lei Orçamentária Anual – LOA 2026 e dos exercícios subsequentes do Município de Jundiaí do Sul – PR, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

AMPARO LEGAL: Leis Municipais Autorizadoras nº 817/2026 e nº 822/2026, do Município de Jundiaí do Sul – PR.

VALOR: R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

VIGÊNCIA: A partir da data de formalização, com vencimento em 10 de setembro de 2031.

ASSINATURAS: Desire Monteiro dos Santos, pelo Banco do Brasil S.A., e Paulo Roberto Pedro, pelo Município de Jundiaí do Sul – PR.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esther Nery de Barros Rodrigues Andrade
Código Identificador:B47C33A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAPA - PR
RESOLUÇÃO Nº. 716, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Final, referente ao repasse de recursos da Emenda Parlamentar Impositiva da Câmara Municipal da Lapa-PR - exercício financeiro de 2025, da Associação Menonita de Assistência Social- AMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1331 de 11/06/96, regido pela Lei Municipal nº. 3105 de 30/07/2015.

• Considerando o Inciso XVIII do Artigo 23 da Lei Municipal nº 3105/2015;

• Considerando a Resolução CMAS Lapa-PR Nº 616, de 09 de abril de 2025, que aprovou o Plano de Trabalho e de Aplicação referente a recursos financeiros da Emenda Parlamentar Impositiva da Câmara Municipal da Lapa-PR - exercício financeiro de 2025, da Associação Menonita de Assistência Social.;

• Considerando a Lei Municipal N° 4368 de 05 de Maio de 2025, que autoriza Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS/ Lapa-PR, a firmar Termo de Fomento com a Associação Menonita de Assistência Social- AMAS, para repasse de recursos financeiros provenientes de emenda impositiva da Câmara Municipal da Lapa-PR, e da outras providências;

• Considerando o Termo de Fomento N°03/2025 celebrado entre o Município da Lapa, por intermédio da Secretaria Municipal Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS/ Lapa-PR, e

do outro lado a Associação Menonita de Assistência Social- AMAS, para os fins que especifica;

• Considerando o Parecer Técnico Conclusivo da análise da Prestação de Contas Final da Gestora da Parceria, do dia 30/07/2026 e o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Gestora da Parceria homologado pela Comissão de Monitoramento Avaliação do CMAS, datado em 30/07/2026

• Considerando a deliberação da plenária realizada em 09/09/2026, em Reunião ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Cumprimento de Objeto e a Prestação de Contas Final referente ao repasse de recursos da Emenda Impositiva da Câmara Municipal da Lapa n° 15/2024, do Gabinete do Vereador Gustavo Daou aplicada em Custeio no Serviço de Proteção Social Básica- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, pela Associação Menonita de Assistência Social- AMAS, CNPJ: 79.573.499/0009-33, conforme Termo de Fomento N° 03/2025, no valor de R$ 40.705,83 (quarenta mil, setecentos e cinco reais e oitenta e três centavos), sendo o valor efetivamente executado de R$ 40.624,49 (quarenta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 09 de Setembro de 2026.

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3F58BB10

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 14888/2026

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II – Maristela Sarnick Alberti, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 017.374.809-05, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 6.093.043-0 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Cel. Eduardo Corrêa, 1119, Lapa-PR, CEP 83750-023;
Considerando que a culpa pelo acidente no imóvel na Rua Cel. Eduardo Corrêa, 1139, foi do MUNICÍPIO;
Considerando que o custo para reparar os danos causados ao imóvel na Rua Cel. Eduardo Corrêa, 1139, em R$ 671,00 (seiscentos e setenta e um reais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização de Maristela Sarnick Alberti pelo MUNICÍPIO, conforme Parecer da Junta Administrativa nº 015/2026 e decisão Administrativa, a fim de reparar os danos causados ao imóvel na Rua Cel. Eduardo Corrêa, 1139, em R$ 671,00 (seiscentos e setenta e um reais), em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município envolvendo o veículo municipal AXW-4498 e o imóvel.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará ao Maristela Sarnick Alberti, o valor de R$ 671,00 (seiscentos e setenta e um reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente será celebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 09 de setembro de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

MARISTELA SARNICK ALBERTI
Proprietária do Imóvel Danificado

TESTEMUNHA 01 (NOME E CPF)
TESTEMUNHA 02 (NOME E CPF)

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5338C221

GABINETE
DECRETO N° 29922, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Admite TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 04 de 06/08/2026 que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 e Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 20319/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 16.09.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO
RG: 068.155.859-80

CARGO: EDUCADOR INFANTIL
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F80B6F09

GABINETE
DECRETO N° 29923, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Admite ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN, para provimento do cargo de PROFESSOR.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 04 de 06/08/2026 que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 e Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 20318/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 16.09.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de PROFESSOR, abaixo relacionado(a):

ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN
RG: 053.578.239-01
CARGO: PROFESSOR
CARGA HORÁRIA SEMANAL 20 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:59AB2816

GABINETE
DECRETO Nº 29924, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Nomeia RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT, para provimento do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40H.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 13214/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 16.09.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40H, abaixo relacionado(a):

RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT
RG: 12.613.786-9/PR
CPF: 068.180.709-14
CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40H
GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR
CLASSE A REFERENCIA 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AD2097E2

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 07, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, com sede na Praça Mirazinha Braga, nº 87 – Centro Histórico, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda - Departamento de Fiscalização Tributária, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei Complementar nº 03/2011 (Código Tributário Municipal), e considerando a impossibilidade de realização da notificação direta, torna público, para fins de ciência do contribuinte, o presente Edital de Notificação referente ao Auto de Infração Acessória nº 61/2026, decorrente do Procedimento Fiscal nº 15/2026:
Fica, por meio deste Edital, NOTIFICADA e INTIMADA a empresa SK ESTRUTURA METALICAS E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.690.443/0001-88 e inscrição municipal nº 47411, conforme processo de Baixa de Alvará – PD nº 31.361/2025, Ordem de Serviço nº 19/2026, de 21/01/2026, acerca do seguinte lançamento tributário:
• Auto de Infração Acessória nº 61/2026, de 24/08/2026, no valor de R$ 705,22 (setecentos e cinco reais e vinte e dois centavos) em razão do não atendimento ao solicitado no Termo de Intimação nº 5/2026, primeiro descumprimento. PREVISÃO LEGAL: art.31, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 52/2024.
O contribuinte fica NOTIFICADO E INTIMADO para que, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 24, § 3º, IV da LC nº 52/2024), efetue o recolhimento dos valores indicados ou apresente defesa junto ao Protocolo Geral deste Município (arts. 199 a 206 da LC nº 03/2011).
O pagamento do débito no prazo legal implicará a redução de 50% (cinquenta por cento) na Multa de Infração, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 52/2024 e do art. 96, § 1º, inciso “I” da Resolução CGSN nº 140/2018.
Observação: a guia para pagamento poderá ser retirada junto Departamento de Fiscalização Tributária, localizado na Av. Dr. Manoel Pedro nº 2024. Telefone: (41) 3547-8012. E-mail: fiscal.lapa.pr@gmail.com.

MAURICIO TON RAMOS
Fiscal Tributário

CLAUDIA ANDRÉA K. CARNEIRO
Coordenadora do Depto. de Fisc. Tributária

MARCOS ANTONIO CASTILHO
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8AD142AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
PORTARIA N° 11/2026

O Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente Andre Rezende Cherubini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 51/2024 que Regulamenta o Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA, e os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitária em estabelecimentos de Produtos de Origem Animal no Município da Lapa;

CONSIDERANDO o Decreto 29.810/2026 que Regulamenta a Lei nº 51/2024 e a Resolução nº 01/2023 do COMESP – Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná, que dispõe sobre novas regras para o Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA, e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal e dá outras providências;

RESOLVE

Art. 1° - Designar o(a) servidor(a) público(a) municipal THALISE DA SILVA GAIO ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO 30h, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, como FISCAL do SIM/POA – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, 09 de setembro de 2026.

ANDRE REZENDE CHERUBINI
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:000AE320

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
PORTARIA N° 12/2026

O Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente Andre Rezende Cherubini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 51/2024 que Regulamenta o Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA, e os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitária em estabelecimentos de Produtos de Origem Animal no Município da Lapa;

CONSIDERANDO o Decreto 29.810/2026 que Regulamenta a Lei nº 51/2024 e a Resolução nº 01/2023 do COMESP – Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná, que dispõe sobre novas regras para o Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA, e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal e dá outras providências;

RESOLVE

Art. 1° - Designar o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA RIBAS BIANCHINI ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO 30h, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, como FISCAL do SIM/POA – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, 09 de setembro de 2026.

ANDRE REZENDE CHERUBINI
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3838B086

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2026

Considerando o que consta no processo administrativo 108/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, NOVO, COM INSTALAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À SUA PLENA OPERAÇÃO, DESTINADO UNIDADE BASICA DE SAUDE, VISANDO GARANTIR O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO DE MEDICAMENTOS E VACINAS, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR** e tendo em vista que o valor total da contratação é de R$ 7.438,19 (sete mil quatrocentos e trinta e oito reais e dezenove centavos)**,** reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, a, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.

Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ nº 79.863.569/0066-86, nome fantasia REDEPEL, com sede na Avenida Paraná, nº s/n, Centro, Município de Laranjal/PR, representada pelo Sr. JOAO PAULO DE OLIVEIRA, brasileiro, encarregado administrativo, inscrito no CPF/MF sob nº 084.523.279-78, residente e domiciliado na Avenida Paraná, n° 98, bairro Centro, Laranjal-PR**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 11 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:F2F08A9E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

republicado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2026
Procedimento Licitatório nº 101/2026
Dispensa de Licitação nº 47/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO SOS COMEERCIO DE EXTINTORES LTDA ME, inscrita no CNPJ: 28.029.531/0001-26, com o endereço na Rua da Liberdade nº 248 Bairro Planalto CEP:85.201-114 Cidade de Pitanga PR, neste ato representado pelo SRº **Renato Dal Santos da Cruz**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF: 041.xxx.xxx-75, residente e domiciliado na Rua Machado de Assis nº 287, Bairro Pitanguinha CEP:85.200-000 Cidade de Pitanga PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EXTINTORES TIPO ABC, COM GARANTIA DE 5 ANOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS E PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJAL-PR.
DATA DO CONTRATO: 10 de setembro de 2026
VIGÊNCIA: 12 Meses
VALOR TOTAL: R$ R$ 18.090,00 (dezoito mil e noventa reais).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:56417B5D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2026
Procedimento Licitatório nº 108/2026
Dispensa de Licitação nº 51/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ nº 79.863.569/0066-86, com sede na Avenida Paraná, nº s/n, Centro, Município de Laranjal/PR, representada pelo Sr. JOAO PAULO DE OLIVEIRA, brasileiro, encarregado administrativo, inscrito no CPF/MF sob nº 084.523.279-78, residente e domiciliado na Avenida Paraná, n° 98, bairro Centro, Laranjal-PR.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, NOVO, COM INSTALAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À SUA PLENA OPERAÇÃO, DESTINADO UNIDADE BASICA DE SAUDE, VISANDO GARANTIR O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO DE MEDICAMENTOS E VACINAS, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR**.
DATA DO CONTRATO: 11/09/2026
VIGÊNCIA: 12 Meses
VALOR TOTAL: R$ 7.438,19 (sete mil quatrocentos e trinta e oito reais e dezenove centavos).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:71CC74AF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO
HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 0106/2026, elaborado pela modalidade de INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026, que tem por objeto:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENGENHEIRO CIVIL PARA ATUAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.

Com base no PROTOCOLO e Parecer Jurídico, HOMOLOGO o objeto ao Licitante:

A empresa, ANDRESSA ZUBKO LTDA CNPJ/MF nº 68.522.362/0001-86 com sede à Rua Principal água Verde Cidade de Laranjal Estado do Paraná aqui denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por Andressa Zubko inscrita no CPF: 078.392.779-77.

O valor global desta contratação perfaz a importância de R$ 79.837,32 (setenta e nove mil oitocentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos)

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Laranjal, 11 de setembro de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:EE7852F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 09/2026

EDITAL 09/2026

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

A **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS),** instituída pela **Portaria nº 68/2026**, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao **Departamento de Recursos Humanos,** até a data de **15 de setembro de 2026,** para apresentação da documentação necessária e assunção de vaga para **Professor Temporário**, conforme classificação e disposições estabelecidas no **Edital nº 01/2026, em conformidade com a Ata nº 05/2026, referente à Comprovação e Análise de Títulos.**

Francieli Araújo
Jaqueline Andrade
Claudine Angelina Cristof de Oliveira
Thaís dos Santos da Rocha
Soeli Antunes das Neves Machado
Aline Pereira dos Passos

Laranjal, 11 de setembro de 2026

JOVANE MENDES ARAÚJO
Presidente da Comissão _PSS

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:72F407CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 052/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades das Secretarias

Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esporte e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **NOROESTE LICITAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº38.852.363/0001-28, vencedora dos Lotes 22, 25, perfazendo o valor global de R$1.210,00(um mil, duzentos e dez reais);
· **J. E. ALIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº51.369.662/0001-74, vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 04, perfazendo o valor global de R$78.200,00(setenta e oito mil e duzentos reais);
· **GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº45.693.344/0001-61, vencedora dos Lotes 06, 07, 10, 18, 29, perfazendo o valor global de R$5.940,00(cinco mil, novecentos e quarenta reais);
· **COMERCIAL BEIRA RIO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº40.138.949/0001-77, vencedora dos Lotes 05, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 35, perfazendo o valor global de R$38.383,80(trinta e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta centavos);
· **ITENS DESERTOS:** 26, 27, 28.

Loanda, 11 de setembro de 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B2EB6737

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 613/2026

PORTARIA Nº. 613/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6611/2026 de 04/092026;

Resolve:

Conceder a servidora NEIDI SATO, ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES, CC.4, matrícula nº. 967148 30 dias de férias pelo período de trabalho prestado entre 15/01/2025 a 14/01/2026, a partir de 01/10/2026 a 30/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:A4FBFB87

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 614/2026

PORTARIA Nº. 614/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 6619/2026 de 04/09/2026;

Resolve:

Conceder a servidora DEBORA VASCONCELOS VERISSIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº. 966877, férias pelo período de trabalho prestado entre 16/02/2025 a 15/02/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 26/10/2026 a 09/11/2026;
15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 19/07/2026 a 02/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D535842D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 615/2026

PORTARIA Nº. 615/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6610/2026 de 04/09/2026;

Resolve:

Conceder a servidora NOELY DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº. 966994, férias pelo período de trabalho prestado entre 01/06/2025 a 31/05/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 d/e novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 13/10/2026 a 01/11/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 02/11/2026 a 11/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:879E0C6F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 616/2026

PORTARIA Nº. 616/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora DAIANE CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE, matrícula n° 966904, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 09/09/2026 a 07/10/2026, devendo realizar nova perícia em 08/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:85BFF85E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 617/2026

PORTARIA Nº. 617/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora TAIS CRISTINE CALIXTO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVIÇOS GERIAS SAUDE, matrícula n° 966989, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 11/09/2026 a 21/09/2026, devendo realizar nova perícia em 22/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:CAFF742D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 618/2026

PORTARIA Nº. 618/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora LUCIMAR VICENTE DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo OPERÁRIO, matrícula n° 90751, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, até a data de 10/09/2026, devendo retornar ao trabalho em 11/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:F3F4B9E5

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB - CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOANDA – PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB
CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA

A Prefeitura do Município de Loanda, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização, Avaliação e Seleção, torna público o **Resultado Preliminar da análise de mérito cultural** das propostas inscritas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB, categoria Festival.

Foram avaliadas as propostas conforme os critérios estabelecidos no edital, considerando pontuação máxima de 100 pontos e pontuação mínima de 60 pontos para classificação.

Classificação	Projeto	Proponente	Nota	Situação
1º	Festival de Calouros de Loanda	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	**82,0**	**Classificado/Selecionado**
2º	Loanda Fest 2026 – Festival de Música	PROJARTE LTDA	**53,8**	Desclassificado/Não selecionado
3º	Loanda em Cena: Festival de Música, Arte e Cultura	Alessandra Pancera Neves	**40,0**	Desclassificado/Não selecionado

A avaliação foi realizada mediante análise das propostas e registro das notas em fichas impressas, seguida de deliberação e votação final eletrônica pelos membros da Comissão.

Os proponentes poderão apresentar **recurso contra o resultado preliminar**, observando os prazos e procedimentos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB.

A classificação preliminar não substitui as etapas de habilitação e demais exigências previstas no edital.

Loanda – PR, 10 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:6CD39CCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 015/2026-L

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 015/2026-L
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026

MODALIDADE: Dispensa de Licitação de Pequeno Valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO – CNPJ nº 86.877.743/0001-60.
CONTRATADA: Auto Peças Lobato, inscrita no CNPJ nº 86.780.004/0001-55.
OBJETO: Aquisição de peças e materiais automotivos destinados à manutenção preventiva e corretiva do veículo oficial da Câmara Municipal de Lobato/PR, compreendendo 02 barras axiais, 02 kits de coifa de caixa de direção, 01 jogo de pastilhas de freio dianteiras, 02 lâmpadas de pisca, 02 lâmpadas de farol, 02 terminais de direção, 02 discos de freio dianteiros e 01 rolamento de cubo dianteiro com ABS, conforme as condições, especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 155/2022, de 08 de setembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e outros, no âmbito da Administração Pública Municipal, quando aplicável.
VALOR TOTAL: R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação será até 31 de agosto de 2026, contada da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, período necessário para o fornecimento e recebimento dos materiais, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.
Lobato – PR, 20 de agosto de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:8C50CBED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL QUARTO ADITAMENTO AO CONTRATO N. º 049/2022. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.

CONTRATADO: VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, inscrita CNPJ/MF n° 19.813.396/0001-14, com sede na Rua Gastão Bicca de Oliveira, Nº 749, CENTRO, CEP: 888.600-00, no município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL n. º 040/2022, c/c com os ditames do art. 57, 58 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 57, Inciso II, da Lei 8666/93 prorrogados os prazos de execução e de vigência da avença, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.

Parágrafo único – Os prazos disciplinados no caput findar-se-ão:

a) Prazo de vigência: 12/09/2026 até 12/09/2027.

Por força da prorrogação dos prazos de execução e vigência, fica acrescido o valor financeiro de R$ 65.815,68 (Sessenta e cinco mil oitocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos), para fins de custeio da execução dos serviços ora aditados (12 meses), perfazendo um valor atualizado do contrato no total de R$ 308.668,08 (trezentos e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oito centavos).

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

Lobato/PR., aos 11/09/2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:B057221D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 288/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 288/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **30(trinta)** dias de **Férias** ao servidor público municipal **José Moreira dos Santos,** portador do RG. nº. 4.***.034-* e CPF nº. 018.***.***-78, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Operário Braçal**, com carga horária semanal de 40 horas, lotado no **Departamento de Limpeza e Serviços Públicos**, a serem usufruídas de **14/09/2026 a 13/10/2026**, referente ao período aquisitivo de **02/05/2024 a 01/05/2025**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:740483E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 289/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON ANDRADE DE FREITAS

PORTARIA Nº. 289/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **15(quinze)** dias de **Férias** ao servidor público municipal **Emerson Andrade de Freitas,** portador do RG. nº.10.***.103-* e CPF nº. 069.***.***-35, servidor público municipal ocupante do cargo de **Motorista**, com carga horária semanal de 40 horas, contratado através do processo seletivo simplificado, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, a serem usufruídas de **15/09/2026 a 29/09/2026**, referente ao período aquisitivo de **01/07/2025 a 30/06/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:D0457D3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 15/2025
PREGÃO ELETRONICO 05/2025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato - PR
CEP: 86790-000
CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: www.lobato.pr.gov.br
TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO

Contrato:	15/2025 - Seq. 5671
Apostilamento:	Sequencial 2 - 11/09/2026
Fornecedor:	HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:	55.187.334/0001-08
Objeto da contratação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (PERECÍVEIS/NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUCICIPIO DE LOBATO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
Tipo do apostilamento:	Reajuste de Preço Previsto no Contrato
Descrição do apostilamento:	REEQUILIBRIO

Item	Descrição	Unid.	Valor Unit. Atual	Novo Valor Unit.	Diferença
39	ARROZ TIPO 1 - CLASSE LONGO FINO. EMBALAGEM DE	PCTE	18,8800	23,3300	4,4500
Total do novo valor unit.:					23,3300
Total da diferença:					4,4500

Lobato, 11 de Setembro de 2026

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:16C4EAC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 176/2026, 11 DE SETEMBRO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) destinados aos reforços das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

07		**Secretaria Municipal de Assistência Social**	
07.004		**Fundo Municipal de Assistência Social**	
07.004.08.243.0002.6.003		**Serviços da Proteção Social Especial da Alta Complexidade – Casa Lar**	
3.3.71.70.00.00 - 314	000	Rateio pela Participação em Consórcios Público	30.600,00
		TOTAL	**30.600,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o proveniente da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

04		**Secretaria Municipal de Fazenda**	
04.001		**Gabinete do Secretário de Fazenda**	
04.001.28.843.0007.0.002		**Amortização e Encargos de Financiamento**	
4.6.91.71.00.00 - 39	000	Principal da Dívida Contratual Resgatado	30.600,00
		TOTAL	**30.600,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 11 de Setembro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:5B90ADFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026 – Portaria nº 84/2026

A COMISSÃO PROCESSANTE do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, instituída pela Portaria Municipal nº 84/2026 do Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 41, parte final, e no artigo 81, § 3º, da Lei Municipal nº 16/2016, **NOTIFICA** o servidor abaixo qualificado, restadas infrutíferas as tentativas de notificação pessoal e por via postal com aviso de recebimento, devidamente certificadas nos autos:
Notificado: GUSTAVO GONÇALVES MACHADO VIDAL
Matrícula: nº 1152 – Cargo efetivo de Advogado
Fica o servidor **CITADO E INTIMADO** da instauração do referido procedimento e para comparecer perante esta Comissão Processante, a fim de ser **INTERROGADO**, ato que constitui a etapa inicial da instrução no rito especial e simplificado aplicável ao servidor em estágio probatório, nos termos do artigo 115, inciso I, da Lei Municipal nº 16/2016, na seguinte data, horário e local:
Data: 25 de setembro de 2026 (sexta-feira)
Horário: 09.00 horas (horário local)
Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Lupionópolis/PR, Praça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, Centro
PRAZO DO EDITAL: 10 (dez) dias, contados da data da publicação, nos termos do artigo 81, § 3º, da Lei Municipal nº 16/2016.

O Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026 destina-se a apurar inaptidão comportamental e descumprimento de deveres estatutários durante o estágio probatório, na forma dos artigos 31 e 58, inciso I, da Lei Municipal nº 19/2016 e da Lei Municipal nº 04/2016, conforme descrito na Portaria de Instauração e no Relatório Circunstanciado que a fundamenta.
Trata-se de procedimento autônomo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, com objeto próprio e distinto, razão pela qual os respectivos atos de instrução são realizados separadamente.
Fica o notificado cientificado de que, na forma do artigo 113, parte final, da Lei Municipal nº 16/2016, permanecem integralmente assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se em especial que:
a) poderá acompanhar o procedimento pessoalmente ou por intermédio de advogado regularmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas e produzir provas (artigo 80);
b) o interrogatório será prestado pessoal e oralmente, reduzindo-se a termo as declarações, sendo-lhe facultado permanecer em silêncio, sem que disso decorra prejuízo processual;
c) após suas declarações, disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa escrita, juntar documentos e arrolar até 2 (duas) testemunhas (artigo 115, inciso II);
d) encerrada a instrução, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para alegações finais (artigo 115, inciso III);
e) os autos permanecem à sua disposição, na sede da Administração, para vista e extração de cópias (artigos 45, 46 e 78, parágrafo único).

Encontram-se à disposição do notificado, na sede da Administração, para retirada de cópias, as peças de que trata o artigo 81, § 1º, da Lei Municipal nº 16/2016: a Portaria de Instauração nº 84/2026, o Relatório Circunstanciado datado de 05 de agosto de 2026 e a Ata de Instalação da Comissão Processante relativa a este procedimento.
O não comparecimento à data ora designada não obstará o prosseguimento do procedimento, que seguirá seu curso regular, iniciando-se o prazo de defesa escrita previsto no artigo 115, inciso II, da Lei Municipal nº 16/2016, com integral preservação do contraditório e da ampla defesa.

Lupionópolis/PR, 11 de setembro de 2026.

GLAUCILENE AGOSTINHO
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:A8957E63

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
CONTRATADA: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA – CNPJ nº 40.138.949/0001-77.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de leite sem lactose para atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Lupionópolis com diagnóstico de intolerância à lactose.
VALOR TOTAL: R$ 9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: 09/09/2026 a 08/09/2027.
DATA: 09/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0BE12B07

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026

PROCESSO: Licitação nº 57/2026 – PE SRP nº 24/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR (CNPJ nº 75.845.511/0001-03).
CONTRATADA: PRIME AMBIENTAL RESIDUOS EIRELI (CNPJ nº 15.271.913/0001-10).
OBJETO: Registro de preços para transporte e destinação final de RSU e rejeitos em aterro sanitário licenciado.
VALOR TOTAL: R$ 336.999,20.
ITENS REGISTRADOS: Item 1 (Cód. 12438): Coleta/Transporte/Destinação RSU – 720 TON | Unit: R$ 361,11 | Total: R$ 259.999,20. Item 2 (Cód. 12439): Coleta/Transporte/Destinação Rejeitos – 700 M³ | Unit: R$ 110,00 | Total: R$ 77.000,00.
DOTAÇÃO: Conta 1520 | Funcional 06.001.15.452.0011.2061 | Nat. Despesa 3.3.90.39.99.99.
VIGÊNCIA: 12 meses (08/09/2026 a 07/09/2027).

DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.

Lupionópolis/PR, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:9966B761

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO – TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO CONTRATO Nº 168/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR (CNPJ nº 75.845.511/0001-03). **CONTRATADA:** MADOTI EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ nº 61.140.573/0001-05). **OBJETO:** Prorrogação de vigência do Contrato nº 168/2025 (locação de imóvel urbano para extensão do almoxarifado municipal) e reajuste do valor locatício. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, de 13/10/2026 a 13/10/2027. **VALOR E REAJUSTE:** Reajuste de 4,44% pelo IPCA, passando o valor mensal para R$ 2.088,80 e o valor global para R$ 25.065,60. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03.002.04.122.0003.2-005.3.3.90.39 (Fontes 320-000, 330-002 e 360-1045). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Arts. 105, 107 e 124 da Lei nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico nº 189/2026. Lupionópolis/PR, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:F6D8B81F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 96/2026

SÚMULA: Exonerar Servidora Pública Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR a pedido, **a partir de 11/09/2026,** do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSORA**, a senhora **BEATRIZ GODOY HAWERROTH MALLMANN**, RG nº 2633196-9 e CPF nº 056.323.701-51, admitida em 19/08/2025.

ART. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 11 de setembro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:88863DB5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL CONCORRENCIA 05/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 29 de setembro de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, que tem como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO ONEROSA, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital completo,

estará à disposição dos interessados na Plataforma BLLCOMPRAS, disponivel também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ , PNCP - Portal Nacional de Portal Nacional de Contratações Públicas.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100 horário das 08h às 12h e das 14h às 16h, email: licitacaolupionopolis@gmail.com

Lupionópolis, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:A8554238

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEX. 06 CHAM. PUBL. 02

Considerando a decisão da Equipe de Apoio, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 19/2026 Processo inexigibilidade nº 06/2026, a qual tem como objeto: A presente CHAMADA PÚBLICA tem por objeto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA ENGENHARIA E ARQUITETURA, INERENTES ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DE ABRANGÊNCIA PERTINENTES À CLASSE, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 11/09/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

MORAES ENGENHARIA LTDA, no valor total de R$ 23.964,19 (Vinte e Três Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Reais e Dezenove Centavos).

Lupionópolis-Pr, 11/09/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:69861DBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 397/2026

Dispõe sobre a antecipação excepcional do transporte escolar no Município de Mallet, em razão das condições climáticas adversas, e dá outras providências.

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as condições climáticas adversas previstas para o Município de Mallet na data de 11 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO os alertas meteorológicos emitidos pela Defesa Civil e a necessidade de adoção de medidas preventivas destinadas à preservação da segurança da comunidade escolar;

CONSIDERANDO as informações e a solicitação apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação por meio do Memorando nº 174/2026/SME;

CONSIDERANDO que a medida possui caráter excepcional e preventivo, visando resguardar a segurança e a integridade dos estudantes e dos profissionais envolvidos no transporte escolar;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, excepcionalmente no dia 11 de setembro de 2026, a antecipação para as 16h00 do retorno dos alunos das redes municipal e estadual de ensino que utilizam o transporte escolar disponibilizado pelo Município de Mallet.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias à organização e execução da medida prevista neste Decreto, inclusive quanto à comunicação às unidades escolares, famílias, motoristas, monitores e demais envolvidos.

Art. 3º A medida estabelecida neste Decreto possui caráter excepcional e preventivo, em razão das condições meteorológicas previstas, não implicando alteração permanente dos horários regulares do transporte escolar.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos exclusivamente no dia 11 de setembro de 2026.
Prefeitura Municipal de Mallet, 11 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:9D31AA4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 398/2026

DECRETO N.º 398/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionária pública – PSS e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o processo cloud nº 000003113/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a servidora **JULIANA MARUCHIN BARSKI MACHADO**, matrícula nº 60837, do cargo de Agente de Apoio Educacional – 20h, a partir de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 11 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:457AFBF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 450/2026 - REGULAMENTA O AVANÇO HORIZONTAL DE PROFISSIONAIS DO QUADRO

PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 450/2026

Súmula: Regulamenta o avanço horizontal de profissionais do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Mandaguari, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, da Lei Municipal Nº 3.208/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam enquadrados os profissionais do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, como abaixo relacionada na respectiva Classe e Nível correspondente, por ter findado o estágio probatório:

MATRÍCULA	NOME COMPLETO	CARGO	MATRIZ SALARIAL
97241	ANA CLAUDIA MARQUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFE / EFE / GFC /REF03
97409	ANI CAROLINI TARELHO MORELLI CARDOSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFE / EFE / GMC /REF03
97320	ANITA DE OLIVEIRA RODRIGUES JULIAO	AUXILAIR DE SERVIÇOS GERAIS	EFE / EFE / GFC /REF03
97321	ARIELLEN GONÇALVES BONCEWICZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFE / EFE / GMC /REF03
97340	CIVANIRA SANTOS DE LIMA DE CARVALHO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFE / EFE / GFC /REF03
97292	EMERSON SOTTI	MOTORISTA CAT D	EFE / EFE / GFC /REF03
97280	JANAINA DE MORAES LACERDA LANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFE / EFE / GFC /REF03
97407	KARLA FERNANDA MARQUES BAGANHA MASSAMBANI	AUDITOR TRIBUTÁRIO	EFE / EFE / GES /REF03
97392	TATIANA APARECIDA DOMINGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFE / EFE / GFC /REF03

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:37872EAD

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA EDITAL Nº. 272/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DO EDITAL Nº 272/2026 QUE QUE TRATA DA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CARGOS: BIÓLOGO – GEÓGRAFO

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA EDITAL Nº. 272/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DO EDITAL Nº 272/2026, QUE TRATA DA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CARGOS: BIÓLOGO – GEÓGRAFO

ERRATA

EDITAL Nº. 272/2026

Súmula: Dispõe sobre errata do Edital nº 272/2026 que que trata da abertura de processo seletivo simplificado cargos: Biólogo – Geógrafo

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Onde se lê:
"A Prefeita Municipal, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de Processo Seletivo Simplificado para seleção e contratação temporária de BIÓLOGO E GEOGRAFO para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, mediante as condições estabelecidas neste Edital. Este Processo Seletivo reger-se-á de acordo com os termos da Lei Municipal nº 2093/2013, Constituição Federal e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital. "

Leia-se:
"A Prefeita Municipal, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de Processo Seletivo Simplificado para seleção e contratação temporária de BIÓLOGO E GEOGRAFO para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, mediante as condições estabelecidas neste Edital. Este Processo Seletivo reger-se-á de acordo com os termos da Lei Municipal nº 4.436/2026, Constituição Federal e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital. "

Onde se lê:
"1.3 Os candidatos aprovados e nomeados serão submetidos ao regime jurídico do emprego público, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2093/2013 e suas alterações posteriores. "

Leia-se:
"1.3 Os candidatos aprovados e nomeados serão submetidos ao regime jurídico do emprego público, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 4.436/2026 e suas alterações posteriores."

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do referido Portaria.
Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:D3FFAD7C

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4557/2026 - INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 15 DE JULHO.

Lei Ordinária Nº 4557/2026

Ementa: Institui o "Dia Municipal do Associativismo", a ser comemorado anualmente no dia 15 de julho.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Mandaguari, o "Dia Municipal do Associativismo", a ser celebrado anualmente no dia 15 de julho.

Art. 2º Insere-se o "Dia Municipal do Associativismo" no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:6247F4B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 179/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LARISSA ZAUPA DA CONCEIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 179/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal LARISSA ZAUPA DA CONCEIÇÃO, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **08 de setembro de 2026 à 08 de setembro de 2026**, à servidora pública municipal 95205 **– *LARISSA ZAUPA DA CONCEIÇÃO***, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 08/09/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:6816E377

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 180/2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.14 DA LEI N° 4.436/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 180/2026

Súmula: Instaura Processo Administrativo Simplificado, nos termos do parágrafo único do art.14 da Lei n° 4.436/2026, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n° 4.436/2026.

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem primado em seu desempenho pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência, bem assim a economicidade e a razoabilidade;

CONSIDERANDO o dever que a Administração possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; e

CONSIDERANDO, outrossim, que a Administração age, exclusivamente, no interesse público, com absoluta lisura e transparência em todos os seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Simplificado, nos termos do Parágrafo único da lei n° 4.436/2026 em desfavor do servidor **N.L.B.S**, com a finalidade de apurar os fatos apontados no Comunicado interno **n°401/2026**, tendo em vista a suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída para verificar a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos incisos IV, V ou VI do art. 14 da Lei n° 4.436/2026

Art. 2º Para abertura do Procedimento Administrativo Simplificado e apuração dos fatos, fica designada o (a) Secretaria Municipal de Educação, como responsável para análise da defesa apresentada pelo servidor e emissão de relatório final.

Art. 3º O Processo Administrativo deve observar o rito previsto no Decreto nº 281/2026.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:318172DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 181/2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.14 DA LEI N° 4.436/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 181/2026

Súmula: Instaura Processo Administrativo Simplificado, nos termos do parágrafo único do art.14 da Lei n° 4.436/2026, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n° 4.436/2026.

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem primado em seu desempenho pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência, bem assim a economicidade e a razoabilidade;

CONSIDERANDO o dever que a Administração possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; e

CONSIDERANDO, outrossim, que a Administração age, exclusivamente, no interesse público, com absoluta lisura e transparência em todos os seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Simplificado, nos termos do Parágrafo único da lei n° 4.436/2026 em desfavor do servidor **D.B.A**, com a finalidade de apurar os fatos apontados no Comunicado interno **n°403/2026**, tendo em vista a suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída para verificar a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos incisos IV, V ou VI do art. 14 da Lei n° 4.436/2026.

Art. 2º Para abertura do Procedimento Administrativo Simplificado e apuração dos fatos, fica designada o (a) Secretaria Municipal de Educação, como responsável para análise da defesa apresentada pelo servidor e emissão de relatório final.
Art. 3º O Processo Administrativo deve observar o rito previsto no Decreto nº 281/2026

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:6B7250AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 182/2026 - CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 182/2026

Súmula: Concede Licença sem vencimentos a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença sem vencimentos***, ao servidor público municipal abaixo elencado, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO DE GOZO		
96550 JAQUELINE MENEZES SANTOS PERAZZA	03/02/2020	AUXILIAR EDUCACIONAL	15/09/2026	À	13/09/2028

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F4D63940

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 183/2026 - NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE BENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 183/2026

Súmula: Nomeia servidora pública municipal para integrar a Comissão de Recebimentos de Bens, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Recebimentos de Bens e Serviços, a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
98598	Gabriela Farinele Duque	TITULAR	COMPRAS/ADMINISTRATIVO
95078	Juliana Miranda Ananias	TITULAR	ADMINISTRATIVO

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (11/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:53F8CEE5

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

OBJETO: PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, INTERESSADAS EM OBTER QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI/PR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 851, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2003, E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 115/2026, PARA EVENTUAL E FUTURA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pelas interessadas abaixo citadas, realizado pela comissão nomeada pelo Decreto nº 209/2026, comunicamos o credenciamento das seguintes participantes na Chamada Pública nº 02/2026:

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA
CNPJ: 27.450.038/0001-12

ASSOCIACAO FILANTROPICA DE SAUDE SANTA MARIA
CNPJ: 31.827.187/0001-25

Mandaguari, 11 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:ABCF281F

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026

O Município de Mandaguari – Estado do Paraná, primando sempre pela boa aplicabilidade dos recursos públicos e, se resguardando de possíveis prejuízos ao erário, vem expor o que segue.
Diante dos recursos administrativos e contrarrazões interpostos e apreciados pela Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 555/2025, por intermédio deste **RATIFICO** a decisão da Pregoeira ao Julgamento de Recurso Administrativo proferido no dia 11 de setembro de 2026.

Mandaguari-PR, 11 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:654A6366

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.949/2026

DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: "Declara a nulidade absoluta e a inexistência jurídica das publicações das Leis Municipais nº 1.562, 1.563, 1.564 e 1.565, de 20 de agosto de 2026, por vício insanável no processo legislativo, e determina outras providências".

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no princípio da autotutela administrativa, consubstanciado na Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como na Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDOque o Ofício da Câmara Municipal de Mandirituba n.º 197/2026, da Presidência da Câmara Municipal, informa que as Leis Municipais n.º 1.562, 1.563, 1.564 e 1.565, publicadas em 24 de agosto de 2026, foram assinadas e encaminhadas ao Executivo em data anterior à aprovação em segunda votação, ocorrida apenas no dia 25 de agosto de 2026;

CONSIDERANDOque o encaminhamento dos projetos de lei para sanção e promulgação, sem que houvesse a conclusão do iter legislativo com a segunda votação obrigatória, partiu da própria Câmara Municipal, que os remeteu ao Executivo de forma prematura, conforme comprovam os Ofícios n.º 179/2026 e n.º 185/2026, que tratam do envio de projetos ainda pendentes de votação final;

CONSIDERANDO que a sanção e promulgação de projetos de lei realizadas antes da deliberação final do Poder Legislativo configuram vício insanável no processo legislativo, maculando a validade das normas delas decorrentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do Ofício CMM n.º 197/2026, a própria Presidência do Legislativo Municipal reconhece a inconstância e solicita a nova publicação das referidas leis com datas posteriores ao protocolo, o que evidencia a irregularidade do encaminhamento;

CONSIDERANDO que a administração pública pode, de ofício, anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, independentemente de provocação;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de restabelecer a regularidade do processo legislativo e a ordem jurídica no Município, com a correção dos atos viciados,

DECRETA

Art. 1º Ficam declaradas a nulidade absoluta e a inexistência jurídica dos atos publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sob as denominações de Lei Municipal n.º 1.562/2026, Lei Municipal n.º 1.563/2026, Lei Municipal n.º 1.564/2026 e Lei Municipal n.º 1.565/2026, todas de 20 de agosto de 2026, em razão de vício insanável no processo legislativo.

Art. 2º Em consequência do disposto no art. 1º, os textos dessas leis não produzirão quaisquer efeitos jurídicos, devendo ser desconsiderados para todos os fins e em todas as esferas administrativas, fiscais, orçamentárias e financeiras, retroagindo os efeitos deste Decreto à data das publicações declaradas nulas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Governo, ou órgão equivalente, adotará as providências cabíveis para a ciência e o cumprimento deste Decreto, bem como para a correção dos registros e arquivos municipais, de modo a refletir a inexistência jurídica dos diplomas mencionados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos à data da publicação nula.

Mandirituba, 08 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:72ABCBA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.951/2026

DE 11 DE SETEMBRO de 2026

Súmula: *"*Dispõe sobre a criação, composição, funcionamento e atribuições do Comitê Municipal de Enfrentamento da Crise decorrente do Fenômeno Climático El Niño no Município de Mandirituba, Estado do Paraná, e dá outras providências*".*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e demais dispositivos legais,

DECRETA

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, o Comitê Municipal de Enfrentamento da Crise do El Niño (COMEC-El Niño), de caráter consultivo, propositivo, coordenador e operacional, com a finalidade de executar ações de prevenção, mitigação, resposta emergencial e recuperação diante dos impactos causados por eventos climáticos extremos no Município de Mandirituba, Paraná.

Art. 2° O Comitê Municipal de Enfrentamento da Crise do El Niño será composto pelos seguintes membros:

I – **Secretaria Municipal de Administração:**

• Geovana Maria Cordeiro, Matrícula n.º 4367;
• Maria Eduarda de Oliveira, Matrícula n.º 4527;

II – **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

• Laercio da Cruz, Matrícula n.º 1913;
• Alyny Vasconcelos De Almeida, Matrícula n.º 4512;

III – **Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:**

• Rosane de Jesus da Cruz, Matrícula n.º 2288;
• Joao Ricardo Andrade, Matrícula n.º 4529;

IV – **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:**

• Jaqueline Ramos Fernandes, Matrícula n.º 4354;
• Jéssica do Amaral Machado Ladyka, Matrícula n.º 4493;

V – **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:**

• Danilo Gabriel de Andrade, Matrícula n.º 4532;
• Aramis Carvalho De Souza, Matrícula n.º 4363;
• Pedro Lourival De Lima Junior, Matricula n.º 4362;

VI – **Secretaria Municipal de Finanças:**

• Aramis Ataide Machado, Matrícula n.º 4350;
• Maikon Douglas Bruz Fereira, Matrícula n.º 4466;

VII – **Secretaria Municipal de Governo:**

• Diego Vitorio Carvalho, Matrícula n.º 4543;
• Wagner Santos Do Prado, Matricula n.º 4538;

VIII – **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo:**

• Ana Teresa Amaral Palu, Matrícula n.º 4352;
• Eduardo de Souza Ransolim, Matrícula n.º 4364;

IX – **Secretaria Municipal de Saúde:**

• Andrieli Taís Zimerman, Matrícula n.4533;
• Lucelia Regina Cruz, Matrícula n.º 3546;

X – **Secretaria Municipal de Segurança:**

• Edson Luis Biscaia de Chaves, Matrícula n.º 2122;
• Valdecir da Silva, Matrícula n.º 2118;
• Flavio Henrique Gelenski, Matricula n.º 2100;
• Isorete Teresinha Salesbran, Matricula n.º 2105;
• Mayara Thaine Moro, Matricula n.º 4479;

XI – **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte:**

• Domingos Dirceu de Oliveira Lemos, Matrícula n.º 4516;
• Lucimara Carolina de Andrade, Matrícula n.º 4517;

XII – **Procuradoria Geral do Município:**

• Mauricio Figueiredo Lima Neto, Matrícula n.º 4358;
• Suyan Kauane Rocha da Cruz, Matrícula n.º 4505.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões e operações do Comitê, na condição de colaboradores:

I - Representante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná;

II - Representante da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR);

III - Representante da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR);

IV - Representante da Companhia Paranaense de Energia (COPEL);

V - Representantes de sindicatos rurais, cooperativas agrícolas e da sociedade civil organizada.

Art. 3° A Coordenação Executiva Operacional do Comitê será exercida conjuntamente pelo Chefe da Divisão de Defesa Civil e pelo Secretário Municipal de Governo, competindo-lhes a convocação imediata dos membros diante de alertas meteorológicos ou ocorrências graves.

Art. 4° O Comitê será considerado automaticamente acionado e em regime de prontidão nas seguintes hipóteses: I – Emissão de aviso meteorológico de nível de severidade moderado, alto ou muito alto (alerta amarelo, laranja ou vermelho) pelos órgãos oficiais de meteorologia (SIMEPAR/INMET/CEMADEN); II – Ocorrência de acumulados críticos de precipitação ou tempestades com granizo e vendavais no território municipal; III – Constatação de risco iminente ou ocorrência de desastres como alagamentos, enxurradas, desabamentos, soterramentos ou interdição de pontes e acessos viários; IV – Convocação extraordinária formal do Prefeito Municipal.

Art. 5° Quando acionado, compete ao Comitê de Enfrentamento, por meio de seus membros e pastas representadas, o desempenho das seguintes atribuições:

I – Atribuições Gerais de Gestão de Crise:

a) Estabelecer o Gabinete de Gestão Integrada de Crise (GGIC) para centralizar a tomada de decisões e o comando das operações;

b) Coletar, consolidar e sistematizar dados sobre as áreas e famílias afetadas no território municipal;

c) Avaliar os danos humanos, materiais e ambientais, instruindo a eventual decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública pelo Chefe do Poder Executivo;

d) Emitir boletins periódicos oficiais à população, por intermédio da Assessoria de Comunicação, com orientações de segurança e canais de emergência, combatendo notícias falsas (*fake news*).

II – No âmbito de Infraestrutura, Vias Públicas e Defesa Civil:

a) Mapear e monitorar permanentemente os pontos críticos de alagamento, encostas e cabeceiras de pontes;

b) Mobilizar imediatamente maquinários (retroescavadeiras, pás carregadeiras, caminhões basculantes e motoniveladoras) para desobstrução de bueiros, canais, estradas vicinais e pontes rurais;

c) Executar intervenções emergenciais de contenção e escoamento de águas fluviais para mitigar o isolamento de comunidades do interior do Município;

d) Realizar vistorias técnicas de habitabilidade em imóveis atingidos ou sob ameaça de colapso estrutural, efetuando as interdições necessárias.

III – No âmbito de Ação Social e Acolhimento:

a) Identificar, cadastrar e prestar socorro imediato aos desabrigados e desalojados;

b) Organizar, estruturar e gerenciar abrigos públicos provisórios com fornecimento de alimentação, itens de higiene pessoal, colchões, cobertores e lonas;

c) Coordenar a arrecadação, triagem e distribuição de doações, cestas básicas e auxílios emergenciais, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e a Defesa Civil Estadual.

IV – No âmbito de Saúde Pública:

a) Garantir o atendimento médico de urgência e emergência e o pronto resgate de pessoas acamadas, idosos e enfermos em áreas atingidas ou isoladas;

b) Implementar vigilância epidemiológica e sanitária pós-enchentes para prevenção de doenças de veiculação hídrica (leptospirose, hepatites, gastroenterites, tétano);

c) Assegurar a continuidade do fornecimento de medicamentos de uso contínuo para a população afetada.

V – No âmbito de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Realizar o levantamento das perdas produtivas e dos danos aos produtores rurais, horticultores, avicultores e pecuaristas do Município;

b) Prestar suporte técnico e operacional para o escoamento emergencial da produção e atendimento a propriedades rurais em situação de risco sanitário/ambiental;

c) Fiscalizar e orientar quanto à preservação e desassoreamento preventivo de corpos hídricos em consonância com as normas ambientais.

VI – No âmbito de Educação:

a) Avaliar a segurança estrutural e as condições de tráfego do transporte escolar, definindo a necessidade de suspensão pontual de aulas ou adaptação do calendário letivo;

b) Disponibilizar, se estritamente necessário e mediante planejamento, unidades escolares para servirem de abrigo provisório ou pontos de apoio à comunidade.

VII – No âmbito Jurídico, Administrativo e Financeiro:

a) Instruir com prioridade absoluta os processos administrativos referentes a compras e contratações emergenciais de bens, serviços e obras necessárias à mitigação da crise;

b) Adotar medidas de contingenciamento e remanejamento orçamentário para garantir recursos às ações emergenciais;

c) Encaminhar e acompanhar a documentação junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) para captação de recursos estaduais e federais.

Art. 6º Todos os órgãos e secretarias da Administração Direta do Município ficam obrigados a prestar cooperação prioritária e imediata ao Comitê, disponibilizando servidores, veículos, máquinas e equipamentos solicitados pela Coordenação Operacional.

Art. 7º As funções exercidas pelos membros do Comitê de Enfrentamento da Crise do El Niño serão consideradas prestação de serviço público relevante, não sendo remuneradas a qualquer título.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando enquanto persistirem os riscos e impactos meteorológicos decorrentes do fenômeno climático El Niño.

Mandirituba, 11 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:51281BBB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 344 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991 e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** de 90 (noventa) dias, a servidora **LUCIANE DA SILVA KANOPA,** matrícula de **n.º 2623** no cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO,** sendo no período de 08/09/2026 a 06/12/2026, conforme Lei Complementar n.°05/2015.

Parágrafo único: A licença de que trata o Caput deste Artigo, refere-se ao período aquisitivo de 16/07/2015 a 19/02/2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, 08 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:A50074F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 347 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração, da função em caráter temporário, de Técnico em Enfermagem, a servidora **SALVIA JAQUELINE DA COSTA OLIVEIRA**, matrícula nº. 500435, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 09 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:ACFDCDD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 348 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Auxiliar de Serviços Gerais, a servidora **TATIANE CUBAS**, matrícula 500232, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 09 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:FB9C28F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 349 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora **ERIKA PALU,** matrícula n° 3372, no cargo de **BIOQUIMICO**, sendo no período de 01/09/2026 a 27/02/2027, conforme Artigo 207 da Lei 02/91, alterado pela Lei 487/2008.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:55AFEC82

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º350 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o contrato determinado, por mais 12 (doze) meses da candidataaprovada no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionada abaixo que exerce função em caráter temporário, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Mat.	Nome	Cargo	Prorrogado a partir de
500418	Maria Cecilia Roland	Educador Infantil	10/09/2026

Art. 2º Ocontratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Aditivo de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:047A76F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 351 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder aos Servidores abaixo, FÉRIAS, usufruídas de acordo com o Requerimento e Deferimento do Prefeito Municipal e Secretario, conforme Art. 80 da Lei 02/91.

MAT	FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO FÉRIAS	CONV. FÉRIAS
2288	Rosane de Jesus da Cruz	17/10/2023 a 01/02/2025	14/09/2026 a 13/10/2026	Não
3357	Luciano Jose Silva	01/08/2024 a 31/07/2025	14/09/2026 a 03/10/2026	Não
2275	Katia Vanessa da Silva Ambrosio	01/07/2024 a 30/06/2025	01/10/206 a 30/10/2026	Não

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:0B0F15C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 79-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: BORRACHARIA CENTRAL LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 63.798,00(Sessenta e Três Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **11/09/2027**, conforme Pregão -Uso até 30/04/26 nº 40/2025 e Contrato original nº 79/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 11/09/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:F00D2774

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 103-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: RESIDENCIA INCLUSIVA PAULO INACIO LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 73.805,48(Setenta e Três Mil, Oitocentos e Cinco Reais e Quarenta e Oito Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **10/09/2027**, conforme Inexigibilidade nº 15/2025 e Contrato original nº 103/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 10/09/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:50BC124B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 05/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO 05/2026

Dispõe sobre a aprovação da renovação do registro da Instituição de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Casa Lar Maria Nerci de Matos Lima, do Município de Mangueirinha – Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.491/2025, e
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 10 de setembro de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação do registro da Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Casa Lar Maria Nerci de Matos Lima, do Município de Mangueirinha – Paraná, para o período de dois anos, compreendido entre 2026 e 2028, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º A renovação do registro de que trata esta Resolução fica condicionada à manutenção do atendimento e funcionamento da instituição em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mangueirinha – Paraná, 11 de setembro de 2026.

FERNANDA MARTINÉLLO BAUM
Presidente do CMDCA
Gestão: 2026 -2028

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:A046AE4B

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO 06/2026

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, referente à execução de projeto para aquisição de materiais destinados às aulas das disciplinas eletivas de Ginástica, Educação Física e Artes Circenses.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.491/2025, e
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que aprovou o projeto apresentado pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, destinado à aquisição de materiais para utilização nas aulas das disciplinas eletivas de Ginástica, Educação Física e Artes Circenses;
CONSIDERANDO a execução do projeto e a aplicação dos recursos no valor de R$ 58.634,80 (cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos);
CONSIDERANDO a documentação comprobatória apresentada pela APMF, referente à execução do projeto e à aplicação dos recursos;
CONSIDERANDO a análise da Prestação de Contas e a deliberação da Plenária Ordinária do CMDCA, realizada em 10 de setembro de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas apresentada pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, referente à execução do projeto destinado à aquisição de materiais para as aulas das disciplinas eletivas de Ginástica, Educação Física e Artes Circenses, no valor de R$ 58.634,80 (cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).
Art. 2º Após análise da documentação apresentada, fica aprovada a aplicação dos recursos destinados à execução do projeto, considerando a comprovação das despesas realizadas e a finalidade estabelecida no projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha/PR, 11 de setembro de 2026.

FERNANDA MARTINÉLLO BAUM
Presidente do CMDCA
Gestão: 2026 -2028

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:336BC5DB

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 07/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO 07/2026

Dispõe sobre a aprovação do Projeto para construção do Centro Integrado de Artes Corporais do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, do Município de Mangueirinha – Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.491/2025, e
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 10 de setembro de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Projeto para Construção do Centro Integrado de Artes Corporais do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, apresentado pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento, do Município de Mangueirinha – Paraná.
Parágrafo único. O projeto tem por finalidade contribuir para a promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, contemplando ações nas áreas de educação, esporte, cultura, convivência comunitária e fortalecimento de vínculos, proporcionando espaço adequado para o desenvolvimento de atividades educativas, culturais, esportivas e de integração social.
Art. 2º A aprovação de que trata esta Resolução refere-se ao projeto apresentado ao CMDCA, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua execução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha – Paraná, 11 de setembro de 2026.

FERNANDA MARTINÉLLO BAUM
Presidente do CMDCA
Gestão: 2026 -2028

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:18834926

LICITAÇÃO
CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 164/2026 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 – PMM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: MANGUEIRINHA COMERCIO DE DEFENSIVOS LTDA
CNPJ/MF n.º 26.861.034/0001-64
OBJETO: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Décima Primeira, §1º, do instrumento originário, cujo objeto consiste na aquisição de fertilizantes minerais misto e simples em sacas e sementes de milho híbrido, destinados a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
PREÇO APOSTILADO: Item 01 – Fertilizante mineral misto, em sacas de 50 kg, fórmula 08.20.20: recomposição de 6,40%, passando o valor unitário de R$ 164,00 (cento e sessenta e quatro reais) para R$ 174,50 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) e o valor total do item, considerado o quantitativo de 4.774 (quatro mil, setecentas e setenta e quatro) sacas, de R$ 782.936,00 (setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais) para R$ 833.063,00 (oitocentos e trinta e três mil e sessenta e três reais), permanecendo inalterados os valores dos itens 02 e 03.
VIGÊNCIA: Permanecem inalterados o objeto, o prazo de vigência e as demais cláusulas e condições do contrato originalmente pactuado.
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2026 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/MF n.º 14.599.453/0001-90
OBJETO: Cessão de direito de uso de software, 100% (cem por cento) acessível via web, incluindo implantação, treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) municipal, destinado à Secretaria Municipal de Finanças.
VALOR TOTAL: R$ 467.900,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil e novecentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Despesas 104 e 105 – 07.00.1.04.123.0002.2.018.3 – Atividades do Departamento de Finanças – Fonte 1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:5C26F291

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 322/2026

De 11 de Setembro de 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o provimento do Cargo de Assessor da Secretaria de Finanças, previsto na Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

O Prefeito do Município de Marilena, Senhor Celio Lelis da Mata, no uso de suas atribuições legais estabelecida na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n° 373/2002, com as alterações da Lei Complementar n° 1254/2014 e 2029/2022, que dispõe sobre a Estrutura administrativa do Município e sobre os Cargos de Secretários e Comissionados, DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor **TIAGO DE SOUZA,** portador do CPF n. xxx.543.209-xx, para ocupar o cargo de **ASSESSOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS ,** previsto na Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - A Remuneração pelo o exercício do Cargo é de 100% (cem por cento) do valor máximo da simbologia do respectivo cargo, à saber **CC4.**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Marilena/PR, 11 de Setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:DDC29025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5227, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

Art.1º EXONERAÇÃO de **ADAN RAFAEL VEIGA BENTO,** inscrito no CPF sob o nº 099.xxx.xxx-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº 10.xxx.xxx-5 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS,** simbologia **CC-2**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º NOMEAÇÃO de **ADAN RAFAEL VEIGA BENTO,** inscrito no CPF sob o nº 099.xxx.xxx-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº 10.xxx.xxx-5 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO,** simbologia **CC-1**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 09 de setembro de 2026, revogando o decreto 4975/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 09 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CD77FF47

GABINETE
PORTARIA Nº 974/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Art. 1º Prorrogar readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, da servidora municipal **PAMELA VANESSA VIDAL,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 77496/1, por 180 (**cento e oitenta**) dias a contar de **09/09/2026 até 07/03/2027**, devendo se manter afastada de exercer atividades profissionais com os braços elevados e não pode erguer ou carregar peso, conforme atestado médico e laudo pericial.

Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1430/2011, a mesma pode,auxiliar na varrição ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito; auxiliar na limpeza, lubrificação e guarda de ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais; observar as medidas de segurança na execução das tarefas, usando equipamentos de proteção e tomando precauções para não causar danos a terceiros; percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais tais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a serem instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior; esfregar chão, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais; aplicar cera e lustrar chão e móvel; conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico; auxiliar nas tarefas de limpeza, frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor; auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor; coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior; coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida; lavar e passar roupas, observando o estado de conservação das mesmas, bem como proceder ao controle da entrada e saída das peças; selecionar as peças a serem lavadas, separando-as segundo o tipo, a cor e a natureza do tecido, para dar-lhes o tratamento correto e evitar que manchem ou se deformem; enxaguar a roupa, passando-a em água limpa, para retirar os resíduos de sabão e outros solventes; proceder à secagem da roupa, utilizando máquina própria, para permitir sua utilização utilizando produtos químicos adequados aos materiais, evitando danos; verificar se há peças puídas, descoloridas, manchadas ou rasgadas, separando-as para entrega à chefia para providências; realizar pequenos consertos nas roupas como cerzidos, costuras simples, recolocação de botões ou alças e outros, definidos pela chefia; apresentar, diariamente, relatório das peças recebidas para lavagem e passagem e das peças entregues, limpas e passadas; fazer serviços de costura em geral; reformar roupas em geral; fazer modelagem de roupas de cama, banho e de vestuário; efetuar o controle de materiais de trabalho; traçar moldes para confecção de roupas e uniformes em geral; talhar e costurar roupas, uniformes, toalhas, lençóis e fronhas; Confeccionar moldes e roupas para uso de pacientes, bem como roupas de cama, mesa e banho, cortinas e outras peças de utilização da Unidade de prestação de serviço. realizar consertos, ajustes e reparos em geral de roupas e demais peças: pregar botões, zíperes e executar demais operações de acabamento nas roupas. plastificar colchões, travesseiros, almofadas sanitárias, coxins, etc., bem como operar máquina de soldar plásticos. identificar as roupas por meio de carimbo. proceder à classificação das peças que serão consertadas ou inutilizadas. receber e conferir tecidos e aviamentos adquiridos. comunicar à chefia imediata a ocorrência de defeitos nos equipamentos e máquinas, bem como solicitar a reposição dos produtos utilizados na execução das tarefas; preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor; lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas; lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas; manter limpo os utensílios de copa e cozinha; auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados; auxiliar o recebimento e estocagem da merenda escolar verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição; verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; auxiliar as equipes de saúde e vigilância sanitária no combate a vetores e zoonoses aplicando substâncias químicas, conforme orientação, removendo entulhos, realizando a limpeza de locais; respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho; participar de encontros de formação continuada quando convocado; zelar pela limpeza do local de trabalho e executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo conforme descrição do cargo prevista na lei n°1430/2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 10 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:835E30C6

GABINETE
PORTARIA Nº 975/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 31619/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura, **30 (trinta) dias de férias**, a partir de 19 de outubro a 17 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
51357/1	Jose Carlos de Melo Viana	Técnico Administrativo	2025/2026

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 19 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8E33BBE5

GABINETE
PORTARIA Nº 976/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 31622/2026, resolve:

CONCEDER

Ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura, **30 (trinta) dias de férias**, a partir de 13 de outubro a 11 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101804/1	Celia de Oliveira Pimentel	Chefe de Departamento	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1260B3F2

GABINETE
PORTARIA Nº 977, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008, resolve:

Art. 1º Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, o (a) servidor(a) abaixo relacionado(a), conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto Municipal n.º 4900/2026:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
101360/1	Fernanda Goulin Drausnick	Agente de Combate a Endemias	1-I-1-A	1-I-1-B

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5937D70B

GABINETE
PORTARIA Nº 978, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008, resolve:

Art. 1º Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, o (a) servidor(a) abaixo relacionado(a), conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto Municipal n.º 4900/20269:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
101391/1	Samantha Padeski	Nutricionista	1.IV.1-A	1.IV.1-B

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:4AAB7B24

GABINETE
PORTARIA Nº 979/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, conforme aviso de férias da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

CONCEDER

A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **7 (sete) dias de férias**, a partir de 22 de setembro de 2026, concedidas por meio da Portaria nº 1531/2024 e 780/2025, suspensas por meio da Portaria nº 079/2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100433/1	Paula Adriana Chaves Borba	Motorista D	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B998F654

GABINETE
PORTARIA Nº 980/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Lei Municipal nº 2358/2022 e suas alterações, mediante oficio 293/2026-SMO, resolve:

CONCEDER

Art.1° Ao servidor **JULIO SANTANA,** matrícula nº 73423/1, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a função gratificada de **COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS,** simbologia FG-3.

Art.2° Ao servidor **PAULO CEZAR LANÇONI,** matrícula nº 62014/1, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a função gratificada de **COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS,** simbologia FG-3.

Art.3° Ao servidor **MIGUEL DA SILVA,** matrícula nº 52469/2, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a função gratificada de **COORDENADOR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS,** simbologia FG-3.

Art.4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 09 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CFFB9EA3

GABINETE
PORTARIA Nº 981/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 2208/2021 e suas alterações, mediante o ofício n° 433/2026-SMO,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada execução dos serviços de manutenção, conservação e apoio operacional desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras, visando à continuidade e à eficiência dos serviços públicos prestados à população;
RESOLVE

Lotar na Secretaria Municipal de Obras, o servidor **MARCEL AUGUSTO BELEM ALVES,** matrícula n° 65510/1, ocupante do cargo público de **Auxiliar de Serviços Gerais**.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1411BC30

GABINETE
PORTARIA Nº 982/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 32157/2026, resolve:

CONCEDER

Ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças, **24 (vinte e quatro) dias de férias**, a partir de 01 a 24 de outubro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
82287/2	Silvana Casagrande Silveira	Chefe de Divisão	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 11 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:3D3194E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$490.298,68 (quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 05/10/2026 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:FDD5ACA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$710.274,50 (setecentos e dez mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/09/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO POR LOTES, COM RESERVA DE 01 (UM) LOTE PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PERMANECENDO OS DEMAIS LOTES DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS: licitacao@matinhos.pr.gov.br / 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4F4FD049

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$2.098.430,88 (dois milhões e noventa e oito mil e quatrocentos e trinta reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 28/09/2026 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS, COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br
CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4AD01AB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 052/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 052/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: JEFFERSON ALLYSON DA SILVA DOS SANTOS

CPF Nº: 029.981.649-43

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA DE MATINHOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD	VLR MENSAL	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DO IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA DE MATINHOS	MENSAL	12	R$ 5.500,00	R$ 66.000,00
TOTAL R$ 66.000,00					

VALOR TOTAL: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:66D03A32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°024/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº126/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026

O Prefeito Municipal de Matinhos torna pública e AUTORIZA a Inexigibilidade nº 024/2026, que prevê a A LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA DE MATINHOS e JEFFERSON ALLYSON DA SILVA DOS SANTOS , doravante denominado LOCADOR, no valor de R$66.000,00 (sessenta e seis mil reais), com base no Art. 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 10 de Setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:8D3E963E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 023-DC REMANEJAMENTO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 23/2026 de 28/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.313,27 (três mil e trezentos e treze reais e vinte e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
49 - 3.3.90.39.00.00	1507	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13,27
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
334 - 4.4.90.52.00.00	31934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.300,00
		Total Suplementação:	3.313,27

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS	
05.003.25.752.2501.2.016		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
153 - 3.3.90.39.00.00	1507	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13,27
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
332 - 3.3.90.36.00.00	31934	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.300,00
		Total Redução:	3.313,27

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 28 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:C4E6C878

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº179/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2026
DISPENSA Nº 31/2026 - PMMR

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 08/09/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 58.987.594/0001-56.

OBJETO: aquisição parcelada de até 75 (setenta e cinco) toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ Faixa C, conforme a norma DNIT 031/2006-ES, destinado à manutenção corretiva e preventiva das vias urbanas e rurais pavimentadas do Município de Mato Rico/PR.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 08/09/2026 e terá vigência até 08/09/2027.

VALOR TOTAL: R$ 52.899,75 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá em até 30 dias após liquidação da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇO SURBANOS
05.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS
05.002.15.451.1501.2012- Manutenção Do Departamento de Obras
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:E7537BFF

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº31/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 31/2026

A Prefeita Municipal de Mato Rico no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa de licitação nº 31/2026 – OBJETO: **aquisição parcelada de até 75 (setenta e cinco) toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ Faixa C, conforme a norma DNIT 031/2006-ES, destinado à manutenção**
corretiva e preventiva das vias urbanas e rurais pavimentadas do Município de Mato Rico/PR, Tendo em vista a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 31/2026, para contratação do objeto supramencionado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇO SURBANOS
05.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS
05.002.15.451.1501.2012- Manutenção Do Departamento de Obras
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FORNECEDOR: PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA – INSCRITA CNPJ Nº: 82.570.342/0001-01

Item	Especificação	Unid.	Qtd	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	CBUQ, Faixa granulométrica C, conforme DNIT 031/2006-ES, com ligante CAP 30/45 ou equivalente.	Ton.	75	705,33	52.899,75
TOTAL				52.899,75	

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ valor total máximo estimado do contrato é de R$ 52.899,75 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Mato Rico-Pr, 08 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:6BC5964F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE ATO DA PRESIDÊNCIA QUANTO AO PREGÃO 01/2026

SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização para apuração de possíveis infrações administrativas relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 01/2026 e à contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 01/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **constitui Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização**, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, destinada a apurar possíveis infrações administrativas atribuíveis à empresa **VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRÔNICOS LTDA**, CNPJ nº **36.999.842/0001-46**, relacionadas ao **Pregão Eletrônico nº 01/2026, Processo Administrativo nº 04/2026, Ata de Registro de Preços nº 01/2026 e Ordem de Fornecimento de Bens nº 01/2026**.

Ficam designados para compor a Comissão os servidores estáveis:
I - GUSTAVO HENRIQUE LEAL, Agente Administrativo, Presidente da Comissão;
II - YORRAN ALEIXO BARONE ESQUIÇATI, Técnico Legislativo, Membro da Comissão.

O Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva - PR, 11 de agosto de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente da Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Gustavo Henrique Leal
Código Identificador:3525EA40

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2965 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 2965 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor Municipal do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO BRINSDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 174/2012

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de acompanhar, avaliar e deliberar sobre as diretrizes gerais do programa no âmbito do município.

Art. 2º - O Comitê Gestor será composto de forma paritária por representantes governamentais e da sociedade civil, indicados pelos respectivos órgãos e entidades, com a seguinte composição:
- I - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, que o coordenará;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
- V - Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
- VI - Um representante do Conselho Tutelar do Município;

Parágrafo único. Os membros do Comitê e seus respectivos suplentes serão nomeados por portaria específica, exercendo função de relevante interesse público, não remunerada.

Art. 3º - Compete ao Comitê Gestor:
- I - Acompanhar e avaliar a execução e os resultados do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- II - Apreciar e validar, em grau de recomendação técnica, os cadastros e relatórios de habilitação das famílias pretendentes ao acolhimento encaminhados pela equipe técnica;
- III - Propor ajustes, fluxos e melhorias nos protocolos de atendimento intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação e Sistema de Justiça;
- IV - Estimular campanhas de divulgação e mobilização da comunidade morretense sobre a importância da cultura do acolhimento familiar.

Art. 4º - O Comitê se reunirá ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente mediante convocação de seu coordenador ou da maioria de seus membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5B30D8D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 64/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 64/2026
Pregão Eletrônico n.º 31/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS SOCIOASSISTENCIAIS, NAS MODALIDADES DANÇA COREOGRAFADA E CANTO/CORAL, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE IDOSOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA(S):

CONTRATO ADMINISTRATIVO ou ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 126/2026 – ID 258/2026
QUALIFICA CENTRO DE FORMACAO PROFISSIONAL EIREL.
CNPJ n.º10.728.273/0001-00.
Item(ns) 01.
Valor total de R$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais).
Assinatura: Janete Francisco de Siqueira Oliveira, representante legal.

CONTRATO ADMINISTRATIVO ou ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 127/2026 – ID 259/2026
21.368.138 SAIMENTON SANTOS PEREIRA LTDA.
CNPJ n.º21.368.138/0001-18.
Item(ns) 02.
Valor total de R$ 9.873,60 (nove mil e oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).
Assinatura: Sáimenton Santos Pereira, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato fica estipulado em 12 (doze) meses contado da assinatura desse termo contratual, podendo ser prorrogado nos termos e na forma estipulada pela Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	OFICINA: DANÇA COREOGRAFADA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.	HORAS	96	R$ 70,00	R$ 6.720,00
02	AULAS DE MÚSICA: CANTO/CORAL; CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.	HORAS	96	R$ 102,85	R$ 9.873,60

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:9CF1ADC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 991 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 991 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

"Institui o Festival do Barreado no Município de Morretes e dá outras providências".

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2651/2026 – Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereadora Silvia Stopasol e Vereador João Peluso).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Morretes, o Festival do Barreado, a ser realizado anualmente, com o objetivo de valorizar, preservar e promover o prato típico barreado, bem como fomentar o turismo e a cultura local.

Art. 2º O Festival do Barreado passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º O evento será realizado preferencialmente no período de inverno, em data a ser definida pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria competente.

Art. 4º São objetivos do Festival do Barreado:
I – Promover a valorização da gastronomia típica local;
II – Incentivar o turismo gastronômico e cultural;
III – fortalecer a economia local, com a participação de restaurantes, produtores e comerciantes;
IV – Preservar e difundir as tradições culturais do Município;
V – Incentivar a participação da comunidade e de visitantes.

Art. 5º A programação do Festival poderá incluir, entre outras atividades:
I – Concursos gastronômicos;
II – Degustações e feiras gastronômicas;
III – apresentações culturais e artísticas;
IV – Oficinas e demonstrações culinárias;
V – Exposições e atividades voltadas à história e à cultura local.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com a iniciativa privada, entidades culturais, associações e demais órgãos públicos para a realização do evento.

Art. 7° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D8F47D52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 992 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 992 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

"Institui o Programa "Todos Por Elas" como Programa de Prevenção a Doenças e Promoção da Saúde e Dignidade da Mulher no Município de Morretes e dá outras providências."

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2657/2026 – Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereadora Samira da Saúde).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Morretes, o Projeto "Todos Por Elas" como Programa de Prevenção a Doenças e Promoção da Saúde e Dignidade da Mulher, com os seguintes objetivos:
I – promover a saúde das mulheres por meio de ações precoces e preventivas, incluindo meninas a partir dos 9 (nove) anos de idade, visando especialmente:
a) à aceitação do ciclo menstrual feminino como processo natural do corpo;
b) à atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;
c) à universalização do acesso a absorventes higiênicos para meninas e mulheres durante o período menstrual;
II – promover a prevenção e o controle de doenças relacionadas à menarca e aos ciclos menstruais;
III – melhorar a qualidade de vida das alunas da rede municipal de ensino e das mulheres em situação de hipossuficiência social e econômica;
IV – prevenir a gravidez na adolescência;
V – prevenir doenças biológicas, inclusive infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e HIV, bem como agravos psicológicos decorrentes da falta de informação e de acesso a condições adequadas de saúde do corpo e da mente na fase de adolescência à fase adulta da mulher.
VI – ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher, com direito do atendimento pelo ginecologista sem precisar ser referenciada.
VII – ampliar o acesso das mulheres às informações sobre métodos anticoncepcionais mais modernos e menos nocivos à saúde da mulher;
VIII – garantir a oferta de métodos anticoncepcionais à população em idade reprodutiva em situação de vulnerabilidade;
IX – assegurar a distribuição de itens de higiene menstrual às alunas da rede municipal e às mulheres em situação de vulnerabilidade, nas unidades escolares e nos serviços de saúde;
X – combater a precariedade menstrual, caracterizada pela falta de acesso a produtos e condições adequadas de higiene durante o período menstrual.

Art. 2º. O Programa será implementado por meio das seguintes ações:
I – levantamento socioeconômico das estudantes em idade menstrual na rede municipal de ensino;
II – disponibilização de absorventes higiênicos em todas as unidades escolares municipais;
III – cadastramento, nos serviços de saúde do município, das mulheres que necessitarem de métodos anticoncepcionais e itens de higiene pessoal, conforme critérios de vulnerabilidade social;
IV – realização de rodas de conversa, palestras e ações educativas nas escolas, com profissionais da área da saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais;
V – encaminhamento de casos que demandem atendimento especializado à rede municipal de saúde;
VI – distribuição gratuita de absorventes higiênicos, preferencialmente com a possibilidade de adoção gradual de alternativas sustentáveis, como coletores menstruais;
VII – acompanhamento e avaliação dos resultados do programa, considerando impactos sociais, educacionais e de saúde;
VIII – viabilização de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 3º. Os absorventes higiênicos passam a integrar, como item essencial, as cestas básicas distribuídas pelo Município às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, especialmente nos Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C633D975

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9319 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9319 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula:"Concede licença sem remuneração a servidora Rafaela Zanardi Bonzatto, no período de 10/09/2026 a 10/09/2028."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, Estado do Paraná, Sr.**SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidoraRafaela Zanardi Bonzatto, matrícula funcional nº 213466, ocupante do cargo efetivo de enfermeira, licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, a contar de 10 de setembro de 2026.

Art. 2ºA licença concedida terá vigência de 10 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2028, nos termos do art. 144, caput, da Lei Complementar Municipal nº 68/2025, não sendo computado o período da licença para nenhum efeito, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Durante o período da licença, a servidora ficará afastada do exercício de suas funções, sem percepção de vencimentos ou remuneração.

Art. 4ºA licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço público, observando o disposto no § 3º do art. 144 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025.

Art. 5º Ao término da licença, a servidora deverá reassumir suas funções.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BB4EC51C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9320 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9320 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Nomeia os membros da Comissão Municipal do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil para compor a comissão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:
TITULAR: Maria Cristina Moraes da Costa Pinto
SUPLENTE: Karine de Freitas Machado

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: Vania Stopinski
SUPLENTE: Marjori Aparecida Duarte

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
TITULAR: Daniele Roberta Castilho
SUPLENTE: Lucymara Jorge de Souza

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DE MORRETES:
TITULAR: Daniele Cunha dos Santos
SUPLENTE: Jéssica Maria Simão

R**EPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
TITULAR: Regina Cit
SUPLENTE: Dilcenei Consentino Peres

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIEITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
TITULAR: Rayza Tonetti de Ramos
SUPLENTE: Sueli do Pilar da Silva

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:62711495

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9321 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9321 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar ocorrência envolvendo veículo oficial do Município".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025, consideradas as alterações ocorridas pelo Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO as informações que foram prestadas no protocolo administrativo nº 64/2026 e memorando nº 18/2026 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sobre solicitação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar ocorrência envolvendo veículo oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para apurar ocorrência envolvendo veículo oficial do Município citado no Processo Digital nº 64/2026, memorando nº 18/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Designar os funcionários **Eleziane Cristina de Carvalho** (Matrícula nº 230721) Presidente da Comissão, **Déborah Charello dos Santos** (Matrícula nº 226811), Secretário e **Marcelo Souza Herarth (**Matrícula nº 213436) Membro, para constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 3º - Fica designada a funcionária **Daniele do Rocio Meduna** (Matrícula nº226301) como *Primeiro* Suplente e **Lucia Hissae Shingo** (Matrícula nº 266601) como *Segundo* Suplente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 4º - A tramitação das Sindicâncias e Inquéritos Administrativos ocorrerá perante a Secretaria de Administração conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - O prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 90 dias consecutivos, conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:298B66AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9322 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9322 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora Ivy Caron e dá outras providências."

O**Prefeito Municipal de Morretes**– Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 117 e 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDOo requerimento formulado pela servidora**IVY CARON**, ocupante do cargo de professora, matrícula funcional nº 253201, para concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

CONSIDERANDOa documentação médica apresentada e constante dos autos do Processo/Protocolo nº 9.186/2026;

CONSIDERANDOa manifestação desta Secretaria Municipal de Educação quanto ao atendimento dos requisitos materiais previstos no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

CONSIDERANDOa**CI nº 471/2026 – Procuradoria**e o**Parecer Jurídico nº 427/2026**, que concluiu pela viabilidade jurídica e pelo deferimento do requerimento, nos moldes previstos na Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora**IVY CARON**, matrícula funcional nº 253201, ocupante do cargo de professora, lotada na Escola Municipal Professor Arlindo de Castro,**Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, nos termos do art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025.

Art. 2ºA licença de que trata o art. 1º será concedida pelo período de**15/09/2026 a 14/12/2026**, totalizando até **90 (noventa) dias**, com manutenção da**remuneração integral da servidora**durante o período inicial da licença, conforme disposto no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 e nos termos do Parecer Jurídico nº 350/2026.

Art. 3º Eventual prorrogação da licença ficará condicionada à apresentação de nova documentação médica, na forma estabelecida no Parecer Jurídico nº 427/2026, bem como à observância dos demais requisitos legais aplicáveis.

Art. 4º Caso venha a ser estruturado e instituído o Serviço Médico Pericial oficial do Município de Morretes durante a vigência da licença, a servidora e seu dependente deverão ser submetidos à avaliação médica oficial, nos termos da legislação aplicável e conforme orientação constante do Parecer Jurídico nº 427/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:42DD0B06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

"Concede dispensa laboral à servidora Janaína Borges Lemos para participação em atividade acadêmica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, neste munícipio, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora e os documentos constantes no Protocolo nº 8.796/2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 113 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a dispensa laboral à servidora JANAÍNA BORGES LEMOS, matrícula funcional nº 213003, para participação em atividade acadêmica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade – PPGCTS, ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Paranaguá.

Parágrafo único. A dispensa laboral ocorrerá às quartas-feiras, das 14h às 17h, correspondendo a 3 (três) horas semanais, no período de 16 de setembro de 2026 à 16 de dezembro de 2026, devendo ser comunicada previamente à Administração eventual alteração, interrupção ou encerramento antecipado da atividade.

Art. 2º Encerrado o período de dispensa, deve-se apresentar comprovação de frequência e aproveitamento ao órgão de controle de pessoal, para fins de registro em seus assentamentos funcionais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 10 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F1008741

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9367 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9367 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

"Institui a Comissão Especial Organizadora do Desfile Cívico, em comemoração aos 293 anos do Município de Morretes, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Institui-se a Comissão Especial Organizadora do Desfile Cívico, em comemoração aos 293 anos do Município de Morretes, que será realizado no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. A Comissão Organizadora possui caráter de organização, acompanhamento, fiscalização e supervisão das atividades necessárias à realização do desfile em comemoração aos 293 anos do Município.

Art. 3º. A Comissão Organizadora do Desfile Cívico será composta pelos seguintes empregados públicos:

I – Jéssica Ronchini Montalvão, Matrícula Funcional nº 515.203, que atuará como Presidente;

II - Gilton Dias Junior, registrado na Matrícula Funcional nº 515.113;

III - Larissa Tonetti, registrada na Matrícula Funcional nº 515.180;

IV - Vânia Stopinski, registrada na Matrícula Funcional nº 115.698;

V - Marjori Aparecida Duarte, registrada na Matrícula Funcional nº 115.714;

VI - Ana Elísia Massuco, registrada na Matrícula Funcional nº 220.921;

VII - Sueli do Pilar da Silva, registrada na Matrícula Funcional nº 115.562;

VIII - Gabrielle Ferreira Petersen, registrada na Matrícula Funcional nº 115.561;

IX – Anderson Luis de Amorim Ferreira, registrado na Matrícula Funcional nº 515.085;

X – Daniele Do Rocio Meduna, registrada na Matrícula Funcional nº 226.301;

XI – Manoel Medeiros Machado, registrado na Matrícula Funcional nº 115.642;

XII – Maria Cristina Moraes da Costa Pinto, registrada na Matrícula Funcional nº 271.751;

XIII – Mariana Meduna Moscardi Charello, registrada na Matrícula Funcional nº 115.526;

XIV – Vinicius Henrique Oliveira, registrado na Matrícula Funcional nº 515.169;

XV – Karin Cristina Duarte Saif, registrada na Matrícula Funcional nº 115.553;

XVI – Isaac Miranda, registrado na Matrícula Funcional nº 515.082;

XVII – Eudes Gustavo da Silva Skau Kemmer, registrado na Matrícula Funcional nº 115.564;

Parágrafo único. A referida Comissão não terá remuneração extra, sendo os serviços considerados como de extrema relevância ao Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7ACBBA67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2023 CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2023 | PROCESSO Nº 9010/2026

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2023 CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2023 | PROCESSO Nº 9010/2026

O MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.022.490/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, formaliza a presente APOSTILA Nº 04/2026, de natureza retificadora e complementar, ao Contrato Administrativo nº 121/2023, celebrado com a empresa BARA CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.439.967/0001-49, referente à execução da obra de pavimentação da Estrada da América, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme instrução constante do Processo nº 9010/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Apostila tem por objeto retificar e complementar o reajuste de preços anteriormente formalizado pela Apostila nº 03, de 03 de junho de 2025, em razão da revisão técnica dos índices, períodos, medições e valores abrangidos pelo reajustamento do Contrato Administrativo nº 121/2023.

A revisão técnica identificou aplicação de índice inadequado em medições anteriormente processadas, medições executadas sem a incidência do reajuste devido e reconhecimento parcial do valor global do reajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÍNDICES E PERÍODOS

Em conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato nº 121/2023 e com a memória de cálculo retificada elaborada pela fiscalização, ficam registrados os seguintes reajustes:

I - Reajuste nº 1: 4,6006%, com vigência a partir de 26/10/2024;

II - Reajuste nº 2: 4,4902%, com vigência a partir de 26/10/2025.

A aplicação dos índices deverá observar o período efetivo de execução das respectivas medições e os critérios constantes das memórias de cálculo e documentos técnicos integrantes do Processo nº 9010/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO REAJUSTE

Após a revisão técnica, foi apurado o valor total de R$ 695.823,06 (seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e seis centavos) a título de reajuste contratual, sendo R$ 511.888,64 relativos ao Reajuste nº 1 e R$ 183.934,42 relativos ao Reajuste nº 2.

Considerando que a Apostila nº 03 já havia reconhecido o montante de R$ 460.309,72, fica formalizada por meio da presente Apostila a complementação de R$ 235.513,34 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e treze reais e trinta e quatro centavos), elevando o reajuste total formalmente reconhecido para R$ 695.823,06.

CLÁUSULA QUARTA - DOS EFEITOS FINANCEIROS

O valor de R$ 235.513,34 corresponde à complementação do reajuste a ser formalizada e não se confunde com o valor líquido imediatamente exigível pela CONTRATADA.

Conforme conferência das medições já executadas, o reajuste devido sobre os serviços executados corresponde a R$ 566.138,51, dos quais R$ 380.688,87 já foram pagos, resultando no valor líquido de R$ 185.449,64 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a pagar, consideradas as compensações das parcelas anteriormente processadas a maior.

Registra-se, ainda, o montante de R$ 129.684,54 referente ao reajuste a incorrer sobre o saldo contratual ainda não executado, exigível à medida que os serviços futuros forem executados, medidos, atestados e regularmente liquidados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente apostilamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Reduzido 410; Fonte 31009; Natureza da Despesa 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações; Projeto/Atividade 0330 - Obras/Pavimentações, observada a disponibilidade orçamentária e financeira certificada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA SEXTA - DA NATUREZA DO APOSTILAMENTO

O presente instrumento constitui reajuste de preços por índice contratualmente previsto, destinado à recomposição dos efeitos inflacionários incidentes sobre os preços contratados, não caracterizando acréscimo quantitativo ou qualitativo de serviços e não sendo computado no limite previsto no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 121/2023 e dos instrumentos posteriores que não sejam incompatíveis com a presente Apostila.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:CA775A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 11 - CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

CGFMHIS
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL –MUNICÍPIO DE MORRETES

RESOLUÇÃO N° 11/2026 - CGFMHIS

Súmula: Convocação complementar para habilitação documental e comprovação de critérios dos selecionados no processo de triagem do programa de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social – Edital nº 06/2026.

O **CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MORRETES (CGFMHIS)**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 19/2007;

CONSIDERANDO o edital de classificação prévia e triagem de interessados coordenado pelo Conselho Gestor e divulgado nos termos do Edital nº 04/2026;

CONSIDERANDO o indeferimento de recursos administrativos, o não comparecimento ou a desclassificação técnica de candidatos convocados na etapa anterior, gerando a necessidade administrativa de recomposição das vagas para atingir a meta de atendimento do Programa;

CONSIDERANDO que o objeto final do certame consiste na futura edificação de unidades habitacionais por meio de empresa construtora contratada pelo Município, dependendo a concessão definitiva do benefício da estrita homologação dos critérios socioeconômicos nesta fase;

R E S O L V E:

Art. 1º – **CONVOCAR** os próximos 20 (vinte) candidatos classificados na lista de espera/suplência (posições **77 a 96**), na condição de Titulares e Suplentes desta Convocação Complementar, conforme a listagem nominal constante no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º – Determinar que todos os candidatos listados compareçam obrigatoriamente à sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Morretes para providenciar a entrega dos documentos comprovatórios das condições que os habilitaram ao programa.

• **Período de Atendimento:** Dias úteis compreendidos entre 14 e 25 de setembro de 2026.

• **Horário:** Das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

Art. 3º – No ato do comparecimento, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, cópia acompanhada dos originais dos seguintes **DOCUMENTOS**:

• I – Documentos Pessoais:

• Documento de Identidade oficial com foto (RG) e CPF do candidato e de todos os membros do núcleo familiar;
• Certidão de Nascimento (se solteiro) ou Certidão de Casamento / Declaração de União Estável.

• II – Comprovação de Renda e Vulnerabilidade:

• Comprovante de inscrição ativa e atualizada no Cadastro Único (Folha de Rosto do CadÚnico);
• Comprovante de rendimentos de todos os membros que residem na casa (Carteira de Trabalho, holerite, extrato de benefício do INSS/BPC ou declaração de trabalho informal/autônomo).

• III – Comprovação de Residência e Situação do Imóvel:

• Comprovante de residência atualizado no nome do candidato (fatura de água, energia ou telefone);
• Documentos históricos que comprovem o tempo mínimo de 3 (três) anos de residência fixa e contínua no Município de Morretes (tais como histórico escolar dos filhos, prontuário de saúde, contratos de aluguel antigos ou talões de serviços públicos anteriores);
• Declaração emitida pela Defesa Civil atestando se o local de residência atual do candidato situa-se em área de risco ou área alagável.

• IV – Regularidade Patrimonial:

• Certidão Narrativa Negativa emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis, comprovando que o candidato e o cônjuge/companheiro não possuem nenhum outro imóvel registrado em seu nome.

Art. 4º – O não comparecimento no prazo estipulado ou a não apresentação da documentação exigida resultará na desclassificação automática do candidato, com a consequente chamada dos suplentes subsequentes, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Morretes, 11 de setembro de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Presidente do CGFMHIS

ANEXO ÚNICO
CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR

Posição	Inscrição	Candidato(a)	Situação
77	202672500	ELISIANE ALCÂNTARA	Titular
78	202657547	ANA CAROLINA DA SILVA GOMES	Titular
79	202665831	KETHELIN KAROLYNE FOSS	Titular
80	202604467	CASSIELE FERREIRA BEZERRA	Titular
81	202606867	ANDRELISE DO PILAR PRAZERES DOS SANTOS	Titular
82	202677491	TAINÁ FERREIRA DO AMARAL	Titular
83	202686242	THIESLEY JAINE DIAS	Titular
84	202633797	BRUNA CORDEIRO	Titular
85	202655741	BRUNA CARVALHO KRIGEROSKI	Titular
86	202695417	CAROLINE BARBOSA	Suplente
87	202686891	THALISSA CORREA SIMÃO	Suplente
88	202650019	SUZIQUÉLI CARDOSO DA SILVA	Suplente
89	202680781	JAINE ESTEFANI DE CASTRO NARCISO	Suplente
90	202695013	JAMILLY	Suplente
91	202689832	KETELLYN KAMILLA ALVES SIQUEIRA	Suplente
92	202682896	THAYLESSA MARIA DOS SANTOS TOME	Suplente
93	202669665	INDIAMARA DE OLIVEIRA	Suplente
94	202640531	GABRIELE RIBEIRO	Suplente
95	202649558	ALESSANDRA MARIA DE OLIVEIRA LOURENCO	Suplente
96	202636976	AMANDA NAYARA	Suplente

Publicado por:
Maria Cristina Moraes Costa Pinto
Código Identificador:D57C5D84

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL DE CHAMAMENTO – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2º QUADRIMESTRE DE 2026

O Secretário Municipal Interino de Saúde de Morretes, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares Federais nº 101/2000 e nº 141/2012, convida o Conselho Municipal de Saúde, as autoridades locais e a comunidade em geral para participarem da Audiência Pública de apresentação do 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – 2º RDQA de 2026.

A audiência tem por finalidade apresentar o montante e a fonte dos recursos aplicados no período, as auditorias realizadas, bem como a oferta e a produção de serviços públicos na rede assistencial, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

DATA: 30 de setembro de 2026
HORÁRIO: 10h
LOCAL: Plenário Vereador José Amâncio de Ramos – Câmara Municipal de Morretes

Morretes, 11 de setembro de 2026.

JORGE MARCELO PICCININ
Superintendente Geral de Saúde
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Lilian Cristiane Machado
Código Identificador:D43C4F23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 004/2026 – COM DISPUTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 011/2026 (compras.gov 928339-5/2026)
CONTRATANTE: Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu - PREVPRATA
OBJETO: Contratação de **licenças de uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA),** compreendendo **licença do Claude – Plano Team/Standard,** da Anthropic e **licença do ChatGPT Business com Codex**, da OpenAI, destinadas destinada ao apoio às atividades administrativas, técnicas e de gestão do Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu - PREVPRATA, incluindo, análise e interpretação de documentos, elaboração e aprimoramento de textos, organização de informações, síntese de conteúdos, apoio à pesquisa e tratamento de documentos institucionais.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 8.535,02 (oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dois centavos)
DATA DA SESSÃO: 21/09/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08:00 horas até 14:00 horas
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
AMPARO LEGAL: Lei Federal n° 14.133/2021, Artigo 75, inciso II e Decreto de Nova Prata do Iguaçu n° 3.757/2023 e demais normas aplicáveis.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 11 de setembro de 2026.

CLEUZA APARECIDA DAMASIO TELLES –
Presidente

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:06746D9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 (Contratação Compras.gov.br 987995-22/2026)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de shows e espetáculo artístico em Carreta Palco, com fornecimento de toda a infraestrutura necessária, incluindo palco móvel, sistema de sonorização, iluminação cênica, cenografia, figurinos, roteiro artístico, equipamentos, montagem e desmontagem, operação técnica e demais serviços correlatos, destinados à realização da Abertura Oficial das Festividades Natalinas e da Chegada do Papai Noel do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, a ser realizada previamente no dia 21 de novembro de 2026.
DATA DA REALIZAÇÃO: 02/10/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 11 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:7A4758F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2040/2026

LEI Nº 2040/2026
DATA: 11/09/2026

Súmula: Autoriza o Município de Nova Prata do Iguaçu a efetuar despesas com as premiações dos Campeonatos Municipais a serem realizados no ano de 2026 e 2027, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu **ELIZETE CAVAZIN**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Nova Prata do Iguaçu a efetuar despesas, no total de R$56.100,00 (cinquenta e seis mil e cem reais), com a premiação, em dinheiro, para os Campeonatos Municipais do ano de 2026 e 2027, em cada categoria disputada conforme a seguir:

PREMIAÇÃO CATEGORIA BOCHA

Classificação	Prêmio
1º Lugar	R$2.500,00
2º Lugar	R$1.500,00
3º Lugar	R$800,00
TOTAL	**R$4.800,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA BOCHA TRIO E DUPLA

Classificação	Prêmio
1º Lugar	R$1.500,00
2º Lugar	R$800,00
3º Lugar	R$300,00
TOTAL	**R$2.600,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO SUÍÇO MASCULINO FORÇA LIVRE

Classificação	Prêmio
1º Lugar	R$2.500,00

2º Lugar	R$1.500,00
3º Lugar	R$800,00
4° Lugar	R$400,00
Artilheiro	R$200,00
Goleiro menos vazado	R$ 200,00
TOTAL	**R$5.600,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO SUÍÇO VETERANOS 45+

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.500,00
2º Lugar	R$800,00
3º Lugar	R$600,00
4º lugar	R$400,00
Goleiro menos vazado	R$200,00
Artilheiro	R$200,00
TOTAL	**R$3.500,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE VÔLEI FEMININO

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.000,00
2º Lugar	R$600,00
3º Lugar	R$300,00
4° Lugar	R$200,00
TOTAL	**R$2.100,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE VÔLEI MASCULINO

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.000,00
2º Lugar	R$600,00
3º Lugar	R$300,00
4° Lugar	R$200,00
TOTAL	**R$2.100,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE BEACH TÊNIS MISTO

Classificação	**Prêmio**
1° Lugar	R$1.000,00
2° Lugar	R$600,00
3° Lugar	R$300,00
TOTAL	**R$ 1.900,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE BEACH TÊNIS MASCULINO

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.000,00
2º Lugar	R$600,00
3º Lugar	R$300,00
4° Lugar	R$ 200,00
TOTAL	**R$2.100,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE BEACH TÊNIS FEMININO

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.000,00
2º Lugar	R$600,00
3º Lugar	R$300,00
4º Lugar	R$200,00
TOTAL	**R$2.100,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA TORNEIO DE BARALHO TRUCO, POKER E TRÊS SETE

Classificação	**Prêmio**
1° Lugar	R$1.200,00
2° Lugar	R$800,00
3° Lugar	R600,00
4° Lugar	R$400,00
TOTAL	**R$3.000,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA TORNEIO CANASTRA

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.000,00
2º Lugar	R$600,00
3º Lugar	R$300,00
TOTAL	**R$1.900,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA LIVRE FUTSAL

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$2.500,00
2º Lugar	R$1.500,00
3º Lugar	R$800,00
4º Lugar	R$400,00
Goleiro menos vazado	R$200,00
Artilheiro	R$200,00
TOTAL	**R$5.600,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA VETERANO FUTSAL 45+

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.500,00
2º Lugar	R$800,00
3º Lugar	R$500,00
4° Lugar	R$300,00
Goleiro menos vazado	R$200,00
Artilheiro	R$200,00
TOTAL	**R$3.500,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA 38+

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$1.500,00
2º Lugar	R$800,00
3º Lugar	R$500,00
4° Lugar	R$300,00
Goleiro menos vazado	R$200,00
Artilheiro	R$200,00
TOTAL	**R$3.500,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA CAMPEONATO DE CAMPO

Classificação	**Prêmio**
1º Lugar	R$4.000,00
2º Lugar	R$2.500,00
3º Lugar	R$1.000,00
4° Lugar	R$600,00
Goleiro menos vazado	R$200,00
Artilheiro	R$200,00
TOTAL	**R$8.500,00**

PREMIAÇÃO CATEGORIA FEMININO LIVRE

Classificação	**Prêmio**
1° Lugar	R$1.500,00
2° Lugar	R$800,00
3° Lugar	R$600,00
4° Lugar	R$400,00
TOTAL	**R$3.300,00**

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos do orçamento municipal vigente, na seguinte dotação:

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
11.001. DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27.812.0018.2-038 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
33.90.31.00.00 Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras

Art. 3º - Serão deduzidos dos valores da premiação os impostos legalmente previstos e eventuais despesas bancárias, se necessário.

Art. 4º - O regulamento dos campeonatos mencionados será regulamentado via Decreto Municipal.

Parágrafo único. O regulamento das competições estabelecerá as regras de participação, critérios e condições para sua realização, observando-se, obrigatoriamente, a vedação à realização de apostas, à formação de prêmio mediante valores, bens ou quaisquer vantagens de natureza econômica aportados pelos participantes, bem como a qualquer forma de exploração de jogo de azar, devendo ainda estabelecer as restrições etárias legalmente aplicáveis e demais

condições necessárias à regularidade, segurança e transparência da competição.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.009, de 20 de fevereiro de 2026.

Gabinete da Prefeita de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:0B1B93B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6382/2026

PORTARIA Nº 6382/2026
DATA: 11/09/2026

SÚMULA: Concede licença prêmio aos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo efetivo e, dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Prata do Iguaçu/PR.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 03 (três) meses aos Servidores Públicos do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, ocupantes de cargo efetivo, conforme segue:

Rodinei Paz, portador da matrícula nº 10311-1, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, referente ao período aquisitivo de 28/03/2021 a 28/03/2026, a partir de 26/08/2026.

Tatiane Pietta, portadora da matrícula nº 15751-1, ocupante do cargo efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02/08/2017 a 02/08/2022, a partir de 21/09/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:4ABB18BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6383/2026

PORTARIA Nº 6383/2026
DATA: 11/09/2026

SÚMULA: Concede licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Rosalina Weirich, portadora da matrícula nº 14771-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 21/08/2026 até a data de 19/09/2026, conforme perícia médica nº 035/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:6894304F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6384/2026

PORTARIA Nº 6384/2026
DATA: 11/09/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Douglas Copetti, matricula funcional nº 15441-03, ocupante do cargo de Advogado, relativo ao período aquisitivo de 15/02/2019 a 14/02/2020, que serão gozadas a partir de 14/09/2026 a 28/09/2026 (15 dias).

Gislaine Fatima Daniel, matricula funcional nº 13061-01, ocupante do cargo de Farmacêutica, relativo ao período aquisitivo de 21/12/2024 a 20/12/2025, que serão gozadas a partir de 16/09/2026 a 30/09/2026 (15 dias).

Ivanir Cristani, matricula funcional nº 142562-01, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, que serão gozadas a partir de 14/09/2026 a 03/10/2026 (20 dias).

Ricardo Rodrigues Ferreira, matricula funcional nº 142618-01, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Segurança no Trabalho, relativo ao período aquisitivo de 20/02/2025 a 19/02/2026, que serão gozadas a partir de 10/09/2026 a 24/09/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:E0CC4195

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6385/2026

PORTARIA Nº 6385/2026

DATA: 11/09/2026

SÚMULA: Designa Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Designar **CRISTIANE PAVAN,** sob matricula nº 142567-1, para responder e assinar documentos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu-PR, em conformidade com a Lei Complementar nº 1.907, de 05 de fevereiro de 2025, pelo período de 14/09/2026 a 03/10/2026, em razão de férias da Secretária Municipal de Assistência Social, Ivanir Cristani.

Art. 2º. Esta Portaria tem vigência a partir de 14 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:C045637E

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 019/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO, PROTOCOLO E FLUXO DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV.

RESOLUÇÃO Nº 019/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Planejamento, Protocolo e Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 11 de setembro de 2026, conforme ata nº 007/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o Planejamento, Protocolo e Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
Art. 2º - Os documentos foram apresentados para apreciação dos conselheiros em reunião extraordinária, sendo aprovados por unanimidade.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 11 de setembro de 2026.

CAROLINE MAY DAL MOLIN
Presidente do CMAS/NPI/PR

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:9099405A

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 020/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ACEITE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS – MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 020/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109/2009, a Resolução CIT nº 31, de 25 de novembro de 2025, e a Resolução CNAS nº 223, de 18 de fevereiro de 2026
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 11 de setembro de 2026, conforme ata nº 007/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal, para adesão ao cofinanciamento federal do Piso Variável de Alta Complexidade – PVAC, observadas as normas e condições estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.
Art. 2º - Autorizar a formalização e assinatura do Termo de Aceite na Plataforma Digital Sou SUAS, pelo gestor municipal da Política de Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 11 de setembro de 2026.

CAROLINE MAY DAL MOLIN
Presidente do CMAS/NPI/PR

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:D65C22C9

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 021/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE SALDO REMANESCENTE DA PROGRAMAÇÃO SIGTV Nº 411725520240001.

RESOLUÇÃO Nº 021/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da alteração da destinação de saldo remanescente da Programação SIGTV nº 411725520240001.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 11 de setembro de 2026, conforme ata nº 007/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar a alteração da destinação do saldo remanescente da Programação SIGTV nº 411725520240001 – Ação: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, no valor de R$ 17.068,63 (dezessete mil, sessenta e oito reais e sessenta e três centavos), apurado em 31 de agosto de 2026, para aquisição de 03 (três) computadores e 03 (três) nobreaks, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
Art. 2º - A eventual diferença necessária para o custeio integral da aquisição poderá ser complementada com recursos provenientes de outra fonte de recurso federal, observada a legislação vigente e a finalidade do serviço.
Art. 3º - Autorizar a Secretaria Municipal de Assistência Social a realizar os procedimentos necessários junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS para formalização do ajuste

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 11 de setembro de 2026.

CAROLINE MAY DAL MOLIN
Presidente do CMAS/NPI/PR

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:D9F89605

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 471/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Senhora CIRLENE ALEXANDRA PEREIRA MESQUITA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.558.829-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:79990DD3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 472/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Arte (20 horas) – P. S. S., a Senhora GREICE KELLI BOTZAN, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.519.329-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BFACDD1F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 473/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora ALINE FRANCIELE SERAFIM MARTINS, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.821.599-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F05D4EC2

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 474/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora JAQUELINE JOSE MARCELINO RODRIGUES, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.309.179-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:752537F9

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 475/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhorita DAIANE CORTEZ, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.738.181-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A7DC75BE

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 476/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora RAQUEL CARLA DA SILVA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.621.369-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7748A8A0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 477/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Senhora ANA PAULA DO NASCIMENTO TRISSOLDI RIBEIRO DA SILVA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.077.429-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9CEA4A1B

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 478/2026

de 8 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – P. S. S., a Senhora MARLI DA SILVA E SOUZA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.515.658-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 8 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:660ACF92

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 374/2026

de 1 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***4 de setembro a 3 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora FATIMA APARECIDA MARQUES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.749.***-5 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.769.***-87, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 21 de março de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6632D716

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº375/2026

de 1 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 1 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM RAIO-X 24 HS P.S.S.(PCD), o Senhor THIAGO LODE BARRETO VIEIRA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 069.***.339-** portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social Nº 94***13 Série **1-0/PR, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 1 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7729ECAB

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 376/2026

de 2 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 2 de setembro de 2026, do Emprego Público de ENFERMEIRO PSS, desde 3 de março de 2025, a Servidora Pública Municipal, Senhora ERICA GONÇALVES SOARES SEHN, portadora do Registro Geral número 9.***.883 SESP-MG, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 046.***.546-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 2 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:600998A2

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 377/2026

de 2 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 2 de setembro de 2026, do Emprego Público de TECNICO EM SAUDE BUCAL - PSS, desde 6 de novembro de 2023, a Servidora Pública Municipal, Senhora LETICIA CAROLINE THOMAS, portadora do Registro Geral número 12.***.292-* SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 090.***.829-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 2 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0C1737F5

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 378/2026

de 4 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Contratar, a partir de 4 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de ENFERMEIRO 30HS PSS, a Senhora ERICA GONÇALVES SOARES SEHN, portadora do Registro Geral número 9.***.883 SESP-MG, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 046.***.546-**, aprovada no Processo Seletivo Simplificado -PSS, aberto através do Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 4 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EEBE080A

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 379/2026

de 4 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 4 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 35HS P.S.S., a Senhora FERNANDA CARVALHO MANCINI, portadora do Registro Geral número 10***932-4 SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 089.***.759-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 4 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:67CA5DAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 09/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 09/2026
Nº PROC. ADM. 20/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI.

PUBLICAÇÃO: 11/09/2026 10:34
INÍCIO REC. PROPOSTA: 11/09/2026 11:10
FIM REC. PROPOSTA: 28/09/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 28/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 28.029,1800

OBJETO DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, SOM, ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO, CLIMATIZADORES, para

realização do trabalho em conformidade à execução do PROERD (Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência), para o ano letivo de 2026, a ser desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado do PR - Policia Militar e a Fundação de Educação do Mun

Para demais informações contato via e-mail: compras.eucacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432441049 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Dl5WrVh3pzfpRT2Mk4ymBbSJspVmteQ8s_v0vBRNgDt%2FSOs2qOwWyzSQoaR8_nJMiviOpYpeiFtntmrQU3GWsLtIIKs5NFBEZmuJHC7fxX_U%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 11/09/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:39D66356

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 46/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 46/2026
Nº PROC. ADM. 107/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 11/09/2026 15:53
INÍCIO REC. PROPOSTA: 11/09/2026 16:00
FIM REC. PROPOSTA: 29/09/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 29/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 881.810,5500

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de Material de Consumo – Gêneros alimentícios, higiene e limpeza, frios, panificação, frutas e verduras, doces, itens para bebe, maquiagem, copa e cozinha com entrega de forma parcelada na modalidade de Pregão Eletrônico– Registro de Preços para atender às necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente e Pessoa Idosa, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Secretaria Municipal de Assistência Social, Telecentros

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DAWKNhMRF628ia3A9OUBtIiknkGiPpHvrse%2FyQUiKeMskXayfR9aKAzxyT3sBNIgOIfFfgf7BRQun39pMjcBnMYy2mE5y466d%2Fzlx3DCHuIM%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 11/09/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:40633646

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 13/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2026 - PROCESSO N° 31/2026

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de seu Pregoeiro informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item.
Objeto: Pregão Presencial, na modalidade registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de Oxigênio Medicinal, para atender as necessidades da Fundação de Saúde.
Legislação: Lei 14.133/2021.
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 28 de setembro de 2026, às 09h00min, na sala de licitações, sito à Rua Sete de Setembro, 499, Centro, na cidade de Paiçandu-Pr.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Licitações no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no departamento de compras e licitações.

Paiçandu/PR, 11 de setembro de 2026.

VERONICA SIMÃO
Pregoeira

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:93855C01

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RENOVAÇÃO DE CONTRATO 79

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2025
RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 79
Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456- 5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado da Dispensa Eletrônica nº 31/2025, homologado em 04/09/2025, integrante do Processo Administrativo nº 99/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa SEGUROS SURA S.A., CNPJ nº 33.065.699/0001-27, com endereço AV PADRE ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS 1530, CEP 04563004, representada por FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA, brasileira, casada, securitária, portadora do RG nº 11730164-8, SECC (DETRAN), inscrita no CPF nº 089.785.457-85, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:
1. **DO OBJETO:**
2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada em SEGURO VEICULAR a fim de atender as necessidades da Secretaria de Municipal de Administração.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que

passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO DO CONTRATO**

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado
excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA**

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a
possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e 19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
36. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do
contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
49. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO**
50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
59. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou 71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
72. **DAS PENALIDADES**

73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
77. **CONDIÇÕES GERAIS**
78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado 82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato terá inicio da validade apartir de PAIÇANDU, 05 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

SEGUROS SURA S.A.

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 204	1.699,31	**Total: 1.699,31**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SEGURO VEICULAR: FIAT TORO - Seguro Veicular: Fiat Toro, Volcano Diesel Turbo AT9,4X4 2025 .				
Quantidade: 1		**Valor Unit.: 1.699,31**	Total Item: 1.699,31	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.699,31				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:BB2F3072

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMITÊ DE INVESTIMENTOS ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026

Comitê de Investimentos
Ata da sessão ordinária do dia 08 de Setembro de 2026 – Tema: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE ASSET LIABILITY MANAGEMENT – ALM E ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Palmeira, sob a presidên
cia da Sra. Francine Albuquerque Cruz, com a presença do conselheiro José Marcos Dziadzio, contando ainda com a participação do Assessor Financeiro do RPPS, João Jeives Pinheiro, para tratarem de assuntos relacionados à gestão dos recursos previdenciários.
Aberta a reunião, os membros do Comitê receberam a Sra. Mayara Andreosi, representante da CM Consultoria, responsável pela apresentação do Estudo de Asset Liability Management – ALM, elaborado para o RPPS de Palmeira. Inicialmente, foram apresentados os objetivos do estudo, que consiste na análise da relação entre os ativos financeiros do Regime e suas obrigações previdenciárias, buscando identificar estratégias de alocação dos recursos capazes de contribuir para a sustentabilidade do plano de benefícios, considerando o fluxo de caixa atuarial, os cenários econômicos e os riscos relacionados aos investimentos.
Durante a apresentação, a Sra. Mayara explicou a metodologia utilizada para elaboração do estudo, destacando que a análise considera o fluxo de receitas e despesas previdenciárias, a composição da carteira de investimentos e as obrigações futuras do RPPS. Foi ressaltada a necessidade de compatibilização entre os investimentos e o passivo atuarial do Regime, considerando a meta atuarial, o horizonte de longo prazo e as necessidades futuras de pagamento dos benefícios.
Na sequência, foram apresentados os aspectos relacionados ao fluxo de caixa atuarial do RPPS e à importância da manutenção de recursos suficientes e adequadamente distribuídos entre os diferentes prazos de investimento, buscando compatibilizar os ativos financeiros com as obrigações previdenciárias projetadas.
A representante apresentou também a análise da carteira de investimentos do RPPS e as estratégias avaliadas no Estudo de ALM, incluindo aspectos relacionados à diversificação da carteira, risco, rentabilidade, liquidez e prazo dos investimentos. Foram abordadas as possibilidades de otimização da carteira por meio de estratégias de alocação de longo prazo, considerando o comportamento dos ativos e as características específicas das obrigações previdenciárias do Regime.
Durante a explanação, foi abordada a metodologia da Fronteira Eficiente, utilizada para avaliar diferentes possibilidades de composição da carteira, considerando a relação entre risco e retorno. Também foram apresentadas estratégias relacionadas ao Cash Flow Matching, buscando promover maior compatibilização entre os fluxos futuros dos investimentos e as necessidades de pagamento dos benefícios p
revidenciários.
Por fim, foram apresentados os resultados e as conclusões constantes do Estudo de ALM, destacando-se sua importância como instrumento de apoio à gestão dos recursos previdenciários e à definição das estratégias de investimentos do RPPS no longo prazo. Após os esclarecimentos prestados, os membros do Comitê acompanharam e discutiram os principais aspectos apresentados pela representante da CM Consultoria.
Dando continuidade à reunião, foram apresentadas e analisadas as análises técnicas elaboradas pela CM Consultoria acerca das possibilidades de aplicação dos recursos disponíveis nas contas correntes do RPPS. Foram objeto de análise os fundos BB IRF-M 1 Títulos Públicos Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário, Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Maxi Poder Público e BB Fluxo Soberano Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário Curto Prazo.
As análises técnicas apresentadas consideraram as principais características de cada investimento, incluindo aspectos relacionados à rentabilidade, risco, liquidez, taxas, enquadramento, histórico de desempenho e adequação à estratégia de investimentos do RPPS, bem como às necessidades de disponibilidade de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras e previdenciárias do Regime.
Em relação ao fundo BB IRF-M 1 Títulos Públicos Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário, inscrito no CNPJ sob nº 11.328.882/0001-35, foram analisadas suas características, condições de investimento, liquidez, rentabilidade e sua adequação como alternativa para aplicação dos recursos disponíveis do RPPS.
Da mesma forma, foi analisado o fundo Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Maxi Poder Público, inscrito no CNPJ sob nº 08.246.263/0001-97, considerando suas características, liquidez, rentabilidade e adequação à estratégia de aplicação dos recursos do RPPS.
Também foi objeto de análise o fundo BB Fluxo Soberano Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário Curto Prazo, inscrito no CNPJ sob nº 63.197.387/0001-38, considerando suas características e sua adequação para a administração dos recursos disponíveis de curto prazo e das necessidades de liquidez do RPPS.

Após a apresentação das análises técnicas elaboradas pela CM Consultoria, bem como as discussões realizadas pelos participantes, o Comitê de Investimentos, considerando as características dos fundos analisados, as condições de mercado, a estratégia de investimentos do RPPS, a Política de Inve
stimentos vigente e as necessidades de liquidez do Regime, autorizou a possibilidade de realização de aplicações nos referidos fundos, sem caráter obrigatório, observada, em cada oportunidade, a conveniência e a oportunidade da aplicação.
Dessa forma, fica autorizada a possibilidade de aplicação dos recursos disponíveis na conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil, Agência nº 957-1, Conta Corrente nº 21.382-9, no fundo BB IRF-M 1 Títulos Públicos Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário, inscrito no CNPJ sob nº 11.328.882/0001-35, bem como no fundo BB Fluxo Soberano Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário Curto Prazo, inscrito no CNPJ sob nº 63.197.387/0001-38, quando a aplicação for considerada conveniente e adequada à gestão dos recursos do RPPS.
Da mesma forma, fica autorizada a possibilidade de aplicação dos recursos disponíveis na conta corrente mantida junto ao Banco Bradesco, Agência nº 00430, Conta Corrente nº 0019135-3, no fundo Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Maxi Poder Público, inscrito no CNPJ sob nº 08.246.263/0001-97, quando a aplicação for considerada conveniente e adequada à gestão dos recursos do RPPS.
As autorizações concedidas nesta reunião não constituem obrigação de aplicação automática ou permanente dos recursos, devendo cada eventual aplicação observar a disponibilidade financeira, as necessidades de liquidez, as condições de mercado e a conveniência da operação no momento de sua realização.
As autorizações permanecerão válidas enquanto os respectivos investimentos permanecerem compatíveis com a legislação aplicável, a Política de Investimentos vigente, as estratégias de gestão dos recursos do RPPS e as demais condições necessárias à realização das aplicações, podendo ser revistas ou revogadas pelo Comitê de Investimentos a qualquer tempo.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Presidente do Comitê de Investimentos

JOSÉ MARCOS DZIADZIO
Membro do Comitê de Investimentos

JOÃO JEIVES PINHEIRO
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:36D73998

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMITÊ DE INVESTIMENTOS ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2026

Comitê de Investimentos
Ata da sessão ordinária do dia 14 de agosto de 2026 – Tema: Deliberação acerca das pautas do Comitê de Investimentos.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Palmeira, sob a presidência da Sra. Francine Albuquerque Cruz, com a presença do conselheiro José Marcos Dziadzio, contando ainda com a participação do Assessor Financeiro do RPPS, João Jeives Pinheiro, para deliberarem sobre matérias relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.
Aberta a reunião, o Assessor Financeiro, Sr. João Jeives Pinheiro, apresentou aos membros do Comitê a documentação referente à Assembleia Geral Ordinária de Cotistas do Daycoval Ibovespa Ativo Fundo de Investimento em Ações – CNPJ nº 13.155.995/0001-01, cuja pauta consiste na deliberação acerca da aprovação das contas e das demonstrações contábeis do Fundo referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026.
Na sequência, foi apresentado o Parecer Técnico da consultoria de investimentos Crédito & Mercado, emitido em 06 de agosto de 2026, elaborado para subsidiar a decisão de voto dos cotistas. A consultoria, após análise da documentação apresentada e considerando o relatório do auditor independente Ernst & Young – EY, concluiu pela aprovação da pauta, tendo em vista que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de março de 2026.
Após a apresentação do parecer técnico e das demonstrações contábeis, os membros do Comitê analisaram a matéria e verificaram que o Fundo apresentou, no exercício encerrado em 31 de março de 2026, resultado positivo de R$ 21,381 milhões, encerrando o período com patrimônio líquido de aproximadamente R$ 66,759 milhões. Também foi considerada a rentabilidade apresentada pelo Fundo no período, de 38,54%, em comparação com a variação de 43,91% do Ibovespa.
Considerando a matéria submetida à Assembleia, restrita à aprovação das contas e demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, bem como a manifestação favorável da auditoria independente e o parecer da consultoria de investimentos, os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, aprovar a orientação de voto favorável à aprovação das contas e das demonstrações contábeis do Daycoval Ibovespa Ativo Fundo de Investimento em Ações, autorizando o exercício do direito de voto do RPPS de Palmeira na Assembleia Geral Ordinária de Cotistas.
Na sequência, foi realizado o procedimento de votação por meio eletrônico, tendo sido registrado o voto “Aprovado” em relação à matéria, correspondente a 649.421,045 cotas pertencentes ao RPPS. Conforme comprovante emitido pela plataforma de votação, o voto foi posteriormente contabilizado, constando a participação do primeiro e do segundo aprovadores no procedimento.
Dando continuidade à pauta, o Assessor Financeiro apresentou aos membros do Comitê a análise técnica elaborada pela consultoria de investimentos Crédito & Mercado, com data-base de 30 de junho de 2026, referente ao BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI – CNPJ nº 03.399.411/0001-90, informando a necessidade de adequação da aplicação mantida pelo RPPS.
Conforme a análise apresentada, o referido fundo encontra-se enquadrado no Artigo 7º, inciso V, da Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo identificado que o RPPS possuía 43,30% de seu patrimônio alocado no referido fundo. A consultoria também apontou que o RPPS não possui certificação Pró-Gestão RPPS nível II, condição indicada no parecer como obrigatória para aplicação nessa classe de ativo, concluindo que, no momento, não seria possível a realização de novos investimentos na referida classe.
Diante da necessidade de regularização da carteira de investimentos, o Assessor Financeiro apresentou a proposta de realocação dos recursos atualmente aplicados no BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI para o BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI – CNPJ nº 03.256.793/0001-00.
Foi informado aos membros que a análise da Crédito & Mercado caracteriza o BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI como fundo enquadrado no Artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, com benchmark CDI, elevada liquidez, disponibilidade dos recursos aplicados em D+0 e carteira composta majoritariamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos. A consultoria concluiu que o fundo se encontra apto a receber aportes do RPPS.
Após a apresentação da análise técnica e os esclarecimentos prestados pelo Assessor Financeiro, os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, aprovar a realocação dos recursos aplicados no BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI para o BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI, com a finalidade de promover a adequação da carteira de investimentos do RPPS, observando-se os limites de concentração, o enquadramento regulamentar, a liquidez dos recursos, as condições de mercado e a Política de Investimentos vigente.
Dessa forma, o Comitê de Investimentos autorizou o Assessor Financeiro do RPPS a realizar a referida realocação dos recursos, adotando as providências necessárias para a efetivação da operação junto às instituições financeiras, observadas as condições de mercado e os procedimentos aplicáveis.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Palmeira/PR, 14 de agosto de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Presidente do Comitê de Investimentos

JOSÉ MARCOS DZIADZIO
Membro do Comitê de Investimentos

JOÃO JEIVES PINHEIRO
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:57CF1DE1

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMITÊ DE INVESTIMENTOS ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2026

Comitê de Investimentos
Ata da sessão ordinária do dia 21 de agosto de 2026 – Tema: Análise e deliberação acerca de fundos de investimento.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Palmeira, sob a presidência da Sra. Francine Albuquerque Cruz, com a presença do conselheiro José Marcos Dziadzio, contando ainda com a participação do Assessor Financeiro do RPPS, João Jeives Pinheiro, para deliberarem sobre matérias relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.
Aberta a reunião, o Assessor Financeiro, Sr. João Jeives Pinheiro, apresentou aos membros do Comitê as análises técnicas elaboradas pela consultoria de investimentos Crédito & Mercado, com data-base de 31 de julho de 2026, referentes aos fundos SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA – CNPJ nº 24.634.187/0001-43 e ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA – CNPJ nº 08.703.063/0001-16.
Inicialmente, foi apresentada a análise do SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, sendo informado que o fundo se encontra enquadrado no Artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, tendo como benchmark o CDI, elevada liquidez e disponibilidade dos recursos em D+0. A análise apresentada pela Crédito & Mercado também demonstrou que a carteira do fundo é composta majoritariamente por títulos públicos federais e operações compromissadas, apresentando características compatíveis com uma estratégia de renda fixa de perfil conservador.
Foi informado ainda que a consultoria concluiu pela inexistência de impedimento legal para recebimento de aportes pelo RPPS, estando o fundo e sua administradora/gestora adequados aos requisitos previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025.
Na sequência, foi apresentada a análise do ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº 08.703.063/0001-16. Foi informado que o fundo está enquadrado no Artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, possui como benchmark o IRF-M 1, liquidez D+0 e não possui taxa de performance.
A análise demonstrou ainda que a carteira do fundo é composta predominantemente por títulos públicos federais, correspondentes a 97,58% da carteira, além de operações compromissadas, apresentando estratégia compatível com o IRF-M 1 e menor sensibilidade às oscilações das taxas de juros em comparação com estratégias de maior prazo.
Quanto ao desempenho, foi observado que o fundo apresentou rentabilidade de 1,27% no mês de julho de 2026, enquanto o IRF-M 1 apresentou 1,26%, demonstrando aderência ao seu índice de referência. A consultoria também concluiu que o fundo está devidamente enquadrado e apto a receber aportes do RPPS.
Durante a análise dos dois fundos, os membros do Comitê também tomaram conhecimento da observação apresentada pela Crédito & Mercado quanto à concentração da carteira previdenciária em estratégias semelhantes dentro do segmento de renda fixa. O Comitê considerou que tal apontamento deve ser acompanhado no contexto global da carteira do RPPS, não constituindo, por si só, impedimento à aprovação dos fundos analisados, devendo ser observados os limites regulamentares, a Política de Investimentos e a adequada diversificação dos recursos.
Após a apresentação das análises técnicas e os esclarecimentos prestados pelo Assessor Financeiro, os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e do ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA como fundos aptos a receber recursos do RPPS de Palmeira, observados os limites de concentração, o enquadramento regulamentar, a Política de Investimentos vigente, as condições de mercado e as demais disposições legais aplicáveis.
A aprovação dos fundos não implica, por si só, autorização para aplicação imediata de recursos, ficando eventual aporte condicionado à análise da carteira global, disponibilidade financeira, oportunidade de mercado e demais procedimentos internos e regulamentares aplicáveis.
Dessa forma, o Comitê de Investimentos autorizou o Assessor Financeiro do RPPS a adotar as providências necessárias para eventual aplicação nos fundos aprovados, observadas as condições de mercado, os limites estabelecidos e os procedimentos aplicáveis.
Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Palmeira/PR, 21 de agosto de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Presidente do Comitê de Investimentos

JOSÉ MARCOS DZIADZIO
Membro do Comitê de Investimentos

JOÃO JEIVES PINHEIRO
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:CFC9C989

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.317 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR LUCAS HENRIQUE FONSECA

Portaria n.º 1.317 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1361,58 (mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos), ao servidor Lucas Henrique Fonseca, CPF nº105.XXX.XX9-82, com a finalidade de custear despesas para participação no evento “24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência”, nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:10F3E8B0

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.318 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS À SERVIDORA FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ

Portaria n.º 1.318 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1361,58 (mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos), à servidora Francine Albuquerque Cruz, CPF nº040.XXX.XX9-50, com a finalidade de custear despesas para participação no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência", nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:23C4AB0C

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.319 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR JOÃO ERALDO MARTINS PADILHA

Portaria n.º 1.319 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1815,44 (mil oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), ao conselheiro João Eraldo Martins Padilha, CPF nº004.XXX.XX9-36, com a finalidade de custear despesas para participação no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência", nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:624FB328

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.320 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS À CONSELHEIRA JOCIANE HARTMANN

Portaria n.º 1.320 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1815,44 (mil oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), à conselheira Jociane Hartmann, CPF nº041.XXX.XX9-39, com a finalidade de custear despesas para participação no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência", nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:F369CE5B

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.321 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS À CONSELHEIRA MICHELE APARECIDA BATISTA

Portaria n.º 1.321 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1815,44 (mil oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), à conselheira Michele Aparecida Batista, CPF nº062.XXX.XX9-48, com a finalidade de custear despesas para participação no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência", nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:E768B701

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.322 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS À CONSELHEIRA MIRIAN DO CARMO PRESTES CRUCHELSKI

Portaria n.º 1.322 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8495/2026, resolve:
Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1815,44 (mil oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), à conselheira Mirian do Carmo Prestes Cruchelski, CPF nº748.XXX.XX9-91, com a finalidade de custear despesas para participação no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência", nos dias 16 a 18 de setembro de 2026, no local: Hotel Gran Carimã, em Foz do Iguaçu - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:A5572294

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.323 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS À SERVIDORA DAYSI BATISTA PINHEIRO DE LIMA

Portaria n.º 1.323 de 11/09/2026

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei Municipal n° 4420/2017, considerando o teor do processo protocolado sob nº 8579/2026, resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de diárias, no valor individual de R$1815,44 (mil oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), à servidora Daysi Batista Pinheiro de Lima, CPF nº081.XXX.XX9-90, com a finalidade de custear despesas para participação na capacitação "Retificação da DIRF – Adesão ao PGD-C", a ser realizada presencialmente nos dias 16 e 17 de setembro de 2026, junto à Elotech Gestão Pública, no Município de Maringá - Paraná.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:BCCE53FD

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.324 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO À SERVIDORA FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ

Portaria n.º 1.324 de 11/09/2026

A Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, resolve:

Art 1º - Autorizar a concessão de adiantamento no valor individual de R$ 1.000,00 (mil reais), à Diretora Presidente do RPPS Francine Albuquerque Cruz, CPF nº 040.xxx.xxx-50, com a com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso II.
Art 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada à prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente – RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:FF5A14EE

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.325 DE 11/09/2026 - CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOÀ SERVIDORA DO DAYSI BAPTISTA PINHEIRO DE LIMA

Portaria n.º 1.325 de 11/09/2026

A Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e conforme Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, resolve:

Art 1º - Autorizar a concessão de adiantamento no valor individual de R$ 600,00 (seiscentos reais), à servidora do RPPS, Daysi Baptista Pinheiro de Lima, CPF nº 081.xxx.xxx-90, com a com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso II.
Art 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada à prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente – RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:063864CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 178/2025 - ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Rua Luiza Trombini Malucelli, n° 134, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, neste ato representado por sua Secretária de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e a **ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE - AMB,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 81.078.297/0001-00**, com sede na Rua José Adriano de Freitas, nº 427, Bairro Rocio I, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Hugo Kreusch**, portador da cédula de identidade R.G nº 1.***.***-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n° 357.***.***-00, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, considerando o contido no processo administrativo nº 1621/2026, resolvem formalizar o presente Termo Aditivo, em

conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do termo, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 06 (seis) meses a contar de 15 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Termo de Fomento nº 178/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE A eficácia do presente Termo Aditivo fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, 03 de setembro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
JOCELI GOMES CUNHA
CPF/MF sob o n.º 024.xxx.xxx-50
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

Associação Menonita Beneficente
CNPJ/MF sob o nº 81.078.297/0001-00
HUGO KREUSCH
CPF/MF sob o nº 357.***.***-00
Presidente
Organização da Sociedade Civil

Testemunhas:

_____
Nome:
RG nº:

_____
Nome:
RG n° :

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:242D873D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 155/2024 - LAR ACELINO

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **LAR ACELINO,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº** 79.573.150/0001-44, estabelecida na Avenida das Palmeiras, nº 896, Colônia Francesa, Palmeira/PR, neste ato representada por seu presidente **Sr. João Vitor Valle Aniceto, portador da cédula de identidade nº 4.***.***-00, inscrita no CPF/MF nº 056.***.***-35,** residente e domiciliado nesta Comarca, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** de comum acordo, resolvem adequar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 155/2024, pactuado entre ambos, baseando-se na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, pelo processo administrativo nº 1129/2026 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 155/2024, visando:
* a modificação das seguintes rubricas: “VENCIMENTOS E SALÁRIOS" de R$ 255.989,10 para R$ 233.105,69; " FGTS" de R$ 21.600,00 para R$ 20.125,19; " 13º SALÁRIO" de R$ 21.308,10 para R$ 20.370,92; "GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO" de R$ 20.633,56 para R$ 50.077,55; "SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO" de R$ 7.000,00 para R$ 4.979,20 e " SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES" de R$ 2.500,00 para R$ 859,70. E inclusão da rubrica " GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS" no valor de R$ 6.426,00.
* a utilização dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 6.913,49 passando o valor total de R$ 339.230,76 para R$ 346.144,25.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 155/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE: A eficácia do presente Termo de Apostilamento, fica condicionada à publicação do seu teor em Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de Setembro de 2026.

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:017AACD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 159/2025

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0002-67**, estabelecida na Rua Conceição, nº 1853, Centro, Palmeira/PR, neste ato representada por seu presidente

Sr. Dietmar Kliewer, portador da cédula de identidade nº 4.*.***-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 583.***.***-20**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** de comum acordo, resolvem adequar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Fomento nº 159/2025, pactuado entre ambos, baseando-se na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, pelo processo administrativo nº 1989/2026 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Plano de Trabalho inserido ao Termo de Fomento nº 159/2025, visando:

* a modificação das seguintes rubricas: " MATERIAL DE EXPEDIENTE" de R$ 515,00 para R$ 443,50; " OUTRAS MATERIAIS DE CONSUMO" de R$ 3.234,00 para R$ 3.019,00; " OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA " de R$ 78.200,00 para R$ 81.738,81.

* a utilização dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 3.252,31 passando o valor total de R$ 89.577,00 para R$ 92.829,31.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 159/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE: A eficácia do presente Termo de Apostilamento, fica condicionada à publicação do seu teor em Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de Setembro de 2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

DIETMAR KLIEWER
Associação Menonita de Assistência Social - AMAS
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:9105DC46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES - PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR

A Comissão Especial Eleitoral, constituída nos termos da Resolução nº 08/2026 e suas alterações, responsável pela condução do Processo de Escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar do Município de Palmeira, torna público o **Resultado Definitivo das Inscrições**.
Decorrido o prazo estabelecido para apresentação de impugnações e recursos, foram analisadas as inscrições apresentadas, permanecendo, após a análise, a situação definitiva dos candidatos conforme relação abaixo:

Nº	CANDIDATO(A)	SITUAÇÃO
01	Silvane Aparecida de Souza	DEFERIDA
02	Tatiane Cordeiro	DEFERIDA
03	Jean Carlos da Silva	DEFERIDA
04	Patrícia Kunz Bordinhão	DEFERIDA
05	Gabrieli Ferreira	DEFERIDA
06	Maria Gabriele Meira	INDEFERIDA

•
Inscrição **INDEFERIDA** é em razão da ausência de documentação exigida no edital.

Os candidatos cujas inscrições foram DEFERIDAS ficamhabilitados para as etapas subsequentes do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as demais disposições previstas no edital.

Palmeira, 11 de setembro de 2026

FRANCIELLE SOVINSKI
Secretária Executiva CMDCA

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3777BA33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº 26.558, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEIO DE ALIMENTAÇÃO DE DELEGAÇÃO ESPORTIVA - ERNESTO KINDL JUNIOR - RETIFICADA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 8093/2026 e com fundamento na Lei Municipal nº 6.316, de 20 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de auxílio financeiro para custeio de alimentação de delegação esportiva, destinado exclusivamente à cobertura de despesas com alimentação de atletas e/ou paratletas que representem oficialmente o Município em competições esportivas realizadas fora do território municipal.

Art. 2º Fica o servidor responsável pelo recebimento do auxílio obrigado a prestar contas, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 6.316, de 20 de março de 2026.
Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do retorno da competição.
Servidor: Ernesto Kindl Junior – Professor de Edução Física
CPF: 976.xxx.xxx-68
Valor total do auxílio: R$ 1147,90 (mil cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)
Data: 13/09/2026
Evento: Copa Cidade de Voleibol - AMCG
Local: Carambeí/ Paraná

Previsão orçamentária:
Dotação: 11.001.27.811.0026.2.080.3.3.90.48.00.00
Fonte: 21000

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3C6F3130

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.880 DE 02/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF/CPF sob o nº 33.458.003/0001-22**, localizada na Rua Santos Dumont, nº 620, sala 73, Centro, Rolândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago de Castro Silveira**, inscrito no **CPF/MF sob nº 022.279.289-21**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 8007/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 1 (um) mês a contar de 28 de setembro de 2026 até 28 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, data da assinatura.

WILSON CARLOS HASS
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:EA509FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1367/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal, **Sra KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrito **no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF/CPF sob o nº 33.458.003/0001-22**, localizada na Rua Santos Dumont, nº 620, sala 73, centro – Rolândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago de Castro Silveira**, inscrito no CPF/MF sob nº **022.279.289-21**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 8004/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1367/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência contratual, fica ajustada a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) mês, a contar de 27 de setembro de 2026 até 27 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, data da assinatura.

Testemunhas:

_____
Wilson Carlos Hass
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A96129EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026
Processo Administrativo: nº 12/2026
Dispensa de Licitação: nº 08/2026
Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL-PR, inscrita no CNPJ nº 77.778.660/0001-22.

CONTRATADA: RORATO & MOLERO LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.214.712/0001-10, com sede na travessa Treze de Dezembro, nº 45, Centro, Município de Ourinhos, Estado de São Paulo.

OBJETO: Prestação de serviços de tecnologia da informação por empresa especializada, destinados ao desenvolvimento, implantação, hospedagem, manutenção e suporte técnico do website institucional da Câmara Municipal de Palmital – PR, compreendendo a migração dos conteúdos e funcionalidades existentes, incluindo a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e a criação e gestão de contas de correio eletrônico institucional, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DATA DO CONTRATO: 11 de setembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Item 01 será executado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço. Após o aceite da implantação, terá início a execução dos serviços continuados correspondentes ao Item 02, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, desde que atendidos os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

VALOR DO ITEM 01 (serviço): R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

VALOR DO ITEM 02 (mensal): R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL: R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado conforme a efetiva execução dos serviços, sendo o **ITEM 01** pago após a conclusão dos serviços, mediante verificação de sua conformidade e respectivo

aceite pela CONTRATANTE, e o **ITEM 02** pago mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços no período correspondente e o respectivo ateste da fiscalização, observadas as condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital/PR.

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:DE5E486B

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 20 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 20 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Férias a Servidora Pública e dá outras providências.

a Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, parágrafo único, inciso XIX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital, resolve:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora pública **EDIANE COLUCCI FERRERIA**, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2025 a 05 de março de 2026, para serem usufruídas no período de **14 à 18 de setembro de 2026**, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos 78 a 81 da Lei Municipal 14/91 – Estatuto do Funcionário Público de Palmital.

Art. 2º Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no próximo dia útil subsequente **(21 de setembro de 2026)**.

Art. 3º Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:0135F310

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

OBJETO: Prestação de serviços de tecnologia da informação por empresa especializada, destinados ao desenvolvimento, implantação, hospedagem, manutenção e suporte técnico do website institucional da Câmara Municipal de Palmital – PR, compreendendo a migração dos conteúdos e funcionalidades existentes, incluindo a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e a criação e gestão de contas de correio eletrônico institucional.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a regularidade dos atos praticados no Processo Administrativo nº 12/2026 – Dispensa de Licitação nº 08/2026, bem como o Relatório Final de Julgamento apresentado pela Agente de Contratação,

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto da presente Dispensa de Licitação à empresa **RORATO & MOLERO LTDA. – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.214.712/0001-10, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo às exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência.

HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 12/2026 – Dispensa de Licitação nº 08/2026, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, em favor da empresa abaixo identificada:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Serviço	Desenvolvimento, implantação e migração do website institucional, conforme especificações do Termo de Referência.	R$ 250,00	R$ 250,00
02	12	Mensal	Hospedagem, manutenção e suporte técnico do website institucional, incluindo a gestão de contas de correio eletrônico, Ouvidoria e e-SIC.	R$ 250,00	R$ 3.000,00

Empresa vencedora: RORATO & MOLERO LTDA. – EPP
CNPJ: 20.214.712/0001-10
Valor do Item 01: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Valor mensal do Item 02: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Valor global: R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).
Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação, bem como a publicação deste Termo e dos demais atos exigidos pela legislação vigente.

Publique-se. Cumpra-se.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital/PR

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:57C98F0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1533/2026
A Secretária Municipal de Educação do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: EVA APARECIDA DE SOUZA FERREIRA
CARGO: SUPORTE PEDAGÓGICO
CPF N°836.709.639-87 **MATRÍCULA n.º** 6651
OBJETIVO DA VIAGEM: II SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS - NCPM 2026.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR **Código do IBGE**: 4108304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 01 de Setembro de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal da Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:D312B85D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1534/2026
A Secretária Municipal de Educação do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: SUZIELEN SOARES KLABUNDE
CARGO: PROFESSORA - PEDAGOGA
CPF N° 072.129.379-40 **MATRÍCULA n.º** 50661
OBJETIVO DA VIAGEM: II SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS - NCPM 2026.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR **Código do IBGE**: 4108304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 01 de Setembro de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal da Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:4E422204

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1535/2026
A Secretária Municipal de Educação do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: VANDERLEI RETCHESKI
CARGO: PROFESSOR - PEDAGOGO
CPF N° 073.221.189-10 **MATRÍCULA n.º** 51335
OBJETIVO DA VIAGEM: II SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS - NCPM 2026.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR **Código do IBGE**: 4108304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 01 de Setembro de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal da Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:3A4B0F49

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1536/2026
A Secretária Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: HERIK FERNANDO ZANELLA DA LUZ
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO AGRICULTURA FAMILIAR
CPF N. 800.302.699.700 **MATRÍCULA n.º** 54856
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE E ENTREGA DE MATERIAIS DE COLETA JUNTO A ADAPAR AOS CORREIOS, DESTINADOS Á ANÁLISE LABORATORIAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/09/2026
Data de Retorno: 01/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 01 de Setembro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:5133A90B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 35/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 96/2026
REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO ESPORTIVO MODULADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES..**

DATA DE ABERTURA: 24/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 11 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:B9B29ACE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 55 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 55 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

ESTABELECE AS ENTIDADES E ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO, NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO CARLOS ROSSI, PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas na alínea "e", inciso I do artigo 88 da Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO o contido no artigo 3º caput e §1º da Lei Municipal nº 1.291/2024, que que cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Saneamento (CMMAS) e institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Saneamento (FMMAS),

DECRETA:

Art. 1° Ficam estabelecidas as seguintes entidades e órgãos representativos, bem como nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento:
Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar;
Titular: Gustavo dos Reis Gomes
Suplente: Bruna Durat Coelho
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Palmital;
Titular: Luiz Fernando Santiago
Suplente: Thainara Morador Lopes
Secretaria Municipal de Saúde de Palmital;
Titular: Izaldete Prestes Líber
Suplente: Cheila Pecheka Ribeiro de Jesus
Secretaria Municipal de Educação de Palmital;
Titular: Andressa Nairne
Suplente: Luciana Ap. De Oliveira Santiago
Associação Comercial e Industrial de Palmital;
Titular: Valdecir Muller
Suplente: Lucas Antunes Marmith
Associação de Preservação de Rios e Nascentes de Palmital – Aprenarp;
Titular: João Ludke Filho
Suplente: Ronald Ludk
Central das Associações de Produtores Rurais de Palmital – Capral;
Titular: Mari Osni Mendes da Rosa
Suplente: Valdeni Mendes da rosa
Usuários de Serviço de Saneamento Básico de Palmital
Titular: Silmara Caetano

Suplente:Lucas Ghiorzi

Parágrafo Único. As competências, atribuições e período de mandato dos membros do Conselho estão previstas no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.291/2024.

Art. 2º Fica nomeada a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Saneamento como administradora do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (FMMAS), nos termos do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.291/2024:
Rosilda Gomes da Silva.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmital, aos 11 dias do mês de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:DC610DE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 56/2026 - ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

DECRETO Nº 56 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Institui, no âmbito dos concursos públicos e processos seletivos do Município de Palmital, hipóteses de isenção de taxa de inscrição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 83, inciso V, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
CONSIDERANDO o princípio constitucional da isonomia e a necessidade de assegurar amplo acesso da população aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, que prevê a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos da administração pública federal para candidatos doadores de medula óssea e para candidatos integrantes de família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
CONSIDERANDO que, muito embora a Lei Federal nº 13.656/2018 não se aplique automaticamente aos Municípios, o item "o" da Recomendação Administrativa nº 18/2023, do Ministério Público do Estado do Paraná (Inquérito Civil MPPR nº 0099.23.000629-0), acatada pelo Município de Palmital, recomendou a observância, em atenção ao Princípio da Simetria, da referida legislação federal nos editais de concurso público municipais;
CONSIDERANDO que a taxa de inscrição em concurso público não ostenta natureza tributária, tratando-se de preço público destinado a ressarcir os custos operacionais do certame, o que autoriza sua disciplina por meio de decreto;
DECRETA:
Art. 1º Os editais de concurso público e de processo seletivo simplificado do Município de Palmital deverão prever a possibilidade de isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que comprovar, alternativamente:
I - estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e ser membro de família cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo nacional; ou
II - ser doador de medula óssea cadastrado em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.
§ 1º A isenção de que trata este artigo deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, no prazo estabelecido no respectivo edital, contendo, no caso do inciso I do caput, o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico, acompanhado de declaração de que atende à condição de renda estabelecida, e, no caso do inciso II do caput, comprovante de inscrição como doador de medula óssea emitido por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.
§ 2º Compete à instituição organizadora do certame, ou ao órgão municipal responsável, consultar o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, na forma prevista no edital.
§ 3º A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções penais e administrativas cabíveis, além da eliminação do concurso público ou processo seletivo, a qualquer tempo, ainda que já tenha sido nomeado ou empossado.
Art. 2º O edital de abertura de cada concurso público ou processo seletivo poderá prever hipóteses adicionais de isenção de taxa de inscrição, tais como para candidatos desempregados ou em situação de vulnerabilidade social devidamente comprovada, observados os princípios da razoabilidade e da isonomia.
Art. 3º Não haverá restituição da taxa de inscrição em favor de candidato que, tendo obtido a isenção, não realizar sua inscrição no certame dentro do prazo, nem em favor do candidato que efetuar o pagamento da taxa após já lhe ter sido deferida a isenção.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos editais de concurso público e de processo seletivo publicados a partir de então, revogadas as disposições em contrário.
.

Palmital-PR, 11 de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:075D1CE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 159/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE Conceder o benefício: **PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DE INATIVO**
NOME DO SEGURADO: **PAULO CARVALHO FRANÇA**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
420.707-6	002.204.349-72	06145	Financeiro

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/2011 e 142/2012, Decreto 2944/2012, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02 e CF/1988 em seu Artigo 40, parágrafo 7º, inciso I com redação dada pela EC nº 41/2003.

FORMA DE CÁLCULO: Valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE-PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº REQUIRIDO EM INÍCIO
70177/2026 24/08/2026 01/09/2026

O beneficiário abaixo especificado, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 053/2006 e alterações:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	COTA PARTE	VIGÊNCIA BENEF.
WERA LUCIA AMATES FRANÇA	CÔNJUGE	100%	INDETERMINADO

ÓRGÃO DE ORIGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 09 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:664DF9FC

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 160/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 160 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 5.823 de 24 de dezembro de 2024. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

Conceder a servidora, **THAIS ANDRESSA DE LEÃO**, Conselheira da Paranaguá Previdência, matrícula n° 2726-01, a importância correspondente a 4 (diárias) de 102 (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedida por esta Portaria, participará do **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência".**
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:9138187E

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 161/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 161 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **PAULO CHARBUB FARAH**, Conselheiro da Paranaguá Previdência, matrícula n° 1860-01, a importância correspondente a 04 (diárias) de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ R$1.830,25 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e cinco centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência".**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:4212ECE0

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 162/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 162 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 5.823 de 24 de dezembro de 2024. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

Conceder a servidora **BERNADETE PEREIRA DA SILVA**, Diretora de Benefícios da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90057-2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$2.207.06 (Dois mil, duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedida por esta Portaria, participará do "**"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:2C8C3AE8

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 163/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 163 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora **JANETE ISABEL PASSOS**, Conselheira da Paranaguá Previdência, matrícula n° 4419-01, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,25 (Um mil, oitocentos e trinta reais e vinte e cinco centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedida por esta Portaria, participará do **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência**".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:96A0FE1A

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 164/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 164 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora **JUSSIMARA NASCIMENTO FANINI**, Conselheira da Paranaguá Previdência, matrícula n° 0277601, a importância correspondente a 04 (quatro diárias) de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Um mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedida por esta Portaria, participará do **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência".**
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:9111C219

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 165/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 165 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora, **TANIA REGINA DA SILVA**, Conselheira da Paranaguá Previdência, matrícula n° 0690401, a importância correspondente a 4 (quatro diárias) de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Um mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.
II - A servidora, beneficiária das diárias concedida por esta Portaria, participará do "**24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:4C19EAC1

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 166/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 166 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Concedera a servidora **ZENILDA SOUZA COSTA CRUZ**, Conselheira da Paranaguá Previdência, matrícula n° 02489-1, a importância correspondente a 4 (quatro diárias) de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária da diária concedida por esta Portaria, participará do: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:80AD4897

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 167/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 167 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **SIDNEI FRANÇA DOS SANTOS**, Diretor Financeiro da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90042-2, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 15 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do evento: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:CD0461A3

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 168/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 168 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I – Conceder ao servidor **CLÁUDIO ROBERTO MARIANO,** membro do Comitê de Investimentos da Paranaguá Previdência, matrícula nº 05182-01, o pagamento de 04 (quatro diárias), correspondentes a 102 UFM`s – Unidade Fiscal do Município, perfazendo o montante total de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), destinado ao custeio de despesas com deslocamento à cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída em 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente exercício.

II – O servidor, na qualidade de beneficiário das diárias ora concedida, participará dos eventos "**24º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV – 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PREVIDÊNCIA".**

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:75DAB77C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 169/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 169 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **JAMIL DE FREITAS MARIA JUNIOR**, Conselheiro da Paranaguá Previdência, matrícula n° 0933901, a importância correspondente a 4 (quatro) diárias de 102 UFM (unidade

de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do exercício.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do evento: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:4F15686C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 170/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 170 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **CARLOS EDUARDO FERLA CORREIA**, Conselheiro da Paranaguá Previdência, matrícula n° 0980303, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do exercício.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do evento: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:EFF6FFD2

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 171/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 171 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **TABAJARA MACHADO DE SOUZA JUNIOR**, Administrador de Rede da Paranaguá Previdência, matrícula n° 9007101, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.830,24 (Mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 16 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do exercício.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do evento: **"24º Congresso Previdenciário da APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios -3° Seminário Internacional De Previdência"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:A8671F90

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 172/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 172 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 74871/2026.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor **ALI EL KADRI**, Diretor Presidente da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90072-1, a importância correspondente a 05 (diárias) de 164 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$3.678,43 (Três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos), para atender as despesas de viagem com destino a FOZ DO IGUAÇU/PR, com saída no dia 15 de setembro e retorno no dia 19 de setembro do corrente exercício.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedida por esta Portaria, participará do evento: **"24º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV – 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PREVIDÊNCIA"**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:47F4462A

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL
RESOLUÇÃO Nº 011/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ

Homologa relação das entidades e organizações para o processo de eleição das Conselheiras representantes das Entidades e Organizações da

Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá –CMDM, para o biênio 2026-2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4649/2025 de 19 de dezembro de 2025; e **CONSIDERANDO:**

O edital 002/2026 que regulamenta o Processo de Eleição das Conselheiras representantes das Entidades e Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá –CMDM, para o biênio 2026-2028.
A análise documental e os pareceres emitidos pela Comissão Eleitoral designada pela Resolução 009/2026 deste Conselho.

O prazo para ajustes e complementação documental previsto no edital 002/2026 do CMDM.

RESOLVE:

Art. 1 – Publicar a relação das entidades/organizações habilitadas.

APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, CNPJ:76,693,225/001-32.

Coletivo Roda D'agua (SEM CNPJ).

Instituto Peito Aberto, CNPJ: 21,875,101/0001-86.

Núcleo de Direitos Marielle Franco (SEM CNPJ).

Núcleo para Educação para Relações de Gênero – Unespar, CNPJ:75,182,808/001-36.

Rede Feminina de Combate ao Câncer, CNPJ: 04,818,978/0001-16.

União Brasileira de Mulheres, CNPJ: 81.172.116/0001-00.

Art. 2 – Os representantes indicados na documentação de habilitação deverão comparecer no Centro Integrado de Atendimento e Valorização às Mulheres – CIAVAM para eleição das entidades, no dia 16 de setembro de 2026 a partir das 14h, conforme Art. 17º do Edital 002/2026 deste Conselho.

Art. 3- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA MARA DE JESUS BUKAREWICZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:BD5AC162

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
LEI Nº 4.723

LEI Nº 4.723, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

"Acrescenta-se os incisos VI e VII no Art. 2º da Lei nº 3.655, de 18 de abril de 2017."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta-se os incisos VI e VII no art. 2º da Lei nº 3.655, de 18 de abril de 2017, que passa a vigorar com a inclusão dos seguintes itens:

"Art. 2º [...]
[...]

VI - 01 representante do Conselho Municipal do Esporte, por este indicado.

VII – 01 representante da Secretaria da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, por esta indicado."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F967CDC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.143

DECRETO Nº 2.143

"Exonera Decio Alves de Sousa do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

DECIO ALVES DE SOUSA, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:516724B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.144

DECRETO Nº 2.144

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:
Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0006.2.063		Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Rede de Urgência e Emergência	
332 - 3.3.90.39.00.00	303	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000.000,00
Total Suplementação:			2.000.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Receita	
Receita: 1.1.1.4.51.1.1 Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal - Fonte: 1303	2.000.000,00
Total da Receita:	2.000.000,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:382D6400

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 351

LEI COMPLEMENTAR Nº 351, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

”Concede redução temporária na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para o serviço de transporte de cargas previsto no subitem 16.03 do Anexo I da Lei Complementar nº 111, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar nº 262, de 2021, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedida, em caráter provisório e temporário, a redução na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a prestação de serviços previstos no subitem 16.03 (Transporte de cargas) do Anexo I da Lei Complementar nº 111, de 18 de dezembro de 2009, com as alterações da Lei Complementar nº 262, de 29 de setembro de 2021.

§ 1º A base de cálculo do imposto para os serviços descritos no caput deste artigo fica fixada em 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor nominal, equivalendo a uma redução de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º O benefício fiscal ora instituído será aplicado estritamente até o dia 31 de dezembro de 2026.

§ 3º A redução aplica-se exclusivamente aos prestadores de serviços regularmente estabelecidos e licenciados no Município de Paranaguá que cumpram com os requisitos e obrigações acessórias previstos na legislação tributária municipal.

Art. 2º Em estrito cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita instituída por esta Lei Complementar consta demonstrado no anexo técnico que a integra, restando compensado nos termos da legislação vigente sem prejuízo às metas fiscais do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente e de forma automática todos os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, data em que a base de cálculo do ISSQN para o subitem 16.03 retornará à sua integralidade original, sem os descontos previstos nesta Lei.

PARANAGUÁ, Palácio São José, em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59468C3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.724

LEI Nº 4.724, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

“DENOMINA-SE DE MÁRIO PINTO DO NASCIMENTO, A UMA RUA OU LOGRADOURO PÚBLICO DE PARANAGUÁ.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Mário Pinto do Nascimento, a uma rua ou logradouro Público de Paranaguá.

Art. 2º Os órgãos competentes de nossa municipalidade deverão promover todas as anotações e às sinalizações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:77326FFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.725

LEI Nº 4.725, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA-SE DE EUDES MARQUES VIANNA FILHO, A UMA RUA OU LOGRADOURO PÚBLICO DE PARANAGUÁ."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de EUDES MARQUES VIANNA FILHO, a uma rua ou logradouro Público de Paranaguá.

Art. 2º Os órgãos competentes de nossa municipalidade deverão promover todas as anotações e às sinalizações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:92174EEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.833

PORTARIA N° 2.833

"Desligar, por motivo de aposentadoria compulsória, o servidor Antônio de Oliveira."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n° 203/2017, Decreto n° 897/2018; considerando o que estabelece o Art. 51 da Lei nº 8.213/1991, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 72.701/2026,

RESOLVE:

I - Desligar, compulsoriamente, a partir de 07 de setembro do corrente, o servidor ANTÔNIO DE OLIVEIRA, Motorista, matrícula nº 2.792-1, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 11 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7C5DD3A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.834

PORTARIA N° 2.834

"Desligar, por motivo de aposentadoria compulsória, o servidor Amauri Gonçalves de Miranda."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n° 203/2017, Decreto n° 897/2018; considerando o que estabelece o Art. 51 da Lei nº 8.213/1991, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 72.701/2026,

RESOLVE:

I - Desligar, compulsoriamente, a partir de 22 de setembro do corrente, o servidor AMAURI GONÇALVES DE MIRANDA, Agente Operacional, matrícula nº 7.335-1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 11 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4AEA4CC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.832

PORTARIA Nº 2.832

"Desliga por motivo de falecimento a servidora Sonia Cozer de Souza."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, e tendo em vista o contido no protocolado nº 73.528/2026,

RESOLVE:

I - Desligar por motivo de falecimento a servidora SONIA COZER DE SOUZA, matrícula nº 5.012-1, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, a partir de 15 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 11 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BB87233C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1.653/2026 - PAD 001/2026

Processo Administrativo n° 74.168/2026,

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1.653/2026 - PAD 001/2026
SERVIDOR INTERESSADO: PETERSSON STYVE FALANGA, Matrícula nº 8.937-1

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no exercício de suas atribuições, considerando a Defesa

Técnica apresentada tempestivamente pelo servidor interessado em 03/09/2026; considerando a necessidade de assegurar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa; e considerando a pertinência de oportunizar a complementação documental das alegações defensivas antes da elaboração do Relatório Final, TORNA PÚBLICA a deliberação pela CONCESSÃO DE PRAZO SUPLEMENTAR DE 10 (DEZ) DIAS PARA A COMPLEMENTAÇÃO DOCUMENTAL DA DEFESA, contados da publicação do presente ato, sem prejuízo da plena validade e posterior apreciação da manifestação já apresentada.

Paranaguá, 11 de setembro de 2026.

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9F6FB18B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE PARANAGUÁ

Resolução nº 001/2026 - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paranaguá - PR.

> "Delibera sobre a composição da mesa diretiva do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paranaguá."

O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paranaguá, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.641 de 2025, e conforme o que consta no protocolado sob nº 73.901/2026;

CONSIDERANDO o Art. 27 da Lei 4.641 de 2025 que dispõe sobre a composição deste Conselho;

CONSIDERANDO a posse dos representantes indicados pelas Secretarias Municipais e Organizações da Sociedade Civil em reunião ordinária, realizada no dia 17 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a eleição dos representantes eleitos pela plenária em reunião ordinária realizada no dia 17 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Deliberar sobre a Composição da Mesa diretiva do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paranaguá, com os seguintes membros:

Presidente: Cleverson dos Santos Pereira - Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação;

Vice-presidente: Fernando Henrique Lerner - Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá - UNESPAR;

Secretário: João Antonio Chaves Miquilini - Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação de Paranaguá - AGU.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de setembro de 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE PARANAGUÁ

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:8DD763C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 075/2025 CIRÚRGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI CNPJ: 07.120.917/0001-79

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 075/2025
CIRÚRGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI
CNPJ: 07.120.917/0001-79

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CIRÚRGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI

Data: 14/09/2026

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **075/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **90 (NOVENTA) DIAS** contados a partir de **02 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **01 DE DEZEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias
Pregão Eletrônico n°: 008/2024
Registro de Preços n°: 008/2024
Processo Administrativo n°: 71900/2026

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
FELIPE BULKA TKATCHUK

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:E07ED5F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 094/2026 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE CNPJ: 43.942.358/0001-46

EXTRATO DE CONTRATO N° 094/2026
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE
CNPJ: 43.942.358/0001-46

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE

Data: 14/09/2026

Objeto: Contrato nº **094/2026**. "O presente contrato tem por objeto a contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à estruturação de projeto de Concessão Comum ou Parceria Público-Privada (PPP), compreendendo a elaboração de estudos de viabilidade técnica, operacional, econômico-financeira, ambiental, regulatória e jurídica, bem como a modelagem da contratação, incluindo a elaboração de minutas de editais, contratos e respectivos anexos, visando à delegação dos serviços públicos de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Paranaguá/PR, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 45441/2026. "

Prazo de vigência: 14 (quatorze) meses.
Dispensa de Licitação nº: 034/2026
Processo Administrativo n°: 45441/2026

Valor: R$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
MARIA HELENA GARCIA PALLARES ZOCKUN
BRUNO TEODORO OLIVA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A37455C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 099/2026 RM DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA CNPJ: 58.357.428/0001-76

EXTRATO DE CONTRATO N° 099/2026
RM DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
CNPJ: 58.357.428/0001-76

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
RM DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

Data: 14/09/2026

Objeto: Contrato nº **099/2026**. "O objeto do presente instrumento é a **"contratação de pessoa jurídica especializada e regularmente habilitada para prestação de serviços de diagnóstico por imagem"**, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, em carater **excepcional, temporário, subsidiário e transitório**, destinando-se exclusivamente à garantia da continuidade da assistência diagnóstica aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS durante o período necessário à consolidação da solução definitiva adotada pela Administração, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais Anexos, nos termos do procedimento licitatório modalidade Dispensa de Licitação nº 035/2026."

Prazo de vigência: 06 (seis) meses.
Dispensa de Licitação nº: 035/2026
Processo Administrativo n°: 34062/2026

Valor: R$ 65.366,34 (Sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis e trinta e quatro centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
RICARDO MIROSKI DE OLVEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:33966797

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 10.413/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

•
REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES

•
Aos quatro dias do mês de setembro do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, Paranaguá/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI, representada pelo Secretário Municipal Senhor THIAGO CASAS DO NASCIMENTO, Secretaria Municipal de Segurança – SEMSEG, representada pelo Secretário Municipal Senhor FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULTUR, representada pelo Secretário Municipal Senhor JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – SEMMA, representada pela Secretária Municipal Senhora FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca – SEMDESP, representada pelo Secretário Municipal Senhor MARCIO LUIS PEDRERO VEGA, Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, representada pelo Secretário Municipal Senhor THIAGO THEMANSKI CAMPOS, Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, representada pelo Secretário Municipal Senhor DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO, Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial – SEMUPLA, representada pela Secretária Municipal Senhora VANIA PESSOA RODRIGUES FOES, Procuradoria Geral do Município – PROGEM, representada pelo Procurador Municipal Senhor TIAGO FONTES CESAR LEAL, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU, representada pelo Secretário Municipal Senhor ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA, Controladoria Geral do Município – COGEM, representada pelo Controlador Senhor RAUL DA GAMA E SILVA LUCK, Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, representada pelo Secretário Municipal Senhor JOSÉ MIGUEL PEREIRA, Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOP, representada pelo Secretário Municipal Senhor EDUARDO FELIPE MIRANDA, Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação – SETRIN, representada pelo Secretário Municipal Senhor CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA, Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial – SEMDIR, representada pela Secretária Municipal Senhora CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO, Secretaria Regional da Ilha dos Valadares – SERVAL, representada pelo Secretário Municipal Senhor LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, representada pelo Secretário Municipal Senhor CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA, Secretaria Municipal de Inclusão – SEMI, representada pelo Secretário Municipal Senhor HALLESON RICARDO STIEGLITZ, Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento – SEMFA, representada pelo Secretário Municipal Senhor VERONICA MARODIM MARQUES, Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos – SEMFISC, representada pela Secretária Municipal Senhora ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS, Secretaria Municipal de Desenvol. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária – SEDEHAB, representada pela Secretária Municipal Senhora LEONICE LARA LACERDA, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM, representado pelo Capitão da 1ª Cia do 8º Batalhão de Bombeiro Militar, Senhor GIOVANE FONTES VALENGA e Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária – SEMEXPORT, representada pelo Secretário Municipal Senhor LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO, doravante denominados ÓRGÃOS GERENCIADORES, por intermédio das Secretarias Municipais, representada pelos Secretários, resolvem registrar os preços da empresa abaixo qualificada, vencedora do Pregão Eletrônico nº 040/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de papel higiênico e copos descartáveis, para atender às Secretarias Municipais de Paranaguá, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 4.319/2023, edital, anexos e proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições seguintes.

•

DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO			
EMPRESA: Elenice Leão Fanine - ME	***CNPJ: 07.845.024/0001-90***	***FONE: (41) 3038-5044***	***E-MAIL: laf@lafdistribuidora.com.br***
ENDEREÇO: Rua Conselheiro Sinimbú, nº 227 – Centro	***MUNICÍPIO/UF: Paranaguá/PR***	***CEP: 83203-030***	***BANCO/AGÊNCIA/CONTA: Bradesco / 048 - 256253-7***
REPRESENTANTE LEGAL: Elenice Leão Fanine	***CPF: 742.227.919-20***	***RG: 4.519.802-2***	***CARGO: Empresária***

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA RECEBIMENTO DE ORDENS/EMPENHOS: laf@lafdistribuidora.com.br

LOTE	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1 EXCLUSIVO	PACOTE	1120	Papel Higiênico Rolão 300m, pacote com 08 rolos de 300 metros, papel simples de alta qualidade, alta absorção e maciez, 100% celulose virgem, neutro, folha picotada, medindo 10cm de largura.	R$ 28,50	R$ 31.920,00	Flor do campo
2 EXCLUSIVO	PACOTE	5063	Copo Plástico Descartável 50ml c/100 unidades	R$ 2,03	R$ 10.277,89	Forfest
3 EXCLUSIVO	PACOTE	7196	Copo Plástico Descartável 180ml – Cor Branca c/100 unidades	R$ 3,60	R$ 25.905,60	Forfest

•

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO

•

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de papel higiênico e copos descartáveis, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência - Anexo II, nesta Ata e na proposta vencedora.

•

1.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026, seus anexos, o Termo de Referência, a proposta da fornecedora registrada, o resultado homologado e demais documentos que instruem o processo administrativo.

•

1.3. Em caso de divergência entre esta Ata e o edital ou seus anexos, prevalecerão as regras do edital e do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação da legislação vigente.

•

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, QUANTITATIVOS E FORNECEDORES REGISTRADOS

•

2.1. Os preços unitários, quantidades registradas, marcas/modelos, prazos e demais condições do fornecedor registrado constam do quadro de itens desta Ata.

•

2.2. Os quantitativos registrados representam estimativa de consumo da Administração, não configurando obrigação de contratação integral.

•

2.3. O fornecedor registrado obriga-se a fornecer os itens nos preços, marcas/modelos, quantidades, prazos e condições estabelecidas nesta Ata, no edital, no Termo de Referência e em sua proposta.

•

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

•

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua divulgação oficial, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante justificativa formal e pesquisa de preços atualizada, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

•

3.2. A prorrogação da vigência da Ata deverá ocorrer antes do término de sua validade e dependerá de ato formal da autoridade competente, com indicação dos itens abrangidos, prazo prorrogado, justificativa da vantajosidade e documentos que embasarem a decisão administrativa.

•

3.3. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços não autoriza, por si só, acréscimo dos quantitativos registrados, devendo eventual necessidade adicional ser tratada conforme a legislação aplicável, o planejamento da contratação, a vantajosidade dos preços e a disponibilidade orçamentária, mediante justificativa formal da Administração.

•

3.4. Eventual saldo remanescente deverá ser controlado pela Administração conforme os quantitativos registrados, as contratações efetivamente realizadas, a vigência da Ata e as orientações jurídicas aplicáveis ao caso concreto, vedada a ampliação automática dos quantitativos sem fundamento legal, planejamento e justificativa formal.

•

•

CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

•

4.1. O órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços é o Município de Paranaguá, por intermédio das Secretarias responsáveis pela condução do procedimento licitatório e pela gestão da presente Ata.

•

4.2. As Secretarias Municipais participantes serão responsáveis pela gestão e fiscalização das contratações decorrentes desta Ata, no âmbito de suas respectivas demandas, inclusive quanto ao recebimento, conferência, atesto e controle dos saldos.

•

4.3. A fiscalização das contratações decorrentes desta Ata será exercida por fiscais designados por cada órgão ou entidade participante, nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023 e demais normas aplicáveis.

•

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

•

5.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de compra ou outro instrumento hábil admitido pela legislação e pelo edital, conforme o caso.

•

5.2. Antes de cada contratação, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor registrado, especialmente quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista, sem prejuízo de outras exigências previstas no edital.

•

5.3. As aquisições serão realizadas conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, requisições das Secretarias participantes e demais condições previstas no edital e no Termo de Referência.

•

5.4. A ordem de classificação dos fornecedores registrados na Ata e em seu anexo de cadastro de reserva deverá ser observada nas hipóteses de convocação de fornecedor remanescente.

•

CLÁUSULA SEXTA - DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

• **6.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada ao fornecedor registrado preferência em igualdade de condições, quando cabível.

•
6.2. O fornecedor registrado não poderá exigir contratação mínima, indenização, compensação ou pagamento por quantitativo não solicitado pela Administração.

•
CLÁUSULA SÉTIMA - DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

•
7.1. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

•
7.2. Fica vedada a utilização desta Ata por meio de adesão, usualmente denominada "carona", devendo as contratações decorrentes restringir-se aos órgãos e Secretarias participantes do procedimento licitatório, observados os quantitativos registrados, a disponibilidade de saldo e as necessidades administrativas.

•
7.3. Qualquer solicitação de utilização da Ata por órgão ou entidade não participante deverá ser indeferida pelo órgão gerenciador, em razão da vedação expressa prevista nesta cláusula e no edital.

•
CLÁUSULA OITAVA - DA ASSINATURA DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA

•
8.1. Homologada a licitação, o licitante adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

•
8.2. Serão registrados na Ata os preços e quantitativos do adjudicatário, observadas as condições da proposta vencedora e as regras do edital.

•
8.3. Poderão integrar o cadastro de reserva, como anexo desta Ata, os licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário e os licitantes que mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação do certame.

•
8.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, destinando-se à convocação de fornecedores remanescentes nas hipóteses previstas na legislação, no edital e nesta Ata, inclusive em caso de recusa do adjudicatário em assinar a Ata, cancelamento do registro ou impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado.

•
8.5. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva poderá ser verificada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, observada a ordem de classificação e as condições previstas no edital.

•
CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO, NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•
9.1. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas em lei, no edital e no Decreto Municipal nº 4.319/2023, mediante procedimento administrativo próprio e comprovação documental dos fatos que justifiquem a alteração.

•
9.2. Constatado que o preço registrado se tornou superior ao praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor registrado para negociação, visando à redução do preço aos valores de mercado.

•
9.3. Não havendo êxito na negociação para redução dos preços, o registro poderá ser cancelado, observados o contraditório, a ampla defesa e as demais disposições legais aplicáveis.

•
9.4. O fornecedor poderá requerer a revisão dos preços registrados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, desde que demonstre, de forma documental e fundamentada, a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha impactado substancialmente os custos da contratação.

•
9.5. A simples variação ordinária de mercado, desacompanhada de comprovação idônea de impacto relevante nos custos, não autoriza automaticamente a revisão dos preços registrados.

•
CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

•
10.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado quando este descumprir as condições da Ata, do edital ou do Termo de Referência, recusar-se injustificadamente a fornecer os itens, não mantiver as condições de habilitação, não aceitar reduzir o preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado, sofrer sanção que o impeça de contratar com a Administração ou incorrer em outras hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
10.2. O cancelamento do registro será formalizado em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, nesta Ata e na Lei Federal nº 14.133/2021.

•
10.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro em caso de fato superveniente que comprometa a perfeita execução das obrigações assumidas, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

•
10.4. O cancelamento do registro não afasta a responsabilidade do fornecedor por obrigações já assumidas ou por danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

•
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

•
11.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações, marcas/modelos, quantidades, prazos, locais e condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta vencedora.

•
11.2. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

•
11.3. Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, descarregamento, tributos, encargos, seguros, fretes e demais custos necessários ao perfeito fornecimento dos bens.

• **11.4.** Substituir, sem ônus para a Administração, os produtos recusados, defeituosos, avariados ou em desconformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta ou as normas aplicáveis.

• **11.5.** Atender prontamente às solicitações do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e da fiscalização contratual.

•

11.6. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução das obrigações assumidas, inclusive alteração de endereço, contato, e-mail, representante legal ou dados bancários.

•

11.7. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos bens.

•

11.8. Não ceder, transferir ou subcontratar as obrigações decorrentes desta Ata sem prévia e expressa autorização da Administração, quando admitido pelo edital e pela legislação aplicável.

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

•

12.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, controlar os saldos, acompanhar a vantajosidade dos preços registrados e providenciar as publicações e divulgações exigidas pela legislação.

•

12.2. Convocar o fornecedor registrado para assinatura da Ata, contratações decorrentes, negociações de preço e demais atos necessários à execução do registro.

•

12.3. Designar fiscal ou comissão responsável pelo acompanhamento das contratações decorrentes da Ata, conforme a necessidade de cada Secretaria participante.

•

12.4. Receber, conferir e atestar os produtos entregues, recusando aqueles que estiverem em desconformidade com as especificações exigidas.

•

12.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições e prazos estabelecidos no contrato, nota de empenho, edital e Termo de Referência, após o regular recebimento e atesto dos produtos.

•

12.6. Comunicar formalmente ao fornecedor qualquer irregularidade constatada na execução das obrigações assumidas.

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

•

13.1. A entrega dos itens deverá observar os prazos, locais, horários, condições de recebimento, critérios de aceite, garantia e substituição previstos no edital, no Termo de Referência - Anexo II e no instrumento de contratação decorrente desta Ata.

•

13.2. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, segurança, conformidade, vícios ou defeitos dos bens entregues, cabendo-lhe sanar as irregularidades detectadas durante o prazo aplicável.

•

13.3. Os produtos deverão ser entregues novos, em embalagens originais, adequadas, íntegras e identificadas, com observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis, quando cabíveis.

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

•

14.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata sujeitará o fornecedor às sanções previstas no edital, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4.319/2023 e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

•

14.2. As sanções aplicadas em razão da Ata não impedem a aplicação de penalidades específicas decorrentes dos contratos, notas de empenho, autorizações de fornecimento ou ordens de compra eventualmente formalizados.

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE E DISPONIBILIZAÇÃO

•

15.1. O preço registrado, a indicação dos fornecedores, a ordem de classificação, o extrato da Ata e as demais informações pertinentes serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e nos demais meios oficiais de publicidade adotados pelo Município de Paranaguá.

•

15.2. A Ata de Registro de Preços permanecerá disponível durante sua vigência, observadas as regras de transparência, publicidade e controle previstas na legislação.

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

•

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4.319/2023, no edital, no Termo de Referência e nos princípios que regem as contratações públicas.

•

16.2. A assinatura desta Ata implica a aceitação integral das condições estabelecidas no edital, em seus anexos, nesta Ata e na proposta vencedora.

•

16.3. Fica eleito o foro da Comarca de Paranaguá/PR para dirimir eventuais controvérsias decorrentes desta Ata, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

•

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços, que, lida e achada conforme, vai assinada pela autoridade competente e pelo fornecedor registrado.

•

•

Paranaguá, 04 de setembro de 2026

• ***THIAGO CASAS DO NASCIMENTO***	• ***FRANCISCO LEUDOMAR N. DOS SANTOS***
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI	Secretário Municipal de Segurança – SEMSEG

• ***JOSÉ REIS DE FREITAS NETO***	• ***FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE***

Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULTUR	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – SEMMA

• ***MARCIO LUIS PEDRERO VEGA***	• ***THIAGO THEMANSKI CAMPOS***
Secretário Mun. de Desenvolvimento Rural, Abast. e Pesca – SEMDESP	Secretário Municipal de Governo – SEGOV

• ***DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO***	• ***VANIA PESSOA RODRIGUES FOES***
Secretário Municipal de Saúde – SEMSA	Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial – SEMUPLA

• ***TIAGO FONTES CESAR LEAL***	• ***ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA***
Procurador Geral do Município – PROGEM	Secretário Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU

• ***RAUL DA GAMA E SILVA LUCK***	• ***JOSÉ MIGUEL PEREIRA***
Controlador Geral do Município – COGEM	Secretário Municipal de Esportes e Juventude

• ***EDUARDO FELIPE MIRANDA***	• ***CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA***
Secretário Municipal de Obras Públicas – SEMOP	Secretário Municipal de Trabalho e Inovação – SETRIN

• ***CAROLINA DE MIRANDA EV. LOURENÇO***	• ***LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA***
Secretária Mun. da Mulher, Desenvolv. Social e Igualdade Racial – SEMDIR	Secretário Regional da Ilha dos Valadares – SERVAL

• ***CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA***	• ***HALLESON RICARDO STIEGLITZ***
Secretário Municipal de Administração – SEMAD	Secretário Municipal de Inclusão – SEMI

• ***VERONICA MARODIM MARQUES***	• ***ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS***
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento – SEMFA	Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos – SEMFISC

• ***LEONICE LARA LACERDA***	• ***GIOVANE FONTES VALENGA***
Secretária Mun. de Desenvol. Econ., Habit. e Reg. Fundiária – SEDEHAB	Capitão da 1ª Cia / 8º Batalhão de Bombeiro Militar - FUNREBOM

• ***LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO***	• ***ELENICE LEÃO FANINE - ME***
Secretário Municipal de Expansão Industrial e Portuária – SEMEXPORT	Elenice Leão Fanine

•

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:98764B4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

PROCESSO Nº 10.413/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

•

REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES

• Aos quatro dias do mês de setembro do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, Paranaguá/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI, representada pelo Secretário Municipal Senhor THIAGO CASAS DO NASCIMENTO, Secretaria Municipal de Segurança – SEMSEG, representada pelo Secretário Municipal Senhor FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULTUR, representada pelo Secretário Municipal Senhor JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – SEMMA, representada pela Secretária Municipal Senhora FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca – SEMDESP, representada pelo Secretário Municipal Senhor MARCIO LUIS PEDRERO VEGA, Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, representada pelo Secretário Municipal Senhor THIAGO THEMANSKI CAMPOS, Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, representada pelo Secretário Municipal Senhor DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO, Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial – SEMUPLA, representada pela Secretária Municipal Senhora VANIA PESSOA RODRIGUES FOES, Procuradoria Geral do Município – PROGEM, representada pelo Procurador Municipal Senhor TIAGO FONTES CESAR LEAL, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU, representada pelo Secretário Municipal Senhor ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA, Controladoria Geral do Município – COGEM, representada pelo Controlador Senhor RAUL DA GAMA E SILVA LUCK, Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, representada pelo Secretário Municipal Senhor JOSÉ MIGUEL PEREIRA, Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOP, representada pelo Secretário Municipal Senhor EDUARDO FELIPE MIRANDA, Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação – SETRIN, representada pelo Secretário Municipal Senhor CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA, Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial – SEMDIR, representada pela Secretária Municipal Senhora CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO, Secretaria Regional da Ilha dos Valadares – SERVAL, representada pelo Secretário Municipal Senhor LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, representada pelo Secretário Municipal Senhor CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA, Secretaria Municipal de Inclusão – SEMI, representada pelo Secretário Municipal Senhor HALLESON RICARDO STIEGLITZ, Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento – SEMFA, representada pelo Secretário Municipal Senhor VERONICA MARODIM MARQUES, Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos – SEMFISC, representada pela Secretária Municipal Senhora ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS, Secretaria Municipal de Desenvol. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária – SEDEHAB, representada pela Secretária Municipal Senhora LEONICE LARA LACERDA, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM, representado pelo Capitão da 1ª Cia do 8º Batalhão de Bombeiro Militar, Senhor GIOVANE FONTES VALENGA e Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária – SEMEXPORT, representada pelo Secretário Municipal Senhor LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO, doravante denominados ÓRGÃOS GERENCIADORES, por intermédio das Secretarias Municipais, representada pelos Secretários, resolvem registrar os preços da empresa abaixo qualificada, vencedora do Pregão Eletrônico nº 040/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de papel higiênico e copos descartáveis, para atender às Secretarias Municipais de Paranaguá, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 4.319/2023, edital, anexos e proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições seguintes.

DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO			
EMPRESA: Krim Center Atacadista Ltda	*CNPJ: 64.873.775/0001-54*	*FONE: (11) 91113-0170*	*E-MAIL: licitacao@krimcenter.com.br*
ENDEREÇO: Rua Engenheiro Ernesto Markgraf, nº 277, Sala 1 – Vila dos Remédios	*MUNICÍPIO/UF: São Paulo/SP*	*CEP: 05103-030*	*BANCO/AGÊNCIA/CONTA: Banco do Brasil / 1832-5 - 167375-0*
REPRESENTANTE LEGAL: Ildo Rodrigues Lima	*CPF: 263.021.388-92*	*RG: 33.454.016-1 SSP/SP*	*CARGO: Empresária Maioritário*
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA RECEBIMENTO DE ORDENS/EMPENHOS: licitacao@krimcenter.com.br			

LOTE	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
4 COTA DE 25%	FARDO	1075	Papel Higiênico, folha dupla, 100% de fibras virgens naturais, rolos de 30m x 10cm, cor branca, gofrada e picotada. Embalagem: Fardo com 64 rolos, contendo a identificação do produto e do fabricante.	R$ 52,99	R$ 56.964,25	Primavera / Manikraft
5 PARA TODOS	FARDO	3225	Papel Higiênico, folha dupla, 100% de fibras virgens naturais, rolos de 30m x 10cm, cor branca, gofrada e picotada. Embalagem: Fardo com 64 rolos, contendo a identificação do produto e do fabricante.	R$ 52,99	R$ 170.892,75	Primavera / Manikraft

•

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO

•

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de papel higiênico e copos descartáveis, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência - Anexo II, nesta Ata e na proposta vencedora.

•

1.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026, seus anexos, o Termo de Referência, a proposta da fornecedora registrada, o resultado homologado e demais documentos que instruem o processo administrativo.

•

1.3. Em caso de divergência entre esta Ata e o edital ou seus anexos, prevalecerão as regras do edital e do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação da legislação vigente.

•

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, QUANTITATIVOS E FORNECEDORES REGISTRADOS

•

2.1. Os preços unitários, quantidades registradas, marcas/modelos, prazos e demais condições do fornecedor registrado constam do quadro de itens desta Ata.

•

2.2. Os quantitativos registrados representam estimativa de consumo da Administração, não configurando obrigação de contratação integral.

• **2.3.** O fornecedor registrado obriga-se a fornecer os itens nos preços, marcas/modelos, quantidades, prazos e condições estabelecidas nesta Ata, no edital, no Termo de Referência e em sua proposta.

•

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

•

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua divulgação oficial, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante justificativa formal e pesquisa de preços atualizada, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

•

3.2. A prorrogação da vigência da Ata deverá ocorrer antes do término de sua validade e dependerá de ato formal da autoridade competente, com indicação dos itens abrangidos, prazo prorrogado, justificativa da vantajosidade e documentos que embasarem a decisão administrativa.

•

3.3. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços não autoriza, por si só, acréscimo dos quantitativos registrados, devendo eventual necessidade adicional ser tratada conforme a legislação aplicável, o planejamento da contratação, a vantajosidade dos preços e a disponibilidade orçamentária, mediante justificativa formal da Administração.

•

3.4. Eventual saldo remanescente deverá ser controlado pela Administração conforme os quantitativos registrados, as contratações efetivamente realizadas, a vigência da Ata e as orientações jurídicas aplicáveis ao caso concreto, vedada a ampliação automática dos quantitativos sem fundamento legal, planejamento e justificativa formal.

•

•

CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

•

4.1. O órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços é o Município de Paranaguá, por intermédio das Secretarias responsáveis pela condução do procedimento licitatório e pela gestão da presente Ata.

•

4.2. As Secretarias Municipais participantes serão responsáveis pela gestão e fiscalização das contratações decorrentes desta Ata, no âmbito de suas respectivas demandas, inclusive quanto ao recebimento, conferência, atesto e controle dos saldos.

•

4.3. A fiscalização das contratações decorrentes desta Ata será exercida por fiscais designados por cada órgão ou entidade participante, nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023 e demais normas aplicáveis.

•

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

•

5.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de compra ou outro instrumento hábil admitido pela legislação e pelo edital, conforme o caso.

•

5.2. Antes de cada contratação, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor registrado, especialmente quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista, sem prejuízo de outras exigências previstas no edital.

•

5.3. As aquisições serão realizadas conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, requisições das Secretarias participantes e demais condições previstas no edital e no Termo de Referência.

•

5.4. A ordem de classificação dos fornecedores registrados na Ata e em seu anexo de cadastro de reserva deverá ser observada nas hipóteses de convocação de fornecedor remanescente.

•

CLÁUSULA SEXTA - DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

•

6.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada ao fornecedor registrado preferência em igualdade de condições, quando cabível.

•

6.2. O fornecedor registrado não poderá exigir contratação mínima, indenização, compensação ou pagamento por quantitativo não solicitado pela Administração.

•

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

•

7.1. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

•

7.2. Fica vedada a utilização desta Ata por meio de adesão, usualmente denominada “carona”, devendo as contratações decorrentes restringir-se aos órgãos e Secretarias participantes do procedimento licitatório, observados os quantitativos registrados, a disponibilidade de saldo e as necessidades administrativas.

•

7.3. Qualquer solicitação de utilização da Ata por órgão ou entidade não participante deverá ser indeferida pelo órgão gerenciador, em razão da vedação expressa prevista nesta cláusula e no edital.

•

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSINATURA DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA

•

8.1. Homologada a licitação, o licitante adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

•

8.2. Serão registrados na Ata os preços e quantitativos do adjudicatário, observadas as condições da proposta vencedora e as regras do edital.

•

8.3. Poderão integrar o cadastro de reserva, como anexo desta Ata, os licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário e os licitantes que mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação do certame.

•

8.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, destinando-se à convocação de fornecedores remanescentes nas hipóteses previstas na legislação, no edital e nesta Ata, inclusive em caso de recusa do adjudicatário em assinar a Ata, cancelamento do registro ou impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado.

•

8.5. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva poderá ser verificada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, observada a ordem de classificação e as condições previstas no edital.

•

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO, NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas em lei, no edital e no Decreto Municipal nº 4.319/2023, mediante procedimento administrativo próprio e comprovação documental dos fatos que justifiquem a alteração.

•

9.2. Constatado que o preço registrado se tornou superior ao praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor registrado para negociação, visando à redução do preço aos valores de mercado.

•

9.3. Não havendo êxito na negociação para redução dos preços, o registro poderá ser cancelado, observados o contraditório, a ampla defesa e as demais disposições legais aplicáveis.

•

9.4. O fornecedor poderá requerer a revisão dos preços registrados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, desde que demonstre, de forma documental e fundamentada, a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha impactado substancialmente os custos da contratação.

•

9.5. A simples variação ordinária de mercado, desacompanhada de comprovação idônea de impacto relevante nos custos, não autoriza automaticamente a revisão dos preços registrados.

•

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

•

10.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado quando este descumprir as condições da Ata, do edital ou do Termo de Referência, recusar-se injustificadamente a fornecer os itens, não mantiver as condições de habilitação, não aceitar reduzir o preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado, sofrer sanção que o impeça de contratar com a Administração ou incorrer em outras hipóteses previstas na legislação aplicável.

•

10.2. O cancelamento do registro será formalizado em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, nesta Ata e na Lei Federal nº 14.133/2021.

•

10.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro em caso de fato superveniente que comprometa a perfeita execução das obrigações assumidas, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

•

10.4. O cancelamento do registro não afasta a responsabilidade do fornecedor por obrigações já assumidas ou por danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

•

11.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações, marcas/modelos, quantidades, prazos, locais e condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta vencedora.

•

11.2. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

•

11.3. Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, descarregamento, tributos, encargos, seguros, fretes e demais custos necessários ao perfeito fornecimento dos bens.

•

11.4. Substituir, sem ônus para a Administração, os produtos recusados, defeituosos, avariados ou em desconformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta ou as normas aplicáveis.

•

11.5. Atender prontamente às solicitações do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e da fiscalização contratual.

•

11.6. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução das obrigações assumidas, inclusive alteração de endereço, contato, e-mail, representante legal ou dados bancários.

•

11.7. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos bens.

•

11.8. Não ceder, transferir ou subcontratar as obrigações decorrentes desta Ata sem prévia e expressa autorização da Administração, quando admitido pelo edital e pela legislação aplicável.

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

•

12.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, controlar os saldos, acompanhar a vantajosidade dos preços registrados e providenciar as publicações e divulgações exigidas pela legislação.

•

12.2. Convocar o fornecedor registrado para assinatura da Ata, contratações decorrentes, negociações de preço e demais atos necessários à execução do registro.

•

12.3. Designar fiscal ou comissão responsável pelo acompanhamento das contratações decorrentes da Ata, conforme a necessidade de cada Secretaria participante.

•

12.4. Receber, conferir e atestar os produtos entregues, recusando aqueles que estiverem em desconformidade com as especificações exigidas.

•

12.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições e prazos estabelecidos no contrato, nota de empenho, edital e Termo de Referência, após o regular recebimento e atesto dos produtos.

•

12.6. Comunicar formalmente ao fornecedor qualquer irregularidade constatada na execução das obrigações assumidas.

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

•

13.1. A entrega dos itens deverá observar os prazos, locais, horários, condições de recebimento, critérios de aceite, garantia e substituição previstos no edital, no Termo de Referência - Anexo II e no instrumento de contratação decorrente desta Ata.

•

13.2. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, segurança, conformidade, vícios ou defeitos dos bens entregues, cabendo-lhe sanar as irregularidades detectadas durante o prazo aplicável.

•

13.3. Os produtos deverão ser entregues novos, em embalagens originais, adequadas, íntegras e identificadas, com observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis, quando cabíveis.

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

•

14.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata sujeitará o fornecedor às sanções previstas no edital, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4.319/2023 e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

•

14.2. As sanções aplicadas em razão da Ata não impedem a aplicação de penalidades específicas decorrentes dos contratos, notas de empenho, autorizações de fornecimento ou ordens de compra eventualmente formalizados.

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE E DISPONIBILIZAÇÃO

•

15.1. O preço registrado, a indicação dos fornecedores, a ordem de classificação, o extrato da Ata e as demais informações pertinentes serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e nos demais meios oficiais de publicidade adotados pelo Município de Paranaguá.

•

15.2. A Ata de Registro de Preços permanecerá disponível durante sua vigência, observadas as regras de transparência, publicidade e controle previstas na legislação.

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

•

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4.319/2023, no edital, no Termo de Referência e nos princípios que regem as contratações públicas.

•

16.2. A assinatura desta Ata implica a aceitação integral das condições estabelecidas no edital, em seus anexos, nesta Ata e na proposta vencedora.

• **16.3.** Fica eleito o foro da Comarca de Paranaguá/PR para dirimir eventuais controvérsias decorrentes desta Ata, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

• Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços, que, lida e achada conforme, vai assinada pela autoridade competente e pelo fornecedor registrado.

•

•

Paranaguá, 04 de setembro de 2026

• ***THIAGO CASAS DO NASCIMENTO***	• ***FRANCISCO LEUDOMAR N. DOS SANTOS***
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI	Secretário Municipal de Segurança – SEMSEG

• ***JOSÉ REIS DE FREITAS NETO***	• ***FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE***
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULTUR	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – SEMMA

• ***MARCIO LUIS PEDRERO VEGA***	• ***THIAGO THEMANSKI CAMPOS***
Secretário Mun. de Desenvolvimento Rural, Abast. e Pesca – SEMDESP	Secretário Municipal de Governo – SEGOV

• ***DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO***	• ***VANIA PESSOA RODRIGUES FOES***
Secretário Municipal de Saúde – SEMSA	Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial – SEMUPLA

• ***TIAGO FONTES CESAR LEAL***	• ***ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA***
Procurador Geral do Município – PROGEM	Secretário Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU

• ***RAUL DA GAMA E SILVA LUCK***	• ***JOSÉ MIGUEL PEREIRA***
Controlador Geral do Município – COGEM	Secretário Municipal de Esportes e Juventude

• ***EDUARDO FELIPE MIRANDA***	• ***CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA***
Secretário Municipal de Obras Públicas – SEMOP	Secretário Municipal de Trabalho e Inovação – SETRIN

• ***CAROLINA DE MIRANDA EV. LOURENÇO***	• ***LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA***
Secretária Mun. da Mulher, Desenvolv. Social e Igualdade Racial – SEMDIR	Secretário Regional da Ilha dos Valadares – SERVAL

• ***CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA***	• ***HALLESON RICARDO STIEGLITZ***
Secretário Municipal de Administração – SEMAD	Secretário Municipal de Inclusão – SEMI

• ***VERONICA MARODIM MARQUES***	• ***ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS***
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento – SEMFA	Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos – SEMFISC

• ***LEONICE LARA LACERDA***	• ***GIOVANE FONTES VALENGA***
Secretária Mun. de Desenvol. Econ., Habit. e Reg. Fundiária – SEDEHAB	Capitão da 1ª Cia / 8º Batalhão de Bombeiro Militar - FUNREBOM

• ***LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO***	• ***KRIM CENTER ATACADISTA LTDA***
Secretário Municipal de Expansão Industrial e Portuária – SEMEXPORT	Ildo Rodrigues Lima

•

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:7EFA0FD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE REABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026
PROCESSO Nº 45.113/2026

A Prefeitura do Município de Paranaguá/Pr, por meio de seu Pregoeiro, torna pública a REABERTURA da licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Tubos e Aduelas de Concreto para Drenagem Urbana visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, que se encontrava suspensa.
Informamos que o Edital foi retificado, as modificações introduzidas encontram-se à disposição dos interessados nos seguintes endereços: www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
A nova data para a realização do certame fica definhada para o dia 25 de setembro de 2026 às 10:00 horas.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 11 de setembro de 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:DEF1C36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE REABERTURA E 2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
AVISO DE REABERTURA E 2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – SRP Nº 014/2026
PROCESSO Nº 28.701/2025
UASG: 987745 – Licitação: antiga 90019 substituída pelo 14/2026

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Governo por intermédio da sua Pregoeira oficial, torna público a reabertura e a retificação do edital referente ao Pregão Eletrônico nº 019/2026 – Registro de Preços nº 014/2026, objetivando a aquisição de equipamentos médicos hospitalares, odontológicos e oftalmológicos, para atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
A sessão pública se realizará em 28 de setembro de 2026 às 09:00 horas.
O edital retificado está disponível em: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras e https://pncp.gov.br/app/editais .
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das

13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: ana.silveira@paranagua.pr.gov.br e cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 11 de setembro de 2026.

ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:1D3C6A43

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 17.466/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 042/2026
Recorrente: Top Center Distribuidora Ltda
Recorrida: Othala Comércio Ltda
Objeto: Aquisição de Materiais para Artesanato, Tecidos e Aviamentos, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Empresa Top Center Distribuidora Ltda, contra a decisão que havia classificado a proposta da empresa Othala Comércio Ltda, para o item 13. A Recorrente alega, em síntese, que a marca apresentada pela empresa Othala Comércio Ltda possui litragem inferior à exigida no Termo de Referência do Edital, configurando descumprimento das especificações técnicas obrigatórias.

2. DA DILIGÊNCIA REALIZADA E DA INÉRCIA DA RECORRIDA

Buscando a verdade material e visando sanear eventuais dúvidas, esta Administração abriu fase de diligência formal por meio da plataforma compras.gov foi concedido prazo regulamentar para que a empresa Othala Comércio Ltda anexasse os documentos comprobatórios (catálogos, laudos ou ficha técnicas) que atestassem a real litragem do produto ofertado.

Contudo, conforme registros automáticos do sistema compras.gov, a empresa Othala Comércio Ltda, não anexou a documentação exigida, deixando transcorrer o prazo in albis (sem qualquer manifestação ou envio de arquivos).

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DECISÃO

O Edital é a lei interna da licitação e vincula tanto a Administração quanto os licitantes. A recusa ou a omissão em atender à diligência da Pregoeira impede a verificação da aceitabilidade do objeto.

A ausência de comprovação técnica da litragem exigida fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, inviabilizando a manutenção da proposta no certame.

Diante do exposto, esta Pregoeira decide pelo PROVIMENTO DO RECURSO apresentado pela empresa Top Center Distribuidora Ltda para o fim de:

1. DESCLASSIFICAR a proposta da empresa Othala Comércio Ltda no item 13, por descumprimento das especificações técnicas e por deixar de atender à diligência do órgão julgador;
2. RETORNAR o item 13 à fase de julgamento no sistema compras.gov para a convocação e negociação com a próxima licitante classificada.

Paranaguá, 11 de setembro de 2026.

MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:4EA4A078

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026, REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2026

Pregão Eletrônico	nº 054/2026
Processo Administrativo	nº 45.113/2026
Registro de Preços	nº 043/2026

Impugnante: L H COMÉRCIO DE TUBOS E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de tubos e aduelas de concreto para drenagem urbana.

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por L H COMÉRCIO DE TUBOS E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EIRELI em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, aduelas pré-moldadas e demais artefatos destinados aos sistemas de drenagem pluvial do Município de Paranaguá.

A impugnante sustenta, em síntese, que o critério de julgamento pelo menor preço global do lote implicaria agrupamento indevido de itens divisíveis, restringindo a competitividade e impedindo a participação de empresas que produzam ou comercializem apenas parte dos materiais, razão pela qual requer a adoção da adjudicação individualizada por item.

A impugnação é tempestiva, razão pela qual dela se conhece.

II - DO MÉRITO

Após análise dos argumentos apresentados, bem como das justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP que fundamentou a estruturação da contratação e do edital já compatibilizado com o referido estudo, não se verifica razão para acolhimento do pedido de parcelamento dos itens.

O art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a observância do princípio do parcelamento nas compras públicas quando este se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Todavia, o § 3º, inciso I, do mesmo artigo prevê que o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução dos custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendarem a compra do item do mesmo fornecedor.

Dessa maneira, o parcelamento não constitui obrigação absoluta, devendo sua adoção ou não decorrer da avaliação técnica, operacional, logística e econômica realizada na fase de planejamento da contratação.

No presente processo, essa avaliação foi realizada no Estudo Técnico Preliminar, especialmente nos itens relativos à justificativa da forma de julgamento e à análise do parcelamento da contratação. Os artefatos contemplados no certame constituem materiais destinados a uma finalidade comum: implantação, manutenção, ampliação e recuperação das redes de drenagem pluvial do Município, possuindo relação operacional direta entre si e sendo frequentemente utilizados em uma mesma intervenção.

A execução de uma rede de drenagem pode, por exemplo, exigir inicialmente tubos de concreto de diâmetro de 0,40 m, prosseguir com tubos de 0,60 m e, conforme as condições hidráulicas e o dimensionamento do trecho, passar posteriormente para tubos de 0,80 m ou superiores.

Caso cada diâmetro fosse adjudicado a fornecedor distinto, eventual atraso ou inadimplemento do fornecedor responsável por um dos materiais intermediários poderia inviabilizar a continuidade de toda a frente de serviço. No exemplo referido, ainda que os tubos de 0,40 m e 0,80 m estivessem disponíveis, a ausência dos tubos de 0,60 m impediria a conclusão sequencial da rede, provocando atraso no cronograma, ociosidade de mão de obra e equipamentos, necessidade de reprogramação operacional e possível prolongamento das interferências na via pública.

Trata-se, portanto, de risco concreto relacionado não simplesmente à conveniência administrativa, mas à continuidade e à eficiência das obras e serviços públicos de drenagem.

Além disso, a concentração do fornecimento por lote propicia racionalização logística, especialmente em razão das características físicas dos produtos, que demandam transporte, carregamento, descarregamento e programação de entrega. A aquisição em escala possibilita melhor aproveitamento dessas operações, favorece a negociação comercial e reduz a necessidade de coordenação de

diversos fornecedores para atendimento de uma mesma frente de serviço.
Também devem ser considerados os custos administrativos associados à multiplicação de fornecedores, tais como emissão e controle de múltiplas ordens de fornecimento, acompanhamento de diferentes prazos, conferência de entregas, fiscalização, recebimento, gestão de ocorrências, aplicação de penalidades e demais procedimentos inerentes à gestão contratual.
Essas circunstâncias foram consideradas no ETP, que concluiu pela maior eficiência do julgamento pelo menor preço global do lote, considerando os ganhos de escala, a eficiência operacional, a redução dos custos administrativos e o melhor aproveitamento logístico.
A opção adotada também se mostra compatível com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, uma vez que o próprio enunciado condiciona a adjudicação por item à viabilidade técnica e econômica, sem prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. No caso em análise, os documentos de planejamento demonstram razões concretas de natureza técnica, logística, operacional e econômica que recomendam a manutenção da contratação conjunta.

III - DA ALEGADA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE
Também não procede a alegação de que a forma de julgamento obrigaria que uma única empresa fosse fabricante de todos os materiais integrantes do lote.
O instrumento convocatório não estabelece que o licitante deva ser fabricante dos produtos, tampouco impede a participação de empresas revendedoras ou distribuidoras, desde que atendam às condições de habilitação, à atividade compatível com o objeto e às especificações técnicas previstas no edital.
A Lei Federal nº 14.133/2021 admite a participação de licitantes que atuem como revendedores ou distribuidores, não existindo imposição geral de fabricação própria dos bens a serem fornecidos.
Assim, eventual fabricante que produza diretamente determinados diâmetros de tubos não está impedido de adquirir de terceiros outros artefatos ou dimensões que não integrem sua linha própria de produção e fornecê-los ao Município, desde que permaneça como responsável direto pela execução contratual e garanta que todos os produtos atendam integralmente às especificações técnicas, normas da ABNT, prazos, condições de entrega, rastreabilidade, qualidade e demais obrigações previstas no edital.
A aquisição de mercadorias de terceiros para posterior revenda e fornecimento à Administração, dentro da cadeia normal de comercialização, não se confunde, por si só, com subcontratação do objeto, desde que a responsabilidade contratual permaneça integralmente com a empresa vencedora.
Dessa forma, o modelo adotado não restringe a disputa exclusivamente a empresas que fabriquem integralmente todos os produtos, permanecendo possível a participação de fabricantes, distribuidores, revendedores e demais empresas que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório.
Cumpre destacar, adicionalmente, que a contratação foi estruturada em Cota Geral e Cota Exclusiva para ME/EPP, preservando o tratamento diferenciado previsto na legislação e possibilitando a participação de empresas de diferentes portes.

IV - DA ECONOMICIDADE E DA VANTAJOSIDADE
A economicidade da contratação não pode ser analisada exclusivamente pela possibilidade de obtenção do menor preço isolado de determinado item. A proposta mais vantajosa deve ser avaliada considerando o resultado global da contratação, incluindo preço, custos logísticos, custos administrativos, riscos de interrupção, disponibilidade dos materiais, eficiência operacional e capacidade de atendimento das necessidades da Administração.
Nesse sentido, a concentração dos materiais por lote possibilita economia de escala, racionalização dos transportes e entregas, redução dos custos de gestão e melhor coordenação do fornecimento, aspectos expressamente considerados no Estudo Técnico Preliminar.
Além disso, conforme previsto no ETP, os preços unitários permanecem individualizados para fins de execução da Ata de Registro de Preços, e o desconto decorrente da disputa é aplicado de forma linear e proporcional aos itens integrantes do lote, contribuindo para preservar a proporcionalidade dos preços, impedir distorções entre valores unitários e reduzir o risco de ocorrência de "jogo de planilha".

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a previsão do art. 40, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021; as justificativas técnicas, econômicas, administrativas e logísticas constantes do Estudo Técnico Preliminar; a utilização complementar e, em determinadas intervenções, sequencial dos diversos diâmetros e artefatos de concreto; o risco de paralisação ou atraso das frentes de serviço decorrente da atuação de múltiplos fornecedores independentes; os ganhos de escala e a redução dos custos administrativos e logísticos proporcionados pelo agrupamento; e a inexistência de restrição à participação de revendedores e distribuidores que atendam às condições de habilitação, conclui-se pela regularidade da forma de julgamento adotada.
Assim, CONHECE-SE da impugnação, por tempestiva, e, no mérito, decide-se pelo seu INDEFERIMENTO, mantendo-se o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, nos termos e condições do edital vigente e de seus anexos.
Por consequência, não havendo alteração das condições do instrumento convocatório em decorrência da presente decisão, ficam mantidas as demais disposições e a data estabelecida para realização do certame.

Paranaguá, 11 de Setembro de 2026.

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas
Decreto nº1.537/2026

LEANDRO LINO ROLIM /
Pregoeiro/ Agente de Contratação
Decreto nº 2.129/2026

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:2EEE53A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026, REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2026

Pregão Eletrônico	nº 054/2026
Processo Administrativo	nº 45.113/2026
Registro de Preços	nº 043/2026

Impugnante: DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de tubos e aduelas de concreto para drenagem urbana.
I – DO RELATÓRIO
Trata-se de impugnação apresentada pela empresa DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA., em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2026, especificamente quanto à plataforma eletrônica indicada para a realização do certame.
Em síntese, a impugnante sustenta que a utilização da plataforma eletrônica poderia impor custos às empresas participantes e, consequentemente, impactar a formação dos preços ofertados, invocando os princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.
Ao final, requer a reavaliação da plataforma adotada e a possibilidade de utilização de sistema público ou de outra plataforma que não imponha custos aos fornecedores.
É o breve relatório.
II – DA PRERROGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLHA DA PLATAFORMA ELETRÔNICA
Inicialmente, cumpre esclarecer que a definição da plataforma eletrônica a ser utilizada para a operacionalização dos procedimentos licitatórios constitui prerrogativa da Administração Pública, inserida no âmbito de sua autonomia administrativa e da competência para estabelecer os meios tecnológicos mais adequados ao desenvolvimento de suas atividades.

A legislação não impõe ao Município a utilização exclusiva de determinada plataforma eletrônica para a realização de seus pregões, tampouco estabelece que a Administração esteja obrigada a adotar o sistema Compras.gov.br pelo simples fato de este não cobrar valores diretamente dos fornecedores.
Compete à Administração avaliar, segundo suas necessidades e conveniência administrativa, a ferramenta tecnológica mais adequada à condução de seus procedimentos, considerando, entre outros aspectos, funcionalidades disponíveis, operacionalidade, suporte, segurança, gerenciamento, eficiência e adequação ao fluxo de trabalho do órgão.
Nesse sentido, a existência de outras plataformas disponíveis no mercado, inclusive sistemas públicos que eventualmente adotem política de não cobrança aos fornecedores, não transforma sua utilização em obrigação para o Município.
A própria impugnante reconhece que a escolha da plataforma constitui aspecto operacional do procedimento licitatório e declara que não pretende interferir indevidamente na autonomia administrativa do Município.
Portanto, inexistindo demonstração de inadequação técnica ou de efetivo prejuízo aos princípios que regem a contratação pública, deve ser preservada a decisão administrativa quanto à ferramenta escolhida para realização do certame.

III – DA CORRETA COMPREENSÃO DOS CUSTOS DE UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA BLL COMPRAS

No que diz respeito aos custos mencionados na impugnação, é necessário esclarecer que a argumentação apresentada pela empresa não considera integralmente as regras estabelecidas no próprio Regulamento da BLL COMPRAS.
O Capítulo VIII – Do Custo pela Utilização do Sistema, em seu art. 17, estabelece que o licitante poderá optar por um dos planos disponíveis para utilização do sistema, quais sejam:
I – Plano por Período: permite ao licitante participar livremente das licitações publicadas no sistema durante o período de 90 (noventa) dias, mediante o pagamento de R$ 630,00;
II – Plano Taxa Variável: modalidade na qual apenas o licitante vencedor é responsável pelo pagamento da taxa de sucesso, correspondente a 1,5% sobre o valor do lote adjudicado, observando-se o limite máximo de R$ 600,00 por lote, nos casos previstos no regulamento.
Dessa forma, a afirmação de que a plataforma necessariamente impõe a todas as empresas interessadas um custo de participação deve ser relativizada.
Isso porque o próprio regulamento prevê modalidade na qual o licitante que não se sagrar vencedor não fica responsável pelo pagamento da denominada taxa de sucesso.
Tal circunstância é particularmente relevante para a análise da alegação de restrição à competitividade, uma vez que a participação no certame não significa, necessariamente, o desembolso da taxa variável pelo fornecedor.

IV – DA LIMITAÇÃO DO VALOR DA TAXA E DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO CERTAME

Outro aspecto que merece destaque é que o regulamento da BLL COMPRAS estabelece expressamente que a taxa variável de 1,5% possui limitação máxima de R$ 600,00 por lote, quando observadas as condições previstas no art. 17.
Assim, ainda que o valor estimado da presente licitação seja superior a R$ 5.000.000,00, não se pode afirmar que o licitante vencedor suportará uma cobrança de 1,5% sobre os mais de cinco milhões de reais correspondentes ao valor global da licitação.
A cobrança é calculada por lote adjudicado, observando-se o teto estabelecido no regulamento da plataforma.
Essa distinção é fundamental.
Portanto, a dimensão econômica do certame, embora superior a R$ 5 milhões, não significa que a taxa de utilização corresponderá a 1,5% do valor global da contratação.
O próprio regulamento afasta essa interpretação ao estabelecer limite máximo de R$ 600,00 por lote.
Ademais, tratando-se do presente procedimento de Sistema de Registro de Preços, o art. 17, § 4º, do regulamento prevê que a taxa, quando adotado o Plano Taxa Variável, será cobrada do licitante vencedor sobre o valor do lote adjudicado, limitada ao teto máximo estabelecido, com pagamento parcelado mensalmente durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
Ainda, o art. 18 do regulamento dispõe expressamente que, em nenhuma hipótese, a cobrança será realizada com base no valor empenhado pelo órgão promotor, isto é, no montante correspondente à efetiva entrega do produto.
Consequentemente, não procede a interpretação de que a Administração estaria transferindo ao fornecedor uma cobrança percentual ilimitada sobre todo o valor da contratação.

V – DA AUSÊNCIA DE TAXA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO

É igualmente necessário destacar que o valor eventualmente pago pelo fornecedor à BLL COMPRAS não constitui taxa instituída ou cobrada pelo Município de Paranaguá.
Trata-se de valor decorrente das condições de utilização do sistema privado disponibilizado pela empresa responsável pela plataforma, conforme regulamento próprio.
A relação de cobrança ocorre diretamente entre o fornecedor e a empresa administradora da plataforma, sendo o pagamento destinado à BLL COMPRAS, conforme expressamente previsto no art. 17 do regulamento apresentado.
Portanto, não se trata de exigência criada pelo Município como requisito financeiro para habilitação ou participação no certame.
A Administração, ao definir a plataforma, não estabelece qualquer pagamento em favor do Município como condição de participação das empresas.

VI – DA POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO PLANO PELO LICITANTE

Outro elemento relevante é que o regulamento da BLL COMPRAS prevê expressamente a possibilidade de o próprio licitante escolher entre os planos disponíveis.
No Plano por Período, o fornecedor pode participar livremente das licitações disponibilizadas na plataforma durante 90 dias, mediante o pagamento de R$ 630,00.
Já no Plano Taxa Variável, somente o licitante vencedor assume a denominada taxa de sucesso, observados os limites estabelecidos no regulamento.
Assim, não cabe atribuir exclusivamente à Administração a responsabilidade pela escolha do plano de utilização, uma vez que essa decisão integra a relação entre o fornecedor e a plataforma eletrônica.
Nesse contexto, eventual opção empresarial pelo Plano por Período constitui decisão do próprio fornecedor, não podendo ser utilizada como fundamento suficiente para imputar à Administração a criação de um custo obrigatório de participação.

VII – DA ALEGAÇÃO DE IMPACTO NA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

A impugnante argumenta que eventuais custos relacionados à utilização da plataforma poderiam ser incorporados pelas empresas à formação de seus preços, resultando em propostas menos vantajosas.
Todavia, trata-se de alegação hipotética, desacompanhada de elementos concretos que demonstrem que a utilização da plataforma escolhida pelo Município tenha efetivamente reduzido a competitividade do certame ou ocasionado elevação dos preços ofertados.
Não se pode presumir que determinado custo empresarial será necessariamente repassado ao preço final apresentado à Administração.
As empresas, no exercício de sua atividade econômica, possuem liberdade para estruturar seus custos, definir sua estratégia comercial e decidir sobre sua participação nos certames, considerando os riscos e despesas inerentes à atividade empresarial.
Além disso, a existência de eventual custo de utilização de uma ferramenta tecnológica não é suficiente, por si só, para caracterizar restrição à competitividade, especialmente quando o regulamento da própria plataforma estabelece diferentes modalidades de contratação e, no Plano Taxa Variável, atribui a obrigação de pagamento apenas ao licitante vencedor, com limite máximo por lote.

VIII – DA ECONOMICIDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

A Administração reconhece que os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa devem orientar os procedimentos de contratação pública.

Entretanto, tais princípios não podem ser interpretados de modo a retirar da Administração sua prerrogativa de escolher os meios tecnológicos necessários à realização de suas atividades.
A economicidade deve ser avaliada de maneira global, considerando o conjunto de elementos que compõem o procedimento licitatório e os resultados efetivamente obtidos.
A simples existência de uma plataforma alternativa sem cobrança aos fornecedores não demonstra, por si só, que a sua utilização produziria resultado mais econômico para a Administração ou que a plataforma atualmente adotada seja inadequada.
Também não foi apresentada pela impugnante qualquer demonstração concreta de que a utilização da BLL COMPRAS tenha impedido empresas de participar do certame, reduzido efetivamente o número de competidores ou ocasionado prejuízo à obtenção de proposta mais vantajosa.
Ao contrário, a própria impugnante reconhece que pretende apenas que a Administração avalie a possibilidade de utilização de outra ferramenta.
Não há, portanto, elemento concreto que justifique a substituição da plataforma escolhida.

IX – DA MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA ESCOLHIDA

Diante dos elementos apresentados, verifica-se que a utilização da plataforma BLL COMPRAS decorre de decisão administrativa legítima, tomada no exercício da competência do Município para definir a ferramenta tecnológica adequada à condução de seus procedimentos licitatórios.
A impugnante não demonstrou qualquer irregularidade na plataforma adotada, tampouco comprovou prejuízo concreto à isonomia, à competitividade ou à obtenção da proposta mais vantajosa.
Quanto aos custos, restou demonstrado que:
a) o regulamento da BLL COMPRAS disponibiliza diferentes planos de utilização;
b) no Plano Taxa Variável, somente o licitante vencedor é responsável pelo pagamento da taxa de sucesso;
c) a taxa corresponde a 1,5% sobre o valor do lote adjudicado, observado o limite máximo de R$ 600,00 por lote;
d) o valor não constitui taxa ou cobrança instituída pelo Município de Paranaguá;
e) o Plano por Período, no valor de R$ 630,00 por 90 dias, constitui opção de contratação diretamente entre o fornecedor e a plataforma;
f) no presente certame, ainda que o valor global estimado ultrapasse R$ 5.000.000,00, a cobrança da taxa variável não corresponde a 1,5% sobre esse valor global, uma vez que o próprio regulamento estabelece a limitação por lote;
g) inexistem elementos concretos que demonstrem que a sistemática de cobrança tenha efetivamente restringido a competitividade do certame.

X – CONCLUSÃO

Diante do exposto, CONHECE-SE da impugnação apresentada pela empresa DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA., por ser tempestiva, e, no mérito, JULGA-SE IMPROCEDENTE, mantendo-se integralmente as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2026 e a plataforma eletrônica nele indicada.
A escolha da plataforma constitui prerrogativa da Administração Pública, não tendo sido demonstrada qualquer irregularidade, inadequação técnica ou prejuízo concreto decorrente da ferramenta adotada.
Quanto à alegação relativa aos custos, esclarece-se que os valores previstos no regulamento da BLL COMPRAS não constituem taxa de participação instituída pelo Município, mas valores decorrentes da utilização da plataforma, segundo as condições estabelecidas pela própria empresa administradora.
Ressalta-se, especialmente, que o regulamento prevê o Plano Taxa Variável, no qual somente o licitante vencedor fica sujeito à taxa de sucesso, correspondente a 1,5% sobre o valor do lote adjudicado, limitada a R$ 600,00 por lote, afastando-se, portanto, a interpretação de que o fornecedor estaria sujeito ao pagamento de 1,5% sobre o valor global da presente licitação, ainda que este ultrapasse R$ 5.000.000,00.
No caso do presente Sistema de Registro de Preços, o próprio regulamento estabelece, ainda, forma específica de cobrança da taxa, com pagamento parcelado mensalmente durante o período de vigência da Ata, observados os limites estabelecidos.
Por fim, não tendo sido comprovado prejuízo efetivo à competitividade, à isonomia, à economicidade ou à seleção da proposta mais vantajosa, mantêm-se inalterados o Edital, seus anexos e a plataforma eletrônica definida para a realização do certame.

Paranaguá, 10 de Setembro de 2026.

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas
Decreto nº1.537/2026

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro/agente de Contratação
Decreto nº 2.129/2026

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:814F6204

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 360/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AZI9F14	116100T003744321	18/06/2026	54100	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:8997C323

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 363/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AHL9C48	277450T000054416	23/06/2026	55250	04758705134
AME0C85	277450T000047687	23/06/2026	55250	
ATH6C65	277450T000042632	25/06/2026	55500	
AZH1B63	277450T000053210	24/06/2026	55250	
BBZ7068	277450T000055107	26/06/2026	57463	03331952468
CJW1A36	277450T000053119	25/06/2026	55250	08084495971
DEE1D20	277450T000055103	26/06/2026	55250	
DIT2972	277450T000054788	23/06/2026	55250	
DQI0D38	277450T000047689	23/06/2026	55250	
DUJ5E16	277450T000055109	27/06/2026	55250	
IYH6G65	116100T003058833	19/06/2026	54600	
LZJ6I46	277450T000047694	26/06/2026	55250	
PXY3B95	277450T000054790	23/06/2026	55250	
SEB8D63	277450T000054008	24/06/2026	73400	
SED4F74	277450P000214836	14/06/2026	53800	04133667077
SEG5D39	277450T000046730	27/06/2026	73400	80198200943
TBH3A29	277450T000025978	23/06/2026	55250	
TUW2I57	277450T000055110	27/06/2026	73400	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:C2DE0EC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 364/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAC6H59	277450T000060222	30/08/2026	55411
ABR1029	277450T000039976	30/08/2026	54521
ABR2E50	277450T000057117	23/08/2026	51180
ABR2E50	277450T000057116	22/08/2026	50100
AFQ3A63	277450T000060221	30/08/2026	55411
AMV4591	277450T000038094	25/08/2026	57200
AMV4591	277450T000038092	25/08/2026	66531
AMV4591	277450T000038097	25/08/2026	60502
AMV4591	277450T000038096	25/08/2026	58433
AMV4591	277450T000038095	25/08/2026	66371
AMV4591	277450T000038099	25/08/2026	50100
AMV4591	277450T000038093	25/08/2026	58350
AQH1308	277450T000035210	24/08/2026	60501
AQH1308	277450T000035211	24/08/2026	50100
ARO6I31	277450T000060220	30/08/2026	55250
ATW5C43	277450T000060216	30/08/2026	55250
AWC8G10	277450T000060215	30/08/2026	57463
AXF7244	277450T000060218	30/08/2026	55250
AXH0462	277450T000053500	23/08/2026	50100
AXH0462	277450T000053499	23/08/2026	73400
AYF6E43	277450T000058704	30/08/2026	55413
AYP4I92	277450T000058906	30/08/2026	50100
AZF0409	277450T000049425	30/08/2026	51852
BAV4H31	277450T000058204	30/08/2026	54523
BBF5J56	277450T000060214	30/08/2026	73400
BDJ1E14	116100T003974410	26/08/2026	53800
BEQ9D13	277450T000058905	30/08/2026	59670
BEW8E58	277450T000060152	30/08/2026	54100
BUP9298	277450T000060223	30/08/2026	54521
CZU4F79	277450T000036875	30/08/2026	50100
DBD4D43	277450T000039977	30/08/2026	55250
DDV5923	277450T000060224	30/08/2026	51851
ERY8C51	277450T000060225	30/08/2026	51851
QHK7D67	277450T000060219	30/08/2026	55250
QHX3398	277450T000060217	30/08/2026	55250
SEV6J49	277450T000058856	30/08/2026	64591
UCJ3H65	277450T000056850	27/08/2026	50610
UCJ3H65	277450T000056849	27/08/2026	57200
UCJ3H65	277450T000056848	27/08/2026	50100

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:D0EC9412

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

33ª Reunião Ordinária – 14 de setembro de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:
PROJETO DE LEI Nº 089/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na forma em que especifica. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 102/2026, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal de Paranavaí e estabelece outras providências. **Em segunda discussão, com mensagem aditiva e emendas.**

PROJETO DE LEI Nº 073/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Poder Executivo a receber em doação, com encargos e cláusula de reversão, áreas de terras da empresa R.B.4 PATICIPAÇÕES LTDA., destinadas à implantação de via pública no Município de Paranavaí, e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 075/2026, do Vereador **Carlos Augusto**, que inclui a "Mobilização Municipal pela Saúde Mental Materna", que ocorre no dia 08 de maio de cada ano, no Anexo Único da Lei Municipal nº 4.725/20218, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 091/2026, do **Prefeito Municipal**, que institui o **Programa Aluguel Social** no Município de Paranavaí e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 114/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 5.505, de 17 de setembro de 2025, para estender a remissão de créditos tributários vinculados ao processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social do núcleo urbano informal consolidado denominado Jardim Maravilha para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2026, do **Chefe do Poder Executivo Municipal**, que institui o regime de transação tributária e não tributária para composição de controvérsias relativas a créditos do Município de Paranavaí e dá outras providências. **Em primeira discussão, com emenda.**

PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2026, da **Mesa Diretora da Câmara Municipal**, que aprova a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027. **Em segunda discussão.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 176/2026, dos Vereadores **Sampaio e Carlos Augusto**, que requerem ao Coordenador Municipal da Defesa Civil, que compareça à Câmara Municipal de Paranavaí, para fazer uso da tribuna e prestar informações e orientações acerca das medidas de prevenção, preparação e resposta do Município diante dos possíveis impactos associados ao fenômeno climático El Niño. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 177/2026, da Vereadora **Professora Ivany Azevedo**, que requer ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que informe o motivo pelo qual o brinquedo para crianças especiais e neurodivergentes está separado da área comum de lazer infantil, no Parque Ouro Branco. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 178/2026, do Vereador **Josival Moreira**, que requer informações do Chefe do Poder Executivo Municipal e Secretaria competente, sobre qual a previsão para o início das obras de reforma da Escola Municipal Professora Maria Schuroff Back, localizada no Jardim São Cristóvão, Distrito de Graciosa. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 179/2026, do Edil **Mancha da Saúde**, que requer informações se existem estudos ou projetos acerca da implantação e intensificação de ações permanentes voltadas à saúde do homem, com programação especial durante o mês novembro azul, bem como a realização de campanhas de conscientização e prevenção nas empresas do município, mediante parcerias, levando informações diretamente aos trabalhadores e incentivando a realização de acompanhamento preventivo e a continuidade dessas ações durante todo o ano. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 180/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que roga a apreciação, discussão e votação em Plenário, para formalizar convite para a Direção local da COHAPAR, para que preste esclarecimentos, em Sessão Ordinária, sobre quantas pessoas estão inscritas aguardando casas populares, previsão de construção e informe quais são as parcelas a adimplir e os respectivos valores. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 181/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que roga a apreciação, discussão e votação em Plenário, requerendo ao Poder Executivo, informação sobre existência e estágio do planejamento do sistema viário de Paranavaí, detalhando-o. **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:ABE7F369

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 040/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. Claudiani Aparecida Guermani no cargo de Assessor Parlamentar, do quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Paranavaí, a partir de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 11 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:59A258C4

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 041/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Gabriel Abbes Lopes Esperidião, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 20 dias de férias regulamentares a partir do dia 14 de setembro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 17/01/2025 a 17/01/2026, devendo retornar ao serviço no dia 04 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 11 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:5F2DCEDE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
ATO 21/2026

Ato 21/2026

Sumula: Autoriza abertura de Credito Adicional suplementar – por Excesso de Arrecadação (Contrato Rateio Ivatuba 59/2026 e Ângulo 60/2026) durante o exercício financeiro, e da outras providencias.

Faço saber que o Conselho de Prefeitos do Consócio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA aprovou em assembleia realizada no dia 21 de Fevereiro de 2025 e eu José Gabriel Gonçalves Fachiano, autorizo o seguinte ato:
1º Fica autorizado a Contabilidade do Consórcio a realizar a abertura de Credito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação no valor de R$19.650,60, conforme estabelecido no art. 43 § I, II da lei 4.320/64 na seguintes dotações:
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (Rec Livre)
3.3.90.30.00.0 – Material de Consumo – R$9.286,30
3.3.90.39.00.0 – Outros Serviços PJ – R$9.286,30
2º Para cobrir as despesas citadas no artigo anterior far-se-á pela utilização de excesso de arrecadação conforme previsto no artigo 43 § 1 da lei 4.320/64 – Contrato Programa 059/2026 e 060/2026 – Conta Contábil 1.7.3.9.50.0.1.23.00.00.00.00. - 1.7.3.9.50.0.1.24.00.00.00.00
3º Revogam se as disposições em contrário, esse ato entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 11 de Setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente

ANEXO I
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA

		RECEITA		
		Prevista	Arrecadada	Diferença
01.001.04.122.0001.0.002.3.3.90.39.00.0	Outros Serviços Terc PJ		19.650,60	19.650,60
			19.650,60	19.650,60

Contrato Rateio 059/2026 – Município de Ivatuba – R$8.773,92
Contrato Rateio 060/2026 – Município de Ângulo – R$10.876,68

Paranavaí – PR, 11 de Setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente

Parte superior do formulário

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:B20E4CCC

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a **ASSOCIACAO PARAISENSE DE ARTES MARCIAIS - APAM,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.696.828/0001-48, estabelecida à Rua Visconde de Taunay, 262, Centro, Paraíso do Norte – PR, e-mail: ferhiphop16@gmail.com, neste ato representada pela **Sra. Lais Aparecida dos Santos**, inscrita no CPF 072.483.249-14, doravante denominada **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a)Execução de apresentação do grupo **Studio Arte Corporal** integrando o evento **Suruquá Street**, de acordo com o item 5 - APRESENTAÇÃO DE DANÇAS URBANAS (3 OU MAIS INTEGRANTES).

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e da proposta credenciada, inscrição número 75, publicado seu resultado, considerando a Ata nº 06/2025 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/06/2025. Edição 3293.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o total de **R$ 2.291,84 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos),** correspondente à realização do serviço credenciado.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV. Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039230000000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação está prevista para ser realizada no dia **27 de setembro de 2026 no Ginásio de Esportes Noroestão, compondo a programação do Suruquá Street.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura*, e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

A) Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
B) Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
C) Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
D)Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
E) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
F) Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
G) Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;
H) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
I) Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
J) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
K) Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
L) Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
M) Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
N) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
O) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
P) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
Q) Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;

R) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
S) A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
T)Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
U)Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
V) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

A) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
B)por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

A) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
B) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
C) Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
D) Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
E)A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.
II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: “Processo Sancionatório”.
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180(cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.

II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

LAIS APARECIDA DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:C2AED545

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.267.751/0001-46, estabelecida à Rua Paraguai, 166, Residencial América do Sul II, Paraíso do Norte – PR, e-mail: projetoiffa2025@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Carlos Fernando de Souza dos Reis**, inscrito no CPF 062.116.499-24, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a) Execução de apresentações dos artistas **Iverson Quinge e Felipe New Move MC** integrando o evento **Suruquá Street,** de acordo com o item 9 - APRESENTAÇÃO DE MC (solo).

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e das propostas credenciadas, inscrições números 160 e 170, publicados seus resultados, considerando as Atas nº 03 e 04/2026 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná nos dias 29/04/2026 e 15/06/2026, edições 3519 e 3551, respectivamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o valor de R$ 1.293,68 (um mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) por serviço, totalizando **R$ 2.587,36 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)** correspondente a realização dos dois serviços credenciados.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV. Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039840100000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. As apresentações

integrando a programação do evento **Suruquá Street** estão previstas para serem realizadas no dia **27 de setembro de 2026**, no Noroestão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura*, e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

a) Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
b) Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
c) Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
d) Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
e) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
f) Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
g) Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;
h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
i) Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
k) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
l) Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
m) Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
n) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
o) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
p) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
q) Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;
r) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
s) A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
t) Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
u) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
v) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

a) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
b) por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

a) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
c) Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
d) Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
e) A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.
II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município

de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.
II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

CARLOS FERNANDO DE SOUZA DOS REIS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BD7072BE

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a **ASSOCIACAO PARAISENSE DE ARTES MARCIAIS - APAM,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.696.828/0001-48, estabelecida à Rua Visconde de Taunay, 262, Centro, Paraíso do Norte – PR, e-mail: ferhiphop16@gmail.com, neste ato representada pela **Sra. Lais Aparecida dos Santos**, inscrita no CPF 072.483.249-14, doravante denominada **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de apresentação do grupo **Studio Arte Corporal**integrando o evento **Suruquá Street**, de acordo com o item 5 - APRESENTAÇÃO DE DANÇAS URBANAS (3 OU MAIS INTEGRANTES).

VALOR: R$ 2.291,84 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), correspondente à realização do serviço credenciado.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039230000000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação está prevista para ser realizada no dia **27 de setembro de 2026 no Ginásio de Esportes Noroestão, compondo a programação do Suruquá Street.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

LAIS APARECIDA DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:17CDC61B

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.267.751/0001-46, estabelecida à Rua Paraguai, 166, Residencial América do Sul II, Paraíso do Norte – PR, e-mail: projetoiffa2025@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Carlos Fernando de Souza dos Reis**, inscrito no CPF 062.116.499-24, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, conforme proposta credenciada, sendo as apresentações dos artistas **Iverson Quinge e Felipe New Move MC** integrando o evento **Suruquá Street,** de acordo com o item 9 - APRESENTAÇÃO DE MC (solo).

VALOR: R$ 1.293,68 (um mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) por serviço, totalizando **R$ 2.587,36 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)** correspondente a realização dos dois serviços credenciados.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039840100000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. As apresentações integrando a programação do evento **Suruquá Street** estão previstas para serem realizadas em **27 de setembro de 2026**, no Noroestão.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

CARLOS FERNANDO DE SOUZA DOS REIS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E2983B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: PORTARIA Nº 1696/2026

PORTARIA Nº 1696/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal da Ata de Registro de Preços referente aoPregãonº 36/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionadospara compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Ata de Registro de preços referente ao Pregão EletrônicoNº 36/2026, celebradaem 11/09/2026, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí e asempresas

ATA 150/2026 - ITAPOA MINERAÇÕES LTDA
ATA 151/2026 - NOVA FENIX COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA.;
ATA 152/2026 - BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA ;
ATA 153/2026 - R. J. LUIZ TAPETES LTDA ;
ATA 154/2026 - ESTRUTURA IDEAL INDUSTRIA DE MADEIRA LTDA ;
ATA 155/2026 - CASA DAS LONAS LTDA. ;
ATA 156/2026 - TELAFER COMÉRCIO DE AÇO E TELAS LTDA ;
ATA 157/2026 - PERFILADOS TORRENTE LTDA ;
ATA 158/2026 - JC FERRAGENS LTDA;
ATA 159/2026 - CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ;
ATA 160/2026 - TUPY TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA;
ATA 161/2026 - ANA FLAVIA OLIVEIRA LIMA;

cujo objeto é Registro de Preços para aquisiçãode material de construção e tubos de concreto para obras da secretaria.

Secretaria Municipal de Agricultura
Gestor do Contrato: Roberto Delmande Silva
Fiscal do Contrato: João Cezar Varotto de Oliveira
Suplente do Fiscal de Contrato: Carlos Roberto Dias Gonçalves

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Gestor do Contrato: Maria Helena de Oliveira Machado
Fiscal do Contrato: Pauline Maria Machado de Oliveira

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Fiscal do Contrato: Fernanda dos Santos Guimarães Arrabaça

Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação
Gestor do Contrato: Patrícia Falasz Bertate
Fiscal do Contrato:Nadiele Rocha Pereira

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Gestor do Contrato: Gilberto da Silva de Castro
Fiscal do Contrato: Gilmar Silva de Castro
Suplente do Fiscal de Contrato: Luiz Carlos Alves de Oliveira

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Gestor do Contrato: Beatriz Carraro da Purificação
Fiscal do Contrato: Bianca Bruning N. da Silva

Secretaria Municipal de Saúde
Gestor do Contrato: Rosana Letícia de Oliveira Franco
Fiscal do Contrato: Valdemir Nogueira Lima
Suplente do Fiscal de Contrato: Golam Remberto Pereyra Melgar

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito
Gestor do Contrato: Matheus Buchner Garcia
Fiscal do Contrato: Marcelo Gomes de Souza
Suplente do Fiscal de Contrato: Carlos Hideki de Souza Fujimori

Fundação Cultural
Fiscal do Contrato: Jesus Rodrigues Soares
Suplente do Fiscal de Contrato: Nayara Gonçalves Casagrande Benetti

Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Gestor do Contrato: Rosana Maria Marques de Freitas
Fiscal do Contrato: Rafaela dos Santos Silva
Suplente do Fiscal de Contrato: Luciane Cristina Marin

Secretaria Municipal de Educação
Gestor do Contrato: Mateus Sposito
Fiscal do Contrato: Sandra Marcia Barbarelli Morgado
Suplente do Fiscal de Contrato: Paulo Pereira Junior

Secretaria Municipal de Fazenda
Gestor do Contrato: Braulio Cardoso Daher
Fiscal do Contrato: Jessica Fernandes Soares
Suplente do Fiscal de Contrato: Fábio Trentini Maciel

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constanteno Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,11 de setembro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:C8BBD9BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1697/2026

PORTARIA Nº 1697/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal dos Contratos referente a Inexigibilidade nº 03/2026 - Credenciamento.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:

Objeto: Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, interessadas em prestar serviços continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para
a prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios dos terrenos do Município com SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL E/OU MECANIZADA em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**Gestor: Marlon Yuri Yamamoto** Fiscal do Contrato: Chirlei Silva Vieira Suplente do Fiscal de Contrato: Flávio Patrício Neto

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda (da Inexigibilidade nº 03/2026) e Processo Digital nº 50914/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:D076E1EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1698/2026

PORTARIA Nº 1698/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal dos Contratos referente a Inexigibilidade nº 17/2026 - Credenciamento.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento de empresas interessadas em prestar serviços continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para a prestação de serviço de limpeza e roçada de espaços públicos sob responsabilidade do Município de Paranavaí em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal Segurança e Trânsito

Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**Gestor: Marlon Yuri Yamamoto** Fiscal do Contrato: Chirlei Silva Vieira Suplente do Fiscal de Contrato: Bianca Bruning Nogueira da Silva

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda (da Inexigibilidade nº 17/2026) e Processo Digital nº 50914/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:5B0B07CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 50/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Wanessa Durante, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado **CREDENCIADOR** e a empresa **Cooperativa de Comercialização e Reforma Agraria União Camponesa – COPRAN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.052.962/0001-10, estabelecida à Estrada Araguari km 06 – PA Dorcelina Folador, Arapongas - PR, e-mail. comercial.campovivo@gmail.com , neste ato representado pelo Sr. Marcio Luiz Pietsrzak, inscrito no CPF 027.018.589-50, doravante denominado **CREDENCIADO** resolvem celebrar TERMO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO
O objeto do presente Termo de Credenciamento é relacionado a **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinados aos Cmeis e Escolas Municipais e Filantrópicas, para atender alunos de Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental, em atendimento à Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026**, nos termos do Edital de Credenciamento nº 50/2026.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste termo de credenciamento vigorará enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento nº 50/2026, ou conforme critério da administração, caso a demanda seja suprida.

CLÁUSULA 3ª: DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO E VALORES
Conforme disponível em edital, a CREDENCIADA deverá fornecer os seguintes produtos e seus respectivos valores, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
17	Leite de Vaca 1L. Leite Fluido, origem: De Vaca. Tipo: B. Teor Gordura: Integral. Processamento: Pasteurizado. Tratamento: Homogeneizado. Observações Complementares: Leite integral pasteurizado, com registro de inspeção no órgão competente de acordo com legislação específica, embalagem de 1 litro com carimbo de inspeção. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	79.011	R$ 5,89
21	Iogurte morango 1L. Teor Gordura: Integral. Sabor: Com Sabor morango Componentes: com polpa ou pedaços de fruta. Observações Complementares: Iogurte sabor morango, com máximo de 7,4g açúcar adicionado em uma porção de 100ml. Com Polpa de Morango. Com número de inspeção na embalagem, conforme legislação específica. Transportado em temperatura controlada que mantenha suas características, entre 1ºC e 6ºC, OU conforme instruções do rótulo, não devendo ser maior que 10ºC. Pacote 1 litro. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	14.651	R$ 10,61

CLÁUSULA 4ª: LOCAL DE EXECUÇÃO
O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA 5ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O pagamento ocorrerá até 30 dias contados da data da entrega do produto pelo contratado. A forma de pagamento adotada pelo Município, bem como as condições de aquisição, é similar ao contratado pela iniciativa privada.
O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação exigidos neste termo de credenciamento.
Nos casos de descumprimento parcial da obrigação será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.
Caso o credenciado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o credenciador aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.
A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao credenciado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
Nos casos de multas aplicadas ao credenciado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
O fiscal da execução comunicará previamente ao credenciado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
Em caso de atraso no pagamento pelo credenciador, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.
Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 6ª: CABERÁ AO CREDENCIADO
CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.6. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDEMCIAMENTO.

CLÁUSULA 7ª: CABERÁ AO CREDENCIADOR
CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.7. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDEMCIAMENTO.

CLÁUSULA 9ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
As infrações praticadas pelo credenciado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado **no item 5.7. do Termo de Referência.**

CLÁUSULA 10ª: CANCELAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.
O credenciado que deixar de cumprir às exigências do edital ou descumprir contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA 11ª: FORO
O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.
Paço municipal, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA UNIÃO CAMPONESA – COPRAN
Credenciado

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:1044DABD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026
REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 50/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Wanessa Durante, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado **CREDENCIADOR** e a empresa **COOPERATIVA AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITORIO NOROESTE - COAFNOR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.218.779/0001-32, estabelecida à Rua Estados Unidos, Centro, 87.780-000, na cidade de Paraíso do Norte-PR, e-mail. Coafnor@hotmail.com , neste ato representada pela Sra. TÂNIA MAGNA VORONIAK, inscrita no CPF 021.499.329-97, doravante denominado **CREDENCIADO** resolvem celebrar TERMO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Credenciamento é relacionado a **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinados aos Cmeis e Escolas Municipais e Filantrópicas, para atender alunos de Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental, em atendimento à Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026**, nos termos do Edital de Credenciamento nº 50/2026.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste termo de credenciamento vigorará enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento nº 50/2026, ou conforme critério da administração, caso a demanda seja suprida.

CLÁUSULA 3ª: DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO E VALORES

3.1. Conforme disponível em edital, a CREDENCIADA deverá fornecer os seguintes produtos e seus respectivos valores, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
17	**Leite de Vaca 1L.** Leite Fluido, origem: De Vaca. Tipo: B. Teor Gordura: Integral. Processamento: Pasteurizado. Tratamento: Homogeneizado. Observações Complementares: Leite integral pasteurizado, com registro de inspeção no órgão competente de acordo com legislação específica, embalagem de 1 litro com carimbo de inspeção. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	79.011	R$ 5,89
21	**Iogurte morango 1L.** Teor Gordura: Integral. Sabor: Com Sabor morango Componentes: com polpa ou pedaços de fruta. Observações Complementares: Iogurte sabor morango, com máximo de 7,4g açúcar adicionado em uma porção de 100ml. Com Polpa de Morango. Com número de inspeção na embalagem, conforme legislação específica. Transportado em temperatura controlada que mantenha suas características, entre 1ºC e 6ºC, OU conforme instruções do rótulo, não devendo ser maior que 10ºC. Pacote 1 litro. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	14.651	R$ 10,61

3.2. A credenciada deverá fornecer produtos lácteos processados e originários exclusivamente da unidade industrial registrada sob o SIP/POA nº 632 L de Tamboara/PR.

CLÁUSULA 4ª: LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA 5ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá até 30 dias contados da data da entrega do produto pelo contratado. A forma de pagamento adotada pelo Município, bem como as condições de aquisição, são similares ao contratado pela iniciativa privada.

5.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação exigidos neste termo de credenciamento.

5.3. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

5.4. Caso o credenciado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o credenciador aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

5.5. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao credenciado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

5.6. Nos casos de multas aplicadas ao credenciado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

5.7. O fiscal da execução comunicará previamente ao credenciado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

5.8. Em caso de atraso no pagamento pelo credenciador, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

5.9. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 6ª: CABERÁ AO CREDENCIADO

6.1. CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.6. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDEMCIAMENTO.

6.2. A CREDENCIADA está obrigada de fornecer produtos lácteos processados e originários exclusivamente da unidade industrial registrada sob o SIP/POA nº 632 L, localizada no Município de Tamboara/PR, de modo a assegurar a rastreabilidade da produção e a correspondência entre os produtos fornecidos e a unidade industrial devidamente registrada perante o órgão de inspeção sanitária competente;

CLÁUSULA 7ª: CABERÁ AO CREDENCIADOR

7.1. CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.7. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDEMCIAMENTO.

7.2. os servidores responsáveis pela fiscalização da alimentação escolar, nos termos dos itens 2.1, alínea “c”, e 2.4 do Anexo I do Edital, são responsáveis a realizar a conferência detalhada dos carimbos de inspeção sanitária da ADAPAR e dos respectivos rótulos e lotes dos produtos leite pasteurizado e iogurte entregues nas unidades escolares e CMEIs, verificando sua regularidade, rastreabilidade, qualidade e conformidade com as exigências sanitárias aplicáveis, antes do atesto da despesa, da liquidação e do respectivo pagamento.

CLÁUSULA 8ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. As infrações praticadas pelo credenciado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado **no item 5.7. do Termo de Referência.**

CLÁUSULA 9ª: CANCELAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.

9.2. O credenciado que deixar de cumprir às exigências do edital ou descumprir contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis,conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA 10ª: FORO

10.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paço municipal, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

COOPERATIVA AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITORIO NOROESTE - COAFNOR
Credenciado

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:60C501D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 75/2021

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO Nº 75/2021
(RESCISÃO CONSENSUAL – Proc. Digital 50437/2026)
REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2021

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Meio Ambiente (interina) Sra. **ANDRESSA ROMAGNA TOMIELLO**, inscrita no CPF sob nº 066.213.089-81, doravante denominado **CONCEDENTE** e a empresa **RAFAEL DOS SANTOS SOARES**, com sede na R JOSE DANTAS DE LIMA, nº 1055, JARDIM IPÊ, CEP 87.707-220, Paranavaí-PR, inscrita no CNPJ/MF nº 32.976.587/0001-65, neste ato representado por **RAFAEL DOS SANTOS SOARES** brasileiro, solteiro, portador do R.G. n° 8.864.802-1, e inscrito no C.P.F. sob n° 059.506.569-46, residente e domiciliado na Rua José Dantas de Lima, nº 1055, Jardim Ipê, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, denominada **CONCESSIONÁRIA,** resolvem celebrar esta **RESCISÃO AMIGÁVEL**, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO

CONCESSÃO DE USO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO DO LAGO ARTIFICIAL DO PARQUE OURO BRANCO, A TÍTULO ONEROSO, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, DESTINADO À OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES DE PEDALINHOS E CAIAQUES.CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº5.002/2021.CONCESSÃO.

DA MOTIVAÇÃO DA RESCISÃO AMIGÁVEL

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, representada interinamente, pela ordenadora de despesa relacionado acima, em conjunto com a Concessionária, resolvem **RESCINDIR de forma amigável** o Contrato Administrativo nº 75/2021, com fundamento na Cláusula 8ª (Rescisão da Concessão) e amparada no §1º e inciso II do art. 79 da Lei 8.666/93 que rege as relações jurídicas do Contrato Administrativo nº 75/2021, pelos motivos e fundamentos expostos por despacho, disponível no Processo Digital nº 50437/2026, que anui a respectiva rescisão contratual decorrente do pedido formal realizada pela concessionária, através do Ofício nº 02/2026.
Parágrafo primeiro: as partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Administrativo nº 75/2021, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram, acordando com a quitação total das obrigações de ambas as partes em relação a este contrato, para nada mais reclamarem, judicialmente ou extrajudicialmente.
Parágrafo segundo: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no prazo previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos não especificados neste termo de rescisão contratual, serão aproveitados nos termos do Contrato Administrativo nº 75/2021 e pela Lei Federal nº 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Rescisão Contratual entra em vigor na data da última assinatura. Demais documentos disponíveis no Processo Digital nº 50437/2026, integram o presente termo.
Paranavaí-PR, data da última assinatura digital

ANDRESSA ROMAGNA TOMIELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente (Interina – Portaria Nº 1.675/2026)
Concedente

RAFAEL DOS SANTOS SOARES
Concessionária

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:A10B038A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 191/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. CLAUDEMIR VALDIR BILTHAUER.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.717/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
CARGO: AGENTE DE CONSERVAÇÃO
CONTRATADA:CLAUDEMIR VALDIR BILTHAUER
CPF/MF: XXX.775.989.XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 25 DE ABRIL DE 2026 A 31 DE AGOSTO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:027AEA7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.682/2026

Dispõe sobre a destituição, a pedido, de servidor municipal da Nova Comissão Revisora.

CONSIDERANDO o processo digital nº 50517/2026;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Destituir, a pedido do senhor **LEONARDO CANCELIERI AVANCIO,** matrícula nº 10173-2, ocupante do cargo efetivo de Analista de Sistemas, da **Nova Comissão Revisora**, para a qual foi nomeado por meio da Portaria Municipal nº 1.496/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:E208E565

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.683/2026

Dispõe sobre a designação de membro efetivo da Nova Comissão Revisora.

CONSIDERANDO o art. 166, parágrafo único, da Lei Municipal nº 3.891/2012;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico 296/2026, encaminhado por meio do processo digital nº 35827/2026;

CONSIDERANDO o processo digital nº 50517/2026;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **JESSICA FERNANDES SOARES**, matrícula nº 10854-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, como membro efetivo da Nova Comissão Revisora, a partir de 10 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:27C09300

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.686/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para compor e constituir Junta Médica Oficial com o objetivo de promover inspeção médica em servidores públicos municipais.

***Considerando** o artigo 87, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.891/2012, onde prevê que a Administração Municipal, julgando necessário, poderá submeter o servidor à junta médica oficial e especializada, independente do prazo de licença;*
***Considerando** o artigo 32, do Decreto Municipal nº 27.462/2026, que prevê que o servidor será submetido à junta médica oficial a qualquer momento, mediante recomendação do médico designado pelo Município, a pedido da chefia do servidor ou da Secretaria Municipal de Administração;*
***Considerando** a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência;*
***Considerando** a Lei Municipal nº 5.150/2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.559/2025, que dispõe sobre o pagamento do auxílio-alimentação nos casos de pessoa com deficiência;*
***Considerando** as disposições da Lei Municipal nº 3.891/2012, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 5.544/2025, que garantem ao servidor público municipal o direito ao horário especial com redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração e independente de compensação, quando o próprio servidor ou seu dependente (cônjuge, companheiro, pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal) for pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou doença rara, mediante comprovação por Junta Médica Oficial;*
***Considerando** a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 10 de julho de 2026, referente ao resultado da Perícia Médica que requisita, durante o período de afastamento laboral de 90 (noventa) dias (02/07/2026 a 29/09/2026), o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 8277-1, para inspeção por Junta Médica Oficial;*
***Considerando** a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 10 de julho de 2026, referente ao resultado da Perícia Médica que requisita, durante o período de afastamento laboral de 90 (noventa) dias (03/07/2026 a 30/09/2026), o encaminhamento do servidor municipal de matrícula nº 8230-3, para inspeção por Junta Médica Oficial;*
***Considerando** a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 19 de agosto de 2026 que requisita o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 8391-1 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
***Considerando** a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 25 de agosto de 2026 referente ao Processo 47331/2026 que requisita o encaminhamento do servidor municipal de matrícula nº 6178-1 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
***Considerando** a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 03 de setembro de 2026, referente ao Processo nº 49763/2026, na qual a servidora municipal, matrícula nº 5776-1, requer a revisão do resultado da Perícia Médica realizada e solicita o encaminhamento para nova inspeção por Junta Médica Oficial;*

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores municipais, ocupantes dos cargos de provimento efetivo de médicos, abaixo relacionados, para compor e constituir Junta Médica Oficial dos servidores públicos municipais de matrículas nº 8277-1, *nº 8230-3, nº 8391-1, nº 6178-1 e nº 5776-1*.
I – Ettore Fernandes Giovine - CRM nº 30966/PR, Matrícula nº 10122-2;
II - Michele Fernanda Ricci Peres – CRM nº 33521/PR, Matrícula nº 11104-1;
III – Paula Graziela Wessler – CRM nº 42873/PR, Matrícula nº 10621-3;
§ 1º A data, horário e local da perícia médica será determinada pelos servidores designados no *caput* deste artigo e os servidores a serem periciados serão notificados oficialmente por aviso de recebimento e ou notificação pessoal quanto as respectivas informações;
§ 2º Havendo interesse por parte dos servidores periciados os mesmos poderão estar acompanhados por profissionais médicos, da sua escolha, no ato da perícia, sendo que os custos para tal, serão suportados integralmente pelos servidores.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:C356448C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.687/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ANA CAROLINA TEIXEIRA,** Matrícula nº 11825-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PSICOLOGO** junto a Secretaria Municipal da Educação, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 24 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:C7954AA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.688/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **PAULO CESAR DE LUCENA,** Matrícula nº 7213-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AJUDANTE GERAL** junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 25 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D93E426A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.689/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **VALERIA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS,** Matrícula nº 12058-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO (PRAZO DETERMINADO)** junto a Secretaria Municipal de Educação, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 27 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:19AA64F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.690/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **RENATA BUENO DE ANDRADE DE OLIVEIRA** Matrícula nº 11963-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 01 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:F472BB50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.691/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **JEANNE APARECIDA DA SILVA,** Matrícula nº 5057-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 03 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:7295A3D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.692/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MONICA MARIELI DE ALMEIDA BARBIERI,** Matrícula nº 10257-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ASSITENTE SOCIAL** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 08 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:544B0FFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.693/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **CLEUCI FATIMA DOS SANTOS DE LIMA,** Matrícula nº 8802-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **09 de setembro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 09 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B25B0F4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.694/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação ao servidor **EDSON AZEVEDO VALIM,** Matrícula nº 6519-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA II,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **09 de setembro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 09 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:62190382

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA PESSOA IDOSA DE PARANAVAÍ - CMDPI - RESOLUÇÃO 33/2026

RESOLUÇÃO Nº 33/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Renovação da Inscrição da Organização da Sociedade Civil, ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE de Paranavaí no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Paranavaí – CMDPI Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.569/2004;

Considerando as deliberações da Comissão Permanente de Cadastro, Registro e Documentação do CMDPI, em reunião realizada em 04/09/2026;

Considerando as deliberações da Plenária, em reunião ordinária realizada em 08/09/2026;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a inscrição da organização da sociedade civil **ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE**, no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, que caracteriza-se como prestadora de Serviço de Proteção Social Básica – Modalidade: Defesa e Garantia de Direitos.

Art. 2º A presente inscrição tem validade por 12 meses, a partir de 08 de Setembro de 2026 à 08 de Setembro de 2027.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

Paranavaí, 11 de Setembro de 2026.

VANESSA BONETTI MORAES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:255CCE6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA PESSOA IDOSA DE PARANAVAÍ - CMDPI - RESOLUÇÃO 34/2026

RESOLUÇÃO Nº 34/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Renovação da Inscrição da Organização da Sociedade Civil, LAR LINS DE VASCONCELOS de Paranavaí no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Paranavaí – CMDPI Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.569/2004;

Considerando as deliberações da Comissão Permanente de Cadastro, Registro e Documentação do CMDPI, em reunião realizada em 04/09/2026;

Considerando as deliberações da Plenária, em reunião ordinária realizada em 08/09/2026;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a inscrição da organização da sociedade civil **LAR LINS DE VASCONCELOS**, no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, que caracteriza-se como prestadora de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional.

Art. 2º A presente inscrição tem validade por 12 meses, a partir de 08 de Setembro de 2026 à 08 de Setembro de 2027.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

Paranavaí, 11 de Setembro de 2026.

VANESSA BONETTI MORAES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:18C4F0FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 41/2025
ICEV

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e INSTITUTO CULTURAL EDUCAR PARA A VIDA - ICEV**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo do Gestor do Termo de Colaboração nº 41/2025
OBJETO:	Realizar o festival Salada Mixta durante a reabertura do Parque Cecília Cardoso em Pato Branco, no ano de 2025, formalização de Inexigibilidade de Chamamento Público visando a celebração de parceria entre o Município de Pato Branco e a entidade Instituto Cultural Educar para a Vida, visando promover o acesso à arte e à cultura para moradores do bairro Bonato, utilizando o Festival Salada Mixta como plataforma itinerante para transformar o Parque Cecília Cardoso em palcos de expressão, valorizar a cultura paranaense, fomentar a conscientização ambiental e fortalecer o protagonismo comunitário, com foco na reabertura e revitalização do local
VIGÊNCIA:	De 17/07/2025 a 13/01/2026.
VALOR:	R$ 25.000,00
FORO:	Comarca de Pato Branco – PR.
Pato Branco, 11 de setembro de 2026.	

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Portaria nº 18, 24 e 54 de 2025 e 02, 47, 60 e 62 de 2026

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:3E28F261

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 170/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 170/2026 – PROCESSO Nº 174/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE INDIVIDUAL Nº 144/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceriaa contratação de dois profissionais na área de fonoaudiologia para atendimento das demandas institucionais. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (Trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25789-41383. **GESTORA:** Silvana Aparecida de Oliveira. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

ZENILDA DE QUADROS SPRICIGO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:541A9847

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 171/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 169/2026 – PROCESSO Nº 173/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 115/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, contratação de um profissional na área de Fonoaudiologia para atendimento das demandas institucionais **VALOR TOTAL:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25789-41383 **GESTOR:** Silvana Aparecida de Oliveira **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

ZENILDA DE QUADROS SPRICIGO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:9A0F420C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 172/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 171/2026 – PROCESSO Nº 175/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 13/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, a contratação de

um profissional na área de psicologia para atendimento das demandas institucionais **VALOR TOTAL:** R$ 40.945,39 (quarenta mil novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25789-41383 **GESTOR:** Silvana Aparecida de Oliveira **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

ZENILDA DE QUADROS SPRICIGO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:69AEE821

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 173/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 172/2026 – PROCESSO Nº 176/2026 -
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 147/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07 **OBJETO**: Envolver mães e/ou cuidadores nas atividades ao longo do projeto; Realizar encontros quinzenais, rodas de conversa. **VALOR TOTAL:** R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26308-43289. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

ZENILDA DE QUADROS SPRICIGO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:DAB2ADE7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 175/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 174/2026 – PROCESSO Nº 178/2026 -
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 40/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Remanso da Pedreira – REMAP,*** inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, O presente projeto consiste na idealização, organização e execução de um Concurso Literário direcionado às crianças e adolescentes atendidos pelo Remanso da Pedreira. O objetivo central é fomentar o protagonismo infantojuvenil por meio da escrita criativa e da leitura, culminando na publicação de uma obra coletiva que reunirá os textos selecionados. A iniciativa busca transformar a percepção dos alunos sobre a literatura, transportando-a do campo teórico escolar para uma experiência prática de autoria. Através da parceria com a ALAP, o projeto oferece aos participantes o suporte de escritores locais, proporcionando um intercâmbio cultural que valoriza a identidade regional e o potencial criativo de cada criança **VALOR TOTAL:** R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 10 (dez) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26026 - 34313 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

LUCIANO YAMAMOTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:62D063A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 147/2025
INEXIGIBILIDADE N.º172/2026 – PROCESSO N.º 176/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva Bancada n°147/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE ,*** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na Rua Travessa Borges, nº 152, São Vicente, em Pato Branco/PR, CEP:85.506-390, telefone: (46) 3224-4440, endereço eletrônico: patobranco@apaepr.org.br. Para Apoio e Empoderamento para mães e/ou cuidadores das pessoas com deficiência atendidas pela APAE Pato Branco.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 10 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:FC3D4D01

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 144/2025
INEXIGIBILIDADE N.º170/2026 – PROCESSO N.º 174/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público,*

exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°144/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE ,*** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na Rua Travessa Borges, nº 152, São Vicente, em Pato Branco/PR, CEP:85.506-390, telefone: (46) 3224-4440, endereço eletrônico: patobranco@apaepr.org.br. Para a contratação de um profissional na área de Fonoaudiologia para atendimento das demandas institucionais.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 10 de Setembro de 2026.

MARCIA FERNANDES DE CARVALHO-
Secretária Municipal de Saúde.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:7D33465F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º169/2026 – PROCESSO N.º173/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 115/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°115/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE ,*** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na Rua Travessa Borges, nº 152, São Vicente, em Pato Branco/PR, CEP:85.506-390, telefone: (46) 3224-4440, endereço eletrônico: patobranco@apaepr.org.br. Para a contratação de um profissional na área de Fonoaudiologia para atendimento das demandas institucionais.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 09 de Setembro de 2026.

MARCIA FERNANDES DE CARVALHO –
Secretária Municipal de Saúde

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:BB8A5249

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º171 /2026 – PROCESSO N.º175/2026 -EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 13/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°13/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 40.945,39 (quarenta mil reais e novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022,

visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE*** **,** inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na Rua Travessa Borges, nº 152, São Vicente, em Pato Branco/PR, CEP:85.506-390, telefone: (46) 3224-4440, endereço eletrônico: patobranco@apaepr.org.br. Para a contratação de um profissional na área de psicologia para atendimento das demandas institucionais.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 10 de Setembro de 2026.

MARCIA FERNANDES DE CARVALHO –
Secretária Municipal de Saúde

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:904BD3CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 174/2026 – PROCESSO N.º 178/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 40/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°40/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Remanso da Pedreira – REMAP***, inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20, com sede na Linha São Braz, s/n, Área Rural, em Pato Branco/PR, CEP: 85.500-001, telefone: (46) 99981-9983, endereço eletrônico: remanso@remansodapedreira.com.br.. Para a idealização, organização e execução de um Concurso Literário direcionado às crianças e adolescentes atendidos pelo Remanso da Pedreira. O objetivo central é fomentar o protagonismo infantojuvenil por meio da escrita criativa e da leitura, culminando na publicação de uma obra coletiva que reunirá os textos selecionados. A iniciativa busca transformar a percepção dos alunos sobre a literatura, transportando-a do campo teórico escolar para uma experiência prática de autoria. Através da parceria com a ALAP, o projeto oferece aos participantes o suporte de escritores locais, proporcionando um intercâmbio cultural que valoriza a identidade regional e o potencial criativo de cada criança.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:0A88AA74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 127/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 43/2024 - PROCESSO Nº 137/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e FONSECA & LILES PROMOCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº: 07.537.531/0001-67. **OBJETO**: Realização de palestra técnica presencial com o palestrante Sérgio Sacani, durante a INVENTUM 2026 – Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco, tendo como temática principal a Inteligência Artificial, contemplando visão geral sobre a tecnologia, seu histórico, utilização e exemplos de aplicação, com abordagem voltada especialmente aos aspectos científicos e tecnológicos, em atendimento a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **VALOR**: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **VIGÊNCIA**: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 46458-46554. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 11 de setembro de 2026.

RODRIGO ROBERTO MOREIRA DOS SANTOS FONSECA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:0449F9F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026 - PROCESSO Nº 137/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.284/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e AKE MIX DO BRASIL EVENTOS E LOCAÇÃO DE BENS LTDA. CNPJ: 07.537.531/0001-67. **OBJETO:** Realização de palestra técnica presencial com o palestrante Sérgio Sacani, durante a INVENTUM 2026 – Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco, tendo como temática principal a Inteligência Artificial, contemplando visão geral sobre a tecnologia, seu histórico, utilização e exemplos de aplicação, com abordagem voltada especialmente aos aspectos científicos e tecnológicos, em atendimento a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **DOTAÇÃO:** 46458-46554. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, III, da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 03 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

ROSICLEI CALDATO DALGNOL -
Secretária Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:09407AD0

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 044/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 22.381/2026;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao Sr. **AGUSTINHO ROSSI,** matrícula 2172-5, inscrito no CPF sob nº xxx.327.199-xx, ocupante do cargo Professor – não habilitado, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – com fundamento no Art. 40, § 1º, III da CF/88, c/c Art. 60-B da Lei Orgânica, c/c Art. 4º, § 2º, IIda Lei Complementar nº 89/2021 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma proporcional, em R$ 3.837,90 (três mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa centavos) com base na aplicação de 80% da média aritmética simples dos 90% dos maiores salários corrigidos desde julho de 1994.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pelo servidor, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 08 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:B42D2588

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 045/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com processo de aposentadoria sob protocolo nº 27.066/2026;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à **SONIA MARA CARLI,** matrícula 7260-5, inscrita no CPF sob nº xxx.525.539-xx, ocupante do cargo Assistente em Saúde, função Auxiliar de Saúde Bucal 40h, com fundamento no Art. 20, § 4º da EC 103/2019, c/c Art. 60-D, §1º da Lei Orgânica e demais dispositivos aplicáveis à espécie;

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R$ 5.276,33 (cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos) com base no vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pela servidora, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 08 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:5C53F4D1

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.008, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 221.050,31 (duzentos e vinte e um mil, cinquenta reais e trinta e um centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 27.854, de 10 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 221.050,31 (duzentos e vinte e um mil, cinquenta reais e trinta e um centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.01	**ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**	
10	**Saúde**	
10.306	**Alimentação e Nutrição**	
10.306.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.252	Manutenção e Ampliação da Atenção Primária à Saúde	
3.3.90.30 - 494 (46834)	Material de Consumo	20.650,31

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.03	**ATENÇÃO ESPECIALIZADA**	
10	**Saúde**	
10.302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	
10.302.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.279	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II	
3.3.72.30 - 1494 (46829)	Material de Consumo	50.000,00
3.3.90.14 - 1494 (46830)	Diárias – Pessoal Civil	10.400,00
3.3.90.30 - 1494 (46831)	Material de Consumo	50.000,00
3.3.90.37 - 1494 (46832)	Locação de Mão-de-Obra	80.000,00
3.3.90.39 - 1494 (46833)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00

Total	**221.050,31**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de fontes vinculadas ao orçamento do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde	20.650,31
1494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde	200.400,00

Total	**221.050,31**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:658EF93D

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.009, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito especial no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.552, de 27 de janeiro de 2026, e considerando o Memorando nº 27.801, de 10 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
22	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTE**	
22.01	**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE AÉREO**	
26	**Transporte**	
26.781	**Transporte Aéreo**	
26.781.0071	**Aeroporto Regional: Mobilidade, Conectividade e Desenvolvimento**	
2.671	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária (Seção de Manutenção)	
4.4.90.51 - 628 (46828)	Obras e Instalações	9.000.000,00

Total	**9.000.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial que trata o presente Decreto, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito contratada junto à Agência de Fomento do Paraná S.A, autorizada pela Lei Municipal nº 6.552, de 27 de janeiro de 2026.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 6.527, de 26 de novembro de 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 6.447, de 15 de julho de 2025, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:2C857342

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 47, IX e XXI, da Lei Orgânica Municipal, em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 2.766, de 9 de maio de 2007, na Lei Municipal nº 3.153, de 23 de abril de 2009, no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ao contido no art. 166, §1º da Constituição Federal, comunica que será realizada **Audiência Pública de apresentação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2026,** no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, Rua Araribóia, 491, Pato Branco – Paraná;
Data – 29 de setembro 2026;
Horário – 13h30min.

A Audiência terá transmissão *online* ao vivo pelo endereço eletrônico: https://www.youtube.com/user/camarapb; Pela página: https://www.facebook.com/camarapb, e através do Portal Legislativo da Câmara Municipal de Pato Branco: https://www.patobranco.pr.leg.br/. Podendo qualquer questionamento ser feito pelo e-mail: contadora@patobranco.pr.gov.br ou pelo telefone **(46) 3220-1544 e (46) 3220-1562.**

Pato Branco, Paraná, 10 de setembro de 2026.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:51ECFA7D

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO FOMENTO PARANÁ – SFM Nº 4686/2026

Partes: Município de Pato Branco, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e Agência de Fomento do Paraná S.A., CNPJ nº 03.584.906/0001-99.

Objeto: Financiamento de contrapartida para construção do terminal de embarque e desembarque do Aeroporto Regional Professor Juvenal Loureiro Cardoso (R$ 9.000.000,00).

Valor Total: R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

Vigência: O prazo total do Contrato é de 96 meses, contados da data da assinatura do mesmo, incluindo o prazo de carência de 12 meses.

Data da assinatura do contrato: 04/09/2026.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:4346D9B2

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 82, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia os membros do Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos II e XXIII, na forma art. 62, inciso II, alínea "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Portaria GP nº 75, de 24 de agosto de

2026, e considerando o contido no Memorando nº 27.850, de 10 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Pato Branco, conforme a seguir especificado:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) titular:Rafaela Assis Barbosa Algeri;
b) suplente:Aline Maiara Demetrio Santos;
II – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
a) titular:Silvia Cristina Leão Schreiber;
b) suplente:Amanda Luiza Rodrigues Lisboa;
III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) titular:Paulo Roberto Aveles;
b) suplente:Julimara Meira Portes;
IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
a) titular:Camila Casagrande;
b) suplente:Cledineia Rovea Correa;
V – Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
a) titular:Vanessa Moreira Cassiano;
b) suplente:Matheus Eurides Godois;
VI – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:
a) titular:Roberto Pereira Bressan;
b) suplente:Mateus Petterson Signor;
VII – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres:
a) titular:Anuska Maria de Sá Gudoski;
b) suplente:Karol de Lima Soares;
VIII – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR:
a) titular:Jean Filipe Favaro;
b) suplente:Luciane Vedovatto Lorenset.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:12E0E9D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3466/2026 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - EXONERAR **ANDERSON LUIS LOTH**, inscrito no CPF nº ***.975.799. **, do cargo de provimento em comissão de Diretor de obras e serviços urbanos e operacionais - Símbolo- CC-4-, a partir de 11 de setembro de 2026.
Art. 2º - Revoga-se o Decreto nº 3286/2025 de 15 de agosto de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:A9C3CB4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3467/2026 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - NOMEAR **ANDERSON LUIS LOTH**, inscrito no CPF nº ***.975.799-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras e Serviços Urbanos e Operacionais - Símbolo- CC-4, a partir de 11 de setembro de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:C1C34A2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2026** Homologado em 17 DE AGOSTO DE 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Técnico de Enfermagem – Ampla Concorrência - 40 horas

Classificação	Nome
01º Lugar	Viviane Braciak Teixeira de Paula

Cargo: Enfermeiro – Ampla Concorrência – 40 horas

Classificação	Nome
01° Lugar	Jamile Barreto de Aragão Kachimar

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:3ED51DA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 238/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a classificação final e homologação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026 do Município de Paula Freitas/PR.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS**, Estado do Paraná, **Sr. SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 03/2026 e suas retificações, a homologação definitiva das inscrições, a classificação provisória divulgada pela Portaria nº 227/2026 e o julgamento dos recursos pela Comissão Examinadora,
RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a **CLASSIFICAÇÃO FINAL** dos candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026, conforme relação abaixo, observados os critérios estabelecidos no Edital.

ATENDENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	01	BRAYAN GURGINSKI	90
2º	30	ALESSANDRA VITÓRIA BANHUKI FERREIRA	90
3º	13	MELISSA ALVAREZ	87
4º	33	LUCINEIA GAIEVICZ	82
5º	11	THAIS CATARINA FRANCO DE LIMA	80
6º	39	BRENDA DE OLIVEIRA PANIZZON	76
7º	20	CAMILE VITORIA MANDRYK	68
8º	22	EDUARDA JAQUELINE PIETRALA	65
9º	24	FERNANDO AUGUSTO THOMAS	64
10º	16	ANA CLARA MATTE	62
11º	42	GEANE LOTH CRUZ	60
12º	17	VITORIA CINTIA DOS SANTOS	58
13º	18	GISLAINE DE LIMA	50
14º	12	MILENA ANDREINA KUBOWSKI	50
15º	41	EMILY FLAVIÊ DOS SANTOS	50
16º	19	ALINE CRISTINA DA SILVA MACIEL	36
17º	31	ANIELY KAOANY SCHNEIDER	20
18º	23	MARIANA EDUARDA MARQUES	15
19º	07	ÉRICA DE OLIVEIRA BATISTA	15
20º	34	KARINA TAMARA RRANKEL	10
21º	32	VIVIANE ROCZINSKI	0
22º	15	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	0
23º	27	THAUANY PAOLA DE ALMEIDA	0
24º	10	CELINE FILISBERTO	0
25º	25	BARBARA BENETTI HEY	0
26º	37	EMILY KERKHOF	0
27º	48	RAFAELA CARNEIRO	0
28º	05	THAIS APARECIDA DA CUNHA	0
29º	26	YASMIN JOBINS	0
30º	44	ALLANA RAISSA DA SILVA	0
31º	14	RIILARY VITORIA DOS SANTOS SCHRAN	0
32º	03	EMANUELLY VITÓRIA PLANTES DE SÁ	0
33º	21	GABRIEL DARDIN OLIVEIRA	0
34º	08	YASMIN FILUS ALMEIDA VIEIRA	0
35º	43	ANA LUIZA FELIZ DOS SANTOS	0
36º	29	DIOGO FELIPE DE SOUZA PEREIRA	0

PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	41	EMILY FLAVIÊ DOS SANTOS	50

A candidata inscrita na modalidade PCD integra também a classificação geral, nos termos do Edital nº 03/2026.

ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	45	FRANCIELI DAIANE BUENO	80
2º	49	BIANCA BURLINSKI	80
3º	47	TAYANE BROLINI	70
4º	02	MARIANE VITOR MARTINS	53
5º	40	JOSELAINE DOS SANTOS MARTINS KUTZKE	0
6º	09	ANALICE LEVANDOSKI	0

Art. 2º Os candidatos cujas inscrições foram definitivamente indeferidas não integram a presente classificação final.

Art. 3º Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026, para todos os fins previstos no Edital, passando as futuras convocações a observar a classificação final, a lista específica de pessoas com deficiência e as demais disposições do instrumento convocatório e da legislação aplicável.

Art. 4º Para fins desta Portaria, os nomes dos candidatos foram grafados de acordo com os documentos de identificação e com as fichas individuais de avaliação, promovendo-se, quando necessário, a correção de erros materiais de grafia constantes das publicações anteriores, sem qualquer alteração da identidade, do número de inscrição ou da situação do candidato no certame.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas/PR, 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:95BF35D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 239/2026 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **ANDERSON LUIS LOTH,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.138-1 aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Operador de Máquinas, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 11 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 11 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:F4656992

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 240/2026 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **SIMONE ZAVIRACZ,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.099-30, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 14 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:C7764834

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 PROCESSO ADM: Nº 80/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
Processo Adm: Nº 80/2026

Objeto: PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, UTENSÍLIOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (INCLUINDO HORTIFRÚTI, PANIFICAÇÃO, CARNES, LATICÍNIOS, FÓRMULAS ESPECIAIS E SORVETES) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE CONSUMO DIÁRIO E REGULAR DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, CONFORME CONDIÇÕES,

QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.
Empresas vencedoras valor total: R$ 2.487.398,72 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil e trezentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos): **MARCELO CAMILO EPP** (38455639000134) com os lotes: 4 no valor total de R$ 374.000,00 (trezentos e setenta e quatro mil reais). **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA** (03612312000497) com os lotes: 8 no valor total de R$ 152.380,00 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos e oitenta reais). **SUPERMERCADO RODOGRÃO LTDA** (03894152000173) com os lotes: 1 no valor total de R$ 93.100,00 (noventa e três mil e cem reais). **ELIS REGINA MLODECKI** (48183299000193) com os lotes: 5 no valor total de R$ 41.750,00 (quarenta e um mil e setecentos e cinquenta reais). **SUPERMERCADO NOSSA SENHORA APARECIDA** (05514965000116) com os lotes: 9 no valor total de R$ 3.617,99 (três mil e seiscentos e dezessete reais e noventa e nove centavos). **FABIANE SABRINA MOHR** (33735013000168) com os lotes: 2, 3 no valor total de R$ 771.050,75 (setecentos e setenta e um mil e cinquenta reais e setenta e cinco centavos). **JR FILHOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS** (40485357000121) com os lotes: 6, 7 no valor total de R$ 1.051.499,98 (um milhão e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) conforme edital , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

PAULO FRONTIN (PR), sexta-feira, 11 de setembro de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Autoridade Competente

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:8D0DF44F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026
DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CARNES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.

Valor total estimado: R$ 54.813,00 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e treze reais).
Data da abertura: 18/09/2026.
Forma de pagamento: conforme a entrega.
Dotação Orçamentária:
5000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
5005 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
4.121.1.2.7 – Estruturação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (30)

5009 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
4.122.1.208 – Modernização da Administração e Gestão da Informação
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (41)

6000 – SECRETARIA DE SAÚDE
6003 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.3.2.12 – Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (82)

7000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
7001 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.4.2.22 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (170)

7003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.4.2.24 – Manutenção e Ampliação da Educação Infantil – Creches
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (206)

8000 – SECRETAIRA DE ASSISTENCIA SOCIAL
8004 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
8.241.7.2.31 – Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos para Idosos
3.3.90.30.00 – Material de consumo (283)
9000 – SECRETARIA DE ESPORTES
9001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.10.2.35 – Desenvolvimento do Esporte Municipal
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (317)

10000 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
10002 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
20.608.12.2.36 – Desenvolvimento da Agricultura Municipal
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (332)

11000 – SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
11001 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.14.2.39 – Serviços de Infraestrutura Rodoviária
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (356)

12000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
12001 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO
15.452.14.2.40 – Gestão da Manutenção Urbana
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (380)

Fundamento Legal: artigo 75, inciso I, da Lei 14.133 de 01 de abril e 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D45A8A11

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº01/2022

TERMO ADITIVO DE PREÇOS E PRAZOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº01/2022 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE E A GARZÃO ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste - PR, pessoa Jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 260- Centro, na Cidade de Pérola D'Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 78.114.964/0001-58, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Leonardo Serednicki Bagetti**, portador do CPF Nº 085.988.959-97, doravante denominado simplesmente Contratante e a empresa Garzão **Engenharia e Consultoria em Segurança do Trabalho**

LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ/MF sob Nº 44.368.275/0001-58, com sede na Avenida Brasília, Nº 550, Bairro Centro, na Cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, neste ato representada por sua sócia proprietária Sra. Katia Aline Garzão, brasileira, solteira engenheira portadora da Cédula de Identidade de Nº 8.109.7631 SSP/PR e CPF DE Nº 054.960.729-30, na Cidade de Pérola D'Oeste Estado do Paraná, celebram o presente **TERMO ADITIVO** ao **CONTRATO de Nº 01/2022,** com observância da Lei Nº 8.66/93, Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, mediante cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA NO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS PREVENDO
MUDANÇAS NECESSÁRIAS CONFORME NR 17, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022, o qual a contratada foi declarada vencedora dos seguintes itens abaixo descritos: contratação de empresa de segurança no trabalho para elaboração de laudos prevendo mudanças necessárias conforme NR 17 (deve ser observada a condição especial de uma das funcionárias). Com base no Laudo Médico, o projeto de ergonomia para este posto de trabalho deve ser aprovado por um Terapeuta Ocupacional ou Fisioterapeuta. Projeto de acessibilidade de acordo com a NBR 9050/2020 (deve ser considerado o fato de a construção ser existente); Orçamentos conforme SINAPI

(projeto de acessibilidade); Elaboração do LTCAT (laudo técnico das condições ambientais do trabalho); Elaboração do LIP (laudo de insalubridade e periculosidade); Elaboração do PPRA (programa de prevenção de riscos ambientais); Elaboração do PCMSO (programa de controle médico de saúde ocupacional); Elaboração do PPP (perfil psicográfico previdenciário); Envios dos Eventos S-2240 e caso necessário S- 2210 para o e - Social. Durante a validade do contrato, deverá realizar laudos técnicos dos funcionários da Câmara Municipal.

Parágrafo único - a presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da CONTRATANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mutuo acordo entre as partes mediante lavratura de termo aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O valor total deste contrato é de **R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais),** sendo pago em 12(doze) parcelas, efetuadas mensalmente até o 5º dia útil de cada mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal.

Pérola D'Oeste/ PR, 11 de setembro de 2026

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente da Câmara Municipal do Município de Pérola D'Oeste/PR

KÁTIA ALINE GARZÃO
Garzão Engenharia e Consultoria em Segurança do Trabalho LTDA

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:BF10D7C1

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
PORTARIA Nº03/2026

PORTARIA Nº 03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a Servidor Comissionado, e dá outras providencias.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, com fundamento no Artigo 27, inciso VI da Lei Orgânica do Município, combinando com o Artigo 42, inciso XXV do Regimento Interno; Lei Municipal nº300/02 642/09, nº953/15 e demais disposições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias, do dia 14.09.2026 até 03.10.2026 para os Servidores Comissionados abaixo relacionados, que tenham direito e não gozaram as referidas férias.

NOME DO SERVIDOR CARGO
MARONES KERN DA SILVA ASSESSOR DE IMPRENSA

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições
em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 11 de setembro de 2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:3D87C8EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 015/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MR PAVIMENTAÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MR PAVIMENTAÇÕES LTDA,** CNPJ 52.554.325/0001-10, localizada Estrada Ribeirãozinho, s/nº, Bairro: Leão em Agudos do Sul/PR, telefone: (41) 99542-7138, e-mail: nfemrpavimentacoes@gmail.com, representada por Michele de Souza da Rocha portador da cédula de identidade R.G. n. º 14.738.346-0 SSP-PR, inscrito no CPF sob n. º 142.xxx.369-xx a seguir denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 011/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3730/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias de 13/08/2026 a 10/12/2026
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias de 09/02/2027 a 08/06/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 09 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E9E5EEFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 015/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA PEK MÁQUINAS PARA LOCAÇÃO E PISOS DE CONCRETO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **PEK MAQUINAS PARA LOCAÇÃO E PISOS DE CONCRETO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 40.283.134/0001-81, estabelecida na Rua Florianópolis, nº 200, Avencal em Piên/PR, Cep: 83860-000, telefone (41) 99879-5266, e-mail: pabulomox@gmail.com; neste ato representado pelo Sr. Pabulo Henrique Klok, inscrito no CPF sob nº. 108.xxx.979-xx, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 013/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3752/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 120 dias de 12/08/2026 a 10/12/2026
VIGÊNCIA: 120 dias de 08/02/2027 a 08/06/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 09 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:75330EAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO DE SEGURO VEICULAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E SEGUROS SURA S/A.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado **O MUNICÍPIO DE PIÊN**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên-PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.XXX.589-XX, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.XXX.049-XX doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **SEGUROS SURA S/A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.065.69/0001-27, com endereço na Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1530, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04.563-004, fone: (31) 3073-7300, (31) 99931-1277 e-mail: renovacao@hembseguros.com.br; neste ato representado pela Sra. **Ana Paula Araújo Santana**, inscrita no CPF sob nº 405.xxx.168-xx (por procuração) doravante denominado simplesmente **CONTRATADO,** resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 091/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: o Prazo de vigência e execução fica prorrogado em mais 12 (doze) meses, contados a partir de 19/09/2026.

Cláusula Segunda: O valor total do aditivo ao contrato é de R$ 147.067,69 (cento e quarenta e sete mil e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos) considerando que houve inclusões e exclusões de veículos durante o ano conforme tabela em anexo ao processo 3884/2026.

Cláusula Quarta: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Piên/PR, 02 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:CAA14A6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 003/2025

3º ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**, CNPJ 79.390.530/0001-43, localizada na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro: Corredeiras em Campo Alegre/SC, Telefone (47) 3635-1348, e-mail: fabiane@extracaodeareia.com.br, representada por **MARCOS HEINZ MAAHS**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.520.106, inscrito no CPF sob n. º 005.xxx.569-xx, residente na cidade de São Bento do Sul/SC, denominado **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 040/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 38.862,38 (trinta e oito mil e oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos) conforme documentação constante no processo Concorrência 003/2025.

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.
Piên/PR, 09 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:621D2530

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 003/2025

4º ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**, CNPJ 79.390.530/0001-43, localizada na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro: Corredeiras em Campo Alegre/SC, Telefone (47) 3635-1348, e-mail: fabiane@extracaodeareia.com.br, representada por **MARCOS HEINZ MAAHS**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.520.106, inscrito no CPF sob n. º 005.xxx.569-xx, residente na cidade de São Bento do Sul/SC, denominado **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 040/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 37.324,33 (trinta e sete mil e trezentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos) conforme documentação constante no processo Concorrência 003/2025.

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.

Piên/PR, 09 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:2BCF789E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 142/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 142/2026
MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 116/2025

CONTRATADO: GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA
CNPJ: 07.112.529/0001-46
OBJETO: Contratação da plataforma digital Plano Basic "Jusbrasil Pesquisa Jurídica Jus IA + Gestão Avançada de Processos + Relatório Avançados" para 5 (cinco) usuários
VALOR: R$ 5.880,60 (Cinco mil e oitocentos e oitenta reais e sessenta centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da sua publicação podendo ser prorrogado
FISCAL: Katia Rejane Nenevê.
DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7CCFA8A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 143/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 143/2026

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA Nº 042/2026

CONTRATADO: BMB FLORESTAL E AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 33.004.089/0001-13
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de inventário florestal, conforme Instrução Normativa IAT nº 05/2026, protocolo e acompanhamento do pedido de Autorização Florestal para supressão de vegetação junto ao IBAMA/IAT.

VALOR: R$ 4.190,13 (Quatro mil e cento e noventa reais e treze centavos)

FISCAL: Cristiane Telma Abuda, Técnica em Meio Ambiente, Matrícula nº 4766397.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1587E174

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°287 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 287 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 330.538,47.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 330.538,47, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2200	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	37.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2252	0102 Fundeb 40%	11.000,00
	SUBTOTAL	48.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.001	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.12.2.28	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3323	0861 Deliberação 15/2025 - FMDM	1,00
	SUBTOTAL	1,00
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.34	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4210	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	281.434,13
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4291	0304 Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	1.103,34

	SUBTOTAL	282.537,47
	TOTAL	330.538,47

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....330.538,47

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	11.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DEPOSITO BANCARIO GERAL - PRINCIPAL	1.103,34
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	281.434,13
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	37.000,00
	TOTAL	330.537,47

2. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
861	Deliberação 15/2025 - FMDM	1,00
	TOTAL	1,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....330.538,47

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 11 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:0A8D63C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 285 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 285 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA ARLETE LOPES TEIXEIRA para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **ARLETE LOPES TEIXEIRA** portadora do CPF 045.***.***-** classificada em 18º lugar, para ocupar o cargo de **Assistente Social** a contar de 14 de setembro de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:4BD284C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 286, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 286, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de Assistente Social, em razão de aposentadoria por idade concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên a servidora pública Luz Marina Voigt Cordeiro, inscrita no CPF sob nº 586.xxx.xxx-97 e matrícula 471711.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 11 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:9C7C2099

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2026 - JULGAMENTO DOS RECURSOS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN - PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Edital de Processo Seletivo, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Piên, 14 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:5496FF14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 119/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 119/2026

PROTOCOLO: 3945/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a realização de revisão mecânica programada de mil horas da RETROESCAVADEIRA 3CX JCB,

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 05.063.653/0010-24
VALOR: R$ 9.903,55 (Nove mil, novecentos e três reais e cinquenta e cinco centavos).

AUTORIZAÇÃO: 02/09/2026
Republicado por incorreção de valor

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:3530778E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 122/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 122/2026

PROTOCOLO: 3977/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a realização de revisão mecânica programada de mil horas da RETROESCAVADEIRA 3CX JCB Agricultura

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 05.063.653/0010-24
VALOR: R$ 9.903,55 (Nove mil, novecentos e três reais e cinquenta e cinco centavos).

AUTORIZAÇÃO: 10/09/2026

Republicado por incorreção de valor

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:D3F8BCFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1149, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1149, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 15 de outubro 24 de outubro de 2026, a servidora pública **REGIANE RAUTH,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9.***.***.*/SC matrícula funcional nº 101251, ocupante do cargo público de **Agente de Defesa Civil.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 10 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:02EDDD63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1150, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 1150, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera lotação funcional de servidor público.

O Senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação funcional, da servidora pública **VANESSA DE LIMA CABRAL,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 5***.***.*/SC matrícula funcional 4766079, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil**, CMEI Raio de Sol para o CMEI Gotinhas do Saber, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:9C9A4DC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1151, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1151, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera lotação funcional de servidor público.

O Senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação funcional, da servidora pública **FANIA MOREIRA DE BASTOS,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 16***.***.*/PR matrícula funcional 4766128, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil**, do CMEI Tia Nena para a Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D4F61AFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1152, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1152, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera lotação funcional de servidor público.

O Senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação funcional, da servidora pública **KAUANE DE OLIVEIRA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7***.***.*/SC matrícula funcional 4766018, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil**, do CMEI Tia Nena para o CMEI Raio de Sol, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C44B1BD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1153, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1153, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera lotação funcional de servidor público.

O Senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação funcional, da servidora pública **CLEUNICE CAMARGO PEREIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 15***.***.*/PR matrícula funcional 4766315, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil**, do CMEI Gotinhas do Saber para o Escola Municipal Alminda Antônia de Andrade, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DFFF2C07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1154, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1154, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera lotação funcional de servidor público.

O Senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação funcional, da servidora pública **DENILSE APARECIDA TSCHOKE SCHREINER,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9***.***.*/PR matrícula funcional 4766029, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil**, do CMEI Raio de Sol para o CMEI Tia Nena, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CA90AC08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1155, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1155, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 08 de setembro 22 de setembro de 2026, a servidora pública **ILSA DE FATIMA FERREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4*********/PR e matrícula funcional 19102, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:115CD892

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1157, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1157, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente honorifico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao agente honorifico **DIEGO JUNIOR ALVES DOMINGOS** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-** e matrícula funcional 4766368, ocupante do cargo público de agente honorifico de **Conselheiro Tutelar,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	9223/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:FEE76B90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1158, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1158, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente honorifico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao agente honorifico **PATRICIA APARECIDA LISBOA MIELKE** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 093.***.***-** e matrícula funcional 4766317, ocupante do cargo público de agente honorifico de **Conselheiro Tutelar,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	14/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	9222/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:0ADF8FED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1159, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1159, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente honorifico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao agente honorifico **MARCOS AURELIO MIELKE** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 752.***.***-** e matrícula funcional 4765964, ocupante do cargo público de agente honorifico de **Conselheiro Tutelar,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	14/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	9221/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:AA1701F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1160, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1160, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ELIZABETE MIKI UCHINO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 825.***.***-** matrícula funcional 4766346, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Condução de pacientes para instituição de longa permanecia	09/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9220/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:AE74D67C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1161, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1161, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MONICA KARPINSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 072.***.***-** e matrícula funcional 4766202, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no XII Fórum Intermunicipal de Discussão Educação Especial em Foco	17/09 e 18/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 122,00	9219/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:94FE5888

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1162, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1162, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **NILCE PRUCHAK DOS SANTOS SAROT,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 044.***.***-** e matrícula funcional 4766243, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Transferência de paciente	09/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9208/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CE8D549E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1163, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1163, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 003.***.***-** e matrículas funcionais 105631/4766293, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Fórum de Gestores da Educação Especial	17/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9207/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A34A7A64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1164, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1164, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **TATIANE ANDREZA KATZER,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 005.***.***-** e matrícula funcional 316151, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação Programa Educa + COMESP	16/09 a 18/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 513,00	9206/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F3703B3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1165, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1165, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 24 de setembro de 2026 a 03 de outubro de 2026, a servidora pública **Catarina Michel Adenil Ferreira Pereira,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 3*******/SC matrícula funcional nº 105631, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:60EAC9CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1166, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1166, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora pública **CLARICE DE FATIMA FRAGOSO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 563.***.***-** e matrícula funcional 4766261, ocupante do cargo público de Agente Político de **Secretária de Educação,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação do Encontro de Secretários - FOREDUC	16/09/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9313/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CF2D2C7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1167, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1167, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ISADORA CAROLINA ZESZOTKO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 100.***.***-** matrícula funcional 4766347, ocupante do cargo de público de provimento em comissão de **Assessor de Area I - Gestão Pedagógica,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no encontro Educadores In Concert	16/09/2026	Curitiba/PR	1(um)	R$ 61,00	9312/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E9A690C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1168, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1168, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **EMMANUELE DE OLIVEIRA FRAGA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** e matrícula funcional 4765950, ocupante do cargo público de **Médico,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
CURSO TELE-TEA	16/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9315/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:B06BEE07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1169, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1169, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MONICA BAUMEL BRUNNQUELL** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 051.***.***-*** e matrícula funcional 4766044, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
EVENTO GESTÃO CASA GRANDE	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9316/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:1726828E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1170, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1170, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **KASSIANE RITZMANN GROSSKOPF,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 102.***.***-** e matrícula funcional 4766014, ocupante do cargo público de **Medico,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação TEA COMESP	16/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9321/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:9A5CE170

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1171, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1171, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **JACQUELINE NIEZER,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 807.***.***-** matrícula funcional 23561, ocupante do cargo público de **Contador,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação em 24 Congresso Paranaense de Previdência	15/09 a 18/09/2026	Foz do Iguaçu/PR	4(quatro)	R$ 739,00	9310/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A8E8B269

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1172, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1172, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ALEÇANDRA DE FATIMA FERREIRA SCHIER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 798.***.***-** e matrícula funcional 4766236, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação do Encontro de Secretários - FOREDUC	16/09/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9322/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:9455DADC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1173, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1173, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **SARA DUARTE MACEDO DE CARVALHO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-** e matrícula funcional 4766136, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Internamento de paciente San Julian	09/09/2026	Piraquara/PR	1(uma)	R$ 61,00	9323/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E84A6C27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 11 de setembro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **HERICA BRUNNQUELL MIELKE** convocada pelo Edital Nº 043/2026, residente e domiciliada na Rua Bahia, Centro, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG / CPF nº 101.***.***-** venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR TEMPORÁRIO** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2025.

_____
HERICA BRUNNQUELL MIELKE

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:B3AA8057

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026

RESCISÃO 015/2026
RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2026

RESCISÃO A ATA DE REGISTRO Nº 077/2026 QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA CROSMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF,** brasileiro, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado em Piên – PR, doravante denominado simplesmente **RESCINDENTE**, e de outro **CROSMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº: 11.606.767/0001-85, com endereço a Rua Luiz Segundo Rossoni, nº 355, Centro, Toledo/PR, CEP: 85901-170, Fone: (45) 2031-3547, e-mail: crismedmedicamentos@hotmail.com; neste ato representado por Leonel Lindner, inscrito (a) no CPF sob nº 407.xxx.809-xx doravante denominado simplesmente **RESCINDIDO** celebram o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL da ata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O presente termo por objeto a rescisão amigável referente a ata oriunda do processo de licitação modalidade PREGÃO 014/2026, visando o Registro de preços dos materiais médico-hospitalares de uso na rotina da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Segunda: A rescisão amigável da ata em epígrafe será realizada a partir da data de 09/09/2026 sem ônus de qualquer natureza para qualquer dos envolvidos, renunciando ambas as partes ao direito sobre o qual se fundou a relação jurídica que se pactuou no processo do pregão 014/2026.

Cláusula Terceira: As partes mutuamente reconhecem e declaram não haver nenhuma prestação ou contra prestação decorrente da referida ata, seja qualquer tipo de penalidade ou demanda judicial nada mais havendo a reclamar ou pleitear a respeito do mesmo.

Piên, 09 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:8C53FE1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

COMPRASGOV- 15/2026

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **25/09/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Registro de preço para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos para as secretarias do município de Pinhal de São Bento".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/09/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 11/09/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0760050E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 183/2026

DECRETO 183/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 9.185,40 (Nove mil cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 10 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8F51FB5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, Lei Municipal nº 1.132 de 24 de março de 2026 e tendo em vista o Edital de Homologação nº 14/2026 do Processo Seletivo Simplificado 01/2025 - PSS
R E S O L V E:
1. CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, aberto pelo edital nº 01/2026 homologado pelo Edital nº.14/2026, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Avenida São Roque, 178, Centro, Pinhal de São Bento, Paraná, no prazo de 07 (sete) dias úteis, da data de publicação desta convocação no horário de expediente, das 07:30hs às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

CARGO – MOTORISTA

Inscrição	Nome	Classificação
0000101	Edson Martini de Moraes	1º
0000100	Sadi Onisko	2º

CARGO – PSICOLOGO

Inscrição	Nome	Classificação
0000173	Douglas Miranda	1º

2. O candidato convocado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega:
cópia da Carteira de Identidade;
RG
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 14 (quatorze) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
k) Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;(modelo em anexo)
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;(modelo em anexo)
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, e/ou Regime Geral de Previdência Social, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo);
Auto Declaração De Cor/Etnia (modelo em anexo)
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no Edital nº 01/2025;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;(agendado após a entrega dos documentos).
3. O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.
4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporárias.
5. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação será considerado como desistente, e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado, não sendo permitida sua recolocação ao final da lista de aprovados.
Pinhal de São Bento, -PR, 11 de setembro de 2026
Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, que não sou ocupante de outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas de governo: Municipal, Estadual ou Federal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO que, recebo benefício proveniente do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF)

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____ DECLARO que, não fui demitido(a) por justa causa de cargo público efetivo, ou de função pública, em órgão da União, Estados e Municípios.
.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

Ilma Sra.
Vania Maria Barbieri
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
Pinhal de São Bento, Pr

REQUERIMENTO

_____, brasileira(o), maior, ,residente na cidade de _____ Estado do Paraná, vem através deste REQUERER, ao Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento/PR, para que o pagamento mensal referente a salário, seja depositado mensalmente na conta corrente nº º _____ Agência _____, Banco _____
N. Termos
P. Deferimento

Pinhal de São Bento/PR, em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Servidor

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens;
1._____valor_____
2._____Valor:_____
3._____Valor:_____
4._____Valor:_____
5._____Valor:_____
Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.
Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.
Cidade _____data _____/_____/_____
_____
Assinatura do(a) Declarante
AUTO DECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,

DECLARO em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:
( ) Branca ( ) Preto(a) ( ) Pardo(a) ( ) Indígena.
DECLARO AINDA, estar ciente de que a falsidade da declaração por mim firmada no presente documento, poderá ensejar sanções civis, e, principalmente criminais (Art. 299 do Código Penal)
Local e data: _____/_____/_____/_____

Assinatura do declarante: _____

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:6E49BC70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº129/2026
LICITAÇÃO: Processo de Inexigibilidade n.º 24/2026.
OBJETO: Aquisição de veículo SUV para Secretaria de Assistência Social
CONTRATADO: MOTOMECANICA COMERCIAL S.A
CNPJ: 91.157.826/0001-14
VALOR TOTAL: R$ 128.580,00 (cento e vinte oito mil, quinhentos e oitenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	03182	08.005.08.244.0801.2058	00501	4.4.90.52.48.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	05180	08.002.08.244.0802.2130	01091	4.4.90.52.48.00	Recursos de Exercícios Anteriores

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 10 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:861D5C03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 130/2026
OBJETO: Contratação de empresa para locação de internet via satélite starlink mini
CONTRATADO: ADRIANO ASSING ROCHA
CNPJ: 11.793.434/0001-02
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 21.576,00 (Vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis reais).
DATA DA ASSINATURA: 11/09/2026

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	04160	10.002.18.541.1801.2073	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	00510	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: : Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 11 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:A10E822C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 103/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO/PR
CONTRATADA: RAFAEL ZABOT KORLIKOSKI - LTDA - CNPJ: 10.353.532/0001-66.
OBJETO DO ADITIVO: Supressão quantitativa e qualitativa (glosa) de serviços originalmente previstos na obra de ampliação do CMEI Alzemiro Motta, visando à adequação do projeto, nos termos do art. 124, I, "b" da Lei nº 14.133/2021.
VALOR DA GLOSA: Redução de R$ 10.471,11 (Dez mil quatrocentos e setenta um reais e onze centavos), correspondendo ao percentual isolado de 4,38% sobre o valor inicial.
SALDO CONTRATUAL: O contrato fica reduzido de R$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais) para R$ 228.528,89 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos).

Pinhal de São Bento/PR, 11 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:3CFAA503

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 103/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO/PR
CONTRATADA: RAFAEL ZABOT KORLIKOSKI - LTDA - CNPJ: 10.353.532/0001-66.
OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo qualitativo para aumento de meta física na obra de ampliação do CMEI Alzemiro Motta, contemplando a inclusão de 02 (dois) conjuntos de sanitários integrados às Salas 01 e 02 (B.W.C. 01, 02, 03 e 04), totalizando 16,92 m², nos termos do art. 124, I, "a" da Lei nº 14.133/2021.
VALOR DO ACRÉSCIMO: Acréscimo de R$ 59.713,03 (cinquenta e nove mil, setecentos e treze reais e três centavos) sobre o valor atualizado do contrato.
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: O valor final consolidado passa a ser de R$ 298.713,03 (Duzentos e noventa e oito mil setecentos e treze reais e três centavos).

Pinhal de São Bento/PR, 11 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:4D3C8D8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

SÚMULA: Torna pública presença em Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e convoca seus membros.

Cilene Stefen Knebel, Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
TORNA PÚBLICO
Que comparecerá, em Reunião Ordinária, perante os membros do CAE acerca da Resolução CD/FNDE Nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, que determina que, a partir de 2027, o período dos mandatos dos Conselhos de Alimentação Escolar em todo o território nacional será unificado. Conforme a referida Resolução, os Conselhos terão mandato de 4 anos, iniciando em 1º de novembro de 2027 e com término da vigência em 31 de outubro de 2031. Diante disso, faz-se necessária a recondução e atualização de alguns membros deste Conselho, conforme ofícios enviados as entidades para indicação de seus representantes, considerando que o mandato vigente deste CAE se encerra em 19 de setembro de 2026.

CONVOCA
Todos os titulares do CAE e convida os suplentes para participarem da referida reunião a realizar – se:
Data:16/09/2026 (Quarta-feira)
Horário: 08h00
Local: Nas dependências da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, situada à Rua Presidente Vargas, Nº 236, Centro, Pinhal de São Bento – PR.
Na impossibilidade da presença do Titular, fica convocado a participação do seu respectivo suplente.

Pinhal de São Bento, 11 de setembro de 2026.

CILENE STEFEN KNEBEL
Presidente do CAE

Publicado por:
Idete Bonetti
Código Identificador:679D244E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 715/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 037/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora **CATIA CRISTINA CORDEIRO LUNARDON DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Professor III – Magistério, matrícula funcional nº 397481, RG nº 5.805.XXX-1, CPF nº 025.900.XXX-X8, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento nos arts. 12 e 14 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 5.127,12** (cinco mil cento e vinte e sete reais e doze centavos).

Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:B8EFA7AB

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 716/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 038/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora **CATIA CRISTINA CORDEIRO LUNARDON DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Professor III – Magistério, matrícula funcional nº 534731, RG nº 5.805.XXX-1, CPF nº 025.900.XXX-X8, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento nos arts. 12 e 14 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 4.650,43 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos).**
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:5B4E0741

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N. 35/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 8460/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, o qual estava suspenso, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos e ininterruptos de monitoramento de alarme online à distância, com instalação de centrais de alarme e equipamentos acessórios e atendimento integral 24h**,** será realizada no dia **29/09/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. **Valor Máximo R$ 1.207.705,62 (Um milhão, duzentos e sete mil, setecentos e cinco reais e sessenta e dois centavos.).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).Piraquara, 11 de setembro de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:019D6272

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 41/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 36.371/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a Contratação de empresa Especializada para locação de veiculo motorizado temático do tipo "Trem Natalino", para o natal do Município de Piraquara**,** será realizada no dia **01/10/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. **Valor Máximo R$ 129.024,48 (Cento e vinte e nove mil, vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos.).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 11 de setembro de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DD3877AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 42/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 33.369/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de carnês de IPTU, abrangendo código de barras e QR Code, referente ao ano de 2027,** será realizada no dia **29/09/2026 – 14h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: R**$ 76.300,00 (setenta e seis mil e trezentos reais)** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de

cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 11 de setembro de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:107A1D4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.009/2026

Dispõe sobre a Tabela de Percentuais dos serviços executados por Construtores Permissionários nos Cemitérios Municipais de Piraquara, nos termos da Lei Municipal nº 907/2007 e do Decreto Municipal nº 11.942/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 907/2007 – Código Municipal de Meio Ambiente, que autoriza a definição, por ato do Poder Executivo, das tabelas e normas relativas aos serviços de construção, manutenção e reforma de túmulos, inclusive quando executados por profissionais autônomos ou empresas devidamente habilitadas;
CONSIDERANDO o Capítulo V – Dos Construtores e Pintores, do Decreto Municipal nº 11.942/2024, que regulamentam o credenciamento, a atuação e a responsabilidade dos construtores permissionários nos cemitérios municipais;
CONSIDERANDO o disposto no art. 28, § 2º, do Decreto Municipal nº 11.942/2024, que determina que as tabelas de valores dos serviços de sepultamento, exumação e construção de jazigos de emergência sejam especificadas por norma municipal, publicada anualmente;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar transparência, padronização e controle dos valores praticados, bem como a adequada prestação dos serviços funerários, em observância aos princípios da administração pública.
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Percentuais dos serviços realizados por construtores permissionários nos Cemitérios Públicos municipais de Piraquara, conforme Anexo Único deste Decreto.
§1º Os valores estão dispostos em UFM – Unidade Fiscal do Município, que é reajustada anualmente nos decretos regulamentadores do Código Tributário Municipal.
§2º Os valores oriundos dos percentuais constantes do Anexo serão divulgados em moeda corrente, a partir da conversão destes percentuais com a Unidade Fiscal Municipal – UFM, corrigida pela Administração Pública, através de Portaria específica emitida anualmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a ser exposta em local visível ao público, bem como informados de forma clara e transparente aos usuários do serviço.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – Gaveta padrão: compartimento funerário destinado à inumação de corpos, com dimensões de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento, 1,01m (um metro e um centímetro) de largura e 0,60m (sessenta centímetros) de altura;
II – Sepultamento em gaveta padrão: ato de inumação de corpo em gaveta padrão, compreendendo a abertura e o fechamento do respectivo compartimento;
III – Sepultamento em gaveta padrão com exumação: ato de inumação de novo corpo em gaveta padrão ocupada, precedido da exumação e destinação regular dos restos mortais anteriormente depositados, com posterior fechamento;
IV – Exumação em gaveta padrão: procedimento de retirada de restos mortais depositados em gaveta padrão, após o prazo legal, para destinação adequada conforme normas vigentes;
V – Construção de gaveta padrão: execução de compartimento funerário conforme as especificações do inciso I deste artigo, a ser realizada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, por se tratar de serviço programado, inexistindo óbito que justifique sua necessidade imediata;
VI – Construção de gaveta padrão emergencial: execução de compartimento funerário conforme as especificações do inciso I deste artigo, em caráter excepcional e mediante ocorrência de óbito que demande sepultamento imediato, devendo ser concluída no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas;
VII – Abertura e fechamento de ossuário: serviço consistente na abertura de compartimento destinado ao depósito de ossos ou restos mortais exumados, com posterior fechamento e vedação adequada;
VIII – Sepultamento em mausoléu abaixo da terra: ato de inumação de corpo em compartimento subterrâneo integrante de mausoléu particular ou familiar;
IX – Sepultamento com exumação em mausoléu abaixo da terra: ato de inumação de corpo em compartimento subterrâneo já ocupado, precedido da exumação e destinação regular dos restos mortais;
X – Exumação em mausoléu abaixo da terra: retirada de restos mortais depositados em compartimento subterrâneo de mausoléu, após o prazo legal, para destinação adequada, conforme normas vigentes;
XI – Sepultamento em gaveta lateral: ato de inumação de corpo em compartimento funerário com abertura lateral;
XII – Sepultamento com exumação em gaveta lateral: ato de inumação de corpo em gaveta com abertura lateral já ocupada, precedido da exumação e destinação regular dos restos mortais;
XIII – Exumação em gaveta lateral: procedimento de retirada de restos mortais depositados em gaveta com abertura lateral, após o prazo legal, para destinação adequada, conforme normas vigentes.
Art. 3º A construção de jazigos diferenciados, em razão de seu tamanho ou forma, bem como reformas e outros serviços não previstos no Anexo Único, devem ser orçados diretamente com os construtores permissionários.
Art. 4º Os percentuais estabelecidos no Anexo Único deste Decreto constituem os máximos obrigatórios para os Construtores Permissionários, sendo vedada a cobrança de quantias superiores às fixadas.
Parágrafo único - O valor dos serviços de exumação incluirá a utilização de saco próprio para a atividade, em padrão aprovado pela Administração dos Cemitérios.
Art. 5º O pagamento pelos serviços prestados será efetuado diretamente ao Construtor Permissionário responsável pela execução.
Art. 6º Fica assegurado o sepultamento provisório gratuito às famílias carentes, pelo prazo de até três (03) anos, nos termos do art. 19, § 2º, da Lei Municipal nº 907/2007, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social para Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Art. 7º Os Construtores Permissionários observarão sistema de revezamento semanal estabelecido pela Administração dos Cemitérios, compreendendo o período de segunda-feira a domingo, assegurada a alternância equitativa entre os permissionários e a continuidade na prestação dos serviços.
§1º As demandas formalmente repassadas pela Administração dos Cemitérios ao Construtor Permissionário responsável pela semana deverão ser executadas e concluídas dentro do respectivo período de plantão, observado o prazo aplicável a cada modalidade de serviço.
§2º Os serviços que, por qualquer motivo, não forem iniciados até o domingo da respectiva semana de plantão serão automaticamente transferidos ao Construtor Permissionário que assumir o revezamento na segunda-feira subsequente, cabendo-lhe o respectivo recebimento dos valores correspondentes.
§3º A Administração dos Cemitérios adotará sistema de rodízio entre os Construtores Permissionários para a execução da construção da primeira gaveta do terreno quando da sua concessão, assegurada a alternância equitativa também quanto ao recebimento dos valores correspondentes ao serviço.
Art. 8º Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e administrativas vigentes, bem como com as regras internas dos cemitérios municipais e as orientações da Administração dos Cemitérios.
Parágrafo único - Cada terreno contará com até 4 (quatro) gavetas padrão sobrepostas, observadas as normas técnicas vigentes.
Art. 9º A realização de qualquer serviço particular dentro dos cemitérios municipais deve ser previamente autorizada pela Administração dos Cemitérios.

Parágrafo único - Não poderá ser realizado serviço particular para construção da primeira gaveta do terreno, serviço que observará o §3º do artigo 7º deste Decreto.
Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com a Administração dos Cemitérios, fiscalizar o cumprimento deste Decreto, adotando as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento, bem como decidir sobre os casos omissos.
Art. 11 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 10 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAIS DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELOS CONSTRUTORES PERMISSIONÁRIOS NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE PIRAQUARA/PR

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UFM
01	Sepultamento em gaveta padrão	0,267
02	Sepultamento em gaveta padrão com exumação	0,433
03	Exumação em gaveta padrão	0,292
04	Construção de gaveta padrão	1,083
05	Construção de gaveta padrão emergencial	1,231
06	Abertura e fechamento de Ossuário	0,089
07	Sepultamento em Mausoléu abaixo da terra	0,519
08	Sepultamento com Exumação em Mausoléu abaixo da terra	0,765
09	Exumação em Mausoléu abaixo da terra	0,544
10	Sepultamento em gaveta lateral	0,326
11	Sepultamento com exumação em gaveta lateral	0,573
12	Exumação em gaveta lateral	0,351

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:72CF18B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.011/2026

Regulamenta a concessão de uso de área destinada a sepultamentos de indígenas nos Cemitérios Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 40, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a competência municipal para organizar e prestar serviços públicos de interesse local, inclusive os relacionados à administração de cemitérios (Constituição Federal, art. 30, I e V);
CONSIDERANDO o dever do Poder Público de promover políticas de inclusão e proteção social, respeitando a dignidade humana e a igualdade material;
CONSIDERANDO os direitos dos povos indígenas à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (Constituição Federal, art. 231), bem como os compromissos do Estado brasileiro com a proteção de seus modos de vida;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 11.942/2024, que regulamenta o funcionamento dos cemitérios municipais de Piraquara;
CONSIDERANDO que o Município poderá estabelecer, no âmbito de seus serviços cemiteriais, medidas específicas para garantir o acesso digno e não discriminatório a sepultamentos;
DECRETA:
Art. 1º Fica regulamentada a concessão de uso de área específica para sepultamento de indígenas do Município de Piraquara, garantindo-se gestão comunitária e respeito aos ritos, nos termos deste Decreto.
Art. 2º A área destinada aos sepultamentos de indígenas fica localizada no Cemitério Municipal São Roque, Quadra 24, Linha 24, Lotes 33, 34 e 35, composta por 08 (oito) gavetas e 01 (um) ossuário, conforme cadastro e planta da Administração dos Cemitérios.
§1º A Prefeitura concederá o uso do espaço devidamente construído em alvenaria, conforme as quantidades especificadas neste artigo, sem acabamento, que poderá ser realizado pelos representantes dos povos indígenas, respeitadas as normas técnicas, ambientais e de convivência dos Cemitérios Municipais;
§2º A Administração dos Cemitérios manterá registro técnico da área e de sua capacidade instalada, podendo promover adequações e ampliações, observadas as normas sanitárias, técnicas e administrativas aplicáveis;
§3º As intervenções construtivas na área destinada aos povos indígenas serão realizadas nos Cemitérios Municipais a título social, respeitando as normas internas da Administração dos Cemitérios;
§4º Quando esgotado o espaço destinado especificamente aos indígenas, descrito no *caput* deste artigo, os mesmos serão atendidos na forma do serviço social pela Prefeitura, Construtores e Funerárias.
Art. 3º As exumações, quando necessárias, deverão observar ao disposto no Decreto Municipal nº 11.942/2024, ou outro que venha a substituí-lo, devendo sempre ser acompanhada pelo familiar do finado e/ou representante dos povos indígenas, garantindo neste processo o respeito à cultura, ritos e dignidade inerentes ao processo.
Parágrafo único. Vencendo o prazo de três (03) anos e um (01) dia, em conformidade com a legislação vigente, os restos mortais exumados (ossos) poderão ser levados pelos povos indígenas para seus territórios, mediante Autorização específica da Administração de Cemitérios, bem como acondicionamento em urna compatível a ser disposta em local adequado, de modo a não gerar poluição e/ou contaminação ao ambiente e às pessoas.
Art. 4º A concessão prevista neste Decreto:
I — Possui natureza de concessão de uso de bem público para finalidade específica, não implicando transferência de propriedade;
II — É gratuita, destinada exclusivamente a sepultamentos de indígenas vinculados aos povos residentes em Piraquara;
III — É intransferível a terceiros e vedada sua alienação, cessão onerosa, promessa de cessão, comercialização ou qualquer forma de exploração econômica.
Art. 5º A área e os jazigos serão registrados em nome de representantes dos povos indígenas de Piraquara, indicados formalmente, na forma do art. 4º, para fins de gestão comunitária e interlocução com o Município.
§1º O registro em nome do representante não gera direito hereditário, não se submetendo às regras de sucessão civil, por se tratar de uso público com finalidade coletiva e social.
§2º Os representantes atuarão como responsáveis comunitários perante a Prefeitura, para autorizações e rotinas administrativas, sem prejuízo da autonomia interna das comunidades, bem como do suporte da Secretaria de Saúde Indígena - SESAI.
Art. 6º A indicação de representantes será formalizada por:
I — Declaração assinada por liderança reconhecida pela comunidade; ou
II — Ata/registro comunitário que comprove a indicação; ou
III — Outro meio idôneo aceito pela Administração dos Cemitérios, que demonstre a legitimação comunitária.
§1º A substituição do representante poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante comunicação escrita da comunidade, passando o novo representante a responder pelas autorizações e interface administrativa.
§2º Poderão ser cadastrados quantos representantes os povos indígenas acharem necessário.
Art. 7º Para utilização das gavetas e do ossuário não será exigida relação familiar, sucessória ou hereditária entre o falecido e o representante cadastrado, bastando que a pessoa falecida seja indígena residente em Piraquara e que haja autorização expressa do representante comunitário cadastrado.
§1º A autorização do representante será apresentada à Administração dos Cemitérios por escrito, em formulário próprio ou documento equivalente.
§2º A Administração dos Cemitérios poderá exigir declaração simples de pertencimento comunitário e residência, quando necessário para fins de registro administrativo, vedadas exigências burocráticas desproporcionais.
Art. 8º Para fins de cobrança, os atendimentos decorrentes deste Decreto ficam equiparados àqueles prestados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, assegurando-se seus direitos e exigindo-se seus deveres.
Art. 9º A Prefeitura assegurará, sempre que possível, condições para a realização de ritos e cerimônias vinculadas às práticas culturais da comunidade indígena, observadas:
I — As normas sanitárias e de saúde pública;
II — A segurança do cemitério e de seus frequentadores;
III — A preservação do patrimônio público e o respeito aos demais usuários.

Art. 10 A Administração dos Cemitérios manterá:
I — Cadastro do(s) representante(s) comunitário(s);
II — Registro de utilizações, com identificação do falecido, data, local (gaveta/ossuário) e autorização comunitária;
III — Arquivo dos documentos de autorização e dos registros administrativos pertinentes.
Parágrafo único. Os registros observarão a legislação de proteção de dados pessoais e o sigilo administrativo, quando aplicável.
Art. 11 Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, constitui infração administrativa:
I — Utilizar os jazigos para pessoa não pertencente à comunidade indígena de Piraquara;
II - Utilizar os jazigos sem respaldo comunitário ou em desacordo com as normas deste Decreto;
III — Tentar comercializar ou obter vantagem econômica com a destinação dos jazigos;
IV — Realizar intervenções físicas/obras sem autorização da Administração dos Cemitérios.
Parágrafo único. As infrações descritas neste artigo são passíveis de advertência e cancelamento da concessão.
Art. 12 A execução deste Decreto caberá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por meio da Administração dos Cemitérios, que poderá expedir instruções normativas, formulários e rotinas operacionais complementares para sua fiel aplicação.
Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D076E128

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 19.093/2026

O Município de Piraquara, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 torna pública a Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de Termo de Fomento com a OSC Fraternitas, visando à execução de investimento para melhoria da Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, no âmbito do Programa Cuida Mais Paraná – Acolhimento, conforme Deliberação nº 033/2024 – CEDIPI/PR, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). **Data da Assinatura**: 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:94F62AEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.704/2026

Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal — REFIS, dispõe sobre condições especiais para regularização de débitos perante o Município de Piraquara e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Piraquara o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2026, destinado a promover a recuperação de tributos municipais oriundos de créditos tributários e não tributários, juros e multas moratórias, alusivos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2025, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não ajuizados, e com a exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O requerimento de adesão ao REFIS poderá ser protocolado no período de 01/09/2026 até às 17 horas do 18/12/2026, instruído com os seguintes documentos:

I - se pessoa física:
a) cópia de documento de identidade e CPF;
b) comprovante de residência atualizado;

II - se pessoa jurídica:
a) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e suas alterações;
b) cópia do Cartão CNPJ;
c) comprovante de endereço (localização e funcionamento da PJ);
d) cópia do documento de identidade e CPF do representante legal ou procurador;

Parágrafo único. Em caso de representação por procuração, por instrumento público ou particular, esta deverá conferir poderes específicos de opção e manutenção no REFIS.

CAPÍTULO II
ABRANGÊNCIA DO REFIS MUNICIPAL

Art. 3º Poderão ser parcelados ou reparcelados e pagos nas condições estabelecidas nesta Lei créditos municipais decorrentes de créditos tributários e não tributários, juros e multas moratórias, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2025, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não ajuizados, e com a exigibilidade suspensa ou não, listados a seguir:
I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
II - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nas modalidades ISSQN Fixo, ISSQN Sociedade Civil e ISSQN Estimado, Renovação de Alvará e Taxa de Saúde;

IV - multas lançadas originárias de:
a) danos ao patrimônio público;
b) auto de ação fiscal
c) auto de infração emitido pela vigilância sanitária;
d) falta de alvará de funcionamento;
e) infrações ao meio ambiente;
f) falta de limpeza de terreno;

V - Taxas de:
a) localização e licenciamento;
b) coleta de lixo;
c) limpeza pública;
d) conservação de calçamento;
e) iluminação pública;
f) contribuição;
g) manutenção dos cemitérios;
h) demais taxas cobradas constantes no ANEXO I do Código Tributário do Município de Piraquara.
VI - créditos de natureza não tributária;
VII - Condenações aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), cujos percentuais de desconto sobre juros e multa moratórios incidirão somente sobre os valores lançados a este título após a data de expedição da respectiva certidão de débito;
VIII - créditos não tributários referentes às multas de processos administrativos sancionatórios oriundos de inexecução contratual.

CAPÍTULO III
APURAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 4º O montante dos créditos tributários e não tributários, juros e multas moratórias a serem parcelados será aquele apurado na data de assinatura do Termo de Responsabilidade de Parcelamento (REFIS).

CAPÍTULO IV
ADESÃO AO REFIS

Art. 5º A adesão do REFIS Municipal far-se-á com a assinatura do Termo de Responsabilidade de Parcelamento (REFIS) entre o contribuinte ou seu representante legal e o Município de Piraquara.

§ 1º A opção pelos parcelamentos de que trata a presente lei importa na confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte responsável, nos termos dos

artigos 389 e 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força dos incisos III e IV do Art. 151, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a adesão ao REFIS Municipal implicará no encerramento do feito, por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, de recurso administrativo e de qualquer outra, bem como a renúncia do direito sobre o crédito em que funda a ação ou o pleito administrativo.

§ 3º A adesão ao REFIS nas situações previstas no art. 3º acarretam a suspensão da ação executiva correspondente, desde que o acordo esteja sendo rigorosamente cumprido.

§ 4º O sujeito passivo que possuir ação judicial ou recurso administrativo em curso, pretendendo ingresso no REFIS Municipal, deverá desistir da respectiva ação judicial e/ou recurso administrativo, renunciando a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil.

§ 5º A adesão ao REFIS Municipal implicará na atualização dos dados cadastrais pelo contribuinte ou responsável legal, indicando nome completo, número de RG, CPF, endereço e meio de contato válido (telefone e/ou e-mail).

Art. 6º Caso haja execução fiscal em tramitação, o contribuinte deverá comparecer na Vara da Fazenda Pública para realizar a sua citação espontânea nos autos, devendo comprovar tal ato para adesão ao programa.

CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Art. 7º Os créditos descritos no art. 3º poderão ser pagos à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, com os seguintes percentuais de desconto sobre juros e multa moratórios:
I - com redução de 100% (cem por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento à vista;
II - com redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 3 (três) parcelas;
III - com redução de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 12 (doze) parcelas;
IV - com redução de 70% (setenta por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;
V - com redução de 30% (trinta por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;
VI - com redução de 20% (vinte por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas;
VII - com redução de 10% (dez por cento) do valor dos juros e multa moratórios, para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas.
§ 1º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única ("à vista") ocorrerá no ato da formalização do parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 2º O valor mínimo das parcelas será de R$ 100,00 (cem reais) para pessoas físicas e de R$ 300,00 (trezentos reais) para pessoas jurídicas.
§ 3º A emissão de certidão positiva com efeitos negativos de débitos fica condicionada à baixa da primeira parcela.

Art. 8º Em caso de inadimplência da parcela do REFIS serão aplicados multa de mora de 2% (dois por cento) sobre a parcela não recolhida no vencimento, mais juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, sendo considerado mês de atraso o mês completo ou qualquer fração deste.

Art. 9º Será facultado ao contribuinte antecipar o pagamento das parcelas vincendas de seu Termo de Parcelamento.

Art. 10 O contribuinte deverá efetuar o pagamento das parcelas rigorosamente até a data de vencimento especificada no documento de arrecadação, ensejando o atraso a aplicação de juros especificados no art. 8º, e a vedação da emissão da Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Art. 11 Não poderão ser parcelados ou reparcelados e recolhidos nas condições estabelecidas nesta Lei os créditos tributários em processo de execução fiscal (ajuizados) sem o recolhimento prévio das custas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo único. Os créditos em execução fiscal que estejam garantidos por penhora ou arresto poderão aderir ao REFIS 2026, entretanto, fica consignado que a baixa da restrição ou levantamento de bens ou valores penhorados apenas ocorrerá após a quitação integral dos débitos, dos honorários advocatícios e das custas processuais.

CAPÍTULO VI
CANCELAMENTO DO PARCELAMENTO

Art. 12 Constituem causas de exclusão do REFIS 2026 e consequente revogação dos benefícios concedidos por esta Lei:
I - atraso no pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, relativas aos créditos abrangidos pelo REFIS 2026;
II - o não pagamento até a data do vencimento, quando a opção de pagamento for à vista;
III - atraso superior a 60 (sessenta) dias do prazo de pagamento da última parcela ou do saldo residual.

Art. 13. O cancelamento do REFIS 2026 acarretará a retomada da cobrança dos créditos, deduzindo os valores recolhidos, perdendo o contribuinte o direito ao desconto previsto no art. 7º desta lei.
§ 1º No caso de ocorrer à hipótese prevista no caput deste artigo, dar-se-á continuidade ao procedimento de cobrança executiva do débito.
§ 2º O cancelamento do parcelamento implica também na imediata retomada da ação executiva suspensa em virtude da adesão ao presente Programa.
§ 3º O cancelamento do parcelamento impede o regresso do contribuinte ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2026, mesmo que ainda dentro do prazo de adesão.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A certidão negativa a que se referem os artigos 377 a 383 do Código Tributário Municipal somente será concedida após o pagamento da última parcela pactuada.
§ 1º Quando solicitada a prova de quitação de créditos parcelados, a Fazenda Pública expedirá Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, se o interessado estiver adimplente com o pagamento do parcelamento na forma pactuada.
§ 2º A certidão positiva com efeitos de negativa somente poderá ser emitida se o contribuinte estiver rigorosamente adimplente com o parcelamento.
Art. 15. A adesão ao REFIS 2026 não enseja restituição ou compensação de valores já recolhidos anteriormente ao início da vigência desta Lei.
Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar a presente lei por meio de decreto, no que se fizer necessário, inclusive para eventualmente ampliar o prazo em até 3 (três) meses, desde que o resultado a ser oportunamente aferido pela Administração assim o recomendar.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 08 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:813EDC20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.739/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 3º, §1º e art. 10, I, do Decreto Municipal 11.001, de 22 de Março de 2023, e art. 3º do Decreto Municipal 12.116 de 25 de Março de 2024.

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial de Contratação, responsável por conduzir o processo nº 15.360/2025.

I – Eliane Lopes da Rosa, Técnico Administrativo, Matrícula nº 772591- Presidente;
II – Eduardo Batista Cruz, Fiscal, Matrícula nº 568471 - Membro;
III – Andrielly Henrique Alvarenga de Carvalho, Técnico Administrativo, Matrícula nº 662301 - Membro;

Art. 2º Designar, em caráter de substituição, os seguintes servidores para atuarem na Comissão Especial de Contratação, nos casos de ausência ou impedimento dos membros titulares indicados no art. 1º:

I – Nély Ivanoski Mizerkowski, Técnico Administrativo, Matrícula nº 656761 – Substituto do Presidente;
II – Carlos Bertan, Contador, Matrícula nº 992487 – Substituto do Eduardo Batista Cruz;
III – Sandro Pires da Silva, Técnico Administrativo, Matrícula nº 290411 – Substituto do Andrielly Henrique Alvarenga de Carvalho;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 11.399/2025.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:33C69F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 33, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Plano de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses, com ênfase na Dengue, para o período de 2026–2027

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.004/2009 e suas alterações, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP;
CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP;
CONSIDERANDO o Ofício nº 3.550/2026, de 01 de setembro de 2026, encaminhado pela Direção do Departamento de Vigilância em Saúde, que solicita a análise e avaliação do Plano de Contingência de Arboviroses do Município de Piraquara para o período de 2026–2027;
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento, prevenção, preparação e organização da Rede Municipal de Saúde para o enfrentamento das arboviroses, especialmente da Dengue, considerando a maior ocorrência de casos durante o período de verão;
CONSIDERANDO a necessidade de desenvolvimento de ações integradas entre a Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária à Saúde, Média e Alta Complexidade e demais setores envolvidos no enfrentamento das arboviroses;
CONSIDERANDO que o Plano contempla ações estratégicas de vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, controle vetorial, organização da assistência aos pacientes, qualificação dos profissionais, monitoramento dos casos, educação em saúde, mobilização social e prevenção da proliferação do mosquito transmissor;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, realizada durante a 6ª Reunião Extraordinária, em 02 de setembro de 2026, às 14h, realizada de forma on-line, que apreciou e aprovou o Plano de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses do Município de Piraquara para o período de 2026–2027;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses do Município de Piraquara, com ênfase na Dengue, para o período de 2026–2027, conforme deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 de setembro de 2026.
Art. 2º O Plano aprovado tem por finalidade orientar o planejamento e a execução das ações municipais destinadas à prevenção, vigilância, controle e enfrentamento das arboviroses, especialmente da Dengue, durante o período de 2026–2027.
Art. 3º As ações previstas no Plano compreendem, entre outras:
I – Fortalecimento da vigilância epidemiológica e do monitoramento dos casos suspeitos e confirmados;
II – Desenvolvimento das ações de vigilância ambiental e controle vetorial;
III – eliminação de focos e criadouros do mosquito *Aedes aegypti*;
IV – organização e qualificação da assistência aos pacientes suspeitos e confirmados;
V – Capacitação dos profissionais de saúde para o manejo clínico e atendimento dos pacientes;
VI – Realização de ações de educação em saúde e mobilização da população;
VII – monitoramento entomológico e acompanhamento das áreas com maior risco de infestação;
VIII – articulação intersetorial para o desenvolvimento das ações de enfrentamento;
IX – Divulgação das informações referentes à situação epidemiológica do Município;
X – Preparação da Rede Municipal de Saúde para o período de maior risco epidemiológico.
Art. 4º A aprovação do Plano de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses – 2026–2027 ocorreu mediante apreciação e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, durante a 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 de setembro de 2026, às 14h, de forma on-line.
Art. 5º O Plano de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses do Município de Piraquara – 2026–2027 integra a presente Resolução para todos os fins.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as diretrizes e ações estabelecidas no Plano de Contingência, promovendo sua execução, acompanhamento e monitoramento, conforme as competências dos setores envolvidos.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Piraquara, 02 de setembro de 2026.
.
OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:38FCD6AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a curso “Governança Municipal sob a ótica do TCE/PR: Governança Climática e Gestão de riscos em desastres, Governança nas contratações públicas e

Governança Pública Organizacional", para os vereadores José Jurandir Miranda, Lucimar Camilo da Rosa e Marlene Soares Munhoz.
CONTRATADO: empresa Veredas Brasil Treinamentos Ltda.,
CNPJ: 63.445.358/0001- 48
VALOR: R$ 6.570,00 (seis mil e quinhentos e setenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0101.2.108 Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FUNDAMENTO LEGAL: alínea "f", inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
Pitanga, na data assinada.

AMADEUS PENGA
Presidente

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:2BF7827A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 704, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder Progressão Horizontal por tempo de serviço ao servidor na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Horizontal por tempo de serviço ao servidor na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados, a contar de 01 de setembro de 2026.

Matrícula	Nome	Cargo	De	Para
50901	RAFAEL FERNANDO CORREIA	Calceteiro	B12	B13

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 08 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E738B926

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 717, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Regina Mara Alexandre, matricula nº 51645, ocupante do cargo de Fiscal Geral 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Requerimento da Servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 18 **(dezoito)** dias de **férias** a servidora **REGINA MARA ALEXANDRE,** matrícula nº **51645,** ocupante do cargo de Fiscal Geral 40 h, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 16 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 10 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:53965C86

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 719, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença prêmio a servidora Regiane Farren, matrícula nº 51889, no cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER** 90 **(noventa)** dias de **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora **REGIANE FARREN,** matrícula nº **51889,** no cargo de Professor 20 h, referente ao período aquisitivo de 2013/2018 a contar de 08 de setembro de 2026.
Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 07 de dezembro de 2026.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 10 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:6AC44E1B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 720, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença prêmio a servidora Margarida Manchur Socoloski, matrícula nº 50704, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO, à servidora MARGARIDA MANCHUR SOCOLOSKI, matrícula nº 50704, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 h, referente ao período de 2019/2024 a contar de 09 de setembro de 2026.

Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de dezembro de 2026.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 10 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5A5AA30E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 721, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Enetes Teixeira do Nascimento, matricula nº 139431 e 139432, no cargo de Enfermeiro 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **f**érias ao servidor **ENETES TEIXEIRA DO NASCIMENTO, matrícula nº 139431 e 139432,** ocupante do cargo de Enfermeiro 20 h, referente ao período aquisitivo 2013/2014 - (139432) e 2014/2015 - (139431), a contar de 08 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 18 de setembro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 10 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9D53B9D8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 722, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar a pedido a servidora Liziane dos Santos, matrícula nº 2473, do cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR** a pedido a servidora **LIZIANE DOS SANTOS**, matrícula nº **2473**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 10 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 11 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:510045D5

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 724, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Maria do Rocio Morais Alves Geffer, matricula nº 174261, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder **10 (dez)** dias de **FÉRIAS**, a servidora **MARIA DO ROCIO MORAIS ALVES GEFFER,** matrícula nº **174261,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 44 h, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 11 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D8742767

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATOS DOS CONTRATO DO PREGÃO N.°55/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 159/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **EDUARDO TELES MEDEIROS COMERCIAL, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.410.185/0001-73.**

OBJETO: *Contratação de empresa para o fornecimento de insumos agrícolas (adubo e calcário), nos quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência, destinados ao atendimento das comunidades beneficiadas pelas Emendas Impositivas nº 02/2025, nº 03/2025, nº 111/2025, nº 112/2025, nº 119/2025 e nº 125/2025, conforme previsto no Projeto de Lei nº 49/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com fornecimento e entregas parceladas conforme cronograma estabelecido pela Administração.*

VALOR: R$137.232,00 (cento e trinta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 15 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.
561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 16 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.
561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 1000 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão Eletrônico n°. 55/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 160/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa,**ZAIDAN AGRICOLA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 63.339.855/0001-61.**

OBJETO: *Contratação de empresa para o fornecimento de insumos agrícolas (adubo e calcário), nos quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência, destinados ao atendimento das comunidades beneficiadas pelas Emendas Impositivas nº 02/2025, nº 03/2025, nº 111/2025, nº 112/2025, nº 119/2025 e nº 125/2025, conforme previsto no Projeto de Lei nº 49/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com fornecimento e entregas parceladas conforme cronograma estabelecido pela Administração.*

VALOR: R$74.996,41 (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 15 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita. 561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 16 Material, bem ou

serviço para distribuição gratuita. 561 17.004.20.606.1701.2097.3.3.90.32.0 0.00 1000 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão Eletrônico n°. 55/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B1C128EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 211/2026

SÚMULA: Dispõe sobre devolução de veículo em uso pelo Gabinete do Prefeito ao órgão de origem.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Recomendação Administrativa n° 006/2025-1ªPJ,

RESOLVE:–

Art. 1º – Efetuar a devolução do veículo usado, marca Fiat, modelo Cronos, bicombustível, categoria oficial, cor branca, ano/modelo 2022/2023, RENAVAN nº 100408, Chassi BAP359AFNPU247803, placas SEL4B73, em uso pelo Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2° – A devolução tem por objetivo o atendimento ao Plano de Trabalho constante do Convênio nº 55/2022, firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tendo por objeto o repasse de recursos financeiros para aquisição de veículo a ser utilizado no atendimento de agricultores das comunidades rurais do Município.

Art. 3º – As despesas decorrentes do consumo de combustível e manutenção, bem como do pagamento de impostos e multas que venham a incidir sobre o veículo descrito no Art. 1º, passam a ser custeadas com recursos vinculados à Secretaria para a qual se destina.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 10 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:13FCA4AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 212/2026

SÚMULA: Designa os membros da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família – PBF do Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 768/2026, que institui a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família – PBF no Município de Pitangueiras;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a representação das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação na Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família;

RESOLVE:–

Art. 1º –Ficam designados para compor a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família – PBF do Município de Pitangueiras, os seguintes representantes:
I. REPRESENTANTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos
Representante da área de Assistência Social.
II. REPRESENTANTE DA SAÚDE:
Maria Eduarda Sodré Franco
Representante da área de Saúde.
III. REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO:
Gleice Kelly Nascimento Cunha
Representante da área de Educação.

Art. 2º – A Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família será coordenada pelo(a) Gestor(a) ou Coordenador(a) Municipal do Programa Bolsa Família, conforme definido pela gestão municipal.

Art. 3º – Compete aos membros da Comissão, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação:
I. participar das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão;
II. contribuir para o planejamento, execução e monitoramento das ações intersetoriais do Programa Bolsa Família;
III. fornecer e analisar, dentro dos limites de suas competências e observadas as normas de proteção de dados e sigilo aplicáveis, informações necessárias ao planejamento das ações;
IV. colaborar na identificação e encaminhamento das demandas das famílias beneficiárias;
V. participar da análise dos resultados das condicionalidades de Saúde e Educação;
VI. propor ações de busca ativa, acompanhamento e acesso das famílias aos serviços públicos;
VII. participar da elaboração e execução do plano de trabalho da Comissão;
VIII. manter atualizadas as informações de sua respectiva área junto à Comissão e aos sistemas oficiais, quando couber.

Art. 4º – Os membros da Comissão exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições próprias de seus respectivos cargos e funções.

Art. 5º – A participação na Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º – Os dados dos membros designados deverão ser cadastrados e mantidos atualizados no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 11 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:03303D41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 213/2026

SÚMULA: Interrompe a concessão e pagamento da verba remuneratória “Hora Extra”, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legas, e

CONSIDERANDO os apontamentos referentes ao pagamento de horas extras contidos na Instrução n° 1.098/26–CAIS, expedida nos autos do Processo n° 355840/23–TCE/PR;

RESOLVE:–

Art. 1º – INTERROMPER a concessão e o pagamento de horas extras às servidoras L.R.M. e L.M.C., identificadas nos autos do processo em epígrafe, para fins de cumprimento da determinação constante do item b (II), do Acórdão nº 440/24-Tribunal Pleno, posteriormente mantida pelo Acórdão nº 945/25-Tribunal Pleno.

Art. 2º – As remunerações por eventuais atividades extraordinárias realizadas pelas servidoras serão disciplinadas por ato próprio do Executivo Municipal.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 11 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4DC54CEA

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 11/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: 68.688.438 LUIZ FERNANDO BARROS MENDONCA
CNPJ: 68.688.438/0001-48
OBJETO: Prestação de serviços variados.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 35 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Luiz Fernando Barros Mendonca
DATA DA ASSINATURA: 11/09/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:A3BE1518

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2026
EDITAL Nº 05 DE RETIFICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a prerrogativa de alterar, a bem do interesse público, os atos administrativos de sua competência, TORNA PÚBLICO o que segue:
Art. 1º Fica retificada a Instrução Normativa nº 06/2026, referente a regulamentação das matrículas iniciais da Escola Municipal Professora Solange Bueno da Silva EIEF.
Onde se lê:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2025
Passa-se a ler:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2026
Art. 2º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO, Aos onze dias do mês de Setembro do ano de 2026.

Planalto – PR, 11 de setembro de 2026.

MARLI SALETE DIECKEL DE LIMA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:D486D263

ADMINISTRATIVO
RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2026
EDITAL Nº 06 DE RETIFICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a prerrogativa de alterar, a bem do interesse público, os atos administrativos de sua competência, TORNA PÚBLICO o que segue:
Art. 1º Fica retificada a Instrução Normativa nº 07/2026, referente aos procedimentos para ocupação de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs.
Onde se lê:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2025
Passa-se a ler:
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2026
Art. 2º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO, Aos onze dias do mês de Setembro do ano de 2026.

Planalto – PR, 11 de setembro de 2026.

MARLI SALETE DIECKEL DE LIMA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:D0A088FD

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5784-2026 NOMEAÇÃO CESAR XOTTA

DECRETO Nº 5784 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor aprovado em concurso público e dá outras providências.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 08/2026 de 26 de Agosto de 2026
Considerando que o mesmo apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo efetivo de Psicólogo, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 23, do grupo ocupacional 02, o Sr. ***Cesar Sant'ana Xotta,*** cpf nº 509.659.***-35**.**
Art. 2º Fica convocado o candidato nomeado por este Decreto, a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munida de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:C55EE581

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5785-2026 NOMEAÇÃO ITALO CICCOTTI

DECRETO Nº 5785 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor aprovado em concurso público e dá outras providências.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 10/2026 de 04 de Setembro de 2026
Considerando que o mesmo apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo efetivo de Psicólogo, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 23, do grupo ocupacional 02, o Sr. ***Ítalo Bitencourt Ciccotti,*** cpf nº 090.576.***-06**.**
Art. 2º Fica convocado o candidato nomeado por este Decreto, a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munida de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:B2B09EEC

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5786-2026 NOMEAÇÃO EDUARDO MARCONDES

DECRETO Nº 5786 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor aprovad em concurso público e dá outras providências.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 10/2026 de 04 de Setembro de 2026
Considerando que o mesmo apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial 14*, do grupo ocupacional 02, o Sr. *Eduardo Marcondes, cpf nº 537.226.***-72*.
Art. 2º Fica convocado o candidato nomeado por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munido de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias do Mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:F9D197AA

LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO TERMO DE CONVENIO 007/2024

Procedimento Operacional no SIT (Sistema Integrado de Transferências - TCE-PR)
No âmbito do SIT/TCE-PR, a operacionalização de rendimentos exige lançamentos e readequações na aba do convênio/termo correspondente:

• **Ajuste no Cronograma de Desembolso / Plano de Aplicação:**

• Na tela de estruturação financeira/cronograma do SIT, utilize o campo/coluna destinado a **"Rendimento Aplicações"**.
• O valor do rendimento a ser gasto deve ser somado às metas e despesas do Plano de Aplicação readequado no sistema.

• **Conciliação Bancária e Extratos:**

• O extrato bancário da conta específica deve ser importado/anexado periodicamente no SIT.
• Os rendimentos auferidos devem ser devidamente lançados no extrato/módulo de receitas financeiras da parceria dentro do sistema.

• **Registro da Despesa Executada:**

• Na aba de prestação de contas de despesas, ao lançar as notas fiscais/comprovantes de pagamento custeados com os rendimentos, a origem do recurso informada no item deve vincular à fonte de *Rendimentos*.

• **Envio da Documentação Comprobatória:**

• Anexar no módulo do SIT o Termo Aditivo/Apostila assinado e a aprovação formal da readequação do Plano de Trabalho emitida pelo município.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 007/2024, **CONCEDENTE:** MUNICÍPIO DE PLANALTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.460.526/0001-16, com sede na Praça São Francisco de Assis, 1583, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Boni. **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC):** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTO – APAE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 80.884.315/0001-88, com sede

na Rua Balduino Menegazzi, 275, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Juliano Possatto.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a **incorporação e autorização para utilização de rendimentos de aplicação financeira** no valor de **R$ 1.991,80 (um mil novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos)**, com a consequente adequação do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação constante do Termo de Fomento nº 007/2024, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Conforme demonstrado na Prestação de Contas Parcial e no requerimento encaminhado pela OSC, os recursos repassados e mantidos em conta bancária específica auferiram rendimentos de aplicação financeira.

A utilização do referido valor destinar-se-á estritamente ao fortalecimento das ações do objeto pactuado, mediante a suplementação/inclusão das seguintes rubricas no Plano de Aplicação:

• **Item/Meta:** estabelecer as condições para execução do Projeto "Educação Especial através de repasses do SUS, o qual será realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de PLANALTO – APAE.

• **Valor:** R$ .991,80 (um mil novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos).
• **Justificativa da Aplicação:** Uso do rendimento de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO

Em razão da incorporação dos rendimentos de aplicação financeira, o valor total do Plano de Aplicação do Termo de Fomento nº 007/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

• **Valor Repassado (Recurso Municipal):** R$ 699.806,16 (seiscentos e noventa e nove mil, oitocentos e seis reais e dezesseis centavos).
• **Rendimentos de Aplicação Financeira Incorporados:** R$ 1.991,80 (um mil novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos).
• **Valor Global Readequado do Plano de Trabalho:** R$ 701.797,96 (setecentos e um mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos).

Nota: As metas financeiras e o cronograma de execução do Plano de Trabalho passam a vigorar conforme a versão readequada aprovada pelo Gestor da Parceria e acostada aos autos do Processo Administrativo sob o fólio nº [Número do Fólio].

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento original e em seus eventuais aditivos, dos quais este Termo de Apostilamento passa a fazer parte integrante para todos os fins de direito e para inserção no Sistema Integrado de Transferências (SIT/TCE-PR).

Planalto – PR, 11 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE PLANALTO
Luiz Carlos Boni

Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE
Juliano Possatto
Presidente da OSC

TESTEMUNHAS:

• Nome:
CPF:

• Nome:
CPF:

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:9B3E846A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 105/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Abre crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR de R$ 40.000,00 no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Municipal LEI Nº 2.781, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025. (LOA), resolve:

Art. 1° - Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, conforme abaixo especificado:
01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO R$ 30.000,00
3.3.90.40.00.00 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO – PJ R$ 10.000,00

Art. 2°. Para dar cobertura ao total do Crédito Adicional Suplementar, será utilizado o recurso, oriundo da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
1.150 Atividade: CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$ 40.000,00

Total do crédito adicional suplementar R$ **40.000,00**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Pontal do Paraná 11 de setembro de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Silvia Karla Mendes Fiorin
Código Identificador:E7A811C8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 409/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 061/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 409/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 061/2026 – Objeto: Registro de Preços para futura **contratação de empresa para a prestação de serviços com o fornecimento de materiais, para implantação de iluminação pública em parques, praças, ciclovias e logradouros públicos, ornamental, de eficiência energética e serviços elétricos no Município de Pontal do Paraná em atendimento as demandas das**

secretarias. A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: **29/09/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br , link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .
Pontal do Paraná, 11 de setembro de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:64A34E7F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 420/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 314/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 314/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 51.567.308 KAMILA MAIER SANTOS TORRES Inscrita no CNPJ n.º 51.567.308/0001-54. Data da ratificação e homologação**:** 27 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-
CR 415 - FR 103.

Pontal do Paraná,11 de setembroo de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:7722B1F0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 424/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 316/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 316/2026, que tem por credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para fornecimento de alimentos panificados para atendimento das demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná**..** Empresa Contratada 57.803.864 CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI Iinscrita no CNPJ n.º 57.803.864/0001-69 Data da ratificação e homologação**:** 02 de setembro de 2026. Valor homologado: **R$ 10.456,88 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**
Dotação orçamentária: 10002123060039204333903200000 -
CR 393 -
FR 124.

Pontal do Paraná,11 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:B87082FF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 425/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 317/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 317/2026, que tem por credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para fornecimento de alimentos panificados para atendimento das demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná**..** Empresa Contratada 65.722.692 ANA PAULA CARDOZO DE LIMA Iinscrita no CNPJ n.º 65.722.692/0001-27 Data da ratificação e homologação**:** 02 de setembro de 2026. Valor homologado: **R$ 10.456,88 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**
Dotação orçamentária: 10002123060039204333903200000 -
CR 393 -
FR 124.

Pontal do Paraná,11 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:295E9165

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 438/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 326/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 326/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEI), residentes em Pontal do Paraná, para prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia e serviços de costura de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação – SMED.Empresa Contratada: 62.190.732 JULIO CESAR IVACANEIRO, inscrita no CNPJ n.º 62. '1 90.7321000'1-49 Data da ratificação e homologação**:** 10 de setembro de 2026. Valor homologado: **R$ 10.528,00 (oito mil, cento e quatro reais).**
Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00- CR 415 - FR 103

. Pontal do Paraná, 11 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:B8CCA3BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13661/2026 DE 10/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13661/2026 de 10/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$24.990,00 (vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	

09.001.18.541.0020.2.034		GERENCIAMENTO AMBIENTAL	
302 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	24.990,00
		Total Suplementação:	24.990,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.541.0020.1.010		CONSTRUCAO, REVITALIZACAO E ADEQUACAO DOS CEMITERIOS MUNICIPAIS	
289 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	24.990,00
		Total Redução:	24.990,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 10 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:643D891B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13662/2026 DE 11/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13662/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$12.000,00 (doze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.001		DIRETORIA GERAL	
06.001.08.244.0007.2.013		GESTAO EM ASSISTENCIA SOCIAL	
103 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	12.000,00
		Total Suplementação:	12.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.001		DIRETORIA GERAL	
06.001.08.244.0007.2.075		GESTAO DO PROGRAMA DE ABORDAGEM E INCLUSAO ASSISTENCIAL	
137 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.000,00
		Total Redução:	12.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1ABAAA29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 002/2026 - CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

SÚMULA: "Retifica a RESOLUÇÃO CMDPI Nº 003/2026 que - Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, da Deliberação CEDIPI/PR nº 024/2023".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 514/2004, e considerando o que consta na Ata nº 227, da reunião ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Retificar a Resolução CMDPI nº 003/2026, nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:
"**Art. 1º** – Aprovar as prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, relativas à Deliberação CEDIPI/PR nº 024/2023 – Incentivo Paraná Viaja Mais 60, considerando o período do pagamento até 31/12/2024.
Art. 2º – As prestações de contas aprovadas baseiam-se nos demonstrativos financeiros e relatórios apresentados pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, arquivados no CMDPI."
LEIA-SE:
"**Art. 1º** – Aprovar a prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, relativos à Deliberação CEDIPI/PR nº 024/2023 – Incentivo Paraná Viaja Mais 60, considerando o período do pagamento até 31/12/2024, **registrando a existência de saldo remanescente superior a 50% dos recursos recebidos, em razão de não ter sido possível iniciar sua execução no momento inicialmente previsto, em decorrência de procedimentos e condições administrativas.**
Art. 2º – A prestação de contas aprovada baseia-se nos demonstrativos financeiros e documentos apresentados pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo o **CMDPI deliberado pela sua aprovação, considerando a existência de saldo remanescente superior a 50% dos recursos recebidos.**"

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução CMDPI nº 003/2026.

Art. 3º - Esta Errata entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPI
Pontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:512F11DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

RESOLUÇÃO nº 06/2026

SÚMULA: Regulamenta a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Porecatu.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porecatu – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 931/95 de Dezembro de 1.995, alterada pela Lei nº 1.352/2009.

CONSIDERANDO que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social;

CONSIDERANDO art. 22 da Lei 8.742, de 1993 – LOAS, que define os Benefícios Eventuais, alterada pela Lei 12.435/2011;

CONSIDERANDO a Resolução nº 213/2025 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que estabelece parâmetros orientadores para provisão dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11/11/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO o caderno de das Orientações Técnicas sobre os Benefícios Eventuais no SUAS, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2018;

CONSIDERNADO a deliberação proferida por este Conselho em referendo no dia 03/09/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais na forma de auxílio natalidade, funeral, passagem, auxílio alimentação, auxílio moradia e auxílio em situação de calamidade pública e de emergência, no âmbito da política municipal de assistência social.

Art. 2º Art. 2º Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da política pública da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestados a indivíduos e famílias que se encontram em insegurança e desproteção social decorrentes de vulnerabilidade temporária.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

DA SITUAÇÃO DE GESTAÇÃO E NASCIMENTO

Art. 4º O benefício eventual, na forma de **auxílio-natalidade**, destinam-se às gestantes, puérpera, nutriz, dos familiares da criança ou das crianças que vão nascer e das recém-nascidas, em situações de vulnerabilidade temporária, através do provimento do benefício eventual em bens de consumo ou em pecúnia.

Art. 5º O benefício auxílio-natalidade ocorrerá na forma de bens de consumo, não incluindo itens relacionados à outras políticas públicas, como fraldas descartáveis e pomadas que são do campo da saúde e não da assistência social.

DA SITUAÇÃO DE MORTE

Art. 6º O benefício eventual, na forma de **auxílio-funeral**, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, na forma de prestação de serviços.

Art. 7º O alcance do auxílio funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades de:
I – custeio das despesas de urna funerária e se necessário, despesas de translado e tanatopraxia.
II – o valor será de no máximo um salário mínimo nacional e em caso de necessidade de translado e tanatopraxia, o valor será acrescido dessas despesas.

DA VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 8º O benefício eventual, na forma de **auxílio passagem**, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, e forma de prestação de serviço.

§ 1º Este benefício poderá ser autorizado aos itinerantes, que não tem residência no município e que estejam de passagem.

§ 2º Não será autorizado o benefício ao itinerante que não apresentar documento pessoal ou em caso de perda ou roubo, deverá apresentar o boletim de ocorrência, expedido pela Delegacia de Polícia.

§ 3º Aos usuários da assistência social, residentes no município, será autorizado em casos de:
- funeral: somente de pai, mãe e filhos que residirem em outros municípios, desde que se comprove posteriormente o falecimento, como por exemplo, xérox do atestado de óbito.
- solicitação do Conselho Tutelar: mediante solicitação por escrito do mesmo.
- outras situações de ameaça à vida ou que comprometam a sobrevivência e o convívio familiar e comunitário.

Art. 9º O benefício eventual de **auxílio alimentação**, será na forma de bens de consumo, através de cesta de alimentos, podendo incluir itens de material de higiene e limpeza ou por meio de cartão ou outra tecnologia adequada, como forma de acesso aos direitos básicos dos cidadãos.
§ 1º O valor do subsídio será de no mínimo 10% do salário mínimo nacional, em favor das famílias atendidas pela Política Municipal de Assistência Social. Podendo ser em formato de pecúnia, privilegiando assim a autonomia das famílias para aquisição de alimentos.
§ 2º O auxílio alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios, higiene e botijão de gás de cozinha, dando-se preferência aos produtos que compõem a cesta básica, sendo vedada a aquisição, por intermédio deste benefício, de cigarros, bebidas alcoólicas, ração para animais, bem como outros produtos que tenham finalidade distinta da natureza deste benefício.
Art. 10.A operacionalização direta da concessão do benefício por meio de cartão fica a cargo da Secretaria de Assistência Social e da pessoa jurídica contratada para a sua execução, e será fiscalizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 11 O benefício eventual, na forma de **auxílio-moradia**, constitui-se em uma prestação temporária.

§ 1º O alcance do benefício moradia, preferencialmente, será distinto em modalidades de custeio das despesas de pagamento do aluguel no valor máximo de meio salário mínimo nacional.

§ 2º O benefício na forma de auxílio moradia, visa a transferência de recursos ao locador, transferência limitado a ½ salário mínimo federal vigente, para as famílias beneficiárias custearem a locação de imóvel que lhes sirva de residência, por tempo determinado e não superior a 06 (seis) meses, observando as seguintes situações:
de calamidade pública, resultando na destruição, parcial ou total do imóvel residencial do beneficiário, em razão de qualquer situação anormal advinda ou decorrente de fenômenos naturais como tempestade, enchente, desabamento, incêndio, entre outros;
de risco e ameaça de sérios padecimentos;
da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir a proteção integral às crianças e adolescentes;
da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida.

§ 3º As situações elencadas no Item II e III serão consideradas casos excepcionais, em que usuário receberá o auxílio mediante a avaliação socioeconômica e parecer social realizado por assistente social, consubstanciados de acompanhamento elaborado pela equipe técnica,

enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

§ 4º A administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro, legal ou contratual em relação ao locador, em caso de descumprimento das obrigações assumidas pelos usuários.

Art.12 O benefício eventual de **kit higiene pessoal**, será concedido na forma de bens, destinada a indivíduos, e famílias em situações de vulnerabilidade temporária que comprometa o acesso a itens básicos necessários a higiene e a manutenção de condições dignas de vida.

§ 1º Poderá ser concedido quando ocorrer ausência ou insuficiência temporária de recursos para aquisição de produtos básicos de higiene pessoal;

§ 2º Situações de vulnerabilidade identificadas no território ou no atendimento socioassistencial.

Art. 13. O benefício eventual na forma de **Cobertor**, constitui provisão de bens destinadas a indivíduos e famílias que vivenciem situação de vulnerabilidade temporária que comprometa as condições mínimas de proteção e dignidade, especialmente diante de baixas temperaturas ou situações emergenciais.

§ 1º A concessão poderá ocorrer quando houver insuficiências temporária de recursos para aquisição de cobertor;

§ 2º Para pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade temporária agravada por baixas temperaturas;

§ 3º Diante de situação emergencial ou contingência que comprometa as condições mínimas de proteção da família.

DA VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA POR DESASTRE, CALAMIDADE PÚBLICA, E EMERGÊNCIAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 14 O **auxílio em situação de calamidade pública e de emergência** é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.
§ 1º - A situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de eventos anormais, advindos de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes, e outras situações de calamidade.
§ 2º - Dependendo a especificidade e complexidade da situação outros segmentos serão acionados para se manifestarem ou compor comissões.

Art. 15 O público alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

Art. 16. O Benefício Eventual em Situação de Calamidade Pública e de emergência poderá ser concedido em pecúnia ou em bens de consumo, propiciar condições de segurança e cidadania aos atingidos.

Art. 17. Ao Município, através da Secretaria de Assistência Social, compete:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais;

II – a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação dos benefícios eventuais e;

III – expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais.

Art. 18. Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete fornecer informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais e avaliar, reformular, se necessário a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios.

Art. 19. Cabe aos profissionais de nível superior das equipes de referência do SUAS realizar a análise e a concessão dos benefícios eventuais, registrando a solicitação do benefício no cadastro da família, bem como os motivos que embasaram a decisão, seja ela de deferimento ou indeferimento.

Art. 20. As unidades dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e demais equipamentos de atendimento da Política de Assistência Social serão referência para o acesso aos benefícios eventuais.

Art. 21. Compete ao município, destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade, funeral, passagem, cesta básica de alimentos, auxílio moradia e auxílio em situação de calamidade pública e de emergência, definindo os recursos financeiros no orçamento, para atendimento dos benefícios.

Art. 22. Os benefícios eventuais vinculados à outras políticas públicas não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social, vinculados ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Resolução nº 08/2025.

Porecatu, 04 de Setembro de 2026.

CRISTYANE GISELE PERES DE BRITO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5F13108E

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N°31/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DE EDITAL:
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA REALIZAÇÃO: 24/09/2026
ABERTURA: 08H00MIN
LOCAL: Rua Barão do Rio Branco, 344 – centro (Sala de Reuniões) no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br UASG:987779

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PORECATU/PR, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Valor Total: R$ 329.845,37 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos)

Órgão: 08 - Secretaria de Educação
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Educação
Função: 123610020 – Educação
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.031 - Manutenção do Ensino Fundamental
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Desdobramento: 4.4.90.52.35.00.00 - 798 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 795

Órgão: 09 – Secretaria de Cultura e Turismo
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Cultura
Função: 133920021 - Cultura
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.038 – Manutenção da Divisão de Cultura
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 0 – Recursos Ordinários (Livres)
Desdobramento: 4.4.90.52.35.00.00 - 1988 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 1028

Órgão: 11 - Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 103020023 – Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.052 - Manutenção do Hospital Municipal
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 303 Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 -
Desdobramento: 4.4.90.52.35.00.00 - 1987 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 1937

Órgão: 12 - Secretaria de Serviço Social
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Assistência Social
Função: 082440024 – Assistência Social
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.005 - Manutenção do Programa Bolsa Família
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa
Desdobramento: 4.4.90.52.35.00.00 - 1989 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 1436

Órgão: 05 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Secretário Serviço Administrativo
Função: 041220018 – Manutenção da Secretaria de Administração
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente
Desdobramento: 4.4.90.52.35.00.00 - Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 333

Download do edital: http://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes
Telefone para contato: (43) 3623-3100
E-mail: licitaporecatu@gmail.com

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:19C08CCC

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°97/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 97/2026
Procedimento Licitatório: 64/2026
Pregão Eletrônico: 23/2026

Objeto: Aquisição de bebedouros industriais e purificadores de água de uso coletivo, com capacidade compatível ao atendimento de demanda contínua em ambientes administrativos nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: RUMO CLIMATIZAÇÃO LTDA.
CNPJ: 20.481.118/0001-96

Valor: **R$ 8.883,12 (oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e doze centavos)**.
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 1953
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 336
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 797

Data de Assinatura: 11/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:F590A149

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°98/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 98/2026
Procedimento Licitatório: 64/2026
Pregão Eletrônico: 23/2026

Objeto: Aquisição de bebedouros industriais e purificadores de água de uso coletivo, com capacidade compatível ao atendimento de demanda contínua em ambientes administrativos nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: DMGR COM. MÁQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS EIRELI.
CNPJ: 24.090.700/0001-82

Valor: **R$ 12.499,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e nove reais)**.
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 1953
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 336
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34 - 797

Data de Assinatura: 11/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:CB617518

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA RETIFICADA DE ANÁLISE E JULGAMENTO - LUCIANO BASSANI DE MELLO

ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°26.401.276-7

Aos **dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis**, às **15h (quinze horas)**, no Prédio da **Prefeitura Municipal de Porto Amazonas**, reuniu-se a Comissão de Contratação designada através do Decreto n°101/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, Edição nº3334 – de 04/08/2025, composta por Suzana Antunes Cezar, Marcia Guimarães e Rosângela Fátima de Paula Orchanheski, sob a presidência da primeira, para procederem a

análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelo profissional de Educação Física **LUCIANO BASSANI DE MELLO – CPF 064.328.399-47,** em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº003/2026, o qual tem por objeto o Credenciamento de pessoa(s) física(s) para prestar serviços profissionais de educador físico, que serão utilizados para atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Esportes, Recreação e Turismo. Analisadas e feitas as devidas considerações, fica **DEFERIDO** o pedido de Credenciamento do profissional de Educação Física **LUCIANO BASSANI DE MELLO – CPF 064.328.399-47** para o item 2. A Presidente da Comissão deu por encerrada essa sessão, sendo que a documentação apresentada será juntada ao processo para a devida comprovação, encaminhada ao senhor Prefeito Municipal para homologação e posterior contratação.

SUZANA ANTUNES CEZAR
Presidente

ROSÂNGELA FÁTIMA DE PAULA ORCHANHESKI
Membro

MARCIA GUIMARÃES
Membro

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:735AB925

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL RETIFICADO PE 023/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL RETIFICADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1177/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2026 - SRP

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

TIPO: MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de coleta, transporte externo, tratamento (autoclavagem, incineração ou outro método ambientalmente adequado, conforme a classificação dos resíduos) e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades públicas de saúde do Município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 30 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 64.574,88 (Sessenta e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:6691CB60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 026/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº26.446.617-2/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2026 - SRP

COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA ME E EPP
TIPO: MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para contratação de pessoa Jurídica para o fornecimento oxigênio comprimido de uso medicinal de 10 m³, com o cilindro em comodato, dentro dos padrões determinados pela ANVISA, para o Departamento de Saúde pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 29 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$358.304,88 (Trezentos e cinquenta e oito mil e trezentos e quatro reais e oitenta e oito centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:29629B2F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 134/2026

DECRETO Nº 134 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344 de 17 de dezembro de 2025,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2026, no valor de R$ 317.783,02 (Trezentos e Dezessete Mil Setecentos e Oitenta e Três Reais e Dois Centavos), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
04 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
28.843.0005.2005 – Pagamento da Dívida Pública
3.2.90.21.00.00 – JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
0510 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 220.000,00
4.6.90.71.00.00 – PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
0520 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 40.000,00
10 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0030.1030 – Construção/Ampliação de Unidades de Assistência Social
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
2111 00943 – PROGRAMA CUIDA MAIS PARANA.....R$ 57.783,02

_____
TOTAL .....R$ 317.783,02
Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro
00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 260.000,00
00943 – PROGRAMA CUIDA MAIS PARANA.....R$ 55.856,53
Excesso de Arrecadação
00943 – PROGRAMA CUIDA MAIS PARANA.....R$ 1.926,49

_____
TOTAL .....R$ 317.783,02
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:188BC120

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 135/2026

DECRETO Nº 135 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a composição do Comitê Gestor Municipal, instituído para implementar e acompanhar a aplicação da Lei Municipal nº 816/2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Fica alterada a composição do Comitê Gestor Municipal responsável por implementar e acompanhar a aplicação da Lei Municipal nº 816, de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros do Comitê Gestor Municipal, composto por 28 (vinte e oito) pessoas, sendo representantes da sociedade civil e representantes do Poder Público:
I – representante do Departamento de Fomento Agropecuário:
Titular: Mireylla Bassani Lima Cordeiro;
Suplente: Alex Teixeira Soares.
II – representante da Educação Municipal:
Titular: Maria Terezinha Paionk Mezzadri;
Suplente: Elaine Cristina Marcondes Kazeker.
III – representante do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR:
Titular: Maria Eroni Macarroni Paula;
Suplente: Ivana Maria Barbosa.
IV – representante da Sala do Empreendedor, do Agente de Desenvolvimento e do Departamento de Esporte, Recreação e Turismo:
Titular: Nicoly de Fátima Kreitlow;

Suplente: Sandro Luiz Muller Placha.
V – representante dos Poderes Legislativo e Executivo:
Titular: Luiz Gomes da Costa Junior;
Suplente: Elias Jocid Gomes da Costa.
VI – representante da Divisão de Tributação e Cadastro:
Titular: Jeane Brito Hildebrant;
Suplente: Ana Maria Polato Kampa.
VII – representante das instituições financeiras e/ou de crédito:
Titular: Ramon Ribas Hildebrant;
Suplente: Allan Vitor Paula Soares.
VIII – representante do Departamento de Assistência Social:
Titular: Thayse de Paula Padilha;
Suplente: Sabrina Bronoski da Neves.
IX – representante da Divisão de Licitação:
Titular: Claudia Letícia Marques;
Suplente: Vitoria Molkenthin.
X – representante da iniciativa privada:
Titular: Iron de Mello;
Suplente: Letícia Ramos Keska.
XI – representante da Educação Estadual:
Titular: Kaynnã Luiz Lascosk;
Suplente: Willian Nelson Kozlinskei.
XII – representante do Gabinete
Titular: Rosângela Fátima de Paula Orchanheski;
Suplente: Victoria Caroline Muller.
XIII – representante do segmento religioso:
Titular: Wendell Canuto;
Suplente: Adalto Luiz de Freitas.

XIV – representante do setor público:
Titular: Gabriele Renck Silva;
Suplente: Christiane J. Almeida Vieira.

Art. 3º Ficam designadas Mireylla Bassani Lima Cordeiro como coordenadora do Comitê Gestor Municipal e Jeane Brito Hildebrant como vice-coordenadora.

Art. 4º Ficam designadas Jeane Brito Hildebrant e Nicoly de Fátima Kreitlow como Agentes de Desenvolvimento do Comitê Gestor Municipal.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 101, de 10 de agosto de 2024.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5AB741C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2026

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 06/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, em cumprimento a legislação, informa que será realizada Audiência Pública de Saúde, para prestação de contas relativo aos gastos na área de saúde referente ao 2º Quadrimestre/2026.

• Data:24 de setembro de 2026
• Horário:15h00min
• Local: Câmara Municipal
• Endereço: Rua Guilherme Schiffer, Bairro Centro, nº 75

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:585294B0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2026

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 07/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, em cumprimento a legislação, convida a população para a realização de Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre/2026.

• Data:24 de setembro de 2026
• Horário:15h30min
• Local: Câmara Municipal
• Endereço: Rua Guilherme Schiffer, Bairro Centro, nº 75

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:E7AADCD5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - LUCIANO BASSANI DE MELLO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°26.401.276-7

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2026

O Prefeito Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº14.133/2021 e suas alterações, torna público que homologa o pedido de Inexigibilidade de Licitação, solicitado pela Comissão de Contratação:

OBJETO: Credenciamento de pessoa(s) física(s) para prestar serviços profissionais de educador físico, que serão utilizados para atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Esportes, Recreação e Turismo.

VALOR: Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA o valor da hora constante no ANEXO I – Termo de Referência.

CREDENCIADO: LUCIANO BASSANI DE MELLO – CPF 064.328.399-47

Observando que no decorrer do prazo de 12 meses, outros profissionais também poderão realizar credenciamento para o mesmo objeto, atendidas as especificações do Edital.

Porto Amazonas, 11 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:C0ADCDE5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº015/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Documento: Termo de Credenciamento n°015/2026
Data: 11/09/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: LUCIANO BASSANI DE MELLO
Protocolo: 26.401.276-7/2025
Licitação: Chamamento Público n°003/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº011/2026
Objeto: Credenciamento de pessoa(s) física(s) para prestar serviços profissionais de educador físico, que serão utilizados para atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Esportes, Recreação e Turismo**.**
Valor: Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA o valor da hora constante no ANEXO I – Termo de Referência.
Fundamento Legal: Decreto Municipal n°058 de 28 de março de 2023 e no art. 79 da Lei n°14.133/21.
Prazo de Vigência: 14/09/2026 à 20/08/2027.

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B6EBD981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2026 39ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado, divulgado pelo Edital nº 014/2024 de 22 de fevereiro de 2024 e homologado através da Resolução nº 22/2024, resolve **convocar** os aprovados abaixo listados para apresentação dos documentos pertinentes para nomeação até o prazo final de **18/09/2026**. O local para comparecimento será na sede do CISPAR, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677 - Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, em Maringá-PR, no horário das 08h às 17h.

Documentos necessários:

1)Cédula de Identidade RG ou protocolo da identidade e fotocópia; Cadastro de Pessoa Física CPF e fotocópia;
2) Certidão de reservista e fotocópia, quando couber;
3)Título de eleitor e fotocópia, comprovante de voto na ultima eleição ou justificativa da ausência e fotocópia;
4) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, quando couber;
6) Duas fotografias 3x4 recente, tirada de frente;
7) Atestado de sanidade física e mental;
8) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
9) Documentos comprovando a escolaridade e registro no órgão da classe e fotocópia (quando for o caso);
10) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal;
11) Última declaração do imposto de renda, ou declaração dos bens moveis e imóveis;
12) Inscrição do PIS/PASEP;
13) CTPS, Carteira de Trabalho e Previdência Social;
14) Conta salário na Caixa Econômica. (opcional).
15) Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (mínimo), quando couber.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO – ENGENHARIA CIVIL/ SANITÁRIA/ AMBIENTAL			
Nome	**Nota**	**Classificação**	**Modalidade**
Antonio Vera Martines Filho	72,50	6º	Ampla Concorrência

O prazo para entrega dos documentos para aceitação do cargo se encerra no dia **18/09/2026 às 17h.**

O não comparecimento dentro do prazo estipulado significará a desistência do candidato, cabendo ao CISPAR convocar outro habilitado, obedecendo à ordem de classificação.

Maringá-PR, 11 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor-Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:78F86F44

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de 01 (uma) inscrição em Ensaio de Proficiência (PEP) Interlaboratorial, na modalidade presencial, contemplando atividades de amostragem e realização de ensaios para determinação de cloro residual livre, condutividade, oxigênio dissolvido, pH a 25 °C, potencial de oxirredução (ORP), temperatura da amostra, temperatura ambiente e turbidez, com avaliação dos resultados e emissão de relatório e certificado de participação.

CONTRATADO: ENSAIOS DE PROFICIENCIA PIPA LTDA.
CNPJ/CPF: 38.126.075/0001-96.
VALOR TOTAL: R$1.732,00 (Mil e setecentos e trinta e dois reais).

Maringá – PR, 10 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:BCCEDF1E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 182/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 040/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,

HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Aquisição de consumíveis microbiológicos junto à empresa IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA, em atendimento às demandas consolidadas dos laboratórios das autarquias municipais consorciadas ao CISPAR.

CONTRATADA: IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA.

CNPJ: 00.377.455/0001-20.

VALOR TOTAL: R$ 234.868,90 (duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá /PR, 10 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:96162BFD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 183/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 041/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,

HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de capacitação presencial sobre o tema “Inteligência Artificial Aplicada ao Saneamento”, destinada aos gestores e representantes dos municípios consorciados ao Cispar.

CONTRATADA: Gaia Saneamento LTDA.

CNPJ: 32.780.747/0001-04.

VALOR TOTAL: R$ 2.240,00 (Dois mil, duzentos e quarenta reais).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 10 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:45032073

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em observância ao disposto no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/2021, torna público que realizará procedimento de contratação direta, visando à obtenção de propostas adicionais, para a contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro predial da nova sede administrativa do CISPAR, localizada na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 599, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, com cobertura destinada à proteção dos bens móveis e imóveis em uso, abrangendo edificações, instalações, equipamentos, mobiliários e demais bens vinculados às atividades institucionais do Consórcio, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que integra o processo administrativo.

Os interessados deverão encaminhar proposta comercial, acompanhada da documentação mínima de habilitação, para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br , no período de:

De: 14/09/2026 – 8:00h (xxxx-feira)
Até: 17/09/2026 – 8:00h (xxxx-feira)
*(Período mínimo de 03 (três) dias úteis)**

A seleção do fornecedor será realizada pelo critério do **MENOR PREÇO**, desde que atendidas as especificações do objeto e as condições de habilitação previstas no Termo de Referência. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com o Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado.

Informações adicionais e eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br , em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, a fim de garantir a formalização das comunicações, a isonomia entre os interessados e o adequado registro no processo administrativo.

Maringá/PR, 11 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:09318680

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 259/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores do Município de Prado Ferreira, e dá outras Providências.

O **Prefeito Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias a servidor(a) MANOEL SABINO DE LEMOS NETO, ocupante de cargo efetivo, matrícula 30001074, referente ao período aquisitivo de 17/10/2024 a 16/10/2025 a serem gozadas no período de 14/09/2026 a 03/10/2026.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria correrão a conta de dotações próprias consignadas no vigente orçamento.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:4C25ADB3

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: 31/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: 31/2026

CONTRATANTE (980874): Município de Prado Ferreira/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RIDER TÉCNICO PARA ATENDER OS SHOWS NAS DATAS 25, 26 E 27 DE SETEMBRO EM COMEMORAÇÃO AOS 29º ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais).

DATA DA SESSÃO: 17/09/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 9h até 15h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:00EF8B6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11921/2026

Súmula: Exonera a Senhora EDIMARA MARTINS GOMES do cargo comissionado que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a pedido, a Senhora EDIMARA MARTINS GOMES, CPF nº. ***.249.769-**, do cargo comissionado de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO" a partir de 11 de Setembro de 2026.

Quatro Barras, 11 de Setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:53822D4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°134/2026

DECRETO N°134/2026

Súmula :Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente conforme o disposto na lei n°143/2005.

DECRETA:

Art. 1°- Os componentes do Conselho Municipal Querencia do Norte para o quadrienio 2026/2029, eleitos na Conferência Municipal de Saúde realizada no dia 25 de julho de 2026, são os seguintes:

CADASTRO NOMINAL DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAÚDE

GESTOR			
NOME DO TITULAR	INSTITUIÇÃO	NOME DO SUPLENTE	INSTITUIÇÃO
Cassia Souza Santos Cruz	Secretaria de Saúde	Heberly Aparecido Davies Pessoa	Gestor/Governo
PRESTADOR			
NOME DO TITULAR	INSTITUIÇÃO	NOME DO SUPLENTE	INSTITUIÇÃO
Patricia Schaider	Laboratório Rio de Janeiro	Verediane Sales Florêncio	Marisa Barros de Araújo Borges- Eirele
PROFISSIONAIS DE SAÚDE			
NOME DO TITULAR	INSTITUIÇÃO	NOME DO SUPLENTE	INSTITUIÇÃO
Rafael Peixoto Silva	COREN-Conselho Regional de Enfermagem	Luiz Carlos Santana	COREN-Conselho Regional de Enfermagem
Barbara de Paula Moreira Eger	CRF	Fernanda Fogaça	Sindicato Nacional dos Agentes de Saúde
USUÁRIOS			
NOME DO TITULAR	INSTITUIÇÃO	NOME DO SUPLENTE	INSTITUIÇÃO
Valentina T. S. Faxina	Associação de Moradores Icatu	Mirian Eliane Costa	Pontal do Tigre* (Grupo Amapora)
Matheus Fernandes Mota	Associação dos Recicladores	Maria Edilaine Matias da Silva da Silva	APAE*
Janderley Honorio Tina	ARPO	Rodrigo Dolaval	Movimento LGBTQIA+
Jane Gomes dos Santos	Pontal do Tigre (Grupo Amapora)	Jaqueline Campos Silva	Departamento de Servas Luteranas

Art. 2°- A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Querência do Norte – PR eleita em 08 de outubro de 2014 em reunião ordinária é composta por:

PRESIDENTE	INSTITUIÇÃO	VICE - PRESIDENTE	INSTITUIÇÃO
Patricia Schaider	Laboratório Rio de Janeiro	Janderley Honório Tina	ARPO
1° SECRETÁRIO	INSTITUIÇÃO	2° SECRETÁRIO	INSTITUIÇÃO
Rodrigo Dolaval	Movimento LGBTQIA+	Fernanda Fogaça	Sindicato Nacional dos Agentes de Saúde

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal de Querência do Norte - PR

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:90B030EB

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
EXTRATO DE CONTRATO 002/2026

EXTRATO DE CONTRATO 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Contratado: A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo destinado ao uso em expediente, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Querência do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos
Base Legal: artigo 28, I da Lei 14.133/21.
Valor: R$7.950,00 (sete mil novecentos quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos).
Dotação: 0101.0103100012.001 – Manutenção de despesas com o Legislativo
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.16.00 - Material de Expediente
Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 10 de setembro de 2026, sendo admitida prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

Querência do Norte - PR, 10 de setembro de 2026

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:04847E7B

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2025 PRIMEIRO TERMO ADITIVO firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, e a empresa R R MARTINEZ SEGURANAÇA DO TRABALHO LTDA, ao contrato celebrado em 08 de setembro de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar programa de gerenciamento de riscos - PGR, laudo técnico das condições ambientais de trabalho - LTCAT, laudo de insalubridade e periculosidade - LIP, programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO, Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Análise Ergonômica do Trabalho e Psicossocial – AET, Exames Ocupacionais e complementares, serviço de prestação de assessoria e consultoria para implantação e parametrização do ambiente do e-social para os eventos S-2210, S-2220 e S-2240, envio dos arquivos XML relativos aos eventos de SST por 12 meses, por meio de certificado digital utilizado no sistema e-Social emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil, este deve pertencer à série “A”, do tipo A1 ou A3, de acordo com as normas vigentes do sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (ESocial), para dar cumprimento da 4° fase do Cronograma de implantação para o grupo 4, conforme descrição constante na Dispensa de Licitção nº 003/2025-CMQN, sob as cláusulas e condições seguintes: A CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, com sede a Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, na cidade de Querência do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.242.687/0001-45, representada por seu Presidente, Sr. RICARDO PAULINO DA SILVA, e de outro lado, como CONTRATADA, R R MARTINEZ SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com registro no CNPJ sob o 24.905.801/000164, com sede na Avenida Liberdade, nº 2149, Jardim Antonela, Terra Rica - PR, neste ato representada por seu sócio administrador RENATO RUIZ MARTINEZ, resolvem ADITAR o Contrato nº 003/2025-CMQN, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATANTE expediu Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação, sob o nº 003/2025, objetivando a Contratação de empresa de Segunça do Trabalho para fins de escrituração digital do e-social da Câmara Municipal de Querência do Norte. CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo tem por objeto PRORROGAR o prazo de vigência do contrato 003/2025-CMQN, pelos motivos consignados no processo licitatório. CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira fica prorrogado até 08 de setembor de 2027, resguardando-se as partes, em havendo interesse, na aplicação do contido no artigo 107, da Lei de Licitações. CLÁUSULA QUARTA:

Em virtude da prorrogação contratual, o preço inicialmente contratado que era de R$3.000,00 (três mil reais) fica reajustado em 4.44% (quatro virgula quarenta e quatro por cento) conforme aplicação do IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando a ser de R$3.133,20 (três mil cento e trinta e tres reais e vinte centavos. CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE Estado do Paraná Rua Waldemar dos Santos , 1213 - CEP. 87.930-000 Fone: (044) 3462-1763 Fax: 3462-2831 CNPJ Nº 73.242.687/0001-45 E-mail: camaraqne@gmail.com.br PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor mensal para assessoria e consultoria para envio dos arquivos XML RELATIVOS AOS EVENTOS DE SST será realizado em parcelas mensais de R$41,78 (quarenta e um reais e setenta e oito centavos) pelo período de 12 meses, perfazendo um total de R$501,36 (quinhentos e um reais e trinta e seis centavos). PARÁGRAFO SEGUNDO. O vvalor total dos Laudos PGR-PCMSO- LTCAT será pago em parcela única de R$2.631,84 (dois mil seiscentos e trinta e um reais e oitantA e quatro centavos) XXXXXXXX. CLAUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 08 de stembro de 2025. CLAUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Loanda - PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo. Querência do Norte-PR, em 04 de setembro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Mun. de Qcia do Norte
Contratante

RENATO RUIZ MARTINEZ
R R Martinez Segurança do Trabalho LTDA
Contratada

Testemunhas:
RG
RG

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:3D8D2E07

LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 04/2021

Conforme analisado pela agente de contratação – Portaria nº 94/2025, segue abaixo lista dos habilitados.

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº. 04/2021

OBJETO: Contratação Preferencialmente de Micro empreendedor Individual MEI –com sede em Querência do Norte, visando à prestação de serviços de Jardinagem

APTOS, CONFORME ATA LAVRADA EM 11/09/2026

ORDEM	PROTOCOLO Nº	NOME	CNPJ	Opção de credenciamento
01	1548/2026	68.961.708 ANDERSON FELIPE FRANCISCO	68.961.708/0001-42	JARDINAGEM

QUERÊNCIA DO NORTE, 11 de Setembro de 2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:15867254

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2026

CONTRATANTE: **Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**
CONTRATADA: ARAMAS TURISMO LTDA - ME, inscrita no **CNPJ sob o nº 73.379.372/0001-44.**
OBJETO: Contratação de Empresa especializada em passeios públicos com prestação de serviços de agenciamento de viagens turística com oferta de transporte rodoviário, acompanhamento técnico e turístico, alimentação e seguro de viagem, para atender as demandas dos Departamentos Municipais do Município de Rancho Alegre D´Oeste de acordo com o Termo de Convênio nº 001/2026 e demais condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência;
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 58.400,00 (Cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO:10/09/2026
DATA DO CONTRATO: 11/09/2026
VIGÊNCIA DO CONTRATO:09/01/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 11 de Setembro de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:8261B46A

ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna da Controladoria Interna do Município de Rancho Alegre D'Oeste e estabelece sua utilização no âmbito da Administração Pública Municipal e Fundo de Previdência Municipal.

O CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Vivaldo José Pereira, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela **Lei Municipal nº 430/05/2010** (que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno), pelas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e demais disposições normativas aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de auditoria interna no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a importância da adoção de práticas que assegurem a eficiência, eficácia, economicidade, legalidade, transparência e integridade na gestão pública;

CONSIDERANDO que o Manual de Auditoria Interna constitui instrumento técnico destinado à orientação e uniformização das atividades desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Manual de Auditoria Interna da Controladoria Interna do Município de Rancho Alegre D'Oeste**, que integra esta Instrução Normativa como **Anexo Único**.

Art. 2º O Manual de Auditoria Interna deverá ser observado pela Unidade de Controle Interno na execução das auditorias, inspeções, monitoramentos, acompanhamentos e demais atividades de avaliação e consultoria desenvolvidas no âmbito da Administração Direta e Indireta, quando houver.

Art. 3º As auditorias internas serão realizadas de acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, observando critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade, bem como as normas técnicas aplicáveis.

Art. 4º Os gestores e servidores municipais deverão prestar à Unidade de Controle Interno todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à realização dos trabalhos de auditoria, observados os prazos estabelecidos.

Art. 5º As recomendações expedidas em decorrência das auditorias deverão ser acompanhadas pela Controladoria Interna, cabendo às unidades auditadas adotar as providências necessárias para sua implementação.

Art. 6º O Manual de Auditoria Interna poderá ser revisado e atualizado sempre que houver alterações na legislação, nas normas técnicas ou quando identificada a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Controlador Interno, observadas as disposições legais e normativas pertinentes.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 11 de setembro de 2026.

VIVALDO JOSÉ PEREIRA
Controlador Interno Município de Rancho Alegre D'Oeste

MANUAL DE AUDITORIA INTERNA
Unidade Central de Controle Interno
Município de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná
Versão 1.0
Aprovado pela Instrução Normativa nº 01/2026, de 11 de setembro de 2026.

SUMÁRIO
Apresentação 4
Base Legal 4
Objetivos 4
Princípios da Auditoria Interna 5
Modalidades de Atuação 5
Planejamento das Atividades 5
Execução da Auditoria 5
Papéis de Trabalho 6
Relatório de Auditoria 6
Acompanhamento das Recomendações 6
Disposições Finais 7
ANEXO I – Comunicação Interna de Auditoria 8
ANEXO II – Solicitação de Documentos 9
ANEXO III – Planejamento Simplificado 10
ANEXO IV – Checklist de Auditoria 11
ANEXO V – Relatório de Auditoria 12
ANEXO VI – Controle das Recomendações 13
ANEXO VII – Ofício de Encaminhamento 14

1. APRESENTAÇÃO
O presente Manual estabelece os procedimentos básicos para a realização das atividades de Auditoria Interna da Unidade Central de Controle Interno do Município de Rancho Alegre D'Oeste.
Considerando a estrutura administrativa do Município, na qual a Unidade Central de Controle Interno é composta por um único servidor, este Manual adota procedimentos simplificados, buscando padronizar as auditorias, fortalecer os controles internos e orientar os gestores municipais.
A Auditoria Interna possui caráter preventivo, orientativo e fiscalizador, contribuindo para a melhoria da gestão pública, a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento às exigências legais.

2. BASE LEGAL
As atividades da Auditoria Interna fundamentam-se, principalmente, em:
Constituição Federal (arts. 70 e 74);
Lei nº 4.320/1964;
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
Lei nº 14.133/2021;
Lei Municipal Nº 430/05/2010 que institui o Sistema de Controle Interno;
Normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3. OBJETIVOS
São objetivos da Auditoria Interna:
avaliar a legalidade dos atos administrativos;
verificar a eficiência dos controles internos;
orientar os gestores;
prevenir falhas e irregularidades;
promover a melhoria dos processos administrativos;
acompanhar o cumprimento das recomendações emitidas.

4. PRINCÍPIOS
A atuação do Controle Interno observará:
legalidade;
impessoalidade;
moralidade;
publicidade;
eficiência;
independência técnica;
objetividade;
ética;
sigilo profissional.

5. MODALIDADES DE ATUAÇÃO
A Unidade Central de Controle Interno poderá realizar:
Auditoria de Conformidade;
Auditoria Operacional;
Acompanhamento de atos de gestão;
Monitoramento das recomendações.

6. PLANEJAMENTO
Anualmente poderá ser elaborado o Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PACI), definindo as auditorias prioritárias.
Durante o exercício poderão ser incluídas auditorias extraordinárias em razão de denúncias, solicitações do Prefeito, determinações do Tribunal de Contas ou necessidades identificadas pela Controladoria.

7. EXECUÇÃO DA AUDITORIA
Os trabalhos poderão compreender:
análise documental;
conferência de processos;
inspeções;
entrevistas;
verificações físicas;
emissão de recomendações.
Toda conclusão deverá estar fundamentada em evidências.

8. PAPÉIS DE TRABALHO
Os papéis de trabalho constituem o registro das atividades realizadas e poderão ser compostos por:
checklists;
planilhas;
fotografias;
cópias de documentos;
registros de entrevistas;
anotações técnicas.

9. RELATÓRIO DE AUDITORIA
Toda auditoria será concluída mediante relatório contendo:
objetivo;
escopo;
procedimentos realizados;
constatações;
recomendações;
conclusão.

10. ACOMPANHAMENTO

As recomendações serão acompanhadas pela Unidade Central de Controle Interno, verificando-se sua implementação e os resultados obtidos.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS
Os casos omissos serão resolvidos pelo Controlador Interno.
Este Manual poderá ser atualizado sempre que houver alteração na legislação ou necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos.

ANEXOS – MODELOS DE DOCUMENTOS

ANEXO I

COMUNICAÇÃO INTERNA DE AUDITORIA
MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
COMUNICAÇÃO INTERNA Nº __/____
Ao(À): Secretário(a) Municipal de _____
Comunicamos que será realizada Auditoria Interna nessa unidade administrativa, conforme Plano Anual de Atividades do Controle Interno ou demanda específica.
Objetivo da Auditoria:

Período previsto:
//_____ a //_____
Solicita-se o apoio dessa unidade, disponibilizando os documentos e informações necessários à realização dos trabalhos.
Rancho Alegre D'Oeste, ____ de _____ de _____.

Controlador Interno

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS
REQUISIÇÃO Nº _____/____
Setor: _____
Solicita-se o encaminhamento dos seguintes documentos:
( ) Processos Licitatórios
( ) Contratos
( ) Empenhos
( ) Notas Fiscais
( ) Folha de Pagamento
( ) Extratos Bancários
( ) Controle de Patrimônio
( ) Controle de Almoxarifado
( ) Outros:

Prazo para atendimento: //_____

Controlador Interno

ANEXO III

PLANEJAMENTO SIMPLIFICADO DA AUDITORIA
Unidade Auditada:

Objetivo:

Período da Auditoria:

Procedimentos previstos:
☐ Análise documental
☐ Conferência de processos
☐ Inspeção
☐ Entrevistas
☐ Verificação física
☐ Outros

ANEXO IV

CHECKLIST DE AUDITORIA
Setor Auditado: _____
☐ Comunicação ao setor
☐ Recebimento dos documentos
☐ Análise documental
☐ Conferência da legislação
☐ Verificação dos controles internos
☐ Registro das constatações
☐ Elaboração do relatório
☐ Encaminhamento das recomendações
☐ Monitoramento

ANEXO V

RELATÓRIO DE AUDITORIA
RELATÓRIO Nº /
Setor Auditado:

Período da Auditoria:

1. Objetivo
Descrever o objetivo da auditoria.
2. Procedimentos Realizados
Descrever os procedimentos executados.
3. Constatações
Relacionar as situações encontradas.
4. Recomendações
Indicar as providências sugeridas.
5. Conclusão
Apresentar a conclusão dos trabalhos.
Rancho Alegre D'Oeste, ____ de _____ de _____.

Controlador Interno

ANEXO VI

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Recomendação	Responsável	Prazo	Situação

Situação:
( ) Cumprida
( ) Em andamento
( ) Não cumprida
Observações:

ANEXO VII

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO
OFÍCIO Nº __/____
Ao Senhor(a)

Encaminhamos o Relatório de Auditoria nº __/____, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis.
Solicita-se manifestação no prazo de ____ dias acerca das recomendações apresentadas.
Atenciosamente.
Rancho Alegre D'Oeste, ____ de _____ de _____.

Controlador Interno

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:2300AD39

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
Processo Adm. Nº 066/2026

Objeto:Pavimentação de Estrada Rural com uma área de 40.110,00 m², incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios

tecnológicos e placa de obra. Local: Estrada Rural Arapuã - Rio barreiro - Rancho Alegre.
Empresas vencedoras valor total: R$ 9.898.000,00(nove milhões e oitocentos e noventa e oito mil reais):**IDEAL CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**(07240596000146) com os lotes: 1 no valor total de **R$ 9.898.000,00 (nove milhões e oitocentos e noventa e oito mil reais).**

RANCHO ALEGRE D'OESTE (PR), sexta-feira, 11 de setembro de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:9CCED2DC

SAÚDE
PORTARIA 311/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR
I – O Servidor **CLEBER DE FREITAS KUBINSCKI**, ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D'Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC;**
III – Data: **13/09/2026** a **15/09/2026;**
IV – Cidade de **CURITIBA-PR;**
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 11 de setembro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:8C377C03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.100, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: RENOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE REALEZA.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n°1.372/2011 de 14/06/2011, **DECRETA:**
Art.1º Ficam renomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde de Realeza até 31/12/2026 conforme entidades vigentes eleitas na XIV Conferência Municipal de Saúde.
SEGMENTO DE USUÁRIOS DE SAÚDE PÚBLICA:
1) TITULAR: PASTORAL DA CRIANÇA
Carme Consoladora Cerutti
Nilva Kwrant Bellé
SUPLENTE: SINDICATO RURAL
Dayane Noschang
Franciele de Azevedo

2) TITULAR: APAAR (Associação de Pais e Amigos dos Autistas e dos Neurodiversos de Realeza)
Elizio da Silva
Luciana Pareira Machado
SUPLENTE: IGREJA EVANGÉLICA (Igreja Metodista de Realeza)
Pastor Rogério Silva Junior
Jéssica Stefanie da Silva Silva

3) TITULAR: ROTARY CLUBE DE REALEZA
Alexandre Carvalho de Moura
Ana Raquel Freddo
SUPLENTE: IGREJA CATÓLICA (Paróquia Cristo Rei de Realeza)
Padre Braz Elias Pereira
Pedro Paim da Luz

4) TITULAR: COMUNIDADE BAIRRO PADRE JOSIMO
Maria Assunta Bellé
Rita Illiana Kunen Dal Pra
SUPLENTE: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE UNIDOS NA FÉ
Zaneti Decarli Marcante
Maria Locatelli

5) TITULAR: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA SAÚDE
Jandir Rizzo
Luiz Antonio Bertassi Miranda
SUPLENTE: COMUNIDADE BAIRRO JOÃO PAULO II
Orivaldo Barbosa

6) TITULAR: SINDACS (Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde)
Ana Claudia de Oliveira Mayer
Sônia Morais da Silva
SUPLENTE: COOPAFI (Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Realeza)
Thamila Fátima Gubert Rodrigues
João Paulo Rossi Rodrigues

SEGMENTO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE PUBLICA:
1) TITULAR: CRN (Conselho Regional de Nutrição)
Maiara Inês Gambatto

SUPLENTE: CRP (Conselho Regional de Psicologia)
Bianca Verona Mattana

2) TITULAR: CRO (Conselho Regional de Odontologia)
Vera Lucia Maria Andrade
Joelma Paludo
SUPLENTE: CREFITO (Conselho Regional de Fisioterapia)
Grazieli Mara Begini

3) TITULAR: COREN (Conselho Regional de Enfermagem)
Elizandra Pivotti
SUPLENTE: COREN (Conselho Regional de Enfermagem)
Karina Ellen Dalla Rosa

SEGMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE SAÚDE:
1) TITULAR: APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Realeza)
Sonia Maciel de Souza da Silva
Jandira Madey Dalarosa
SUPLENTE: UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza)
Iucif Abraão Nascif Junior
Fagner Luiz da Costa Freitas
2) TITULAR: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIO CENTER
Alysson Rogério Ruschel
SUPLENTE: MAYARA DO NASCIMENTO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA
Mayara do Nascimento
Maria Terezinha do Nascimento

SEGMENTO DOS GESTORES DE SAÚDE PÚBLICA:
1) TITULAR: SECRETÁRIO DE SAÚDE
João Carlos dos Santos
SUPLENTE: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

Sônia Loblein Machado

2) TITULAR: COORDENADOR DE ENDEMIAS
Indianara Spiss Correia
SUPLENTE:COORDENADORA DE ATENÇÃO BÁSICA
Josiana Gheli Heinzen

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.715/2024, bem como as demais disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos 11 dias de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal de Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:988E5ACC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.300, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a alienação de imóveis públicos destinados à implantação e expansão de empreendimentos empresariais, nos termos da Lei Municipal nº 2.289/2026 e da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em razão do interesse público voltado à promoção do desenvolvimento econômico, à geração de emprego e renda e ao fortalecimento da atividade empresarial no Município, a conceder incentivos diretos mediante a alienação de imóveis públicos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 2.289/2026 e da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a alienação dos imóveis descritos nesta Lei, observados os procedimentos previstos na Lei Municipal nº 2.289/2026, especialmente aqueles relativos ao Chamamento Público, à seleção dos empreendimentos interessados e às formas de transferência da propriedade nela estabelecidas.
I - Imóvel com área total de **1.000,00 m²** (mil metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 02 da Quadra 512**, matriculado sob nº **29.178**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "B", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.
II - Imóvel com área total de **2.000,00 m²** (dois mil metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 01 e 02 da Quadra 513**, matriculados sob os nºs **29.187 e 29.188**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "C", esquina com a Rua Projetada "F", no Parque Empresarial Lorenzi, contendo edificação tipo barracão, constituída por estrutura pré-moldada e cobertura, com área construída de **400,00 m²**, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

III - Imóvel com área total de **1.000,00 m²** (mil metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 03 da Quadra 513**, matriculado sob nº **29.189**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "F", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.
IV - Imóvel com área total de **1.000,00 m²** (mil metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 07 da Quadra 513**, matriculado sob nº **29.193**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "D", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.
V - Imóvel com área total de **2.000,00 m²** (dois mil metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 01 e 03 da Quadra 515**, matriculados sob os nºs **29.197 e 29.199**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "B", esquina com a Rua Projetada "G", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

VI - Imóvel com área total de **2.000,00 m²** (dois mil metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 02 e 04 da Quadra 515**, matriculados sob os nºs **29.198 e 29.200**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "B", esquina com a Rua Projetada "F", no Parque Empresarial Lorenzi, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

VII - Imóvel com área total de **1.000,00 m²** (mil metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 06 da Quadra 515**, matriculado sob nº **29.202**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "F", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

VIII - Imóvel com área total de **2.000,00 m²** (dois mil metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 05 e 07 da Quadra 515**, matriculados sob os nºs **29.201 e 29.203**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "G", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

IX - Imóvel com área total de **2.000,00 m²** (dois mil metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 09 e 11 da Quadra 515**, matriculados sob os nºs **29.205 e 29.207**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "G", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

X - Imóvel com área total de **2.120,00 m²** (dois mil cento e vinte metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 12 e 14 da Quadra 515**, matriculados sob os nºs **29.208 e 29.210**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "F", esquina com a Rua Projetada "D", no Parque Empresarial Lorenzi, contendo edificação tipo barracão, constituída por estrutura pré-moldada e cobertura, com área construída de **450,00 m²**, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

XI - Imóvel com área total de **4.653,95 m²** (quatro mil seiscentos e cinquenta e três vírgula noventa e cinco metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 01, 02, 03, 04 e 05 da Quadra 516**, matriculados sob os nºs **29.211, 29.212, 29.213, 29.214 e 29.215**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "A", contendo estrutura pré-moldada e cobertura com área construída de **900,00 m²**, no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.
XII - Imóvel com área total de **4.189,43 m²** (quatro mil cento e oitenta e nove vírgula quarenta e três metros quadrados), correspondente aos **Lotes nº 17, 18, 19, 20 e 21 da Quadra 516**, matriculados sob os nºs **29.227, 29.228, 29.229, 29.230 e 29.231**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "A", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.
XIII - Imóvel com área total de **1.292,99 m²**, correspondente ao **Lote nº 04 da Quadra 517**, matriculado sob nº **29.235**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "A", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

XIV- Imóvel com área total de **1.000,00 m²** (mil metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 07 da Quadra 517**, matriculado sob nº **29.238**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "F", no Parque Empresarial Lorenzi, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

XV- Imóvel com área total de **825,00 m²** (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 04 da Quadra 518**, matriculado sob nº **29.243**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "B", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

XVI - Imóvel com área total de **825,00 m²** (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 05 da Quadra 518**, matriculado sob nº **29.244**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "B", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água..

XVII - Imóvel com área total de **825,00 m²** (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados), correspondente ao **Lote nº 06 da Quadra 518**, matriculado sob nº **29.245**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, localizado na Rua Projetada "G", esquina com a Rua Projetada "B", no Parque Empresarial Lorenzi, trevo da PR-182, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

IX- Imóvel com área total de **2.135,19 m²** (dois mil cento e trinta e cinco vírgula dezenove metros quadrados), correspondente à **parte ideal da Quadra 245**, matriculada sob nº **33.465**, conforme Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR, contendo edificação tipo barracão com área construída de aproximadamente **780,00 m² (setecentos e oitenta metros quadrados)**, localizado na Rua Projetada, esquina com a Rua São João, no Parque Industrial, Município de Realeza/PR, dotado de infraestrutura básica de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

Art. 3º A alienação referida no art. 2º observará as seguintes disposições:

§ 1º Em razão da natureza do incentivo e das condições previstas na Seção II da Lei Municipal nº 2.289/2026, as empresas interessadas deverão participar de prévio Chamamento Público, a ser promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, ocasião em que deverão apresentar toda a documentação comprobatória exigida e indicar expressamente o(s) imóvel(is) para o(s) qual(is) pretendem apresentar proposta, observadas as regras estabelecidas no respectivo instrumento convocatório.

§ 2º O edital do Chamamento Público estabelecerá, de forma clara e objetiva, os requisitos, as condições e os encargos a serem observados pelas empresas interessadas e beneficiadas, em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

§ 3º O edital e o instrumento contratual a ser firmado com o Município deverão estabelecer expressamente os direitos e as obrigações das partes, os encargos a serem cumpridos pela empresa beneficiada, as condições para a transferência da propriedade e as hipóteses e procedimentos de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, além de outras especificações necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

§ 4º As empresas participantes do Chamamento Público serão submetidas à análise do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que apreciará a documentação apresentada e a proposta de empreendimento, emitindo parecer quanto à habilitação e à viabilidade da proposta, nos termos da Lei Municipal nº 2.289/2026 e do respectivo edital.

Art. 4º O descumprimento, a qualquer tempo, dos encargos e das obrigações assumidos pela empresa beneficiada, devidamente constatado na forma estabelecida na Lei Municipal nº 2.289/2026, no edital e no instrumento contratual, poderá ensejar a reversão do imóvel e das benfeitorias nele realizadas ao patrimônio público municipal, observados o devido processo administrativo e o direito ao contraditório e à ampla defesa, sem direito à indenização ou ao ressarcimento, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 5º As empresas beneficiadas serão responsáveis pela manutenção, conservação e adequada utilização dos imóveis objeto desta Lei, devendo mantê-los em condições compatíveis com a finalidade do empreendimento e com os encargos assumidos no respectivo instrumento contratual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Ficam revogadas as disposições de leis anteriores que tratem especificamente dos imóveis descritos no art. 2º desta Lei, restringindo-se a revogação aos imóveis nela especificados, permanecendo vigentes as disposições relativas aos demais imóveis constantes das referidas leis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, 11 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E13CA62D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.301, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Realeza, estabelece seus princípios, diretrizes, objetivos, metas e mecanismos de implementação, acompanhamento e avaliação, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Realeza, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização e ao letramento na idade adequada, mediante ações articuladas de gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento e participação da comunidade escolar.

§1º Para os fins desta Lei, considera-se alfabetização o processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, articulado ao desenvolvimento das competências de leitura, produção escrita, oralidade e conhecimentos matemáticos fundamentais, indispensáveis ao pleno exercício da cidadania e à continuidade dos estudos.

§2º A alfabetização constitui etapa essencial da Educação Básica e deverá ocorrer prioritariamente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, observados os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, asseguradas as medidas de intervenção pedagógica necessárias à consolidação das aprendizagens.

§3º A Política Municipal de Alfabetização compreende ações integradas desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando garantir a continuidade do processo de desenvolvimento das competências leitoras, escritoras e matemáticas.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração entre o Município de Realeza, a União, o Estado do Paraná, os órgãos de controle social, as instituições de ensino, as famílias e a comunidade, observadas as competências legais de cada ente federativo.

Art. 3º A implementação desta Lei observará:

I – a Constituição da República Federativa do Brasil;

II – a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III – a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, – Plano Nacional de Educação;

IV – o Plano Municipal de Educação de Realeza;

V – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais políticas públicas correlatas;

VI – a Política Estadual de Alfabetização do Estado do Paraná;

VII – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

VIII – o Referencial Curricular do Paraná e o Currículo da Rede Municipal de Ensino de Realeza.

Art. 4º São públicos prioritários desta Política:
I – as crianças matriculadas na Educação Infantil;
II – os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
III – os alunos com defasagens de aprendizagem;
IV – os alunos público-alvo da Educação Especial;
V – os professores alfabetizadores;
VI – os coordenadores pedagógicos;
VII – os gestores escolares.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização reger-se-á pelos seguintes princípios:
I – garantia do direito de aprender;
II – universalização da alfabetização na idade adequada;
III – equidade educacional;
IV – inclusão e respeito às diferenças;
V – valorização da infância;
VI – respeito aos tempos e ritmos de aprendizagem;
VII – fundamentação em evidências científicas sobre alfabetização;
VIII – formação continuada dos profissionais da educação;
IX – valorização do professor alfabetizador;
X – gestão democrática do ensino público;
XI – cooperação entre escola, família e comunidade;
XII – transparência na gestão educacional;
XIII – monitoramento permanente dos indicadores de aprendizagem;
XIV – melhoria contínua da qualidade da educação pública.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS
Seção I
Das Diretrizes

Art. 6º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar práticas pedagógicas fundamentadas em conhecimentos científicos e metodologias eficazes de alfabetização;
II – promover o desenvolvimento integrado da leitura, escrita, oralidade e matemática;
III – fortalecer o letramento desde a Educação Infantil;
IV – garantir ambiente alfabetizador em todas as unidades escolares;
V – promover a formação continuada dos profissionais da educação;
VI – realizar acompanhamento pedagógico sistemático das escolas;
VII – utilizar avaliações diagnósticas, processuais e somativas como instrumentos de melhoria da aprendizagem;
VIII – desenvolver ações permanentes de recomposição das aprendizagens;
IX – fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
X – incentivar práticas pedagógicas inovadoras;
XI – promover o uso pedagógico das tecnologias digitais;
XII – assegurar atendimento educacional inclusivo;
XIII – fortalecer a gestão pedagógica baseada em evidências;
XIV – estimular a participação das famílias no processo educativo.

Seção II
Dos Objetivos

Art. 7º Constituem objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar que todas as crianças da Rede Municipal de Ensino estejam alfabetizadas, preferencialmente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – garantir a consolidação das competências leitoras, escritoras e matemáticas nos Anos Iniciais;
III – reduzir desigualdades de aprendizagem;
IV – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens;
V – fortalecer a transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VI – elevar os indicadores de aprendizagem da Rede Municipal;
VII – melhorar os resultados das avaliações internas e externas;
VIII – desenvolver cultura de acompanhamento pedagógico permanente;
IX – fortalecer o protagonismo docente;
X – incentivar a inovação pedagógica;
XI – ampliar o envolvimento das famílias no processo de alfabetização;
XII – consolidar uma política pública permanente de alfabetização no Município de Realeza.

CAPÍTULO IV
DAS METAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º Constituem metas permanentes da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar que todas as crianças tenham acesso à Educação Infantil de qualidade como etapa preparatória ao processo de alfabetização;
II – garantir que os estudantes concluam o 2º ano do Ensino Fundamental com domínio das habilidades essenciais de leitura, escrita e matemática previstas no currículo municipal;
III – implementar ações contínuas de recomposição das aprendizagens para estudantes do 3º ao 5º ano;
IV – reduzir progressivamente os índices de estudantes com defasagens em leitura, escrita e matemática;
V – assegurar avaliações diagnósticas periódicas em todas as unidades escolares;
VI – fortalecer programas de formação continuada para professores alfabetizadores e equipes gestoras;
VII – implantar e/ou manter instrumentos municipais de acompanhamento da aprendizagem;
VIII – incentivar projetos de leitura, produção textual e educação matemática em todas as escolas;
IX – promover ações voltadas à participação das famílias na vida escolar;
X – ampliar a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e metodologias inovadoras no processo de alfabetização.

Art. 9º As metas previstas nesta Lei serão desdobradas em indicadores e planos de ação definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observados o Plano Municipal de Educação, os instrumentos de planejamento da administração pública e a disponibilidade orçamentária.

Art. 10. A Política Municipal de Alfabetização será objeto de monitoramento e avaliação permanentes, mediante indicadores educacionais, diagnósticos de aprendizagem e demais instrumentos instituídos pelo MEC, SEED e/ou Secretaria Municipal de Educação, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas e à garantia do direito à aprendizagem.

CAPÍTULO V
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 11. A Política Municipal de Alfabetização será implementada de forma integrada, observando os seguintes eixos estruturantes:
I – formação continuada dos profissionais da educação;
II – gestão pedagógica e acompanhamento das práticas de ensino;
III – avaliação, monitoramento e intervenção pedagógica;
IV – fortalecimento da Educação Infantil como etapa preparatória da alfabetização;
V – recomposição das aprendizagens;
VI – equidade e educação inclusiva;
VII – fortalecimento da cultura leitora e da educação matemática;
VIII – inovação pedagógica e tecnologias educacionais;
IX – participação das famílias e da comunidade escolar;
X – governança, planejamento e gestão da política pública.

Seção I
Da Formação Continuada

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação ofertará, em parceria com o Estado/SEED programas permanentes de formação continuada (jornada de alfabetização, Formadores em Ação...) destinados aos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e demais profissionais da educação.

§1º A formação continuada deverá contemplar, entre outros temas:
I – alfabetização e letramento;
II – desenvolvimento da consciência fonológica;
III – metodologias de alfabetização fundamentadas em evidências científicas;
IV – educação matemática nos Anos Iniciais;
V – avaliação da aprendizagem;
VI – recomposição das aprendizagens;
VII – educação inclusiva;
VIII – planejamento pedagógico;
IX – tecnologias educacionais;
X – práticas pedagógicas inovadoras.

§2º As formações poderão ser desenvolvidas em parceria com universidades, instituições públicas, plataformas, organismos

nacionais e internacionais, bem como com programas dos Governos Federal e Estadual.

Seção II

Da Gestão Pedagógica

Art. 13. A gestão pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será orientada por planejamento, acompanhamento sistemático e monitoramento permanente dos resultados de aprendizagem.

Art. 14. Constituem instrumentos da gestão pedagógica:

I – planejamento anual da alfabetização;
II – planejamento docente;
III – acompanhamento pedagógico sistemático;
IV – observação em sala de aula;
V – devolutivas pedagógicas aos professores;
VI – reuniões pedagógicas;
VII – Conselhos de Classe;
VIII – instrumentos de monitoramento da aprendizagem;
IX – indicadores educacionais;
X – plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens (PMAA)
XI – demais instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção III

Da Avaliação e do Monitoramento

Art. 15. A Rede Municipal de Ensino realizará avaliações diagnósticas, processuais e somativas, destinadas ao acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

§1º As avaliações terão caráter pedagógico e servirão de base para:

I – planejamento das ações escolares;
II – reorganização do ensino;
III – recomposição das aprendizagens;
IV – formação continuada;
V – definição de políticas educacionais.

§2º Os resultados das avaliações não terão finalidade classificatória ou punitiva, constituindo instrumento de melhoria da qualidade da educação.

Art. 16. O monitoramento da aprendizagem será realizado continuamente pela Secretaria Municipal de Educação, pelas equipes gestoras das escolas e pelos coordenadores pedagógicos.

Parágrafo único. O acompanhamento compreenderá visitas técnicas, análise dos planejamentos, observação das práticas pedagógicas, acompanhamento dos indicadores educacionais e devolutivas às equipes escolares.

Seção IV

Da Recomposição das Aprendizagens

Art. 17. Os estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem deverão ser atendidos mediante ações de intervenção pedagógica planejadas pela escola, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. Constituem estratégias de recomposição das aprendizagens:

I – atendimento pedagógico complementar;
II – reorganização do planejamento docente;
III – acompanhamento individualizado;
IV – utilização de materiais didáticos específicos;
V – flexibilização de estratégias metodológicas;
VI – fortalecimento das práticas de leitura e escrita;
VII – desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático;
VIII – outras estratégias definidas pela equipe pedagógica.

CAPÍTULO VI

DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 19. A gestão da Política Municipal de Alfabetização observará os princípios da gestão democrática, do planejamento, da transparência, da cooperação institucional e da melhoria contínua.

Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, acompanhar e avaliar a execução desta Lei.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 21. Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, órgão consultivo, propositivo e de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 22. O Comitê Municipal de Alfabetização terá as seguintes atribuições:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – analisar indicadores educacionais;
III – propor estratégias para melhoria dos resultados da aprendizagem;
IV – acompanhar o cumprimento das metas previstas nesta Lei;
V – sugerir programas de formação continuada;
VI – acompanhar os resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais;
VII – emitir recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Educação;
VIII – incentivar a divulgação de boas práticas pedagógicas.

Art. 23. A composição, organização e funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, observados os princípios da representatividade e da gestão democrática.

CAPÍTULO VIII

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar a Política Municipal de Alfabetização;
II – elaborar normas complementares para sua execução, se necessário;
III – promover programas permanentes de formação continuada;
IV – acompanhar pedagogicamente todas as unidades escolares;
V – realizar avaliações municipais;
VI – elaborar e acompanhar o Plano Municipal de Intervenção Pedagógica;
VII – monitorar indicadores educacionais;
VIII – prestar apoio técnico às escolas;
IX – promover ações de incentivo à leitura, escrita e matemática;
X – incentivar o uso pedagógico das tecnologias digitais;
XI – apoiar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras;
XII – divulgar periodicamente os resultados da política de alfabetização.

CAPÍTULO IX

DAS COMPETÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, DAS EQUIPES GESTORAS, DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS E DOS PROFESSORES

Seção I

Das Instituições de Ensino

Art. 25. Compete às instituições de ensino da Rede Municipal:

I – implementar a Política Municipal de Alfabetização;
II – elaborar estratégias de intervenção pedagógica;
III – acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes;
IV – promover ambiente alfabetizador;
V – incentivar a participação das famílias;
VI – registrar e acompanhar os resultados das avaliações;
VII – desenvolver projetos permanentes de incentivo à leitura e à escrita.

Seção II

Das Equipes Gestoras

Art. 26. Compete às equipes gestoras:

I – garantir a implementação desta Lei na unidade escolar;
II – acompanhar o planejamento pedagógico;
III – promover reuniões de acompanhamento da aprendizagem;
IV – assegurar o cumprimento das avaliações previstas;
V – fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação.

Seção III

Dos Coordenadores Pedagógicos

Art. 27. Compete aos coordenadores pedagógicos:

I – acompanhar o planejamento docente;
II – realizar observações em sala de aula;
III – promover devolutivas pedagógicas aos professores;
IV – apoiar a elaboração de intervenções pedagógicas;
V – acompanhar os indicadores de aprendizagem;
VI – promover estudos e formação em serviço;
VII – apoiar a recomposição das aprendizagens.

Seção IV

Dos Professores Alfabetizadores

Art. 28. Compete aos professores alfabetizadores:

I – planejar o ensino em consonância com o currículo municipal;
II – realizar avaliações diagnósticas e processuais;
III – acompanhar individualmente o desenvolvimento dos estudantes;
IV – desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;

V – registrar o desenvolvimento da aprendizagem;
VI – participar das formações continuadas;
VII – desenvolver estratégias de recomposição das aprendizagens;
VIII – realizar adaptação curricular para o aluno, sempre que necessário;
IX – manter diálogo permanente com as famílias acerca do desenvolvimento dos estudantes;
X – colaborar com os processos de monitoramento e avaliação promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO X
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 29. A participação das famílias constitui elemento essencial para o desenvolvimento das ações previstas nesta Lei, devendo ser incentivada pelas instituições de ensino por meio de estratégias permanentes de integração entre escola e comunidade.

Art. 30. As unidades escolares deverão promover ações voltadas à orientação e ao envolvimento das famílias no processo de alfabetização, dentre as quais:
I – reuniões pedagógicas;
II – oficinas e palestras;
III – projetos de incentivo à leitura no ambiente familiar;
IV – devolutivas periódicas sobre o desenvolvimento da aprendizagem;
V – atividades de integração entre escola, família e comunidade;
VI – outras ações definidas no Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Educação e as Escolas ou Centros Municipais de Educação poderão desenvolver campanhas e programas de incentivo à leitura, escrita e educação matemática, estimulando a participação das famílias e da sociedade na promoção da aprendizagem.

CAPÍTULO XI
DAS AVALIAÇÕES MUNICIPAIS E DO MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM

Art. 32. A Rede Municipal de Ensino realizará, de forma sistemática, avaliações diagnósticas, formativas e de monitoramento da aprendizagem, observados o currículo municipal, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

§1º As avaliações terão caráter eminentemente pedagógico e subsidiarão:
I – o planejamento docente;
II – a reorganização das práticas pedagógicas;
III – a recomposição das aprendizagens;
IV – a formação continuada;
V – a elaboração de políticas públicas educacionais.

§2º Sempre que possível, os resultados das avaliações municipais serão analisados em conjunto com os indicadores provenientes das avaliações estaduais e nacionais, visando ao planejamento integrado das ações da Rede Municipal de Ensino.

Art. 33. O monitoramento da aprendizagem compreenderá, entre outros instrumentos:
I – avaliações diagnósticas;
II – registros de acompanhamento individual dos estudantes;
III – observações em sala de aula;
IV – devolutivas pedagógicas;
V – conselhos de classe;
VI – indicadores educacionais;
VII – instrumentos municipais de acompanhamento da aprendizagem;
VIII – demais instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 34. A Instituição de Ensino elaborará relatórios periódicos de acompanhamento das turmas relacionadas a Política Municipal de Alfabetização, contendo análise dos indicadores educacionais, resultados alcançados, desafios identificados e estratégias de intervenção pedagógica.

CAPÍTULO XII
DO RECONHECIMENTO DAS BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 35. O Município poderá instituir programas permanentes de valorização e reconhecimento das boas práticas desenvolvidas pelas instituições de ensino e pelos profissionais da educação no âmbito da alfabetização.

Parágrafo único. O reconhecimento poderá ocorrer por meio de certificações, divulgação de experiências exitosas, mostras pedagógicas, premiações de caráter honorífico e outras formas de valorização profissional, vedada qualquer modalidade de premiação que implique remuneração não prevista em lei.

Art. 36. A Secretaria Municipal de Educação incentivará a produção, socialização e divulgação de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades escolares, visando ao fortalecimento da cultura colaborativa e da inovação pedagógica.

CAPÍTULO XIII
DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 37. A execução das ações previstas nesta Lei ocorrerá mediante recursos consignados no orçamento do Município, observadas as dotações próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38. O Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de parceria e outros instrumentos legais com a União, o Estado do Paraná, instituições públicas e privadas, fundações, universidades e organismos nacionais e internacionais, observada a legislação vigente, com o objetivo de fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 39. A implementação das ações previstas nesta Lei observará os princípios da eficiência administrativa, da responsabilidade fiscal e da gestão democrática, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CAPÍTULO XIV
DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA REVISÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 40. A Política Municipal de Alfabetização será objeto de acompanhamento permanente pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Comitê Municipal de Alfabetização, mediante análise dos indicadores educacionais, dos resultados das avaliações e das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino.

Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação promoverá, sempre que necessário, estudos técnicos destinados ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, assegurada a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar.

Art. 42. A Política Municipal de Alfabetização será revisada periodicamente, preferencialmente a cada quatro anos, ou sempre que houver alterações relevantes na legislação educacional nacional, estadual ou municipal, ou nas políticas públicas de alfabetização.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto, especialmente quanto:
I – à nomeação, organização e ao funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;
II – aos instrumentos de monitoramento da aprendizagem;
III – ao Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens - PMAA;
IV – aos procedimentos operacionais necessários à execução desta Lei.

Art. 44. As ações decorrentes desta Lei integrarão o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e deverão estar articuladas com:
I – o Plano Municipal de Educação;
II – o Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino;
III – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
IV – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – as políticas públicas estaduais e federais voltadas à alfabetização.

Art. 45. A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará os princípios da continuidade administrativa, da gestão democrática, da transparência, da eficiência e da garantia do direito à aprendizagem.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições desta Lei, da legislação educacional vigente e das normas expedidas pelos órgãos competentes.

Art. 47. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:93608D14

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.302, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025, que institui a Bonificação por Mérito de Resultado da Aprendizagem aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Lei, a Bonificação por Resultado da Aprendizagem, a ser paga aos servidores efetivos, aos contratados por tempo determinado e aos ocupantes de cargos em comissão, desde que estejam em efetivo exercício e lotados na Secretaria Municipal de Educação de Realeza, em decorrência do cumprimento das metas previamente estabelecidas, visando à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público da rede municipal."

Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Bonificação por Resultado da Aprendizagem será paga, em parcela única, no ano de divulgação do resultado do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, no mês subsequente à divulgação do resultado, aos servidores efetivos, contratados por tempo determinado e ocupantes de cargos em comissão que exerçam atividades e estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação - SME, observados os demais requisitos estabelecidos nesta Lei."

Art. 3º O § 3º do art. 3º da Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 3º A Bonificação por Resultado da Aprendizagem será fixada no valor de R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), constituindo valor nominal da bonificação e não estando vinculada ou indexada ao salário mínimo nacional, sendo eventual alteração de seu valor condicionada à edição de lei específica."

Art. 4º O art. 4º da Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Bonificação por Resultados não integra nem se incorpora aos vencimentos, salários ou remuneração dos beneficiários, não servindo de base para quaisquer outras vantagens, gratificações ou encargos."

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.214, de 03 de abril de 2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 11 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:1DBF4A86

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.099/2026 11/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora SALETE IVETE ZAMARCHI GROLLI, cadastrada sob a matrícula Nº 14901, ocupante do cargo Efetivo de Professor na data do dia 14/09/2026 e 15/09/2026para suprir o afastamento por atestado da servidora EGELUSA D AGOSTINI Matricula Nº 40311 em cargo Efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9859EBDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 33º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 15 de Setembro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Oficio nº325/2026 do Executivo Municipal + Parecer Técnico nº68/2026 (responde requerimento nº018/2026- Jonas)		
Oficio nº328/2026 do Executivo Municipal + Oficio nº297/2026 (responde requerimento nº017/2026- Antônio)		
Oficio nº329/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº040/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Requerimento nº023/2026 do vereador: Luiz Carlos de Souza Vieira Lopes **(**colocar em votação)		

ORDEM DO DIA

Leitura do parecer da reunião conjunta das comissões

Matéria em única discussão e votação:

Emenda Aditiva e Supressiva nº001/2026 ao Projeto de Lei nº 037/2026

Matéria em primeira discussão e votação:

Projeto de Lei nº037/2026 do Executivo Municipal (fórum municipal de educação) com Emenda
Projeto de Lei nº038/2026 do Executivo Municipal (incentivo/desenvolvimento econômico)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 22 de setembro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:8449040C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 009/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025

Em análise ao processo de **Dispensa por Justificativa nº 009/2026**, de 11 de setembro de 2026, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições a **Sra. FABIELI MANFREDI,** Prefeita Municipal, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo no Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: A contratação terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias.
VALOR DO CONTRATO: R$ 5.988,45 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).
OBJETO: **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LONAS, DESTINADAS À PROTEÇÃO PROVISÓRIA DAS COBERTURAS DE UNIDADES HABITACIONAIS, DIANTE DA PREVISÃO DE NOVAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS**.
FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.
CONTRATADO: **JP DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 14.396.540/0002-21, Avenida das Castanheiras, nº 81, cidade de Vitorino estado do Paraná.
CONTRATANTE: Município de Renascença - Paraná.

Renascença – Pr, 11 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:0F85DA08

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 231 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionado, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **28 de setembro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
13º	GISELE DATSKO DOS SANTOS LIMA	18/11/1991	53.75

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 28 de setembro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:64BB14F1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 305 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Angelica Patricia Bilibiu.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:

Concede licença para tratamento de saúde a servidora **Angelica Patricia Bilibiu,** matrícula nº 69801**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 01 de setembro de 2026 à 30 de outubro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:42662DDC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 EDITAL Nº 230 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025, Lei Municipal nº 1947 de 07 de maio de 2025, Lei Municipal nº 1950, de 21 de maio de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor 20h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
11º	Mariluce Vaz Scariot*	54,00
12º	Danieli Ronsoni Barbacovi*	50,00

* Candidata optante por final de fila
2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:9121E194

SECRETARIA DE SAÚDE
MINUTA DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PAS.

SECRETARIA DA SAÚDE DE RENASCENÇA

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Renascença torna pública a DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 002/2025.
AUTUADO: GABRIEL STIZ EIRELI / MERCADO LMS
CNPJ: 10.849.106/0001-18
ENDEREÇO: RUA PRUDENTE DE MORAES, Nº 74, CENTRO, RENASCENÇA-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração nº 002/2025 de 28/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso XXXIII e XLI regulamentada pelo decreto Estadual n° 5.711/02, Art. 543, inciso XLVII, c/c com a Lei Municipal Complementar n° 29, de 27 de maio de 2020.
INFRAÇÃO COMETIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso XXXIII e XLI.
XXXIII. manter condição de trabalho que cause dano à saúde do trabalhador.
(...)
XLI. fabricar ou fazer operar máquina, equipamento ou dispositivo que ofereça risco à saúde do trabalhador.
(...)
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS Nº 002/2025 transitou em julgado em 01ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA E PENA EDUCATIVA, com base na Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 55, inciso I, II, c/c Art. 56, c/c Decreto Estadual n° 5.711/02, Art.532, inciso I e II e Art. 533.

Publique-se e arquive-se.

Publicado por:
Letícia Dall'agnol Colla
Código Identificador:D828F998

SECRETARIA DE SAÚDE
MINUTA DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PAS.

SECRETARIA DA SAÚDE DE RENASCENÇA

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Renascença torna pública a DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 003/2025.
AUTUADO: K M FRITZ LTDA
CNPJ: 78.782.802/0001-98
ENDEREÇO: RUA NILO PECANHA, Nº 234, CENTRO, RENASCENÇA-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração nº 003/2025 de 11/04/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso III e IV, c/c Lei n° 6.360/1976, Art.53 e Art. 51 c/c Resolução n° 577/2013, Art.2. c/c RDC ANVISA n° 590/2014, Art.8.
INFRAÇÃO COMETIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso III e IV.
III. Operar estabelecimentos de produtos de interesse à saúde sem a devida assistência de responsável técnico legalmente habilitado.
(...)
IV. Realizar atividades relacionadas a produtos de interesse à saúde em descumprimento às normas legais e regulamentares pertinentes.
(...)
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS Nº 003/2025 transitou em julgado em 01ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA, com base na Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 55, inciso I, c/c Art. 56, c/c Decreto Estadual n° 5.711/02, Art.532, inciso I e Art. 533.

Publique-se e arquive-se.

Publicado por:
Letícia Dall'agnol Colla
Código Identificador:C93BAA71

SECRETARIA DE SAÚDE
MINUTA DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PAS.

SECRETARIA DA SAÚDE DE RENASCENÇA

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Renascença torna pública a DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 001/2025.
AUTUADO: MARCIA ELIZABETE MENEGOL
CPF: 012.670.130-01
ENDEREÇO: RUA LUIS CAOVILA, CRISTO REI, RENASCENÇA-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração nº 001/2025 de 28/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso XXXIII, XLI regulamentada pelo decreto Estadual n° 5.711/02, Art. 543, inciso XLVII, c/c com a Lei Municipal Complementar n° 29, de 27 de maio de 2020.
INFRAÇÃO COMETIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, inciso XXXIII, XLI. Art. 543, inciso XLVII.
XXXIII. Manter condição de trabalho que cause dano à saúde do trabalhador.
(...)
XLI. Fabricar ou fazer operar máquina, equipamento ou dispositivo que ofereça risco à saúde do trabalhador.
(...)
XLVII. Não adotar medidas preventivas de controle ou favorecer as condições para proliferação de vetores de interesse à saúde pública.
(...)
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS Nº 001/2025 transitou em julgado em 01ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA e PENA EDUCATIVA, com base na Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 55, inciso I, II, c/c Art. 8 e Art. 9, de acordo com os seguintes critérios cumulativos I, II e III, da Lei Municipal 2014.

Publique-se e arquive-se.

Publicado por:
Letícia Dall'agnol Colla
Código Identificador:BABF4301

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA 61/2026 - DESIGNA EQUIPE TÉCNICA

PORTARIA N° 61/2026

SÚMULA: INSTITUI E DESIGNA A EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RESERVA DO IGUAÇU.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 8 da lei Orgânica Municipal e legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Técnica Municipal da Política de Alfabetização, responsável pela coordenação, acompanhamento, monitoramento e implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º A Equipe Técnica Municipal da Política de Alfabetização será composta pelos seguintes servidores, conforme suas respectivas funções:
I – Coordenadora Municipal da Alfabetização: Janette Varnier dos Santos
II – Coordenadoras/Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Luciane Apª Mendes Balcota; Clarice Calixtro da Silva Ortiz; Leônidas Melo Santos
III – Articuladora Municipal do CNCA: Janette Varnier dos Santos
IV – Técnica Pedagógica: Márcia Malage

Art. 3º Compete à Equipe Técnica Municipal da Política de Alfabetização:
a) elaborar o planejamento anual;
b) acompanhar os indicadores de alfabetização;
c) organizar formações continuadas;
d) monitorar avaliações externas;
e) acompanhar a implementação do currículo;
f) assessorar as unidades escolares;
g) apoiar os professores;
h) monitorar os resultados; e
i) elaborar relatórios.

Art. 4º Os servidores designados por esta Portaria exercerão suas atribuições conforme as funções indicadas, sem prejuízo das demais atribuições inerentes aos respectivos cargos.

Art. 5º A Equipe Técnica Municipal deverá manter os registros e relatórios necessários à comprovação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, inclusive para fins de acompanhamento do Selo Nacional Compromisso com a Criança Alfabetizada – Edição 2026.

Art. 6º Integra esta Portaria, para fins de registro e acompanhamento, o Relatório Técnico da estrutura e composição da Equipe Técnica Municipal da Política de Alfabetização, constante do Anexo I.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 10 de Setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I - RELATÓRIO TÉCNICO – EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO
Identificação
• Município de Reserva do Iguaçu
• Secretaria Municipal de Educação e Cultura
• Ano de referência: 2026

1. Descrição da estrutura
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura possui estrutura administrativa e pedagógica específica destinada à implementação da Política Municipal de Alfabetização, composta por equipe técnica responsável pelo planejamento, formação, monitoramento e acompanhamento das ações voltadas à alfabetização das crianças.

2. Composição da equipe

Cargo/Função	Quantidade
Secretário Municipal de Educação e Cultura	1
Coordenador Municipal da Alfabetização	1
Coordenador Pedagógico	3
Técnico Pedagógico	1
Articulador do CNCA	1
Total	7

3. Atribuições gerais
• planejar ações da política de alfabetização;
• acompanhar indicadores;
• organizar formação continuada;
• acompanhar avaliações;
• apoiar professores;
• monitorar resultados;
• elaborar relatórios.

4. Organograma
Secretário Municipal de Educação
↓
Coordenador Municipal da Alfabetização
↓
Coordenadores Pedagógicos
↓
Técnicos Pedagógicos
↓
Articulador do CNCA
↓
Escolas Municipais

5. Número total de cargos e servidores
A estrutura é composta por 7 servidores formalmente designados.

6. Regime de trabalho

Cargo	Carga horária	Dedicação à alfabetização
Coordenador	40 horas	Integral
Técnico	40 horas	Integral
Pedagogo	40 horas	Integral

7. Declaração
Declaro que os servidores acima relacionados encontram-se formalmente designados para atuação na Política Municipal de Alfabetização durante o período de referência do Selo Nacional Compromisso com a Criança Alfabetizada – Edição 2026.

Reserva do Iguaçu, 10 de setembro de 2026.

DANIELE CRISTINA CALDAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:0F032C83

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 887/2026

DECIMO RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 887/2026

O Agente de Contratação, Sra. Luciana Antunes Pereira, torna público o resultado do julgamento realizado na primeira reunião que aconteceu no dia 11 de setembro de 2026, e a lista atualizada de credenciados no credenciamento nº 002/2026, decorrente do processo nº 887/20269, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPITEIRO, SERRALHEIRO, ROÇADOR, CALHEIRO E ELETRECISTA PREDIAL L"**, conforme a seguir:

Lista de Micro empresas Individuais Classificadas no chamamento público nº 002/2026

ITEM 001 - SERVIÇOS DE PEDREIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
25º	ELIANE DE OLIVEIRA DE PAULA CNPJ: 68.895.711/0001-05

ITEM 004 - SERVIÇOS DE CARPINTEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
23º	ELIANE DE OLIVEIRA DE PAULA CNPJ: 68.895.711/0001-05
ITEM 005 - SERVIÇOS DE PINTOR	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
24º	ELIANE DE OLIVEIRA DE PAULA CNPJ: 68.895.711/0001-05
ITEM 008- SERVIÇOS DE CERQUEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
11º	ELIANE DE OLIVEIRA DE PAULA CNPJ: 68.895.711/0001-05

Reserva do Iguaçu,11 de setembro de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Agente de Contratação

SUELI LIMA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

ALESSANDRO DOS ANJOS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:B3D129E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA Nº15/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 15/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL – CNPJ nº 77.774.552/0001-81
CONTRATADA: THIAGO TAFAEL KOLICHESKI ME - CNPJ nº 20.938.744/0001-69

OBJETO: Aquisição de duas poltronas individuais para a Câmara Municipal de Rio Azul.
VALOR: R$ 3.580,00 (três mil quinhentos e oitenta reais)
PRAZO DE FORNECIMENTO: 11/09/2026 à 11/03/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

Rio Azul, 11 de setembro de 2026.

JUSSARA MARTINS
Presidente da Camara

THIAGO TAFAEL KOLICHESKI
Representante Legal da Contratada

Publicado por:
Rosa Veridiana Duda
Código Identificador:D4D26160

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO
Considerando o recebimento de propostas e da documentação para fins de credenciamento, a Comissão de Contratação reunir-se-á no dia 16/09/2026, às 08h30min, na sede da Secretaria Municipal de Administração, para análise e julgamento da documentação e das propostas apresentadas pelos interessados.
Os envelopes e documentos recebidos até as 17h do dia 15/09/2026 serão incluídos na referida análise, permanecendo o credenciamento aberto para o recebimento de novos interessados durante o período estabelecido no edital.
O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente por meio do site oficial do Município: www.rioazul.pr.gov.br, ou pessoalmente junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR

Rio Azul, 11 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:EDDDDCEA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO AZUL - ESTADO DO PARANÁ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL - APAE - VISANDO O REPASSE DE VALORES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DE USO GERAL, MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS PLACAS DE TATAME, MATERIAIS TERAPÊUTICOS E SENSORIAIS SENDO: PAINÉIS SENSORIAIS, MATERIAIS DE COORDENAÇÃO MOTORA, TAMBÉM MATERIAIS PARA HIDROTERAPIA, JOGOS DE MONTAR E ENCAIXE, BRINQUEDOS EDUCATIVOS DIVERSOS PARA O USO CONFORME DEMANDA E NECESSIDADES DOS ALUNOS FREQUENTADORES DESTINADOS NO ATENDIMENTO DE 85 USUÁRIOS DA APAE DE RIO AZUL-PR, COM RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA IMPOSITIVA Nº 01/2025 DO LEGISLATIVO MUNICIPAL – ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE RIO AZUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Guilherme Pereira, nº 482, inscrito no CNPJ nº 75.963.256/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **LEANDRO JASINSKI**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Cédula de Identidade nº 8.554.510-8 - SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 049.075.609-31, residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, nº 1907, MD 01, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-100, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.046.265/0001-18, com sede na Rua Cafiero Corsi, nº 196, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-410, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **FRANCISCO MARCIO VERONEZ**, brasileiro, casado, Empresário, portador da Cédula de Identidade/RG nº 4.176.855-0 SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 696.568.789-49, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 77, centro, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-650, doravante denominada de **ENTIDADE**.

FUNDAMENTO LEGAL: Com fulcro no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Estadual, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 13.019/2014, de 31/07/2014, do Decreto Municipal nº 23/2017, de 31/01/2017, Lei Orgânica Municipal, Emenda Impositiva nº 01/2025 consoante ao processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2026 e demais atos normativos do Poder Público.
OBJETO: Termo de Fomento em regime de mútua cooperação, com repasse de valores financeiros em favor da entidade APAE de Rio Azul-PR, em cumprimento a execução da Emenda Impositiva nº 01/2025, destinação na aquisição de materiais de limpeza de uso geral, materiais educativos e esportivos placas de tatame, materiais terapêuticos e sensoriais sendo: painéis sensoriais, materiais de coordenação motora, também materiais para hidroterapia, jogos de montar e encaixe, brinquedos educativos diversos para o uso conforme demanda e necessidades dos alunos frequentadores destinados no atendimento de 85 usuários da APAE de Rio Azul, conforme detalhado pela entidade em Plano de Trabalho apresentado à Gestão Pública, sendo documento aprovado e integrante indissociável da parceria.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: O valor do presente termo será de **R$ 99.345,03 (noventa e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais e três centavos),** cujo montante obriga o **MUNICÍPIO** a proceder ao repasse para a **ENTIDADE**, nas seguintes condições: **A) RECURSOS MUNICIPAIS: EMENDA IMPOSITIVA Nº 01/2025 – Legislativo Municipal** - Orçamento da Secretaria de Saúde, Unidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R$ 99.345,03 (noventa e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais e três centavos), a ser repassado de acordo com o cronograma de desembolso previsto em plano de trabalho e aplicação apresentado pelo CONVENENTE em versão definitiva e aprovado pela gestão pública concomitantemente a assinatura do Termo entre as partes, sendo documento integrante e indissociável da parceria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
Exercício	Conta	Funcional Programática	Fonte Secretaria
2026	3270	07.001.10.301.1001.2048. 3.3.50.43.00.00	303 Saúde

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: A partir da data da assinatura entre as partes do Termo de Fomento à 06/01/2027.
DATA DE ASSINATURA: 09/09/2026.

LEANDRO JASINSKI	***FRANCISCO MARCIO VERONEZ***
Prefeito Municipal	Presidente

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:EFE0EB4D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 19/2025
EDITAL PSS Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: LUIZ FERNANDO ANTONIO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 16 de março de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
LUIZ FERNANDO ANTONIO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:BE47D91F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder ao servidor **NIVALDO MAZUR**, matrícula n° 790-1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 21 (vinte e um) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de julho de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:E86D01F7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder ao servidor **NIVALDO MAZUR**, matrícula n° 790-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 06 (seis) meses de licença especial, a partir de 01 de setembro 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:47DBC48C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 175/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1021/2020, em seu artigo nº 55,
RESOLVE:
Conceder a servidora **CLEIDE FERREIRA DA SILVA,** matrícula 339-1, abono de permanência por haver completado os requisitos de Aposentadoria Especial de Magistério, em 01/09/2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 10 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:BAFFF114

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRONICA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

O Presidente da Câmara Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **21/09/2026,** às **09:00 horas** no endereço eletrônico www.bnc.org.br a disputa eletrônica, regulamentada pela Lei Federal n° 14.133/21 e conforme especificado no Edital de Licitação, na modalidade Dispensa Eletrônica. **Objeto:** aquisição de uma máquina de lavar com capacidade mínima de 12 kg, lavadora de alta pressão e fogão doméstico. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos:www.bnc.org.br e www.cmriobrancodoivai.pr.gov.br por meio de seus portais.

RIO BRANCO DO IVAI, 11 de Setembro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Camila Chevonica Martins Karolus
Código Identificador:703DCAAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 147/2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Orgânica Municipal, de 09 de dezembro de 2002, art. 61º inciso XXII e considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e de seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:
I - promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II - utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III - acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV - acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V - promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI - contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável, assegurando atenção integral à pessoa;
VII - acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado;
VIII - participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.

Art. 3º O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá apoio técnico e administrativo para seu funcionamento.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I - identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável

da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;
II – apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, às pessoas idosas; e
III – informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, às pessoas idosas.

Art. 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:

I – Conselho Municipal do Idoso:
Titular: Antonia Sydorak Alves;
Suplente: Marisa da Silveira.

II – Representante da Proteção Social Básica do SUAS:
Titular: Leonice Gritti Duarte;
Suplente: Vanessa Antunes Rodrigues Frank.

III – Representante da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS:
Titular: Simone Moreira;
Suplente: Franciane de Fátima Passemko Alves.

IV – Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Édina Regina dos Santos;
Suplente: Priscila do Prado.

V – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
Titular: Luisiane Kraschinski;
Suplente: Gabriel Dlugosz Martins.

VI – Secretaria Municipal Esportes e Lazer**:**
Titular: Marcelo Westarb;
Suplente: José Leocádio dos Santos Júnior.

VII – Representante das Associações de Terceira Idade:
Titular: Neldi Alves Sakagami;
Suplente: Darci Alves de Oliveira.

VIII – Representante das Instituições de Longa Permanência:
Titular: Joseane Cidral;
Suplente: Rudinei da Silva Lezan.

§1º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório conhecimento e atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.
§2º O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenação.

Art. 6º O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B2D49F58

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 972/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 8 a 22 de setembro de 2026 e de 29 de março a 12 de abril de 2027, referente ao seu 3º (terceiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Josiane Maria dos Santos Grah*****,** com matrícula nº 1749-3/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 10 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AB23FA85

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 973/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 9 de setembro de 2026, a servidora pública ***Edina Regina dos Santos***, com matrícula nº 109289-4/2, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Assessora Técnica do Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral", símbolo CC-3A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de setembro de 2026.

Rio Negro, 10 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:786D079D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 974/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de setembro do corrente, gratificação de função - FG-4, sobre os vencimentos básicos, ao servidor municipal ***Sidney Itamar Wolter,*** matrícula nº 0313-1/1, em virtude de o servidor estar exercendo a função de Encarregado do Gabinete de Assessoramento, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026

Art. 3º Revogar a Portaria nº 119, de 17 de janeiro de 2025.

Rio Negro, 10 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AC69572A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 975/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 077, de 18 de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 096, de 3 de agosto de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 8 de setembro do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Ana Paula Ressel Hartinger***, com matrícula nº 110181-7/2, para o cargo de "Fisioterapeuta", área de atuação: Escola Municipal de Educação Especial "Tia Apolônia", com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 077, de 2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:49FD7743

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 976/2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Nutricionista A, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear, a partir de 10 de setembro do corrente, ***Graciele dos Santos Ienger,*** matrícula nº 110237-9/1, para o cargo de "Nutricionista A", por 20 (vinte) horas semanais, nível IV – A inicial, percebendo mensalmente R$ 1.983,41 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos), lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2026.

Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6ECE0781

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 977/2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Assistente Social A, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 10 de setembro do corrente, ***Edina Regina dos Santos,*** matrícula nº 109289-4/3, para o cargo de "Assistente Social A", por 30 (trinta) horas semanais, nível IV- A Inicial, percebendo mensalmente R$ 3.966,82 (três mil, novecentos dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2026.

Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9ABC4777

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 978/2026

Dispõe sobre a manutenção da redução de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 32-A, 32-B, 32-C e 32-D, da Lei nº 1318, 05 de dezembro de 2002; e considerando o contido no processo digital nº 18142/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Manter, a partir de 1º de outubro do corrente, a redução da carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de remuneração, da servidora municipal ***Patrícia Rosana de Lima,*** com matrícula nº 1976-3/2, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.
Parágrafo único. A redução de carga horária inicial foi concedida pela Portaria nº 1539, de 30 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9E51FD3D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO III REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026
CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando

a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
4°	67.121.976 SILVIO NIOTTIN JUNIOR	67.121.976/0001-93	02/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:AF607375

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 271/2026

CONVOCAÇÃO Nº 271/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO dos candidatos **APROVADOS** constantes nesta convocação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024, para se apresentarem na Secretaria, conforme Anexo I, para tomar posse do cargo.

Rolândia, 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
APROVADOS
Data: 11/09/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio – Avenida Presidente Bernardes, 809 - Centro, CEP 86.600-067, Rolândia - PR

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.338-33	JOÃO VICTOR PEDROSA MARCOLINI	TGM-A

Data: 11/09/2026
Horário: 13:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Finanças – Avenida Presidente Bernardes, 809 - Centro, CEP 86.600-067, Rolândia - PR

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.145-78	PALOMA MOREIRA DA SILVA	TGM-A

Data: 11/09/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Avenida Presidente Bernardes, 809 - Centro, CEP 86.600-067, Rolândia - PR

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.141-40	PAULO HENRIQUE VICENTE PEREIRA DE SOUZA	TGM-A

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AF7C5BD9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 272/2026

CONVOCAÇÃO Nº 272/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO dos candidatos **APROVADOS** constantes nesta convocação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024, para se apresentarem na Secretaria, conforme Anexo I, para tomar posse do cargo.

Rolândia, 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
APROVADOS

Data: 16/09/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.154-56	LETICIA SUFFI	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.266-52	ALINE JANAINA QUINHONE DA SILVA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.259-29	VITORIA HELENA MARÇAL DA SILVA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS

Data: 16/09/2026
Horário: 15:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.286-00	SILMARA REGINA DA COSTA SILVA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 30 HORAS
014.703.302-45	SUELLEN GIROLDO	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 30 HORAS

Data: 17/09/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.317-64	NEIDE GAVIÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 40 HORAS
014.703.157-17	NATALIA CAROLINE DA SILVA DIAS	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 40 HORAS
014.703.336-35	RAFAELA CARVALHO DIAS	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 40 HORAS

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:3D47CDA3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.060/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **CELIA TOMOE NASU DE TANAKA,** matrícula 33847-8/1, admitido (a) em **27/04/2015**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**10/09/2026 a 09/10/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 30.430/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 08 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:894CA243

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.061/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **MARIA BERNADETE DA SILVA MASSEI,** matrícula 32633-0/1, admitido (a) em **23/07/2007**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**31/08/2026 a 29/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 29.616/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 08 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:0A668C8E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.063/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **CLEUSA TEODORO DA SILVA,** matrícula 886-9/1, admitido (a) em **14/05/1990**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**08/09/2026 a 07/10/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 28.136/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:ACF83993

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.064/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **ROSELI GONÇALVES SOARES,** matrícula 33275-5/1, admitido (a) em **09/04/2012**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**01/09/2026 a 30/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 24.822/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:CDC72130

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.065/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **IOLINDA OLIMPIO DE ANDRADE FERREIRA,** matrícula 33327-1/1, admitido (a) em **02/07/2012**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**01/09/2026 a 30/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 26.728/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D1331BB3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.066/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **TANIA MARILIA VIEIRA DA SILVA DOS SANTOS,** matrícula 33508-8/1, admitido (a) em **23/04/2013**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**01/09/2026 a 30/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 27.035/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:7FF9F37E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.067/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **CLARICE CASALOTTI,** matrícula 337253-7/1, admitido (a) em **01/04/2016**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**01/09/2026 a 30/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 17.841/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5B7FBC76

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.068/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **DEVANSIR ROSA DE SOUZA,** matrícula 32676-3/1, admitido (a) em **03/08/2007**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**01/09/2026 a 30/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 22.544/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8AD6FF0D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.069/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **SANDRA MARIA RIBEIRO DA SILVA,** matrícula 32831-6/1, admitido (a) em **01/07/2008**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**08/09/2026 a 07/10/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 25.700/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E44FFA43

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.070/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **REGIANE PEREIRA DE CAMPOS,** matrícula 32823-5/1, admitido (a) em **01/07/2008**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**08/09/2026 a 07/10/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 25.693/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4B8DB0C6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.072/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **LUCIANA LINHARES MACHADO MAIELLO,** matrícula **1521-0/1,** ocupante do cargo de **Professor de Ensino Básico 20h,** admitido (a) em 08/02/1995, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, o **ABONO PERMANÊNCIA,** por ter completado os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição e por permanecer em atividade, de acordo com o com Artigo 40, § 1º, III, "a" com § 5º da Constituição Federal, a partir de **02/04/2024,** conforme pedido protocolado sob nº 25.916/2026, com efeitos retroativos**.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:70BB5F10

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.076/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ATRIBUIR ao (a) Servidor (a) desta municipalidade, **RUBENS LEONARDI**, matrícula **30842-0/1,** no cargo de **Agente de Gestão Municipal D,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **Extensão de Carga Horária de 30h para 40h semanais,** no período de **27/07/2026 a 15/12/2026**, de acordo com o memorando 1.032/2026, com efeitos retroativos.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:611A791A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.077/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARLI APARECIDA GIMENEZ MINIELLO,** matrícula 378555-6/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **24/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4E71735D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.078/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.127/2026;
Considerando a portaria n.º 34.585/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **TAHIANA KONIG**, matrícula 377663-8/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.585/2025 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 11/09/2026 a 09/12/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AE0B70DB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.079/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.175/2026;
Considerando a portaria n.º 34.563/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MEIRE ANTONIA CHAMPAM DE FREITAS**, matrícula 377630-1/5, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.563/2025 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 07/09/2026 a 05/12/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:36DD000B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.080/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.173/2026;
Considerando a portaria n.º 34.568/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **CAMILA SANTANA BORGES**, matrícula 377645-0/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.568/2025 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 06/09/2026 a 04/12/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:07F77384

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.081/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.171/2026;
Considerando a portaria n.º 34.559/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ROSANA DONIZETE LOVATO**, matrícula 377839-8/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.559/2025 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 06/09/2026 a 04/12/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:C797E821

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.082/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.063/2026;
Considerando a portaria n.º 34.561/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FRANCYELLE CALEFI MARTINS PERRI**, matrícula 377959-9/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.561/2026 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 23/08/2026 a 20/11/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8992D347

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.083/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.061/2026;
Considerando a portaria n.º 34.557/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **AGUINALDO FELIPE DE ARAÚJO**, matrícula 377172-5/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.557/2026 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de 23/08/2026 a 20/11/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:71CE676A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PUBLICAÇÃO Nº 268/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

PUBLICAÇÃO Nº 268/2026

RETIFICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS Nº 267/2026

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO do **ANEXO I** da convocação Nº 267/2026 com a **exclusão da convocação para o cargo de Técnico de Saúde Pública C – Técnico em Higiene Dental**.

ONDE SE LÊ

Cargo: Técnico de Gestão Municipal A – Administrativo

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
277	014.703.146-03	VICTORIA CARVALHO DA SILVA 2	02/10/2026	13:30
297	014.703.248-44	YASMIN VITÓRIA DAS NEVES DA SILVA 2	02/10/2026	13:30
83	014.703.222-66	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	02/10/2026	13:30

Cargo: Técnico de Saúde Pública C – Técnico em Higiene Dental

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
9	014.703.225-02	SIMONE DE ARAÚJO CARRASCO	02/10/2026	13:30

LEIA-SE

Cargo: Técnico de Gestão Municipal A – Administrativo

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
277	014.703.146-03	VICTORIA CARVALHO DA SILVA 2	02/10/2026	13:30
297	014.703.248-44	YASMIN VITÓRIA DAS NEVES DA SILVA 2	02/10/2026	13:30
83	014.703.222-66	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	02/10/2026	13:30

Rolândia, 01 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:441B3C72

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PUBLICAÇÃO Nº 269/2026

PUBLICAÇÃO Nº 269/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CANDIDATOS ELIMINADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **ELIMINAÇÃO** do candidato abaixo relacionados, do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
014.703.155-41	CAROLINE REMEDI	ASSISTENTE SOCIAL	DESISTÊNCIA D VAGA ATRAVÉS DO PROTOCOLO Nº 31.884/2026

Rolândia, 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:C9621779

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 451, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas nas Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 116 Transporte Escolar - PNATE/SEED, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 09/2026	*** Excesso de Arrecadação no Exercício
212	1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	Programa Estadual de Transporte Escolar Municipios - PETE/PR	1.458.000,00	1.790.090,54	332.090,54
TOTAL			**1.458.000,00**	**1.790.090,54**	**332.090,54**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.360 de 19 de dezembro 2025;					
** Arrecadado até 09/2026;					
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.					

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 332.090,54 (Trezentos e trinta e dois mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.01.12.361.0008.6.038	3.3.90.33.00.00.00	116	R$ 332.090,54
TOTAL			**R$ 332.090,54**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 332.090,54 (Trezentos e trinta e dois mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos),** oriundos da Fonte de Recursos: 116 Transporte Escolar - PNATE/SEED.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 332.090,54 (Trezentos e trinta e dois mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
08.01	3.3	116	Setembro	R$ 332.090,54
TOTAL				**R$ 332.090,54**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:7C3C2A88

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 13/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL- SOAME , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014
CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Municipal nº 02/2025, de autoria do Vereador Vilmar Boy**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade **SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL- SOAME**, CNPJ nº **04.547.715/0001-10**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 20.000,00**.

Objeto
Promover o desenvolvimento artístico e cultural de crianças e adolescentes de 06 a 16 anos por meio da formação de grupos instrumentais e ampliação de vagas nas atividades musicais e atividades culturais oferecidas.
Metas
1. Ampliação do número mensal de crianças e adolescentes atendidos mantendo frequência mínima de 75%. Ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos, hoje de cerca de 90 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 16 anos e suas famílias, que poderão vir de bairros vizinhos, alcançando ainda mais crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.
2. Ampliação do número mensal de jovens e adultos atendidos: A oferta de aulas noturnas visa oferecer a pelo menos 15 pessoas moradoras das proximidades mensalmente nas oficinas de música no período noturno.

3. Ampliação da oferta mensal de aulas de educação musical: O número de aulas e horas aulas oferecidas em educação musical deverá aumentar em 25%, contando o período diurno e noturno.
4. Montagem de grupos musicais: As aulas oferecidas com os instrumentos musicais adquiridos terão como objetivo a montagem de pelo menos um grupo musical de crianças e adolescentes e/ou adultos, com oferta de apresentações ao público local ou regional.
5. Promover no mínimo 03 apresentações de eventos comunitários durante o período de execução, incentivando a participação familiar e comunitária.
6. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com a realização de reuniões periódicas e ações coletivas com as famílias.
7. Aquisição dos equipamentos listados, como meta de investimento para ampliação de vagas nas oficinas, sendo eles: 02 TUBAS HARMONICS ¾ 3 PISTOS Bb HBBL 332L

Valor
R$ 20.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
09/09/2026
Término
31/08/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 14 - Secretaria Mun. De Cultura E Turismo
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal Da Cultura - FMC
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 0014 - Geração Cultura
Atividade: 1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura
Funcional Programática: 13.392.0014.1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura Elemento de Despesa: 4.4.50.42.00.00.00 - Auxílios
Dotação: 15922
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.
Rolândia, 09 de setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:985E291F

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 14/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL- SOAME , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Municipal nº 07/2025, de autoria do Vereador João Ardigo**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade **SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL- SOAME**, CNPJ nº **04.547.715/0001-10**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 30.000,00**.

Objeto
Promover o desenvolvimento artístico e cultural de crianças e adolescentes de 06 a 16 anos por meio da formação de grupos instrumentais e ampliação de vagas nas atividades musicais e atividades culturais oferecidas.
Metas
1. Ampliação do número mensal de crianças e adolescentes atendidos mantendo frequência mínima de 75%. Ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos, hoje de cerca de 90 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 16 anos e suas famílias, que poderão vir de bairros vizinhos, alcançando ainda mais crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. 2. Ampliação do número mensal de jovens e adultos atendidos: A oferta de aulas noturnas visa oferecer a pelo menos 15 pessoas moradoras das proximidades mensalmente nas oficinas de música no período noturno. 3. Ampliação da oferta mensal de aulas de educação musical: O número de aulas e horas aulas oferecidas em educação musical deverá aumentar em 25%, contando o período diurno e noturno. 4. Montagem de grupos musicais: As aulas oferecidas com os instrumentos musicais adquiridos terão como objetivo a montagem de pelo menos um grupo musical de crianças e adolescentes e/ou adultos, com oferta de apresentações ao público local ou regional. 5. Promover no mínimo 03 apresentações de eventos comunitários durante o período de execução, incentivando a participação familiar e comunitária. 6. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com a realização de reuniões periódicas e ações coletivas com as famílias. 7. Aquisição dos equipamentos listados, como meta de investimento para ampliação de vagas nas oficinas - (03) Bombardino Euphonium Harmonics HEU1140L 4 Pistos; (02) Flugelhorn ZFH-600 Bb; (03) Trompete Harmonics Bb HTR 300L; (02) Violino ZLM; (01) Refletor LED 100W 6.500K Bivolt; Relé Foto Elétrico 500W Bivolt; Cabo Flex 1,5 MMBC 750V; Curva PVC Cinza 1/2 sem rosca; Eletroduto PVC rígido 1/2 CZ/S rosca; Fita Isolante P22 10M; Luva PVC 1/2 CZ/S rosca.

Valor
R$ 30.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
09/09/2026
Término
31/08/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 14 - Secretaria Mun. De Cultura E Turismo
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal Da Cultura - FMC
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 0014 - Geração Cultura
Atividade: 1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura

Funcional Programática: 13.392.0014.1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura Elemento de Despesa: 4.4.50.42.00.00.00 - Auxílios
Dotação: 15922
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.
Rolândia, 09 de setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:02FEBA2A

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 15/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA BANDA INTEGRAÇÃO- ACREBI , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Municipal nº 07/2025, de autoria do Vereador João Ardigo**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade, CNPJ nº **72.530.207/0001-89**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 20.000,00**.

Objeto
Fortalecer a formação musical e o desenvolvimento sociocultural de crianças e adolescentes atendidos pela ACREBI – Associação Cultural e Recreativa Banda Integração, por meio da qualificação das atividades pedagógicas, ampliação das condições estruturais e aprimoramento dos recursos utilizados nas práticas musicais, ensaios e apresentações.
Valor
R$ 20.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
09/09/2026
Término
31/08/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 14 - Secretaria Mun. De Cultura E Turismo
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal Da Cultura - FMC
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 0014 - Geração Cultura
Atividade: 1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura
Funcional Programática: 13.392.0014.1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura Elemento de Despesa: 4.4.50.42.00.00.00 - Auxílios
Dotação: 15922
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.
Rolândia, 09 de setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:CE9B55D2

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 16/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA BANDA INTEGRAÇÃO- ACREBI , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014
CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Municipal nº 01/2025, de autoria do Vereador Gesiel Araújo**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade, CNPJ nº **72.530.207/0001-89**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 30.000,00**.

Objeto
Fortalecer a formação musical e o desenvolvimento sociocultural de crianças e adolescentes atendidos pela ACREBI – Associação Cultural e Recreativa Banda Integração, por meio da qualificação das atividades pedagógicas, ampliação das condições estruturais e aprimoramento dos recursos utilizados nas práticas musicais, ensaios e apresentações.
Metas
Atender diretamente, por meio do fortalecimento da estrutura pedagógica e instrumental da ACREBI, no mínimo 72 crianças e adolescentes participantes das atividades regulares da Banda Integração e da Orquestra de Câmara, beneficiados pela utilização compartilhada dos instrumentos e materiais permanentes adquiridos com esta emenda. Os bens serão utilizados em sistema de rodízio entre os grupos, em períodos distintos de ensaios e atividades, ampliando sua utilização e garantindo melhores condições para a formação musical, o desenvolvimento técnico e as apresentações culturais. Como se trata de um serviço de natureza continuada, a meta refere-se ao atendimento mínimo garantido no período de execução, com potencial de ampliação ao longo do tempo. Além do atendimento direto, prevê-se a realização de, no mínimo, 01 (uma) apresentação pública ao final do período de execução, como forma de demonstração dos resultados alcançados.

Aquisição de 1 Trompa F/BB; 1 Bateria Completa; 40 estantes de partitura; Baquetas para Tímpano; Baquetas de Marimba.
Valor
R$ 30.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
09/09/2026
Término
31/08/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 14 - Secretaria Mun. De Cultura E Turismo
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal Da Cultura - FMC
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 0014 - Geração Cultura
Atividade: 2.072 - Manutenção Das Ações De Incentivo A Cultura
Funcional Programática: 133.392.0014.2.072 - Manutenção Das Ações De Incentivo A Cultura Elemento de Despesa: 4.4.50.42.00.00.00 - Auxílios
Dotação: 18120
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.
Rolândia, 09 de setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:34016FDF

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 17/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL – ODC , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014
CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Municipal nº 08/2025, de autoria do Vereador Rodrigão**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade **ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL – ODC**, CNPJ nº **09.139.665/0001-55**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 50.000,00**.

Objeto
Fortalecimento e a ampliação das atividades da orquestra, com a realização de aulas de formação musical, visando aprimorar o ensino e ampliar o atendimento a crianças, adolescentes e jovens.
Metas
Realização de aulas semanais de formação musical, com média de 12 encontros mensais por turma; Atendimento contínuo aos alunos matriculados na orquestra; Realização de, no mínimo, 04 ensaios geral mensal; Acompanhamento técnico e pedagógico dos participantes; Realização de pelo menos 01 apresentação cultural a cada 2 meses; Monitoramento da frequência e evolução dos alunos.
Aquisição de 01- Carrilhão 36N Alumínio; 02- Trompa GGFH-250; 01- Violino 4/4 GGVL-150; 04- Violino 4/4 GGVL-500; 02- Violoncelo 4/4 GGCE-500 Alfa; 02- Trombone de Vara GGZB-200 em Si; 01- Violino 4/4 GGVL-300; 02- Viola de Arco GGVA-500 4/4 16pol Alfa; 01- Pedestal para Carrilhão.
Valor
R$ 50.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
09/09/2026
Término
31/08/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 14 - Secretaria Mun. De Cultura E Turismo
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal Da Cultura - FMC
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 0014 - Geração Cultura
Atividade: 1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura
Funcional Programática: 13.392.0014.1.062 - Investimentos Do Fundo Municipal De Cultura Elemento de Despesa: 4.4.50.42.00.00.00 - Auxílios
Dotação: 15922
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.

Rolândia, 09 de setembro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:60DEC2A3

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 17/2026

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	17/2026
Processo Adm.	12.892/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 08/2025 (Rodrigão) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014

II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de CULTURA
Convenente	ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL
CNPJ Convenente	09.139.665/0001-55
Presidente/Representante	Presidente: Alechandre Pereira dos Santos
III. OBJETO	
Descrição	o fortalecimento e a ampliação das atividades da orquestra, com a realização de aulas de formação musical, visando aprimorar o ensino e ampliar o atendimento a crianças, adolescentes e jovens.
Serviço/Meta 1	Realização de aulas semanais de formação musical, com média de 12 encontros mensais por turma; Atendimento contínuo aos alunos matriculados na orquestra; Realização de, no mínimo, 04 ensaios geral mensal; Acompanhamento técnico e pedagógico dos participantes; Realização de pelo menos 01 apresentação cultural a cada 2 meses; Monitoramento da frequência e evolução dos alunos. — 01- Carrilhão 36N Alumínio; 02- Trompa GGFH-250; 01- Violino 4/4 GGVL-150; 04- Violino 4/4 GGVL-500; 02- Violoncelo 4/4 GGCE-500 Alfa; 02- Trombone de Vara GGZB-200 em Si; 01- Violino 4/4 GGVL-300; 02- Viola de Arco GGVA-500 4/4 16pol Alfa; 01- Pedestal para Carrilhão.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 50.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de setembro de 2026 / Término: 31 de agosto de 2027
Data de Assinatura	8 de setembro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	14
Funcional Programática	13.392.0014.1.062
Fonte / Dotação nº	0 / 15922
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Buna Suelen Santos de Moraes — Portaria 3.243/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3242/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária de Cultura

ALECHANDRE PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Rolândia/PR, 8 de setembro de 2026 · Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:6897DD8F

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.411, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Institui diretrizes para a Política Municipal de Conscientização, Valorização e Preservação do Patrimônio Público, denominada "Se é de Rolândia, é Meu Também", e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica instituída a diretrizes, no âmbito do Município de Rolândia, diretrizes para a Política Municipal de Conscientização, Valorização e Preservação do Patrimônio Público, denominada "Se é de Rolândia, é Meu Também", com a finalidade de incentivar a participação da sociedade na conservação, proteção e valorização dos bens públicos municipais.

Art. 2º São objetivos da Política Municipal:

I – promover o sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio público;

II – incentivar a preservação dos espaços públicos destinados ao esporte, lazer, cultura, educação e convivência social;

III – estimular a participação da comunidade na conservação dos bens públicos;

IV – promover ações educativas voltadas à cidadania, ao respeito ao patrimônio público e à prevenção do vandalismo;

V – fortalecer a cooperação entre o Poder Público e a sociedade civil na proteção do patrimônio municipal.

Art. 3º Constituem diretrizes da Política Municipal:

I – incentivo às campanhas de conscientização;

II – valorização das iniciativas comunitárias de preservação dos espaços públicos;

III – estímulo à participação das instituições de ensino, associações de moradores, entidades sociais e demais organizações da sociedade civil;

IV – promoção da educação patrimonial como instrumento de cidadania.

Art. 4º Para os fins desta Lei, consideram-se patrimônio público municipal, entre outros:

I – praças;

II – parques;

III – academias ao ar livre;

IV – playgrounds;

V – quadras esportivas;

VI – unidades do Programa Meu Campinho;

VII – prédios públicos;

VIII – demais bens pertencentes ao Município.

Art. 5º A implementação das ações decorrentes desta Lei observará a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 46/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 056/2026
Autoria: José Luís Polvani

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:78C69119

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
6º ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2024

6º ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2024

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 012/2023

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A ROCHAPAVI LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNÍCIPIO DE ROLANDIA PR**, situado na Avenida Presidente Bernardes , 809 , centro , na cidade de Rolândia, PR, CNPJ76.288.706/0001-08, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da cédula de identidade R.G. n. º865.XXX-XX SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º152.XXX.XXX-XX, e a empresa **ROCHAPAVI LTDA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**, CNPJ 15.712.958/0001-82, localizada na ROD. BR – 376 Nº 4670 KM 231 sala 01Parque Industrial Zona Oeste II na cidade de **APUCARANA - PR**, CEP 86.800-762, Fone (43) 3424.1666, e-mail rocha.pavi@outlook.com, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pelo Sr. **ALDEMAR CARRILHO ROCHA**, portador da cédula de identidade R.G n. º 31.XXX.X SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 169.XXX.XXX-XX, residente na cidade de ARAPONGAS -PR, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato, reduzindo o valor em **R$ 2.037.465,17** (dois milhões trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos) passando o global do contrato de **R$12.509.539,59** (doze milhões quinhentos e nove reais e quinhentos e trinta e nove reais e cinqüenta e nove centavos), com as adequações o valor contratual é alterado para **R$10.472.074,42** (dez milhões quatrocentos e setenta e dois mil setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL".**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de **ROLÂNDIA - PR**, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***ROCHAPAVI LTDA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA***
Contratante	Contratada
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS	***MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI***
Secretário Municipal de Planejamento	Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio
CLAUDIO ALBERTO METZGER	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:E05BFC31

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2024

7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2024

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 012/2023

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A ROCHAPAVI LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNÍCIPIO DE ROLANDIA PR**, situado na Avenida Presidente Bernardes , 809 , centro , na cidade de Rolândia, PR, CNPJ76.288.706/0001-08, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da cédula de identidade R.G. n. º865.XXX-XX SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º152.XXX.XXX-XX, e a empresa **ROCHAPAVI LTDA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**, CNPJ 15.712.958/0001-82, localizada na ROD. BR – 376 Nº 4670 KM 231 sala 01Parque Industrial Zona Oeste II na cidade de **APUCARANA - PR**, CEP 86.800-762, Fone (43) 3424.1666, e-mail rocha.pavi@outlook.com, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pelo Sr. **ALDEMAR CARRILHO ROCHA**, portador da cédula de identidade R.G n. º 31.XXX.X SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 169.XXX.XXX-XX, residente na cidade de ARAPONGAS -PR, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
A presente alteração contratual decorre de**pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, em razão da alteração da alíquota do ISSQN incidente sobre os serviços contratados, conforme requerimento apresentado pela CONTRATADA e documentação constante do respectivo processo administrativo.
Em decorrência do referido pedido de reequilíbrio, fica acrescido ao contrato o valor de**R$ 36.477,52 (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e sete reais cinquenta e dois centavos),** passando o valor contratual de**R$10.472.074,42** (dez milhões quatrocentos e setenta e dois mil setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)para**R$10.508.551,94 (dez milhões quinhentos e oito mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos),** conforme apuração constante do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de **ROLÂNDIA - PR**, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	**ROCHAPAVI LTDA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**
Contratante	Contratada
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS	***MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI***
Secretário Municipal de Planejamento	Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio
CLAUDIO ALBERTO METZGER	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:58593C52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Dispensa 01/2026 - Contratação: 933336-1/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Dispensa de licitação de materiais permanentes (mobiliário), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Sistema eletrônico / endereço: ComprasGov
Início do recebimento de propostas: 14/09/2026, às 08:00 horas.
Encerramento do recebimento de propostas: 17/09/2026, às 08:29 horas.
Início da fase de disputa/lances: 17/09/2026, às 08:30 horas.
Prazo/duração da fase de disputa/lances: 06 (seis) horas
Intervalo mínimo entre lances: 1% (Um por Cento).

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.camarasalgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone (46) 3564-1672 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 11 de setembro de 2026

PAULO CESAR PANSERA
Presidente da Câmara Municipal
Autoridade Competente

Publicado por:
Cleber Diego Toigo
Código Identificador:0C2D08CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 de 29 de maio de 2026, com respectiva retificação posterior, e considerando o resultado da Homologação Final mediante Edital nº 10/2026 de 08 de setembro de 2026:

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º. A convocação do candidato abaixo relacionado, em virtude de aprovação em Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a classificação final homologada pelo Edital nº 10/2026 de 08 de setembro de 2026, para os cargos temporários conforme segue:

Inscrição	Nome	Cargo	Classificação
23816093	Aliny Krebs	Auxiliar de Consultório Dentário	1º
23817364	Ana Cristina Mangoni	Contador	1º
23817785	Edvaldo Pansera dos Santos	Motorista	1º
23816307	Ana Luiza Bonetti Vescovi	Psicólogo	1º
23817823	Danieli Bortolini	Psicólogo	2º

Artigo 2º. O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com sede administrativa na Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, deste Município, no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a partir da publicação deste Edital, no horário de expediente compreendido entre 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Artigo 3º. O candidato deverá apresentar-se portando **originais e cópias** dos documentos abaixo relacionados para sua admissão, devendo ainda estar ciente dos itens 4 e 18 do Edital de Abertura:
ter sido aprovado no Processo Seletivo;
ser brasileiro nos termos da Constituição Federal;
ter completado 18(dezoito) anos na data da posse;
cópia da Carteira de Identidade;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
comprovante de endereço atualizado;
comprovante de Inscrição no PIS/PASEP/NIT;
cópia do Cadastro de Pessoa Física– CPF/MF, juntamente com o comprovante de situação regular, podendo ser emitido pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos, apresentando cópia do título de Eleitor, juntamente com o comprovante de regularidade eleitoral; podendo ser comprovada através da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela justiça eleitoral e retirada pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/
no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, apresentando Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa;
possuir a escolaridade, e pré-requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo, **apresentando cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura**;
apresentar carteira de habilitação Categoria C, D ou E, conforme requisito exigido para o cargo, quando for o caso;
encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;
comprovante de informações bancárias a saber: número de conta e agência de Bancos/Cooperativas do qual o município possui convênio, obtendo informações junto ao Departamento de Recursos Humanos;
não ter registros de antecedentes criminais incompatíveis com a função pública, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faz parte o local de residência ou domicílio do candidato;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site: https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
declarar não tendo sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05(cinco)anos a contar da **data da entrega de documentos**;
declarar não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
declarar não perceber benefício proveniente de regime próprio de previdência social (art. 37 §10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art.37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
ser julgado APTO física e mentalmente para exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pelo Município.

Artigo 4º. O Departamento de Recursos Humanos disponibilizará modelos para as Declarações mencionadas nas letras (t, u, v,) deste Edital, bem como modelo para requerimento de final de fila ou desistência da vaga se o candidato assim desejar.

Artigo 5º. Será eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer ao local, dia e hora designados para a contratação, e após ser submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

Publique-se,

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:D8790CB8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 281, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 281, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora pública municipal que abaixo especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei nº 34/2018, Art. 75, § 2º, I, bem como atestado médico apresentados nesta data;

RESOLVE:
Artigo 1º- CONCEDER, 19 (dezenove) dias de **Licença por motivo de doença em pessoa da família,** no período entre 09 (nove) de setembro à 27 (vinte e sete) de setembro de 2026, a servidora Pública Municipal **ANDRIELI DOS SANTOS QUOOS DE OLIVEIRA (1448)**, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à contar de 09 de setembro de 2026.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:ECF01E9B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 282/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 282/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Instaura Processo Administrativo Licitatório nº 10/2026 para apuração de possíveis irregularidades decorrentes do descumprimento do Contrato nº 18/2026, Pregão Eletrônico nº 47/2025, referente à não entrega dos itens solicitados por meio da Autorização de Fornecimento nº 1106/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, inciso XXVI da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Licitatório nº 10/2026, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades decorrentes do descumprimento do Contrato nº 18/2026, oriundo do Pregão Eletrônico nº 47/2025, celebrado com a empresa APPONTE WEB GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.580.101/0001-72, em razão da não entrega dos itens nº 8, 11, 14, 15, 35, 47, 50, 51 e 53, solicitados por meio da Autorização de Fornecimento nº 1106/2026, emitida em 23 de março de 2026, apesar da prévia Notificação Extrajudicial nº 06/2026 e da ausência de manifestação da empresa.

Art. 2º A condução do presente processo administrativo ficará a cargo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Licitatórios, designada pela Portaria nº 139/2026, a quem competirá:

I – promover a regular instrução processual;

II – assegurar à empresa o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa;

III – realizar diligências, notificações e demais atos necessários à apuração dos fatos;

IV – elaborar relatório final circunstanciado, opinando, de forma fundamentada, pela aplicação ou não de sanções administrativas, a ser submetido à autoridade competente.

Art. 3º A Comissão deverá observar, no que couber, os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às garantias processuais e à formalização dos atos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho/PR, 11 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:58ADCAF7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 283, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 283, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 15 (quinze) dias para o Servidor Público Municipal **JAIR LEMES DE LIMA (1643),** ocupante do cargo em comissão de Secretário de Viação e Obras, a partir do dia 21 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 03.01.2025 a 02.01.2026.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:1232BE19

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 284, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 284, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para o Servidor Público Municipal **LUCAS HENRIQUE SCHOENINGER (1649),** ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade, a partir do dia 22 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 16.01.2025 a 15.01.2026.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:F42E5ABB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 132/2026

PORTARIA N° 132, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados, restando 15 (quinze) dias para usufruir oportunamente:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Everilda Kruger Becker	Recepcionista	01/11/1994	2024/2025	21/09/2026 a 05/10/2026
02	Gessica Cristina Gonçalves Lovatel	Ag. Comunitário de Saúde	02/12/2019	2024/2025	24/09/2026 a 08/10/2026
03	Pamela Graziela Camilo	Enfermeira 40h	24/07/2024	2024/2025	14/09/2026 a 28/09/2026

Art. 2º - Concede 30 (trinta) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Afonso Carlos Roth Zakaluka	Assistente de Administração	01/07/2002	2019/2020	14/09/2026 a 13/10/2026
02	Isabel Cristina Fasolin	Fisioterapeuta 20hs	06/01/2014	2023/2024	14/09/2026 a 13/10/2026

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 11 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:D4893671

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 133/2026

PORTARIA N° 133, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio ao Servidor Municipal abaixo especificado e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 90 (noventa) dias a partir de 14 de setembro de 2026, Férias Prêmio ao servidor municipal **IBANES DA SILVA**, brasileiro, portador da Matrícula 10200/1, ocupante do Cargo de Assistente de Administração do quadro de pessoal efetivo admitido em 02/02/2016, período aquisitivo 2021 a 2026.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 11 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:6C46262B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.705, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, III, daLei Orgânicado Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Santa Amélia e dá outras providências.
Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Santa Amélia, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.
Art. 2º O Fundo Municipal do Meio Ambiente é um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos, destinado a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento dos programas e projetos de caráter de execução da política de meio ambiente, que será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sob a orientação e controle de Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Meio Ambiente.
Art. 3º Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I – dotação orçamentária própria do Município, garantida através dos recursos previstos no Orçamento geral do Município;

II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
III - produto de multas impostas por infração à legislação ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente ou outro órgão;

IV – receitas decorrentes do licenciamento ambiental promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V – doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e internacionais;

VI – verbas repassadas pelos Conselhos Nacional e Estadual do Meio Ambiente e de outros órgãos oficiais;

VII – recursos oriundos de acordos, termos de ajustamento de conduta, contratos, consórcios e convênios;

VIII – preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX – Rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária provenientes de aplicações de seus recursos;

X – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI – *o produto da arrecadação proveniente de taxas ambientais municipais, condenações judiciais, indenizações compensatórias de processos ambientais e outras receitas correlatas;"*

XII – compensação financeira ambiental;

XIII – outras eventuais receitas.

Parágrafo único As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, administrada e gerida pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, conforme decisão do Conselho Municipal do Saneamento Básico e de Meio Ambiente, através do Plano de Aplicação dos recursos e suas contas submetidas à apreciação do mencionado Conselho e do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal do Saneamento Básico e de Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas às diretrizes Federais e Estaduais, através do Plano de Aplicação de recursos.

Parágrafo único. *Anualmente, haverá período para a inscrição de projetos voltados para a promoção do meio ambiente, cujos critérios de seleção, formas de implementação e acompanhamento das iniciativas por ele financiadas serão estabelecidos no Regimento Interno do Fundo Municipal de Meio Ambiente, a ser aprovado por ato do Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.*

Art. 5 Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – adquirir equipamentos ou implementos necessários ao desenvolvimento de programas e/ou ações de assistência, proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais que visem:

a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;

b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;

e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;

f) *outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do* ***Conselho Municipal do Saneamento Básico e do Meio Ambiente.***

Parágrafo Único. Deverá ser elaborado plano de ação detalhado acerca da destinação dos valores do fundo, composto por cronograma de execução e descrição específica de cada projeto, além da discriminação de quanto do montante total será destinado a cada uma das iniciativas, incluindo comunicação e publicidade, a fim de garantir que as campanhas abracem, de fato, matérias de teor ambiental;

Art. 6º Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas legislações federal, estadual ou municipal vigentes.

Art. 7º As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não tratadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Saneamento Básico e do Meio Ambiente.

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente deverão constar da Lei Orçamentária do Município, sob rubrica orçamentária na Divisão Municipal do Meio Ambiente.

Art. 9º As informações e dados relacionados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município, de forma a dar ampla publicidade à atuação do Conselho.

Art. 10 Deverá ser realizada, no mínimo 01 (uma) vez por ano, a prestação de contas ao Poder Executivo, apresentando o balanço geral das receitas e despesas e a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11 A administração do Fundo está adstrita ao controle e contenção de gastos assim como é feito com os recursos do Patrimônio Público, devendo observar a Lei de Licitações, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Planos Plurianuais, dentre outras que forem necessárias para a transparência da utilização dos recursos.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Amélia/PR, em 11 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:3F06E706

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.706, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Súmula: Institui, no âmbito do Município de Santa Amélia, diretriz de incentivo à utilização do sistema de pagamentos instantâneos Pix para a quitação de créditos tributários e não tributários municipais, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santa Amélia, diretriz de incentivo à modernização dos meios de arrecadação municipal, mediante estímulo à utilização do sistema de pagamentos instantâneos Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil, como modalidade de quitação de créditos tributários e não tributários de titularidade do Município, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou a protestar, ajuizados ou a ajuizar.

§ 1º A utilização da modalidade de pagamento prevista no caput observará a legislação federal aplicável, as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e os critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

§ 2º A adoção do Pix como meio de pagamento não afasta nem substitui outras modalidades de quitação legalmente admitidas, sendo o contribuinte livre para optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, dentre as disponibilizadas pelo Município.

§ 3º O pagamento por meio de Pix, quando disponibilizado, será realizado exclusivamente à vista, mediante transferência instantânea, não se admitindo parcelamento do débito por meio desta modalidade.

Art. 2º A implementação da modalidade de pagamento prevista nesta Lei observará, conforme avaliação do Poder Executivo:

I – a conveniência administrativa;
II – a viabilidade técnica e operacional;
III – a segurança da informação e a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
IV – a economicidade e a ausência de prejuízo à arrecadação municipal;
V – o interesse público.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei, especialmente quanto:

I – aos créditos e débitos alcançados pela modalidade de pagamento;
II – aos procedimentos operacionais e de conciliação bancária aplicáveis;
III – aos canais de atendimento ao contribuinte, incluindo a disponibilização de "QR Code" e/ou chave Pix nos boletos, guias e

documentos de cobrança emitidos pelo sistema informatizado de arrecadação municipal;
IV – aos mecanismos de controle, autenticação, baixa e segurança das operações;
V – às medidas de divulgação e orientação ao público contribuinte.

Art. 4º Na execução desta Lei, buscar-se-á, sempre que possível:

I – facilitar o adimplemento das obrigações para com a Fazenda Pública Municipal;
II – ampliar a eficiência arrecadatória;
III – simplificar rotinas administrativas;
IV – aprimorar o atendimento ao contribuinte;
V – incentivar a modernização da gestão pública municipal.

Art. 5º As despesas eventualmente decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a legislação vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Amélia/PR, em 11 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:A1695E7F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.707, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Súmula: Denomina de "Rua José Aldá" a via pública objeto da Matrícula nº 23.274, localizada no Conjunto Vicente Jacobucci, no Município de Santa Amélia, Estado do Paraná.
Art. 1º Fica denominada oficialmente Rua José Aldá a via pública objeto da Matrícula nº 23.274 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes/PR, localizada no Conjunto Vicente Jacobucci, com área de 968,57 m², integrante do sistema viário do Município de Santa Amélia.

Art. 2º O Poder Executivo providenciará a identificação da via pública mediante a instalação da respectiva placa de nomenclatura, bem como promoverá as alterações cadastrais necessárias junto aos órgãos competentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, em 11 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:5FA747C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 30/09/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 30/09/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 30/09/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 800.819,46 (oitocentos mil oitocentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 11 de setembro de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3EC97281

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº25-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº25-2026

CONTRATANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Claudio Covre, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0 e do CPF/MF nº 848.208.539-53, **CONTRATADO(A): DUSOL PRODUÇÕES LTDA,** com sede na Rua Piaui, n° 55, casa – Jardim Alvorada, CEP: 87033-310, na cidade de Maringá, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.161.796/0001-13, neste ato representado por sua procuradora, a Sra. **RAFAELA DUMONT NEGRELLI,** inscrito no CPF/MF sob nº 101.019.379-11.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA PARA A REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL “PERDIDOS NO GIBI”, A SER APRESENTADO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS, E O ESPETÁCULO TEATRAL “FELICIDADE SEM MEDIDAS”, COM ABORDAGEM VOLTADA À CONSCIENTIZAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL, EM ALUSÃO À CAMPANHA SETEMBRO AMARELO.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 (noventa) dias corridos

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 10/09/2026

Santa Cecília do Pavão, 10/09/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:4A9795EA

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº12/2026

Inexigibilidade nº12/2026 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, referente à contratação de empresa exclusiva para a realização de espetáculos teatrais, sendo o espetáculo teatral“Perdidos no Gibi”, a ser apresentado em comemoração ao Dia das Crianças, e o

espetáculo teatral“Felicidade sem Medidas”, com abordagem voltada à conscientização e à valorização da saúde mental, em alusão à campanhaSetembro Amarelo. Informo que o valor estimado da despesa será de **R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)**, em favor da empresa **DUSOL PRODUÇÕES LTDA,** portadora do **CNPJ nº 33.161.796/0001-13.** Em conformidade com a Lei 14.133/21.

Santa Cecília do Pavão, 10 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:30E130D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, destinado ao veículo oficial da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, marca Toyota, modelo Corolla Cross XRE, ano/modelo 2025/2026, 18.000 kms, incluindo proteção contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros (cobertura de responsabilidade civil), danos causados por fenômenos da natureza e assistência 24 horas.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 06/2026, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	R$ 2.950,00	R$ 2.950,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 11 de setembro de 2026.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:116F160C

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, destinado ao veículo oficial da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, marca Toyota, modelo Corolla Cross XRE, ano/modelo 2025/2026, 18.000 kms, incluindo proteção contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros (cobertura de responsabilidade civil), danos causados por fenômenos da natureza e assistência 24 horas.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 06/2026, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	61.074.175/0001-38	R$ 1.717,72	R$ 1.717,72

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 11 de setembro de 2026.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:451167B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2827/2026

Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

DECRETO Nº 2827/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a transferência, em caráter excepcional, da data de observância do feriado municipal alusivo ao aniversário do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, no exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o dia 30 de novembro é feriado municipal em comemoração ao aniversário do Município de Santa Cruz de Monte Castelo;
CONSIDERANDO a necessidade de organização e planejamento das atividades administrativas municipais, buscando conciliar a observância da data comemorativa com a continuidade e eficiência dos serviços públicos;
CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa na adequação do funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica transferida, excepcionalmente no exercício de 2026, a observância do feriado municipal do dia 30 de novembro, alusivo ao aniversário do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, para o dia 7 de dezembro de 2026.
§ 1º Em decorrência do disposto no caput, o dia 30 de novembro de 2026 será considerado dia normal de expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
§ 2º No dia 7 de dezembro de 2026 não haverá expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, ressalvados os serviços considerados essenciais ou que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.
Art. 2º Os responsáveis pelos serviços públicos essenciais deverão estabelecer escalas ou outras medidas necessárias para assegurar a continuidade e regularidade de sua prestação, especialmente nas áreas em que a interrupção possa causar prejuízo à população.
Art. 3º A transferência prevista neste Decreto refere-se exclusivamente ao exercício de 2026, permanecendo inalterada a data legalmente instituída para comemoração do aniversário do Município nos exercícios subsequentes.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná**,** aos 11 dias do mês de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

E-mail contato@scmc.pr.gov.br - CEP 87920-000 - Santa Cruz de Monte Castelo - PR

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:C9E9BEE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **OTIMA MATERIAIS DE EXPEDIENTE LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 23.152.417/0001-75, sito na Av. Capitão Indio Bandeira, 1834, centro, CEP: 87.300-005, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 3.016,15 (três mil e dezesseis reais e quinze centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CAROL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 07.654.231/0001-68, sito na Av. Ney Braga, 440, Vila Franchello, CEP: 87.160-000, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 4.157,12 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e doze centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ALTOYS BRINQUEDOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 36.547.968/0001-80, sito na Rod. BR 101, s/n, Massiambu, CEP: 88.131-000, na cidade de Pachoça, Estado do Santa Catarina;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.095,00 (um mil e noventa e cinco reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

Willian Cezar Viega
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **KW INFORMATICA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 14.208.959/0001-21, sito na Av. Santa Bernadethe, 690, Apt L11, andar TR, Lindoia, CEP: 81.010-200, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 2.731,90 (dois mil setecentos e trinta e um reais e noventa centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 58.512.546/0001-01, sito na Rua Lennita Maria Scolari, 84, Parque dos Ipes, CEP: 87.711-725, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 618,35 (seiscentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **R.B. COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 42.825.012/0001-03, sito na Rua

Centauro, 51, Casa 02, Cond. Res. Melissa, São João do Rio Vermelho, CEP: 88.060-189, na cidade de Florianópolis, Estado do Santa Catarina;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 3.413,70 (três mil quatrocentos e treze reais e setenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **A C BEGALLI-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 38.305.565/0001-50, sito na Rua Espanha, 601, Apt 103, centro, CEP: 86.181-050, na cidade de Cambé, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.117,65 (um mil, cento e dezessete reais e sessenta e cinco centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **A C BEGALLI-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 38.305.565/0001-50, sito na Rua Espanha, 601, Apt 103, centro, CEP: 86.181-050, na cidade de Cambé, Estado do Paraná;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.117,65 (um mil, cento e dezessete reais e sessenta e cinco centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º025/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 01.763.210/0001-02, sito na Rua Doutor Nilo Pecanha, 703, Vila Jardim America, CEP: 94.920-190, na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS PSICÓLOGAS DO MUNICÍPIO, A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS ASSISTIDAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTOS DESTA MUNICIPALIDADE.
VALOR ESTIMADO: R$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviço, referido prazo é improrrogável.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 026/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:0FCA030C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.011/2026

PORTARIA Nº 3.011/2026

SÚMULA: Nomeia o Sr. MARCOS VINICIUS DA SILVA BINTERCOURT, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,
I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 29/2023, datado de 10/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o **Sr. MARCOS VINICIUS DA SILVA BINTERCOURT**, brasileiro, portador do CPF/MF nº 084.---.----06, para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - II, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir do dia 09/09/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 11 de Setembro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:BC15111A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.012/2026

PORTARIA N.º 3.012/2026

Súmula: Concede férias ao servidor Sr. CLAUDIO FLORENTINO DA SILVA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Concede ao servidor **Sr. CLAUDIO FLORENTINO DA SILVA** matrícula 1051, ocupante do Cargo de Agente Da Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal Viação Obras e Urbanismo, férias regulamentares de (30) dias referente ao período aquisitivo de 18/01/2024 a 17/01/2025 a partir de 01/09/2026, devendo retornar ao seu trabalho em 01/10/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:1B40D075

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.013/2026

PORTARIA N.º 3.013/2026

Súmula: Concede férias ao servidor Sr. EVANGELINO DE MEIRA LIMA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1.º - Concede ao servidor **Sr. EVANGELINO DE MEIRA LIMA** matrícula 188, ocupante do Cargo de Operador de Contabilidade, lotado na Secretaria de Administração, férias regulamentares de (30) dias referente ao período aquisitivo de 30/05/2017 a 29/05/2018 a partir de 09/09/2026, devendo retornar ao seu trabalho em 09/10/2026.
Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 09/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:94ECEC0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.014/2026

PORTARIA N.º 3.014/2026

Súmula: Concede Licença Prêmio a Servidora Sra. CRISTIANA SALES DE LIMA PINZI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido a servidora **Sra. CRISTIANA SALES DE LIMA PINZI** , portador da Carteira de Identidade RG nº 4-----4 SSP-PR e CPF/MF sob o nº 638.---.----87, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de serviços Gerais Feminino, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença prêmio de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 100, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 003/93, de 26/02/93, (Estatuto do Servidor Público Municipal), relativo ao período aquisitivo de 01/09/2019 à 30/08/2024, a partir de 21 de Setembro de 2026, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia 20 de Dezembro de 2026.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 21/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6E3B5980

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.015/2026

PORTARIA N.º 3.015/2026

Súmula: Concede Licença Prêmio ao Servidor Sr. MANOEL CARMONA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido ao servidor **Sr. MANOEL CARMONA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 3-----4 SSP-PR e CPF/MF sob o nº 488.---.----72, ocupante do Cargo efetivo de Sapateiro, lotado na Secretaria De Viação, Obras e Urbanismo, licença prêmio de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 100, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 003/93, de 26/02/93, (Estatuto do Servidor Público Municipal), relativo ao período aquisitivo de 02/02/2001 à 01/02/2006, a partir de 15 de Setembro de 2026, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia 14 de Dezembro de 2026.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:432E7E6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026
Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º 2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBONS, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO COMO LEMBRANCINHAS EM DATAS COMEMORATIVAS, PARA ESTA MUNICIPALIDADE.**

Resolve: Adjudicar em favor da seguinte empresa:

Empresa: **GALERA DA CESTA BASICA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 45.693.344/0001-61, sito na Rua Paulo Sérgio de Lima Marasca, 395 B, Parque Industrial Bandeirantes, CEP: 87.070-060, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 27.275,00 (vinte e sete mil duzentos e setenta e cinco reais).

ITEM	DESCRITIVO	UNIDADE	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	BOMBOM DE CHOCOLATE: CARACTERÍSTICAS: EMBALADO INDIVIDUALMENTE; COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; MARCA DO FABRICANTE; PESO LÍQUIDO E PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO 03 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. PACOTE DE 1 KILO. Marca sonha de valsa, Lacta.	PCT	500	R$ 54,55	R$ 27.275,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 11 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:5BABF211

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 269/2026

Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, e dá outas providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 1.976/2017, ainda considerando o memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMDI, gestão 2025/2027, com os seguintes membros e seus respectivos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO GOVERNAMENTAL:
a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Camila Mesquita Lucio;
Suplente: Gabriela Boin Mori de Oliveira.
Titular: Flavia Renata Blasques;
Suplente: Cirlene Eugenio da Silva.

b) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Silvana Aparecida de Oliveira;
Suplente: Ana Paula dos Santos Flores.

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Marcio Augusto da Silva;
Suplente: Francielli Roberta Boian.

d)Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:
Titular: Claudio Ferreira Amancio;
Suplente: Dourivaldo Manoel dos Santos.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL:
a) Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social:
Titular: Sandra Pavan;
Suplente: Claudia Roberta Scandelai.
Titular: Francisco Carmino Senise;
Suplente: Jaime Cortez.

b) Igrejas e ou entidades religiosas que desenvolvam Programas, Projetos ou Serviços dirigidos ao Idoso:
Titular: Edvilson Colato;
Suplente: Maria das Graças Colato.
Titular: Maria Umbelina Ramos Miato;
Suplente: João Batista Miato.

c) Associações Comunitárias:
Titular: Nadir de Oliveira Silva.
Suplente: Eduardo Luiz da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 251/2024 e 203/2025.

Paço Municipal Prefeito Salvador do Domênico Sobrinho, em 10 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6EEC25C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.267/2026.

Dispõe sobre licença sem vencimento a servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com protocolado sob o nº. 2313/2026.

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida ao servidor MAURO FERREIRA DOS SANTOS, Médico Veterinário -20h, CPF nº 033.175.948-96, matrícula 200.697, Licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 2(dois) anos, conforme determinações do 133, da Lei Municipal Complementar nº 003/2011, com início dia 11 de setembro de 2026 e termino dia 09 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 11 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:1BF09A58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 268/2026

ATUALIZA A UVC, E ESTABELECE PERCENTUAIS DE DESCONTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente com fundamento no artigo 5º da Lei Municipal nº 1130 de 26 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto do Parágrafo 2º, do art. 97, da Lei Federal nº 5172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Resoluções da ANEEL nº 3592/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UVC (Unidade de Valor para Custeio), passando a valer R$ 160,48 (cento e sessenta reais e quarenta e oito centavos) a partir desta data.

Art. 2º Para fins de atendimento da capacidade econômica do contribuinte, o valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública relativamente aos imóveis ligados à rede elétrica deverá ser calculado, a partir de 1º (primeiro) janeiro de 2027, com observância dos percentuais de desconto constantes da tabela abaixo, incidentes sobre a UVC (Unidade de Valor para Custeio).

RESIDENCIAL	
Faixa de Consumo Mensal (em KWH)	**Percentual de Desconto sobre a UVC**
00 a 30	100%
31 a 50	100%
51 a 70	95,00%
71 a 90	90,00%
91 a 120	86,00%
121 a 200	75,00%
201 a 350	68,00%
351 a 600	55,00%
601 a 1000	40,00%
Acima de 1000	25,00%

COMERCIAL	
Faixa de Consumo Mensal (em KWH)	**Percentual de Desconto sobre a UVC**
00 a 30	100%
31 a 50	100%
51 a 70	99,00%
71 a 90	90,00%
91 a 120	86,00%
121 a 200	78,00%
201 a 350	70,00%
351 a 500	60,00%
501 a 600	40,00%
601 a 1000	32,00%
1001 a 1500	24,00%
Acima de 1500	25,00%

INDUSTRIAL	
Faixa de Consumo Mensal (em KWH)	**Percentual de Desconto sobre a UVC**
00 a 30	100%
31 a 50	100%
51 a 70	95,00%
71 a 90	90,00%
91 a 120	86,00%
121 a 200	78,00%
201 a 350	71,20%
351 a 500	60,00%
501 a 600	40,00%
601 a 1000	32,00%
1001 a 2000	20,00%
Acima de 2000	15,00%

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 382/2025.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 11 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:18704F27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 22.928.221 ELISEU ALVES DE SOUZA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de montagem e desmontagem de pneus de veículos leves e utilitários, abrangendo pneus de aro 13 a 18, incluindo os procedimentos necessários à adequada instalação dos pneus disponibilizados pela Administração Municipal, destinados à manutenção da frota municipal da Prefeitura de Santa Fé, pelo período de 12 (doze) meses**,** de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).
DATA DA DISPENSA: 25 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026 - PMSF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 22.928.221 ELISEU ALVES DE SOUZA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de montagem e desmontagem de pneus de veículos leves e utilitários, abrangendo pneus de aro 13 a 18, incluindo os procedimentos necessários à adequada instalação dos pneus disponibilizados pela Administração Municipal, destinados à manutenção da frota municipal da Prefeitura de Santa Fé, pelo período de 12 (doze) meses**,** de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 03 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C70D9783

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 039/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 002/2025, e

os protocolados sob nºs2395, 2400, 2433, 2435, 2473, 2514, 2490, 2491, 2547, 2553 e 2566/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Servidor abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Adão Moacir Vieira	Ag. Veic Automotores	01/02/25 a 31/02/26	02/09/26 a 01/10/26

Art. 2º - Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares as Servidoras abaixo, em seus respectivos cargos e períodos aquisitivos, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Lucimara Bertoni Pezenti	Assist. Administrativo	05/01/26 a 03/02/27	31/08/26 a 14/09/26
Carlos Eduardo Lemos	Ag. Op. De Maq Pesadas	03/02/25 a 03/02/26	01/10/26 a 15/10/26
Paulo Sergio da Silva	Ag de Serv. Operacionais	18/09/25 a 17/29/26	02/09/26 a 17/09/26
Claudenice C. da Silva	Assistente Social	04/03/24 a 03/03/25	13/10/26 a 27/10/26

Art. 3º - Conceder 15 (quinze) dias de férias aos Servidores abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o INSS.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Rodrigo Rodrigues de Lima	Ag. Op. de Maq. Pesadas	15/09/25 a 14/09/26	01/09/26 a 15/09/26

Art. 4º - Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora NATHALIA TOLARDO RUIZ, Cirurgiã Dentista – 20h. a partir do dia 11/09/26, conforme o Art. 115, da Lei Complementar nº003/2011. Conforme conclusão Medico-Pericial.

Art. 5º - Conceder a Servidora THAINARA SOLEDADE BEDETTE, Agente Comunitário de Saúde – ESF, licença para tratamento de saúde, com inicio dia 25/08/26 e término dia 04/09/26, conforme INSS.

Art. 6º - Prorrogar a licença para tratamento de saúde da Servidora THAINARA SOLEDADE BEDETTE, Agente Comunitário de Saúde – ESF, com inicio dia 05/09/26 e término dia 05/09/26, conforme INSS.

Art. 7º - Prorrogar a licença para tratamento de saúde do Servidor JOUBERT PAULO TEIXEIRA, Agente Oficial Administrativo, 13/08/26 e término dia 11/09/26, conforme art. 115, da Lei municipal nº003/2011.

Art. 8º - Conceder 05(cinco) dias de licença luto aos Servidores abaixo, em seu respectivo cargo e período, a usufruir conforme período requerido abaixo, conforme determina o Art. 146, inciso III, letra "b" 115, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	INICIO E TÉRMINO
Marielem Cristina de S. Moia	Técnica em Enfermagem	26/08/26 a 01/09/26
Osvaldo Alexandre da Silva	Aux. De Serviços Operacionais	29/08/26 a 02/09/26'

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 11 de setembro de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária de Administração.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6A4B1792

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº099/2026.

Concede gratificação a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 99 da Lei Complementar 003/11, alterado pela Lei Complementar nº 003/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo, ocupante do Cargo Agente de Serviços Operacionais – 40h, gratificação no percentual de 80% (oitenta) por cento, pelas peculiaridades das funções do cargo, tiver que ficar á disposição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para desenvolver atividade no viveiro e na horta municipal, fora do seu horário de trabalho,

I – FRANCISCO JOÃO DE FARIAS – CPF nº 786.348.229-15, Matricula nº.201.671.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando o item III, da Portaria 042/2026.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 11 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:65E5BFE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 264/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$110.255,87 (cento e dez mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
20		PREVIDENCIA MUNICIPAL	
20.001		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
20.001.04.122.0402.2.004		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
7 - 3.3.90.36.00.00	1006	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	110.255,87
Total Suplementação:			110.255,87

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos onze dias do mês de Setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:004BC2D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 266/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação				
21		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)		
21.003		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)		
21.003.08.244.0017.2.217		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
635 - 4.4.90.52.00.00	3936	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.000,00	
Total Suplementação:			28.000,00	
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.				
Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.				
Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos onze dias do mês de Setembro de 2026.				

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7B2C7494

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, FUNÇÃO GRATIFICADA DE TURNO EXTRAORDINÁRIO, NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE – PR.

PORTARIA Nº 16.037
Data: 14.09.2026

Concede, função gratificada de TURNO EXTRAORDINÁRIO, nos Estabelecimentos de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de possuir uma equipe de servidores para organizar os trabalhos nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Santa Izabel do Oeste – PR,

CONSIDERANDO o ofício nº 076/2026 encaminhado pela Secretaria da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** nos termos dos artigos 51 inciso II e 55, da Lei nº 2.786 de 16 de junho de 2025, **Turno Extraordinário** à professora **ELISANGELA DA SILVA GUIMARAES**, inscrita no CPF sob nº 082.***.***-33, a partir de **11 de setembro de 2026, até 18 de dezembro de 2026**.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 14 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:7A9AAB73

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA CARLA ELIZA KONRAD.

PORTARIA Nº 16.036
Data: 14.09.2026

Conceder Licença Prêmio à servidora CARLA ELIZA KONRAD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora e protocolado sob o n.º 0297/2026;

CONSIDERANDO, o disposto no § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, que regulamenta a concessão de Licença Prêmio aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, que a servidora preenche os requisitos para a concessão da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **90 (noventa) dias de Licença Prêmio** à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME	Nº. CPF	QUINQ.	PERÍODO AQUISITIVO	A PARTIR
CARLA ELIZA KONRAD	020.***.***-81	1º	04/11/2019 a 03/11/2024	14.09.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 14 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:090B3DAE

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CURSO DE APRENDIZAGEM 2º SEMESTRE DE 2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CURSO DE APRENDIZAGEM 2º SEMESTRE DE 2026

O INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANÁ – IEL, no uso de suas atribuições, e atendendo a demanda da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Edital nº 001/2026, referente ao Processo Seletivo Simplificado para o Curso de Aprendizagem – 2º Semestre de 2026, nos seguintes termos:

1. DA ALTERAÇÃO

Fica retificado o item **10.1** do Edital nº 001/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação

Onde se lê:

"10.1 Será considerado classificado o candidato que atingir no mínimo a somatória de 100 (cem) pontos da prova objetiva".
Leia-se:

"10.1 Será considerada como média de aprovação a pontuação mínima de 100 (cem) pontos. Serão inicialmente classificados e chamados os 20 (vinte) candidatos que obtiverem a maior pontuação, observada a ordem de classificação e desde que atingida a média de aprovação estabelecida.
Caso não sejam alcançados 20 (vinte) candidatos com pontuação igual ou superior a
100 (cem) pontos, o chamamento terá continuidade, seguindo rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos, até o preenchimento das vagas disponíveis, observados os critérios e condições estabelecidos neste regulamento."

2. DA ALTERAÇÃO

Ficam mantidas, inalteradas, todas as demais cláusulas, itens e condições estabelecidos no Edital nº 001/2026, não modificados por esta retificação.

3. DA PUBLICIDADE

Esta retificação será publicada nos mesmos meios de divulgação do Edital original: página do Senai Ampére, site oficial da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste, página do Facebook da Prefeitura e matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

Curitiba, 11 de Setembro de 2026.

INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANÁ.

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:118FD8D5

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ERRATA

ERRATA

CONCORRÊNCIA Nº 5/2025
Processo Administrativo n° 84/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ sobre pedras irregulares, em Vias Urbanas do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 27.542,72m², incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, Com Recursos do Convênio SECID nº 212/2025 e Recursos Próprios, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 90005/2025.

DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 194/2026 AO CONTRATO 297/2025:

Onde se lê:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 297/2025, fica prorrogado até* ***27 de novembro de 2027****.*

Leia-se:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 297/2025, fica prorrogado até* ***27 de novembro de 2026****.*

Onde se lê:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 194/2026 AO CONTRATO Nº 297/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 5/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
DATA: 28/08/2026.

Leia-se:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 194/2026 AO CONTRATO Nº 297/2025
CONCORRÊNCIA Nº 5/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
PRAZO DE VIGENCIA: 27 de novembro de 2026.
DATA: 28/08/2026.

Santa Izabel do Oeste - PR, 11 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:CC7C0B23

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ERRATA

ERRATA

CONCORRÊNCIA Nº 4/2025
Processo Administrativo n° 83/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ sobre pedras irregulares, em Vias Urbanas do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 25.674,82m², incluindo serviços preliminares, evestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 9004/2025.

DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 195/2026 AO CONTRATO 300/2025:

Onde se lê:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 300/2025, fica prorrogado até* ***29 de novembro de 2027****.*

Leia-se:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 300/2025, fica prorrogado até* ***29 de novembro de 2026****.*

Onde se lê:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 195/2026 AO CONTRATO Nº 300/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 4/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 83/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
DATA: 28/08/2026.

Leia-se:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 195/2026 AO CONTRATO Nº 300/2025
CONCORRÊNCIA Nº 4/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
PRAZO DE VIGENCIA: 29 de novembro de 2026.
DATA: 28/08/2026.

Santa Izabel do Oeste - PR, 11 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:8D627F9E

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ERRATA

ERRATA

CONCORRÊNCIA Nº 6/2025
Processo Administrativo n° 103/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ sobre pedras irregulares, em Vias Urbanas do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 21.639,98m², incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 90006/2025.

DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 196/2026 AO CONTRATO 366/2025:

Onde se lê:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 366/2025, fica prorrogado até* ***26 de dezembro de 2027****.*

Leia-se:
CLÁUSULA PRIMEIRA *– O prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato n° 366/2025, fica prorrogado até* ***26 de dezembro de 2026****.*

Onde se lê:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 196/2026 AO CONTRATO Nº 366/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 6/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
DATA: 28/08/2026**.**

Leia-se:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 196/2026 AO CONTRATO Nº 366/2025
CONCORRÊNCIA Nº 6/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MINERPAV LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
PRAZO DE VIGENCIA: 26 de dezembro de 2026.
DATA: 28/08/2026.

Santa Izabel do Oeste - PR, 11 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:D80C4CC3

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA 16.035 REVOGAÇÃO PE 51

PORTARIA 16.035
DATA: 11/09/2026

REVOGA O PREGÃO ELETRONICO N° 51/2026, de 15 setembro de 2026

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR o Processo Licitatório nº 106/2026, do PREGÃO ELETRONICO nº 51/2026, de 15 de setembro de 2026, por interesse da Administração Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 11 de setembro de 2026

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:14556829

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 18/2026

SÚMULA: Designa servidor para gerir plataforma de Ouvidoria e de SIC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fulcro no Plano de Cargos dos Servidores deste Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º Designa servidor CARLOS ALBERTO GALVÃO RIBAS, ocupante do cargo efetivo de Advogado, para gerir a plataforma Fala.BR, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Lúcia.
Parágrafo único. A designação de que trata o caput deste artigo vigorará enquanto permanecer vigente o Ato da Presidência nº 16/2026.

Art. 2º Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 11 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:B845FE20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – PR, TIAGO VARIZA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o Relatório de Julgamento das Propostas apresentado pelo Agente de Contratação. **RESOLVE:**

REVOGAR o **Processo Administrativo nº 003/2026**e a **Dispensa de Licitação nº 003/2026**, por razões de interesse público e conveniência administrativa, não sendo realizada a adjudicação ou homologação do objeto.
Caso persista a necessidade da contratação, deverá ser realizado novo planejamento, com a reavaliação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e critérios objetivos de seleção.

Santa Maria do Oeste – PR,10 de setembro de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:591A65A2

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 241/2022

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **GARAGNANI & GARAGNANI LTDA**, inscrita no CNPJ 28.306.139/0001-87, localizada na Rua Josefina Montanha de Andrade, 905, Santuário, Município de Siqueira Campos PR, neste ato representada pela Sr. **JHONATAS GARAGNANI DE SOUZA**, portadora do RG nº 10.188.983-1 e inscrito no CPF n.º 077.498.119-90, que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 57 Inciso II e §2° da Lei 8.666/1993, e no art. 190 da Lei 14.133/2021 e na Orientação Normativa AGU n° 38/2011, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência constante no contrato original pelo período de 90 (noventa) dias com início em **12 de setembro de 2026** e término em **11 de dezembro 2026**, conforme trata a Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 241/2022.
CLÁUSULA SEGUNDA: De acordo com disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 em seu Art. 57 Inciso II e §2°, e no art. 190 da Lei 14.133/2021 e na Orientação Normativa AGU n° 38/2011, fica aditivado no contrato Administrativo nº 241/2022, sendo:
Nos termos da Cláusula Segunda do contrato original, fica estabelecido o acréscimo mensal de R$ 98,00 (noventa e oito reais), correspondente ao valor total de R$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais), para os 90 (noventa) dias, alterando as quantidades dos itens contratado.
Em decorrência do presente aditivo, o valor total do contrato, anteriormente estabelecido em R$ 4.704,00 (quatro mil setecentos e quatro reais), acrescido do valor de R$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais), passa a ser de R$ 4.998,00 (quatro mil novecentos e noventa e oito reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 16 de setembro de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 11 de setembro de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***GARAGNANI & GARAGNANI LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:10DF971E

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 242/2022

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **VIEIRA E RETECHESKI LTDA**, inscrita no CNPJ 10.902.446/0001-65, localizada na Rua Osório Brasileiro, 11, vila verde, Município de Palmital-Pr, neste ato representada pela Sr. **RONALDO RETECHESKI**, portadora do RG nº 7.332.622-2 e inscrito no CPF n.º 023.702.159-50, que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 57 Inciso II e §2° da Lei 8.666/1993, e no art. 190 da Lei 14.133/2021 e na Orientação Normativa AGU n° 38/2011, mediante as cláusulas e disposições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência constante no contrato original pelo período de 90 (noventa) dias com início em **12 de setembro de 2026** e término em **11 de dezembro 2026**, conforme trata a Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº. 242/2022.
CLÁUSULA SEGUNDA: De acordo com disposto na Lei Federal Nº 8.666/1993 Art. 57 Inciso II e §2°, e no art. 190 da Lei 14.133/2021 e na Orientação Normativa AGU n° 38/2011 fica aditivado no contrato Administrativo nº 242/2022, sendo:
Nos termos da Cláusula Segunda do contrato original, fica estabelecido o acréscimo mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondente ao valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para os 90 (noventa) dias, alterando as quantidades dos itens contratado.
Em decorrência do presente aditivo, o valor total do contrato, anteriormente estabelecido em R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), acrescido do valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), passa a ser de R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 16 de

setembro de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 11 de setembro de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***VIEIRA E RETECHESKI LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:FAAFF78B

LICITAÇÃO
PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO - LEILOEIRO

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL LEILOEIRO

AVISO AOS PARTICIPANTES

PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, por meio do Departamento de Licitação, torna público, para ciência dos participantes habilitados no Chamamento Público nº 001/2026 – Credenciamento de Profissional Leiloeiro, que, em 04 de setembro de 2026, foi realizado sorteio público destinado à definição da ordem dos leiloeiros habilitados, cujo resultado foi registrado em Ata e posteriormente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08 de Setembro de 2026, edição 3611.

Após a realização do sorteio, foi constatado que o participante Marcos Antonio Tulio, CPF nº 046.021.839-56, havia encaminhado sua documentação por correio eletrônico em 14 de agosto de 2026, anteriormente à realização do sorteio, tendo sido posteriormente verificado que a documentação atendia aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

Em razão do ocorrido, foi lavrada Certidão pela Comissão e submetida a questão à análise da Procuradoria Jurídica Municipal, que se manifestou por meio do Parecer Jurídico nº 63/2026, concluindo pela necessidade de tornar sem efeito o sorteio realizado em 04 de setembro de 2026 e pela realização de novo sorteio, com a participação de todos os leiloeiros habilitados, incluindo o participante anteriormente não incluído.

Diante disso, fica assegurado aos participantes habilitados o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste Aviso, para, querendo, apresentar manifestação acerca dos fatos e das providências a serem adotadas.

As manifestações deverão ser encaminhadas ao Departamento de Licitação, por meio de e-mail: pmsmolicitacao@gmail.com.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste na rua Jose de França Pereira nº 10, das 08:00hrs ás 12:00hrs e 13:00hrs às 17:00hrs de segunda a sexta Feira, dentro do prazo estabelecido.

Decorrido o prazo de manifestação, havendo ou não manifestação dos interessados, serão adotadas as providências cabíveis, observando-se o Parecer Jurídico nº 63/2026, inclusive quanto à realização de novo sorteio para definição da ordem dos leiloeiros habilitados, com a participação de todos os habilitados.

A data e o horário do novo sorteio serão divulgados oportunamente, com antecedência suficiente para possibilitar o acompanhamento do ato pelos participantes, conforme orientação da Procuradoria Jurídica.

Santa Maria do Oeste/PR, 11 de setembro de 2026.

LUCAS TIAGO MINHUK
Agente de Contratação

MATHEUS IASSUNIK DOS SANTOS
Equipe de Apoio

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Equipe de Apoio

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:2995A525

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01198/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042 9 9841-0499

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01198/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: KETLIN CRISCIANE LOCATELLE MATRÍCULA **n.º** 9997241
CARGO: ENFERMEIRA **CPF N.º** 045.***.***-67
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA PARTICIPAÇÃO DA LINHA GUIA DE ATENÇÃO AS POPULAÇÕES EXPOSTAS AOS AGROTOXICOS-PEVASPEA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 05/08/2026-11/08/2026
Data de Retorno: 05/08/2026-11/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02(DUAS) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$200,00 (DUZENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 11 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:623DA604

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01203/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042 9 9841-0499

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01203/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: MARIELE IVANA LACONSKI **MATRÍCULA n.º** 17641
CARGO: ENFERMEIRO **CPF N.º** 072.***.***-42
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA PARTICIPAÇÃO DA LINHA GUIA DE ATENÇÃO AS POPULAÇÕES EXPOSTAS AOS AGROTOXICOS-PEVASPEA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 23/07/2026-05/08/2026
Data de Retorno: 23/07/2026-05/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1/5 (UMA MEIA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 50,00 (CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$50,00 (CINQUENTA)

VALOR TOTAL R$: R$150,00 (CENTO CINQUENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 11 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:545A35FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01301/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01301/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FRANCIELE CORDEIRO **MATRÍCULA n.º** 9997628
CARGO: SECRETARIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE **CPF N.º** 104.***.***-50

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO RELACIONADOS A SECRETARIA DE SAUDE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 24/06/2026-09/07/2026-08/08/2026-11/08/2026
Data de Retorno: 24/06/2026-09/07/2026-08/08/2026-11/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$350,00 (TREZENTO E CINQUENTA)
N.º DE DIÁRIAS: 02 1/5 (DUAS MEIA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 75,00 (SETENTA E CINCO)
VALOR TOTAL R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA)

VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 11 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:1C9B5DDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01302/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042 9 9841-0499

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01302/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ATAIR CORDEIRO **MATRÍCULA n.º**94421
CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS **CPF N.º** 030.***.***-89
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA PARTICIPAÇÃO DA LINHA GUIA DE ATENÇÃO AS POPULAÇÕES EXPOSTAS AOS AGROTOXICOS-PEVASPEA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 05/08/2026
Data de Retorno: 05/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 11 de Setembro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:D0A0DAD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº 05/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº 05/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, Estado do Paraná, com sede na Av. Brasil, 1431, CEP 85710-000, CNPJ: 75.927.582/0001-55, vem através deste edital, NOTIFICAR a todos os

moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que a localidade denominada de Núcleo **SÃO PEDRO DO FLORIDO**, está em fase de regularização fundiária em formato de REURB-S e REURB-E, através da LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, conforme Artigo 23, da Lei nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matriculas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 22.162, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

DO NÚCLEO:
Artigo 01. Núcleo Urbano **SÃO PEDRO DO FLORIDO**, neste município, pertencente à matrícula nº 22.162 de propriedade dos Srs. SANDRO LUIZ PEREIRA E ELEANDRO PEREIRA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

QUADRO DE ÁREA DA MATRÍCULA 11.092

Área total da matrícula	468.800,00 m²
Área núcleo urbano (REURB)	250,33 m²

Área total da REURB	250,33 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:
Artigo 02. A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:
a) Escola de educação básica onde as crianças do núcleo são atendidas;
b) Arruamento na maior parte da área da intervenção;
c) Energia elétrica pública e residencial;
d) Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
e) Esgotamento sanitário individual;
f) Sinal de telefonia móvel;
g) Transporte escolar cedido pelo município;
h) Atendimentos de transporte público coletivo;

DAS CONFRONTAÇÕES:
Artigo 03.: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote, salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados, cujos, serão alvo deste edital, sendo que a ausência de manifestação será tida como aceite, conforme artigo 13, §1º do Decreto nº 9.310/2018 e Artigo 20, §1o da Lei nº 13.465/2017.
Artigo 03.1. **Os titulares de domínio terão 30 dias para a manifestação**, conforme artigo 13, §1º do Decreto nº 9.310/2018 e Artigo 20, §1o da Lei Federal nº 13.465/2017, sendo eles:
Artigo 03.2. Os confrontantes externos terão 30 dias para a manifestação, conforme artigo 13, §1º do Decreto nº 9.310/2018 e Artigo 20, §1o da Lei Federal nº 13.465/2017, sendo eles:

DOS REQUERENTES:
Artigo 04. Os requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana, através da Lei 13.465/2017 são:

Nº	NOME
1.	ELISSON JONAS GRIEGER

DAS IMPUGNAÇÕES:
Artigo 05. As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial, sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste/PR, endereçada ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver, ficando a critério da municipalidade, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões, conforme Art. 20 da Lei Federal 13.465/2017.
Artigo 05.1. A visualização das peças processuais e documentos que às acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.
Artigo 05.2. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de REURB, conforme prevê a Lei, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do Art. 31, §5º e §6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ EM 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:8A88A706

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS DATAS DO CRONOGRAMA constante no art. 2o da Resolução no 001/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, PARA A ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIs), e dá outras providências".

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal No 4355/2026 que "aprovou e nomeou os membros da Comissão Organizadora das Eleições das Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Santo Antonio do Sudoeste – PR";

CONSIDERANDO, a Resolução no 001/2026 da Secretaria Municipal de Educação que "Regulamentou a Lei no 3.064 de 23 de Agosto de 2022, onde institui Diretrizes para Eleição de Diretor (a) das Escola Municipais e Centro Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública de ensino de Santo Antonio do Sudoeste – PR";

CONSIDERANDO, a Ata no 02/2026, de 04 de setembro de 2026, da Comissão Organizadora da Eleição de Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs);

RESOLVE:

25/06/2026	Publicação da Resolução nº001/2026 pela Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte.
26/06/2026	Prazo para Publicação da Comissão de Eleição, composta por representantes das Escolas/CMEIs.
23/10/026	Entrega de documentos e do Plano de Trabalho, para Comissão de Eleição. Manhã:07h30 às 11h30. Tarde: 13h às 17h. Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
04/11/2026	Realização da Prova – 19h às 21h.
13/11/2026	Afixação do resultado da Prova pelo Presidente da Comissão da Eleição.
27/11/2026	Afixação de relação das inscrições deferidas pelo presidente da Comissão de Eleição.
02/12/2026	**ELEIÇÃO**
07/12/2026	Publicação dos resultados pela Comissão de Eleição
10/12/2026	Prazo para interpor recurso junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
14/12/2026	Homologação dos Eleitos.

Art. 1º - Altera as datas constantes no Artigo 2o da Resolução no 001/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que estabelece o Cronograma instituído pela Secretaria Municipal de Educação, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º - Os demais artigos e anexos da Resolução no 001/2026 permanecem vigentes e inalterados.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, esta publicação entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Santo Antônio do Sudoeste Paraná, em 09 de setembro de 2026.

ELISANDRA SCHNEIDER TONINI
Secretaria Municipal de Educação,Cultura Esporte
Portaria 148/2025

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:B091120B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2024 PREGÃO Nº 46/2024

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2024
Pregão Nº 46/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 10/09/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: MARCUS VINICIUS RIBEIRO DE SOUZA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:75B856BD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0270/2026 DISPENSA Nº 050/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0270/2026
Dispensa nº 050/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: TRANSPORTES SEVERGNINI
CNPJ Nº 18.808.705/0001-03
Representante: PAULO CESAR SEVERGNINI
CPF nº 893.143.529-00
OBJETO: Prestação de serviços de turismo e lazer para viagens rodoviárias de cunho turístico (excursões), destinadas à execução do Projeto Viaja Mais 60 – Fase III, conforme Deliberação nº 004/2026 CEDIPI/PR. Conforme cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Sudoeste.
VALOR TOTAL: R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)
VIGÊNCIA: 09/09/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 10/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1BDFB9EB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA Nº 50/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA Nº 50/2026

OBJETO: Prestação de serviços de turismo e lazer para viagens rodoviárias de cunho turístico (excursões), destinadas à execução do Projeto Viaja Mais 60 – Fase III, conforme Deliberação nº 004/2026 CEDIPI/PR. Conforme cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Sudoeste.
Em cumprimento ao disposto no artigo 75, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério de menor preço por item:

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 10/09/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:ADB43940

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 131/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 98 DA Lei Municipal 1990/09 que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria de Administração, férias regulares, referente ao exercício de 2026.

DELIA SEGOBIA MACHADO PEREIRA Matricula n° 5513791 (11/09 a 30/09/2026)
20 dias de férias

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:B2370866

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº132/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora ANSELMA STRUB matrícula n° 98311, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para a prestação de serviços junto a Secretaria de Educação na biblioteca Municipal a partir de 01/09/2026.
Está portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:F0FB854B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº133/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora SIRLENE REGINA MEGER matrícula n° 2731, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para a prestação de serviços junto a Secretaria de Educação no CMEI Criança Feliz a partir de 02/09/2026.
Está portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 02/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:922147BC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº134/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 98 DA Lei Municipal 1990/09 que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria de Administração, férias regulares, referente ao exercício de 2026.

DELIA SEGOBIA MACHADO PEREIRA Matricula n° 5513791
(11/09 a 30/09/2026)
20 dias de férias

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:5C8D4F8D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº135/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar e ceder a servidora ELIANE BRUM matrícula n° 3111, ocupante do cargo efetivo de Tecnico Em Contabilidade, para a prestação de serviços junto à Associação Comercial e Empresarial de Santo Antônio do Sudoeste - ACESAS, e atuar como responsável pelas seguintes atribuições: Agente de Credito do Fomento Paraná; responsável pelo Escritório de Compras Local; Agente de desenvolvimento Local, a partir de 01/09/2026.

Está portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:6667F322

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 98 DA Lei Municipal 1990/09 que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria de Administração, férias regulares, referente ao exercício de 2026.

EMERSON LUIS OLIVEIRA DA SILVA Matricula n° 5513961
07 dias de férias - (14/09 a 20/09/2026)

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:4EC1C7A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO N. 17/2026

Nº Processo: 10/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026. **Contratante:** SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CNPJ 02.460.512/0001-66. **Contratado:** AM1 NEGOCIO E SERVIÇOS - LTDA, CNPJ nº 20.861.637/0001-80. **Objeto:** Fornecimento dos lotes: 2. **Fundamento Legal:** Art. 75, II da Lei 14.133/21. **Vigência:** 10/09/2026 a 10/09/2027. **Valor Total:** R$ 2.980,00. **Data de Assinatura:** 10/09/2026

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:1D750850

SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO N. 18/2026

Nº Processo: 10/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026. **Contratante:** SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CNPJ 02.460.512/0001-66. **Contratado:** NAVODAP – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA, CNPJ nº 33.540.866/0001-44. **Objeto:** Fornecimento dos lotes: 1 e 3. **Fundamento Legal:** Art. 75, II da Lei 14.133/21. **Vigência:** 10/09/2026 a 10/09/2027. **Valor Total:** R$ 2.850,00. **Data de Assinatura:** 10/09/2026

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:8B2FA34B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 151 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1512026/2026 de 4 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.095,44 (três mil e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0131)	3.095,44

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0131	3.095,44

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 4 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:52FF6455

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 152 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1522026/2026 de 4 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 13.063,78 (treze mil e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2048 - MANUTENÇÃO DO FMAS - IGD/PBF	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0936)	3.973,78
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2073 - SUBVENÇÃO A ENTIDADES	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	9.090,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2048 - MANUTENÇÃO DO FMAS - IGD/PBF	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0936)	3.973,78
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2074 - SUBVENÇÃO AS COMUNIDADES INDÍGENAS	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	9.090,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 4 de Agosto de2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:E7984191

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 153 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1532026/2026 de 7 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 31.799,92 (trinta e um mil e setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2048 - MANUTENÇÃO DO FMAS - IGD/PBF	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0936)	5.549,92
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.452.0006.2067 - MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIO	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	26.250,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2048 - MANUTENÇÃO DO FMAS - IGD/PBF	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0936)	5.549,92
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.452.0006.2067 - MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIO	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	26.250,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 7 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:9386DD57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 154 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1542026/2026 de 10 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	37.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	12.000,00
15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0494)	37.000,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.1024 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE E MEIO FIO EM VIAS	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	12.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.452.0006.2068 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PASSEIO E JARDINS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 10 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:13E7E8F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 155 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1552026/2026 de 11 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 24.727,40 (vinte e quatro mil e setecentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.306.0012.2019 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0135)	19.727,40
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0303)	5.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.306.0012.2025 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL -	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0135)	13.952,40
12.306.0012.2028 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO DE JOVENS E	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0135)	5.775,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0303)	5.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:BE79F907

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 157 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1572026/2026 de 11 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$ 10.484,93 (dez mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0131)	10.484,93

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE	0131	10.484,93

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:9AEEA128

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 158 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1582026/2026 de 14 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 505.091,00 (quinhentos e cinco mil e noventa e um reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
09.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	
13.122.0008.2064 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0869)	505.091,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	505.091,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 14 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:93967B95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 159 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1592026/2026 de 17 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 11.801,52 (onze mil e oitocentos e um reais e cinquenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.1009 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA REDE MUNICIPAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0131)	11.801,52

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0131)	11.801,52

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 17 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:33514164

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 161 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1612026/2026 de 19 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.590.000,00 (dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.304.0010.1014 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA REDE MUNICIPAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0518)	90.000,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.1025 - READEQUAÇÃO, CONSERVAÇÃO E CALÇAMENTO DE ESTRADAS	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0720)	2.500.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	2.590.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:813F321A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 163 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1632026/2026 de 20 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional especial e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 458/2026 de 20 de Agosto de 2026.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 258.520,86 (duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.005 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
16.482.0006.1047 - CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES - FUNDO DE HABITAÇÃO	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0874)	258.520,86

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0874	258.520,86

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:54C415F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 164 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1642026/2026 de 20 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Reabertura de crédito adicional especial e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 460/2026 de 20 de Agosto de 2026.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Reabertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos e reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.364.0012.2086 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	5.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	500,00
26.364.0012.2086 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	5.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.364.0012.2080 - SUBVENÇÃO EDUCAÇÃO SUPERIOR	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	10.500,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CA4E721A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 165 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1652025/2026 de 20 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional especial e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 458/2026 de 20 de Agosto de 2026.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 41.479,14 (quarenta e um mil e quatrocentos e setenta e nove reais e quatorze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.005 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
16.482.0006.1047 - CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES - FUNDO DE HABITAÇÃO	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0874)	41.479,14

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	41.479,14

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CA5C950C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 168 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1682026/2026 de 25 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 43.200,05 (quarenta e três mil e duzentos e reais e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	12.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.244.0009.2084 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA MULHER	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0802)	7.200,05
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.002 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2076 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	24.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	12.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.1021 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ASSISTÊCIA SOCIAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0802)	7.200,05
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.812.0014.1029 - COBERTURA DA ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL -	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	24.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 24 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:147DB30B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 170 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1702026/2026 de 26 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 134.583,72 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0504)	134.583,72

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0504)	134.583,72

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:47533372

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 171 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1712026/2026 de 27 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2054 - MANUTENÇÃO DO PISO PARANAENSE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0850)	10.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2054 - MANUTENÇÃO DO PISO PARANAENSE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0850)	10.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:5E5ECC4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 172 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1722026/2026 de 27 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 64.100,00 (sessenta e quatro mil e cem reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
11.331.0004.2015 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
3.3.90.47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS - (Grupo/Fonte 0000)	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2048 - MANUTENÇÃO DO FMAS - IGD/PBF	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0936)	14.100,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	64.100,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:944E227C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 173 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1732026/2026 de 28 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 35.888,48 (trinta e cinco mil e oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0836)	15.888,48
3.1.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - (Grupo/Fonte 0000)	20.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	35.888,48

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:D3E3FDEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 174 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1742026/2026 de 28 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos e reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	88.200,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0104	88.200,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:24C25950

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 176 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1762026/2026 de 31 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 222.345,09 (duzentos e vinte e dois mil e trezentos e quarenta e cinco reais e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	4.000,00
07.006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.244.0009.2084 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA MULHER	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0802)	2.097,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.1024 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE E MEIO FIO EM VIAS	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	141.248,09
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	70.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.122.0014.2083 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	5.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2051 - MANUTENÇÃO DO AUXILIO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0000)	4.000,00
07.006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.245.0009.1058 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE - FUNDO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0802)	2.097,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
09.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	
13.122.0008.2064 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	70.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.451.0006.1048 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO / REFORMA - SEDE CÂMARA MUNICIPAL	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	141.248,09
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.812.0014.1029 - COBERTURA DA ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL -	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	5.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:A290E1CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 177 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1772026/2026 de 31 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.362.0012.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0130)	127.000,00
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0117)	120.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	247.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:451E5C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 178 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1782026/2026 de 1 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2040 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0494)	5.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0494	5.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 1 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:8F035ED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 179 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1792026/2026 de 1 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 141.140,00 (cento e quarenta e um mil e cento e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	87.200,00
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0303)	53.940,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.9002 - RESERVA DE EMENDAS PARLAMENTARES	
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (Grupo/Fonte 0303)	141.140,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 1 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:E6777208

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 180 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1802026/2026 de 1 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 431.168,20 (quatrocentos e trinta e um mil e cento e sessenta e oito reais e vinte centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0303)	90.000,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	125.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.451.0006.1033 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO / REFORMA DE CAPELA MORTUÁRIA -	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	186.168,20

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.9002 - RESERVA DE EMENDAS PARLAMENTARES	
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (Grupo/Fonte 0000)	341.168,20
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (Grupo/Fonte 0303)	90.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 1 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CDAD7FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 181 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1812026/2026 de 3 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional especial e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 461/2026 de 3 de Setembro de 2026.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - (Grupo/Fonte 0494)	100.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0494)	100.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:B65BE0AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 182 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1822026/2026 de 3 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 6,57 (seis reais e cinquenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.123.0005.2009 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0187)	6,57

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	6,57

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:09F15AD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 183 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1832026/2026 de 3 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências. O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 122,27 (cento e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.123.0005.2009 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0187)	122,27

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0187	122,27

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CEF7B1CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 236/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **EMERSON SILVESTRE,** AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, n**omeado** por esta Prefeitura Municipal em 01/05/2014, conforme Portaria 114/14 de 30/04/2014, 15 (quinze) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 01/05/2025 a 30/04/2026, a partir de 10/09/2026, devendo retornar ao trabalho em 25/09/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 11 de setembro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:C627A229

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 237/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

EXONERAR, A PEDIDO, o Sr. **MURILO BARRERA RODRIGUES,** RG 13.494.373-4, do Cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, a partir de 08/09/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 11 de setembro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:B3ED324B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2025 3º TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº65/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA SÃO JERONIMO DA SERRA – DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA-ME

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8 residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **SÃO JERONIMO DA SERRA – DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ: 15.293.438/0001-82, com sede no Endereço: Avenida Pedro Ferreira da Costa, Nº 1.220, São Jerônimo da Serra - Paraná, CEP: 86.270-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **ALLISON LUID ÁVILA DOS SANTOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 081.298.809-46, portador da cédula de identidade RG nº. 12.600.417-6 SSP/PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÁS LIQUEFEITO DO COMBUSTÍVEL – GLP – EM BOTIJÕES P13 E P45, PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS E/OU DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Administração e Educação;
Considerando a anuência e justificativa da Secretaria Municipal de Administração e Educação;
Considerando a permissão legal contida no art. 84 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na prorrogação e reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;
Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo para prorrogação de prazo e saldo ata de registro de preço nº 65/2025 Pregão Eletrônico n°48/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses de **12/09/2026 até 12/09/2027** e o valor da renovação dos quantitativos originais, com a diferença de **R$ 43.016,58 (quarenta e três mil e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos),** referente ao item 1 o quantitativo de 353 unidades no valor unitário de R$ 121,86 (cento e vinte e um reais e oitenta e seis centavos) para retornar ao saldo original, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Educação, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de preço nº 65/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 11 de setembro de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

SÃO JERONIMO DA SERRA – DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA-ME
Contratada

Testemunhas:

1._____
Nome:
CPF:

2._____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:10D1D699

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026
O Presidente da Câmara de Vereadores de São José da Boa Vista – PR, considerando as informações contidas no processo em epígrafe, **ADJUDICA E HOMOLOGA** a **DISPENSA** de licitação sob o nº 08/2026, com base no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:
LOTE 01: Gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha (produtos de supermercado).
Vencedor: LS Supermercado LTDA
CNPJ: 24.751.337/0001-07
Valor Total do Lote: R$ 9.576,43 (nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos).
LOTE 02: Gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha (produtos de supermercado).
Vencedor: Rony Ferreira Martins ME
CNPJ: 01.671.749/0001-23
Valor Total do Lote: R$ 4.606,29 (quatro mil, seiscentos e seis reais e vinte e nove centavos).
LOTE 03: Gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha (produtos de supermercado).
Vencedor: LS Supermercado LTDA
CNPJ: 24.751.337/0001-07
Valor Total do Lote: R$ 2.324,73 (dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos).
Período de vigência: 11/09/2026 à 11/09/2027 (12 meses).
Determino ao setor competente que proceda a publicação da presente ratificação, bem como prepare o instrumento de contrato, caso seja necessário.
É a decisão. Publique-se. Cumpra-se.

São José da Boa Vista – PR, em 11 de setembro de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:E6804430

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 08-2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José da Boa Vista/PR.
CONTRATADA: LS SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº **24.751.337/0001-07**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha (produtos de supermercado), visando atender às necessidades diárias e de manutenção das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal — referente aos **Lotes 01 e 03**.
VALOR TOTAL: R$ 11.901,16 (onze mil, novecentos e um reais e dezesseis centavos).
PRAZO VIGÊNCIA: 11/09/2026 à 11/09/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001 – Legislativo Municipal/Câmara Municipal
2.001 – Manutenção do Legislativo Municipal
3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo - R$ 55.031,29
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.
FORO: Comarca de Wenceslau Braz/PR.

São José da Boa Vista – PR, em 11 de setembro de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:270209F6

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09-2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José da Boa Vista/PR.
CONTRATADA: RONY FERREIRA MARTINS ME, CNPJ nº **01.671.749/0001-23**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha (produtos de supermercado), visando atender às necessidades diárias e de manutenção das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal — referente ao **Lote 02**.
VALOR TOTAL: R$ 4.606,29 (quatro mil, seiscentos e seis reais e vinte e nove centavos).
PRAZO VIGÊNCIA: 11/09/2026 à 11/09/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001 – Legislativo Municipal/Câmara Municipal
2.001 – Manutenção do Legislativo Municipal
3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo - R$ 55.031,29
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.
FORO: Comarca de Wenceslau Braz/PR.

São José da Boa Vista – PR, em 11 de setembro de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:53E7DDA4

PODER LEGISLATIVO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

O Presidente da Câmara de Vereadores de São José da Boa Vista – PR, considerando as informações contidas no processo em epígrafe, **HOMOLOGA E ADJUDICA** a **INEXIGIBILIDADE** de licitação sob o nº 14/2026, com base no artigo 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, em favor da empresa **DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA,** CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para realização do "Seminário Licitações Sustentáveis", promovido pela empresa DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA, a ser realizado nos dias 15, 16, 17 e 18 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba/PR, com um investimento total de R$ 2.690,00 (dois mil, seiscentos e noventa reais).
Determino ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação e adjudicação, bem como prepare o instrumento de contrato, caso seja necessário.
É a decisão. Publique-se. Cumpra-se.

São José da Boa Vista – PR, em 11 de setembro de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:FEBAEAA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 1°PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DISPENSA Nº 71/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E empresa D G CASARIN – ACADEMIA – ME, CNPJ 22.470.019/0001-34

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 01/09/2026 à 01/09/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 01 de setembro de 2025.

São Pedro do Paraná-PR,26 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:061AC98C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 29/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 326ª Reunião Extraordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar devolução de valores referentes às Resoluções nº 1009/2021, 933/2021 e 870/2021. Sendo Resolução SESA nº 1009/2021 (destinada ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário) o valor de R$ 170.000,00a serem devolvidos. Resolução SESA nº 933/2021 (destinado ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário) o valor de R$ 72.000,00a serem devolvidos. Resolução SESA nº 870/2021 (destinado ao incentivo financeiro para custeio e investimento em ações de reabilitação multiprofissional)o valor de R$ 17.000,00 a serem devolvidos, todos os respectivos valores serão acrescidos das respectivas atualizações monetárias. O valor total a ser devolvido corresponde a R$ 322.350,89 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), sendo R$ 259.000,00 referentes aos valores originalmente recebidos e R$ 63.350,89 referentes à respectiva atualização.
Art. 2.º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS/São Sebastião da Amoreira - Resolução nº 29/2026 de 09 de setembro de 2026, nos termos do parágrafo 2º, art. 1º da Lei Federal n º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:1FA3B1A3

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO N.º 252/2026

Súmula: Nomeia candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeado o candidato abaixo descrito, aprovado no concurso público Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, convocados através do Decreto municipal nº244/2026.

FISIOTERAPEUTA– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
ELIANA KASHIWABARA OIZUMI	86,50	04º

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 11 de setembro de 2026.

CHRISTIANE F. BONARDI	*EXILAINE GASPAR*
Dir. do Depto de Rec. Humanos	Prefeita Municipal
Decreto nº 67/2026	

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:8661E503

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 251/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, **o candidato abaixo relacionado, convocado através do Decreto Municipal nº244/2026, foi considerado apto com sua admissão a partir do dia 21 de setembro de 2026.**

FISIOTERAPEUTA– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
ELIANA KASHIWABARA OIZUMI	86,50	04º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 11 de setembro de 2026.

CHRISTIANE F. BONARDI	*EXILAINE GASPAR*
Dir. do Depto de Rec. Humanos	Prefeita Municipal
Decreto nº 67/2026	

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:8FA04B3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 251 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Declara de utilidade pública e de interesse social um imóvel localizado na área central do município de São Sebastião da Amoreira.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, EXILAINE GASPAR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941, Art. 5º, alínea "h" e "i", modificado pela Lei Federal nº 9.785/1999, e amparada pelo Art. 66, inciso V, da Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira, e

CONSIDERANDO *que o Banco Itaú S/A encerrou suas atividades neste Município com o fechamento da agência antes localizada na Rua José Sebastião Lopes, referente ao imóvel designado pelo Lote 20 da Quadra D7, Matrícula nº 813 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Assaí, com área total de 675,00 m²;*

CONSIDERANDO *que o referido imóvel se encontra desocupado e disponível para alienação;*

CONSIDERANDO *a necessidade do Município de dotar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de sede própria e adequada para o atendimento ao público e execução de suas atividades administrativas, restabelecendo a eficiência do serviço e eliminando gastos públicos permanentes com locação de imóveis de terceiros;*

CONSIDERANDO *a supremacia do interesse público sobre o privado e o dever da Administração Pública de otimizar seus recursos operacionais e patrimoniais;*

DECRETA

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel localizado na Rua José Sebastião Lopes, constituído pelo Lote nº 20 da Quadra D7, Matrícula nº 813 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assaí, com área total de 675,00 m², de propriedade do Banco Itaú S/A.

Parágrafo único. O imóvel desapropriado destinar-se-á ao funcionamento e instalação da sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e órgãos correlatos.
Art. 2º Fica o Município de São Sebastião da Amoreira autorizado a promover todos os atos administrativos, judiciais e extrajudiciais necessários à efetivação da desapropriação do imóvel descrito no artigo 1º, assegurando-se o exercício das prerrogativas conferidas pelo Art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, pelo Decreto-Lei nº 3.365/1941 e demais legislações aplicáveis.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Administração e a Procuradoria-Geral do Município autorizadas a adotar as providências necessárias à execução deste Decreto, incluindo a avaliação imobiliária, negociações administrativas e a instrução de eventual ação judicial de desapropriação.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e na íntegra o Decreto nº 361/25.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal Gestão
2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:442E63DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 250 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Nomeia e estabelece as atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Declarados de Utilidade Pública ou Interesse Social.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe o art. 66, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um procedimento técnico e padronizado para a avaliação de imóveis que venham a ser declarados de utilidade pública ou interesse social, visando à sua justa aquisição, desapropriação ou locação;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica constituída, em caráter permanente, a **COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS (CPAI)**, com a finalidade de realizar a avaliação e a fixação do valor de mercado de quaisquer imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social para fins de aquisição, desapropriação ou locação por parte da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Avaliação será composta pelos seguintes servidores municipais:

I – Ivan Satihiro Tagami, matrícula funcional nº 1272, Engenheiro, na condição de **Presidente**;

II - Danilo Almeida da Silva, matrícula funcional nº 1483, Engenheiro, na como membro;

III - João Vitor Moreira da Silva, matrícula funcional nº 1900, servidor municipal, como membro.

Art. 3º - Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis (CPAI):

I. Realizar vistorias técnicas e levantamento de dados do mercado imobiliário local.

II. Elaborar o Laudo de Avaliação do imóvel, observadas as normas técnicas vigentes, o qual servirá de base para a aquisição, desapropriação ou locação.

III. Subsidiar a Procuradoria-Geral e a Secretaria Municipal de Administração nos atos de negociação extrajudicial.

IV. Apresentar o Laudo de Avaliação final à Prefeita Municipal no prazo estabelecido no ato convocatório ou conforme a urgência e complexidade da demanda.

Art. 4º - O exercício das atribuições dos membros da CPAI será considerado serviço público relevante, não ensejando remuneração específica.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e na íntegra a Portaria nº 349/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 11 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:988857F5

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 100/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 20/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: LMK CONFECÇÕES LTDA

Objeto: Aquisição de uniformes destinados aos alunos integrantes da Banda Marcial Municipal.

Valor Total: R$ 7.738,68 (sete mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até 11/09/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:EEDCF15F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
ESCLARECIMENTO - PE Nº 12-2026

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – SMSA – TENDO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS.

O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio, instituídos pela Portariaº. 103/2026 - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – Águas de Sarandi, no uso de suas atribuições legais, e em contato com o setor requisitante, torna público aos interessados a solicitação de esclarecimento feita pela empresa **RRW LICITA LTDA**, como segue:

Pergunta: *"Visto que os contatores solicitados são tripolares 1NA. São Obrigatoriamente WEG - CWB ou podem ser da marca SOPARNO, ELGIN , VEARTECH modelo LC1?"*
Resposta: Os itens que são exigidos marca e modelo deverão ser ofertados em conformidade com o edital.

Sarandi, 11 de setembro de 2026.

THIAGO TONSIC GASPAROTTI
Pregoeiro

Publicado por:
Thiago Tonsic Gasparotti
Código Identificador:D7B5226E

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

ORIGEM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2026/SMSA
CONTRATANTE	ÁGUAS DE SARANDI – SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
CONTRATADA	NADIA APARECIDA DALL AGNOL - CONSULTORIA
CNPJ	12.095.355/0001-90
VALOR CONTRATO:	R$ 8.550,00 (OITO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)
OBJETO	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO – SELEÇÃO DO FORNECEDOR E O PROCESSO SANCIONADOR DA LEI Nº 14.133/2021, COM FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, E PRÁTICA NO COMPRAS.GOV.BR.
FUNDAMENTO LEGAL	ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA "F" DA LEI Nº 14.133 DE 2021
ASSINATURA	10 DE SETEMBRO DE 2026

Sarandi/PR, 10 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor Geral - Águas de Sarandi
Decreto 1263/2026

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:3CFD3C26

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 232/2026

Designa servidores para responderem pela gestão e fiscalização de contrato administrativo, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais abaixo relacionados, com a finalidade de responderem pela gestão e fiscalização do contrato administrativo oriundo da **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026**, que tem por objeto a **TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO – SELEÇÃO DO FORNECEDOR E O PROCESSO SANCIONADOR DA LEI Nº 14.133/2021, COM FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, E PRÁTICA NO COMPRAS.GOV.BR**, durante a vigência do respectivo contrato:

Matrícula nº:	Nome:	Função:
2936	Frederico Izidoro Pinheiro Neves	Gestor de Contrato
2966	Jaqueline Harumi Hashimoto	Fiscal de Contrato

Art. 2º Na ausência do servidor designado para a função de Fiscal, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) para a função de Gestor, excepcionalmente, exercerá a função de Fiscal Substituto**.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi (PR), 10 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor Geral - Águas de Sarandi
Decreto 1263/2026

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:C9787A26

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 077/2026

Súmula: Aposenta o servidor *Jose Dias Negrão* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **art. 6° da EC 41/03 c/c Art. 36 da LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.
I – Considerando o requerimento protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao servidor **JOSE DIAS NEGRÃO,** inscrito no CPF sob. n° 505.xxx.xxx-25, lotado do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo sob a matrícula nº 3172, com o cargo de Vigia.

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6° da EC 41/03, (Redação anterior à EC 103/2019) c/c Art. 36 da LC Municipal n° 264/2011.

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria será no total de R$ 2.894,78 (dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos), composto pelas seguintes verbas: Salário Base no valor de R$ 1.897,97 (um mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), Elevação de Merecimento L.C. 159/07 no valor de R$ 455,51 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), e Anuênio no valor de R$ 541,30 (quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos), sendo que seu reajuste será com paridade.

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE
SARANDI, em 11 de setembro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:FCE0E9B7

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026-CMS

Tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do art. 220 da Lei Municipal nº 3.008, de 2024, observadas as condições e hipóteses de aplicação previstas na legislação.

Por meio deste, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas de eventuais interessados em relação à Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, para o objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s), conforme o respectivo lote, para a prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Sarandi**,** conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
INFORMAÇÕES, EDITAIS OU OUTROS DOCUMENTOS PERTINENTES: https://transparencia.cms.pr.gov.br/licitacao-aberta
LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no e-mail: compras@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 14/09/2026; **Término**: às 12h de 21/09/2026.

ESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO PODERÁ SER PRORROGADO POR PEDIDO OU PELA DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO.
Sarandi, 11 de setembro de 2026.

ALEX FRANCISCO DE SOUZA
Agente de Contratação - Portaria Nº 019/2025-CMS

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:5CBB2AC2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0092026 - PMS - UASG 988461- CONTRATAÇÃO 988461-172026

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de Engenharia/Arquitetura para reforma da cobertura da Unidade Básica de Saúde (UBS) Pioneiro Jaime Aparecido da Costa – Jd. das Flores, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, fornecimentos e demais elementos necessários à entrega da obra devidamente concluída, em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipais de Urbanismo e de Saúde de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Data e horário de abertura da Sessão: **dia 30 de setembro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98846103000172026
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2026&tipoLicitacao=3&licitacao=9

Sarandi, 11 de setembro de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratações

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:BBFDA9E4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
COMUNICADO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 07/2026-PMS

OBJETO: **Contratação de serviços de publicidade e propaganda prestados por intermédio de agência de propaganda para atender a demanda da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.**

Comunicamos às participantes do CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 007/2026-PMS, Sessão 09/09/2026, o Resultado de Julgamento da Proposta Técnica:

Ordem	EMPRESA LICITANTE	NOTA PONTUAÇÃO TOTAL (Q1+Q2+Q3+Q4)	SITUAÇÃO
1	TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI	97,99	CLASSIFICADA
2	SOL PROPAGANDA LIMITADA	96,00	CLASSIFICADA
3	HEY PROPAGANDA LTDA	76,99	CLASSIFICADA
4	ÚNICA PROPAGANDA LTDA	34,33	Desclassificada (Inv. Nº 01)

Fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recursos.
Todas as informações e documentações referente a Concorrência Pública nº 07-2026, estão disponíveis no Portal Transparência da Prefeitura de Sarandi-PR.
Sarandi, 10 de setembro de 2026

Atenciosamente,

JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS
Presidente da CC

Publicado por:
Jessica Goncalves Castione Jagas
Código Identificador:CF1A74F0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N° 1329/2026

SÚMULA: Revoga o Decreto Municipal n° 1173/2026, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Revoga o Decreto Municipal n° 1173/2026, de 02 de julho de 2026, que revogava os itens VII e XLII do Decreto 638/2007 - em que cedia servidores da Prefeitura Municipal de Sarandi para à Autarquia Águas de Sarandi, conforme solicitado pelo Ofício ASGAB n° 287/2026 - SMSA e afirmado pelo Ofício n° 1835/2026 - Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Bifon Marengoni
Código Identificador:E315500B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N° 1330/2026

SÚMULA: Revoga o item XLII do Decreto 638/2007, que cede servidores da Prefeitura Municipal de Sarandi para à Autarquia Águas de Sarandi.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o item XLII do Decreto 638/2007 de 15 de janeiro de 2007 que cede os servidores para desempenhar suas funções junto à Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, conforme as informações subsequentes:

ITEM	NOME	CARGO	A PARTIR DE
XLII	ROMILDO XAVIER DE CARVALHO	PEDREIRO	04/08/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir da data do respectivo servidor(a).

PAÇO MUNICIPAL, 09 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Bifon Marengoni
Código Identificador:A1A4312F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.632/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

Ao servidor Jorge Seremeta, ocupante do cargo de Guardião, matrícula funcional de n.º 15461, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, 15(quinze) dias de férias regulamentares a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 05/06/2026 a 04/06/2027.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:0987AE27

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5181/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 632.000,00 (Seiscentos e Trinta e Dois Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N. 779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 632.000,00 (Seiscentos e Trinta e Dois Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1731	00501-Receitas de Alienações de Ativos	62.000,00
	SUBTOTAL	62.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0017.1003	PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DE VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
7401	00501-Receitas de Alienações de Ativos	570.000,00
	SUBTOTAL	570.000,00
	TOTAL	632.000,00

Art. 2º. - Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 501 (tdas e alienação).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 09/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:F6E3F2BE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5185/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
28.843.0000.0018	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIV. CONFESSADA	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
1410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.003	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
26.122.0018.2072	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE TRANSPORTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 10/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:44B0892B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2026

Concorrência Publica n.º 009/2026 – Processo Licitatório n.º 109/2026
CONTRATADA: ALVES DO VALLE CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 42.113.284/0001-72.

OBJETO: Execução de serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, destinado a obra de Empreitada por preço global, para ampliação e reforma da quadra de esportes da Escola Municipal do Campo Presidente Médici, com área a ampliar de 368,38 m² e área a reformar de 269,09 m², localizadas no Distrito de Ouro Verde, zona rural do município de Sengés, PR.
VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O valor global aprovado para o objeto é de **R$ 1.204.374,91 (um milhão, duzentos e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE OBRAS E REFORMA
MAUT DEPTO DE OBRAS E REFORMAS Ensino Fundamental
3830 103 449051 – Obras e Instalações
3840 104 449051 - Obras e Instalações
3850 1040 449051 – Obras e Instalações
Manutenção do Depto de Obras e Reformas Pre escolar
3880 104 449051 – Obras e Instalações
3890 1040 449051 – Obras e Instalações
DA VIGÊNCIA: A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo com vigência de 380 (trezentos e oitenta) dias, contados da data de assinatura.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/09/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 11 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D29C7F81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151/2025

Pregão Eletrônico n.º 092/2025 - Processo Licitatório nº 214/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **ANA PAULA M. DE ALMEIDA TRANSPORTE LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 29.791.364/0001-19.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do instrumento em mais 12 (doze) meses.
DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O item 1 da CLÁUSULA QUARTA passa a vigorar com a seguinte redação: "1 – O prazo de vigência da presente ATA será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 31/08/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 11 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7FA9CBB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 077/2026

Pregão Presencial nº 013/2026 - Processo Licitatório nº 041/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.

OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da revisão dos preços, do Lote 04 (Arla 32), passando o valor unitário de R$ 3,00 (três reais) a ser de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos). Em razão da revisão, acrescer-se-á ao valor total do contrato o montante de R$ 5.847,06 (cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e seis centavos).
DO OBJETO E REQUISITOS: A coluna *"Preço"* do Lote 4 da tabela constante no § 1º da Cláusula Primeira do Contrato, passa a vigorar com a seguinte redação:

Preço
4,50

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O *caput* da Cláusula Terceira do contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "Estima-se para fins contratuais o valor total de R$ 5.208.359,25 (cinco milhões duzentos e oito mil trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 04/09/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 11 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:6F785D61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 062/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de e montagem, manutenção, operação e desmontagem de estruturas temporárias, infra - estrutura elétrica, contêineres sanitários e demais equipamentos necessários para a realização da FECOMGÉS – Feira do Comercio de Sengés, a ser realizado em setembro de 2026, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comercio, através de Dispensa de Licitação**.**

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

FUN VILLE ENTRETENIMENTO LTDA inscrita no CNPJ sob o N°. 07.287.719/0001-02, para fornecer os lotes desta licitação com o valor global de **R$ 64.665,70 (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).**

Sengés, 11 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:1DD5A5F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 062/2026

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a dispensa de licitação abaixo especificada:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de e montagem, manutenção, operação e desmontagem de estruturas temporárias, infra - estrutura elétrica, contêineres sanitários e demais

equipamentos necessários para a realização da FECOMGÉS – Feira do Comercio de Sengés, a ser realizado em setembro de 2026, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comercio, através de Dispensa de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 64.665,70 (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).**

Autorizo a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 11 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:9D53F8B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 169/2026)

OBJETO: Empreitada por preço global, com recursos repassados pelo FUNDO NACIONAL DA CULTURA, para reforma da Biblioteca Pública Municipal, com área a reformar de 164,27 m2, localizado (a) na Rua Prefeito Aristides Pereira Mattos Neto, 333, Morungava II, zona urbana do município de Sengés, PR.
VENCEDOR: JRS CONSTRUÇOES LTDA sob o CNPJ N° 52.503.010/0001- 43, no objeto desta licitação, com o valor total de **R$ 90.896,02 (noventa mil e oitocentos e noventa e seis reais e dois centavos).**

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/2026

Sengés, 11 de Setembro de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:9DE26906

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 203, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.080		DIVISAO DE PATRIMONIO	
10.080.04.122.0016.2.085		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONSERVACAO DE PROPRIOS E PATRIMONIO PUBLICO.	
405 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
Total Suplementação:			20.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução					
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO			
10.080		DIVISAO DE PATRIMONIO			
10.080.04.122.0016.2.085		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONSERVACAO DE PROPRIOS E PATRIMONIO PUBLICO.			
408 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00		
Total Redução:					20.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:B09BDC24

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 128/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 07/02/2009 a 07/02/2014 à servidora pública **ÂNGELA CAROLINA FRANCO** ocupante do cargo de professora matrícula nº 101393 e inscrita no CPF nº 831.789.299-91.
Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/09/2026.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:781722E5

ASSESSORIA GERAL
SUMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIETAL (AA)

Município de Sertanópolis Paraná, escrito no CNPJ: 76.245.034/0001-08, torna público que requereu ao IAT - Instituto Água e Terra, Autorização Ambiental para Implantação de galerias pluviais, com dissipador de energia, na Rua Senador Souza Naves, nº1.855 Água do Cerne -Sertanópolis-Pr

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:8F0A2186

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 80/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 80/2025, decorrente de Pregão n°46/2025 de Registro de Preços para contratação de serviços em instalação, funcionamento e manutenção de um parque de diversões, para as comemorações no mês das crianças (outubro) no município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **ROSANGELA CRISTINA DA VEIGA MARANGONI**, inscrita no CNPJ sob nº. 00.938.752/0001-06, com sede no endereço CALIFORNIA, nº 656, JARDIM CALIFORNIA, SARANDI-PR neste ato representada por **Rosangela Cristina da Veiga Marangoni,** portador do CPF sob n° 83918760987, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 138.106,46 (cento e trinta e oito mil cento e seis reais e quarenta e seis centavos), prorrogando a Ata de Registro de Preço com o reestabelecimento do quantitativo inicial e corrigindo o valor em 4,317112% conforme índice do INPC, atendendo ao Pedido do Departamento de Cultura e Turismo que comprovou o preço vantajoso, com fundamento nos art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CARROSSEL CARRINHO (GIRA GIRA) CARROS EM FIBRA DE VIDRO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 8.240,01	R$ 8.240,01
1	2	CARROSEL MOTO (GIRA GIRA) - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 7.822,74	R$ 7.822,74
1	3	CARROSSEL SAFARI (GIRA GIRA) CARROS EM FIBRA DE VIDRO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 7.822,74	R$ 7.822,74
1	4	CAMA ELÁSTICA COM 04 PANOS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 7.301,15	R$ 7.301,15
1	5	AUTO PISTA-CARRINHO BATEBATE - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 29.207,75	R$ 29.207,75
1	6	RODA GIGANTE ESTRELA - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 25.035,06	R$ 25.035,06
1	7	BARCA BARCO VIKINK - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.00	R$ 22.948,72	R$ 22.948,72
1	8	KID PLAY: (PLAY GROUND): BRINQUEDO SOBRE CARRETA COMK VÁRIAS ATRAÇÕES COMO: CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHA, BALANÇO E VÁRIOS OBSTÁCULOS INFANTIS.	1.00	R$ 7.822,74	R$ 7.822,74
1	9	HAPPY MOUNTAIN - MINHOCA - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	1.0000	R$ 21.905,55	R$ 21.905,55

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*ROSANGELA CRISTINA DA VEIGA MARANGONI*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A1FD715B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 45/2026, decorrente de Pregão n°55/2025 de Registro de Preços para aquisição de materiais de higiene e alimentação para suprir as necessidades dos diversos órgãos da administração pública municipal.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **G N ARANTES COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 56.239.565/0001-80, com sede no endereço R JOAO BATISTA PEREIRA LIMA, nº 210, CONJUNTO RESIDENCIAL JOSE TIBURCIO, CORNÉLIO PROCÓPIO-PR neste ato representada por **Cristiane Nieto Arantes,** portador do CPF sob n° 03133723901, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 2.289,20 (dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), corresponde ao acréscimo de 25,00% do item 03, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Administração que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	Leite UHT, integral, embalagem em caixinha de 1 litro	485,00	R$ 4,72	R$ 2.289,20

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*G N ARANTES COMERCIO E SERVICOS LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E72823D4

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº054/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº054/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-16/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 05 de outubro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 054/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação Ampla Concorrência com itens exclusivos para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de preços para prestação de serviços veterinários de castração cirúrgica (ovariossalpingohisterectomia e orquiectomia) de cães e gatos, destinados a animais resgatados pelo Canil Municipal e de tutores em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:40E61B1D

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 228/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 228/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.
CONTRATADO: DISMAFE FERRAMENTAS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.
VALOR: R$ 3.230,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS).
EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:9CE26C30

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº231/2026

EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº231/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço,** na hipótese do art. 75, *inciso **I***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º055/2023, e demais legislação aplicável.
Objeto: Contratação de empresa especializada para retirada de grama sintética existente e execução de nova grama sintética esportiva, incluindo material e instalação (conforme Pedido, Estudo Técnico e Termo de Referência),
Data da sessão: **18 de setembro de 2026.**
Horário da Apresentação de Propostas: 9:00 hrs.
Email: compras@sertanopolis.pr.gov.br
Endereço: Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, 342, Centro, Sertanópolis – Pr, CEP: 86.170-000, Sala de Compras e Licitações.

Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes , através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h30 as 11h30 e 13h30 as 17h00 ou pelo e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br, até o prazo final de apresentação.

Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:9F821554

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 232/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 232/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MAPE STORE INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA RECEPÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL.
VALOR: R$ 2.690,00(DOIS MIL, SEISCENTOS E NOVENTA REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B6742C5F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 148-2026

EXTRATO DA ATA Nº 148/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 148/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: 65.133.060 MARCOS VINÍCIUS ZIELASKO COELHO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85165.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 8.946,000 (OITO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:252DDE93

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 149-2026

EXTRATO DA ATA Nº 149/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 149/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: AVANTI OFFICE LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85166.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 25.228,00 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:DBA3380C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 150-2026

EXTRATO DA ATA Nº 150/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 150/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: CIBIMA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85167.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 35.433,45 (TRINTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E TRES REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:2BC3C4EA

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 151-2026

EXTRATO DA ATA Nº 151/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 151/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85168.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 12.320,00 (DOZE MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:98EF8AE0

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 152-2026

EXTRATO DA ATA Nº 152/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 152/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: DMI REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85169.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 1.582,90 (UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:18CED8A4

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 153-2026

EXTRATO DA ATA Nº 153/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 153/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85170.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 120.180,00 (CENTO E VINTE MIL E CENTO E OITENTA REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:3383B044

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 154-2026

EXTRATO DA ATA Nº 154/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 154/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: GLOBO COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85171.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 128.008,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL E OITO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:F5BF235A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 155-2026

EXTRATO DA ATA Nº 155/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 155/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: GVS COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS EIRELI.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85172.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 20.683,00 (VINTE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E TRES REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:5C22E8A5

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 156-2026

EXTRATO DA ATA Nº 156/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 156/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI -EPP.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85173.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 1.020,00 (UM MIL E VINTE REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:88E3D485

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 157-2026

EXTRATO DA ATA Nº 157/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 157/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MICRON INFORMATICA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85174.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 620,00 (SEISCENTOS E VINTE REAIS.
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:8B603A57

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 158-2026

EXTRATO DA ATA Nº 158/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 158/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PÁDUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85175.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 5.481,00 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:78310D99

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 159-2026

EXTRATO DA ATA Nº 159/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 159/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PHM COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85176.

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 174,00 (CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:05C62FD3

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 160-2026

EXTRATO DA ATA Nº 160/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 160/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 222/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, ID. 85177.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 103.435,14 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:323BDC52

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 161-2026

EXTRATO DA ATA Nº 161/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 161/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MUNDIAL GERADORES LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO COMPLETO DA INFRAESTRUTURA DE EVENTOS, COMPREENDENDO: EQUIPAMENTOS DE SOM; ESTRUTURA DE PALCO; ESTRUTURA DE TENDAS E CAMARINS; GERADOR DE ENERGIA; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO; PAINEL DE LED COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA; SISTEMA DE FILMAGEM; OPERAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA MONTAGEM E DESMONTAGEM; TRANSPORTE E SUPORTE TÉCNICO DURANTE O EVENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, CÍVICOS E COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 238/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026, ID. 85178.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 24.400,00 (VINTE E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:D4047284

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 162-2026

EXTRATO DA ATA Nº 162/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 162/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: SEA SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO COMPLETO DA INFRAESTRUTURA DE EVENTOS, COMPREENDENDO: EQUIPAMENTOS DE SOM; ESTRUTURA DE PALCO; ESTRUTURA DE TENDAS E CAMARINS; GERADOR DE ENERGIA; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO; PAINEL DE LED COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA; SISTEMA DE FILMAGEM; OPERAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA MONTAGEM E DESMONTAGEM; TRANSPORTE E SUPORTE TÉCNICO DURANTE O EVENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, CÍVICOS E COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 238/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026, ID. 85179.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 104.530,00 (CENTO E QUATRO MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:362D31A3

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 163-2026

EXTRATO DA ATA Nº 163/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 163/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: VIA SOM BRASIL LTDA - ME.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO COMPLETO DA INFRAESTRUTURA DE EVENTOS, COMPREENDENDO: EQUIPAMENTOS DE SOM; ESTRUTURA DE PALCO; ESTRUTURA DE TENDAS E CAMARINS; GERADOR DE ENERGIA; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO; PAINEL DE LED COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA; SISTEMA DE FILMAGEM; OPERAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA MONTAGEM E DESMONTAGEM; TRANSPORTE E SUPORTE TÉCNICO DURANTE O EVENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, CÍVICOS E COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 238/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026, ID. 85180.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 81.200,00 (OITENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:F6EB577E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 59/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CORRIDA DE RUA "1ª CORRIDA PEDESTRE SANTA TEREZINHA", ESTANDO INCLUSOS PRODUTOS, SERVIÇOS, MATERIAL PROMOCIONAL E MÍDIA**.**
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 273/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 207/2026 - ID Nº 85129.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 19.800,00 (DEZENOVE MIL E OITOCENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:C93B7977

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 229/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 229/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GUILLEN COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
SCARAMAL & CIA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS À UTILIZAÇÃO NO EVENTO OFICIAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.
VALOR: R$ 9.719,90(NOVE MIL, SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 10 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:B5010A6E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 230/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 230/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: TORNO E SOLDA SERTANOPOLIS LTDA-ME.
OBJETO: SERVIÇO PARA PRODUÇÃO DE PEÇAS ORNAMENTAIS COM TEMÁTICA NATALINA.
VALOR: R$ 8.800,00 (OITO MIL E OITOCENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 10 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:3B39B696

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE N.º19/2026

DESPACHO
Processo de Inexigibilidade n.º19/2026

Procedo a Inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa **CRIATIVE MUSIC LTDA**, CNPJ Nº 63.712.077/0001-04, com sede comercial estabelecida na Rua José Penna Medina n.º 195, Ed. Unique Business, 18º Andar, Cobertura, Praia da Costa – Vila Velha - ES, CEP 29.101-320, neste ato representada pelo Sr. Ivanildo Medeiros Nunes, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.231.722 SSP/ES, inscrito no CPF/MF n.º 079.395.337-54, residente e domiciliado na Avenida Antônio Gil Vellozo, nº 2780, Apto. 601 – Torre Norte – Itapuã – Vila Velha – ES, CEP 29.101-738, representante exclusivo do artista: **"Preto no Branco"**, mediante Inexigibilidade de Licitação, para apresentação artística em data de 29/12/2026, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), aproximadamente, nas festividades de Réveillon, no valor global de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), com base no artigo 74, II, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, eis que empresária exclusiva de artistas de consagração nacional.

Paço Municipal Santo Soriani, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5D54974D

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATATÓRIO DISPENSA 117/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATATÓRIO DISPENSA 117/2026

DESPACHO
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA 117/2026

Considerando justificativa emitida pelo Departamento de Cultura e Turismo o qual menciona a negativa do fornecedor em executar o

objeto contratado, **PROCEDO A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA Nº 117/2026.**

Ao Setor de Compras para as diligências necessárias.

Sertanópolis, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4EF75FBC

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 15/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: ADRIANO DE OLIVEIRA CAMILO, CNPJ n.º 26.326.990/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 27.027,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 16/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: ATRIUM INDÚSTRIA R COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ n.º 46.423.434/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 27.200,20.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 17/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: BRV INDÚSTRIA BRASILEIRA DE REGISTROS E VÁLVULAS LTDA EPP, CNPJ n.º 17.489.164/0001-27

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 21.144,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 18/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: CENTRAL DAS CONEXÕES LTDA, CNPJ n.º 65.355.381/0001-77

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 24.155,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 19/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: CONEHIDRO COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA, CNPJ n.º 35.703.977/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 99.198,91.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 20/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: EMPORIUM FOR HOME LTDA, CNPJ n.º 20.550.625/0001-34

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 2.405,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 21/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: FRONT COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 43.731.740/0001-00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 10.456,70.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 22/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: HIDROGERAIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 34.640.774/0001-07

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 5.000,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 23/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: KP COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 67.516.847/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 60.667,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 24/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: LP CAMPOS MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 52.856.104/0001-04

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 10.110,10.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 25/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, CNPJ n.º 04.151.335/0001-61

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 32.861,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 26/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: NELIA MARIA CYRINO LEAL INDÚSTRIA DE MATERIAIS FUNDIDOS LTDA, CNPJ n.º 11.109.083/0001-78

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 1.440,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 27/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: PLASMAB MANUFATURA LTDA, CNPJ n.º 45.960.921/0001-34

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 3.440,00.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 28/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: VDA SANEAMENTO LTDA, CNPJ n.º 43.486.840/0001-19

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E LACRES ANTIFRAUDE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026

TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 9.774,30.

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:15FBCBF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que do dia **12/09/2026 a 05/10/2026** estará recebendo, em sua sede, inscrições de agricultores familiares ou grupo de agricultores, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, para seleção de projetos de venda, mediante dispensa de licitação, destinados a **"AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR VINDO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA POSTERIOMENTE SER FRNECIDA A ESCOLA MUNICIPAL ARNALDO BUSATO E CMEI NEULI MARIA STOFFELS."**. A sessão de abertura será dia **06/10/2026 às 09h:00min na sala de licitações.** Cópia do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Comissão de Licitação ou pelo Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 - e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 11 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:B6F94F3B

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRUSTRADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

O Município de Sulina, através da Pregoeira Oficial do município, Srta. Ediceia Schaefer Rosa e sua equipe de apoio designada pela Portaria 217/2025, torna público que o processo licitatório Pregão Eletrônico nº 42/2026, do tipo Menor preço por item, restou **FRUSTRADO** devido a desclassificação de todas as propostas de preços cadastradas. Concedeu-se prazo recursal e não houve manifestação de intenção em recurso administrativo. Sulina, 11 de setembro de 2026.

EDICEIA SCHAEFER ROSA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:A199CEE1

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **01/10/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS, NOVOS E DE PRIMEIRO USO, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS CRIANÇAS DURANTE AS FESTIVIDADES DE NATAL DE 2026 PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE SULINA – PR"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 14/09/2026 até dia 01/10/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 01/10/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com.

Sulina, 11 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:7BA5F37C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
NÚMERO:05/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de obra de construção de campo society com arquibancada na comunidade de Rio D'Areia de Baixo, conforme projetos básicos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital.

CONTRATADA: TURFGREEN COM. DE GRAMA SINTÉTICA E CONST. DE QUADRA ESPORTIVA LTDA, inscrita no CNPJ 29.252.265/0001-69, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 730 – Atiradores – Joinville/SC.

Valor total: R$ 524.623,00 (Quinhentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais).

Teixeira Soares-PR, 17 de junho de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal, de Teixeira Soares/PR

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:727FAF06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL (CMSBA)
Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (10/09/2026), às 09h45min, nas dependências da Secretaria Municipal de Esportes de Teixeira Soares, situada na **Rua João Ribeiro dos Reis,** Centro, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Teixeira Soares (CMSBA), registrando-se o comparecimento e a expressa assinatura na lista de presença dos seguintes representantes: Tiago Francisco Alves, Ana Cláudia Moreira Gomes, Antonio Benonimo Rodrigues, Carlos Renô Neves Júnior, Jaciel Viegandt, Ricardo Vieira Guimarães, Dirlei Gomes Pires, Luci Mara Pires Pedroso Fogaça, Inêz Marchinski Matte e Clebia Cruz, constatando-se o quórum regulamentar de seis membros titulares e quatro suplentes nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 2.300/2026 e do art. 7º do Decreto nº 274/2026. A sessão foi formalmente aberta pelo Presidente nato do CMSBA, Tiago Francisco Alves, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, que deu as boas-vindas aos presentes, declarou instalado o colegiado e expôs os atos constitutivos, procedendo à leitura e detalhamento da Lei Municipal nº 2.300, de 02 de julho de 2026, com foco nas competências do Conselho e na instituição do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA), bem como à apresentação do Decreto Municipal nº 272, de 18 de agosto de 2026, conferindo posse oficial aos conselheiros para o

mandato de dois anos. Em seguida, foi apresentado o inteiro teor do Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 274, de 18 de agosto de 2026, sendo o mesmo submetido ao Plenário e ratificado por aclamação unânime dos membros presentes. Dando prosseguimento, procedeu-se à eleição para a Vice-Presidência na forma do art. 10, inciso II, do Regimento Interno, restando eleito e aclamado por unanimidade o conselheiro Ricardo Vieira Guimarães, representante da Sanepar. Passando às deliberações sobre a dinâmica operacional de funcionamento, restou aprovado que as ausências às reuniões deverão ser formalmente comunicadas e justificadas com clareza e brevidade, com vistas à preservação de mandato nos termos regimentais; deliberou-se expressamente que não haverá votação online, ocorrendo as votações de forma presencial e direta; determinou-se a disponibilização prévia de todos os projetos, relatórios e proposições no grupo de comunicação do colegiado, garantindo tempo hábil para estudo técnico das matérias; ajustou-se o acionamento célere de suplente sempre que houver impossibilidade do titular; registraram-se os dados de Carlos René Alves Júnior (CPF 053.500.869-44) para atualização dos registros internos; e deliberou-se pelo envio de comunicação ao Gabinete do Prefeito para edição de decreto retificador ao Decreto nº 272/2026 a fim de alterar a conselheira Inêz M. Motta para membro titular, conferir a condição de membro titular a Lucimara (Luci Mara Pires Pedroso Fogaça) e compatibilizar as grafias e dígitos de documentos dos conselheiros, além de expedir notificações formais aos membros ausentes e ao representante de associação comunitária para assegurar a plenitude das representações. Em sede de debates gerais, foi ressaltada a importância do planejamento e da destinação racional e prioritária dos investimentos em saneamento, buscando projetos viáveis e adequados às reais demandas da população. Quanto ao cronograma ordinário, restou estabelecido que as reuniões ordinárias ocorrerão bimestralmente, sempre às quintas-feiras da terceira semana do mês, às 13h30min, pré-agendando-se as sessões de 19 de novembro de 2026, 21 de janeiro de 2027, 18 de março de 2027, 20 de maio de 2027, 15 de julho de 2027, 16 de setembro de 2027 e 18 de novembro de 2027, cabendo reuniões extraordinárias por convocação justificada quando necessário. Nada mais havendo a tratar, a presente ata e todos os seus termos foram lidos em voz alta aos presentes, obtendo a expressa e unânime concordância de todos os conselheiros participantes, cuja manifestação favorável, presença e aprovação do teor deliberado restam integralmente atestadas mediante a Lista de Presença original assinada, que é anexada a este documento como anexo inseparável para todos os efeitos de direito e publicação oficial no Diário Oficial do Município. Eu, Ana Claudia, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente. Teixeira Soares – PR, dez de setembro de dois mil e vinte e seis.

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:33F0C39C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 293, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 293, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 272, de 18 de agosto de 2026, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (CMSBA), instituído pela Lei Municipal nº 2.300, de 02 de julho de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos arts. 10 e 15 da Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026,
DECRETA:
Art. 1º O Artigo 1º do Decreto Municipal nº 272, de 18 de agosto de 2026, passa a vigorar com as seguintes alterações e retificações na composição de seus membros titulares e suplentes:
"Art. 1º (...)
I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
(...)
2. Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Carlos Renô Neves Júnior – CPF: 053.xxx.xxx.869-44
Suplente: Antonio Benonimo Rodrigues – CPF: 077.xxx.xxx-13
(...)
III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E USUÁRIOS
1. Defesa de Usuários (PROVOPAR):
Titular: Luci Mara Pires Pedroso Fogaça – CPF: 676.xxx.xxx-91
Suplente: Dirlei Gomes Pires – CPF: 006.xxx.xxx-56
(...)
4. Conselho Municipal de Saúde (CMS):
Titular: Inez Marchinski Matte – CPF: 610.xxx.xxx-87
Suplente: Joani José Batista – CPF: 374.xxx.xxx-53
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais nomeações, representações e disposições constantes do Decreto Municipal nº 272, de 18 de agosto de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:23280F0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 318/2026
REF: PREGÃO N° 79/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: VALIM & LOURENCO LTDA-ME., CNPJ nº 08.020.047/0001-29, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). NILTON CARLOS VALIM, CPF: 498.262.049-00, carteira de Identidade nº 36743972.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **129.402,20 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e dois reais e vinte centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 03 de setembro de 2026, com vencimento até 03 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 03 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:56A9D6BB

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA 34-2026

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a pretendida Dispensa de nº. 34/2026 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no inciso II do Artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, a favor da empresa C. A. VIECELLI LTDA, CNPJ: 32.404.978/0001-05, com sede na RUA RIO DA PAZ, 1084, CASCAVEL -PR., quanto à ***Aquisição de larvicida biológico à base de Bacillus thuringiensis var. israelensis (BTI), cepa AM65-52, destinado ao controle integrado de larvas de simulídeos (borrachudos) e demais dípteros vetores nos cursos d'água situados no território do Município de Terra Boa/PR.***

O valor total depreendido com a contratação será de R$ 11.750,00 (onze mil e setecentos e cinquenta reais).

Face ao disposto no Artigo 72 da Lei nº. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Terra Boa/PR, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:58F8B74E

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 30/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 30/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 24.586.988/0001-80 no valor total dos itens vencidos de R$ 154.569,01 (cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e um centavo).

2) K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.675.016/0001-58 no valor total dos itens vencidos de R$ 111.960,14 (cento e onze mil, novecentos e sessenta reais e quatorze centavos).

3) AM CIANORTE DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 43.603.551/0001-52 no valor total dos itens vencidos de R$ 82.845,55 (oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

4) SULPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 01.942.594/0001-12 no valor total dos itens vencidos de R$ 74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais).

5) LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 34.223.536/0001-98 no valor total dos itens vencidos de R$ 39.345,30 (trinta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).

6) VITIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 51.578.226/0001-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 31.642,00 (trinta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais).

7) CIRURGICA PRIME LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 46.116.717/0001-02 no valor total dos itens vencidos de R$ 26.832,10 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais e dez centavos).

8) INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PPARA SAÚDE LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 37.052.250/0001-85 no valor total dos itens vencidos de R$ 23.221,25 (vinte e três mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

9) L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 49.875.336/0001-97 no valor total dos itens vencidos de R$ 18.555,84 (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

10) MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 36.757.380/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 17.736,10 (dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos).

11) ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 18.362.195/0001-85 no valor total dos itens vencidos de R$ 17.271,80 (dezessete mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos).

12) ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 19.336.532/0001-22 no valor total dos itens vencidos de R$ 14.869,86 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

13) GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 46.884.097/0001-43 no valor total dos itens vencidos de R$ 11.906,95 (onze mil, novecentos e seis reais e noventa e cinco centavos).

14) W MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 46.952.637/0001-89 no valor total dos itens vencidos de R$ 10.272,60 (dez mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).

15) SUPERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 47.181.976/0001-71 no valor total dos itens vencidos de R$ 9.927,10 (nove mil, novecentos e vinte e sete reais e dez centavos).

16) CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 60.599.605/0001-72 no valor total dos itens vencidos de R$ 8.975,00 (oito mil, novecentos e setenta e cinco reais).

17) YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 51.740.794/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.543,00 (sete mil, quinhentos e quarenta e três reais).

18) DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 19.316.524/0001-14 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.996,50 (cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

19) CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 23.228.076/0001-74 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.242,50 (cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

20) 57156070 MAIRLAN OLIVEIRA DO NASCIMENTO inscrito no CNPJ/CPF Nº 57.156.070/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.995,30 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos).

21) ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 35.626.812/0001-21 no valor total dos

itens vencidos de R$ 2.709,80 (dois mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos).

22) K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 40.892.801/0001-23 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais).

23) ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 85.477.586/0001-32 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.522,50 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

24) CIRURGICA IBIPORÃ LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 23.178.900/0001-29 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais).

25) MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 28.199.997/0001-70 no valor total dos itens vencidos de R$ 207,44 (duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:57D9C896

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 828/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **KATIA CRISTINA REBELLO RIBEIRO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **23/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5B198092

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 829/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **ANDERSON LEANDRO APARECIDO BAZARIN** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **23/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BB37BAC9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 830/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **MARIA HELENA PONTIN VERI** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **23/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E4E0C136

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 831/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **RENATO RIBEIRO DA SILVA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de ASSESSORIA DE GABINETE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **03/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BC31642A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 832/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **ALISSON GONCALVES DE OLIVEIRA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS – MOTORISTA referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **13/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:54A7C1F7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 833/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **CINTIA COSTA DE MOURA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA referente ao período aquisitivo 2025/2026.
Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/09/2026** a **23/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:DC5D837C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 834/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **LETICIA DOS SANTOS ROCHA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **04/09/2026** a **23/09/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/09/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:6DF206A6

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.442/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4442/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 11.237,86 (onze mil duzentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1741 - 3.3.90.30.00.00	3510	MATERIAL DE CONSUMO	11.237,86
		Total Suplementação:	**11.237,86**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES LUIZ
Prefeito Municipal

HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:8BA6CD09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 350/2022

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **JOAO BATISTA BORGES 57127522987, CNPJ 47.323.964/0001-34** com endereço na AVENIDA PARANA, 1970 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por JOAO BATISTA BORGES ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 571.275.229-87, com domicilio na AVENIDA PARANA, 1970 CASA - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 8.666/93, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 100/2022, objetivando a **Contratação de empresa para prestação de serviços de 04 (quatro) Profissionais de Educação Física para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esportes de Terra Rica, nas modalidades de: Futsal (02), Muay Thai (01) e Taekwondo (01), através do Projeto "Transformando Vidas" com a disponibilidade de até 20h semanais, para cada projeto esportivo.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, fica o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 14 de setembro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, fica o contrato acima identificado, com seu Preço Unitário reajustado conforme índice INPC de 4,10% passando de R$ 34,02 (Trinta e quatro reais e dois centavos) **para R$ 35,41** (Trinta e cinco reais e quarenta e um centavos). Ficando assim, o contrato aditivado em mais R$ 36.826,40 (Trinta e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 350/2022 de 22/09/2022.

Terra Rica-Pr, 11/09/2026.

JOÃO BATISTA BORGES	***AGNALDO DE SOUZA COSTA***
Contratado	Prefeito Municipal

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:AC89B4F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 82/2026
OBJETO: Registro de preço para placa de identificação de perpétua

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 15/09/2026.

Terra Rica, 11/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:816EA818

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 352/2022

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **GENTE SEGURADORA S A , CNPJ 90.180.605/0001-02** com endereço na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 - CEP: 90020060 - BAIRRO: CENTRO HISTÓRICO, neste ato representada por MARCELO WAIS ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 632.005.380-15, com domicilio na RUA MAL FLORIANO PEIXOTO, 450 - CEP: 90020060 - BAIRRO: CENTRO HISTÓRICO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 8.666/93, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 129/2022, objetivando a **Contratação de seguro do veículo CHEV/ONIX PLUS 10TAT NB, PLACA SDQ-0I82.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 15/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado aditivado em mais R$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 352/2022 de 19/09/2022.

Terra Rica-Pr, 10/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Gente Seguradora S A
MARCELO WAIS

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:A5FDBE57

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PDUOS - Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo

Em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 043/2022 *(Plano Diretor)*, a Administração Municipal de Terra Rica, **CONVIDA** a população em geral, para participar da **Audiência Pública**, que realizar-se-á no dia **16/09/2026,** às **13h30,** nas dependências do Gabinete do Prefeito Municipal, sito à Av. Cláudio Domingos Soletti, nº 1.120, onde será apresentado à população alterações no **PDUOS – Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal**, já devidamente aprovadas pelo **Conselho de Desenvolvimento Municipal de Terra Rica**.

Sua presença é muito importante.

Terra Rica-Pr, 11 de setembro de 2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:DA94BA36

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL

A Prefeitura Municipal de Terra Rica, através da Comissão de Finanças e Orçamento, torna público a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para a apresentação da proposta do **Orçamento Anual para o exercício de 2027,** prevista no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal que realizar-se-á no dia 30 de setembro de 2026, às 15:00 horas, na sede do Poder Legislativo Municipal, neste Município.

Paço Municipal, em 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRA AP. DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Mazute
Código Identificador:ABA13184

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL

A Prefeitura Municipal de Terra Rica, torna público a **AUDIÊNCIA PÚBLICA para Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do exercício de 2026**, de acordo com o previsto no parágrafo 4º do art. 9º da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que se realizará no dia 30 de setembro de 2026, às 14:00 horas, na sede do Poder Legislativo Municipal.

Paço Municipal, em 11 de setembro de 2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA AP. DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Leandro Mazute
Código Identificador:478161F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 402/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR MARIO APARECIDO FULADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **MARIO APARECIDO FULADOR,** matrícula Nº 12005, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA,** referente ao período aquisitivo de 30/04/2024 a 29/04/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **12/09/2026 a 21/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (11/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:1B87B902

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 403/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR SILVIO CESAR SOLETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOU**ZA COSTA,** PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **SILVIO CESAR SOLETTI,** matrícula Nº 12048, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA,** referente ao período aquisitivo de 10/07/2023 a 09/07/2024, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **14/09/2026 a 13/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (11/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:3817BEC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 404/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR DANILO VENTURINI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **DANILO VENTURINI,** matrícula Nº 12174, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 30/06/2023 a 29/06/2024, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **14/09/2026 a 03/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (11/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:E3F1701C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2026

DE UM LADO: O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ nº 73.897.589/0001-46, neste ato representado pelo Diretor, Sr. **ADRIANO SERGIO NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, nº1087, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68.

DE OUTRO LADO: WP DO BRASIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **04.483.808/0001-28**.

DOMICÍLIO: AV. AMAZONAS, 2270, 0 - CEP: 86975000 - BAIRRO: CENTRO, Mandaguari/PR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE, Pregão - Eletrônico N° 16/2026, ratificado pelo Samae de Terra Rica - Pr em 04/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **3.019,95 (Três Mil e Dezenove Reais e Noventa e Cinco Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, nove dias de setembro de 2026

SAMAE de Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

WP Do Brasil LTDA EPP
CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:8F30EDFF

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2026

DE UM LADO: O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ nº 73.897.589/0001-46, neste ato representado pelo Diretor, Sr. **ADRIANO SERGIO NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, nº1087, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68.

DE OUTRO LADO: M3. BUSINESS GROUP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **54.494.740/0001-50**.

DOMICÍLIO: AV COLOMBO MACHADO SALLES, 0 - CEP: 88210000 - BAIRRO: JARDIM DOURADO, Porto Belo/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE, Pregão - Eletrônico N° 16/2026, ratificado pelo Samae de Terra Rica - Pr em 04/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **4.405,96 (Quatro Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, nove dias de setembro de 2026

ADRIANO SERGIO NUNES
SAMAE De Terra Rica

MATHEUS ALEXANDRE GRANDO
M3. Business Group LTDA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:D1F278F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 221/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 221/2026
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, ADIR TOSTA BARBOSA, inscrito no CPF sob n° ***.***.469-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Auxiliar Operacional, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 06 (seis) meses, com início em 14/09/2026 e término em 12/03/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 11 de setembro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:6F4E040B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 415/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 85/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: DONISETH APARECIDO BACHIEGA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS, DISCOS E MANCAIS, PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 09/09/2027, NO VALOR DE R$ 193.269,30 (CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: DONISETH APARECIDO BACHIEGA LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:FA9106D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 85-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 143/2026
Licitação n°: 85/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PARA EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TERRA ROXA/PR
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
MIORANDO EVENTOS LTDA	1
R$20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 11 de setembro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:E1E88A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 033/2026

RESOLUÇÃO Nº 33/2026, de 10 de setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a apreciação do 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, do Órgão Executor da Saúde do Município de Terra Roxa/PR, relativo ao exercício de 2026.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – PR, em Audiência Pública realizada no dia 28 de maio de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Municipal nº 087, de 7 de maio de 1991;
Considerando o disposto no art. 41 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, segundo o qual os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução da referida Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das respectivas populações, encaminhando ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
Considerando a apresentação e a análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, referente ao 1º quadrimestre de 2026, realizadas em Audiência Pública no dia 28 de maio de 2026, às 17h, na sede da Câmara Municipal de Vereadores;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público que foi apreciado por este Conselho o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, referente ao 1º quadrimestre de 2026, correspondente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2026, do Órgão Executor da Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de maio de 2026.

Terra Roxa – Paraná, 10 de setembro de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:84FDBB2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 149

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
RAYSA FRANCIELE SOUZA CUNHA	200787	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	19º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer, **a partir do dia 16 de setembro de 2026**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica

3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação

4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista

5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 14 de setembro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

ANEXO I
MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.

( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:
01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____.
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____.
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

ANEXO II
DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, ocupante do cargo_____, **DECLARO**, em cumprimento às disposições legais vigentes, que:
( ) **NÃO** estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria (art. 37, § 10 da CF), em licença para tratar de interesse particular ou

suspensão contratual, nem ocupo outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal, salvo nas hipóteses permitidas no artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal.
( ) **SIM**, eu possuo ACÚMULO LEGAL DE CARGO PERMITIDO pela hipótese do artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal
CF, artigo 37, caput, inciso XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Se assinalada a opção SIM, preenchimento OBRIGATÓRIO do quadro abaixo, conforme IN 71/2012 TCE PR Art. 4º inciso XV

VÍNCULO	CARGO	ÓRGÃO ENTIDADE	CARGA HORÁRIA	TURNO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO

Declaro estar ciente da minha obrigação de atualizar este documento de imediato ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Tijucas do Sul, sempre que alguma informação for alterada.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

MODELO III - DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Eu,_____, portador(a) de RG n.º SSP/_e CPF n.º_, em atendimento ao Edital de Convocação n.º _____, declaro para o fim específico de contratação pelo Concurso Público nº _____, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação a que se refere o presente Edital, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica, sujeitando-me às penas na lei.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:A1A0D4F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 394, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias ao servidor EVERALDO SCHLOSSER.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de setembro de 2026 a 05 de outubro de 2026, ao servidor**EVERALDO SCHLOSSER,**matrícula funcional nº 119681, portador da cédula de identidade com R.G. nº 9.059.354-4/SSP/PR, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Em virtude das férias do servidor, fica a servidora Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde respondendo cumulativamente pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3°Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 04 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:7163205A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 396, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Memorando nº 587/2026 da Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres, na forma do art. 65, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município e art. 122 inciso V do Estatuto dos Servidores Municipais

RESOLVE:

Art. 1° Determinar a instauração de Processo Sindicância e Inquérito Administrativo sob nº 09/2026, para averiguar fatos elencados em denúncia.
Art. 2º. Delegar à Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, nomeada pelos Decretos nº 6094 de 26 de fevereiro de 2026 e nº 6131 de 20 de março de 2026, competência para conduzir os trabalhos, apresentando relatório final que deverá ser submetido ao Chefe do Executivo.
Art. 3º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir os trabalhos e apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório final. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, conforme disposto no §1 do artigo 144, da Lei 50/2005 – Estatuto dos Servidores.
Art. 4º. A Comissão deverá instalar os trabalhos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação desta Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:B38CA7BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 398, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias a servidora LILIANE PEIXOTO BERBERT LIMA.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026, a servidora**LILIANE PEIXOTO BERBERT LIMA,**matrícula funcional nº 119463, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.806.630-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:4B63668F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 399, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias à servidora ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2026, a servidora **ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI,** matrícula funcional nº 1571 portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.342.551-4/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:4BE8483A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 37, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N° 37, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede aposentaria a Nilce Ferreira da Rocha Moreira

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria da servidora Nilce Ferreira da Rocha Moreira,
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a servidora Nilce Ferreira da Rocha Moreira, brasileira, servidora pública municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professora, nível salarial C 11, portadora do RG nº 4.653.893-5/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 018.626.909-95, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição ,** com proventos mensais e integrais, com fundamento no artigo 40, §1°, III, a, c/c § 5º da Constituição Federal.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.518,18(dois mil quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.
TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:929EB0B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 34 - ANO 2025

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 34/2025	Concorrência N° 06/2024	Aumento quantitativo e qualitativo no valor de **R$ 1.198.154,76**.	**CONSTRUTORA DE OBRAS SAID LTDA** CNPJ: 24.156.301/0001-77	03/09/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:EDD330A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 38/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ JUCEPAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DE BENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR, CREDENCIADO JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA.**

Credenciado:
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA – CPF: 065.132.226-05

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 38/2026.

Dotação Orçamentária:
04 Secretaria Municipal de Finanças
001 Diretoria de Finanças, Contabilidade e Tributação
04.123.0002.2005 – Manutenção do Dep. de Finanças, Contabilidade e Tributação
0820 (000) 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 11 de setembro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:8915695A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 063/2026

Súmula: Regulamenta o art. 55, §5o, da Lei Municipal n.º 136/2003 e dá outras disposições.

O Prefeito de Tomazina, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1o – Este Decreto regulamenta o art. 55, §5o, da Lei Municipal n.º 136/2003, que trata do procedimento fiscal a se realizado quando se verificar a incompatibilidade da base de cálculo do ITBI declarada pelo contribuinte, com o mercado imobiliário local.

Art. 2º. O trâmite para a apuração do ITBI tributo nas transmissões regulares, que incluem compra e venda, permuta, cessão de direitos e outras transmissões onerosas não imunes do tributo, seguirá o fluxo abaixo descrito:

I – Apresentação de requerimento pelo contribuinte, com as seguintes informações da operação de transmissão da propriedade:

a) Tipo de operação: compra e venda, permuta, cessão de direitos ou outra operação onerosa de transmissão da propriedade;

b) Valor declarado do imóvel: informar o valor do negócio e o valor de mercado do bem, quando o contribuinte entender que exista diferença entre os dois valores, sendo obrigatória a indicação de ao menos um dos valores;

c) Qualificação do contribuinte e dados para contato: nome, CPF, endereço, celular e e-mail, com obrigatoriedade de indicação de celular ou e-mail no requerimento;

d) Qualificação do imóvel: área total de terra nua (terreno) e da área construída existente (mesmo que não averbada), número da inscrição municipal do imóvel, se houver, e endereço completo;

e) Aceitação de recebimento: Declaração de que aceita receber informações sobre a análise e lançamento do ITBI por e-mail ou celular.

f) Anexos obrigatórios: escritura pública relativa a operação de transmissão, matrícula atualizada do imóvel (com data não anterior a trinta dias do requerimento) e, quando se tratar de imóvel objeto de financiamento, contrato relacionado à operação de crédito.

II – No ato de apresentação do requerimento, deve-se verificar o preenchimento de todos os itens obrigatórios para aceitação do protocolo, caso falte alguma informação, deverá o contribuinte complementá-la ao requerimento formulado.

III – Protocolado o requerimento, o fisco emitirá a resposta, que poderá ser:

a) Pela aceitação das informações e valores declarados, com o lançamento do tributo e geração dos meios para pagamento, cujo vencimento será de trinta dias contados da emissão, seguido da comunicação ao contribuinte, via dados de contato informado do requerimento;

b) Pelo arbitramento da base de cálculo do ITBI, caso os valores declarados pelo contribuinte estejam aquém do valor mínimo praticado no mercado imobiliário, com o lançamento e geração dos meios para pagamento com base no valor arbitrado, cujo vencimento será de trinta dias contados da emissão, seguido da comunicação do lançamento ao contribuinte, via dados de contato informados do requerimento;

c) Outras respostas pertinentes ao pedido conforme o caso concreto, cuja comunicação ao contribuinte se dará pelos meios de contato informados no requerimento.

§ 1º. A efetivação da transferência do imóvel somente poderá ocorrer com o pagamento da guia, e caso queira efetivar a transmissão antes do prazo máximo de pagamento, deverá o contribuinte recolher o tributo antes do dia de vencimento.

§ 2º. O requerimento será protocolado por meio eletrônico, físico ou encaminhado por e-mail, conforme os padrões e trâmites definidos pelo Município.

Art. 3º. Quando a operação envolver possível transmissão onerosa imune ao ITBI, na forma do art. 156, §2º, I da Constituição Federal, o contribuinte deverá requerer o reconhecimento da imunidade, com a apresentação da seguinte documentação:

I – Quando se tratar de integralização ao capital social de pessoa jurídica de bem imóvel:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que serão integralizados, com a indicação do seu número de matrícula e valor individualizado de integralização;

b) Contrato social consolidado mais recente na Junta Comercial ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que detalhe os imóveis e aponte os valores de integralização de cada um;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios, quando a pessoa jurídica possuir mais de dois anos de existência;

II – Quando se tratar de fusão, incorporação ou cisão de pessoa jurídica:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que serão incorporados, cindidos ou fundidos entre as pessoa jurídicas envolvidas, com a indicação do seu número de matrícula e valor utilizado na integralização;

b) Contrato social consolidado mais recente na Junta Comercial ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que detalhe os imóveis e aponte os valores de cada um na operação;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios, quando a pessoa jurídica possuir mais de dois anos de existência;

III – Quando se tratar de extinção de pessoa jurídica:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que são de propriedade da pessoa jurídica e serão repassados aos sócios, com a indicação do seu número de matrícula;

b) Contrato social consolidado mais recente na Junta Comercial ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que estabeleça os critérios para extinção e faça a apuração das cotas de cada sócio;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios, quando a pessoa jurídica possuir mais de dois anos de existência;

Parágrafo único. O fisco analisará a documentação e o contribuinte será informado do reconhecimento ou não da imunidade nos meios de contato indicados no requerimento.

Art. 4º. Na análise da imunidade, o fisco deverá atentar para os seguintes critérios:

I – Se a pessoa jurídica que receberá (adquirente) os imóveis possuir como atividade preponderante o ramo imobiliário, que inclui a compra e venda, construção para venda (incorporação), locação ou arrendamento de imóveis, mesmo que próprios, não terá direito a imunidade e o ITBI incidirá normalmente sobre a operação.

II – Se a pessoa jurídica que receberá (adquirente) os imóveis não possuir como atividade preponderante o ramo imobiliário:

a) Na integralização de imóveis do sócio ao capital social, a imunidade alcançará somente o valor do imóvel informado no contrato social ou ata como integralizado ao capital social, com a incidência do ITBI na diferença positiva entre o valor real do imóvel, que é base de cálculo do imposto, e o valor informado na integralização, na forma definida pelo julgamento do Tema 796 pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Nos casos de incorporação, fusão e cisão de pessoa jurídica, a imunidade alcançará somente o valor do imóvel informado como integralizado ao capital social no contrato social ou ata, com a incidência do ITBI na diferença positiva entre o valor real do imóvel, que é base de cálculo do imposto, e o valor informado na integralização.

c) Nos casos de extinção de pessoa jurídica, a imunidade será integral sobre a operação, independente do valor dos imóveis e da extinção.

Art. 5º. Feita a declaração do ITBI, por meio de requerimento, o fisco deverá averiguar a base de cálculo informada pelo contribuinte, que deve corresponder ao valor venal do imóvel, mais especificamente ao montante econômico, expresso em moeda corrente, equivalente ao valor de mercado do bem transferido, e quando o valor declarado for aquém do preço de mercado, o fisco deverá abrir procedimento de arbitramento da base de cálculo.

Parágrafo único. O processo de arbitramento se inicia com o apontamento inicial do valor de mercado do imóvel pelo fisco, seguido da aceitação ou contestação do contribuinte seguida da

decisão final do arbitramento, tudo conforme os trâmites estabelecidos neste Regulamento.
Art. 6º. Para os imóveis rurais, aqueles estabelecidos fora da zona urbana do Município ou que, dentro da zona urbana, sejam utilizados para exploração agrícola, a base de cálculo inicialmente arbitrada do ITBI pelo fisco será a maior dentre as apuradas pelos seguintes critérios:
I – Relatório de pesquisa de mercado de terras rurais, confeccionado pelo Município de Tomazina – PR;
II – Valor de avaliação do imóvel constante em contrato de financiamento, de compra e venda, de promessa de compra e venda, por contrato ou escritura pública, ou sentença judicial;
III – Valor do negócio constante em contrato de financiamento, de compra e venda, alienação fiduciária, promessa de compra e venda, ou em escritura pública;
Art. 7º. Para os imóveis urbanos, aqueles que não se enquadram na definição de imóvel rural, a base de cálculo inicialmente arbitrada do ITBI pelo fisco será a maior dentre as apuradas pelos seguintes critérios:
I – O valor médio das operações de financiamento imobiliário urbano, cujas informações foram obtidas junto ao Registro de Imóveis de Tomazina;
II – O valor médio do metro quadrado do terreno e construção nas últimas cinco transmissões de imóveis sujeitas ao ITBI localizadas no mesmo setor, bairro, zona ou localidade;
III – Valor de avaliação do imóvel constante em contrato de financiamento, de compra e venda, escritura pública ou sentença judicial;
IV – Valor do negócio constante em contrato de financiamento, de compra e venda ou em escritura pública;
V – Relatório de pesquisa de mercado de imóveis urbanos, confeccionado pelo Município de Tomazina – PR;
Parágrafo único. Nas transmissões de imóveis com benfeitoria (construção), para identificação do valor médio indicado por metro quadrado na forma do inciso I do caput, o fisco poderá utilizar a proporção entre a área do terreno e da benfeitoria, para mensurar o quanto do valor da transação correspondeu à construção e quanto ao terreno.
Art. 8º. Apurado pelo fisco o valor inicial de arbitramento, o contribuinte será comunicado pelos meios de contato – e-mail ou celular – informados no requerimento, da base de cálculo arbitrada e terá o prazo de até trinta dias para declarar se aceita o valor arbitrado ou para contestar o valor apontado, por meio de impugnação que deverá conter, no mínimo, um dos seguintes requisitos:
I – Laudo de avaliação emitido por engenheiro, arquiteto, ou tecnólogo com atribuições relativas ao serviço, acompanhado da anotação ou registro de responsabilidade técnica correspondente, com avaliação metodológica realizada conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
II – Laudos ou registros fotográficos que comprovem eventual inexistência de benfeitoria (construção), laudos de órgãos ambientais ou da Defesa Civil que atestem afetação do imóvel por motivo natural, ou outros documentos capazes de indicar eventual desvalorização do bem imóvel.
III – Outras documentações que o contribuinte entenda adequadas para a análise da questão.
§ 1º. Se o contribuinte apresentar o laudo indicado no inciso I do caput, o fisco utilizará como base de cálculo do ITBI o valor de mercado apontado no laudo, por se tratar de avaliação realizada por profissional habilitado por lei para mensuração do valor de mercado, salvo se verificada impropriedade técnica, a qual deverá ser apontada formalmente, devendo ser intimado o requerente para saná-la e/ou esclarecê-la.
§ 2º. Se o contribuinte apresentar os documentos previstos no inciso II do caput, o fisco poderá desconsiderar a construção inexistente, ou reduzir o valor de mercado do imóvel conforme o grau de afetação do imóvel, com base no tipo de laudo ou documento apresentado pelo contribuinte.
§ 3º. Se o contribuinte não declarar a aceitação do valor arbitrado ou não apresentar impugnação ao arbitramento no prazo definido no caput deste artigo, o processo de análise do ITBI será encerrado, sem o lançamento do tributo, e será necessário novo requerimento do contribuinte para reinício do processo.
Art. 9º. Concluído o processo de arbitramento e identificado o valor venal do imóvel, o fisco emitirá as guias para recolhimento do ITBI, com a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo arbitrada.
Parágrafo único. Depois de constituído o crédito tributário, poderá o contribuinte, se desejar, apresentar impugnação ao lançamento, nos prazos e formas da legislação tributária, visto que o arbitramento é etapa prévia ao lançamento e não se confunde com o direito de contestação do tributo depois de constituído.
Art. 10. Nos casos de arrematação e adjudicação de imóveis, a base de cálculo do ITBI será o valor da arrematação ou da adjudicação.
Parágrafo único. Se houver diferença maior que seis meses entre a data de arrematação ou adjudicação e o efetivo pedido de cálculo do ITBI, o valor da arrematação ou adjudicação será corrigido monetariamente pelos mesmos critérios aplicados pelo Poder Judiciário até a data de cálculo do ITBI.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tomazina, 11 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito de Tomazina

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:4E048DEF

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 363/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) GABRIELA BOIKO, portador(a) da matrícula de nº 1832, para o Cargo de "**ENGENHEIRO(A) CIVIL**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 14 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 14, classe A, da Lei Municipal Nº 518/2022 de 06/06/2022, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
11 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:E183F8A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2025 CREDENCIAMENTO N° 10/2025 EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N° 89/2025

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em segurança para prestação de serviço de segurança não armada para controle de acesso, revistas pessoas e segurança preventiva a fim de garantir a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio público de eventos realizados ou patrocinados pelo Município de Tomazina – PR.
Contratado: APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 09.470.761/0001-81
Valor: R$ R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Vigência: 12/09/2026 A 12/09/2027.
Publique-se;

Tomazina, 11 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:EE1BE172

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7284/2026

DECRETO Nº7284/2026
Data 08.09.2026

Concede estabilidade à servidora em estágio probatório e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o artigo 41 da CF, Lei Municipal nº 2626/2024 (Estatuto dos Servidores), conforme of°252/2026/SEMED,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedida a estabilidade no serviço público municipal a servidora aprovada no concurso público nº. 001/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação abaixo relacionada:

Professora

Matrícula	Nome	Admissão
1381-1/1	Alessandra Alberton	06/09/2023

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná em 08 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:0057C632

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7287/2026

DATA 11/09/2026

Súmula. Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2026, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Considerando a exigência estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

D E C R E T A
Art. 1º. Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2026, considerando-se os seguintes atos de alterações orçamentárias:

Lei nº	Decreto nº
3.163/26, de 11 de agosto de 2026	7232/26, de 11 de agosto de 2026
3.165/26, de 11 de agosto de 2026	7233/26, de 11 de agosto de 2026
3.023/25, de 16 de dezembro de 2025	7250/26, de 19 de agosto de 2026
3.023/25, de 16 de dezembro de 2025	7253/26, de 19 de agosto de 2026
3.023/25, de 16 de dezembro de 2025	7257/26, de 24 de agosto de 2026
3.023/25, de 16 de dezembro de 2025	7271/26, de 31 de agosto de 2026

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:FD1FF904

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 2° (SEGUNDO) TERMO ADITIVO QUANTITATIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 236/2024

Credenciamento eletrônico n° 01/2024
Processo administrativo n° 88/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR
Contratada: RJS CONSULTORIA, SERVIÇOS & CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA

Objeto: Termo Aditivo quantitativo de 12% (doze por cento) ao Item 01 do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 236/2024, referente à prestação de serviços de profissionais de enfermagem - plantões hospitalares, em escala de segunda-feira a domingo e feriados, no período diurno, das 07h00 às 19h00.
Quantidade original: 300 plantões.
Quantidade acrescida: 36 plantões.
Quantidade após aditivo: 336 plantões.
Valor do Aditivo**:** R$17.032,32 (dezessete mil, trinta e dois reais e trinta e dois centavos)
Valor total após aditivo: R$ 158.968,32 (cento e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos).
Fundamento: Lei nº 14.133/2021 e Lei Mun. Nº 2.788/2025.
Data: 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:36206450

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 073/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA DARK RATTLESNAKES, NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, DURANTE O EVENTO FEBARRAS, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

FUNDAMENTO LEGAL
ARTIGO 74, INCISO II DA LEI N° 14133/21

CONTRATADO
58.636.779 HENRIQUE OENNING – CNPJ N° 58.636.779/0001-16

PREÇO
R$ 6.000,00 (seis mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA
O Prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:5C1617D1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, HOMOLOGA o procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, embasado no Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da INEXIGIBILIDADE nº 21/2026, embasado no Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA DARK RATTLESNAKES, NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, DURANTE O EVENTO FEBARAS, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, com o valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Três Barras do Paraná-PR, 11 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A9C49A8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR DA DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ELZA MARIA DE CASTRO BAHR PARANÁ - 2026/2028

CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR DA da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr PARANÁ - 2026/2028

DATA	ATIVIDADE / AÇÃO
01/ 09//2026	Edital de Convocação Extraordinária Formação da Comissão Eleitoral Local para Eleição do 1º Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr, para dia 03/09/2026
01/09/2026	Edital de Convocação para a Comunidade Escolar sobre a Implantação, Aprovação do Estatuto e Eleição do Primeiro Conselho Escolar na Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Barh, em **22/09/2026**, às **9h00**
03/09/2026	Convite da Reunião a Comissão Eleitoral Local para orientações sobre o processo eleitoral e definição das candidaturas, em 09/09/2026
04/09/2026	Publicação da Portaria Nº 01/2026 da Comissão Eleitoral Local da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr, composição realizada em 03/09/2026
09/09/2026	Reunião a Comissão Eleitoral Local para orientações sobre o processo eleitoral e definição das candidaturas, inscrições.
09 e 10/09/2026	Inscrição dos candidatos a representante dos segmentos que compõem o Conselho Escolar, junto à Comissão Eleitoral
11/09/2026	Divulgação das candidaturas pelas Comissões Eleitorais das Unidades Escolares.
14/09/2026	Prazo para pedidos de impugnação dos candidatos inscritos.
15/09/2026	Julgamento dos pedidos de impugnação de candidatos divulgação das decisões da Comissão Eleitoral da Unidade Escolar.
16/09/2026	Divulgação das decisões da Comissão Eleitoral da Unidade Escolar.
17 e 21/09/2026	Período de Propaganda Eleitoral
22/09/2026	Eleição dos representantes dos Segmentos do Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr
24/09/2026	Divulgação do resultado da eleição dos representantes do Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr
25/09/2025	Prazo para pedidos de impugnação da eleição.
28/09/2026	Período para julgamento dos pedidos de impugnação da eleição e divulgação da decisão da Comissão Eleitoral da Unidade Escolar.
29/09/2026	Prazo para pedido de recurso à Comissão Eleitoral Central após conhecimento da decisão em 1ª instância sobre o pedido de impugnação da eleição.
30/09/2026	Divulgação do resultado final da eleição.
01/10/2026	POSSE DOS NOVOS INTEGRANTES DOS CONSELHOS DE ESCOLA
05/10/2026	Encaminhamento de Cópia da Ata do Conselho Escolares para Secretaria Municipal de Educação
09/10/2026	Publicação do Ato de Nomeação dos membros do 1º Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Bahr

Tunas do Paraná, 11 de Setembro de 2026

Comissão Eleitoral Central da Secretaria Municipal de Educação:

EZULINA APARECIDA BURKNER RIBEIRO –
Presidente

MARGARIDA ELIANE BERTICELLI –
Membro

TERESINHA ARCANJO DOS SANTOS –
Secretária

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:740743EB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 264 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 264 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, fundamentado no artigo 119 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março e 2008, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1º. Fica concedida Licença Maternidade à servidora **ARIELI CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO,** matrícula nº 1241 ocupante do cargo efetivo de ***Educador(a) Infantil***, pelo período de 08 de setembro de 2026 a 06 de março de 2027, totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 11 de setembro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:F378EF24

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2026

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, e nas demais leis que regem a espécie e, considerando a homologação do resultado do Concurso Publico objeto do Edital 001/2024 e homologado pelo Edital complementar nº 014/2024 na data de 24 de junho de 2024, **TORNA PUBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, relacionados no anexo II deste Edital, para provimento de cargo do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná.

Os(a) candidatos(a) relacionados(a) no Anexo II do presente Edital deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, situado na Rua Eros Ruppel Abdalla, 129, Centro, Tunas do Paraná/PR, CEP 83480-000, no prazo de 10 (dez) dias úteis, **iniciando-se em 14/09/2026 data de sua publicação no Diário Eletrônico dos Municípios e encerrando-se no dia 25/09/2026, no horário das 08:30h às 11:30h e 14:00h às 17:00h**,

para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, antes de protocolar toda a documentação exigida no Setor de Recursos Humanos, o(a) candidato(a) convocado(a) deverá comparecer ao RH da Prefeitura Municipal para receber encaminhamento para comparecimento na unidade de saúde municipal ou clínica credenciada. ***O não comparecimento no prazo estipulado no presente Edital provocará ao candidato a perda da referida vaga***.

Por fim, apresenta ao convocado os modelos de declarações que deverão ser preenchidas adequadamente pelo(a) candidato(a), com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias e a do anexo V é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do candidato.

Tunas do Paraná, 11 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

Cédula de Identidade (cópia legível);
Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cartão PIS/PASEP;
Título de Eleitor;
Registro no Conselho de Classe, quando necessário;
Certificado de Reservista, se homem;
Comprovante de Escolaridade;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Caso seja casado (a), cópia do CPF do (a) cônjuge;
Certidão de nascimento dos filhos (se for o caso);
Cópia do CPF dos filhos (quaisquer idades – obrigatório);
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
Certidão de quitação Eleitoral
Atestado Admissional (Deverá ser emitido pelo médico do município de Tunas do Paraná)
01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;
Comprovante de endereço residencial atualizado;
Carteira de trabalho;
Certidão de Distribuição Criminal;
Consulta de qualificação Cadastral e-Social;
Declaração de Bens ou Declaração de IRRF do exercido;
Certidão negativa de Antecedentes Criminais;
Declaração de não acúmulo de Cargo.

.

ANEXO II

RELAÇÃO DE CANDIDATO HABILITADO E CONVOCADO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

CARGO – ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
55359	EZIQUEL RODRIGUES DOS SANTOS VALIM	03	170.000

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (numero de RG), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo publico de (**descrever o cargo em que foi aprovado**) referente a aprovação no Concurso público 01/2024, regido sob o Edital 01/2024 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
DECLARANTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA para os devidos fins que:

( ) Não possui bens.
( ) Possui os bens e conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma data e assinatura.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
DECLARANTE

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade e sem nenhuma coação, que desiste de tomar posse no cargo publico em que houve a aprovação e convocação no Concurso Publico 01/2024 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná; em virtude de ter em emprego publico em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo. Para maior clareza, firma a presente declaração.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
DECLARANTE

.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:77DD303D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA

MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ELZA MARIA DE CASTRO BARH

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA

A Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a **INSCRIÇÃO e DIVULGAÇÃO** da candidatura da **Chapa Nº 01/2026**, registrada no dia 10 de setembro de 2026, para concorrer ao pleito de eleição do Primeiro Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Barh, para a gestão 2026/2028. A referida chapa é composta pelos seguintes membros:

Cargo	Nome	CPF
SEGMENTO PEDAGÓGICO		
Titular	Zuleide Aparecida Buzelatto	579.867.629-34
Suplente	Edicleia Filus	030.404.059-26
SEGMENTO PROFESSORES		
Titular	Solange Lopes Teixeira	034.636.839-11
Suplente	Daniele Araujo Gonçalves	031.141.429-07
SEGMENTO FUNCIONÁRIOS		
Titular	Adriele de Godói Ribeiro	109.029.809-98
Suplente	Lediane Damaris dos Santos dos Reis	143.452.569-41
SEGMENTO PAIS / RESPONSÁVEIS LEGAIS		
Titular	Valdinei Matias de Lara	075.666.649-05
Suplente	Jéssica Valente dos Santos	095.851.309-04

A Comissão Eleitoral informa a toda a comunidade escolar que a eleição será realizada no dia **22 de setembro de 2026, às 9 horas na instituição**. Cabe ressaltar que, tratando-se da formação do Primeiro Conselho Escolar desta unidade de ensino e havendo somente esta chapa inscrita, a eleição e escolha dos membros dar-se-á por **aclamação**.

Tunas do Paraná - PR, 11 de setembro de 2026.

Representantes da Comissão Eleitoral Local da Escola Municipal do Campo Elza Maria de Castro Barh:

DIOMARA LINS DE JESUS DE LARA
(Representante Dos Funcionários)

ELISANDRA GONÇALVES CALIXTO
(Representante Dos Professores),

TAYNARA KORALESKI DE JESUS DOS SANTOS
(Representante Dos Pais/Responsáveis)

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:AF5135C3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 61/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de **Empresa para Prestação de Serviços de Operador de Máquinas e Tratores (Horistas),** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, para a empresa:

JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA- CNPJ: 37.503.327/0001-96
LOTE 01: no valor total de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

LOTE 02: no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 11 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:8A6BB7E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 176-2026.

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 176/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Evanilda dos Santos Bernardino**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Saúde.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.902,43 (um mil novecentos e dois reais e quarenta e três centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 14 de setembro de 2026, com prazo de encerramento em 13 de setembro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Turvo-PR, 11 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9E55478D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 645-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulares à servidora efetiva **Kelly Aparecida de Lima**, ocupante do cargo de Contadora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, a serem usufruídos em dois períodos, conforme segue:

I – 17 (dezessete) dias, no período de 06 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2026;
II – 13 (treze) dias, no período de 06 de novembro de 2026 a 18 de novembro de 2026.

Art. 2º Os períodos de férias estabelecidos no artigo anterior correspondem integralmente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, totalizando 30 (trinta) dias de férias.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:CA7FC8C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 651-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FLÁVIO LUIZ DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, para atuar como representante do Município de Turvo/PR perante o Consórcio Intermunicipal de Serviços Ambientais – CISA.

Art. 2º Compete ao servidor designado no art. 1º representar o Município de Turvo/PR perante o CISA, no âmbito das atribuições e atividades pertinentes, praticando os atos necessários à formalização e ao acompanhamento das demandas, procedimentos e demais assuntos de interesse do Município junto ao referido Consórcio, observadas as competências legais e regulamentares.

Art. 3º A presente designação tem por finalidade formalizar a representação do Município de Turvo/PR perante o CISA, garantindo a regularidade dos atos e procedimentos que demandem a indicação de representante oficial do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:196A74D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 652-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulares para o Vice-Prefeito **Carlos Schneider**, no período de 14 de setembro de 2026 a 03 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 10(dez) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 14 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E47C47B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 653-2026

Institui o Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização na Rede Municipal de Ensino de Turvo/PR e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal nº 20/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento de ações de alfabetização no Município de Turvo, em consonância com o Programa Educa Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556/2023 e regulamentado pela Lei Federal nº 14.899/2024;

CONSIDERANDO o Programa Educa Juntos, do Governo do Estado do Paraná, que estabelece o regime de colaboração entre Estado e Municípios para a alfabetização na idade certa;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar comunicação institucional planejada, contínua, transparente e acessível sobre as ações da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância da mobilização e do envolvimento das famílias, profissionais da educação e da comunidade;

CONSIDERANDO a conquista do Selo Ouro de Alfabetização e a necessidade de consolidar as boas práticas desenvolvidas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Turvo/PR, constante no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º O Plano de Comunicação tem por finalidade organizar, orientar e sistematizar as ações de comunicação, mobilização e divulgação relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, instituída pela Lei Ordinária nº 20/2026, em consonância com o Programa Educa Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Art. 3º São objetivos do Plano de Comunicação:

I – Ampliar o conhecimento da comunidade escolar e da sociedade sobre a Política Municipal de Alfabetização.

II – Fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização.

III – Divulgar ações, projetos, resultados e avanços.

IV – Garantir fluxo de informações entre a Secretaria, as unidades escolares e os demais segmentos envolvidos.

V – Promover transparência e visibilidade às ações desenvolvidas.

VI – Integrar as ações de comunicação com as políticas de saúde, assistência social e inclusão.

VII – Reforçar a identidade do Município como referência em alfabetização, evidenciada pela conquista do Selo Ouro.

Art. 4º Constituem públicos prioritários do Plano: os profissionais da educação, os estudantes, os pais e responsáveis, os conselhos de educação e a comunidade em geral.

Art. 5º Poderão ser utilizados, de forma integrada, os seguintes canais: sítio eletrônico e redes sociais oficiais do Município; a Rádio Turvo Ativo FM; comunicados via sistema 1Doc; reuniões presenciais; murais e materiais impressos; e eventos.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a execução deste Plano, com o apoio das unidades escolares e da Assessoria de Comunicação.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de setembro de 2026.

SILVANE RICKLI HORST SCHNEIDER
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0A9A7DF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 654-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 180 (cento e oitenta) dias de afastamento para tratamento de saúde, para o servidor comissionado **Valmir Tognion de Almeida**, Coordenador de Infraestrutura e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, no período de 09 de setembro de 2026 a 07 de março de 2027. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.433/2026.
Parágrafo único – O servidor deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 09 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C6C2A1FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 655-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Sabrina Mattei**, inscrita no CPF nº 090.313.909-09, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, lotada no Cmei Vó Luiza na Secretaria Municipal de Educação, a ausentar-se integralmente de suas atividades funcionais, com dispensa total de 20 (vinte) horas durante o período de 14 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2026, as quais deverão ser compensadas mediante a realização de trabalhos extras, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em virtude da realização de estágio obrigatório do curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro – Oeste – UNICENTRO.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fundamenta-se na solicitação apresentada pela servidora, acompanhada do Termo de Compromisso de Estágio, protocolado sob nº 3.431/2026, bem como na autorização da Secretaria Municipal de Educação, conforme despacho nº 2-3.431/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:38AEE1A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2026 COMPRAS.GOV N° 50/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a implantação e funcionamento do Espaço Maker no município de Turvo
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 09 de outubro de 2026
Início da Sessão: 09 de outubro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”
Valor: R$ 165.961,25 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 10 de setembro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:188F745B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA/DIVISÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR/RESTAURANTE POPULAR.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/444.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 589.285,50 (quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA/DIVISÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR/RESTAURANTE POPULAR, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da pessoa jurídica: **COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE**

UMUARAMA - COOPERU, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.705.745/0001-72, visando contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentos oriundos da Agricultura Familiar Rural que irão compor cardápios ofertados para os comensais do Restaurante Popular, conforme Edital de Chamada Pública nº 004/2026 – PMU, através da Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com a Lei Federal nº 14.628/2023; no Decreto nº 11.802/2023; na Lei nº 11.346/2006, na Lei nº 11.326/2006, na Lei nº 12.512/2011, na Lei nº 10.696/2003, na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas legislações estaduais correlatas e na Resolução GGAI/MIN nº 3/2022, e demais legislações aplicáveis.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/07/444, de 23 de julho de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:F6F25215

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS

ATA DE COMPRA Nº 017/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 33.280,00 (trinta e três mil, duzentos e oitenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 018/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 245,3850 (duzentos e quarenta e cinco reais e três mil oitocentos e cinquenta décimos de milésimo de real);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 019/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CIRÚRGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 22.670,80 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta reais e oitenta centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 020/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 2.667,00 (dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 021/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento

integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 20.410,00 (vinte mil, quatrocentos e dez reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 022/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 39.274,00 (trinta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: DIMEBRAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 45.240,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 024/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 5.962,00 (cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 026/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 2.913,6120 (dois mil, novecentos e treze reais e seis mil cento e vinte décimos de milésimo de real);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição

nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 028/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 49.820,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e vinte reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 029/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: GMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 349.500,00 (trezentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: INOVAMED HOSPITALAR LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 19.440,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 031/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 80.874,5340 (oitenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinco mil trezentos e quarenta décimos de milésimo de real);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 032/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 20.334,00 (vinte mil, trezentos e trinta e quatro reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 033/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: METTA FARMACEUTICA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 38.144,00 (trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 034/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 59.122,5750 (cinquenta e nove mil, cento e vinte e dois reais e cinco mil setecentos e cinquenta décimos de milésimo de real);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 035/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 1.348,40 (mil e trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 036/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 16.980,00 (dezesseis mil, novecentos e oitenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 037/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 16.783,20 (dezesseis mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 038/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 – FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.

Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Valor: R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado parcialmente pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, e pela Portaria n° 031/2026, em 12 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 26 de agosto de 2026, edição nº. 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 11 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:3EE27AA3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 294/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: MATTEI E PIOLI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Profissional Credenciado: EZEQUIEL MATTEI
JOÃO GUILHERME MATTEI PIOLI
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de CONSULTAS DE GINECOLOGIA / OBSTETRÍCIA, INCENTIVOS PARA CIRURGIA COM INSERÇÃO DE TELA DE SLING, INCENTIVOS PARA CIRURGIA GINECOLÓGICA, INCENTIVOS PARA HISTERECTOMIA TOTAL, INCENTIVOS PARA OOFORECTOMIA, INCENTIVOS PARA CIRURGIAS MÚLTIPLAS (ATÉ 02) E INCENTIVOS PARA CIRURGIAS MÚLTIPLAS (ATÉ 03), com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 712.800,00 (setecentos e doze mil e oitocentos reais)
Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/723, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 187/2026, autorizado em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 26 de agosto de 2026, edição nº 3.603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 298/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA
Objeto: Contratação EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa para o fornecimento de fórmula de alimentação enteral a fim de suprir o abastecimento do Programa Municipal de Dietas Enterais do setor de assistência em saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama – Pr
Valor: R$ 67.560,00 (sessenta e sete mil e quinhentos e sessenta reais).
Vigência: 10/09/2026 a 08/02/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/08/738, no Processo de Dispensa de Licitação n° 002/2026 - SAÚDE, autorizado em 08 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 10 de setembro de 2026, edição nº 3.613, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 75, inciso VIII; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 11 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:F0556048

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

TERMO ADITIVO 001 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 062/2025
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
Contratado: ROLEMAIS AUTO PEÇAS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 26 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:20 - F:76
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:23 - F:76
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 09 de setembro de 2026

Umuarama, 11 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:04A481D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 229/2026

Nomeia os membros da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 049, de 03 de abril de 2017, que cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico CAISAN-PR - Permanência no SISAN, datado de 24 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 079/2026, expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura, em 25 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, para compor a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, os seguintes representantes do Poder Público Municipal:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Claudio Marconi
Suplente: Anaysa Borges Soares;

II - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Maria Luisa Vicente Ribeiro Bertoco
Suplente: Juliana Manduca Januário Catarin;

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Letícia Labiak Pereira
Suplente: Huana da Silva de Godoi;

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Lisbeth Pititto Scanavaca
Suplente: Fernanda Bertelis Merlini;

V - Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:
Titular: Sérgio Vercezi Filho
Suplente: Roberto de Oliveira Meda.

Art. 2º A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal n.º 049, de 03 de abril de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E405F4A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº 82/2026

Considerando o pedido, dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, **fica encerrado** o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, celebrado sob o **Regime Administrativo Especial – RAE**, **para o exercício de suas funções por prazo determinado**, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

ITEM	NOME	CARGO	EXTRATO	EDITAL
01	NILZETE RIBAS GRANADO	AUX.SERVIÇOS GERAIS	5/2025	128/2024
02	EVA NASCIMENTO SOARES	AUX.SERVIÇOS GERAIS	57/2025	128/2024
03	SILVANA MARIA BEZERRA NUNES	AUX.SERVIÇOS GERAIS	5/2025	128/2024
04	TANIA DA SILVA	AUX.SERVIÇOS GERAIS	32/2025	128/2024

DRH – 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EEF8AC02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO Nº 83/2026

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado, **cessam** os vínculos contratuais dos servidores abaixo relacionados, admitidos em 04 de setembro de 2024, sob o Regime Administrativo Especial (RAE), conforme Edital nº 159/2023, lotados na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2026, ficando revogado o extrato de contrato de trabalho nº 83/2024.

ITEM	MATRICULA	NOME	CARGO
01	1081981	FERNANDA RODRIGUES LOUZA BARBOSA	PROFESSORA 20H
02	1081980	IARA PEREIRA SILVA	PROFESSORA 20H
03	1081977	KAUANA DOS SANTOS FRANCISCO	PROF.ED.INFANTIL
04	1081982	ROSANA FLORENÇA MARQUES	PROFESSORA 20H

DRH – 08 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8AD754D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.182/2026

Revoga os itens 1, 2, 24 e 28 da Portaria nº 1.103/2026 que concedeu Função de Gestão Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar, a partir de 11 de setembro de 2026, os itens 1, 2, 24 e 28 da Portaria nº 1.103/2026 que concedeu Função de Gestão Pública - símbolo FGP-1 as servidoras lotada na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionadas.

ITEM SERVIDOR MATRÍCULA CARGO
1 Ana Marta dos Santos Becker 995351 Aux. de enfermagem- Estat.
2 Andressa Vasque Dos Santos De Lima 995481 Aux. de Enfermagem- Estat.
24 Marlene Stabile Rodrigues 761041 Aux. de Enfermagem - CLT
28 Roseli Barros Monico 906461 Aux. de Enfermagem - CLT

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6484DD8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.161/2026

Admite servidor para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 027 de 02 de fevereiro de 2026, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 03 de fevereiro de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 089/2025,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas

alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E :

Art. 1º Admitir o servidor abaixo relacionado, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

SECRETÁRIO ESCOLAR
40 HORAS SEMANAIS

Item 01 – Classificação: 26º
Nome: MATEUS HENRIQUE CESARIO ROCHA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 14/09/2026
RG/CPF: 103.957.089-58
Salário: R$ 2.479,94

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5A104D57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.162/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora LOANE NAYARA DE PAULA SOUZA**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **LOANE NAYARA DE PAULA SOUZA,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 10.854.990-4-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 080.801.589-32, nomeada em 04 de maio de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 2016/2021, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 2.790/2026, com fruição no período de 21 de setembro de 2026 a 19 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:02789EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.163/2026

Concede redução da jornada de trabalho para acompanhante de pessoa com deficiência à servidora JESSICA IARA FERNANDES VARONI SIMÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **JESSICA IARA FERNANDES VARONI SIMÕES**, portadora da Cédula de Identidade n.º 47.837.082-9-SSP-SP, inscrita no CPF nº 410.741.198-27, nomeada em 04 de maio de 2016, para o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, redução da jornada de trabalho para acompanhante de pessoa com deficiência, nos termos do Processo nº 12.701/2026, com base na Lei Complementar nº 4.556, de 04 de agosto de 2022, e Decreto nº 264, de 02 de setembro de 2022, com prazo de validade de 12 (doze) meses.

Art. 2º Parágrafo único: Durante o período de gozo da redução de carga horária o(a) servidor(a) deve abster-se da prática de qualquer outra atividade remunerada, sob pena de interrupção do benefício, com perda total dos vencimentos ou remuneração, até que reassuma a carga horária integral do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C9661895

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.164/2026

Revoga a Portaria n° 1.874, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor ANDRE LUIZ POSSAGNOLO FERNANDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria n° 1.874, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor **ANDRE LUIZ POSSAGNOLO FERNANDES**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 9.054.150-1-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 042.865.609-96, nomeado em 24 de outubro de 2011, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7F34AD3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.165/2026

Revoga a Portaria n° 1.875, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor ANTONIO MARCOS GOMES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria n° 1.875, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor **ANTONIO MARCOS GOMES**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 6.241.787-0-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 021.837.349-06, nomeado em 02 de julho de 2010, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B14245F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.166/2026

Revoga a Portaria n° 1.880, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor EZEQUIEL RODRIGUES EVARISTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria n° 1.880, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor **EZEQUIEL RODRIGUES EVARISTO,** portador da Cédula de Identidade RG. n.º 7.601.833-2-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 031.817.789-74, nomeado em 03 de novembro de 2011, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:381860AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.167/2026

Revoga a Portaria n° 1.888, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor ROIVALINO DA SILVA BRASILINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria n° 1.888, de 09 de maio de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor **ROIVALINO DA SILVA BRASILINO**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 8.108.334-7-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 038.298.409-93, nomeado em 01 de junho de 2011, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:362FFDF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.168/2026

Transferir o servidor ANDRE LUIZ POSSAGNOLO FERNANDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Transferir o servidor **ANDRE LUIZ POSSAGNOLO FERNANDES,** portador da Cédula de Identidade RG. n.° 9.054.150-1-SSP-PR, inscrito no CPF sob n.° 042.865.609-96, nomeado em 24 de outubro de 2011, ocupante do cargo de carreira de Motorista II, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para prestar serviço na Secretaria Municipal de Assistência Social, com ônus para a mesma, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9CDBD97E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.169/2026

Transferir a servidora FABIOLA ESCALFI FERREIRA**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Transferir a servidora **FABIOLA ESCALFI FERREIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 13.062.231-3-SSP-PR e inscrita no CPF n.º 094.028.039-63, nomeada em 17 de julho de 2024, para ocupar o cargo de carreira de Servente Geral, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação, com ônus para a mesma, a contar de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:00BB25DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.170/2026

Concede Adicional Insalubridade ao servidor ROIVALINO DA SILVA BRASILINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder ao servidor **ROIVALINO DA SILVA BRASILINO,**portador da Cédula de Identidade RG nº 8.108.334-7-SESP-PR, e inscrito no CPF sob n.º 038.298.409-93, nomeado em 01 de junho de 2011, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, Adicional Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), em consonância às disposições do artigo 76, inciso IV da Lei Complementar n.º 018/92 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO) e §2º do Artigo 25 da Lei Complementar n.º 188 de 19.11.2007, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D1B9414C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.172/2026

Designa **ROIVALINO DA SILVA BRASILINO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar **ROIVALINO DA SILVA BRASILINO,** portador da Cédula de Identidade RG. n.º 8.108.334-7-SESP-PR e inscrito no CPF n.º 038.298.409-93, nomeado em 01 de junho de 2011, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para prestar serviço na Administração de Cemitérios e Serviços Funerários-ACESF, sem ônus para a mesma, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E90FFF93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.173/2026

Concede progressão na Carreira no Avanço Vertical aos Profissionais da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece o Artigo 52, da Lei Complementar nº 346 de 15 de Março de 2013 e Lei Complementar nº 473 de 13 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder Progressão na Carreira à professora abaixo relacionada, face à avaliação de desempenho, a qual fica enquadrada para percebimento de Progressão na Carreira, na classe e data mencionadas, com fundamento no artigo 52, da Lei Complementar nº 346 de 15 de Março de 2013**:**

NOME DO PROFESSOR (A)	MATRÍCULA	DATA DE ADMISSÃO	DATA PARA AVANÇO	CLASSE DE AVANÇO
CRISTIANE FAGOTTI GAIARINI	997361	03/02/2015	Fevereiro/2026	NIV C 19

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F900B523

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.183/2026

Concede Função de Gestão Pública símbolo FGP-1 à servidora ODETE GRECIA SANTANA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **ODETE GRECIA SANTANA SILVA**, portadora da Cédula da Identidade RG n.º 8.097.669-0, inscrita no CPF n.º 044.145.129-21, nomeada em 23 de março de 2015, para ocupar o cargo público de Auxiliar de Enfermagem, pelo regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-1, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A6048063

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 286 / 2026

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 286 / 2026

No dia 3 de setembro de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. /** , constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

LUIZ PAULO BASSO, inscrito(a) no **CPF Nº. 066.370.959-82,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0007 Lote 21/23-C, PARQUE IRANI, RUA AGATA, nº. S/N,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 3739530.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9000EFCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 110/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 110/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
01/09/2026	FUNDEB	R$	187.924,00
02/09/2026	FUNDEB	R$	629.427,07
08/09/2026	FUNDEB	R$	233.584,11
10/09/2026	FUNDEB	R$	615.671,39

PAÇO MUNICIPAL, aos 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D0B1C2D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 111/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
10/09/2026	FPM	R$	3.110.279,88
10/09/2026	FPM – Cota Extra	R$	5.044.882,65

PAÇO MUNICIPAL, aos 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:776BAF91

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 112/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
10/09/2026	IPI	R$	44.694,08
10/09/2026	ITR	R$	51.637,23

PAÇO MUNICIPAL, aos 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8FD2731F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 113/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
01/09/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$	13.557,54
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	1.649,00
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	86.194,60
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	87.191,92
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	3.870,00
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	69.683,45
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	681.183,37
02/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	1.187,76
02/09/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	7.486,50
03/09/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$	6.153,00
08/09/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	5.167.451,40

PAÇO MUNICIPAL, aos 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:21FE126E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2693 / 2026
SEQUENCIA: 53

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2693 / 2026 SEQUENCIA: 53

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca

de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0013, Lote: 0011 - PARQUE DAS NAÇÕES - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

JOSE ROBERTO FERREIRA CPF/CNPJ: 03059118809
CADASTRO: 5781000 QUADRA: 0013 LOTE: 0011
ENDEREÇO: RUA AGUINALDO GERMANO SOUZA, S/Nº CEP: 87510733
BAIRRO: PARQUE DAS NAÇÕES COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:59D8F311

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026
SEQUENCIA: 18

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026 SEQUENCIA: 18

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0009, Lote: 0013 - JARDIM SANTIAGO - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

ALEXANDRE DA SILVA COSTA CPF/CNPJ: 14261233886
CADASTRO: 5728400 QUADRA: 0009 LOTE: 0013
ENDEREÇO: RUA ARVELINA MARIA DA CRUZ, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM SANTIAGO COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8AB8F6B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÕES SEC/FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 35

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0043, Lote: 0003 - CONJUNTO RESIDENCIAL SONHO MEU - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

JOSE DE BARROS CPF/CNPJ: 38912597949
CADASTRO: 4211000 QUADRA: 0043 LOTE: 0003
ENDEREÇO: RUA GUILHERME DE ALMEIDA, S/Nº CEP: 87510041
BAIRRO: CONJUNTO RESIDENCIAL SONHO MEU COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 53

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0011, Lote: 006C - PARQUE RESIDENCIAL TOKIO - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MAICON TELLES CHAVES CPF/CNPJ: 01333006179
CADASTRO: 4658520 QUADRA: 0011 LOTE: 006C
ENDEREÇO: RUA EDEMIR PEDRO ZULIANELLI, S/Nº CEP: 87511102
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL TOKIO COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 60

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0007, Lote: 0019 - PARQUE RESIDENCIAL INTERLAGOS - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

EDISON HERALDO CHIQUETTI CPF/CNPJ: 30081130953
CADASTRO: 4753200 QUADRA: 0007 LOTE: 0019
ENDEREÇO: RUA ADRIAN GABRIEL DE OLIVEIRA, S/Nº CEP: 87511005
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL INTERLAGOS COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 99

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0005, Lote: 025A - PARQUE ILHA DA MADEIRA - N.º: S/N° - Nº 25-A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33 E 34.**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

WILLIAN HENRIQUE GONCALVES DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 09822955960
CADASTRO: 6667450 QUADRA: 0005 LOTE: 025A
ENDEREÇO: RUA LAURINDO MARQUES MENDONÇA, S/N° CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE ILHA DA MADEIRA COMPLEMENTO: Nº 25-A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33 E 34.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9D10A106

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4937 de 05/03/2026.

Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ROBERTO SILVEIRA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 13.289.060/0001-18, com sede no Distrito de Roberto Silveira em Umuarama - Paraná,
Valor total da parceria: R$. 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração
Fonte de financiamento
Devidamente autorizada através da Lei nº 4937 de 05/03/2026**,** alterada pela Lei 4989/2026 de 24/07/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse para a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ROBERTO SILVEIRA,**

Por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA,** torna de conhecimento público o interesse em **formalizar** parceria com a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ROBERTO SILVEIRA,**denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 13.289.060/0001-18 com sede no Distrito de Roberto Silveira, em Umuarama - Paraná, formalização de parceria através de **inexigibilidade de Chamamento Público,** devidamente autorizada através daLei nº 4937 de 05/03/2026, alterada pela Lei 4989/2026 de 24/07/2026 entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o repasse financeiro com o objetivo geral de fortalecer a infraestrutura física e operacional da Associação dos Moradores de Roberto Silveira, proporcionando melhores condições para execução de atividades comunitárias, sociais, culturais, educativas e recreativas destinadas à população local.
- JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, como regra, a realização de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar parcerias com a Administração Pública.

Entretanto, o próprio diploma legal prevê hipóteses excepcionais em que o chamamento público poderá ser afastado.

Nos termos do **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando houver previsão de recursos provenientes de emendas parlamentares, observadas as disposições legais aplicáveis e/ou que a a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente .

No presente caso, a formalização da parceria com a **Associação de Moradores de Roberto Silveira** decorre de autorização legislativa específica, consubstanciada na **Lei Municipal nº 4.937/2026, alterada pela Lei Municipal nº 4.989/2026**, que autorizou a destinação dos recursos para a execução do objeto proposto.

A indicação específica da organização beneficiária na legislação municipal, associada à natureza do objeto e à sua vinculação direta com a comunidade local, caracteriza situação em que a competição não se mostra viável para a consecução das metas estabelecidas.

A Associação de Moradores de Roberto Silveira possui atuação diretamente vinculada à comunidade que será beneficiada pelas ações previstas na parceria, sendo a entidade responsável pela utilização e manutenção da estrutura comunitária objeto das melhorias previstas.

Assim, a realização de procedimento competitivo entre diferentes organizações não se mostra adequada para alcançar o resultado pretendido, uma vez que as ações estão diretamente relacionadas à estrutura, às necessidades e ao atendimento da comunidade vinculada à referida Associação.

Ressalta-se que a inexigibilidade de chamamento público **não implica dispensa das demais exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014**, devendo ser observados, entre outros, os requisitos relativos à regularidade da organização da sociedade civil, apresentação do plano de trabalho, demonstração de capacidade técnica e operacional, execução do objeto, monitoramento, fiscalização e prestação de contas.

Diante do exposto, considerando:
a existência de **interesse público e social** na execução do objeto;
a atuação da Associação de Moradores de Roberto Silveira diretamente vinculada à comunidade beneficiária;
a **autorização legislativa específica** conferida pela Lei Municipal nº 4.937/2026, alterada pela Lei Municipal nº 4.989/2026;
a natureza e as características do objeto proposto;
a vinculação das ações à estrutura física e operacional da própria entidade e ao atendimento da comunidade local;
a inviabilidade de competição para o alcance das metas pretendidas;
e o disposto no **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 108/2017**,

JUSTIFICA-SE A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a formalização de parceria entre o **Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Integração Comunitária, e a Associação de Moradores de Roberto Silveira**, visando ao repasse de recursos financeiros no valor de **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, destinados à execução das metas previstas no respectivo plano de trabalho.

DA CONCLUSÃO FINAL
Diante do exposto, resta caracterizada a hipótese legal de inexigibilidade de chamamento público, sendo plenamente possível a celebração do Termo de Colaboração entre o Município de Umuarama e a Associação dos Moradores de Roberto Silveira, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e da Lei Municipal nº 4.937/2026, alterada pela Lei 4989/2026, que autorizou expressamente o repasse financeiro no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à Associação dos Moradores de Roberto Silveira, identificando nominalmente a organização da sociedade civil beneficiária e estabelecendo a destinação específica dos recursos públicos.

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA,** cujo teor será analisado pelo Secretário Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 27 de julho de 2026.
.

ANTONIO CARLOS FAVARO
Secretário Municipal de Integração Comunitária

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A95D5F3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 041/2026-SMIC

Extrato do Termo de Colaboração nº 041/2026-SMIC que entre si celebram de um lado, o **MUNICIPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA de outro, a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ROBERTO SILVEIR**A, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 13.289.060/0001-18, com sede na Rua da Paz nº 414 - distrito de Roberto Silveira, Município de Umuarama - Paraná, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017, resolve celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida o art. 31, da Lei 13019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:
- Objetivo Geral : Repasse financeiro com o objetivo Fortalecer a infraestrutura física e operacional da Associação dos Moradores de Roberto Silveira, proporcionando melhores condições para execução de atividades comunitárias, sociais, culturais, educativas e recreativas destinadas à população local, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela **Secretaria Municipal de Integração Comunitária,** constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.
- O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

- Objetivo especifico:
Adquirir materiais destinados à copa e cozinha e limpeza e produtos de higienização;
Adquirir móveis para utilização nas dependências da associação;
Adquirir equipamentos necessários ao funcionamento da entidade;
Executar serviços da implantação de um campo de malha e da quadra de areia;
Contratar empresa especializada para execução de serviços necessários ao cumprimento do objeto, com relação a elaboração do plano de trabalho e organização dos documentos necessários para formalizar parceria;
Melhorar as condições de atendimento à comunidade;
Garantir maior conforto, segurança e acessibilidade aos usuários;
Fortalecer o Fortalecer o patrimônio comunitário.

- Das Metas
Meta 1 – Adquirir gás e material de limpeza e produtos de higienização, necessários ao funcionamento da entidade.
Meta 2 – Adquirir móveis destinados à estrutura administrativa e operacional.
Meta 3 – Adquirir equipamentos para melhoria das atividades desenvolvidas.
Meta 4 – Executar a implantação do campo de malha e da quadra de areia.
Meta 5 – Contratação de empresa especializada para acompanhamento da execução financeira, orientação administrativa e elaboração da prestação de contas junto ao Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

- Repasses: Para a execução das ações previstas , o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$50.000,00 (cinquenta mil reais)** que será repassado em uma única parcela no valor de **R$50.000,00 (cinquenta mil reais)**, cujo recurso é proveniente de:
Aprovação da Lei Municipal 4937/2026 de 05/03/2026.
A OSC deverá manter e movimentar os recursos em conta bancária específica da parceria em instituição financeira pública, conforme segue:

2.1.2 - O Município efetuará o repasse financeiro em **parcela única**, após:
assinatura do Termo de Colaboração;
publicação do extrato;
apresentação da documentação exigida pela Lei nº 13.019/2014;
abertura de conta bancária específica da parceria.

- Vigência: O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.

Umuarama-PR, 31 de agosto de 2026

Secretário Municipal De Integração Comunitária

Associação Dos Moradores de Roberto Silveira

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:00D5C2D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS – REMUME 2026

A Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama torna pública a **Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026**, instrumento técnico que estabelece o elenco de medicamentos padronizados para disponibilização no âmbito da Assistência Farmacêutica Municipal.
A **REMUME 2026 – 4ª Edição** foi atualizada considerando as necessidades de saúde da população, o perfil epidemiológico do Município, critérios técnicos e as diretrizes da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
A REMUME constitui referência para a **seleção, programação, aquisição, distribuição, prescrição e dispensação dos medicamentos** disponibilizados pela rede municipal de saúde, visando promover o acesso aos medicamentos essenciais e o seu uso racional.
A íntegra da **Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026** está disponível para consulta pública no endereço eletrônico oficial do Município:
https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/1789128897.pdf

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EB1CD7A6

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE ADVERTÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BDJ1E31	279350T000137296	20/06/2026	55920	

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:DF9A7CC1

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 15/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BDW1D33	279350E000045144	07/08/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:2ABAF7D4

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 16/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AVF7E90	279350S000265520	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AXZ6E28	279350S000260984	10/04/2026	56732	R$ 130,16
AYX9J20	279350T000116475	17/04/2026	53800	R$ 130,16

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:4416251C

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ARG4302	279350NIC0045091	06/06/2026	50020	R$ 390,46
AWE9J13	279350NIC0045096	06/06/2026	50020	R$ 586,94
BEF5A11	279350NIC0045102	06/06/2026	50020	R$ 260,32
ENL7I97	279350NIC0045098	06/06/2026	50020	R$ 390,46
GEP9B52	279350NIC0045100	06/06/2026	50020	R$ 586,94
HKO3207	279350NIC0045099	06/06/2026	50020	R$ 390,46
MCD3D35	279350NIC0045095	06/06/2026	50020	R$ 390,46
QDQ4B11	279350NIC0045094	06/06/2026	50020	R$ 390,46
SEN9B69	279350NIC0045093	06/06/2026	50020	R$ 586,94
TAX5E23	279350NIC0045092	06/06/2026	50020	R$ 390,46
TBG4D28	279350NIC0045097	06/06/2026	50020	R$ 390,46
TBL7G13	279350NIC0045089	06/06/2026	50020	R$ 260,32
TBT2I25	279350NIC0045090	06/06/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:69C3F02A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 15/2026 – PROCESSO N.º 101/2026

Homologo a Dispensa de Licitação nº 15/2026, que tem por objeto a ***Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infraestrutura de hospedagem em nuvem (Data Center) destinada ao armazenamento, processamento e disponibilização do sistema e-SUS, garantindo ambiente tecnológico seguro, estável e de alta disponibilidade para suporte às atividades da gestão de saúde do Município de União da Vitória - PR.;*** em favor da empresa **BRASIL CLOUD SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM,** CNPJ nº 07.951.563/0001-04, com o Valor Global de R$ 7.668,00 (Sete mil seiscentos e sessenta e oito reais); para que produza os efeitos legais da Lei nº 14.133/21.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infraestrutura de hospedagem em nuvem (Data Center) destinada ao armazenamento, processamento e disponibilização do sistema e-SUS, garantindo ambiente tecnológico seguro, estável e de alta disponibilidade para suporte às atividades da gestão de saúde do Município de União da Vitória - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/Ary Carneiro Junior.
CONTRATADA(S): BRASIL CLOUD SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, CNPJ nº 07.951.563/0001-04, Termo de Contrato nº 67/2026, Valor Global de R$ 7.668,00 (Sete mil seiscentos e sessenta e oito reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 179 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.39.00 00303 – Manutenção da Atenção Básica, 179 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.39.00 00494 – Manutenção da Atenção Básica.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/09/2026.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 09/09/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória - PR, 09 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:99B41372

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 474/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) candidato(s) aprovado(s) em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
40º	JESSICA CARLA LIMA WOLF	14/09/2026	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 11 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C53681FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 636/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Em atendimento ao constante no **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO**, **PROCESSO SOB PROTOCOLO Nº 0036.0124499**, **DETERMINAR** o **ARQUIVAMENTO** do referido processo.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D818DD40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 637/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Art. 1° Em atendimento ao constante no **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO**, **PROCESSO SOB PROTOCOLO Nº 0036.0124500**, **DETERMINAR** o **ARQUIVAMENTO** do referido processo.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:BD2E66F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 657/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
IRENE BIELLA	1498001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ASSISTENTE SOCIAL	08/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:BB839F40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 658/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 12/2026, que concedeu **FUNÇÃO GRATIFICADA**, a Servidora Pública **IRENE BIELLA,** a partir de 08/09/2026.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:84D269A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 664/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Dispensa de Licitação n.º 15/2026 – Processo n.º 101/2026.
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infraestrutura de hospedagem em nuvem (Data Center) destinada ao armazenamento, processamento e disponibilização do sistema e-SUS, garantindo ambiente tecnológico seguro, estável e de alta disponibilidade para suporte às atividades da gestão de saúde do Município de União da Vitória - PR.
Contratada:	**BRASIL CLOUD SERVICOS DE COMPUTACAO EM NUVEM LTDA,** CNPJ nº 07.951.563/0001-04.
Termo de Contrato:	Termo de Contrato n.º 67/2026.
Gestor:	Sonia Guzzoni Drozda - Secretária Municipal de Saúde.
Fiscal:	Arthur Marcos Pavan – Matrícula n.º 1319601.
Fiscal Substituto:	Viviana Peters Kozakiewicz – Matrícula n.º 536.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F86063D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 666/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
EDUARDO GUILHERME CIESLAK	991505230	2025/2026	FISCAL DE TRIBUTOS II	13/10/2026 A 22/10/2026
CLAUDSON LUIS BALDIBIA RAMOS	436	2023/2024	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	16/09/2026 A 25/09/2026
SILVIA REGINA DE ANDRADE	48	2024/2025	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10/09/2026 A 19/09/2026
SIDNEY STREGE ALTMANN	271	2025/2026	MOTORISTA	15/09/2026 A 14/10/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5507C32A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
ATO DA MESA DIRETORA Nº 01.2026

Dispõe sobre o cancelamento da Sessão Extraordinária convocada para o dia 10 de setembro de 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO os alertas meteorológicos emitidos pelos órgãos oficiais para esta quinta-feira, 10 de setembro de 2026, indicando condições favoráveis à ocorrência de tempestades severas, com chuvas intensas, rajadas de vento, descargas elétricas e possibilidade de granizo na região;

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar a segurança dos Vereadores, servidores, colaboradores e cidadãos, evitando deslocamentos durante o período de maior risco meteorológico;

CONSIDERANDO que as matérias constantes da pauta da Sessão Extraordinária convocada para esta data não apresentam circunstância que torne indispensável sua apreciação imediata, podendo ter sua tramitação e deliberação realizadas posteriormente, sem prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 146, § 1º, do Regimento Interno, as sessões extraordinárias destinam-se à apreciação de matérias altamente relevantes e urgentes;

CONSIDERANDO as atribuições conferidas à Mesa Diretora e à Presidência pelos arts. 32, inciso X, 33 e 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitorino;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cancelada a Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Vitorino convocada para o dia 10 de setembro de 2026.

Art. 2º As matérias constantes da respectiva pauta permanecem em regular tramitação e poderão ser apreciadas oportunamente, observadas as disposições regimentais aplicáveis.

Art. 3º Dê-se ciência imediata aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal e proceda-se à divulgação deste Ato pelos meios oficiais disponíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, Estado do Paraná, 10 de setembro de 2026.

VALCIR DOS SANTOS
Presidente

JULIANO FRAGATA
Vice-Presidente

VANDERSON JUNIOR ECHER
Secretário

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:F759BB54

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ATA 81/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 81/2026

Que fazem entre si, o PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXX98, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro, a empresa J MARTINELLI LTDA situada na cidade de Chopinzinho - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 01.400.519/0001-20, representada por JURANDIR MARTINELLI LTDA, inscrito no CPF/MF sob nº 85XXXXXXX15, doravante denominado CONTRATADA, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com o processo administrativo 61/2026, parecer jurídico e protocolo 946/2026.

Cláusula Primeira: Fica Rescindido de forma Unilateral a Ata de registro de preços 81/2026;

Cláusula Segunda: os saldo dos Itens remanescentes passam para os proponentes melhores colocados no certame;

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente este termo.

Vitorino, em 11/09/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CEA945B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
TERMO ATA 79/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 79/2026

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa L F F DOS SANTOS situada na cidade de Francisco Beltrão - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 46.053.194/0001-94, representada por LUIZ FERNANDO FRIGERI DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob nº 063XXXXXX86, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com o processo administrativo 61/2026, parecer jurídico e protocolo 946/2026.

Cláusula Primeira: Fica Rescindido de forma Unilateral a Ata de registro de preços 79/2026;
Cláusula Segunda: os saldo dos Itens remanescentes passam para os proponentes melhores colocados no certame;

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente este termo.

Vitorino, em 11/09/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:521CA510

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
TERMO ATA 80/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 80/2026

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa MECANICA ITACOLOMI LTDA situada na cidade de Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 29254899000150, representada por NEILOR CORREIA, inscrito no CPF/MF sob nº 056xxxxxx00, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com o processo administrativo 61/2026, parecer jurídico e protocolo 946/2026.

Cláusula Primeira: Fica Rescindido de forma Unilateral a Ata de registro de preços 80/2026;
Cláusula Segunda: os saldo dos Itens remanescentes passam para os proponentes melhores colocados no certame;

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente este termo.

Vitorino, em 11/092026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:3068CA41

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
TERMO ATA 82/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 82/2026

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa F L CASAGRANDE situada na cidade de Vitorino - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 40.491.106/0001-50, representada por FERNANDO LUIZ CASAGRANDE, inscrito no CPF/MF sob nº 063XXXXXX26, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com o processo administrativo 61/2026, parecer jurídico e protocolo 946/2026.

Cláusula Primeira: Fica Rescindido de forma Unilateral a Ata de registro de preços 82/2026;
Cláusula Segunda: os saldo dos Itens remanescentes passam para os proponentes melhores colocados no certame;

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente este termo.

Vitorino, em 11/09/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:A77F7ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.282, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Decreto 6.282, de 11 de setembro de 2026.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Eva Lopes da Silva, portadora do CPF/MF n.° 115.364.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, junto à Secretaria Municipal de Educação, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR, em 03 de setembro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 03 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:36C205CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.283, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.283, de 11 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora Eva Lopes da Silva, portadora do CPF/MF n.° 115.364.xxx-xx, do cargo de Agente de Zeladoria, para o qual foi nomeada por meio do 6282/2026, em razão de sua desistência de assumir o cargo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:670F0469

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.285, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.285, de 14 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Rosilene Rodrigues Passos de Oliveira, portadora do CPF/MF n.° 069.547.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 14 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:688CAB12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 435, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 435, de 11 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias ao servidor abaixo relacionado:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
José Antônio Horn	Gerente de Infraestrutura Urbana	2024/2025	14/09/2026 até 23/09/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:5B2D0B94

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 12/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f") e pelo Decreto Municipal nº 4.440/2020 (art. 20 e parágrafo único),
Considerando a solicitação através do Memorando 04 da CPPAD N° 005/2026 manifestações registradas via Memorando
RESOLVE:
Art. 1° Prorrogar Prazo para Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora S.B (Matrícula nº 115217), ocupante do cargo de GERENTE DE CONTROLE DE FARMÁCIA E MATERIAL AMBULATORIAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por possível infração a deveres funcionais, conforme disposto nosartigo 115, incisos II, III, IX,artigo 166, incisos IX, XVI, da Lei Municipal nº 478/1994.
Art. 2º O processo deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Vitorino/PR, 11 de Setembro de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Simone Lorenset Gutstein
Código Identificador:620717C1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 006/2026 EDITAL CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

A Presidente da Comissão do Concurso Público do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** o **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA**, conforme segue:

Art. 1º - A prova prática será realizada na data de **20 de setembro de 2026**, conforme relação abaixo.

Art. 2º - Os candidatos(as) para os cargos de **MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS E OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA,** deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto.
Os candidatos para o Cargo de **MOTORISTA** devem apresentar CNH, no mínimo categoria **"D" OU "E"**. Os candidatos para os Cargos de **OPERADOR DE MÁQUINAS E OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA,** devem apresentar CNH, no mínimo categoria "**C**".
O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1 do Edital de Abertura) detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá de realizar a prova prática.

Art. 3º - Quanto ao **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br/areadocandidato no período das **09:00hs do dia 15/09/2026 até as 23:59hs do dia 16/09/2026, observado o horário oficial de Brasília-DF**.

Art. 4º - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Esperança do Iguaçu, 14 de setembro de 2026.

GEZIELI BRITES DE MIRANDA
Presidente Da Comissão
Decreto Nº 3446/2026

CARGOS: MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS E OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA.
DATA: 20/09/2026
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL CLÓVIS CUNHA VIANNA
ENDEREÇO DO LOCAL: RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 – ESPERANÇA.
HORÁRIO DE ABERTURA DO PORTÃO: 07H E 30 MINUTOS.
HORÁRIO DE FECHAMENTO DO PORTÃO: 08H e 00 MINUTOS.

MOTORISTA

INSC	NOME	OBJETIVA	SITUAÇÃO	CARGO
23819143	ADRIANO DOS SANTOS JUNIOR	68.00	APROVADO	MOTORISTA
23820334	ALEX SANDER CAPPELLESSO	57.60	APROVADO	MOTORISTA
23819017	ANTONIO LAURI PAIM	56.80	APROVADO	MOTORISTA
23820232	BRUNO GUILHERME MEZZALIRA MASCARELLO	61.60	APROVADO	MOTORISTA
23820345	CLEDER DREVES	54.40	APROVADO	MOTORISTA
23818395	DONIZETE BURATO	50.40	APROVADO	MOTORISTA
23820309	EDEMAR FERREIRA BRANDÃO	68.80	APROVADO	MOTORISTA
23818218	EDENIR BEGNINI	51.20	APROVADO	MOTORISTA
23819481	ERICKSON DAL AGNOL DALBERTI	51.20	APROVADO	MOTORISTA
23819601	ÉRITON RODRIGO DE OLIVEIRA ALVES BARBON	62.40	APROVADO	MOTORISTA
23819744	FABIO DE MELLO	50.40	APROVADO	MOTORISTA
23820336	FELIPE CANDIDO DA SILVA	59.20	APROVADO	MOTORISTA
23820315	FELIPE DE ARAÚJO BATISTA	50.40	APROVADO	MOTORISTA
23817680	IVANDRO GABRIELLI	57.60	APROVADO	MOTORISTA
23818098	JACKSON BOING	61.60	APROVADO	MOTORISTA
23820349	JONAS MATEUS BIESEK	53.60	APROVADO	MOTORISTA
23819881	JONE DE OLIVEIRA	57.60	APROVADO	MOTORISTA
23817465	LEANDRO MENDES DA CRUZ	63.20	APROVADO	MOTORISTA
23818375	LENOIR PIZATO	62.40	APROVADO	MOTORISTA
23817060	MAIRA ASSMANN	68.00	APROVADO	MOTORISTA
23819505	MARCELO AUGUSTO MORENO	50.40	APROVADO	MOTORISTA
23819784	MATHEUS DOS SANTOS FARIAS	61.60	APROVADO	MOTORISTA
23817368	MONICA PRODOCIMO	65.60	APROVADO	MOTORISTA
23817633	OTHON MATEUS BIANDARO	78.40	APROVADO	MOTORISTA
23820280	PEDRO GILBERTO ANTUNES CORREA	53.60	APROVADO	MOTORISTA
23820346	RODRIGO FERNANDO FREITAS	72.00	APROVADO	MOTORISTA
23818739	SEDIMAR BRAZ	61.60	APROVADO	MOTORISTA
23820344	SIDINEI BARBON	51.20	APROVADO	MOTORISTA
23818182	SIDINEI RODRIGUES DA CUNHA	56.00	APROVADO	MOTORISTA
23819053	SOLEMAR BRAZ	59.20	APROVADO	MOTORISTA
23818817	UESLEN JUNIOR VIEIRA	74.40	APROVADO	MOTORISTA
23819638	VANDIR FARIAS	56.80	APROVADO	MOTORISTA

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSC	NOME	OBJETIVA	SITUAÇÃO	CARGO
23820279	ALLAN RODRIGO DE SOUZA	79.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23819205	ARIEL BIAVATTI	84.00	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23819311	CARLOS DA SILVA	72.00	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23819791	CELSO LERIA	68.80	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23818215	CLAUCIR CANDIDO DA SILVA	59.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23820322	DOUGLAS JUNIOR DE MELLO	63.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23820109	EVANDRO ANDREIS	69.60	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23820319	JULIANO SANTOS FERREIRA	71.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23820297	PRADELINO PEREIRA DOS SANTOS	68.00	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23817179	WELLINGTON PABLO DE OLIVEIRA	67.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS
23817225	WILLIAN BORTOLOTTO	71.20	APROVADO	OPERADOR DE MÁQUINAS

OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

INSC	NOME	OBJETIVA	SITUAÇÃO	CARGO
23819997	EDENILSON BEGNINI	77.60	APROVADO	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA
23820362	EDER JEAN ANDREIS	84.00	APROVADO	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA
23818742	GELSO DE MELLO	67.20	APROVADO	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA
23818559	GILMAR LUIS DEMBINSKI	74.40	APROVADO	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA
23819399	MARCIEL FERNANDO DE PAULA	54.40	APROVADO	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:10458575

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2308/2026

DECRETO Nº 2308/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	98	05.001.0012.0361.0083.2018 - TRANSPORTE ESCOLAR.3339030000000000000 - Material de	00103	170.000,00

			consumo		
1	Suplementar	106	05.001.0012.0361.0083.2018 - TRANSPORTE ESCOLAR.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00103	70.000,00
			Total		**240.000,00**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Excesso		4172150010000000000 Cota-parte do ICMS - principal	00103	120.000,00
Excesso		4171151110000000000 Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	00103	120.000,00
		Total	**240.000,00**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso
103	0,00	0,00	240.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**240.000,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 11 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:F15460DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMS INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO CMS Nº 12/2026, de 09 de setembro de 2026

Aprovação da realocação dos equipamentos, cuja destinação original foi alterada para atender ás necessidades assistenciais, devido ao desgaste natural de equipamentos e reorganização dos espaços físicos;

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Agudos do Sul-PR, em reunião extraordinária, realizada em 09 de setembro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 384/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde – CMS - aprova a realocação dos equipamentos, cuja destinação original foi alterada para atender ás necessidades assistenciais, devido ao desgaste natural de equipamentos e reorganização dos espaços físicos;

Em atenção à vistoria realizada pela SESA, vimos por meio deste apresentar as devidas justificativas para a realocação de equipamentos e mobiliários descritos nos protocolos em epígrafe, cuja destinação original foi alterada para atender às necessidades prementes da operação assistencial e à adequação dos espaços físicos disponíveis, cabendo salientar que essa realocação é temporária uma vez que estamos com os protocolos nº 25.867.886-9, 25.763.531-7 e 25.828.314-7 em andamento e assim que liberado para processo licitatório os itens que hoje estão realocados voltarão para seu local de inserção inicial. Esclarecemos que as realocações realizadas decorrem, precipuamente, de dois fatores:

Desgaste Natural dos Equipamentos: Com o tempo e o uso contínuo, equipamentos como cadeiras de rodas, monitores e mobiliários sofrem desgaste e, por vezes, necessitam ser realocados para setores onde a demanda é mais crítica ou onde podem ser melhor aproveitados, otimizando sua vida útil e garantindo a continuidade dos serviços.

Reorganização dos Espaços Físicos: A necessidade de ampliar e qualificar o atendimento à comunidade, especialmente na UBS Francisca de Oliveira e Silva (localidade do Taboão) e no Ambulatório de Saúde Mental, exigiu a reorganização dos espaços. Em muitos casos, a realocação foi a solução encontrada para garantir que os serviços fossem prestados com a devida infraestrutura, suprindo a falta de salas adequadas. A seguir, detalhamos a situação de cada bem, conforme os protocolos;

Protocolo nº 22.055.761-8

Item	Destinação Original	Localização Atual	Justificativa
01 Computador	UBS Francisca de Oliveira	Clínica de Saúde Mental	Realocado devido à falta de espaço e salas para atendimento na UBS, sendo essencial para a continuidade do atendimento no Ambulatório de Saúde Mental.
01 Cadeira de Rodas, 04 Mesas de Escritório, 01 Nobreak, 02 Monitores Multiparâmetros, 01 Fogão Brastemp, 01 Autoclave, 03 Ar Condicionado 12.000 BTUs, 01 Refrigerador Consul	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 horas	Permanecem alocados, porém com reorganização interna para melhor fluxo de trabalho.

Protocolo nº 22.055.654-9

Item	Destinação Original	Localização Atual	Justificativa
01 Esfigmomanômetro, 01 Detector Fetal Jumper	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 horas	Permanecem na UPA, em setores onde o desgaste pelo uso é menor e a necessidade é maior.

Protocolo nº 19.919.973-0

Item	Destinação Original	Localização Atual	Justificativa
02 APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 HORAS	PERMANECEM NA UPA, realocados para áreas de maior circulação de pacientes e profissionais.

Protocolo nº 19.090.052-5

Item	Destinação Original	Localização Atual	Justificativa
01 MESA DE EXAME CLINICO,01 BIOMBO AÇO INOX,02 BALCÃO, 10 CADEIRAS DE RECEPÇÃO	UBS Francisca de Oliveira	UBS Francisca de Oliveira	PERMANECEM NA UBS, POREM REALOCADOS PARA MELHOR APROVEITAMENTO DO ESPAÇO.

Protocolo nº 17.738.728-2

Item	Destinação Original	Localização Atual	Justificativa
01 Armário Aço, 04 Armários 2 portas Madeira, 01 Cadeira Giratória, 01 Escada Clínica, 01 Estetoscópio, 01 Laringoscópio, 02 Computadores, 02 Oximetros	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 horas	Permanecem na UPA.
01 Escada Clínica	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 horas	Realocada para atender os pacientes da comunidade na unidade de apoio, onde o prédio (antiga escola) exige adaptações.
05 Balcão 02 Portas, 03 Mesas de Escritório	UBS Francisca de Oliveira	UPA 24 horas	Realocados para estruturar o atendimento na nova unidade de apoio, que opera em prédio adaptado.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 09 de SETEMBRO de 2026.

DENIZETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:797C5657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026 - ID 3841 // 260/2026 ID 3842

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026 ID 3841

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026
EDITAL DE PREGÃO Nº 42/2026
SRP Nº 34/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: AUTOLUK – COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 20.063.556/0001-34.

DO OBJETO:
Registro de preços para aquisição futura e parcelada de Baterias Automotivas, necessárias para efetuar substituição em diversos Veículos/Maquinários da frota do Município de Amaporã.

Item	Descrição do Produto	Marca	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total
05	Bateria 75 A	JUPITER	Unidade	10	R$ 500,00	R$ 5.000,00
08	Bateria 45 A	JUPITER	Unidade	10	R$ 298,00	R$ 2.980,00
09	Bateria 6 A 12V	JUPITER	Unidade	2	R$ 169,00	R$ 338,00
TOTAL:..... R$ 8.318,00						

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 8.318,00** (Oito mil trezentos e dezoito reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026 e superávit do ano de 2025, através das dotações abaixo:

0500104122000320103390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600126782000620313390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600115451000620323390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600115452000720343390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0700104122000320453390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0700112361001320493390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0800110122000320593390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0800110301001020603390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0800110302001020613390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0800110304001021023390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0800110305001020973390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600220608000820373390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600217512000720193390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600218542000820383390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0900108122000321073390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0900108244001421203390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0900108244001421403390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0900108243001461133390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0900108243001461143390300000 - MATERIAL DE CONSUMO

E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã – efetuará o pagamento em **até 30 (trinta) dias**, após o recebimento do objeto e a Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria e anuência da Secretaria solicitante.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Amaporã/PR, 11 de setembro de 2026

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ
Marcos Marin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2026 ID 3842

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026
EDITAL DE PREGÃO Nº 42/2026
SRP Nº 34/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: SOCIEDADE ELÉTRICA PARANÁ LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 79.697.314/0001-45.

DO OBJETO:
Registro de preços para aquisição futura e parcelada de Baterias Automotivas, necessárias para efetuar substituição em diversos Veículos/Maquinários da frota do Município de Amaporã.

Item	Descrição do Produto	Marca	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total	
01	Bateria 150 A	EXCELL	Unidade	20	R$ 865,00	R$ 17.300,00	
02	Bateria 100 A	EXCELL	Unidade	20	R$ 629,00	R$ 12.580,00	
03	Bateria 95 A	EXCELL	Unidade	10	R$ 590,00	R$ 5.900,00	
04	Bateria 95 A Star-Stop	EXCELL	Unidade	3	R$ 685,00	R$ 2.055,00	
06	Bateria 60 A	EXCELL	Unidade	10	R$ 340,00	R$ 3.400,00	
07	Bateria 52 A (Caixa Alta)	EXCELL	Unidade	10	R$ 320,00	R$ 3.200,00	
TOTAL:..... R$ 44.435,00							

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 44.435,00** (Quarenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e cinco reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026 e superávit do ano de 2025, através das dotações abaixo:

0500104122000320103390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600126782000620313390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
0600115451000620323390300000 - MATERIAL DE CONSUMO

060011545200072034 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
070010412200032045 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
070011236100132049 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
080011012200032059 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
080011030100102060 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
080011030200102061 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
080011030400102102 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
080011030500102097 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
060022060800082037 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
060021751200072019 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
060021854200082038 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
090010812200032107 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
090010824400142120 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
090010824400142140 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
090010824300146113 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO
090010824300146114 3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO

E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã – efetuará o pagamento em **até 30 (trinta) dias**, após o recebimento do objeto e a Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria e anuência da Secretaria solicitante.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Amaporã/PR, 11 de setembro de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:2EF423C1

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026 - ID 3843 /// 262/2026 - ID 3844

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026 ID 3843

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
SRP Nº 033/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: DEJAIR DE SANTANA EVENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 36.742.349/0001-46.

DO OBJETO:
Registro de Preços para futuras e parceladas Contratações de Empresa Especializada para Prestações de Serviços de Arbitragem, destinados às competições esportivas em várias modalidades, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
3	80	Jogos	**FUTSAL (Regional):** 2 Árbitros, 1 Representante e 1 Cronometrista, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 340,00	R$ 27.200,00
4	80	Jogos	**FUTSAL (Municipal):** 2 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 370,00	R$ 29.600,00
5	25	Diárias	FUTSAL (Torneio de Base): 3 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná.**A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 1.990,00	R$ 49.750,00
6	5	Diárias	**FUTEBOL (Torneio de Base):** 3 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 1.880,00	R$ 9.400,00
7	5	Diárias	**HANDEBOL (Torneio de Base):** 3 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná.A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.	R$ 1.450,00	R$ 7.250,00
8	30	Jogos	**FUTEBOL SUÍÇO (Municipal/Regional):** 2 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 360,00	R$ 10.800,00
9	20	Jogos	**HANDEBOL (Municipal/Regional/Torneio):** 2 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 360,00	R$ 7.200,00

10	40	Jogos	**VOLEIBOL (Municipal/Torneio):** 2 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 390,00	R$ 15.600,00
11	40	Jogos	**VOLEI DE AREIA (Campeonato/Torneio):** 2 Árbitros e 1 Representante, devidamente filiados a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 290,00	R$ 11.600,00
VALOR TOTAL.....					**168.400,00**

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 168.400,00** (Cento e sessenta e oito mil e quatrocentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, do exercício de 2026, através das dotações abaixo:

07002278120011205433390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã – efetuará o pagamento em até 20 (vinte) dias, após o recebimento do objeto e a Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria e anuência da Secretária solicitante vigência: A

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 11 de setembro de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 262/2026 – ID 3844

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
SRP Nº 033/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: MAURO SÉRGIO CARVALHO SALOMÃO, inscrita no CNPJ sob nº 14.203.316/0001-95.

DO OBJETO:
Registro de Preços para futuras e parceladas Contratações de Empresa Especializada para Prestações de Serviços de Arbitragem, destinados às competições esportivas em várias modalidades, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
1	40	Jogos	**FUTEBOL (Veterano):** 1 Árbitro, 2 Assistentes e 1 Representante, devidamente filiado a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 698,00	R$ 27.920,00
2	10	Jogos	**FUTEBOL (Amador):** 1 Árbitro, 2 Assistentes e 1 Representante, devidamente filiado a alguma associação de arbitragem do Estado do Paraná. **A comprovação deverá ser feita no evento através da apresentação da carteira de registro na federação.**	R$ 728,00	R$ 7.280,00
VALOR TOTAL.....					**35.200,00**

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 35.200,00** (Trinta e cinco mil e duzentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, do exercício de 2026, através das dotações abaixo:

07002278120011205433390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã – efetuará o pagamento em até 20 (vinte) dias, após o recebimento do objeto e a Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria e anuência da Secretária solicitante vigência: A

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 11 de setembro de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:73565CD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO
O presente termo aditivo tem por objeto - Outras Operações de Aditivos, para **Alteração de Marca do Lote 54 - Item 1** (CARIOSTÁTICO - COMPONENTE: ÁCIDO FLUORÍDRICO- NITRATO DE PRATA - COMPONENTE 2 - HIDRÓXIDO DE AMÔNIA.), da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 018/2025:**

Onde se lê:

Empresa	Lote	Item	Descrição	Marca
MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	54	1	CARIOSTÁTICO - COMPONENTE: ÁCIDO FLUORÍDRICO- NITRATO DE PRATA - COMPONENTE 2 - HIDRÓXIDO DE AMÔNIA.	IODONTOSUL IODONTOSUL

Leia-se:

Empresa	Lote	Item	Descrição	Marca
MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	54	1	CARIOSTÁTICO - COMPONENTE: ÁCIDO FLUORÍDRICO- NITRATO DE PRATA - COMPONENTE 2 - HIDRÓXIDO DE AMÔNIA.	BIODINÂMICA

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 11 de setembro de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2025

ASSINATURAS:
EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

LUIDY DE MORAIS LADEIRA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:33760AB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (09/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 034/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **58.512.546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS**, inscrita no CNPJ sob nº. **58.512.546/0001-01**, com endereço na Rua Lennita Maria Scolari, nº 84, bairro Parque dos Ipês, CEP: 87.711-725, na cidade de

Paranavaí/PR, Telefone (44) 98823-2717, endereço eletrônico e-mail marcielygpm@gmail.com, neste ato representado pela Sra. MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS, inscrito no CPF sob nº 068.932.969-59 e portadora do RG nº 12.684.491-3, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de materiais pedagógicos destinados às Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 34/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 034/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

58.512.546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2026

Signatário da Ata: Empresa **58.512.546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS**, inscrita no CNPJ sob nº. **58.512.546/0001-01.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
6	1	JOGO MEMÓRIA - Conjunto educativo composto por 10 jogos de memória em MDF, cada um acondicionado em caixa de madeira medindo aproximadamente 22 cm x 12 cm x 4 cm, contendo 40 peças, com temas variados, indicado para o desenvolvimento da memória, atenção e associação de ideias em atividades pedagógicas.	ZARAMELA	UN.	48	172,98	8.303,04
27	1	PULA CORDA INFANTIL - Corda de pular infantil em nylon, com aproximadamente 2,00 m de comprimento, cabos de madeira torneados e coloridos. Indicada para crianças a partir de 6 anos, destinada ao desenvolvimento da coordenação motora global.	FUXING ou similar	UN.	81	8,00	648,00
35	1	CARRINHO EDUCATIVO - Brinquedo Educativo Carrinho Geometrix com Blocos, na cor amarela, confeccionado em 100% polipropileno, indicado para crianças a partir de 3 (três) anos. Medidas aproximadas: altura de 14,5 cm, largura de 15,0 cm e comprimento de 20,0 cm. Peso aproximado: 520 g. Acompanha 01 (uma) unidade de Brinquedo Educativo – Carrinho Geometrix com Blocos.	GGB ou similar	UN.	18	28,20	507,60
36	1	BALDE DE AREIA - Kit praia infantil, composto por 6 peças sortidas, incluindo balde com alça, pá, formas e peneira, confeccionado em polipropileno. Produto indicado para atividades lúdicas, estimulando criatividade, imaginação e coordenação motora. Cores e formatos variados, conforme disponibilidade do fabricante. As peças possuem tamanhos variados.	GENÉRICO	UN.	75	9,98	748,50
39	1	JOGO DE BINGO COMPLETO - Material plástico, Dimensões da embalagem 20 x 14 x 11 cm; 490 g, Composto por gaiola giratória com suporte côncavo que facilita o sorteio, 90 bolinhas numeradas, cartelas coloridas para os participantes e suporte coletor de bolinhas.	ZPLASTIC	UN.	11	28,70	315,70
VALOR TOTAL: R$ 10.522,84 (dez mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:1E3F3084

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (09/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 034/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **A COMERCIAL MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **51.563.164/0001-68**, com endereço na Rua Heitor Stockler de França, nº 396, Conjunto 1407, Andar 14, Condomínio Neo Super Quadra, bairro: Centro Cívico, CEP: 80.030-030, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (41) 98497-5062, endereço eletrônico e-mail acmecuritiba@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. CLEVERTON JOSÉ SCHULZ, inscrito no CPF sob nº 788.000.990-68 e portador do RG nº 7061055518, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de materiais pedagógicos destinados às Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 34/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 034/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

A COMERCIAL MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 131/2026

Signatário da Ata: Empresa **A COMERCIAL MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **51.563.164/0001-68.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	1	BRINQUEDO EDUCATIVO VAMOS FORMAR NUMERAIS - Material didático em caixa de madeira tipo estojo, com tampa de correr, medindo aproximadamente 4 cm x 24 cm x 24 cm, contendo 114 peças, destinado ao ensino do agrupamento das dezenas em sequências numéricas e dezenas	2S GENIUS	UN.	27	92,00	2.484,00

		exatas, acompanhado de barrinhas de madeira para contagem e matriz impressa na tampa, indicado para crianças a partir de 7 anos.					
8	1	KIT DE QUEBRA-CABEÇA ANIMAIS E FILHOTES - Kit de quebra-cabeça "Animais e Filhotes", composto por 10 jogos com ilustrações de animais e seus filhotes, confeccionados em MDF com corte diferenciado, peças pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica, acompanhados de 10 bases em MDF com fundo em baixo-relevo, medindo aproximadamente 33,5 cm x 26,5 cm cada, com quantidade de peças variável por modelo, acondicionado em embalagem com película de PVC.	2S GENIUS	UN.	43	189,00	8.127,00
9	1	BRINQUEDO EDUCATIVO CÍRCULOS DE FRAÇÕES - Círculos de Frações, material didático acondicionado em caixa de madeira medindo aproximadamente 7 cm x 18 cm x 30 cm, composto por 60 elementos em EVA, desmembrados de oito círculos fracionários, cada qual com cor definida, confeccionado em material atóxico, indicado para o ensino de frações e apoio às atividades pedagógicas.	2S GENIUS	UN.	16	47,99	767,84
14	1	JOGO EDUCATIVO INCLUSÃO - Memória com textura em baixo-relevo, composto por 40 peças, sendo 20 peças em MDF medindo aproximadamente 5 cm x 5 cm x 0,6 cm, confeccionadas com diferentes texturas (lixa, papel, papelão, tecido, feltro, velcro, EVA, espuma, bagum, MDF), destinado ao desenvolvimento do sentido tátil de forma lúdica. Acondicionado em caixa de madeira medindo aproximadamente 11 cm x 18 cm x 5 cm.	2S GENIUS	UN.	9	36,20	325,80
17	1	BRINQUEDO EDUCATIVO CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA – RIMA E ALITERAÇÃO - Jogo educativo confeccionado em MDF, composto por 78 peças, sendo 6 bases ilustradas e 72 peças com palavras correspondentes, destinado ao desenvolvimento da consciência fonológica, rimas, aliterações, leitura e associação de ideias. Pintado e serigrafado com tinta atóxica. Acondicionado em caixa de madeira com tampa serigrafada, medindo aproximadamente 28 cm x 22 cm x 7 cm, lacrada com película de PVC encolhível. Indicado para crianças a partir de 5 anos.	2S GENIUS	UN.	67	62,78	4.206,26
18	1	BRINQUEDO EDUCATIVO SEQUÊNCIA LÓGICA – INCLUSÃO SOCIAL - Jogo educativo de Sequência Lógica – Inclusão Social, confeccionado em madeira e MDF, composto por 16 peças medindo aproximadamente 7 cm x 7 cm, ilustradas em policromia com tinta ultravioleta atóxica. Acondicionado em caixa de madeira com tampa de correr, pintada e serigrafada, com orifício para abertura, medindo cerca de 17 cm x 9,5 cm x 4,5 cm. Indicado para atividades pedagógicas de inclusão.	2S GENIUS	UN.	51	20,86	1.063,86
19	1	BRINQUEDO EDUCATIVO SEQUÊNCIA LÓGICA - Kit educativo composto por 8 jogos de sequência, totalizando 128 peças confeccionadas em madeira e MDF. Cada jogo acondicionado em caixa de madeira medindo aproximadamente 17 cm x 9,5 cm x 4,5 cm, lacrada com película de PVC encolhível. Indicado para uso pedagógico.	2S GENIUS	UN.	50	147,78	7.389,00
VALOR TOTAL: R$ 24.363,76 (vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:47F67C87

GABINETE
DECRETO N° 179/2026

DECRETO N° 179/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 883.280,82 (oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Gabinete do Secretário		
08.001.12.122.0009.2047		-	Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	50.000,00
Fonte	0 1 103	-	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB – exercício corrente		
3.3.90.14.00.00		-	Diárias – Civil	R$	2.500,00
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	6.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	8.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**66.500,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2052		-	Manutenção de Veiculos na Area da Educação		
Fonte	0 1 103	-	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação
08.001. 12 361 0009.2053		-	Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais

Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	33.435,20
Fonte	0 1 103	-	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	26.535,62
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**59.970,82**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2054		-	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**300.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2055		-	Merenda Escolar – Ensino Fundamental		
Fonte	0 1 1054	-	Transf. de Recursos do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) E. Fundamental – exercício corrente		
3.3.90.32.00.00		-	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$	39.019,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**39.019,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.1062		-	Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental		
Fonte	0 1 1169	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI 30% – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**15.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2064		-	Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	30.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	250.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**280.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2066		-	Merenda Escolar – Educação Infantil - CMEIS		
Fonte	0 1 1055	-	Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - CMEIS – exercício corrente		
3.3.90.32.00.00		-	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$	11.145,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**11.145,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2071		-	Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**50.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2072		-	Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré Escola – Transferências Constitucionais		
Fonte	0 1 1056	-	Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Pré-Escola – exercício corrente		
3.3.90.32.00.00		-	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$	1.646,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**1.646,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 367 0009.2077		-	Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**50.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**883.280,82**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 51.810,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e dez reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1054	Transf. de Recursos do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) E.Fundamental	1.7.1.4.52.0.1.01.00.00.00.00	39.019,00
1055	Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)- CMEIS	1.7.1.4.52.0.1.02.00.00.00.00	11.145,00
	Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Pré-Escola	1.7.1.4.52.0.1.03.00.00.00.00	1.646,00

1056			

II – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 831.470,82 (oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Gabinete do Secretário		
08.001.12.122.0009.2047		-	Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) - Educação – exercício corrente		
3.3.90.33.00.00		-	Passagens e Despesas com Locomoção	R$	50,00
Fonte	0 1 103	-	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB – exercício corrente		
3.3.90.40.00.00		-	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	R$	7.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**7.050,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2051		-	Divulgação de Ações de Governo e Publicidade Institucional		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) - Educação – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	10.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2052		-	Manutenção de Veiculos na Area da Educação		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) - Educação – exercício corrente		
3.3.90.40.00.00		-	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	R$	20.159,50
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**20.159,50**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2054		-	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	40.000,00
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	373.216,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**423.216,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 631 0009.2056		-	Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) – exercício corrente		
3.3.90.33.00.00		-	Passagens e Despesa com Locomoção	R$	25.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**25.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.1062		-	Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental		
Fonte	0 1 1169	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI 30% – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	15.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**15.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.1063		-	Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	65.143,39
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**65.143,39**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2064		-	Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	166.964,46
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**176.964,46**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2065		-	Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - Transferências Constitucionais		
Fonte	0 1 103	-	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	46.035,62
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**46.035,62**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		

08.001. 12 365 0009.2070		-	Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola – Transferências Constitucionais		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) - Educação – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2071		-	Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.1074		-	Escola em Tempo Integral - Pre Escola - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30% – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	9.676,15
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**9.676,15**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 363 0009.2079		-	Apoio ao Ensino Profissionalizante		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (Livres) - Educação – exercício corrente		
3.3.90.33.00.00		-	Passagens e Despesas com Locomoção	R$	23.225,70
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**23.225,70**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**831.470,82**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2047, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 1062, 1063, 2064, 2065, 2066, 2070, 2071, 2072, 1074, 2077 e 2079, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Apoio Administrativo / meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0009	PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras			
2047	ATIVIDADE: Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		3.005.858,70	2.865,964,00	3.032.188,00	3.208.055,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Publicações realizadas/ Meses	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		-	12	12	12
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2051	ATIVIDADE: Divulgação de Ações de Governo e Publicidade Institucional		0,00	10.600,00	11.215,00	11.865,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Veiculos Mantidos/Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		16	16	16	16
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2052	ATIVIDADE: Manutenção de Veiculos na Area da Educação		506.267,50	573.701,00	606.976,00	642.180,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais		6.464.379,20	5.021.065,00	5.316.820,00	5.568.064,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2054	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		8.511.331,39	7.489.616,00	7.924.014,00	8.383.604,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Merenda Fornecida/ Aluno	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2055	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Ensino Fundamental		984.960,11	751.055,00	787.471,00	831.283,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Transportados / Aluno	Metas Físicas			

361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1486	1486	1486	1486
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.397.721,70	5.385.094,00	5.574.887,00	5.851.459,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Escolas Atendidas/ Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		7	7	7	7
0009	PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras			
1062	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental		670.267,77	660.675,00	824.815,00	859.420,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Programa Atendido / Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1	1	1	1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras			
1063	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		487.349,33	530.000,00	560.740,00	593.263,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319	319	319	319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2064	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		6.196.575,30	6.988.816,00	7.383.112,00	7.764.250,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319	319	319	319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2065	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - Transferências Constitucionais		3.106.227,90	2.770.941,00	2.960.654,00	3.161.367,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Crianças Atendidos / Crianças	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319	319	319	319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2066	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil - CMEIS		427.784,13	362.462,00	415.567,00	452.052,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2070	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola – Transferências Constitucionais		1.031.989,00	1.094.238.00	1.157.706,00	1.224.854,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448	448	448	448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2071	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		1.816.845,58	1.733.697,00	1.870.555,00	1.975.965,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Merenda Fornecida/ Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448	448	448	448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2072	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré Escola – Transferências Constitucionais		202.779,92	171.713,00	179.441,00	188.502,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Escolas Atendidas/ Unidade	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		7	7	7	7
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
1074	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral - Pre Escola - FUNDEB		78.323,85	93.280,00	98.690,00	104.414,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos atendidos/ Alunos	Metas Físicas			
367	SUBFUNÇÃO: Educação Especial		55	55	55	55
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2077	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		1.043.566,00	516.819,00	550.872,00	666.626,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Ensino profissionalizante apoiado/ Aluno	Metas Físicas			
363	SUBFUNÇÃO: Ensino Profissional		27	27	27	27
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2079	ATIVIDADE: Apoio ao Ensino Profissionalizante		146.774,30	180.200,00	190.652,00	201.710,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2047, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 1062, 1063, 2064, 2065, 2066, 2070, 2071, 2072, 1074, 2077 e 2079, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Apoio Administrativo / meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0009	PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
2047	ATIVIDADE: Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		3.005.858,70

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Publicações realizadas/ Meses	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		-
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2051	ATIVIDADE: Divulgação de Ações de Governo e Publicidade Institucional		0,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Veiculos Mantidos/Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		16
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2052	ATIVIDADE: Manutenção de Veiculos na Area da Educação		506.267,50

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais		6.464.379,20

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2054	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		8.511.331,39

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Merenda Fornecida/ Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2055	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Ensino Fundamental		984.960,11

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Transportados / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1486
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.397.721,70

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Escolas Atendidas/ Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		7
0009	PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
1062	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental		670.267,77

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Programa Atendido/ Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
1063	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		487.349,33

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos/ Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2064	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		6.196.575,30

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos/ Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2065	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - Transferências Constitucionais		3.106.227,90

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Crianças Atendidos / Crianças	Metas Físicas

365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2066	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil - CMEIS		427.784,13

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2070	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola – Transferências Constitucionais		1.031.989,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos/ Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2071	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		1.816.845,58

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Merenda Fornecida/ Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2072	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré Escola – Transferências Constitucionais		202.779,92

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Escolas Atendidas/ Unidade	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		7
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2074	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral - Pre Escola - FUNDEB		78.323,85

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos atendidos/ Alunos	Metas Físicas
367	SUBFUNÇÃO: Educação Especial		55
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2077	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		1.043.566,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Ensino profissionalizante apoiado/ Aluno	Metas Físicas
363	SUBFUNÇÃO: Ensino Profissional		27
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2079	ATIVIDADE: Apoio ao Ensino Profissionalizante		146.774,30

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 11 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:956CC833

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº65 / 2024, decorrente de InexigibilidadeN°15/ 2024 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORIENTAÇÃO TÉCNICA, PARAMETRIZAÇÃO DE DADOS E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NOS SETORES ADMINISTRATIVOS, COMPREENDENDO A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM APOIO TÉCNICO AOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **CONSULTECH CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA ,** portador do CPF/CNPJ sob nº20.723.315/0001-74, neste ato representada por JESSICA FERNANDA CREPALDI ALVES, portador do CPF sob n° 39336797883, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 11/09/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 51,000.00, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	57489	ORIENTAÇÃO TÉCNICA, PARAMETRIZAÇÃO DE DADOS E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NOS SETORES ADMINISTRATIVOS, COMPREENDENDO A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE	Meses	12	4.250,00	51.000,00

BARBOSA FERRAZ, 11 de setembro de 2026.

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
CONSULTECH CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA
20.723.315/0001-74

JESSICA FERNANDA CREPALDI ALVES
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:E60FEEBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 29/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR29/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 10/09/2026
d) Objeto da licitação: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

6470 - ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA (43.496.899/0001-98)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	33164 - Avental de PVC - Avental impermeável de PVC forrado, com alça no pescoço e tiras para regulagem e utilizadas para ajuste nas costas. Na cor preto. Tamanho mínimo: 1.20m x 0.60m. Atende NR 17, com C.A.	UN	VINILSEG	50	13,12	656,00
14	33176 - Colete modelo segurança/guardião. Colete modelo segurança/guardião; - confeccionado em tecido terbrim. Escritos/bordados "GUARDIÃO" pequeno na frente e grande na parte superior das costas. Com 3 bolsos na parte frontal, fechamento frontal com zíper reforçado de alta qualidade. Costuras reforçadas.	UN	MARCA PROPIA	6	220,00	1.320,00
16	33178 - Creme protetor para as mãos. Creme protetor de segurança, classificado como Grupo 3 Especial, composto de: metilparabeno (Methylparaben), Proprilpararabeno (Propylparaben), Talco (Talc), Álcool Cetílico (Cetyl Alcohol), Glicerina (Glycerin), óleo mineral (Paraffinum Liquidum), Álcool Cetoestearílico Etoxilado (Ceteareth-20), EDTA Tetrassódico (Tetrasodium EDTA); Copolímero PVP Eicoseno (VP/Eicosene Copolymer), Extrato de Benjoin (Stryrax benzoin Resin Extract), Álcool Estearílico (Stearyl Alcohol), Cetoestearil Sulfato de Sódio (Sodium Cetearyl Sulfate), Butil Hidroxi Tolueno (BHT), Imidazolidinil Uréia (Diazolidinyl Urea), Água (Aqua), Ácido Cítrico (Citric Acid), Essência (Parfum), Propionaldeído (Butylphenyl methylpropional), Alpha Cetona (Alpha-isomethyl ionone), Citronelol (Citronellol), Cumarina (Coumarin), Citronelal (Hydroxycitronellal), Linalol (Linalool). Ou composto de: Água (Water), Cetearyl, Alcohol, VP/Elcosene Copolymer, Glyceryl Stearate, Paraffinum Liquidum, Carbomar, Glycerin, Propylene Glycol, PEG-75 Lanolin, Parfum, Triethanolamine, Sodium Laureth Sulfato, Celulose Gum, Acetamide MEA, Methylisothiazolinome, Propylparaben, D-Limonene, Linalool, Citronellol, Hydroxycitronellal, Disodium distyrylbiphenyl disulfonate. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Unidade com 200 gramas. Com validade de pelo menos 1 ano e 6 meses a partir da data de entrega.	UN	NUTRIEX	50	9,13	456,50
25	33187 - Luva de Segurança em Látex Nitrílico - Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, sem revestimento interno com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Acabamento Antiderrapante (Palma e Dedos). Impermeáveis. Hipoalérgica. Confortável. Resistente. Proteção total do antebraço. Ideal para manuseio de derivados de petróleo. INDICAÇÃO: Esta luva se destina a diversas atividades profissionais que requer do usuário tato e destreza no manuseio, com boa proteção e impermeabilidade contra produtos químicos tais como: Resistência Química: Classe A: Tipo 2: Agressivos básicos. Classe B: Detergentes, Sabões, Amoníacos e similares; Classe C: TIPO 1: Hidrocarbonetos Alifáticos; TIPO 2: Hidrocarbonetos Aromáticos; TIPO 3: Alcóois; TIPO 4: Éteres. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17. TAMANHO M: 40; TAMANHO G: 60.	PAR	VOLK	100	8,10	810,00

29	33191 - MACACÃO DE BRIM COM MANGA LONGA. Macacão de brim com manga longa confeccionado em brim pesado 100% de algodão. - Com 2 bolsos na altura do peito, com 2 bolsos frontais e 2 bolsos traseiros. - Possui elástico na cintura para melhor caimento. - Fechamento frontal com botões - Produto: Brim pesado. Tamanho G e GG a ser confirmado no momento da autorização de fornecimento.	UN	MARCA PROPIA	10	182,55	1.825,50
30	32059 - Macacão Veterinário " Tecido Sarja 100% algodão " Produzido com Tecido Profissional, Fechamento com Botões, Aba Para Proteção de botão Com bolsos, Manga Curta Indicada para profissionais como veterinários. Com 2 bolso na altura do peito, com 2 bolso frontais e 2 bolso traseiros. - Possui elástico na cintura para melhor caimento. - Fechamento frontal com botões, tamanho e cor a definir.	UN	MARCA PROPIA	4	190,68	762,72
33	33194 - Protetor auditivo tipo Plug. Protetor auditivo, confeccionado em silicone, tipo inserção, composto de um eixo com três flanges, onde a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior. Atenua até 18 dB. Atende NR 15 com CA.	PAR	PROTECT	30	4,60	138,00
34	28781 - Protetor auricular tipo fone - Protetor auditivo, tipo concha, com haste e suporte do abafador confeccionado em polipropileno por processo de injeção, conchas confeccionadas em material plástico resistente pelo processo de injeção, almofada externa fabricada em espuma de náilon revestida com capa por colagem e alta temperatura e filtros internos confeccionados em espuma de formato oval. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17.	UN	PROTECT	20	33,21	664,20
35	32062 - Protetor facial composto de coroa confeccionada em material plástico preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende até a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor preso à coroa por meio de quatro parafusos plásticos, carneira confeccionado em material plástico branco regulável através de ajuste simples ou através de catraca presa à coroa por meio de dois parafusos plásticos. A parte frontal da carneira é recoberta com espuma para absorção de suor. Com CA, utilizada para corte de grama com roçadeira.	UN	ULTRAMASTER	10	32,99	329,90
38	33196 - Vestimenta de segurança de corpo inteiro, composta de calça tipo pijama com reforço impermeável nas pernas e cordão na cintura para ajuste; blusa inteiriça com abertura no pescoço e gola, ambos fabricados em tecido misto de algodão e poliéster, com tratamento hidro-repelente em todas as peças, desenvolvido para proteção contra produtos químicos e névoas de agrotóxicos, capuz com aba e pala no pescoço e com velcro para fechamento, viseira de PVC flexível com fechamento em velcro e avental confeccionado em PVC + Forro de Poliéster, com CA válido.	UN	SAYRO	12	128,65	1.543,80
42	33200 - Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil, revestimento duplo em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso, com punho em malha. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR DE CONTATO), possui banho nitrílico completo (palma e dorso), garantindo mãos limpas e secas ao manusear graxas e químicos. Leve e anatômica, oferece tato preciso para montagens delicadas com C.A válido. Tamanhos variados G, GG e EXG.	UN	LDI	160	10,29	1.646,40
Total (R$):						10.153,02

7612 - BOAZ SAÚDE E SEGURANÇA LTDA (61.853.683/0001-14)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
20	33182 - Luva de procedimento com pó. Luva para Procedimento Não Cirúrgico confeccionada em látex, com pó (com talco), microtextura na ponta dos dedos, ambidestra, não estéril, lisa, na cor branca, caixa contendo 100 unidades, Tamanhos: G. Características do produto. Indicações: Indicada para utilização em hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, laboratórios e demais locais onde há necessidade de proteção do usuário contra riscos biológicos (sangue, fluidos potencialmente contaminados, contato com microorganismos, manipulação de materiais contaminados). Com registro na ANVISA.	CX	MEDIX	100	24,48	2.448,00
21	33183 - Luva de Procedimento Não Cirúrgico confeccionada em Nitrilo, sem pó bioabsorvível, isenta de látex, microtextura na ponta dos dedos, ambidestra, não estéril, na cor azul, caixa contendo 100 unidades, Tamanho: G. Características do produto. Indicações: Indicada para utilização em hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, laboratórios e demais locais onde há necessidade de proteção do usuário contra riscos biológicos (sangue, fluidos potencialmente contaminados, contato com microorganismos, manipulação de materiais contaminados). Com registro na ANVISA.	CX	MEDIX	10	25,00	250,00
28	33190 - Luva tricotada Pigmentada – Luvas de segurança tricotada confeccionadas em algodão sem costura, com acabamento liso; pigmentos antiderrapante nos pontos de PVC na palma e face palmar dos dedos, palma aderente que oferece média resistência à abrasão, com pigmentação de alta qualidade. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Tamanho único.	PAR	VOLK	20	2,32	46,40
37	28782 - Respirador PFF2 - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas PFF2, classe SL, com válvula de exalação, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural e carbono ativo; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático; camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial e tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17.	UN	ALLTEC	100	2,39	239,00
39	33197 - Máscara Tripla Descartável Talge c/50 unidades. Máscara tripla descartável em tecido não tecido (TNT), confeccionado no estilo retangular, inteiramente em TNT, possui três camadas, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada, sendo duas camadas (externa e interna) em TNT e uma camada de filtro meltblown. Eficiência de Filtração Bacteriana (EFB) de 95%. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Quando inteiramente aberta, estas pregas protegem desde o topo do nariz até a cobertura total do queixo, cobrindo a maioria das conformações faciais conhecidas e mantendo-as protegidas. Produto isento de látex, atóxico, descartável, de uso único. COMPOSIÇÃO: 100% polipropileno; CLIPS NASAL em arame plastificado com PVC chato 0,50 mm.	CX	MEDIX	100	7,34	734,00
Total (R$):						3.717,40

7144 - FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI EPP (26.729.755/0001-15)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
36	33195 - Protetor solar FPS 50 ou FPS 60 UVA/UVB com Repelente e Vitamina E, protege a pele contra a ação nociva dos raios ultravioleta dos tipos UVA e UVB emitidos por raios solares e por radiações provenientes de trabalhos com soldas elétricas e outras fontes emissoras. Recomendado para qualquer tipo de trabalho ao ar livre e em serviços com solda elétrica. Protege a pele 30 vezes mais do que se o creme não tivesse sido aplicado. RESISTENTE À ÁGUA. ESPECIFICAÇÕES. Composição: Álcool cetoestearilico, metil parabeno, propil parabeno, essência natural, metoxicianamato de octila, benzofenona-3, trietanolamina, propileno glicol, lanolina, água deionizada, repelente de inseto natural. Ou Aqua, Homosolate, Octocrylene, Butyl Methoxydibenzoylmethane, Titanum Dioxide, Ethylhexyl Salicylte, 4-Metylbenzylidene Camphhor, Bys-Ethylhexyloxyphenolmethoxyphenyl Triazine, Ethylhexyl Palmitate, VP/Eicosene Copolymer, Potassium Cetyl Phosphate, Cetearyl Alchohol, Aloe Barbadensis Extract, Artemia Extract, Aluminum Starch Octenylsuccinate, Tocopheryl Acetate,	UN	"NUTRIEX FPS 60 C/REP 120 ML"	100	31,90	3.190,00

	Triethanolamine, Acrylates/C10-30 Alkyl Acrylate Crosspolymer, Xanthan Gum, Parfum (Amyl Cinnamal, Genariol, Hyroxyisohexyl 3-Cyclohexene Carboxaldehyde, Hidroxycitronellal, Linalool), Tetrasodium EDTA, Methylchloroisothiazolinone / Methylisothiazolinone. Natureza Química: Óleos cerosos e filtros solares com 120 gramas com registro na Anvisa com validade de no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.					
Total (R$):						3.190,00

7145 - JANAINA SARETO VOLPI (32.050.743/0001-62)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	33163 - Avental de couro raspa, avental de segurança confeccionado em couro raspa, sem emenda, tiras de raspa, sem gola, com fivelas plásticas para ajuste. Comprimento: 1,20m; Largura: 0,60m; Com certificado de aprovação emitido pelo ministério do trabalho (CA). Atende a NR 17.	UN	VICTOR LUVAS	30	39,00	1.170,00
3	33165 - Avental de segurança impermeável, confeccionado em policloreto de vinila (PVC) de alta resistência, com espessura mínima de 0,30 mm, garantindo durabilidade e proteção superior contra líquidos e agentes químicos. O avental possui forro interno em tecido de poliéster, proporcionando maior conforto ao usuário e facilitando a higienização. Suas dimensões mínimas são de 1,30 metros de comprimento por 0,70 metros de largura, cobrindo adequadamente o tronco e parte das pernas do usuário. O design inclui alça ajustável no pescoço, confeccionada no mesmo material do avental ou em fita de poliéster de alta tenacidade, com largura mínima de 25 mm, e tiras laterais para regulagem e ajuste na região das costas, permitindo um caimento ergonômico e seguro para diferentes biotipos. As tiras laterais devem ter comprimento mínimo de 50 cm cada e largura mínima de 20 mm. Todas as costuras e junções devem ser realizadas por solda eletrônica de alta frequência, assegurando a impermeabilidade total do produto e a ausência de pontos de vazamento. A cor do avental é branca, conforme padrão de higiene e visibilidade em ambientes específicos. O produto deve atender integralmente aos requisitos da Norma Regulamentadora NR 17 (Ergonomia) no que tange ao conforto e segurança do usuário, e possuir Certificado de Aprovação (C.A.) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, comprovando sua conformidade com as normas de segurança para Equipamentos de Proteção Individual (EPI). A embalagem individual deve conter informações claras sobre o fabricante, data de fabricação, validade do C.A. e instruções de uso e conservação. A garantia mínima do fabricante contra defeitos de fabricação deve ser de 12 meses. O fornecimento deve ser em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas. O material PVC deve ser atóxico e resistente a produtos químicos comuns em ambientes de trabalho, como ácidos diluídos, álcalis e óleos. A superfície deve ser lisa para facilitar a limpeza e desinfecção.	UN	PREVEMAX	250	13,11	3.277,50
5	33167 - Bota Branca - Bota de segurança de pvc impermeável; - Cano Médio; - Confeccionada em policloreto de vinila (pvc) e massa nitrílica proporcionando melhor resistência a abrasão, ressecamento e trincas; - Forração interna em poliéster; - Sem biqueira; - Solado de polímero plástico em pvc; - Reforçado com massa nitrílica, injetado em uma só peça com espessura do cano em 2mm e estrias laterais facilitando o calçar; - Toque emborrachado e antiderrapante. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17. Numeração a ser definida no momento da solicitação de compra.	PAR	Innpro	10	43,86	438,60
7	33169 - Calçado de Segurança – Modelo bota impermeável de PVC, produto desenvolvido com solado de ótima aderência e estabilidade, altamente resistente a sangue e gordura animal, fungos, bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos, solventes, graxas e hidrocarbonetos em geral (derivados de petróleo) e que atende a Norma ABNT NBR ISSO. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). -Cano longo tipo impermeável -Material: Policloreto de vinila (pvc) -Forro em poliéster injetado em uma só peça - Fechamento superior em polaina com atacador para ajuste -Leve e resistente -Solado antiderrapante. Contém polímero plástico em PVC e massa nitrílica (toque emborrachado melhora o tripe, melhora a resistência a abrasão, impede o ressecamento, trincas e minimiza a agressão do sangue). Especificações: - Polaina: Azul Marinho - Comprimento do Cano: 34 cm + Polaina 6,5cm - Ranhuras de 6mm na planta e 12mm no salto. CANO Confeccionada em Policloreto de vinila (PVC) e massa nitrílica (melhora a resistência a abrasão, impede o ressecamento e trincas e minimiza a agressão a sangue). Injetada em uma só peça, sua espessura é de 2,0 mm (base nº 40) do cano e com estria nas laterais que facilitam o calçar. SOLADO Solado com ranhura de 10,1 mm no salto (boa tração, fácil limpeza, retarda a passagem de temperaturas e não impede o fluxo de líquidos), contem polímero plástico em PVC, reforçado com massa nitrílica (toque emborrachado e antiderrapante). Área frontal do solado aberto que proporciona um escoamento perfeito de líquidos.	PAR	Innpro	10	59,57	595,70
8	33170 - Calçado Ocupacional Modelo Tênis. Calçado fechado região calcanhar, atende as exigências da NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em serviços de Saúde) – Calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA na cor branca ou preta, solado de borracha antiderrapante na cor preta ou bege, com palmilha removível. Antiderrapante – Registrado junto ao CA do Ministério do Trabalho na Classificação SRC, corresponde ao calçado com solado de borracha sintética especial + borracha natural, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução SLC (detergente) em piso de aço com solução de glicerol (SRC), Resistente à óleo combustível (FO) e Calçado com absorção de energia na área do salto, Calcanhar (E). Cabedal parte superior – EVA – Etil Vinil Acetado (Atóxico) – Contém substância Antimicrobiana junto à formulação composto EVA confecção do cabedal, diminuindo incidência de fungos e bactérias, maior durabilidade, bem como atenua o odor nos pés. Palmilha – EVA – Etil Vinil Acetato + Tecido parte superior – destacável, fácil limpeza. Parte Inferior – Solado em borracha sintética + natural apropriado para não escorregamento. Meio Ambiente – Amigo do meio ambiente, composição das formulações para produzi-lo utiliza-se parcialmente de materiais reciclados, bem como o produto final (calçado) é reciclável – Armazenamento – Qualquer local, trabalho ou residência, temperatura ambiente – Produto Impermeável, permite lavar com água, sabão, detergente, cloro ou produtos similares. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). A NUMERAÇÃO SERÁ DEFINIDA NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	PAR	SOFT WOKKS	50	90,00	4.500,00
9	33171 - Capa de segurança impermeável, confeccionada em tecido sintético plastificado com policloreto de vinila (PVC) de alta resistência, com espessura mínima de 0,20 mm, garantindo proteção superior contra intempéries e agentes líquidos. O forro interno é em poliéster, proporcionando maior conforto térmico e durabilidade ao vestuário. A capa possui capuz conjugado, com cordão para ajuste e regulagem, assegurando proteção completa da cabeça. As mangas são longas, com punhos ajustáveis ou elásticos para evitar a entrada de água. O fechamento frontal é realizado através de botões de pressão de alta resistência, não metálicos para evitar corrosão, dispostos de forma a garantir a vedação total. Todas as costuras e junções são feitas por solda eletrônica de alta frequência, assegurando a impermeabilidade total do produto e a ausência de pontos de vazamento. O comprimento mínimo da capa é de 1,50 metros, medido da gola até a barra, proporcionando cobertura estendida para as pernas do usuário. A largura mínima na altura do tórax é de 0,70 metros. O produto deve possuir Certificado de Aprovação (C.A.) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, comprovando sua conformidade com as normas de segurança para Equipamentos de Proteção Individual (EPI). A embalagem individual deve conter informações claras sobre o fabricante, data de fabricação, validade do C.A. e instruções de uso e conservação. A garantia mínima do fabricante contra defeitos de fabricação deve ser de 12 meses. O fornecimento deve ser em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas. O material PVC deve ser flexível, resistente a rasgos e abrasão, e manter suas propriedades em diferentes condições climáticas. A cor deve ser preferencialmente amarela ou azul, para alta visibilidade, ou conforme especificação do órgão licitante.	UN	Maicol	30	21,00	630,00
13	33175 - Cavalete de Sinalização de Segurança – Piso Escorregadio – Placa Cuidado Piso Escorregadio, formato 26x65 – Compacta, Fácil de Transportar – Alta Visibilidade.	UN	PLASTCOR	3	40,00	120,00
15	33177 - COLETE REFLETIVO ALTA VISIBILIDADE. Confeccionado em tecido de poliéster fluorescente na cor laranja, com faixas refletivas e fechamento frontal através de zíper, ABNT NBR 15.292:2013 -	UN	VOLK	30	14,00	420,00

	Vestimenta de Alta Visibilidade, oferecendo segurança aos usuários em ambientes diurnos, noturnos ou com baixa luminosidade. Disponível nos tamanhos G, XG e XXG, podendo ser com um bolso ou sem. Aplicação: Tráfego intenso de veículos; Tráfego de veículos em alta velocidade; Condições climáticas adversas (chuva, neblina, fumaça, etc.), ambientes com baixa luminosidade, alta concentração de poeira ou fumaça.					
17	33179 - Cone flexível 50 cm composto sintético. Flexibilidade alta.	UN	PLASTCOR	5	43,00	215,00
18	33180 - Cone flexível 75 cm composto sintético. Flexibilidade alta.	UN	PLASTCOR	5	65,00	325,00
26	33188 - Luva de Vaqueta. Luva de Vaqueta Totalmente em couro. Couro Extra Macio e Resistente. Luvas de segurança para proteção das mãos contra agentes mecânicos. Luva cinco dedos, confeccionada em couro, punho de segurança com elástico e acabamento em debrum. - Aplicações: Proteção das mãos contra abrasão, corte, rasgo, perfuração. - Indicações: Proteção das mãos contra agentes mecânicos em atividades industriais, esportivas e domésticas. Com CA válido.	PAR	M2	50	13,00	650,00
27	33189 - Luva ranhurada - luva de látex natural ranhurada antialérgica cano longo. Luva de segurança confeccionada em borracha natural, sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Luva tipo A para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários (a), enxofres contendo compostos orgânicos (e), aminas (g), hidrocarbonetos saturados (j), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), ácidos orgânicos (n), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Cor natural. Com certificação (CA) no MTEM. Tamanhos: P, M, G a ser definido no momento da autorização de fornecimento.	PAR	VOLK	200	8,50	1.700,00
31	33192 - Óculos de proteção visual incolor – Óculos de segurança, constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, amarelo, cinza ou verde, com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício, na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com uma das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades e que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17.	UN	VOLK	100	3,75	375,00
Total (R$):						14.416,80

4586 - LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA (26.950.671/0001-07)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
6	33168 - Calçado de Segurança - Calçado ocupacional tipo botina bidensidade, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético, solado em poliuretano blaqueado ou poliuretano injetado ou cabedal, com biqueira de pvc. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA), na cor preta. Atende a NR 17. Modelo Masculino, a numeração será definida no momento da autorização de fornecimento.	PAR	EFFE	20	49,95	999,00
19	33181 - Luva de Látex Natural – luva de segurança em látex, antiderrapante na palma e nos dedos, acabamento interno flocado, indicada para agroindústria, construção civil, manuseio de produtos químicos, manutenção e limpeza industrial, nos tamanhos P, M e G. Com certificado de Aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Atende a NR 17. TAMANHO P 50; TAMANHO M 100; TAMANHO G 100; TAMANHO XG 50.	PAR	MEDIX	300	2,95	885,00
Total (R$):						1.884,00

Bom Jesus do Sul-PR, 10/09/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6312FBB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 13/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
PROTOCOLO 2026/08/293687
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR
CNPJ 80.874.100/0001-86

CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 05.035.532/0001-88

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação direta da empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, para fazer adesão à Adesão ao Pregão Eletrônico n° 001/2026, **a Ata de registros de Preços consolidada nos termos do Art.22 do Decreto Federal N 7.892/2013**, para aquisição de veículo utilitário(pick-up) (Chevrolet Montana 1.2 Turbo Mecânica 2026), zero quilômetro, do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS – CISA AMERIOS 12ª R.S,, conforme descrito no quadro abaixo, quanto a esta efetivação de negócio, sem representar prejuízo ao erário, conforme relação em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
11	VEÍCULO UTILITÁRIO (PICKUP) – Veículo automotor utilitário cab. Dupla; 4 portas; Zero km; Cor branca; para 05 ocupantes; Comprimento mín. 4.600 mm; Largura mín. 1.700 mm; entre eixo mín. 2.700 mm; Motor 3 ou 4 cil. c/ aspiração natural ou turbo; potência mín. 130 cv (gasolina) / 135 cv (etanol); Torque mín. 20 kgfm (gasolina) / 21 kgfm (etanol); Bicombustível; tanque 40 litros; Transmissão manual c/ mín. 6 vel.; Direção EPS; Caçamba mín. 750 L; Carga útil ≥ 600 kg; ABS + EBD; 6 airbags; controle de estabilidade e tração; câmera traseira; sensor estacionamento; ar-cond.; central multimídia 8"; Android Auto/CarPlay; Protetor de cárter; Jogo de tapetes.	Chevrolet Montana 1.2 Turbo Mecânica 2026/2026	01 Unid.	135.000,00	135.000,00

VALOR: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

ORÇAMENTÁRIA: 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100071.006 – Aquisição de veículos e Equipamentos nas Unidades de Saúde; 44.90.52 Equipamento e Material Permanente; Despesa: 1714/1709; Fonte de Recurso 304 – Alienação de Bens da Saúde; ou 5357 Resolução SESA – Bloco Estadual Investimentos.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inc. I, caput, da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto 7892/2013.
Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:4103BE6A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 82/2026 **– HOMOLOGADO EM 03/09/2026.**
DETENTORA: OSMAR OSNY BASEGGIO – CNPJ: 03.961.104/0001-50.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 35/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
105	FORNO INDUSTRIAL, a gás, com valete, medidas aproximadas Largura: 1,12 m; Altura: 1,27 m; Altura total: 1,53 m; profundidade: 97,5 cm. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Tipo: forno industrial de piso com cavalete. Funcionamento: a gás GLP. Capacidade mínima para assadeiras padrão. Temperatura mínima de 250°C. Controle de temperatura manual. ESTRUTURA: Câmara interna em aço galvanizado ou inox. Estrutura externa com pintura eletrostática. Isolamento térmico adequado. Porta com vedação eficiente. CAVALETE: Estrutura metálica reforçada. Altura ergonômica. Pés niveladores. SISTEMA DE AQUECIMENTO: Queimadores de alta durabilidade. Distribuição uniforme de calor. Acendimento manual ou automático. COMPONENTES: Grades internas removíveis. Bandeja coletora. Registro de gás acessível. SEGURANÇA: Equipamento estável. Atende normas vigentes.	3	unid.	Venâncio	3.200,00	9.600,00
106	FORNO ELÉTRICO, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Capacidade mínima de 80 litros. Temperatura mínima de 250°C. Controle de temperatura ajustável. Timer com desligamento automático (preferencial). ESTRUTURA: Câmara interna resistente a altas temperaturas. Estrutura externa com pintura eletrostática. Porta com vidro temperado e vedação eficiente. Isolamento térmico adequado. SISTEMA ELÉTRICO: Tensão: 127V. Potência compatível com o equipamento. Resistências superior e inferior. COMPONENTES: Grades internas removíveis. Bandeja coletora. Luz interna (preferencial). SEGURANÇA: Proteção contra superaquecimento. Pés antiderrapantes. Atende normas vigentes.	6	unid.	Philco	1.450,00	8.700,00
109	FREEZER VERTICAL, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Tipo: freezer vertical com abertura frontal. Capacidade mínima de 250 litros. Temperatura mínima de -18°C. Controle de temperatura ajustável. Porta com vedação eficiente. ESTRUTURA: Gabinete interno resistente à corrosão. Gabinete externo com pintura eletrostática. Isolamento térmico em poliuretano. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: Sistema estático ou frost free. Distribuição uniforme do frio. COMPONENTES: Prateleiras internas ajustáveis. Dreno para degelo. Pés niveladores ou rodízios. SISTEMA ELÉTRICO: Tensão: 127V. Classificação energética conforme INMETRO. Gás ecológico. SEGURANÇA: Equipamento estável. Fácil higienização. Atende normas vigentes.	3	unid.	Consul	2.708,90	8.126,70
110	GELADEIRA TIPO DOMÉSTICA, FROST FREE DUPLEX, Capacidade Mínima 400 litros, Frost Free, cor Branca, conforme descrição em anexo: Prateleira no congelador removível - Classe A em consumo de energia - Capacidade mínima total de Armazenamento: 400 litros - Classificação de consumo: Selo Procel - Recipiente para guardar gelo - Prateleiras na porta - Iluminação interna - Gavetão de legumes - Porta garrafas: Capacidade mínima para 4 - Porta latas: Capacidade mínima para 6 - Porta ovos removível: Capacidade para 12 - Degelo do freezer automático - Controle de temperatura do refrigerador: Painel de controle interno - Controle de temperatura do freezer: Botão interno - Pés com rodas niveladoras - Prateleiras/cestos - Temperatura uniforme - Na cor Branca - Tensão 110 V -Tamanho aproximado: (A) 1,70m x L)61,6cm x (P)69,1cm – Peso (Kg) Aproximado 53 kg. - Garantia 12 meses.	7	unid.	Continental	3.100,00	21.700,00
111	Lavadora de Alta Pressão (VAP): Potência: 2.100 W, pressão Máxima: 2000 PSI (130 bar), vazão: 500 L/h, motor: Indução (mais durável e silencioso), mangueira: 8 metros com enrolador, Peso: 13,1 kg, Bico 3 em 1 (ajuste de jato) + display digital na pistola. Tecnologia Full Control permite ajuste da pressão direto na pistola com display de LED. Bomba em alumínio – maior durabilidade. Enrolador de mangueira embutido: mais organização e praticidade. Sistema Plug'n'Clean facilita uso de detergente. Motor universal. Mangueira: 3 metros. Bico leque + aplicador de detergente.	5	unid.	Wap	1.300,00	6.500,00
112	MÁQUINA LAVAR E SECAR AUTOMÁTICA, confeccionada em material de aço, cor preta, branca ou cinza. Capacidade de lavagem mínima: 10KG. Capacidade de secagem mínima: 5KG. tipo de abertura: frontal. Potência: 2000w. Sistema de lavagem: por tombamento; funcionamento em água fria e quente; nível de água selecionável; velocidade de centrifugação mínima de 1200 RPM. Sistema de secagem: a temperatura mínima de 50º graus; secagem por condensação. Recursos: 01 entrada de água; 01 saída de água; molho; drenagem; enxágue; desligamento automático; timer; pausa; lavagem econômica. Eficiência energética: A. Voltagem: 120/110v e/ou 220v.	5	unid.	Midea	3.300,00	16.500,00
116	BANQUETAS; Estrutura em aço carbono ; Pintura eletrostática a pó (epóxi), com	30	unid.	BR Office	248,00	7.440,00

	tratamento antiferrugem (quando metálica); Soldas reforçadas e acabamento sem rebarbas; Base com sapatas antiderrapante asssento anatômico, confortável e adequado ao público infantil; Material em polipropileno de alta resistência, madeira multilaminada ou similar; Superfície lisa, de fácil higienização; Bordas arredondadas para maior segurança. Dimensões: Altura compatível com mesas de informática infantil (aproximadamente entre 45 cm e 65 cm); Largura e profundidade adequadas para crianças de 6 a 10 anos; Capacidade mínima de carga: 80 kg.Os produtos devem ser entregues montados ou com montagem inclusa; Devem atender às normas técnicas vigentes; O fornecedor deverá assegurar a qualidade e durabilidade do mobiliário. Produto sem quinas vivas; Estrutura estável, sem risco de tombamento; Atender às normas de ergonomia aplicáveis ao mobiliário escolar; Material atóxico e seguro para uso infantil. Cores (conforme padrão da instituição); Alta resistência ao uso contínuo; Fácil limpeza e manutenção.					
118	CADEIRA GIRATÓRIA: ASSENTO: -Estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência; ENCOSTO: -Estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência; Suporte do encosto em tubo de aço industrial oblongo 16x30mm, parede 1,50mm. BRAÇOS: -Apoio de braços em polipropileno copolímero injetado com regulagem de altura através de botão, totalizando 07 posições e 85mm de curso. Chapa para fixação no assento com 02 furos oblongos, permitindo regulagem horizontal por parafusos. BASE: Base giratória desmontável com aranha de 05 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno na cor preta, apoiada sobre 05 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares; Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás; Telescópico injetado em polipropileno texturizado, dividido em 03 partes encaixadas, usado para proteger a coluna. ACABAMENTO: -Acabamento em pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 200°C, na cor preto liso semi-brilho W-Eco, com superfícies metálicas preparadas previamente através de tratamento com fosfato de zinco, propiciando maior aderência a acabamento da pintura.	50	unid.	BR Office	389,80	19.490,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 98.056,70** **(noventa e oito mil e cinquenta e seis reais e setenta centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 98.056,70 (noventa e oito mil e cinquenta e seis reais e setenta centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:1C279734

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 82/2026 – **HOMOLOGADO EM 03/09/2026.**
DETENTORA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME – CNPJ: 02.329.391/0001-18.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 35/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**ACENDEDOR DE FOGÃO** tipo manual (acionamento por faísca), corpo em material plástico resistente ou equivalente, com haste metálica. Vedado cabo em madeira. Produto ergonômico, seguro e de fácil acionamento.	10	Unid.	Zein	7,00	70,00
4	**DISPENSER PARA DETERGENTE E/OU SABONETEIRA** sistema pump up de acionamento, material plástico resistente, capacidade mínimo 1000ml.	10	Unid.	Embagel	58,80	588,00
5	**ESCORREDOR DE LOUÇA** do tipo rack 64 pinos em polipropileno, dimensões 50x50.	10	Unid.	Armazem 135	183,70	1.837,00
7	**RODO PARA PIA** Rodo manual para pia, com lâmina em borracha flexível e corpo em plástico resistente. Indicado para remoção de água e resíduos em superfícies lisas.	10	Unid.	Onyx Import	6,60	66,00

8	**ABRIDOR DE LATAS** e garrafas em alumínio, material resistente.	10	Unid.	Zein	3,30	33,00
10	**ASSADEIRA DE VIDRO** temperado, Oval Com Tampa Plástica 3,2 Litros.	10	Unid.	Nadir	54,00	540,00
11	**ASSADEIRA DE VIDRO** temperado, Oval Com Tampa Plástica 2,4 Litros.	10	Unid.	Nadir	49,00	490,00
13	**ASSADEIRA DE VIDRO** temperado, retangular Com Tampa Plástica 3,7 Litros.	10	Unid.	Nadir	45,00	450,00
14	**ASSADEIRA DE VIDRO** temperado, retangular Com Tampa Plástica 5,0 Litros.	10	Unid.	Nadir	53,90	539,00
15	**JARRA DE VIDRO** transparente capacidade mínimo de 1,5 litros, com cabo de vidro.	10	Unid.	Nadir	25,00	250,00
16	**JOGO COPO DE VIDRO contendo 06 unidades**, na cor transparente e com capacidade de no mínimo 350 ml.	30	Unid.	Nadir	33,00	990,00
20	**TRAVESSA/ASSADEIRA** cerâmica retangular, preferencialmente branca, capacidade mínima 2 litros.	30	Unid.	Marinex	107,00	3.210,00
33	**JARRA DE PLÁSTICO** capacidade de 1 litro.	10	Unid.	INJETPLASTEC	9,35	93,50
52	**ESPÁTULA DE SILICONE**, grande, com cabo de bambu. Bem estruturada e resistente. Medidas aproximadas: 32,5 x 6,5cm.	10	unid.	Lehavi	18,00	180,00
63	**PEGADOR DE MASSA grande, em inox com tamanho 29 X 5 CM.**	30	unid.	Zein	8,30	249,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 9.585,50 (nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)**				

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 9.585,50 (nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:A3A15CA6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 82/2026 **– HOMOLOGADO EM 03/09/2026.**
DETENTORA: DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA- ME – CNPJ: 27.787.054/0001-03.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 35/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
12	**ASSADEIRA DE VIDRO** temperado, quadrada Com Tampa Plástica 1,8Litros.	10	Unid.	Nadir	38,90	389,00
27	**BALDE DE PLÁSTICO** super-resistente, de preferência com bico direcionador de água e escala medidora de volume, alça resistente e segura. Capacidade de 25 a 30 Litros. De material transparente.	10	Unid.	Arqplast	59,80	598,00
36	**LIXEIRA PLÁSTICA** 50L, branca, acionamento da tampa em pedal, com haste metálica reforçada, material plástico, de piso.	30	Unid.	Tritec	84,90	2.547,00
37	**LIXEIRA PLÁSTICA** 100L, branca, acionamento da tampa em pedal, com haste metálica reforçada, material plástico, de piso.	30	Unid.	Bralimpia	287,90	8.637,00
48	BOTIJÃO TÉRMICO INOX COOLER TÉRMICO COM TORNEIRA 6L: Botijão Inox Térmico 6L, Tempo de conservação da bebida fria: 12 h; Tempo de conservação da bebida quente: 12 h; Material do interior: Aço inoxidável; Materiais do exterior: Aço inoxidável; Sistema de abertura da tampa: De rosca.	5	Unid.	Chef Line	209,00	1.045,00
51	GARRAFA TÉRMICA em inox interno e externo, parede dupla para conservação, sistema de pressão, com sistema corta pingos, capacidade mínima 4 Litros.	10	Unid.	Chef Lane	194,90	1.949,00
56	**COLHER DE SERVIR** totalmente em aço inox, resistente, com aproximadamente 30 cm de comprimento.	30	unid.	Original	7,50	225,00
59	**JOGO COLHER INOX DE MESA** COM 12 PEÇAS, material inoxidável, comprimento aproximado 19cm. Sugestão de marca: Tramontina.	30	unid.	Original	24,90	747,00
62	**JOGO FACAS INOX DE MESA com 12 peças** Sem Ponta em Aço Inoxidável, comprimento aproximado 20 Cm. Sugestão marca: Tramontina.	30	unid.	Original	23,00	690,00
65	**FORMA PARA PÃO DE QUEIJO, DE SILICONE**: forma com 12 cavidades. Em material de primeira qualidade, com excelente resistência	50	unid.	Chef Line	15,63	781,50
71	**CHALEIRA DE INOX** com capacidade de 5 litros, resistente com alça de baquelite.	7	unid.	Do Cesar	218,40	1.528,80

78	**PANELA** em alumínio resistente com tampa, baixa, com capacidade para 60 litros, linha hotel.	10	unid.	Do Cesar	375,10	3.751,00
83	**PANELA** em alumínio batido fundido grosso, capacidade mínimo 20 litros.	10	unid.	Do Cesar	400,00	4.000,00
84	**PANELA DE PRESSÃO de 24 litros**, duas válvulas de segurança. Alças antitérmicas. Fechamento externo. Fundo duplo.	10	unid.	Nacional	597,90	5.979,00
85	**PANELA DE PRESSÃO de 15 litros**, duas válvulas de segurança. Alças antitérmicas. Fechamento externo. Fundo duplo.	10	unid.	Nacional	475,00	4.750,00
86	**BALANÇA**, tipo digital, material resistente, funcionamento com bateria, capacidade de pesar até 5 kg no mínimo, com peso em gramas.	5	unid.	Original	16,70	83,50
90	**BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL** com no mínimo 1000W de potência, 10 velocidades. Tigela com capacidade de 5 a 6 litros. 2 batedores: Batedor raquete, batedor gancho. base antiderrapante, trava de segurança e fácil sistema de encaixe. BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	3	unid.	Colombo	799,10	2.397,30
92	**CAFETEIRA ELETRICA** capacidade 2 litros, potência 1000w, com dispositivo antigotejamento, cesto coador, 127v.	4	unid.	Philco	369,00	1.476,00
93	**CHALEIRA ELETRICA** com capacidade de 1,8 litros A 2,0 litros, desligamento automático, abertura tampa alça ergométrica. 127v. Sugestão de marca: Eletrolux, britânia.	10	unid.	Bene Casa	38,90	389,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 41.963,10 (quarenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e dez centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 41.963,10 (quarenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e dez centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:F0637A87

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 82/2026 **– HOMOLOGADO EM 03/09/2026.**
DETENTORA: DMGR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - ME – CNPJ: 24.090.700/0001-82.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 35/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
97	PURIFICADOR DE ÁGUA GELADA DE PAREDE: Altura: 39,5 cm Largura: 30,5 cm; Profundidade: 37,0 cm, Temperatura média da saída de água 8°C; Vida útil do elemento filtrante 4.000 litros, Capacidade de refrigeração 2.2 litros/horas com ambiente a 32°C e água a 27°C, temperatura ambiente mín. e máx. de trabalho 5°C a 42°C, Pressão mín. e máx. da rede hidráulica 3 a 40 MCA metros de coluna de água (0.029 a 0.392 MPA) Peso líquido 12 KG, Tensão 127V ou 220V-60HZ	5	unid.	Latina	724,72	3.623,60
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 3.623,60 (três mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 3.623,60 (três mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**
Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:2D3DC90A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2026
Processo Licitatório Nº 82/2026 **– HOMOLOGADO EM 03/09/2026.**
DETENTORA: LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA -ME – CNPJ: 63.755.916/0001-71.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 35/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
120	CADEIRA DE ESCRITÓRIO com base injetada em resina termoplástica de alta resistência e excelente qualidade; ergonômica - que atenda todos os requisitos da Norma Regulamentadora - NR17. Cadeira enviada desmontada. *Suporte de peso 136kg. Apoia-braços reguláveis em altura com dimensões que atendem às normas nacionais NBR da ABNT. Encosto injetado, com apoio lombar regulável; Rodízios/ rodinhas com 55 mm de diâmetro indicado para todos os tipos de piso; assento estofado, possuir espuma com densidade controlada; mecanismo de ajuste de contato permanente, com travamento em posição de trabalho, movimento livre de flutuação do encosto tensionado por mola com regulagem de tensão feita através de manipulo; com encosto revestido em tela de alta performance e assento revestido em crepe.	30	unid.	Cadeira	419,90	12.597,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 12.597,00 (doze mil quinhentos e noventa e sete reais)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 12.597,00 (doze mil quinhentos e noventa e sete reais)**. **Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:E9947360

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2026 – (Processo Licitatório 100/2026). DATA DO AVISO: 27/08/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: ELIS ANGELA FABIANE - ME – CNPJ: 49.908.728/0001-05.

OBJETO: **Aquisição de uniformes para os participantes do Projeto de Capoeira, camisetas para os participantes do Projeto de Música e jalecos femininos destinados às servidoras da Administração Municipal, conforme as necessidades do Centro de Oficinas Sociais,** conforme especificações abaixo:

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**CAPOEIRA:** Calça elanca branca, 100% poliéster, para capoeira com 8 passante para corda, sem bolso, com cós duplo e com cordão na parte interna para amarração, e acabamento com reforço para saqueira, para abertura das pernas. Tamanhos variados a serem provados para definição. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 44,50	R$ 6.675,00
2	**CAPOEIRA:** Camiseta manga curta, gola redonda de poliviscose e com trabalhos em serigrafia na frente da camiseta e detalhes do brasão do Município estampados em uma das mangas e na outra manga o logotipo do CRAS. Tamanhos variados a serem provados para definição. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 38,00	R$ 5.700,00
3	**MÚSICA:** Camiseta manga curta, gola redonda de poliviscose e com trabalhos em serigrafia na frente da camiseta e detalhes do brasão do Município estampados em uma das mangas e na outra manga o logotipo do CRAS. Tamanhos variados a serem provados para definição, conforme modelo ilustrativo em anexo. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 41,00	R$ 6.150,00
4	**JALECOS:** Jaleco modelagem acinturada (social); sem mangas; gola padre (mandarim); fechamento frontal por	Unid.	13	R$ 85,00	R$ 1.105,00

	botões; comprimento acima dos joelhos; faixa traseira para ajuste da cintura; modelagem moderna, confortável e ergonômica; dois bolsos frontais inferiores amplos; tecido resistente, leve e confortável, adequado para uso diário; acabamento profissional; A cor do jaleco, bem como o brasão do Município, as logomarcas institucionais e os locais de aplicação, deverão ser solicitados pela empresa contratada ao departamento solicitante, que fornecerá todas as informações, arquivos digitais e orientações necessárias para a correta confecção do item, observando o padrão visual adotado pela Administração Municipal. Tamanho G e XXG (G3).				
Total dos Itens: R$ 19.630,00					

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R$ 19.630,00 (dezenove mil seiscentos e trinta reais**). Com pagamento conforme cronograma contábil definido e conforme os recebimentos dos materiais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 08.00 – Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 082440008.2.073 – Serviço de Fortalecimentos de Vínculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 1690; Fontes de Recurso 934 – bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 11 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:B2574251

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 381/2026

PORTARIA Nº 381/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
João Marcos Ribeiro	Secretário de Cultura e Turismo	02 (duas)	Foz do Iguaçu – PR	15,16 de setembro de 2026.	II Encontro nacional sobre acessibilidade em unidade de conservação federais ‘’ acessibilidade na natureza: da teoria prática’’
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	11 de setembro de 2026.	Buscar documentação no IIPR, PRM.
Jacir João Horn	Motorista	01 (uma)		09 de setembro de 2026.	Acompanhar menor e familiar em exame no IML.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E605108D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 243/2026

DECRETO Nº 243/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 10 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 414.851,07 (Quatrocentos e Quatorze Mil, Oitocentos e Cinqüenta e Um Reais e Sete Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
262	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	25.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.001	DIRETORIA EXECUTIVA DE SAÚDE	
10.302.0004.2023	Contribuição com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
741	11513-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 805878 C/C 28369-X	50.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
10.304.0006.2028	Manutençao dos Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
811	02494-Repasse do PROVIGIA Estadual	1.410,00
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1139	11507-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766241 C/C 28268-5	26.837,22
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
991	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.300,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1002	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	8.883,81
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1172	00371-TRANSFERÊNCIA ESTADUAL HOSP SUS	3.918,24
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1013	11506-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766885 C/C 28269-3	8.400,00
1012	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	1.000,00
1015	11515-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 764147 C/C 28324-X	46.074,06
	SUBTOTAL	149.823,33
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2032	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.413,72
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0009.2039	Manutenção das Atividades do CRAS - PSB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1654	01946-PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADUAL	17.750,00
08.241.0009.2038	Manutenção do Programa de Apoio à Pessoa Idosa	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1612	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	13.312,48
08.246.0007.2044	Manutenção do Programa "Mais Oportunidade de Trabalho com Dignidade" - Açao Social	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
1850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
	SUBTOTAL	51.476,20
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1901	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	90.180,50
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2253	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	15.001,96
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2282	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	5.400,00
12.365.0012.2051	Manutenção das Atividades dos Centros Municipais de Educação Infantil - Creche	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2502	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00
	SUBTOTAL	113.082,46
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.300,16
	SUBTOTAL	6.300,16
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER	
27.812.0017.2058	Manutenção do Atendimento nas Unidades Esportivas	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3603	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	8.834,46
	SUBTOTAL	15.334,46
12	SECRETARIA DE DESELVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	
22.661.0021.2063	Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3963	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	8.834,46
	SUBTOTAL	8.834,46
	TOTAL	414.851,07

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:

I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
240	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	8.834,46
03.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
04.122.0002.2011	Manutenção das Atividades do Departamento de Compras e Licitação	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
	SUBTOTAL	53.834,46
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
900	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
930	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.300,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
960	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.883,81
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1120	00371-TRANSFERÊNCIA ESTADUAL HOSP SUS	3.918,24
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
985	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	1.000,00
	SUBTOTAL	17.102,05
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2032	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.413,72
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2040	Manutenção das Atividades do CREAS - PSE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
	SUBTOTAL	20.413,72
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0003.2049	Amortização de Parcelamentos da Dívida Previdenciária - Educação	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
1990	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	53.335,01
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2200	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	22.901,96
	SUBTOTAL	76.236,97
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.300,16
3030	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	13.312,48
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3120	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	8.834,46
	SUBTOTAL	28.447,10
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER	
27.812.0017.2058	Manutenção do Atendimento nas Unidades Esportivas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.500,00
	SUBTOTAL	6.500,00
12	SECRETARIA DE DESELVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	
22.661.0021.2063	Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3960	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
	TOTAL	227.534,30

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	36.845,49
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00	REPASSE CUSTEIO VIGIA SUS	1.410,00
1.7.1.6.50.0.1.08.00.00.00.00	FNAS - EMENDA INDIVIDUAL 202618670005 - CUSTEIO- LUIZ C. HAULY	100.000,00
1.7.2.9.51.0.1.07.00.00.00.00	REC. DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADUAL - FONTE 1946 - C/C 25749-4	17.750,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	35.237,22
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	96.074,06
	TOTAL	287.316,77

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	36.845,49
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00	REPASSE CUSTEIO VIGIA SUS	1.410,00
1.7.1.6.50.0.1.08.00.00.00.00	FNAS - EMENDA INDIVIDUAL 202618670005 - CUSTEIO- LUIZ C. HAULY	100.000,00
1.7.2.9.51.0.1.07.00.00.00.00	REC. DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADUAL - FONTE 1946 - C/C 25749-4	17.750,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	35.237,22
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	96.074,06
	TOTAL	287.316,77

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 08 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:94598C90

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
DECRETO 019/2026

DECRETO nº 019/2026

JUAREZ ALBERTON, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o estabelecido no Art. 41, inciso IV do Regimento Interno desta Casa de Leis,

D E C R E T A

1º - Como bens inservíveis à Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, a relação de bens a seguir:

Número Etiqueta	Descrição do Bem	Situação
80	ESCRIVANINHA MADEIRA, 06 GAVETAS, TAMPO VIDRO	INSERVÍVEL
551	APARELHO DE SOM PORTÁTIL, MARCA CCE, MODELO RDM99BLX	INSERVÍVEL
730	BEBEDOURO ELÉTRICO MARCA TECNIGEL, COM BOTIJÃO CAPACIDADE PARA 20 LITROS	INSERVÍVEL
953	TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA 10" CSR	INSERVÍVEL
971	COMPUTADOR LG 4GB/500GB HD/19	INSERVÍVEL
1004	LIQUIDIFICADOR	INSERVÍVEL
103	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
105	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
106	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
108	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
111	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
116	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
140	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
146	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
157	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
160	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
169	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
194	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
195	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
196	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
217	MICRO COMPUTAD0R (CPU CNTC/ASUS)	INSERVÍVEL
366	ESTABILIZADOR ENERGIA MARCA ENERMAX	INSERVÍVEL
719	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
720	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
727	BANQUETA ALTA COR CREME	INSERVÍVEL
738	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	INSERVÍVEL
742	MESA MDF, BRANCA, ESTRUTURA AÇO PRETA, 1,20 CM, 03 GAVETAS	INSERVÍVEL
743	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	INSERVÍVEL

765	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL - SEM ETIQUETA	INSERVÍVEL
771	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
772	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
773	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
774	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
775	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
776	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
779	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
787	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
788	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
789	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
790	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
791	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
792	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
796	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
797	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
798	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
799	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
800	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
801	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
802	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
803	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
804	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
805	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
806	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
807	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
808	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
809	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
810	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
811	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
812	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
813	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
814	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
815	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
816	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
817	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
818	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
819	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
820	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
821	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
822	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
823	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
824	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
825	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
826	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
827	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
828	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
829	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
830	CADEIRA FIXA, PARA AUDITÓRIO, COM BRAÇOS, ESTRUTURA DE AÇO PRETO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIDOS EM CORVIN AZUL	INSERVÍVEL
920	NOTEBOOK CORE 2 DUO/3G/HD320/RW/CAM/15.6 POLEGADAS	INSERVÍVEL

931	ARMÁRIO MDF BRANCO, 02 PORTAS, 02 PRATELEIRAS	INSERVÍVEL
1018	MICROFONE COM FIO DINAMICO SHURE BETA 57A	INSERVÍVEL
1030	MICROFONE SEM FIO COM CONF. SIMPLES INTERFACE INTUITIVA, PARA PERFORMACES SEGURAS E CONFIAVEIS. COM TRANSMISSORES SISTEMAS BLX WIRELES	INSERVÍVEL
1031	MICROFONE SEM FIO COM CONF. SIMPLES INTERFACE INTUITIVA, PARA PERFORMACES SEGURAS E CONFIÁVEIS, COM TRANSMISSORES, SISTEMAS BLX WIRELES	INSERVÍVEL
1105	MONITOR LG FLATRON LED 23P-MP55 HQ	INSERVÍVEL
1172	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1173	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1174	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1175	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1176	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1177	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1178	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1179	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1180	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1181	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1182	NOTEBOOK 2 EM 1 DEL INSPIROM N3710 4GB HD500 MARCA DELL	INSERVÍVEL
1333	COMPUTADOR 17/16GB DDR4/SSD480GB WINDOWS 11 PRO X64 - PACOTE OFFICE PROFESSIONAL	INSERVÍVEL
S/N	MICRO COMPUTADOR ASUS/CNTC	INSERVÍVEL

2º - Promove a devolução dos bens supracitados ao Poder Executivo Municipal, para que possa dar-lhes a destinação que entender conveniente, observadas as disposições legais aplicáveis.

Sala da Presidência, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:8E229FFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 287/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 287/2026 de 10/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
259 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	106.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
506 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
339 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total Suplementação:	**206.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
157 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.001.08.122.0012.2.089.		CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	
179 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00

08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.245.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
191 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.002.08.245.0009.2.038.		Manutenção do Programa Nossa Gente Paraná - CRAS	
198 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.2.018.		Manutenção do Ensino Fundamental	
241 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
594 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
09.001.12.365.0003.2.016.		Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	
267 - 3.3.90.32.00.00	01104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.000,00
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
275 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
513 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
514 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.000,00
09.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
09.002.12.365.0006.2.028.		Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	
294 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	
10.001.15.452.0014.1.047.		Asfalto novo Vida Nova - Convênio Nº 438/2023.	
474 - 4.4.90.51.00.00	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
10.001.15.452.0023.1.057.		Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Pública	
317 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
334 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
381 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Redução:	**206.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5969D463

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
37/2026 - PE PREGÃO ELETRÔNICO

Página: 1 / 3		
ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	PREGÃO ELETRÔNICO	
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul	Nr.: 37/2026	
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132	Processo Adm.:	76/2026
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br	Data do Processo:	26/06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	76/2026
b) Nr. Licitação:	37/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	11/09/2026
e) Objeto da Licitação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos para uso em limpeza hospitalar, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Flor da Serra do Sul/PR.

Participante: BUGRE COMERCIAL LTDA (35.088.051/0001-00)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
7	Desinfetante de uso exclusivo hospitalar alta diluição 05 lt	20,000	UN	125,00	2.500,00
15	PAPEL TOALHA ROLO - PAPEL TOALHA BOBINA 100% CELULOSE VIRGEM	30,000	CX	89,90	2.697,00
22	ESPONJA BRANCA VIDROS - 260 mm x 102 mm	20,000	PCT	19,95	399,00
23	BALDE - Balde 12/15 lts graduado com alça reforçada	15,000	UN	10,26	153,90
30	sabonete infantil em barra 90 gr, ph neutro, dermatologicamente testado	200,000	UNI	4,69	938,00
31	shampoo infantil - frasco 200 ml, formula suave, ph neutro, dermatologicamente testado, hipoalergenico, não irrita olhos, indicado para higiene diaria de cabelos	200,000	UNI	9,45	1.890,00

	infantis. Embalagem deverá conter logomarca e slogan oficial do Municipio de Flor da Serra do Sul-PR, conforme layout fornecido pela administração				
32	Lenço umedecido descartável, confeccionado em material macio, resistente e dermatologicamente testado, indicado para higiene pessoal. Embalagem contendo no mínimo 48 unidades (ou conforme padrão comercial), com sistema de fechamento que preserve a umidade do produto. Produto hipoalergênico, sem álcool, com fragrância suave ou neutra. Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, rótulo conforme legislação vigente e validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	200,000	PCT	5,99	1.198,00
33	Álcool em gel 70% para mãos, galão 5 lt. Reg. Anvisa	20,000	GAL	38,20	764,00
34	Álcool em gel 70%- com valvula pump dosadora	50,000	UN	7,14	357,00
35	Borrifador plástico de 1 litro (1000 mL)	10,000	UN	7,25	72,50
		Total do Participante:			10.969,40
Participante: CALL DISTRIBUIDORA LTDA (44.570.780/0001-80)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
14	Papel toalha interfolhado com duas dobras, branco luxo, de a	2.000,000	PCT	6,40	12.800,00
		Total do Participante:			12.800,00
Participante: FEPRESS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (40.896.434/0001-36)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
12	Saco lixo infectante 15 lts Saco de Lixo para produtos infec	50,000	FARD	30,00	1.500,00
		Total do Participante:			1.500,00
Sistema: Compras - Usuário: valmorfelipe. Emissão: 11/09/2026, às 10:02:18. Protocolo: b905c12e-31f0-40af-a5d0-740e37ba8323					
Página: 2 / 3					
Participante: HAWA MED PRODUTOS MEDICOS-HOSPITALARES LTDA (65.673.135/0001-63)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
10	Saco lixo infectante 100 lts Saco de Lixo para produtos infe	100,000	FARD	50,85	5.085,00
		Total do Participante:			5.085,00
Participante: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (22.094.574/0001-09)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
13	PANO DE CHÃO - SACO ALVEJADO 100% ALGODÃO	100,000	UN	3,75	375,00
16	LUVA LÁTEX CANO LONGO RANHURADA TAMANHO P	80,000	PAR	8,04	643,20
17	LUVA LÁTEX CANO LONGO RANHURADA TAMANHO M	30,000	PAR	8,04	241,20
24	PANO DE PÓ - Pano de microfibra 40x40cm gramatura mínima 200	250,000	UN	1,90	475,00
25	CABO DE ALUMINIO 1,4 MTS	15,000	UN	16,80	252,00
		Total do Participante:			1.986,40
Participante: KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (29.755.673/0001-33)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
3	Umectante Concentrado, pasta concentrada para lavar,	20,000	UN	320,00	6.400,00
		Total do Participante:			6.400,00
Participante: MULTI ACAO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA (73.244.337/0001-18)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Alvejante e Germicida: Concentrado poder químico de alvejame	40,000	UN	310,00	12.400,00
2	Detergente Concentrado em pó: Elevado poder de umectação, em	40,000	UN	193,50	7.740,00
4	Detergente amoniacal prod concentrado para sujeira e gordura	48,000	GAL	32,00	1.536,00
6	Amaciante bacteriostático com ação anti-estática efeito anti	24,000	UN	146,90	3.525,60
8	DESINFETANTE BANHEIRO 05LTS para uso hospitalar	100,000	GAL	69,80	6.980,00
9	SABONETE LÍQUIDO 05 LTS - cremoso neutro com glicerina	30,000	GAL	31,00	930,00
18	Detergente para louça - Detergente neutro concentrado, desen	30,000	GAL	59,00	1.770,00
21	ESPONJA VERDE ESFREGAR CHÃO - 260 mm x 102 mm	30,000	PCT	36,00	1.080,00
26	rodo plastico 45 cm rodo plastico de perfil duplo com proteção anti- respingos; Fabricado em plipropileno(PP) virgem,Possuir um sistema de encaixe fácil do cabo, que é firmemenbte fixado por meio de uma rosca, proporcionando estabililidade durante o uso. Borracha especial em Etileno Propileno Dieno Monômero (EPDM) e silicone, conferindo maior resistencia	15,000	UN	22,17	332,55
27	Dispenser para Papel Toalha Interfolha	40,000	UN	29,30	1.172,00
28	Dispenser para sabonete líquido	40,000	UN	31,60	1.264,00
29	PÁ COLETORA SELETIVA	5,000	UN	150,00	750,00
		Total do Participante:			39.480,15
Participante: PABLO LUIS MARTINS (09.138.326/0001-54)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
20	REFIL MOP LÍQUIDO - 320 com cinta cru	24,000	UN	21,98	527,52
		Total do Participante:			527,52
Participante: TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA (05.291.541/0001-30)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
5	Detergente odorizador: elevado poder de limpeza e emulsionam	60,000	UN	68,20	4.092,00
11	saco para lixo infectante 50LSaco para Lixo Infectante 50L: capacidade nominal de 50 litros, dimensões mínimas de 63 x 80 cm, cor branca leitosa, embalagem com 100 unidades, destinado ao acondicionamento de resíduos do Grupo A dos serviços de saúde, em conformidade com a ABNT NBR 9191 e a RDC ANVISA nº 222/2018	100,000	UN	69,90	6.990,00
19	REFIL MOP PÓ - Refil Mop Pó Profi 45 Cm	24,000	UN	42,00	1.008,00
		Total do Participante:			12.090,00
Sistema: Compras - Usuário: valmorfelipe. Emissão: 11/09/2026, às 10:02:18. Protocolo: b905c12e-31f0-40af-a5d0-740e37ba8323					
Página: 3 / 3					
	Total Geral: 90.838,47				

Flor da Serra do Sul, 11 de Setembro de 2026

_____

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:31B6FFD4

LICITAÇÕES
40/2026 - PE

Página: 1 / 2		
ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	PREGÃO ELETRÔNICO	
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul	Nr.: 40/2026	
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132	Processo Adm.:	80/2026
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br	Data do Processo:	09/07/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	80/2026
b) Nr. Licitação:	40/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	11/09/2026
e) Objeto da Licitação:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia e reabilitação funcional, destinados à continuidade do tratamento de pacientes com sequelas da COVID-19, no Município de Flor da Serra do Sul/PR.

Participante: 58.360.620 SILVONEI PORTELLA (58.360.620/0001-11)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
3	esteira eletrica ergometrica	1,000	UN	3.350,00	3.350,00
		Total do Participante: 3.350,00			

Participante: 64.479.591 WAGNER DIOGENES BAETA JUNIOR (64.479.591/0001-04)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
2	Cadeira de Rodas Adulto	4,000	UN	726,14	2.904,56
		Total do Participante: 2.904,56			

Participante: ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA (47.459.386/0001-68)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTAL	1,000	UN	1.397,00	1.397,00
6	MACA	2,000	UN	1.048,00	2.096,00
		Total do Participante: 3.493,00			

Participante: EXCLUSIVE FITPLAY FITNESS E PLAYGROUNDS LTDA (37.670.865/0001-75)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
8	multi estaçaõ de musculação Equipamento de Academia completa em um único aparelho, exercitar os músculos, como peito, abdômen, pernas, coxas, braços e ombros. Encosto anatômico, estofado e revestido em Couro; Assento estofado e revestido em Couro; Estrutura em metal; Capacidade aproximada de até 120Kg. Comprimento: 196cm / Largura: 154cm / Altura: 229cm	1,000	UN	4.444,00	4.444,00
		Total do Participante: 4.444,00			

Participante: LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA (43.235.370/0001-10)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
7	MULETA CANADENSE ADULTO	10,000	UN	42,00	420,00
		Total do Participante: 420,00			

Sistema:
Compras - Usuário: valmorfelipe. Emissão: 11/09/2026, às 15:10:48. Protocolo: f7b5ada2-8752-48b7-adc7-019e0e3da50a

Página: 2 / 2

	Total Geral: 14.611,56				

Flor da Serra do Sul, 11 de Setembro de 2026

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:0B64D1BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 44/2026

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Aquisição de películas de proteção solar automotivas, incluindo o fornecimento e a instalação nos veículos integrantes da frota municipal, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aquisição de película automotiva de controle solar, com **proteção de 70%,** própria para aplicação em vidros dos veículos da frota municipal. Deverá proporcionar redução da incidência solar e do aquecimento interno, apresentar acabamento uniforme, sem bolhas, rugas ou manchas, boa aderência e durabilidade.	M2	500	R$ 75,33	R$ 27.872,10
02	Instalação e manutenção de película automotiva de controle solar, com **proteção de 70%** para linha leve.	M2	100	R$ 55,67	R$ 6.680,40
03	Instalação e manutenção de película automotiva de controle solar, com **proteção de 70%** para linha média.	M2	200	R$ 92,42	R$ 11.552,50
04	Instalação e manutenção de película automotiva de controle solar, com **proteção de 70%** para linha pesada.	M2	200	R$ 128,83	R$ 16.103,75
TOTAL GLOBAL				**R$ 62.208,75**	

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO:às 00h:00min – 15 de setembro de 2026.
FIM:às 23h:59min – 17 de setembro de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 11 de setembro de 2026.

REGINALDO SEVERINO DE ANDRADE
Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:33998630

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 46/2026

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria para captação de recursos públicos estaduais, elaboração de projetos, acompanhamento de programas governamentais, gestão de convênios, contratos de repasse, transferências voluntárias e instrumentos congêneres firmados entre o Município de Flórida e o Governo do Estado do Paraná.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação continuada de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em captação de recursos públicos estaduais, elaboração, cadastramento, acompanhamento e gestão de projetos governamentais, gestão de convênios, apoio à prestação de contas e capacitação dos servidores municipais, incluindo atendimento técnico remoto permanente e visitas técnicas presenciais.	Mês	12	R$ 4.305,88	R$ 51.670,56

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL

INICIO:às 00h:00min – 15 de setembro de 2026.
FIM:às 23h:59min – 17 de setembro de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 11 de setembro de 2026.

MARIA LUIZA BEGNOSSI P. DE SOUZA
Secretaria de Administração

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:ED821E1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DOS GABARITOS DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS - EDITAL 001/2026.

Edital 011/2026
MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026
O Sr. JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, **RESOLVE** publicar o **Edital dos Gabaritos Definitivo** das Provas Objetivas, conforme segue:

Gabarito Definitivo do Cargo de Assistente Social

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	C	B	Anulada	D	A	B	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	E	C	E	E	C	A	B	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
E	C	B	C	A	E	D	A	D	E

Gabarito Definitivo do Cargo de Fiscal de Obras e Posturas

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	E	B	D	C	A	E	B	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
E	D	B	D	A	C	A	D	B	E
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	A	D	E	B	A	D	C	E	A

Gabarito Definitivo do Cargo de Fiscal de Unidades de Conservação

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	E	B	D	C	A	E	B	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
E	D	B	D	A	C	E	A	D	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	E	C	B	D	A	E	B	D	C

Gabarito Definitivo do Cargo de Nutricionista

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	C	B	Anulada	D	A	B	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	E	C	E	E	A	B	D	E	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	A	A	C	D	A	C	C	B	B

Gabarito Definitivo do Cargo de Fiscal de Motorista Categoria D

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
D	A	E	B	D	E	A	B	C	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	A	C	D	C	A	E	B	D
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	E	B	D	A	E	B	D	C	D

Gabarito Definitivo do Cargo de Profissional de Apoio Escolar

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
C	A	E	B	D	C	A	E	B	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
E	D	B	D	A	D	A	E	B	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**

E	A	D	B	C	A	E	B	D	C

Gabarito Definitivo do Cargo de Professor de Arte

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
A	D	A	D	C	D	E	A	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	C	D	D	B	C	A	E	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
E	A	A	Anulada	C	A	D	C	A	B

Gabarito Definitivo do Cargo de Professor de Educação Física

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
A	D	A	D	C	D	E	A	B	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	C	D	D	C	B	D	E	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	A	C	D	A	D	A	E	B

Gabarito Definitivo do Cargo de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas Urbanas

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	C	B	D	D	A	B	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	E	C	E	E	A	C	A	A	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	B	B	B	D	C	A	A	C	E

Gabarito Definitivo do Cargo de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escola do Campo

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	C	B	D	D	A	B	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	E	C	E	E	A	C	A	A	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	B	B	B	D	C	A	A	C	E

Gabarito Definitivo do Cargo de Psicólogo

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	D	C	B	Anulada	D	A	B	D	C
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	E	C	E	E	C	B	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
E	A	B	C	B	E	B	C	B	D

General Carneiro/PR, 11 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5E506D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTAS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS - EDITAL 001/2026

Edital 012/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná**,no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, **RESOLVE** divulgar o Edital das **Notas Preliminares das Provas Objetivas, conforme segue:**

Nº da Inscrição	Nome	Cargo	Nota Prova objetiva
38864	**Alessandra Chaves**	**01 - Assistente Social**	**53,28**
39208	**Aline Maria dos Santos**	**01 - Assistente Social**	**49,95**
40581	**Andressa Sueli da Cruz**	**01 - Assistente Social**	**36,63**
39051	**Chaiane Stange de Almeida**	**01 - Assistente Social**	**39,96**
38937	**Itamara Alves de Assuncao**	**01 - Assistente Social**	**39,96**
40631	**Karen Eduarda Pereira**	**01 - Assistente Social**	**59,94**
39281	**Mavia Viviane Maciel Sodre Guerin**	**01 - Assistente Social**	**63,27**
40008	**Pamela Kruskewiski**	**01 - Assistente Social**	**53,28**
40817	**Ronisi de Oliveira Lutz**	**01 - Assistente Social**	**33,30**
39779	**Saze Alana Fernandes de Souza**	**01 - Assistente Social**	**36,63**
39311	**Tacila Adelis Coquerel**	**01 - Assistente Social**	**49,95**
39225	**Adair Antonio da Silva**	**02 - Fiscal de Obras e Posturas**	**63,27**
41139	**Adilson dos Santos Ribeiro**	**02 - Fiscal de Obras e Posturas**	**49,95**
41083	**Aline Furtado**	**02 - Fiscal de Obras e Posturas**	**43,29**

39004	Alison Bruno Nicolaico de Jesus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	79,92
39767	Alisson Leonidas Dornelis	02 - Fiscal de Obras e Posturas	56,61
40947	Andre Guerios Cordeiro	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
40942	Antonio Augusto Moura Maciel Junior	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
40959	Beatriz Aparecida Camargo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
41058	Bruna Arieli Boz de Paula	02 - Fiscal de Obras e Posturas	76,59
40567	Bruno Braghi	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
39083	Caina Pacheco	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
39087	Carlos Alexandre Alves	02 - Fiscal de Obras e Posturas	43,29
41134	Celso Kukul	02 - Fiscal de Obras e Posturas	79,92
39193	Ceveriano Pereira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	43,29
38790	Cleslaine Taiara Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	86,58
41104	Daniel Hubert	02 - Fiscal de Obras e Posturas	89,91
38904	Edmar Correa de Mello	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
39111	Eliza Mayara Lemos Tomczyk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	73,26
39179	Eloize Gabrielly Lemos Tomczyk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	76,59
41096	Everton Fernando Dobinski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
41212	Eziquiel Atilio Verza Milanez	02 - Fiscal de Obras e Posturas	63,27
38974	Fabiano Teixeira Lascoski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	73,26
38896	Felipe Luan Damaceno de Paula	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
38806	Fernanda Guralh	02 - Fiscal de Obras e Posturas	76,59
40821	Flavia Aparecida Mattozo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	63,27
41039	Gabriel Samuel Olivette	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
40793	Gabriel Vicentin	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
41077	Giovani Dionisio Bugas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	86,58
40943	Guilherme Machado	02 - Fiscal de Obras e Posturas	83,25
39958	Gustavo Knol	02 - Fiscal de Obras e Posturas	76,59
40806	Hiann Olinquevicz Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
39211	Jefferson Schiavini	02 - Fiscal de Obras e Posturas	43,29
40271	Joao Erivelto Santos Mourozo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	56,61
40983	Joao Vitor Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	66,60
41177	Kainara Salette da Luz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
40589	Klaywer Telles Bueno	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
40778	Larissa Aparecida Mateus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	63,27
39177	Lisandro Jose Martins Alves	02 - Fiscal de Obras e Posturas	39,96
40327	Lismariane Smolhak Vieira	02 - Fiscal de Obras e Posturas	53,28
40506	Maiara Denise da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	83,25
40118	Maira Ribeiro da Cruz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
41191	Marcio Ferreira Martins	02 - Fiscal de Obras e Posturas	59,94
39765	Marli Aparecida Kukul	02 - Fiscal de Obras e Posturas	53,28
39099	Michelle Aparecida de Souza	02 - Fiscal de Obras e Posturas	79,92
40936	Natan do Rosario	02 - Fiscal de Obras e Posturas	86,58
40665	Nelson Bianchini da Silva Franca	02 - Fiscal de Obras e Posturas	63,27
41069	Neuton Castilho de Matos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	56,61
39949	Paulo Cezar da Luz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
40957	Renan Daneliuk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	66,60
41153	Renan Samuel Maguelniski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	86,58
40971	Ricardo Felipe Martins	02 - Fiscal de Obras e Posturas	66,60
38795	Rodrigo Christo de Lima	02 - Fiscal de Obras e Posturas	26,64
40565	Sergio Gabriel Correa	02 - Fiscal de Obras e Posturas	43,29
38836	Tadeu Vergilio Rucker Grossl	02 - Fiscal de Obras e Posturas	69,93
38835	Thiago Henrique Melek Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	56,61
41037	Tiago Felipe Olivette	02 - Fiscal de Obras e Posturas	63,27
38986	Vinnicius Dutsol	02 - Fiscal de Obras e Posturas	76,59
38891	Wesllein Ari Olegario da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	79,92
40743	Willian Renan da Cruz de Lima	02 - Fiscal de Obras e Posturas	49,95
40563	Eliane Aparecida Frigeri	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	73,26
38893	Fernanda Filipaki	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	83,25
39158	Igor Otavio de Oliveira	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	93,24
39811	Jeferson Cristiano Jaskiu	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	76,59
41095	Jeferson Nedilha	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	63,27
40498	Joao Salvador Fernandes Chagas	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	66,60
40405	Jose Tiago Stechechen	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	73,26
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	89,91
39332	Micheli Aparecida Charnoski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	86,58
41056	Nilton Antonio Chiot Junior	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	79,92
39063	Pedro Nicolas Teixeira	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	86,58
40996	Vinicius Machado Montoski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	69,93
39280	Charly Josiani Doliszny	04 - Nutricionista	66,60
40413	Gracielli Andressa de Moura	04 - Nutricionista	53,28
41186	Jessica Caroline Lopes	04 - Nutricionista	56,61
39095	Larissa Brusla Macheli	04 - Nutricionista	46,62
39112	Lesly Kruskewiski	04 - Nutricionista	36,63
40829	Marlene Ferreira Martins Dalmolin	04 - Nutricionista	36,63
39305	Pedro Henrique Natel	04 - Nutricionista	46,62
40649	Raiane Angelica Ganzer	04 - Nutricionista	49,95
40938	Raiele Ferreira Nunes	04 - Nutricionista	63,27
39006	Sabrina Marcondes Moreira	04 - Nutricionista	36,63
40593	Tatiane Camargo Bonato	04 - Nutricionista	49,95
39513	Thais Paredes Navarro	04 - Nutricionista	49,95
38850	Adilio Soares Santos	05 - Motorista Categoria D	33,30
39604	Adilson de Jesus Campos	05 - Motorista Categoria D	46,62
41183	Alexsander Augusto da Silva Lima	05 - Motorista Categoria D	63,27
40709	Ana Claudia Debus de Souza	05 - Motorista Categoria D	46,62
41175	Anderson Branco Ribeiro	05 - Motorista Categoria D	49,95
40133	Anderson Brasil	05 - Motorista Categoria D	43,29
38878	Andrieli da Silva Bugs	05 - Motorista Categoria D	56,61
41176	Anildo Junior Ferreira	05 - Motorista Categoria D	73,26
40069	Antonio Ferreira	05 - Motorista Categoria D	69,93

39215	Cirlei Aparecida de Moraes Marchesini	05 - Motorista Categoria D	43,29
40539	Claudete Franco da Silva	05 - Motorista Categoria D	66,60
38936	Clederson Luis Furtado	05 - Motorista Categoria D	63,27
40175	Cleverson Fernando Hubert	05 - Motorista Categoria D	66,60
40965	Cleyton Jose de Moura	05 - Motorista Categoria D	53,28
38909	Deoclecio Leonir Melek	05 - Motorista Categoria D	56,61
39269	Donizete Olegario da Silva	05 - Motorista Categoria D	73,26
39218	Edson Camargo	05 - Motorista Categoria D	43,29
40811	Edson Luiz Ferreira	05 - Motorista Categoria D	63,27
40317	Ezequiel Rodrigo Calistro	05 - Motorista Categoria D	63,27
39514	Fabiana Goncalves de Lima	05 - Motorista Categoria D	46,62
41155	Felicio Malek	05 - Motorista Categoria D	39,96
39904	Fernando da Silva	05 - Motorista Categoria D	56,61
39056	Gabriel Caldas	05 - Motorista Categoria D	76,59
40836	Gilberto Paulo Pacheco	05 - Motorista Categoria D	13,32
39435	Guilherme Henrique Dutsol	05 - Motorista Categoria D	79,92
38962	Jacir Miranda de Freitas	05 - Motorista Categoria D	46,62
39184	Joao Leocadio de Oliveira	05 - Motorista Categoria D	66,60
38826	Joel Jorge Ferreira Junior	05 - Motorista Categoria D	73,26
40309	John Wesley da Silva	05 - Motorista Categoria D	53,28
38950	Jose Quirino da Motta	05 - Motorista Categoria D	43,29
39048	Jose Gilmar Kanzler	05 - Motorista Categoria D	73,26
38998	Juliano de Vasconcelos Gerardi	05 - Motorista Categoria D	16,65
41041	Kevin Blaka	05 - Motorista Categoria D	79,92
38888	Lilian Eduarda de Mattos Gelinski	05 - Motorista Categoria D	86,58
38863	Lisli Catarine Bernardi	05 - Motorista Categoria D	39,96
39256	Lucas Boss dos Santos	05 - Motorista Categoria D	53,28
39233	Luciano Ferreira Pacheco	05 - Motorista Categoria D	43,29
38939	Luiz Eduardo Zahn da Cruz	05 - Motorista Categoria D	66,60
38848	Marcos Antonio Ramos Rocha	05 - Motorista Categoria D	79,92
41034	Matheus Roberto Lopes	05 - Motorista Categoria D	66,60
39039	Neiva Maria Ferreira	05 - Motorista Categoria D	66,60
40109	Rodrigo de Melo Ferreira	05 - Motorista Categoria D	63,27
39199	Romulo das Neves Carneiro	05 - Motorista Categoria D	56,61
39030	Sergio Lourenco FerreiraRomulo das Neves Carneiro	05 - Motorista Categoria D	46,62
41103	Silvano Regis Amarante	05 - Motorista Categoria D	49,95
41059	Valdecir Carlos dos Santos	05 - Motorista Categoria D	79,92
38934	Wagner Lourenco de Souza	05 - Motorista Categoria D	43,29
38933	William Gabriel de Lima	05 - Motorista Categoria D	46,62
39283	Wilson França	05 - Motorista Categoria D	66,60
39020	Wilson Rodrigo de Oliveira	05 - Motorista Categoria D	66,60
39137	Zequiel Alves do Amaral	05 - Motorista Categoria D	59,94
41213	Adriana Aparecida Campos	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
38877	Aline Coguta	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38952	Amanda Beatriz Sott Indalencio	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
41094	Amanda Franciele Moreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	49,95
39341	Amanda Vitoria Goncalves de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
39185	Ana Clara Pohl	06 - Profissional de Apoio Escolar	43,29
40777	Ana Gabrieli dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	89,91
41148	Ana Julia Olenhicki	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41026	Andrea Silva de Lima	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38833	Andresa Adriane Robertti	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
38961	Andresa da Silva Bugs	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40284	Andressa Kitzberger	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
40398	Andressa Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
38959	Andriele Antunes de Lima	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39116	Anelize Fatima de Paula Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38990	Angela Maria da Luz	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
40359	Angela Maria da Silva Albuquerque	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41033	Angelica Cristina dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	59,94
39354	Brendon Victhor Grossl	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
39212	Bruna Aparecida Lucindo	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
38876	Bruna Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	59,94
40038	Bruna Stheffany Prestes da Cruz	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39287	Bruna Tibes Almeida	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41215	Camila Aparecida Marcondes Levandovski	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
39947	Camila Cordeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
40360	Camila Puff	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
39003	Carlise Morais da Motta	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
40775	Caroline Vitoria Damas da Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
38838	Carolini Luzia Teixeira da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	89,91
40706	Catia Mendes dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	29,97
40862	Celia Regina da Luz Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39313	Clarivane Elisa Alves Bernardi	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
40860	Claudecir Ribeiro da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40588	Claudete de Fatima Correia Izaias	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40511	Claudiane Valdam de Campos	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
41124	Claudineia Aparecida Sales Siega	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
40927	Cleuzenir de Fatima Nicolaico	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
38898	Clewerson Cardoso Martins da Rosa	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
39241	Dayane de Melo Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
40874	Debora Cristina Holovaty	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39064	Denise Andrieli Bueno da Rocha	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
40105	Dirlei Cassiana Pereira dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
41117	Elen Cristina de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40984	Elisabete Pacheco Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
40546	Elizama Teixeira da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	86,58
40692	Ellen Valeria Oliveira Indalencio	06 - Profissional de Apoio Escolar	46,62
41161	Elua Viana	06 - Profissional de Apoio Escolar	86,58

38804	Emanoele Santos Garcia	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
40796	Erika de Oliveira Petry	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
40813	Felipe Nunes	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38897	Francieli Cardoso da Rosa	06 - Profissional de Apoio Escolar	56,61
41060	Gilmara Soares da Silva Maguelniski	06 - Profissional de Apoio Escolar	46,62
38807	Giovane Luiz Moraes da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41203	Greiciane Quadro	06 - Profissional de Apoio Escolar	39,96
39252	Heloize Gubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
41108	Isabelle Helena Santana	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39119	Izabel Muniz Lemos	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
39245	Jean Pablo Moreira Sedor	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	43,29
40841	Jessica Jaqueline Franco da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
41196	Jhonatan Carlo de Abreu	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
40633	Joice Fernanda Pires de Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	43,29
41109	Joice Gabriele Lopes Leite	06 - Profissional de Apoio Escolar	86,58
40354	Jucara Aparecida Kanzler	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41102	Jucelia Doraci Melek Goncalves	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41048	Jucemara Soares da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	46,62
40590	Julia Benazzi de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
41150	Julia Leonely Santarem	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
39286	Juliana Aparecida Biscaia de Camargo	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
38792	Juliana Lais da Silva Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
39751	Juliana Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40657	Kamilly Gabrieli Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39120	Karen Marques Huff	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39076	Karina Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
41012	Karine Martins Batista	06 - Profissional de Apoio Escolar	59,94
40005	Karine Veridiana Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
41053	Karoliny Hubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
40509	Kauane Nicolaico Brandino	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
39031	Kauani Vitoria Franco da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
38994	Keila Raniely Mellek	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39220	Keli Gaiovez	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40924	Kelly Cristina de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
40456	Lana Volenkevicz Muller	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
41174	Larissa Gabrielli Zavalia	06 - Profissional de Apoio Escolar	56,61
39227	Leila Bueno de Sousa	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
40124	Luana Leandro	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
39172	Luciana de Oliveira de Quadros	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39166	Luiza Abete Maciel Brasil	06 - Profissional de Apoio Escolar	39,96
39622	Luzia Aparecida de Chaves	06 - Profissional de Apoio Escolar	56,61
40059	Luzianne de Chaves	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
40853	Marcela Martins Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	43,29
39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
39239	Maria Beatriz Mateus	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
40172	Maria Eduarda dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
40580	Mariana Santos Petry	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40741	Marli Prestes da Cruz	06 - Profissional de Apoio Escolar	56,61
40097	Marya Julya Antunes Brito	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39284	Matilde da Aparecida Sampaio Sedor	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39068	Meriane Orlandini de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
39306	Michely Cristina Koroluk	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
40831	Milena Medina da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40058	Millena Clara Chaves Passos	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
40671	Nathaly Yasminy Etges	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
40010	Neire de Fatima Olinquevicz	06 - Profissional de Apoio Escolar	36,63
41016	Nilze Balland Palhano	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
41122	Patricia Natchely Zabandjala	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
40998	Patricia Santana Andrade	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
41061	Pedro Cardoso	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
39231	Rafaela Pereira Kepp	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39018	Raissa Weilcker	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
40274	Raqueli Aparecida Theodoro	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
38957	Rosemari Pelentier	06 - Profissional de Apoio Escolar	43,29
41168	Rosenilda Chass	06 - Profissional de Apoio Escolar	59,94
39204	Sandra Paula Mussio	06 - Profissional de Apoio Escolar	59,94
40630	Simone de Fatima Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
41160	Sirlene Paxesnik	06 - Profissional de Apoio Escolar	66,60
39066	Solange Adami Fernandes	06 - Profissional de Apoio Escolar	49,95
39312	Solange Aparecida Lopes de Santana	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38995	Sonia Mara Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	56,61
39109	Suzani de Lourdes Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
39160	Taiza Nicolaiko Pereira	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
41065	Tamara Hillary de Aguiar dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
39673	Tatiane dos Passos	06 - Profissional de Apoio Escolar	49,95
40859	Thabata Carolini Marchesini	06 - Profissional de Apoio Escolar	53,28
39259	Thais Martins de Oliveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	83,25
39327	Vanessa Castilho	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
38920	Vanessa Ester Fogaca	06 - Profissional de Apoio Escolar	73,26
39330	Vanilza Castilho	06 - Profissional de Apoio Escolar	76,59
40494	Vitoria Mayane Lypczinski	06 - Profissional de Apoio Escolar	79,92
38851	Viviane da Luz Alves	06 - Profissional de Apoio Escolar	63,27
41115	Yasmin Cibelli Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	83,25
41208	Yasmin Vitoria Moreira Lançana	06 - Profissional de Apoio Escolar	69,93
41040	Adiana da Costa Farias	07 - Professor de Arte	79,92
39260	Adriane Aparecida Valtrin	07 - Professor de Arte	69,93
39268	Adriane de Fatima Ferreira Krulikoski	07 - Professor de Arte	49,95

40768	Alehandra Talita de Oliveira Mendes	07 - Professor de Arte	59,94
39321	Aline Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	69,93
39253	Ana Claudia de Paula	07 - Professor de Arte	69,93
40127	Ana Paula Cordeiro	07 - Professor de Arte	53,28
39240	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	07 - Professor de Arte	56,61
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	76,59
39025	Andressa Texeira Lascoski	07 - Professor de Arte	79,92
39747	Ariana de Oliveira Mendes	07 - Professor de Arte	69,93
40640	Ariane Margarida Seroiska	07 - Professor de Arte	79,92
38821	Bianca Rotta	07 - Professor de Arte	69,93
39334	Camille Vitoria Nedilha	07 - Professor de Arte	59,94
40870	Carina Cristiane Padilha	07 - Professor de Arte	59,94
40866	Caroline Aparecida Stankievicz	07 - Professor de Arte	63,27
39217	Claudia Gaiovez	07 - Professor de Arte	79,92
39024	Claudineia Andrade de Araujo	07 - Professor de Arte	69,93
39290	Cristiane Medeiros Machado Montoski	07 - Professor de Arte	73,26
38942	Daiane da Silva Rocha	07 - Professor de Arte	63,27
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	93,24
40414	Daniele Ferreira	07 - Professor de Arte	56,61
39961	Danuza Aparecida de Lara Ribas	07 - Professor de Arte	59,94
40760	Deiziele de Fatima Silva	07 - Professor de Arte	56,61
38907	Deyse Cristiane Wunderlich	07 - Professor de Arte	63,27
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	49,95
39129	Eliane Bernardi Sheid	07 - Professor de Arte	66,60
39106	Eliza Maria Jasko	07 - Professor de Arte	86,58
40272	Eliza Oliveira Indalencio	07 - Professor de Arte	46,62
39966	Estela Samara de Lima	07 - Professor de Arte	73,26
39131	Ezelina Cristina Gaiovicz	07 - Professor de Arte	76,59
38814	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	07 - Professor de Arte	76,59
39042	Fernando Mendes	07 - Professor de Arte	66,60
39207	Flavia Aparecida da Cruz	07 - Professor de Arte	53,28
38819	Francieli Ribeiro Branco	07 - Professor de Arte	43,29
39352	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	07 - Professor de Arte	76,59
39054	Jessica Balbinotti	07 - Professor de Arte	76,59
39201	Joceilene Cristina Maia	07 - Professor de Arte	59,94
39092	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	07 - Professor de Arte	69,93
39250	Jucelha Aparecida Fernandes	07 - Professor de Arte	59,94
39950	Juliana de Fatima Dutzol	07 - Professor de Arte	49,95
38799	Jussara Siega	07 - Professor de Arte	63,27
40634	Karina Batista Mendes	07 - Professor de Arte	69,93
39351	Keli Cristiane Gelaski	07 - Professor de Arte	59,94
40767	Kevelin Vitalina Nedilha de Souza	07 - Professor de Arte	63,27
39277	Lairiane Cristina Melek Frere	07 - Professor de Arte	69,93
39191	Loreni Fatima da Rocha	07 - Professor de Arte	43,29
40890	Maiara Cristiane da Silva	07 - Professor de Arte	83,25
40842	Marcelo Ribeiro	07 - Professor de Arte	56,61
40639	Marileia Franciane da Silva	07 - Professor de Arte	76,59
40881	Marta Artigas de Oliveira Carlim	07 - Professor de Arte	66,60
39419	Mayra Amancio	07 - Professor de Arte	59,94
38843	Michelle Portman de Lima	07 - Professor de Arte	49,95
40049	Naiara da Silva	07 - Professor de Arte	83,25
39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	63,27
39195	Paloma Aparecida Nunes	07 - Professor de Arte	66,60
39324	Priscila Becker Olinquevicz	07 - Professor de Arte	43,29
40794	Roberta Danilau	07 - Professor de Arte	66,60
40802	Roberta Franciele da Silva	07 - Professor de Arte	49,95
39336	Rosande de Moraes	07 - Professor de Arte	43,29
40849	Rosane Aparecida Lopes	07 - Professor de Arte	63,27
40871	Rosangela de Lourdes da Silva	07 - Professor de Arte	73,26
40423	Rosi Cleia Danilau	07 - Professor de Arte	63,27
39082	Saimon Rodrigo da Silva	07 - Professor de Arte	76,59
40969	Salete de Freitas	07 - Professor de Arte	56,61
39300	Samara Pereira da Conceicao	07 - Professor de Arte	73,26
41014	Sandra Dutsol Maguelniski	07 - Professor de Arte	59,94
39248	Simone de Fatima Chagas	07 - Professor de Arte	66,60
38993	Sofia Mayara Serpa Sodre	07 - Professor de Arte	53,28
38816	Taciane Budnhak Siqueira	07 - Professor de Arte	66,60
40099	Tatiane Drabecki Karmazyn	07 - Professor de Arte	66,60
40048	Valeria Angela Martins	07 - Professor de Arte	59,94
39342	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	07 - Professor de Arte	49,95
41057	Vanderleia Sampaio dos Santos	07 - Professor de Arte	76,59
40798	Vanessa Aparecida Alves dos Santos	07 - Professor de Arte	59,94
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	73,26
39041	Adalcio Masiero	08 - Professor de Educação Física	53,28
40977	Adenilson Pasckievic de Miranda	08 - Professor de Educação Física	53,28
41171	Alisson Mateus Stange Pikissius	08 - Professor de Educação Física	63,27
39337	Amelia de Paula	08 - Professor de Educação Física	46,62
41038	Cristhian Eugenio Chimenk Fabricio	08 - Professor de Educação Física	46,62
40839	Daniele Ferreira	08 - Professor de Educação Física	53,28
39164	Douglas Machado Doa Santos	08 - Professor de Educação Física	53,28
39325	Emanuel Araujo Dalbosco	08 - Professor de Educação Física	73,26
40655	Fernando Jose Boiko	08 - Professor de Educação Física	46,62
38866	Flaviane Fatima Cordeiro Pinheiro	08 - Professor de Educação Física	63,27
39234	Gentil Pereira da Silva	08 - Professor de Educação Física	29,97
39089	Jaqueline Dieli Moraes	08 - Professor de Educação Física	59,94
39279	Juliane Beatriz Scheid	08 - Professor de Educação Física	53,28
39079	Keli Mara Bernardo	08 - Professor de Educação Física	33,30
38984	Lidiane Santos de Moura	08 - Professor de Educação Física	56,61
39026	Luciana Cristina Marques Fidelis	08 - Professor de Educação Física	63,27

39318	Marcos Alexandre Cordeiro Esmocoviski	08 - Professor de Educação Física	56,61
38890	Mariana Aparecida Batista do Nascimento	08 - Professor de Educação Física	46,62
38856	Marta Chagas Palhano	08 - Professor de Educação Física	63,27
39162	Osvanir Aparecido Olegario da Silva	08 - Professor de Educação Física	56,61
38879	Rayane Caroline Mochnacz	08 - Professor de Educação Física	66,60
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	56,61
40745	Adriana Silveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	16,65
39258	Adriane Aparecida Valtrin	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
38828	Adriane de Fatima Ferreira Krulikoski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
41006	Adriano Goncalves Batista	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
41157	Ailana Victoria Uniat	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39189	Alehandra Talita de Oliveira Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39293	Aline Correa Zaions	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39320	Aline Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
41172	Alisson Mateus Stange Pikissius	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38800	Amanda Aparecida Kapica	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39254	Ana Claudia de Paula	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
40876	Ana Lucia Susan Lobas Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39219	Ana Maria Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	66,60
40128	Ana Paula Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39238	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39014	Andressa Caroline Furtado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
39114	Anelize Fatima de Paula Ribeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
41032	Angelica Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39742	Ariana de Oliveira Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
40641	Ariane Margarida Seroiska	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	66,60
40636	Beatriz Lopes Ortiz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39224	Beatriz da Silva Costa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39110	Bianca Caroliny Gaiovicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
38820	Bianca Rotta	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39285	Bruna Carla Brasil Moreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
39340	Bruna Pires	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39289	Bruna Tibes Almeida	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39270	Camila Paola Damas da Silveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40357	Camila Puff	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39291	Carina Cristiane Padilha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40867	Caroline Aparecida Stankievicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40614	Carolline Paxesnik Maria	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39105	Cassia dos Santos Souza	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
39343	Celsa Fernandes da Cruz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
38899	Chayane Beatriz Zanlorenzi Ramos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
40945	Cintia Gabriele de Almeida	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39216	Claudia Gaiovez	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
39021	Claudineia Andrade de Araujo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39086	Cleice Keli de Bastiani	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38794	Cleslaine Taiara Muller	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39170	Cristiane Medeiros Machado Montoski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
38938	Daiane da Silva Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
38955	Daniele Aparecida Zahn	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39077	Daniele Ferreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
40838	Daniele Ferreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40410	Danieli Mariano dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39271	Danieli da Luz Mariano	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
38964	Danieli dos Santos Garbin	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40262	Dannyela Susan Lobas Volikevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39959	Danuza Aparecida de Lara Ribas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39012	Debora Alves Ferreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
40759	Deiziele de Fatima Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
41106	Ediliane Machado Veroneze	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
40783	Edson Ribeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
38903	Elaine Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
40053	Elaine Lascoski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
40951	Elen Castilho de Oliveira Fonseca	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39130	Eliane Bernardi Sheid	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
40436	Elisangela Maciel	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39800	Elisangela Teixeira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
39180	Elisiane Maria Castilho Paes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40816	Eliza Oliveira Indalencio	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40504	Elizangela Aparecida da Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39257	Ellen Valeria Oliveira Indalencio	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
39058	Emilly Caroline dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39049	Emily Brenda Arantes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
39019	Eny Joyce Marrana Muller	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39957	Estela Samara de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
41188	Eunice Motta Vogt	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
40784	Fabiana Vanessa Busck	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38812	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39038	Fernando Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
38797	Flavia Aparecida da Cruz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
39944	Francieli Aparecida Costa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39060	Francieli Bardeciki Zaions	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
40917	Francielli Juliana Picur Cirino	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40515	Francineli Ribeiro Branco	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
38892	Gisele Patricia de Souza	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
41137	Higor Natan da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39314	Ilse Jakubiu	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
38871	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39235	Janice Aparecida Hermann	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97

39091	Jaqueline Dieli Moraes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39053	Jessica Balbinotti	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
40858	Jessica Costa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
39202	Joceilene Cristina Maia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
38874	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
38849	Jucelha Aparecida Fernandes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
40198	Julia Zaions Sampaio	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
38798	Jussara Siega	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
40835	Kaiane Jaine Costa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38910	Kamila de Cassia Ribeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
39358	Kamile Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	66,60
39317	Karin Alves Dutra de Abreu	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
40632	Karina Batista Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39075	Karina Ferreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39069	Kauani de Mello	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39350	Kaylane Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
39348	Keli Cristiane Gelaski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
38860	Kelli Maria Jakimiu Dias	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40843	Kemily Jamile Costa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
40948	Ketlin Gisliani Alves da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40619	Kevelin Vitalina Nedilha de Souza	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39634	Lairiane Cristina Melek Frere	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39213	Laura Beathriz Borges	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	19,98
39309	Lidiane Santos de Moura	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
40310	Liliane Aparecida Telles	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40693	Lizete Batista de Freitas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39190	Loreni Fatima da Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
39237	Luana Taborda de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
38861	Luana Vanessa Valkiu	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	9,99
39242	Luciana Cristina Marques Fidelis	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
39353	Lucineia de Jesus Quadros	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39621	Luzia Aparecida de Chaves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39135	Luzianne de Chaves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40889	Maiara Cristiane da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
38921	Marcia Eliane Nestor Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
41024	Marcieli de Paula	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
41119	Marcos Luiz Bertoletti	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
39000	Maria Eduarda Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
40404	Mariana Cardoso	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
39247	Maricler Mariano dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
40637	Marileia Franciane da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
41019	Mariluci do Amaral	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39127	Marineia Cristiane Stuber	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
40912	Maristela Onesko	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
40742	Marli Prestes da Cruz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
38875	Marta Artigas de Oliveira Carlim	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39229	Marta Batista de Freitas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38855	Marta Chagas Palhano	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
39298	Marta Cristina da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39935	Melaine Sabrina Paxesnik	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
40060	Michelle Portman de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39307	Michely Cristina Koroluk	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39132	Millena Clara Chaves Passos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40663	Miriam Bertoletti	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
40047	Naiara da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
39067	Natally Vitoria	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
38815	Nereide Pereira Chokailo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40766	Nicolly Gabriele Zabandzala	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39194	Paloma Aparecida Nunes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39772	Patricia Aparecida de Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
41025	Poliane Branco Ribeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
38975	Priscila Becker Olinquevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
40315	Rafaela Puff	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
38883	Rayane Caroline Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40394	Roberta Danilau	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
40803	Roberta Franciele da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39338	Rosande de Moraes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40847	Rosane Aparecida Lopes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
40795	Rosane Fatima Ortigara Masiero	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27
39128	Rosangela de Lourdes da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
38801	Rose Martins	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
40422	Rosi Cleia Danilau	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
40586	Sabrina de Souza Alves do Nascimento	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	49,95
39223	Salete Tuchlinowicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
39272	Samara Pereira da Conceicao	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
41015	Sandra Dutsol Maguelniski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
39206	Sandra Paula Mussio	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39686	Sandriellen da Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	26,64
40779	Sara Lopes de Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39203	Sarah Elen Moraes Chechelak	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	46,62
39275	Sarah Thaliane Ksionskewicz Buchhorn	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39032	Severina Martins da Rosa	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
38966	Sharon Rose Candine Lopes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
41138	Sigle Maria Olinquevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39017	Silvia Raquel de Castilho Galina	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
39598	Simone da Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39246	Simone de Fatima Chagas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
41030	Simone de Oliveira da Fonseca	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	63,27

38992	Sofia Mayara Serpa Sodre	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
39070	Stefani Caroline da Silva E Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
38857	Sueidi Cristiane Budnhak	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
40591	Surielen Marli Chechelak	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	56,61
40569	Taisa da Rocha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
39138	Taise Aline Menegasso	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
41112	Tatiane de Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
40046	Valeria Angela Martins	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	59,94
39214	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	43,29
40799	Vanessa Aparecida Alves dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	39,96
40776	Vanessa da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	36,63
41178	Vaneza Franco da Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	29,97
39443	Victoria Eduarda Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	53,28
39243	Virlei Teresinha Sampaio Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	33,30
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	23,31
40721	Andrielly Iodette Venetzei	10 - Prof. EI e EF I - E. Helena D. Onesko - Campo	46,62
39022	Daniele Correa	10 - Prof. EI e EF I - E. Helena D. Onesko - Campo	29,97
39952	Juliana de Fatima Dutzol	10 - Prof. EI e EF I - E. Helena D. Onesko - Campo	46,62
39107	Maria Marly Soroca Ferreira	10 - Prof. EI e EF I - E. Helena D. Onesko - Campo	49,95
39335	Camille Vitoria Nedilha	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	49,95
38880	Eliane Griep Gomes Bitencourt	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	59,94
39117	Vanderleia Sampaio dos Santos	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	43,29
40452	Bruna Menegasso da Silva	13 - Prof. EI e EF I - Ébano P. - Campo	43,29
40880	Adiana da Costa Farias	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	39,96
39163	Ana Flavia Puff	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	49,95
39159	Camila Cordeiro	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	33,30
38928	Marcia da Conceição de Mello	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	26,64
39197	Martina Castoldi	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	49,95
39359	Rosimere Cordeiro	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	29,97
40879	Sadraque Soares	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	46,62
38832	Andreia Posser Damaratt	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	39,96
38983	Andressa Texeira Lascoski	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	53,28
39126	Ezelina Cristina Gaiovicz	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	59,94
38803	Aldo Marcos Barp	16 - Psicólogo	69,93
40873	Amanda Rodrigues	16 - Psicólogo	59,94
40868	Andrea Eloisa Maciel	16 - Psicólogo	53,28
40744	Bianca Larissa Alves	16 - Psicólogo	63,27
38947	Brenda Christi Moraes Chagas	16 - Psicólogo	63,27
40915	Caio Vidal Staniszewski Barbosa	16 - Psicólogo	73,26
39157	Carla Emanueli Luz Nogara	16 - Psicólogo	69,93
39029	Daniele Beatriz Sandi	16 - Psicólogo	79,92
38972	Daniella de Oliveira	16 - Psicólogo	66,60
41218	Diego Blaka de Almeida	16 - Psicólogo	49,95
39282	Dionatan Almeida da Luz	16 - Psicólogo	56,61
39165	Edilaine Basquera	16 - Psicólogo	66,60
39043	Flavia Sabrina de Moura	16 - Psicólogo	63,27
40966	Franciele de Oliveira	16 - Psicólogo	66,60
39037	Françoise Louise Cunha Stanieski	16 - Psicólogo	43,29
38981	Gabryela Fatima Stefani Vieira	16 - Psicólogo	56,61
40070	Gustavo Vosniack Girardi	16 - Psicólogo	59,94
38841	Jaine Cavallini	16 - Psicólogo	69,93
40922	Joao Vitor Zelaski da Luz	16 - Psicólogo	53,28
38900	Joaquim Antonio de Bastos Filho	16 - Psicólogo	49,95
39136	Juliana Maria Filippi	16 - Psicólogo	63,27
41007	Ketlyn Karin Kovalczuk	16 - Psicólogo	59,94
40333	Livia Arving de Lara	16 - Psicólogo	73,26
40872	Lucas Eduardo Swirski	16 - Psicólogo	79,92
40364	Maria Eduarda Lana	16 - Psicólogo	69,93
38919	Marina Luiza da Silva	16 - Psicólogo	86,58
40734	Marislaine Lopes Rodrigues	16 - Psicólogo	53,28
40621	Michele Aparecida Wunderlich	16 - Psicólogo	49,95
39169	Naiara Aparecida Tigre	16 - Psicólogo	49,95
38991	Rafaela Felix	16 - Psicólogo	56,61
39027	Rebeca Gabriela de Aguiar	16 - Psicólogo	63,27
41136	Rilary Nathana Amarante	16 - Psicólogo	59,94
41074	Rogerio Pietro Bom	16 - Psicólogo	73,26
39005	Sabrina Peruzzo	16 - Psicólogo	53,28
39101	Suelen Fernandes	16 - Psicólogo	53,28
39096	Taize Aparecida de Oliveira	16 - Psicólogo	46,62
38951	Victoria Hoff Trentin	16 - Psicólogo	66,60
38845	Vitoria Nakalski de Campos	16 - Psicólogo	76,59
38810	Candida Mirela Aires de Oliveira	01 - Assistente Social	AUSENTE
39930	Carlos Eduardo de Paula	01 - Assistente Social	AUSENTE
39932	Eliane dos Santos Alves	01 - Assistente Social	AUSENTE
39023	Maicon Jhony Silveira Tomczyk	01 - Assistente Social	AUSENTE
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40510	Andre Martins Wasem	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41046	Anthony Riam Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
38940	Cleberson Henrique Regis	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
39885	Cleiton dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40931	Clever dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41156	Elua Viana	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41198	Francisco Tadeu Caldas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
39009	Gabriel Caldas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40958	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40754	Iuri Adrian Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40814	Joao Leandro Kaspczak	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
39074	Julio Robson dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41184	Kailan Samuel Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE

38977	Leonardo de Souza Menegacio	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
39125	Luis Fernando Teixeira Lascoski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
38927	Matheus Rodrigo Batista	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
38925	Mayara Aparecida Sott	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
38915	Rafael Oliveira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40301	Sandro Luis Schneider	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41049	Suelem Puff	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
41022	Willyan Bruno Dalpra	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
40385	Yuri Felipe Marques Ribeiro	02 - Fiscal de Obras e Posturas	AUSENTE
39328	Eluiza Nakalski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	AUSENTE
41135	Kaue Gabriel Kuchnir	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	AUSENTE
38979	Marcelo Alves da Silva	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	AUSENTE
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	AUSENTE
39174	Paulo Marildo Neves Kobryn	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	AUSENTE
41067	Bianca Golenia	04 - Nutricionista	AUSENTE
39001	Edirleia de Fatima Kloster Gralak	04 - Nutricionista	AUSENTE
39013	Edna Vanderleia Goncalves Cordeiro dos Santos	04 - Nutricionista	AUSENTE
38922	Suellen Dalla Costa Miiller	04 - Nutricionista	AUSENTE
38802	Edson Ribeiro dos Santos	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
39292	Erick Adilson Batista	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
40177	Kauan Franco da Silva	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
39104	Luiz Felipe de Morais	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
40029	Marcio Machado	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
40311	Marines de Andrade Boiarski	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
41217	Matheus Rodrigo Batista	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
40718	Vilmar Muller	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
39122	Welington Daniel Passos	05 - Motorista Categoria D	AUSENTE
40755	Adriana Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39088	Ana Maria Kanzler	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
40020	Edina Araujo	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39181	Elisiane Maria Castilho Paes	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39071	Franciele Medeiros de Abreu	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
38930	Gleici Evelin Rosi da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39264	Jaqueline Mazzoco Flores	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
40827	João Camilo Teixeira	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
40981	Juliana Soares da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
41154	Juliana Stringhi	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39349	Loisleiny Raphaela Mathias da Luz	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
41167	Maria Clara Kukul Friedrich	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
40750	Maria Eduarda de Paula	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
41130	Maria Gesiele da Silva Lara	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
40833	Noemi dos Santos de Oliveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39084	Tacila Gabriele Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	AUSENTE
39315	Claudete de Oliveira Melo	07 - Professor de Arte	AUSENTE
39010	Danieli dos Santos Garbin	07 - Professor de Arte	AUSENTE
40304	Eneas Elton Soares	07 - Professor de Arte	AUSENTE
41222	Jonas Martinho Ferreira	07 - Professor de Arte	AUSENTE
41018	Lilian Fernanda Vaudan Gaiovicz	07 - Professor de Arte	AUSENTE
39188	Taise Aline Menegasso	07 - Professor de Arte	AUSENTE
41121	Aldhome de Souza	08 - Professor de Educação Física	AUSENTE
38894	Alison Ramos Gouvea	08 - Professor de Educação Física	AUSENTE
39035	Diego Sembay	08 - Professor de Educação Física	AUSENTE
38823	Eloinara Leticia Vanin	08 - Professor de Educação Física	AUSENTE
39860	Rogerio de Oliveira	08 - Professor de Educação Física	AUSENTE
38956	Alana Paola Cristine Ferreira Roland	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39302	Aline de Souza Castilho	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38865	Brayan Gurginski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39103	Claudete de Oliveira Melo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
40454	Cleusa Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39355	Denise Eliane Machado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38931	Edicleia Guralh	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
41204	Edna Martins	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
40789	Geraldo Blaskowski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38854	Gustavo Nelson Alves dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38982	Jaqueline Mazzoco Flores	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39073	Jean Carlos Fernandes dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38987	Joilse Diniz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38963	Juliana Barbosa da Luz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
41017	Lilian Fernanda Vaudan Gaiovicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39261	Maiara Carolina Goncalves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
40855	Marcela Martins Ferreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38948	Marilda Vieira de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
38862	Suelen Costa Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39098	Tatiane Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	AUSENTE
39108	Maria Marly Soroca Ferreira	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	AUSENTE
39301	Jhony Lucas Fagundes Barboza	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	AUSENTE
39981	Aline Farias de Paula	16 - Psicólogo	AUSENTE
39167	Amanda Portz Sant Ana	16 - Psicólogo	AUSENTE
38872	Brunna de Souza Nascimento	16 - Psicólogo	AUSENTE
39389	Eloyse Gabriely Kolenetz	16 - Psicólogo	AUSENTE
39059	Marlon Haker	16 - Psicólogo	AUSENTE
38867	Mateus Joao Cordeiro Schmoeller de Lima	16 - Psicólogo	AUSENTE
41180	Miriam dos Santos	16 - Psicólogo	AUSENTE
41054	Sibelly Beatriz Leal	16 - Psicólogo	AUSENTE

Atenção:
Conforme o **Edital 001/2026** estão classificados para as fases seguintes **do Concurso Público,** os Candidatos que auferiram **50 ou mais** pontos na **Prova Objetiva.**

Os Candidatos que auferiram **menos de 50 pontos**, estão desclassificados.

General Carneiro/PR, 11 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C9F573E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO I - GABARITO DEFINITIVO

8566 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: C	30: A
31: D	32: C	33: A	34: B	35: A	36: D	37: C	38: B	39: E	40: C
8567 - EDUCADOR SOCIAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: D
31: A	32: C	33: C	34: B	35: E	36: C	37: C	38: E	39: E	40: C
8568 - INSTRUTOR DE ARTESANATO									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: C	30: B
31: C	32: B	33: C	34: E	35: D	36: A	37: A	38: A	39: D	40: D
8569 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: D	30: B
31: E	32: D	33: B	34: D	35: A	36: B	37: A	38: C	39: D	40: A
8570 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: C
31: E	32: A	33: B	34: A	35: A	36: C	37: C	38: A	39: A	40: D
8571 - TÉCNICO EM TRIBUTOS MUNICIPAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: C
31: C	32: E	33: A	34: E	35: C	36: D	37: B	38: C	39: D	40: A
8572 - ASSISTENTE SOCIAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: C	25: A	26: A	27: A	28: A	29: C	30: D
31: D	32: D	33: C	34: B	35: E	36: B	37: D	38: A	39: D	40: A
8573 - AUDITOR FISCAL DE RECEITA MUNICIPAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: D	25: A	26: A	27: C	28: B	29: B	30: C
31: B	32: C	33: B	34: C	35: C	36: B	37: E	38: D	39: E	40: D
8574 - CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: D	25: E	26: D	27: D	28: C	29: C	30: B
31: D	32: E	33: B	34: C	35: D	36: E	37: D	38: A	39: E	40: B
8575 - CONTADOR									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: C	25: A	26: B	27: D	28: E	29: C	30: E
31: A	32: A	33: E	34: E	35: B	36: E	37: C	38: C	39: C	40: C

8576 - DENTISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: A	25: A	26: C	27: C	28: B	29: C	30: D
31: E	32: A	33: C	34: B	35: B	36: A	37: B	38: E	39: B	40: C
8577 - ENGENHEIRO AMBIENTAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: A	25: D	26: A	27: D	28: A	29: E	30: D
31: A	32: B	33: A	34: B	35: B	36: E	37: E	38: A	39: D	40: C
8578 - ENGENHEIRO CIVIL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: D	25: D	26: A	27: E	28: D	29: A	30: B
31: C	32: C	33: E	34: B	35: D	36: B	37: B	38: E	39: B	40: B
8579 - FARMACÊUTICO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X

11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: A	25: B	26: B	27: A	28: E	29: D	30: A
31: C	32: A	33: C	34: B	35: C	36: C	37: D	38: B	39: E	40: C
8580 - FONOAUDIÓLOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: B	25: D	26: E	27: C	28: E	29: D	30: D
31: A	32: A	33: B	34: B	35: D	36: C	37: C	38: A	39: A	40: C
8581 - MÉDICO AUDITOR									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: E	25: A	26: B	27: C	28: C	29: D	30: E
31: E	32: D	33: B	34: E	35: A	36: B	37: D	38: D	39: C	40: C
8582 - MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: E	25: C	26: B	27: D	28: E	29: B	30: C
31: B	32: B	33: B	34: B	35: C	36: A	37: D	38: B	39: B	40: D
8583 - MÉDICO DO SAD 20H									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: B	25: B	26: B	27: B	28: D	29: B	30: D
31: E	32: C	33: E	34: C	35: B	36: D	37: E	38: B	39: D	40: E
8584 - MÉDICO GENERALISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: X	22: X	23: B	24: C	25: B	26: D	27: C	28: E	29: A	30: C
31: E	32: A	33: D	34: B	35: A	36: C	37: A	38: D	39: C	40: A
8585 - PEDAGOGO SOCIAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: B	25: C	26: A	27: C	28: B	29: A	30: A
31: B	32: E	33: E	34: E	35: B	36: C	37: D	38: E	39: A	40: E

8586 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL									
01: E	02: A	03: C	04: D	05: C	06: B	07: B	08: A	09: B	10: X
11: E	12: A	13: B	14: C	15: A	16: D	17: E	18: C	19: B	20: B
21: D	22: B	23: C	24: E	25: E	26: C	27: C	28: D	29: C	30: B
31: E	32: B	33: E	34: A	35: E	36: B	37: B	38: B	39: D	40: D
8587 - PROFESSOR DE INGLÊS									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: C	25: C	26: D	27: A	28: B	29: B	30: E
31: C	32: A	33: A	34: B	35: C	36: E	37: B	38: E	39: B	40: E
8588 - PSICÓLOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: B	25: C	26: E	27: E	28: E	29: E	30: C
31: B	32: B	33: C	34: C	35: D	36: D	37: C	38: X	39: C	40: C
8589 - PSICOPEDAGOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: E	25: E	26: C	27: E	28: B	29: D	30: D
31: C	32: D	33: C	34: B	35: E	36: A	37: C	38: D	39: C	40: D
8590 - TERAPEUTA OCUPACIONAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: X
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: X
21: E	22: B	23: B	24: E	25: D	26: A	27: C	28: C	29: A	30: C
31: C	32: A	33: C	34: E	35: C	36: C	37: C	38: A	39: B	40: C

X - Questão Anulada.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:13E5A503

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO III - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

8567 - EDUCADOR SOCIAL - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0043732	ALIANE MORAES DOS SANTOS DANGIO	2,00	8,00	4,00	3,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0044429	APARECIDA INEZ KOZLOWSKI MARMOL	4,00	4,00	6,00	5,00	52,00	71,00	Ampla Concorrência
0044667	BRENO TAVARES SOUZA DA SILVA	4,00	6,00	2,00	5,00	48,00	65,00	Afrodescendente
0043617	CAMILA GABRIELE DE SOUZA	2,00	0,00	0,00	8,00	52,00	62,00	Ampla Concorrência
0043254	DANYELLE RAMOS LOPES LEAL GUIMARAES	8,00	2,00	2,00	7,00	56,00	75,00	Ampla Concorrência
0042586	ERICA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	2,00	2,00	6,00	6,00	52,00	68,00	Ampla Concorrência
0041851	KARINA VALENTIM DA SILVA NASCIMENTO	2,00	2,00	6,00	3,00	52,00	65,00	Ampla Concorrência
0041900	LUCELIA APARECIDA RIBEIRO	4,00	4,00	2,00	7,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0044842	MARIA SILVANA DOS ANJOS MEDEIROS	0,00	0,00	2,00	7,00	44,00	53,00	Ampla Concorrência
0043054	MISLENE PEREIRA DA SILVA	2,00	2,00	2,00	5,00	40,00	51,00	Ampla Concorrência
0042127	QUÉLI DO NASCIMENTO DA SILVA	4,00	4,00	8,00	5,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044206	SILVANA APARECIDA RIBEIRO	2,00	0,00	6,00	6,00	48,00	62,00	Ampla Concorrência
0043123	VITÓRIA KAROLINE DA SILVA	4,00	4,00	6,00	8,00	60,00	82,00	Ampla Concorrência
8568 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0043724	ANA CLAUDIA DE FARIA PALHÃO	8,00	6,00	6,00	7,00	60,00	87,00	Ampla Concorrência
0044998	ANA PAULA CARDOSO PIRES	2,00	2,00	0,00	6,00	52,00	62,00	Ampla Concorrência

0043262	ANA PAULA KRACHINSKI	6,00	6,00	2,00	7,00	52,00	73,00	Ampla Concorrência
0042162	EDER UMBELINO ALVES	4,00	6,00	4,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0043929	EMANUELY VELOZO ARAGÃO	2,00	2,00	2,00	7,00	52,00	65,00	Afrodescendente
0044543	LEANDRO HENRIQUE BRAGA DE CARVALHO	0,00	4,00	6,00	7,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0043008	LEISA APARECIDA DE OLIVEIRA CAMPOS	2,00	4,00	0,00	6,00	52,00	64,00	Ampla Concorrência
0044237	LEISIANE ARAUJO DE MELO	0,00	2,00	4,00	2,00	52,00	60,00	Ampla Concorrência
0044322	MARA RUBIA HENRIQUE SILVA	2,00	2,00	2,00	4,00	44,00	54,00	Ampla Concorrência
0042496	MARCILEI APARECIDA DE OLIVEIRA	0,00	2,00	4,00	4,00	52,00	62,00	Ampla Concorrência
0043582	RICARDO HAYATO SAKATA	2,00	6,00	2,00	5,00	56,00	71,00	Ampla Concorrência
0043801	SANDRA COSTA DE SOUZA DO NASCIMENTO	6,00	2,00	4,00	4,00	52,00	68,00	Afrodescendente
0044239	TATIANE AQUEMI MIYADAIRA DOS SANTOS	4,00	0,00	2,00	6,00	52,00	64,00	Ampla Concorrência
8569 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042667	ADRIAN DANIEL PIVETA	4,00	8,00	10,00	8,00	52,00	82,00	Ampla Concorrência
0044629	ANDRÉ BORRASCA GHIOTTO	4,00	2,00	4,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0044393	BRENO JUNIOR RAMOS	4,00	8,00	10,00	7,00	56,00	85,00	Ampla Concorrência
0044371	BRYAN NYKOLLAS APARECIDO LIMA FERREIRA	4,00	4,00	10,00	5,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0043762	DAVID DUVOIZEM MOTTA	6,00	8,00	4,00	7,00	36,00	61,00	Ampla Concorrência
0042687	DEIVISON SANTOS E SILVA	6,00	2,00	6,00	8,00	52,00	74,00	Afrodescendente,PcD - Pessoa com Deficiência
0044928	EDUARDO GASQUE DE ALMEIDA	4,00	6,00	8,00	7,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
0044908	ELOANA CARINE PONTES FIALHO	0,00	4,00	10,00	7,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0043687	FELIPE DUARTE DA SILVA	4,00	2,00	6,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0041898	GELSON DOS SANTOS SOUZA	4,00	6,00	10,00	6,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0044090	GUILHERME FOGAÇA DOS SANTOS MESSIAS	6,00	6,00	8,00	7,00	48,00	75,00	Ampla Concorrência
0044032	GUILHERME GOMES RODRIGUES	4,00	2,00	6,00	5,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0043461	GUSTAVO BORTOLUZZI FERREIRA	4,00	8,00	8,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0041842	GUSTAVO MARTINS DOS SANTOS	8,00	6,00	6,00	6,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
0042882	HELLEM CRYSTYNA MOTA	2,00	6,00	6,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0041875	HUDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA	6,00	4,00	10,00	7,00	48,00	75,00	Ampla Concorrência
0042510	JHONNY STEVENS SANTOS DE OLIVEIRA	6,00	6,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044230	JOÃO PAULO GREGORIS	4,00	4,00	6,00	7,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0043283	KAUÊ DA COSTA MATOS	6,00	6,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044268	LEIA RODRIGUES MERINO	4,00	4,00	10,00	5,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
0043378	LEONARDO KOZLOWSKI MARMOL	2,00	0,00	6,00	3,00	40,00	51,00	Ampla Concorrência
0042353	LEONES RIBEIRO ARAGÃO	4,00	6,00	4,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044378	LUCAS BARBOSA LADEIA	6,00	4,00	6,00	4,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0044349	MARCELO MIGUEL	4,00	4,00	8,00	6,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0043346	MARCOS PABLO DOS SANTOS BATISTA	8,00	6,00	8,00	7,00	40,00	69,00	Ampla Concorrência
0042209	MARIANA SALES	4,00	8,00	4,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0044432	MATHEUS CHAVES VILA REAL	2,00	2,00	4,00	6,00	48,00	62,00	Ampla Concorrência
0041843	MATHEUS DE OLIVEIRA	4,00	6,00	4,00	2,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0044600	MURILO MACHADO DOS SANTOS PELLEGRINI	8,00	4,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0042324	PATRICK DA COSTA MOREIRA	4,00	6,00	6,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0044500	RAFAEL ESTEVES SANCHES	4,00	2,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042668	RAFAELA TRINDADE DA SILVA	6,00	2,00	10,00	4,00	28,00	50,00	Afrodescendente
0043117	REINALDO LEAL DE RAMALHO JUNIOR	4,00	4,00	6,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0043373	RUAN APARECIDO RIBEIRO DA SILVA	6,00	8,00	2,00	5,00	40,00	61,00	Afrodescendente
0043055	THIAGO HENRIQUE GUSBERTI	4,00	6,00	8,00	7,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
8570 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042730	RUBIA CRISTINA CAVALCANTI	8,00	2,00	6,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
8571 - TÉCNICO EM TRIBUTOS MUNICIPAL - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0043584	ADEMIR LUCIO DA SILVA	4,00	6,00	8,00	8,00	32,00	58,00	Ampla Concorrência
0042022	ADILSON DA SILVA	4,00	0,00	2,00	7,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0043613	ADRIANA ALVES DOS SANTOS	4,00	6,00	4,00	4,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0044106	ADRIANA GAMA DA SILVA	4,00	4,00	6,00	7,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0042777	ALEXIA ELIS DA SILVA	2,00	2,00	2,00	4,00	40,00	50,00	Ampla Concorrência
0042671	ALLAN REGIS COUTO MARIANO	2,00	0,00	10,00	6,00	44,00	62,00	Ampla Concorrência
0043525	ANA CLARA MONTEIRO DA FONSECA	8,00	8,00	2,00	6,00	44,00	68,00	Ampla Concorrência
0044394	ANA PAULA OLIVEIRA ROSA	8,00	6,00	8,00	6,00	44,00	72,00	Ampla Concorrência
0044241	ANDRÉ LUIZ GENTIL	6,00	8,00	2,00	7,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
0041923	ANGELA BEATRIZ RIBEIRO DANTAS	0,00	2,00	6,00	7,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0044030	CAMILLA JULIANI	2,00	6,00	4,00	5,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0044038	CAROLINE CAVALCANTE SILVA DOS SANTOS	4,00	4,00	6,00	5,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0043313	CAROLINE RIBEIRO GONÇALVES	0,00	4,00	6,00	5,00	48,00	63,00	Ampla Concorrência
0044749	CÁSSIA DAIANA VIEIRA DE OLIVEIRA PIVA	6,00	4,00	2,00	6,00	52,00	70,00	Ampla Concorrência
0042568	CESAR BARBOSA DE JESUS	2,00	4,00	8,00	6,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0042653	CHRISTOPHER CAINA DOS SANTOS	6,00	4,00	6,00	5,00	40,00	61,00	Afrodescendente
0042369	CLÁUDIA HELENA GOBBO BOSCHETTI	4,00	4,00	8,00	8,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0042592	CLEITON JOSÉ DA SILVA	2,00	6,00	4,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0044116	CLEZIA SAMARA DA SILVA	2,00	4,00	4,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0043624	DAIANE CRISTINA PETRECA	2,00	6,00	4,00	7,00	52,00	71,00	Ampla Concorrência
0042263	DANIELA GOES ARRABAL	6,00	6,00	8,00	5,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
0044078	DANILO POLATO RICCI	8,00	6,00	6,00	8,00	52,00	80,00	Ampla Concorrência
0042338	DAYANE MACHADO MUDREI	6,00	6,00	2,00	4,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0043329	DEBORA VITORINO DA ROCHA	6,00	4,00	4,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044878	DENIS FLAVIO	8,00	6,00	6,00	8,00	40,00	68,00	Ampla Concorrência
0043606	EDNALVA DOS SANTOS DE BARROS FOGAÇA	6,00	4,00	8,00	8,00	56,00	82,00	Ampla Concorrência
0042579	EMANUELLE RAMOS VINAGRE	0,00	4,00	4,00	7,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0043228	ESTER DOS SANTOS ALVES	6,00	6,00	6,00	7,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
0042352	FABIO PLAZA FERREIRA BARBOSA	8,00	6,00	10,00	9,00	60,00	93,00	Ampla Concorrência
0044246	FÁTIMA GABRIELA STEFENETI CAVALCANTE	4,00	4,00	4,00	7,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0041865	FELIPE DALARTE DA SILVA	6,00	8,00	4,00	9,00	60,00	87,00	Ampla Concorrência
0043858	FERNANDO ROBERTO PAROLO	6,00	6,00	6,00	6,00	56,00	80,00	Ampla Concorrência
0044270	FRANCIELE CRISTINA DE SOUZA MONTEIRO	0,00	2,00	4,00	7,00	44,00	57,00	Ampla Concorrência
0043310	FRANCIELLE DA SILVA FERNANDES	4,00	6,00	2,00	5,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0042990	GABRIELA FERNANDA BLOEMER DOS SANTOS	6,00	4,00	4,00	6,00	52,00	72,00	Ampla Concorrência
0044439	GABRIELA TAMY SANTOS FALEIROS	4,00	4,00	0,00	4,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência

0042650	GEAN LUCAS SILVESTRE FARIAS	8,00	6,00	6,00	4,00	56,00	80,00	Ampla Concorrência
0043191	GEILZA GARATINI	0,00	2,00	2,00	4,00	44,00	52,00	Afrodescendente
0042587	GEIZIANE APARECIDA DA SILVA	4,00	8,00	0,00	7,00	52,00	71,00	Ampla Concorrência
0043632	HENRIQUE PINHEIRO URBANO	6,00	6,00	6,00	8,00	44,00	70,00	Ampla Concorrência
0042236	ISRAEL ASSUNÇÃO CANCIO	6,00	6,00	4,00	5,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0044957	IVO ALBERTO BUENO PIRES	2,00	4,00	2,00	6,00	44,00	58,00	Ampla Concorrência
0044961	JAQUELINE DA SILVA	6,00	4,00	4,00	5,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0043289	JOANA PAULA LOPES DE LIMA	2,00	6,00	6,00	8,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0042464	JOÃO VITOR VITERBO DE OLIVEIRA	8,00	6,00	0,00	8,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0043859	JÚLIA FERNANDES MESQUITA DE ARAÚJO	6,00	6,00	4,00	5,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0042267	JÚLIA KARINA COSTA COUTINHO	8,00	6,00	10,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044196	KARLA CAROLINE KAROLESKI	4,00	8,00	4,00	6,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0042273	KETLY MARIANE DE SOUZA RIBEIRO	2,00	4,00	0,00	4,00	44,00	54,00	Ampla Concorrência
0044495	LAURIENE URNA DE SOUZA	0,00	4,00	4,00	5,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0044186	LEANDRO MORAES RAIOL	0,00	2,00	4,00	4,00	48,00	58,00	Ampla Concorrência
0043155	LEONARDO SABINO JUCHEM DO NASCIMENTO	4,00	8,00	4,00	6,00	56,00	78,00	Ampla Concorrência
0042686	LILIAN MARTINEZ DA SILVA	2,00	6,00	8,00	5,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0043383	LUCILEIDE ALVES PEREIRA MOREIRA	2,00	6,00	4,00	5,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0042379	LUIS FERNANDO STRACKE	0,00	2,00	6,00	4,00	44,00	56,00	Ampla Concorrência
0041846	LUIZ BERGAMASCO NETO	2,00	4,00	2,00	9,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0042355	MARCIA REGINA GIOPATO	6,00	0,00	2,00	8,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043372	MARCIO RAFAEL FARIAS	4,00	4,00	4,00	7,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044452	MARIA EDUARDA BARBOSA GOMES DOS SANTOS	2,00	6,00	2,00	4,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043442	MAURO ALBERTO BARBATO	6,00	4,00	6,00	8,00	56,00	80,00	Ampla Concorrência
0042102	MILTON SERGIO MORISAKI MELO	6,00	8,00	8,00	9,00	48,00	79,00	Ampla Concorrência
0044687	MÔNICA SEABRA BATISTA	4,00	6,00	2,00	8,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0041860	NATHALIA CAROLINE BORGES FRANCISCO	2,00	4,00	4,00	4,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043578	NATHALIA DE SOUZA DA SILVA	8,00	4,00	8,00	8,00	44,00	72,00	Ampla Concorrência
0042261	PATRICIA CRISTINA DA SILVA	4,00	4,00	2,00	9,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044334	PATRÍCIA ZAMPRONE	4,00	8,00	10,00	6,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0044506	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	4,00	4,00	8,00	8,00	40,00	64,00	Ampla Concorrência
0044605	RAFAEL VIEIRA DA SILVA	4,00	4,00	4,00	5,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0044115	ROGERIA ROSSI	4,00	6,00	4,00	5,00	56,00	75,00	Ampla Concorrência
0043959	SIDNEI CRUZ DE OLIVEIRA	2,00	4,00	4,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0044475	SILVIA CRISTINA SANTOS	0,00	6,00	6,00	4,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0042117	SIMONE APARECIDA TORRES BISPO	10,00	4,00	2,00	6,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0042662	TAILLA FERNANDA GUIMARAES	0,00	4,00	6,00	6,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043956	TÂNIA FERNANDES DA COSTA DE SOUZA	2,00	2,00	6,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0044423	THAISA DE BARROS GOMES	6,00	0,00	0,00	6,00	52,00	64,00	Ampla Concorrência
0042838	THIAGO ARAUJO JAGUARIVEL	2,00	6,00	2,00	7,00	40,00	57,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0043411	TIAGO HENRIQUE DE REZENDE SALLES	6,00	4,00	4,00	6,00	56,00	76,00	Ampla Concorrência
0044337	VALTER FAVORETTO DE OLIVEIRA	4,00	6,00	6,00	5,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0044829	VICTOR MATHEUS RODRIGUES FRASSON	6,00	2,00	4,00	3,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0043542	VITOR HUGO RAMOS BARBOSA	4,00	4,00	8,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0044993	WILLIAM HENRIQUE DELATRE MACHADO DE LIMA	2,00	6,00	2,00	4,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0044551	WILLIANS LUIS MATARAM	6,00	8,00	8,00	9,00	60,00	91,00	Ampla Concorrência

8572 - ASSISTENTE SOCIAL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0041982	ALINE COSTA DA SILVA DOS SANTOS	6,00	6,00	6,00	2,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0044164	ANA CLAUDIA DO COUTO	4,00	2,00	4,00	4,00	39,00	53,00	Ampla Concorrência
0043773	ANA PAULA CARVALHO	6,00	4,00	8,00	8,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0042969	CAROLINE VITORIA DA COSTA MAIA	8,00	6,00	8,00	4,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044195	CLAUDIA GALVÃO DE OLIVEIRA	4,00	2,00	2,00	4,00	39,00	51,00	Ampla Concorrência
0041868	DANDARA RAIANE DE PAULA	8,00	4,00	4,00	4,00	54,00	74,00	Ampla Concorrência
0042038	EDINA BARBOZA ROSENO	8,00	6,00	2,00	6,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0043005	ELESANDRA DA SILVA SALVADOR	4,00	4,00	6,00	2,00	39,00	55,00	Ampla Concorrência
0043199	FABIANA ARAUJO DA SILVA ESTEVES	6,00	4,00	4,00	4,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0042128	FABIANA DE CARVALHO ANICETO ORTIZ	6,00	4,00	6,00	6,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042955	FERNANDA THOMAZ	6,00	8,00	10,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044821	GÉSSICA KAUANE ZAMPRONIO	6,00	4,00	10,00	4,00	42,00	66,00	Afrodescendente
0041869	JHEANE BREITKREITZ OLIVEIRA DUMINELLI	8,00	4,00	6,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0043566	JOCASTA FLAVIA KAROLESKY	6,00	6,00	8,00	2,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0044682	JOSIANE DE PAULA	6,00	2,00	6,00	6,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043048	MARIA CAROLINA CAMPOS RESENDE	8,00	6,00	8,00	8,00	42,00	72,00	Afrodescendente
0043120	MARIA CRISTINA DA SILVA	4,00	6,00	2,00	2,00	42,00	56,00	Ampla Concorrência
0042100	MARIA EDUARDA BERNARDO MAZONI ALVES	4,00	8,00	8,00	2,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042125	QUÉLI DO NASCIMENTO DA SILVA	4,00	6,00	4,00	4,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0042538	ROSANE BISPO DA SILVA	6,00	2,00	8,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0042304	ROSENI DE MORAES CARVALHO	6,00	4,00	6,00	2,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência
0044751	SIMARA DA ROSS OBATA	8,00	4,00	8,00	4,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0041920	SIMONE ALVES DOS SANTOS	4,00	4,00	4,00	2,00	45,00	59,00	Ampla Concorrência
0042829	SÔNIA CRISTINA BABETTO	2,00	6,00	6,00	2,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0043815	ZILMAR MARIA DOS SANTOS CLAUDINO	6,00	2,00	6,00	4,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência

8573 - AUDITOR FISCAL DE RECEITA MUNICIPAL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0042017	ADILSON DA SILVA	6,00	4,00	10,00	6,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0043612	ADRIANA ALVES DOS SANTOS	4,00	6,00	8,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0042089	ALEX FAEDO	8,00	8,00	8,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0043666	AMARO ROGINSKI	8,00	6,00	6,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0043579	ANDRE LUIZ SILVA ROCHA	4,00	6,00	10,00	8,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0043833	BRUNNA MOREIRA DE SOUZA	6,00	6,00	6,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0044562	CAIO CESAR HERNANDES BOMFIM	6,00	8,00	8,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044547	CARLOS HENRIQUE CORDEIRO	8,00	6,00	8,00	4,00	33,00	59,00	Afrodescendente
0043209	CASSIANA CÁSSIA ALVES	6,00	6,00	10,00	2,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0043026	CLEVERSON CHIOCA OLIVEIRA	6,00	6,00	10,00	8,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0044426	CLEYTON DE LIMA ULBANO	4,00	8,00	8,00	6,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0044312	DAIANE CRISTINA PETRECA	6,00	8,00	10,00	8,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0044564	DANIELA ADRIANE BERGAMO	10,00	8,00	8,00	8,00	36,00	70,00	Ampla Concorrência
0044077	DANILO POLATO RICCI	10,00	6,00	8,00	4,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência

0043499	DEBORAH CAROLINE THOLKEN DEIMLING	6,00	8,00	6,00	6,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0042103	DOUGLAS VINÍCIUS DE OLIVEIRA	6,00	6,00	8,00	6,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0044510	ELEANDRO PAZ DOMINGOS	8,00	2,00	10,00	8,00	51,00	79,00	Afrodescendente
0044517	ELEN CAROLINE BEZERRA MUNIZ	10,00	10,00	8,00	8,00	33,00	69,00	Ampla Concorrência
0043477	EMERSON JONATAS LIMA	8,00	8,00	8,00	6,00	51,00	81,00	Ampla Concorrência
0042694	ENRIQUE ANTUNES SALES	8,00	8,00	8,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0042354	FABIO PLAZA FERREIRA BARBOSA	6,00	8,00	8,00	8,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0044538	FÁTIMA GABRIELA STEFENETI CAVALCANTE	8,00	2,00	8,00	6,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0041858	FELIPE DALARTE DA SILVA	8,00	10,00	6,00	8,00	54,00	86,00	Ampla Concorrência
0042754	FELIPE TEIXEIRA SANTOS	4,00	6,00	10,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044905	FERNANDA FRANCO CAMPOS	6,00	4,00	10,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042721	FERNANDA OTA COQUEIRO	6,00	10,00	8,00	6,00	33,00	63,00	Ampla Concorrência
0044271	FRANCIELE CRISTINA DE SOUZA MONTEIRO	8,00	4,00	6,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0042939	GABRIEL OLIVEIRA SONTAG	6,00	6,00	8,00	8,00	27,00	55,00	Afrodescendente
0042988	GABRIELA FERNANDA BLOEMER DOS SANTOS	6,00	8,00	6,00	6,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0041890	GEAN LUCAS SILVESTRE FARIAS	8,00	8,00	10,00	8,00	42,00	76,00	Ampla Concorrência
0044410	GLENN WILLIAM RODRIGUES BARBOSA	10,00	8,00	10,00	4,00	18,00	50,00	Ampla Concorrência
0042024	GUSTAVO HENRIQUE SANTOS	10,00	8,00	8,00	10,00	45,00	81,00	Ampla Concorrência
0042247	GUSTAVO MENGUE DA SILVA	4,00	6,00	8,00	4,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0042654	GUSTAVO PISTA SILVA	8,00	8,00	8,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0042685	ISIS BARBARA HASEGAWA	6,00	6,00	10,00	4,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0042545	JACKELINE CREMONESI BERTASSO	10,00	10,00	8,00	8,00	45,00	81,00	Ampla Concorrência
0044690	JEAN CARLOS ALMEIDA DE OLIVEIRA	8,00	6,00	8,00	4,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0042660	JESSICA AYUMI MATUSHITA	6,00	8,00	10,00	8,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0044091	JOÃO VITOR VITERBO DE OLIVEIRA	8,00	6,00	8,00	8,00	33,00	63,00	Ampla Concorrência
0043528	JONATHAN GUSTAVO DE PAULA	6,00	8,00	10,00	6,00	33,00	63,00	Ampla Concorrência
0043883	JÚLIA FERNANDES MESQUITA DE ARAÚJO	8,00	6,00	8,00	2,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0042405	JÚLIA RANGEL JOSÉ	4,00	6,00	8,00	8,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0044796	KAUHANA GABRIELLY GOMES EVANGELISTA	8,00	6,00	8,00	4,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0042401	LEONARDO SABINO JUCHEM DO NASCIMENTO	8,00	6,00	8,00	8,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0042065	LEONARDO YOSHIO ABE	4,00	6,00	6,00	8,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043496	LORENA MANZOLI LAVEIA	8,00	8,00	8,00	4,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0041834	LUANA GABRIELA DE OLIVEIRA SOUZA	2,00	4,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042681	LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI	6,00	8,00	8,00	2,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0042221	LUCIANE GUEDES DE CARVALHO	10,00	8,00	8,00	6,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0043207	LUCIMARA FATIMA DE PAULA	6,00	6,00	6,00	8,00	39,00	65,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044676	MANOEL ROBERTO MARON	6,00	4,00	10,00	6,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0042115	MARA DANIELE GAMBETTA	8,00	8,00	10,00	8,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0044512	MÁRCIA APARECIDA DA SILVA	6,00	4,00	8,00	8,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0043891	MARCOS ALEXANDRE BATISTA ALBINO	10,00	8,00	10,00	6,00	45,00	79,00	Afrodescendente
0044815	MATEUS DANIEL GONÇALVES	6,00	2,00	8,00	6,00	39,00	61,00	Afrodescendente
0043492	MATEUS MENDES MEREY	6,00	6,00	8,00	8,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0044704	MATHEUS ALEXANDRE MESSIAS HENRIQUE	6,00	8,00	8,00	10,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0042991	MATHEUS EDUARDO BERNAL DE SOUZA	8,00	6,00	8,00	2,00	42,00	66,00	Afrodescendente
0042977	MAYARA DARÉ	8,00	10,00	8,00	6,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0043788	MAYARA SANTOS VIAN	8,00	6,00	8,00	6,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0044594	NALMIR JUNIOR CARVALHO DOS SANTOS	4,00	6,00	10,00	4,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043577	NATHALIA DE SOUZA DA SILVA	6,00	4,00	8,00	6,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0043341	NEIVA INÊS DA SILVA	6,00	10,00	8,00	6,00	24,00	54,00	Ampla Concorrência
0044286	NIELSEN DE SOUZA HOLANDA	6,00	6,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0042260	PATRICIA CRISTINA DA SILVA	8,00	2,00	4,00	4,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0044284	PATRÍCIA FERNANDA DA SILVA FAGUNDES	6,00	8,00	8,00	6,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0044336	PATRÍCIA ZAMPRONE	6,00	6,00	8,00	4,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0042366	PAULO HENRIQUE PERES GUALDA	8,00	10,00	10,00	10,00	39,00	77,00	Ampla Concorrência
0044208	PAULO ISRAEL RIBEIRO HANELT	8,00	10,00	10,00	6,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0044523	PAULO ROBERTO DE LIMA NETO	6,00	6,00	8,00	4,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0044798	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	6,00	4,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0041957	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI	8,00	4,00	10,00	4,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0044969	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FELIPE	8,00	8,00	8,00	4,00	24,00	52,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0042416	RAFAEL FACCINI FAUSTINO	6,00	2,00	10,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0041882	RENAN DABROI MARQUES	6,00	4,00	10,00	8,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0044003	RENAN GABRIEL BARBATO DA SILVA	4,00	6,00	6,00	6,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0043968	REYNALDO LEITE DE CARVALHO JUNIOR	10,00	6,00	10,00	6,00	24,00	56,00	Ampla Concorrência
0042700	ROBSON ANTONIO DA SILVA	8,00	6,00	8,00	8,00	21,00	51,00	Ampla Concorrência
0042997	ROBSON OLIVEIRA DE PONTES	10,00	8,00	8,00	10,00	48,00	84,00	Afrodescendente
0043960	RODRIGO DA COSTA DOS SANTOS	8,00	4,00	6,00	8,00	54,00	80,00	Afrodescendente
0041988	SANDRO HENRIQUE GONÇALVES PINTO	8,00	6,00	6,00	8,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0043291	SOFYA MERCIAL	6,00	8,00	8,00	6,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0042837	TAÍS OJEDA CAMPITELLI MATIVI	8,00	8,00	10,00	8,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0044931	TATIANA MARCOMINI DE SOUZA	8,00	4,00	8,00	6,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0043539	TATÍANE OPATA	4,00	6,00	8,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0044309	THAÍS AYUMI ISHIKAWA	6,00	8,00	8,00	8,00	30,00	60,00	Ampla Concorrência
0042062	VICTOR GABRIEL CORDIOLA TORRES	4,00	4,00	8,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0044111	VINICIUS GUSTAVO DE OLIVEIRA	4,00	6,00	8,00	6,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0044776	WANDER LUCIO TRINDADE	8,00	10,00	10,00	2,00	36,00	66,00	Ampla Concorrência
0041854	WELINGTON JUNIOR BARBOSA	6,00	4,00	8,00	6,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
8574 - CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042406	AGNES SAYUMI TAKADA PANZIERA	6,00	6,00	8,00	8,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0042647	ALINE MOSOLI GOMES	8,00	8,00	10,00	4,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0041992	AMANDA TOYOKAWA SPERANDIO	6,00	8,00	8,00	6,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0041999	ANDRÉ LUIS DIAS CARVALHO	4,00	6,00	8,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043760	AURICK BALDWIN BUTTENMULLER VILAS BOAS	10,00	8,00	8,00	6,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0041965	CAROLINA SILVA TOPA	6,00	4,00	8,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043184	ELOISE LAIANA DAS NEVES	6,00	2,00	4,00	4,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043937	JAIANE ALINE DE ARAÚJO SOUZA	6,00	4,00	10,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0044979	TAÍS NUNES LOPES DA SILVA	6,00	6,00	8,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0043713	TAYNA COELHO ARMANDO VICHIETTI	4,00	4,00	8,00	4,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
8575 - CONTADOR - GOIOERE								

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0044002	ALCIONE DZIVIELEVSKI	6,00	6,00	6,00	8,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0042629	BRASILINO ANTONIO HIDALGO	4,00	2,00	8,00	4,00	36,00	54,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0042423	DJANA DJOLA LACORTE SCHMITZ	8,00	10,00	6,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044783	EDUARDA CARDOSO PIRES DO VALE	8,00	8,00	8,00	2,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0044832	EDUARDO DE OLIVEIRA VEQUIATO	10,00	10,00	10,00	4,00	33,00	67,00	Ampla Concorrência
0044770	EDUARDO DE QUADRA WAGNER	6,00	8,00	10,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0043080	FABIO LUIS CARBONERA	8,00	8,00	8,00	6,00	21,00	51,00	Ampla Concorrência
0041963	FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES	6,00	10,00	10,00	8,00	27,00	61,00	Ampla Concorrência
0042092	FERNANDA FRANÇA ROSSI DA SILVA	8,00	6,00	8,00	4,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0042894	FERNANDO BARBARA CORREA	4,00	2,00	10,00	6,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0043620	FERNANDO BORGERT	8,00	8,00	10,00	8,00	36,00	70,00	Ampla Concorrência
0042358	GABRIELA COQUEIRO BERNAL	8,00	10,00	6,00	6,00	30,00	60,00	Ampla Concorrência
0042739	GLAUCIA COELHO GIMENES	8,00	4,00	8,00	6,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0044373	GUSTAVO JOSÉ CARDOSO MOREIRA	6,00	6,00	8,00	2,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0042658	JÔNATAS JUNIOR COELHO DOS SANTOS	4,00	8,00	8,00	6,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0042433	JOSIANE FURIOSO	6,00	4,00	8,00	4,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0044171	LEANDRO ROQUE AVILA	8,00	4,00	8,00	8,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0042683	LEANDRO SAUL GARCIA	4,00	4,00	8,00	2,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0044422	LUCAS HORITA EPAMINONDAS DE LIMA	6,00	4,00	6,00	6,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0044774	MATEUS ANTÔNIO CAMARGO	4,00	8,00	10,00	6,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0042073	MATHEUS DELAIN	8,00	8,00	10,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0042266	NAYARA PRISCILA GUIMARAES	6,00	8,00	10,00	4,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0044797	PAMELA NAYARA DE LIMA ULBANO FREITAS	6,00	6,00	10,00	4,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0044333	RAY SPLENDORE PINHEIRO	10,00	4,00	10,00	4,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0044225	RODRIGO ARAUJO NUNES	4,00	6,00	8,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042628	TIAGO HENRIQUE DE REZENDE SALLES	8,00	8,00	8,00	6,00	33,00	63,00	Ampla Concorrência
0041936	WENDERSON DE MELLO RIBEIRO	6,00	8,00	8,00	4,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
8576 - DENTISTA - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0043471	AMANDA DE FREITAS PIRES	10,00	6,00	8,00	2,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0043467	AMANDA TOLOTTO VALOTO	10,00	6,00	8,00	2,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0042281	ANA BEATRIZ PLANET COSTA	8,00	8,00	8,00	4,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0044008	ANA CAROLINE CARBONE	6,00	8,00	6,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042604	ANA JULIA LOPES GARALUZ	8,00	8,00	8,00	4,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0043905	ANA MARIA TURQUETTO MELO	6,00	2,00	8,00	6,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042121	ARÃO GASPAR PACHECO NETO	10,00	8,00	8,00	10,00	42,00	78,00	Ampla Concorrência
0043014	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	8,00	6,00	6,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042199	ARISSA AYUMI OKABAYASHI	4,00	6,00	6,00	2,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0044604	BEATRIZ BIAGI TRUZZI	6,00	4,00	8,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0043827	BIANCA MARASCHI PEREIRA	8,00	8,00	8,00	4,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0042479	BIANCA PIRES CARDOZO	8,00	6,00	6,00	4,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0041840	BRUNA GABRIELA MERINO	8,00	2,00	8,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042528	BRUNNA DE OLIVEIRA PEREIRA	6,00	4,00	10,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0043144	CAIQUE CARNEVALE DOS SANTOS	6,00	8,00	8,00	4,00	36,00	62,00	Afrodescendente
0043769	CAMILA EVANGELISTA DA SILVA	8,00	4,00	6,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042166	CARLA MORENO LOPES DA SILVA	10,00	4,00	6,00	2,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0043057	CAROLINA PREISZNER	8,00	6,00	6,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0043408	CESAR HARAGUCHI ROVERON	8,00	10,00	6,00	6,00	27,00	57,00	Ampla Concorrência
0042387	CLARICE MOREIRA DUARTE	2,00	4,00	4,00	4,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0044043	DANIEL KEITI MATSUOKA	8,00	4,00	4,00	6,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044216	DOUGLAS ALVES NUNES	8,00	6,00	6,00	4,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0042394	EMANUELY AHUENDRYA DA SILVA DOS SANTOS	6,00	4,00	10,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042189	FABIOLA BENTO DA SILVA	8,00	6,00	8,00	8,00	36,00	66,00	Ampla Concorrência
0043837	FELIPE BUCHINGER DOS SANTOS	4,00	2,00	8,00	4,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência
0042482	FLÁVIA RAFAELLA ALCANTARA ALVARENGA	6,00	8,00	8,00	4,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0043153	GABRIEL MATEUS GOULART	6,00	6,00	8,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0043178	GABRIELA DA SILVA CANEZIN	6,00	6,00	8,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0044771	GABRIELA KAROLINA CEROZINO	8,00	6,00	4,00	6,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0043276	GABRIELA LINO GIROTTO	8,00	8,00	10,00	2,00	27,00	55,00	Ampla Concorrência
0043992	GABRIELI JANKE RIGHEZ	6,00	6,00	8,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0044607	GIOVANA RODRIGUES	6,00	8,00	6,00	8,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0044124	GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS	8,00	4,00	6,00	2,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
0042027	GRASIELE TIEME HIRATA DA SILVA	6,00	4,00	6,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0044985	GUILHERME CARLOS DA SILVA	4,00	6,00	8,00	2,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043326	GUILHERME JAQTINON DE OLIVEIRA	8,00	6,00	10,00	4,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0042033	GUSTAVO ESQUARCINI MACEDO	4,00	6,00	8,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0044651	GUSTAVO KATO OBUTI	4,00	6,00	4,00	6,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0042631	IEDA CARLA CANDIDO	6,00	2,00	8,00	2,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0043798	ISABELA FERREIRA DE SOUZA	8,00	10,00	8,00	6,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0043157	IZADORA FRANCESCHET FARIAS	6,00	6,00	6,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042669	JAYANNE SABRINA REBOUÇAS MORAES	6,00	4,00	6,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0043648	JEANN TONIATO FIOROTTO	4,00	4,00	10,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0044528	JHENIFFER DA SILVA LIMA	8,00	4,00	6,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042170	JHULIA FERNANDA AMANN DE OLIVEIRA	10,00	8,00	8,00	2,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044346	JOÃO GABRIEL FARINA	10,00	4,00	6,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0041859	JOÃO PAULO FLORO DOS SANTOS	8,00	8,00	8,00	4,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0042146	JOSÉ DONIZETI REJES RANGEL	6,00	8,00	6,00	4,00	33,00	57,00	Afrodescendente,PcD - Pessoa com Deficiência
0043680	JULIA RAMOS	4,00	4,00	8,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0043650	KARYN RODRIGUES VIANA	6,00	8,00	8,00	6,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0044295	KELLY TOMPOROVSKI	10,00	10,00	8,00	6,00	39,00	73,00	Ampla Concorrência
0044889	LANA EVELY CALAU ALVES MARINHO	4,00	4,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Afrodescendente
0043239	LARISSA SANCHES DE SOUSA RAMOS	8,00	6,00	4,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042813	LAURA DA SILVA MARTINS	6,00	10,00	6,00	2,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0042113	LUANA DA SILVA DUARTE	8,00	8,00	8,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0044306	LUIZ FERNANDO BERNARDINO BARTOZEK	6,00	2,00	8,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0043066	LUIZA TERASSI MARQUES	8,00	8,00	8,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0044655	MAIARA ALVES DA SILVA	8,00	2,00	8,00	4,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0042264	MANUELA LUPES RODRIGUES	8,00	4,00	8,00	4,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência

0042676	MARCOS YAMAMOTO INOUE	10,00	6,00	10,00	6,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0043317	MARIA ANTONIA CASALI VERDECANNA STANISZEWSKI	4,00	4,00	6,00	4,00	39,00	57,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044951	MARIA CLARA PEGUIM AQUINO	6,00	4,00	6,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0042411	MARIA EDUARDA BASSO	6,00	8,00	8,00	8,00	30,00	60,00	Ampla Concorrência
0042751	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	6,00	6,00	6,00	4,00	30,00	52,00	Afrodescendente
0043570	MARIA EDUARDA PATERNO DE LIMA	8,00	8,00	4,00	4,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043838	MARIA LUIZA SANTOS BONANNI	10,00	6,00	4,00	6,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0043738	MARIANA CORRÊA GANDOLFO	8,00	4,00	8,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0043287	MARIANA RAFAELA SCHOMMER	8,00	6,00	8,00	4,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0043546	MARIANNA CHRISTOVAM ROMANO	6,00	8,00	8,00	4,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044315	MATHEUS AKIRA SILVA KODAMA	6,00	4,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0044663	MICHELLE SILVA CASALI	10,00	8,00	6,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0043746	MILENA NAYUMI SAGAWA	8,00	8,00	6,00	2,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0042153	MILENE MARIA RODRIGUES	8,00	4,00	8,00	2,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0043720	NATALIA COQUEIRO SIQUEIRA	4,00	4,00	6,00	6,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0042786	NATALIA GABRIELA LINO CARLIS ALMEIDA	4,00	4,00	8,00	4,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0043404	NATALIA KAROLINA DA SILVA	8,00	6,00	8,00	4,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0043488	NATHALIA DE OLIVEIRA BERTANHA	8,00	4,00	4,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0043970	NATHÁLIA PINHEIRO PONTELI	6,00	6,00	8,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0044075	NATHALIA RAMOS DOS SANTOS	8,00	8,00	6,00	4,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044404	PABLO HENRIQUE LIMA CAVALCANTE	6,00	10,00	6,00	4,00	33,00	59,00	Afrodescendente
0044694	PEDRO HENRIQUE CRISTINO DE SOUSA	6,00	2,00	2,00	6,00	42,00	58,00	Ampla Concorrência
0043352	RAFAELA BELTRAME LIMA	8,00	6,00	6,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0042998	RAFAELA DE SOUSA SCHMITT	6,00	4,00	10,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0041836	RENAN VELOZO ARAGÃO	6,00	4,00	8,00	8,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0042034	SABRINA DE ALMEIDA TREVISAN	10,00	8,00	8,00	2,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0043614	SARAH PETRECA DE MORAES	6,00	6,00	8,00	6,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044020	STEFANY BALDWIN BUTTENMULLER VILAS BOAS	6,00	6,00	8,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042093	STEPHANIE SEGANTINI DE ARAÚJO	4,00	8,00	10,00	6,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0043064	SUELEM BRENDA DOS SANTOS	8,00	10,00	8,00	6,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0044920	TAYNÁ DO NASCIMENTO SOBZACK FELIZARI	6,00	2,00	8,00	6,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0042537	THAILON GUIMARÃES VASCONCELOS	8,00	8,00	8,00	4,00	30,00	58,00	Afrodescendente
0043619	THAINA CAROLINE PEREIRA ESPINDOLA	6,00	8,00	8,00	6,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0043904	THAINA DE FAVERI	6,00	6,00	8,00	4,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0041962	THIAGO ALEXANDRE ZILIOLI	8,00	8,00	8,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0042571	VINICIUS ESQUARCINI MACEDO	4,00	10,00	10,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0042184	VINÍCIUS SIQUEIRA DA SILVA	4,00	6,00	10,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042063	VIVIANI FERNANDA DE OLIVEIRA	4,00	6,00	4,00	6,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência

8577 - ENGENHEIRO AMBIENTAL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0044418	AMANDA BELTRÃO DE SOUZA DA COSTA	6,00	4,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0042382	AMANDA GONZAGA BARROS	6,00	4,00	6,00	2,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0042709	ANA PAULA DE PIERI	6,00	6,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0042785	ANDRE DA SILVA RODRIGUES	10,00	6,00	10,00	2,00	27,00	55,00	Ampla Concorrência
0042699	BRENDA CAMARÃO TESSARIM	6,00	8,00	10,00	2,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043167	BRUNA LETICIA RODRIGUES	4,00	6,00	8,00	2,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0044973	CAIO CESAR CARDOSO DE MORAES	6,00	8,00	8,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044248	DAIELY MACHINI DE MACENA	8,00	4,00	8,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0044096	DIEGO RIBEIRO DOMICIANO	8,00	6,00	10,00	6,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0044024	EDMAR DOS SANTOS	8,00	2,00	6,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0044964	EZEQUIEL VINICIUS DE ANDRADE MACHADO	4,00	6,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042075	GABRIELA GARIANI QUINTO	6,00	6,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043288	GIOVANNI RIBEIRO ZANINI	10,00	10,00	8,00	4,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0043145	GUILHERME MIOLA DE CASTRO	10,00	4,00	8,00	2,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0044112	HEYTOR NOGUEIRA VIANA	10,00	6,00	10,00	4,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0043101	JOÃO VICTOR NUNES NICOLA	8,00	4,00	8,00	2,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0044729	JULIA VICENTE RODRIGUES	4,00	8,00	6,00	4,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0042611	JULIO CESAR ANGELO BORGES	6,00	8,00	10,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0044324	JULIO CESAR ARAUJO GONÇALVES	6,00	6,00	6,00	6,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0043794	JÚLIO DIÓGENES SCHUQUEL TOMÉ	6,00	4,00	8,00	4,00	51,00	73,00	Ampla Concorrência
0044472	LAÍS PALUGAN CORRÊA	8,00	4,00	2,00	4,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0042585	LARISSA OLIVEIRA PAULISTA	10,00	6,00	6,00	2,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0044492	LUÍS FERNANDO SPEGIORIN DUARTE	10,00	6,00	8,00	4,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0042289	LUÍS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA	6,00	8,00	8,00	4,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0042136	MARIA EDUARDA SCARABELOT CORTEZ	6,00	6,00	6,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042005	MARTHA SOUSDALEFF	6,00	4,00	8,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044609	MAYARA RODRIGUES GROSSMANN	6,00	4,00	8,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0043031	NATÁLIA REZENDE PEREIRA	8,00	8,00	8,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044856	PAULA VERÔNICA REMOR	8,00	8,00	10,00	2,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0042583	PEDRO HENRIQUE PRESUMIDO	10,00	8,00	10,00	4,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0042546	RICHARD EDUARDO OLIVEIRA DA COSTA	4,00	2,00	8,00	4,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0043770	TAILINE PAULINO DA SILVA CÉCERE	10,00	8,00	8,00	6,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0042560	THAÍSA ALANA SCHEBELISKI	6,00	8,00	4,00	2,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0043077	VITOR HUGO PIVA BOEIRA	6,00	6,00	8,00	4,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043137	VITOR VINICIUS ZIBETTI SILVA	8,00	8,00	10,00	2,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0044118	VITÓRIA ESTELA FACCIO LOPES	6,00	8,00	10,00	4,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência

8578 - ENGENHEIRO CIVIL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0043038	CARLOS EDUARDO CELONI AGNELI	8,00	4,00	8,00	4,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0041902	GIOVANA THAÍS MALFATO	10,00	2,00	8,00	2,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0043438	GRAZIELA SMAK AFFONSO	8,00	8,00	8,00	2,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0044044	GUSTAVO DE CARVALHO GORGES	8,00	8,00	8,00	6,00	30,00	60,00	Ampla Concorrência
0043487	GUSTAVO ZORZIN	8,00	10,00	10,00	6,00	42,00	76,00	Ampla Concorrência
0044269	IAGO MATHEUS IUBEL TROJAN	6,00	10,00	10,00	4,00	33,00	63,00	Ampla Concorrência
0042052	JOSE MARCOS ALVES DE OLIVEIRA	6,00	6,00	8,00	6,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044596	LUIS OMAR NUNES DE MELLO	6,00	8,00	10,00	2,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044318	MARCOS GERHARDT	8,00	10,00	10,00	8,00	51,00	87,00	Ampla Concorrência
0043427	MARCOS WELLENGTON DIAS DE OLIVEIRA	6,00	8,00	10,00	2,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0044537	MATHEUS ALVES DE MOURA	10,00	6,00	8,00	6,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência

0041908	RAFAEL HIDEO KATO TANAKA	8,00	8,00	10,00	6,00	30,00	62,00	Ampla Concorrência
0042808	THAINÁ COUTINHO DA LUZ	10,00	8,00	8,00	6,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0043793	VALDECIR GRACINDO POEIRA JUNIOR	8,00	10,00	4,00	4,00	27,00	53,00	Ampla Concorrência
0043308	VALÉRIA FRANCISCA DA SILVA MANOEL	8,00	8,00	8,00	2,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0043180	WESLEY COUTINHO DA SILVA	6,00	8,00	8,00	4,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
8579 - FARMACÊUTICO - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042312	ADRIANO LUIS HEINEN	2,00	2,00	8,00	6,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0044370	ALANA ANDRIELY DOS SANTOS	8,00	4,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0043766	ALANA LUCIANI	6,00	6,00	6,00	6,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0044550	ALICE ALVES LUSTOSA	6,00	6,00	10,00	2,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0043407	ALINE CALIXTO DA SILVA DA PAIXÃO	8,00	2,00	8,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0044471	ANA CAROLINE CORONATO DE OLIVEIRA	6,00	2,00	8,00	10,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0044387	ANA MARIA BORGES FERREIRA ALTRAN	6,00	6,00	6,00	2,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043463	ANDERSON DE VECHI	8,00	2,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0043447	ANDRÉ LUIZ DA SILVA	6,00	4,00	6,00	8,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0042883	ANNA LUCIA LOPES TEIXEIRA	6,00	2,00	8,00	2,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0044624	BELISA ALVES AZEVEDO	8,00	2,00	8,00	8,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0043421	CARINA IVATIUK	6,00	4,00	6,00	4,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042333	CAROLINE CALIXTO KAZAMA	8,00	8,00	8,00	10,00	39,00	73,00	Ampla Concorrência
0042076	CLARA MARIA DE OLIVEIRA	6,00	4,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0043824	DAIANE IZABEL PEREIRA	6,00	6,00	10,00	2,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0043952	DANIELY OLIVEIRA SANTOS	8,00	4,00	6,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042245	FERNANDO DE BRITO RORATTO	8,00	6,00	4,00	2,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0044310	GABRIELY MONTEIRO BATISTA	8,00	8,00	8,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0043494	GIOVANA RIBEIRO DE MOURA	8,00	4,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044232	GLEICIELE FERNANDA MARCIANO	8,00	2,00	8,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0041955	HELLEN OTA IATECOLA RODRIGUES ALVES	8,00	4,00	6,00	6,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043100	INGRID APARECIDA CASSEMIRO PEREZ	6,00	8,00	10,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0043102	ISABELLA FERNANDA BRILHANTE	8,00	8,00	4,00	2,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0042912	ISABELLY ZABINI CICOTE	6,00	6,00	8,00	4,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0044952	JAQUELINE DA SILVA	8,00	4,00	2,00	4,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0042155	JHENIFER MIKAELLY TEODORO DE SOUZA	8,00	6,00	2,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0043780	JOÃO LUIZ DA SILVA TEIXEIRA	6,00	6,00	2,00	6,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043945	KERLI CRISTINA DOS SANTOS	8,00	4,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Afrodescendente
0044756	LARISSA BALDOINO DOS SANTOS	8,00	8,00	6,00	8,00	27,00	57,00	Ampla Concorrência
0041847	LARISSA DOS SANTOS RODRIGUES	8,00	8,00	8,00	4,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0044691	LUCAS CENCI DE PAULA	6,00	4,00	8,00	4,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0041832	LUCAS FRANCELINO DE ARAÚJO	8,00	6,00	8,00	2,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042210	MARCELLA PAULA MANSANO SARTO	10,00	2,00	8,00	2,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044316	MARIA EDUARDA DE MELO FERREIRA	6,00	4,00	6,00	6,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0044557	MARLON DA SILVA VIEIRA	10,00	10,00	8,00	6,00	36,00	70,00	Ampla Concorrência
0044303	MICKELLY HEIDRICH PEREIRA DO CARMO	8,00	4,00	4,00	4,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0043996	PAMELA SECUNDO DOS SANTOS VIEIRA	6,00	4,00	4,00	4,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0042697	PEDRO HENRIQUE DE LIMA MARCHETTI	4,00	6,00	10,00	4,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0044293	ROBERT DA SILVA	8,00	6,00	8,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044228	SAMUEL BARBOSA LIMA	10,00	10,00	10,00	4,00	39,00	73,00	Ampla Concorrência
0044904	SARAH ROSA REYES	8,00	6,00	4,00	2,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
0042364	TATIANA APARECIDA GUIRÃO DE LUNA PIERUZZI	6,00	2,00	8,00	4,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0044456	THAINARY DE SOUZA SILVA	4,00	2,00	6,00	2,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043922	VÁLERY YUKARI SUSUKI	6,00	6,00	6,00	2,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0044311	VINICIUS ADAMO DE ANDRADE	6,00	6,00	8,00	2,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
8580 - FONOAUDIÓLOGO - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042897	ADRIANA MONTEIRO CAETANO	6,00	4,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0043878	ALANA RIBEIRO GUIRRO DA SILVA	6,00	6,00	6,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0043740	ALINE DE MORAES MILANI	4,00	4,00	8,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0041929	BRUNA THAIS DE SOUZA	10,00	2,00	4,00	4,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0043161	DAIANE REGINA ALVES MENEZES DA SILVA	4,00	4,00	8,00	8,00	57,00	81,00	Ampla Concorrência
0043158	ISABELA FRANCO GODOFREDO	4,00	2,00	6,00	4,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043309	JOSIANE MAYARA DOS SANTOS MATOS	4,00	2,00	4,00	6,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043717	JULIA MIYUKI SAKATA	6,00	4,00	6,00	6,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044238	NELMA DE OLIVEIRA RODRIGUES	10,00	4,00	4,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
8581 - MÉDICO AUDITOR - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042861	ANA APOLONI DE LIMA	8,00	10,00	8,00	8,00	24,00	58,00	Ampla Concorrência
0044628	EDUARDO OTANI	6,00	10,00	10,00	4,00	27,00	57,00	Ampla Concorrência
0044653	FERNANDO SAKATA BELIZÁRIO	8,00	8,00	8,00	6,00	36,00	66,00	Ampla Concorrência
0043030	FRANCISCO AUGUSTO SOBRAL FEITOSA DO PRADO JÚNIOR	8,00	8,00	10,00	6,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0044504	GUILHERME CALDIN PORTO	8,00	10,00	8,00	8,00	21,00	55,00	Ampla Concorrência
0042554	JOÃO MARCOS DA SILVA CARVALHO	10,00	6,00	10,00	10,00	36,00	72,00	Ampla Concorrência
0042098	LÚCIO KAZUO SÓRIA KAWAMOTO	8,00	6,00	8,00	6,00	27,00	55,00	Ampla Concorrência
0042503	PEDRO AUGUSTO PETRI	10,00	8,00	10,00	6,00	24,00	58,00	Ampla Concorrência
0043748	SAMYR GONÇALVES DOMINGOS	6,00	8,00	8,00	4,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
8582 - MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0044602	BRUNO LINDOLFO GOMES	8,00	4,00	10,00	8,00	45,00	75,00	Afrodescendente
0043911	CAMILA RONCHINI MONTALVÃO	6,00	4,00	8,00	6,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0043622	CASSIANA MENDES OURIQUES	8,00	2,00	4,00	4,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0043323	ELBER HENRIQUE DUMKE	10,00	8,00	8,00	4,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0044794	HELOISA PASSOLONGO	6,00	8,00	10,00	4,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0043644	JOSE MARIA FLAVIO	6,00	6,00	8,00	6,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
0043142	JULIANA EMI SHIMABUKURO	8,00	10,00	8,00	4,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0042375	JULIO DELACHIAVE NETO	8,00	6,00	10,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0043926	LARISSA GABRIELE HARMATIUK	6,00	4,00	10,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042722	LUCAS AUGUSTO BERNARDES DE PINHO	2,00	4,00	8,00	4,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0043523	MARCO ANTONIO BATISTI PASQUALI	8,00	10,00	10,00	6,00	48,00	82,00	Ampla Concorrência
0044548	NATHALIA NOTARANTONIO SIMÕES	8,00	8,00	10,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência

0043104	NICOLI DONADELI GOMES	8,00	6,00	6,00	2,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042156	PABLO BONAN	6,00	8,00	8,00	4,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0042104	PRISCILA HENRIQUES MONTEIRO	6,00	4,00	8,00	8,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0044793	ROSANA CECÍLIA BERNARDELLI DA SILVA	8,00	6,00	8,00	4,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0044498	VITOR HENRIQUE SEIJI YAMAO	6,00	4,00	6,00	4,00	33,00	53,00	Ampla Concorrência
8583 - MÉDICO DO SAD 20H - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0043639	CARLA KARNOSKI	4,00	6,00	6,00	6,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042091	EDSON JUNIOR ROSSI DA SILVA	10,00	10,00	10,00	8,00	57,00	95,00	Ampla Concorrência
0044292	GIULIA WICHOSKI CAMPIOL	6,00	10,00	8,00	4,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0042736	IZADORA MAITAN DO NASCIMENTO	8,00	6,00	6,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0043979	JOYCE MARIA DE OLIVEIRA BENDER	8,00	10,00	8,00	6,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0044733	LUCIANA MACIEL PANTOJA MENDES	8,00	2,00	6,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0041845	LURIAN NATHALIA FRITSCH DOS REIS	4,00	10,00	10,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044279	MARCIO SHIKASHO JUNIOR	6,00	6,00	8,00	2,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0041946	MARIANA DA SILVA POSSOBON	10,00	8,00	8,00	6,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0042211	MARÍLIA YUKIE TAKAKI DE OLIVEIRA ALVES	6,00	6,00	8,00	4,00	27,00	51,00	Ampla Concorrência
0044055	MATHEUS RAMOS PINTO	8,00	10,00	8,00	6,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0042602	MATHEUS ZAGO	8,00	10,00	10,00	4,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044970	MYLENA DE OLIVEIRA	6,00	8,00	8,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0042871	SUYANNE PAULA SCHWADE GIROTTO	8,00	6,00	6,00	2,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
8584 - MÉDICO GENERALISTA - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0044533	ADILSON GABRIEL FARIAS	8,00	8,00	8,00	2,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043360	ADRIANO GREGORIO QUEIROZ ITO	6,00	8,00	10,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0042534	ALESSANDRA LETICIA DE ARAUJO	4,00	8,00	6,00	8,00	39,00	65,00	Afrodescendente
0043361	ALESSANDRA NUNES BERTUOL	6,00	8,00	6,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0042623	ALEXANDRE SANFELICE SENA	8,00	6,00	10,00	6,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0042890	ALINI LEMES PAVAN	6,00	2,00	6,00	6,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0043465	ALISSA HIDEMI HACHIYA	8,00	8,00	8,00	4,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0044180	AMANDA APARECIDA FORTUNATO	6,00	4,00	6,00	6,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044705	AMANDA MENEZES DE OLIVEIRA	8,00	4,00	8,00	6,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0042878	AMANDA THAYNA MENONCIN	8,00	8,00	8,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0043811	AMBROSIO DOS SANTOS JUNIOR	6,00	6,00	6,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0044837	ANA BEATRIZ SILVA SANTANA	8,00	4,00	8,00	6,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0044766	ANA CAROLINA SOUZA DEITOS	8,00	8,00	6,00	2,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0043082	ANA FLÁVIA MENDES GONÇALVES	6,00	6,00	10,00	8,00	42,00	72,00	Afrodescendente
0042767	ANA LAURA DORIGON MASTELLARI	10,00	8,00	8,00	8,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0044065	ANA LAURA TORETTA	8,00	4,00	4,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0043393	ANA MARIA SIMÕES DOS ANJOS	8,00	6,00	8,00	2,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0044259	ANA VITÓRIA LIMA DETONI	6,00	4,00	6,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0043628	ANA VITÓRIA MARCONDES DE SOUZA	4,00	6,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0043049	ANANDA VALQUÍRIA MOURA DOS SANTOS	8,00	8,00	8,00	4,00	27,00	55,00	Afrodescendente
0044818	ANDERSON AGUIAR DE MOURA	8,00	4,00	6,00	6,00	45,00	69,00	Afrodescendente
0042396	ANDRE KAISER	10,00	10,00	8,00	6,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0044754	ANDRESSA CAROLINA NUNES PAIVA	8,00	10,00	8,00	8,00	42,00	76,00	Ampla Concorrência
0043406	ANDRESSA HIRABARA	6,00	6,00	10,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0043932	ANDREW ALEXANDRE GIBIM	6,00	8,00	8,00	8,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0044450	ANDRIELE CAVALCANTE ALVES	8,00	2,00	10,00	6,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0042307	ANDRIELLE MORESCHI VIANA	6,00	6,00	8,00	2,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044229	ANGELA RAFAELA BERLATTO	10,00	8,00	8,00	8,00	33,00	67,00	Ampla Concorrência
0045007	ANGELA REGINA FARIAS	8,00	8,00	10,00	6,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0042989	ANTHONY FELIPE MORANDO BORGES	8,00	8,00	6,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043414	ANTONIO FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA	4,00	4,00	4,00	2,00	39,00	53,00	Ampla Concorrência
0044407	ARTHUR TAMIOZZO	6,00	6,00	10,00	4,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0044278	AUGUSTO CÉSAR COSTA CARVALHO	8,00	10,00	8,00	8,00	36,00	70,00	Ampla Concorrência
0044906	BARBARA BREDOW	8,00	4,00	6,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0044535	BARTHOLOMEU JOSE BARBIERI	6,00	8,00	8,00	4,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0042936	BEATRIZ MARKUS SCHLINDWEIN	8,00	6,00	8,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043202	BEATRIZ VALERIO FARIA	10,00	4,00	8,00	4,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044242	BEVERLI ALEXANDRINA DE OLIVEIRA	6,00	6,00	8,00	4,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043171	BIANCA MITSURU NISHIZAWA	8,00	6,00	6,00	4,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0043636	BIANCA TRAVAGLIA BARBIZAN	8,00	6,00	10,00	8,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0044599	BLENDON FERREIRA	6,00	8,00	8,00	8,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0043108	BRUNA GABRIELE KAISER LEITNER	8,00	8,00	4,00	6,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0043000	BRUNA MARTINEZ ARROYO	4,00	2,00	8,00	2,00	42,00	58,00	Ampla Concorrência
0042470	BRUNA RAFAELLA PACAGNAN KATO	8,00	8,00	10,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0043263	BRUNO VINICIUS PEREIRA CASARI	10,00	8,00	8,00	4,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0044064	CAMILA NAZARIO APARECIDO	4,00	2,00	4,00	4,00	42,00	56,00	Ampla Concorrência
0044850	CAMILE FERNANDA SQUISATTI	10,00	4,00	6,00	2,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0044901	CAMILLE BORTOLAZO VIEIRA	8,00	8,00	8,00	4,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044625	CARLA LUZIA GANZALA	8,00	6,00	10,00	4,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0044087	CARLA ROCHA MACEDO RAMOS	10,00	6,00	6,00	2,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044389	CAROLINA NASCIMENTO BRASILEIRO	4,00	6,00	4,00	4,00	33,00	51,00	Ampla Concorrência
0042550	CAROLINA PRIMO DALLABRIDA	8,00	8,00	6,00	2,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044434	CAROLINA SPINA RESENDE	6,00	8,00	10,00	6,00	36,00	66,00	Ampla Concorrência
0044777	CHAMBERLAIN ANIZ ABBUD NETO	6,00	2,00	10,00	4,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0044597	CHRYSTIAN VENZEL DO NASCIMENTO	4,00	4,00	6,00	4,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0042797	CRISTHIAN ROLANDO AGUERO DOMINGUEZ	4,00	6,00	8,00	2,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0042807	CRISTIANE BRAZ CANDIDO	6,00	6,00	8,00	4,00	45,00	69,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0043097	CRISTIANY LUCIANO	8,00	6,00	4,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0042025	CRYSTAL DIAS D LABANCA	8,00	6,00	10,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0044482	DANIELA PATRICIA ALENCAR LOPES	8,00	6,00	6,00	6,00	33,00	59,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044921	DANIELE DA COSTA DA SILVA	4,00	4,00	8,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0042008	DANILO AKI MANSANO	10,00	8,00	6,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044350	DANILO GAITKOSKI FERREIRA	10,00	6,00	6,00	2,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0042980	DAYARA LAYSE DE SENA SOUZA	8,00	4,00	6,00	8,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0043019	EDCLEUZA CRISOSTOMO DE OLIVEIRA SILVA	6,00	2,00	8,00	4,00	54,00	74,00	Ampla Concorrência
0044782	EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA	6,00	6,00	8,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência

0043444	EDUARDO TAKIRO TAKEUCHI	4,00	2,00	10,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043930	ELLEN GIOVANA ROCHA SANTOS	8,00	10,00	8,00	6,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0042745	ELOISA DE ALMEIDA	8,00	4,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0043172	ELOIZA MUNIZ CAPPARROS	10,00	10,00	10,00	6,00	42,00	78,00	Ampla Concorrência
0044056	EMILYANE BATALHA	6,00	10,00	8,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0043495	ERICA NICCHIO NORVILA	4,00	4,00	6,00	4,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência
0042319	ERICK CAMPOS	10,00	8,00	10,00	6,00	54,00	88,00	Ampla Concorrência
0044967	EVANDRO SMIGUEL DE GODOY	8,00	6,00	10,00	6,00	51,00	81,00	Ampla Concorrência
0043646	FERNANDA MARCHI DURIGON AHN	8,00	4,00	8,00	2,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0044869	FERNANDA PAIVA YENIKOMSHIAN	6,00	10,00	6,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044601	FERNANDA YUKARI TANAKA DE MELO	10,00	2,00	8,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042240	FLAVA POLATTO PEPECE	10,00	10,00	8,00	2,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0044384	FRANCIELLY FACHIN	4,00	6,00	6,00	6,00	30,00	52,00	Ampla Concorrência
0044148	GABRIEL HENRIQUE ELLWANGER FREIRE	8,00	6,00	10,00	8,00	33,00	65,00	Ampla Concorrência
0044447	GABRIEL YUKIO ISHIKAWA	6,00	10,00	10,00	4,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0043027	GABRIELA BARBOSA DE OLIVEIRA	10,00	2,00	6,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0043998	GABRIELA EMY ISONO OICHI	8,00	10,00	8,00	8,00	48,00	82,00	Ampla Concorrência
0043886	GABRIELA ESPERTO RIBEIRO	10,00	8,00	10,00	4,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0044224	GABRIELA TESSAROLO PATRICIO	8,00	4,00	4,00	2,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0044198	GABRIELLA SIMÕES WALTER	8,00	4,00	8,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0044007	GABRIELLE NAKAYAMA DORETO	8,00	10,00	6,00	4,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0043540	GABRIELLY ANTUNES DA SILVA	8,00	6,00	4,00	8,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044161	GEOVANE ALVES COELHO	8,00	10,00	10,00	6,00	51,00	85,00	Ampla Concorrência
0042609	GIOVANA KAZUE BARRETO SHONO	8,00	6,00	10,00	2,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0042544	GIOVANA TAVARES GUSMÃO	10,00	4,00	4,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0043598	GIOVANNA HESSMANN FERNANDES	8,00	10,00	6,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0042126	GIOVANNA LOURENÇO CAVAGNOLI	8,00	10,00	6,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0042419	GIULIA BOITO DE OLIVEIRA	10,00	6,00	10,00	2,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0042326	GIULIA ROBERTA PEREIRA	6,00	8,00	10,00	4,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0044612	GUILHERME FERREIRA DE MOURA	10,00	4,00	10,00	8,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0042363	GUSTAVO ÂNGELO MEDEIROS	10,00	10,00	10,00	6,00	51,00	87,00	Ampla Concorrência
0044603	GUSTAVO FERREIRA DE MOURA	4,00	6,00	8,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043390	GUSTAVO SILVA SANTOS	6,00	6,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043503	HANNAH KAMAROWSKI FONTANA	8,00	4,00	8,00	4,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043635	HAYUMI NATALIA YAMAMOTO HIGASHI	8,00	6,00	8,00	2,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0042856	HELOISA PEDRO GERMANO	6,00	8,00	10,00	8,00	39,00	71,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044852	HENRIQUE ZANELLA DOS SANTOS	8,00	6,00	10,00	6,00	36,00	66,00	Ampla Concorrência
0044966	IAN BERNARDI WINTER	6,00	8,00	8,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0043164	IGOR DE LIMA CORTEZ	8,00	10,00	10,00	8,00	45,00	81,00	Ampla Concorrência
0043994	IGOR SCHNEIBERG ORANGES DALESSANDRO VIANA	8,00	8,00	10,00	6,00	39,00	71,00	Ampla Concorrência
0042094	ILUSKA MARIA ALVES DE MEDEIROS	8,00	2,00	6,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0043967	INGRA MONIQUE DUARTE LOPES	6,00	10,00	6,00	6,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0044436	IORRANA MOREIRA BATISTA	6,00	4,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044290	ISAAC GIULIANO LUZ MACIEL	8,00	4,00	8,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0043741	ISABELA BUENO BIZERRA	8,00	4,00	6,00	6,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0044409	ISABELE ATAIDES E SILVA	8,00	6,00	10,00	6,00	27,00	57,00	Ampla Concorrência
0043957	ISAQUE VIEIRA FERNANDES	8,00	8,00	8,00	4,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0043555	JAMAL ABDUL NASSER ZARAKET	8,00	6,00	6,00	4,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0043575	JESSICA OLIVEIRA GARALUZ	6,00	6,00	8,00	4,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044554	JOÃO ANTONIO SOUZA DE OLIVEIRA	8,00	4,00	8,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0042539	JOÃO FABRIS NETO	8,00	6,00	10,00	4,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0043836	JOAO VICTOR SILVA FACCIN	10,00	8,00	6,00	2,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0041910	JOSAFA FABRICIO DOS SANTOS	4,00	4,00	8,00	6,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0044497	JOSE ARTHUR MORAIS VERAS E SILVA	4,00	10,00	8,00	8,00	45,00	75,00	Afrodescendente
0041837	JOSÉ RICARDO BONAMETTI	4,00	10,00	10,00	8,00	54,00	86,00	Ampla Concorrência
0041880	JOSÉ SAMUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO	8,00	10,00	8,00	10,00	45,00	81,00	Ampla Concorrência
0044910	JULIA LIZ MORI OKAMOTO	8,00	2,00	6,00	4,00	51,00	71,00	Ampla Concorrência
0043601	JULIA MARQUES FISTAROL	6,00	6,00	8,00	2,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044844	JULIANA GARCIA LISBOA	8,00	8,00	8,00	8,00	45,00	77,00	Afrodescendente
0044260	JULIANO SAULO ADAMI	6,00	10,00	8,00	4,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0044453	JULIET SIMON KLEIN	8,00	6,00	8,00	6,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0044880	KAIO LUÍS PUNTEL	6,00	10,00	8,00	4,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0044325	KARISTON EGER DOS SANTOS	4,00	2,00	6,00	6,00	42,00	60,00	Afrodescendente
0042305	KARLA LUIZA MAYER	10,00	8,00	10,00	8,00	54,00	90,00	Ampla Concorrência
0044877	KETELYN VITÓRIA BORTOLO	6,00	6,00	10,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0043544	KHATLLYEN GONCALVES DAVI	8,00	8,00	8,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0043733	LAILA KAWANE AZEVEDO DE AGUIAR	6,00	8,00	8,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0042372	LARISSA PIETROWSKI DE MATTOS	10,00	6,00	6,00	4,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044149	LARISSA VOSS	8,00	10,00	8,00	6,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044396	LAURA APLEVICZ GOMES	6,00	4,00	8,00	6,00	42,00	66,00	Ampla Concorrência
0042597	LEANDRO TOBALDINI	6,00	4,00	8,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0044652	LEONARDO ROSA FANTUCCI	4,00	6,00	10,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042483	LETÍCIA ALMEIDA DE MELO	6,00	8,00	6,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0042612	LETÍCIA CASALLI COUTO	8,00	8,00	8,00	6,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0043853	LETÍCIA HIKARI KOSHITA	6,00	4,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042916	LOUISE ETIENNE HOSS	8,00	6,00	10,00	6,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0044762	LUANA ELEN CALAU ALVES MARINHO	6,00	8,00	10,00	4,00	42,00	70,00	Afrodescendente
0041885	LUCAS CAVALCANTE MOUSINHO	8,00	6,00	10,00	2,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0044104	LUCAS CELSO KOZAN NASCIMENTO	6,00	6,00	10,00	4,00	30,00	56,00	Ampla Concorrência
0043245	LUCAS EDUARDO PIZZICO	6,00	10,00	10,00	6,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044593	LUIS IVAN BORGES DE LIMA	8,00	6,00	10,00	6,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0043122	LUIZ FERNANDO DE SOUZA JUSTI	4,00	6,00	10,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0044556	LUIZ HENRIQUE VANIN	2,00	4,00	6,00	6,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0043560	LUNA DE CASSIA BONOMO	8,00	6,00	10,00	8,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044838	MADALISA DA SILVA	4,00	2,00	8,00	2,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042888	MAIDELIS CHAVEZ JEREZ	6,00	8,00	8,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0044610	MANOELA DE MOURA GERVAZONI	6,00	2,00	8,00	8,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0043455	MARCELO RENATO VIEIRA	4,00	4,00	8,00	6,00	36,00	58,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0042942	MARCELO RODRIGO DE AGUIAR DO NASCIMENTO	8,00	10,00	10,00	8,00	36,00	72,00	Afrodescendente

0043521	MARCOS FERNANDO PIRES DE LARA	6,00	6,00	8,00	4,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0044763	MARCOS PAULO JANUARIO JUNIOR	6,00	8,00	10,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044477	MARIA AUGUSTA BRACHT	6,00	8,00	8,00	2,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0044727	MARIA DA GRAÇA LEPRE HAWERROTH	6,00	10,00	8,00	4,00	39,00	67,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044980	MARIA EDUARDA PEREIRA	6,00	4,00	4,00	4,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0044147	MARIA FERNANDA DE LIMA BARRADAS	8,00	8,00	6,00	6,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0043714	MARIA LUCIA NEPPEL DIAS	6,00	6,00	8,00	8,00	54,00	82,00	Ampla Concorrência
0042011	MARIA LUÍSA DOMINGUES JACINTO	8,00	10,00	8,00	8,00	39,00	73,00	Ampla Concorrência
0041986	MARIA LUIZA RODRIGUES MIGUEL	8,00	10,00	8,00	8,00	48,00	82,00	Ampla Concorrência
0044508	MARIA RITA MENEGAZZO DEL BEL	8,00	2,00	8,00	6,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0042159	MARIANNA ASSUNÇÃO DA SILVA	8,00	4,00	6,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042131	MARINA BOITO DE OLIVEIRA	8,00	8,00	8,00	8,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0043977	MARJORIE RIBEIRO QUADRI	6,00	10,00	8,00	4,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0041958	MARLIZE APARECIDA BENHOSSI LIMA	8,00	2,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0043318	MARYELLEN SILVESTRE DE OLIVEIRA	6,00	6,00	6,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0043759	MATHEUS BONZANINI	6,00	6,00	10,00	4,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0044665	MATHEUS HENRIQUE MORAES REGHIN	8,00	8,00	6,00	6,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0042317	MATHEUS ROCHA JAVAROTTI	6,00	6,00	8,00	6,00	57,00	83,00	Ampla Concorrência
0044464	MAURICIO DO NASCIMENTO VICENTE	6,00	8,00	8,00	6,00	33,00	61,00	Ampla Concorrência
0044431	MAURÍCIO SPRICIGO	4,00	2,00	6,00	4,00	42,00	58,00	Ampla Concorrência
0042403	MAYCON GABRIEL DUARTE TEIXEIRA	6,00	6,00	6,00	6,00	45,00	69,00	Afrodescendente
0043468	MAYIBET MATOS CAMEJO	6,00	8,00	4,00	2,00	39,00	59,00	Afrodescendente
0042607	MENDEL SOARES BARCELO	4,00	6,00	6,00	2,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0044561	MILENA BELLI BOCHNIA	8,00	10,00	8,00	6,00	54,00	86,00	Ampla Concorrência
0042734	MILENA DE SOUZA HELLER	6,00	6,00	8,00	4,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0044715	MILENA MARIA PADILHA	6,00	6,00	10,00	6,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0043169	MONICA GABRIELLE DO PRADO	6,00	8,00	8,00	8,00	36,00	66,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044789	MONICA GONÇALVES MACIEL	6,00	6,00	8,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0043541	MÔNICA PATRÍCIA DE SOUZA	8,00	8,00	4,00	8,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0043168	MURILO ADONA RIBEIRO	6,00	6,00	8,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0044383	MURILO ELIAS OLIVEIRA	6,00	8,00	10,00	8,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0043007	NARA RÚBIA GONÇALVES	10,00	6,00	8,00	8,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0043966	NATALIA BRUNETTA VIEIRA BELTRAME	8,00	6,00	8,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0042214	NATÁLIA COLCETTA	8,00	6,00	6,00	2,00	51,00	73,00	Ampla Concorrência
0044009	NATALIA CRISTINA VIANA MELLA	8,00	2,00	6,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0042600	NATALIA MAGAGNIN SILVA	8,00	8,00	8,00	6,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0043722	NATHALIA CARVALHO DOS SANTOS	6,00	8,00	6,00	2,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0042899	NATHALIA SIMOA	10,00	8,00	8,00	2,00	30,00	58,00	Ampla Concorrência
0044045	NATIELLY PRETI DA SILVA	8,00	6,00	6,00	6,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044413	NICOLE GABRIELLA PEDROSO DIRCKSEN	8,00	6,00	6,00	4,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044097	NICOLE SIQUEIRA DE AZEVEDO	8,00	6,00	6,00	4,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042458	PATRICIA TORRES SIMOES DA COSTA MARQUES	6,00	6,00	6,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042149	PATRICIA TSEN	8,00	10,00	8,00	8,00	42,00	76,00	Ampla Concorrência
0043226	PAULO AUWARTER	8,00	10,00	8,00	4,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0044911	PAULO CESAR PIRES DAQUINTO	6,00	4,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044151	PAULO VICTOR MOURA RODRIGUES	8,00	8,00	8,00	6,00	39,00	69,00	Afrodescendente
0042821	PEDRO GUILHERME ARANTES SIQUEIRA	8,00	10,00	8,00	6,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0044767	PEDRO LUCAS BAÍA DA PAIXÃO	8,00	10,00	6,00	8,00	54,00	86,00	Afrodescendente
0043583	RAFAEL COAN SARDINHA PONTES	6,00	10,00	8,00	8,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0043363	RAFAEL FERNANDES MOREIRA	6,00	10,00	6,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044403	RAISSA PATEL	8,00	6,00	8,00	6,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0043752	RAUL ALBANEZ MERCIAL	10,00	6,00	8,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044654	REBECA REMANZINI	6,00	8,00	8,00	6,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0044822	REBECCA VAN HATTEM	8,00	10,00	8,00	2,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0042711	REINALDO SMANIOTTO	4,00	4,00	6,00	2,00	39,00	55,00	Ampla Concorrência
0044623	RHANNA CARINA PEREIRA PINTO	6,00	4,00	4,00	4,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência
0042150	RIMENA KEMI SILVA KATAYAMA	8,00	4,00	4,00	6,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0045003	RITHIE FERREIRA DOS SANTOS	10,00	8,00	10,00	4,00	36,00	68,00	Ampla Concorrência
0042606	ROBERTA SAYURI OKAZAKI	8,00	8,00	6,00	2,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0043660	ROBSON LUIZ FERREIRA	4,00	4,00	4,00	8,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
0044398	ROSELAINE WENTZ KOCH	6,00	8,00	10,00	8,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044831	SABRINA RIBEIRO DA SILVA SOUZA	6,00	4,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042481	SABRINY VITÓRIA PAIVA SANTOS	6,00	8,00	10,00	2,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0044351	SAMIA DE FRANÇA HUSSEINAT	10,00	10,00	4,00	6,00	42,00	72,00	Ampla Concorrência
0044397	SAMILY CRISTINA PESTANA	6,00	6,00	10,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044006	SARA CAROLINE BELTRAME PEREZ	6,00	6,00	8,00	6,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0043035	SIDNEIA NASCIMENTO	4,00	4,00	4,00	2,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0041975	SIMONE CAROLINY VERSUTI LORETO	6,00	8,00	8,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0042791	TAMIRES DE OLIVEIRA DA SILVA	6,00	4,00	10,00	2,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0042765	TATIANE FERNANDES AMORIM	8,00	10,00	6,00	4,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0043328	TATIANE MARIA PEREIRA COLLA	8,00	4,00	6,00	6,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0041883	TAYANE VILAS BOAS RIOS	4,00	10,00	10,00	6,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0042951	THAYNA MONTEIRO TAVARES	8,00	10,00	8,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0044619	THIFFANY DE ALMEIDA LOPES FERREIRA	6,00	2,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0043953	VANESSA MOURA MORAES	8,00	4,00	8,00	2,00	51,00	73,00	Afrodescendente
0044162	VERA SOFIA BERBERT	8,00	10,00	8,00	8,00	48,00	82,00	Ampla Concorrência
0044474	VICTOR DE SOUZA PIANOVSKI	10,00	10,00	6,00	8,00	48,00	82,00	Ampla Concorrência
0043707	VICTORIA NUNES RIBEIRO	6,00	4,00	6,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0044347	VILSON QUEIROZ DE MATOS JÚNIOR	10,00	8,00	8,00	8,00	54,00	88,00	Ampla Concorrência
0044183	VINÍCIUS DUARTE LEMOS	8,00	10,00	8,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência
0043109	VINÍCIUS EDUARDO GASPARETTO	10,00	8,00	10,00	8,00	45,00	81,00	Ampla Concorrência
0042963	VINICIUS GONÇALVES OLIOZE	6,00	10,00	8,00	6,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0044632	VINÍCIUS MENEGASSI PESTANA	6,00	10,00	10,00	4,00	39,00	69,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044443	VINICIUS WIRMOND EIDAM	10,00	6,00	6,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0041921	VITOR DIAS ESPINDOLA	10,00	8,00	10,00	4,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência
0043305	VITOR HUGO DANGELO DE OLIVEIRA	4,00	4,00	8,00	2,00	39,00	57,00	Ampla Concorrência
0042145	VITOR HUGO NERES GOVEIA	6,00	8,00	6,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0043908	VITÓRIA EMANUELLE COUTINHO VILLELA	8,00	10,00	10,00	4,00	48,00	80,00	Ampla Concorrência
0044101	WENDEL CARVALHO LIMA	6,00	8,00	8,00	2,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência

0044741	WILLIAM HEIZO TAKAKURA	8,00	8,00	10,00	6,00	42,00	74,00	Ampla Concorrência
0044897	WILLIAN LEONARDO SILVA FERREIR DE ARAUJO	8,00	4,00	10,00	10,00	48,00	80,00	Afrodescendente
0044728	YAN LUIZ NUNES	4,00	8,00	10,00	8,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0043744	YARA NEY FROSSARD	8,00	6,00	8,00	4,00	33,00	59,00	Ampla Concorrência
0044585	YASMIN YUKIE INOMATA LAMB	10,00	8,00	8,00	6,00	45,00	77,00	Ampla Concorrência

8585 - PEDAGOGO SOCIAL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0043771	ANA MARIA BUENO CAVALCANTE	6,00	8,00	6,00	4,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0043107	ANIELLE ALVES LUSTOSA	4,00	2,00	6,00	6,00	54,00	72,00	Ampla Concorrência
0044428	APARECIDA INEZ KOZLOWSKI MARMOL	6,00	6,00	4,00	6,00	54,00	76,00	Ampla Concorrência
0042044	BRUNA BUENO CAVALCANTI	6,00	8,00	8,00	4,00	57,00	83,00	Ampla Concorrência
0044841	CAMILA MARIANE KORCHAK BISOTTO	10,00	4,00	4,00	4,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0042292	CAROLINA GRUPO CAMARA GRANADO	6,00	4,00	10,00	2,00	51,00	73,00	Ampla Concorrência
0043253	DANYELLE RAMOS LOPES LEAL GUIMARAES	6,00	4,00	10,00	4,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0043925	DIANA APARECIDA FRANCISCO DA SILVA	6,00	4,00	6,00	2,00	51,00	69,00	Ampla Concorrência
0044702	ELAINE CRISTINA PEREIRA	6,00	6,00	8,00	4,00	57,00	81,00	Ampla Concorrência
0043493	ELIANE BEDELEGUE MARTIN	4,00	4,00	8,00	4,00	51,00	71,00	Ampla Concorrência
0044613	ELIZABEL RODRIGUES DE SOUZA	6,00	2,00	6,00	2,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0043697	EMANUELY VELOZO ARAGÃO	6,00	4,00	6,00	6,00	54,00	76,00	Afrodescendente
0044424	GISLAINE CRISTINA DA SILVA PERUGINI	6,00	4,00	2,00	4,00	57,00	73,00	Ampla Concorrência
0043698	IGOR DIAS ALVES	6,00	6,00	4,00	8,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0044219	JAELYNE SUELEN DA FONSECA	6,00	4,00	6,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0044978	JAQUELINE SILVA DE LIMA DOS SANTOS	8,00	4,00	8,00	4,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0044212	JOÃO GASQUE NETO	8,00	10,00	8,00	6,00	57,00	89,00	Ampla Concorrência
0043705	JOSIANE ALINE DE OLIVEIRA BENATTI	8,00	2,00	6,00	4,00	54,00	74,00	Ampla Concorrência
0041911	LETÍCIA MACEDO GRACI	2,00	4,00	4,00	4,00	45,00	59,00	Ampla Concorrência
0042876	LILIANE MARTINS	6,00	6,00	8,00	4,00	57,00	81,00	Ampla Concorrência
0042670	LORENA BISPO DA SILVA	4,00	4,00	6,00	4,00	54,00	72,00	Ampla Concorrência
0044473	LUCIANA BOMBARDE CAVALCANTE DA SILVA	6,00	2,00	6,00	6,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
0042558	MARCOS VIEIRA BRANDAO	8,00	6,00	6,00	2,00	60,00	82,00	Afrodescendente
0044072	MARGARETH APARECIDA JULIANI PAGANINI	6,00	8,00	8,00	4,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0044643	MARIA AUGUSTA RANHE	8,00	2,00	2,00	8,00	60,00	80,00	Ampla Concorrência
0044314	MARIA DE LOURDES JOSE SCHITIKOSKI	2,00	4,00	2,00	8,00	51,00	67,00	Ampla Concorrência
0042630	MARY JANE DA SILVA DE SIQUEIRA	8,00	6,00	4,00	2,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
0043193	MISLAINE CLÉIA TORRES	2,00	2,00	6,00	6,00	51,00	67,00	Ampla Concorrência
0043419	NAYARA DE PAIVA BARBOSA DA COSTA	4,00	2,00	8,00	2,00	54,00	70,00	Ampla Concorrência
0044266	PATRICIA MIOTTO	4,00	2,00	4,00	4,00	51,00	65,00	Ampla Concorrência
0044588	ROSANA PEREIRA APOLINÁRIO	6,00	6,00	6,00	4,00	54,00	76,00	Ampla Concorrência
0044695	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	4,00	2,00	6,00	4,00	51,00	67,00	Ampla Concorrência
0043775	SANDRA REGINA ALVES MONTEIRO TOGNATO	4,00	2,00	2,00	6,00	45,00	59,00	Ampla Concorrência
0043280	SELMA CRISTINA DE SOUZA	6,00	2,00	2,00	4,00	45,00	59,00	Ampla Concorrência
0042948	TAMYRES PATRICIA VARGAS PICOLLI	6,00	4,00	4,00	4,00	51,00	69,00	Ampla Concorrência
0042959	WELLITON CELESTINO BARBOSA DA SILVA	8,00	6,00	6,00	2,00	45,00	67,00	Afrodescendente
0044862	WILLIAM DA SILVA RODRIGUES	8,00	6,00	8,00	4,00	48,00	74,00	Afrodescendente

8586 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0044558	ADÉLIA HONÓRIO	2,00	2,00	2,00	8,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0042634	ADRIELE DOS SANTOS MARTINS	4,00	2,00	4,00	5,00	48,00	63,00	Ampla Concorrência
0044658	ADRIELI VITÓRIA BATISTA DE ARAÚJO	2,00	6,00	2,00	3,00	44,00	57,00	Ampla Concorrência
0043543	ADRIELLE MARIANE DA SILVA RAMOS CORREA	4,00	4,00	6,00	8,00	52,00	74,00	Ampla Concorrência
0043710	ALANYS ANTTUNIELE RODRIGUES DOS SANTOS	6,00	2,00	8,00	7,00	52,00	75,00	Ampla Concorrência
0042644	ALESSANDRA PEREIRA DA CRUZ	2,00	6,00	4,00	5,00	44,00	61,00	Afrodescendente
0041914	ALICE APOLINÁRIO CARDOSO	6,00	2,00	6,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044441	ALICE DOS SANTOS RAMOS	4,00	4,00	4,00	4,00	44,00	60,00	Ampla Concorrência
0043954	ALINE APARECIDA TEODORO	8,00	4,00	6,00	7,00	56,00	81,00	Ampla Concorrência
0042294	ALINE FRANCIELE DE OLIVEIRA LIMA	2,00	4,00	6,00	6,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0044185	ALINE HEIDRICH SANTOS	6,00	2,00	4,00	8,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0043875	ALYCE ANNY DA SILVA	6,00	4,00	8,00	4,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0042284	AMANDA CAROLINE PONTES GUIMARÃES	0,00	6,00	2,00	5,00	44,00	57,00	Ampla Concorrência
0044365	AMANDA DOS SANTOS SOUZA	8,00	4,00	6,00	7,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
0041881	AMANDA NARCIZO LOBO DOS SANTOS	4,00	4,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043552	AMANDA RAMOS VALÉRIO	4,00	6,00	6,00	6,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042314	ANA CAROLINE SILVA DOS SANTOS	4,00	2,00	8,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0044343	ANA CLARA MARTINS DOS SANTOS	6,00	2,00	10,00	7,00	36,00	61,00	Ampla Concorrência
0043300	ANA CLÁUDIA DE MOURA LOUÇÃO	6,00	6,00	2,00	5,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0043457	ANA CLAUDIA MATOS MISALE	4,00	2,00	4,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0044591	ANA GABRIELA LOMBARDI DE MELLO CROSCATO	2,00	10,00	8,00	7,00	48,00	75,00	Ampla Concorrência
0042774	ANA GABRIELA MOURÃO DE SOUZA	6,00	2,00	6,00	6,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0043681	ANA GABRIELLY BELLAFRONTE SOUZA	4,00	4,00	6,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043415	ANA JÚLIA RODRIGUES DA SILVA LAURIANO	8,00	4,00	6,00	8,00	32,00	58,00	Ampla Concorrência
0043084	ANA JULIA SOARES ALVES	6,00	4,00	6,00	5,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0043365	ANA JULIA SOUZA DE ALMEIDA	6,00	2,00	8,00	9,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência
0042727	ANA KAROLINE CAVALCANTE GUIMARÃES	6,00	4,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0042665	ANA LAURA APARECIDA ARAGÃO DE CASTRO	0,00	4,00	6,00	7,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0043520	ANA LAURA DE TOLEDO BARROS	6,00	4,00	6,00	7,00	52,00	75,00	Afrodescendente
0042835	ANA LETICIA GONÇALVES	4,00	2,00	10,00	6,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0043486	ANA PAULA CAROLINO FLAVIO	6,00	2,00	4,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0043701	ANA PAULA GOMES	4,00	4,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0043961	ANDREA FRANCISCA DE AGUIAR LAGES	6,00	4,00	6,00	7,00	40,00	63,00	Ampla Concorrência
0043852	ANDRÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA	4,00	4,00	6,00	4,00	32,00	50,00	Afrodescendente
0044155	ANDREIA DE SOUZA CANGIRANA	2,00	6,00	4,00	4,00	44,00	60,00	Ampla Concorrência
0044332	ANDREIA DE SOUZA OLIVEIRA DA SILVA	4,00	6,00	6,00	5,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0044622	ANDRÉIA DO NASCIMENTO SALETE ROCHA	2,00	4,00	4,00	4,00	44,00	58,00	Ampla Concorrência
0042570	ANDRÉIA PATRÍCIA MONTILHA	2,00	4,00	4,00	3,00	44,00	57,00	Ampla Concorrência
0043678	ANDRÉIA PEREIRA VITOR DA CRUZ	4,00	4,00	8,00	8,00	28,00	52,00	Afrodescendente
0043768	ANDREINA MUNIZ DE SOUZA	4,00	4,00	4,00	7,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0044805	ANDRESSA AMARAL ALMEIDA	4,00	4,00	6,00	1,00	44,00	59,00	Ampla Concorrência

0044753	ANDRIELE VENTURA MARTINS	6,00	4,00	8,00	6,00	56,00	80,00	Ampla Concorrência
0042385	ANE CAROLINE TOLENTINO DE SOUZA	2,00	4,00	6,00	5,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0042909	ANGELA VERONICA SOUZA	2,00	4,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0044449	ANNA LÍVIA NUNES CHRESTANI	6,00	4,00	6,00	9,00	36,00	61,00	Ampla Concorrência
0043682	ANTONIO CESAR EVANGELISTA MENDES	2,00	4,00	4,00	5,00	36,00	51,00	Afrodescendente
0044082	ARIANE CANDIDO SALVADOR	2,00	6,00	6,00	8,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042296	ARYADNE MONTEIRO	8,00	4,00	8,00	4,00	52,00	76,00	Ampla Concorrência
0041990	ASSISVANIA REALI LEITE	6,00	2,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042625	BEATRIZ DE SOUZA DA SILVA	2,00	2,00	2,00	2,00	44,00	52,00	Ampla Concorrência
0044527	BEATRIZ GABRIELA DOS SANTOS FERREIRA	6,00	6,00	2,00	7,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0043011	BEATRIZ MARQUES GUTIERRES	6,00	2,00	4,00	7,00	52,00	71,00	Ampla Concorrência
0043616	BEATRIZ VAZ DE MIRANDA	6,00	2,00	6,00	5,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0043703	BERNARDETE DE LOURDES FRAZÃO NUNES	2,00	4,00	2,00	2,00	44,00	54,00	Ampla Concorrência
0043792	BRENDA KAMILLY SILVA SANTOS	2,00	4,00	4,00	5,00	52,00	67,00	Ampla Concorrência
0042187	BRUNA APARECIDA CAMPOS DOS SANTOS	2,00	2,00	4,00	5,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0044926	BRUNA DE OLIVEIRA VIEIRA	6,00	4,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0042154	BRUNA ELLEN DOS SANTOS DE ANDRADE	4,00	4,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043823	BRUNA RAFAELLA COMIN DA COSTA	4,00	6,00	8,00	9,00	48,00	75,00	Ampla Concorrência
0042804	BRUNNA CAROLINA DA SILVA	8,00	4,00	2,00	8,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0043756	BRUNNA CRISTHINA DOS SANTOS GUIMARAES	2,00	2,00	6,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0043991	CAMILA DANIELLE DE SOUZA FELIX	6,00	6,00	8,00	9,00	44,00	73,00	Ampla Concorrência
0043928	CAMILA DE SOUZA BENETOLLI	6,00	2,00	4,00	7,00	44,00	63,00	Ampla Concorrência
0042041	CAMILA EDUARDA DE SOUZA ZIGANTE	6,00	4,00	6,00	4,00	44,00	64,00	Ampla Concorrência
0044133	CAMILA SILVA SANTOS	4,00	6,00	2,00	6,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0042819	CARLA CAROLAINE GRAÇA DOS SANTOS	2,00	2,00	6,00	7,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0043462	CARLA DE ALMEIDA ROCHA	6,00	4,00	4,00	7,00	52,00	73,00	Ampla Concorrência
0041949	CARLA RAFAELA CARDOSO DE SOUZA PELOI	6,00	4,00	4,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0041857	CARLA VANESSA DOS SANTOS CHAVES	4,00	4,00	6,00	7,00	52,00	73,00	Ampla Concorrência
0043700	CAROLINA DE PAULA SILVA	4,00	2,00	4,00	4,00	44,00	58,00	Ampla Concorrência
0042163	CAROLINE APARECIDA MARQUES DE BRITO	8,00	2,00	4,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0042106	CASSIA NATIELI CARDOSO LIMA	8,00	6,00	4,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0043379	CHRISTYANE BATISTA DE NOVAIS PACAGNAN	4,00	2,00	8,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043916	CILNEI DE FÁTIMA HOFFMANN	8,00	2,00	6,00	6,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042531	CLAUDIA APARECIDA DE BARROS	4,00	4,00	8,00	7,00	48,00	71,00	Ampla Concorrência
0044520	CLAUDIA PEREIRA MACHADO	6,00	2,00	4,00	7,00	44,00	63,00	Ampla Concorrência
0041925	CLEIDE TAVARES	2,00	4,00	6,00	6,00	44,00	62,00	Ampla Concorrência
0042373	CLEITON DA SILVA MIRA	4,00	2,00	4,00	4,00	52,00	66,00	Afrodescendente
0043093	CRISLAINI BERTASOLI FRANCIOSI	0,00	2,00	6,00	7,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0043490	DAIANE CRISTINA FERNANDES DA CUNHA	6,00	6,00	4,00	6,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0043915	DALILA CAROLAINE DOS SANTOS	6,00	4,00	4,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0043196	DANIELA CAROLINE DA SILVA	4,00	4,00	6,00	8,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0044069	DANIELA CRUZ ANTONIO	6,00	4,00	4,00	4,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0044121	DANILO GONCALVES DA ROCHA	4,00	2,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042256	DAYANE CAROLINE ALVES DE MORAES	4,00	2,00	4,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0042929	DAYANI ANGELISTA DOS SANTOS	6,00	4,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043124	DEBORA CATHERINE FERNANDES SARACENI	8,00	2,00	6,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
0044366	DÉBORA MARA MENDES	10,00	2,00	8,00	7,00	52,00	79,00	Ampla Concorrência
0043371	DEJANILSA TAVARES SILVA DIAS DOS SANTOS	2,00	6,00	6,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0044339	DENISE BUENO RODRIGUES DE CRISTO	4,00	6,00	4,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0043921	DENISE OLIVEIRA FRANÇA PIVETA	6,00	4,00	4,00	8,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0043867	DORVALINO RIBEIRO DE ALCANTARA JUNIOR	0,00	4,00	6,00	5,00	36,00	51,00	Afrodescendente
0042887	EDINEIA MATEUS LIMA EVANGELISTA	6,00	4,00	4,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0042874	EDIVAINE EVANGELISTA TEIXEIRA	8,00	4,00	6,00	9,00	44,00	71,00	Ampla Concorrência
0041874	EDNEIA MARIA DOS SANTOS	8,00	4,00	4,00	9,00	48,00	73,00	Ampla Concorrência
0043866	ELAINA ROCHA DOS SANTOS	4,00	2,00	4,00	4,00	36,00	50,00	Afrodescendente
0042462	ELAINE CRISTINA GALINA	4,00	4,00	4,00	6,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0043948	ELAINE F XAVIER	4,00	6,00	4,00	8,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0044027	ELIANA DE OLIVEIRA	6,00	2,00	6,00	8,00	52,00	74,00	Ampla Concorrência
0041888	ELIANE ALBINO PASCUIM	6,00	4,00	4,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0042805	ELIANE DA SILVA VERGUTZ	2,00	2,00	6,00	5,00	44,00	59,00	Ampla Concorrência
0043160	ELIANE LIMA DA SILVA	4,00	4,00	6,00	7,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0043764	ELIANI PEREIRA RIBEIRO	4,00	6,00	4,00	4,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0044294	ELIS CRISTINA MARIANO	6,00	4,00	4,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0043972	ELISAMAR DIAS MEIRA MENDES	6,00	4,00	4,00	6,00	56,00	76,00	Ampla Concorrência
0044833	ELLEN CAROLINE DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS	2,00	4,00	6,00	6,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0044079	ELSA FERREIRA VIDAL DUTRA	2,00	2,00	4,00	6,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043264	EMANUELLE CAROLINA DO NASCIMENTO MOURA	8,00	4,00	6,00	7,00	36,00	61,00	Ampla Concorrência
0042054	ERICA THAYRINI PEREIRA DOS ANJOS	6,00	4,00	2,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0042738	ESTER DE ARAÚJO PINHEIRO	8,00	4,00	2,00	5,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0044932	EVELYN CAROLLAYNE DOS SANTOS DE OLIVEIRA PIRES	8,00	6,00	10,00	8,00	56,00	88,00	Ampla Concorrência
0043290	FABIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	2,00	6,00	6,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044732	FABIANE PANAZZOLO DE SOUZA	2,00	4,00	2,00	6,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043275	FATIMA ALVES	6,00	2,00	8,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0042250	FELIPE GABRIEL DOS SANTOS CHICIUC	4,00	6,00	6,00	5,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0042224	FERNANDA CARDOSO COSTA	6,00	6,00	6,00	3,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0043907	FLÁVIA PRISCILA NOGUEIRA FONSECA	8,00	6,00	6,00	7,00	40,00	67,00	Afrodescendente
0043510	FRANCIELE FORTUNATO	2,00	2,00	6,00	8,00	48,00	66,00	Ampla Concorrência
0043751	FRANCIELE SOARES DE OLIVEIRA	4,00	4,00	4,00	4,00	44,00	60,00	Ampla Concorrência
0044094	FRANCIELI QUEVEDO	6,00	4,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043845	FRANCIELLY RIBEIRO CAVALHEIRO RICOLDI	6,00	2,00	6,00	8,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
0044938	FRANCINI PALHARES MARCATO	8,00	6,00	6,00	8,00	52,00	80,00	Ampla Concorrência
0042172	GABRIEL BATISTA DE AMORIM	6,00	6,00	6,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0043591	GABRIEL CORREA OLIVA	6,00	2,00	8,00	6,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042213	GABRIELA DA SILVA DE MATOS	2,00	6,00	2,00	3,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0042257	GABRIELA MACHADO MENDES	4,00	2,00	2,00	6,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0041864	GABRIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	8,00	6,00	8,00	10,00	56,00	88,00	Afrodescendente
0044529	GABRIELLA CRISTINA DOS SANTOS REGINALDO	6,00	4,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0042895	GABRIELY LINARD HENEMAN	4,00	4,00	8,00	5,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0044462	GEICY APARECIDA DA SILVA	2,00	4,00	4,00	4,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência

0043814	GEISEBEL BARBOSA DE SOUZA	4,00	4,00	6,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044321	GEOVANA BOARO RIBEIRO	6,00	2,00	4,00	9,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0042168	GEOVANA DE BRITO ALVES FERREIRA	8,00	4,00	6,00	9,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
0042185	GEOVANA PEREIRA BARON	2,00	2,00	6,00	7,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0042378	GISELE DE SOUZA CONCEIÇÃO	2,00	6,00	4,00	9,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0043075	GISELI FRASSON FERREIRA	6,00	4,00	4,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044787	GISLENE LOPES DE MATTOS	6,00	4,00	6,00	8,00	56,00	80,00	Ampla Concorrência
0042151	GRACIELLE APARECIDA DE AZEVEDO	4,00	4,00	0,00	7,00	44,00	59,00	Ampla Concorrência
0042580	GRACIELLE FERREIRA SANTOS	6,00	2,00	4,00	6,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0044546	GRAZIELE DA SILVA SOUZA	2,00	6,00	4,00	5,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
0044211	GRAZIELE RORATO SOARES GASQUE	4,00	2,00	8,00	5,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0043805	HADASSA CAROLINE BARBOSA DONATONI LEITE	6,00	4,00	4,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0043688	HAVILLA FRANCISCA DE MELO DE SOUZA CANCIO	8,00	2,00	4,00	7,00	56,00	77,00	Ampla Concorrência
0044360	HELEN CÁSSIA DOS SANTOS FOGAÇA DE ALMEIDA	4,00	2,00	4,00	9,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0041915	HÉLEN STÉFANI DA SILVA	6,00	2,00	6,00	5,00	40,00	59,00	Ampla Concorrência
0042407	HELLEN SANCHES DA SILVA NASCIMENTO	6,00	2,00	4,00	7,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0043949	HELOÍSA DA SILVA LAGO	2,00	2,00	6,00	6,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0044419	HELOIZE FRANCIELI ZEMIANI DOS SANTOS	6,00	4,00	4,00	7,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0044135	ISABELLY RODRIGUES DE MORAIS	8,00	6,00	6,00	6,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0044233	IVANILDE RODRIGUES DA SILVA	0,00	4,00	2,00	7,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0042443	IVETH OTA RODRIGUES DE LIMA	2,00	4,00	6,00	2,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043348	IVONETE PEREIRA SABATINE	2,00	2,00	6,00	8,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0043846	JANAINA APARECIDA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	2,00	6,00	4,00	5,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0043029	JANAINA DE LIMA PEREIRA FIALHO	6,00	2,00	6,00	5,00	40,00	59,00	Ampla Concorrência
0043779	JAQUELINE BISPO	2,00	2,00	2,00	6,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência
0043668	JAQUELINE BISPO DOS REIS TIMOTEO	6,00	6,00	8,00	8,00	52,00	80,00	Ampla Concorrência
0042619	JAQUELINE DA SILVA PEREIRA	6,00	2,00	2,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0044924	JAQUELINE DE MOURA GOMES	4,00	4,00	8,00	8,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044234	JAQUELINE FRANCISCA DE MOURA DA SILVA	4,00	4,00	6,00	8,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0042726	JAQUELINE SILVA DE OLIVEIRA	4,00	4,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Afrodescendente
0042346	JAQUELINI DE ANDRADE	8,00	4,00	6,00	7,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência
0043377	JENIFER EDUARDA DOS SANTOS SILVA	4,00	6,00	6,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0042167	JESSICA CRISTINA DOS SANTOS CARLUCCI	4,00	4,00	6,00	6,00	36,00	56,00	Afrodescendente
0044000	JÉSSICA MARIA FRANCISCO DA SILVA	2,00	2,00	4,00	8,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0043232	JÉSSICA MARTINS FREITAS	8,00	4,00	4,00	8,00	32,00	56,00	Ampla Concorrência
0043339	JHENIFER BEATRIZ MENDONÇA DOS SANTOS	2,00	4,00	6,00	4,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0042979	JHENIFER DAYANE DE SOUZA	8,00	2,00	6,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
0043615	JHENIFER RAFAELI NUNES DE SOUZA	2,00	4,00	6,00	5,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0044283	JHENNIFFER REGINA ARAUJO	4,00	8,00	6,00	6,00	28,00	52,00	Ampla Concorrência
0041937	JOCIMARA MISLAINE CAMPOS RAMIRO	4,00	6,00	6,00	7,00	44,00	67,00	Ampla Concorrência
0043978	JOSÉ VENÍCIUS DE SOUZA	8,00	4,00	2,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0044587	JOSEFA GILSILVANIA ALVES DOS SANTOS	2,00	2,00	4,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0042744	JOSIANE DA CONCEIÇÃO DAVANSO	2,00	4,00	6,00	7,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0043273	JOSIANE ROSA	2,00	6,00	2,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0044997	JULIA AGULHÃO DOS SANTOS HEIDRICH SOARES	4,00	4,00	6,00	8,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
0043135	JULIA DE SOUSA FRANCO SIENA VIEIRA	4,00	4,00	2,00	7,00	52,00	69,00	Ampla Concorrência
0044455	JÚLIA GABRIELY DA SILVA SANTOS	4,00	4,00	4,00	7,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0042735	JÚLIA MELO GUILHERME	6,00	4,00	6,00	8,00	52,00	76,00	Ampla Concorrência
0043111	JULIA SANTANA MOURAO	6,00	4,00	6,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0042610	JULIANA CAJU DE ANDRADE	6,00	2,00	4,00	5,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0041967	JULIANA DA SILVA MARTINS NESPOLI	4,00	2,00	4,00	4,00	48,00	62,00	Ampla Concorrência
0044300	JULIANA DOS REIS DE CARVALHO	4,00	2,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0044621	JULIANA FERREIRA DO CARMO	6,00	2,00	6,00	4,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0044126	JULIANA ROSSI DOS SANTOS	4,00	4,00	6,00	5,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0044679	JULIANI DE OLIVEIRA DOS SANTOS	2,00	4,00	4,00	8,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0044107	JULLY RAFAELA CAVERSAN	6,00	4,00	6,00	6,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0043113	KAREN CAROLINE DE OLIVEIRA DA SILVA	6,00	6,00	6,00	8,00	44,00	70,00	Afrodescendente
0043216	KARINA BENTO DA SILVA	4,00	4,00	4,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0044083	KAROLAYNE DE OLIVEIRA DE MATTOS	4,00	2,00	0,00	4,00	44,00	54,00	Ampla Concorrência
0041924	KAROLINE CRISTINA BATISTA DA SILVA	8,00	4,00	4,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0044128	KAYKE CRIVELLI AMORIM	4,00	2,00	8,00	10,00	32,00	56,00	Ampla Concorrência
0042846	KETHELIN EDUARDA DE BRITO	4,00	2,00	4,00	7,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0043258	LAISA DO NASCIMENTO DA SILVA	2,00	4,00	4,00	4,00	48,00	62,00	Ampla Concorrência
0044515	LAISSA MUNIZ SANTOS	4,00	10,00	6,00	6,00	32,00	58,00	Ampla Concorrência
0043902	LARISSA DE QUEIROZ DANTAS SOARES	4,00	4,00	6,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0042225	LAYLA MONIC DE MATTOS EVANGELISTA	4,00	2,00	4,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0042019	LAYRA TAMIRES PONTES DE OLIVEIRA	10,00	4,00	8,00	8,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0042646	LENICE DE LIMA BALBINO DOS SANTOS	2,00	4,00	2,00	2,00	40,00	50,00	Ampla Concorrência
0043046	LETÍCIA FERREIRA DO PRADO DE SOUZA	4,00	4,00	10,00	3,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0042343	LIDIANE MAIRA LOPES	8,00	4,00	4,00	6,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042001	LIGIA DANIELA SCHMIDT	6,00	4,00	8,00	8,00	44,00	70,00	Ampla Concorrência
0043208	LIVIAN HEIDRICH DO NASCIMENTO	8,00	4,00	6,00	8,00	56,00	82,00	Ampla Concorrência
0042428	LOANA CRISTINA NEVES GREGORIO	4,00	4,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043524	LOANA REGINA LEPERES	6,00	4,00	4,00	4,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0044707	LUAN VICTOR RODRIGUES DE BARROS	10,00	2,00	8,00	8,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
0044132	LUANA BENEDITA DA CONCEICAO ARAUJO	4,00	4,00	4,00	4,00	36,00	52,00	Afrodescendente
0042020	LUANA CARDOZO DOS SANTOS	2,00	2,00	4,00	5,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0042299	LUANA DA COSTA MONTEIRO	4,00	4,00	6,00	2,00	44,00	60,00	Ampla Concorrência
0042301	LUANA DA SILVA CROSCATO	6,00	6,00	8,00	7,00	44,00	71,00	Ampla Concorrência
0042705	LUANA MACHADO BARBOSA	2,00	4,00	4,00	4,00	52,00	66,00	Ampla Concorrência
0044417	LUANA THAIS SALES DA SILVA	2,00	4,00	2,00	7,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0043134	LUANA VANESSA DE AMORIM	6,00	4,00	6,00	7,00	48,00	71,00	Ampla Concorrência
0044606	LUCIANI REGINA DE SOUZA PASTORELLO	4,00	2,00	2,00	7,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0042905	LUCINEIA DOS SANTOS ALVES	0,00	2,00	6,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0044717	LUDEMILA REGINA PICCIRILO	2,00	8,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0043345	LUZIA DOS SANTOS GONÇALES	0,00	4,00	6,00	7,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0042593	MAÍRA ALENCAR GUIMARÃES	6,00	4,00	4,00	4,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0042239	MAÍZA BRITO BEZERRA	4,00	6,00	10,00	7,00	48,00	75,00	Ampla Concorrência
0042626	MARCELA FABIANA LOPES DE ARAUJO	2,00	2,00	4,00	7,00	48,00	63,00	Ampla Concorrência

0043651	MARCIO RAFAEL FARIAS	6,00	4,00	8,00	9,00	60,00	87,00	Ampla Concorrência
0042249	MARCOS ANTONIO DA COSTA FILHO	6,00	4,00	6,00	4,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0044420	MARI SANDRA SCHMITZ BARROS	4,00	6,00	4,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044670	MARIA ANDRESSA GOMES MENEZES	8,00	2,00	6,00	5,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0044059	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ROCHA	4,00	6,00	4,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0042737	MARIA DE LOURDES CARARO	4,00	2,00	4,00	5,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0044021	MARIA EDUARDA DA SILVA	6,00	2,00	6,00	3,00	44,00	61,00	Ampla Concorrência
0043592	MARIA EDUARDA DE ARAUJO SILVA	4,00	4,00	6,00	6,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0042030	MARIA EDUARDA EDWIGES DA SILVA	8,00	2,00	4,00	8,00	52,00	74,00	Ampla Concorrência
0044141	MARIA EDUARDA MALAGUTTI CAETANO	2,00	4,00	4,00	4,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0043604	MARIA EDUARDA MARÇAL DA SILVA GARCIA	2,00	4,00	0,00	6,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência
0043863	MARIA FERNANDA BORGES LOMONTE	8,00	4,00	6,00	7,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
0042007	MARIA GABRIELA RAMOS	4,00	4,00	4,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0043728	MARIA GABRIELLA MATTOS MARTINS DOS SANTOS	6,00	4,00	6,00	6,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0042400	MARIA HELENA DE E	0,00	2,00	4,00	5,00	48,00	59,00	Ampla Concorrência
0044526	MARIA HELENA FRANCO CAMPOS	2,00	2,00	4,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0043129	MARIA ISABELI ALMEIDA	6,00	6,00	4,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0043334	MARIA LAURA GUIMARÃES RANGEL	6,00	4,00	6,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
0042947	MARIA LUCIA VIDAL VARGAS	4,00	4,00	2,00	6,00	52,00	68,00	Ampla Concorrência
0043380	MARIA MADALENA DA SILVA FILHA HEIDRICK FRANÇA	4,00	4,00	4,00	7,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
0042514	MARIANA ARAUJO FERREIRA	4,00	4,00	6,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043385	MARIANA GREGORIO DA SILVA	4,00	2,00	8,00	6,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0042064	MARIANA VICENTE LOUTARTE	2,00	6,00	4,00	3,00	44,00	59,00	Ampla Concorrência
0044215	MARIANA VITORIA BIZETTI	4,00	4,00	8,00	8,00	40,00	64,00	Ampla Concorrência
0042985	MARIANE FONSECA MARCHI	4,00	4,00	8,00	5,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
0044362	MARIANY VITÓRIA ALBUQUERQUE PEREIRA	8,00	2,00	6,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0043068	MARICEL DOMINGUEZ BENITEZ	8,00	2,00	6,00	4,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0042367	MARTA DUVOIZEM MOTTA	8,00	4,00	4,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0042389	MATHEUS NICOLETTE FERNANDES	2,00	4,00	8,00	7,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0042898	MAYSA DE ANDRADE DE SOUZA	4,00	4,00	6,00	6,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0044502	MAYSA GOOZ DE SOUZA NUNES DOS SANTOS	4,00	2,00	8,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0043001	MAYZA ESTER HILARIO DOS SANTOS	6,00	6,00	4,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0042230	MERIELLE ELAINE CLARO DE PAULA	2,00	2,00	4,00	7,00	44,00	59,00	Ampla Concorrência
0042695	MERILIN GONÇALVES MIRANDA DE OLIVEIRA	2,00	4,00	4,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0043460	MICAELA DA SILVA DE OLIVEIRA	4,00	2,00	6,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
0042140	MICHELI DOS SANTOS GOMES	4,00	4,00	6,00	5,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044874	MICHELY DOS SANTOS ANTONIO	6,00	2,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0044281	MIDIA WALDOW	2,00	2,00	8,00	3,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0042901	MILENE DE PAULA	4,00	2,00	0,00	7,00	44,00	57,00	Ampla Concorrência
0044034	MIRIÃ TAVARES LOURENÇO	4,00	4,00	4,00	7,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
0044262	MONICA CRISTINA MONTE	2,00	6,00	4,00	5,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
0041884	MÔNICA VIEIRA DUTRA	2,00	6,00	2,00	5,00	36,00	51,00	Afrodescendente
0044386	MONIQUE FRANZO	4,00	2,00	6,00	6,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0041973	NAGILA DA SILVA BRITO	4,00	4,00	10,00	5,00	48,00	71,00	Ampla Concorrência
0042903	NANDEHARA DAS GRAÇAS OLIVEIRA PAIVA SARACENI	6,00	4,00	8,00	7,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
0044388	NATALIA MORAES AMORIM	4,00	4,00	8,00	8,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0043132	NATALY CARDOSO DE MOURA	6,00	4,00	6,00	5,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0042857	NATIELE DA SILVA BRITO	2,00	8,00	8,00	6,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0042784	NEUSA PESSOA DE MORAES	2,00	6,00	4,00	5,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
0043350	ORINEIDE DE OLIVEIRA FRAGOSO	2,00	2,00	6,00	3,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0042663	PALOMA DOS SANTOS FAUSTINO	2,00	4,00	4,00	6,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0043917	PAMELA SUELLEN SALGADO SALES GREGUI	6,00	6,00	6,00	5,00	40,00	63,00	Ampla Concorrência
0044631	PATRICIA BARBOSA DA SILVA	2,00	6,00	4,00	6,00	44,00	62,00	Ampla Concorrência
0044532	PATRICIA DE ALMEIDA RODRIGUES	6,00	4,00	8,00	4,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
0043569	PATRICIA SILVA JESUS BARROS	2,00	2,00	4,00	4,00	48,00	60,00	Afrodescendente
0042219	PAULA APARECIDA LOPES GONÇALVES	2,00	2,00	2,00	5,00	44,00	55,00	Ampla Concorrência
0042295	PAULO MICHEL SILVA PORRETI	8,00	6,00	10,00	9,00	40,00	73,00	Ampla Concorrência
0044416	POLIANI CRISTINA CRISTINA FERREIRA CAVALIER	2,00	2,00	2,00	7,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
0044987	PRISCILA SANTOS	6,00	2,00	4,00	4,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0044843	QUETIALINE ARAGÃO COQUEIRO	4,00	4,00	0,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0044671	RAFAELA FERNANDES DOS SANTOS SANTANA	4,00	4,00	4,00	6,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0043832	RAFAELA LEITE DE ALMEIDA FELIPE	8,00	4,00	4,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
0043301	RAFAELA NUNES KLEIN	6,00	4,00	6,00	4,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
0042999	RAFAELLA LOPES MONTEIRO	4,00	2,00	6,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042288	RAFAELLA SILVA SARAIVA	4,00	4,00	6,00	7,00	48,00	69,00	Ampla Concorrência
0044253	RAIRA FERNANDA DE SOUZA	4,00	6,00	2,00	2,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0042875	RAÍSSA PEREIRA DA SILVA	4,00	8,00	6,00	7,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência
0044274	RENATA CECÍLIA DE SOUZA MARTINS	2,00	8,00	4,00	6,00	36,00	56,00	Afrodescendente
0044816	RENATA DE OLIVEIRA CELIO	0,00	4,00	6,00	8,00	48,00	66,00	Ampla Concorrência
0043133	RENATA FERNANDA RODRIGUES AMARAL MILANI	4,00	2,00	4,00	8,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
0043787	RENATA FERREIRA DA SILVA	0,00	4,00	4,00	4,00	48,00	60,00	Ampla Concorrência
0044580	RENATA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA	4,00	2,00	6,00	7,00	60,00	79,00	Ampla Concorrência
0044755	RONALDO MENEZES SANTOS	0,00	2,00	4,00	3,00	44,00	53,00	Afrodescendente
0042077	ROSANA BENFICA FERNANDES	6,00	6,00	4,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0044144	ROSANGELA DOMINGOS DOS SANTOS	4,00	2,00	2,00	7,00	36,00	51,00	Ampla Concorrência
0044028	ROSELI FERREIRA DE CAMPOS	2,00	4,00	4,00	6,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0042035	SANDRA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	6,00	2,00	4,00	5,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
0044458	SANDRA BORTOLUZZI	2,00	8,00	4,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
0042865	SARAÍ JIREH DELGADO GIRALDO	8,00	4,00	8,00	6,00	52,00	78,00	Ampla Concorrência
0044552	SÉRGIO HEITOR GERACINDO	8,00	8,00	10,00	5,00	28,00	59,00	Ampla Concorrência
0042741	SILVANA APARECIDA RIBEIRO	4,00	8,00	6,00	7,00	52,00	77,00	Ampla Concorrência
0041987	SILVANA NUNES MACHADO	4,00	2,00	4,00	6,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0044840	SIMEIA VALENTIM	4,00	6,00	4,00	5,00	44,00	63,00	Ampla Concorrência
0042816	SIMÔNICA DA SILVA FERREIRA HAUBT	6,00	4,00	2,00	6,00	60,00	78,00	Ampla Concorrência
0044016	STÉFHANY DE FRANÇA MOURA	6,00	2,00	6,00	8,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
0042477	SUELI TERESINHA FERREIRA	4,00	4,00	2,00	8,00	44,00	62,00	Ampla Concorrência
0044734	SUZANA ELIAS	2,00	4,00	6,00	6,00	48,00	66,00	Ampla Concorrência
0042919	TACIANE SILVA BUENO ANDRADE	6,00	2,00	4,00	9,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0042045	TAINE OLIVEIRA	4,00	4,00	8,00	7,00	44,00	67,00	Ampla Concorrência

0043943	TALITA DA SILVA COUTINHO	6,00	6,00	6,00	7,00	52,00	77,00	Ampla Concorrência
0042907	TAMARA TATIANE DE MELO OLIVEIRA	8,00	4,00	6,00	7,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
0043231	TÂNIA APARECIDA KOZAEN SOUZA	4,00	6,00	4,00	8,00	52,00	74,00	Ampla Concorrência
0042456	TANIA CRISTINA MENDES DA CRUZ	4,00	2,00	4,00	5,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
0043848	TÂNIA DOS SANTOS DE MIRA	4,00	4,00	6,00	6,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
0042071	TANIA TATIANA COLARES DE BARROS	4,00	6,00	6,00	7,00	48,00	71,00	Ampla Concorrência
0042297	TATIANA LÉA DA SILVA	8,00	2,00	8,00	8,00	44,00	70,00	Ampla Concorrência
0042004	TATIANE AQUEMI MIYADAIRA DOS SANTOS	4,00	2,00	6,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0044146	TATIANE MEDEIRO DOS SANTOS	6,00	2,00	6,00	7,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0044937	TAYNARA CAROLINE DE OLIVEIRA VIEIRA	6,00	4,00	2,00	6,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
0043810	THAINÁ RAMOS CONRADO DA SILVA	6,00	2,00	4,00	6,00	44,00	62,00	Ampla Concorrência
0043086	THAINA VITORIA DOS SANTOS	6,00	2,00	2,00	6,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0042565	THAINARA NICACIO DANTAS VIGUETTE	4,00	2,00	6,00	4,00	40,00	56,00	Ampla Concorrência
0043522	THAIS ALESSANDRA RIBEIRO DA MOTA	2,00	2,00	4,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0043327	THAIS JESUS RODRIGUES	2,00	2,00	4,00	6,00	40,00	54,00	Ampla Concorrência
0044117	THAIS MOREIRA MOURÃO	2,00	4,00	6,00	5,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
0043763	THAÍS REGINA CANDIDO DE VASCONCELOS DE ALMEIDA DA SILVA	6,00	2,00	4,00	5,00	48,00	65,00	Ampla Concorrência
0044678	THALITA FERNANDA MELO	6,00	2,00	6,00	7,00	44,00	65,00	Ampla Concorrência
0044521	THALITA MAIARA GOMES	6,00	2,00	8,00	7,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
0043148	THATIANE FRANCO DA TRINDADE GARCIA	4,00	6,00	4,00	5,00	40,00	59,00	Ampla Concorrência
0044323	TICIENE APARECIDA DA SILVA	6,00	2,00	4,00	4,00	44,00	60,00	Ampla Concorrência
0041970	VANESSA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA DOS SANTOS	4,00	2,00	8,00	9,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
0044154	VANESSA BISPO DE CAMPOS	8,00	2,00	6,00	8,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0044113	VANESSA MOREIRA DA SILVA	4,00	4,00	6,00	7,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
0044505	VANESSA MOURA COTRIN	4,00	6,00	2,00	4,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
0043368	VÂNIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	0,00	4,00	2,00	6,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência
0043480	VÂNIA FERREIRA DOS SANTOS	6,00	4,00	6,00	6,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0044461	VERONICA POSSAMAE NAKAO	6,00	6,00	4,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0043914	VITOR HUGO DE LIMA MONTEIRO DE SOUZA	6,00	4,00	4,00	8,00	40,00	62,00	Ampla Concorrência
0042729	VITÓRIA CAROLINE SILVA	6,00	4,00	6,00	7,00	44,00	67,00	Ampla Concorrência
0043630	VITORIA ELEN DE BRITO DESANOSKI	4,00	4,00	8,00	7,00	52,00	75,00	Ampla Concorrência
0044437	VITÓRIA GABRIELLI JORDÃO	2,00	2,00	4,00	6,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0043119	VITÓRIA KAROLINE DA SILVA	6,00	4,00	8,00	7,00	56,00	81,00	Ampla Concorrência
0042793	VIVIAN KARLA MOREIRA	0,00	2,00	6,00	2,00	40,00	50,00	Ampla Concorrência
0042099	VIVIANE MARQUES DOS SANTOS KRACHINSKI	0,00	2,00	4,00	8,00	56,00	70,00	Afrodescendente
0043418	WECHILIN APARECIDO SOUZA ANTUNES	8,00	2,00	6,00	8,00	28,00	52,00	Ampla Concorrência
0042651	WELLEN SUZY SAFRA DELAPORTE	6,00	4,00	8,00	7,00	48,00	73,00	Ampla Concorrência
0044317	YASMIM VITÓRIA DE ARAÚJO MARTINS ALVES	2,00	6,00	6,00	4,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência

8587 - PROFESSOR DE INGLÊS - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0043822	ALINE APDA BUENO MESTRE	6,00	2,00	6,00	6,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043306	AMANDA CARINI MESTRE VERDAM	6,00	4,00	6,00	4,00	42,00	62,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0041905	ANDREIA APARECIDA ROQUE	6,00	4,00	8,00	4,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044907	DANIEL RODRIGUES BOM TEMPO	4,00	4,00	8,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0043941	EDNA APARECIDA DE MATTOS EVANGELISTA	6,00	4,00	4,00	2,00	39,00	55,00	Ampla Concorrência
0044139	EDUARDA DE JESUS DO NASCIMENTO	8,00	2,00	6,00	2,00	54,00	72,00	Ampla Concorrência
0043588	GABRIELLE DE FATIMA DE BRITO	6,00	8,00	8,00	4,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0042922	HUGO CALIARI VELASCO	10,00	2,00	10,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0043813	JOYCE OLIVEIRA BERNARDO FERREIRA	8,00	6,00	6,00	6,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
0044463	MARIANA CRISTINA DA SILVA MACEDO	8,00	2,00	8,00	2,00	30,00	50,00	Ampla Concorrência
0042484	MARINILZA CRISTINA BOTARELI FREI	8,00	2,00	6,00	8,00	30,00	54,00	Ampla Concorrência
0043095	RAYNE KARLA DE LIMA	8,00	6,00	8,00	6,00	51,00	79,00	Ampla Concorrência
0041901	THAUANE CAROLINE FLÁVIO CARDOSO	4,00	2,00	10,00	6,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0044415	VALDEREZ DE LIMA MARTINS	4,00	4,00	4,00	8,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0044858	VALMIR LOPES DA SILVA	6,00	8,00	4,00	6,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0043757	VIVIANE DA SILVA STANCZAK	8,00	6,00	8,00	4,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência

8588 - PSICÓLOGO - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0044342	ADRYELLI SERON CAZAROTO	10,00	4,00	6,00	4,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0042563	AGNYS DA SILVA DE MENESES	4,00	4,00	6,00	6,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0044197	ALANNIS SANTOS SUGUIMOTO	6,00	8,00	8,00	4,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0043333	ANA BEATRIZ CARDOSO	6,00	4,00	8,00	4,00	33,00	55,00	Ampla Concorrência
0042081	ANA PAULA DE SOUZA SANTOS	6,00	4,00	6,00	4,00	51,00	71,00	Ampla Concorrência
0042678	ANA PRISCILA DA COSTA DOLA	8,00	4,00	8,00	2,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044883	BIANCA DE MORAES DOS SANTOS MIRANDA	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
0044686	BRUNA DA SILVA ROSSANO	8,00	6,00	10,00	10,00	45,00	79,00	Ampla Concorrência
0043324	CAREN EDUARDA SOARES BONFIM	8,00	2,00	8,00	2,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0044806	DOMINIQUE ANGELICA DOS SANTOS PASSOS	6,00	6,00	10,00	6,00	48,00	76,00	Ampla Concorrência
0041853	EMYLLY CAMILLE SANTOS MODAELLI	8,00	6,00	8,00	4,00	51,00	77,00	Ampla Concorrência
0042764	FABIANA FELIX DE OLIVEIRA	4,00	6,00	6,00	2,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
0044204	FERNANDA GOMES SENTONE	6,00	6,00	6,00	2,00	54,00	74,00	Ampla Concorrência
0043203	FLAVIA EDUARDA DE AZEVEDO MINHONI	6,00	8,00	8,00	6,00	45,00	73,00	Ampla Concorrência
0043219	GABRIEL FELIPE FERNANDES	6,00	4,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0044400	GABRIEL PHILLIPE SILVA DA ROCHA	4,00	6,00	8,00	4,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0042555	GABRIELA NEVES DA SILVA	6,00	8,00	6,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0042589	GIOVANA MOREIRA DOS SANTOS SOUZA	6,00	6,00	8,00	2,00	51,00	73,00	Ampla Concorrência
0044848	GIOVANA PAIVA MARTINEZ	4,00	4,00	8,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043215	GIOVANNA CRISTINA FERREIRA SILVÉRIO	6,00	2,00	8,00	6,00	51,00	73,00	Ampla Concorrência
0041870	GIOVANNA FIRMINO MORENO	6,00	2,00	8,00	4,00	51,00	71,00	Ampla Concorrência
0044137	GUILHERME NOBREGA COSTA	6,00	10,00	10,00	4,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0044122	HUMBERTO JUNIOR GARCIA DE LIMA	8,00	8,00	8,00	2,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044448	ISABELA LEITE PAPAITE	8,00	2,00	6,00	4,00	51,00	71,00	Ampla Concorrência
0043295	ISABELLA SILVA NOVAKOSKY	10,00	6,00	10,00	4,00	48,00	78,00	Ampla Concorrência
0043456	ISADORA ALVES BATISTA	6,00	2,00	8,00	6,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0043839	JAQUELINE FELIX DE SOUSA	6,00	6,00	6,00	2,00	42,00	62,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0043893	JAQUELINE KAUANE GRECCO	8,00	10,00	8,00	4,00	45,00	75,00	Ampla Concorrência

0044291	JHENYFEER APARECIDA BATISTA POLONIO	6,00	2,00	8,00	2,00	36,00	54,00	Afrodescendente
0045012	JOÃO EDUARDO CORDEIRO PEREIRA	6,00	2,00	10,00	6,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0044307	JOÃO VITOR MORAES DE SOUZA PRETO	6,00	6,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0042344	JULIA LEAL HYPOLYTI	6,00	2,00	2,00	4,00	48,00	62,00	Ampla Concorrência
0044810	KAMILLE BAHIA LOPES	4,00	6,00	10,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0044760	KAYSA GUIMARÃES DA SILVA	10,00	4,00	8,00	6,00	42,00	70,00	Ampla Concorrência
0044542	LAIS FERNANDA DA SILVA	6,00	2,00	8,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0041835	LAIS ZETOLIS BARBA	6,00	2,00	8,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043609	LARA FABIA DOS SANTOS PROSDOCIMO	6,00	2,00	8,00	4,00	39,00	59,00	Ampla Concorrência
0042208	LAURA SENSATO PASTI MENGUE	8,00	6,00	8,00	8,00	39,00	69,00	Ampla Concorrência
0043218	LIVIA MARIA CAVALCANTI FERREIRA	10,00	4,00	8,00	8,00	51,00	81,00	Ampla Concorrência
0044808	LUANA CAROLINI DELAMURA PEREIRA	6,00	4,00	8,00	2,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0043874	LUCAS SHIGUEO ZAMA HAGUIHARA	6,00	8,00	8,00	4,00	39,00	65,00	Ampla Concorrência
0042981	LUCAS YUJI CALIXTO YOKOYAMA	10,00	10,00	8,00	6,00	57,00	91,00	Ampla Concorrência
0043642	LUISA BERTI FIORIN	8,00	8,00	8,00	8,00	60,00	92,00	Ampla Concorrência
0044779	MARCIO MARQUES	6,00	6,00	8,00	6,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0043051	MARIA EDUARDA DO BANHO OLIVEIRA	6,00	4,00	8,00	4,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0044433	MARIANA CUARELI FELIX SANTOS	6,00	2,00	6,00	6,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0042978	MARIANA DE LIMA BENESCIUTTI	6,00	6,00	8,00	4,00	54,00	78,00	Ampla Concorrência
0042181	MARIANA HONORATO DA SILVA	6,00	4,00	6,00	4,00	42,00	62,00	Ampla Concorrência
0043483	MARIBEL TARGA	6,00	6,00	10,00	4,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0043532	MAURICIO PINHEIRO DE JESUS JUNIOR	8,00	4,00	6,00	6,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0041909	MAYARA ARAÚJO TEXEIRA	8,00	2,00	10,00	4,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0043204	NATÁLIA BRISCHILIARI	10,00	2,00	8,00	4,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0041941	NATALIA STOFALETE	6,00	2,00	8,00	2,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0042467	NATHIELY ARAUJO CABRAL CIPRIANO	4,00	8,00	6,00	4,00	48,00	70,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0044057	NAYLA NOGUEIRA RODRIGUES	6,00	4,00	4,00	2,00	42,00	58,00	Ampla Concorrência
0045013	NIKIELE CÁSSIA DA SILVA	6,00	6,00	8,00	6,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0041961	PALOMA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA	6,00	4,00	8,00	6,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0043927	RAFAELA DE SOUZA SILVA ANTONIO	6,00	4,00	8,00	4,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
0044578	RAIRA FRANCISQUINI DA MOTA	4,00	6,00	6,00	4,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0043071	SABRINA EDDY BATISTUSSI	6,00	4,00	8,00	6,00	51,00	75,00	Ampla Concorrência
0044948	SIMONE RODRIGUES DE SOUSA	10,00	2,00	4,00	4,00	45,00	65,00	Ampla Concorrência
0043512	SOPHIA AYUMI KATO PACAGNAN	8,00	2,00	10,00	6,00	42,00	68,00	Ampla Concorrência
0043877	STÉFANY ANTUNES DE ALMEIDA	6,00	10,00	8,00	8,00	51,00	83,00	Ampla Concorrência
0041917	SUZANA APARECIDA DOS SANTOS	6,00	6,00	4,00	2,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0044812	TAMIRIS TOMILHEIRO PEREIRA	4,00	4,00	10,00	2,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
0042463	THAIS LUARA TESKE	6,00	6,00	8,00	4,00	33,00	57,00	Ampla Concorrência
0044617	VANESSA RAYANE MACEDO DA CRUZ	8,00	6,00	8,00	6,00	39,00	67,00	Ampla Concorrência
0043211	WALLÉRYA AYARDES MENDES VALERIANO	6,00	4,00	10,00	4,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência
0044790	WILLIAN HELDER GEBAUER JUNIOR	8,00	10,00	8,00	4,00	60,00	90,00	Ampla Concorrência
0044825	YAN PATRICK MERHET PADILHA	6,00	6,00	8,00	4,00	39,00	63,00	Ampla Concorrência

8589 - PSICOPEDAGOGO - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0044568	ALINE ALVES LUSTOSA	4,00	4,00	8,00	2,00	51,00	69,00	Ampla Concorrência
0042002	ALYSSON RAFAEL RIBEIRO DE PONTES	6,00	2,00	8,00	2,00	57,00	75,00	Ampla Concorrência
0044555	ANA PAULA GASTALDON FAGUNDES SANTOS	6,00	10,00	8,00	8,00	57,00	89,00	Ampla Concorrência
0044263	BRUNA FARIA FÁVARO CARLIS	6,00	8,00	8,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044788	BRUNA RAFAELA LUCIO HONORATO	8,00	4,00	8,00	8,00	57,00	85,00	Ampla Concorrência
0043170	EDILMA DE ALMEIDA CARDOSO	6,00	4,00	8,00	6,00	45,00	69,00	Ampla Concorrência
0044775	GEOVANA DE JESUS GRACI	6,00	4,00	4,00	4,00	54,00	72,00	Ampla Concorrência
0044200	HIAGO HENRIQUE DA SILVA	4,00	4,00	8,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0044886	HUGO BUENO FRANCO	6,00	4,00	8,00	4,00	60,00	82,00	Ampla Concorrência
0044063	INGRID EMANUELLE DE SOUZA RODRIGUES	6,00	4,00	8,00	8,00	48,00	74,00	Ampla Concorrência
0044735	IRIS NÉIA MOTA DA SILVA MARQUES	8,00	4,00	8,00	2,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0043526	KAMILA LAUANE KRACHINSKI BEZERRA	4,00	4,00	8,00	2,00	51,00	69,00	Ampla Concorrência
0042374	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	2,00	4,00	6,00	6,00	54,00	72,00	Ampla Concorrência
0042643	PAULA RAFAELA DOS SANTOS MELO	4,00	2,00	6,00	2,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
0042509	RUBIA SANTANA MOURAO	6,00	4,00	10,00	2,00	54,00	76,00	Ampla Concorrência
0044052	SILMARA DAS GRAÇAS SILVA NOVAKOSKY	6,00	2,00	8,00	2,00	54,00	72,00	Afrodescendente
0044945	VALDIRENE APARECIDA AVANCINI DIAS	8,00	4,00	4,00	6,00	42,00	64,00	Ampla Concorrência
0044583	WELLEN KATLYNN APARECIDA DA SILVA MARIANO	8,00	4,00	8,00	2,00	39,00	61,00	Ampla Concorrência
0041892	WHALLIDY MICHEL NASSER BORGES	4,00	2,00	8,00	2,00	51,00	67,00	Ampla Concorrência

8590 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0043726	ANA CLAUDIA DE FARIA PALHÃO	8,00	8,00	8,00	8,00	54,00	86,00	Ampla Concorrência
0044835	ANNA CAROLINA PEREIRA JAVORSKI	6,00	4,00	8,00	6,00	48,00	72,00	Ampla Concorrência
0043198	BEATRIZ MARIA PETERLINI	4,00	2,00	8,00	2,00	48,00	64,00	Ampla Concorrência
0044105	CIRLEY PIRASA	4,00	4,00	8,00	4,00	48,00	68,00	Ampla Concorrência
0041952	CRISLAINE CASSIA ROSA	8,00	4,00	8,00	2,00	45,00	67,00	Ampla Concorrência
0043206	ELAINE NOGUEIRA	4,00	8,00	6,00	2,00	60,00	80,00	Ampla Concorrência
0043896	EZEQUIAS ALVES DA SILVA	10,00	6,00	6,00	4,00	45,00	71,00	Ampla Concorrência
0044326	FABIANE DE LAMA	4,00	6,00	4,00	4,00	45,00	63,00	Ampla Concorrência
0042494	HELEN RENALI DE SANTANA OLIVEIRA	6,00	2,00	8,00	2,00	42,00	60,00	Ampla Concorrência
0044042	VALQUIRIA MARCON PERES DE SOUZA	6,00	2,00	6,00	8,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
0042854	VÂNIA CRISTINA PEREIRA ALVES	4,00	2,00	6,00	4,00	39,00	55,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C73197D3

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO II - PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL MÉDIO TARDE			
CARGO	**N.º QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**

Professor de Educação Infantil	10	Erro de formulação de questão, uma vez que o enunciado apresenta erro conceitual.	Questão Anulada
	21	Erro de digitação de gabarito, uma vez que a alternativa correta para essa questão é a letra (D).	Gabarito Alterado

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL SUPERIOR			
CARGO	**N.º QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Assistente Social	10	Erro de formulação, uma vez que a questão apresenta mais de uma alternativa correta.	Questão Anulada
Auditor Fiscal da Receita Municipal Cirurgião Dentista Endodontista Contador Dentista Engenheiro Ambiental Engenheiro Civil Farmacêutico Fonoaudiólogo Médico Auditor Médico com Especialização em Saúde Mental Médico do SAD 20h Médico Generalista Pedagogo Social Professor de Inglês Psicólogo Psicopedagogo Terapeuta Ocupacional	20	Erro de formulação, uma vez que a questão não apresenta alternativa correta.	Questão Anulada

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
CARGO	**N.º QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Médico Generalista	21	Erro de formulação, uma vez que a questão versa sobre conteúdo além do estipulado em edital.	Questão Anulada
	22	Erro de formulação, uma vez que a questão versa sobre conteúdo além do estipulado em edital.	Questão Anulada
	32	Erro de digitação de gabarito, uma vez que a alternativa correta para essa questão é a letra (A).	Gabarito Alterado
Psicólogo	38	Erro de formulação, uma vez que a questão apresenta mais de uma alternativa correta.	Questão Anulada

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5F136048

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO I - GABARITO DEFINITIVO

8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
01: B	02: C	03: B	04: A	05: C	06: D	07: D	08: E	09: B	10: A
11: E	12: D	13: C	14: B	15: A	16: B	17: E	18: E	19: D	20: E
21: C	22: B	23: E	24: B	25: D	26: D	27: A	28: E	29: E	30: D
31: A	32: E	33: A	34: B	35: A	36: E	37: C	38: D	39: A	40: E
8593 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS									
01: B	02: C	03: B	04: A	05: C	06: D	07: D	08: E	09: B	10: A
11: E	12: D	13: C	14: B	15: A	16: B	17: E	18: E	19: D	20: E
21: C	22: B	23: E	24: B	25: D	26: C	27: D	28: C	29: X	30: B
31: B	32: A	33: A	34: E	35: B	36: E	37: A	38: B	39: B	40: X

X - Questão Anulada.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:EE8DE8AC

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO III - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - JARDIM UNIVERSITÁRIO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
20260742465	BRUNO HENRIQUE CREMA DE MAIO	2,00	6,00	10,00	8,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
20260742406	CAMILA DE SOUZA RODRIGUES	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
20260642178	EVERTON WESLEY PEREIRA	4,00	4,00	8,00	8,00	28,00	52,00	Ampla Concorrência
20260642058	JAMILE TAISA DE QUEIROZ	4,00	6,00	6,00	10,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
20260742372	MARIA CLARA FERREIRA CAVALIER	8,00	8,00	8,00	6,00	24,00	54,00	Ampla Concorrência
20260642160	MARIANA MARQUES	6,00	8,00	8,00	10,00	28,00	60,00	Ampla Concorrência
20260641905	MEIRIELEN DUVOIZEM MOTTA	6,00	8,00	8,00	10,00	28,00	60,00	Ampla Concorrência
20260641848	TAINARA DOS SANTOS DE LIMA	0,00	2,00	8,00	7,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
20260642002	THAIS BRUNA MARTINS DA SILVA	2,00	4,00	6,00	7,00	40,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742425	VALÉRIA SEDREZ DA CRUZ BUSO	4,00	8,00	8,00	8,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VILA GUAIRA								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
20260742349	ADRIEL DA TRINDADE PACANHAN	4,00	6,00	10,00	10,00	24,00	54,00	Ampla Concorrência
20260642100	ANTONY GABRIEL DA SILVA XAVIER	4,00	0,00	10,00	7,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742432	ARACELLY PEREIRA DE MORAES	2,00	0,00	6,00	8,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
20260742299	ELIANE DUARTE DA SILVA	6,00	4,00	6,00	10,00	32,00	58,00	Ampla Concorrência
20260742430	JÉSSICA DE FREITAS PROCÓPIO	6,00	4,00	8,00	9,00	28,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742456	JOSÉ HENRIQUE	4,00	4,00	10,00	8,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
20260642005	MARIANA EVANGELISTA MACHADO	6,00	6,00	10,00	7,00	24,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742346	MONICA CRISTINA TEXEIRA DE SOUZA DA CRUZ	2,00	2,00	4,00	9,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742500	NATALIA ANDRESSA PIRES GUEZZI	2,00	2,00	6,00	9,00	40,00	59,00	Ampla Concorrência
20260641916	SIMONE APARECIDA TORRES BISPO	10,00	6,00	8,00	10,00	36,00	70,00	Ampla Concorrência
20260742315	VANESSA FRANÇA SALGADO CASTILLO	8,00	4,00	6,00	8,00	24,00	50,00	Ampla Concorrência
8593 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - GOIOERE								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
20260642067	ADELITA APARECIDA MARTINS DA SILVA	6,00	4,00	4,00	8,00	28,00	50,00	Ampla Concorrência
20260641953	ADRIANO LOMBARDI	8,00	6,00	4,00	10,00	40,00	68,00	Ampla Concorrência
20260641986	ALEQSSANDRA MACHADO DO NASCIMENTO	0,00	6,00	6,00	8,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência

20260642183	ANA CRISTINA MIRANDA CARAVELLO	2,00	0,00	6,00	9,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
20260742405	ANA FLAVIA MEIRA DA COSTA	4,00	6,00	10,00	9,00	28,00	57,00	Ampla Concorrência
20260742374	ANA ROSA MUNIZ DOS REIS	4,00	2,00	8,00	9,00	40,00	63,00	Ampla Concorrência
20260641963	ANDERSON DE ASSIS ADRIANO	2,00	2,00	8,00	10,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
20260641944	ANDRE APARECIDO NEVES GONÇALVES	6,00	2,00	6,00	8,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência
20260642038	ANDRESSA DE SANTANA NUNES	4,00	6,00	8,00	8,00	40,00	66,00	Ampla Concorrência
20260641962	ANDREW LUCA COSTA NOGUEIRA	8,00	6,00	10,00	7,00	40,00	71,00	Ampla Concorrência
20260642191	ANIELE MONIQUE DE OLIVEIRA ALVES	4,00	2,00	6,00	8,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742336	ANNE KAROLINE LOPES CASTRO	2,00	0,00	10,00	9,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
20260641972	AYRTON SENNA VAN DAL LIMA	8,00	6,00	8,00	9,00	48,00	79,00	Ampla Concorrência
20260742443	BRENO DE LIMA DE OLIVEIRA	6,00	4,00	8,00	9,00	44,00	71,00	Ampla Concorrência
20260742514	BRUNA CRISTINA SANTOS MAIA	0,00	2,00	10,00	8,00	32,00	52,00	Ampla Concorrência
20260742274	BRUNA OLIVEIRA SANTOS	4,00	2,00	8,00	9,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742474	CAMILA APARECIDA DA SILVA PIMENTEL	6,00	4,00	4,00	10,00	32,00	56,00	Ampla Concorrência
20260642069	CAMILLE VITORIA FURQUIM COSTA	4,00	2,00	6,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
20260642180	CAMILLI VITORIA DOS SANTOS NIRO	8,00	6,00	10,00	9,00	40,00	73,00	Ampla Concorrência
20260742368	CARLOS EDUARDO RIBEIRO FRAILE	4,00	8,00	8,00	8,00	32,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742435	CARLOS EDUARDO TEODORO MENDES	4,00	6,00	10,00	5,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
20260641871	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	2,00	4,00	8,00	8,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
20260641847	CAROLINE DE OLIVEIRA NUNES MACHADO	6,00	0,00	8,00	9,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742455	CASSIA CRISTINA BONDEZAN BARBOSA DOS SANTOS	6,00	0,00	4,00	9,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742515	CÉSAR AUGUSTO PICCO	4,00	0,00	10,00	9,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742350	CESAR SANTOS DE SOUZA	6,00	6,00	8,00	10,00	28,00	58,00	Ampla Concorrência
20260742250	CLEBER CLEITON FERREIRA	2,00	0,00	6,00	8,00	36,00	52,00	Ampla Concorrência
20260742375	CLÉIA ROCHA BARRETO	2,00	2,00	4,00	9,00	44,00	61,00	Afrodescendente
20260642166	CRISTIANO PACAGNAN	4,00	6,00	10,00	7,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
20260642024	CRISTIANO SANTANA BORGES	4,00	2,00	4,00	8,00	44,00	62,00	Afrodescendente
20260642126	DAMARES VALÊNCIO DA SILVA	2,00	4,00	6,00	9,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742316	DANILO IZIDORIO SOARES	2,00	4,00	6,00	9,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
20260742321	DIEGO MATEUS FAVARAO RODRIGUES	2,00	2,00	8,00	7,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742358	EDIVALDO DA SILVA PORTO	2,00	2,00	8,00	7,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
20260642103	EDSON BALBINO DOS SANTOS	4,00	6,00	10,00	9,00	44,00	73,00	Ampla Concorrência
20260641870	EDSON MARTIN VIEIRA	10,00	10,00	10,00	10,00	32,00	72,00	Ampla Concorrência
20260642095	EDUARDO MONTEIRO DOS SANTOS	4,00	6,00	10,00	10,00	40,00	70,00	Ampla Concorrência
20260742273	ELIO HENRIQUE OROIDES	4,00	6,00	8,00	10,00	28,00	56,00	Ampla Concorrência
20260641894	EMILLY FERNANDA HERNANDES DA SILVA	6,00	8,00	8,00	9,00	36,00	67,00	Ampla Concorrência
20260641853	ESTHEFANY ELIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	2,00	0,00	6,00	7,00	40,00	55,00	Ampla Concorrência
20260641922	EVANDERSON RODRIGUES FLORENTINO	4,00	2,00	10,00	7,00	36,00	59,00	Afrodescendente
20260641934	EVELIN CAROLINE CORDEIRO FONSECA	6,00	6,00	6,00	9,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
20260642221	FABIANA VIEIRA DE SOUZA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	2,00	0,00	4,00	8,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
20260642042	FRANCO PEREIRA HOFFCHNEIDER	4,00	6,00	10,00	10,00	44,00	74,00	Ampla Concorrência
20260641854	GABRIEL BRANDÃO MARTHOS	2,00	2,00	4,00	5,00	40,00	53,00	Ampla Concorrência
20260641931	GABRIEL OZIAS DA SILVA	4,00	4,00	10,00	8,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
20260642004	GABRIEL RUFINO DOS SANTOS	4,00	4,00	8,00	8,00	32,00	56,00	Ampla Concorrência
20260742268	GABRIELI MEIRA DOS SANTOS DA SILVA	8,00	0,00	4,00	9,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
20260641994	GABRIELLY DE LIMA DAMASCENO	4,00	2,00	4,00	9,00	48,00	67,00	Ampla Concorrência
20260641878	GEIZIANE APARECIDA DA SILVA	8,00	10,00	10,00	9,00	36,00	73,00	Ampla Concorrência
20260742411	GISLAINE PEREIRA DOS SANTOS GROPO	4,00	2,00	10,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742328	GISLAINE RUIZ	2,00	4,00	6,00	9,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742319	GUILHERME DOS SANTOS DE OLIVEIRA	6,00	6,00	10,00	9,00	40,00	71,00	Ampla Concorrência
20260742428	GUILHERME MENDONCA DA COSTA	0,00	6,00	10,00	9,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência
20260641884	GUILHERME RIBEIRO DE OLIVEIRA	0,00	6,00	8,00	8,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
20260742494	GUSTAVO AZEVEDO DE ASSIS	4,00	2,00	6,00	9,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
20260642029	HECTOR LUIGI DE OLIVEIRA LEONI	6,00	4,00	10,00	9,00	28,00	57,00	Ampla Concorrência
20260642064	IGOR EDUARDO DA SILVA LIMA	6,00	4,00	10,00	9,00	24,00	53,00	Ampla Concorrência
20260641917	IGOR EMANOEL CLARO DE MEDEIROS	6,00	6,00	10,00	10,00	40,00	72,00	Ampla Concorrência
20260642017	ISABELA DOS SANTOS TENORIO CAVALCANTE	6,00	4,00	8,00	9,00	28,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742422	ISRAEL ASSUNÇÃO CANCIO	8,00	4,00	10,00	10,00	32,00	64,00	Ampla Concorrência
20260742418	JEAN MARLON PAIVA JUNIOR	4,00	4,00	8,00	6,00	32,00	54,00	Ampla Concorrência
20260742462	JESSICA ANDREIA RODRIGUES	2,00	6,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
20260742438	JÉSSICA ANDRESSA DE MACEDO CAVALCANTI	6,00	0,00	6,00	10,00	28,00	50,00	Ampla Concorrência
20260642079	JESSICA CRISTINA DE OLIVEIRA PIVETA	6,00	2,00	10,00	9,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
20260742248	JHONNY CESAR MATTOS DE OLIVEIRA	6,00	4,00	6,00	8,00	32,00	56,00	Ampla Concorrência
20260642215	JOANEIDE OLIVEIRA DE SOUZA	10,00	4,00	8,00	8,00	44,00	74,00	Ampla Concorrência
20260642107	JOÃO VICTOR DE SOUZA	2,00	4,00	10,00	8,00	28,00	52,00	Ampla Concorrência
20260742452	JONATHAN FERREIRA DE SOUZA GOMES	4,00	6,00	6,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260641844	JOSÉ VINICIUS DE OLIVEIRA PINHEIRO	2,00	6,00	8,00	7,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
20260742360	JUCILENE PEREIRA RIBEIRO	4,00	4,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
20260742279	JULIANA MIGUEL DA SILVA GONÇALVES	6,00	2,00	8,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
20260641897	JULIANA TOLENTINO DE SOUZA	4,00	0,00	6,00	9,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
20260642195	KAMILLE DAIRIS DOS SANTOS ROCHA	10,00	2,00	10,00	8,00	28,00	58,00	Ampla Concorrência
20260642105	KAREN DE SOUSA GIMENES	6,00	4,00	10,00	7,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
20260742489	KAUAN HENRIQUE MAIA DA SILVA	4,00	8,00	8,00	9,00	44,00	73,00	Ampla Concorrência
20260742313	KETHELIN CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS	4,00	2,00	8,00	7,00	36,00	57,00	Ampla Concorrência
20260642047	KETHELYN JULIA DE SOUZA DA ROCHA	2,00	0,00	8,00	9,00	32,00	51,00	Ampla Concorrência
20260641985	KEZIANE FRANCIELE SHIMIZU RAVEDUTTI DANIEL	6,00	2,00	4,00	8,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
20260642025	KLAUTIELLY MELO DA ROSA	2,00	0,00	6,00	6,00	36,00	50,00	Ampla Concorrência
20260641952	LARISSA CAROLINE CARDOSO	2,00	2,00	10,00	7,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260641927	LEONARDO DA SILVA DOS SANTOS	2,00	6,00	10,00	8,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
20260641998	LILIAN MARTINEZ DA SILVA	4,00	0,00	10,00	8,00	36,00	58,00	Ampla Concorrência
20260742388	LUAN GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	4,00	2,00	10,00	8,00	40,00	64,00	Ampla Concorrência
20260742363	LUANA MAIA DA SILVA	4,00	0,00	6,00	8,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
20260742304	LUANA VITÓRIA DOS SANTOS DE LEMOS	6,00	2,00	10,00	8,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
20260641841	LUCAS DA SILVA SOBRINHO	6,00	4,00	10,00	7,00	40,00	67,00	Ampla Concorrência
20260742291	LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA ALVES	4,00	4,00	10,00	10,00	40,00	68,00	Ampla Concorrência
20260742318	LUCAS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	4,00	6,00	10,00	8,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
20260641898	LUCAS PEREIRA ALVES	4,00	4,00	6,00	9,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
20260742241	LUCILEIDE ALVES PEREIRA MOREIRA	6,00	6,00	8,00	8,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
20260642037	LUZIA MENEZES DE SOUZA	8,00	0,00	8,00	9,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência

20260742482	MAIARA FERNANDA BEZERRA	4,00	2,00	10,00	10,00	32,00	58,00	Ampla Concorrência
20260641849	MARCIO DA SILVA CLARO	4,00	0,00	8,00	8,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742403	MARCO ANTONIO PAES DE PROENÇA	4,00	2,00	6,00	9,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260642170	MARCOS ANDRE SCHIMIT LOPES	4,00	2,00	10,00	9,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
20260742256	MARIA APARECIDA FONSECA MARCHI	2,00	2,00	6,00	8,00	36,00	54,00	Ampla Concorrência
20260641882	MARIANA RODRIGUES	4,00	2,00	8,00	9,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
20260641946	MAYCON MIGUEL DOS SANTOS	2,00	2,00	6,00	7,00	36,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742298	MICHELINE NEGRAO ALVES DESANOSKI	2,00	0,00	8,00	8,00	32,00	50,00	Ampla Concorrência
20260642119	MICHELLE CRISTINA DA SILVA	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742355	MOISES VILAS JUNIOR	4,00	4,00	8,00	9,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
20260641996	MONICA SALES RODRIGUES	8,00	4,00	6,00	8,00	36,00	62,00	Ampla Concorrência
20260641956	MURILLO SIMÕES FERREIRA	10,00	8,00	10,00	9,00	44,00	81,00	Ampla Concorrência
20260641973	NADIA CLAUDIA AMANCIO DA SILVA	4,00	6,00	8,00	10,00	36,00	64,00	Ampla Concorrência
20260742272	NATALIA BEATRIZ SILVA MENDES	6,00	8,00	8,00	9,00	36,00	67,00	Ampla Concorrência
20260641863	NATHALIA LOPES CHAVES	2,00	6,00	6,00	9,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742294	PATRÍCIA DOS SANTOS EVANGELISTA	0,00	4,00	8,00	10,00	28,00	50,00	Ampla Concorrência
20260641975	PAULA KAMILY CABRAL DA SILVA	6,00	8,00	10,00	7,00	36,00	67,00	Ampla Concorrência
20260642140	PAULO ALEXANDRE DA SILVA	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742390	PAULO ANTÔNIO EMANUEL DOS SANTOS ANTÔNIO	4,00	8,00	6,00	8,00	28,00	54,00	Ampla Concorrência
20260742446	PAULO FERNANDO DA FONSECA FOGAÇA DE ALMEIDA	4,00	8,00	10,00	10,00	44,00	76,00	Ampla Concorrência
20260641867	PAULO ROSTAN DA SILVA JUNIOR	2,00	0,00	6,00	9,00	40,00	57,00	Ampla Concorrência
20260742323	PRICILA PEREIRA BARAUS	6,00	4,00	10,00	9,00	36,00	65,00	Ampla Concorrência
20260742345	PRICILA VELOZO DE MIGUEL	6,00	8,00	6,00	8,00	24,00	52,00	Ampla Concorrência
20260742522	PRISCILA APARECIDA VIEIRA	2,00	6,00	8,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260642039	RAIANE ALVES DA SILVA LEINAT	4,00	2,00	10,00	7,00	36,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742265	RAQUEL BUENO CAVALCANTI FERREIRA	6,00	6,00	8,00	9,00	36,00	65,00	Ampla Concorrência
20260642225	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	2,00	2,00	10,00	8,00	48,00	70,00	Ampla Concorrência
20260742343	ROGERIO DA SILVA	6,00	2,00	6,00	10,00	40,00	64,00	Ampla Concorrência
20260641981	ROSANA BLASQUI DA COSTA	2,00	6,00	4,00	8,00	36,00	56,00	Ampla Concorrência
20260742247	ROSANA ROCHA DE MOURA	4,00	6,00	6,00	9,00	44,00	69,00	Ampla Concorrência
20260742431	ROSANGELA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	4,00	2,00	8,00	9,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260641912	RUAN FELIPE DA ROCHA CIRIACO	8,00	2,00	8,00	9,00	36,00	63,00	Ampla Concorrência
20260641940	SABRINA STEFANI PAULINA DE CARVALHO	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742322	SABRYNA CAVALCANTE DA SILVA	2,00	2,00	6,00	9,00	36,00	55,00	Ampla Concorrência
20260742518	SIRLENE MARIA MARQUES	4,00	4,00	8,00	7,00	32,00	55,00	Ampla Concorrência
20260642094	SUELI NUNES MACIEL	4,00	2,00	4,00	10,00	40,00	60,00	Ampla Concorrência
20260742471	TAMARA DE SÁ DA SILVA	6,00	2,00	6,00	7,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
20260642034	TEREZINHA APARECIDA CARDOSO	6,00	4,00	6,00	7,00	40,00	63,00	Ampla Concorrência
20260641949	THAIS DE SOUZA DOS SANTOS	6,00	4,00	6,00	9,00	40,00	65,00	Ampla Concorrência
20260742444	THIAGO H SILVA	4,00	2,00	10,00	9,00	28,00	53,00	Ampla Concorrência
20260742427	TLEYCE NATTANA CRYS RIBEIRO BATISTA DE MELO	6,00	0,00	10,00	9,00	32,00	57,00	Ampla Concorrência
20260641999	URIEL AUGUSTO TOLENTINO	6,00	4,00	10,00	10,00	32,00	62,00	Ampla Concorrência
20260642060	VALDINEIA DOS SANTOS FELISMINO	2,00	2,00	8,00	9,00	40,00	61,00	Ampla Concorrência
20260642182	VALERIA SOARES MARSAL	4,00	2,00	8,00	9,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
20260742267	VERONICA MEIRA DOS SANTOS DA SILVA	2,00	2,00	6,00	8,00	40,00	58,00	Ampla Concorrência
20260641885	VINICIUS DA SILVA BARBOSA	8,00	4,00	10,00	9,00	40,00	71,00	Ampla Concorrência
20260742457	VINICIUS GABRIEL AGNELO DA SILVA	6,00	2,00	8,00	7,00	28,00	51,00	Ampla Concorrência
20260642015	VINICIUS OLIVEIRA CASTRO	2,00	4,00	10,00	8,00	44,00	68,00	Ampla Concorrência
20260742347	VITÓRIA DA SILVA DOS SANTOS	4,00	8,00	8,00	9,00	32,00	61,00	Afrodescendente
20260642011	VITÓRIA DE OLIVEIRA DA SILVA	2,00	2,00	8,00	9,00	32,00	53,00	Ampla Concorrência
20260641881	VITÓRIA GABRIELY DE MORAES DOS SANTOS	4,00	10,00	8,00	9,00	28,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742464	YAGO ANDRÉ FERNANDES DA SILVA DOS REIS	4,00	8,00	8,00	7,00	32,00	59,00	Ampla Concorrência
20260742334	YASMIN CRISTINA ROCHA DE LIMA	2,00	4,00	6,00	7,00	44,00	63,00	Ampla Concorrência
20260642133	YURI PONTES DA CONCEICAO	6,00	0,00	6,00	10,00	44,00	66,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:9DA6CEBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DE DESLIGAMENTOS E CONTRATAÇÕES CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ
REFERÊNCIA: AGOSTO 2026 – Nº 08

DESLIGAMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE AGOSTO 2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 01.001/2015, DE 09/01/2015, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 12/01/2015 A 27/01/2015 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 06.001/2015, DE 06/03/2015.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
GILBERTO AIRES DA SILVA	3859	CONDUTOR SOCORRISTA	SAMU CÉU AZUL	26/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 044/2017, DE 25/10/2017, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 26/10/2017 A 16/11/2017 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 052/2017, DE 22/12/2017.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
ELENA MARTINS GOMES	9423	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA MARECHAL	06/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 004/2019, DE 07/02/2019, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 08/02/2019 A 25/02/2019 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 017/2019, DE 12/04/2019.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO

BARBARA CRISTINA EWERLING	13714	ENFERMEIRO	HRC	02/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 050/2019, DE 12/07/2019, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 15/07/2019 A 05/08/2019 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 074/2019, DE 06/09/2019.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
TIAGO MIGUEL GUIMARAES	13652	MÉDICO 24H	SAMU TOLEDO	14/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 011/2020, DE 21/01/2020, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 23/01/2020 A 19/02/2020 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 044/2020, DE 27/03/2020.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
MARILIA BRENDA CHAGAS LOPES	13777	ENFERMEIRO	MACRORREGIONAL	16/08/2026	RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 130/2022 DE 01/09/2022 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 06/09/2022 A 03/10/2022 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 205/2022 DE 09/12/2022.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FELIPE	16104	AGENTE ADMINISTRATIVO	HRC	20/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
LUCAS STOPPA COLUSSI	15301	MÉDICO 12H	UPA TOLEDO	23/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 089/2023 DE 30/10/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/10/2023 A 19/11/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 156/2023 DE 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
LIANARA CARVAT	16060	AGENTE ADMINISTRATIVO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	26/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 161/2024 DE 09/08/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/08/2024 A 12/09/2024 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 242/2024 DE 18/11/2024.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS	17731	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL	08/08/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
ROSELI ALVES DA SILVA	17130	AGENTE ADMINISTRATIVO	UPA TOLEDO	18/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ADRIANA MENDES	16756	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	21/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 215/2025 DE 28/11/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/12/2025 a 05/01/2026 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 59/2026 DE 16/03/2026.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
MILER TIERRI DOS SANTOS MELIN	17652	CONDUTOR SOCORRISTA	SAMU PALOTINA	01/08/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
LARISSA CAMILA PUERTAS BERNARDI	17677	TARM	SAMU CASCAVEL	04/08/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
LUCIANO JUNIOR VIEIRA	17777	CONDUTOR SOCORRISTA	SAMU SÃO JOSÉ	16/08/2026	ADMISSÃO INCORRETA
CLEISON ANDRÉ DOS SANTOS	17781	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU PALOTINA	17/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
JULIANA GOMES DA SILVA MARTINS	17713	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	29/08/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
MARIA BERNAGINA ALVES MAGALHÃES	17717	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	29/08/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
RAYANA ENDY MAZIERO	17601	MÉDICO 24H	UPA GUAÍRA	31/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 031/2025 DE 27/02/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 28/02/2025 A 14/03/2025.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
DERONI DOS SANTOS	17378	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	03/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
BEATRIZ BIBIANO DA ROCHA	17284	ENFERMEIRO	UPA TOLEDO	18/08/2026	TERMINO DE CONTRATO
SIMONE FERREIRA DA SILVA	17303	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	20/08/2026	TERMINO DE CONTRATO
ALESCIA BELO	17410	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	25/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
CLARICE DE FATIMA MACIEL PRUZAK	17313	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	27/08/2026	TERMINO DE CONTRATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 092/2025 DE 05/06/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/06/2025 À 20/06/2025

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
EVANDRO APARECIDO PEREIRA	17302	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU BOA VISTA	17/08/2026	TERMINO DE CONTRATO
ELIANE DE CESARO	17305	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU SÃO JOSÉ	17/08/2026	TERMINO DE CONTRATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ANDREA FAGUNDES DE SOUZA BOEHM	17486	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	01/08/2026	FALECIMENTO
DACIA REGINA HASSEMER	17423	ENFERMEIRO	HOSP. MARECHAL	03/08/2026	RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA
DENILDA CEZARIO	17497	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	06/08/2026	TERMINO DE CONTRATO
VANESSA CRISTINA SILVA FREIRE	17502	TARM	SAMU CASCAVEL	10/08/2026	TERMINO DE CONTRATO
DIANA MARIA SOUZA DE ALMEIDA	17452	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	12/08/2026	RESCISÃO POR

					INICIATIVA DO EMPREGADO
MARLENE MARÇAL	17434	TECNICO EM FARMÁCIA	UPA CASCAVEL	17/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
UZEMIRE SANTOS DE OLIVEIRA	17538	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE MARECHAL	21/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
KARINA TONO DOMICIANO	17529	ENFERMEIRO	UPA TOLEDO	24/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ANTONIO MANTOVANI	17542	TARM	SAMU CASCAVEL	25/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ELIANE BARBOSA DA SILVA	17449	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	28/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 25/05/2026 À 08/06/2026.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ANDERSON RODRIGUES	17806	ENFERMEIRO	SAMU QUEDAS	05/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PORTARIA Nº 167/2026 DE 19/08/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 20/08/2026 – EDIÇÃO 3599

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
REGINEI APARECIDA BIOLCHI	15799	ASSESSOR I	SAMU CASCAVEL	19/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR

PORTARIA Nº 169/2026 DE 21/08/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 24/08/2026 – EDIÇÃO 3602

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
RODRIGO BRUNIERI CASTILHO	14193	DIRETOR JURÍDICO	SAMU CASCAVEL	21/08/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR

CONTRATAÇÕES EFETUADAS NO MÊS DE AGOSTO 2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 161/2024 DE 09/08/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/08/2024 A 12/09/2024 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 242/2024 DE 18/11/2024.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
126º	MARIANA DE FATIMA MELO	17841	17/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
124º	MARIA EDUARDA SANTOS VENTURIN	17842	21/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
54º	SARA SCHINDLER	17814	04/08/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
53º	CLAUDIA CRISTIANE PEREIRA	17822	04/08/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 215/2025 DE 28/11/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/12/2025 a 05/01/2026 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 59/2026 DE 16/03/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
15º	ANTONIO MANTOVANI	17849	26/08/2026	1.835,74	TECNICO A. DE R. M. - TARM	SAMU CASCAVEL
14º	NOELI PEREIRA DE CALDAS	17854	27/08/2026	1.835,74	TECNICO A. DE R. M. - TARM	SAMU CASCAVEL
03º	RUBENS ARY JUNIOR	17845	26/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	SAMU SANTA HELENA
03º	TINO ROSA	17851	26/08/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU BOA VISTA DA APARECIDA
48º	SHEILA GABRIELA MARTINS SANTOS	17833	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
54º	DERONI DOS SANTOS	17839	14/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
55º	CATIA BEATRIZ SCHULTZ	17843	17/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
59º	ALESCIA BELO	17848	26/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
15º	ROSILENE ELIZA DE SOUZA BRAGA	17817	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
04º	GABRIELA BRAVIM DE ARAUJO	17837	12/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
55º	LUIZ CARLOS MENZEL	17838	15/08/2026	7.005,89	MÉDICO 12H	UPA TOLEDO
09º	ANIELA POLIANA DUMKE MUELLER	17844	21/08/2026	4.570,43	FARMACÊUTICO	UPA TOLEDO
89º	MAYARA DE ALMEIDA LOEBLEIN	17859	28/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
01º	PATRICIA RODRIGUES MELO	17809	02/08/2026	7.005,89	MÉDICO 12H	UPA GUAÍRA
04º	MATHEUS HENRIQUE SANCHES GONÇALVES	17835	21/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA GUAÍRA
01º	MATEUS AHLERT	17812	06/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA MARECHAL CÂNDIDO RONDON
33º	CLAUDIA GOMES DA SILVA	17813	03/08/2026	4.570,43	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
45º	SILVANA SANTOS	17819	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
47º	DYULI DE SOUZA OLIVEIRA	17823	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
49º	CHARLINE DA ROCHA OVIEDO	17830	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
56º	MATILDE NARCISO DE SALES	17834	10/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
20º	BRUNA RAFAELA CORREIA NOMELINI	17847	24/08/2026	4.570,43	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
65º	ROBSON APARECIDO BUSS	17863	31/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
03º	FRANCISCO MACENA ALVES JUNIOR	17793	02/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE CAFELANDIA
03º	MARIANY VITÓRIA ALBUQUERQUE	17836	11/08/2026	2.299,33	AGENTE ADMINISTRATIVO	HOSPITAL DE

	PEREIRA					CAFELANDIA
04º	VANESSA FERNANDES DOS REIZ	17846	20/08/2026	2.299,33	AGENTE ADMINISTRATIVO	HOSPITAL DE CAFELANDIA
02º	LUAN MATHEUS DOS SANTOS RODRIGUES	17852	26/08/2026	4.071,70	NUTRICIONISTA	HOSPITAL DE CAFELANDIA
08º	CARLOS PEDRO MAGALHÃES DA SILVA	17821	04/08/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARECHAL CANDIDO RONDON

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
29º	NATALIA PERÃO DE LIZ	17855	27/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
27º	JESSICA PILONETTO	17856	26/08/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 25/05/2026 À 08/06/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
06º	JESSICA EMANUELLE ALVES DA SILVA	17810	02/08/2026	2.299,33	TÉCNICO EM FARMÁCIA	UPA CASCAVEL
04º	MICHELLE PEDROSA E SILVA	17825	03/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
02º	IRENE DE OLIVEIRA	17832	05/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
01º	MARLENE MARÇAL	17840	17/08/2026	2.299,33	TÉCNICO EM FARMÁCIA	UPA CASCAVEL
05º	DANIELI FERNANDA DOS REIS KOLLING	17816	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
03º	MARLI DE FATIMA VIANA COELHO	17824	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
01º	ROSANI SANTA MARTINELLI GROELER	17827	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
02º	CARLOS VINICIUS DA SILVA	17828	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
04º	SUZETE ROMILDA MEIRA	17811	03/08/2026	2.299,33	TÉCNICO EM FARMÁCIA	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
05º	ELIANE BARBOSA DA SILVA	17850	24/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
03º	REGIANE FERRAZ DA SILVA	17815	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELANDIA
17º	REGIANE APARECIDA TIZOTE	17818	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELANDIA
15º	IRIS LUNA FERREIRA	17820	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELANDIA
18º	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS DA HORA	17826	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELANDIA
21º	DANIELY DOS SANTOS CORREIA	17829	04/08/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELANDIA

PORTARIA Nº 170/2026 DE 21/08/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 24/08/2026 – EDIÇÃO 3602

NOME	MATRÍCULA	DATA DA NOMEÇÃO	REMUNERAÇÃO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
FELIPE PFEFFER	17853	24/08/2026	R$ 8.719,87	DIRETOR JURÍDICO	SAMU CASCAVEL

PORTARIA Nº 153/2026 DE 31/07/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 03/08/2026 – EDIÇÃO 3586

NOME	MATRÍCULA	DATA DA NOMEÇÃO	REMUNERAÇÃO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
JOSI CARLA ARNDT SCHMIDT	17831	03/08/2026	5.330,58	ASSESSOR III	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARECHAL CANDIDO RONDON

Cascavel – PR, 11 de setembro de 2026.

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Administrativo Diretor Geral

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:477C49E7

CONSAMU
PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ AGOSTO 2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: Técnico de Enfermagem

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 2.299,33 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
29º	NOELI OVIEDO	03/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3441 de 06/01/2026.	06/02/2026	06/08/2026	07/08/2026	05/02/2027
25º	PATRICIA BATALLA CARDOSO	03/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3441 de 06/01/2026.	06/02/2026	06/08/2026	07/08/2026	05/02/2027
32º	FATIMA DA SILVA PADILHA ALBERTO	06/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3447 de 14/01/2026.	06/02/2026	06/08/2026	07/08/2026	05/02/2027
34º	ROSANGELA RODRIGUES DE ARAUJO	06/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3447 de 14/01/2026.	06/02/2026	06/08/2026	07/08/2026	05/02/2027
27º	ROSENI DELORDES ALFF MERLO	03/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3441 de 06/01/2026.	06/02/2026	06/08/2026	07/08/2026	05/02/2027
30º	ZELITA GARCIA PACHECO	03/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3441 de 06/01/2026.	09/02/2026	09/08/2026	10/08/2026	08/02/2027
36º	CESAR CARLOS ISRAEL	012/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3453 de 22/01/2026.	10/02/2026	10/08/2026	11/08/2026	09/02/2027
28º	SIDNEIA MARIA JOSE CANGUCU	03/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3441 de 06/01/2026.	13/02/2026	13/08/2026	14/08/2026	12/02/2027

23º	ANDRESSA RIBEIRO	016/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3460 de 02/02/2026.	22/02/2026	22/08/2026	23/08/2026	21/02/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 1.835,74 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
04º	JULIANA KOLLING	06/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3447 de 14/01/2026.	02/02/2026	02/08/2026	03/08/2026	01/02/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: ENFERMEIRO
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 4.520,91 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
06º	LUCIANA KARLA COELHO	06/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3447 de 14/01/2026.	02/02/2026	02/08/2026	03/08/2026	01/02/2027
01º	LEUZA BATISTA SILVA	06/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3447 de 14/01/2026.	08/02/2026	08/08/2026	09/08/2026	07/02/2027
16º	JONATAS DA SILVA SOARES	012/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3453 de 22/01/2026.	24/02/2026	24/08/2026	25/08/2026	23/02/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: FARMACÊUTICO
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 4.570,43 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
12º	AUGUSTO RUBENS LOPES	015/2026	Extrato de Publicação nº 08/2026 Edição 3456 de 27/01/2026.	09/02/2026	09/08/2026	10/08/2026	08/02/2027

Cascavel-PR, 11 de setembro de 2026

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Administrativo Diretor Geral

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:D68BD9C5

PROJUR
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO (ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026 – 2º CICLO PNAB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026

MUNICÍPIO DE GUAÍRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA
DIRETORIA DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, por meio da Diretoria de Cultura do Município de Guaíra - PR, no uso de suas atribuições legais e em estrito cumprimento às diretrizes da Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), do Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024), do Decreto nº 11.453/2023, da Instrução Normativa MinC nº 10/2023 e do edital regulador, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado Preliminar da Etapa de Seleção (Avaliação de Mérito Cultural)** dos projetos culturais submetidos ao Edital de Chamamento Público nº 006/2026.

A distribuição de vagas, a aplicação das cotas por concorrência concomitante e o remanejamento dos saldos de vagas reservadas não preenchidas seguiram rigidamente os critérios técnicos do Edital (Anexo I e IV). Os empates na nota média final foram dirimidos com base na ordem de prioridade dos critérios obrigatórios estabelecida no Anexo IV (maior nota nos critérios A, B, C, D, E, F e G, sucessivamente).
As planilhas consolidadas contendo as notas analíticas por parecerista e as respectivas sínteses de justificativas encontram-se disponíveis integralmente para consulta dos interessados no site oficial do Município, no endereço eletrônico: https://www.guaira.pr.gov.br/chamamentos/todos/119

1. RELAÇÃO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO – BLOCO 1: ÁREA URBANA
(Vagas Regimentais: 10 Ampla Concorrência | 5 Cotas Negros | 2 Cotas Indígenas | 1 Cota PcD)

1.1. SELECIONADOS – AMPLA CONCORRÊNCIA (Urbano)

Ordem	Proponente	Projeto	Média	Cota ocupada
1	Tatiane de Souza Araújo	Sem Ajuda	96,00	Ampla (PCD)
2	Espaço de Artes Hope	Entre Ventos - Um filme-dança pelos caminhos de Guaíra	93,33	Ampla
3	Marcos da Cruz Moritz	Caminhos de Guayrá: Memórias em cerâmica	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
4	Gustavo Henrique Magnani Ferreira	UH! Contra a Ilha Secreta que não para de Surpreender!	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
5	John Èder Xisto	Guaíra em 60 segundos	90,66	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
6	Sandro Gonçalves	Frei Pacífico: Arte, Memória e Natureza	89,33	Ampla

Ordem	Proponente	Projeto	Média	Cota ocupada
7	Pedro Eduardo Candia	Arte e Memória Frei Pacifico	88,00	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
8	Lucas Rafacho Rodrigues	ARTE & LUCRO	88,00	Ampla (desempate pelo critério anexo IV)
9	Alexia Hening	Paisagens da Memória: Guaíra Retratada pela Arte	85,33	Ampla (Negra)
10	JV Studio Fitness	Sou eu, Maculelê sou eu	84,00	Ampla
11	Ruth de Lima	Deriva – Malabares Musicais	82,66	Ampla (remanejamento)
12	Djenyfer Escher de Paula	Arte sem Fronteira	80,00	Ampla (remanejamento)
13	Ademilson Cordeiro	Recanto do Paraná	78,66	Ampla (remanejamento)
14	ACIAG	Memória Viva 60 Anos de História contada por quem Construiu	77,33	Ampla (remanejamento)
15	Identidade Singular Duo	Divertida Musica com ID Singular	74,66	Ampla (remanejamento) (desempate pelo critério anexo IV)
16	Luana Gabriela Pez	Onde há nós, há voz	74,66	Ampla (remanejamento) (desempate pelo critério anexo IV)
17	Gislaine da Cruz de Castro	EP – ACORDES DA ALMA	68,00	**Cota Negra**
18	Leidiana Samara da Cruz de Castro	Regência Fácil em Foco	66,66	**Cota Negra**

OBSERVAÇÕES:

Vagas para Pessoas Negras (5 Vagas Regimentais – 3 Preenchidas):

Como houve 5 vagas previstas e apenas 3 proponentes autodeclarados Negros foram habilitados na lista urbana, os 3 candidatos estão selecionados. O saldo de 2 vagas remanescentes foi revertido para a Ampla Concorrência:

Vagas para Pessoas Indígenas (2 Vagas) e Pessoas com Deficiência - PcD (1 Vaga):

Não houve inscritos validados para a cota Indígena Urbana. Os únicos candidatos PcD urbanos classificaram-se na ampla concorrência por mérito de nota. Portanto, as 3 vagas de reserva restaram livres e foram remanejadas para a lista geral de ampla concorrência.

1.2. CADASTRO DE RESERVA / SUPLENTES (Urbano)

Candidatos aptos que poderão ser convocados em caso de desclassificação, inabilitação jurídica ou desistência dos primeiros colocados, respeitada a ordem de desempate:

Ordem	Proponente	Projeto	Média
1	Leandro de Moraes da Silva	Workshop de Captação e Tratamento de Áudio...	73,33
2	Diego Adriano do Prado	Cultura Digital na Escola...	72,00
3	E de Lima Ensino de Musica	Curso de Teoria Elementar da Música	70,66
4	NO MAD Filmes	Concurso Cultural Guaíra Animada...	70,00
5	Luís Rodrigues Ávila de Sá	Amanhecer Sertanejo	69,33
6	Rozilene Neves Bufara	Costura Criativa...	68,00
7	Lucas Leone Jesus de Oliveira	Tradição e Memória das Sete Quedas	64,00
8	A L dos Reis Informática	Oficina de Cultura Maker para a melhor idade	52,66

2. RELAÇÃO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO – BLOCO 2: PERIFERIA, ZONA RURAL E POVOS TRADICIONAIS

(Vagas Regimentais: 2 Ampla Concorrência | 1 Cota Negros | 1 Cota Indígenas | 1 Cota PcD)

2.1. SELECIONADOS – AMPLA CONCORRÊNCIA (Rural/Periférico)

Ordem	Proponente	Projeto	Média	Cota ocupada
1	Pablo Henrique de Oliveira da Silva	Comunidade em Cena	96,00	Ampla
2	Yago Henrique Marques	A Jornada dos Sonhadores	89,33	Ampla
3	Flavio Henrique Cordeiro da Silva	O Ribeirinho - PODCAST	85,33	Ampla (remanejamento)
4	Noeli Garcia	Entre Cores – Pintura Artesanal em Taças e Cristais	82,66	Ampla (remanejamento)
5	Inocêncio Barros Martins	Acervo Digital	79,33	**Cota Indígena**

OBSERVAÇÕES:

Vagas para Pessoas Negras (1 Vaga) e Pessoas com Deficiência - PcD (1 Vaga):

Não houve proponentes autodeclarados Negros ou PcD inscritos e validados para este bloco territorial. Ambas as vagas de reserva foram destinadas para a ampla concorrência do próprio Bloco Rural/Periférico por interesse público (item 2.3).

2.2. CADASTRO DE RESERVA / SUPLENTES (Rural/Periférico)

Candidatos aptos que poderão ser convocados em caso de desclassificação, inabilitação jurídica ou desistência dos primeiros colocados, respeitada a ordem de desempate:

Ordem	Proponente	Projeto	Média
1	Catarse Produções Artisticas	Acervo em Cena – Estruturação do Acervo Cênico...	80,00
2	Isabela Noetzold - Cia Trupeiros	A Floresta dos Segredos	78,67
3	Celso de Paula Franco	PROGER – Produção, gravação e edição de áudio	70,67
4	Ricardo Martins de Souza	Rock on Barrack	64,00
5	Vanuza Roseno da Silva	Costura Criativa com Ecobag e Retalhos	58,67
6	Dirlene Aparecida Pez Fricks	Sindy Ferlin	52,00

3. DESCLASSIFICADOS

Ordem	Proponente	Projeto	Média
1	Papelaria Pufe	Patrimônio Virtual: Tours Interativos do Patrimônio Histórico	74,66

Motivo: Configuração de vedação por duplicidade de proponente e ausência de envio de Ficha de Inscrição obrigatória.

4. DOS PRAZOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Fica estabelecido o prazo legal de **03 (três) dias úteis** para a interposição de recursos administrativos contra o resultado preliminar da etapa de seleção, em conformidade com o Inciso III do Art. 9º da Lei nº 14.903/2024 e item 7.6 do edital regulador.

Período de Recursos: De **14 de setembro de 2026** (segunda-feira) a **16 de setembro de 2026** (quarta-feira).

Nota: Os recursos apresentados intempestivamente ou enviados por canais diferentes dos autorizados não serão conhecidos. Recomenda-se a utilização do formulário padrão contido no Anexo X do edital.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:351C98FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 073/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 52.415.955/0001-03

Fornecedor: ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 52.415.955/0001-03 - Valor total homologado: R$ 3.975,00 (três mil novecentos e setenta e cinco reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
124	1	LENÇOL DESCARTÁVEL, MATERIAL:PAPEL, LARGURA:0.70 M, COMPRIMENTO:50 M, APRESENTAÇÃO:ROLO	Inovato	UNIDADES	500	7.9500	3975.0000

Valor Total de R$ 3.975,00 (três mil novecentos e setenta e cinco reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:7A7F18E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 074/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE**
CNPJ: 35.626.812/0001-21

Fornecedor: ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE - EIRELI - CNPJ: 35.626.812/0001-21 - Valor total homologado: R$ 5.265,74 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	1	ALGODÃO, TIPO:HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO:EM ROLETE, MATERIAL:ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ESTERILIDADE:NÃO ESTÉRIL	MAXCLEAN	PACOTE	50	2.8500	142.5000
42	1	CATETER OXIGENOTERAPIA, MATERIAL TUBO: PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO: TIPO ÓCULOS,PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, TIPO ADAPTADOR: CONECTOR UNIVERSAL	BIOSANI	UNIDADES	700	1.0680	747.6000
43	1	CATETER OXIGENOTERAPIA, MATERIAL TUBO: PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO: TIPO ÓCULOS,PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: INFANTIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, TIPO ADAPTADOR: CONECTOR UNIVERSAL	BIOSANI	UNIDADES	200	1.2200	244.0000
54	1	COMPRESSA HOSPITALAR, TIPO:CIRÚRGICA, MATERIAL :100% ALGODÃO, DIMENSÕES:CERCA DE 45 X 50 CM, ACESSÓRIOS:C/ CORDÃO IDENTIFICADOR, ESTERILIDADE:USO ÚNICO	ERIMAR SOFT	UNIDADES	100	1.1714	117.1400
69	1	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO: DE INFUSÃO, MATERIAL: PVC FLEXÍVEL, COMPRIMENTO: MÍN 150 CM, TIPO CÂMARA: CÂMARA FLEXÍVEL C,FILTRO AR, TIPO GOTEJADOR: MICROGOTAS, TIPO PINÇA: PINÇA REGULADORA DE FLUXO, TIPO INJETOR: C,INJETOR LATERAL"Y",VALVULADO, TIPO CONECTOR: LUER ROTATIVO C, TAMPA E FILTRO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL,DESCARTÁVEL	MEDIX	UNIDADES	200	1.1300	226.0000
88	1	FITA HOSPITALAR, TIPO: MICROPOROSA, MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: TRANSPARENTE	WILTEX	ROLOS	600	3.7900	2274.0000
138	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: VINIL, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO	MEDIX	CAIXA	50	14.4900	724.5000
141	1	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, MODELO: RESPIRADOR TIPO CONCHA, COMPONENTE: CLIPE NASAL, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA , COR: C/ COR , TAMANHO: ADULTO , TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA , ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	MEDIX	UNIDADES	1000	0.7900	790.0000

Valor Total de R$ 5.265,74 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:6AF0A399

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 075/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **BALESTRIN E RIL – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 49.238.875/0001-15

Fornecedor: BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 49.238.875/0001-15 - Valor total homologado: R$ 2.372,00 (dois mil trezentos e setenta e dois reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
56	1	CONJUNTO REGULADOR CILINDRO, COMPONENTES: VÁLVULA, MANÔMETRO, MANGUEIRAS, REGULADOR, FLUXÔMETRO. APLICAÇÃO: CILINDRO DE OXIGÊNIO.	NINGBOO	UNIDADES	10	237.2000	2372.0000

Valor Total de R$ 2.372,00 (dois mil trezentos e setenta e dois reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:0C02D060

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 076/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA**
CNPJ: 10.735.873/0001-04

Fornecedor: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - CNPJ: 10.735.873/0001-04 - Valor total homologado: R$ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60	1	DETECTOR FETAL, TIPO: PORTÁTIL COM AJUSTE DIGITAL E TELA GRÁFICA, MATERIAL: GABINETE PLÁSTICO, TIPO DE ANÁLISE: AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO, FAIXA MEDIÇÃO: BCF ATÉ CERCA 200 BPM, FREQUÊNCIA: ATÉ CERCA 2,2 MHZ, FONTE ALIMENTAÇÃO: À BATERIA, COMPONENTES: C/ ALTO FALANTE, TRANSDUTOR OUTROS COMPONENTES: ENTRADA AUXILIAR	FD	UNIDADE	10	179.0000	1790.0000
72	1	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO: FECHO EM METAL, TAMANHO: INFANTIL	PREMIUM	UNIDADES	10	69.0000	690.0000
74	1	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO: FECHO EM METAL, TAMANHO: ADULTO OBESO	PREMIUM	UNIDADES	10	81.0000	810.0000
158	1	OXÍMETRO, TIPO:DEDO, FAIXA MEDIÇÃO SATURAÇÃO 1:0 A 100%, FAIXA MEDIÇÃO PULSO 1:CERCA DE 20 A 250 BPM, AUTONOMIA SISTEMA 1:CERCA 24 H, ALIMENTAÇÃO:PILHA, ACESSÓRIOS:C/ SENSOR	OXIMETER	UNIDADES	50	18.0000	900.0000
159	1	OXIMETRO INFANTIL	OXIMETER	UNIDADE	20	55.0000	1100.0000

Valor Total de R$ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:D9DABFF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 077/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **CIRÚRGICA ITAMBÉ – EIRELI – ME**
CNPJ: 26.847.096/0001-11

Fornecedor: CIRÚRGICA ITAMBÉ - EIRELI - CNPJ: 26.847.096/0001-11 - Valor total homologado: R$ 4.714,40 (quatro mil setecentos e quatorze reais e quarenta centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50	1	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, MATERIAL:PAPELÃO, CAPACIDADE TOTAL:13 L, ACESSÓRIOS:ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, COMPONENTES ADICIONAIS:REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO USO:DESCARTÁVEL	DESCARBOX	UNIDADES	400	4.9200	1968.0000
114	1	IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO DEGERMANTE	RIOQUIMICA	FRASCO	24	43.6000	1046.4000
181	1	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:100 L, COR:BRANCA, APRESENTAÇÃO:PEÇA ÚNICA, LARGURA:75 CM, ALTURA:105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LEITOSO, 3 MICRA, SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, APLICAÇÃO:HOSPITALAR	DESCARBOX	UNIDADES	5000	0.3400	1700.0000

Valor Total de R$ 4.714,40 (quatro mil setecentos e quatorze reais e quarenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:80E09609

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 078/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **CIRÚRGICA SANTA HELENA LTDA**
CNPJ: 43.496.995/0001-36

Fornecedor: CIRÚRGICA SANTA HELENA LTDA - CNPJ: 43.496.995/0001-36 - Valor total homologado: R$ 10.319,70 (dez mil trezentos e dezenove reais e setenta centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
160	1	PÁ PARA DESFIBRILADOR, TIPO EQUIPAMENTO:EXTERNO AUTOMÁTICO - DEA, MODELO:TIPO ELETRODO, ADESIVA, TAMANHO:ADULTO, APRESENTAÇÃO :PAR, COMPATIBILIDADE:C/ COMPATIBILIDADE ESPECÍFICA(NIhon Kohden/CmosDrake), ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	EURODEFIPADS /EURODEFIPADS	UNI	15	288.9900	4334.8500
161	1	PÁ PARA DESFIBRILADOR, TIPO EQUIPAMENTO:EXTERNO AUTOMÁTICO - DEA, MODELO:TIPO ELETRODO, ADESIVA, TAMANHO: INFANTIL, APRESENTAÇÃO: PAR, COMPATIBILIDADE:C/ COMPATIBILIDADE ESPECÍFICA (Nihon Kohden/Cmos Drake), ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	EURODEFIPADS /EURODEFIPADS	UNI	15	398.9900	5984.8500

Valor Total de R$ 10.319,70 (dez mil trezentos e dezenove reais e setenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:708CC539

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 079/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 60.599.605/0001-72

Fornecedor: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 60.599.605/0001-72 - Valor total homologado: R$ 2.761,95 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
64	1	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL:PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO:C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA:CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO:ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS:TERMOSSELANTE, TAMANHO:CERCA DE 20 CM, COMPONENTES:C/ INDICADOR QUÍMICO, TIPO USO:USO ÚNICO	MARCA PROPRIA	ROLOS	10	79.9900	799.9000
66	1	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL:PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO:C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA:CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO:ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS:TERMOSSELANTE, TAMANHO:CERCA DE 30 CM, COMPONENTES:C/ INDICADOR QUÍMICO, TIPO USO:USO ÚNICO	MARCA PROPRIA	ROLOS	5	115.4100	577.0500
87	1	FITA HOSPITALAR, TIPO:MICROPOROSA, MATERIAL:DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES:ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES:CERCA DE 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HIPOALERGÊNICO, COR:COM COR	CRAL	ROLOS	500	2.7700	1385.0000

Valor Total de R$ 2.761,95 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:1ACC18A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 080/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA**
CNPJ: 60.717.724/0001-82

Fornecedor: ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA - CNPJ: 60.717.724/0001-82 - Valor total homologado: R$ 3.599,40 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
73	1	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE TIPO: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TAMANHO: ADULTO	PAMED	UNIDADE	60	59.9900	3599.4000

Valor Total de R$ 3.599,40 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:D0483436

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 081/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **HALOGENN PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA**
CNPJ: 49.506.242/0001-40

Fornecedor: HALOGENN PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA - CNPJ: 49.506.242/0001-40 - Valor total homologado: R$ 3.126,00 (três mil cento e vinte e seis reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	1	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO:HIDRATADO, TEOR	HALOGEN N	FRASCO	600	5.2100	3126.0000

		ALCOÓLICO:70%_(70¿GL), APRESENTAÇÃO:LÍQUIDO					

Valor Total de R$ 3.126,00 (três mil cento e vinte e seis reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:A1FACC35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 082/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS**
CNPJ: 08.158.687/0004-42

Fornecedor: ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS - CNPJ: 08.158.687/0004-42 - Valor total homologado: R$ 1.481,00 (mil quatrocentos e oitenta e um reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
175	1	POLIHEXANIDA, CONCENTRAÇÃO:0,1%, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO AQUOSA	DBS	FRASCO	50	29.6200	1481.0000

Valor Total de R$ 1.481,00 (mil quatrocentos e oitenta e um reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:D780E3B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 083/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 54.322.844/0001-88

Fornecedor: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 54.322.844/0001-88 - Valor total homologado: R$ 3.180,00 (três mil centos e oitenta reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
121	1	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:CURVA, TAMANHO:Nº 0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FIBRA ÓTICA	dyasist	UNIDADES	10	98.0000	980.0000
122	1	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:RETA, TAMANHO:Nº 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FIBRA ÓTICA	dyasist	UNIDADES	10	100.0000	1000.0000
123	1	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:CURVA, TAMANHO:Nº 2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FIBRA ÓTICA	dyasist	UNIDADES	10	120.0000	1200.0000

Valor Total de R$ 3.180,00 (três mil centos e oitenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:654F02EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 084/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **L E P LIFE EDUCACAO EM SAUDE E COMERCIO LTDA**
CNPJ: 49.875.336/0001-97

Fornecedor: L E P LIFE EDUCACAO EM SAUDE E COMERCIO LTDA - CNPJ: 49.875.336/0001-97 - Valor total homologado: R$ 16.576,75 (dezesseis mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
22	1	CABO BISTURI, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO:Nº 3	SAFER/ PROFISSIONAL /VITAL	UNIDADES	5	6.2900	31.4500	
23	1	CABO BISTURI, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO:Nº 4, APLICAÇÃO:CIRURGIA	SAFER /PROFISSIONAL /VITAL	UNIDADES	5	6.2800	31.4000	
24	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 1	ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	10	1.9500	19.5000	
25	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 2	ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	10	1.9500	19.5000	
26	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 3	ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	10	1.9500	19.5000	
27	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 4	ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	10	1.9600	19.6000	
28	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 5	ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	10	1.9500	19.5000	
29	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 6	ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	10	2.9750	29.7500	
30	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 00	ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	10	2.9266	29.2660	
31	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL: POLÍMERO, TAMANHO: TAMANHO Nº 00	ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	10	2.2350	22.3500	
32	1	CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, TAMANHO: CONJUNTO C/ DIVERSOS TAMANHOS, 6 UNIDADES, MATERIAL: POLÍMERO	ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	10	16.0466	160.4660	
33	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 14 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 50 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	POLYMED /M2/ADVANTIVE /VITAL	UNIDADES	200	0.7400	148.0000	
34	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:16 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 50 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	POLYMED/M2/ ADVANTIVE/VITAL	UNIDADES	200	0.7300	146.0000	
35	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:18 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 45 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	POLYMED /M2/ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	300	0.6900	207.0000	
37	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:22 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 25 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	POLYMED /M2/ADVANTIVE/ VITAL	UNIDADES	7000	0.7000	4900.0000	
44	1	CINTO SEGURANÇA, MATERIAL: NÁILON, USO: FIXAÇÃO DE PESSOAS EM PRANCHA HOSPITALAR, COMPRIMENTO: 1,80 M, LARGURA: 5 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHO 40/50 MM PARA ENGATE RÁPIDO TIPO MACHO E FÊ-	RESGATE	UNIDADES	30	9.0700	272.1000	
67	1	EQUIPO ESPECIAL, APLICAÇÃO: P/ TRANSFERÊNCIA, NÚMERO VIAS: DUAS VIAS, MATERIAL: PVC CRISTAL, TIPO PONTEIRA: 2 PONTAS PERFURANTES C/ FILTRO AR E TAMPAS, TIPO PINÇA:CORTA FLUXO TODAS VIAS, TIPO CONECTOR:CONECTOR LUER FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:P/ PREPARO DE NPT, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	M2/MEDIX	UNIDADES	300	0.5500	165.0000	
78	1	ESTETOSCÓPIO, TIPO:BIAURICULAR, ACESSÓRIOS:OLIVAS ANATÔMICAS PVC, HASTE:HASTE AÇO INOX, TUBO:TUBO "Y" PVC, AUSCULTADOR:AUSCULTADOR AÇO INOX C/ ANEL DE BORRACHA, TAMANHO:ADULTO	ADVANTIVE	UNIDADES	20	12.1300	242.6000	
79	1	ESTETOSCÓPIO, TIPO: BIAURICULAR, ACESSÓRIOS: OLIVAS ANATÔMICAS	ADVANTIVE	UNIDADES	20	12.0700	241.4000	

		SILICONE, HASTE: HASTE AÇO INOX, TUBO: TUBO "Y" PVC, AUSCULTADOR: AUSCULTADOR DUPLO AÇO INOX						
81	1	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:2-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:2,0 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	PROCARE/ MEDIX/ TECHNOFIO	UNIDADES	120	2.1300	255.6000	
82	1	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:3-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:2,0 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	PROCARE/ MEDIX/ TECHNOFIO	UNIDADES	480	1.7600	844.8000	
83	1	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:2,0 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	PROCARE /MEDIX/ TECHNOFIO	UNIDADES	480	2.1900	1051.2000	
86	1	FITA HOSPITALAR, TIPO: MICROPOROSA, MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: TRANSPARENTE	WILTEX	ROLOS	500	1.7300	865.0000	
97	1	GARROTE, MATERIAL :BORRACHA NATURAL, LÁTEX, TIPO :TIPO FITA, DIMENSÕES:CERCA DE 2,5 X 35 CM, APRESENTAÇÃO:EM ROLO, PRÉ CORTADA, EMBALAGEM DISPENSADORA, TIPO USO:USO ÚNICO	BIOLAND	UNIDADES	10	18.1300	181.3000	
105	1	GUIA P/ INTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL HASTE:METAL, TAMANHO :ADULTO, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL	WELL /GCMÉDICA	UNIDADES	5	21.1150	105.5750	
106	1	GUIA P/ INTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL HASTE:METAL, TAMANHO :INFANTIL, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL	WELL /GCMÉDICA	UNIDADES	5	27.6600	138.3000	
111	1	IMOBILIZADOR (ÓRTESE), TIPO:P/ MEMBRO SUPERIOR, MATERIAL:PAPELÃO, ADICIONAIS:C/ MARCAÇÕES PARA DOBRAS, TAMANHO:TAMANHO ADULTO, POSIÇÃO:BILATERAL	RESGATE	UNIDADES	50	20.8000	1040.0000	
142	1	MÁSCARA GASOTERAPIA, APLICAÇÃO: P, ALTA CONCENTRAÇÃO DE NÃO REINALAÇÃO, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: INFANTIL, TIPO FIXAÇÃO: C, CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL, COMPONENTE ADICIONAL: C, VÁLVULAS E BALÃO RESERVATÓRIO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO	WELL/ FOYOMED/ ADVANTIVE/ MEDIX	UNIDADES	10	6.3700	63.7000	
143	1	MÁSCARA GASOTERAPIA, APLICAÇÃO:P/ ALTA CONCENTRAÇÃO DE NÃO REINALAÇÃO, MATERIAL:PLÁSTICO, TAMANHO:ADULTO, TIPO FIXAÇÃO:C/ CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL, COMPONENTE ADICIONAL:C/ VÁLVULAS E BALÃO RESERVATÓRIO, TIPO CONECTOR:CONECTOR PADRÃO	WELL /FOYOMED/ ADVANTIVE/ MEDIX	UNIDADES	20	6.3600	127.2000	
144	1	MÁSCARA GASOTERAPIA, MODELO: VENTURI, MATERIAL: PLÁSTICO, ADICIONAL: C, TUBO CORRUGADO, TAMANHO: INFANTIL, TIPO FIXAÇÃO: C, CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL, TIPO EXTENSÃO: EXTENSOR CERCA DE 2,0 M, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAIS: JOGO C, 6 DILUIDORES P, FLUXO O2	WELL/ADVANTIVE	UNIDADES	10	7.4266	74.2660	
145	1	MÁSCARA GASOTERAPIA, MODELO: VENTURI, MATERIAL: PLÁSTICO, ADICIONAL: C, TUBO CORRUGADO, TAMANHO: ADULTO, TIPO FIXAÇÃO: C, CLIPE NASAL E FIXADOR CEFÁLICO AJUSTÁVEL, TIPO EXTENSÃO: EXTENSOR CERCA DE 2,0 M, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ADICIONAIS: JOGO C, 6 DILUIDORES P, FLUXO O2	WELL/FOYOMED	UNIDADES	10	7.6700	76.7000	
163	1	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL /VITAL	UNIDADES	10	12.4400	124.4000	
164	1	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1: DENTE DE RATO, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: 1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 14 CM, COMPONENTE: S, CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	10	14.1680	141.6800	
165	1	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DISSECÇÃO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL /VITAL	UNIDADES	15	13.4900	202.3500	
166	1	PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO:KELLY, TIPO PONTA:CURVA, COMPRIMENTO:14 CM, TIPO CABO:COM TRAVA, APLICAÇÃO:HOSPITALAR	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	10	20.2200	202.2000	
167	1	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:HALSTEAD MOSQUITO, FORMATO PONTA:PONTA	SAFER/ PROFISSIONAL/	UNIDADES	5	23.2133	116.0665	

		CURVA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL-	VITAL					
168	1	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:HALSTEAD MOSQUITO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER /PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	5	21.6100	108.0500	
170	1	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KOCHER / ROCHESTER OCHSNER, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER /PROFISSIONAL /VITAL	UNIDADES	10	32.0975	320.9750	
172	1	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:HARTMANN, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, HASTE:HASTE ANGULADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	5	124.9900	624.9500	
173	1	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1: CHERON, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: SERRILHADA, HASTE: HASTE ANGULADA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 24 CM, COMPONENTE: C, CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	10	51.3725	513.7250	
174	1	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL, MODELO:MAYO HEGAR, TIPO PONTA:PONTA RETA, HASTE:HASTE RETA, ADICIONAL 1:COM TRAVA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER /PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	10	28.8880	288.8800	
176	1	PROTETOR OCULAR, APLICAÇÃO: TIPO OCLUSOR, FORMATO: OVAL, MODELO: MONOCULAR, MATERIAL: HIPOALERGÊNICO, TAMANHO: INFANTIL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	M-TEC	UNIDADE	100	10.5400	1054.0000	
215	1	TENTACÂNULA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO:15 CM	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	20	11.3500	227.0000	
216	1	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE:DIGITAL, INFRAVERMELHO, TIPO :USO EM TESTA, COMPONENTES:C/ ALARMES, MEDIÇÃO À DISTÂNCIA, MEMÓRIA:MEMÓRIA ATÉ 20 MEDIÇÕES	DAVELY	UNIDADES	20	42.3400	846.8000	
218	1	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 1:ÍRIS, TIPO PONTA:PONTA RETA, CARACTERÍSTICA PONTA:ROMBA, HASTE:HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	SAFER/ PROFISSIONAL/ VITAL	UNIDADES	15	17.1766	257.6490	

Valor Total de 16.576,75 (dezesseis mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:CA033392

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 085/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **MEDLIFE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA**
CNPJ: 51.190.230/0001-00

Fornecedor: MEDLIFE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 51.190.230/0001-00 - Valor total homologado: R$ 3.869,20 (três mil oitocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
89	1	FLUXÔMETRO, CAPACIDADE FLUXO:0 A 15 L/MIN, APLICAÇÃO:CONTROLE FLUXO OXIGÊNIO MEDICINAL, PRESSÃO:PRESSÃO CALIBRAÇÃO ATÉ 3,5 KGF/CM2, TIPO CONEXÃO:CONEXÕES CONFORME ABNT, REGULAGEM:VAZÃO REGULADA P/VÁLVULA AGULHA C/MANOPLA FIXADA, TIPO ESCALA:ESCALA NUMÉRICA, COMPONENTES:FLUTUADOR ESFÉRICO,PORCA CONEXÃO C/ABAS EM LATÃO, CONEXÃO SAÍDA:CONEXÃO SAÍDA C/RESCA EM LATÃO CROMADO	JG MORIYA	UNIDADES	20	52.5000	1050.0000
177	1	REANIMADOR MANUAL, MATERIAL BALÃO: SILICONE,	MIKATOS	UNIDADES	10	119.0000	1190.0000

		CAPACIDADE BALÃO: CERCA 1,5 L, COMPONENTE 1: MÁSCARA PLÁSTICO RÍGIDO C, COXIM SILICONE, TIPO VÁLVULA: VÁLVULA UNIDIRECIONAL POP OFF CERCA 60 CMH2O, TAMANHOS: ADULTO					
178	1	REANIMADOR MANUAL, MATERIAL BALÃO: SILICONE, CAPACIDADE BALÃO: CERCA 500 ML, COMPONENTE 1: MÁSCARA PLÁSTICO RÍGIDO C, COXIM SILICONE, TIPO VÁLVULA: VÁLVULA UNIDIRECIONAL POP OFF CERCA 40 CMH20, TAMANHOS: INFANTIL	MIKATOS	UNIDADES	10	115.9200	1159.2000
217	1	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE:DIGITAL, ESCALA:ATÉ 45 ºC, TIPO :USO AXILAR E ORAL, COMPONENTES:C/ ALARMES, MEMÓRIA:MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	MEDLEVENSOHN	UNIDADES	50	9.4000	470.0000

Valor Total de R$ 3.869,20 (três mil oitocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:9D982B00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 086/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 50.737.688/0001-65

Fornecedor: MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 50.737.688/0001-65 - Valor total homologado: R$ 6.070,00 (seis mil e setenta reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40	1	CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO:VENOSO, MODELO:TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL:C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	TKL	UNIDADES	10000	0.1900	1900.0000
84	1	FITA HOSPITALAR, TIPO:ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL:ALGODÃO, COMPONENTES:ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES:CERCA DE 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HIPOALERGÊNICO, COR:COM COR	WILTEX	ROLOS	600	6.9500	4170.0000

Valor Total de R$ 6.070,00 (seis mil e setenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:F4A4AD0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 087/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **NOROESTE MEDICAMENTOS - LTDA**
CNPJ: 06.974.929/0001-06

Fornecedor: NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 06.974.929/0001-06 - Valor total homologado: R$ 92.530,10 (noventa e dois mil quinhentos e trinta reais e dez centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	ÁGUA DESIONIZADA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:H2O, PESO MOLECULAR:18,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA:GRAU ULTRAPURO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ HPLC, IC, ICP-MS, IVF E CULTURA DE TECIDOS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7732-18-5	SSPlus	Galão	180	10.8900	1960.2000
14	1	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Erimax	ROLOS	3000	0.4300	1290.0000
15	1	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, GRAMATURA 1:CERCA	Erimax	ROLOS	5000	0.6411	3205.5000

		DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL					
36	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:20 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 30 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	Labor Import	UNIDADES	1000	0.6700	670.0000
38	1	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER:POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO:VENOSO, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:24 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 20 MM, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1:CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	Labor Import	UNIDADES	3000	0.6800	2040.0000
39	1	CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO:VENOSO, MODELO:TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:21 GAU, COMPONENTE ADICIONAL:C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	8000	0.1990	1592.0000
45	1	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:BOLSA/FRASCO ISENTO DE PVC. FRASCO DE 100 ML	Farmarin	UNIDADES	12000	2.5690	30828.0000
47	1	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:BOLSA/FRASCO ISENTO DE PVC	Farmarin	UNIDADES	4000	3.6540	14616.0000
49	1	COLETOR DE URINA, MATERIAL: PVC, TIPO: SISTEMA FECHADO, CAPACIDADE: CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO: GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, VÁLVULA: VÁLVULA ANTI-REFLUXO, PINÇA: CLAMP CORTA FLUXO, COMPONENTES: ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Biomass	UNIDADES	200	2.9600	592.0000
52	1	COMPADRE (URINOL), MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 1000 LITROS, COM TAMPA	Cellpus	UNIDADES	12	8.0766	96.9192
61	1	DETERGENTE ENZIMÁTICO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE, COMPOSIÇÃO II: PEPTIDASE, CELULASE	Prolink	Galão	20	92.9900	1859.8000
70	1	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO: DE INFUSÃO, MATERIAL: PVC FLEXÍVEL, COMPRIMENTO: MÍN 150 CM, TIPO CÂMARA: CÂMARA FLEXÍVEL C, FILTROS P, AR E BACTERIANO, TIPO GOTEJADOR: GOTA PADRÃO, TIPO PINÇA: REGULADOR DE FLUXO, TIPO INJETOR: C,INJETOR LATERAL"Y",AUTOCICATRIZANTE, TIPO CONECTOR: LUER C, TAMPA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL,DESCARTÁVEL	Glomed	UNIDADES	10000	0.6300	6300.0000
71	1	ELETRODO, APLICAÇÃO 1: P, MONITORIZAÇÃO CARDÍACA - ECG, MODELO: DE SUPERFÍCIE, TIPO: ADESIVO, MATERIAL SENSOR: PRATA,PRATA CLORADA, ADICIONAL 1: C, GEL CONDUTOR, TAMANHOS: ADULTO, ACESSÓRIO: S, CABO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	5000	0.2000	1000.0000
75	1	ESPÉCULO, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: VAGINAL, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALÁGEM INDIVIDUAL	Cral	UNIDADES	1500	1.6633	2494.9500
76	1	ESPÉCULO, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: VAGINAL, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALÁGEM INDIVIDUAL	Cral	UNIDADES	1500	1.8466	2769.9000
85	1	FITA HOSPITALAR, TIPO:ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL:DORSO EM ALGODÃO, COMPONENTES:ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES:CERCA DE 50 MM, COR:COM COR	Ciex	ROLOS	600	4.2100	2526.0000
96	1	FRASCO COLETOR, TIPO:P/ FEZES, MATERIAL:PLÁSTICO OPACO, CAPACIDADE:CERCA DE 100 ML, TIPO TAMPA:TAMPA ROSQUEÁVEL, COMPONENTES:C/ ESPÁTULA, TIPO USO:DESCARTÁVEL	Cral	UNIDADES	2000	0.5192	1038.4000
98	1	GEL, COMPOSIÇÃO:A BASE DE ÁGUA, APLICAÇÃO:CONDUTOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PH NEUTRO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	Multigel	FRASCO	50	6.4200	321.0000
99	1	GLICOSE, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 5% + 0,9%, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO	JP	BOLSA	100	4.5233	452.3300
107	1	HASTE FLEXÍVEL, MATERIAL HASTE: PLÁSTICO, TIPO HASTE: COM RANHURAS, MATERIAL PONTA: ALGODÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 PONTAS	Nathy	CAIXA	100	1.6800	168.0000
112	1	INDICADOR BIOLÓGICO, TIPO: SEGUNDA GERAÇÃO, APRESENTAÇÃO: AUTOCONTIDO, AMPOLA COM MEIO DE CULTURA, ESPÉCIE: BACILLUS STEAROTHERMOPHILUS, APLICAÇÃO: ESTERILIZAÇÃO POR FORMALDEÍDO	Clean-up	UNIDADES	100	2.7500	275.0000
118	1	LÂMINA BISTURI, MATERIAL:AÇO CARBONO, TAMANHO:Nº 11, TIPO:DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EMBALADA INDIVIDUALMENTE	Medix	CAIXA	10	24.2300	242.3000
119	1	LÂMINA BISTURI, MATERIAL:AÇO CARBONO, TAMANHO:Nº 15, TIPO:DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS	Medix	CAIXA	10	24.7000	247.0000

		ADICIONAIS:EMBALADA INDIVIDUALMENTE					
120	1	LÂMINA BISTURI, MATERIAL:AÇO CARBONO, TAMANHO:Nº 24, TIPO:DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EMBALADA INDIVIDUALMENTE	Medix	CAIXA	10	24.6900	246.9000
125	1	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:6, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO:LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL,ATÓXICA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	Medix	CAIXA	150	1.4200	213.0000
126	1	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:6,50, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO:LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL,ATÓXICA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	Medix	CAIXA	250	1.2249	306.2250
127	1	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:7,50, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO:LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL,ATÓXICA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	Medix	CAIXA	250	1.2299	307.4750
128	1	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:7,50, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO:LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL,ATÓXICA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	Medix	CAIXA	250	1.2439	310.9750
129	1	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:8, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO:LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL,ATÓXICA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	Medix	CAIXA	250	1.1900	297.5000
137	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: VINIL, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PÓ, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, COR: BRANCA, TIPO: AMBIDESTRA	Medix	CAIXA	10	15.1200	151.2000
139	1	MANTA TÉRMICA, MATERIAL: ALUMINIZADA, TIPO: ISOLANTE TÉRMICO, MODELO: COBERTOR, DIMENSÕES: CERCA DE 2,10 CM DE COMPRIMENTO POR 1,40 CM, ESTERILIDADE: USO ÚNICO	Nestsafe	UNIDADES	20	5.8900	117.8000
146	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 1, COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	5	14.2900	71.4500
147	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 1,5 , COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	5	14.3000	71.5000
148	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 2, COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	5	14.2900	71.4500
149	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 2,5 , COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	5	14.3000	71.5000
150	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 3, COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	10	14.2900	142.9000
151	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 4, COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	10	14.3000	143.0000
152	1	MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL: PVC MALEÁVEL E MACIO, VIAS: VIA PARA ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 5, COMPONENTE 1: C/ LINHA DE REFERÊNCIA CONECTOR: CONECTOR PADRÃO DE 15 mm, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Medix	UNIDADE	10	14.3000	143.0000
153	1	MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO:UMIDIFICADOR, SAÍDA:P/ OXIGÊNIO, TIPO FRASCO:FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C/ TAMPA, VOLUME:CERCA DE 250 ML, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL	Rioxi	UNIDADES	100	10.9100	1091.0000
155	1	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA, MATERIAL:ALGODÃO, DIMENSÕES:10 CM	MSO	ROLOS	20	14.1400	282.8000
156	1	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA, MATERIAL:ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM	MSO	ROLOS	20	17.4700	349.4000
185	1	SERINGA, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:3 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO:ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL:GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL	SR	UNIDADES	10000	0.1394	1394.0000
204	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:12 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/	Medix	UNIDADES	30	5.0200	150.6000

		BALÃO CERCA 5 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL					
205	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:14 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 5 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	30	3.0000	90.0000
206	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:16 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 5 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	50	4.1463	207.3150
207	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:18 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 5 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	50	4.0063	200.3150
208	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:20 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	30	3.1300	93.9000
210	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE:24 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR:CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Medix	UNIDADES	30	2.9700	89.1000
212	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:URETRAL, MATERIAL:PVC, CALIBRE:10 FRENCH, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO:CERCA 40 CM, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Biofarmaceutica	UNIDADES	3000	0.5600	1680.0000
213	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:URETRAL, MATERIAL:PVC, CALIBRE:12 FRENCH, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO:CERCA 40 CM, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Biofarmaceutica	UNIDADES	5000	0.5448	2724.0000
214	1	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:URETRAL, MATERIAL:PVC, CALIBRE:14 FRENCH, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO:CERCA 40 CM, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	Biofarmaceutica	UNIDADES	5000	0.5383	2691.5000
222	1	TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR: SEM COR, GRAMATURA: CERCA DE 30 G/M2, TAMANHO: ÚNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX	Inoven	PACOTE	50	5.9900	299.5000
223	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 3,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	10	3.2700	32.7000
224	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 3,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	10	3.2700	32.7000
225	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 4,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
226	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 4,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
227	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 5,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO	Medix	UNIDADES	15	3.2800	49.2000

		ÚNICO					
228	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 5,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
229	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 6,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2800	49.2000
230	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 6,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
231	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 7,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
232	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 7,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2700	49.0500
233	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 8,0, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2800	49.2000
234	1	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC SILICONIZADO, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 8,5, TIPO PONTA: C, PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	Medix	UNIDADES	15	3.2800	49.2000
235	1	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL:PLÁSTICO, VOLUME: 8 ML, COMPONENTES:COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, USO:COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:À VÁCUO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Vacuplast	UNIDADES	1000	0.9290	929.0000
236	1	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, MATERIAL:PLÁSTICO, VOLUME: 4 ML, COMPONENTES:COM EDTA-K3, USO:COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:À VÁCUO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Vacuplast	UNIDADES	1000	0.4500	450.0000

Valor Total de R$ 92.530,10 (noventa e dois mil quinhentos e trinta reais e dez centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:47ABF41F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 088/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 33.583.026/0001-69

Fornecedor: OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 33.583.026/0001-69 - Valor total homologado: R$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais)								
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
104	1	GLICOSÍMETRO, APARELHO MEDIDO DE GLICOSE, OPERAÇÃO: DIGITAL, TIPO AMOSTRA: SANGUE CAPILAR, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE, TEMPO RESPOSTA: ATÉ 10 S MEMÓRIA: MAIS DE 500 TESTES.	G-TECH	UNIDADE	100	23.4000	2340.0000	

		CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 MEDIDOR DE GLICEMIA; 1 PORTA APARELHO; 2 BATERIAS MODELO CR2032; 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES. MODELO: OKMETER MATCH II*						

Valor Total de R$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:EA6948B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 089/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 13.229.567/0001-86

Fornecedor: VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 13.229.567/0001-86 - Valor total homologado: R$ 20.490,00 (vinte mil quatrocentos e noventa reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
91	1	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO:ANATÔMICO, TAMANHO:MÉDIO, PESO USUÁRIO:DE 40 A 70 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO:FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USUÁRIO:ADULTO, USO:ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	SENIOR LIFE PLUS	UNIDADES	5000	1.5300	7650.0000
92	1	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO:ANATÔMICO, TAMANHO:GRANDE, PESO USUÁRIO:ACIMA DE 90 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO:FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS,REUTILIZÁVEIS, USO:ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	SENIOR LIFE PLUS	UNIDADES	5000	1.5300	7650.0000
93	1	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO:ANATÔMICO, TAMANHO:EXTRA GRANDE, PESO USUÁRIO:ACIMA DE 120 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO:FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS,REUTILIZÁVEIS, USO:ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO	SENIOR LIFE PLUS	UNIDADES	3000	1.7300	5190.0000

Valor Total de R$ 20.490,00 (vinte mil quatrocentos e noventa reais)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:FB4AA12A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 090/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: 60.146.737/0001-49

Fornecedor: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 60.146.737/0001-49 - Valor total homologado: R$ 56.810,31 (cinquenta e seis mil oitocentos e dez reais e trinta e um centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
46	1	CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO:0,9 %, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERISTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:BOLSA/FRASCO ISENTO DE PVC	COPERMED	UNIDADES	5000	3.2499	16249.5000
130	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:EXTRAPEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:ATÓXICA, TIPO:AMBIDESTRA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE:RESISTENTE À TRAÇÃO	MEDIX	CAIXA	200	17.4799	3495.9800
131	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:ATÓXICA, TIPO:AMBIDESTRA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:FORMATO ANATÔMICO,	MEDIX	CAIXA	500	17.4499	8724.9500

		FINALIDADE:RESISTENTE À TRAÇÃO					
132	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:ATÓXICA, TIPO:AMBIDESTRA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE:RESISTENTE À TRAÇÃO	MEDIX	CAIXA	700	17.4499	12214.9300
133	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:ATÓXICA, TIPO:AMBIDESTRA, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE:RESISTENTE À TRAÇÃO	MEDIX	CAIXA	500	17.4499	8724.9500
182	1	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO:SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:60 MEQ/L + 20 MEQ/L + 60 MEQ/L + 20 MEQ/L + 110 MMOL/L, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO ORAL	MAYBEN	UNIDADES	10000	0.7400	7400.0000

Valor Total de R$ 56.810,31 (cinquenta e seis mil oitocentos e dez reais e trinta e um centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:E4ED07C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 091/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE SAÚDE DE GUARACI, CLÍNICA MARIA DA GLORIA E UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 51.740.794/0001-60

Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 51.740.794/0001-60 - Valor total homologado: R$ 36.210,20 (trinta e seis mil duzentos e dez reais e vinte centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:26 G X 1/2", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	MEDIX	UNIDADES	5000	6.3900	31950.0000
21	1	AVENTAL HOSPITALAR, MATERIAL: SMS, TAMANHO: G, GRAMATURA: CERCA DE 50 G/CM2, COMPONENTE: TIRAS PARA FIXAÇÃO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MANGA LONGA, PUNHO MALHA, IMPERMEÁVEL, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, ADICIONAL: COM BARREIRA BACTERIANA E VIRAL.	MEDIX	UNIDADES	100	30.3000	3030.0000
55	1	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, COMPONENTES:FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, APLICAÇÃO:CONECTOR DRENO-TUBO, VOLUME:2000 ML, GRADUAÇÃO:GRADUAÇÃO DE 50 EM 50ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TUBO EXTENSOR EM PVC C/ PINÇA CLAMP 1,20M, ACESSÓRIO	MEDSHARP	UNIDADES	10	31.6800	316.8000
80	1	ÉTER DIETÍLICO, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ALCOÓLICA, CONCENTRAÇÃO: 35%	VICPHARMA	FRASCO	20	45.6700	913.4000

Valor Total de R$ 36.210,20 (trinta e seis mil duzentos e dez reais e vinte centavos)
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.
VIGÊNCIA: 08/09/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:BE4A5311

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

RESOLUÇÃO n.º 003/2026

Súmula: "Estabelece procedimentos para o controle e registro de proposições legislativas apresentadas pelos Vereadores da Câmara Municipal de Inácio Martins".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e o seu Presidente **promulga** a seguinte:

Resolução

Art. 1.º - Será realizado procedimento, nos termos desta Resolução, de Registro de Apresentação de Proposições Legislativas apresentadas pelos Vereadores nos termos do Regimento Interno, para posterior emissão do Controle Anual de Proposições Legislativas o qual subsidiará a emissão de Relatório Gerencial de Produtividade Legislativa
Parágrafo Único - O procedimento de controle é obrigatório, e será realizado considerando cada tipo de proposição apresentada nos termos do Anexo I desta Resolução, emitindo-se o Registro de Apresentação de Proposições Legislativas e, ao final da sessão legislativa o Controle Anual de Proposições Legislativas, nos termos do Anexo II.

Art. 2.º - Para fins desta Resolução, consideram-se proposições legislativas:

I - Proposta de Emenda à Lei Orgânica;
II - Projetos de Lei;
III - Projetos de Decreto Legislativo;
IV - Projetos de Resolução;
V - Substitutivos, Emendas ou subemendas;
VI - Requerimentos;
VII - Indicações;
VIII - Moções.

Art. 3.º -O Registro de Apresentação de Proposições Legislativas deverá conter os seguintes dados:

I - Identificação do(s) vereador(es) autor(es);
II - Tipo de proposição;
III - Resumo do objeto;
IV - Data de apresentação, e
V - Situação em que se encontra:
a) Apresentada
b) Aprovada
c) Rejeitada
d) Arquivada, e
VI - Número de registro, que lhe será atribuído no momento da apresentação, devendo o Formulário do Anexo I desta Resolução ser preenchido quando do recebimento da proposição.

Parágrafo único - As proposições já apresentadas nos anos de 2025 e 2026, deverão ser submetidas a registro, observando, sempre que possível, a ordem cronológica de sua apresentação, e na sequência as que serão apresentadas a partir desta Resolução, até que o registro esteja devidamente atualizado.

Art. 4.º -As informações sobre proposições serão registradas em sistema eletrônico de gestão legislativa, quando formalmente instituído, e através de registro físico próprio conforme anexos desta Resolução, sob responsabilidade do Setor Administrativo.

§ 1.º - As proposições de cada vereador serão disponibilizadas no site do Poder Legislativo no espaço correspondente as Ações do Vereador.

§ 2.º - Ao final da sessão legislativa será preenchido o Formulário de Apresentação de Proposições Legislativas, Anexo Ii, que subsidiará a emissão do Relatório Gerencial de Produtividade Legislativa.

Art. 5.º -O controle de proposições será consolidado anualmente, até o último dia do exercício corrente, em Relatório Gerencial de Produtividade Legislativa, nos termos do Anexo III, contendo minimamente:

I - Quantidade total de proposições apresentadas por vereador;
II - Discriminação por tipo;
III - Análise comparativa a períodos anteriores, e
IV - Índices de aprovação/rejeição.

§ 1.º - A análise comparativa a períodos anteriores inicialmente se dará entre os anos de 2025 e 2026.

§ 2.º - Após esse período, a análise deverá considerar os dois anos anteriores, mantendo histórico de acompanhamento, permitindo que, seja realizada a comparação, sempre que necessária, entre outros períodos.

Art. 6.º - O Relatório Gerencial de Produtividade Legislativa será disponibilizado no site do Poder Legislativo Municipal em local próprio para tanto, garantindo a transparência e fiscalização da atividade legislativa.

Art. 7.º -Os dados obtidos através deste controle, sempre que necessário, subsidiarão as avaliações, relatórios, estudos e outros referentes a produção legislativa local.

Art. 8.º -As responsabilidades pelas atividades de registro e compilação de dados estarão a cargo do Setor Administrativo.
Parágrafo único - Fica garantida a cooperação dos demais setores na atividade supra citada.

Art. 9.º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na execução dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução serão dirimidos pela Mesa Diretora, observadas as normas do Regimento Interno da Câmara Municipal e a legislação aplicável.

Art. 10 -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, PR, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Presidente

RESOLUÇÃO n.º 003/2026
Anexo I

REGISTRO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS				**N.º DE REGISTRO: _____**
CAMPO	**DESCRIÇÃO**			
I. Identificação do(s) Vereador(es) Autor(es)	Nome(s):_____ Partido(s):_____			
II. Tipo de Proposição	( ) Proposta de Emenda à lom ( ) Projetos de Lei ( ) Projetos de Decreto Legislativo ( ) Projetos de Resolução ( ) Substitutivos, emendas ou subemendas		( ) Requerimentos ( ) Indicações ( ) Moções ( ) Outro: _____	
III. Resumo do Objeto	_____ _____			
IV. Data de Apresentação	____ / ____ / _____			
V. Situação **(pode ser assinalada mais de uma opção)**	( ) Apresentada ( ) Aprovada ( ) Sancionada ( ) Rejeitada ( ) Arquivada	**ITEM**	**SIM**	**NÃO**
		Possui protocolo formal		
		Está vinculado a processo administrativo		
		Tramitação registrada		
		Há análise de impacto orçamentário (quando exigido)		
		Indica fonte/dotação orçamentária (quando exigido)		
		Foi publicado em veículo oficial (quando exigido)		
		Está disponível no Portal da Transparência/Site Institucional		
CIENTE DO AUTOR	_____ EM _____/_____/_____			

RESOLUÇÃO n.º 003/2026
Anexo iI

CONTROLE ANUAL DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS de iniciativa do Poder Legislativo Municipal	**ANO: _____**

Nº Registro	**Data de Apresentação**	**Autor(es)**	**Tipo de Proposição**	**Resumo do Objeto**	**Situação**

Índice:

Situação A - Apresentada Ap – Aprovada S - Sancionada R - Rejeitada Arq – Arquivada	***Tipo de Proposição*** PE-LOM Proposta de emenda à LOM PL - Projetos de Lei PDL - Projetos de Decreto Legislativo PR - Projetos de Resolução IND - Indicações	***Tipo de Proposição*** SUB/EM/SUBEM - Substitutivos, Emendas, Sub Emendas RQ Requerimentos M - Moções. O - Outro: _____

RESOLUÇÃO n.º 003/2026
Anexo iii

RELATÓRIO GERENCIAL DE PRODUTIVIDADE LEGISLATIVA
Câmara Municipal de Inácio Martins
Período: __/___/___ a __/___/___

1. OBJETIVO
O presente Relatório Gerencial de Produtividade Legislativa tem por finalidade monitorar a produtividade parlamentar, permitindo o acompanhamento quantitativo e qualitativo das proposições apresentadas pelos vereadores, bem como subsidiar a gestão administrativa, o planejamento institucional e a transparência das atividades legislativas.

2. QUANTIDADE TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS POR VEREADOR

Vereador	**Projetos de Lei**	**Projetos de Resolução**	**Projetos de Decreto Legislativo**	**Indicações**	**Requerimentos**	**Moções**	**Emendas Subemendas Substitutivo**	**Outras**	**Total**
TOTAL	**XX**	**XX**	**XX**	**XX**	**XX**	**XX**	**XX**	**XX**	**XXX**

3. DISCRIMINAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES POR TIPO

Tipo de Proposição	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Proposta de Emenda a LOM	Xx	xx
Projetos de Lei	XX	XX%
Projetos de Decreto Legislativo	XX	XX%
Projetos de Resolução	XX	XX%
Substitutivos, Emendas e Subemendas		
Requerimentos	XX	XX%
Indicações	XX	XX%
Moções	XX	XX%
Outros	XX	XX%
TOTAL	**XXX**	**100%**

Análise
Proceder a análise comparativa das matérias protocoladas, indicando ao menos a proposição predominantemente protocolada e a análise em percentual dos projetos de lei apresentados.

4. ANÁLISE COMPARATIVA COM PERÍODOS ANTERIORES

Comparativo Geral

Indicador	Período Atual	Período Anterior	Variação (%)
Proposta de Emenda a LOM			
Projetos de Lei			
Projetos de Decreto Legislativo			
Projetos de Resolução			
Substitutivos, Emendas e Subemendas			
Requerimentos			
Indicações			
Moções			
Outros			

Comparativo da Produção por Vereador

Vereador	Período Atual	Período Anterior	Variação
Vereador	Xx	Xx	xx
Vereador	Xx	Xx	xx
Vereador	Xx	Xx	xx

Análise Comparativa

Observa-se que a produção legislativa apresentou **crescimento/redução de XX%** em relação ao período anterior. O aumento concentrou-se principalmente nas proposições do tipo _____, indicando maior atuação parlamentar nessa matéria.

5. ÍNDICES DE APROVAÇÃO E REJEIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Resultado da Tramitação

Situação	Quantidade	Percentual (%)
Aprovadas	XX	XX%
Rejeitadas	XX	XX%
Arquivadas	XX	XX%
Retiradas	XX	XX%
Em tramitação	XX	XX%
Prejudicadas	XX	XX%
TOTAL	**XXX**	**100%**

Índice de Aprovação por Vereador

Vereador	Apresentadas	Aprovadas	Rejeitadas	Índice de Aprovação
Vereador A				
Vereador B				
Vereador C				

Indicadores Consolidados

• Total de proposições apresentadas: _____
• Total de proposições deliberadas: _____
• Índice geral de aprovação: _____%
• Índice geral de rejeição: _____%
• Índice de proposições em tramitação: _____%

6. CONCLUSÃO

Responsável pela elaboração: _____
Cargo: _____
Data: ____/_____/_____

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:B9F01F7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 664/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exoneradas, a pedido, as servidoras abaixo relacionadas:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ADRIANA DE LIMA PACHECO	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.429-63
DANIELE APARECIDA CARACH	Merendeira	Secretaria de Educação	XXX.XXX.669-02

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos em 13/09/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 11 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:9983F92A

PROCURADORIA
EDITAL Nº 002.31/2026 – 27ª CONVOCAÇÃO

Irati, 14 de setembro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA PÚBLICO a vigéssima sétima convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 17 de setembro de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Auxiliar de Serviços Gerais para Contratação Temporária							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
256	SIMONE AP. FERREIRA DOS SANTOS	0	0	0	108	108	4ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);
c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.
O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD
Decreto nº 703/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:DD001A8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATOS DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 68/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Matheus Carvalho	Motorista	Bandeirantes	31/08, 01, 02, 03 e 04/09/2026	Transporte de universitários	R$ 150,00
Odair José de Souza	Motorista	Cornélio Procópio	31/08, 01, 02, 03 e 04/09/2026	Transporte de universitários	R$ 300,00
Edimar Aparecido Martimiano	Motorista	Assís	31/08, 01, 02, 03 e 04/09/2026	Transporte de universitários	R$ 300,00
Matheus Carvalho	Motorista	Bandeirantes	08, 09, 10 e 11/09/2026	Transporte de universitários	R$ 120,00
Edimar Aparecido Martimiano	Motorista	Assís	08, 09, 10 e 11/09/2026	Transporte de universitários	R$ 240,00
Odair José de Souza	Motorista	Cornélio Procópio	08, 09, 10 e 11/09/2026	Transporte de universitários	R$ 240,00
Elaine de Souza Oliveira	Professora	Cornélio Procópio	11/09/2026	Seminário de Pratica com Foco na Gestão e Alfabetização dos Municípios pertencentes ao NRE de Cornélio Procópio	R$ 72,50
Rosana Aparecida Mendes Aron	Professora	Cornélio Procópio	11/09/2026	Seminário de Pratica com Foco na Gestão e Alfabetização dos Municípios pertencentes ao NRE de Cornélio Procópio	R$ 72,50
Elaine Aparecida dos Santos	Professora	Cornélio Procópio	11/09/2026	Seminário de Pratica com Foco na Gestão e Alfabetização dos Municípios pertencentes ao NRE de Cornélio Procópio	R$ 72,50
Andreia Soares Alexandre	Secretária da Educação	Cornélio Procópio	11/09/2026	Seminário de Pratica com Foco na Gestão e Alfabetização dos Municípios pertencentes ao NRE de Cornélio Procópio	R$ 72,50
Patricia Soares	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	10/09/2026	Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	R$ 72,50
Fabiana Cristina dos Anjos	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	10/09/2026	Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	R$ 72,50
Gislaine Maria Munhoz Neves	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	10/09/2026	Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	R$ 72,50
Crislaine Aparecida dos Santos	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	10/09/2026	Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	R$ 72,50
Ana Paula Iotti	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	10/09/2026	Curso de Formação aos Conselheiros Tutelares	R$ 72,50

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:62DDAF42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 59/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: ATUALIZA OS VALORES DA PREMIAÇÃO DE DESEMPENHO EDUCACIONAL DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 987/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei 3º da Lei Municipal nº 987/2026, de 26 de junho de 2026, e;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei Municipal nº 987/2026 autoriza o Chefe do Poder Executivo a atualizar, por meio de Decreto, os valores pagos a título de Premiação de Desempenho Educacional, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar o valor real da Premiação e de manter o poder de incentivo do benefício instituído pela referida Lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores da Premiação de Desempenho Educacional, instituída pelo art. 2º da Lei Municipal nº 987/2026, conforme tabela a seguir:

Função	Valor Anterior
Diretor(a)	R$ 800,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	R$ 800,00
Professores Efetivos (1º ao 5º ano, áreas específicas, apoio e recursos), Educação infantil e ensino fundamental	R$ 800,00
Profissional da Secretaria de Educação- Apoio Pedagógico	R$ 800,00
Profissional da Secretaria de Educação- Apoio Administrativo	R$ 500,00
Professor(a) Regente Efetivo da Turma Avaliada do 5º Ano	R$ 1.500,00
Secretário(a) Escolar - Efetivo	R$ 500,00
Cozinheiro(a) - Efetivo	R$ 500,00
Auxiliar de Serviços Gerais - Efetivo	R$ 500,00

.

§ 1º A atualização de que trata o caput deste artigo aplica-se aos pagamentos da Premiação referentes aos ciclos avaliativos apurados a partir da publicação deste Decreto, não gerando efeitos retroativos.

§ 2º O valor destinado ao(à) Professor(a) Regente Efetivo da Turma Avaliada do 5º Ano permanece com o caráter diferenciado previsto no art. 2º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 987/2026.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, conforme art. 6º da Lei Municipal nº 987/2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:09266ED5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAPA - PR
RESOLUÇÃO Nº. 717, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Aprova os Planos de Aplicação de recursos financeiros oriundos de transferência do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social e recursos próprios do Município para o Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao mês de setembro de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1331 de 11/06/96, regido pela Lei Municipal nº. 3105 de 30/07/2015.

Considerando o disposto no Inciso III, do Artigo 30 da Lei Federal nº 8742/93;

Considerando o disposto no Artigo 23 da Lei Municipal nº 3105, de 30 de Julho de 2015;

Considerando a Portaria Nº 124, de 29 de Junho de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria Nacional de Assistência Social;

Considerando os Planos de Aplicação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, os quais apresentam o planejamento para aplicação dos recursos estimados para Bloco da Proteção Social Básica, Emenda Parlamentar nº 202642770008, Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, Bloco da Proteção Social Especial, Deliberação Estadual nº 027/2024, Piso Único de Assistência Social - PAS - Deliberação nº 59/2023 - CEAS/PR e Recursos Próprios do Município;

Considerando o Ofício Nº 199, de 08 de Setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, o qual requer a deliberação e aprovação do CMAS dos Planos de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social oriundos do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social e recursos próprios do Município,

Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 09/09/2026, em reunião ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar os Planos de Aplicação de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social, oriundo de transferência do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social e recursos próprios do Município, conforme planilha:

FONTE	NOME	SERVIÇO A SER ATENDIDO	DESCRIÇÃO	VALOR
422	EMENDA PARLAMENTAR 202642770008	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00
TOTAL GERAL DA FONTE 422				**100.000,00**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
730	Deliberação Estadual 027/2024	Incentivo Vidas Aquecidas	Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano previdenciário)	264,80
TOTAL GERAL DA FONTE 730				**264,80**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
738	Piso Único de Assistência Social - PAS - Deliberação nº 59/2023 - CEAS/PR	SCFV - CEJU	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	808,36
		BENEFÍCIO EVENTUAL	CARTÃO ALIMENTAÇÃO	17.987,20
TOTAL GERAL DA FONTE 738				**18.795,56**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
935	Bloco da Proteção Social Básica	SCFV - IDOSOS	RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS	38,66
		CRAS FERNANDA MEIRA	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2.938,21
		SCFV - IDOSOS	RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS	28,66
		SCFV - IDOSOS	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2.139,00
TOTAL GERAL DA FONTE 935				**5.144,53**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
940	BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E E CADASTRO ÚNICO	Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano previdenciário	2.780,47
			CONTRIBUIÇÕES AO INSS - COMISSIONADOS	428,99
			VENCIMENTOS E VANTANGENS FIXAS - PESSOAL EFETIVO	10.430,21
			VENCIMENTOS COMISSIONADOS - NÃO OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS	2.645,46
			13º SALÁRIO - PESSOAL EFETIVO	4.914,36

			13º SALÁRIO - COMISSIONADOS	1.232,73
			IMPRESSOS PARA DIVULGAÇÃO	394,00
			IMPRESSOS PARA DIVULGAÇÃO	104,97
TOTAL GERAL DA FONTE 940				**22.931,19**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
966	Bloco da Proteção Social Especial	CREAS	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		CREAS	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		CREAS	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	BOLSA AUXÍLIO FAMÍLIA ACOLHEDORA	4.863,00
TOTAL GERAL DA FONTE 966				**5.458,98**
FONTE	**NOME**	**SERVIÇO A SER ATENDIDO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
0	Recursos Próprios	ÓRGÃO GESTOR	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		ÓRGÃO GESTOR	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		ÓRGÃO GESTOR	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO	198,66
		ÓRGÃO GESTOR	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIO COMISSIONADO	210,00
		BENEFÍCIO EVENTUAL	CARTÃO NATALIDADE	6.269,20
TOTAL GERAL DA FONTE 000				**7.075,18**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 09 de Setembro de 2026.

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3D68A31E

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS Nº 390/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome WESLEY SAMUEL DE LIMA VEIGA		Matrícula 82154
ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA	CPF 068.566.539-99	RG 152767188
Setor/Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CRAS	Conta corrente/poupança 24688629-5	Banco/ NºAgência BANCO NUBANK 0260
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8781284		
Destino(Dist. Aprox.) ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO 191 KM	Período **04/09/2026**	
Hora de Saída 08:00h (aproximado)	Hora de Retorno 16:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ônibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s)(R$) R$ 60,00 (sessenta reais)	Total a Receber(R$) R$ 60,00 (sessenta reais)	
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8781284 do dia 04/09/2026. Despesas com alimentação, referente a visitas domiciliares para Averiguação do Cadastro Único, sendo realizado visitas nas comunidades da Carqueja, Palmital, Rio da Areia, Bonito, Água Azul e Faxinal dos Dias.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 11/09/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 11/09/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
11/09/2026 Data		

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E7B00B1A

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS Nº 391/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome ANDRE PAULO DE OLIVEIRA SCHUSTER		Matrícula 8365-02
MOTORISTA	CPF 033.039.789-30	RG 8.422.457-0
Setor/Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CRAS	Conta corrente/poupança 596128722-6	Banco/ NºAgência Caixa Econômica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8783545		
Destino(Dist. Aprox.) ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO 191 KM	Período **04/09/2026**	
Hora de Saída 08:00h (aproximado)	Hora de Retorno 16:00h (aproximado)	

Transporte Veículo Oficial (x) Ônibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____	
Valor Diária(s)(R$) R$ 60,00 (sessenta reais)	Total a Receber(R$) R$ 48,66 (quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos)
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8783545do dia 04/09/2026. Despesas com alimentação, referente a visitas domiciliares para Averiguação do Cadastro Único, sendo realizado visitas nas comunidades da Carqueja, Palmital, Rio da Areia, Bonito, Água Azul e Faxinal dos Dias.	
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO	
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 11/09/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 11/09/2026 Data Secretário(a) Municipal	
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL	
11/09/2026 Diego Timbirussu Ribas Data Prefeito Municipal	

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5F241CBB

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS Nº 392/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome JOELISA LENZI		Matrícula 682
ASSISTENTE SOCIAL	CPF 836.123.789-53	RG 4.540.654-7
Setor/Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CRAS	Conta corrente/poupança 810615445-7	Banco/ NºAgência Caixa Econômica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8783545		
Destino(Dist. Aprox.) ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO 191 KM	Período **04/09/2026**	
Hora de Saída 08:00h (aproximado)	Hora de Retorno 16:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ônibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s)(R$) R$ 60,00 (sessenta reais)	Total a Receber(R$) R$ 48,66 (quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos)	
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme NF nº 8783545do dia 04/09/2026. Despesas com alimentação, referente a visitas domiciliares para Averiguação do Cadastro Único, sendo realizado visitas nas comunidades da Carqueja, Palmital, Rio da Areia, Bonito, Água Azul e Faxinal dos Dias.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 11/09/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 11/09/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
11/09/2026 Diego Timbirussu Ribas Data Prefeito Municipal		

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:542C4D09

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 086 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o repasse referente ao exercício de 2025, Portaria GM/MS nº. 1135, de 16 de agosto de 2023 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 28429, de 06 de fevereiro de 2025 e conforme o Decreto Municipal nº 24.319, de 28 de novembro 2019, RESOLVE:

(I) Considerando a Lei Municipal nº. 4140/2023, a qual trata do repasse dos valores transferidos pela União à titulo de Assistência Financeira Complementar prevista no § 14°, do Art. 198, da Constituição Federal, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras que dispõe sobre o repasse referente ao exercício de 2023, Portaria GM/MS nº. 1135, de 16 de agosto de 2023;
(II) Considerando a exigência do Ministério da Saúde de que os profissionais dos ESF's cumpram carga horária de 40 horas semanais;
(III) Considerando que a carga horária do Concurso Público para os cargos de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, conforme Lei Municipal nº. 1773/2004 é de 30 horas semanais;
(IV) Considerando o cálculo do valor do piso por carga horária, sendo:
Enfermeiros – 40h - R$ 4.318,18
Enfermeiros – 30h – R$ 3.238,64
Técnicos de Enfermagem – 40h - R$ 3.022,73
Técnicos de Enfermagem – 30h – R$ 2.267,04, e
Auxiliares de Enfermagem – 40h - 2.159,10.

(V) Considerando a tabela de exemplos da cartilha referente a Portaria GM/MS nº. 1135, de 16 de agosto de 2023, a qual informa as vantagens pecuniárias que fazem ou não parte do cálculo;
(VI) Considerando a Lei Municipal nº. 1773/2004, referente as progressões concedidas aos servidores deste município;
(VII) Considerando a Lei Municipal nº. 2280/2008, referente as vantagens concedidas aos servidores deste município;
(VIII) Considerando que as vantagens contabilizadas para o cálculo, para realização do lançamento dos dados de acordo com a portaria acima mencionada, dentro do prazo estabelecido e conforme orientação da Coordenação do Estado do Paraná referente ao repasse financeiro complementar do piso salarial, obedecendo os critérios em conjunto com os demais municípios do Estado do Paraná, serão:
1 - Vencimento Base, ou seja, referência 1, da tabela de vencimento deste município da Lei nº. 1773/2004; considerando que as demais referências de 2 a 15, são aquelas recebidas pelos servidores referente as progressões devidas e de acordo com os artigos da Lei acima mencionada, ou seja, por merecimento e ou por produtividade presumida, conforme Artigos 60 a 64;
2 - Gratificação Tempo Integral e Dedicação Exclusiva -TIDE e ou Gratificação Incorporada na porcentagem de 33,33%, do vencimento da referência 1 da Tabela, já mencionada acima, tendo em vista que essa é a porcentagem paga referente a complementação de 10h semanais, além da instituída pela Lei/Concurso do município de 30h semanais, tendo em vista a exigência do Ministério da Saúde de que os profissionais dos ESF's cumpram carga horária de 40 horas semanais;
3 - Horas Extras, proporcional ao aumento da carga horária exigida no concurso público, para os profissionais que não recebem as Gratificações acima mencionadas, mas que também realizam carga horária de 40h semanais, conforme exigência do Ministério da Saúde de que os profissionais dos ESF's cumpram essa carga horária;
(IX) Considerando o registro efetuado pelo município no sistema INVESTSUS dos profissionais de enfermagem, bem como o registro promovido pelo estado dos profissionais de enfermagem alocados nos estabelecimentos de gestão dupla, ou seja, a Maternidade Municipal Humberto Carrano e a Central Pediátrica Dr. Aloisio Leoni;
(X) Considerando os ajustes necessário realizados pelo município, conforme as informações acima;
(XI) Considerando os valores recebidos referente ao auxílio financeiro complementar enviado pela União e pelo Governo Estadual.
(XII) Considerando os casos de afastamentos dispostos nos Art.127 a 132, Art.133, Art.134, Art. 136, Art. 253 a 259 e Art. 264 a 267 da Lei Municipal nº 2.280, de 31 de dezembro de 2008, o calculo para o pagamento do complemento referente ao piso da enfermagem será baseado na carga horária exigida em concurso público.
(XIII) Considerando a Deliberação Nº 300/2023 de 16/10/2023 da Comissão Intergestores Bipartite dp Paraná – CIB/PR, o qual o município passa a ser responsável por inserir os dados funcionais dos profissionais do grupo de enfermagem da Gestão Dupla no sistema INVESTSUS, bem como o repasse federal do recurso de complemento do piso de enfermagem será diretamente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.
(XIV) Considerando o reajuste concedido através da Lei Municipal Nº 4528 de 06 de Fevereiro de 2026.

Art.1º - Conceder aos servidores relacionados, os valores constantes na tabela abaixo referente ao mês de Setembro de 2026:

	MATRICULA	NOME	CPF	CARGO	JORNADA SEMANAL	SETEMBRO 2026	OBSERVAÇÃO
	1896-02	ADRIANA JANZ STICA	05734162906	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	81527-06	ALINE MAGALHÃES FERREIRA	07155315907	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	7424-01	ANA CRISTINA BOCOEN	06164875927	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	71-02	ANA JOSEFA SILVEIRA LUCAS	85667676915	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	74-04	ANA LUCIA DA SILVA DA LUZ	55794203072	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82328-02	ANNA LUIZA DOMINGUES BORA	12608886906	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8594-02	ANA MARIA PAES TINFEL	05598009919	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	10050-01	ANTONIO CARLOS PADILHA PEDROSO	87185334934	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8322-01	BRUNA SCARDANZAN HORNUNG	06830453933	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4978-01	CECILIA MORDASKI HORNUNG	03208501960	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	4465-02	CINTHYA MARA SCHUSTER ALVES	03930373980	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82727-01	CLARICE DE JESUS ALVES ARAUJO DE LIMA	04375701935	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4872-02	CLAUDIANE FERREIRA DA MAIA	04747567933	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8102-01	CRISTIANE APARECIDA RODRIGUES KOGA	06836308900	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	310-03	CRISTIANE HOFFMANN DA CONCEICAO	04986146971	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4529-01	CRISTIANE SCHUSTER BILL	00940446944	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	10231-01	CRISTIANA MEIRA	04957951942	AUXILIAR DE ENFERMAGEM PEDIATRIA	40	R$ 363,73	
	4575-02	DANIELE BELNHARKI DE MELO	04426089930	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	9960-01	DENIZE APARECIDA GUTERVILLE DA SILVEIRA	77843754920	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	82078-01	EDUARDO SKOPEC DOS SANTOS	09124581941	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4891-01	ELISANGELA DELPONTE DA SILVA	00351950966	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	9445-01	ELIZABETE POLI SANTANA VOITKI	99451930906	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8742-01	ELIANDRA HORNING BZUNEK	04578746941	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	487-05	FRANCELLE DOMINGUES	72861703920	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 557,65	**FUNCIONÁRIA RECONDUZIDA AO CARGO EM 14/08/26 CONFORME**

							PORTARIA 29877 DE 13/08/26 – PAGAMENTO PROPORCIONAL REF AGO: R$ 193,92 + R$ 363,73 SET.
	80800-01	GILCELE DE LIMA STABACH	06781968939	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8468-01	HELOISA DE LIMA SLUSARZ	05742333935	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	11512-01	IARA SAMPAIO PEREIRA	02262522995	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82064-01	INAJARA COLINO RASMUSSEN	04366847990	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	5073-02	JAIME BUENO CAMARGO	66140919991	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	5072-02	JUAREZ WEINHARDT PADILHA	04673193911	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	9443-01	JULIANA HAMMERSCHMIDT DOS SANTOS	04765776913	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	7361-04	LETICIA PAVAO WOLF TEIXEIRA	06909926960	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4446-01	LIDIANE PEPES NASCIMENTO	03085577947	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8300-01	LORIANE FATIMA DE OLIVEIRA DA FONSECA	06324158942	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82028-01	LUCELIA APARECIDA RODRIGUES KASEKER	05990268980	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	11416-01	LUCIANE BINDER PICULSKI PAZ	02155979908	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	6754-01	LUCIANE MARTINS DE CAMARGO	04587639931	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82073-01	LUCIMARA HONORIO CARVALHO	02043994913	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	8566-01	MARCIA APARECIDA FERREIRA DOMINGUES	02195167904	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8165-01	MARIA ADELAIDE FERREIRA GUIMARAES	04277521916	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	9959-01	MARIA APARECIDA BUENO DE CARVALHO	78190134949	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8248-01	MARIA INES DA MAIA HORNING	98239805949	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8424-01	MARIA ISABEL MORDASKI HORNUNG	04991611903	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	81338-03	MARILDA DO ROCIO MEIRA HEIMOSKI	58674101968	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	7073-01	MARTA BARBOSA DA SILVA	03588677976	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	1227-01	NOEMI DE FATIMA RIBAS LINHARES	04391540908	AUXILIAR DE ENFERMAGEM MMHC	40	R$ 363,73	
	82809-01	RAFAELLA WIELESKI DOS SANTOS	08658000907	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	80852-01	RENATA LEAL CARDOSO	08271516914	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	80747-01	ROBSON RIBEIRO RODRIGUES	04918522904	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8166-01	ROSA MARIA PACHECO SCHEBEUKA	03643237952	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	81695-02	ROSEMARI HONORIO CARVALHO	04443311904	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	9966-01	ROSILDA TEREZINHA DOS SANTOS RIBAS	93800215934	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	1401-02	SAMUEL GOIS DA SILVA	47028297934	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	7627-01	SANDRA LEMOS	80391095900	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	82728-01	SOPHIA FERRAZ KOBACHUK	05849305939	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	6234-01	SIDNEY VOOS KASEKER	78189624920	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	1493-02	SONIA REGINA CARDOSO	81885024991	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	81523-02	TATIANE APARECIDA BORA	06175637992	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4507-02	TATIANE TEITER HORNUNG	04975868946	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8101-01	VALERIA CRISTINA RUTES	01467380989	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	4128-03	VALERIA ZELLA CARVALHO	07105671971	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	8567-01	VERA NUNES JAVORSKI	04040084969	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	1624-01	WILMA KNOPIK FERREIRA	00053631951	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
	1641-02	ZENAIDE APARECIDA DIAS RIBAS	96415916904	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R$ 363,73	
TOTAL:						**R$ 23.472,64**	

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Publique-se e Arquive-se.

Secretaria Municipal de Saúde, em 11 de Setembro de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal da Saúde

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A42BD84E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 180 /2026 - REPUBLCIADO POR ERRO

DECRETO Nº 180 /2026

Súmula: Dispõe sobre o instrumento de avaliação de mérito e desempenho e apresentação do plano de ação dos candidatos à direção de instituição educacional da rede municipal de ensino e dá outras providências.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO necessidade de estabelecer critérios para a avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério interessados em assumir a direção de instituições de ensino da rede municipal de ensino;
D E C R E T A:
Art. 1º. Este Decreto atende ao disposto no art. 14, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação, os quais impõem a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho, bem como apresentação do plano de ação para uma banca avaliadora, aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino.
Art. 2°. A prévia avaliação e apresentação do plano de ação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar da consulta à comunidade.
Parágrafo único. A prévia avaliação e apresentação do plano de ação também é obrigatória mesmo que seja candidato único, ou que já esteja no cargo ou função de direção.
Art. 3º. Serão considerados em condições de apresentarem o plano de ação e em seguida de participarem da consulta à comunidade, os profissionais do magistério que obtiverem na avaliação o mínimo de 1.120 (mil cento e vinte) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 1.400 (mil e quatrocentos) pontos da avaliação e que atendam às exigências legais estabelecidas em lei municipal.
Art. 4º. Após aprovação na avaliação de desempenho, serão considerados em condições de participarem da consulta à comunidade, os profissionais do magistério que obtiverem na apresentação do plano de ação o mínimo 80 (oitenta) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 100 (cem) pontos.
Parágrafo único: Caso não haja aprovação de candidatos na instituição, caberá ao Chefe do Poder Executivo juntamente com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação a indicação do diretor, e o qual deverá passar pelo mesmo processo de avaliação de mérito e desempenho, bem como apresentação do plano de ação, e não precisará passar pela consulta à comunidade.
Art. 5º A avaliação e banca avaliadora serão efetuadas por uma comissão de servidores especificamente constituída por Portaria, com os seguintes membros:
I - o(a) Secretário(a) Municipal de Educação;
II – dois(a) assessor ou assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
III - um representante dos diretores de escola de ensino fundamental ou centro municipal de educação infantil indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação;
I**V –** um representante dos profissionais do magistério indicado pela categoria (professor);
V – um representante dos profissionais do magistério indicado pela categoria (educador);
§ 1º A Comissão será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação;
§ 2º Não poderão integrar a Comissão:
os profissionais que pretendem a sua nomeação para a direção;
os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos.

Art. 6º. Na avaliação de mérito e desempenho serão considerados os 3(três) últimos anos anteriores de efetivo trabalho escolar, contados da data da avaliação.
Art. 7º. A Comissão divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo impedidos de participar da consulta à comunidade aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada neste Decreto.
Parágrafo único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24(vinte e quatro horas) à própria Comissão e, mantido o resultado, caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 5(cinco) dias após a decisão da Comissão.
Art. 8º Integra este Decreto o instrumento de Avaliação De Mérito E Desempenho e modelo de Plano de Ação em anexo.
Art. 9º. A avaliação de mérito e desempenho, bem como apresentação do plano de ação, nos termos deste Decreto, serão aplicadas aos interessados na participação a partir da próxima consulta à comunidade para substituição dos diretores atuais.
Art. 10. Os atuais diretores que pretendem a prorrogação do mandato deverão participar da consulta à comunidade, bem como também deverão ser submetidos à previa avaliação de mérito e desempenho, e apresentação do plano de ação.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto 179/2026.
Prefeitura Municipal de Loanda-Pr, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO – DECRETO 180/2026
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA DIREÇÃO
PERÍODO: ____/___/_____ a ___/____/_____

PROFESSOR(A):_____

AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
I – ASSIDUIDADE		
1 – Nunca teve falta injustificada no período	**100**	
3 - Teve até duas faltas injustificadas no período	**90**	
4 - Teve mais de duas a cinco faltas injustificadas no período	**70**	
5 - Teve mais de 5 faltas injustificadas no período	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
II – AUSÊNCIA POR ATESTADOS MÉDICOS		
1 – Afastou-se por atestados médicos por até 5 dias	**100**	
2 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 5 e menos de 10 dias	**90**	
3 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 10 e menos de 20 dias	**70**	
4 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 20 e menos de 40 dias	**50**	
5 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 40 e menos de 60 dias	**30**	
5 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 60 dias	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
III – PONTUALIDADE		
1 – Nunca chega atrasado(a) ou sai antes do término	**100**	
2- Algumas vezes chega atrasado ou sai antes do término das aulas	**90**	
3 - É comum chegar atrasado(a) ou sair mais cedo	**60**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
IV – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ADMINISTRATIVAS		
1 – Frequenta todas e participa	**100**	
2 - Frequenta todas mais não participa	**80**	
3 - Tem algumas ausências	**60**	
4 - Raramente frequenta as reuniões	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
V – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS		
1 – Frequenta todas e participa	**100**	
2 - Frequenta todas mais não participa	**90**	
3 - Tem algumas ausências	**70**	
4 - Raramente frequenta as reuniões	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VI – COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO		
1 – Está sempre pronto(a) a ajudar a administração	**100**	
2 – Colabora às vezes com a administração	**90**	
3 - Colabora raramente com a administração	**70**	
4 – Nunca colabora com a administração	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VII - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRA-CLASSE		
1 – Participa ativamente de todas as atividades extra-classes	**100**	
2 – Nem sempre participa das atividades extra-classes	**80**	
3 – Participa raramente das atividades extra-classes	**50**	
4 - Nunca participa das atividades extra-classes	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VIII - INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS PROFESSORES		
1 – É muito querido(a) pelos colegas de trabalho	**100**	
2 – Tem bom relacionamento com os colegas de trabalho	**90**	
3 – Não tem bom relacionamento com alguns colegas de trabalho	**70**	
4 – É comum ter atritos com colegas de trabalho	**60**	
5 – Relaciona-se apenas com alguns colegas de trabalho	**40**	
6 – Não se relaciona com os colegas de trabalho	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
IX - INTEGRAÇÃO COM OS SERVIDORES		
1 – É muito querido(a) por todos os servidores da escola	**100**	
2 – Tem bom relacionamento com os servidores da escola	**90**	
3 – Não tem bom relacionamento com alguns servidores	**70**	
4 – É comum ter atritos com servidores	**50**	
5 – É exigente e grosseira com os servidores	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
X – RELACIONAMENTO COM OS ALUNOS E PAIS		
1 – É muito querido(a) pelos seus alunos e seus pais	**100**	
2 – Nunca teve problemas de relacionamento com alunos ou pais	**90**	
3 – Teve pequenos problemas de relacionamento com alunos ou pais	**70**	
4 – Teve alguns problemas de relacionamento com alunos	**50**	
5 - Os alunos não gostam de tê-lo(a) como docente	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
I – FORMAÇÃO PROFISSIONAL - PÓS-GRADUAÇÃO		
1 – Possui curso de Doutorado em Educação	**100**	
2 – Possui curso de Mestrado em Educação	**90**	
3 – Possui 3 ou mais cursos de Especialização em educação	**80**	
4 – Possui 2 cursos de Especialização em Educação	**60**	
5 - Possui 1 curso de Especialização em Educação	**40**	

TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
II – FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA DIREÇÃO		
1 – Possui curso de Mestrado em Gestão Escolar	**100**	
2 – Possui curso de Especialização em Gestão Escolar	**90**	
3 – Possui curso de Pedagogia	**70**	
4 – Possui curso de Graduação em Administração	**60**	
5 – Possui habilitação em Administração Escolar em Pedagogia	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
III - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO		
1 – Participou em um total de 100% das horas em cursos de capacitação ofertados pela SME nos dois últimos anos.	**100**	
2 – Participou entre 90% a 99,99% das horas em cursos de capacitação ofertados pela SME nos dois últimos anos.	**90**	
3 – Participou entre 80% a 89,99% das horas em cursos de capacitação ofertados pela SME nos dois últimos anos.	**70**	
4 – Participou em menos de 79,99% das horas em cursos de capacitação ofertados pela SME nos dois últimos anos.	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
IV - PENALIDADES SOFRIDAS		
1 – Nunca sofreu qualquer penalidade administrativa	**100**	
2 – Já sofreu penalidade de advertência	**70**	
3 - Já sofreu penalidade de repreensão ou mais de uma advertência	**50**	
4 – Já foi punido com suspensão	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

RESUMO DA PONTUAÇÃO

AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I – Assiduidade	
II - Ausência por atestados médicos	
III – Pontualidade	
IV – Participação em reuniões administrativas	
V – Participações em reuniões pedagógicas	
VI – Colaboração com a direção	
VII – Participação em atividades extra-classes	
VIII – Integração com os demais professores	
IX – Integração com os servidores	
X - Relacionamento com os alunos e pais	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
AVALIAÇÃO PROFISSIONAL	
I – Formação profissional – pós-graduação	
II – Formação específica para direção	
III – Participação em cursos de capacitação	
IV – Penalidades sofridas	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	

Avaliação realizada em data de ____/_____/_____

MEMBROS DA COMISSÃO:

ANEXO – DECRETO 180/2026
Plano de Ação
Gestão – 2027/2030

Introdução
A proposta de plano de ação para a instituição é um instrumento de trabalho dinâmico e flexível, que deve ser posteriormente (uma vez eleito) discutido com toda a comunidade escolar, uma vez que:
- Operacionaliza as medidas previstas no regimento;
-Propõe ações para a execução do Projeto Político Pedagógico da escola em um determinado período letivo, norteando a gestão das atividades escolares;
- Possibilita a equipe de direção apresentar sua proposta de trabalho, ressaltando prioridades, problemas, desafios e objetivos a alcançar;
- Relaciona as ações específicas que pretendem desenvolver, com vistas a solucionar os problemas;
- Explicita, também, como, por quem e quando as ações serão realizadas, bem como, os critérios para acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido;
- Define metas a serem atingidas, com previsão de prazos.
A proposta de plano de ação para a instituição deve considerar a realidade escolar, respeitando a legislação vigente, com ênfase na melhoria da gestão pedagógica e administrativa. Este documento deverá ser submetido à análise e validação oficial da Comissão Avaliadora, após apresentação das propostas pelos candidatos, com assinaturas de todos os membros da respectiva comissão.
A proposta de plano de ação para instituição deve conter:

LOGO DA INSTITUIÇÃO

1- Identificação da Unidade Escolar
a) Identificação:
- Nome
- Endereço
-CEP
- Telefone
- Fax
- E-mail

b) Organização da unidade:
- Curso
- Nível
- Modalidade
- Turnos
- Períodos de funcionamento e horários

c) Equipe de Gestão:
- Diretor
- Coordenador Pedagógico

2- Caracterização da Unidade Escolar
2.1.1 – Histórico:
- Criação
- Localização
- Importância para a comunidade etc.

2.1.2 – Prédio Escolar:
- Data da construção
- Número de salas
- Ambientes pedagógicos e administrativos

2.1.3 – Recursos Físicos e Pedagógicos:
- Equipamentos
- Principais materiais pedagógicos e administrativos

2.1.4 – Recursos Humanos:
- Direção
- Coordenação Pedagógica
- Corpo Docente
- Equipe administrativa
- Equipe de apoio

2.2 – Missão
A missão justifica a razão de instituição existir, o porquê ela foi criada, qual o seu propósito e como ela pretende agregar aos funcionários, clientes e à sociedade.

2.3 – Visão
A visão é o que a instituição busca no futuro, seus anseios, aspirações, metas e objetivos.
2.4 – Indicadores
a) Dados do IDEB
b) Resultado das escalas de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática
c) Taxa de aprovação em anos do IDEB

3- PLANO DE AÇÃO – GESTÃO – 2027/2030

DIMENSÃO DA GESTAO ESCOLAR DEMOCRÁTICA						
PRIORIDADES	**OBJETIVOS**	**AÇÕES**	**PERIODO**	**RESPONSAVEIS PELA AÇAO**	**PUBLICO ALVO**	**RESULTADOS ESPERADOS**
Curto Prazo						
Médio Prazo						
Longo Prazo						

3- PLANO DE AÇÃO – GESTÃO – 2027/2030

DIMENSÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA						
PRIORIDADES	**OBJETIVOS**	**AÇÕES**	**PERÍODO**	**RESPONSÁVEIS PELA AÇAO**	**PÚBLICO ALVO**	**RESULTADOS ESPERADOS**
Curto Prazo						
Médio Prazo						
Longo Prazo						

3- PLANO DE AÇÃO – GESTÃO – 2027/2030

DIMENSÃO DA AVALIAÇÂO						
PRIORIDADES	**OBJETIVOS**	**AÇÕES**	**PERÍODO**	**RESPONSÁVEIS PELA AÇAO**	**PÚBLICO ALVO**	**RESULTADOS ESPERADOS**
Curto Prazo						
Médio Prazo						
Longo Prazo						

LOGO DA INSTITUIÇÃO

Eu_____ RG _____, CPF_____, professor_____ e _____ RG_____, CPF_____,
Professor_____ devidamente por ordem colocam a disposição da comunidade escolar do /da_____ seus nomes para apreciação na eleição de diretor da instituição para a gestão 2027/2030.
Diretor _____
Coordenador Pedagógico _____

Loanda, 10 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:81A9A2E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO N°001 AO CONTRATO Nº 038/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N°001 AO CONTRATO Nº 038/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS, e a empresa, FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA.

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA	FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ FAFIPA, inscrita no CNPJ Nº 05.566.804/0001-76 sediada na Avenida Paraná, número 794-A, Jardim América, Paranavaí Pr, CEP 87.705-190, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Valdir Cipriano de Oliveira, portador do RG nº 47553970 SESP PR e inscrito no CPF sob nº 576.253.609-20.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, no Contrato Administrativo n.º 038/2026, Dispensa n° 008/2026, cujo objeto é a Contratação De Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Planejamento, Organização e Execução de Concurso Público, Compreendendo a Elaboração de Provas, Editais e Demais Documentos Pertinentes à Execução do Serviço, Divulgação, Diagramação, Impressão, Logística, Aplicação de Provas Objetiva, Discursiva e Física, Correção, Processamento de Resultados, Julgamento De Recursos E Assessoramento Técnico-Jurídico Correlato, Destinado Ao Provimento De Cargos Efetivos De Níveis Fundamental, Médio/Técnico e Superior, Para O Quadro Permanente Do Município De Matinhos/Pr, firmam o presente TERMO DE APOSTILAMENTO conforme as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
Em razão do disposto no parágrafo Quarto da Cláusula Sexta do Contrato nº 038/2026, fica alterado o valor contratual, considerando o número de inscrições excedentes.

Item	Cod	Qtde	Unid	Descrição	Vlr Inicial	Valor do acréscimo
1	34815	01	SVÇ	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização e execução de concurso público, compreendendo a elaboração de provas, editais e demais documentos pertinentes à execução do serviço, divulgação, diagramação, impressão, logística, aplicação de provas [objetiva, discursiva[1] e física[2]], correção, processamento de resultados, julgamento de recursos e assessoramento técnico-jurídico correlato, destinado ao provimento de cargos efetivos de níveis fundamental, médio/técnico e superior, para o quadro permanente do Município de Matinhos/PR	R$328.250,00	R$308.658,00
Valor Total R$636.908,00						

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 038/2026 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo de Apostilamento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 11 de setembro de 2026.

Município De Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Contratante

Fundação De Apoio Ao Campus De Paranavaí
Faculdade Estadual De Educação, Ciências E Letras De Paranavaí - FAFIPA
VALDIR CIPRIANO DE OLIVEIRA
CPF n°576.253.609-20
Contratada

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:1794CC67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 023-DC EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 23/2026 de 28/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$474.915,27 (quatrocentos e setenta e quatro mil e novecentos e quinze reais e vinte e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
49 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.800,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
112 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.650,00
114 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	1104	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	26.000,00
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
228 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
234 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
235 - 3.3.90.31.00.00	11063	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	46.574,00
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.2.028		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTES E LAZER	
252 - 3.3.90.31.00.00	1000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.000,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	232.000,00
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	6.000,00
272 - 3.3.90.30.00.00	149412	MATERIAL DE CONSUMO	3.400,00
278 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
323 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
330 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.700,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.1.096		CONSTRUÇÃO DE CRECHE INFÂNCIA FELIZ	
Suplementação			
467 - 4.4.95.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	32.191,27
09.003.08.243.0801.6.037		MANUTENCAO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VINCULOS	
351 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
355 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	800,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.200,00
10.001.20.608.2001.2.040		MANUTENCAO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MADEIRA	
387 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	25.100,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.2.015		MANUTENCAO DA GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	
416 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
		Total Suplementação:	474.915,27

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita		
Receita: 1.7.1.3.50.1.1	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENCAO	3.400,00
Receita: 1.7.1.9.60.0.1	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei	46.574,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - Fonte: 1000	424.941,27

	Total da Receita:	474.915,27

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 28 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:33D91441

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 023-DC SUPERAVIT FINANCEIRO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 23/2026 de 28/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$55.841,82 (cinquenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
49 - 3.3.90.39.00.00	3504	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	140,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS	
05.003.25.752.2501.2.016		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
152 - 3.3.90.30.00.00	3507	MATERIAL DE CONSUMO	9.781,20
153 - 3.3.90.39.00.00	3507	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.741,39
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.1.082		CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTES MUNICIPAL	
245 - 4.4.90.51.00.00	31016	OBRAS E INSTALACOES	40.179,23
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.241.0801.2.032		MANUTENCAO DA CASA LAR DO IDOSO	
301 - 3.3.90.30.00.00	393412	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
Total Suplementação:			55.841,82

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 28 de Agosto de 2026.

_____

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:2878E232

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº34/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 34/2026

A Prefeita Municipal de Mato Rico no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa de licitação nº 34/2026 – Aquisição de aviamentos e tecidos destinados a confecção de kits de enxoval para as gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas por programas e ações desenvolvidas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres**,** Tendo em vista a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 34/2026, para contratação do objeto supramencionado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13 – SECRETARIA DA MULHER
13.001 – DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
13.001.14.422.1401.2050 – Promoção de Políticas Públicas para as Mulheres
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

FORNECEDOR: J. PODOLAN LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº77.002.970/0001-50

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unt.	Valor total
1	Novelo de lã 100 g, fio 100% acrílico, aprox. 200 m por rolo, cores sortidas	UND	200	R$ 14,02	R$ 2.804,00
2	Fralda quadriculada, Material 100% algodão; Largura aproximada 70cm a 80cm; Gramatura média de 120/134g/m	ML	100	R$ 17,23	R$ 1.723,00
3	Fralda estampada menina, 100% algodão, largura aprox. 70 a 80 cm, gramatura média 120/134 g/m	ML	100	R$ 15,08	R$ 1.508,00
4	Fralda estampada menino, 100% algodão, largura aprox. 70 a 80 cm, gramatura média 120/134 g/m	ML	100	R$ 14,08	R$ 1.408,00
5	Atoalhado azul, 100% algodão tradicional, fios em relevo, gramatura aprox. 190 a 265 g/m², largura aprox. 1,40 a 1,45 m	ML	100	R$ 28,90	R$ 2.890,00
6	Atoalhado rosa, 100% algodão tradicional, fios em relevo, gramatura aprox. 190 a 265 g/m², largura aprox. 1,40 a 1,45 m	ML	100	R$ 29,90	R$ 2.990,00
7	Tecido p/manta rosa, 100% poliéster, gramatura aprox. 60 a 150 g/m, largura aprox. 1,60 m	ML	100	R$ 18,90	R$ 1.890,00
8	Tecido p/manta azul, 100% poliéster, gramatura aprox. 60 a 150 g/m, largura aprox. 1,60 m	ML	100	R$ 18,90	R$ 1.890,00
9	Agulha de tricô nº 4, 4,0 mm, comprimento aprox. 25 a 35 cm, alumínio	UND	30	R$ 12,50	R$ 375,00
10	Agulha de tricô nº 4, 4,0 mm, comprimento aprox. 35 a 37 cm, alumínio	UND	30	R$ 12,50	R$ 375,00
11	Agulha crochê 1,75, tamanho médio 12 a 15 cm, alumínio ou aço niquelado, cabo emborrachado	UND	30	R$ 5,75	R$ 172,50
12	Agulha crochê 1,50, tamanho médio 12 a 15 cm, alumínio ou aço niquelado, cabo emborrachado	UND	30	R$ 6,50	R$ 195,00
13	Agulha crochê 2,5, tamanho médio 12 a 15 cm, alumínio ou aço niquelado, cabo emborrachado	UND	30	R$ 5,75	R$ 172,50
14	Flanela estampada rosa, 100% algodão, largura aprox. 78 cm, gramatura 180 a 300 g/m	ML	100	R$ 17,50	R$ 1.750,00
15	Flanela estampada azul, 100% algodão, largura aprox. 78 cm, gramatura 180 a 300 g/m	ML	100	R$ 17,23	R$ 1.723,00
16	Lençol branco, 100% algodão, gramatura 140 a 160 g/m², largura 70 x 130 cm, com elástico	UND	100	R$ 16,90	R$ 1.690,00
17	Fibra siliconada para enchimento de travesseiro, 100% poliéster, antialérgica e higiênica, branca	KG	6	R$ 31,99	R$ 191,94
18	Linha para crochê, algodão 100%, rolo 500 m, cores branco, azul ou rosa	UND	100	R$ 21,90	R$ 2.190,00
19	Flanela branca, 100% algodão, largura aprox. 78 cm, gramatura 180 a 300 g/m	ML	100	R$ 16,28	R$ 1.628,00
20	Tesoura profissional para corte de tecido/alfaiate, lâmina de aço com revestimento titânio, 10 a 11 cm, aprox. 275 g, comprimento total 27,5 cm, cabo metal ou emborrachado	UND	2	R$ 110,00	R$ 220,00
Valor total				27.785,94	

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ 27.785,94 (vinte e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Mato Rico-Pr, 09 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:A1D1AD56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA 2 - SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - RETIFICADO

O presente Edital de Chamamento Público é realizado com recursos do Fundo Municipal de Cultura de Palmeira, instituído pela Lei Municipal nº 5.580, de 15 de setembro de 2022, e tem por finalidade fomentar a produção, a difusão, a preservação, a formação, a pesquisa, a inovação e as demais manifestações artístico-culturais desenvolvidas no Município de Palmeira.
O investimento dos recursos públicos no setor cultural constitui instrumento de fortalecimento da política cultural municipal, promovendo o acesso da população à cultura, a valorização dos agentes culturais locais, a democratização do financiamento público e o desenvolvimento econômico e social por meio da economia da cultura.
As diretrizes, critérios e estrutura deste edital foram definidos a partir de processo participativo, com realização de Audiência Pública em 30 de abril de 2026, ocasião em que foram aprovados o formato de edital de fomento, a distribuição dos recursos por faixas de valores, a manutenção das ações afirmativas, os critérios de pontuação adicional, a contratação de pareceristas externos e os quantitativos de projetos a serem contemplados.
Em observância aos princípios da administração pública, especialmente da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e participação social, o presente edital estabelece critérios objetivos para seleção de projetos culturais, assegurando igualdade de oportunidades aos agentes culturais do Município de Palmeira e promovendo a descentralização e a democratização do acesso aos recursos do Fundo Municipal de Cultura.
A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação torna público o presente Edital de Chamamento Público nº 03/2026, elaborado com fundamento na Lei Municipal nº 5.580, de 15 de setembro de 2022, e nas demais normas aplicáveis, convidando os agentes culturais do Município de Palmeira a apresentarem projetos culturais para seleção e celebração de Termo de Execução Cultural.

•
OBJETO

•
Constitui objeto do presente Edital a seleção de **26 (vinte e seis) projetos culturais**, destinados à celebração de Termo de Execução Cultural, para concessão de apoio financeiro com recursos do Fundo Municipal de Cultura de Palmeira, nas categorias previstas no **Anexo I**, visando fomentar a criação, produção, difusão, formação, pesquisa, preservação e demais manifestações artístico-culturais desenvolvidas no Município de Palmeira.

•
Serão selecionados ao todo 26 projetos. Caso haja disponibilidade orçamentária, recursos remanescentes do Fundo Municipal de Cultura, rendimentos financeiros, suplementação orçamentária ou outros recursos legalmente destinados à mesma finalidade, a Administração Pública poderá ampliar o número de projetos contemplados e/ou suplementar os valores deste Edital, observada a ordem de classificação final e o interesse público, mediante ato devidamente motivado. Na inexistência de projetos classificados em lista de espera, eventual saldo remanescente poderá ser destinado à realização de novo edital de fomento, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.

•

VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é deR$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).
2.2 Divisão e vagas:

Categoria	Valor	Vagas
Categoria I	5.000,00	12
Categoria II	10.000,00	14

2.3 A despesa ocorrerá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:
ÓRGÃO: 09 – Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira
UNIDADE: 09.002- Fundo Municipal de Cultura
PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0021.2064
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.31.00.00 – Premiações Culturais, Artísticas, científicas, desportivas e outras
REDUZIDO: 364
FONTE: 562
VALOR DO EDITAL: R$ 200.000,00

3. QUEM PODE SE INSCREVER
3.1 Poderá se inscrever neste Edital o agente cultural maior de 18 (dezoito) anos, residente e domiciliado no Município de Palmeira, que atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
3.1.1No caso de pessoa jurídica, a sede deverá estar localizada no Município de Palmeira, Paraná. No caso de MEI, o titular deverá comprovar residência e domicílio no Município de Palmeira.
3.1.2 Não serão aceitas inscrições cujo proponente seja pessoa menor de 18 (dezoito) anos.
3.2 Para os fins deste Edital, poderão ser proponentes:
I – pessoa física;
II – pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, inclusive Microempreendedor Individual (MEI);
III – pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, tais como associações, fundações, organizações da sociedade civil e cooperativas;
IV – grupo ou coletivo cultural sem personalidade jurídica, representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto, pela interlocução com a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação e pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital e do Termo de Execução Cultural.
3.4 Quando o proponente for pessoa jurídica, sua representação caberá ao representante legal, na forma do respectivo ato constitutivo, estatuto, contrato social ou instrumento de procuração com poderes específicos.
3.5 Na hipótese de grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, deverá ser indicada uma pessoa física como representante do grupo, responsável pela inscrição, assinatura do Termo de Execução Cultural e demais atos relacionados ao Edital, mediante apresentação de declaração de representação assinada pelos demais integrantes, conforme modelo constante no **Anexo IV**.
3.6 O proponente deverá exercer função de relevância na execução do projeto, tais como criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra atividade de natureza decisória, não sendo admitida sua participação exclusivamente em funções administrativas ou burocráticas.
3.7 As condições específicas de participação, requisitos das categorias e demais exigências deverão ser observadas no **Anexo I** deste Edital.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
4.1 Não poderá se inscrever neste Edital, como proponente:
I – o agente cultural menor de 18 (dezoito) anos;
II – o agente cultural que não resida ou não possua domicílio no Município de Palmeira, quando esta condição for exigida pelo Edital;
III – o servidor público ocupante de cargo efetivo, comissionado ou emprego público vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, quando houver conflito de interesses;
IV – os membros da Comissão de Organização e Acompanhamento do Edital, da Comissão de Habilitação e os pareceristas responsáveis pela análise e julgamento dos projetos, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante a vigência do respectivo vínculo;
V – pessoas físicas ou jurídicas que estejam impedidas de contratar ou receber recursos da Administração Pública em razão de decisão administrativa ou judicial;
VI – pessoas físicas ou jurídicas que estejam com prestação de contas rejeitada ou em situação de inadimplência perante o Município de Palmeira, quando o impedimento decorrer de obrigação ainda não regularizada.
4.2 A participação de agente cultural em órgãos colegiados de cultura, inclusive no Conselho Municipal de Cultura, não constitui impedimento para participação neste Edital, desde que não participe de qualquer etapa de elaboração, análise, julgamento, habilitação ou decisão sobre os projetos inscritos.
4.3 A constatação, a qualquer tempo, de inscrição realizada em desacordo com as vedações previstas neste item implicará a inabilitação da inscrição ou, se já celebrado o Termo de Execução Cultural, sua rescisão, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5. COTAS
5.1 Em atendimento às deliberações da Audiência Pública e às diretrizes de promoção da igualdade de oportunidades, ficam asseguradas reservas de vagas para agentes culturais pertencentes aos seguintes grupos:
I – 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para pessoas negras (pretas e pardas);
II – 10% (dez por cento) das vagas para pessoas indígenas;
III – 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência (PCD).
5.2 As vagas reservadas serão distribuídas proporcionalmente em cada categoria de apoio, observados os quantitativos previstos no Anexo I e os critérios de arredondamento estabelecidos neste Edital.
5.3 Os proponentes que optarem por concorrer às vagas reservadas participarão simultaneamente da ampla concorrência.
5.4 O proponente que optar por concorrer às vagas reservadas às ações afirmativas concorrerá simultaneamente às vagas destinadas à ampla concorrência e à vaga reservada correspondente à ação afirmativa declarada, observada sua classificação em cada modalidade.
5.4.1. O proponente optante pelas cotas que alcançar classificação suficiente para ocupar vaga da ampla concorrência não será contabilizado para preenchimento da vaga reservada, que será destinada ao próximo candidato apto da respectiva modalidade de cota, observada a ordem de classificação.

5.5 Na hipótese de inexistência de projetos habilitados ou classificados para o preenchimento das vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência, observada a ordem de classificação da categoria correspondente.
5.6 A autodeclaração e a documentação comprobatória das ações afirmativas deverão ser apresentadas conforme os modelos e procedimentos previstos nos anexos deste Edital.

6. PONTUAÇÃO EXTRA
6.1 A pontuação obtida na avaliação final será acrescida de 05 (cinco) pontos para cada hipótese de pontuação adicional prevista no Anexo III, desde que o proponente declare expressamente seu enquadramento no ato da inscrição, sob as penas da lei.
6.1.1 Serão considerados para fins de pontuação adicional os projetos cujo proponente, representante legal da pessoa jurídica ou a maioria dos integrantes do grupo ou coletivo sem constituição jurídica se enquadre em uma ou mais das hipóteses previstas no Anexo III deste Edital.
6.1.1.1 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica ou o grupo e/ou coletivo sem constituição jurídica deverão observar os regramentos estabelecidos nos itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3, conforme a hipótese de pontuação adicional pleiteada.
6.2 O proponente que pretenda obter pontuação adicional deverá indicar essa condição no formulário de inscrição (Anexo II-A ou Anexo II-B), no campo específico destinado ao enquadramento previsto no Anexo III – Pontuação Adicional.
6.2.1 Para os projetos que pretendam obter a pontuação adicional prevista nos itens I e M do Anexo III, deverá ser preenchida e anexada a documentação prevista no item 5.6 deste Edital.
6.2.2 Para os projetos que pretendam obter a pontuação adicional prevista nos itens K e O do Anexo III, deverá ser preenchida e anexada a Declaração de Pessoa com Deficiência (Anexo IX), acompanhada de laudo ou declaração médica comprobatória.
6.2.3 Para os projetos que pretendam obter a pontuação adicional prevista nos itens J, L, N e P do Anexo III, deverá ser preenchida e anexada a Declaração de Identidade de Gênero e Sexualidade (Anexo VIII).
6.3 O proponente que optar por concorrer à pontuação adicional assume integral responsabilidade civil, administrativa e penal pela veracidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções previstas na legislação vigente em caso de falsidade ou fraude.
6.4 A pontuação adicional prevista no item 6.1 será concedida para o enquadramento em, no máximo, 02 (duas) hipóteses de identificação de pontuação adicional constantes do Anexo III, limitando-se ao acréscimo máximo de 10 (dez) pontos.

7. PRAZO PARA SE INSCREVER
7.1 As inscrições para o presente Edital estarão abertas no período de **11 de setembro de 2026 a 11 de outubro de 2026**, totalizando **30 (trinta) dias corridos**, durante os quais o proponente deverá encaminhar toda a documentação obrigatória prevista no item 8 deste Edital.

8. INSCRIÇÕES
O agente cultural deverá realizar sua inscrição exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, disponível no seguinte endereço: https://forms.gle/xhEkosDj4HBwUWyX8, observando as orientações constantes neste Edital e seus anexos e apresentando a documentação obrigatória prevista neste item:

PESSOA FISICA / COLETIVO SEM CNPJ	
Obrigatório	Formulário de inscrição (Anexo II-A) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Obrigatório	Cópias de documentos de identificação, contendo RG e CPF
Obrigatório	Comprovante de residência ou carta de Co-residência (ANEXO X), caso o comprovante não esteja no seu nome;
Obrigatório	Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome (ANEXO XII)
Obrigatório	Currículo e/ou portfólio do proponente ou do representante legal, em arquivo separado, contendo sua trajetória artística, cultural ou profissional.
Obrigatório para optantes	Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
Obrigatório para optantes	Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;
Obrigatório para optantes	Declaração de Gênero e Sexualidade se for concorrer às pontuações extras previstas nos itens J, L, N e P (ANEXO III);
Opcional	Termo de uso de espaço Público ou Privado preenchido e assinado;

PESSOA JURÍDICA COM E/OU FINS LUCRATIVOS, E/OU MEI	
Obrigatório	Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Obrigatório	Formulário de inscrição (Anexo II-B) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Obrigatório	Cópias de documentos de identificação do responsável legal, contendo RG e CPF
Obrigatório	Comprovante de endereço em nome da empresa com data não superior a 90 dias a partir da abertura das inscrições.
Obrigatório	Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome (ANEXO XII)
Obrigatório	Currículo e/ou portfólio da pessoa jurídica, em arquivo separado, contendo a trajetória artística, cultural ou profissional da empresa na área cultural.
Obrigatório para optantes	Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
Obrigatório para optantes	Declaração de Gênero e Sexualidade se for concorrer às pontuações extras previstas nos itens J, L, N e P (ANEXO III);
Opcional	Termo de uso de espaço Público ou Privado preenchido e assinado;

8.1 Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto devem ser inseridos anexados ao Formulário de Inscrição.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital.

•
PROJETOS E INSCRIÇÕES

9.1 Cada agente cultural poderá inscrever **01 (um) projeto em cada categoria de valor** prevista neste Edital, observado o disposto no Anexo I. Da mesma forma, cada proponente poderá ser contemplado em **apenas 01 (um) projeto em cada categoria**, sendo considerado, para fins de celebração do Termo de Execução Cultural, aquele que obtiver a melhor classificação final.
9.2 Os projetos apresentados deverão prever prazo de execução de até **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Termo de Execução Cultural.
9.3 A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação não se responsabiliza por inscrições não efetivadas em razão de falhas técnicas, indisponibilidade de internet, interrupções de conexão, congestionamento de rede, problemas nos equipamentos utilizados pelo proponente ou quaisquer outros fatores alheios à sua responsabilidade. Eventuais problemas técnicos deverão ser comunicados pelo e-mail **administrativocultura@palmeira.pr.gov.br**, impreterivelmente antes do encerramento do prazo de inscrições.
9.4 É de inteira responsabilidade do proponente acompanhar as publicações, comunicados, retificações, resultados e demais atos referentes a este Edital, divulgados nos canais oficiais do Município de Palmeira.
9.5 As inscrições neste Edital são gratuitas.

9.6 Serão desclassificadas as propostas que promovam, incentivem ou contenham quaisquer formas de preconceito, discriminação, intolerância ou violência em razão de origem, raça, etnia, cor, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, religião, deficiência, idade, bem como aquelas que façam apologia ou incentivo ao uso de drogas ilícitas, ou que promovam práticas ilícitas, vedadas pelo ordenamento jurídico, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
9.7 Os anexos deste Edital, obrigatórios ou facultativos, deverão ser utilizados conforme os modelos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, observadas as orientações de preenchimento, bem como os limites mínimos e máximos de caracteres, quando estabelecidos. Os campos que não se aplicarem ao projeto deverão ser preenchidos com a expressão **"Não se aplica"**.
9.7.1 A alteração do conteúdo obrigatório dos anexos, a omissão de informações essenciais ou o preenchimento em desacordo com as instruções deste Edital poderá acarretar diligência para saneamento, quando cabível, ou a inabilitação da inscrição, caso comprometa a análise do projeto.
9.8 Os profissionais, artistas, técnicos e demais participantes indicados no projeto, cujas qualificações tenham sido consideradas relevantes para sua avaliação e classificação, deverão participar da execução da proposta. Sua substituição somente será admitida em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada e autorização prévia da Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, desde que não comprometa os critérios que fundamentaram a aprovação do projeto.
9.9 A inscrição implica o pleno conhecimento e a integral aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não cabendo ao proponente alegar desconhecimento de suas disposições.
9.10 A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações complementares necessárias à instrução, análise ou comprovação das informações prestadas pelo proponente, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e da razoabilidade.

•
ETAPAS DA SELEÇÃO:

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

•
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;

•
Homologação – divulgação das inscrições concretizadas bem como a conferência documental, inserida no ato, pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira, consistindo na verificação do atendimento às exigências deste edital;

•
Seleção – etapa em que uma comissão formada por pareceristas contratados analisa e seleciona os projetos;

•
Habilitação – etapa de conferência do projeto e da documentação anexada, verificando se o proponente inscrito está habilitado;

•
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

•
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

11.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Plano de Trabalho (ANEXOS II), informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
11.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
11.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
11.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
11.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
11.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
11.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital, prevendo inclusive valores destinados a impostos.

•
ACESSIBILIDADE

12.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

12.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
12.3 A execução dos projetos deve garantir medidas de acessibilidade.

•
CONTRAPARTIDA

13.1 Os agentes culturais contemplados neste Edital deverão garantir, como contrapartida, a realização de ações gratuitas e abertas ao público, relacionadas ao projeto contemplado, de forma a ampliar o acesso da comunidade às atividades, produtos e resultados culturais dele decorrentes.
13.2 Para PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, o proponente deverá realizar pelo menos 1 (uma) apresentação/exposição/mostra do objeto cultural desenvolvido;
13.3 A contrapartida oferecida pelo projeto deve estar prevista no ato do preenchimento do formulário de inscrição online (ANEXO II A ou B), e todos os custos para sua realização serão de responsabilidade do proponente, sem nenhum ônus para o Município.
13.4 O período de execução da contrapartida será o mesmo estabelecido para a execução do objeto do projeto. A comprovação do cumprimento da contrapartida poderá ser realizada por meio de Relatório de Execução do Objeto apresentado pelo proponente, conforme modelo constante no Anexo V.
13.5 Os projetos devem propor obrigatoriamente as contrapartidas de formato presencial e realizá-las no município de Palmeira, e, quando possível, devem apresentar já na inscrição da proposta o Termo de ciência de uso de espaço público e privado (ANEXO XI) de todos os locais citados na contrapartida.

•
ETAPAS DO EDITAL

14.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I – Inscrição: Período de 32 dias para que os proponentes inscrevam seus respectivos projetos;
II – Homologação das inscrições: fase de verificação da regularidade dos aspectos formais relativos aos projetos recebidos, bem como a falta ou irregularidade de quaisquer documentos, informações ou características, considerados como obrigatórios. A fase é seguida por tempo de 03 (três) dias de recurso após a homologação ser divulgada em Diário Oficial do Município;
III - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por pareceristas. A fase é seguida por tempo de 03 (três) dias de recurso após o resultado ser divulgado em Diário Oficial do Município;
IV – O resultado da habilitação será publicado no Diário Oficial do Município, sendo assegurado ao proponente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso contra eventual decisão de inabilitação.
V – Assinatura do Termo de Execução Cultural: Fase final onde o proponente assina o termo se comprometendo a executar o projeto conforme proposto e selecionado. A partir desse momento o prazo para realização do projeto é de 12 meses.

14.2 O resultado de cada etapa será disponibilizado em https://www.palmeira.pr.gov.br/e publicado no Diário Oficial do Município de Palmeira - PR.

•
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

15.1 Divulgação das inscrições concretizadas bem como a conferência documental, inserida no ato, pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira, consistindo na verificação do atendimento às exigências deste edital.
15.2 Serão automaticamente desabilitadas as solicitações sem a documentação exigida, com documentos faltando, documentos ilegíveis ou com falta de números exigidos.
15.3 As solicitações que atenderem todas as exigências serão habilitadas e encaminhadas para a etapa de Mérito Cultural.
15.4 As solicitações não homologadas poderão apresentar recurso fundamentado, através de protocolo online, disponível em https://palmeira.eloweb.net/protocolo/aberturaProcessoExterno, em um prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado desta etapa no Diário Oficial do Município, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
15.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
15.6 Após a análise dos recursos, a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira disponibilizará homologação dos recursos em https://www.palmeira.pr.gov.br/e publicará no Diário Oficial do Município.

•
ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

16.1 Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
16.2 A análise dos projetos culturais será realizada por Comissão de Avaliação formada por no mínimo 3 (três) pareceristas com amplo conhecimento na área cultural do projeto e domiciliados fora do município de Palmeira.
16.2.1 É vedado ao proponente buscar contato com os membros da Comissão de Avaliação com a finalidade de influenciar, direta ou indiretamente, o processo de análise e julgamento das propostas. A tentativa de interferência indevida poderá ensejar a desclassificação do projeto, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis quando houver indícios de ilícito.
16.3 As solicitações habilitadas passarão pela etapa de pontuação, na qual a Comissão de Avaliação classificará as inscrições obedecendo os critérios estabelecidos no ANEXO III.
16.4 Os membros da Comissão de Avaliação ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
16.5 O membro da Comissão de Avaliação que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
16.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso, por intermédio da abertura de Protocolo endereçado a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira, através do painel: https://palmeira.pr.gov.br/protocolo-sic/, no prazo de 3(três) dias úteis a contar da publicação do resultado desta etapa no Diário Oficial do Município, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
16.7 A Comissão de Avaliação deverá fundamentar suas decisões, observados os critérios estabelecidos neste Edital, sem prejuízo do direito de recurso previsto no item 16.6.16.8 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
16.9 Após a análise dos recursos referentes a fase de mérito cultural, a Secretaria de Cultura e Comunicação disponibilizará o resultado em https://www.palmeira.pr.gov.br/ e publicará no Diário Oficial do Município.

•
ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

17.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto selecionado deverá, no prazo de 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, apresentar os seguintes documentos, conforme abaixo:
17.1.1 PESSOA FÍSICA E/OU COLETIVO/GRUPO SEM CNPJ REPRESENTADO POR PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; www.receita.fazenda.gov.br;
II - certidão negativa de débitos relativas aos créditos tributários estaduais; www.fazenda.pr.gov.br;
III - certidão negativa de débitos relativas aos créditos tributários municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho; https://consulta-crf.caixa.gov.br/;
V - Comprovante de endereço ou carta de co-residência (ANEXO X) com data não superior a 90 dias a partir da abertura das inscrições;
VI - Comprovante de conta bancária, onde conste o nome do proponente, o banco, a agência e o número da conta bancária.
17.1.2 PESSOA JURÍDICA COM E/OU FINS LUCRATIVOS, E/OU MEI
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - CCMEI no caso de MEI ou atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; www.receita.fazenda.gov.br;
IV - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários estaduais; www.fazenda.pr.gov.br;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários municipais;
VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS; https://consulta-crf.caixa.gov.br/;
VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
VIII - Comprovante de endereço em nome da empresa com data não superior a 90 dias a partir da abertura das inscrições.
IX - Comprovante de conta bancária em nome da empresa, onde conste o nome da empresa, o banco, a agência e o número da conta bancária;
17.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.
17.3 Referente a MEI os proponentes deverão apresentar comprovante de endereço em nome do representante legal com data não superior a 90 dias a partir da abertura das inscrições.
17.4 Para Pessoa Jurídica também será aceita Certidão Simples da Junta Comercial como comprovante de endereço, com data não superior a 90 dias a partir da abertura das inscrições.
17.5 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
17.6 **Não haverá necessidade de criação de conta bancária exclusiva ao projeto contemplado.**
17.6.1 É proibido o uso de conta conjunta para qualquer formato de edital.
17.6.2 Para obras inscritas por coletivo/grupo sem CNPJ representado por pessoa física deverá apresentar conta bancária em nome do representante.
17.7 Os recursos recebidos poderão ser aplicados em instituição financeira, sendo os respectivos rendimentos destinados exclusivamente à execução do objeto, sem necessidade de autorização prévia da Administração Pública.
17.7.1 Os rendimentos poderão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto, inclusive para despesas previstas no plano de trabalho e tarifas bancárias permitidas pela legislação.
17.8 O proponente deve entregar a documentação obrigatória referente a análise documental de que trata o item 17.1 exclusivamente na sede da Secretaria de Cultura e Comunicação (Praça Marechal Floriano Peixoto (Praça da Matriz), n°11 anexo ao Cine Teatro Municipal em horário útil entre 08h00 e 12h00 e13h00 à 17h00, de segunda a sexta-feira), devendo ser respeitados os procedimentos estabelecidos por este edital.
17.9 Caso algum proponente selecionado não encaminhe a documentação solicitada, no prazo estipulado no item 17.1, será disponibilizada nova lista de selecionados suplentes, a lista será disponibilizada em https://www.palmeira.pr.gov.br/e publicada no Diário Oficial do Município.
17.10 O proponente suplente do projeto selecionado deverá, no prazo de 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, apresentar os mesmos documentos citados no item 17.1.
17.11 Após a fase de avaliação documental, a Secretaria de Cultura e Comunicação disponibilizará o resultado final em https://www.palmeira.pr.gov.br/ e publicará no Diário Oficial do Município.
17.12 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção, com o Estado e/ou com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
17.13 Os proponentes contemplados receberão o subsídio de acordo com ordem decrescente de pontuação, obedecendo ao quantitativo de beneficiários indicados no ANEXO I.
17.14. Da decisão de inabilitação caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da publicação do resultado no Diário Oficial do Município. Havendo recurso, será assegurado aos interessados prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de contrarrazões.

•
REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

18.1 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente de uma das categorias do ANEXO I, poderão ser destinados a lista de espera ou como cota extra do projeto, para o próximo classificado e ainda não contemplado, seguindo para tanto, a ordem regular de classificação, conforme a classificação geral do Edital.
18.2 Caso não existam propostas aptas em número suficiente para o preenchimento das vagas previstas no item 18.1, os recursos remanescentes não serão distribuídos entre os projetos contemplados neste Edital, podendo ser destinados à realização de novo edital de fomento cultural, observada a disponibilidade orçamentária, a legislação vigente e o interesse público.

•
ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

19.1 Finalizada a fase de avaliação documental, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme ANEXO IV deste Edital, de forma presencial.
19.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Secretário de Cultura e Comunicação contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
19.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos deste Edital, em desembolso único.
19.4 O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

•
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

20.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos, inclusive das contrapartidas, exibirão as marcas da Prefeitura Municipal/Secretaria de Cultura e Comunicação, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação.
20.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deverão ser disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conter informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
20.3 Em caso de período eleitoral, a aplicação das logo marcas seguirá as orientações determinadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o pleito, que serão divulgadas aos proponentes, ou poderá ser suspensa a exibição nesse período de acordo com as regras eleitorais vigentes.

•
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

21.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
21.2 O Município de Palmeira realizará o monitoramento e a avaliação dos projetos culturais contemplados no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 03/2026, mediante análise do Relatório de Execução do Objeto apresentado pelo proponente, conforme modelo presente no ANEXO V.

•
DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site https://www.palmeira.pr.gov.br/, e no Diário Oficial do Município de Palmeira.
22.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.palmeira.pr.gov.br/.
22.3 Demais informações podem ser obtidas através do *e-mail:* administrativocultura@palmeira.pr.gov.br e telefones (42) 9998-3747.
22.4 Todas as despesas e responsabilidades em relação a direitos autorais e arrecadação junto aos escritórios de representação ficarão por conta do proponente. Este edital atende ao disposto na Lei Federal no 9.610 de 12/02/1998 sobre direitos autorais.
22.5 Os inscritos concordam e permitem o uso de seu nome e imagem sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Palmeira ou a Secretaria Municipal de Cultura do município.
22.6 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Comissão de Avaliação e a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação .
22.7 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente e o repasse de recursos poderá ser suspenso ou cancelado, mediante prévia comunicação ao proponente, podendo ser responsabilizado cível, criminal e administrativamente, bem como devolver os recursos financeiros indevidamente recebidos e aplicados.
22.8 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal de Palmeira e a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de qualquer responsabilidade civil ou penal.
22.9 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser cumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, bem como de fontes privadas.
22.11 O resultado do edital público terá validade até 31/12/2027.
22.12 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio
Anexo II - Formulário de Inscrição - Plano de Trabalho (A ou B)
Anexo III - Critérios de avaliação
Anexo IV - Termo de Execução Cultural
Anexo V - Relatório de Execução do Objeto
Anexo VI - Declaração de representação (grupo coletivo sem CNPJ)
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII - Declaração de Identidade de Gênero e Sexualidade
Anexo IX - Declaração Pessoa com Deficiência
Anexo X - Carta de co-residência
Anexo XI - Termo de ciência de uso de espaço público e privado
Anexo XII - Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome

Palmeira, 12 de agosto de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Secretário Municipal de Cultura e Comunicação

ANEXO I – CATEGORIAS

•
RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 200.000,00 distribuídos da seguinte forma:
a) Até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para 12 (doze) projetos no valor de 5.000,00 (cinco mil reais) cada;
b) Até R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) para 14 (quatro) projetos no valor de 10.000,00 (dez mil reais) cada;

•
DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

O presente edital não tem sua divisão baseada em divisões artísticas, conforme estabelecido em Audiência Pública, mas em faixas de valores. Desta forma, busca-se a contemplação de projetos de diferentes agentes culturais, desde aqueles que estão iniciando, até os profissionais.
Categoria I: 12 (doze) projetos no valor de 5.000,00 (cinco mil reais) cada;
Categoria II: 14 (quatro) projetos no valor de 10.000,00 (dez mil reais) cada;

•
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS INDÍGENAS	COTAS PARA PCD	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA I	12	25%	10%	5%	R$5.000,00	R$60.000,00
CATEGORIA II	14	25%	10%	5%	R$10.000,00	R$140.000,00

ANEXO II - A – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA / GRUPO OU COLETIVO SEM CNPJ REPRESENTADO POR PESSOA FÍSICA
DADOS GERAIS:

•
Nome completo do proponente:

(Em caso de coletivo/grupo sem CNPJ, informar o nome do representante e o nome do coletivo/grupo.)

•
CPF:

•
Título do Projeto:

•
Escolha a categoria a que vai concorrer:

( ) Categoria I – Projetos com valor de 5.000,00;
( ) Categoria II – Projetos com valor de 10.000,00;

PROPONENTE

•
Dados do agente cultural

Nome artístico ou nome social (se houver):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

•
Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

•
Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional;
( ) Comunidades Extrativistas;
( ) Comunidades Ribeirinhas;

( ) Comunidades Rurais;
( ) Indígenas;
( ) Povos Ciganos;
( ) Pescadores(as) Artesanais;
( ) Povos de Terreiro;
( ) Quilombolas;
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual.

•
Gênero:

( ) Mulher cisgênero;
( ) Homem cisgênero;
( ) Mulher Transgênero;
( ) Homem Transgênero;
( ) Pessoa Não Binária;
( ) Não informar.

•
Raça, cor ou etnia:

( ) Branca;
( ) Preta;
( ) Parda;
( ) Indígena;
( ) Amarela.

•
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

( ) Sim
( ) Não

•
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva;
( ) Física;
( ) Intelectual;
( ) Múltipla;
( ) Visual;
( ) Outro tipo, indicar qual: _____.

•
Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal;
( ) Ensino Fundamental Incompleto;
( ) Ensino Fundamental Completo;
( ) Ensino Médio Incompleto;
( ) Ensino Médio Completo;
( ) Curso Técnico Completo;
( ) Ensino Superior Incompleto;
( ) Ensino Superior Completo;
( ) Pós-graduação Completo;
( ) Pós-Graduação Incompleto.

•
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário-mínimo foi fixado em R$ 1.621,00.)
( ) Nenhuma renda;
( ) Até 1 salário-mínimo;
( ) De 1 a 3 salários-mínimos;
( ) De 3 a 5 salários-mínimos;
( ) De 5 a 8 salários-mínimos;
( ) De 8 a 10 salários-mínimos;
( ) Acima de 10 salários-mínimos.

•
Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não;
( ) Bolsa família;

( ) Benefício de Prestação Continuada;
( ) Outro, indicar qual: _____.

•
Vai concorrer às cotas ?

( ) Sim
( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra;
( ) Pessoa indígena;
( ) Pessoa com deficiência.

•
Vai concorrer às pontuações extras?

( ) Sim
( ) Não

Se sim. Qual? (Limite de até duas categorias)
( ) I (Proponentes PF ou coletivos/grupos sem CNPJ compostos majoritariamente por mulheres);
( ) J (Proponentes PF ou coletivos/grupos sem CNPJ compostos majoritariamente por pessoas negras e indígenas);
( ) K (Proponentes PF ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência);
( ) L (Proponentes PF ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por LGBTQIAPN+);
( ) M (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas negras ou indígenas);
( ) N (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por mulheres);
( ) O (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas com deficiência);
( ) P (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por LGBTQIAPN+).

•
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s: _____.

•
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

DADOS DO PROJETO

•
Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

•
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

•
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

•
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

•

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

( ) Pessoas vítimas de violência;
( ) Pessoas em situação de pobreza;
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua);
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária);
( ) Pessoas com deficiência;
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico;
( ) Mulheres;
( ) LGBTQIAPN+;
( ) Povos e comunidades tradicionais;
( ) Negros e/ou negras;
( ) Ciganos;
( ) Indígenas;
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos;
( ) Outros, indicar qual: _____.

•

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCDs, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023):

•

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra: _____.

•

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra: _____.

•

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

•

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

•

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

•

Previsão do período de execução do projeto

Data de início: __/__/_____.
Data final: __/__/_____.

•

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

•

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2026	11/11/2026

•

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

•

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros;
( )Apoio financeiro municipal;
( )Apoio financeiro estadual;
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal;
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual;
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal;
( )Patrocínio privado direto;
( ) Patrocínio de instituição internacional;
( ) Doações de Pessoas Físicas;
( )Doações de Empresas;
( ) Cobrança de ingressos;
( )Outros: _____.
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

•

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

•

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

•

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

_____
(Assinatura proponente)

ANEXO II - B – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA JURÍDICA COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, INCLUSIVE MEI
DADOS GERAIS:

•

Razão Social:

•

Nome do representante legal:

•

CPF do Representante:

• CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):

•
Nome do Projeto:

•
Escolha a categoria a que vai concorrer:

( ) Categoria I – Projetos com valor de 5.000,00;
( ) Categoria II – Projetos com valor de 10.000,00;

DADOS DO PROPONENTE

•
Dados do agente cultural

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

•
Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero;
( ) Homem cisgênero;
( ) Mulher Transgênero;
( ) Homem Transgênero;
( ) Não Binária;
( ) Não informar.

•
Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca;
( ) Preta;
( ) Parda;
( ) Amarela;
( ) Indígena.

•
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim
( ) Não

•
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva;
( ) Física;
( ) Intelectual;
( ) Múltipla;
( ) Visual;
( ) Outra, indicar qual: _____.

•
Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal;
( ) Ensino Fundamental Incompleto;
( ) Ensino Fundamental Completo;
( ) Ensino Médio Incompleto;
( ) Ensino Médio Completo;
( ) Curso Técnico completo;
( ) Ensino Superior Incompleto;
( ) Ensino Superior Completo;

( ) Pós-graduação completo;
( ) Pós-Graduação Incompleto.

•
Vai concorrer às pontuações extras?

( ) Sim
( ) Não

Se sim. Qual? (Limite de até duas categorias)
( ) M (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas negras ou indígenas);
( ) N (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por mulheres);
( ) O (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas com deficiência);
( ) P (Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por LGBTQIAPN+).

DADOS DO PROJETO

•
Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

•
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

•
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

•
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

•
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

( ) Pessoas vítimas de violência;
( ) Pessoas em situação de pobreza;
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua);
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária);
( ) Pessoas com deficiência;
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico;
( ) Mulheres;
( ) LGBTQIAPN+;
( ) Povos e comunidades tradicionais;
( ) Negros e/ou negras;
( ) Ciganos;
( ) Indígenas;
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos;
( ) Outros, indicar qual: _____.

•
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCDs, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023):

•
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra: _____.

• Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra: _____.

•
Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

•
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

•
Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

•
Previsão do período de execução do projeto

Data de início: __/__/_____.
Data final: __/__/_____.

•
Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

•
Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2026	11/11/2026

•
Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

•
Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros;
( )Apoio financeiro municipal;
( )Apoio financeiro estadual;
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal;
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual;
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal;
( )Patrocínio privado direto;
( ) Patrocínio de instituição internacional;
( ) Doações de Pessoas Físicas;
( )Doações de Empresas;
( ) Cobrança de ingressos;
( )Outros: _____.
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

•
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

•

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

•

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

_____

(Assinatura proponente)

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
ANEXO III

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS							
Ident.	**Descrição do Critério**	**Péssimo**	**Ruim**	**Mediano**	**Bom**	**Muito bom**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos e justificativa do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como uma toda coerência, observando o objeto, a justificativa e os objetivos, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	0	5	10	15	20	**20**
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	0	3	5	8	10	**10**
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	0	3	5	8	10	**10**
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução aos objetivos, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	0	3	5	8	10	**10**
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma e Objetivos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	0	3	5	8	10	**10**
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação as atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	0	3	5	8	10	**10**
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	0	3	5	8	10	**10**
H	**Contrapartida -**Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	0	3	5	8	10	**10**
PONTUAÇÃO TOTAL:						90 PONTOS	

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, pontuação extra, limitando-se a até duas pontuações (5 pts.cada) totalizando pontuação extra máxima de 10 pts. Os critérios da pontuação são:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ REPRESENTADOS POR PESSOA FÍSICA		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
I	Proponentes ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por negros e indígenas	5
J	Proponentes ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres	5
K	Proponentes ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência	5
L	Proponentes ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por LGBTQIAPN+	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL (soma de até 2 (duas) pontuações extras)		10 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS COM OU SEM FINS LUCRATIVOS E MEI		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
M	Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por pessoas com deficiência	5
P	Pessoas jurídicas e/ou equipe compostas majoritariamente por LGBTQIAPN+	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL (soma de até 2 (duas) pontuações extras)		10 PONTOS

•

A pontuação final de cada candidatura seráa média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Avaliação.

• A média final será dada a partir de números inteiros, desconsiderando casas decimais.

•
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

•
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

•
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G e H respectivamente.

•
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: maior pontuação extra; proponente de maior idade; e, persistindo o empate, sorteio.

•
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 30 pontos.

•
Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

•
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV: TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Termo de execução cultural nº ___/ 2026 tendo por objeto a concessão de apoio financeiro a ações culturais contempladas pelo edital nº 003/2026.

1. PARTES
1.1 A Prefeitura Municipal de Palmeira, neste ato representado pelo Secretário de Cultura e Comunicação, Igor Henrique Michalski Moreira, e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado em consonância com o disposto pela lei nº 5.580 – Fundo Municipal de Cultura.
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado conforme o processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados em conta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira por meio de Relatório de Execução de Objeto, no prazo máximo de 03 (três) meses contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos do Fundo Municipal de Cultura de Palmeira, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à Administração Pública por meio da apresentação do Relatório de Execução do Objeto, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital, comprovando a execução das ações e o cumprimento das metas previstas no projeto.
7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou
III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;
III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
IV - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O monitoramento dos resultados será realizado por comissão específica composta por servidores lotados na Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses podendo ser prorrogado por até 03 (três) meses para o cumprimento de todas as cláusulas e conclusão do processo.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial do Município de Palmeira.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro do Município de Palmeira para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Palmeira, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Secretário Municipal de Cultura e Comunicação de Palmeira

_____

[NOME DO AGENTE CULTURAL]
Agente Cultural

ANEXO V: RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega deste relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado;
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações;
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita;
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nos objetivos acordados.

2.4. Cumprimento dos Objetivos
◦ Objetivos integralmente cumpridos:
• Objetivo 1 [Descreva o objetivo, conforme consta no projeto apresentado].
◦ Observação do objetivo 1: [informe como o objetivo foi cumprido].

◦ Objetivo parcialmente cumpridos (SE HOUVER):
• Objetivo 1 [Descreva o objetivo, conforme consta no projeto apresentado].

◦ Observações do Objetivo 1: [Informe qual parte do objetivo foi cumprido]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique por que parte do objetivo não foi cumprido].

◦ Objetivos não cumpridos (se houver).
• Objetivo 1 [Descreva o objetivo, conforme consta no projeto apresentado].
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique por que o objetivo não foi cumprido].

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação;
( ) Livro;
( ) Catálogo;
( ) Live (transmissão on-line);
( ) Vídeo curta-metragem;
( ) Documentário;
( ) Filme longa-metragem;
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical;
( ) Jogo;
( ) Artesanato;
( ) Obras;
( ) Espetáculo;
( ) Show musical;
( ) Vídeo clipe musical;
( ) Site;
( ) Música;
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção);
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa;
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação;
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo;
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo;
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido;
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais;
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno;
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim
( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	Gênero	Sexualidade
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não		

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial;
( ) 2. Virtual;
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Youtube;
( ) Instagram / IGTV;
( ) Facebook;
( ) TikTok;
( ) Google Meet, Zoom etc.;
( ) Outros: _____.
6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( ) 1. Fixas, sempre no mesmo local;
( ) 2. Itinerantes, em diferentes locais;
( ) 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

•
Em que área do município de Palmeira o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Zona urbana central;
( ) Zona urbana periférica;
( )Zona rural;
( ) Área de vulnerabilidade social;
( ) Unidades habitacionais;
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação);
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares);
( ) Áreas atingidas por barragem;
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiros, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.);
( ) Outros: _____.

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção:
( ) Equipamento cultural público municipal;
( ) Equipamento cultural público estadual;
( ) Espaço cultural independente;
( ) Escola;
( ) Praça;
( ) Rua;
( ) Parque;
( ) Outros.

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram.

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI: DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

Grupo artístico:
Nome do representante integrante do grupo ou coletivo artístico:
Dados pessoais do representante: [RG, CPF, e-mail e telefone]:

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

Nome do integrante	Dados pessoais	Assinaturas

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VII :DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no **Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – Fundo Municipal de Cultura 2**, que sou _____(informar se é PESSOA NEGRA OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

_____
Nome
Assinatura do Declarante

ANEXO VIII: DECLARAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital 003/2026 – Fundo de Cultura 2, que sou do gênero:
( ) Mulher Cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Cisgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Travesti
( ) Não Binária

E também que tenho a sexualidade definida como:
( ) Heterossexual
( ) Homossexual
( ) Bissexual
( ) Assexual
( ) Pansexual
( ) Outro: _____

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

_____
Nome
Assinatura do declarante

ANEXO IX: DECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no **Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – Fundo Municipal de Cultura 2**, que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

_____
Data

ANEXO X: CARTA DE CO-RESIDÊNCIA

Eu, _____, titular do comprovante de residência, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que _____, proponente inscrito no referido Edital, é domiciliado(a) no mesmo endereço de minha residência, conforme endereço abaixo descrito e comprovante de residência anexado.
Endereço:_____
Número:_____ **Complemento:**_____
Bairro:_____
Município:_____ **UF:**_____ **CEP:** _____
Declaro, ainda, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, estando ciente das responsabilidades decorrentes de eventual falsidade.

Dados para contato do titular do comprovante de endereço:

Telefone: _____.
E-mail: _____._____

Palmeira/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do titular do comprovante de endereço

ANEXO XI: TERMO DE CIÊNCIA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO OU PRIVADO

Eu, _____ responsável pelo espaço (informe o nome do espaço) _____ situado a (informe endereço e telefone do espaço) _____ declaro que estou ciente da citação de participação e utilização do espaço no projeto cultural (informe nome do projeto_____ de autoria do proponente _____.

A emissão do presente termo não garante agendamento prévio do espaço, servindo apenas para sinalizar a ciência do órgão quanto ao envolvimento do espaço em projeto apresentado e possível aprovação no Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – Fundo Municipal de Cultura 2.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente.

_____
Cidade e data

_____
Assinatura do responsável pelo espaço

ANEXO XII: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E NOME

Pelo presente instrumento particular, eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, na qualidade de PROPONENTE do projeto cultural: _____, no ato de inscrição ao Edital do Ao Fundo Municipal de Cultura de Palmeira, autorizo, de forma gratuita, o uso da imagem, voz e nome de toda a equipe participante do projeto, conforme listada abaixo, para fins de divulgação, registro e promoção do referido projeto.
Esta autorização se aplica às formas de veiculação e reprodução existentes e às que venham a ser criadas, por prazo indeterminado, incluindo, mas não se limitando a: fotos, vídeos, transmissões ao vivo e gravações; publicações em redes sociais, websites e materiais institucionais; divulgação em imprensa, televisão, rádio e plataformas digitais; relatórios, portfólios e prestações de contas junto aos órgãos públicos.
Reconheço que esta autorização é concedida a título gratuito, não havendo qualquer tipo de remuneração devida pelo uso da imagem, voz ou nome, e declaro que não há violação de direitos de terceiros.
Estou ciente de que a presente autorização não permite usos que desvirtuem ou prejudiquem a imagem moral ou pessoal dos participantes, estando limitada às finalidades culturais e institucionais do projeto, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
Declaro, sob minha responsabilidade, que obtive autorização prévia e expressa de todos os participantes listados abaixo para o uso de suas imagens, nomes e vozes, conforme os fins estabelecidos neste termo.
Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente.

Palmeira, _____ de _____ de 2026
_____
Assinatura do Autorizador(a):
Nome completo:_____

Lista de Participantes do projeto: (Nome / CPF)
Nome: _____ CPF:_____

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E2C92BC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.559 DE 11/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob os processos nº. 8405/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

Matrícula	Nome	Dias de gozo	Período aquisitivo			Período de gozo		
204322	ADRIANO ANISKIEVICZ	15	22/05/25	à	21/05/26	16/10/26	à	30/10/26
204238	ANA DEGIS DA CONCEIÇÃO SANTOS DE ALMEIDA	15	06/03/25	à	05/03/26	26/10/26	à	09/11/26
102507	ANDREIA BEJA GALVÃO	15	01/01/25	à	31/12/25	13/10/26	à	27/10/26
204276	DAIANE MANARIN DE SOUZA	15	19/04/25	à	18/04/26	13/10/26	à	27/10/26
204242	DIEGO FALARZ	30	07/03/25	à	06/03/26	01/10/26	à	30/10/26
102455	DIENIFER CORDEIRO	15	01/01/25	à	31/12/25	19/10/26	à	02/11/26
203686	EDIANE SUELLEN DOS SANTOS	30	18/06/25	à	17/06/26	26/10/26	à	24/11/26
102465	EDICLEIA MIRANDA	15	01/01/25	à	31/12/25	13/10/26	à	27/10/26
204457	EDILSON RODRIGUES	15	04/08/25	à	03/08/26	01/10/26	à	15/10/26
204403	ELISANGELA SANSON	15	04/11/24	à	03/11/25	26/10/26	à	09/11/26

204226	FERNANDA NOVAK GUMY	15	01/03/25	à	28/02/26	05/10/26	à	19/10/26
204243	GABRIELLY MENIN DYKSTRA	15	07/03/25	à	06/03/26	05/10/26	à	19/10/26
204442	GELSON BORDINHÃO MONEGATI	15	19/05/25	à	18/05/26	01/10/26	à	15/10/26
204133	HELDAI BARGINSKI	15	04/05/25	à	03/05/26	13/10/26	à	27/10/26
203352	KIRIAKI DE FREITAS RODRIGUES	15	01/01/25	à	31/12/25	13/10/26	à	27/10/26
203132	LUCIANO GARBUIO	30	21/02/25	à	20/02/26	05/10/26	à	03/11/26
204402	MARIA IVODIELE BLANC DE LARA	15	04/11/24	à	03/11/25	13/10/26	à	27/10/26
204239	MARIANA DA CRUZ GONÇALVES DOS SANTOS	9	06/03/25	à	05/03/26	13/10/26	à	21/10/26
204229	MARIANGELIS RUPEL	15	05/03/25	à	04/03/26	13/10/26	à	27/10/26
203801	ROSENILDA BIAUKI DE A	15	01/01/25	à	31/12/25	13/10/26	à	27/10/26
203880	VERIDIANA HASS	15	01/10/24	à	30/09/25	05/10/26	à	19/10/26
203554	WALTER GUILHERME TABORDA	15	15/01/25	à	14/01/26	14/10/26	à	28/10/26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:F20D4D01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 265/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Inexigibilidade Nº 025/2024
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 265/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor GERSON GERALDO NOGUEIRA LTDA, com endereço à Samir Julio Da Silva, esq. Dr Luis Carlos, 1875 casa - CEP: 85270000 - Bairro: Bella Casa, Palmital/PR inscrita no sob CNPJ/MF nº25.135.840/0001-92, neste ato por seu representante legal, Sr. GERSON GERALDO NOGUEIRA, CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 265/2024.
CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado até 31/12/2026, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor 25% do Lote 1, itens 1, 2, 3 e 4, do Contrato Administrativo n. 265/2024, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 44.804,60 (Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Quatro Reais e Sessenta Centavos).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	34485	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS NOTURNO	UN	15,00	1.311,07	19.666,05
1	2	34486	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS DIURNO	UN	15,00	1.311,57	19.673,55
1	3	34487	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS DESLOCAMENTO PACIENTES	UN	25,00	109,30	2.732,50
1	4	34488	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS	UN	25,00	109,30	2.732,50
TOTAL							44.804,60

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 11/09/2026

Município De Palmita/PR
ROBERTO CARLOS ROSSI
Contratante

Gerson Geraldo Nogueira LTDA
GERSON GERALDO NOGUEIRA
Contratado

GESTOR: CHEILA PECHEKA REBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:49C4DE8A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 95/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras e Licitações
Inexigibilidade Nº 08/2022

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 95/2022
OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE EMPRESA MÉDICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM A LEI N° 8666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, SENDO QUE A EMPRESA DEVERÁ COMPROVAR QUE O PROFISSIONAL PREENCHA OS REQUISITOS
Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor HORBAN & HORBAN LTDA -ME, com endereço à Av. Maximiliano Vicentin, 806 sala 03 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no sob CNPJ nº17.813.067/0001-48, neste ato por seu representante legal, Sr. MIGUEL HORBAN, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 95/2022, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 1, 6, 7, do Contrato Administrativo n. 95/2022, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	34454	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS MEDICOS CONTRATAÇÃO DE 02(DOIS) MEDICOS GENERALISTA PARA ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO 20 HORAS	MÊS	4,00	24.126,63	96.506,52
6	1	34487	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS DESLOCAMENTO PACIENTES	UN	380,00	103,92	39.489,60
7	1	34488	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS	UN	680,00	103,92	70.665,60
TOTAL							206.661,72

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 11/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Horban & Horban LTDA-ME
MIGUEL HORBAN
Contratado

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Gestor

EVANDRO DA COSTA PEDRO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:E039519B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

PROCESSO Nº 10.413/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna pública a Ata de Registro de Preços firmada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, correspondente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026, com vistas à futura e eventual aquisição de papel higiênico e copos descartáveis, para atender às Secretarias Municipais de Paranaguá, **conforme Termo**

de Referência (Anexo I), assinada aos 04 (quatro) dias do mês de setembro de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação.

Valor total registrado em favor da empresa: Elenice Leão Fanine - ME
CNPJ: 07.845.024/0001-90

LOTE	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1 EXCLUSIVO	PACOTE	1120	Papel Higiênico Rolão 300m, pacote com 08 rolos de 300 metros, papel simples de alta qualidade, alta absorção e maciez, 100% celulose virgem, neutro, folha picotada, medindo 10cm de largura.	R$ 28,50	R$ 31.920,00	Flor do campo
2 EXCLUSIVO	PACOTE	5063	Copo Plástico Descartável 50ml c/100 unidades	R$ 2,03	R$ 10.277,89	Forfest
3 EXCLUSIVO	PACOTE	7196	Copo Plástico Descartável 180ml – Cor Branca c/100 unidades	R$ 3,60	R$ 25.905,60	Forfest

Valor total registrado em favor da empresa: Krim Center Atacadista Ltda
CNPJ: 64.873.775/0001-54

LOTE	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
4 COTA DE 25%	FARDO	1075	Papel Higiênico, folha dupla, 100% de fibras virgens naturais, rolos de 30m x 10cm, cor branca, gofrada e picotada. Embalagem: Fardo com 64 rolos, contendo a identificação do produto e do fabricante.	R$ 52,99	R$ 56.964,25	Primavera / Manikraft
5 PARA TODOS	FARDO	3225	Papel Higiênico, folha dupla, 100% de fibras virgens naturais, rolos de 30m x 10cm, cor branca, gofrada e picotada. Embalagem: Fardo com 64 rolos, contendo a identificação do produto e do fabricante.	R$ 52,99	R$ 170.892,75	Primavera / Manikraft

Paranaguá, 04 de setembro de 2026

•
ASSINATURAS:

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI
FRANCISCO LEUDOMAR N. DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança – SEMSEG
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULTUR
FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – SEMMA
MARCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Mun. de Desenvolvimento Rural, Abast. e Pesca – SEMDESP
THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo – SEGOV
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde – SEMSA
VANIA PESSOA RODRIGUES FOES
Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial – SEMUPLA
TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município – PROGEM
ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA
Secretário Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU
RAUL DA GAMA E SILVA LUCK
Controlador Geral do Município – COGEM
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude
EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas – SEMOP
CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação – SETRIN
CAROLINA DE MIRANDA EV. LOURENÇO
Secretária Mun. da Mulher, Desenvolv. Social e Igualdade Racial – SEMDIR
LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário Regional da Ilha dos Valadares – SERVAL
CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão – SEMI
VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento – SEMFA
ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS
Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos – SEMFISC
LEONICE LARA LACERDA
Secretária Mun. de Desenvol. Econ., Habit. e Reg. Fundiária – SEDEHAB
GIOVANE FONTES VALENGA
Capitão da 1ª Cia / 8º Batalhão de Bombeiro Militar – FUNREBOM
LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO

Secretário Municipal de Expansão Industrial e Portuária – SEMEXPORT
ELENICE LEÃO FANINE - ME
Elenice Leão Fanine
KRIM CENTER ATACADISTA LTDA
Ildo Rodrigues Lima

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:540F83FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 358/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAO5H82	277450T000057123	27/08/2026	55411
AAQ7190	277450T000057223	27/08/2026	54521
ABN0F41	277450T000057764	26/08/2026	55411
ACF9A42	277450T000053847	26/08/2026	55411
ADQ5C23	277450T000057227	28/08/2026	55411
ADZ9A09	277450T000053678	26/08/2026	55411
AEC4H52	277450T000059393	26/08/2026	55411
AEI0G25	277450T000055255	27/08/2026	55250
AEJ1E99	277450T000055515	27/08/2026	55411
AEV5B31	277450T000053677	26/08/2026	55411
AEZ6B23	277450T000055579	28/08/2026	55411
AFA4923	277450T000057765	26/08/2026	55411
AFG3323	277450T000055571	27/08/2026	55411
AFN7B16	277450T000048055	26/08/2026	55411
AFW4C22	277450T000059702	27/08/2026	55414
AGZ5E50	277450T000055257	28/08/2026	55500
AHZ1B63	277450T000047923	26/08/2026	66371
AJW0D38	277450T000059601	27/08/2026	55413
ALF3692	277450T000055656	26/08/2026	76252
ALL2436	277450T000059388	26/08/2026	51851
ALT7812	277450T000055569	27/08/2026	73400
ALT7812	277450T000055570	27/08/2026	58433
AMG4F16	277450T000057065	27/08/2026	55500
AOI3433	277450T000053844	26/08/2026	57380
APL8G02	277450T000053679	26/08/2026	73400
APV0A05	277450T000053846	26/08/2026	55411
APV7229	277450T000059391	26/08/2026	51851
APZ7I72	277450T000059703	27/08/2026	55414
AQC2J26	277450T000059394	26/08/2026	55250
AQW1837	277450T000055659	26/08/2026	55500
ARA4D09	277450T000057221	27/08/2026	76332
ARI3H84	277450T000057073	28/08/2026	76332
ARP1686	277450T000057761	26/08/2026	51851
ARP2710	277450T000059389	26/08/2026	51851
ASG5988	277450T000056845	27/08/2026	55414
ASM1A93	277450T000056701	28/08/2026	60412
ASQ0H29	277450T000033301	26/08/2026	55411
ATD0I44	277450T000057071	28/08/2026	76332
ATN2A45	277450T000057226	28/08/2026	55411
ATS7G06	277450T000057068	27/08/2026	55500
ATY7G27	277450T000053680	26/08/2026	55411
ATZ0180	277450T000055516	27/08/2026	55411
AUG6802	277450T000057128	28/08/2026	73400
AUH7499	277450T000055572	27/08/2026	51851
AUJ7780	277450T000052466	27/08/2026	76332
AUP5B41	277450T000057759	26/08/2026	55411
AUP9803	277450T000055575	27/08/2026	51851
AUZ3G26	277450T000056835	26/08/2026	55414
AUZ7209	277450T000056844	27/08/2026	76252
AVB4B17	277450T000056832	26/08/2026	55414
AVJ7E25	277450T000059395	26/08/2026	55250
AWJ7E89	277450T000057129	28/08/2026	76332
AWS6B26	277450T000057125	27/08/2026	76252
AWZ0D48	277450T000054201	26/08/2026	70481
AXA5H90	277450T000055513	26/08/2026	55680
AXQ6J95	277450T000057758	26/08/2026	55500
AYT3E03	277450T000055251	27/08/2026	55500
AYV3A75	277450T000055254	27/08/2026	55500
AYX9024	277450T000057070	28/08/2026	76332
AZS3746	277450T000057063	27/08/2026	55250
BAO8A58	277450T000055618	28/08/2026	57380
BAS8G60	277450T000058251	28/08/2026	55680
BAV4D09	277450T000057124	27/08/2026	51851
BBC8B65	277450T000057120	26/08/2026	55411
BBF6F45	277450T000057064	27/08/2026	55250
BBI8J98	277450T000055258	28/08/2026	51852
BBK6E84	277450T000059705	27/08/2026	54521
BBT9A13	277450T000057224	27/08/2026	55411

BBX6041	277450T000055573	27/08/2026	51851
BCN4J07	277450T000055574	27/08/2026	51851
BCX9F11	277450T000037242	28/08/2026	66372
BCX9F11	277450T000037243	28/08/2026	65992
BCY7E35	277450T000055261	28/08/2026	76331
BDA8E07	277450T000055658	26/08/2026	55500
BDB3E67	277450T000036809	28/08/2026	54600
BDH7I02	277450T000055256	27/08/2026	55500
BDI4E15	277450T000036874	26/08/2026	76331
BDK2D85	277450T000055582	28/08/2026	76331
BDK4F37	277450T000057066	27/08/2026	55500
BDO8G44	277450T000052467	27/08/2026	55411
BDS3B25	277450T000057126	28/08/2026	76332
BEC2J70	277450T000056837	26/08/2026	76251
BEJ8D95	277450T000057127	28/08/2026	76332
BEK0C20	277450T000055252	27/08/2026	57463
BEO8J42	277450T000053199	27/08/2026	53800
BEX4D87	277450T000057763	26/08/2026	55250
BEX4H39	277450T000057121	26/08/2026	76252
BYA0E72	277450T000055260	28/08/2026	55500
BYA9E64	277450T000055259	28/08/2026	55500
EVD2H89	277450T000057067	27/08/2026	54521
FBW8E89	277450T000056846	27/08/2026	76251
FPB4H36	277450T000055584	28/08/2026	76252
FYE7G41	277450T000056847	27/08/2026	76252
FYJ6I82	277450T000056836	26/08/2026	76251
GAU1C63	277450T000056841	27/08/2026	55414
GED3D03	277450T000057228	28/08/2026	76332
HVN1G98	277450T000057069	27/08/2026	55500
IIO3C45	277450T000057762	26/08/2026	54521
JAU3F40	277450T000057220	27/08/2026	76332
KEE8C93	277450T000055580	28/08/2026	55411
KFD9104	277450T000055568	27/08/2026	55411
KJP5371	277450T000056833	26/08/2026	55680
LYI1B65	277450T000055253	27/08/2026	55500
MCF0G66	277450T000055578	28/08/2026	55411
MDB8C84	277450T000059384	26/08/2026	55680
MGO4A27	277450T000057118	26/08/2026	55413
MHM6I47	277450T000055660	26/08/2026	55500
MHN6I27	277450T000059701	27/08/2026	55414
MHT2978	277450T000052469	28/08/2026	76332
MIV3C25	277450T000059396	26/08/2026	55411
MJI6044	277450T000052468	28/08/2026	76332
MKG9C95	277450T000055514	27/08/2026	55411
MMD0F88	277450T000049421	26/08/2026	55411
MUC9H36	277450T000053845	26/08/2026	55411
MYW5F45	277450T000059392	26/08/2026	54521
NWM2G24	277450T000057225	28/08/2026	55411
OAW0E17	277450T000053200	27/08/2026	53800
PCE2E89	277450T000059390	26/08/2026	76332
QJI1J93	277450T000057072	28/08/2026	76332
QJS6D16	277450T000055262	28/08/2026	54790
QTH1C41	277450T000059387	26/08/2026	55680
RHC2D16	277450T000049475	28/08/2026	70481
RHM0I18	277450T000056653	28/08/2026	76332
RHT7G71	277450T000057760	26/08/2026	55680
RHZ1B89	277450T000052470	28/08/2026	73400
RMW5H88	277450T000049422	26/08/2026	76251
RRN4D47	277450T000059385	26/08/2026	55680
RRN4D67	277450T000059386	26/08/2026	55680
RYJ6B11	277450T000051535	26/08/2026	57461
SDP2C61	277450T000056843	27/08/2026	76252
SEH3G01	277450T000056831	26/08/2026	76251
SEJ2J75	277450T000056840	26/08/2026	55414
SES6A79	277450T000055583	28/08/2026	51851
SEW2F62	277450T000053676	26/08/2026	52663
SEW2F62	277450T000053675	26/08/2026	52742
SFK6G13	277450T000056838	26/08/2026	53800
TAT8E53	277450T000055567	27/08/2026	55411
TBP1G83	277450T000055657	26/08/2026	55413
TXP0D59	277450T000059704	27/08/2026	55414
UBE3G86	277450T000055576	28/08/2026	66531
UBS9A60	277450T000055577	28/08/2026	55411
UDY1H33	277450T000057122	27/08/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:41141F83

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 361/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAS1E94	277450T000059398	29/08/2026	51851
ABG0I46	277450T000060203	29/08/2026	55411
ACV8I07	277450T000060207	29/08/2026	55411
ACZ7E59	277450T000057769	29/08/2026	55250
ADT8D11	277450T000057771	29/08/2026	55411
AED3B35	277450T000060206	29/08/2026	55411
AEJ3J13	277450T000057775	29/08/2026	54521
AEZ6B23	277450T000060204	29/08/2026	54521
AGQ8H88	277450NIC0046131	11/08/2026	50020
AGZ6B64	277450NIC0046141	11/08/2026	50020
AHZ4J34	277450NIC0046130	11/08/2026	50020
AIV2H31	277450T000057777	29/08/2026	55411
AJG1I87	277450T000060211	29/08/2026	51851
AMZ0G76	277450NIC0046133	11/08/2026	50020
AND9723	277450T000060205	29/08/2026	55250
AOU1811	277450T000012293	29/08/2026	76331
ARI7997	277450T000055619	29/08/2026	68580
ARI7997	277450T000055621	29/08/2026	76332
ARI7997	277450T000055620	29/08/2026	51852
ARW7E44	277450T000060201	29/08/2026	57463
ATH8B09	277450NIC0046127	11/08/2026	50020
ATL5F09	277450NIC0046134	11/08/2026	50020
ATR9818	277450T000055661	29/08/2026	55500
ATT2J02	277450NIC0046128	11/08/2026	50020
AXC5A34	277450NIC0046140	11/08/2026	50020
AYR4E31	277450T000060209	29/08/2026	51851
AZT2D43	277450T000059397	29/08/2026	73400
AZY8I08	277450T000060213	29/08/2026	55250
BBL7G48	277450NIC0046135	11/08/2026	50020
BBP8D19	277450T000057770	29/08/2026	55411
BCA5G29	277450T000060212	29/08/2026	73400
BDG2B77	277450T000057584	29/08/2026	55500
BEA7I12	277450T000060210	29/08/2026	51851
BEL0B12	277450T000057773	29/08/2026	55411
EUR3C89	277450NIC0046126	11/08/2026	50020
EVO1858	277450NIC0046137	11/08/2026	50020
FTP0A20	277450NIC0046129	11/08/2026	50020
GFO4F97	277450NIC0046136	11/08/2026	50020
HMV3A85	277450NIC0046132	11/08/2026	50020
IZM3B71	277450T000057583	29/08/2026	55500
LVL9623	277450T000060208	29/08/2026	55411
MJU7E81	277450T000057774	29/08/2026	55411
ODA8D95	277450NIC0046142	11/08/2026	50020
PWY6E43	277450T000059305	29/08/2026	54790
QCL0099	277450NIC0046138	11/08/2026	50020
RLJ9H56	116100T003825760	25/08/2026	55411
RLK0A05	277450T000059399	29/08/2026	55090
SER5B26	277450T000060202	29/08/2026	55411
SXF6C54	277450NIC0046139	11/08/2026	50020
TBL9D56	277450T000049423	29/08/2026	54527
TBU6I03	277450T000039975	29/08/2026	57463
UBE4B10	277450T000054956	29/08/2026	60502
UBM8C74	277450T000049424	29/08/2026	54521
UFP2E61	277450T000059400	29/08/2026	55090

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:A647770E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 365/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAR4I60	277450T000057951	31/08/2026	55411
ABW6528	277450T000059304	24/08/2026	65992
ABW6528	277450T000059302	24/08/2026	50610
ABW6528	277450T000059303	24/08/2026	50610
ADY3G01	277450T000057782	31/08/2026	55411
AFQ3A63	277450T000057781	31/08/2026	55411
AJB8H10	277450T000057074	31/08/2026	55500
AJG1I87	277450T000057784	31/08/2026	51851
AJL3327	277450T000057439	22/08/2026	51851
AJL3327	277450T000057440	22/08/2026	50450
AJL3327	277450T000057442	22/08/2026	65992
AJL3327	277450T000057441	22/08/2026	51420
AJO4J74	277450T000057222	27/08/2026	55411
AMN2650	277450T000059712	31/08/2026	55414
AMN2650	277450T000059708	31/08/2026	55414
ANR9D10	277450T000055589	31/08/2026	51851
AOT7E55	277450T000058804	31/08/2026	66531
APQ1H15	277450T000057780	31/08/2026	55250
ASN2E76	277450T000055591	31/08/2026	51851

ATM7J39	277450T000059707	31/08/2026	55414
ATP2C26	277450T000057953	31/08/2026	55411
ATP4I04	277450T000059366	23/08/2026	65992
ATP4I04	277450T000059364	23/08/2026	50450
ATP4I04	277450T000059365	23/08/2026	51420
ATT8F67	277450T000059355	22/08/2026	55411
ATX2F59	277450T000055586	31/08/2026	55411
ATY4B85	277450T000058802	31/08/2026	66372
AUF6863	277450T000059710	31/08/2026	55680
AUH1A68	277450T000057779	31/08/2026	55250
AVM2I45	277450NIC0046148	15/08/2026	50020
AWS7D51	277450T000057567	22/08/2026	51180
AWS7D51	277450T000057568	22/08/2026	65992
AWS7D51	277450T000057566	22/08/2026	50100
AXL6053	277450T000055588	31/08/2026	51851
AXR5204	277450T000055585	31/08/2026	55250
AXT7037	277450T000055587	31/08/2026	51851
AYE3F25	277450T000058903	22/08/2026	50100
AYE3F25	277450T000058904	22/08/2026	51180
BAC3840	277450T000057783	31/08/2026	51851
BBZ0I75	277450T000057229	31/08/2026	55411
BCJ2J88	277450NIC0046149	15/08/2026	50020
BDF6B40	277450T000057776	29/08/2026	55411
BDL6A95	277450T000057119	26/08/2026	55411
BDT4B55	277450T000055590	31/08/2026	73400
BDW2B51	277450T000059361	22/08/2026	50100
BDW2B51	277450T000059362	22/08/2026	51180
BEV9D01	277450NIC0046150	15/08/2026	50020
BSF3G15	277450T000057230	31/08/2026	55411
BWP1C66	277450NIC0046143	15/08/2026	50020
BWP1C66	277450NIC0046144	15/08/2026	50020
BXI6F90	277450T000057778	31/08/2026	55411
CPW8015	277450T000057767	29/08/2026	51180
CPW8015	277450T000057768	29/08/2026	50100
CPW8015	277450T000057766	29/08/2026	51851
DSB7892	277450T000058701	22/08/2026	50100
DSB7892	277450T000058703	22/08/2026	67261
DSB7892	277450T000058702	22/08/2026	65992
FAK5416	277450T000055264	31/08/2026	51851
FCG2C50	277450T000057786	31/08/2026	51180
FCG2C50	277450T000057785	31/08/2026	50100
FVL1D43	277450NIC0046147	15/08/2026	50020
GEN7H62	277450T000059713	31/08/2026	55680
GVI3E32	277450T000049426	31/08/2026	55411
JBG1A70	277450T000055622	31/08/2026	55500
KFD9104	277450T000055265	31/08/2026	55500
KWL2A87	277450T000058202	27/08/2026	67690
KWL2A87	277450T000058203	27/08/2026	50100
MAS9825	277450T000057772	29/08/2026	55411
MCN7A73	277450T000057952	31/08/2026	55411
NEK2101	277450T000059602	31/08/2026	55413
QOF1B89	277450T000059711	31/08/2026	55414
QTB1C50	277450T000059714	31/08/2026	76252
QXB1499	277450T000059709	31/08/2026	55680
RHQ5I99	277450T000057569	22/08/2026	50100
RHQ5I99	277450T000057570	22/08/2026	51180
SEF7I51	277450T000059706	31/08/2026	55414
SEX1F93	277450NIC0046146	15/08/2026	50020
SEY8B74	277450T000058805	31/08/2026	70481
SFN5C37	277450T000055263	31/08/2026	73662
SHL9F49	277450T000057257	31/08/2026	55413
TAP9A15	277450T000057216	23/08/2026	50100
TAP9A15	277450T000057217	23/08/2026	51180
TBH6G54	277450NIC0046145	15/08/2026	50020
TBL9G81	277450NIC0046151	15/08/2026	50020
TBM2G57	277450T000053304	31/08/2026	66020
UBJ6E94	277450T000057213	22/08/2026	73400
UBJ6G94	277450T000057215	22/08/2026	51180
UBJ6G94	277450T000057214	22/08/2026	50100
UBY7E16	277450T000057580	29/08/2026	50100
UBY7E16	277450T000057581	29/08/2026	66372
UBY7E16	277450T000057582	29/08/2026	50610

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:FDAD0BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 359/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADX6445	277450T000048496	22/06/2026	55411	R$ 195,23
AMD9043	277450T000054778	22/06/2026	55411	R$ 195,23

AMI6063	277450T000054782	22/06/2026	51851	R$ 195,23
AUB6I40	277450T000037240	22/06/2026	51691	R$ 2.934,70
AVM2I45	277450T000054775	22/06/2026	55680	R$ 195,23
AVR9F84	277450T000035893	22/06/2026	76332	R$ 293,47
AYR9D61	277450T000054781	22/06/2026	76332	R$ 293,47
BAI0F06	277450T000054773	22/06/2026	51851	R$ 195,23
BAS2E18	277450T000054006	22/06/2026	55414	R$ 195,23
BBO1G67	277450T000054783	22/06/2026	73400	R$ 130,16
BCJ2J88	277450T000053457	22/06/2026	55500	R$ 130,16
BEK5H05	277450T000054005	22/06/2026	55414	R$ 195,23
BEV9D01	277450T000047682	22/06/2026	55411	R$ 195,23
BWP1C66	277450T000025977	22/06/2026	55411	R$ 195,23
BWP1C66	277450T000025976	22/06/2026	54790	R$ 130,16
DBM2J70	277450T000053816	22/06/2026	57463	R$ 130,16
FVL1D43	277450T000054774	22/06/2026	57463	R$ 130,16
LJQ5I15	277450T000053817	22/06/2026	55411	R$ 195,23
MGC6206	277450T000051755	22/06/2026	73662	R$ 130,16
QOS0B20	277450NIC0045858	06/06/2026	50020	R$ 390,46
RHF7G58	277450T000054779	22/06/2026	76252	R$ 293,47
SEN8B95	277450T000053459	22/06/2026	65992	R$ 293,47
SEN8B95	277450T000053460	22/06/2026	50100	R$ 880,41
SEX1F93	277450T000054776	22/06/2026	55680	R$ 195,23
TBA0B65	277450T000054780	22/06/2026	55414	R$ 195,23
TBH6G54	277450T000047683	22/06/2026	55500	R$ 130,16
TBL9G81	277450T000047684	22/06/2026	76252	R$ 293,47
TBZ2I90	277450T000054004	22/06/2026	55413	R$ 195,23
UBX2D92	277450T000054007	22/06/2026	55414	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:7888828E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 362/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACX9536	277450T000053819	23/06/2026	55411	R$ 195,23
AFD4G54	277450T000053151	21/06/2026	55500	R$ 130,16
AFG1G86	277450T000053214	25/06/2026	54521	R$ 195,23
AFJ2683	277450T000054412	23/06/2026	55411	R$ 195,23
AGN0A66	116100T003744331	21/06/2026	55413	R$ 195,23
AGW9E66	277450T000054792	23/06/2026	76332	R$ 293,47
AHZ4J34	277450NIC0045884	09/06/2026	50020	R$ 260,32
AHZ4J34	277450T000047692	23/06/2026	55411	R$ 195,23
AHZ4J34	277450T000047691	23/06/2026	55250	R$ 130,16
AJR7526	277450T000055102	26/06/2026	55250	R$ 130,16
AJW3I19	277450T000054415	23/06/2026	54521	R$ 195,23
AJW3I19	277450T000025980	23/06/2026	54521	R$ 195,23
AJY1D41	277450T000055105	26/06/2026	51851	R$ 195,23
AOE9D67	277450T000038496	21/06/2026	52741	R$ 2.934,70
AQK4C28	277450T000055101	26/06/2026	55250	R$ 130,16
AQV2739	277450T000054421	24/06/2026	55680	R$ 195,23
ASG6B47	277450T000054428	25/06/2026	55680	R$ 195,23
ASP7J46	277450T000054420	24/06/2026	54521	R$ 195,23
ASW9E26	277450T000054787	23/06/2026	54521	R$ 195,23
ATT4C25	277450T000053153	25/06/2026	55500	R$ 130,16
AUF5933	277450T000053461	26/06/2026	51851	R$ 195,23
AUF5933	277450T000053462	26/06/2026	51852	R$ 195,23
AUR3A26	277450T000053820	23/06/2026	55411	R$ 195,23
AUR4H70	277450T000053120	25/06/2026	55411	R$ 195,23
AXN0I62	277450T000042627	24/06/2026	55500	R$ 130,16
AYT4754	277450T000054786	23/06/2026	55680	R$ 195,23
AZB4A60	277450T000053115	25/06/2026	55411	R$ 195,23
AZF7C42	277450T000042630	24/06/2026	54521	R$ 195,23
AZF9H47	116100T003744332	21/06/2026	55413	R$ 195,23
AZG7I30	277450T000054797	23/06/2026	51851	R$ 195,23
AZI9026	277450NIC0045871	09/06/2026	50020	R$ 390,46
AZR0601	277450NIC0045887	09/06/2026	50020	R$ 260,32
BAD3D85	277450NIC0045882	09/06/2026	50020	R$ 586,94
BAQ3097	277450NIC0045880	09/06/2026	50020	R$ 586,94
BAQ3719	277450T000053113	24/06/2026	54521	R$ 195,23
BBF3I22	277450NIC0045881	09/06/2026	50020	R$ 586,94
BCF9G75	277450T000053212	24/06/2026	60502	R$ 293,47
BCX3A75	277450T000054434	25/06/2026	55680	R$ 195,23
BCY7F85	277450T000047081	24/06/2026	54521	R$ 195,23
BDA8E07	277450T000054426	25/06/2026	54521	R$ 195,23
BDL2A53	277450NIC0045886	09/06/2026	50020	R$ 586,94
BDP2A06	277450NIC0045885	09/06/2026	50020	R$ 260,32
BDW1H57	277450T000005694	27/06/2026	55411	R$ 195,23
BEN7H40	277450T000054433	25/06/2026	54521	R$ 195,23
BEU4H96	277450T000038077	25/06/2026	70561	R$ 293,47
BEY4E24	277450T000054427	25/06/2026	76252	R$ 293,47
BEZ0371	277450T000005690	27/06/2026	55411	R$ 195,23

BEZ9E38	277450T000055111	27/06/2026	76251	R$ 293,47
BTA4621	277450NIC0045872	09/06/2026	50020	R$ 390,46
BWE0I70	277450T000054413	23/06/2026	55411	R$ 195,23
BWE0I70	277450T000054414	23/06/2026	54790	R$ 130,16
BWE5J38	277450T000054789	23/06/2026	55411	R$ 195,23
BXE4C85	277450T000047685	23/06/2026	55250	R$ 130,16
BYQ7H26	277450T000038074	24/06/2026	60412	R$ 195,23
CLS8J44	277450T000005689	27/06/2026	55411	R$ 195,23
DBL4J62	277450T000050353	25/06/2026	55680	R$ 195,23
DEJ7001	277450T000036870	24/06/2026	57380	R$ 293,47
DFT8560	277450T000047688	23/06/2026	55250	R$ 130,16
DJN8F65	277450T000054798	23/06/2026	76332	R$ 293,47
DMS8F43	277450T000054799	23/06/2026	76331	R$ 293,47
DQI0D38	277450T000055113	27/06/2026	55411	R$ 195,23
ECM2E36	277450NIC0045874	09/06/2026	50020	R$ 390,46
EKT3A08	277450T000053112	24/06/2026	54521	R$ 195,23
EPU5C51	277450NIC0045879	09/06/2026	50020	R$ 586,94
EPU9F58	277450T000054423	24/06/2026	57463	R$ 130,16
EVK5G00	277450T000054432	25/06/2026	57463	R$ 130,16
EWJ0I19	277450NIC0045861	09/06/2026	50020	R$ 260,32
FKE6D80	277450T000047695	27/06/2026	76251	R$ 293,47
FNK7E92	277450NIC0045864	09/06/2026	50020	R$ 260,32
FNN8I77	277450T000023055	26/06/2026	76332	R$ 293,47
FOH6F44	277450T000005693	27/06/2026	55411	R$ 195,23
FRF4I67	277450T000054424	25/06/2026	54521	R$ 195,23
FUC9H53	277450T000053211	24/06/2026	61300	R$ 293,47
FUO6C63	277450T000042744	27/06/2026	57380	R$ 293,47
FVD6F29	277450NIC0045883	09/06/2026	50020	R$ 260,32
FWC8B68	277450NIC0045870	09/06/2026	50020	R$ 390,46
GHL0C86	277450T000053121	25/06/2026	55411	R$ 195,23
GSW0E20	277450T000025982	23/06/2026	55411	R$ 195,23
GZI5112	277450T000053209	24/06/2026	54521	R$ 195,23
HFB4H35	277450T000055112	27/06/2026	76252	R$ 293,47
HMV4I14	277450CND0000315	27/05/2026	50371	R$ 586,94
ICV3395	277450T000025979	23/06/2026	54521	R$ 195,23
IFM1322	277450T000054800	26/06/2026	55411	R$ 195,23
IKG1786	277450T000054791	23/06/2026	54521	R$ 195,23
ILV3C47	277450T000025981	23/06/2026	55411	R$ 195,23
INC7A95	277450T000054417	23/06/2026	55500	R$ 130,16
IQJ1C67	116100T003744330	20/06/2026	54521	R$ 195,23
IXC7A28	277450NIC0045869	09/06/2026	50020	R$ 260,32
KMR8C87	277450T000042628	24/06/2026	54521	R$ 195,23
LCH6A18	277450T000054425	25/06/2026	54521	R$ 195,23
LNM2514	277450T000047686	23/06/2026	55250	R$ 130,16
LUP0I07	277450T000047082	24/06/2026	54521	R$ 195,23
MAC7470	277450T000053116	25/06/2026	55411	R$ 195,23
MEI7E38	277450T000055106	26/06/2026	51851	R$ 195,23
MJP6H53	277450T000053111	24/06/2026	54521	R$ 195,23
NJT5J23	277450CND0000316	26/05/2026	50371	R$ 586,94
NSN9E92	277450T000005692	27/06/2026	55411	R$ 195,23
NTX8I76	277450T000054785	23/06/2026	55680	R$ 195,23
PYB9B08	277450T000054009	24/06/2026	76332	R$ 293,47
PYB9B08	277450T000054010	24/06/2026	51851	R$ 195,23
QAU8D65	277450T000050354	25/06/2026	55680	R$ 195,23
QBO7D83	277450T000005688	27/06/2026	55500	R$ 130,16
QIA6J39	277450T000053822	27/06/2026	76252	R$ 293,47
QIM3H06	277450T000005691	27/06/2026	55411	R$ 195,23
QIM8A43	277450T000055108	27/06/2026	55680	R$ 195,23
QIP7411	277450NIC0045866	09/06/2026	50020	R$ 260,32
QIX8097	277450NIC0045888	09/06/2026	50020	R$ 390,46
QQG9F06	277450T000054418	23/06/2026	55680	R$ 195,23
RAF3J35	277450NIC0045862	09/06/2026	50020	R$ 586,94
RHH7A55	277450T000053463	27/06/2026	70561	R$ 293,47
RHQ2C48	277450T000054794	23/06/2026	54521	R$ 195,23
RHV0C46	277450T000054431	25/06/2026	57463	R$ 130,16
RHY4E14	277450T000050355	25/06/2026	55680	R$ 195,23
RXV3E47	277450T000018772	13/06/2026	52152	R$ 293,47
RXV3E47	277450T000018773	13/06/2026	60502	R$ 293,47
SDT2G07	277450P000214838	18/06/2026	51851	R$ 195,23
SEE4H21	277450T000054419	24/06/2026	55500	R$ 130,16
SER8B40	277450NIC0045873	09/06/2026	50020	R$ 260,32
SFC1D17	277450T000047690	23/06/2026	55250	R$ 130,16
SFC6C54	277450T000055104	26/06/2026	60412	R$ 195,23
SII3A14	277450NIC0045877	09/06/2026	50020	R$ 586,94
SPJ5D48	277450T000053215	25/06/2026	55411	R$ 195,23
SXP8G56	277450NIC0045865	09/06/2026	50020	R$ 260,32
SXV3F85	277450NIC0045860	09/06/2026	50020	R$ 260,32
TAI4C18	277450T000054422	24/06/2026	73400	R$ 130,16
TAT8F61	277450T000042633	25/06/2026	55500	R$ 130,16
TBE8C17	277450NIC0045878	09/06/2026	50020	R$ 586,94
TBH6G54	277450T000047693	23/06/2026	55680	R$ 195,23
TBI1D98	277450T000053213	25/06/2026	55411	R$ 195,23
TBI1D98	277450T000053154	25/06/2026	55500	R$ 130,16
TBK0D74	277450NIC0045876	09/06/2026	50020	R$ 586,94
TBS5C98	277450P000214835	11/06/2026	53800	R$ 130,16
TBT6A79	277450T000042631	24/06/2026	54521	R$ 195,23
TBX5E82	277450T000054411	23/06/2026	60501	R$ 293,47
TBY5C27	277450T000054430	25/06/2026	55500	R$ 130,16
TBY5C31	277450T000054429	25/06/2026	55500	R$ 130,16

TJB6C55	277450NIC0045859	09/06/2026	50020	R$ 586,94
TNX0I00	277450T000053152	24/06/2026	57463	R$ 130,16
TPI6F22	277450NIC0045863	09/06/2026	50020	R$ 260,32
TZA0F30	277450T000052744	27/06/2026	55411	R$ 195,23
UAV7F10	277450NIC0045875	09/06/2026	50020	R$ 390,46
UBL4I47	277450T000053118	25/06/2026	55411	R$ 195,23
UBT7D80	277450T000054796	23/06/2026	54521	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:19B99B58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
PORTARIA Nº 49/2026

SÚMULA: Designa os membros da Comissão Organizadora e da banca avaliadora do processo seletivo de avaliação de mérito e desempenho para o provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino, regido pelo Edital nº 001/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Decreto Municipal nº 102, de 21 de Agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão Organizadora do processo seletivo de avaliação de mérito e desempenho para o provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino, regido pelo Edital nº 001/2026:

Representação	Nome	Matrícula
Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Turismo, na condição de Presidente	ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO	1943
Servidor(a) da área de recursos humanos	TAIANA LOCATELLI	1894
Representante do Conselho Municipal de Educação	MARIA HELENA MAHL	1760
Representante dos profissionais do magistério, indicado pela categoria	MARIZANE APARECIDA ALFLEN	718
Representante dos servidores técnico-administrativos	ADRIANE JANETE HENZEL TEIXEIRA	710
Representante dos pais ou responsáveis, escolhido em assembleia	ANA CLAUDIA GRIPA	**********

Parágrafo único. Compete à Comissão Organizadora conduzir todas as etapas do processo seletivo, analisar os requisitos de inscrição, elaborar e custodiar as situações-problema, aplicar o Estudo de Caso, atribuir a pontuação das Etapas I, II e III, lavrar as atas, decidir os pedidos de reconsideração, publicar os resultados e organizar o arquivamento da documentação.

Art. 2º Ficam designados os membros da banca avaliadora, a quem competem a correção do Estudo de Caso e a avaliação do Plano de Gestão Escolar e da respectiva arguição:

Membro	Nome	Formação e vínculo
1	KEYLA CRISTIANE HENITZE FISS	Especialização – Municipal/Efetivo
2	ELISA MARISTANE COGO GINDRI	Especialização – APAE/Efetivo
3	ANDREIA SCHNELL	Especialização – Municipal/Efetivo

§ 1º Cada prova do Estudo de Caso será corrigida por 2 (dois) membros da banca, cabendo ao terceiro proceder a nova correção quando a diferença entre as notas atribuídas for superior a 100 (cem) pontos.
§ 2º A avaliação do Plano de Gestão Escolar e da arguição será realizada pelos 3 (três) membros em conjunto, com registro em ata.

Art. 3º Não podem integrar a Comissão Organizadora nem a banca avaliadora o candidato inscrito, o seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e quem mantenha com candidato relação capaz de comprometer a imparcialidade da avaliação.
§ 1º Os designados firmarão, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação desta Portaria, a declaração de inexistência de conflito de interesses constante do Anexo VI do Decreto Municipal nº 102, de 21 de agosto de 2026.
§ 2º A superveniência de qualquer das situações de impedimento será comunicada imediatamente ao Presidente da Comissão, que promoverá a substituição do membro e determinará a repetição dos atos por ele praticados, quando necessário à preservação da imparcialidade.

Art. 4º Os membros respondem pelo sigilo das situações-problema até o momento da aplicação da prova e pela correspondência entre os códigos das folhas de resposta e a identidade dos candidatos até o lançamento de todas as notas.

Art. 5º As atividades desempenhadas em razão desta Portaria são consideradas de relevante interesse público e não ensejam remuneração adicional, ressalvada a compensação de jornada quando exercidas fora do horário regular de trabalho.

Art. 6º A Comissão Organizadora e a banca avaliadora ficam dissolvidas com o arquivamento definitivo da documentação do processo seletivo, após a homologação do resultado final e o esgotamento dos prazos recursais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:F08650EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 183/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5941 - Decreto n° 183/2026 de10/09/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação		9.185,40
Despesa			
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	9.185,40
08.002	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0802.2130	Emendas Individuais Impositivas - 202540890006 - ESTRUTURASUAS INVESTIMENTO - GND4 - ORIOVISTO		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
5180 1091	Emendas Individuais Impositivas - 202540890006 - ESTRUTURASUAS INVESTIMENTO - GND4 - ORIOVISTO		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	9.185,40

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F299E59C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO (CNPJ: 95.590.832/0001-11)

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PINHAL DE SÃO BENTO – PR
SETEMBRO 2026

Sumário

1 IDENTIFICAÇÃO DO GERADOR 4
2 INFORMAÇÕES GERAIS 4
3 RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMGIRS.....5
4 INTRODUÇÃO 6
5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO 7
5.1 Localização Geográfica.....8
5.2 Caracterização Física do Município de Pinhal de São Bento.....9
6 GERAÇÃO, DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS 11
6.1 Classificação dos Resíduos.....12
8 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 16
8.1 Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).....18
8.1.1 Resíduos Sólidos de Estabelecimentos Comerciais e Domiciliares.....24
8.1.2 Resíduos de Limpeza Urbana.....32
8.1.3 Destinação dos Resíduos Ordinários de Serviço de Limpeza Urbana e Construção Civil 34
8.1.4 Área de armazenamento Temporário, Transbordo e Triagem de Resíduos Sólidos 36
8.2 Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico.....40
8.3 Resíduos industriais, comerciais e Prestadores de Serviços 41
8.4 Resíduos Especiais 42
8.5 Resíduos de Saúde.....45
8.5.1 Levantamento e identificação dos Resíduos Gerados 45
8.5.2 Acondicionamento dos resíduos – Obrigações Legais 47
8.5.3 Coleta Interna dos Resíduos – Obrigações Legais 48
8.5.4 Abrigo dos Resíduos – Obrigações Legais.....49
8.5.5 Tratamento e Destino Final dos Resíduos – Obrigações Legais.....50
8.6 Aspectos Sociais 51
8.6.1 Unidade de Valorização de Resíduos 51
8.6.2 Educação Ambiental 53
8.6.3 Formas e Limites de Participação.....56
9 PROGNÓSTICO DE ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS..59
9.1 Resíduos Comuns (Orgânicos/rejeitos) 59
9.2 Resíduos Classe I (Perigosos).....60
9.3 Gestão Consorciada de Resíduos 61
9.3.1 Vantagens da Gestão Consorciada.....61
9.3.2 Possíveis Soluções Consorciadas 62

9.3.3 Diretrizes para Pinhal de São Bento 62
10 RESUMO DE COLETA DOS RESÍDUOS.....63
10.1 Resíduos Comuns (orgânicos e rejeitos de banheiro).....63
10.2 Resíduos Comuns (Recicláveis).....64
10.3 Resíduos de Serviços de Saúde.....64
10.4 Resíduos Classe II (Resíduos Sólidos Urbanos Gerados no Município)64
11. DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS (Definição das Responsabilidades).....66
12. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 74
13 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL.....81
14 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....84
16 BIBLIOGRÁFIA 86

1 IDENTIFICAÇÃO DO GERADOR

Razão social: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO
C.N.P.J: 95.590.832/0001-11
Endereço: Avenida São Roque Bairro: Centro CEP: 85.727-000
Cidade: Pinhal de São Bento UF: PR
Fone/Fax: (46) 3560-1187 / (46) 3560-1122

Código e descrição da atividade econômica principal:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
84.11-6-00 - Administração pública em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
124-4 – Município

Data de início de Funcionamento: 18/12/1992
Horário de Funcionamento: Segunda á sexta, das 07:30 ás 17:00

2 INFORMAÇÕES GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO
PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA
MARCELO DENOVAIS
Secretário

3 RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMGIRS

Elaborado pela administração municipal
Bairro: Centro
Cidade: Pinhal de São Bento
Fone: (46) 3560-1187
e-mail: contabilidade@pinhaldesaobento.pr.gov.br

4 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Pinhal de São Bento – Paraná**, elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e demais normas aplicáveis à gestão ambiental.
O PMGIRS constitui-se como instrumento de planejamento da Administração Municipal, estabelecendo diretrizes, programas, metas e ações para a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados no município, visando à proteção da saúde pública, à preservação do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável.
Considerando as características de Pinhal de São Bento, município de pequeno porte com predominância de atividades agropecuárias e comércio local, o Plano busca adequar a gestão dos resíduos à realidade municipal, fortalecendo a coleta seletiva, a educação ambiental, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a redução da geração de rejeitos e o incentivo à reutilização e à reciclagem.
O presente Plano contempla o diagnóstico da situação atual, a identificação das demandas existentes e o planejamento das ações necessárias para o aperfeiçoamento dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, abrangendo as etapas de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, destinação final e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.
Ressalta-se que este documento possui caráter dinâmico, podendo ser revisado e atualizado periodicamente pela Administração Municipal, de acordo com as necessidades locais, a evolução da legislação e a implementação de novas políticas públicas, tecnologias e programas voltados à melhoria contínua da gestão integrada dos resíduos sólidos.
Com a implantação das ações previstas neste PMGIRS, o Município de Pinhal de São Bento reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, o uso eficiente dos recursos públicos, a melhoria da qualidade de vida da população e o cumprimento da legislação vigente.

5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

A origem do Município de **Pinhal de São Bento**, localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, está diretamente relacionada ao processo de colonização promovido por famílias de descendência italiana e alemã provenientes, principalmente, do Rio Grande do Sul e de outras regiões do

Paraná, que se estabeleceram na região a partir da década de 1950. A economia local desenvolveu-se inicialmente com a exploração da madeira, favorecida pela abundância de florestas de araucária (pinheiro-do-paraná), seguida pela implantação da agricultura e da pecuária, atividades que permanecem como importantes bases do desenvolvimento econômico do município.

O nome **Pinhal de São Bento** faz referência aos extensos pinheirais existentes na região durante o processo de ocupação, aliados à devoção a São Bento, padroeiro do município. Inicialmente pertencente ao território do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Pinhal de São Bento conquistou sua emancipação político- administrativa por meio da **Lei Estadual nº 11.220, de 13 de dezembro de 1995**, sendo oficialmente instalado como município em **1º de janeiro de 1997**.

Atualmente, o município possui área territorial aproximada de **97,7 km²** e, conforme o **Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),** conta com uma população de **2.621 habitantes**, apresentando densidade demográfica aproximada de **26,8 habitantes por quilômetro quadrado.**

A população encontra-se distribuída entre a área urbana e diversas comunidades rurais, sendo predominante a população residente no meio rural, característica que influencia diretamente a geração, a coleta, o transporte e a destinação dos resíduos sólidos. A economia municipal é baseada principalmente na agricultura familiar, na produção de grãos, na bovinocultura de leite, na suinocultura, na avicultura e no comércio local.

Essas características tornam fundamental a implementação de um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos compatível com a realidade do município, contemplando ações de educação ambiental, coleta seletiva, manejo adequado dos resíduos domiciliares, recicláveis, da construção civil, dos serviços de saúde e dos resíduos provenientes das atividades agropecuárias, visando à proteção ambiental, à melhoria da qualidade de vida da população e ao atendimento da legislação vigente.

Observação importante: no texto original havia um dado incorreto para Pinhal de São Bento. Conforme o **Censo IBGE 2022**, a população do município é **2.621 habitantes**, e não 2.710 (esse era um dado estimado utilizado anteriormente). Esse é o número oficial que deve constar no PMGIRS.

5.1 Localização Geográfica O Município de **Pinhal de São Bento** está localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, integrando a **Região Geográfica Intermediária de Francisco Beltrão** e a **Região Geográfica Imediata de Santo Antônio do Sudoeste**, conforme a atual regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A região é reconhecida pela forte vocação agropecuária, predominância da agricultura familiar e intensa integração econômica entre os municípios que a compõem.

O município possui área territorial aproximada de **97,7 km²**, altitude média de **620 metros** e situa-se a aproximadamente **530 quilômetros da capital do Estado, Curitiba**.

Administrativamente, Pinhal de São Bento não possui distritos oficialmente constituídos, sendo composto pela sede urbana e por diversas comunidades rurais distribuídas ao longo de seu território. Essa característica reflete o perfil predominantemente rural do município e influencia diretamente a organização dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados à limpeza urbana, coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Em razão dessa configuração territorial, o planejamento da gestão integrada de resíduos sólidos deve considerar as particularidades da área urbana e das comunidades rurais, buscando soluções que garantam a eficiência da prestação dos serviços, a proteção ambiental, a promoção da saúde pública e a melhoria da qualidade de vida da população, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Figura 1 – Localização do Município de Pinhal de São Bento

5.2 Caracterização Física do Município de Pinhal de São Bento

O Município de **Pinhal de São Bento**, localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, apresenta características físicas típicas dessa porção do território paranaense, marcada pelo predomínio de clima subtropical úmido, relevo suavemente ondulado e forte vocação agropecuária. De acordo com a classificação climática de Köppen, o município enquadra-se no tipo **Cfa – subtropical úmido**, caracterizado por verões quentes, invernos amenos a frios, ocorrência frequente de geadas durante os meses de inverno e ausência de estação seca definida. A temperatura média anual situa-se em torno de **19 °C,** enquanto a precipitação média anual varia entre **1.800 e 2.000 mm**, distribuída de forma relativamente uniforme ao longo do ano, favorecendo o desenvolvimento das atividades agrícolas e a disponibilidade hídrica.

Geologicamente, Pinhal de São Bento está inserido no **Terceiro Planalto Paranaense,** pertencente à Formação Serra Geral, composta predominantemente por rochas basálticas originadas de derrames vulcânicos ocorridos durante o período Mesozoico. O relevo apresenta formas suavemente onduladas a onduladas, com altitude média aproximada de **620 metros,** proporcionando condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura mecanizada e da pecuária.

Quanto aos recursos hídricos, o município integra a **Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu**, uma das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do Estado do Paraná. O território municipal é drenado por diversos cursos d'água de pequeno e médio porte, que abastecem propriedades rurais, contribuem para o equilíbrio ambiental e integram a rede hidrográfica regional. A conservação desses recursos é fundamental para o abastecimento da população, a manutenção da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades econômicas locais.

Sob o aspecto da cobertura vegetal, o município encontra-se inserido no domínio da **Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias)**, formação típica do Sul do Brasil, originalmente caracterizada pela predominância da **Araucaria angustifolia** (pinheiro-do-paraná), associada a diversas espécies nativas como imbuia, erva-mate, canelas, bracatinga e xaxim. Em razão do processo histórico de ocupação do território, grande parte da vegetação original foi substituída por áreas destinadas à agricultura e à pecuária, permanecendo remanescentes florestais distribuídos em Áreas de Preservação Permanente (APPs), reservas legais e fragmentos de vegetação nativa.

A economia de Pinhal de São Bento possui forte base no setor primário, destacando-se a agricultura familiar e a produção agropecuária como principais atividades econômicas. Entre as principais culturas agrícolas cultivadas no município destacam-se **soja, milho, trigo, feijão, aveia e pastagens**, além de pequenas produções destinadas ao consumo local e à diversificação das propriedades rurais. Na pecuária, destacam-se a bovinocultura de leite e de corte, a suinocultura, a avicultura e outras atividades desenvolvidas em propriedades familiares, que representam importante fonte de renda para a população rural.

As características físicas, ambientais e econômicas do município exercem influência direta sobre a geração e a composição dos resíduos sólidos, especialmente daqueles provenientes das atividades domiciliares, comerciais, da construção civil e da produção agropecuária. Dessa forma, o planejamento da gestão integrada de resíduos sólidos deve considerar as particularidades do território municipal, buscando soluções ambientalmente adequadas que promovam a redução da geração de resíduos, a ampliação da coleta seletiva, a valorização dos materiais recicláveis, a destinação ambientalmente correta dos rejeitos e a preservação dos recursos naturais, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. **6 GERAÇÃO, DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS** A gestão adequada dos resíduos sólidos constitui um dos principais desafios da administração pública municipal, sendo fundamental para a proteção da saúde pública, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população. Todo resíduo gerado, independentemente de sua origem, deve receber manejo, tratamento e destinação final ambientalmente adequados, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No Município de **Pinhal de São Bento**, os resíduos sólidos urbanos são provenientes, principalmente, das atividades domiciliares, comerciais, dos serviços públicos de limpeza urbana, pequenos estabelecimentos de prestação de serviços e órgãos públicos municipais. Em razão das características socioeconômicas do município, predominantemente rural e com reduzido contingente populacional, a geração de resíduos apresenta perfil compatível com municípios de pequeno porte, sendo composta majoritariamente por resíduos orgânicos, materiais recicláveis, rejeitos e resíduos volumosos. A coleta regular dos resíduos sólidos urbanos atende a área urbana e as comunidades rurais, conforme cronograma

estabelecido pela Administração Municipal. Os resíduos recicláveis são encaminhados para triagem e posterior comercialização, contribuindo para a redução do volume destinado à disposição final e para o fortalecimento da coleta seletiva. Os rejeitos, por sua vez, recebem destinação ambientalmente adequada em unidade licenciada pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação vigente.

Os resíduos sólidos são classificados, conforme a **ABNT NBR 10004:2004**, em **Classe I – Perigosos** e **Classe II – Não Perigosos**. Os resíduos Classe I apresentam características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, exigindo procedimentos específicos de acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final, devido aos riscos que oferecem à saúde pública e ao meio ambiente. Já os resíduos Classe II compreendem aqueles que não apresentam periculosidade, podendo ser classificados como não inertes ou inertes, conforme suas características físicas, químicas e biológicas.

O Município busca continuamente aperfeiçoar o sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos por meio da ampliação da coleta seletiva, do incentivo à segregação dos resíduos na fonte geradora, da promoção da educação ambiental, da valorização dos materiais recicláveis e da destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, atendendo aos princípios da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Como instrumento de planejamento, este Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes para o monitoramento periódico da quantidade de resíduos gerados, permitindo a atualização de indicadores de geração per capita, a avaliação da eficiência dos serviços de coleta e destinação final e o planejamento de ações que promovam maior sustentabilidade, eficiência operacional e redução dos impactos ambientais no Município de Pinhal de São Bento.

6.1 Classificação dos Resíduos

Conforme estabelece a **ABNT NBR 10.004:2004 – Classificação de Resíduos Sólidos**, consideram-se resíduos sólidos os materiais, substâncias, objetos ou elementos descartados resultantes de atividades humanas, que se apresentam nos estados **sólido ou semissólido**, provenientes de diferentes fontes geradoras, tais como atividades industriais, residenciais, comerciais, hospitalares, agrícolas, de serviços públicos de limpeza urbana e demais setores produtivos.

Também estão abrangidos por esta definição os **lodos originados em processos de tratamento de água e efluentes**, os resíduos provenientes de sistemas de controle ambiental e outros líquidos que, em razão de suas características físicas, químicas ou biológicas, não possam ser destinados diretamente à rede coletora de esgoto ou aos corpos hídricos, ou cuja disposição adequada dependa de alternativas técnicas e econômicas específicas.

A classificação dos resíduos deve ser realizada mediante **avaliação das características e da origem do material gerado**, considerando as etapas do processo produtivo e os critérios estabelecidos pela norma técnica. Dessa forma, os resíduos são classificados em:

a) Resíduos Classe I – Perigosos: São aqueles que apresentam características que podem representar riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, devido às suas propriedades físicas, químicas ou biológicas. Enquadram-se nesta categoria os resíduos que apresentam características de **inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade**, necessitando de cuidados especiais quanto ao manuseio, transporte e disposição final.

b) Resíduos Classe II – Não Perigosos: Correspondem aos resíduos que não apresentam características de periculosidade, sendo subdivididos em:

• Classe II A – Não Inertes: São resíduos que não se enquadram como Classe I e também não atendem aos critérios de classificação como Classe II B. Podem apresentar propriedades como **biodegradabilidade, combustibilidade ou capacidade de dissolução em água**, podendo sofrer alterações físicas, químicas ou biológicas ao longo do tempo.

• Classe II B – Inertes: São resíduos que, quando submetidos ao processo de solubilização conforme os critérios estabelecidos pela norma, não apresentam liberação de componentes em concentrações superiores aos limites definidos para padrões de qualidade da água, excetuando-se características relacionadas à cor, turbidez, dureza e sabor.

7 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PINHAL DE SÃO BENTO

No município de Pinhal de São Bento, os serviços relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos são executados de forma combinada, contando com a participação da Prefeitura Municipal em parceria com empresas terceirizadas, abaixo listadas:

a) Select Serviços Ambientais Ltda: pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº. 06.986.647/0001-10, atua na prestação de serviços de coleta, transporte, recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

b) Atitude Ambiental Ltda: pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº. 07.075.504/0001-10, atua na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (conforme PGRSS).

c) Adão da Silva - Serviços: pessoa jurídica de direito privado inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ n° 40.558.928/0001-00, atua na prestação de serviços de capina, roçada, poda de árvores e coleta de resíduos vegetais.

Em seguida, pode ser verificada na tabela 1, os agentes de execução, atribuições e recursos utilizados nos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos.

Tabela 1 - Agentes de execução, atribuições e recursos utilizados

Agente de Execução	Atribuições e Responsabilidades	Recursos Empregados - Físicos	Recursos Empregados - Humanos
Select Serviços Ambientais Ltda	Execução de serviço de coleta porta a porta e transporte de resíduos sólidos urbanos classe II-A, provenientes dos geradores da área urbana no Município de Pinhal de São Bento – PR e na comunidade da linha Sede União até a destinação final, sendo realizada a coleta duas vezes por semana (segunda-feira e sexta-feira). A distância percorrida para as coletas dos resíduos sólidos urbanos classe II-A em todo perímetro urbano e de 120 km/mês (conforme cronograma de resíduos sólidos urbanos). Execução de serviços de disposição final de resíduos sólidos urbanos classe II-A, provenientes dos geradores de área urbana do Município de Pinhal de São Bento – PR e na comunidade Linha Sede União, em aterro sanitário próprio ou terceirizado.	Serviço realizado mediante a utilização de 01 caminhão coletor tipo compactador, com capacidade de 15 m3.	Equipe composta por 01 motorista e 02 agentes de coleta.
Atitude	Execução de coleta transporte e	Serviço realizado	Equipe
Ambiental Ltda	armazenamento, tratamento e destinação final do lixo hospitalar para a secretaria municipal de saúde do município de Pinhal de São Bento – PR. Lixo hospitalar entendido como resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas, executadas por serviços de saúde, sendo o recolhimento deste tipo de lixo exclusivamente da Unidade sanitária municipal; incluindo grupo, A, B e E.	mediante a utilização de 01 caminhão coletor tipo baú com sistema de impermeabilização interna.	composta por 01 motorista e 01 agente de coleta.
Adão da Silva – Serviços	Prestação de serviços de execução de capina e roçada de grama em terrenos urbanos, baldios, praças, parques, córregos, estradas, e outros locais solicitados pela administração pública.	Máquinas e equipamentos da empresa terceirizada pela execução dos serviços	Equipe composta por 01 pessoa.
Adão da Silva – Serviços	Prestação de serviço de varrição de ruas, avenidas, praças e outros logradouros públicos.	Máquinas e equipamentos da empresa terceirizada pela execução dos serviços	Equipe composta por 02 pessoa.
Adão da Silva – Serviços	Prestação de serviço de recolhimento de resíduos oriundos de limpeza urbana, tais como: galhos, folhagens, papeis, sacos plásticos, garrafas pet, latas, vidros e similares incluso serviços de caminhão basculantes com devida documentação regular.	Máquinas e equipamentos da empresa terceirizada pela execução dos serviços	Equipe composta por 02 pessoa.

8 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Para fins de organização e sistematização do diagnóstico, os resíduos sólidos serão analisados conforme sua origem ou fonte geradora, observando a classificação estabelecida pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Nesse contexto, o diagnóstico municipal contemplará a caracterização quantitativa e qualitativa dos resíduos gerados no município, considerando, entre outras, as seguintes categorias:
a) resíduos sólidos domiciliares provenientes dos sistemas de coleta convencional e coleta seletiva;
b) resíduos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana, compreendendo resíduos de varrição, capina, poda, limpeza de logradouros públicos e demais atividades correlatas;
c) resíduos dos serviços de saúde, gerenciados conforme os respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a legislação vigente.
O transporte dos resíduos sólidos deve ser realizado de forma segura, eficiente e ambientalmente adequada, garantindo que as cargas permaneçam devidamente acondicionadas durante todo o percurso, de modo a evitar vazamentos, dispersão de materiais, derramamentos ou qualquer tipo de contaminação das vias públicas, dos recursos naturais e do meio ambiente.
Os veículos utilizados deverão apresentar condições adequadas de conservação, manutenção e operação, sendo compatíveis com o tipo de resíduo transportado e, quando exigido pela legislação, devidamente licenciados e autorizados para essa finalidade. Além disso, os resíduos não deverão ser transportados conjuntamente com alimentos, medicamentos, produtos destinados ao consumo humano ou animal, ou quaisquer outros materiais incompatíveis que possam oferecer riscos à saúde pública ou ao meio ambiente.
No caso dos resíduos classificados como perigosos, o transporte deverá observar integralmente a legislação específica aplicável, incluindo as normas relativas ao transporte terrestre de produtos perigosos, bem como as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aqueles referentes à identificação, acondicionamento, sinalização, documentação, equipamentos de emergência e procedimentos operacionais.
Toda carga de resíduos perigosos deverá estar acompanhada da documentação obrigatória durante todo o percurso até sua destinação ambientalmente adequada, seja por reciclagem, recuperação, reprocessamento, coprocessamento, tratamento, incineração ou disposição final licenciada.
As embalagens utilizadas para acondicionamento desses resíduos deverão atender aos requisitos técnicos e de segurança estabelecidos na legislação vigente, contendo a identificação e a rotulagem de risco correspondentes, de forma a possibilitar a correta identificação do material transportado e garantir a segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.

8.1 Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)
De acordo com Monteiro et al. (2001), os resíduos gerados por estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços podem ser classificados conforme o volume diário produzido, distinguindo-se em pequenos e grandes geradores.
Como referência técnica, considera-se:
a) Pequeno Gerador: estabelecimento residencial, comercial ou industrial que produz até 120 litros de resíduos por dia, de forma contínua ou eventual;
b) Grande Gerador: estabelecimento residencial, comercial ou industrial que gera quantidade superior a 120 litros de resíduos por dia, de forma permanente ou frequente.
Entretanto, compete ao Município, na condição de titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, estabelecer por meio de legislação própria os critérios para enquadramento dos geradores, considerando as características locais, o volume produzido, a composição dos resíduos e a capacidade operacional do sistema municipal de coleta.
A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, estabelece em seu art. 20 que os resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, quando classificados como não perigosos, poderão ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo Poder Público Municipal, considerando sua natureza, composição e volume, podendo ser atendidos pelo sistema público de coleta, desde que atendidos os critérios definidos pela administração municipal.
No Município de **Pinhal de São Bento**, os serviços de coleta convencional e coleta seletiva atendem tanto os imóveis residenciais quanto parte dos estabelecimentos comerciais, observadas as condições estabelecidas pela administração municipal e pela legislação vigente.
Todavia, o atendimento pelo sistema público não exime os geradores de suas responsabilidades legais quanto ao correto acondicionamento, segregação, armazenamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Os estabelecimentos permanecem responsáveis pelos resíduos produzidos até sua destinação final ambientalmente adequada, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos danos eventualmente causados ao meio ambiente ou à saúde pública, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.
No município de **Pinhal de São Bento**, as principais atividades econômicas responsáveis pela geração de resíduos comerciais estão relacionadas aos seguintes segmentos:
• comércio varejista;
• mercados;
• estabelecimentos alimentícios;
• oficinas mecânicas;
• agropecuárias e lojas de insumos agrícolas;
• pequenas indústrias;
• prestadores de serviços diversos;
• estabelecimentos de saúde;
• órgãos públicos.
Os empreendimentos que geram resíduos sujeitos à logística reversa, resíduos perigosos ou resíduos que exijam tratamento específico devem providenciar sua segregação, armazenamento temporário, transporte e destinação final por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, mantendo os documentos comprobatórios da destinação ambientalmente adequada.
Com o objetivo de conhecer a composição dos resíduos sólidos urbanos gerados em **Pinhal de São Bento**, recomenda-se a realização periódica de estudos de caracterização gravimétrica, os quais permitem identificar os principais materiais presentes nos resíduos domiciliares e comerciais, subsidiando o planejamento das ações de coleta seletiva, reciclagem, compostagem e disposição final.
A composição gravimétrica consiste na determinação percentual das diferentes frações que compõem os resíduos sólidos urbanos, como matéria orgânica, papel, plástico, vidro, metais, rejeitos e outros materiais.
Para a obtenção desses dados recomenda-se a utilização da metodologia do **quarteamento**, amplamente empregada em estudos de resíduos sólidos. Essa técnica consiste na homogeneização da amostra coletada e sua sucessiva divisão em quatro partes iguais, descartando-se duas partes opostas e reunindo- se as duas restantes, repetindo o procedimento até obtenção de uma amostra representativa para análise.
Após essa etapa, os resíduos são separados por tipologia, pesados individualmente e convertidos em percentuais, permitindo determinar a composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos do município.
Os resultados obtidos servirão como base para o planejamento das políticas públicas municipais de gestão de resíduos, definição de programas de coleta seletiva, educação ambiental, valorização dos materiais recicláveis e redução da quantidade de resíduos encaminhados para disposição final.

Figura 2 - Geração de Resíduos Sólidos Urbanos percentualmente

Figura 3 - Representação da composição gravimétrica dos RSU gerados no município de Pinhal de São Bento, em toneladas por mês.

Tabela 2 – Caracterização dos resíduos gerados

RESÍDUOS	VOLUME	ORIGENS	DESTINAÇÃO	EMPRESA CONTRATADA
Orgânicos e Rejeitos	23 ton./mês	Residências e Comércios	Aterro Sanitário Terceiros	Select Serviços Ambientais Ltda
Papel/Papelão	0,70 ton./mês	Residências e Comércios	Barracão de Reciclagem municipal	Empresa formada – Catadores CNPJ **63.122.839/0001-12**
Plásticos	1,30 ton./mês	Residências e Comércios	Barracão de Reciclagem municipal	Empresa formada – Catadores CNPJ **63.122.839/0001-12**
Metais	0,10 ton./mês	Residências e Comércios	Barracão de Reciclagem municipal	Empresa formada – Catadores CNPJ **63.122.839/0001-12**
Vidros	0,35 ton./mês	Residências e Comércios	Aterro Sanitário Terceiros	Select Serviços Ambientais Ltda
Rejeitos dos recicláveis	0,20	Residências e Comércios	Aterro Sanitário Terceiros	Select Serviços Ambientais Ltda
Resíduos de Saúde	24,08 kg/mês (Grupo A) 7,25 kg/mês (Grupo B) 7,125 kg/mês (Grupo E)	Unidades de Pronto Atendimento	Aterro Sanitário Terceiros	Atitude Ambiental Ltda
Resíduos Classe I –	3,00 m³/ano	Realização de campanha com apoio da APAE	Aterro Industrial Terceiros	Indústria Fox Economia Circular Ltda

A caracterização gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos constitui uma das principais ferramentas para o planejamento e a gestão integrada dos resíduos gerados no município. Por meio dessa análise é possível identificar a participação percentual de cada fração dos resíduos, subsidiando a definição de políticas públicas voltadas à redução da geração, reutilização, reciclagem, compostagem e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos.
O conhecimento da composição gravimétrica também possibilita avaliar o potencial de aproveitamento econômico dos materiais recicláveis e orgânicos, contribuindo para a elaboração de programas de coleta seletiva, educação ambiental, logística reversa, valorização dos resíduos e incentivo à economia circular.
Além disso, essas informações são fundamentais para o dimensionamento da infraestrutura necessária ao gerenciamento dos resíduos sólidos, influenciando diretamente a definição da capacidade operacional dos sistemas de coleta, transporte, tratamento, triagem, compostagem e disposição final, bem como a estimativa da vida útil das unidades de destinação ambientalmente adequada.

A composição gravimétrica consiste na identificação, classificação e quantificação dos diferentes materiais presentes nos resíduos sólidos urbanos, permitindo conhecer as características dos resíduos produzidos pela população e estabelecer estratégias técnicas e economicamente viáveis para seu gerenciamento.
Para fins deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), os resíduos sólidos urbanos gerados no Município de **Pinhal de São Bento** foram agrupados nas seguintes categorias:
a) Resíduos Orgânicos: Compreendem os resíduos de origem biológica, vegetal ou animal, incluindo restos de alimentos, frutas, verduras, legumes, cascas, resíduos de jardinagem, folhas, flores, galhos, podas, sementes e demais materiais biodegradáveis. Essa fração apresenta elevado potencial para tratamento por meio da compostagem em propriedades rurais que tenham interesse de uso na compostagem, possibilitando a produção de composto orgânico destinado à melhoria da fertilidade do solo.
b) Papel e Papelão: Incluem jornais, revistas, folhas de papel, cadernos, caixas de papelão, embalagens, impressos em geral, envelopes, papéis de escritório, embalagens cartonadas e demais materiais celulósicos passíveis de reciclagem, desde que limpos e em condições adequadas para reaproveitamento.
c) Plásticos: Abrangem embalagens, sacolas, filmes plásticos, garrafas PET, recipientes rígidos, tampas, utensílios e demais materiais produzidos a partir de polímeros, independentemente de sua classificação técnica, desde que apresentem potencial de reciclagem.
d) Metais: Correspondem aos resíduos metálicos ferrosos e não ferrosos, como latas de alumínio e aço, fios, arames, chapas metálicas, ferragens, pregos, parafusos, tubos, perfis e demais objetos metálicos passíveis de reaproveitamento pela indústria recicladora.
e) Vidros: Englobam garrafas, frascos, potes, embalagens e recipientes de vidro utilizados para acondicionamento de alimentos, bebidas, medicamentos, cosméticos e produtos diversos, desde que separados adequadamente para reciclagem.
f) Rejeitos: São os resíduos que, após esgotadas as possibilidades técnica e economicamente viáveis de reutilização, reciclagem, compostagem ou recuperação, não apresentam potencial de aproveitamento, devendo ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado.
Nesta categoria incluem-se, entre outros, papéis sanitários usados, fraldas descartáveis, absorventes, papel carbono, lenços contaminados, cerâmicas, porcelanas, espelhos, cristais, esponjas de aço, embalagens contaminadas, materiais compósitos sem viabilidade de reciclagem, resíduos de varrição e outros materiais considerados inservíveis.
A classificação adotada neste PMGIRS visa subsidiar o planejamento das ações municipais relacionadas à gestão integrada dos resíduos sólidos, permitindo identificar oportunidades para ampliação da coleta seletiva, fortalecimento da reciclagem, implantação de programas de compostagem e redução da quantidade de rejeitos encaminhados à disposição final.
Os dados da composição gravimétrica deverão ser periodicamente atualizados mediante campanhas de amostragem e caracterização dos resíduos sólidos urbanos, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas municipais e das estratégias de gestão ambiental adotadas pelo Município de Pinhal de São Bento.
8.1.1 Resíduos Sólidos de Estabelecimentos Comerciais e Domiciliares
O Município de **Pinhal de São Bento** dispõe de sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos estruturado em duas modalidades: **coleta convencional** e **coleta seletiva**. Esses serviços têm como finalidade assegurar o adequado gerenciamento dos resíduos gerados pela população, contribuindo para a preservação ambiental, a proteção da saúde pública e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.
A **coleta seletiva** destina-se ao recolhimento dos resíduos recicláveis previamente segregados pelos geradores, compreendendo materiais como papel, papelão, plásticos, vidros e metais. Após a coleta, esses resíduos são encaminhados para triagem, processamento e posterior comercialização, possibilitando seu retorno ao ciclo produtivo como matéria-prima para a fabricação de novos produtos.
Nos termos da **Lei Federal nº 12.305/2010**, reciclagem é o processo de transformação dos resíduos sólidos por meio da alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, convertendo-os em insumos ou novos produtos. Trata-se de uma das principais estratégias da gestão integrada de resíduos sólidos, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais, da disposição final em aterros sanitários e dos impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos.
Por sua vez, a **coleta convencional** destina-se ao recolhimento dos resíduos orgânicos e dos rejeitos gerados nos domicílios, estabelecimentos comerciais e demais unidades atendidas pelo serviço público municipal. Após a coleta, esses resíduos são transportados para destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

A fração orgânica dos resíduos apresenta potencial para tratamento por meio de processos como a compostagem, possibilitando sua transformação em composto orgânico para utilização agrícola e paisagística. Já os rejeitos, entendidos como os resíduos que não apresentam viabilidade técnica ou econômica para reutilização, reciclagem ou recuperação, devem ser encaminhados para disposição final em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

A eficiência dos sistemas de coleta convencional e seletiva depende diretamente da participação da população, especialmente quanto à correta segregação dos resíduos na fonte geradora. Dessa forma, ações permanentes de educação ambiental, orientação à comunidade e incentivo à separação dos resíduos recicláveis constituem instrumentos fundamentais para ampliar os índices de reciclagem, reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados ao aterro sanitário e fortalecer a sustentabilidade do sistema municipal de gerenciamento de resíduos sólidos.

8.1.1.1 Sistema de Coleta Convencional (Orgânico)

A coleta convencional compreende o serviço público destinado ao recolhimento dos resíduos sólidos urbanos gerados em imóveis residenciais, estabelecimentos comerciais, prédios públicos e demais unidades atendidas pelo sistema municipal, excetuando-se os grandes geradores e os resíduos sujeitos a gerenciamento específico, conforme previsto na legislação ambiental vigente.

Essa modalidade de coleta tem como finalidade remover os resíduos orgânicos e os rejeitos produzidos diariamente pela população, assegurando seu adequado encaminhamento para disposição final ambientalmente adequada e contribuindo para a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

Conforme estabelece a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), apenas os resíduos que não apresentam possibilidade técnica e economicamente viável de reutilização, reciclagem, compostagem ou recuperação são classificados como rejeitos. Entretanto, observa-se que parte significativa dos resíduos destinados à coleta convencional ainda é composta por materiais recicláveis e resíduos orgânicos que poderiam ser corretamente separados na fonte geradora, reduzindo o volume encaminhado para disposição final.

No Município de **Pinhal de São Bento**, os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos **Classe II – Não Perigosos** são executados pela empresa **SELECT SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, contratada pelo Município para a prestação desses serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A empresa é responsável exclusivamente pelo gerenciamento dos resíduos classificados como **Classe II – Não Perigosos**, não sendo objeto do contrato a coleta ou destinação de resíduos perigosos (Classe I), resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil ou demais resíduos sujeitos a sistemas específicos de gerenciamento.

A coleta convencional é realizada **duas vezes por semana**, obedecendo ao seguinte cronograma:

Localidade	Dias da semana
Área urbana de Pinhal de São Bento	Segunda-feira e Sexta-feira
Linha Sede União	Segunda-feira e Sexta-feira

Esse cronograma busca garantir a regularidade da prestação dos serviços e minimizar o acúmulo de resíduos nas áreas atendidas.

Para a execução dos serviços de coleta convencional, a empresa contratada dispõe da seguinte estrutura operacional:

Item	Quantidade
Caminhão coletor compactador	01
Motorista	01
Coletores (garis)	02

O caminhão coletor utilizado encontra-se equipado para o transporte de resíduos sólidos urbanos Classe II, proporcionando maior eficiência operacional, segurança durante a coleta e redução do volume transportado por meio da compactação dos resíduos.

Atualmente, o Município de Pinhal de São Bento gera, em média:

Período	Quantidade
Média mensal	**23 toneladas**
Média anual	**276 toneladas**

Esses valores constituem importante indicador para o planejamento das ações de gestão integrada de resíduos sólidos, permitindo acompanhar a evolução da geração de resíduos e subsidiar futuras revisões do PMGIRS.

O roteiro operacional da coleta convencional contempla as seguintes áreas de atendimento:

• Área urbana do Município de Pinhal de São Bento;

• Comunidade da **Linha Sede União**.

O roteiro poderá ser revisto e ampliado sempre que houver expansão urbana, crescimento populacional ou necessidade de atendimento de novas localidades.

Após a coleta, os resíduos sólidos urbanos Classe II são transportados pela empresa **SELECT SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** até unidade devidamente licenciada para disposição final ambientalmente adequada.

A destinação final ocorre em **aterro sanitário licenciado localizado no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná**, empreendimento que atende às exigências da legislação ambiental aplicável para o recebimento de resíduos Classe II – Não Perigosos.

O transporte é realizado por veículo apropriado, garantindo que os resíduos permaneçam devidamente acondicionados durante todo o percurso, evitando derramamentos, emissão de odores, geração de lixiviados e quaisquer riscos de contaminação ambiental.

A adequada segregação dos resíduos na fonte geradora representa um dos principais fatores para a eficiência do sistema municipal de limpeza urbana. A mistura de resíduos recicláveis, resíduos perigosos, resíduos da construção civil, eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e demais materiais sujeitos à logística reversa com os resíduos domiciliares compromete o desempenho da coleta convencional, reduz o potencial de reciclagem e aumenta os custos de disposição final.

Também é fundamental que os resíduos sejam acondicionados adequadamente e disponibilizados para coleta somente nos dias e horários estabelecidos pelo Município, evitando sua exposição prolongada em vias públicas, a proliferação de vetores, a dispersão de materiais pelo vento, a ocorrência de odores desagradáveis e o acesso de animais.

Por fim, recomenda-se que os veículos utilizados na coleta convencional sejam submetidos a manutenção preventiva, limpeza e higienização periódicas, assegurando condições adequadas de operação, segurança dos trabalhadores e preservação da qualidade ambiental.

8.1.1.2 Sistema de Coleta Seletiva (Recicláveis)

O Município de **Pinhal de São Bento** mantém sistema de coleta seletiva destinado ao recolhimento dos resíduos sólidos recicláveis gerados nas comunidades rurais, com o objetivo de promover a redução da quantidade de resíduos encaminhados para disposição final, incentivar a reciclagem e fortalecer a gestão ambiental municipal.

Os serviços de coleta seletiva são realizados por uma **empresa de catadores**, responsável pelo recolhimento, triagem, separação, acondicionamento e comercialização dos materiais recicláveis. O Município disponibiliza a infraestrutura necessária para a execução dessas atividades, incluindo o barracão de reciclagem destinado ao recebimento e processamento dos resíduos.

Nas comunidades rurais, a coleta seletiva é realizada **semestralmente**, abrangendo as localidades do interior do município. Para essa operação, é utilizado **caminhão pertencente ao Município**, que realiza o recolhimento dos materiais previamente separados pelos moradores e os transporta até o barracão de reciclagem para posterior triagem.
Após o recebimento no barracão de reciclagem, os materiais passam por processo de separação manual, sendo classificados conforme sua composição, tais como:
• papel e papelão;
• plásticos;
• vidros;
• metais ferrosos e não ferrosos;
• embalagens cartonadas (longa vida);
• outros materiais recicláveis.
Após a segregação, os materiais são acondicionados adequadamente e armazenados até que seja atingido volume suficiente para sua comercialização junto às empresas recicladoras, possibilitando o retorno desses materiais ao ciclo produtivo.
Os resíduos que, após a triagem, não apresentem condições técnicas ou econômicas de reciclagem são classificados como rejeitos e encaminhados para disposição final ambientalmente adequada juntamente com os resíduos da coleta convencional, em aterro sanitário licenciado.
A eficiência da coleta seletiva depende diretamente da participação da população na correta segregação dos resíduos na fonte geradora. A mistura de resíduos orgânicos, rejeitos ou materiais contaminados com resíduos recicláveis reduz significativamente o aproveitamento dos materiais, aumenta os custos operacionais e compromete a qualidade dos recicláveis destinados à comercialização.
Outro aspecto que influencia o desempenho do sistema refere-se ao horário de disponibilização dos resíduos para coleta. Quando os materiais são colocados nas vias públicas após a passagem da equipe responsável, permanecem expostos por longos períodos, favorecendo sua deterioração, dispersão pelo vento, contaminação, poluição visual e perda do potencial de reciclagem.
Dessa forma, recomenda-se que a população realize a separação adequada dos resíduos recicláveis e os disponibilize para coleta somente nos dias e horários previamente definidos pelo Município, contribuindo para a melhoria da eficiência do sistema de coleta seletiva e para o fortalecimento das ações de sustentabilidade ambiental.
8.1.1.3 Roteiro de Coleta Convencional e Seletiva dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)
A população do Município de **Pinhal de São Bento** é atendida pelos sistemas de **coleta convencional** e **coleta seletiva**, organizados de forma a atender a área urbana e parte da área rural, contribuindo para a adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos e para a preservação da saúde pública e do meio ambiente.
A **coleta convencional** é realizada **duas vezes por semana**, nas **segundas- feiras e sextas-feiras,** contemplando toda a área urbana e a comunidade da **Linha Sede União**. O serviço é executado pela empresa **SELECT SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, utilizando caminhão coletor compactador apropriado para o transporte de resíduos sólidos urbanos Classe II – Não Perigosos.
A **coleta seletiva** é realizada por **empresa de catadores contratada pelo Município**, responsável pelo recolhimento dos materiais recicláveis, transporte até o barracão municipal de reciclagem, triagem, armazenamento e posterior comercialização dos materiais.
Na área urbana, a coleta seletiva é executada conforme cronograma definido pela Administração Municipal, atendendo os domicílios, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos.

Nas comunidades rurais, a coleta seletiva ocorre **a cada seis meses**, utilizando caminhão pertencente ao Município para o recolhimento dos resíduos recicláveis previamente separados pelos moradores e encaminhamento ao barracão municipal de reciclagem.
Os serviços de coleta convencional e seletiva são realizados, preferencialmente, durante o período diurno e em horário comercial, observando-se os roteiros previamente estabelecidos pela Administração Municipal e pelas equipes responsáveis pela execução dos serviços.
A organização dos roteiros busca otimizar os deslocamentos, reduzir custos operacionais, garantir regularidade no atendimento e proporcionar maior eficiência ao sistema municipal de limpeza urbana.
Recomenda-se que os resíduos sejam disponibilizados pelos munícipes somente nos dias previstos para coleta, devidamente acondicionados e separados conforme sua classificação, contribuindo para o bom funcionamento dos serviços, redução dos impactos ambientais e aumento do aproveitamento dos materiais recicláveis.
8.1.2 Resíduos de Limpeza Urbana
Os serviços de limpeza urbana do Município de **Pinhal de São Bento** compreendem atividades de varrição, capina, roçada, poda de árvores, recolhimento de resíduos vegetais, limpeza de logradouros públicos, praças, calçadas, vias urbanas e demais espaços públicos, constituindo importante instrumento para a manutenção da limpeza da cidade, conservação dos espaços públicos, prevenção de doenças e preservação da qualidade ambiental.
Atualmente, esses serviços são executados pela empresa **Adão da Silva Serviços**, contratada pelo Município para realizar as atividades de limpeza urbana e manutenção dos espaços públicos, em conformidade com as necessidades da Administração Municipal.
As atividades desenvolvidas pela empresa compreendem, entre outras:
• varrição de vias públicas;
• limpeza de praças e áreas públicas;
• capina manual e mecânica;
• roçada de áreas verdes e terrenos públicos;
• poda de árvores e arbustos;
• recolhimento de galhos, folhas e demais resíduos vegetais;
• limpeza de logradouros públicos;
• limpeza de vias urbanas.
O Município dispõe de lixeiras instaladas em diversos pontos estratégicos da área urbana, especialmente na região central, praças, prédios públicos, escolas, unidades de saúde e locais de maior circulação de pessoas, proporcionando melhores condições para o descarte adequado dos resíduos gerados pela população.
De modo geral, as vias públicas e os espaços urbanos apresentam boas condições de conservação e limpeza, reflexo da regularidade dos serviços executados e da colaboração da população quanto ao correto acondicionamento e descarte dos resíduos.
Os resíduos provenientes dos serviços de varrição, capina e limpeza urbana são acondicionados adequadamente e posteriormente recolhidos pelo sistema de coleta convencional, sendo encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, juntamente com os resíduos sólidos urbanos Classe II.
Os resíduos vegetais provenientes das atividades de poda de árvores, jardinagem, corte de grama, limpeza de áreas verdes e manutenção da arborização urbana são recolhidos pela empresa responsável durante a execução dos serviços de limpeza urbana, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal competente.

A manutenção contínua dos serviços de limpeza urbana contribui significativamente para a melhoria das condições sanitárias do município, reduzindo riscos de proliferação de vetores, prevenindo o entupimento da drenagem urbana, minimizando impactos ambientais e proporcionando maior qualidade de vida à população.

8.1.3 Destinação dos Resíduos Ordinários de Serviço de Limpeza Urbana e Construção Civil

Os Resíduos da Construção Civil (RCC) gerados no Município de Pinhal de São Bento são provenientes, principalmente, de pequenas reformas, ampliações, demolições e obras executadas por particulares, bem como de obras e serviços realizados pela Administração Municipal.

Atualmente, o Município não possui empresa contratada especificamente para a coleta, transporte, triagem, reciclagem ou destinação final dos resíduos da construção civil. Os resíduos oriundos de obras públicas são recolhidos pela própria empresa executora da obra a qual dá o seu destino correto para este tipo de rejeito. Os resíduos são encaminhados para destinação ambientalmente adequada em empreendimento devidamente licenciado, observando a disponibilidade e a viabilidade operacional.

Os resíduos da construção civil gerados no município são classificados conforme a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, destacando-se os resíduos **Classe A**, compostos por:

a) resíduos provenientes de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos oriundos de terraplenagem;

b) resíduos provenientes de construção, demolição, reformas e reparos de edificações, tais como componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento), argamassa e concreto;

c) resíduos oriundos do processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios e similares) produzidas nos canteiros de obras.

Nos termos da Resolução CONAMAnº 307/2002, alterada pela Resolução CONAMA nº 448/2012, os geradores são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos da construção civil por eles produzidos, devendo adotar procedimentos que priorizem a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final ambientalmente adequada.

Conforme dispõe a referida Resolução:

§ 1º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) de empreendimentos e atividades não sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ser apresentados juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do Poder Público Municipal, em conformidade com o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil.

§ 2º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ser analisados no âmbito do respectivo processo de licenciamento pelos órgãos ambientais competentes.

O Município de Pinhal de São Bento promoverá, por meio deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), ações voltadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento dos resíduos da construção civil, incentivando a segregação na origem, a reutilização e a reciclagem dos materiais, bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com a legislação ambiental vigente.

8.1.4 Área de armazenamento Temporário, Transbordo e Triagem de Resíduos Sólidos

O manejo inadequado dos resíduos sólidos pode ocasionar impactos ambientais, sociais e econômicos significativos, contribuindo para a degradação do meio ambiente, a proliferação de vetores de doenças, a contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de comprometer a qualidade de vida da população. Com o objetivo de minimizar esses impactos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) estabelece diretrizes para a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, incentivando a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

No Município de Pinhal de São Bento, a Administração Municipal busca continuamente aperfeiçoar o sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, promovendo ações voltadas à ampliação da coleta seletiva, à valorização dos materiais recicláveis e à destinação ambientalmente adequada dos diversos tipos de resíduos gerados no município.

Para o gerenciamento dos resíduos recicláveis, o município dispõe de **um barracão de reciclagem**, destinado ao recebimento, separação, prensagem, armazenamento temporário e comercialização dos materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva. Nesse local atua uma **empresa de catadores de materiais recicláveis**, responsável pela triagem, classificação, enfardamento e comercialização dos resíduos, promovendo o reaproveitamento dos materiais e contribuindo para a geração de trabalho e renda, além da redução da quantidade de resíduos encaminhados para disposição final.

O barracão de reciclagem constitui importante estrutura de apoio ao sistema municipal de gestão de resíduos sólidos, possibilitando maior eficiência na segregação dos materiais recicláveis, incentivando a economia circular e fortalecendo as ações de educação ambiental desenvolvidas junto à população.

Quanto aos resíduos volumosos, resíduos da construção civil e demais resíduos especiais, o Município orienta os geradores quanto à necessidade de destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, promovendo, sempre que necessário, ações de fiscalização, orientação e conscientização ambiental.

Dessa forma, o Município de Pinhal de São Bento busca consolidar um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos baseado nos princípios da sustentabilidade, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, da inclusão social dos trabalhadores da reciclagem e da proteção do meio ambiente, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas ambientais aplicáveis.

8.1.4.1 Metodologia da área de transbordo e triagem – ATT

O Município de Pinhal de São Bento dispõe de infraestrutura licenciada para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, localizada na Linha Costa do Rincão, onde funciona o barracão de triagem de materiais recicláveis.

A unidade encontra-se devidamente regularizada junto ao Instituto Água e Terra (IAT), por meio da **Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR) nº 370641**, com vigência até 18 de março de 2032, autorizando a operação de Unidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos provenientes do sistema de limpeza pública, destinada à triagem, separação, armazenamento temporário e encaminhamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis.

O barracão de triagem é operado por empresa responsável pela separação, classificação, prensagem, armazenamento temporário e comercialização dos materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva realizada no município, contribuindo para a redução dos resíduos destinados à disposição final, para o fortalecimento da economia circular e para a geração de trabalho e renda.

O empreendimento possui infraestrutura adequada para o recebimento e a movimentação dos materiais recicláveis, atendendo às condicionantes estabelecidas pelo Instituto Água e Terra, incluindo controle operacional, acondicionamento adequado dos resíduos, emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), limpeza periódica das instalações e destinação ambientalmente adequada dos materiais não recicláveis a empreendimentos devidamente licenciados.

Conforme estabelecido na Licença Ambiental, a unidade destina-se exclusivamente ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos recicláveis provenientes do sistema de limpeza pública, **não sendo autorizada a recepção ou triagem de resíduos da construção civil, resíduos perigosos (Classe I), resíduos de serviços de saúde, resíduos industriais ou quaisquer outros resíduos não contemplados no licenciamento ambiental vigente**.

Dessa forma, os resíduos recicláveis gerados no Município de Pinhal de São Bento são recebidos, triados, armazenados temporariamente e posteriormente comercializados para empresas recicladoras devidamente habilitadas, enquanto os resíduos que não se enquadram na atividade licenciada recebem destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental e com as exigências do Instituto Água e Terra.

8.1.4.2 Metodologia para Gestão de Resíduos da Construção Civil

O Município de Pinhal de São Bento adotará ações voltadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (RCC), buscando atender às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 307/2002, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e pelas demais normas ambientais aplicáveis.

Atualmente, o município **não dispõe de área licenciada para recebimento, triagem, reciclagem ou armazenamento de Resíduos da Construção Civil,** nem possui unidade ambiental autorizada para essa finalidade. Dessa forma, os resíduos provenientes de obras particulares permanecem sob a responsabilidade de seus respectivos geradores, que deverão providenciar o transporte e a destinação ambientalmente adequada em empreendimentos devidamente licenciados.

Os resíduos oriundos de pequenas obras e serviços executados pela Administração Municipal são recolhidos pela própria Empresa executora da obra, sendo posteriormente encaminhados para destinação ambientalmente adequada, conforme a disponibilidade de empreendimentos licenciados para recebimento desse tipo de resíduo.

Como meta deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o Município pretende estruturar procedimentos específicos para o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, incluindo a implantação de normas para segregação na origem, acondicionamento adequado, transporte e destinação final ambientalmente correta, bem como desenvolver ações permanentes de orientação e educação ambiental voltadas aos geradores.

Os pequenos geradores deverão realizar a segregação dos resíduos na origem e acondicioná-los adequadamente até sua coleta e destinação final, observando as orientações fornecidas pelo Município. Sempre que necessário, a Administração Municipal poderá disponibilizar apoio operacional para a remoção dos resíduos, observadas as condições estabelecidas pela legislação municipal.

Os grandes geradores de Resíduos da Construção Civil permanecem responsáveis pelo gerenciamento integral dos resíduos por eles produzidos, devendo elaborar o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), quando exigido pela legislação, assumindo a responsabilidade pela segregação, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, sujeitos à fiscalização pelos órgãos competentes.

O Município promoverá ações de fiscalização, orientação técnica e conscientização da população, buscando reduzir o descarte irregular de resíduos da construção civil e incentivar práticas de reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada, contribuindo para a preservação ambiental e para a melhoria da limpeza urbana.

8.2 Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) detém a concessão dos serviços de abastecimento público de água na área urbana do Município de **Pinhal de São Bento**, sendo responsável pela captação, tratamento, distribuição de água potável e pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados na operação do sistema, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Na área rural, o abastecimento de água é realizado por meio de **poços artesianos**, administrados pelas associações de usuários, garantindo o fornecimento de água às propriedades rurais.

Atualmente, o Município de Pinhal de São Bento **não dispõe de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário**, inexistindo Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e Estações Elevatórias de Esgoto (EEE). Em razão disso, não são gerados resíduos provenientes dessas estruturas.

Os resíduos de saneamento gerados no município restringem-se, principalmente, às atividades de operação e manutenção do sistema de abastecimento de água operado pela SANEPAR, cuja gestão e destinação final ambientalmente adequada são de responsabilidade da concessionária.

Nas localidades não atendidas por rede pública de esgotamento sanitário, os imóveis utilizam sistemas individuais de tratamento, como fossas sépticas, filtros anaeróbios e sumidouros, cuja implantação, operação e manutenção são de responsabilidade dos respectivos proprietários, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

8.3 Resíduos industriais, comerciais e Prestadores de Serviços

O Município de Pinhal de São Bento possui economia baseada predominantemente na agropecuária, no comércio varejista e na prestação de serviços, contando ainda com pequenas agroindústrias e estabelecimentos que desenvolvem atividades potencialmente geradoras de resíduos que demandam gerenciamento específico.

Nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), os resíduos gerados por atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços são de responsabilidade de seus respectivos geradores, cabendo-lhes realizar o adequado gerenciamento, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, bem como elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando exigido pela legislação ambiental e pelos órgãos licenciadores.

De acordo com o Cadastro Econômico Municipal (2026), os principais empreendimentos potencialmente sujeitos ao gerenciamento específico de resíduos são os apresentados na tabela a seguir.

Tabela – Principais empreendimentos passíveis de gerenciamento específico de resíduos sólidos (PGRS)

Tipo de empreendimento	CNAE principal	Quantidade*
Postos de combustíveis	47.31-8/00	**2**
Oficinas mecânicas de veículos automotores	45.20-0	4
Autopeças / comércio de peças automotivas	45.30-7	**1**
Serrarias	16.10-2/01	**1**
Fabricação de móveis e marcenarias	31.01-2	3

Tipo de empreendimento	CNAE principal	Quantidade*
Confecções e indústrias do vestuário	14.12 e 14.22	3
Empresas de transporte	49.29	**2**
Estabelecimentos de saúde (consultórios e clínicas)	86.30	3

8.4 Resíduos Especiais

Conforme estabelecido pelo **art. 33 da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, é responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturação e implementação de sistemas de **logística reversa**, independentemente dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

A logística reversa consiste no conjunto de ações, procedimentos e meios destinados à coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo produtivo ou para destinação final ambientalmente adequada.

No Município de **Pinhal de São Bento – Paraná,** os resíduos enquadrados como obrigatórios para logística reversa devem ser gerenciados de forma diferenciada, evitando sua disposição inadequada junto aos resíduos domiciliares comuns, devido ao potencial de contaminação ambiental e riscos à saúde pública.

Os sistemas de logística reversa abrangem os seguintes resíduos:
a) Embalagens de agrotóxicos: As embalagens vazias de agrotóxicos geradas nas propriedades rurais do município devem seguir o sistema de devolução, sendo realizada anualmente, no mês de fevereiro, a coleta das embalagens de agrotóxicos. Para a realização da coleta, uma empresa especializada realiza o recolhimento junto aos pontos de recebimento disponibilizados no município, localizados nas comunidades da **Linha Nova Bélgica**, **Linha XVI de Novembro** e também junto à empresa **Carminatti Cereais Ltda.**
A ação é realizada conforme determina a legislação específica, sendo obrigatória a realização da tríplice lavagem das embalagens, bem como que estas sejam entregues devidamente limpas e perfuradas, impossibilitando sua reutilização. Após o preparo adequado, o agricultor realiza a devolução das embalagens ao sistema de recebimento, garantindo a destinação ambientalmente adequada desses resíduos por meio da logística reversa**.**
b) Pilhas e baterias: Pilhas e baterias usadas possuem componentes químicos potencialmente contaminantes e devem ser encaminhadas aos pontos de coleta disponibilizados no município, junto à APAE. Quando é atingida uma quantidade significativa de materiais armazenados, a empresa Indústria Fox Economia Circular Ltda realiza o recolhimento e o encaminhamento para a destinação adequada desses resíduos.
c) Produtos eletroeletrônicos e seus componentes: Equipamentos eletroeletrônicos descartados, como computadores, celulares, televisores, impressoras e demais componentes eletrônicos, devem ser destinados aos sistemas de coleta e reciclagem disponibilizados no município, junto à APAE.
Quando é acumulada uma quantidade significativa desses materiais, a empresa Indústria Fox Economia Circular Ltda. realiza o recolhimento e o encaminhamento para a destinação final ambientalmente adequada.
d) Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista: As lâmpadas contendo substâncias perigosas, especialmente mercúrio, devem ser trazidas ao pátio da prefeitura onde vai estar devidamente identificado o tambor a futura coleta onde a empresa responsável pelo recolhimento é a Mega Reciclagem, irá fazer a coleta e a destinação final deste material.
e) Pneus inservíveis: Os pneus descartados devem ser encaminhados aos pontos de coleta e sistemas de responsabilidade dos fabricantes e importadores, evitando o descarte irregular em terrenos, áreas públicas ou junto aos resíduos comuns, uma vez que podem contribuir para a proliferação de vetores de doenças e causar impactos ambientais.
f) Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens: Os óleos lubrificantes usados ou contaminados e suas embalagens devem ser destinados aos sistemas de coleta e rerrefino, conforme regulamentação vigente, sendo proibido o descarte em solo, redes de drenagem ou corpos hídricos.
No Município de **Pinhal de São Bento**, a gestão desses resíduos ocorre por meio da orientação aos geradores, ações de educação ambiental, articulação com estabelecimentos comerciais, agricultores, empresas e entidades responsáveis pelos sistemas de logística reversa, buscando garantir que esses materiais tenham destinação adequada.
Destaca-se que os **geradores responsáveis pela geração de resíduos sujeitos à logística reversa ou resíduos classificados como especiais devem realizar o gerenciamento adequado dos materiais gerados**, sendo que aqueles enquadrados na obrigatoriedade prevista na PNRS devem elaborar e implementar o respectivo **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**, conforme disposto no art. 20 da Lei Federal nº 12.305/2010.
O PGRS deve contemplar informações referentes à origem, caracterização, quantidade gerada, formas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.
A Tabela 1 apresenta a identificação dos principais geradores sujeitos à elaboração de PGRS no Município de **Pinhal de São Bento/PR**, considerando as atividades existentes no território municipal.
Tabela 1 – Principais geradores sujeitos à elaboração de PGRS no Município de Pinhal de São Bento/PR

Gerador/Atividade	Resíduos Gerados	Responsabilidade
Propriedades rurais e estabelecimentos agropecuários	Embalagens de agrotóxicos, resíduos agrícolas e embalagens contaminadas	Agricultores e comerciantes, mediante sistema de logística reversa
Oficinas mecânicas e empresas de manutenção	Óleos lubrificantes usados, filtros, pneus e embalagens contaminadas	Gerador privado, com destinação por empresas licenciadas
Comércio de pneus	Pneus inservíveis	Comerciantes e fabricantes/importadores
Comércio de produtos eletrônicos	Equipamentos eletroeletrônicos pós-consumo, pilhas e baterias	Comerciantes e fabricantes mediante logística reversa
Empresas e órgãos públicos	Equipamentos eletrônicos, lâmpadas, pilhas, baterias e demais resíduos especiais	Gerador responsável pela destinação adequada
Serviços de saúde (quando aplicável)	Resíduos de serviços de saúde conforme classificação específica	Estabelecimentos geradores, conforme PGRSS

8.5 Resíduos de Saúde
8.5.1 Levantamento e identificação dos Resíduos Gerados

As informações referentes aos resíduos de serviços de saúde gerados no Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento foram obtidas junto aos responsáveis pela unidade e aos relatórios emitidos pela empresa contratada para a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.
Os resíduos classificados nos **Grupos A (Infectantes), B (Químicos) e E (Perfurocortantes)** são coletados pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, sediada no município de Dois Vizinhos – PR, empresa licenciada para a execução dos serviços de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
As coletas são realizadas periodicamente, de acordo com a demanda da unidade de saúde e o cronograma estabelecido em contrato, garantindo que os resíduos recebam acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas aplicáveis.
Grupo A – Resíduos Infectantes: Resíduos com possível presença de agentes biológicos que, por suas características, apresentam risco de infecção, tais como materiais contaminados utilizados em procedimentos médicos e de enfermagem, gazes, compressas, luvas, materiais descartáveis, resíduos de vacinação e demais materiais enquadrados na RDC ANVISA nº 222/2018.
Grupo B – Resíduos Químicos: Compreendem medicamentos vencidos ou inutilizados, resíduos químicos laboratoriais, saneantes, desinfetantes, reagentes, produtos químicos perigosos e demais resíduos classificados conforme a ABNT NBR 10004.
Grupo E – Resíduos Perfurocortantes: Incluem agulhas, lancetas, escalpes, lâminas de bisturi, ampolas, tubos capilares, vidrarias quebradas e demais materiais capazes de perfurar ou cortar.
Conforme os Relatórios de Atividades emitidos pela empresa Atitude Ambiental Ltda., no período compreendido entre **setembro de 2025 e junho de 2026**, foram coletados no Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento os seguintes quantitativos:
· **Grupo A – Resíduos Infectantes:** 289,00 kg;

· **Grupo B – Resíduos Químicos Sólidos:** 83,00 kg;

· **Grupo B – Resíduos Químicos Líquidos:** 4,00 kg;

· **Grupo E – Resíduos Perfurocortantes:** 85,50 kg.

No período analisado foram destinados adequadamente **461,50 kg de resíduos de serviços de saúde**, demonstrando que o Município mantém sistema de gerenciamento dos resíduos perigosos mediante empresa especializada, assegurando a coleta, transporte, tratamento e destinação final em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

8.5.2 Acondicionamento dos resíduos – Obrigações Legais

Os resíduos de serviços de saúde gerados no Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento são segregados, acondicionados, identificados, armazenados temporariamente e destinados conforme sua classificação, atendendo às disposições da **Resolução RDC ANVISA nº 222/2018**, da **Resolução CONAMA nº 358/2005**, das normas técnicas da **ABNT** e da legislação ambiental vigente.
Grupo A – Resíduos Infectantes: Os resíduos infectantes são acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, resistentes à ruptura e ao vazamento, identificados com o símbolo internacional de risco biológico. Após o acondicionamento, permanecem armazenados em local exclusivo para resíduos de serviços de saúde até a coleta pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, responsável pelo transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada.
Grupo B – Resíduos Químicos: Os resíduos químicos, incluindo medicamentos vencidos ou inutilizados, produtos químicos e demais resíduos classificados como perigosos, são acondicionados em suas embalagens originais ou em recipientes rígidos, estanques e compatíveis com suas características físico-químicas, devidamente identificados quanto ao conteúdo e aos riscos envolvidos. Após o armazenamento temporário em local apropriado, são recolhidos pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.** para tratamento e destinação final licenciada.

Grupo E – Resíduos Perfurocortantes: Os resíduos perfurocortantes são descartados imediatamente após o uso em coletores rígidos, resistentes à perfuração, ruptura e vazamento, dotados de tampa e identificados com a simbologia de risco biológico e de material perfurocortante. Quando atingem o limite máximo de enchimento recomendado pelo fabricante, os recipientes são lacrados, armazenados temporariamente em local adequado e posteriormente coletados pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, responsável pelo tratamento e destinação final desses resíduos.

8.5.3 Coleta Interna dos Resíduos – Obrigações Legais

A coleta e o transporte interno dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados no Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento são realizados em conformidade com a **Resolução RDC ANVISA nº 222/2018**, **Resolução CONAMA nº 358/2005**, normas técnicas da **ABNT** e demais legislações ambientais e sanitárias aplicáveis.
Para garantir a segurança dos trabalhadores, pacientes, usuários e a proteção do meio ambiente, são observados os seguintes procedimentos:
1. O transporte interno dos resíduos é realizado por servidores devidamente capacitados, utilizando recipientes adequados e em condições que não exijam esforço físico excessivo, minimizando o risco de acidentes e de exposição aos resíduos.
2. Os recipientes permanecem devidamente fechados, identificados e em perfeitas condições de uso durante todo o transporte interno, de modo a evitar rompimentos, perfurações, vazamentos ou derramamentos.
3. O percurso utilizado para a coleta interna é previamente definido, evitando a circulação por áreas de grande fluxo de pacientes e usuários, reduzindo os riscos de contaminação cruzada.
4. Em caso de acidente, rompimento de embalagens ou derramamento de resíduos, a área é imediatamente isolada, sendo realizada a limpeza, descontaminação e desinfecção do local conforme os protocolos de biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde. A ocorrência é comunicada ao responsável técnico e à chefia da unidade para adoção das providências necessárias.
5. Após a coleta interna, os resíduos são encaminhados ao abrigo temporário de resíduos de serviços de saúde, permanecendo armazenados até a coleta externa realizada pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, responsável pelo transporte, tratamento e destinação final dos resíduos classificados nos Grupos A (Infectantes), B (Químicos) e E (Perfurocortantes), em conformidade com a legislação vigente.

8.5.4 Abrigo dos Resíduos – Obrigações Legais

O abrigo temporário destinado ao armazenamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento atende aos requisitos estabelecidos na **Resolução RDC ANVISA nº 222/2018**, na **Resolução CONAMA nº 358/2005**, nas normas da **ABNT** e na legislação ambiental e sanitária vigente.
Para garantir a segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, são observados os seguintes procedimentos:
1. O abrigo temporário constitui-se em local exclusivo para o armazenamento dos resíduos de serviços de saúde, permanecendo os resíduos devidamente segregados, identificados e acondicionados em recipientes apropriados até a realização da coleta externa pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, responsável pelo transporte, tratamento e destinação final dos resíduos dos Grupos A, B e E.
2. O espaço destinado ao armazenamento possui capacidade compatível com a quantidade de resíduos gerados pela unidade de saúde, permitindo o acondicionamento seguro dos recipientes, sem empilhamento inadequado e preservando as condições de integridade das embalagens até a coleta.
3. O abrigo é construído com piso, paredes, teto e portas revestidos com materiais lisos, impermeáveis, resistentes e de fácil limpeza e desinfecção, permitindo adequada higienização e reduzindo o risco de contaminação.
4. O local permanece devidamente identificado com a sinalização de **Resíduos de Serviços de Saúde** e com os símbolos de risco correspondentes aos resíduos armazenados, possuindo acesso restrito aos servidores autorizados.
5. Após cada coleta externa, ou sempre que ocorrer vazamento, rompimento de embalagens ou derramamento de resíduos, o abrigo é submetido à limpeza e desinfecção, utilizando produtos adequados e seguindo os protocolos de biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde.
6. O acesso ao abrigo é restrito aos profissionais responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos, permanecendo o ambiente organizado, ventilado e protegido contra a ação de intempéries, vetores, animais e pessoas não autorizadas, garantindo condições adequadas até a coleta realizada pela empresa contratada.

8.5.5 Tratamento e Destino Final dos Resíduos – Obrigações Legais

Os resíduos de serviços de saúde gerados no Centro Municipal de Saúde de Pinhal de São Bento recebem tratamento e destinação final em conformidade com a **Resolução RDC ANVISA nº 222/2018**, **Resolução CONAMA nº 358/2005**, normas da **ABNT** e demais legislações ambientais e sanitárias vigentes.

Grupo A – Resíduos Infectantes

Responsável pelo transporte: Atitude Ambiental Ltda.
Veículo utilizado: Veículo licenciado para o transporte de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).
Frequência de coleta: Conforme cronograma de coleta da empresa contratada.

Tratamento: Tratamento realizado em unidade licenciada pela empresa contratada, conforme tecnologia ambiental autorizada pelos órgãos competentes.
Destinação final: Destinação final ambientalmente adequada em empreendimento devidamente licenciado.

Grupo B – Resíduos Químicos
Responsável pelo transporte: Atitude Ambiental Ltda.
Veículo utilizado: Veículo licenciado para o transporte de resíduos perigosos.
Frequência de coleta: Conforme cronograma de coleta da empresa contratada.
Tratamento: Tratamento realizado em unidade licenciada, de acordo com as características de cada resíduo químico.
Destinação final: Destinação final ambientalmente adequada em empreendimento licenciado.

Grupo E – Resíduos Perfurocortantes
Responsável pelo transporte: Atitude Ambiental Ltda.
Veículo utilizado: Veículo licenciado para transporte de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).
Frequência de coleta: Conforme cronograma de coleta da empresa contratada.
Tratamento: Tratamento realizado em unidade licenciada pela empresa contratada, conforme tecnologia autorizada pelos órgãos ambientais e sanitários.
Destinação final: Destinação final ambientalmente adequada em empreendimento devidamente licenciado.

8.6 Aspectos Sociais
8.6.1 Unidade de Valorização de Resíduos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, estabelece como um de seus instrumentos o incentivo à criação e ao fortalecimento de associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, promovendo a inclusão social, a geração de emprego e renda e o aumento dos índices de reciclagem.
No Município de Pinhal de São Bento, os resíduos recicláveis provenientes da coleta seletiva são segregados na origem e encaminhados para triagem, valorização e reciclagem por empresas e empreendimentos devidamente licenciados, integrantes do sistema municipal de gerenciamento de resíduos sólidos.
Atualmente, o Município não possui empresa de catadores formalmente constituída. Entretanto, a Administração Municipal reconhece a importância da inclusão socioeconômica desses trabalhadores e prevê, como uma das metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), incentivar a organização de grupos de catadores, promover ações de educação ambiental e buscar parcerias com órgãos públicos e entidades especializadas para fortalecer a coleta seletiva e ampliar o reaproveitamento dos materiais recicláveis.
Além disso, o Município continuará desenvolvendo ações voltadas ao aprimoramento da coleta seletiva, da logística reversa e da valorização dos resíduos recicláveis, visando reduzir a quantidade de resíduos encaminhados para disposição final e ampliar a recuperação de materiais passíveis de reciclagem.
Dessa forma, o Município busca atender ao disposto no inciso XII do art. 8º da Lei Federal nº 12.305/2010, promovendo mecanismos para a criação de oportunidades de negócios, trabalho e renda por meio da valorização dos resíduos sólidos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

8.6.2 Educação Ambiental

A educação ambiental constitui um dos principais instrumentos para o sucesso da gestão integrada de resíduos sólidos, uma vez que a eficiência da coleta seletiva, da reciclagem, da logística reversa e da destinação ambientalmente adequada depende diretamente da participação consciente da população.
Nos termos da Lei Federal nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental:
Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
Art. 2º A educação ambiental é componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto na educação formal quanto na não formal.
No Município de **Pinhal de São Bento**, a educação ambiental é desenvolvida de forma contínua pela Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária e das demais secretarias municipais, integrando ações educativas, campanhas de conscientização e atividades voltadas à preservação dos recursos naturais e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.
As ações contemplam atividades desenvolvidas nas escolas da rede municipal, campanhas de orientação à população, divulgação em meios de comunicação e redes sociais, distribuição de materiais educativos, palestras, oficinas, participação em eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente e incentivo à coleta seletiva e à logística reversa.
Anualmente, são promovidas atividades em datas comemorativas, como:

· Dia Mundial da Água;

· Dia Mundial do Meio Ambiente;

· Dia da Árvore;

· Semana do Meio Ambiente;

· Campanhas de conscientização sobre separação correta dos resíduos sólidos;
· Campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos, pneus, pilhas, baterias, óleo de cozinha usado e outros resíduos sujeitos à logística reversa.
Além das ações voltadas às escolas, o Município desenvolve atividades de educação ambiental não formal, buscando sensibilizar produtores rurais, comerciantes, servidores públicos e a população em geral quanto à importância da redução da geração de resíduos, reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada.
Essas ações contribuem para o cumprimento do inciso X do art. 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, que estabelece a necessidade de programas e ações de educação ambiental voltados à não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

Tabela 4 – Instrumentos de Educação Ambiental do Município de Pinhal de São Bento

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	RECURSOS	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Educação ambiental nas escolas municipais durante o ano letivo e em datas comemorativas ambientais	Secretaria Municipal Educação de	Professores, equipe pedagógica e material didático	Secretaria Municipal Educação de	Relatórios das atividades e registros fotográficos
Campanhas educativas sobre coleta seletiva, reciclagem e logística reversa	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Servidores, materiais gráficos e mídias sociais	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios periódicos
Divulgação em rádio, redes sociais, site oficial e demais meios de comunicação	Administração Municipal	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios divulgação de
Palestras e campanhas junto aos produtores rurais sobre resíduos agrícolas, embalagens de agrotóxicos e preservação ambiental	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Técnicos, veículos e materiais educativos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Lista de participação
Campanhas de recolhimento de resíduos eletroeletrônicos, pneus, pilhas, baterias, óleo de cozinha e outros resíduos da logística reversa	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Servidores e empresas parceiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios campanhas das
Desenvolvimento de programas permanentes de educação ambiental em parceria com órgãos estaduais, cooperativas, empresas e instituições de ensino	Administração Municipal	Recursos próprios e convênios	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Avaliação anual das ações

As ações propostas atendem ao disposto no inciso X do art. 19 da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

"Programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos."

Tabela 5 – Indicadores e Metas de Educação Ambiental

INDICADOR	META	PERIODICIDADE	ABRANGÊNCIA
Realização de palestras e atividades de educação ambiental nas escolas municipais	Manter ações anuais em 100% das escolas da rede municipal	Anual	Alunos da rede municipal
Campanhas educativas sobre coleta seletiva	Reduzir em 10% a quantidade de resíduos recicláveis descartados junto aos resíduos comuns em até quatro anos	4 anos	Toda a população
Campanhas sobre logística reversa (eletrônicos, pilhas, baterias, pneus e óleo de cozinha)	Ampliar anualmente a participação da população nas campanhas	Anual	Toda a população
Educação ambiental voltada aos produtores rurais	Promover pelo menos uma ação anual de orientação sobre destinação adequada de resíduos e embalagens de agrotóxicos	Anual	Produtores rurais
Divulgação em rádio, redes sociais e demais meios oficiais	Realizar campanhas permanentes de conscientização ambiental	Contínua	Toda a população
Avaliação da coleta seletiva	Aumentar gradativamente a segregação correta dos resíduos recicláveis e reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados ao aterro sanitário	4 anos	Todo o Município

8.6.3 Formas e Limites de Participação

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, estabelece em seu art. 30 a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, envolvendo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e o Poder Público, visando minimizar a geração de resíduos sólidos, reduzir os impactos ambientais e promover o reaproveitamento dos materiais.
Nos termos do art. 33 da referida Lei, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos seguintes produtos:
I – Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;

II – Pilhas e baterias;

III – Pneus;

IV – Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista;

VI – Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

No Município de Pinhal de São Bento, a Administração Municipal desenvolve ações de apoio aos sistemas de logística reversa por meio de campanhas de recolhimento, divulgação, orientação à população e disponibilização de pontos de entrega voluntária para determinados resíduos, em parceria com empresas, entidades e fabricantes responsáveis pelos respectivos sistemas.
Para os resíduos eletroeletrônicos, pilhas, baterias, lâmpadas, pneus, óleo de cozinha usado e demais resíduos sujeitos à logística reversa, o Município promove campanhas periódicas de coleta e incentiva a destinação ambientalmente adequada, observando a responsabilidade compartilhada prevista na legislação federal.

Tabela 6 – Responsabilidade pelo Gerenciamento dos Resíduos Sólidos no Município de Pinhal de São Bento

Tipo de Resíduo	Responsável
Resíduos domiciliares (orgânicos e rejeitos)	Município, por meio do serviço público de coleta
Resíduos recicláveis domiciliares	Município, mediante coleta seletiva e destinação para reciclagem
Resíduos da limpeza urbana	Município
Resíduos dos serviços públicos de saúde	Município
Resíduos dos serviços de saúde privados	Gerador, conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)
Resíduos da construção civil provenientes de obras públicas	Município
Resíduos da construção civil provenientes de obras particulares	Gerador
Resíduos industriais	Gerador
Resíduos agrossilvopastoris	Gerador
Embalagens de agrotóxicos	Gerador, fabricantes, comerciantes e sistema de logística reversa
Pilhas e baterias	Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores, por meio da logística reversa
Pneus inservíveis	Fabricantes, importadores, comerciantes e consumidores, por meio da logística reversa
Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista	Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores
Produtos eletroeletrônicos e seus componentes	Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores

Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens	Fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores

O Município de Pinhal de São Bento atua como agente articulador, promovendo campanhas educativas, incentivando a coleta seletiva, apoiando os sistemas de logística reversa e fiscalizando o cumprimento da legislação ambiental, sem assumir a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos cuja obrigação legal compete aos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e geradores.
Dessa forma, o Município atende ao disposto no inciso XV do art. 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, que estabelece a necessidade de descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e as atribuições definidas no art. 33 da referida Lei.

9 PROGNÓSTICO DE ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS

Os resíduos sólidos gerados no Município de Pinhal de São Bento deverão ser segregados, acondicionados, identificados, armazenados temporariamente, transportados, tratados e destinados de acordo com sua classificação, observando as disposições da **Resolução RDC ANVISA nº 222/2018**, da **Resolução CONAMA nº 358/2005**, das normas técnicas da **ABNT**, da **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010)** e demais legislações ambientais e sanitárias aplicáveis.

9.1 Resíduos Comuns (Orgânicos/rejeitos)

Os resíduos orgânicos, provenientes principalmente de restos de alimentos, e os rejeitos, tais como papel higiênico, papel-toalha, guardanapos utilizados e outros materiais não passíveis de reciclagem, são acondicionados em sacos plásticos resistentes, de forma a evitar rompimentos e vazamentos durante o manuseio e transporte.
Após o acondicionamento, esses resíduos são depositados em lixeiras identificadas pela **cor azul**, localizadas em pontos estratégicos junto ao passeio público, onde permanecem armazenados até a realização da coleta convencional.

A coleta e o transporte dos resíduos são executados pela empresa **Select Serviços Ambientais Ltda.**, contratada pelo Município de Pinhal de São Bento, conforme o cronograma municipal de coleta, garantindo o encaminhamento dos resíduos para destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

9.2 Resíduos Classe I (Perigosos)

Os resíduos classificados como **Classe I – Perigosos**, conforme a **ABNT NBR 10004**, deverão ser segregados na fonte geradora, acondicionados em recipientes compatíveis com suas características físico-químicas, devidamente identificados e armazenados em local seguro, coberto e impermeabilizado, de forma a evitar vazamentos, contaminações e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.
O acondicionamento deverá ser realizado em recipientes, bombonas, tambores, contentores ou outros dispositivos apropriados, fornecidos pelo próprio gerador ou por empresa especializada, observando as normas técnicas e a legislação ambiental vigente.
A coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final desses resíduos deverão ser realizados exclusivamente por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, mediante emissão dos documentos ambientais e de rastreabilidade exigidos pela legislação.
Enquadram-se como resíduos Classe I, entre outros, óleos lubrificantes usados ou contaminados, filtros de óleo, estopas e panos contaminados, embalagens contaminadas por produtos químicos, solventes, tintas, lodos contaminados, resíduos de serviços de saúde, produtos químicos vencidos ou inutilizados, lâmpadas contendo mercúrio, pilhas, baterias e demais resíduos que apresentem características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, conforme classificação da ABNT NBR 10004.

9.3 Gestão Consorciada de Resíduos

A gestão consorciada de resíduos sólidos constitui importante instrumento previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), permitindo que os municípios compartilhem recursos, infraestrutura, conhecimento técnico e soluções para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, promovendo maior eficiência administrativa e redução de custos operacionais.
O Município de **Pinhal de São Bento** integra o **Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste do Estado do Paraná (CONSUD)**, por meio do qual busca fortalecer ações regionalizadas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à proteção ambiental e à cooperação entre os municípios consorciados.
Embora o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos continue sendo executado diretamente pelo Município, mediante contratação de empresas especializadas e sistemas próprios de gestão, a participação no CONSUD possibilita o desenvolvimento de ações conjuntas, estudos técnicos, projetos regionais e futuras soluções compartilhadas relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos.

9.3.1 Vantagens da Gestão Consorciada

A atuação integrada entre os municípios proporciona diversos benefícios, dentre os quais destacam-se:
1. Redução de custos administrativos e operacionais mediante o compartilhamento de serviços e infraestrutura;
2. Maior eficiência na gestão dos resíduos sólidos, possibilitando soluções técnicas regionalizadas;
3. Desenvolvimento de projetos ambientais de interesse comum entre os municípios consorciados;
4. Compartilhamento de conhecimento técnico, capacitações e experiências exitosas;
5. Ampliação da capacidade de captação de recursos estaduais e federais destinados à área ambiental;
6. Fortalecimento das políticas públicas voltadas à gestão integrada de resíduos sólidos.

9.3.2 Possíveis Soluções Consorciadas

No âmbito do CONSUD poderão ser avaliadas, sempre que houver viabilidade técnica, econômica e ambiental, iniciativas como:
· implantação de centrais regionais de triagem e valorização de resíduos recicláveis;
· desenvolvimento de soluções compartilhadas para tratamento e destinação de resíduos especiais;
· realização de campanhas regionais de educação ambiental;

· elaboração de estudos e projetos para ampliação da coleta seletiva e da logística reversa;
· aquisição compartilhada de equipamentos e serviços destinados ao gerenciamento de resíduos sólidos.

9.3.3 Diretrizes para Pinhal de São Bento

O Município de Pinhal de São Bento manterá sua participação no CONSUD, acompanhando os estudos e projetos desenvolvidos pelo Consórcio que possam contribuir para o aprimoramento da gestão municipal de resíduos sólidos.
Sempre que demonstrada a viabilidade técnica, econômica, ambiental e jurídica, poderão ser implementadas soluções consorciadas que promovam maior eficiência na prestação dos serviços públicos, redução de custos e melhoria da qualidade ambiental, observando os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da legislação ambiental vigente.
Atualmente, os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos do Município encontram-se estruturados por meio de contratos com empresas especializadas e sistemas próprios de gerenciamento, não havendo, neste momento, necessidade de substituição desse modelo. Entretanto, a participação no CONSUD possibilita que futuras alternativas regionalizadas sejam analisadas e implementadas, caso apresentem vantagens técnicas, econômicas e ambientais para o Município e para os demais entes consorciados.

10 RESUMO DE COLETA DOS RESÍDUOS

10.1 Resíduos Comuns (orgânicos e rejeitos de banheiro)

Responsável pela coleta e transporte: Select Serviços Ambientais Ltda.
Veículo utilizado: Caminhão coletor/compactador.
Frequência de coleta: Conforme cronograma municipal de coleta, realizado duas vezes por semana.
Destino final: Aterro Sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

10.2 Resíduos Comuns (Recicláveis)

Responsável pela coleta e transporte: Select Serviços Ambientais Ltda.
Veículo utilizado: Caminhão destinado à coleta seletiva.
Frequência de coleta: Conforme cronograma municipal da coleta seletiva.
Destino final: Unidade de triagem e reciclagem, por meio de empresa licenciada contratada pelo Município, visando ao reaproveitamento dos materiais recicláveis e à redução da quantidade de resíduos destinados ao aterro sanitário.

10.3 Resíduos de Serviços de Saúde

Responsável pela coleta e transporte: Atitude Ambiental Ltda.
Veículo utilizado: Veículo licenciado para o transporte de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.
Frequência de coleta: Quinzenal, ou conforme cronograma estabelecido entre o Município e a empresa contratada.
Tratamento: Realizado em unidade licenciada da empresa contratada, conforme tecnologia autorizada pelos órgãos ambientais competentes.
Destino final: Aterro industrial devidamente licenciado para a disposição final dos resíduos de serviços de saúde tratados, operado pela empresa contratada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

10.4 Resíduos Classe II (Resíduos Sólidos Urbanos Gerados no Município)

O Município de Pinhal de São Bento – PR não possui aterro sanitário próprio para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos classificados como Classe II, conforme a **ABNT NBR 10004**. Dessa forma, os serviços de coleta, transporte e destinação final desses resíduos são executados por empresa especializada, contratada pelo Município e devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.
Responsável pela coleta e transporte: Select Serviços Ambientais Ltda.
Veículo utilizado: Caminhão coletor/compactador, adequado à coleta de resíduos sólidos urbanos.

Frequência da coleta: Conforme cronograma municipal de coleta domiciliar.
Destino final: Aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, garantindo a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), a legislação ambiental vigente e as normas técnicas aplicáveis.

11. DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS (Definição das Responsabilidades)

ETAPAS	RESPONSÁVEL	RECURSOS (Humanos e Financeiros)	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Revisar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Pinhal de São Bento.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Servidores municipais e, quando necessário, contratação de empresa especializada	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Aprovação pelos órgãos competentes e revisões periódicas do PMGIRS
Adequar o PMGIRS às diretrizes, metas e ações estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Equipe técnica e recursos próprios	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de acompanhamento
Atender aos requisitos legais para habilitação do Município ao recebimento de recursos estaduais e federais destinados à limpeza urbana e ao gerenciamento de resíduos sólidos.	Administração Municipal	Servidores públicos e recursos próprios	Gabinete do Prefeito	Relatórios periódicos
Executar a coleta dos resíduos sólidos urbanos de responsabilidade do Município.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária e empresa contratada	Contrato administrativo, veículos e equipamentos especializados	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Fiscalização contratual e relatórios mensais

ETAPAS	RESPONSÁVEL	RECURSOS (Humanos e Financeiros)	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos coletados.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Empresas contratadas e recursos financeiros previstos em contrato	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios operacionais e certificados de destinação final
Desenvolver campanhas permanentes e programas de educação ambiental voltados à redução, reutilização, reciclagem e destinação correta dos resíduos sólidos.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária e Secretaria Municipal de Educação	Servidores, materiais educativos e recursos próprios	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios das ações e listas de participação
Promover a proteção da saúde dos trabalhadores	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Saúde e	Secretaria Municipal de Saúde	Relatórios e inspeções periódicas

envolvidos no gerenciamento dos resíduos sólidos, mediante adoção de medidas de segurança e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).		Segurança do Trabalho e recursos próprios		
Desenvolver ações de educação ambiental nas escolas da rede municipal de ensino.	Secretaria Municipal de Educação	Professores, equipe pedagógica e materiais educativos	Secretaria Municipal de Educação	Avaliação anual das atividades desenvolvidas

ETAPAS	RESPONSÁVEL	RECURSOS (Humanos e Financeiros)	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Promover a limpeza urbana e o manejo adequado dos resíduos sólidos, assegurando a proteção da saúde pública e do meio ambiente.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Empresa contratada, servidores e recursos orçamentários	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de execução dos serviços
Assegurar o correto acondicionamento, armazenamento temporário e destinação dos resíduos perigosos gerados nas atividades da administração municipal.	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Área de armazenamento adequada, recipientes apropriados e empresa licenciada	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de controle e fiscalização
Fiscalizar o transporte, tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no Município, observando o cumprimento dos contratos e da legislação vigente.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Servidores, veículos e recursos próprios	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização
Fiscalizar a disposição irregular de resíduos sólidos em áreas públicas e privadas, adotando as medidas administrativas cabíveis.	Vigilância Sanitária Municipal, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Servidores públicos e veículos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização e registros de ocorrências

ETAPAS	RESPONSÁVEL	RECURSOS (Humanos e Financeiros)	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Acompanhar e fiscalizar os contratos firmados com as empresas **Select Serviços Ambientais Ltda.** (coleta dos resíduos sólidos urbanos) e **Atitude Ambiental Ltda.** (coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde), verificando o cumprimento das obrigações contratuais e da legislação ambiental.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Fiscal(is) de contrato e servidores responsáveis	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização contratual e certificados de destinação dos resíduos

Em atendimento ao inciso VIII do art. 19 da **Lei Federal nº 12.305/2010**, que estabelece a definição das responsabilidades quanto à implementação e operacionalização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o Município de Pinhal de São Bento estabelece as seguintes ações estratégicas:

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Revisar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	A cada 4 anos ou quando necessário	Prefeito Municipal	Relatórios de revisão e aprovação do PMGIRS
Buscar recursos estaduais, federais e de consórcios públicos para investimentos na gestão dos resíduos sólidos.	Administração Municipal	Contínuo	Prefeito Municipal	Relatórios de convênios e captação de recursos
Fortalecer e ampliar o programa municipal de coleta seletiva.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	24 meses	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de execução
Ampliar a instalação de lixeiras públicas em locais de maior circulação de pessoas.	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	24 meses	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de implantação
Avaliar a necessidade de ampliação dos pontos de entrega voluntária (PEVs) e de locais destinados à logística reversa.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	24 meses	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios técnicos

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Promover campanhas permanentes de educação ambiental sobre segregação, coleta seletiva, reciclagem e logística reversa.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária e Secretaria Municipal de Educação	Contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios das campanhas
Exigir dos empreendimentos sujeitos à legislação ambiental a elaboração e execução dos respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando aplicável.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização
Fiscalizar os serviços prestados pela empresa **Select Serviços Ambientais Ltda.**, responsável pela coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos, verificando o cumprimento do contrato e da legislação ambiental.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Contínuo	Fiscal do Contrato	Relatórios de fiscalização contratual
Fiscalizar os serviços prestados pela empresa **Atitude Ambiental Ltda.**, responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Contínuo	Fiscal do Contrato	Relatórios de fiscalização e certificados de destinação final

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Intensificar a fiscalização quanto ao descarte irregular de resíduos sólidos em vias públicas, áreas rurais e demais locais impróprios.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária e Vigilância Sanitária	Contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização
Fiscalizar os estabelecimentos públicos e privados geradores de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), verificando a implementação e o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).	Vigilância Sanitária Municipal	Contínuo	Secretaria Municipal de Saúde	Relatórios de inspeção
Fiscalizar os empreendimentos geradores de Resíduos da Construção Civil (RCC), verificando o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), quando exigido pela legislação.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatórios de fiscalização
Desenvolver projetos e ações em parceria com o **CONSUD** visando ao fortalecimento da gestão regionalizada dos resíduos sólidos e à busca de soluções compartilhadas.	Administração Municipal e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Contínuo	Prefeito Municipal	Relatórios de projetos e ações desenvolvidas

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO	COORDENAÇÃO	MONITORAMENTO
Monitorar os indicadores previstos neste PMGIRS, avaliando periodicamente o cumprimento das metas, programas e ações estabelecidos.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Anual	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Relatório Anual de Monitoramento do PMGIRS

12. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

O Município de Pinhal de São Bento apresenta sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos estruturado, contemplando ações de coleta, transporte, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados no território municipal.
Atualmente, o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos municipais apresenta as seguintes condições:
· Coleta convencional dos resíduos sólidos urbanos realizada regularmente em toda a área urbana e comunidades rurais do município;

· Coleta seletiva de resíduos recicláveis implantada, abrangendo as residências urbanas do município, com orientação para separação dos materiais recicláveis;
· Os resíduos orgânicos e rejeitos são coletados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada por empresa especializada contratada pelo município;
· Os resíduos sólidos recicláveis coletados são encaminhados para triagem e comercialização, sendo realizada atualmente por catadores de materiais recicláveis que atuam de forma individual, sem vínculo formal com cooperativa ou associação;
· O município possui apoio aos catadores de materiais recicláveis, buscando promover a organização e fortalecimento desses trabalhadores como agentes ambientais;
· Os resíduos de serviços de saúde gerados pelo Centro de Saúde Municipal possuem coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados por empresa especializada contratada, conforme legislação vigente;
· Os resíduos eletroeletrônicos possuem ações de recolhimento através de campanhas realizadas em parceria com entidades locais, incluindo a APAE, sendo que, quando há quantidade significativa, são destinados à empresa especializada em economia circular, como a Indústria Fox Economia Circular Ltda;
· Resíduos de pneus, pilhas, baterias, lâmpadas e demais materiais sujeitos à logística reversa são encaminhados conforme sistemas disponibilizados pelos fabricantes, comerciantes ou empresas especializadas;
· O município possui pontos de disponibilização de recipientes para coleta de materiais recicláveis em locais estratégicos da área urbana;
· São realizadas ações de educação ambiental durante o ano, principalmente em datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente, reciclagem e sustentabilidade;
· O município realiza ações de orientação à população quanto à separação adequada dos resíduos e à importância da redução da geração de resíduos sólidos;
· Existe necessidade de ampliação das ações voltadas à compostagem dos resíduos orgânicos provenientes das atividades municipais e domiciliares;
· O município busca melhorias na infraestrutura destinada ao armazenamento temporário, triagem e acondicionamento dos materiais recicláveis.

Objetivos

· Melhorar continuamente o sistema municipal de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos;
· Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no município;
· Fortalecer a coleta seletiva municipal, ampliando a participação da população;
· Ampliar os pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis na área urbana e rural;
· Promover a organização dos catadores de materiais recicláveis, incentivando a criação e fortalecimento de associação ou cooperativa;
· Desenvolver ações permanentes de educação ambiental junto às escolas, comunidade e servidores públicos;
· Implantar programa municipal de compostagem dos resíduos orgânicos;

· Incentivar a redução da geração de resíduos sólidos, estimulando práticas de reutilização e reciclagem;
· Implantar e fortalecer ações relacionadas à logística reversa;

· Melhorar o controle e fiscalização dos geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;
· Reduzir a quantidade de resíduos recicláveis encaminhados juntamente com os rejeitos ao sistema de disposição final;
· Buscar soluções consorciadas e parcerias regionais para melhoria da gestão dos resíduos sólidos.

METAS DE CURTO PRAZO (Até 2 anos)

Área de Armazenamento Temporário, Triagem e Organização dos Resíduos Recicláveis
Metas:

· Adequar e melhorar a estrutura física utilizada para armazenamento temporário e triagem dos resíduos recicláveis;
· Implantar melhorias operacionais no local destinado ao recebimento e separação dos materiais recicláveis;
· Buscar aquisição de equipamentos para auxiliar na triagem, armazenamento e beneficiamento dos materiais recicláveis, tais como prensa, balança, mesas de separação e demais equipamentos necessários;
· Melhorar o controle quantitativo dos resíduos recicláveis coletados e destinados.
Coordenação: Prefeito Municipal
Responsável: Departamento Municipal de Meio Ambiente **Recursos:** Recursos próprios, convênios estaduais e federais **Monitoramento:** Relatórios periódicos de acompanhamento.
ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Metas:

· Incentivar a criação e formalização de associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis;
· Apoiar tecnicamente os catadores existentes no município;

· Incentivar a participação dos catadores nos programas municipais de coleta seletiva;
· Promover capacitações relacionadas à separação, armazenamento, segurança do trabalho e comercialização dos materiais;
· Integrar os catadores aos sistemas de logística reversa existentes.

Coordenação: Diretor/Responsável pelo Meio Ambiente
Responsável: Departamento Municipal de Meio Ambiente
Recursos: Financeiros e humanos
Monitoramento: Relatórios periódicos e registros das ações realizadas.

COLETA SELETIVA

Metas:

· Ampliar a divulgação da coleta seletiva para todos os moradores;

· Implantar novos pontos de entrega voluntária de recicláveis, principalmente nas comunidades rurais;
· Ampliar a quantidade de recipientes destinados à coleta seletiva em locais públicos;
· Realizar fiscalização quanto ao descarte irregular de resíduos;

· Incentivar a separação correta dos resíduos recicláveis nas residências;

· Implantar ações para redução dos rejeitos presentes nos materiais recicláveis;
· Incentivar a compostagem dos resíduos orgânicos gerados em prédios públicos municipais, especialmente escolas;
· Realizar campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos, óleo de cozinha, pilhas, baterias e demais resíduos sujeitos à logística reversa.

Coordenação: Departamento Municipal de Meio Ambiente
Responsável: Município de Pinhal de São Bento
Recursos: Financeiros e humanos
Monitoramento: Relatórios periódicos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Metas:

· Ampliar as ações de educação ambiental nas escolas municipais;

· Desenvolver atividades educativas relacionadas à reciclagem, consumo consciente e sustentabilidade;
· Realizar campanhas nas datas ambientais, como:

- Dia Mundial da Água;

- Dia Mundial da Reciclagem;

- Dia Mundial do Meio Ambiente;

- Semana do Meio Ambiente;

· Divulgar informações através das redes sociais oficiais e meios de comunicação locais;
· Incentivar a prática dos 5 Rs da sustentabilidade:

- Repensar;

- Recusar;

- Reduzir;

- Reutilizar;

- Reciclar.

Coordenação: Departamento Municipal de Meio Ambiente
Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Meio Ambiente
Monitoramento: Relatórios das atividades desenvolvidas.

METAS DE MÉDIO PRAZO (Até 5 anos)

Resíduos Sólidos

· Ampliar equipamentos destinados ao manejo dos resíduos recicláveis;

· Implantar melhorias permanentes na estrutura de triagem;

· Avaliar a aquisição de veículo próprio para coleta seletiva municipal;

· Implantar sistema de compostagem municipal para resíduos orgânicos;

· Fortalecer ações de logística reversa;

· Ampliar parcerias com empresas especializadas para destinação correta dos resíduos;
· Melhorar o controle dos resíduos gerados pelos estabelecimentos comerciais e industriais;
· Revisar e atualizar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS.

Coordenação: Departamento Municipal de Meio Ambiente
Recursos: Financeiros e humanos
Monitoramento: Relatórios periódicos.

LOGÍSTICA REVERSA

Metas:

· Criar pontos de recebimento para:
- pilhas e baterias;

- equipamentos eletroeletrônicos;

- lâmpadas;

- pneus;

- óleo de cozinha usado;

· Estabelecer parcerias com empresas responsáveis pelo recolhimento e destinação final;
· Incentivar comerciantes e fabricantes a cumprirem suas responsabilidades previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

METAS DE LONGO PRAZO (Até 10 anos)

Educação Ambiental

· Consolidar programa permanente de educação ambiental no município;

· Ampliar projetos voltados à sustentabilidade ambiental;

· Incentivar a compostagem domiciliar e institucional;

· Desenvolver novas campanhas educativas relacionadas à redução da geração de resíduos.

Catadores de Materiais Recicláveis

· Manter associação ou cooperativa de catadores estruturada e em funcionamento;
· Buscar recursos para melhoria da infraestrutura de triagem;

· Promover integração dos catadores aos programas estaduais e federais de reciclagem;
· Garantir valorização dos agentes ambientais envolvidos na coleta seletiva.

Coleta Seletiva e Gestão dos Resíduos

· Avaliar continuamente a eficiência da coleta seletiva;

· Buscar soluções regionais e consorciadas para gestão dos resíduos sólidos;
· Manter atualização das metas estabelecidas no PMGIRS;

· Realizar revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos conforme determina a Lei Federal nº 12.305/2010, observando o prazo máximo de 10 anos, conforme alteração promovida pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Coordenação Geral: Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento – PR
Responsável: Departamento Municipal de Meio Ambiente
Monitoramento: Relatórios técnicos, registros de ações, indicadores de coleta seletiva e acompanhamento das metas do PMGIRS.

13 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

No Município de Pinhal de São Bento, as atividades relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos devem ser realizadas observando os requisitos de saúde e segurança ocupacional, visando proteger os servidores municipais, trabalhadores terceirizados, catadores de materiais recicláveis e demais profissionais envolvidos nas etapas de coleta, transporte, armazenamento, triagem e destinação dos resíduos.
Os colaboradores envolvidos diretamente no manejo de resíduos, especialmente aqueles classificados como perigosos, resíduos de serviços de saúde e materiais potencialmente contaminados, devem utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas, conforme orientação técnica e normas de segurança vigentes.
Entre os equipamentos recomendados estão:

· Luvas impermeáveis de PVC ou borracha, adequadas para proteção das mãos;
· Máscara de proteção respiratória quando houver risco de exposição a agentes contaminantes;
· Avental impermeável ou vestimenta de proteção adequada;

· Calçados de segurança impermeáveis;

· Demais equipamentos definidos conforme avaliação dos riscos ocupacionais.
Os trabalhadores devem realizar a higienização adequada das mãos antes da colocação dos equipamentos de proteção e após a retirada dos mesmos. Em caso de danos, desgaste ou rompimento dos equipamentos, estes deverão ser substituídos imediatamente, não sendo permitida sua reutilização quando comprometerem a proteção do trabalhador.
Os profissionais envolvidos nas atividades de coleta, transporte, armazenamento temporário, triagem e destinação dos resíduos deverão ser submetidos aos exames ocupacionais previstos na legislação trabalhista e nas normas regulamentadoras aplicáveis, incluindo:
· Exame admissional;

· Exames periódicos;

· Exame de retorno ao trabalho;

· Exame de mudança de função;

· Exame demissional.

As avaliações ocupacionais deverão contemplar, conforme indicação do profissional responsável pela saúde ocupacional:
· Anamnese ocupacional;

· Avaliação das condições de saúde relacionadas às atividades exercidas;

· Exame físico;

· Avaliações complementares quando necessárias.

O Município de Pinhal de São Bento deverá garantir que os servidores e trabalhadores envolvidos no gerenciamento dos resíduos sólidos recebam capacitações periódicas, contemplando orientações sobre:
· Separação e acondicionamento adequado dos resíduos;

· Procedimentos seguros de coleta e transporte;

· Uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual;

· Identificação dos riscos associados aos resíduos;

· Procedimentos em caso de acidentes ou contato com materiais contaminantes;
· Importância da prevenção de acidentes e preservação da saúde dos trabalhadores.
As ações de capacitação e acompanhamento deverão ser registradas e mantidas pelo Município, buscando assegurar a melhoria contínua das condições de trabalho e o atendimento às normas de saúde e segurança ocupacional aplicáveis ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Pinhal de São Bento – PR foi elaborado em conformidade com a **Lei Federal nº 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como considerando as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), legislações ambientais vigentes e demais regulamentações pertinentes.
O PMGIRS constitui-se como instrumento de planejamento e gestão, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e ações voltadas à melhoria contínua do gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no município, contemplando as etapas de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem, reaproveitamento e destinação final ambientalmente adequada.
Todos os servidores municipais, colaboradores terceirizados, prestadores de serviços e demais pessoas envolvidas direta ou indiretamente nas atividades relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos deverão ter conhecimento das diretrizes estabelecidas neste Plano, visando garantir a correta execução dos procedimentos adotados pelo município.
Deverão ser observadas as orientações referentes à separação adequada dos resíduos, identificação dos materiais, formas corretas de acondicionamento, utilização dos equipamentos de proteção individual, localização das estruturas destinadas ao armazenamento temporário e demais procedimentos necessários para o adequado funcionamento do sistema municipal de gerenciamento de resíduos sólidos.
Compete ao Município de Pinhal de São Bento manter o PMGIRS atualizado, disponível para consulta pelos setores envolvidos e promover o acompanhamento e fiscalização das ações previstas, garantindo a implementação das metas estabelecidas e o atendimento aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto à redução da geração de resíduos, reutilização, reciclagem, inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.
A revisão e atualização do Plano deverão ocorrer conforme estabelecido na **Lei Federal nº 12.305/2010**, observando o período máximo de revisão de 10 (dez) anos, ou sempre que houver necessidade de adequação às novas demandas ambientais, sociais, econômicas e administrativas do município.

16 BIBLIOGRÁFIA

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605/1998 e estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos.

BRASIL. Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera dispositivos relacionados à gestão dos resíduos sólidos.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.
Dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D7BC6808

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 24/2026 Processo administrativo nº 97/2026

OBJETO: Aquisição de veículo SUV para Secretaria de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

MOTOMECANICA COMERCIAL S.A - CNPJ: 91.157.826/0001-14						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	14027	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PASSEIO SUV ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO Veículo SUV; Cor predominante: Branca Características gerais: Zero km; 04 portas; Equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN; Cabine/Carroceria: para 05 ocupantes/monobloco sedan. Ano/modelo de fabricação (mínimo): 2025. Dimensões: Comprimento total mínimo: 4.217 mm; Distância mínima entre eixos: 2.650 mm; Largura mínima: 1.758 mm; Altura mínima: 1.570 mm. Motor: Dianteiro, mínimo 3 cilindros; Potência máxima igual ou superior a 115 cv (quando com gasolina); Torque máximo igual ou superior a 12 kgfm (quando com gasolina); Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto; Aspiração: turbocompressor. Abastecimento de Combustível: bicombustível (Gasolina e/ou Etanol) ou gasolina; Capacidade mínima do tanque de combustível: 48 litros. Transmissão: Câmbio automático de no mínimo 5 velocidades à frente; Direção: Elétrica ou eletro-hidráulica. Capacidade: Volume mínimo do porta-malas: 370 L. Sistema de Segurança: Freio com Sistema Anti-Bloqueio (ABS) nas quatro rodas; Sistema de distribuição eletrônica de frenagem (EBD); Airbags frontais; Airbags laterais; Alarme (sistema anti-furto); Câmera traseira para manobras; Cinto de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes; Encosto de cabeça para todos os ocupantes; Controle de estabilidade; Controle de tração; Luz diurna de segurança; Daytime running lights (DRL); Travamento central das portas; desembaçador do vidro traseiro; Assistente de partida em rampa; Sensores de estacionamento traseiro. Conforto: Ar-condicionado; Banco do motorista com ajuste de altura; Ajuste do volante em altura; Ajuste elétrico dos retrovisores (de série); Controle automático de velocidade (de série ou opcional de fábrica); Controle elétrico dos vidros dianteiros; Controle elétrico dos vidros traseiros (de série); Faróis com acendimento automático (de série ou opcional de fábrica); Rodas de liga leve (de série); Banco traseiro bipartido; Banco traseiro rebatível; Comando interno ou à distância do porta-malas; Luz no porta-malas; Comando interno da tampa do tanque. Informação/tecnologia: Rádio (de série); Conexão USB; Conexão Bluetooth; Volante multifuncional (de série); Computador de bordo; Espelhamento da tela do celular (de série). Acessórios: Protetor de cárter/motor; Jogo de tapetes. GARANTIAS E ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS: Garantia total do veículo pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro, a contar de efetivo recebimento do veículo pelo Contratante. OBS: O veículo deverá ser entregue emplacado e licenciado em nome do Município Solicitante. A empresa licitante deverá possuir assistência técnica vinculada a Distribuidora Autorizada em uma distância não superior a 300 KM da sede do requisitante.	1,00	UNIDADE	128.580,00	128.580,00
TOTAL 128.580,00						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 128.580,00 (Cento e vinte oito mil, quinhentos e oitenta reais).

Pinhal de São Bento - PR, em 10 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:879ADDD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA N° 14/2026 Processo Administrativo nº 98/2026
OBJETO: Contratação de empresa para locação de internet via satélite Starlink mini

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

ADRIANO ASSING ROCHA - CNPJ: 11.793.434/0001-02						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	14025	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de internet via satélite, mediante locação mensal de kit Starlink Mini, composto por antena ultraportátil com roteador Wi-Fi integrado, destinado à disponibilização de conexão de internet em locais remotos, frentes de campo, canteiros de obras e demais locais onde seja necessária conectividade, com franquia mínima de 100 GB de dados em alta velocidade por mês, velocidade média de download de 100 Mbps a 250 Mbps, equipamento com característica móvel e portátil, permitindo seu deslocamento e utilização em diferentes locais, incluindo fonte de alimentação bivolt, suporte para fixação da antena em veículo, possibilitando sua utilização durante deslocamentos, bem como suporte adequado para instalação e permanência fixa em solo ou outra estrutura apropriada e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento e à prestação do serviço. Para uso da Secretaria de Administração	12	MÊS	899,00	10.788,00
		Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de internet via satélite, mediante locação mensal de kit Starlink Mini, composto por antena ultraportátil com roteador Wi-Fi integrado, destinado à disponibilização de conexão de internet em locais remotos, frentes de campo, canteiros de obras e demais locais onde seja necessária conectividade, com franquia mínima de 100 GB de dados em alta velocidade por mês, velocidade média de download de 100 Mbps a 250 Mbps, equipamento com característica móvel e portátil, permitindo seu deslocamento e utilização em diferentes locais, incluindo fonte de alimentação bivolt, suporte para fixação da antena em veículo, possibilitando sua utilização durante deslocamentos, bem como suporte adequado para instalação e permanência fixa em solo ou outra estrutura apropriada e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento e à prestação do serviço. Para uso da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental.	12	MÊS	899,00	10.788,00
TOTAL 21.576,00						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 21.576,00 (Vinte de um mil, quinhentos e setenta e seis reais).

Pinhal de São Bento-PR, 11 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:CAB55EC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JULHO/AGOSTO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE PIRAQUARA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	116.070.000,00	80.692.907,70
Receita de Contribuições dos Segurados	30.570.000,00	13.147.720,82
Ativo	30.000.000,00	13.013.907,58
Inativo	500.000,00	118.615,13
Pensionista	70.000,00	15.198,11
Receita de Contribuições Patronais	30.000.000,00	16.477.136,20
Ativo	30.000.000,00	16.477.136,20
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	40.900.000,00	46.584.031,11
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	40.900.000,00	46.584.031,11
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	14.600.000,00	4.484.019,57
Compensação Financeira entre os regimes	3.000.000,00	4.484.019,57
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	11.600.000,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**104.470.000,00**	**80.692.907,70**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	39.000.000,00	23.899.217,80	23.899.217,80	23.899.217,80	0,00
Aposentadorias	35.000.000,00	21.462.332,77	21.462.332,77	21.462.332,77	0,00
Pensões por Morte	4.000.000,00	2.436.885,03	2.436.885,03	2.436.885,03	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**42.210.000,00**	**23.899.217,80**	**23.899.217,80**	**23.899.217,80**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**62.260.000,00**	**56.793.689,90**	**56.793.689,90**	**56.793.689,90**	**80.692.907,70**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	522.305.496,85
Outros Bens e Direitos	75.208,51

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
OutrosBensDireitos	0,00				

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	4.690.055,11				
Outros Bens e Direitos					

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00			
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CRISTOVAO RODRIGO CHIQUETO	***GILBERTO MAZON***
Diretor(A) Superintendente	Controle Interno
EDUARDO EIYTI SEKIKAWA NAGATA	
Contador	

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:93D45320

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.010/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.574/2016 em relação aos percentuais para cobrança dos Serviços Funerários nos Cemitérios Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas, e

CONSIDERANDO que o serviço funerário constitui serviço público de caráter essencial, exercido mediante permissão do Poder Público Municipal, consistindo na prestação dos serviços ligados à organização e execução de funerais, mediante cobrança de tarifa, nos termos do art. 1º e do art. 2º da Lei Municipal nº 1.574/2016;

CONSIDERANDO que a atividade funerária somente pode ser executada mediante prévia e expressa concordância do Município, cabendo ao Poder Público disciplinar, regulamentar e fiscalizar a sua prestação, conforme dispõe o art. 1º, parágrafo único, e os arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 1.574/2016;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a organização, regulamentação, fiscalização e deliberação sobre os serviços funerários, bem como a fixação de tarifas, previamente submetidas à apreciação do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto nos arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 1.574/2016;

CONSIDERANDO que as tarifas dos serviços funerários devem ser elaboradas pela Secretaria de Meio Ambiente e aprovadas pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 1.574/2016;

CONSIDERANDO que na definição das tarifas devem ser considerados os custos do serviço, a justa remuneração do capital investido, o melhoramento e a expansão dos serviços, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro da atividade, conforme estabelece o art. 21 da Lei Municipal nº 1.574/2016;
CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.518/2021 aprovou o Regulamento do Serviço Funerário Municipal, de observância obrigatória a todas as permissionárias, disciplinando a forma de execução dos serviços, os padrões de atendimento e a organização do sistema funerário municipal;
CONSIDERANDO que o Regulamento mencionado acima define que o Serviço Funerário, de caráter público e essencial, consiste na prestação dos serviços ligados à organização e execução de funerais, executados pelas permissionárias do Município de Piraquara, mediante a cobrança de tarifa, salvo quando indigente ou hipossuficiente, nos termos do art. 2º;
CONSIDERANDO que o regulamento municipal estabelece que a prestação do serviço funerário deve ocorrer de forma contínua, regular, eficiente, transparente e segura, assegurando o atendimento à população e a modicidade das tarifas, nos termos do art. 3º do Decreto nº 9.518/2021;
CONSIDERANDO que o regulamento classifica os serviços funerários em obrigatórios, tabelados e facultativos, prevendo que os valores correspondentes aos serviços obrigatórios e a taxa de complementação sejam definidos por meio de atos normativos próprios, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 9.518/2021;
CONSIDERANDO que o regulamento assegura a prestação gratuita dos serviços funerários às pessoas em situação de vulnerabilidade social ou não identificadas, mediante autorização do Poder Público Municipal, conforme previsto no art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 9.518/2021;
CONSIDERANDO que compete à Administração Municipal fixar as tarifas para prestação de serviços funerários, mediante ato próprio, conforme disposto nos incisos do art. 9º, III, do Decreto nº 9.518/2021;
CONSIDERANDO que a atualização periódica das tarifas constitui medida necessária para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço público, garantindo sua continuidade, eficiência e conformidade com o interesse público, nos termos da legislação municipal vigente;
CONSIDERANDO o Marco Regulatório do Setor Funerário com vigência a partir de 01 de novembro de 2025, incluindo a Tabela Referencial de Serviços 2026/2027;

DECRETA:
Art. 1º Ficam aprovadas as tabelas de com os percentuais para cobrança dos serviços realizados pelas Funerárias Permissionárias nos Cemitérios Municipais de Piraquara, conforme anexos deste Decreto.
§1º Os valores estão dispostos em UFM – Unidade Fiscal do Município, que é reajustada anualmente nos decretos regulamentadores do Código Tributário Municipal.
§2º Os valores oriundos dos percentuais constantes dos anexos serão divulgados em moeda corrente, a partir da conversão destes percentuais com a Unidade Fiscal Municipal – UFM, corrigida pela Administração Pública, através de Portaria específica emitida anualmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a ser exposta em local visível ao público nos estabelecimentos das Permissionárias, bem como informados de forma clara e transparente aos usuários do serviço.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – Ornamentação de urna mortuária: a colocação de flores naturais ou artificiais, bem como de adornos decorativos e religiosos, conforme as tradições e a orientação religiosa da família, podendo ser realizada em meio corpo ou corpo inteiro;
II – Véu: peça de tecido transparente, geralmente confeccionada em renda, cortada de forma semelhante à da urna funerária, porém com dimensões ligeiramente maiores, de modo a formar uma faixa excedente em toda a sua periferia, sobre a qual pode ser aplicada guarnição decorativa em relevo ou bordado;
III - Montagem e manutenção básica do velório: consiste na organização e preparação do espaço destinado às homenagens póstumas, incluindo a disposição da urna, instalação de suportes e ornamentos básicos, adequação do ambiente e acompanhamento para manutenção das condições mínimas de ordem, limpeza e respeito durante o período de realização do velório, conforme definição de cada funerária permissionária, serviço este já compreendido e incluído no valor das urnas mortuárias, não gerando cobrança adicional específica.
IV – Translado: todas as medidas relacionadas ao transporte de restos mortais humanos, acondicionados em urna funerária, bandeja ou embalagem específica, desde o local do óbito até o estabelecimento funerário, inclusive no que se refere à sua armazenagem ou guarda temporária, até a destinação final;
V - Complementação Funerária: taxa devida pela empresa funerária de outro município à empresa local de plantão quando esta assume, no município de destino, os atos finais do sepultamento de corpo já preparado e acondicionado, abrangendo a assistência à família durante o velório, a remoção até o cemitério e o acompanhamento do cortejo até o fechamento da sepultura, excluídos serviços acessórios como flores, buffet, abertura ou aquisição de sepultura, exumação e locação de capela.
VI – Maquiagem necrófila básica: execução de maquiagem em cadáveres, mediante a aplicação de cosméticos específicos e adequados à finalidade, observadas as normas sanitárias vigentes;
VII – Toalete: conjunto de medidas e procedimentos utilizados para a limpeza e antissepsia de restos mortais humanos, com o objetivo de prepará-los para procedimentos de conservação, inumação ou outra forma de destinação;
VIII - Tanatopraxia: conjunto de técnicas aplicadas ao corpo após a morte com o objetivo de conservar, higienizar, restaurar e preparar o corpo para velório ou sepultamento;
IX - Embalsamento: método de conservação de restos mortais humanos com o objetivo de promover sua conservação total e permanente.
Art. 3º Os percentuais estabelecidos neste Decreto aplicam-se especificamente aos Serviços Funerários listados nos Anexos, nos termos da Lei Municipal nº 1.574/2016 e do Decreto nº 9.518/2021, observadas as hipóteses de gratuidade legalmente previstas.
Parágrafo único - Os atendimentos gratuitos destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social ou não identificadas permanecem regidos pela Lei Municipal nº 1.574/2016 e regulamentadas pelo Decreto nº 9.518/2021, não sendo permitida qualquer cobrança de quaisquer valores além daqueles expressamente autorizados pelo Poder Público.
Art. 4º Os percentuais estabelecidos nos Anexos deste Decreto constituem valores máximos, obrigatórios para as funerárias permissionárias, sendo vedada a cobrança de quantias superiores às fixadas.
Art. 5º O pagamento pelos serviços prestados será efetuado diretamente pelo munícipe contratante para a respectiva funerária permissionária responsável pela sua execução.
Art. 6º Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e administrativas vigentes, bem como com as regras internas dos Cemitérios Municipais e as orientações da Administração dos Cemitérios.
Art. 7º A realização de qualquer serviço particular dentro dos Cemitérios Municipais deve ser previamente autorizada pela Administração dos Cemitérios.
Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com a Administração dos Cemitérios, fiscalizar o cumprimento deste Decreto, adotando as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento, bem como decidir sobre os casos omissos.
Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10 Fica revogado o Decreto nº 12.025/2024.
Art. 11 Ficam revogados os artigos 12 e 11, erroneamente numerado, do Decreto nº 9.518/2021.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de setembro de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE PERCENTUAIS DA UFM PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

SERVIÇO	PERCENTUAL DA UFM
Ornamentação de urna mortuária – Corpo inteiro	0,899 UFM
Ornamentação de urna mortuária – Meio corpo	0,442 UFM
Véu	0,092 UFM
Translado (por quilometragem rodada)	0,006 UFM
Complementação Funerária	0,598 UFM
Maquiagem necrófila básica	0,321 UFM
Toalete	0,387 UFM
Tanatopraxia até 24 horas	1,761 UFM
Tanatopraxia até 72 horas	3,523 UFM
Tanatopraxia para Translado	2,536 UFM
Embalsamento	9,442 UFM

ANEXO II
TABELA DE PERCENTUAIS DA UFM DAS URNAS MORTUÁRIAS - ADULTO:

Ref.				ZINCADA/FIBRADA		
	Normal	Obesa	Comprida	Super Obesa	Normal	Obesa
01	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
02	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
03	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
04	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
05	0,691	0,898	0,988	0,967	1,257	1,383
06	1,312	1,705	1,875	1,836	2,387	2,626
07	1,767	2,297	2,527	2,473	3,215	3,537
08	2,101	2,732	3,005	2,942	3,825	4,207
09	2,644	3,437	3,782	3,701	4,812	5,293
10	3,631	4,721	5,193	5,084	6,609	7,270
11	4,894	6,362	6,998	6,851	8,907	9,797
12	7,016	9,120	9,602	9,822	12,768	14,045
13	11,499	14,948	16,443	16,098	20,928	23,021

ANEXO III
TABELA DE PERCENTUAIS DA UFM DAS URNAS MORTUÁRIAS - INFANTIL:

Ref.				ZINCADA/FIBRADA		
	Normal	Obesa	Comprida	Super Obesa	Normal	Obesa
01	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
02	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
03	0,498	0,647	0,712	0,697	0,906	0,997
04	0,585	0,759	0,836	0,819	1,064	1,171

ANEXO IV
DESCRITIVO URNAS:

REFERÊNCIA 5 — Urna Sextavada (Sem visor) - Madeira de pinus + MDF - Forração em TNT				
Variação	Descritivo padronizado	Comp. (m)	Larg. (m)	Alt. (m)
Normal (Fibrada)	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, sem visor, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante cor havana, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	1,99	0,65	0,35
Normal – Zincada	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, sem visor, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	1,99	0,65	0,35
Longa	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,65	0,35
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,65	0,35
Obesa	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,65	0,35
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,04	0,75	0,45
Obesa Longa	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,04	0,75	0,45
Superobesa	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,75	0,45
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Normal, sem visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60

REFERÊNCIA 6 — Urna Sextavada (Com visor) — Madeira de pinus + MDF — Forração em TNT				
Variação	Descritivo padronizado	Comp. (m)	Larg. (m)	Alt. (m)
Normal (Fibrada)	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, com visor, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante cor havana, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	1,99	0,65	0,35
Normal – Zincada	Mesmas características da variação Normal, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	1,99	0,65	0,35
Longa	Mesmas características da variação Normal, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,65	0,35
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,65	0,35
Obesa	Mesmas características da variação Normal, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,04	0,75	0,45
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,04	0,75	0,45
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,75	0,45
Superobesa	Mesmas características da variação Normal, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa, com visor, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	2,20	0,75	0,60

REFERÊNCIA 7 — Urna Sextavada (Com visor e serigrafia) - Madeira de pinus + MDF - Forração em TNT				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal (Serigrafada)	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, com visor e serigrafia, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante cor havana, com 06 (seis) alças tipo parreira zincadas.	1,99	0,65	0,35
Normal – Zincada (Serigrafada)	Mesmas características da variação Normal, com 06 (seis) alças tipo parreira zincadas.	1,99	0,65	0,35
Longa (Serigrafada)	Mesmas características da variação Normal, com 06 (seis) alças tipo parreira zincadas.	2,20	0,65	0,35
Longa – Zincada (Serigrafada)	Mesmas características da variação Longa, com 06 (seis) alças tipo parreira zincadas.	2,20	0,65	0,35
Obesa (Serigrafada)	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, com visor e serigrafia, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante cor havana, com alça tipo varão pequena.	2,04	0,75	0,45
Obesa – Zincada (Serigrafada)	Mesmas características da variação Obesa, com alça tipo varão pequena.	2,04	0,75	0,45
Obesa Longa (Serigrafada)	Mesmas características da variação Obesa, com alça tipo varão pequena.	2,20	0,75	0,45
Superobesa (Serigrafada)	Mesmas características da variação Obesa, com alça tipo varão pequena.	2,05	0,75	0,60
Superobesa – Zincada (Serigrafada)	Mesmas características da variação Superobesa, com alça tipo varão pequena zincada.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa (Serigrafada)	Mesmas características da variação Superobesa, com alça tipo varão pequena zincada.	2,05	0,75	0,60
Superobesa Longa – Zincada (Serigrafada)	Mesmas características da variação Superobesa, com alça tipo varão pequena zincada.	2,20	0,75	0,60

REFERÊNCIA 8 — Urna Sextavada (Com visor) — Madeira/MDF — Cor nogueira				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, com visor, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante cor nogueira, com 06 (seis) alças lisas zincadas.	1,99	0,65	0,35
Normal – Zincada	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor, acabamento externo em verniz brilhante cor nogueira, com 06 (seis) alças tipo parreira zincadas.	2,00	0,66	0,45
Longa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,15	0,66	0,45
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa.	2,15	0,66	0,45
Obesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,10	0,74	0,45
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa.	2,10	0,74	0,52
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa – Zincada.	2,15	0,74	0,52
Obesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa Longa.	2,15	0,74	0,52
Superobesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,10	0,78	0,58
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa.	2,15	0,78	0,58
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa – Zincada.	2,15	0,78	0,58
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa Longa.	2,15	0,78	0,58

REFERÊNCIA 9 — Urna Sextavada (Com visor) — Cor nogueira — Alça varão dourado				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal (Samilon + Rendão)	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor, acabamento externo em verniz brilhante cor nogueira, forração em samilon com sobrebabado em rendão, alças tipo varão dourado.	2,00	0,66	0,45
Normal – Zincada	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor, acabamento externo em verniz brilhante cor nogueira, alças tipo varão dourado.	2,00	0,66	0,45
Longa (Samilon + Rendão)	Mesmas características da variação Normal (Samilon + Rendão).	2,15	0,66	0,45
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,15	0,66	0,45
Obesa (Samilon + Rendão)	Mesmas características da variação Normal (Samilon + Rendão).	2,10	0,74	0,45
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,10	0,74	0,52
Obesa Longa (Samilon + Rendão)	Mesmas características da variação Normal (Samilon + Rendão).	2,15	0,74	0,52
Obesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,15	0,74	0,52
Superobesa (Samilon + Rendão)	Mesmas características da variação Normal (Samilon + Rendão).	2,10	0,78	0,58
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,15	0,78	0,58
Superobesa Longa (Samilon + Rendão)	Mesmas características da variação Normal (Samilon + Rendão).	2,15	0,78	0,58
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,15	0,78	0,58

REFERÊNCIA 10 — Urna Sextavada (Com visor) - Acabamento premium - Alças fundidas metalizadas				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor embutido, detalhes em alto relevo, acabamento externo em verniz alto brilho; acabamento interno em samilon branco com babado e sobrebabado em rendão; 06 (seis) alças fundidas metalizadas.	2,00	0,66	0,45
Normal – Zincada	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor inteiro, forração e babado em cetim, sobrebabado em rendão luxo, acabamento externo em verniz PU alto brilho; 06 (seis) alças fundidas metalizadas.	2,05	0,69	0,42
Longa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,17	0,69	0,42
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa.	2,17	0,69	0,42
Obesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,05	0,72	0,45
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa.	2,05	0,72	0,45
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa.	2,17	0,72	0,45
Obesa Longa – Zincada	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor, acabamento externo em verniz brilhante cor nogueira, com 06 (seis) alças fundidas metalizadas.	2,15	0,74	0,52
Superobesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,08	0,79	0,58
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa.	2,08	0,79	0,58
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa.	2,20	0,79	0,58
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa Longa.	2,20	0,79	0,58

REFERÊNCIA 11 - Urna Sextavada (Com visor) - Rendão luxo - Alças “Explendor” / varão com suportes				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal	Urna sextavada em madeira e MDF, com visor inteiro, forração e babado em cetim, sobrebabado em rendão luxo, acabamento externo em verniz PU alto brilho; 06 (seis) alças tipo “Explendor”.	2,05	0,69	0,42
Normal – Zincada	Mesmas características da variação Normal.	2,05	0,69	0,42
Longa	Mesmas características da variação Normal.	2,17	0,69	0,42
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa.	2,17	0,69	0,42
Obesa	Mesmas características base; alça tipo varão com 8 suportes.	2,05	0,72	0,45
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa.	2,05	0,72	0,45
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa.	2,17	0,72	0,45
Obesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa Longa.	2,17	0,72	0,45
Superobesa	Mesmas características base; alça tipo varão com 10 suportes.	2,08	0,79	0,58
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa; (texto original menciona 8 suportes).	2,08	0,79	0,58
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa; alça tipo varão com 10 suportes.	2,20	0,79	0,58
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa Longa.	2,20	0,79	0,58

REFERÊNCIA 12 — Urna Sextavada (Madeira maciça) — Visor 3/4 com Cristo — Mogno				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal	Urna sextavada em madeira maciça, moldurada em relevo, com duas sobretampas, visor amplo com “Cristo”	2,06	0,68	0,44

	afixado; acabamento externo mogno com verniz alto brilho; acabamento interno em tecido acetinado branco com babado e 07 (sete) chavetas douradas.			
Normal – Zincada	Urna sextavada em madeira maciça, visor 3/4 com "Cristo", molduras em alto relevo com pirogravuras; acabamento externo mogno alto brilho; acabamento interno acetinado com babado e sobrebabado; ferragens douradas; variações: normal, zincada e fibrada.	2,04	0,67	0,41
Longa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,19	0,67	0,41
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa.	2,19	0,67	0,41
Obesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,09	0,72	0,54
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa.	2,09	0,72	0,54
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa.	2,13	0,72	0,54
Obesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa Longa.	2,13	0,72	0,54
Superobesa	Mesmas características da variação Normal – Zincada.	2,09	0,77	0,54
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa.	2,09	0,77	0,54
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa.	2,12	0,76	0,54
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa Longa.	2,12	0,76	0,54

REFERÊNCIA 13 — Urna Sextavada (Madeira maciça) — Visor 3/4 com Cristo — Dourada				
Variação	**Descritivo padronizado**	**Comp. (m)**	**Larg. (m)**	**Alt. (m)**
Normal	Urna sextavada em madeira maciça, visor 3/4 com "Cristo", molduras em alto relevo com pirogravuras; acabamento externo dourado com verniz alto brilho; acabamento interno acetinado branco com babado e sobrebabado; ferragens douradas; variações: normal, zincada e fibrada.	2,04	0,67	0,41
Normal – Zincada	Mesmas características da variação Normal.	2,04	0,67	0,41
Longa	Mesmas características da variação Normal.	2,19	0,67	0,41
Longa – Zincada	Mesmas características da variação Longa.	2,19	0,67	0,41
Obesa	Mesmas características da variação Normal.	2,09	0,72	0,54
Obesa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa.	2,09	0,72	0,54
Obesa Longa	Mesmas características da variação Obesa.	2,13	0,72	0,54
Obesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Obesa Longa.	2,13	0,72	0,54
Superobesa	Mesmas características da variação Normal.	2,09	0,77	0,54
Superobesa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa.	2,09	0,77	0,54
Superobesa Longa	Mesmas características da variação Superobesa.	2,12	0,76	0,54
Superobesa Longa – Zincada	Mesmas características da variação Superobesa Longa.	2,12	0,76	0,54

Urnas Mortuárias Infantis					
Referência	**Tipo**	**Descritivo Padronizado**	**Comprimento**	**Largura**	**Altura**
REF. 3 – Infantil	Sem visor	Urna sextavada em madeira de pinus, tampa em madeira de pinus e MDF, sem visor, forração interna em TNT, acabamento externo em verniz brilhante, com alças lisas zincadas.	Conforme o tamanho da criança falecida		
REF. 4 – Infantil	Com visor	Urna sextavada em MDF, com visor, acabamento externo em verniz brilhante, forração interna em samilon com sobrebabado em rendão, com alças tipo varão dourado.			

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D8892281

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°229/2026 DO PREGÃO N.°53/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°229/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°53/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°232/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 08/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 53/2026, para o **Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **CONSTRU R&J LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 66.081.268/0001-03, estabelecida na Avenida Aurelino Andrade, n.° 52, Caicara, Guanambi – BA, CEP 46430-000, neste ato representada pelo **Sr. Juraci Faria Couto Junior**, portador do CPF nº. 070.377.385-22, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
4	73880	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83 X 1,10 M X 5 MM	MULTILIT	UNID	3.750	R$ 47,51	R$ 178.162,50
14	73880	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83 X 1,10 M X 5 MM	MULTILIT	UNID	1.250	R$ 54,74	R$ 68.425,00

2.3. Preço Total Registrado: R$ 246.587,50 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. For liberado;
6.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. Cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

•
Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações pertinentes ao produto;

•
A contratada se comprometerá em possuir um estoque mínimo para sanar a demanda emergencial da secretaria requisitante, no prazo de 24 horas a partir do envio da nota de empenho;

•
Responsabilizar-se pela entrega e troca de itens caso necessário, em casos de danos causados durante a execução, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor

(Lei n.º 8.078, de 1990);

•
Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

•
A contratada deverá prestar substituição imediata dos produtos, caso os itens entregues não atendam aos padrões de qualidade exigidos;

•
Os itens entregues devem estar longe da data de vencimento, sendo obrigatória a troca de produtos próximos da data de vencimento;

•
Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

•
Caso não cumpridas as exigências mencionadas nos itens anteriores, a contratada será notificada, e se ainda assim não houver consenso, serão aplicadas as sanções administrativas, descritas no item 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

•
Indicar preposto para representá-lo durante a execução da ARP, se for o caso, e manter comunicação com representante da Administração;

•
Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

•
Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

•
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
i) Alteração qualitativa dos itens ou de suas especificações pela Administração;
ii) Retardamentos na expedição da autorização de fornecimento ou interrupção da execução, por ordem e no interesse da Administração;
iii) Aumentos das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
10.2. São obrigações do Contratante:

•
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

•
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

•
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

•
Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

• Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

•
Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

•
Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

•
Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do certame;

•
Ressarcir o contratado, nos casos de extinção por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do certame até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

•
Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

•
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
11.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes, em razão da natureza emergencial do objeto e da necessidade de preservação da capacidade de atendimento das demandas do Município de Pitanga/PR.
11.2. A vedação prevista no item anterior tem por finalidade assegurar que os quantitativos registrados e a capacidade logística dos fornecedores permaneçam prioritariamente destinados ao atendimento das necessidades do Município de Pitanga/PR, especialmente em situações de emergência ou calamidade pública.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n° 599/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento do objeto fornecido, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Daiana Mendes, matrícula n° 50982, designada como fiscal de contratos relacionados as demais contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. Não haverá recebimento provisório para os itens objetos desta licitação;
14.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da data de notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
14.3. Os itens serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação e obedecendo às seguintes diretrizes:

•
Realizar a análise da documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

•
Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas; e

•
Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

14.4. Os objetos devem estar em perfeitas condições de uso, sem qualquer dano decorrente de más condições de transporte, manuseio e em embalagem inadequada, objetos quebrados, com embalagem danificada ou com qualquer outra avaria ou defeitos;
14.5. Os itens que apresentarem qualquer tipo de danos mencionados no item 11.4, deverão ser substituídos pela contratada em 5 dias úteis;
14.6. Os critérios para o recebimento estão pormenorizados na minuta da ARP;
14.7. O recebimento definitivo dos itens não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes do incorreto manuseio e/ou transporte durante a execução do objeto;
14.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela boa qualidade do item, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto;
A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 - Bairro Santa Regina, no horário das 08:30h até as 11:30h e das 13:30h até as 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária

Red	Dotação	Fonte	Descrição
396	11004082441101217333390320000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
442	11004082451101211433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	1941	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	8093	MATERIAL DE CONSUMO
443	11004082451101211433903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	1941	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	8138	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.
16.9. Exceção à ordem cronológica de pagamento
16.9.1 Observado o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida, mediante prévia e expressa justificativa da autoridade competente, a alteração da ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses legalmente previstas, inclusive quando necessária ao atendimento de situação de emergência ou calamidade pública declarada, desde que a medida seja indispensável para assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento destinado ao atendimento da população afetada.
16.9.2. A eventual alteração da ordem cronológica de pagamentos dependerá de decisão específica e devidamente motivada no respectivo processo administrativo, observadas as exigências de transparência e publicidade previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, V	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%

		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. A presente Matriz de Riscos foi elaborada com fundamento no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de identificação e alocação dos riscos contratuais entre a Administração e a contratada, quando pertinente, especialmente em contratações que envolvam fornecimento contínuo de bens necessários às atividades da Administração Pública.

Categoria dos riscos	Descrição do risco	Probabilidade	Impacto	Medidas de mitigação
Fornecimento	Atraso na entrega dos itens.	Média	Alto	Estabelecer prazo de entrega compatível, acompanhar a execução
				contratual e aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento.
Qualidade	Entrega de itens com defeitos ou em desacordo com as especificações técnicas, kits sem as quantidades de itens especificados no Termo.	Baixa	Alto	Exigir que os itens sejam novos, de primeiro uso, de boa qualidade e realizar conferência dos kits no momento do recebimento.
Transporte	Danos aos produtos durante o transporte/manuseio.	Baixa	Alto	Exigir embalagem e empilhamento adequados, transporte seguro e inspeção dos itens, principalmente dos kits no ato do recebimento, recusando produtos danificados ou com avarias.
Fiscalização	Falhas no acompanhamento da execução contratual.	Baixa	Alto	Designar fiscal do contrato e registrar todas as ocorrências durante a execução.
Execução	Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas ou com defeitos.	Média	Alto	Exigir conformidade com o Termo de Referência, realizar inspeção no recebimento e solicitar substituição dos itens quando necessário.
Execução	Falhas na execução do contrato.	Média	Alto	Estabelecer prazos claros, acompanhar a execução contratual e aplicar sanções quando cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
21.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, considerando a natureza emergencial da contratação e a necessidade de assegurar o controle direto da Administração sobre o fornecimento, os prazos de entrega e a qualidade dos produtos.
21.2. A CONTRATADA deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes da contratação, permanecendo integralmente responsável pelo fornecimento dos produtos, pelo cumprimento dos prazos, pela qualidade dos bens entregues e pelas demais obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.
21.3. A transferência ou repasse, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros caracterizará descumprimento contratual e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO
23.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS
24.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 08 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***JURACI FARIA COUTO JUNIOR***
Prefeito	Constru R&J LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4BFC19EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°230/2026 DO PREGÃO N.°53/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°230/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º53/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º232/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 08/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 53/2026, para o **Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 51.647.234/0001-66, estabelecida na Rua Rodrigues Alves, n.° 2714, Parque Cidade Jardim, Umuarama – PR, CEP 87506-080, neste ato representada pelo **Sr. Fabiana Cabrera**, portador do CPF nº. 098.935.979-43, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
3	76318	Manta tipo cobertor: confeccionada em tecido 100% poliéster (microfibra ou fleece), macia, antialérgica, com acabamento em toda a borda (overloque ou bainha), proporcionando conforto térmico. Gramatura: mínima de 180 g/m²; Dimensões mínimas: 1,50 m x 2,00 m; Boa retenção de calor.	SULMAX	UN	300	R$ 27,99	R$ 8.397,00
10	72442	TOALHA DE TOALHA DE BANHO: Especificação Técnica:Toalha de Banho; Grande para Piscina; Composicao do Tecido Microfibra; Pesando No Minimo 200g/m2; Medindo (lxc) Aproximadamente (80 x 130)cm; Na Cor Diversas; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Da Conmetro N. Etiqueta de Acordo Com a Resoluçao Da Conmetro N. 02 de 06/05/2008; Em Embalagem Que Mantenha a Integridade do Produto; BANHO: Especificação Técnica:Toalha de Banho; Grande para Piscina; Composicao do Tecido Microfibra; Pesando No Minimo 200g/m2; Medindo (lxc) Aproximadamente (80 x 130)cm; Na Cor Diversas; E	REISTIN	UNID	50	R$ 17,80	R$ 890,00

2.3. Preço Total Registrado: R$ 9.287,00 (nove mil, duzentos e oitenta e sete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. For liberado;
6.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. Cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

•
Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações pertinentes ao produto;

•
A contratada se comprometerá em possuir um estoque mínimo para sanar a demanda emergencial da secretaria requisitante, no prazo de 24 horas a partir do envio da nota de empenho;

•

Responsabilizar-se pela entrega e troca de itens caso necessário, em casos de danos causados durante a execução, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor

(Lei n.º 8.078, de 1990);

•
Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

•
A contratada deverá prestar substituição imediata dos produtos, caso os itens entregues não atendam aos padrões de qualidade exigidos;

•
Os itens entregues devem estar longe da data de vencimento, sendo obrigatória a troca de produtos próximos da data de vencimento;

•
Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

•
Caso não cumpridas as exigências mencionadas nos itens anteriores, a contratada será notificada, e se ainda assim não houver consenso, serão aplicadas as sanções administrativas, descritas no item 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

•
Indicar preposto para representá-lo durante a execução da ARP, se for o caso, e manter comunicação com representante da Administração;

•
Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

•
Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

•
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
i) Alteração qualitativa dos itens ou de suas especificações pela Administração;
ii) Retardamentos na expedição da autorização de fornecimento ou interrupção da execução, por ordem e no interesse da Administração;
iii) Aumentos das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
10.2. São obrigações do Contratante:

•
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

•
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

•
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

•
Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

•
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

•
Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

•
Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

•
Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do certame;

•
Ressarcir o contratado, nos casos de extinção por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do certame até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

•

Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

•
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
11.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes, em razão da natureza emergencial do objeto e da necessidade de preservação da capacidade de atendimento das demandas do Município de Pitanga/PR.
11.2. A vedação prevista no item anterior tem por finalidade assegurar que os quantitativos registrados e a capacidade logística dos fornecedores permaneçam prioritariamente destinados ao atendimento das necessidades do Município de Pitanga/PR, especialmente em situações de emergência ou calamidade pública.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n° 599/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento do objeto fornecido, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Daiana Mendes, matrícula n° 50982, designada como fiscal de contratos relacionados as demais contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. Não haverá recebimento provisório para os itens objetos desta licitação;
14.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da data de notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
14.3. Os itens serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação e obedecendo às seguintes diretrizes:

•
Realizar a análise da documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

•
Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas; e

•
Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

14.4. Os objetos devem estar em perfeitas condições de uso, sem qualquer dano decorrente de más condições de transporte, manuseio e em embalagem inadequada, objetos quebrados, com embalagem danificada ou com qualquer outra avaria ou defeitos;
14.5. Os itens que apresentarem qualquer tipo de danos mencionados no item 11.4, deverão ser substituídos pela contratada em 5 dias úteis;
14.6. Os critérios para o recebimento estão pormenorizados na minuta da ARP;
14.7. O recebimento definitivo dos itens não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes do incorreto manuseio e/ou transporte durante a execução do objeto;
14.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela boa qualidade do item, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto;
A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 - Bairro Santa Regina, no horário das 08:30h até as 11:30h e das 13:30h até as 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária

Red	Dotação	Fonte	Descrição
396	11004082441101217333903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
442	11004082451101211433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	1941	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	8093	MATERIAL DE CONSUMO

443	11004082451101211433903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	1941	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	8138	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.

16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.

16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

16.9. Exceção à ordem cronológica de pagamento

16.9.1 Observado o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida, mediante prévia e expressa justificativa da autoridade competente, a alteração da ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses legalmente previstas, inclusive quando necessária ao atendimento de situação de emergência ou calamidade pública declarada, desde que a medida seja indispensável para assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento destinado ao atendimento da população afetada.

16.9.2. A eventual alteração da ordem cronológica de pagamentos dependerá de decisão específica e devidamente motivada no respectivo processo administrativo, observadas as exigências de transparência e publicidade previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, V	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Infrações e penalidades do Contrato:

18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou

c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. A presente Matriz de Riscos foi elaborada com fundamento no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de identificação e alocação dos riscos contratuais entre a Administração e a contratada, quando pertinente, especialmente em contratações que envolvam fornecimento contínuo de bens necessários às atividades da Administração Pública.

Categoria dos riscos	Descrição do risco	Probabilidade	Impacto	Medidas de mitigação
Fornecimento	Atraso na entrega dos itens.	Média	Alto	Estabelecer prazo de entrega compatível, acompanhar a execução
				contratual e aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento.
Qualidade	Entrega de itens com defeitos ou em desacordo com as especificações técnicas, kits sem as quantidades de itens especificados no Termo.	Baixa	Alto	Exigir que os itens sejam novos, de primeiro uso, de boa qualidade e realizar conferência dos kits no momento do recebimento.
Transporte	Danos aos produtos durante o transporte/manuseio.	Baixa	Alto	Exigir embalagem e empilhamento adequados, transporte seguro e inspeção dos itens, principalmente dos kits no ato do recebimento, recusando produtos danificados ou com avarias.
Fiscalização	Falhas no acompanhamento da execução contratual.	Baixa	Alto	Designar fiscal do contrato e registrar todas as ocorrências durante a execução.
Execução	Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas ou com defeitos.	Média	Alto	Exigir conformidade com o Termo de Referência, realizar inspeção no recebimento e solicitar substituição dos itens quando necessário.
Execução	Falhas na execução do contrato.	Média	Alto	Estabelecer prazos claros, acompanhar a execução contratual e aplicar sanções quando cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
21.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, considerando a natureza emergencial da contratação e a necessidade de assegurar o controle direto da Administração sobre o fornecimento, os prazos de entrega e a qualidade dos produtos.
21.2. A CONTRATADA deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes da contratação, permanecendo integralmente responsável pelo fornecimento dos produtos, pelo cumprimento dos prazos, pela qualidade dos bens entregues e pelas demais obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.
21.3. A transferência ou repasse, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros caracterizará descumprimento contratual e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO
23.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS
24.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 08 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***FABIANA CABRERA***
Prefeito	FC Distribuidora Textil LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D23CA674

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°231/2026 DO PREGÃO N.°53/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°231/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°53/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°232/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 08/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 53/2026, para o **Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **GUIMARAES E SOARES LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 17.330.681/0001-59, estabelecida na Rua Osvaldo Aranha, n.° 116, Centro, Pitanga – PR, CEP 85200-000, neste ato representada pelo **Sr. Marilene De Paula Soares**, portador do CPF nº. 776.176.309-72, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
5	74327	Capa de chuva reforçada Capa de segurança confeccionada em tecido sintético plastificado com PVC e forro de poliéster, capuz conjugado, com mangas longas, fechamento frontal através de botões de pressão e costura através de solda eletrônica. Aprovada para proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário contra chuva. Tamanhos variados a ser solicitado no momento da compra.	plastcor	un	50	R$ 47,00	R$ 2.350,00
6	76315	Kit higiene pessoal: Cada kit deverá conter: 2 sabonetes de 85 gr, 1 creme dental de 90 gr, 4 escovas de dente, 2 desodorantes, 1 Shampoo.	flor ipe freedent bio	KIT	200	R$ 47,50	R$ 9.500,00
7	76316	Kit de limpeza: Cada kit deverá conter: 1 água sanitária de 1 litro, 1 kg de sabão em pó, 1 vassoura com cabo, 1 rodo de borracha com cabo, 1 pct de saco de lixo contendo no mínimo 10 sacos de 50 litros, 1 barra de sabão em pedra com 5 unidades, 2 detergentes de 500 ml, 1 pct de Papel Higiênico com 4 rolos de no mínimo 30 mtrs, 2 buchas de louça, 1 pano chão.	barbarex urca toc prolimp	KIT	100	R$ 100,00	R$ 10.000,00
8	43365	Fralda descartável com 48 UND tamanhos RN, P, M, G, GG.	capricho	PCT	50	R$ 40,14	R$ 2.007,00
9	68259	Bota de borracha cano longo PVC impermeável cor preta numeração de 33 ao 43, com Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecido pelo Ministério do Trabalho.	pega forte	UNID	20	R$ 54,00	R$ 1.080,00
11	52278	CHUVEIRO ELÉTRICO TIPO DUCHA QUATRO, com tensão de funcionamento em 127V ou 220V conforme a necessidade de cada Secretaria, potência nominal mínima de 4.500W para 127V e entre 6.800W e 7.500W para 220V, resistência blindada substituível, regulagem de temperatura em pelo menos 4 níveis, classe de eficiência energética "A" conforme Inmetro, garantia mínima de 12 (doze) meses.	fame	UN	20	R$ 80,50	R$ 1.610,00
12	76317	Água potável: Água potável natural, própria para consumo humano, acondicionada em garrafa plástica descartável, devidamente lacrada, íntegra e rotulada, atendendo às normas sanitárias vigentes e aos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação aplicável. Embalagem individual de 500 ml, acondicionada em fardo contendo 12 (doze) unidades.	fontlife	UN	200	R$ 15,00	R$ 3.000,00
13	76319	Embalagem descartável para marmitas: para acondicionamento e transporte de refeições prontas, confeccionada em poliestireno expandido (EPS – isopor), tamanho médio, atóxica, própria para contato com alimentos, com tampa articulada e fechamento seguro, resistente ao calor dos alimentos, capaz de preservar a temperatura e evitar vazamentos durante o transporte. Deverá ser fornecida íntegra, sem deformações, rachaduras ou danos, atendendo às normas sanitárias vigentes.	plasutil	UN	500	R$ 30,00	R$ 15.000,00

2.3. Preço Total Registrado: R$ 44.547,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. VIGÊNCIA:

3.2. Da vigência da ata de registro de preços.

3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. For liberado;
6.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. Cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

•
Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações pertinentes ao produto;

•
A contratada se comprometerá em possuir um estoque mínimo para sanar a demanda emergencial da secretaria requisitante, no prazo de 24 horas a partir do envio da nota de empenho;

•
Responsabilizar-se pela entrega e troca de itens caso necessário, em casos de danos causados durante a execução, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor

(Lei n.º 8.078, de 1990);

•

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

•
A contratada deverá prestar substituição imediata dos produtos, caso os itens entregues não atendam aos padrões de qualidade exigidos;

•
Os itens entregues devem estar longe da data de vencimento, sendo obrigatória a troca de produtos próximos da data de vencimento;

•
Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

•
Caso não cumpridas as exigências mencionadas nos itens anteriores, a contratada será notificada, e se ainda assim não houver consenso, serão aplicadas as sanções administrativas, descritas no item 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

•
Indicar preposto para representá-lo durante a execução da ARP, se for o caso, e manter comunicação com representante da Administração;

•
Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

•
Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

•
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
i) Alteração qualitativa dos itens ou de suas especificações pela Administração;
ii) Retardamentos na expedição da autorização de fornecimento ou interrupção da execução, por ordem e no interesse da Administração;
iii) Aumentos das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
10.2. São obrigações do Contratante:

•
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

•
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

•
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

•
Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

•
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

•
Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

•
Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

•
Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do certame;

•
Ressarcir o contratado, nos casos de extinção por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do certame até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

•
Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

•
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

11.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes, em razão da natureza emergencial do objeto e da necessidade de preservação da capacidade de atendimento das demandas do Município de Pitanga/PR.

11.2. A vedação prevista no item anterior tem por finalidade assegurar que os quantitativos registrados e a capacidade logística dos fornecedores permaneçam prioritariamente destinados ao atendimento das necessidades do Município de Pitanga/PR, especialmente em situações de emergência ou calamidade pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n° 599/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;

II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;

V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;

VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;

VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento do objeto fornecido, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente

13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste Termo de Referência ou em ato administrativo específico.

13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Daiana Mendes, matrícula n° 50982, designada como fiscal de contratos relacionados as demais contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. Não haverá recebimento provisório para os itens objetos desta licitação;

14.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da data de notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

14.3. Os itens serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação e obedecendo às seguintes diretrizes:

•

Realizar a análise da documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

•

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas; e

•

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

14.4. Os objetos devem estar em perfeitas condições de uso, sem qualquer dano decorrente de más condições de transporte, manuseio e em embalagem inadequada, objetos quebrados, com embalagem danificada ou com qualquer outra avaria ou defeitos;

14.5. Os itens que apresentarem qualquer tipo de danos mencionados no item 11.4, deverão ser substituídos pela contratada em 5 dias úteis;

14.6. Os critérios para o recebimento estão pormenorizados na minuta da ARP;

14.7. O recebimento definitivo dos itens não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes do incorreto manuseio e/ou transporte durante a execução do objeto;

14.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela boa qualidade do item, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto;

A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 - Bairro Santa Regina, no horário das 08:30h até as 11:30h e das 13:30h até as 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.

15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária

Red	Dotação	Fonte	Descrição
396	11004082441101217333903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
442	11004082451101211433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	1941	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	8093	MATERIAL DE CONSUMO
443	11004082451101211433903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	1941	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	8138	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.
16.9. Exceção à ordem cronológica de pagamento
16.9.1 Observado o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida, mediante prévia e expressa justificativa da autoridade competente, a alteração da ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses legalmente previstas, inclusive quando necessária ao atendimento de situação de emergência ou calamidade pública declarada, desde que a medida seja indispensável para assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento destinado ao atendimento da população afetada.
16.9.2. A eventual alteração da ordem cronológica de pagamentos dependerá de decisão específica e devidamente motivada no respectivo processo administrativo, observadas as exigências de transparência e publicidade previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, V	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. A presente Matriz de Riscos foi elaborada com fundamento no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de identificação e alocação dos riscos contratuais entre a Administração e a contratada, quando pertinente, especialmente em contratações que envolvam fornecimento contínuo de bens necessários às atividades da Administração Pública.

Categoria dos riscos	Descrição do risco	Probabilidade	Impacto	Medidas de mitigação
Fornecimento	Atraso na entrega dos itens.	Média	Alto	Estabelecer prazo de entrega compatível, acompanhar a execução
				contratual e aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento.
Qualidade	Entrega de itens com defeitos ou em desacordo com as especificações técnicas, kits sem as quantidades de itens especificados no Termo.	Baixa	Alto	Exigir que os itens sejam novos, de primeiro uso, de boa qualidade e realizar conferência dos kits no momento do recebimento.
Transporte	Danos aos produtos durante o transporte/manuseio.	Baixa	Alto	Exigir embalagem e empilhamento adequados, transporte seguro e inspeção dos itens, principalmente dos kits no ato do recebimento, recusando produtos danificados ou com avarias.
Fiscalização	Falhas no acompanhamento da execução contratual.	Baixa	Alto	Designar fiscal do contrato e registrar todas as ocorrências durante a execução.
Execução	Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas ou com defeitos.	Média	Alto	Exigir conformidade com o Termo de Referência, realizar inspeção no recebimento e solicitar substituição dos itens quando necessário.
Execução	Falhas na execução do contrato.	Média	Alto	Estabelecer prazos claros, acompanhar a execução contratual e aplicar sanções quando cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
21.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, considerando a natureza emergencial da contratação e a necessidade de assegurar o controle direto da Administração sobre o fornecimento, os prazos de entrega e a qualidade dos produtos.
21.2. A CONTRATADA deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes da contratação, permanecendo integralmente responsável pelo fornecimento dos produtos, pelo cumprimento dos prazos, pela qualidade dos bens entregues e pelas demais obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.
21.3. A transferência ou repasse, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros caracterizará descumprimento contratual e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO
23.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS
24.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 08 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	*MARILENE DE PAULA SOARES*
Prefeito	Guimaraes E Soares LTDA
Município De Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:EE871C64

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°232/2026 DO PREGÃO N.°53/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°232/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º53/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º232/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO: 08/09/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 53/2026, para o **Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 18.770.897/0001-06, estabelecida na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, n.°236, Centro, Goioxim – PR, CEP 85162-000, neste ato representada pelo **Sr. Viviane Aparecida Ottoni**, portador da Cédula de Identidade nº. 75298226, CPF nº. 042.785.589-61, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	74362	COLCHÃO DE SOLTEIRO, Colchão Solteiro Ortopédico Firme; Espuma D33 Antialérgico; antiácaro; respirável; Certificado; dimensões do produto: 88 cm de largura x188 cm de comprimento x 17 cm de altura; tecido em poliéster; suporte de peso até 130 kg.	GAZIN	UNID	100	R$ 349,99	R$ 34.999,00
2	76314	Colchão de casal ortopédico Firme; Espuma D33 Antialérgico; antiácaro; respirável; Certificado; dimensões do produto: 138 cm de largura x 188 cm de comprimento x 17 cm de altura; tecido em poliéster; suporte de peso até 130 kg	GAZIN	UN	30	R$ 559,04	R$ 16.771,20

2.3. Preço Total Registrado: R$ 51.770,20 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. For liberado;
6.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. Cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

•
Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações pertinentes ao produto;

•
A contratada se comprometerá em possuir um estoque mínimo para sanar a demanda emergencial da secretaria requisitante, no prazo de 24 horas a partir do envio da nota de empenho;

•
Responsabilizar-se pela entrega e troca de itens caso necessário, em casos de danos causados durante a execução, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor

(Lei n.º 8.078, de 1990);

•
Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

•
A contratada deverá prestar substituição imediata dos produtos, caso os itens entregues não atendam aos padrões de qualidade exigidos;

•
Os itens entregues devem estar longe da data de vencimento, sendo obrigatória a troca de produtos próximos da data de vencimento;

•
Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

•
Caso não cumpridas as exigências mencionadas nos itens anteriores, a contratada será notificada, e se ainda assim não houver consenso, serão aplicadas as sanções administrativas, descritas no item 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

•
Indicar preposto para representá-lo durante a execução da ARP, se for o caso, e manter comunicação com representante da Administração;

•

Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

•
Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

•
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
i) Alteração qualitativa dos itens ou de suas especificações pela Administração;
ii) Retardamentos na expedição da autorização de fornecimento ou interrupção da execução, por ordem e no interesse da Administração;
iii) Aumentos das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
10.2. São obrigações do Contratante:

•
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

•
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

•
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

•
Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

•
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

•
Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

•
Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

•
Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do certame;

•
Ressarcir o contratado, nos casos de extinção por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do certame até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

•
Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

•
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
11.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes, em razão da natureza emergencial do objeto e da necessidade de preservação da capacidade de atendimento das demandas do Município de Pitanga/PR.
11.2. A vedação prevista no item anterior tem por finalidade assegurar que os quantitativos registrados e a capacidade logística dos fornecedores permaneçam prioritariamente destinados ao atendimento das necessidades do Município de Pitanga/PR, especialmente em situações de emergência ou calamidade pública.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n° 599/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;

VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento do objeto fornecido, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Daiana Mendes, matrícula n° 50982, designada como fiscal de contratos relacionados as demais contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. Não haverá recebimento provisório para os itens objetos desta licitação;
14.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da data de notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
14.3. Os itens serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação e obedecendo às seguintes diretrizes:

•
Realizar a análise da documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

•
Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas; e

•
Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

14.4. Os objetos devem estar em perfeitas condições de uso, sem qualquer dano decorrente de más condições de transporte, manuseio e em embalagem inadequada, objetos quebrados, com embalagem danificada ou com qualquer outra avaria ou defeitos;
14.5. Os itens que apresentarem qualquer tipo de danos mencionados no item 11.4, deverão ser substituídos pela contratada em 5 dias úteis;
14.6. Os critérios para o recebimento estão pormenorizados na minuta da ARP;
14.7. O recebimento definitivo dos itens não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes do incorreto manuseio e/ou transporte durante a execução do objeto;
14.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela boa qualidade do item, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto;
A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 - Bairro Santa Regina, no horário das 08:30h até as 11:30h e das 13:30h até as 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária

Red	Dotação	Fonte	Descrição
396	11004082441101217333903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
442	11004082451101211433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	1941	MATERIAL DE CONSUMO
442	11004082451101211433903000000	8093	MATERIAL DE CONSUMO
443	11004082451101211433903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	1941	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
443	11004082451101211433903200000	8138	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

16.9. Exceção à ordem cronológica de pagamento

16.9.1 Observado o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida, mediante prévia e expressa justificativa da autoridade competente, a alteração da ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses legalmente previstas, inclusive quando necessária ao atendimento de situação de emergência ou calamidade pública declarada, desde que a medida seja indispensável para assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento destinado ao atendimento da população afetada.

16.9.2. A eventual alteração da ordem cronológica de pagamentos dependerá de decisão específica e devidamente motivada no respectivo processo administrativo, observadas as exigências de transparência e publicidade previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, V	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. A presente Matriz de Riscos foi elaborada com fundamento no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de identificação e alocação dos riscos contratuais entre a Administração e a contratada, quando pertinente, especialmente em contratações que envolvam fornecimento contínuo de bens necessários às atividades da Administração Pública.

Categoria dos riscos	Descrição do risco	Probabilidade	Impacto	Medidas de mitigação
Fornecimento	Atraso na entrega dos itens.	Média	Alto	Estabelecer prazo de entrega compatível, acompanhar a execução
				contratual e aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento.
Qualidade	Entrega de itens com defeitos ou em desacordo com as especificações técnicas, kits sem as quantidades de itens especificados no Termo.	Baixa	Alto	Exigir que os itens sejam novos, de primeiro uso, de boa qualidade e realizar conferência dos kits no momento do recebimento.
Transporte	Danos aos produtos durante o transporte/manuseio.	Baixa	Alto	Exigir embalagem e empilhamento adequados, transporte seguro e inspeção dos itens, principalmente dos kits no ato do recebimento, recusando produtos danificados ou com avarias.
Fiscalização	Falhas no acompanhamento da execução contratual.	Baixa	Alto	Designar fiscal do contrato e registrar todas as ocorrências durante a execução.
Execução	Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas ou com defeitos.	Média	Alto	Exigir conformidade com o Termo de Referência, realizar inspeção no recebimento e solicitar substituição dos itens quando necessário.
Execução	Falhas na execução do contrato.	Média	Alto	Estabelecer prazos claros, acompanhar a execução contratual e aplicar sanções quando cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, considerando a natureza emergencial da contratação e a necessidade de assegurar o controle direto da Administração sobre o fornecimento, os prazos de entrega e a qualidade dos produtos.

21.2. A CONTRATADA deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes da contratação, permanecendo integralmente responsável pelo fornecimento dos produtos, pelo cumprimento dos prazos, pela qualidade dos bens entregues e pelas demais obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.

21.3. A transferência ou repasse, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros caracterizará descumprimento contratual e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS

24.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 08 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***VIVIANE APARECIDA OTTONI***
Prefeito	VA Ottoni Equipamentos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:EB8D0C91

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°53/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.° 53/2026, nestes termos:

Data Pregão**:** 28/08/2026.

Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, para futura e eventual aquisição de itens destinados ao atendimento emergencial de famílias e indivíduos em situações de estado de calamidade pública ou de emergência, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONSTRU R&J LTDA	66.081.268/0001-03	R$ 246.587,50
FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	51.647.234/0001-66	R$ 9.287,00
GUIMARAES E SOARES LTDA	17.330.681/0001-59	R$ 44.547,00
VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	18.770.897/0001-06	R$ 51.770,20

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 352.191,70 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e um reais e setenta centavos).

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	COLCHÃO DE SOLTEIRO, Colchão Solteiro Ortopédico Firme; Espuma D33 Antialérgico; antiácaro; respirável; Certificado; dimensões do produto: 88 cm de largura x188 cm de comprimento x 17 cm de altura; tecido em poliéster; suporte de peso até 130 kg.	GAZIN	UNID	100	R$ 349,99	R$ 34.999,00	VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA
2	Colchão de casal ortopédico Firme; Espuma D33 Antialérgico; antiácaro; respirável; Certificado; dimensões do produto: 138 cm de largura x 188 cm de comprimento x 17 cm de altura; tecido em poliéster; suporte de peso até 130 kg	GAZIN	UN	30	R$ 559,04	R$ 16.771,20	VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA
3	Manta tipo cobertor: confeccionada em tecido 100% poliéster (microfibra ou fleece), macia, antialérgica, com acabamento em toda a borda (overloque ou bainha), proporcionando conforto térmico. Gramatura: mínima de 180 g/m²; Dimensões mínimas: 1,50 m x 2,00 m; Boa retenção de calor.	SULMAX	UN	300	R$ 27,99	R$ 8.397,00	FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA
4	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83 X 1,10 M X 5 MM	MULTILIT	UNID	3.750	R$ 47,51	R$ 178.162,50	CONSTRU R&J LTDA

5	Capa de chuva reforçada Capa de segurança confeccionada em tecido sintético plastificado com PVC e forro de poliéster, capuz conjugado, com mangas longas, fechamento frontal através de botões de pressão e costura através de solda eletrônica. Aprovada para proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário contra chuva. Tamanhos variados a ser solicitado no momento da compra.	plastcor	un	50	R$ 47,00	R$ 2.350,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
6	Kit higiene pessoal: Cada kit deverá conter: 2 sabonetes de 85 gr, 1 creme dental de 90 gr, 4 escovas de dente, 2 desodorantes, 1 Shampoo.	flor ipe freedent bio	KIT	200	R$ 47,50	R$ 9.500,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
7	Kit de limpeza: Cada kit deverá conter: 1 água sanitária de 1 litro, 1 kg de sabão em pó, 1 vassoura com cabo, 1 rodo de borracha com cabo, 1 pct de saco de lixo contendo no mínimo 10 sacos de 50 litros, 1 barra de sabão em pedra com 5 unidades, 2 detergentes de 500 ml, 1 pct de Papel Higiênico com 4 rolos de no mínimo 30 mtrs, 2 buchas de louça, 1 pano chão.	barbarex urca toc prolimp	KIT	100	R$ 100,00	R$ 10.000,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
8	Fralda descartável com 48 UND tamanhos RN, P, M, G, GG.	capricho	PCT	50	R$ 40,14	R$ 2.007,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
9	Bota de borracha cano longo PVC impermeável cor preta numeração de 33 ao 43, com Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecido pelo Ministério do Trabalho.	pega forte	UNID	20	R$ 54,00	R$ 1.080,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
10	TOALHA DE TOALHA DE BANHO: Especificação Técnica:Toalha de Banho; Grande para Piscina; Composicao do Tecido Microfibra; Pesando No Minimo 200g/m2; Medindo (lxc) Aproximadamente (80 x 130)cm; Na Cor Diversas; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Da Conmetro N. Etiqueta de Acordo Com a Resoluçao Da Conmetro N. 02 de 06/05/2008; Em Embalagem Que Mantenha a Integridade do Produto; BANHO: Especificação Técnica:Toalha de Banho; Grande para Piscina; Composicao do Tecido Microfibra; Pesando No Minimo 200g/m2; Medindo (lxc) Aproximadamente (80 x 130)cm; Na Cor Diversas; E	REISTIN	UNID	50	R$ 17,80	R$ 890,00	FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA
11	CHUVEIRO ELÉTRICO TIPO DUCHA QUATRO, com tensão de funcionamento em 127V ou 220V conforme a necessidade de cada Secretaria, potência nominal mínima de 4.500W para 127V e entre 6.800W e 7.500W para 220V, resistência blindada substituível, regulagem de temperatura em pelo menos 4 níveis, classe de eficiência energética “A” conforme Inmetro, garantia mínima de 12 (doze) meses.	fame	UN	20	R$ 80,50	R$ 1.610,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
12	Água potável: Água potável natural, própria para consumo humano, acondicionada em garrafa plástica descartável, devidamente lacrada, íntegra e rotulada, atendendo às normas sanitárias vigentes e aos padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação aplicável. Embalagem individual de 500 ml, acondicionada em fardo contendo 12 (doze) unidades.	fontlife	UN	200	R$ 15,00	R$ 3.000,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
13	Embalagem descartável para marmitas: para acondicionamento e transporte de refeições prontas, confeccionada em poliestireno expandido (EPS – isopor), tamanho médio, atóxica, própria para contato com alimentos, com tampa articulada e fechamento seguro, resistente ao calor dos alimentos, capaz de preservar a temperatura e evitar vazamentos durante o transporte. Deverá ser fornecida íntegra, sem deformações, rachaduras ou danos, atendendo às normas sanitárias vigentes.	plasutil	UN	500	R$ 30,00	R$ 15.000,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
14	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83 X 1,10 M X 5 MM	MULTILIT	UNID	1.250	R$ 54,74	R$ 68.425,00	CONSTRU R&J LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Lotes acima descritos, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços assinada ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 04 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:9546A825

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°55/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.°55/2026, nestes termos:
Data Pregão**;** 03/09/2026.
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de insumos agrícolas (adubo e calcário), nos quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência, destinados ao atendimento das comunidades beneficiadas pelas Emendas Impositivas nº 02/2025, nº 03/2025, nº 111/2025, nº 112/2025, nº 119/2025 e nº 125/2025, conforme previsto no Projeto de Lei nº 49/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com fornecimento e entregas parceladas conforme cronograma estabelecido pela Administração.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
EDUARDO TELES MEDEIROS COMERCIAL	30.410.185/0001-73	R$ 137.232,00
ZAIDAN AGRICOLA LTDA	63.339.855/0001-61	R$ 74.996,41

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 212.228,41 (duzentos e doze mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavo)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	CALCÁRIO DOLOMÍTICO COM PRNT MÍNIMO DE 80% (MgO	Calcario Dolomitico a	TON	403	R$ 185,92	R$ 74.996,4096	ZAIDAN AGRICOLA LTDA

	>12%)	Granel Rei do Cal					
2	FERTILIZANTE MINERAL FORMULADO NPK 8-20-20, MISTURA DE GRÂNULOS (SACA DE 50 KG)	comexgran	SACA	541	R$ 190,60	R$ 103.114,60	EDUARDO TELES MEDEIROS COMERCIAL
3	FERTILIZANTE MINERAL FORMULADO NPK 8-20-20, MISTURA DE GRÂNULOS (SACA DE 50 KG)	comexgran	SACA	179	R$ 190,60	R$ 34.117,40	EDUARDO TELES MEDEIROS COMERCIAL

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Lotes acima descritos, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, os Contratos assinados ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 04 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E9D7B17D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.922/2026

Altera o Decreto Municipal nº 10.809/2025 que disciplina o Planejamento das Contratações Públicas no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de Quatro Barras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Quatro Barras e;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização do regulamento municipal sobre o planejamento das contratações;

DECRETA:
Art. 1° Acrescenta o inciso XIII e XIV e altera a redação dos incisos IX a XII para que passem a constar com a seguinte redação

"Art. 3°.....
.....
IX – Manifestação da Secretaria/ departamento requisitante ou certidão de ausência de manifestação no prazo regulamentar;
X - Manifestação do Controle Interno, obrigatória nas contratações com valor superior a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ou naquelas cujas análises de riscos tenham indicado criticidade de nível alto para o objeto;
XI – Autorização do Chefe do Poder Executivo ou do Presidente da Autarquia ou Fundação;
XII – Decreto de Designação do Agente de Contratação/ Pregoeiro/ Agente de Dispensa
XIII – Minuta do edital/aviso de dispensa
IV – Parecer Jurídico. (NR)

Art. 2º Acrescenta o §6º ao art. 16 com a seguinte redação:
Art. 16.....
.....
§6º No âmbito das contratações por inexigibilidade regidas pelo art. 74, I, da Lei 14.133/2021, o ETP deve demonstrar, de forma cabal, que as peculiaridades do bem ou serviço exclusivo inviabilizam a competição, evidenciando que somente aquele produto/serviço com os diferenciais exclusivos é capaz de atender, com a devida adequação, à necessidade pública apontada.

Art. 3° Altera a redação do art. 25 para que passe a constar com a seguinte redação:
Art. 25 O Termo de Referência será elaborado pela Central de Compras ou órgão equivalente da Autarquia ou Fundação. (NR)

Art. 4º Insere o art. 27-A com a seguinte redação:
Art. 27-A Nos processos submetidos ao Controle Interno caberá a este emitir manifestação técnica prévia, antes do envio dos autos para autorização do Chefe do Poder Executivo, com foco na análise do planejamento da contratação, observados os seguintes aspectos:

I - Justificativa da contratação: verificação da motivação apresentada pela área demandante, especialmente quanto à adequação da solução escolhida para o atendimento do interesse público e a compatibilidade com as políticas públicas instituídas;

II – Compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA): verificação do alinhamento da contratação com o instrumento de planejamento anual, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando-se a previsão da despesa no PCA e sua conformidade com as prioridades e diretrizes estabelecidas ou a justificativa para a realização de contratação não prevista;

III – Adequação orçamentária e financeira: análise da compatibilidade da contratação com a lei orçamentária anual e com a disponibilidade de recursos;

IV - Estudo Técnico Preliminar (ETP): verificação da suficiência e robustez do estudo técnico preliminar, com especial atenção à descrição da necessidade da contratação, à definição do objeto, às alternativas possíveis e à estimativa de preços;

V – compatibilidade dos mecanismos de fiscalização da execução contratual: análise da adequação e proporcionalidade das disposições acerca da fiscalização constantes do termo de referência ou do projeto básico, considerando a complexidade, a natureza e a criticidade do objeto, cabendo ao Controle Interno pronunciar-se, no mínimo, sobre:

a) a definição clara e objetiva dos critérios de aceitação e rejeição do objeto, com especificação dos padrões de qualidade e desempenho exigidos;
b) a descrição das rotinas de inspeção, vistoria e medição, com a indicação dos marcos temporais e dos procedimentos operacionais a serem adotados;
c) a compatibilidade da equipe de fiscalização designada (quantitativo e qualificação técnica) com a complexidade do objeto;
d) a existência de procedimentos claros para a apuração de glosas, aplicação de sanções e instauração de processos administrativos de responsabilização em caso de descumprimento contratual;

VI – Análise de Riscos: revisão da análise de riscos da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, avaliando se os riscos foram adequadamente identificados, classificados e tratados, bem como se os controles internos propostos são suficientes para mitigá-los;

§1º O parecer do Controle Interno deverá ser objetivo, fundamentado e elaborado em linguagem clara e compreensível, contendo, no mínimo:

I – a identificação do processo e do objeto da contratação;
II – a descrição sintética dos documentos analisados;
III – a exposição das conclusões sobre cada um dos itens previstos no § 1º;
IV – a indicação, se for o caso, de recomendações para correção de vícios ou aprimoramento do planejamento;
V – a conclusão final, com manifestação favorável ou desfavorável à continuidade do processo, ou com ressalvas condicionantes.

§ 2º O prazo para emissão da manifestação do Controle Interno será de 5 dias úteis, contados do recebimento do processo.

§ 3º Após sua manifestação, o Controle Interno restituirá o processo à Central de Compras.

§ 4º A manifestação do Controle Interno não substitui nem dispensa o parecer jurídico previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, tampouco a competência da autoridade máxima para decidir sobre a contratação.

Art. 5º Modificam-se os anexos I e IV.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Quatro Barras, 11 de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO		
Nota Explicativa: Descrever o objeto da contratação *ex: FORNECIMENTO DE VIDROS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPARO OU REPOSIÇÃO DE ITENS DE VIDRAÇARIA. (APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD).*		
O OBJETO DESSA DEMANDA PODE SER UTILIZADO PARA COMBATE ÀS CONSEQUÊNCIAS DE DESASTRE? SIM [ ] NÃO [ ] **Justificativa: _____**		
1. CRITICIDADE DO OBJETO		
ALTA [ ]	**MÉDIA [ ]**	**BAIXA [ ]**
Assinale prioridade **ALTA** se a ausência ou a má execução deste objeto**PARALISA**serviços públicos essenciais, impossibilita o atendimento à população, ou expõe servidores ou cidadãos a**risco de dano físico, mental ou sanitário**(ex.: medicamentos, merenda escolar)	Assinale prioridade média se ausência prejudica gravemente a eficiência do serviço, mas não o paralisa e não gera risco à integridade física (ex.: material de expediente em grande escala, manutenção predial não urgente).	Assinale prioridade baixa se ausência não impacta os serviços essenciais, sendo passível de adiamento em cenário de corte orçamentário (ex.: móveis estéticos, materiais de copa, brindes institucionais).
2. PRIORIDADE DO OBJETO		
ALTA [ ]	**MÉDIA [ ]**	**BAIXA [ ]**
Estoque ZERADO ou serviço prestes a parar. Necessidade de contratação imediata (até 60 dias).	Estoque em nível de alerta ou demanda crescente. Necessidade no médio prazo (de 61 a 180 dias).	Renovação programada de estoque ou aquisição prevista para longo prazo (acima de 180 dias).
Ao **assinalar prioridade alta** acrescentar justificativa da urgência e documentação comprobatória dos fatos que impediram o início do processo com tempo adequado para contratação: _____ _____ _____		
3. QUAL O PROBLEMA A SER RESOLVIDO?		
*Nota explicativa: Descreva o **PROBLEMA** (falta, defeito, déficit) que motiva esta demanda. Exemplo correto: "Os servidores do Posto de Saúde Central não possuem computadores para registrar os prontuários eletrônicos, o que gera filas, extravio de receitas e risco de erro de medicação." Exemplo errado (NÃO use): "Preciso comprar 20 computadores." (APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD)*		
4. QUAIS RESULTADOS E METAS QUANTITATIVAS SE PRETENDE ATINGIR COM A CONTRATAÇÃO?		
Nota explicativa: O que se espera alcançar com esta contratação? (Informe a meta e o público-alvo) Exemplo: "Atender 1.200 pacientes por mês com registro eletrônico, reduzindo o tempo de espera em 40%."(APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD)		

DESCRIÇÃO DO OBJETO E CÓDIGO PADRONIZADO				
Item/ serviço	Código do sistema	Unidade de medida	Quantidade	Especificações técnicas
Nota explicativa: O campo "Código" deve ser preenchido com o código já existente no sistema da Prefeitura. *Se o item for totalmente novo e não possuir código, escreva "NOVO" no campo e justifique a criação nesse espaço de nota* *Produtos iguais ou similares não podem ter descrições diferentes* *A unidade de medida deverá ser a usualmente de mercado, por exemplo, cebolinha em maço, alface por cabeça etc." (APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD)*				
HISTÓRICO QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES				
Nota explicativa: Anexar telas do histórico de consumo do objeto ou justificar a inexistência de quantitativo anterior por ser um objeto totalmente novo. (APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD).				
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO				
7.1 O que a empresa precisa comprovar para participar?				

[ ] Inscrição no CNPJ / [ ] Inscrição Estadual / [ ] Inscrição Municipal / [ ] Alvará de Funcionamento / [ ] Certidões Negativas (Federal, Estadual, Municipal, FGTS, Trabalhista) / [ ] Licença Ambiental / [ ] Licença Sanitária / [ ] Comprovação de Capacidade Técnica, descreva qual: _____ / [ ] Outros: _____ 7.2 A empresa precisa comprovar algum índice contábil ou capital social mínimo para executar o objeto? [ ] sim [ ] não. Se sim, qual? _____ Justifique: _____ _____ 7.3 O que a empresa precisa comprovar para demonstrar que objeto atende aos padrões de qualidade exigidos e às necessidades da administração? [ ] laudo técnico / [ ] catálogo / [ ] certificação de qualidade / [ ] comprovação de conformidade com normas ABNT. Justifique cada uma das exigências: _____ _____ _____ 7.4 Informar o Prazo de Entrega: 15 Dias Úteis é o padrão utilizado, se for necessária a entrega em prazo diverso do convencional, apresentar justificativa. _____ _____
SERÁ EXIGIDA AMOSTRA OU PROVA DE CONCEITO?
Nota explicativa: Indicar os quesitos que serão analisados na amostra ou prova de conceito e os servidores para compor a comissão de avaliação. *(APAGAR ESSA NOTA EXPLICATIVA ANTES DE ENVIAR O DFD).*
QUAL O PLANO DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO?
9.1 Padrões de qualidade e critérios de aceitação: Como a Administração vai saber se o produto/serviço está bom? **9.2 Rotina de fiscalização:**Quem vai fiscalizar? Com que frequência? (Ex.:*"O fiscal do setor fará vistoria semanal e emitirá relatório fotográfico."*) **9.3 Critérios de recebimento definitivo:**O que será verificado no ato da entrega final para dar o "ok"? (Ex.:*"Conferência de 100% das quantidades e teste de funcionamento."*) **9.4** Informar **nome completo e matrícula funcional do gestor e fiscal do contrato** conforme decreto municipal.
INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual? **[ ] sim [ ] Não** Se não estiver prevista no Plano de contratações Anual, justificar: _____ _____ _____
IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS
Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):
Responsável(eis) pela demanda:
Nome
Matrícula / **Cargo/Função**
Manifestação do Secretário da Pasta/ Diretor da Autarquia: [ ] estou ciente do conteúdo deste DFD e autorizo o prosseguimento do procedimento com envio à Central de Compras. **Assinatura e Carimbo**

Anexo IV – Modelo de Termo de Referência
(aplicável a modalidades com disputa)

1. OBJETO
A presente licitação tem por objeto a aquisição/contratação de XXXXXXXXXX na modalidade de XXXXXXX, com o critério de JULGAMENTO das propostas XXXX.

Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Total estimado				

1.2 Valor máximo estimado da contratação: xxxxxxxx

1.3. Da natureza do objeto

( ) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal n.º 10818/2021
( ) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
_____

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO
3.1 Defina e justifique a modalidade de licitação/ contratação direta:

( ) pregão
( ) concorrência
( ) Concurso
( ) Leilão
( ) diálogo competitivo
( ) dispensa eletrônica

Justificativa _____
_____

3.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?
( ) Sim
( ) Não

3.2.1 Foram verificadas intenções de registro de preços e atas de registro de preços de outros órgãos?
( ) sim

( ) não
Justificativa para a não realização de adesão: _____
_____

3.2.2 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços
( ) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência
( ) quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
( ) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

3.3. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):
( ) Valor referencial inferior a R$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
( ) Valor referencial inferior a R$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.
( ) Valor referencial inferior a R$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.
Justificativa para não aplicação do tratamento diferenciado:_____ _____

3.4. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?
( ) Vistoria obrigatória
( ) Vistoria facultativa
( ) Não será exigida vistoria.
Justificativa: _____

Unidade responsável pelo agendamento da vistoria: _____
Telefone para agendamento da vistoria: _____

3.5. Será admitida a participação de consórcios?
( ) Não
( ) Sim
Se assinalou não, justifique:
3.6. Será admitida a participação de cooperativas?
( ) Não
( ) Sim
Se assinalou não, justifique:

3.7. Será admitida a subcontratação?
( ) Não
( ) Sim
Se assinalou sim, apresente as condições e os limites para a subcontratação:
_____

3.8. Do agrupamento de itens em lotes
A aquisição/contratação se dará em lotes?
( ) Não
( ) Sim
Justificativa:

3.9 Defina e justifique o critério de julgamento:

( ) menor preço
( ) maior desconto
( ) maior lance
( ) menor preço combinado com maior desconto
( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico
( ) Técnica e preço
( ) Maior retorno econômico
Justificativa: _____

3.10 Defina o modo de Disputa:
( ) aberto
( ) aberto/fechado
( ) fechado/ aberto
Justifique: _____

3.11 Haverá inversão de fases:
( ) sim
( ) não
Se assinalou sim, justifique: _____

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços

( ) Não
( ) Sim
Se sim, quais?

4.2. Será exigida amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

( ) Não
( ) Sim
Se sim:
Prazo para apresentação:
Quantidade de amostras: _____
Unidade técnica responsável pela análise das amostras: _____
Local de entrega das amostras:

Condições e critérios de avaliação e julgamento da amostra e/ou da demonstração dos serviços:

Item	Código	Critério de avaliação das amostras/protótipos

4.3. Será exigida prova de conceito?

( ) Não
( ) Sim
Se sim:
Prazo para apresentação/demonstração: _____

Endereço de entrega/demonstração:

Critérios de avaliação:

Item	Código	Critério de avaliação das amostras/protótipos

4.4. Será exigida carta de solidariedade do fabricante?

( ) Não
( ) Sim
Se sim, justificativa:

4.5. Será exigida garantia de proposta?

( ) Não
( ) Sim
Se sim, justificativa:

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

( ) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
( ) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
( ) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
( ) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
( ) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
( ) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
( ) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
( ) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
( ) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
( ) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
( ) Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) n° .....
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

( ) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
( ) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União.
( ) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
( ) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
( ) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
( ) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.2.1 Caso admitida a participação de cooperativas, assinale a documentação complementar a ser exigida de acordo com o objeto a ser contratado:
( ) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
( ) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual, para cada um dos cooperados indicados;
( ) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
( ) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
( ) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
( ) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) ata de fundação;
b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

5.3. Qualificação econômico-financeira
( ) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
( ) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
( ) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Qualificação técnica
( ) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.
( ) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
[...] _____
[...] _____
[...] _____
Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
( ) Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....
Outras exigências de qualificação técnica:

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução
Até [_____] ([inserir prazo por extenso]) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.
6.2. Local, horário e endereço de entrega

6.3. Bens perecíveis
( ) Não
( ) Sim
Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ..... (...) (dias, meses ou anos), ou a .... (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Garantia de execução do contrato
Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a ..... % do valor total do contrato?
( ) Não
( ) Sim
Se assinalou sim, justifique:_____

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica
( ) Garantia e/ou assistência técnica
Especificar condições:

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
7.1 Da contratada
Obriga-se a empresa vencedora:
a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.2 Da contratante
Obriga-se a Administração/Contratante:
a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO
8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL
( ) Somente por assinatura de contrato
( ) Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
( ) Autorização de Fornecimento
( ) Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA
( ) O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
( ) O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos se for plurianual pelo art. 106) contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

8.2.1 Se foi definida vigência plurianual, justifique: _____

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
Gestor:
Nome:
Cargo:
Matrícula:
Fiscal:
Nome:
Cargo:
Matrícula:

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
9.1 Prazos
Prazo de pagamento do documento fiscal: regulamentada pelo Decreto Municipal n° 10.279/2024, esse prazo total máximo é de 30 (trinta) dias úteis. Atendendo ao decreto de n° 11.767/2026, xxxxxxxxxxxx

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
		.		

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS
Nome:
E-mail:
Telefone institucional:

Quatro Barras, 11 de setembro de 2026.

FUNCIONÁRIO QUEM ELABOROU O TR:

Equipe de Planejamento - Central de Compras

ANUÊNCIA DA SECRETÁRIA DA PASTA:

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D54D89E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 01/2024

Conforme analisado pela comissão de licitação – Portaria nº 94/2025, segue abaixo lista dos habilitados .

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº. 01/2024
MEIs HABILITADOS

OBJETO: SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

ESTÃO HABILITADOS, CONFORME INSCRIÇÃO, PARA OS SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA E PRODUÇÃO DE ALIMENTO

ORDEM	PROTOCOLO Nº	NOME	FUNÇÃO	OBSERVAÇÃO
	1343/2026	55.311.075 VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA	Serviços de Asseio e Limpeza	**INDEFERIDO**
	1491/2026	26.054.840 CRISTIANA ROCHA CAMPOS	Serviços de Asseio e Limpeza	APTA
	1492/2026	68.723.090 JULIANA FERREIRA	Produção de alimentos/serviços de Asseio e Limpeza	APTA
	1534/2026	68.845.039 ANALHA RODRIGUES DE SUZA ARAGÃO	Serviços de Asseio e Limpeza	APTA

Em razão de novas empresas habilitadas no credenciamento e a necessidade de cumprir o edital no item 3.2.3, comunicamos que haverá sorteio, para realização do rodizio, na data de 15/09/2026, as 08:30 horas, (horário de Brasília), na sala de licitações, a Rua Waldemar dos Santos, 1197, Paço Municipal, sendo que os representantes das empresas habilitadas são convocados a participar do sorteio.

QUERÊNCIA DO NORTE, 11 de setembro de 2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:8CC11B18

LICITAÇÃO
DISPENSA 13/2026 BRINQUEDOS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2026

Torna-se público que o Município de Querência do Norte, torna público a CONTRATAÇÃO DIRETA na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 175/2023, combinado com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis.

AVISO E DEMAIS DOCUMENTOS:

O Aviso de Dispensa Eletrônica e a documentação que o acompanha poderão ser obtidos no site do Municipio de Querência do Norte: https://www.querenciadonorte.pr.gov.br e na plataforma https://www.comprasbr.com.br

Informações através do e-mail: licitacao@querenciadonorte.pr.gov.br
PERÍODO DE PROPOSTAS: de 14/09/2026 às 08:00 até 17/09/2026 às 08h30
PERÍODO DE LANCES
De 17/09/2026 às 08:31h
Até 17/09/2026 às 14:31h
Local da Sessão Pública: https://www.comprasbr.com.br
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM
Horário da Fase de Lances: 08h31m às 14h31m
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa, por dispensa eletrônica de licitação para **Contratação de empresa para efetuar AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PRA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Em caso de divergência entre a descrição/especificação do item e a identificação constante no https://www.comprasbr.com.br, deverá ser considerada a descrição/especificação que consta neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** e Termo de Referência – ANEXO III.

Os itens a serem fornecidos devem observar as especificações e os quantitativos estimados na(s) tabela(s) abaixo:

LOTE 01 R$ 24.121,10 (VINTE E QUATRO MIL, CENTO E VINTE E UM REAIS E DEZ CENTAVOS)

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total (R$)
60033	1	BRINQUEDO GIRATÓRIO TIPO FIDGET TOY CILÍNDRICO (LATA MÁGICA) MULTICOLORIDO	UNID	1.255	19,22	24.121,10

LOTE 02 R$ 1.951,11 (UM MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E ONZE CENTAVOS)

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total (R$)
60034	1	BRINQUEDO SENSORIAL TIPO POP IT (PUSH POP) MULTICOLORIDO	UNID	133	14,67	1.951,11

O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Esta dispensa **é exclusiva para pequena e micro empresa e mei** .

A aquisição por item foi realizado nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante no item 1.3 do Anexo III - Termo de Referência.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico https://www.comprasbr.com.br.

O procedimento será divulgado no Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

O Sistema de Compras da plataforma www.comprasbr.com.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

Que não atendam às condições desta Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

É vedado a intermediação por corretor de seguro na contratação de seguros pela Administração Pública direta ou indireta. Nesse contexto, não se admite que o corretor atue na condição de intermediário entre Administração e seguradora, conforme art. 1°, §1°, Decreto n° 59.417 de 26 de outubro de 1966.

Que se enquadrem nas seguintes vedações:

Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

Sociedades cooperativas;
Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a CONTRATADA.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade, com o que dispõe nesse aviso e seus anexos, Anexo I – Documento de Habilitação, Anexo II – Modelos de declarações, com o que dispõe o Anexo III - Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
Até a abertura da sessão de disputa, os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso da Contratação Direta e seus anexos;
Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

FASE DE LANCES

A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.
O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins desta dispensa eletrônica.
O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R$ 0,10 (dez) centavos.**
Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
Estando o preço compatível, **será solicitado o envio da proposta, conforme modelo constante no ANEXO IV,** adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares, **no prazo de até 2 (duas) horas, contados da solicitação.**
É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, contado da convocação efetuada pelo agente de contratação, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo fornecedor, antes de findo o prazo.
O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
Contiver vícios insanáveis;
Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas nesta dispensa eletrônica ou em seus anexos;
Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências desta dispensa eletrônica ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Em caso de haver divergência entre o item selecionado no catálogo do Compras.gov.br e as especificações contidas no Anexo III - Termo de Referência prevalecem as especificações do Termo de Referência, inclusive para fins de desclassificação
Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso de Contratação Direta.
HABILITAÇÃO
Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** desta dispensa eletrônica e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
SICAF;
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://certidoes.cgu.gov.br/).
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/cadastro-derestricoes- ao-direito-decontratarexercer-cargo-em-comissao/229098/area/251).
Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes- apf.apps.tcu.gov.br)
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
~~É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.~~
~~O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).~~
Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido nesta dispensa eletrônica.
Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento;

CONTRATAÇÃO

Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

Será aceita assinatura digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções do subitem 8.1, alínea f), salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

Quando a Adjudicatária convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para fazê-lo, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

O prazo da vigência e de entrega dos bens e/ou prestação de serviço está estabelecido, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, quais sejam:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156,
§4º, da Lei);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

Multa:

moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 03 (dias) dias;

compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,
§7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
8.11 As sanções previstas serão aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
Republicar o presente aviso com uma nova data;
Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as exigências estabelecidas neste instrumento.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
ANEXO II – Modelo de Declaração;
ANEXO III – Termo de Referência;
ANEXO IV – Modelo de Proposta Eletrônica;
ANEXO V – Minuta de Contrato;

Querencia do Norte, 11 de Setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:085AA404

LICITAÇÃO
EXTRATO 202/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2026
VENCIMENTO: 02/09/2027
O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **29/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR DE ENERGIA, FOGOS DE ARTIFICIOS, PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **29/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **HOPE VIGILANCIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 45.388.599/0001-10, RUA SÍRIA, 745 - CEP: 87900000 - bairro: centro, Loanda/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). FRANCIELLI MAZZOLA DE ALMEIDA, brasileiro, portador da RG nº 9***116* SSPPR e CPF 068.***.769-**

LOTE 10: LOTE 10

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	38514	SEGURANÇA PRIVADA, DESARMADA, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA POLICIA FEDERAL, NOS EVENTOS DO MUNICÍPIO. DIARIAS DE 8 HORAS OS SERVIÇOS SERÃO DISTRIBUIDOS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇOS	35	R$ 274,00	R$ 9.590,00	PROPRIA
					TOTAL:	9.590,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

– **Os LOTES 01 e 02, –instalado na praça Central Dra Rose, conforme necessidade da administração**

4.2. O Lote 03– instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 01 barraca na associação dos funcionários municipais, na ocasião da Gincana de Produtores que antecede a Festa do Arroz;

b. havendo necessidade será instalado 02 barracas, com fechamento nas laterais, para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração.

4.3. O Lote 04 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 02 barracas para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

a.1. – com fechamento nas laterais

b. havendo necessidade será instalado barracas para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração, na praça Central.

b.2 – com fechamento nas laterais

4.4. – O Lote 05 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado, 02 unidades masc./fem. para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

b . os demais conforme a necessidade da administração.

4.5. Lote 06 – instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.6 – Lote 07 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.7 – Lote 08 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

b. havendo necessidade será instalado, para Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

4.8. Lote 09 - instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

4.9. Lote 10 – o serviço será prestado conforme a necessidade da administração, nas seguintes condições:

Os seguranças deverão ser uniformizados e qualificados, DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO; com instruções para manutenção e preservação da ordem, garantindo a tranquilidade e a integridade física e moral de todos os participantes do evento.

A contratada deverá fornecer equipe devidamente treinada para exercer as funções de acordo com as seguintes especificações e condições mínimas:

Durante o transcorrer do evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica

ou, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvido ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.

O número total de componentes da equipe será conferido (contagem) antes do início e

depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação com foto (RG ou CNH); e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque).

Deverão ser fornecidos rádios hts (vhf) com fones e microfones de lapela (não serão aceitos

modelos talk about ou similar compatível devido a interferência deste tipo de equipamento) em todos os eventos, sendo 01 (um) rádio a cada 05 (cinco) seguranças.

O segurança não poderá portar qualquer tipo de arma (revolver, faca, spray de pimenta,

arma de choque, algemas, etc).

É de total responsabilidade da empresa o comportamento moral e profissional de seus funcionários, cabendo-lhes responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, em face da execução dos serviços

4.10 - Lote 11 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 03/09/2026 – no Encontro dos Rizicultores, nas Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, na mesma data na ocasião do show, e nas datas de 05 e 06 de setembro de 2026;

4.11. Lotes 12 e 13 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 05/12/2026 e 31/12/2026.

4.12. Lote 14 -

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 02 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

FRANCIELLI MAZZOLA DE ALMEIDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9C893D1A

LICITAÇÃO
EXTRATO 209/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
CONTRATO Nº 209/2026
VENCIMENTO: 11/03/2027
O **Município de Querência do Norte, centro, nesta cidade, com sede administrativa na Rua Waldemar dos Santos, 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16**, neste ato representado pelo Prefeito, Alex Sandro Fernandes, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade , doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **L D ELEUTERIO ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 46.146.450/0001-98, Avenida RUA DAS PITANGUEIRAS, 670 - CEP: 85067020 - bairro: MORRO ALTO, Guarapuava/PR, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) LEANDRO DAWY ELEUTERIO, brasileiro, portador da RG nº 110477121 SSPPR e CPF 092.769.009-85 , tendo em vista o que consta no Processo nº 29/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA 02 (DOIS) POÇOS TUBULARES PROFUNDOS NO ASSENTAMENTO SEBASTIÃO DA MAIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ÁGUA NO CAMPO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:
LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	59952	CAP FÊMEA STD DIN 2440, 6", compatível com o revestimento especificado	UN	2	R$ 280,00	R$ 560,00	PROPRIA
					TOTAL:	R$ 560,00	

LOTE 3: LOTE 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	59953	ÓLEO SOLÚVEL/FLUIDO DE PERFURAÇÃO à base de água, de origem vegetal e biodegradável, especifico para perfuração de poços artesianos, tipo AMC HAMMER ou equivalente técnico, em embalagem de aproximadamente 18 ou 20 litros	BALDE	2	R$ 1.050,00	R$ 2.100,00	SYSTEM FLUIDS
					TOTAL:	R$ 2.100,00	

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou Aviso de Dispensa Eletrônica, se existentes;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do *artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021*.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 11 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

LEANDRO DAWY ELEUTERIO
Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:74011A44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 008/2026

Edital 008/2026
PREFEITURA MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, **Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições contidas no **Edital nº 001/2026**, **RESOLVE** tornar público o presente **Edital Complementar ao Edital nº 007/2026**, que dispõe sobre o **Deferimento e Homologação das Inscrições Gerais**, conforme segue:

Nº	Candidato	Cargo
39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias
40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador
39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário
39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo
43100	Mariany Vitória Silva Matias	37 - Telefonista
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia

Rancho Alegre D'Oeste / PR, 11 de setembro de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO,
Prefeito Municipal
Rancho Alegre D'Oeste / PR

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:679C0E12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.094/2026 27/08/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município,** para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar,** na importância de **R$ 2.799.553,33(Dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos),** conforme segue:

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
9000000	Recursos Ordinários (Livres)

Valor	89.900,00

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.36.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física
13000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	25.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica
24000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	36.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica
24500000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	32.790,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
28.846.0000.0002	Precatórios judiciais
3.3.90.91.00.00	Sentenças judiciais
28000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	441.424,83

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da coleta de lixo
3.1.90.11.00.00	Vencimento e vantagens fixas – Pessoa Civil
61000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	75.100,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da coleta de lixo
3.1.90.13.00.00	Contribuições patronais
60500510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	34.200,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.1129	Veiculos e equipamentos para a Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e material permanente
77000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	830.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.1.90.11.00.00	Vencimento e vantagens fixas – Pessoal Civil
78000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	104.300,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do ensino fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
119000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	59.002,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
124000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	17.300,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
125000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	27.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
126000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	200,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.46.00.00	Auxílio – Alimentação
111500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	164.587,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimento e vantagens fixas – Pessoal Civil
132400102	Fundeb 40%
Valor	32.900,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
134200102	Fundeb 40%
Valor	6.200,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
140500000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	1.953,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.36.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física
141000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	69.900,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da educação infantil
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
142000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	23.800,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação
138500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	103.950,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.1.90.11.00.00	Vencimento e vantagens fixas – Pessoal Civil
201000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	10.300,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.1.90.11.00.00	Vencimento e vantagens fixas – Pessoal Civil
185000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	246.246,00

07	Secretaria de Saúde Pública

07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.1.90.46.00.00	Auxílio-alimentação
185500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	52.500,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.305.1001.2059	Vigilância em Saúde
3.1.90.13.00.00	Contribuições patronais
219000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	13.200,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2151	Atividades do Departamento Rodoviário
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
255000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	139.800,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
11.334.2201.2136	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
302000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	8.600,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0801.2033	Proteção Social a Pessoa Idosa
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
341000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	33.400,00
10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de assistência social
08.241.0802.2040	Proteção Especial a Pessoa Idosa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
352000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	4.600,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial a Pessoa Idosa
3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação
351500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	800,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
8.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.14.00.00	Diárias - civil
318000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.46.00.00	Auxílio-alimentação
316500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	23.800,00
11	Secretaria de Cultura e Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de cultura
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil
375000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	55.700,00
11	Secretaria de Cultura e Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de cultura
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
379000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	32.100,00

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2026:

03	Secretária de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
19000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	109.300,00

03	Secretaria de Administração	
03.002	Departamento de Defesa Civil	
04.182.0402.2022	Atividades do Departamento de Defesa Civil	
3.3.90.46.00.00	Auxílio-alimentação	
36200000	Recursos Ordinários (Livres)	
Valor	23.500,00	

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições trabalhistas
95000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	9.248,65

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
96000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	7.573,75

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
100000000	Recursos Ordinários (Livres)	
Valor	3.379,21	

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa física	
102000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
Valor	200,00	

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.46.00.00	Auxílio-alimentação	
93500000	Recursos Ordinários (Livres)	
Valor	47.475,00	

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
114500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	94,02

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	
114000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB	
Valor	86.000,00	

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	
116000000	Recursos Ordinários (Livres)	
Valor	85,45	

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação

12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
118000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	52.381,13

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
121000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa física
122000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	71.500,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
124000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	23.728,66

06	Secretaria de educação
06.001	Departamento de educação
12.361.1201.2076	Apoio e Desenvolvimento da Tecnologia nas Instituições de Ensino
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
138600000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

	06	Secretaria de Educação
	06.001	Departamento de Educação
	12.361.1201.2076	Apoio e Desenvolvimento da Tecnologia nas Instituições de Ensino
	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
	138700000	Recursos Ordinários (Livres)
	Valor	1.000,00

	06	Secretaria de Educação
	06.001	Departamento de Educação
	12.361.1201.2076	Apoio e Desenvolvimento da Tecnologia nas Instituições de Ensino
	4.4.90.52.00.00	Equipamentos e material permanente
	138800000	Recursos Ordinários (Livres)
	Valor	1.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132000101	FUNDEB 60%
Valor	32.900,00

06	Secretaria de educação
06.001	Departamento de educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições patronais
134000101	FUNDEB 60%
Valor	6.200,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
137000103	5% sobre transferências constitucionais FUNDEB
Valor	22.202,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
140500000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	267,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2050	Atividades do Departamento de Saúde
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
175000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00-15%)
Valor	25.146,00

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.301.1001.2058	Atenção básica variável
3.3.90.46.00.00	Auxílio-alimentação
212500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	52.500,00

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.1.90.13.00.00	Contribuições patronais
186000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00-15%)
Valor	186.000,00

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.302.1001.2056	Média/alta complexidade ambulatorial e hospitalar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
197000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	168.493,00

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.305.1001.2059	Vigilância em saúde
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
218000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00-15%)
Valor	58.600,00

08	Secretaria de Viação e desenvolvimento urbano
08.001	Departamento rodoviário municipal
26.782.2601.1149	Pavimentação de estradas rurais
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações
252000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	830.000,00

08	Secretaria de Viação e desenvolvimento urbano
08.002	Departamento de obras e desenvolvimento urbano
15.451.1501.1094	Pavimentação e recapeamento de vias urbanas
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações
266000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	441.424,83

08	Secretaria de Viação e desenvolvimento urbano
08.002	Departamento de obras e desenvolvimento urbano
15.452.1501.2097	Manutenção do departamento de obras e viação
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
270000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	139.800,00

09	Secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo
09.001	Secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo
11.334.2201.2136	Atividades da secretaria de desenvolvimento econômico
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
301400510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	8.600,00

10	Secretaria de assistência social
10.001	Secretaria de assistência social
08.244.0801.2030	Fortalecimento da rede sócio assistencial
3.3.50.43.00.00	Subvenções sociais
327000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	4.600,00

10	Secretaria de assistência social
10.001	Secretaria de assistência social
08.244.0801.2031	Proteção social a família/atendimentos realizados CRAS
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
333000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	24.600,00

10	Secretaria de assistência social
10.001	Secretaria de assistência social
08.244.0801.2034	Benefício eventual
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
343000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	33.400,00

10	Secretaria de assistência social
10.001	Secretaria de assistência social
08.244.0802.1042	Construir/equipar a rede de proteção especial
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e material permanente
357000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	3.000,00

11	Secretaria de cultura, esportes e lazer
11.002	Secretaria de cultura, esportes e lazer
27.812.2701.2167	Atividades do departamento de esportes
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
396000000	Recursos ordinários (livres)
Valor	55.700,00

11	Secretaria de cultura, esportes e lazer
11.002	Departamento de esportes e lazer
27.812.2701.2167	Atividades do departamento de esportes
3.3.90.31.00.00	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e
401000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	32.100,00

90	Reserva de contingencia
90.099	Reserva de contingencia
99.999.9999.9999	Reserva de contingencia
9.9.99.99.00.00	Reserva de contingencia
358000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	236.551,13

Art. 3º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:FB0F6183

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.095/2026 27/08/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 974.560,40 (novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e quarenta centavos)**, conforme segue:

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
93000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	146.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2073	Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
108000145	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Educação
Valor	434,25

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
201200372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da Enfermagem

Valor	453,02

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203201089	Repasse de Incentivo Financeiro de Custeio PROAPS Paraná Resol. 709/2025
Valor	4.754,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
205601145	Recurso Extra Custeio PAP-Dep. Gleisi Hoffmann Portaria 10169
Valor	515,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
205701160	Emendas de Bancadas – Custeio PAP – Dep. Fed. Mateus Laiola – Port. 11225
Valor	315.257,65

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
207701141	Emendas de Bancadas OB5747-Increm. Temp-PAP-Dep. Vermelho-Litro
Valor	15.800,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
207901160	Emendas de Bancadas – Custeio PAP – Dep. Fed. Mateus Laiola – Port. 11225
Valor	14.227,60

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
213200372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da Enfermagem
Valor	777,58

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
212000494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	250.381,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
185400372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da Enfermagem
Valor	649,12

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
189201109	Transferências de Outros Programas- HOSPSUS- HOSPITAL
Valor	4.514,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
189101132	Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs-Produção SUS AIH Hospital NSA
Valor	35.763,08

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital

3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
191201109	Transferências de Outros Programas – HOSPSUS-Hospital
Valor	3.617,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do Hospital
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
191101132	Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs-Produção SUS AIH Hospital NSA
Valor	59.325,23

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.305.1001.2059	Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
218500494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	70.037,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Manutenção do Realtran
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
267100701	Transferências de Outros Programas
Valor	1.000,04

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Manutenção do Realtran
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
268300701	Transferências de Outros Programas
Valor	299,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Manutenção do Realtran
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
267700701	Transferências de Outros Programas
Valor	2.421,77

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
349301107	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Deliberação 13/2025 – CEDCA/PR
Valor	1.363,90

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
350301107	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Deliberação 13/2025 – CEDCA/PR
Valor	716,95

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
319201017	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS – IGD-PAB
Valor	874,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
319501063	Transferências de Outros Programas – Direitos da Mulher
Valor	2.159,50

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324401063	Transferências de Outros Programas – Direitos da Mulher
Valor	6.821,39

10	Secretaria de Assistência Social

10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324101107	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Deliberação 13/2025 – CEDCA/PR
Valor	7.207,50

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324301166	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Emenda Dep. Paulo
Valor	4.541,94

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
326401166	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Emenda Dep. Paulo
Valor	10.423,92

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados CRAS
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
328201166	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Emenda Dep. Paulo
Valor	2.723,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados CRAS
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
334101166	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Emenda Dep. Paulo
Valor	11.501,96

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Superávit Financeiro Vinculado: R$ 24.743,77
II- Excesso de Arrecadação das Alíneas:

1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	146.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	434,25
1.7.1.3.50.1.1.22.00.00.00.00	RECURSO EXTRA CUSTEIO PAP-DEP.GLEISI HOFFMANN PORTARIA 10169	515,00
1.7.1.3.50.1.1.29.00.00.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	320.418,00
1.7.1.3.50.1.1.33.00.00.00.00	EMENDA BANCADA INCREMENTO PAP - DEP.VERMELHO-LITRO OB-5747	15.800,00
1.7.1.3.50.1.1.39.00.00.00.00	EMENDAS DE BANCADAS - CUSTEIO PAP - DEP FED MATEUS LAIOLA-PORT.11225	329.485,25
1.7.1.9.99.0.1.06.00.00.00.00	ESTRUTURACAO REDE DE SERVICOS CUSTEIO SUAS-EMENDA DEP PAULO LITRO- FNAS	29.190,82
1.7.2.3.50.0.1.11.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTROS PROGRAMAS-HOSPSUS-HOSPITAL	8.131,00
1.7.2.3.50.0.1.13.00.00.00.00	SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIHS-PRODUCAO SUS AIH HOSPITAL NSA	95.088,31
1.7.2.3.50.0.1.15.00.00.00.00	REPASSE DE INCENTICO FINANCEIRO DE CUSTEIO PROAPS PARANA RESOL. 709/2025 E 905/2025	4.754,00
VALOR TOTAL		**R$ 949.816,63**

Art. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado e Excesso de Arrecadação.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2BC50542

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 153/2026 - ESTRUTURA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

DECRETO N° 153/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PARA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitorio Antunes de Paula, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, a estrutura administrativa para execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A estrutura administrativa de que trata este Decreto será composta pelos seguintes segmentos:
I – Prefeito Municipal;
II – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
III – Comitê Municipal de Governança da Política Municipal de Alfabetização;
IV – Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
V – Diretores Escolares;
VI – Coordenadores Pedagógicos;
VII – Professores do Ciclo de Alfabetização;
VIII – Representante da Educação Infantil;
IX – Representante do Conselho Municipal de Educação; e
X – Representante da Comunidade Escolar/Pais.

Art. 3º Compete ao Prefeito Municipal apoiar institucionalmente a Política Municipal de Alfabetização e assegurar as condições administrativas e legais necessárias à sua execução.
Art. 4º Compete à Secretária Municipal de Educação e Cultura coordenar, implementar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização; acompanhar indicadores; garantir recursos, formações continuadas e materiais pedagógicos; e promover a articulação entre as unidades escolares e a Secretaria.

Art. 5º Compete ao Comitê Municipal de Governança da Política Municipal de Alfabetização coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução da Política, propor ações de melhoria e acompanhar o cumprimento das metas educacionais.

Art. 6º As atribuições dos demais segmentos integrantes da estrutura administrativa são as constantes do Anexo I deste Decreto, que dele faz parte integrante.

Art. 7º A composição nominal da estrutura administrativa da Política Municipal de Alfabetização é a constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 8º A estrutura de que trata este Decreto deverá atuar de forma articulada, observadas as competências institucionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, em 10 de Setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ATRIBUIÇÕES
Política Municipal de Alfabetização

Cargo/Função	Responsabilidades
Prefeito Municipal	Apoiar institucionalmente a Política Municipal de Alfabetização, assegurar condições administrativas e legais para sua execução.
Secretária Municipal de Educação e Cultura	Coordenar, implementar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização; acompanhar indicadores; garantir recursos, formações continuadas, materiais pedagógicos e articulação entre escolas e Secretaria.
Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização	Coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução da Política Municipal de Alfabetização, propor ações de melhoria e acompanhar o cumprimento das metas educacionais.
Equipe Técnica Pedagógica da SMEC	Assessorar pedagogicamente as escolas; acompanhar planejamento; realizar monitoramento das aprendizagens; organizar formações continuadas; analisar indicadores educacionais; orientar intervenções pedagógicas.
Diretores Escolares	Coordenar a implementação da política na unidade escolar; acompanhar resultados; garantir o cumprimento das ações pedagógicas; fortalecer a gestão democrática; monitorar frequência e desempenho dos estudantes.
Coordenadores Pedagógicos	Orientar o planejamento docente; acompanhar avaliações diagnósticas; promover estudos pedagógicos; monitorar intervenções; apoiar professores na recomposição das aprendizagens.
Professores do Ciclo de Alfabetização	Desenvolver práticas de alfabetização e letramento; realizar avaliações diagnósticas; acompanhar continuamente a aprendizagem; elaborar intervenções pedagógicas; promover leitura diária e práticas de escrita.
Representante da Educação Infantil	Articular ações voltadas à transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental; acompanhar práticas de linguagem e desenvolvimento infantil; colaborar com formações específicas.
Representante do Conselho Municipal de Educação	Acompanhar a implementação da política; colaborar na avaliação das ações; fortalecer o controle social das políticas públicas educacionais.
Representante da Comunidade Escolar/Pais	Participar das ações de acompanhamento da alfabetização; incentivar a frequência escolar; colaborar com projetos de leitura e fortalecer a parceria família-escola.

ANEXO II - COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Política Municipal de Alfabetização – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Segmento	Representante
Secretária Municipal de Educação	Daniele Cristina Caldas
Equipe Técnica Pedagógica	Janette Varnier dos Santos Luciane Mendes Balcota Leônidas Melo dos Santos
Diretores Escolares	Eliane Caldas Rosimeri Frison Meira Matheus Ochiovi
Coordenadores Pedagógicos	Elizabete Caldas de Camargo Clarice Calixtro da Silva Ortiz

	Edicleia Maria Santos Mendes
Professores do Ciclo de Alfabetização	Emily Hagness Alonzo da Silva
Representante da Educação Infantil	Gleide Marisa de Araújo
Conselho Municipal de Educação	Claudia Mara Hammel
Comunidade Escolar	Marcia Malage

ANEXO III - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Política Municipal de Alfabetização – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA	**DIRETORES ESCOLARES**	**COORDENADORES PEDAGÓGICOS**	**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PROFESSORES DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE ESCOLAR/PAIS

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:A9EED7B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 71/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 71/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA OU EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED E ESTRUTURA PARA TRANSMISSÃO AO VIVO, BEM COMO DE SERVIÇOS MUSICAIS PADRONIZÁVEIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS, AÇÕES CULTURAIS, INSTITUCIONAIS E COMEMORATIVAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL/PR**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ADRIANA MUSOLOM
CNPJ.: 26.940.497/0001-11
CONTRATADA: C. L. DA SILVA JUNIOR - ME
CNPJ.: 14.248.122/0001-06
CONTRATADA: ELCIO JOSE BRANDALIZE 85805947900
CNPJ.: 13.549.539/0001-46
CONTRATADA: HERDEIROS DA TARDIÇÃO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ.: 14.297.239/0001-80
CONTRATADA: KELLER URBIK SURMACZ
CNPJ.: 44.760.196/0001-98
CONTRATADA: PRÓMIX PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ.: 09.305.717/0001-16
CONTRATADA: WJ ESTRUTURAS LTDA
CNPJ.: 24.894.922/0001-58
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 03 de setembro de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0299/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ADRIANA MUSOLOM
CNPJ.: 26.940.497/0001-11
VALOR: R$ **20.691,00** (Vinte Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ADRIANA MUSOLOM
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 008 - Lote 008	1	77504	Serviço de banda de apoio para acompanhamento de músicos participantes de festivais e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta, no mínimo, por baterista, baixista, guitarrista ou violeiro e tecladista ou gaiteiro, com capacidade de execução de repertórios variados, conforme programação do evento. O serviço deverá incluir ensaio técnico quando necessário, acompanhamento durante as apresentações, disponibilidade dos profissionais pelo período definido pela Administração e observância das orientações técnicas da coordenação do evento.	SERVIÇO	UN	3,00	6.897,00	20.691,00
TOTAL								20.691,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0300/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: C. L. DA SILVA JUNIOR - ME
CNPJ.: 14.248.122/0001-06
VALOR: R$ **35.700,00** (Trinta e Cinco Mil e Setecentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)CLAUDEMIR LOURENÇO DA SILVA JUNIOR
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 010 - Lote 010	1	77506	Apresentação musical de repertório tradicionalista/gauchesco, com duração mínima de 4 horas, executada por grupo ou banda composta por 3 a 5 integrantes, com instrumentos compatíveis com o estilo musical proposto, estrutura artística adequada ao evento e capacidade de execução de repertório tradicionalista, folclórico ou regional, conforme programação definida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A contratação não terá por objeto artista ou grupo específico, devendo a seleção observar critérios objetivos previstos no edital.	SERVIÇO	UN	3,00	11.900,00	35.700,00
TOTAL								35.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0301/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ELCIO JOSE BRANDALIZE 85805947900
CNPJ.: 13.549.539/0001-46
VALOR: R$ **75.000,00** (Setenta e Cinco Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ELCIO JOSE BRANDALIZE
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 012 - Lote 012	1	77508	Serviço de cobertura com transmissão e edição ao vivo: Transmissão Ao Vivo 3 câmeras. Evento estimado em 4H. Serviço de transmissão ao vivo, incluindo fornecimento de câmeras profissionais 4K, similares às marcas Canon, Nikon ou Sony, com foco eletrônico, matte box quando, solicitado, monitores externos de 7 polegadas, alças profissionais, e longarina suportes para movimentos de câmera, grua com haste de no mínimo 6 metros, hastes de rig para configurações especiais e tripés profissionais fluidos. O serviço inclui também mixer de áudio digital, microfones lapela sem fio (mínimo de 4 unidades), microfones de mesa e de ambiente estéreo, gravador de áudio digital, software de transmissão com licença original e certificação, computador dedicado com especificações compatíveis, encoder profissional HD/4K, roteador profissional e switches gerenciáveis, sinal de internet integrado com o prestador de serviço e sistema de internet dedicado com redundância. A execução do serviço requer equipe mínima composta por 1 diretor	SERVIÇO	UN	15,00	5.000,00	75.000,00

			de transmissão, responsável pela coordenação e qualidade técnica, e 4 técnicos/operadores de câmera, todos com experiência comprovada em transmissões profissionais						
TOTAL									75.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0302/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: HERDEIROS DA TARDIÇÃO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ.: 14.297.239/0001-80
VALOR: R$ **23.100,00** (Vinte e Três Mil e Cem Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MARCIO JOSE DANIELVIZ
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	77498	Prestação de serviço de sonorização Prestação de serviço de sonorização de eventos/reunião com até 150 pessoas (pequeno porte), contendo 1 mesa de som com no mínimo 8 canais, 2 caixa de som de 400 watts cada, 2 microfone tipo sem e com fio, e 01 notebook (caso necessário), amplificadores de potência compatível com as caixas de som, pedestais de sustentação das caixas. Cabeamento completo para o perfeito funcionamento dos equipamentos e 01 técnico responsável.	SERVIÇO	UN	10,00	510,00	5.100,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	77500	Prestação de serviço Prestação de serviço de sonorização e iluminação para eventos de médio porte de 1501 até 3500 pessoas com 04 caixas de grave com 2 alto-falantes de 18 polegadas cada,8 linearray com falantes de 750 watts cada, 01 mesa digital de no mínimo 32 canais para pa, 01 mesa digital de 16 canais no mínimo cada para monitor, 01 multi cabo 36 vias (mínimo) com spliter, 01 kit de microfone para bateria com 7 peças, 2 microfone sem fio, 5 microfone com fio, 5 pedestais para microfones (mínimo). Amplificador para guitarra, amplificador para contrabaixo e corpo de bateria, 5 direct box, 06 retorno de palco, amplificadores de potência compatível com as caixa de som. Iluminação contendo 8 beam 200 (mínimo), 12 canhões de led rgbw de 3 watts cada (mínimo), grids em alumínio ou aço galvanizado para suspensão das lines e iluminação. Cabeamento completo para som e iluminação.	SERVIÇO	UN	10,00	1.800,00	18.000,00
TOTAL								23.100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0303/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: KELLER URBIK SURMACZ
CNPJ.: 44.760.196/0001-98
VALOR: R$ **20.999,30** (Vinte Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Trinta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)KELLER URBIK SURMACZ
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	1	77499	Prestação de serviço de sonorização Prestação de serviço de sonorização e iluminação para eventos de pequeno/médio porte até 1500 pessoas com 04 caixas de grave com 2 alto-falantes de 18 polegadas cada,4 line array com falantes de 750 watts cada, 01 mesa digital de no mínimo 24 canais para pa, 01 mesa digital de 16 canais no mínimo cada para monitor, 01 multicabo 36 vias (mínimo) com spliter,, 01 kit de microfone para bateria com 7 peças, 2 microfone sem fio, 3 microfone com fio, 5 pedestais para microfones (mínimo) 5 direct box, 04 retorno de palco, amplificador para guitarra, amplificador para contrabaixo e corpo de bateria. Amplificadores de potência compatível com as caixa de som. Iluminação contendo 4 beam 200 (mínimo), 6 canhões de led rgbw de 3 watts cada (mínimo), grids em alumínio ou aço galvanizado para suspensão das lines e iluminação. Cabeamento completo para som e iluminação.	SERVIÇO	UN	10,00	1.499,93	14.999,30
LOTE: 011 - Lote 011	1	77507	Apresentação de natal: sistema de sonorização composto por 04 caixas de grave com 1 alto-falante de 18 polegadas cada, ou similar, 4 unidades de line array com falantes de 750 watts cada, 01 mesa digital de no mínimo 24 canais para pa, 01 multi cabo 36 vias (mínimo) com spliter, caso necessário, 2 microfones sem fio, 22 microfones com fio (2 por janela + 2 extras), pedestais para microfones (quantos se fizerem necessários), 06	SERVIÇO	UN	1,00	6.000,00	6.000,00

			monitores (retorno) de palco, sendo 01 em cada sala e dois para a área frontal, amplificadores de potência compatíveis com o sistema. Iluminação contendo 12 moving beam 200 5r, mínimo de 16 canhões de led rgbw, de 3 watts cada (deve conter 1 canhão por janela, ao menos), 04 mini-brut 4 lâmpadas 4x100w, grids em alumínio ou aço galvanizado para suspensão das lines e iluminação. Cabeamento completo para o sistema de som e iluminação. (há previsão de utilização do serviço no mês de dezembro em razão da realização de eventos programados pela secretaria).					
TOTAL								20.999,30

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0304/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: PRÓMIX PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ.: 09.305.717/0001-16
VALOR: R$ **116.458,00** (Cento e Dezesseis Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Oito Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)PAULO ROGERIO MENON
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 004 - Lote 004	1	77501	Som e iluminação grande porte. Composição: (conforme rider técnico dos artistas contratados – nível nacional) - sonorização: sistema de pa console: digidesign (venue profile/ venue mix rack) soundcraft (vi 6, vi 4, vi 3000) yamaha (pm5drh) digico (sd 7,sd 8, sd 10); sistema de intercom (clearcom) (house mix/ palco); luminárias de console; processador stereo digital (destravado para possíveis correções), dolby lake, xta 226, omnidrive, lake lm 26, dbx 4800; multi cabo 56 vias com spliter pa/ monitor; multicabo 10 vias para pa/ drive; sistema de front fill com 10 caixas (com cobertura de toda frente (boca) do palco); a house mix deverá estar ao centro, aterrada, isolada do público, coberta e a uma distância do palco de 30 mts, com uma altura máxima de 40 cm do solo, com 110 db sem distorção e sem obstrução. Não será aceito telas ortofônicas ou não. A frente do sistema de pa. As torres de delay deverão ser colocadas com o mesmo sistema de pa. Pa (v.dosc k1, jbl vertec 4888, 4889,vtx, adamsom y10, nexo geo t, geo d,eaw, attack, las 212, 112, fzáudio, j108, a15, ls áudio, slinpec 210, 4610, 4612, norton ls3 ls6 ls9) (mínimo 24 lines e 16 sub); - sistema de monitor consoles: com no mímino 24 auxiliares e lr, sendo 24 saídas físicas xlr, e com 48 inputs e 04 canais stereo; yamaha (pm5drh,) digidesign (venue profile/ venue mix rack); processador stereo digital (destravado para possíveis correções), dolby lake, xta 226, omnidrive, lake lm 26, dbx 4800; side fill (stereo) duplo: (nexo, meyer, turbo sound, fz, attack, jbl, eaw) ou similar; 04 monitores: (eaw sm 400, meyer mjp, fz, nexo, jbl, clair brothers) ou similar; sistema de intercom (clearcom) (house mix/ palco); sistema de cue mix; réguas de ac 120v 60hz estabilizados e com terra conforme o input; microfones conforme o input list do artista contratado; direct box ativos e passivos conforme o input list; amplificador para guitarra: marshall jcm 900, line 6, mesa boggie, fender twin (conforme rider, podendo ser necessário mais de 01 amplificador); amplificador para baixo : hartke system, gallien krueger, ampeg (conforme rider); pedestais e garras conforme o input list; 20 praticáveis de alumínio com regulagem de altura (indispensável), todos com carpete preto em perfeito estado; 08 psm - 900 com antenas e amplificadores; 04 microfones shure ur4d+ sem fio (beta 58a) com antenas e amplificadores; 04 microfones shure ulxd sem fio (beta 98) para instrumentos de sopro; 03 transmissores shure ur1d sem fio com body pack e cabo p10 para instrumentos com amplificadores de antena e antena; 10 cabos p-10; 02 multi cabos 10 vias sendo xlr/xlr; 02 multi cabos 10 vias sendo p10/ p10; 05 subsnake 12 vias xlr/xlr; bateria completa (pearl, gretsch, dw) ou similar; - luz e estruturas: (conforme rider dos artistas contratados) 02- canhão seguidores 1.200w; 01 mesa grand ma light; 02 rack de dimmer de 12 canais digitais cada; 30 canhões par led 3w; 24 canhões par 64 foco dividido em foco 1, foco 2 e foco 5; 02 máquinas de fumaça 3000 w dmx; 02 minifan ventilador; 08 canhões elipsoidal; 28 moving bean clay park sharpy (ou similar); 06 robe colorspot (ou similar); 16 moving robe ledwash 600; 12 estroboscópica sgm x-5; 08 minibruts 4 lâmpadas; 120 metros de grid de alumínio p50, 60 metros de treliça alumínio q-30; e todo o cabeamento necessário. (há previsão de maior utilização dos serviços nos meses de maio (1º de maio), julho(12/13 ou 14) e dezembro (31 - réveillon), em razão da realização de eventos programados pela secretaria). As especificações acima constituem os limites mínimos e máximos considerados para formação do preço. O rider técnico do artista será encaminhado à contratada com antecedência mínima definida no Termo de Referência e deverá permanecer dentro dos limites quantitativos e técnicos previstos neste item. Exigências do artista que ultrapassem os limites estabelecidos não serão automaticamente transferidas à contratada, devendo ser previamente avaliadas e formalizadas pela Administração. As marcas e modelos citados são referências de padrão técnico, admitindo-se equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos objetivos de potência, quantidade de canais, resposta de frequência, pressão sonora, conectividade, confiabilidade e compatibilidade técnica.	SERVIÇO	UN	1,00	17.497,00	17.497,00
LOTE: 005 - ampla concorrencia	1	77501	Som e iluminação grande porte. Composição: (conforme rider técnico dos artistas contratados – nível nacional) - sonorização: sistema de pa console: digidesign (venue profile/ venue mix rack) soundcraft (vi 6, vi 4, vi 3000) yamaha (pm5drh) digico (sd 7,sd 8,	SERVIÇO	UN	5,00	15.397,00	76.985,00

			sd 10); sistema de intercom (clearcom) (house mix/ palco); luminárias de console; processador stereo digital (destravado para possíveis correções), dolby lake, xta 226, omnidrive, lake lm 26, dbx 4800; multi cabo 56 vias com spliter pa/ monitor; multicabo 10 vias para pa/ drive; sistema de front fill com 10 caixas (com cobertura de toda frente (boca) do palco); a house mix deverá estar ao centro, aterrada, isolada do público, coberta e a uma distância do palco de 30 mts, com uma altura máxima de 40 cm do solo, com 110 db sem distorção e sem obstrução. Não será aceito telas ortofônicas ou não. A frente do sistema de pa. As torres de delay deverão ser colocadas com o mesmo sistema de pa. Pa (v.dosc k1, jbl vertec 4888, 4889,vtx, adamsom y10, nexo geo t, geo d,eaw, attack, las 212, 112, fzáudio, j108, a15, ls áudio, slinpec 210, 4610, 4612, norton ls3 ls6 ls9) (mínimo 24 lines e 16 sub); - sistema de monitor consoles: com no mímino 24 auxiliares e lr, sendo 24 saídas físicas xlr, e com 48 inputs e 04 canais stereo; yamaha (pm5drh,) digidesign (venue profile/ venue mix rack); processador stereo digital (destravado para possíveis correções), dolby lake, xta 226, omnidrive, lake lm 26, dbx 4800; side fill (stereo) duplo: (nexo, meyer, turbo sound, fz, attack, jbl, eaw) ou similar; 04 monitores: (eaw sm 400, meyer mjp, fz, nexo, jbl, clair brothers) ou similar; sistema de intercom (clearcom) (house mix/ palco); sistema de cue mix; réguas de ac 120v 60hz estabilizados e com terra conforme o input; microfones conforme o input list do artista contratado; direct box ativos e passivos conforme o input list; amplificador para guitarra: marshall jcm 900, line 6, mesa boggie, fender twin (conforme rider, podendo ser necessário mais de 01 amplificador); amplificador para baixo : hartke system, gallien krueger, ampeg (conforme rider); pedestais e garras conforme o input list; 20 praticáveis de alumínio com regulagem de altura (indispensável), todos com carpete preto em perfeito estado; 08 psm - 900 com antenas e amplificadores; 04 microfones shure ur4d+ sem fio (beta 58a) com antenas e amplificadores; 04 microfones shure ulxd sem fio (beta 98) para instrumentos de sopro; 03 transmissores shure ur1d sem fio com body pack e cabo p10 para instrumentos com amplificadores de antena e antena; 10 cabos p-10; 02 multi cabos 10 vias sendo xlr/xlr; 02 multi cabos 10 vias sendo p10/ p10; 05 subsnake 12 vias xlr/xlr; bateria completa (pearl, gretsch, dw) ou similar; - luz e estruturas: (conforme rider dos artistas contratados) 02- canhão seguidores 1.200w; 01 mesa grand ma light; 02 rack de dimmer de 12 canais digitais cada; 30 canhões par led 3w; 24 canhões par 64 foco dividido em foco 1, foco 2 e foco 5; 02 máquinas de fumaça 3000 w dmx; 02 minifan ventilador; 08 canhões elipsoidal; 28 moving bean clay park sharpy (ou similar); 06 robe colorspot (ou similar); 16 moving robe ledwash 600; 12 estroboscópica sgm x-5; 08 minibruts 4 lâmpadas; 120 metros de grid de alumínio p50, 60 metros de treliça alumínio q-30; e todo o cabeamento necessário. (há previsão de maior utilização dos serviços nos meses de maio (1º de maio), julho(12/13 ou 14) e dezembro (31 - réveillon), em razão da realização de eventos programados pela secretaria). As especificações acima constituem os limites mínimos e máximos considerados para formação do preço. O rider técnico do artista será encaminhado à contratada com antecedência mínima definida no Termo de Referência e deverá permanecer dentro dos limites quantitativos e técnicos previstos neste item. Exigências do artista que ultrapassem os limites estabelecidos não serão automaticamente transferidas à contratada, devendo ser previamente avaliadas e formalizadas pela Administração. As marcas e modelos citados são referências de padrão técnico, admitindo-se equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos objetivos de potência, quantidade de canais, resposta de frequência, pressão sonora, conectividade, confiabilidade e compatibilidade técnica.					
LOTE: 006 - Lote 006	1	77502	Painel de led p6 no tamanho de 6x2 com estrutura para suspensão conforme tamanho do painel. (há previsão de maior utilização dos serviços nos meses de maio, julho e dezembro, em razão da realização de eventos programados pela secretaria).	SERVIÇO	UN	5,00	2.297,00	11.485,00
LOTE: 007 - Lote 007	1	77503	Painel de led p6 no tamanho 9x3 com estrutura para suspensão conforme tamanho do painel. (há previsão de maior utilização dos serviços nos meses de maio, julho e dezembro, em razão da realização de eventos programados pela secretaria).	SERVIÇO	UN	3,00	3.497,00	10.491,00
TOTAL								116.458,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0305/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: WJ ESTRUTURAS LTDA
CNPJ.: 24.894.922/0001-58
VALOR: R$ **26.000,00** (Vinte e Seis Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **03/09/2026** à **02/09/2027.**
ASSINATURA: 03/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)JESSIKA GIMONSKI
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 009 - Lote 009	1	77505	Sonorização e iluminação teatro paixão de cristo: contratação de empresa para realização de iluminação cênica para a encenação da paixão de cristo contendo 1 canhão seguidor, 4 elipsoidal, 8 mini brut ou brut, 12 canhão par 64, 8 beans 200, 18 par led, todo o cabeamento para perfeito funcionamento da iluminação nos 5 cenários. Sistema de som compatível para público de cerca 5 mil pessoas em espaço aberto e com 30 microfones auriculares com antena de amplificação de sinal e 10 microfones sem fio. (há previsão de utilização dos serviços no mês de março/abril em razão da realização de eventos programados pela	SERVIÇO	UN	1,00	26.000,00	26.000,00

			secretaria).						
TOTAL									26.000,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:F68A75CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 270/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 270/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo de Exames Médicos, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DA PERÍCIA ADMISSIONAL OFICIAL

Para realização da Perícia Admissional Oficial, o candidato deverá comparecer, IMPRETERIVELMENTE, na data e horário também indicados no Anexo I, na empresa NOVATERRA Consultoria em Medicina e Segurança do Trabalho, localizada na Rua Santos Dumont nº 690 – Centro – Rolândia/PR,, com todos os EXAMES ADMISSIONAIS arrolados no Anexo III. As despesas dos respectivos exames admissionais ocorrerão às expensas do candidato.
A data e o horário determinados para a realização da Perícia Admissional Oficial não poderão ser alterados a critério do candidato, sendo realizado por ordem de chegada.
Para a avaliação médica, o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade original.
O não comparecimento no período marcado para a Avaliação Clínica ou a não apresentação de todos os Exames Gerais Obrigatórios descritos no anexo II desta Convocação importará na eliminação do Candidato do Concurso.
Será considerado apto o candidato que não apresentar quaisquer alterações patológicas que o contraindiquem ao desempenho do cargo/função para o qual se inscreveu.
Dúvidas acerca da Perícia Admissional poderão ser sanadas por meio do telefone (43) 3255-8664, das 12:00 às 18:00h, ou pelo e-mail rh@rolandia.pr.gov.br

ANEXOS

Anexo I – Relação de Candidatos Convocados;
Anexo II – Ficha de Informações Para Exame Pré-admissional;
Anexo III - Relação de Exames Médicos;

Rolândia, 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação nº 270/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo: Assistente Social

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
27	014.703.223-17	IRLANE DUARTE ALVES	14/10/2026	08:00h
47	014.703.182-62	RAQUEL FERNANDES VILAÇA AMANCIO [2]	14/10/2026	08:00h

* Candidatos concorrentes às vagas reservadas conforme itens 6 e 8 do Edital 001/2024.
[1] Pessoa com Deficiência - PCD
[2] Negros

Anexo II da Convocação nº 270/2026 – FICHA DE INFORMAÇÕES PARA EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(Deverá ser preenchido pelo candidato com letra legível)

Eu,_, portador do CPF n.º __e RG n.º_, candidato(a) ao ingresso no Serviço Público Municipal, declaro que todas as informações por mim preenchidas na Ficha de Informações Cadastrais, no Questionário Para Identificação de Indivíduos com Epilepsia e no Questionário Para Exame Médico Admissional, são verdadeiras, corretas e completas.
Declaro ter conhecimento de que qualquer fato informado incorretamente ou omissão cometida no preenchimento das respostas dos quesitos, poderá me imputar sanções legais ou penalidades jurídicas, já que fazem parte do conjunto de elementos que compõem a avaliação de meu estado de saúde.
Declaro estar ciente de que devo comparecer ao local indicado para perícia pré-admissional com antecedência mínima de 15 minutos.

Declaro estar ciente da data e horário do exame pré-admissional, sendo que o não comparecimento na data e horário agendados portando **todos** os exames indicados na convocação implicará em comunicação oficial de ausência e resultará na imediata desclassificação do (a) candidato (a).

Data:___/____/____.

Assinatura do Candidato

QUESTIONÁRIO MÉDICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA-CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO
01	Você tem ou teve crises (ataques, acesso, convulsão) na qual perde a consciência e cai subitamente? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
02	Você tem ou teve crises em que perde o contato com a realidade (meio) e fica como se estivesse Fora do ar? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
03	Você tem ou teve crises na qual tem repuxões incontroláveis em braços, pernas, na boca ou vira a Cabeça para o lado? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
04	Você tem ou teve crises de desmaio e que ao acordar nota que fez xixi ou cocô na roupa sem perceber? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
05	Você tem ou teve crises na qual sente sensação ruim de "fundeza" ou bola na "boca do estômago"e que sobe até a garganta e em seguida sai fora do ar, e depois dizem que você ficou mexendo em algo com as mãos ou mastigando ou olhando para algo distante? E na sua família, alguém tem Essas crises?	( )	( )
06	Algum médico ou profissional de saúde ou mesmo familiares já lhe disse que você tem ou teve convulsão febril na infância; ou durante alguma doença grave qualquer? E na sua família, alguém teve este problema?	( )	( )
07	Você tem rápidos abalos tipo "choque" nos braços (as coisas caem da mão) ou pernas, com ou sem queda, principalmente pela manhã?	( )	( )
08	Há alguém na sua família com epilepsia?	( )	( )
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: _____ Assinatura: Rolândia,___/___/____			

QUESTIONÁRIO PARA EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir. Se tiver dúvidas, deixe a resposta em branco e pergunte ao médico na ocasião da sua perícia.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
01	Usa óculos por indicação médica?	( )	( )	( )
02	Tem dificuldade para enxergar?	( )	( )	( )
03	Tem ou já teve alguma inflamação ou doença em seus olhos?	( )	( )	( )
04	Tem sua audição diminuída em um ou ambos os ouvidos?	( )	( )	( )
05	Teve alguma doença nos ouvidos (infecções, zumbidos, etc.)?	( )	( )	( )
06	Tem dores de cabeça frequentes?	( )	( )	( )
07	Tem ou teve tonturas?	( )	( )	( )
08	Ficou alguma vez "sem sentido"(desmaiou?)	( )	( )	( )
09	Teve alguma parte do corpo paralisada?	( )	( )	( )
10	Sua pele tem alguma anormalidade?	( )	( )	( )
11	Sua pele tem alguma doença crônica?	( )	( )	( )
12	Tem alergias ou intolerâncias (alimentos, fatores ambientais, substâncias, etc.)	( )	( )	( )
13	Tossiu ou cuspiu sangue alguma vez?	( )	( )	( )
14	Tem ou teve alguma doença pulmonar (do pulmão)?	( )	( )	( )
15	Sente falta de ar?	( )	( )	( )
16	Tem pressão alta/hipertensão arterial?	( )	( )	( )
17	Seu coração, às vezes, bate mais rápido ou teve alguma doença do coração?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Perguntas relacionada a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
18	Possui alguma deficiência, limitação ou deformidade física?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
19	Tem tido inchaço (edema) nas pernas?	( )	( )	( )
20	Tem ou teve problemas de hemorroidas ou varizes?	( )	( )	( )
21	Seus dentes necessitam de tratamento?	( )	( )	( )
22	Tem problemas intestinais ou estomacais?	( )	( )	( )
23	Eliminou sangue nas suas fezes?	( )	( )	( )
24	Sua pele já ficou totalmente amarelada (icterícia)?	( )	( )	( )
25	Tem ou teve algum problema de rins ou bexiga?	( )	( )	( )
26	Perdeu alguma vez sangue ou proteínas pela urina?	( )	( )	( )
27	Tem ou teve doenças sexualmente transmissíveis?	( )	( )	( )
28	Tem dores ou outros problemas na sua coluna vertebral?	( )	( )	( )
29	Tem habitualmente dores nas juntas?	( )	( )	( )
30	As suas juntas as vezes ficam inchadas?	( )	( )	( )
31	Engordou ou emagreceu mais de 5 quilos nos últimos 6 meses?	( )	( )	( )
32	Tem ou já teve problemas com peso inadequado?	( )	( )	( )
33	Foi tratado(a) de algum câncer ou tumor?	( )	( )	( )
34	Foi operado(a)? (fez alguma cirurgia)–inclusive cesárea.	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
35	Teve alguma ferida séria?	( )	( )	( )
36	Sofreu algum acidente em que se machucou?	( )	( )	( )
37	Quebrou, trincou ou deslocou algum osso?	( )	( )	( )
38	Faz ou fez uso de cigarro? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
39	Faz ou fez uso de bebidas alcoólicas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
40	Faz ou já fez uso de outras drogas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
41	Tem ou teve insônia ou dificuldade para dormir?	( )	( )	( )
42	Tem se sentido muito nervoso(a)?	( )	( )	( )
43	Já fez ou está fazendo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico?	( )	( )	( )
44	Faz ou já fez uso de medicações calmantes, para dormir, para ansiedade ou depressão?	( )	( )	( )
45	Tem intranquilidade no lar?	( )	( )	( )
46	Esteve internado em hospital/Clínicas?	( )	( )	( )
47	Já recebeu transfusões sanguíneas?	( )	( )	( )
48	No momento está fazendo algum tratamento médico?	( )	( )	( )

Se sim, qual?				
49	Faz ou tem feito uso habitual de algum medicamento?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
50	Faz atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?	( )	( )	( )
Se sim, quais e com que frequência?				
51	Tem ou teve algum distúrbio da voz ou rouquidão? Fez ou faz tratamento?	( )	( )	( )
52	Esteve em consulta médica nos últimos 12 meses?	( )	( )	( )
Quais especialidades?				
53	Faz acompanhamento médico regular?	( )	( )	( )
Se sim, quais e/ou porquê?				
Você é ou foi portador de algumadas doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
54	Colesterol alto?	( )	( )	( )
55	Doença cardíaca/ docoração?	( )	( )	( )
56	Asma?	( )	( )	( )
57	Rinite?	( )	( )	( )
58	Tuberculose?	( )	( )	( )
59	Bronquite?	( )	( )	( )
60	Doenças do fígado(hepatite,cirrose ou outras)?	( )	( )	( )
61	Refluxo gastresofágico ou gastrite?	( )	( )	( )
62	Algum tipo de hérnia?	( )	( )	( )
63	Doença do pâncreas?	( )	( )	( )
64	Diabetes/açúcar alto no sangue?	( )	( )	( )
65	Doença dos Rins (cálculos,infecções,cólica,etc.)?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Você é ou foi portador de alguma das doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
66	Reumatismo?	( )	( )	( )
67	Tendinite e/ou bursite?	( )	( )	( )
68	Lúpus e/ou psoríase?	( )	( )	( )
69	Doença de Parkinson?	( )	( )	( )
70	Esquizofrenia?	( )	( )	( )
71	Problemas hormonais(tireoide,entre outros)?	( )	( )	( )
72	Doenças do sangue e/ou da coagulação?	( )	( )	( )
73	Outras doenças não mencionadas?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
Antecedentes Familiares–Seus familiares diretos têm ou tiveram alguma das doenças abaixo:				

Doença		**Sim**	**Não**	**Parentesco**	**Doença**		**Sim**	**Não**	**Parentesco**
74	Diabetes	( )	( )		**81**	Cardiopatia	( )	( )	
75	Hipertensão	( )	( )		**82**	Câncer	( )	( )	
76	Distúrbiomental	( )	( )		**83**	Surdez	( )	( )	
77	Alcoolismo	( )	( )		**84**	Tuberculose	( )	( )	
78	Asma	( )	( )		**85**	Alergia	( )	( )	
79	Parkinson	( )	( )		**86**	Artrose/Artrite	( )	( )	
80	Esquizofrenia	( )	( )		**87**	AVC/ derrame	( )	( )	

Perguntas relacionadas aos antecedentes ocupacionais		**SIM**	**NÃO**	**NÃOSEI**
88	Já trabalhou em local insalubre?	( )	( )	( )
89	Já sofreu algum acidente de trabalho?	( )	( )	( )
90	Já sofreu alguma doença do trabalho ou doença profissional?	( )	( )	( )
91	Já esteve afastado(a) por doença relacionada ao trabalho?	( )	( )	( )
Se sim, quando, por qual doença e por quanto tempo?				
92	Já esteve submetido a riscos ocupacionais (ruído,prod.Químico,biológicos)?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
93	Já recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade?	( )	( )	( )
Por quê?				
94	Usava equipamentos de proteção?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

95	Quais foram os seus últimos dois vínculos empregatícios	Função	Tempo
Ultimo:			
Penúltimo:			
96	A seu ver, tem alguma condição de saúde que o impeça ou faça restrições ao exercício do seu cargo? Qual?		
97	Há alguma outra informação sobre sua saúde atual ou passada que julgue importante?		

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato:

Assinatura: Rolândia, / / .

ANEXO III da Convocação 270/2026 – RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames Obrigatórios

AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA realizada por médico especialista em psiquiatria (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame psiquiátrico**, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OSTEOMUSCULAR realizada por médico especialista em ortopedia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame físico ortopédico** com avaliação de membros superiores, inferiores e coluna vertebral, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA realizada por médico especialista em oftalmologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório contendo, **no mínimo**, exame da acuidade visual com e sem correção para longe e para perto com cada olho separadamente e com ambos os olhos (testes de Snellen e Jaeger ou semelhantes), fundoscopia, tonometria, teste para visão em cores, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

RAIO-X DE COLUNA POR SEGMENTOS - cervical, torácica e lombossacra - (duas incidências - AP e Perfil) com medida da angulação do grau para escoliose - com laudo emitido por médicoespecialista em radiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).

EXAMES LABORATORIAIS: Tipagem sanguínea ABO e Rh; Hemograma Padrão; VHS; Glicemia em jejum; Colesterol Total; Colesterol HDL; Colesterol LDL; Triglicerídeos; Ureia; Creatinina; Gama Glutamil Transferase (GGT); Transaminase Glutâmico-oxalacética (TGO); Transaminase Glutâmico-pirúvica (TGP); Ácido Úrico; TSH; VDRL; Parcial de Urina;
Anti-HCV; HBsAg; Anti-HBs (exames para os candidatos da área da saúde)
AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA:(exame para os candidatos da área da Educação) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista em otorrinolaringologia (otorrinolaringologista com Registro de Qualificação de Especialista – RQE – junto ao Conselho Federal de Medicina) que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado dos seguintes exames complementares e seus respectivos laudos, considerando: Audiometria tonal e vocal, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame; Impedanciometria ou imitanciometria, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame.
COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO VACINAL conforme Calendário de Vacinaçãodo Adulto e do Idoso instituído pelo Ministério da Saúde (Xerox da carteira de vacinação e atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde - UBS ou clínicas privadas de vacinação que estejam de acordo com a legislação vigente).
Candidatos que responderem "SIM" a qualquer uma das perguntas que compõe o "QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA", parte integrante da "FICHA DE INFORMAÇÕES PARA
EXAME PRÉ- ADMISSIONAL" deverão apresentar adicionalmente o exame de eletroencefalograma com laudo emitido por médico neurologista/neurocirurgião (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).
Candidatos(as) com 40 anos completos ou mais:
Eletrocardiograma
Teste de esforço/Teste ergométrico
Avaliação cardiológica realizada por médico especialista em cardiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório médico contendo diagnóstico, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).PSA total e PSA livre (para homens).

***Poderão ser solicitados novos exames a critério do Perito Oficial.**
**** Os exames apresentados devem ter data de emissão máxima de 180 dias anteriores da data de realização da perícia.**

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:7DCE59F2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.071/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:

RETIFICAR a **PORTARIA Nº 34.552/2026 – RH**, de acordo com o Protocolo 8.985/2026,publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 12/06/2026:
Onde se lê:

32709-3/1	Marcio Boraschi	2024/2025	03/08/2026	01/09/2026	30	Infraestrutura

Leia-se:

32709-3/1	Marcio Boraschi	2024/2025	08/09/2026	07/10/2026	30	Infraestrutura

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 09 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:1AF8B593

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 452, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Provável Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 116 Transporte Escolar - PNATE/SEED, conforme a seguir especificada:

Red	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 09/2026	*** Valores Atualizados	**** Projeção de Arrecadação até 12/2026	*****Provável Excesso de Arrecadação no Exercício
212	1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	Programa Estadual	1.458.000,00	1.790.090,54	1.790.090,54	2.557.272,20	767.181,66

		de Transporte Escolar Municipios - PETE/PR					
TOTAL			**1.458.000,00**	**1.790.090,54**	**1.790.090,54**	**2.557.272,20**	**767.181,66**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº Lei 4.360 de 19/12/2025;							
** Valor da receita Arrecadada até 09/2026							
*** Valor atualizado pelo Decreto nº 451 de 11/09/2026.							
**** Projeção de Arrecadação no Exercício;							
***** Provável Excesso de Arrecadação no Exercício.							

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 767.181,66 (Setecentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recursos**	**Valor em R$**
08.01.12.361.0008.6.038	3.3.90.33.00.00.00	116	R$ 767.181,66
TOTAL			**R$ 767.181,66**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Provável Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 767.181,66 (Setecentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos),** oriundos da Fonte de Recursos: 116 Transporte Escolar - PNATE/SEED.

Art. 4° Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto n° 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 767.181,66 (Setecentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	**Grupo de Despesa**	**Fonte de Recursos**	**Mês**	**Previsão de Aplicação de Recursos**
08.01	3.3	116	Setembro	R$ 767.181,66
TOTAL				**R$ 767.181,66**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:8C1BF290

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 13/2026

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	13/2026
Processo Adm.	12838/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 02/2025 (VILMAR BOY) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014
II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de CULTURA
Convenente	SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL - SOAME
CNPJ Convenente	04.547.715/0001-10
Presidente/Representante	Presidente: Alexandre Lanfranchi Junior
III. OBJETO	
Descrição	Promover o desenvolvimento artístico e cultural de crianças e adolescentes de 06 a 16 anos por meio da formação de grupos instrumentais e ampliação das atividades musicais oferecidas.
Serviço/Meta 1	1. Ampliação do número mensal de crianças e adolescentes atendidos mantendo frequência mínima de 75%. Ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos, hoje de cerca de 90 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 16 anos e suas famílias, que poderão vir de bairros vizinhos, alcançando ainda mais crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. 2. Ampliação do número mensal de jovens e adultos atendidos: A oferta de aulas noturnas visa oferecer a pelo menos 15 pessoas moradoras das proximidades mensalmente nas oficinas de música no período noturno. 3. Ampliação da oferta mensal de aulas de educação musical: O número de aulas e horas aulas oferecidas em educação musical deverá aumentar em 25%, contando o período diurno e noturno. 4. Montagem de grupos musicais: As aulas oferecidas com os instrumentos musicais adquiridos terão como objetivo a montagem de pelo menos um grupo musical de crianças e adolescentes e/ou adultos, com oferta de apresentações ao público local ou regional. 5. Promover no mínimo 03 apresentações de eventos comunitários durante o período de execução, incentivando a participação familiar e comunitária. 6. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com a realização de reuniões periódicas e ações coletivas com as famílias. 7. Aquisição dos equipamentos listados, como meta de investimento para ampliação de vagas nas oficinas. — Aquisição de 02 TUBAS HARMONICS 3/4 3 PISTOS Bb HBBL 332L
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 20.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de setembro de 2026 / Término: 31 de agosto de 2027
Data de Assinatura	8 de setembro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	14
Funcional Programática	13.392.0014.1.062
Fonte / Dotação nº	0 / 15922
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Buna Suelen Santos de Moraes — Portaria 3.243/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3242/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária de Cultura

ALEXANDRE LANFRANCHI JUNIOR
Presidente

Rolândia/PR, 8 de setembro de 2026 ·
Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:C18C495A

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 14/2026

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	14/2026
Processo Adm.	12833/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 07/2025 (João Ardigo) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014
II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de CULTURA
Convenente	SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL - SOAME
CNPJ Convenente	04.547.715/0001-10
Presidente/Representante	Presidente: Alexandre Lanfranchi Junior
III. OBJETO	
Descrição	Promover o desenvolvimento artístico e cultural de crianças e adolescentes de 06 a 16 anos por meio da formação de grupos instrumentais e ampliação das atividades musicais oferecidas.
Serviço/Meta 1	1. Ampliação do número mensal de crianças e adolescentes atendidos mantendo frequência mínima de 75%. Ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos, hoje de cerca de 90 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 16 anos e suas famílias, que poderão vir de bairros vizinhos, alcançando ainda mais crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. 2. Ampliação do número mensal de jovens e adultos atendidos: A oferta de aulas noturnas visa oferecer a pelo menos 15 pessoas moradoras das proximidades mensalmente nas oficinas de música no período noturno. 3. Ampliação da oferta mensal de aulas de educação musical: O número de aulas e horas aulas oferecidas em educação musical deverá aumentar em 25%, contando o período diurno e noturno. 4. Montagem de grupos musicais: As aulas oferecidas com os instrumentos musicais adquiridos terão como objetivo a montagem de pelo menos um grupo musical de crianças e adolescentes e/ou adultos, com oferta de apresentações ao público local ou regional. 5. Promover no mínimo 03 apresentações de eventos comunitários durante o período de execução, incentivando a participação familiar e comunitária. 6. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com a realização de reuniões periódicas e ações coletivas com as famílias. 7. Aquisição dos equipamentos listados, como meta de investimento para ampliação de vagas nas oficinas — Aquisição de (03) Bombardino Euphonium Harmonics HEU1140L 4 Pistos; (02) Flugelhorn ZFH-600 Bb; (03) Trompete Harmonics Bb HTR 300L; (02) Violino ZLM; (01) Refletor LED 100W 6.500K Bivolt; Relé Foto Elétrico 500W Bivolt; Cabo Flex 1,5 MMBC 750V; Curva PVC Cinza 1/2 sem rosca; Eletroduto PVC rígido 1/2 CZ/S rosca; Fita Isolante P22 10M; Luva PVC 1/2 CZ/S rosca.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 30.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de setembro de 2026 / Término: 31 de agosto de 2027
Data de Assinatura	8 de setembro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	14
Funcional Programática	13.392.0014.1.062
Fonte / Dotação nº	0 / 15922
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Buna Suelen Santos de Moraes — Portaria 3.243/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3242/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária de Cultura

ALEXANDRE LANFRANCHI JUNIOR
Presidente

Rolândia/PR, 8 de setembro de 2026 · Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:99A4FD36

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 15/2026

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	15/2026
Processo Adm.	12842/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 07/2025 (João Ardigo) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014

II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de CULTURA
Convenente	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA BANDA INTEGRAÇÃO
CNPJ Convenente	72.530.207/0001-89
Presidente/Representante	Presidente: Jorge Luiz Gomes
III. OBJETO	
Descrição	Execução de ações continuadas de formação musical e desenvolvimento sociocultural, por meio da manutenção, estruturação e fortalecimento das atividades da Associação Cultural e Recreativa Banda Integração – ACREBI, destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes do município de Rolândia/PR. A proposta contempla a oferta de ensino musical sistematizado, incluindo aulas teóricas e práticas, ensaios orientados e preparação para apresentações públicas, por meio de banda musical, fanfarra e demais formações instrumentais, promovendo o acesso à cultura, à educação e ao desenvolvimento humano. Para a adequada execução das atividades, o projeto prevê a disponibilização de recursos materiais e estruturais indispensáveis ao funcionamento contínuo das ações, assegurando condições adequadas para o aprendizado, a permanência e o desenvolvimento dos participantes. A iniciativa visa contribuir para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos comunitários, o estímulo à disciplina, ao trabalho em equipe e ao protagonismo juvenil, alinhando-se ao interesse público e às políticas de promoção da cultura e da cidadania.
Serviço/Meta 1	Atender diretamente, por meio do fortalecimento da estrutura técnica, pedagógica e de sonorização da ACREBI, no mínimo 40 crianças e adolescentes participantes das atividades da Banda Integração, beneficiados pela utilização dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com esta emenda. Os bens serão incorporados ao patrimônio da instituição e utilizados de forma coletiva nas aulas, ensaios e apresentações, proporcionando melhores condições de aprendizagem, qualidade sonora, organização técnica e desenvolvimento artístico dos participantes. Embora o atendimento direto esteja previsto para 40 beneficiários, os equipamentos também contribuirão de forma indireta para os demais projetos musicais da ACREBI, como a Fanfarra, a Orquestra de Câmara e demais grupos de formação, em razão do uso compartilhado da estrutura conforme o planejamento institucional. Como se trata de um serviço de natureza continuada, a meta refere-se ao atendimento mínimo garantido durante o período de execução da parceria, com potencial de ampliação ao longo dos anos, considerando a permanência dos bens no patrimônio da instituição. Além do atendimento direto, prevê-se a realização de, no mínimo, 01 (uma) apresentação pública utilizando os equipamentos adquiridos, como forma de demonstrar os resultados alcançados, ampliar o acesso da comunidade às atividades culturais e valorizar a produção artística desenvolvida pela ACREBI. — META 1 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (4.4.90.52): Aquisição de equipamentos e material permanente. Especificação: 12 pedestais para microfone; caixas de retorno; caixas de som externas; mesa de som 12 canais; estantes de regência; martelo para Tubular Bells; mesa de percussão.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 20.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de setembro de 2026 / Término: 31 de agosto de 2027
Data de Assinatura	8 de setembro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	14
Funcional Programática	13.392.0014.1.062
Fonte / Dotação nº	0 / 15922
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Buna Suelen Santos de Moraes — Portaria 3.243/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3242/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária de Cultura

JORGE LUIZ GOMES
Presidente

Rolândia/PR, 8 de setembro de 2026 ·
Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:B9C38068

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 16/2026

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	16/2026
Processo Adm.	12.839/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 07/2025 (Gesiel Araújo) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014
II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de CULTURA
Convenente	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA BANDA INTEGRAÇÃO
CNPJ Convenente	72.530.207/0001-89
Presidente/Representante	Presidente: Jorge Luiz Gomes
III. OBJETO	
Descrição	execução de ações continuadas de formação musical e desenvolvimento sociocultural, por meio da manutenção, estruturação e fortalecimento das atividades da Associação Cultural e Recreativa Banda Integração – ACREBI, destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes do município de Rolândia/PR. A proposta contempla a oferta de ensino musical sistematizado, incluindo aulas teóricas e práticas, ensaios orientados e preparação para apresentações públicas, por meio de banda musical, fanfarra e demais formações instrumentais, promovendo o acesso à cultura, à educação e ao desenvolvimento humano. Para a adequada execução das atividades, o projeto prevê a disponibilização de recursos materiais e estruturais indispensáveis ao funcionamento contínuo das ações, assegurando condições adequadas para o aprendizado, a permanência e o desenvolvimento dos participantes. A iniciativa visa contribuir para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos comunitários, o estímulo à disciplina, ao trabalho em equipe e ao protagonismo juvenil, alinhando-se ao interesse público e às políticas de promoção da cultura e da cidadania.
Serviço/Meta 1	Atender diretamente, por meio do fortalecimento da estrutura pedagógica e instrumental da ACREBI, no mínimo 72 crianças e adolescentes participantes das atividades regulares da Banda Integração e da Orquestra de Câmara, beneficiados pela utilização compartilhada dos instrumentos e materiais permanentes adquiridos com esta emenda. Os bens serão utilizados em sistema de rodízio entre os grupos, em períodos distintos de ensaios e atividades, ampliando sua utilização e garantindo melhores condições para a formação musical, o desenvolvimento técnico e as apresentações culturais. Como se trata de um serviço de natureza continuada, a meta refere-se ao atendimento mínimo garantido no período de execução, com potencial de ampliação ao longo do tempo. Além do atendimento direto, prevê-se a realização de, no mínimo, 01 (uma) apresentação pública ao final do período de execução, como forma de demonstração dos resultados alcançados. — Aquisição de 1 Trompa F/BB; 1 Bateria Completa; 40 estantes de partitura; Baquetas para Tímpano; Baquetas de Marimba.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 30.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de setembro de 2026 / Término: 31 de agosto de 2027
Data de Assinatura	8 de setembro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	

Órgão/Unidade	14
Funcional Programática	13.392.0014.2.072
Fonte / Dotação nº	0 / 18120
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Buna Suelen Santos de Moraes — Portaria 3.243/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3242/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária de Cultura

JORGE LUIZ GOMES
Presidente

Rolândia/PR, 8 de setembro de 2026 · Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:082284E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL 24/2026

PREGÃO PRESENCIAL 24/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2026

Validade da ata: de 11/09/2026 até 11/09/2027

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

AZUMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	1/2 CANA PINUS MOLDURA	RESINUS	METRO	400,0000	R$ 4,30	R$ 1.720,00
2	1/2 CANA PVC (MOLDURA) BRANCO GELO	BARIRI	METRO	600,0000	R$ 12,50	R$ 7.500,00
3	1/2 CANA PVC (PERFIL U) BRANCO GELO	BARIRI	METRO	200,0000	R$ 7,90	R$ 1.580,00
4	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 2"	NACIONAL	UNIDADE	100,0000	R$ 1,90	R$ 190,00
5	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 3/4"	NACIONAL	UNIDADE	100,0000	R$ 1,10	R$ 110,00
6	ALICATE DE BICO 6"	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 18,00	R$ 180,00
7	ALICATE DE CORTE 6"	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 18,00	R$ 180,00
8	ALICATE UNIVERSAL 6”	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 18,00	R$ 180,00
9	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO	BLUKIT	UNIDADE	30,0000	R$ 6,00	R$ 180,00
10	ARAME GALVANIZADO N° 12	ALVORADA	QUILO	10,0000	R$ 13,50	R$ 135,00
11	ARAME GALVANIZADO N° 18	ALVORADA	QUILO	10,0000	R$ 17,00	R$ 170,00
12	ARAME GALVANIZADO N° 20	ALVORADA	QUILO	10,0000	R$ 20,00	R$ 200,00
13	AREIA GROSSA	PORTO SAO MIGUEL	M³	600,0000	R$ 122,00	R$ 73.200,00
14	AREIA MEDIA	PORTO SAO MIGUEL	MT3	600,0000	R$ 106,00	R$ 63.600,00
15	BETONEIRA COM MOTOR 400LT	MENEGOTTI	UNIDADE	3,0000	R$ 4.650,00	R$ 13.950,00
16	BROCA VIDEA N° 6	IRWIN	UNIDADE	20,0000	R$ 4,00	R$ 80,00
17	BROCA VIDEA N° 8	IRWIN	UNIDADE	20,0000	R$ 5,00	R$ 100,00
18	BUCHA FIXAÇÃO 10MM	NACONAL	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,10	R$ 100,00
19	BUCHA FIXAÇÃO 12MM	NACIONAL	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,12	R$ 120,00
20	BUCHA FIXAÇÃO 6MM	NACIONAL	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,08	R$ 80,00
21	BUCHA FIXAÇÃO 8MM	NACIONAL	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,08	R$ 80,00
22	CADEADO N° 30	PADO	UNIDADE	20,0000	R$ 19,00	R$ 380,00
23	CADEADO N° 40	PADO	UNIDADE	20,0000	R$ 22,00	R$ 440,00
24	CADEADO N° 50	PADO	UNIDADE	30,0000	R$ 29,00	R$ 870,00
25	CAIBRO 5X5 CM PINUS	RESINUS	METRO	1000,0000	R$ 3,80	R$ 3.800,00
26	CAIBRO 5X5,5 CM EUCALIPTO	RESINUS	METRO	800,0000	R$ 3,75	R$ 3.000,00
27	CAIXA DE DESCARGA	ASTRAS	UNIDADE	30,0000	R$ 36,00	R$ 1.080,00
28	CAL HIDRATADO COM 20 KG	ARARAS	SACO	1000,0000	R$ 8,90	R$ 8.900,00
29	CANTO EXTERNO P/ MOLDURA PVC	BARIRI	UNIDADE	100,0000	R$ 3,30	R$ 330,00
30	CANTO INTERNO P/ MOLDURA PVC	BARIRI	UNIDADE	100,0000	R$ 3,30	R$ 330,00
31	CAPA 6MM 15° À 35°	ISDRALIT	UNIDADE	100,0000	R$ 25,00	R$ 2.500,00
32	CAPA UNIVERSAL 6MM	ISDRALIT	UNIDADE	100,0000	R$ 24,00	R$ 2.400,00
33	CARRINHO DE MÃO 45L	MAESTRO	UNIDADE	20,0000	R$ 85,00	R$ 1.700,00
34	CIMENTO 50KG SACA	VOTORAN	SACA	5000,0000	R$ 25,00	R$ 125.000,00
35	COLA INSTANTANEA 20 GR	TEK BOND	UNIDADE	100,0000	R$ 5,00	R$ 500,00
36	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS	SANTA MARINA	UNIDADE	10,0000	R$ 385,00	R$ 3.850,00
37	CORDA 10 MM	FIRMEZA	UNIDADE	1000,0000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
38	CORDA 6 MM	FIRMEZA	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,75	R$ 750,00
39	CORRENTE ELO CURTO 5 MM	SAO GABRIEL	METRO	200,0000	R$ 8,50	R$ 1.700,00
40	COTURNO DE SEGURANÇA COM BICO PVC	Worker	UNIDADE	50,0000	R$ 52,00	R$ 2.600,00
41	CURVA ESGOTO 100 MM 45°	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 5,90	R$ 590,00
42	CURVA ESGOTO 150 MM	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 27,00	R$ 270,00
43	CURVA ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 1,50	R$ 75,00
44	CURVA ESGOTO 50 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 2,00	R$ 100,00
45	CURVA ESGOTO 75 MM	PLASTILIT	UNIDADE	20,0000	R$ 5,50	R$ 110,00
46	CURVA PVC 20 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 0,90	R$ 90,00

47	CURVA PVC 25 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 1,00	R$ 100,00
48	DESEMPENADEIRA PLASTICO 17 X 30 CM	METASUL	UNIDADE	100,0000	R$ 9,00	R$ 900,00
49	DISCO DE CORTE INOX 4,5"	Worker	UNIDADE	200,0000	R$ 1,50	R$ 300,00
50	DISCO DESBASTE 4,5"	ALVORADA	UNIDADE	50,0000	R$ 5,00	R$ 250,00
51	DISCO FLAP 4,5" DIVERSAS GRANULAÇÕES	Worker	UNIDADE	100,0000	R$ 4,30	R$ 430,00
52	DISCO VIDEA 110MM	ALVORADA	UNIDADE	50,0000	R$ 11,00	R$ 550,00
53	DISCO VIDEA 185MM	ALVORADA	UNIDADE	20,0000	R$ 25,00	R$ 500,00
54	DOBRADIÇAS 3.1/2" POL ZINCADA	ROCHA	UNIDADE	100,0000	R$ 3,40	R$ 340,00
55	DOBRADIÇAS 4" POL ZINCADA	ROCHA	UNIDADE	100,0000	R$ 3,40	R$ 340,00
56	EMENDA P/ MOLDURA PVC	BARIRI	UNIDADE	100,0000	R$ 2,90	R$ 290,00
57	ENGATE FLEXIVEL 40MM	KRONA	UNIDADE	30,0000	R$ 4,50	R$ 135,00
58	ENGATE FLEXIVEL 60MM	KRONA	UNIDADE	30,0000	R$ 4,70	R$ 141,00
59	ESPUDE P/ VASO SANITARIO	TIGRE	UNIDADE	50,0000	R$ 3,00	R$ 150,00
60	ESPUMA EXPANSIVA 340GR	TYTANIO	UNIDADE	50,0000	R$ 11,00	R$ 550,00
61	ESTILETE 9 MM	MISTER	UNIDADE	10,0000	R$ 6,00	R$ 60,00
62	FECHADURA EXTERNA	SOPRANO	UNIDADE	20,0000	R$ 48,00	R$ 960,00
63	FECHADURA INTERNA	SOPRANO	UNIDADE	20,0000	R$ 38,00	R$ 760,00
64	FECHADURA PORTA DE CORRER "BICO DE PAPAGUAIO"	SOPRANO	UNIDADE	10,0000	R$ 58,00	R$ 580,00
65	FECHADURA WC	SOPRANO	UNIDADE	20,0000	R$ 36,00	R$ 720,00
66	FIO NYLON PARA ROÇADEIRA 3MM	Worker	UNIDADE	2000,0000	R$ 0,55	R$ 1.100,00
67	FORMÃO 5/8	Worker	UNIDADE	5,0000	R$ 16,00	R$ 80,00
68	FORRO MADEIRA PINUS 2,5MT	RESINUS	METRO QUAD	300,0000	R$ 17,50	R$ 5.250,00
69	FORRO MADEIRA PINUS 3MT	RESINUS	METRO QUAD	500,0000	R$ 17,50	R$ 8.750,00
70	FORRO PVC 8MM X 200MM (COR BRANCO GELO)	BARIRI	METRO	800,0000	R$ 17,90	R$ 14.320,00
71	JUNÇÃO ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UNIDADE	20,0000	R$ 16,00	R$ 320,00
72	JUNÇÃO ESGOTO 75 MM	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 13,50	R$ 135,00
73	KIT 5 PEÇAS ABS CROMADO P/ BANHEIRO	KALA	UNIDADE	20,0000	R$ 39,00	R$ 780,00
74	LAPIS CARPINTEIRO	IRWIN	UNIDADE	300,0000	R$ 1,60	R$ 480,00
75	LIMA ENXADA	K&F	UNIDADE	50,0000	R$ 13,50	R$ 675,00
76	LIMA MOTO SERRA 3/16	K&F	UNIDADE	20,0000	R$ 7,50	R$ 150,00
77	LIXA D'AGUA GRÃO 80 ATÉ 400	3M	UNIDADE	200,0000	R$ 1,40	R$ 280,00
78	LIXA FERRO GRÃO 36 ATÉ 220	3M	UNIDADE	200,0000	R$ 1,90	R$ 380,00
79	LIXA MASSA GRÃO 50 ATÉ 220	3M	UNIDADE	200,0000	R$ 0,80	R$ 160,00
80	LONA PRETA PLASTICA LEVE POR M2	NORTENE	UNIDADE	2000,0000	R$ 0,60	R$ 1.200,00
81	LUVA DE ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 3,50	R$ 175,00
82	LUVA DE ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 1,40	R$ 70,00
83	LUVA DE ESGOTO 50 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 2,00	R$ 100,00
84	LUVA DE ESGOTO 75 MM	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 5,49	R$ 54,90
85	LUVA DE LÃ COM BANHO DE LATEX	Worker	UNIDADE	100,0000	R$ 10,00	R$ 1.000,00
86	LUVA HIDRAULICA 20 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 0,70	R$ 70,00
87	LUVA HIDRAULICA 25 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 0,65	R$ 65,00
88	LUVA RASPA CURTA	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 13,00	R$ 130,00
89	MADEIRITE 9MM 2,20X1,10 MT	ALVORADA	UNIDADE	50,0000	R$ 47,00	R$ 2.350,00
90	MARTELO CABO FIBRA N° 27	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 38,00	R$ 380,00
91	OCULOS PROTEÇÃO FUME/ TRANSPARENTE	Worker	UNIDADE	50,0000	R$ 5,00	R$ 250,00
92	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 5" ZINCADO	MISTER	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,95	R$ 4.750,00
93	PARAFUSO LUXO BUCHA 10 P/ FIXAÇÃO DO VASO SANITARIO	NACIONAL	UNIDADE	100,0000	R$ 1,70	R$ 170,00
94	PARAFUSO P/ FORRO 4,2 X 13 MM	MISTER	UNIDADE	20000,0000	R$ 0,07	R$ 1.400,00
95	PARAFUSO P/ FORRO 4,2 X 13 MM AUTO BROCANTE	MISTER	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,07	R$ 350,00
96	PARAFUSO PH 4,5 X 45 MM	MISTER	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,12	R$ 600,00
97	PISO CERAMICO PI 4	MAJOPAR	METRO	500,0000	R$ 18,00	R$ 9.000,00
98	PORCA 5/16 ZINCADA	MISTER	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,12	R$ 600,00
99	PORTA CHAPA FECHADA 80 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	20,0000	R$ 215,00	R$ 4.300,00
100	PREGO 24 X 60	GERDAU	QUILO	100,0000	R$ 17,00	R$ 1.700,00
101	PREGO TELHEIRO	INGAFIX	PACOTE	50,0000	R$ 13,00	R$ 650,00
102	RALO SANFONADO CROMADO	PLASTILIT	UNIDADE	30,0000	R$ 18,00	R$ 540,00
103	REDUÇÃO ESGOTO 100 X 50	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 5,70	R$ 570,00
104	REDUÇÃO ESGOTO 50 X 40	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 1,80	R$ 90,00
105	REGUA PEDREIRO 2 MT LEVE	ALUMAV	UNIDADE	10,0000	R$ 24,00	R$ 240,00
106	REVESTIMENTO DE PAREDE	MAJOPAR	m²	300,0000	R$ 19,00	R$ 5.700,00
107	RIPAO DE PINUS	RESINUS	METRO	3000,0000	R$ 1,40	R$ 4.200,00
108	SERRA MARMORE 1500W	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 390,00	R$ 3.900,00
109	SILICONE 280GR	Worker	UNIDADE	50,0000	R$ 10,00	R$ 500,00
110	SILICONE 50GR	Worker	UNIDADE	100,0000	R$ 4,00	R$ 400,00
111	TABUA 10 CM EUCALIPTO	RESINUS	UNIDADE	200,0000	R$ 3,50	R$ 700,00
112	TABUA 10 CM PINUS	RESINUS	METRO	500,0000	R$ 3,70	R$ 1.850,00
113	TABUA 15 CM EUCALIPTO	RESINUS	UNIDADE	200,0000	R$ 4,20	R$ 840,00
114	TABUA 15 CM PINUS	RESINUS	METRO	500,0000	R$ 4,10	R$ 2.050,00
115	TABUA 20 CM EUCALIPTO	RESINUS	METRO	200,0000	R$ 7,10	R$ 1.420,00
116	TABUA 20 CM PINUS	RESINUS	METRO	800,0000	R$ 6,90	R$ 5.520,00
117	TABUA 25 CM PINUS	RESINUS	METRO	500,0000	R$ 8,90	R$ 4.450,00
118	TABUA 30 CM PINUS	RESINUS	METRO	1000,0000	R$ 9,90	R$ 9.900,00
119	TALHADEIRA 12" POL	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 14,00	R$ 140,00
120	TALHADEIRA CHATA 8" POL	Worker	UNIDADE	10,0000	R$ 14,00	R$ 140,00
121	TEE ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 9,50	R$ 950,00
122	TEE HIDRAULICO 20 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 1,00	R$ 100,00
123	TEE HIDRAULICO 25 MM	PLASTILIT	UNIDADE	100,0000	R$ 0,99	R$ 99,00
124	TELHA CERAMICA IMPERMEABILIZADA "PORTUGUESA"	TETO FORT	UNIDADE	20000,0000	R$ 1,30	R$ 26.000,00
125	TELHA FIBROCIMENTO 3,05X1,10X6MM	ISDRALIT	UNIDADE	200,0000	R$ 74,00	R$ 14.800,00
126	TELHA FIBROCIMENTO 3,66X1,10X6MM	ISDRALIT	UNIDADE	200,0000	R$ 82,00	R$ 16.400,00
127	TIJOLO 6 FUROS 1ª LINHA	CERAMICA CIDADE NOVA	UNIDADE	50000,0000	R$ 0,57	R$ 28.500,00
128	TIJOLO MACIÇO COMUM	CERAMICA CIDADE NOVA	UNIDADE	10000,0000	R$ 0,58	R$ 5.800,00
129	TORNEIRA ALAVANCA ¾ X ¾	MISTER	UNIDADE	50,0000	R$ 18,00	R$ 900,00

130	TORNEIRA JARDIM METAL CROMADA	DELTA METAIS	UNIDADE	50,0000	R$ 27,00	R$ 1.350,00
131	TORNEIRA METAL BICA ALTA PAREDE	DELTA METAIS	UNIDADE	50,0000	R$ 50,00	R$ 2.500,00
132	TORNEIRA PLASTICA PRETA JARDIM	KRONA	UNIDADE	100,0000	R$ 2,90	R$ 290,00
133	TUBO ESGOTO 100 MM COM 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	300,0000	R$ 39,00	R$ 11.700,00
134	TUBO ESGOTO 150MM COM 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	30,0000	R$ 140,00	R$ 4.200,00
135	TUBO ESGOTO 40 MM COM 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	150,0000	R$ 20,00	R$ 3.000,00
136	TUBO ESGOTO 50 MM COM 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	150,0000	R$ 34,00	R$ 5.100,00
137	TUBO ESGOTO 75 MM COM 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 58,00	R$ 2.900,00
138	TUBO HIDRAULICO PVC 20 MM C/ 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	200,0000	R$ 17,00	R$ 3.400,00
139	TUBO HIDRAULICO PVC 25 MM C/ 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	300,0000	R$ 18,00	R$ 5.400,00
140	TUBO HIDRAULICO PVC 32 MM C/ 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 40,00	R$ 400,00
141	TUBO HIDRAULICO PVC 50 MM C/ 6 METROS	PLASTILIT	UNIDADE	30,0000	R$ 68,00	R$ 2.040,00
142	TUBO LIGAÇÃO SANFONADO CROMADO P/ VASO SANITARIO	BLUKIT	UNIDADE	20,0000	R$ 15,00	R$ 300,00
143	VIGA 5,5X11 EUCALIPTO	RESINUS	METRO	800,0000	R$ 7,70	R$ 6.160,00
144	VIGA 5X10CM PINUS	RESINUS	METRO	800,0000	R$ 7,00	R$ 5.600,00
145	VITROR BASCULANTE 40 X 60 CM BANHEIRO	METAL NORTE	UNIDADE	20,0000	R$ 85,00	R$ 1.700,00
Valor total						**R$ 589.219,90**

GUSTAVO AZEVEDO PINTO - ME

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 4"	VONDER	UNIDADE	50,0000	R$ 4,20	R$ 210,00
2	ARAME GALVANIZADO N° 16	GALVANIZADO	QUILO	10,0000	R$ 15,00	R$ 150,00
3	ARAME RECOZIDO N° 18	RECOZIDO	QUILO	200,0000	R$ 10,00	R$ 2.000,00
4	ARGAMASSA AC I	COLABEM	SACO	1000,0000	R$ 10,00	R$ 10.000,00
5	ARGAMASSA AC II	COLABEM	SACO	300,0000	R$ 19,00	R$ 5.700,00
6	ARGAMASSA AC III	COLABEM	SACO	300,0000	R$ 24,00	R$ 7.200,00
7	BROCA AÇO RAPIDO N° 10	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 15,00	R$ 300,00
8	BROCA AÇO RAPIDO N° 6	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 4,00	R$ 80,00
9	BROXA P/ PINTURA	ROMA - 12X4,5 CM	UNIDADE	20,0000	R$ 10,00	R$ 200,00
10	CABO PICARETA	MADEIRA	UNIDADE	20,0000	R$ 12,00	R$ 240,00
11	CAIXA D' AGUA POLIETILENO 500 LTS	FIBRAOESTE	UNIDADE	15,0000	R$ 265,00	R$ 3.975,00
12	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1.000LT	FIBRAOESTE	UNIDADE	10,0000	R$ 480,00	R$ 4.800,00
13	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 3.000 LTS	FIBRAOESTE	un	15,0000	R$ 2.620,00	R$ 39.300,00
14	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 310 LTS	FIBRAOESTE	UNIDADE	15,0000	R$ 225,00	R$ 3.375,00
15	CAPA ARTICULADA 4MM	MULTILIT	PAR	100,0000	R$ 18,00	R$ 1.800,00
16	COLA ADESIVA 175GR	BRASCOLA	UNIDADE	20,0000	R$ 15,00	R$ 300,00
17	COLHER DE PEDREIRO N° 9	BRASFORT	UNIDADE	20,0000	R$ 16,00	R$ 320,00
18	DESEMPENADEIRA AÇO DENTADO 12 X 26 CM	THOMPSON	UNIDADE	10,0000	R$ 14,50	R$ 145,00
19	ESTILETE 25 MM	FERTAK	UNIDADE	10,0000	R$ 15,00	R$ 150,00
20	FITA ZEBRADA	PLASTCOR	UNIDADE	5,0000	R$ 14,50	R$ 72,50
21	JUNÇÃO ESGOTO 150 MM	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 68,00	R$ 680,00
22	JUNÇÃO ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	UNIDADE	10,0000	R$ 3,50	R$ 35,00
23	LINHA PEDREIRO LISA 0,80 MM	BRASFORT	UNIDADE	20,0000	R$ 7,50	R$ 150,00
24	LUVA HIDRAULICA 50 MM	PLASTILIT	UNIDADE	20,0000	R$ 5,00	R$ 100,00
25	LUVA LATEX CURTA	KALPISO	UNIDADE	50,0000	R$ 3,50	R$ 175,00
26	PENEIRA CAFÉ ARO Und AÇO 70 CM	VITORIA	UNIDADE	10,0000	R$ 68,00	R$ 680,00
27	PONTEIRO 12" POL	GMG	UNIDADE	10,0000	R$ 17,00	R$ 170,00
28	PREGO 10X10	INPRELL	QUILO	10,0000	R$ 23,00	R$ 230,00
29	PREGO 12X12	INPRELL	QUILO	20,0000	R$ 16,00	R$ 320,00
30	PREGO 13X15	INPRELL	QUILO	2,0000	R$ 17,00	R$ 34,00
31	PREGO 17 X 21	INPRELL	QUILO	100,0000	R$ 10,90	R$ 1.090,00
32	PREGO 17 X 27	INPRELL	QUILO	100,0000	R$ 10,90	R$ 1.090,00
33	PREGO 18X36	INPRELL	QUILO	20,0000	R$ 10,90	R$ 218,00
34	PREGO 20X42	INPRELL	QUILO	100,0000	R$ 10,90	R$ 1.090,00
35	PREGO 22X48	INPRELL	QUILO	100,0000	R$ 10,90	R$ 1.090,00
36	PREGO 25 X 72	INPRELL	QUILO	100,0000	R$ 14,00	R$ 1.400,00
37	TEE ESGOTO 40 MM	PLASTILIT	UNIDADE	50,0000	R$ 2,80	R$ 140,00
38	TINTA SPRAY CORES SOLIDAS	ETANIZ	UNIDADE	100,0000	R$ 13,90	R$ 1.390,00
39	TORNEIRA LAVATORIO METAL	LEÃO	UNIDADE	20,0000	R$ 57,00	R$ 1.140,00
40	TORNEIRA METAL BICA ALTA BANCADA	LEÃO	UNIDADE	20,0000	R$ 58,00	R$ 1.160,00
41	VASO ACOPLADO COMPLETO	SANTA MARINA	UNIDADE	15,0000	R$ 505,00	R$ 7.575,00
42	VEDA ROSCA 10 METROS	GOOL	UNIDADE	100,0000	R$ 1,90	R$ 190,00
43	VEDA ROSCA 50 METROS	GOOL	UNIDADE	100,0000	R$ 7,00	R$ 700,00
Valor total						**R$ 101.164,50**

J.L.B MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 1/2"	VONDER	UNIDADE	100,0000	R$ 1,00	R$ 100,00
2	AREIA FINA	CONGOINHAS	MT3	600,0000	R$ 111,00	R$ 66.600,00
3	ARRUELA 5/16 ZINCADA	JOMARCA	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,09	R$ 450,00
4	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO CORES	ALUMASA	UNIDADE	20,0000	R$ 53,00	R$ 1.060,00
5	ASSENTO SANITARIO COMUM CORES	ALUMASA	UNIDADE	20,0000	R$ 24,00	R$ 480,00
6	BOTA DE BORRACHA LONGA (PAR)	INNPRO	UNIDADE	20,0000	R$ 75,00	R$ 1.500,00
7	BROCA AÇO RAPIDO N° 12	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 18,00	R$ 360,00
8	BROCA AÇO RAPIDO N° 5	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 4,00	R$ 80,00
9	BROCA AÇO RAPIDO N° 8	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 5,00	R$ 100,00
10	BROCA VIDEA N° 10	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 5,00	R$ 100,00
11	BROCA VIDEA N° 12	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 15,00	R$ 300,00
12	BROCA VIDEA N° 7	MTX	UNIDADE	20,0000	R$ 5,00	R$ 100,00
13	CABO APÁ	EUCALIPTO	UNIDADE	20,0000	R$ 9,50	R$ 190,00
14	CABO ENXADA	EUCALIPTO	UNIDADE	20,0000	R$ 9,40	R$ 188,00
15	CABO MACHADO	EUCALIPTO	UNIDADE	20,0000	R$ 11,00	R$ 220,00
16	CABO MARTELO	EUCALIPTO	UNIDADE	10,0000	R$ 7,90	R$ 79,00
17	CADEADO N° 20	TRI-ANGLE	UNIDADE	20,0000	R$ 11,90	R$ 238,00
18	CADEADO N° 25	TRI-ANGLE	UNIDADE	20,0000	R$ 14,00	R$ 280,00

19	CAL PINTURA 8 KG	ENGECAL	SACA	500,0000	R$ 6,80	R$ 3.400,00
20	CAL VIRGEM 20 KG	N°1	SACA	2000,0000	R$ 5,50	R$ 11.000,00
21	CANTONEIRA 30CM REFORÇADA	ATOPY	UNIDADE	100,0000	R$ 4,40	R$ 440,00
22	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO 60L	MAESTRO	UNIDADE	10,0000	R$ 239,00	R$ 2.390,00
23	COLA ADESIVA 17GR	KRONA	UNIDADE	100,0000	R$ 3,90	R$ 390,00
24	COLA ADESIVA 75GR	KRONA	UNIDADE	50,0000	R$ 7,00	R$ 350,00
25	COLA INSTANTANEA 100GR	TREE-BOND	UNIDADE	20,0000	R$ 21,00	R$ 420,00
26	CURVA ESGOTO 100 MM 90°	KRONA	UNIDADE	100,0000	R$ 5,50	R$ 550,00
27	CURVA PVC 32 MM	KRONA	UNIDADE	20,0000	R$ 3,00	R$ 60,00
28	CURVA PVC 50 MM MARROM	KRONA	UNIDADE	20,0000	R$ 10,00	R$ 200,00
29	DESENGRIPANTE SPRAY	CHEMYCOLOR	UNIDADE	50,0000	R$ 6,00	R$ 300,00
30	DISCO DIAMANTADO TURBO 110MM	ATOPY	UNIDADE	100,0000	R$ 11,00	R$ 1.100,00
31	EMENDA "H" P/ FORRO PVC (BRANCO GELO)	MFPLAST	UNIDADE	60,0000	R$ 7,90	R$ 474,00
32	ESMIRILHADEIRA PROFISSIONAL 850W	MENGTAI	UNIDADE	5,0000	R$ 250,00	R$ 1.250,00
33	FIXADOR P/ CAL PINTURA	FUNTA LIDER	UNIDADE	500,0000	R$ 1,40	R$ 700,00
34	FORMÃO 1/2	MTX	UNIDADE	5,0000	R$ 16,40	R$ 82,00
35	FORMÃO 3/4	MTX	UNIDADE	5,0000	R$ 16,90	R$ 84,50
36	FURADEIRA PROFISSIONAL 550W	BLACK&DECKER	UNIDADE	5,0000	R$ 230,00	R$ 1.150,00
37	JUNÇÃO ESGOTO 50 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 5,90	R$ 59,00
38	LAMINA SERRINHA BI-METAL	PROFIELD	UNIDADE	50,0000	R$ 4,80	R$ 240,00
39	LUVA DE ESGOTO 150 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 20,00	R$ 200,00
40	LUVA HIDRAULICA 32 MM	KRONA	UNIDADE	20,0000	R$ 2,00	R$ 40,00
41	MARTELO ROMPEDOR "MARTELETE" 800W	WAP	UNIDADE	3,0000	R$ 550,00	R$ 1.650,00
42	NIVEL ALUMINIO 16"	MTX	UNIDADE	10,0000	R$ 20,00	R$ 200,00
43	PORTA CHAPA FECHADA 60 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 250,00	R$ 2.500,00
44	PORTA CHAPA FECHADA 70 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 250,00	R$ 2.500,00
45	PORTA CHAPA POSTIGO LUXO 80 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 380,00	R$ 3.800,00
46	REDUÇÃO ESGOTO 100 X 75	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 7,00	R$ 70,00
47	REDUÇÃO ESGOTO 75 X 50	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 7,00	R$ 70,00
48	TEE ESGOTO 150 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 48,00	R$ 480,00
49	TEE ESGOTO 50 MM	KRONA	UNIDADE	50,0000	R$ 4,00	R$ 200,00
50	TEE ESGOTO 75 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 10,00	R$ 100,00
51	TEE HIDRAULICO 32 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 4,50	R$ 45,00
52	TEE HIDRAULICO 50 MM	KRONA	UNIDADE	10,0000	R$ 7,00	R$ 70,00
53	TELA GALINHEIRO 1,5 MT ALTURA FIO 22	ECORURAL	UNIDADE	200,0000	R$ 90,00	R$ 18.000,00
54	TELA MANGUEIRÃO 0,80 MT ALTURA FIO 16	ECORURAL	UNIDADE	200,0000	R$ 45,00	R$ 9.000,00
55	TELA VIVEIRO 1 MT ALTURA FIO 24	ECORURAL	UNIDADE	200,0000	R$ 80,00	R$ 16.000,00
56	TORNEIRA TANQUE E MAQUINA METAL	KRONA	UNIDADE	20,0000	R$ 65,00	R$ 1.300,00
57	VITROR CHAPA 100X100 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	20,0000	R$ 270,00	R$ 5.400,00
58	VITROR CHAPA 100X120 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 290,00	R$ 2.900,00
59	VITROR CHAPA 100X150 CM BATENTE 12	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 350,00	R$ 3.500,00
60	VITROR MAX-AR 50X50 CM BANHEIRO	METAL NORTE	UNIDADE	20,0000	R$ 133,00	R$ 2.660,00
61	VITROR MAX-AR 60X60 CM BANHEIRO	METAL NORTE	UNIDADE	10,0000	R$ 140,00	R$ 1.400,00
Valor total						**R$ 169.149,50**

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E7109CD2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 12/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO								
PROCESSO ADMINISTRATIVO								
Modalidade:	Inexigibilidade							
Número/Ano:	12/2026		**Data de abertura:**	10/09/2026				
Data adjudicação:	10/09/2026		**Data homologação:**	10/09/2026				
Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**	Menor preço				
Modo de disputa:			**Condição de pagamento:**	Parcelada				
Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	Não	
Objeto da licitação:	ESPETÁCULO TEATRAL “PERDIDOS NO GIBI” E O ESPETÁCULO TEATRAL “FELICIDADE SEM MEDIDAS”, COM ABORDAGEM VOLTADA À CONSCIENTIZAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL, EM ALUSÃO À CAMPANHA SETEMBRO AMARELO.							

Nos termos do Art. 74, caput, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
DUSOL PRODUCOES LTDA	33.161.796/0001-13	R$ 18.500,00

DUSOL PRODUCOES LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
18729	Espetáculo teatral "Perdido no Gibi" em comemoração ao dia das crianças contendo equipe artística profissional, equipe técnica direção artística, produção artística, figurinos equipamentos de sonorização, caixas de som para 400 pessoas, equipamentos de iluminação, montagem desmontagem, alimentação, transporte e encargos tributários.	UND	2,0000	R$ 6.000,0000	R$ 12.000,00
18730	Espetáculo teatral "Felicidade sem medidas" abordando o tema saúde mental em alusão ao setembro amarelo contendo equipe artística profissional, equipe técnica direção artística, produção artística, figurinos equipamentos de sonorização, caixas de som para 400 pessoas, equipamentos de iluminação, montagem desmontagem, alimentação, transporte e encargos tributários.	UND	1,0000	R$ 6.500,0000	R$ 6.500,00

Valor Total: R$ 18.500,00

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 10 de setembro de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:00BBD0EA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 24/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO				
Modalidade:	Pregão Presencial			
Número/Ano:	24/2026	**Data de abertura:**	28/08/2026	
Data adjudicação:	03/09/2026	**Data homologação:**	11/09/2026	
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	Parcelada	

Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim		

Objeto da licitação:
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
J.L.B MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA	22.798.251/0001-04	R$ 169.149,50
GUSTAVO AZEVEDO PINTO - ME	08.688.131/0001-15	R$ 101.164,50
AZUMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	18.444.353/0001-46	R$ 589.219,90
Total:		**R$ 859.533,90**

J.L.B MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
14878	EMENDA "H" P/ FORRO PVC (BRANCO GELO)	UNIDADE	60,0000	R$ 7,9000	R$ 474,00
14894	PORTA CHAPA FECHADA 70 CM BATENTE 12	UNIDADE	10,0000	R$ 250,0000	R$ 2.500,00
14895	PORTA CHAPA FECHADA 60 CM BATENTE 12	UNIDADE	10,0000	R$ 250,0000	R$ 2.500,00
14896	PORTA CHAPA POSTIGO LUXO 80 CM BATENTE 12	UNIDADE	10,0000	R$ 380,0000	R$ 3.800,00
14897	VITROR CHAPA 100X100 CM BATENTE 12	UNIDADE	20,0000	R$ 270,0000	R$ 5.400,00
14898	VITROR CHAPA 100X120 CM BATENTE 12	UNIDADE	10,0000	R$ 290,0000	R$ 2.900,00
14899	VITROR CHAPA 100X150 CM BATENTE 12	UNIDADE	10,0000	R$ 350,0000	R$ 3.500,00
14901	VITROR MAX-AR 50X50 CM BANHEIRO	UNIDADE	20,0000	R$ 133,0000	R$ 2.660,00
14902	VITROR MAX-AR 60X60 CM BANHEIRO	UNIDADE	10,0000	R$ 140,0000	R$ 1.400,00
14912	LUVA DE ESGOTO 150 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 20,0000	R$ 200,00
14915	LUVA HIDRAULICA 32 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 2,0000	R$ 40,00
14917	CURVA ESGOTO 100 MM 90°	UNIDADE	100,0000	R$ 5,5000	R$ 550,00
14926	CURVA PVC 32 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 3,0000	R$ 60,00
14927	CURVA PVC 50 MM MARROM	UNIDADE	20,0000	R$ 10,0000	R$ 200,00
14929	TEE ESGOTO 50 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 4,0000	R$ 200,00
14931	TEE ESGOTO 75 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 10,0000	R$ 100,00
14932	TEE ESGOTO 150 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 48,0000	R$ 480,00
14935	TEE HIDRAULICO 32 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 4,5000	R$ 45,00
14936	TEE HIDRAULICO 50 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 7,0000	R$ 70,00
14938	JUNÇÃO ESGOTO 50 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 5,9000	R$ 59,00
14944	REDUÇÃO ESGOTO 75 X 50	UNIDADE	10,0000	R$ 7,0000	R$ 70,00
14945	REDUÇÃO ESGOTO 100 X 75	UNIDADE	10,0000	R$ 7,0000	R$ 70,00
14952	TORNEIRA TANQUE E MAQUINA METAL	UNIDADE	20,0000	R$ 65,0000	R$ 1.300,00
14967	BROCA VIDEA N° 7	UNIDADE	20,0000	R$ 5,0000	R$ 100,00
14969	BROCA VIDEA N° 10	UNIDADE	20,0000	R$ 5,0000	R$ 100,00
14970	BROCA VIDEA N° 12	UNIDADE	20,0000	R$ 15,0000	R$ 300,00
14971	BROCA AÇO RAPIDO N° 5	UNIDADE	20,0000	R$ 4,0000	R$ 80,00
14973	BROCA AÇO RAPIDO N° 8	UNIDADE	20,0000	R$ 5,0000	R$ 100,00
14975	BROCA AÇO RAPIDO N° 12	UNIDADE	20,0000	R$ 18,0000	R$ 360,00
14982	ASSENTO SANITARIO COMUM CORES	UNIDADE	20,0000	R$ 24,0000	R$ 480,00
14983	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO CORES	UNIDADE	20,0000	R$ 53,0000	R$ 1.060,00
14984	FORMÃO 3/4	UNIDADE	5,0000	R$ 16,9000	R$ 84,50
14986	FORMÃO 1/2	UNIDADE	5,0000	R$ 16,4000	R$ 82,00
15000	COLA ADESIVA 17GR	UNIDADE	100,0000	R$ 3,9000	R$ 390,00
15001	COLA ADESIVA 75GR	UNIDADE	50,0000	R$ 7,0000	R$ 350,00
15003	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 1/2"	UNIDADE	100,0000	R$ 1,0000	R$ 100,00
15011	CADEADO N° 20	UNIDADE	20,0000	R$ 11,9000	R$ 238,00
15012	CADEADO N° 25	UNIDADE	20,0000	R$ 14,0000	R$ 280,00
15018	LAMINA SERRINHA BI-METAL	UNIDADE	50,0000	R$ 4,8000	R$ 240,00
15033	CABO MARTELO	UNIDADE	10,0000	R$ 7,9000	R$ 79,00
15034	CABO ENXADA	UNIDADE	20,0000	R$ 9,4000	R$ 188,00

	15035	CABO APÁ	UNIDADE	20,0000	R$ 9,5000	R$ 190,00	
	15037	CABO MACHADO	UNIDADE	20,0000	R$ 11,0000	R$ 220,00	
	15039	COLA INSTANTANEA 100GR	UNIDADE	20,0000	R$ 21,0000	R$ 420,00	
	15050	NIVEL ALUMINIO 16"	UNIDADE	10,0000	R$ 20,0000	R$ 200,00	
	15055	CANTONEIRA 30CM REFORÇADA	UNIDADE	100,0000	R$ 4,4000	R$ 440,00	
	15058	DESENGRIPANTE SPRAY	UNIDADE	50,0000	R$ 6,0000	R$ 300,00	
	15060	FIXADOR P/ CAL PINTURA	UNIDADE	500,0000	R$ 1,4000	R$ 700,00	
	15066	ARRUELA 5/16 ZINCADA	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,0900	R$ 450,00	
	15072	TELA GALINHEIRO 1,5 MT ALTURA FIO 22	UNIDADE	200,0000	R$ 90,0000	R$ 18.000,00	
	15073	TELA VIVEIRO 1 MT ALTURA FIO 24	UNIDADE	200,0000	R$ 80,0000	R$ 16.000,00	
	15074	TELA MANGUEIRÃO 0,80 MT ALTURA FIO 16	UNIDADE	200,0000	R$ 45,0000	R$ 9.000,00	
	15076	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO 60L	UNIDADE	10,0000	R$ 239,0000	R$ 2.390,00	
	15078	FURADEIRA PROFISSIONAL 550W	UNIDADE	5,0000	R$ 230,0000	R$ 1.150,00	
	15079	ESMIRILHADEIRA PROFISSIONAL 850W	UNIDADE	5,0000	R$ 250,0000	R$ 1.250,00	
	15080	MARTELO ROMPEDOR "MARTELETE" 800W	UNIDADE	3,0000	R$ 550,0000	R$ 1.650,00	
	15087	DISCO DIAMANTADO TURBO 110MM	UNIDADE	100,0000	R$ 11,0000	R$ 1.100,00	
	18482	BOTA DE BORRACHA LONGA (PAR)	UNIDADE	20,0000	R$ 75,0000	R$ 1.500,00	
	8831	CAL PINTURA 8 KG	SACA	500,0000	R$ 6,8000	R$ 3.400,00	
	8832	CAL VIRGEM 20 KG	SACA	2000,0000	R$ 5,5000	R$ 11.000,00	
	931	AREIA FINA	MT3	600,0000	R$ 111,0000	R$ 66.600,00	
	Valor Total: R$ 169.149,50						

	GUSTAVO AZEVEDO PINTO - ME - Não Exclusivo						
	Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
	10868	ARGAMASSA AC III	SACO	300,0000	R$ 24,0000	R$ 7.200,00	
	11059	PREGO 10X10	QUILO	10,0000	R$ 23,0000	R$ 230,00	
	11060	PREGO 12X12	QUILO	20,0000	R$ 16,0000	R$ 320,00	
	11061	PREGO 13X15	QUILO	2,0000	R$ 17,0000	R$ 34,00	
	11066	PREGO 18X36	QUILO	20,0000	R$ 10,9000	R$ 218,00	
	11067	PREGO 20X42	QUILO	100,0000	R$ 10,9000	R$ 1.090,00	
	11069	PREGO 22X48	QUILO	100,0000	R$ 10,9000	R$ 1.090,00	
	12611	PENEIRA CAFÉ ARO Und AÇO 70 CM	UNIDADE	10,0000	R$ 68,0000	R$ 680,00	
	14892	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1.000LT	UNIDADE	10,0000	R$ 480,0000	R$ 4.800,00	
	14916	LUVA HIDRAULICA 50 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 5,0000	R$ 100,00	
	14930	TEE ESGOTO 40 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 2,8000	R$ 140,00	
	14939	JUNÇÃO ESGOTO 40 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 3,5000	R$ 35,00	
	14941	JUNÇÃO ESGOTO 150 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 68,0000	R$ 680,00	
	14950	TORNEIRA METAL BICA ALTA BANCADA	UNIDADE	20,0000	R$ 58,0000	R$ 1.160,00	
	14954	TORNEIRA LAVATORIO METAL	UNIDADE	20,0000	R$ 57,0000	R$ 1.140,00	
	14956	VEDA ROSCA 10 METROS	UNIDADE	100,0000	R$ 1,9000	R$ 190,00	
	14957	VEDA ROSCA 50 METROS	UNIDADE	100,0000	R$ 7,0000	R$ 700,00	
	14960	VASO ACOPLADO COMPLETO	UNIDADE	15,0000	R$ 505,0000	R$ 7.575,00	
	14972	BROCA AÇO RAPIDO N° 6	UNIDADE	20,0000	R$ 4,0000	R$ 80,00	
	14974	BROCA AÇO RAPIDO N° 10	UNIDADE	20,0000	R$ 15,0000	R$ 300,00	
	14976	LINHA PEDREIRO LISA 0,80 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 7,5000	R$ 150,00	
	14978	ESTILETE 25 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 15,0000	R$ 150,00	
	14991	PREGO 17 X 21	QUILO	100,0000	R$ 10,9000	R$ 1.090,00	
	14992	PREGO 17 X 27	QUILO	100,0000	R$ 10,9000	R$ 1.090,00	
	14997	PREGO 25 X 72	QUILO	100,0000	R$ 14,0000	R$ 1.400,00	
	14999	BROXA P/ PINTURA	UNIDADE	20,0000	R$ 10,0000	R$ 200,00	
	15002	COLA ADESIVA 175GR	UNIDADE	20,0000	R$ 15,0000	R$ 300,00	
	15006	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 4"	UNIDADE	50,0000	R$ 4,2000	R$ 210,00	
	15021	PONTEIRO 12" POL	UNIDADE	10,0000	R$ 17,0000	R$ 170,00	
	15024	ARAME RECOZIDO N° 18	QUILO	200,0000	R$ 10,0000	R$ 2.000,00	
	15026	ARAME GALVANIZADO N° 16	QUILO	10,0000	R$ 15,0000	R$ 150,00	
	15036	CABO PICARETA	UNIDADE	20,0000	R$ 12,0000	R$ 240,00	
	15041	LUVA LATEX CURTA	UNIDADE	50,0000	R$ 3,5000	R$ 175,00	
	15043	COLHER DE PEDREIRO N° 9	UNIDADE	20,0000	R$ 16,0000	R$ 320,00	
	15045	DESEMPENADEIRA AÇO DENTADO 12 X 26 CM	UNIDADE	10,0000	R$ 14,5000	R$ 145,00	
	15054	FITA ZEBRADA	UNIDADE	5,0000	R$ 14,5000	R$ 72,50	
	15059	TINTA SPRAY CORES SOLIDAS	UNIDADE	100,0000	R$ 13,9000	R$ 1.390,00	
	16381	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 3.000 LTS	un	15,0000	R$ 2.620,0000	R$ 39.300,00	
	18485	CAPA ARTICULADA 4MM	PAR	100,0000	R$ 18,0000	R$ 1.800,00	
	5307	ARGAMASSA AC I	SACO	1000,0000	R$ 10,0000	R$ 10.000,00	
	5308	ARGAMASSA AC II	SACO	300,0000	R$ 19,0000	R$ 5.700,00	
	8824	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 310 LTS	UNIDADE	15,0000	R$ 225,0000	R$ 3.375,00	
	8825	CAIXA D' AGUA POLIETILENO 500 LTS	UNIDADE	15,0000	R$ 265,0000	R$ 3.975,00	
	Valor Total: R$ 101.164,50						

	AZUMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME - Não Exclusivo						
	Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
	11030	LUVA DE ESGOTO 40 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 1,4000	R$ 70,00	
	11031	LUVA DE ESGOTO 50 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 2,0000	R$ 100,00	
	11032	LUVA DE ESGOTO 75 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 5,4900	R$ 54,90	
	11033	LUVA DE ESGOTO 100 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 3,5000	R$ 175,00	
	14869	TABUA 10 CM EUCALIPTO	UNIDADE	200,0000	R$ 3,5000	R$ 700,00	
	14870	TABUA 15 CM EUCALIPTO	UNIDADE	200,0000	R$ 4,2000	R$ 840,00	
	14871	TABUA 20 CM EUCALIPTO	METRO	200,0000	R$ 7,1000	R$ 1.420,00	
	14874	1/2 CANA PINUS MOLDURA	METRO	400,0000	R$ 4,3000	R$ 1.720,00	
	14875	FORRO PVC 8MM X 200MM (COR BRANCO GELO)	METRO	800,0000	R$ 17,9000	R$ 14.320,00	
	14879	CANTO INTERNO P/ MOLDURA PVC	UNIDADE	100,0000	R$ 3,3000	R$ 330,00	
	14880	CANTO EXTERNO P/ MOLDURA PVC	UNIDADE	100,0000	R$ 3,3000	R$ 330,00	
	14881	EMENDA P/ MOLDURA PVC	UNIDADE	100,0000	R$ 2,9000	R$ 290,00	
	14882	PARAFUSO P/ FORRO 4,2 X 13 MM	UNIDADE	20000,0000	R$ 0,0700	R$ 1.400,00	
	14883	PARAFUSO P/ FORRO 4,2 X 13 MM AUTO BROCANTE	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,0700	R$ 350,00	
	14884	TELHA CERAMICA IMPERMEABILIZADA "PORTUGUESA"	UNIDADE	20000,0000	R$ 1,3000	R$ 26.000,00	
	14888	CAPA 6MM 15° À 35°	UNIDADE	100,0000	R$ 25,0000	R$ 2.500,00	
	14889	CAPA UNIVERSAL 6MM	UNIDADE	100,0000	R$ 24,0000	R$ 2.400,00	

	14893	PORTA CHAPA FECHADA 80 CM BATENTE 12	UNIDADE	20,0000	R$ 215,0000	R$ 4.300,00	
	14900	VITRO R BASCULANTE 40 X 60 CM BANHEIRO	UNIDADE	20,0000	R$ 85,0000	R$ 1.700,00	
	14903	TUBO ESGOTO 100 MM COM 6 METROS	UNIDADE	300,0000	R$ 39,0000	R$ 11.700,00	
	14904	TUBO ESGOTO 50 MM COM 6 METROS	UNIDADE	150,0000	R$ 34,0000	R$ 5.100,00	
	14905	TUBO ESGOTO 40 MM COM 6 METROS	UNIDADE	150,0000	R$ 20,0000	R$ 3.000,00	
	14906	TUBO ESGOTO 75 MM COM 6 METROS	UNIDADE	50,0000	R$ 58,0000	R$ 2.900,00	
	14907	TUBO ESGOTO 150MM COM 6 METROS	UNIDADE	30,0000	R$ 140,0000	R$ 4.200,00	
	14908	TUBO HIDRAULICO PVC 20 MM C/ 6 METROS	UNIDADE	200,0000	R$ 17,0000	R$ 3.400,00	
	14909	TUBO HIDRAULICO PVC 25 MM C/ 6 METROS	UNIDADE	300,0000	R$ 18,0000	R$ 5.400,00	
	14910	TUBO HIDRAULICO PVC 32 MM C/ 6 METROS	UNIDADE	10,0000	R$ 40,0000	R$ 400,00	
	14911	TUBO HIDRAULICO PVC 50 MM C/ 6 METROS	UNIDADE	30,0000	R$ 68,0000	R$ 2.040,00	
	14913	LUVA HIDRAULICA 20 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 0,7000	R$ 70,00	
	14914	LUVA HIDRAULICA 25 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 0,6500	R$ 65,00	
	14918	CURVA ESGOTO 100 MM 45°	UNIDADE	100,0000	R$ 5,9000	R$ 590,00	
	14919	CURVA ESGOTO 50 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 2,0000	R$ 100,00	
	14920	CURVA ESGOTO 40 MM	UNIDADE	50,0000	R$ 1,5000	R$ 75,00	
	14921	CURVA ESGOTO 75 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 5,5000	R$ 110,00	
	14923	CURVA ESGOTO 150 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 27,0000	R$ 270,00	
	14924	CURVA PVC 20 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 0,9000	R$ 90,00	
	14925	CURVA PVC 25 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 1,0000	R$ 100,00	
	14928	TEE ESGOTO 100 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 9,5000	R$ 950,00	
	14933	TEE HIDRAULICO 20 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 1,0000	R$ 100,00	
	14934	TEE HIDRAULICO 25 MM	UNIDADE	100,0000	R$ 0,9900	R$ 99,00	
	14937	JUNÇÃO ESGOTO 100 MM	UNIDADE	20,0000	R$ 16,0000	R$ 320,00	
	14940	JUNÇÃO ESGOTO 75 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 13,5000	R$ 135,00	
	14942	REDUÇÃO ESGOTO 100 X 50	UNIDADE	100,0000	R$ 5,7000	R$ 570,00	
	14943	REDUÇÃO ESGOTO 50 X 40	UNIDADE	50,0000	R$ 1,8000	R$ 90,00	
	14946	LIXA MASSA GRÃO 50 ATÉ 220	UNIDADE	200,0000	R$ 0,8000	R$ 160,00	
	14947	LIXA D'AGUA GRÃO 80 ATÉ 400	UNIDADE	200,0000	R$ 1,4000	R$ 280,00	
	14948	LIXA FERRO GRÃO 36 ATÉ 220	UNIDADE	200,0000	R$ 1,9000	R$ 380,00	
	14949	TORNEIRA METAL BICA ALTA PAREDE	UNIDADE	50,0000	R$ 50,0000	R$ 2.500,00	
	14951	TORNEIRA JARDIM METAL CROMADA	UNIDADE	50,0000	R$ 27,0000	R$ 1.350,00	
	14953	TORNEIRA ALAVANCA ¾ X ¾	UNIDADE	50,0000	R$ 18,0000	R$ 900,00	
	14955	TORNEIRA PLASTICA PRETA JARDIM	UNIDADE	100,0000	R$ 2,9000	R$ 290,00	
	14958	TUBO LIGAÇÃO SANFONADO CROMADO P/ VASO SANITARIO	UNIDADE	20,0000	R$ 15,0000	R$ 300,00	
	14959	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS	UNIDADE	10,0000	R$ 385,0000	R$ 3.850,00	
	14961	CAIXA DE DESCARGA	UNIDADE	30,0000	R$ 36,0000	R$ 1.080,00	
	14964	ESPUDE P/ VASO SANITARIO	UNIDADE	50,0000	R$ 3,0000	R$ 150,00	
	14965	PARAFUSO LUXO BUCHA 10 P/ FIXAÇÃO DO VASO SANITARIO	UNIDADE	100,0000	R$ 1,7000	R$ 170,00	
	14966	BROCA VIDEA N° 6	UNIDADE	20,0000	R$ 4,0000	R$ 80,00	
	14968	BROCA VIDEA N° 8	UNIDADE	20,0000	R$ 5,0000	R$ 100,00	
	14977	ESTILETE 9 MM	UNIDADE	10,0000	R$ 6,0000	R$ 60,00	
	14979	OCULOS PROTEÇÃO FUME/ TRANSPARENTE	UNIDADE	50,0000	R$ 5,0000	R$ 250,00	
	14980	DOBRADIÇAS 3.1/2" POL ZINCADA	UNIDADE	100,0000	R$ 3,4000	R$ 340,00	
	14981	DOBRADIÇAS 4" POL ZINCADA	UNIDADE	100,0000	R$ 3,4000	R$ 340,00	
	14985	FORMÃO 5/8	UNIDADE	5,0000	R$ 16,0000	R$ 80,00	
	14987	MARTELO CABO FIBRA N° 27	UNIDADE	10,0000	R$ 38,0000	R$ 380,00	
	14996	PREGO 24 X 60	QUILO	100,0000	R$ 17,0000	R$ 1.700,00	
	14998	PREGO TELHEIRO	PACOTE	50,0000	R$ 13,0000	R$ 650,00	
	15004	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 3/4"	UNIDADE	100,0000	R$ 1,1000	R$ 110,00	
	15005	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 2"	UNIDADE	100,0000	R$ 1,9000	R$ 190,00	
	15007	FECHADURA WC	UNIDADE	20,0000	R$ 36,0000	R$ 720,00	
	15008	FECHADURA INTERNA	UNIDADE	20,0000	R$ 38,0000	R$ 760,00	
	15009	FECHADURA EXTERNA	UNIDADE	20,0000	R$ 48,0000	R$ 960,00	
	15010	FECHADURA PORTA DE CORRER "BICO DE PAPAGUAIO"	UNIDADE	10,0000	R$ 58,0000	R$ 580,00	
	15013	CADEADO N° 30	UNIDADE	20,0000	R$ 19,0000	R$ 380,00	
	15014	CADEADO N° 40	UNIDADE	20,0000	R$ 22,0000	R$ 440,00	
	15015	CADEADO N° 50	UNIDADE	30,0000	R$ 29,0000	R$ 870,00	
	15016	SILICONE 50GR	UNIDADE	100,0000	R$ 4,0000	R$ 400,00	
	15017	SILICONE 280GR	UNIDADE	50,0000	R$ 10,0000	R$ 500,00	
	15019	TALHADEIRA 12" POL	UNIDADE	10,0000	R$ 14,0000	R$ 140,00	
	15020	TALHADEIRA CHATA 8" POL	UNIDADE	10,0000	R$ 14,0000	R$ 140,00	
	15023	COTURNO DE SEGURANÇA COM BICO PVC	UNIDADE	50,0000	R$ 52,0000	R$ 2.600,00	
	15025	ARAME GALVANIZADO N° 12	QUILO	10,0000	R$ 13,5000	R$ 135,00	
	15027	ARAME GALVANIZADO N° 18	QUILO	10,0000	R$ 17,0000	R$ 170,00	
	15028	ARAME GALVANIZADO N° 20	QUILO	10,0000	R$ 20,0000	R$ 200,00	
	15029	FIO NYLON PARA ROÇADEIRA 3MM	UNIDADE	2000,0000	R$ 0,5500	R$ 1.100,00	
	15031	ALICATE DE BICO 6"	UNIDADE	10,0000	R$ 18,0000	R$ 180,00	
	15032	ALICATE DE CORTE 6"	UNIDADE	10,0000	R$ 18,0000	R$ 180,00	
	15040	LUVA RASPA CURTA	UNIDADE	10,0000	R$ 13,0000	R$ 130,00	
	15042	LUVA DE LÃ COM BANHO DE LATEX	UNIDADE	100,0000	R$ 10,0000	R$ 1.000,00	
	15044	DESEMPENADEIRA PLASTICO 17 X 30 CM	UNIDADE	100,0000	R$ 9,0000	R$ 900,00	
	15046	CORDA 6 MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,7500	R$ 750,00	
	15047	CORDA 10 MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 1,2000	R$ 1.200,00	
	15048	CORRENTE ELO CURTO 5 MM	METRO	200,0000	R$ 8,5000	R$ 1.700,00	
	15049	REGUA PEDREIRO 2 MT LEVE	UNIDADE	10,0000	R$ 24,0000	R$ 240,00	
	15051	LIMA ENXADA	UNIDADE	50,0000	R$ 13,5000	R$ 675,00	
	15052	LIMA MOTO SERRA 3/16	UNIDADE	20,0000	R$ 7,5000	R$ 150,00	
	15053	LAPIS CARPINTEIRO	UNIDADE	300,0000	R$ 1,6000	R$ 480,00	
	15056	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO	UNIDADE	30,0000	R$ 6,0000	R$ 180,00	
	15057	RALO SANFONADO CROMADO	UNIDADE	30,0000	R$ 18,0000	R$ 540,00	
	15062	KIT 5 PEÇAS ABS CROMADO P/ BANHEIRO	UNIDADE	20,0000	R$ 39,0000	R$ 780,00	
	15063	PARAFUSO PH 4,5 X 45 MM	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,1200	R$ 600,00	
	15064	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 5" ZINCADO	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,9500	R$ 4.750,00	
	15065	PORCA 5/16 ZINCADA	UNIDADE	5000,0000	R$ 0,1200	R$ 600,00	
	15067	BUCHA FIXAÇÃO 6MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,0800	R$ 80,00	

	15068	BUCHA FIXAÇÃO 8MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,0800	R$ 80,00	
	15069	BUCHA FIXAÇÃO 10MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,1000	R$ 100,00	
	15070	BUCHA FIXAÇÃO 12MM	UNIDADE	1000,0000	R$ 0,1200	R$ 120,00	
	15071	LONA PRETA PLASTICA LEVE POR M2	UNIDADE	2000,0000	R$ 0,6000	R$ 1.200,00	
	15075	CARRINHO DE MÃO 45L	UNIDADE	20,0000	R$ 85,0000	R$ 1.700,00	
	15077	MADEIRITE 9MM 2,20X1,10 MT	UNIDADE	50,0000	R$ 47,0000	R$ 2.350,00	
	15081	BETONEIRA COM MOTOR 400LT	UNIDADE	3,0000	R$ 4.650,0000	R$ 13.950,00	
	15082	SERRA MARMORE 1500W	UNIDADE	10,0000	R$ 390,0000	R$ 3.900,00	
	15083	ESPUMA EXPANSIVA 340GR	UNIDADE	50,0000	R$ 11,0000	R$ 550,00	
	15085	DISCO VIDEA 110MM	UNIDADE	50,0000	R$ 11,0000	R$ 550,00	
	15086	DISCO VIDEA 185MM	UNIDADE	20,0000	R$ 25,0000	R$ 500,00	
	15088	DISCO FLAP 4,5" DIVERSAS GRANULAÇÕES	UNIDADE	100,0000	R$ 4,3000	R$ 430,00	
	15089	DISCO DESBASTE 4,5"	UNIDADE	50,0000	R$ 5,0000	R$ 250,00	
	16382	REVESTIMENTO DE PAREDE	m²	300,0000	R$ 19,0000	R$ 5.700,00	
	18479	1/2 CANA PVC (MOLDURA) BRANCO GELO	METRO	600,0000	R$ 12,5000	R$ 7.500,00	
	18480	1/2 CANA PVC (PERFIL U) BRANCO GELO	METRO	200,0000	R$ 7,9000	R$ 1.580,00	
	18481	ALICATE UNIVERSAL 6”	UNIDADE	10,0000	R$ 18,0000	R$ 180,00	
	18483	CAIBRO 5X5 CM PINUS	METRO	1000,0000	R$ 3,8000	R$ 3.800,00	
	18484	CAIBRO 5X5,5 CM EUCALIPTO	METRO	800,0000	R$ 3,7500	R$ 3.000,00	
	18486	DISCO DE CORTE INOX 4,5”	UNIDADE	200,0000	R$ 1,5000	R$ 300,00	
	18487	ENGATE FLEXIVEL 40MM	UNIDADE	30,0000	R$ 4,5000	R$ 135,00	
	18488	ENGATE FLEXIVEL 60MM	UNIDADE	30,0000	R$ 4,7000	R$ 141,00	
	18489	FORRO MADEIRA PINUS 2,5MT	METRO QUAD	300,0000	R$ 17,5000	R$ 5.250,00	
	18490	FORRO MADEIRA PINUS 3MT	METRO QUAD	500,0000	R$ 17,5000	R$ 8.750,00	
	18492	PISO CERAMICO PI 4	METRO	500,0000	R$ 18,0000	R$ 9.000,00	
	18493	TELHA FIBROCIMENTO 3,05X1,10X6MM	UNIDADE	200,0000	R$ 74,0000	R$ 14.800,00	
	18494	TELHA FIBROCIMENTO 3,66X1,10X6MM	UNIDADE	200,0000	R$ 82,0000	R$ 16.400,00	
	18495	TIJOLO 6 FUROS 1ª LINHA	UNIDADE	50000,0000	R$ 0,5700	R$ 28.500,00	
	18496	VIGA 5,5X11 EUCALIPTO	METRO	800,0000	R$ 7,7000	R$ 6.160,00	
	18497	VIGA 5X10CM PINUS	METRO	800,0000	R$ 7,0000	R$ 5.600,00	
	2314	AREIA GROSSA	M³	600,0000	R$ 122,0000	R$ 73.200,00	
	2499	TIJOLO MACIÇO COMUM	UNIDADE	10000,000	R$ 0,5800	R$ 5.800,00	
				0			
	5360	CAL HIDRATADO COM 20 KG	SACO	1000,0000	R$ 8,9000	R$ 8.900,00	
	5672	RIPAO DE PINUS	METRO	3000,0000	R$ 1,4000	R$ 4.200,00	
	5696	TABUA 10 CM PINUS	METRO	500,0000	R$ 3,7000	R$ 1.850,00	
	5697	TABUA 15 CM PINUS	METRO	500,0000	R$ 4,1000	R$ 2.050,00	
	5698	TABUA 20 CM PINUS	METRO	800,0000	R$ 6,9000	R$ 5.520,00	
	5699	TABUA 25 CM PINUS	METRO	500,0000	R$ 8,9000	R$ 4.450,00	
	5700	TABUA 30 CM PINUS	METRO	1000,0000	R$ 9,9000	R$ 9.900,00	
	7025	COLA INSTANTANEA 20 GR	UNIDADE	100,0000	R$ 5,0000	R$ 500,00	
	932	AREIA MEDIA	MT3	600,0000	R$ 106,0000	R$ 63.600,00	
	935	CIMENTO 50KG SACA	SACA	5000,0000	R$ 25,0000	R$ 125.000,00	
	Valor Total: R$ 589.219,90						

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 11 de setembro de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:73E96BE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º 2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.**

Resolve: Adjudicar em favor da seguinte empresa:

Empresa: **COAGIL COMERCIAL AGRICOLA IDEHARA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 77.196.822/0001-14, sito na Av. Presidente Vargas, 295, Térreo, centro, CEP: 87.910-000, na cidade de Santa Isabel do Ivai, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 249.785,00 (duzentos e quarenta e nove mil setecentos e oitenta e cinco reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	AGULHA DE ADMISSÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00
1	ANEL DE COMPRESSÃO DE AÇO 0 38X1,5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 45,00	R$ 900,00
1	ANEL DE PROTEÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 55,00	R$ 1.100,00
1	ARRUELA DE PRESSÃO 15X60X3.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	ARRUELA DE PROTEÇÃO DE AÇO 19.95X60X0,4.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 12,00	R$ 240,00
1	ARRUELA DE PROTEÇÃO 20,1X80,4X1,2.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 25,00	R$ 500,00
1	CABEÇOTE DE ASPIRAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	CABEÇOTE DE CORTE TRIMCUT 41-2.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 245,00	R$ 4.900,00
1	CABO DO ACELERADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 210,00	R$ 4.200,00
1	CARBURADOR C1S-S3E.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	CARCAÇA DA ENGRENAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	CARCAÇA TANQUE DE POLIAMIDA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 574,99	R$ 11.499,80
1	CILINDRO COM PISTÃO 0 38MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 990,00	R$ 19.800,00
1	CINTA DUPLA PARA OMBRO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 245,00	R$ 4.900,00
1	COBERTURA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	CONEXÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
1	CORDÃO DE ARRANQUE 0 3,5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	EIXO DE ACIONAMENTO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 305,00	R$ 6.100,00
1	EIXO DE ESTRANGULAMENTO COM ALAVANCA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
1	EIXO DO AFOGADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
1	EMBREAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 320,00	R$ 6.400,00
1	ENGRENAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 795,00	R$ 15.900,00
1	FILTRO ADICIONAL.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	FILTRO DE AR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
1	FIO CORTE QUADRADO 3,0MM X 312MT.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 550,00	R$ 11.000,00
1	FIO CORTE REDONDO 3;0 MM X 300M.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 500,00	R$ 10.000,00
1	GAIOLA DE AGULHAS 10XL4XL3MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 55,00	R$ 1.100,00
1	INJETOR DA VÁLVULA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 65,00	R$ 1.300,00
1	JOGO DE PEÇAS DO CARBURADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 200,00	R$ 4.000,00
1	JOGO DE PINHÕES.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	JOGO DE PROTEÇÃO 420MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	JUNTA DE VEDAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	JUNTA DE VEDAÇÃO DO SILENCIADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	JUNTA DO CILINDRO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	LÂMINA 02 FACAS DE AÇO 305-2 ESPECIAL.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
1	LÂMINA 02 PONTAS 350MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 44,20	R$ 884,00
1	LUVAS DE SEGURANÇA (EPI) - P, M, G.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
1	MANIPULO DE ARRANQUE DE POLIETILENO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	MODULO DE IGNIÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 575,00	R$ 11.500,00
1	MOLA COM HASTE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 10,00	R$ 200,00
1	MOLA DE RECUO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 65,00	R$ 1.300,00
1	MOLA DE TRAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EPI).	UNIDADE	Serviço	20	R$ 25,00	R$ 500,00
1	PARAFUSO DE AÇO IS-M5X20.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 7,56	R$ 151,20
1	PARAFUSO DE FECHAMENTO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	PISTÃO 0,38MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 330,00	R$ 6.600,00
1	POLIA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 45,00	R$ 900,00
1	PORCA DE SEGURANÇA COM COLAR M12X15.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	PRATO DE PRESSÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
1	RETENTOR 12X20X5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	RETENTOR 12X32X7MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 37,00	R$ 740,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6000.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6001.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6001-Z.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 105,00	R$ 2.100,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6201.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6202-2RS.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6203-2RS.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 165,00	R$ 3.300,00
1	SILENCIADOR DE CHAPA DE AÇO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	TAMPA DO ARRANQUE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 120,00	R$ 2.400,00
1	TAMPA DO FILTRO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 160,00	R$ 3.200,00
1	TAMPA DO TANQUE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
1	TERMINAL DA VELA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 35,00	R$ 700,00
1	TUBO DE GRAXA 80GR	UNIDADE	Serviço	20	R$ 56,00	R$ 1.120,00
1	TUBO DO EIXO 28MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 420,00	R$ 8.400,00
1	TUBO DO PUNHO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 290,00	R$ 5.800,00
1	VELA DE IGNIÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
1	VIRABREQUIM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 660,00	R$ 13.200,00
1	VOLANTE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 440,00	R$ 8.800,00
1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS ROÇADEIRAS	HORAS	Serviço	150	R$ 35,00	R$ 5.250,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 21 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:C10AD3E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 265/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

					O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.			
	Decreta:							
	Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.							
	Suplementação							
	17				SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEFAZ)			
	17.004				DIRETORIA DE PLANEJAMENTO (DIPLAN)			
	17.004.04.122.0002.2.174				MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
	249 - 3.3.90.30.00.00		1000		MATERIAL DE CONSUMO	500,00		
	19				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)			
	19.003				DIRETORIA DE CULTURA (DIC)			
	19.003.13.392.0011.2.248				PROMOÇÕES E EVENTOS CULTURAIS			
	537 - 3.3.90.39.00.00		1000		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.600,00		
	21				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)			
	21.003				MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)			
	21.003.08.244.0017.2.217				MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
	631 - 3.3.90.32.00.00		1000		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	32.000,00		
	Total Suplementação:					39.100,00		
	Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:							
	Redução							
	10				ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			
	10.001				RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO			
	10.001.04.122.0002.2.101				MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL			
	10 - 3.3.91.97.00.00		1000		APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	6.600,00		
	17				SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEFAZ)			
	17.004				DIRETORIA DE PLANEJAMENTO (DIPLAN)			
	17.004.04.122.0002.2.174				MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
	250 - 3.3.90.36.00.00		1000		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00		
	21				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)			
	21.003				MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)			
	21.003.08.244.0017.2.217				MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
	633 - 3.3.90.39.00.00		1000		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00		
	Total Redução:					39.100,00		

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos onze dias do mês de Setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:686A6DF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 16.038

PORTARIA Nº 16.038
Data: 11 de setembro de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Presencial nº 02/2026, de 16 de junho de 2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, em estrada vicinal/rural do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 38.922,54 m², incluindo serviços preliminares, placa de obra, terraplenagem, remendo profundo, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de

comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital", e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens						
511021 - JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtd**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUçãO DE PAVIMENTAçãO ASFáLTICA EM CBUQ SOBRE PEDRAS IRREGULARES COM áREA TOTAL DE 38.922,54M² NOS SEGUINTES TRECHOS: ESTRADA RURAL - LINHA SARANDIZINHO (TRECHO ENTRE A COMUNIDADE SARANDIZINHO E A COMUNIDADE SãO JUDAS TADEU), CONFORME ESPECIFICAçõES TéCNICAS E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	OBRAS		1	R$8.600.000,00	R$8.600.000,00
				Total do Fornecedor:		R$8.600.000,00

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste - PR, em 11 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:42F4AF99

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N°19/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2026

OBJETO: Edital de Chamamento Público de serviços culturais para a Secretaria de Cultura e Turismo, de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc- Ciclo II" Previsto na Lei nº 14.399/2022.

Lote 01

ITEM	OBJETO	QUANT.	CÓD. ALMOX.	CÓD. DESP.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	**Papai Noel na Praça**	01	**152088**	854	6.000,00	6.000,00
02	**Matinê**	03	**152089**	854	2.000,00	6.000,00
03	**Música do Vivo**	18	**152090**	854	1.800,00	32.400,00
04	**Musical de Páscoa**	01	**152091**	854	8.000,00	8.000,00
05	**Musical para o Dia da Criança**	01	**152092**	854	8.000,00	8.000,00
06	**Documentário Curta Metragem**	01	**152093**	854	7.000,00	7.000,00
07	**Oficinas de Artesanato**	04	**152094**	854	1.500,00	6.000,00

VALOR TOTAL R$ 73.400,00

Item 01 Papai Noel na Praça - 01 vaga

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. Magia do Natal – Encontro com Papai Noel	Sergio Jonikaites	R$6.000,00	100	Selecionado

Item 02 Matinê - 03 vagas

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. Música Cultura e Convivência	Pedro de Campos	R$2.000,00	96	Selecionado
2. Música Tradição e Alegria	Reci Pereira	R$2.000,00	96	Selecionado

Item 03 Música ao Vivo - 18 vagas

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. Música Que Fortalece Nossa Cultura	Emerson Henz	R$1.800,00	100	Selecionado
2. Melodia Ritmo e Canção	Gilberto Oliveira	R$1.800,00	100	Selecionado
3. Acústico de Primeira	Daniel Neitzke	R$1.800,00	100	Selecionado
4. Cultura em Canção	Leonir Alves da Silva	R$1.800,00	100	Selecionado
5. Música e Cultura Local	Germano Junior	R$1.800,00	100	Selecionado
6. Melodias do Pago	Deoniz de Moraes	R$1.800,00	96	Selecionado
7. Palco Sertanejo	Edelir Fontoura	R$1.800,00	94	Selecionado
8. Sertanejo Classe A	Adiel Sobanski	R$1.800,00	92	Selecionado
9. Rafael Sax	Andrew R. N. dos Santos	R$1.800,00	92	Selecionado
10. Juliano Show	Edemir Fontoura	R$1.800,00	92	Selecionado
11. Sintonia Eletrônica	Luiz Eduardo Munaro	R$1.800,00	92	Selecionado
12. Acusticamente	Leonardo Agustini	R$1.800,00	88	Selecionado
13. Cordas da Terra	Diego Tolomeotti	R$1.800,00	76	Selecionado
14. Show na Praça	Enrique A. Rogoski	R$1.800,00	74	Selecionado
15. Trio de Ouro	Sebastião A. L. Pinto	R$1.800,00	74	Selecionado
16. Ritmo da Nossa Terra	Amanda França	R$1.800,00		Não Selecionado

Item 04 Musical de Páscoa - 01 vaga

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. A Verdadeira Páscoa - Um Espetáculo de Música, Dança e Teatro	Bruno Einik	R$8.000,00	90	Selecionado

Item 05 Musical Para o Dia da Criança - 01 vaga

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. Quintal Das Memórias - Brincadeiras Que Unem Gerações	Daniela M. dos Santos	R$8.000,00	98	Selecionado

Item 06 Documentário Curta Metragem - 01 vaga

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. 57 Anos de Som e Memória: Fanfarra Municipal	Roberto Jonikaites	R$7.000,00	100	Selecionado

Item 07 Artesanato - 04 vagas

Nome do projeto	Proponente	Valor	Nota final	Resultado
1. Pele e Planta – Saboaria Artesanal	Ivani Skiba dos Santos	R$1.500,00	92	Selecionado
2. Mãos Que Criam, Cultura Que Floresce	Carina Schmoller	R$1.500,00		Não Selecionado

Homologo a presente Inexigibilidade de licitação,

Santa Izabel do Oeste – PR, 09 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:3A6C0275

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
ATA Nº15/2026 DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO, E JULGAMENTO DE NOVO PROTOCOLO DE HABILITAÇÃO.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO.
Às 10:00 horas do dia 11 de setembro de 2026, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – PR, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e o Agente de Contratação juntamente com a Equipe de Apoio para proceder à abertura do envelope, exame, conferência e julgamento da documentação complementar saneada apresentada em novo protocolo pela empresa proponente interessada no Edital de Credenciamento nº 02/2026.

1. DO HISTÓRICO E RECEBIMENTO DO NOVO ENVELOPE
Considerando as deliberações constantes da ata nº 14/2026 anterior e a notificação de saneamento de pendências emitida no âmbito do Edital de Credenciamento nº 02/2026, a empresa SOUZA RADIOLOGIA LTDA protocolou tempestivamente nova documentação e requerimento específico de indicação de profissionais junto ao protocolo geral deste Município.

Na presente data (11/09/2026), a Comissão procedeu à abertura formal do envelope contendo o novo protocolo e iniciou a reavaliação detalhada dos documentos de habilitação e do requerimento de credenciamento apresentados.

2. DA ANÁLISE DETALHADA E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO
2.1. EMPRESA SOUZA RADIOLOGIA LTDA (CNPJ nº 61.572.885/0001-98)
Representante Legal: Sra. Geane Cordeiro de Souza (CPF nº 098.309.509-48).
Análise do Saneamento e do Requerimento Apresentado:
a)Saneamento Documental:
A empresa apresentou a documentação sanitária, fiscal, jurídica e de qualificação técnica devidamente regularizadas, sanando integralmente as pendências apontadas na ata anterior.
b) Análise do Requerimento e Indicação dos Profissionais por Item:
Conforme Requerimento protocolado pela representante legal, a empresa indicou os profissionais para prestação de serviços nos seguintes termos:
• IMEDIATAMENTE HABILITADOS E CREDENCIADOS PARA CONTRATAÇÃO (Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021):
1. Item 11 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA ATUAR NO UAPSF CENTRO:
Carla Eloiza Brandet Mariano Fogaça (CPF nº 083.358.109-07, Coren nº 1842018-TE);
2. Item 18 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA 1:
Geane Cordeiro de Souza (CPF nº 098.309.509-48, CRTR nº 06521T);
3. Item 19 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2:
Mariele Gilnyk (CPF nº 005.905.319-48, CRTR nº 05245-T);
4. Item 20 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA 3:
Rogger Vinicius Maier Leal (CPF nº 101.104.189-80, CRTR nº 10034T).
• PROFISSIONAIS EM CADASTRO DE RESERVA / FILA DE ESPERA (Aguardando demanda/convocação):
1. Item 2 – ENFERMEIRO (A) 2: Elcieli Lopes (CPF nº 061.448.339-51, Coren nº 494246-ENF);
2. Item 4 – ENFERMEIRO (A) 4: Angélica Gawski (CPF nº 110.558.199-76, Coren nº 744755).

Deliberação da Comissão: A Comissão/Agente de Contratação delibera por declarar a empresa SOUZA RADIOLOGIA LTDA HABILITADA E CREDENCIADA para atuação imediata com os profissionais de Radiologia (Itens 18, 19 e 20) e Técnico de Enfermagem para o UAPSF Centro (Item 11). Os demais profissionais indicados (Itens 2 e 4 - Enfermeiros) permanecem habilitados no Cadastro de Reserva / Fila de Espera, podendo ser convocados conforme a necessidade e a ordem do credenciamento do Município.
3. QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROFISSIONAIS INDICAÇÕES E SITUAÇÃO
Relação detalhada dos profissionais apresentados no requerimento e sua respectiva destinação no certame:

Item Edital	Cargo / Função	Nome do Profissional	CPF / Registro	Situação no Credenciamento
Item 11	Técnico de Enfermagem (UAPSF Centro)	Carla Eloiza Brandet Mariano Fogaça	083.358.109-07 / 1842018-TE	Credenciado (Contratação Imediata)

Item 18	Técnico em Radiologia 1	Geane Cordeiro de Souza	098.309.509-48 / 06521T	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 19	Técnico em Radiologia 2	Mariele Gilnyk	005.905.319-48 / 05245-T	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 20	Técnico em Radiologia 3	Rogger Vinicius Maier Leal	101.104.189-80 / 10034T	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 2	Enfermeiro (a) 2	Elcieli Lopes	061.448.339-51 / 494246-ENF	**Cadastro de Reserva (Fila de Espera)**
Item 4	Enfermeiro (a) 4	Angélica Gawski	110.558.199-76 / 744755	**Cadastro de Reserva (Fila de Espera)**

4. ENCERRAMENTO E ENCAMINHAMENTOS
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e do Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – PR, determinando-se a publicidade dos atos para os fins de direito, com o posterior encaminhamento dos autos para a emissão do Termo de Inexigibilidade de Licitação (Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021) e celebração do Contrato/Termo de Credenciamento referente aos itens de contratação imediata.

Santa Maria do Oeste – PR, 11 de Setembro de 2026.

LUCAS TIAGO MINHUK
Agente De Contratação

MATHEUS IASSUNIK DOS SANTOS
Equipe De Apoio

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Equipe De Apoio

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:DF2EF614

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 156 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1562026/2026 de 11 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 296.260,44 (duzentos e noventa e seis mil e duzentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0131)	1.500,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0338)	294.760,44

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	296.260,44

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:4D7AF018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 160 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1602026/2026 de 19 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 619.500,00 (seiscentos e dezenove mil e quinhentos e reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.129.0005.2010 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	7.400,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	30.000,00
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.365.0012.2024 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	22.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
05.001 - COORD. DA SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
20.122.0011.2031 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA,	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	5.700,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	33.300,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	75.800,00
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	30.100,00
10.304.0010.2042 - MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	40.000,00
10.305.0010.2041 - MANUTENÇÃO DE AÇÃO ESTRATÉGICA - ACS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	40.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	22.000,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	48.500,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
09.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	
13.122.0008.2064 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	200.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	34.300,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2071 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	400,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.001 - COORDENACÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
04.062.0001.2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA JURIDICA	
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	37.400,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.123.0005.2012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	5.700,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.306.0012.2019 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0000)	30.100,00
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	52.000,00
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0000)	109.100,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0494)	80.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.1021 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ASSISTÊCIA SOCIAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	34.300,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.1025 - READEQUAÇÃO, CONSERVAÇÃO E CALÇAMENTO DE ESTRADAS	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	70.900,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
09.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	
13.122.0008.2064 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	200.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:D310799C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 162 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1622026/2026 de 19 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0104)	56.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	7.000,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0494)	50.000,00
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0303)	40.000,00
10.301.0010.2043 - SUBVENÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES DE SAUDE	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0303)	20.000,00
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	20.000,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0104)	56.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.1016 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO / REFORMA EM UNIDADES DE SAÚDE	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0303)	87.000,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0494)	50.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.451.0006.1031 - CONSTUÇÃO / MANUTENÇÃO / REFORMA DE PRAÇAS - OBRAS SERV.	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:C888A850

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 175 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1752026/2026 de 28 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.156.782,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e setecentos e oitenta e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.001 - COORDENACÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
04.062.0001.2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA JURIDICA	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	2.200,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.2007 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	29.000,00
04.129.0005.2010 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	21.500,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	2.510,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - (Grupo/Fonte 0101)	19.210,00
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	82.050,00
3.1.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - (Grupo/Fonte 0000)	72.500,00
12.365.0012.2024 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101)	58.900,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
05.001 - COORD. DA SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
20.122.0011.2031 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA,	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	14.500,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00
20.608.0011.2032 - MANUTENCÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, IND. E	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	3.500,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	95.782,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	14.500,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	152.500,00
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	86.900,00
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	4.500,00
3.1.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - (Grupo/Fonte 0000)	95.220,00
10.305.0010.2041 - MANUTENÇÃO DE AÇÃO ESTRATÉGICA - ACS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	80.050,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	47.300,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	8.050,00
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2046 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	2.800,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	128.500,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	21.000,00
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	18.700,00

15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	73.000,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	12.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2071 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	6.400,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	210,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.122.0014.2083 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.500,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.001 - COORDENACÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
04.062.0001.2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA JURIDICA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	2.200,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.1007 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - (Grupo/Fonte 0000)	55.350,00
04.122.0001.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	29.000,00
04.122.0001.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	24.010,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101)	78.110,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	92.500,00
12.365.0012.2021 - MANUTENÇÃO DA EDUCACAO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	82.050,00
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0000)	264.110,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	60.118,39
10.301.0010.1016 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO / REFORMA EM UNIDADES DE SAÚDE	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	14.500,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	86.900,00
3.1.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - (Grupo/Fonte 0000)	95.220,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	192.663,61
10.301.0010.2040 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	80.050,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:7573B93C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 184 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1842026/2026 de 4 de Setembro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 203.090,00 (duzentos e três mil e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.306.0012.2019 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO	
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - (Grupo/Fonte 0107)	15.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	40.000,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0494)	10.000,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0498)	50.000,00
10.301.0010.2043 - SUBVENÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES DE SAUDE	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0303)	40.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2045 - SUBVENÇÕES A ENTIDADES ASSISTENCIAIS	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	40.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2073 - SUBVENÇÃO A ENTIDADES	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	8.090,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.9002 - RESERVA DE EMENDAS PARLAMENTARES	
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (Grupo/Fonte 0000)	48.090,00
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (Grupo/Fonte 0303)	80.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0107)	15.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0498)	50.000,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0494)	10.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 4 de Setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:81DBEF4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 362/2026

DECRETO Nº 362/2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 116 DE 2025 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.91.	SENTENÇAS JUDICIAIS	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	56.000,00
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICÍPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	

3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
	Total do Credito Aberto	**62.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	62.000,00
Total Geral deste Decreto		**62.000,00**

Artigo 3º Revogada as disposições em contrário este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 10 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:987C1989

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PE 24/2026

EXTRATOATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026 – PMSPPR
IDEUSO Nº 2026247
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2026
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026**-PMSPPR**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
DETENTORA: HERIVALDO C DE SOUSA**,**
CNPJ: 00.173.433/0001-49
01- Do objeto e valor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSERÇÃO EM RÁDIO AM/FM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, PARA UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) REGIONAL, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. , conforme a seguir:

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	30610	Contratação de serviços de rádio AM/FM, para divulgação de eventos outros.	Unid	2.000	R$ 25,5000	R$ 51.000,0000	Serviço
					TOTAL:	R$ 51.000,0000	

Prazo de vigência: 12 meses, contados da assinatura da ata de registro de preço.

São Pedro do Paraná-PR, 03 de setembro 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:0573048F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio Aparecido Viaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Lei Municipal 3.008, de 2024, e demais alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Divisão de Compras e Licitações, resolve:

01 - RATIFICAR E HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação nestes termos:
A) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25/2026-CMS
B) DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 18/2026-CMS
C) BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
D) OBJETO HOMOLOGADO: Contratação de empresa, mediante registro de preços, para a prestação de serviços de lavagem completa de veículos automotores de passeio, contemplando a limpeza interna e externa dos veículos oficiais Toyota Corolla (sedan) e Renault Kwid (hatch), ou outros veículos de passeio que venham a substituí-los durante a vigência da ata, conforme condições e características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
E) VENCEDOR: 50.390.762 WESLEY APARECIDO MONTEIRO DE OLIVEIRA (FÊNIX ESTÉTICA AUTOMOTIVA), incrito no CNPJ: 50.390.762-0001-10.
Item 1:

Item	Descrição Detalhada	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Serviço de lavagem completa de veículo oficial de passeio pertencente à frota da Câmara Municipal de Sarandi, compreendendo limpeza interna e externa. **Parte externa:** - Lavagem completa de toda a lataria, para-choques, retrovisores, frisos, grade dianteira, região inferior e traseira, caixas de roda, rodas e pneus, utilizando xampu automotivo com cera, de pH adequado e que não agrida a pintura, garanta o brilho e a proteção da pintura. - Lavagem e limpeza de todos os vidros externos (parabrisas, vigias e vidros laterais), inclusive remoção de manchas superficiais e resíduos que comprometam a visibilidade. **Parte interna:** - Aspiração de todo o interior do veículo, incluindo assoalho, carpetes, tapetes, porta-malas, bancos (tecido ou couro), frestas dos bancos e área sob os bancos, removendo poeira, areia e demais resíduos sólidos aparentes. - Limpeza e higienização das partes plásticas e emborrachadas internas, tais como painel de bordo, console central, porta-objetos, guarnições das portas e painéis laterais, utilizando produtos adequados que não causem ressecamento, manchas ou odores excessivamente fortes. - Limpeza dos vidros internos para garantir visibilidade clara e sem manchas. Deverão ser utilizados produtos regularizados junto aos órgãos competentes, que não ofereçam risco à saúde dos usuários nem causem danos aos materiais dos veículos (pintura, borrachas, plásticos, tecidos e couros). É vedado o uso de produtos abrasivos que possam riscar a pintura ou opacar superfícies. A empresa contratada deverá oferecer estrutura mínima adequada (box de lavagem, ponto de água, energia e sistema de drenagem) e respeitar a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à destinação de efluentes.	unidade	53	R$80,00	R$4.240,00

G) VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$4.240,00 (quatro mil, duzentos e quarenta reais).
02 - AUTORIZAR a emissão do Contrato e/ou Nota(s) de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 25/2026-CMS.

Sarandi, 11 de setembro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:5F5A55BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO V TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026

Pregão Presencial nº 013/2026 - Processo Licitatório nº 041/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo tem por fim reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços através da revisão do Lote 04.
DO VALOR REGISTRADO RESULTANTE DA REVISÃO: Aplica-se a revisão a partir desta data, ao saldo ainda pendente de fornecimento existente na ARP. O valor unitário do Lote 04 (Arla 32) de R$ 3,00 (três reais) passa a ser de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Procedência Bandeira	Unidade	Quantidade pendente de fornecimento	Preço
4	1	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO - ARLA 32 AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (ARLA 32) , necessário a tecnologia SCR (Redução Catalítica Seletiva), presente nos veículos automotores a Diesel, classificados como comerciais, pesados e semi pesados, fabricados a partir de janeiro de 1012. Devendo conter o selo de registro e selo do INMETRO, e, que atenda a Norma ISSO 22241.	LIMPBRILHO	LTS	1.420,00	4,50

DO VALOR TOTAL: Em razão ao exposto no presente, acrecer-se-á ao valor total da Ata de Registro de Preços em epígrafe o montante equivalente a R$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reaias).
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 04/09/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 11 de setembro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:8EF9D91E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 47/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	279/ 2026
b) Licitação Nº:	47/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	11/09/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos alunos das escolas da rede municipal de ensino e instituições conveniadas do município de Sertanópolis

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
86	05020123060005203033903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
86	05020123060005203033903200000	11042	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
86	05020123060005203033903200000	1107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA - CNPJ: 40.138.949/0001-77
Valor total homologado: R$ 55.715,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Açafrão, 50g. Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	260	R$ 2,48	R$ 644,80
1	4	AMEIXA PRETA SECA/DESIDRATADA, SEM CAROÇO, EMBALAGEM DE 150 GRAMAS. Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	250	R$ 9,52	R$ 2.380,00
1	6	Amido de milho, isento de glúten, 1 kg - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	120	R$ 4,29	R$ 514,80
1	9	Aveia em flocos finos, com no mínimo 150 gramas - Conforme Termo de Referência.	Naturale	Unidade	80	R$ 2,26	R$ 180,80
1	10	AZEITONAS VERDES SEM CAROÇO, PICADAS OU INTEIRAS EM BALAGEM COM NO MÍNIMO 400G - Conforme Termo de Referência.	Bom Jesus	Unidade	120	R$ 24,90	R$ 2.988,00
1	11	BATATA PALHA, MÍNIMO 400G - Conforme Termo de Referência.	Mais Sabor	Unidade	100	R$ 8,64	R$ 864,00
1	15	Cacau em pó alcalino, sem adição de açúcar, sendo 100% cacau em pó, pacote com 500 gramas - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	350	R$ 9,95	R$ 3.482,50
1	17	Canela em pó, embalagem de 10g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	150	R$ 0,69	R$ 103,50
1	18	Canjica de milho branca, 500g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	80	R$ 2,85	R$ 228,00
1	19	Canjiquinha fina, 500g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	120	R$ 1,55	R$ 186,00
1	20	Chá mate tostado para infusão, sabor natural, 250 g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	260	R$ 2,67	R$ 694,20
1	21	CHIMICHURRI EMBALAGEM DE 15 GR NO MINIMO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	D´mille	Pacote	80	R$ 0,69	R$ 55,20
1	22	Coco ralado puro, isento de glúten, 100 g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	400	R$ 3,06	R$ 1.224,00
1	23	Colorau/Urucum, em pó, embalagem de 500 gramas. Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	350	R$ 2,69	R$ 941,50
1	24	Cravo da Índia, até 10G - Conforme Termo de Referência.		Unidade	60	R$ 1,35	R$ 81,00
1	25	Doce pastoso com leite, sem amido, isento de glúten, 400 g - Conforme Termo de Referência.	Da serra	Pote	200	R$ 5,07	R$ 1.014,00
1	26	Ervilha natural congelada, 300g - Conforme Termo de Referência.	Copacol	Unidade	400	R$ 7,56	R$ 3.024,00
1	27	Extrato/Polpa de tomate, isento de glúten, embalagem de 300 gramas - Conforme Termo de Referência.	Sappore	Unidade	700	R$ 1,94	R$ 1.358,00
1	30	Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, 5 kg - Conforme Termo de Referência.	Adria	Unidade	120	R$ 14,03	R$ 1.683,60
1	33	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, MÍNIMO 200G - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	80	R$ 6,49	R$ 519,20
1	34	Folhas de louro desidratadas, embalagem de no mínimo 4 gramas. Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	80	R$ 0,69	R$ 55,20
1	36	Ketchup tradicional, isento de glúten, embalagem de 3,2 a 3,5 quilos - Conforme Termo de Referência.	Dusul	Unidade	30	R$ 11,95	R$ 358,50
1	37	Leite de coco, 200ml - Conforme Termo de Referência.	Ingacoco	Unidade	400	R$ 2,01	R$ 804,00
1	38	LEITE EM PÓ INTEGRAL, MÍNIMO 380G - Conforme Termo de Referência.	São Gabriel	Unidade	650	R$ 13,46	R$ 8.749,00
1	39	Leite em pó integral, zero lactose, isento de glúten, pacote com no mínimo de 300g - Conforme Termo de Referência.	Batavo	Unidade	160	R$ 16,76	R$ 2.681,60
1	44	Macarrão parafuso ou penne, embalagem de 500 gramas. Conforme Termo de Referência.	Floriani	Unidade	800	R$ 2,78	R$ 2.224,00
1	45	Manteiga com sal, isenta de corantes e isenta de glúten, pote de 500 gramas. Conforme Termo de Referência.	Tirol	Unidade	600	R$ 10,40	R$ 6.240,00
1	49	ORÉGANO DESIDRATADO, 500G - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	200	R$ 15,40	R$ 3.080,00
1	50	PÁPRICA DOCE, MÍNIMO 30G - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	80	R$ 0,69	R$ 55,20
1	53	Sagu, 500g - Conforme Termo de Referência.		Unidade	400	R$ 3,85	R$ 1.540,00

1	54	Sal refinado iodado, 1 kg - Conforme Termo de Referência.	Pop	Unidade	400	R$ 1,65	R$ 660,00
1	55	Suco de uva integral sem açúcar, embalagem com no mínimo 1,5 litros - Conforme Termo de Referência.	Tomasi	Unidade	500	R$ 13,34	R$ 6.670,00
1	56	Trigo para quibe, 500g - Conforme Termo de Referência.	D´mille	Unidade	160	R$ 2,69	R$ 430,40

Fornecedor: DIEGO SEMENCIO ESTEVES LTDA - CNPJ: 08.785.981/0001-31
Valor total homologado: R$ 23.449,05

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	Adoçante, sucralose e/ou stévia líquido, 65 à 80ml - Conforme Termo de Referência.	Adocyl	Unidade	5	R$ 10,85	R$ 54,25
1	5	AMENDOIM NATURAL TORRADO, embalagem 500 gramas. Conforme Termo de Referência.	Caldo Bom	Unidade	120	R$ 5,58	R$ 669,60
1	8	ATUM SÓLIDO AO NATURAL, MÍNIMO 120G - Conforme Termo de Referência.	Pescador	Unidade	1000	R$ 11,44	R$ 11.440,00
1	16	Canela em casca de primeira qualidade, pacote com 30 gramas - Conforme Termo de Referência.	Natureza	Unidade	100	R$ 1,97	R$ 197,00
1	28	Farinha de mandioca tipo biju, isento de glútem, 1 kg. Conforme Termo de Referência.	Pinduca	Unidade	140	R$ 8,29	R$ 1.160,60
1	31	Feijão carioca, 1kg - Conforme Termo de Referência.	Joaozinho	Unidade	1200	R$ 5,84	R$ 7.008,00
1	43	Macarrão de Sêmola com formato de letrinhas do alfabeto, 500g - Conforme Termo de Referência.	Galo	Unidade	600	R$ 4,67	R$ 2.802,00
1	51	Polvilho azedo de mandioca, isento de glúten, isento de soja, 500 g - Conforme Termo de Referência.	Caldo Bom	Unidade	10	R$ 7,49	R$ 74,90
1	52	Polvilho doce de mandioca, isento de glúten, isento de soja, 500 g - Conforme Termo de Referência.	Caldo Bom	Unidade	10	R$ 4,27	R$ 42,70

Fornecedor: NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 62.390.734/0001-81
Valor total homologado: R$ 52.437,60

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Açúcar cristal, pacote de 5 kg. Conforme Termo de Referência.	Globo	Unidade	350	R$ 13,98	R$ 4.893,00
1	7	Arroz agulhinha tipo 1, longo fino, pacote 5 kg - Conforme Termo de Referência.	Paris	Unidade	1600	R$ 16,15	R$ 25.840,00
1	12	BISCOITO DE MAISENA, isento de Lactose ou Proteína do leite de vaca, pacote com no mínimo 330 gramas. Conforme Termo de Referência.	Luam	Unidade	550	R$ 3,47	R$ 1.908,50
1	13	Biscoito salgado, água e sal e/ou gergelim e/ou cream cracker, pacote com no mínimo 330g	Luam	Unidade	550	R$ 3,49	R$ 1.919,50
1	29	Farinha de milho amarela tipo Bijú, 1kg - Conforme Termo de Referência.	Agrobal	Unidade	140	R$ 3,74	R$ 523,60
1	32	Feijão preto, 1kg - Conforme Termo de Referência.	Folha Verde	Unidade	300	R$ 4,47	R$ 1.341,00
1	35	Fubá de milho amarelo, pacote 1 kg. Conforme Termo de Referência.	Agrobal	Unidade	180	R$ 2,24	R$ 403,20
1	41	Macarrão tipo Ave Maria com ovos, 500 g - Conforme Termo de Referência.	Joia	Unidade	300	R$ 2,38	R$ 714,00
1	46	Milho para pipoca, pacote de 500 gramas. Conforme Termo de Referência.	Sabor Sul	Unidade	1000	R$ 2,60	R$ 2.600,00
1	47	Milho verde em conserva, 170 gramas. Conforme Termo de Referência.	Bonare	Unidade	600	R$ 2,63	R$ 1.578,00
1	48	Óleo de soja refinado, 900 ml - Conforme Termo de Referência.	Coamo	Unidade	1400	R$ 7,38	R$ 10.332,00
1	57	Vinagre de álcool/vinho branco, 750 ml - Conforme Termo de Referência.	Neval	Unidade	260	R$ 1,48	R$ 384,80

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 131.601,65 (cento e trinta e um mil, seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 11 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:8FB5DD42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.443/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4443/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 276.476,61 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.043.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	
510 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.046.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS	
569 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.1.061.		EQUIPAR E REEQUIPAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1740 - 4.4.90.52.00.00	835	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.714,47
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
937 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	18.762,14
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
975 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00

		Total Suplementação:	**276.476,61**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, Conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
490 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.044.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
557 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.1.063.		EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
1482 - 4.4.90.52.00.00	3835	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.714,47
10.001.10.302.0007.1.064.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
958 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
973 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	18.762,14
		Total Redução:	**276.476,61**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:69591ED3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa 20/2026

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva em equipamentos e veículos operacionais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Terra Rica/PR, compreendendo serviços de revisão, soldagem, usinagem (torneamento), alinhamento, fabricação de peças e recuperação de componentes dos seguintes equipamentos: roçadeira, trator agrícola MF 275, hidrojato e caminhão limpa-fossa

Contratada: MARCELO SOLETTI & CIA LTDA., ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 80.833.031/0001-62, com sede a, RUA JOSIAS FRAUCHES , 2707 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Terra Rica/PR

Relação de itens e valor total da contratação:

MARCELO SOLETTI & CIA LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Revisar roçadeira e ajustar cardan Revisão mecânica da roçadeira, incluindo inspeção, regulagem, ajuste do eixo cardan e testes de funcionamento			SERV	1,00	1.700,00	1.700,00
1	2	Soldar chassi Recuperação do chassi por soldagem, incluindo alinhamento, reforço estrutural e acabamento			SERV	1,00	130,00	130,00
1	3	Alinhar cabeçalho Alinhamento do cabeçalho da roçadeira, incluindo ajustes e verificação do acoplamento ao equipamento			SERV	1,00	270,00	270,00
1	4	Tornear eixo e reabrir engrenagens Recuperação do eixo por usinagem (torneamento) e reabertura das engrenagens, com ajuste dimensional			SERV	1,00	355,00	355,00
1	5	Encher e usinar eixo do facão Recuperação do eixo do facão por soldagem e usinagem, incluindo ajuste dimensional e acabamento			SERV	1,00	255,00	255,00
1	6	Fazer 04 buchas Fabricação de 04 buchas por usinagem, conforme especificações do equipamento			SERV	1,00	80,00	80,00
2	1	Soldar suporte do alternador Recuperação por soldagem do suporte do alternador, incluindo alinhamento, reforço estrutural e acabamento			SERV	1,00	210,00	210,00
2	2	Tirar e colocar cano hidráulico e soldar Desmontagem, recuperação por soldagem e reinstalação da tubulação hidráulica, com testes de estanqueidade			SERV	1,00	195,00	195,00
2	3	Tirar vazamento do comando Manutenção corretiva no comando hidráulico para eliminação de vazamentos, com desmontagem, montagem, regulagem e testes			UND	1,00	180,00	180,00
2	4	Ajustar 04 rótulas dos braços Ajuste e regulagem de quatro rótulas dos braços do sistema hidráulico de levante, com verificação de funcionamento			SERV	1,00	250,00	250,00
2	5	Verificar tomada de força Inspeção, diagnóstico, regulagem e testes de funcionamento da tomada de força (TDP)			SERV	1,00	155,00	155,00
2	6	Encher olhal do braço de força Recuperação do olhal do braço de força por soldagem e usinagem, com ajuste dimensional e acabamento			SERV	1,00	110,00	110,00
2	7	Fazer 01 pino Fabricação de 01 pino por usinagem em torno mecânico, conforme especificações do equipamento			SERV	1,00	80,00	80,00
2	8	Tirar vazamento do meio do trator Manutenção corretiva para eliminação de vazamentos na região central do trator			SERV	1,00	675,00	675,00
2	9	Tirar vazamento da bomba injetora Manutenção corretiva na bomba injetora para eliminação de vazamentos			SERV	1,00	675,00	675,00
2	10	Serviço de cubo dianteiro Manutenção corretiva no cubo dianteiro, incluindo desmontagem, inspeção, recuperação, montagem, regulagem e testes			SERV	1,00	450,00	450,00
2	11	Serviço de cubo traseiro Manutenção corretiva no cubo traseiro, incluindo desmontagem, inspeção, recuperação, montagem, regulagem e testes			SERV	1,00	860,00	860,00
2	12	Recuperar estirante Recuperação do estirante, incluindo alinhamento, soldagem, reforço estrutural e acabamento			SERV	1,00	530,00	530,00
2	13	Alinhar e soldar suporte do rabicho Alinhamento e recuperação por soldagem do suporte do rabicho, com reforço estrutural e acabamento			SERV	1,00	380,00	380,00
2	14	Soldar radiador Recuperação do radiador por soldagem, incluindo vedação e testes de estanqueidade			SERV	1,00	185,00	185,00
2	15	Tornear volante Usinagem (torneamento) do volante do motor, incluindo faceamento e acabamento			SER	1,00	200,00	200,00
3	1	Tirar vazamento do motor estacionário Manutenção corretiva no motor estacionário para eliminação de vazamentos, com desmontagem, montagem, regulagem e testes			SERV	1,00	450,00	450,00

3	2	Fazer conexões da bomba Fabricação e instalação de conexões da bomba, incluindo ajustes, vedação e testes de funcionamento			SERV	1,00	380,00	380,00
3	3	Soldar suporte do rolamento Recuperação por soldagem do suporte do rolamento, incluindo alinhamento, reforço estrutural e acabamento			SERV	1,00	120,00	120,00
3	4	Tirar e alinhar cardan Desmontagem, alinhamento e reinstalação do eixo cardan, incluindo ajustes e testes de funcionamento			SERV	1,00	580,00	580,00
3	5	Alinhar chassi Alinhamento estrutural do chassi do equipamento, incluindo verificação dos pontos de fixação e ajustes			SERV	1,00	320,00	320,00
3	6	Fazer buchas da dianteira Fabricação e substituição das buchas do conjunto dianteiro, incluindo usinagem, instalação e ajustes			SERV	1,00	190,00	190,00
4	1	Fabricação e substituição das buchas do conjunto dianteiro, incluindo Desmontagem e montagem da bomba de sucção, incluindo inspeção, ajustes e testes de funcionamento			SERV	1,00	2.100,00	2.100,00
4	2	Encher e tornear eixo do mancal Recuperação do eixo do mancal por soldagem e usinagem (torneamento), com ajuste dimensional e acabamento			SERV	1,00	380,00	380,00
4	3	Reabrir polia e fazer rasgo de chaveta Usinagem da polia, incluindo reabertura do furo e confecção de rasgo de chaveta			SERV	1,00	170,00	170,00
4	4	Soldar reservatório Recuperação do reservatório por soldagem, incluindo vedação, acabamento e testes de estanqueidade			SERV	1,00	195,00	195,00
4	5	Recuperar engates rápidos da mangueira Recuperação dos engates rápidos das mangueiras, incluindo desmontagem, regulagem, montagem e testes de vedação			SERV	1,00	210,00	210,00
4	6	Trocar registro Substituição do registro, incluindo desmontagem, instalação, regulagem e testes de funcionamento			SERV	1,00	70,00	70,00
4	7	Reapertar reservatório Reaperto e fixação do reservatório, incluindo verificação dos pontos de fixação e estabilidade do conjunto			SERV	1,00	130,00	130,00
4	8	Trocar correias Substituição das correias, incluindo regulagem da tensão e testes de funcionamento			SERV	1,00	210,00	210,00
4	9	Trocar rolamento do mancal intermediário Substituição do rolamento do mancal intermediário, incluindo desmontagem, montagem, regulagem e testes			SERV	1,00	320,00	320,00
TOTAL								13.750,00

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso II. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	47	11.001.17.512.0003.2005	76	3.3.90.39.17.00	Do Exercício
2026	47	11.001.17.512.0003.2005	76	3.3.90.39.19.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 11/09/2026*

Ratificação: SAMAE*, em 11/09/2026*

Terra Rica, 11/09/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:B16549F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 85-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 143/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 85/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 143/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 85/2026, o(s) participante(s):

1218751 - MIORANDO EVENTOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS MASCULINOS E FEMININOS, COM TRAVAS NAS PORTAS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DAS CABINES.	UNIDADE / DIA		100	R$202,00	R$20.200,00
				Total do Fornecedor:	R$20.200,00	

Terra Roxa, 11 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:C3559F57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 20

Resolução 20 /2026

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 19/2026 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO de Tomazina, publica a relação dos candidatos com inscrição DEFERIDA.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital n. 01/2026 aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tomazina inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	Situação
001	Juliana Acosta do Prado Oliveira	Deferido
002	Marcia Regina de Assis Calazans	Deferido
003	Beatriz Toledo Rosa	Deferido
004	Silvana Aurélia do Vale	Deferido
005	Renata Messias de Souza	Deferido
006	João Oliveira de Azevedo	Deferido

II - O cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 549/2022, e Edital nº 01/2026, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 5 dias, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.
III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Euzeario Bufon, nº 107, no horário de 8:30 às 11:30 e das 13:30 as 16:30 horas.

Tomazina, 08 de setembro de 2026.

FABIA CRISTINA PASQUALOTTO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:073D9CB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º78/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º78/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA** CNPJ: sob nº. 37.503.327/0001-96,
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de **Empresa para Prestação de Serviços de Operador de Máquinas e Tratores (Horistas),** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

	LOTE 01: R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais). **PARA AMPLA CONCORRENCIA**				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Operador de Máquinas e Tratores diversos (Tipo tratores, motoniveladora, retroescavadeira, rolo compactador) - HORISTA- com fornecimento de EPI- NÃO DESONERADO.	Horas	7500	24,00	180.000,00

	LOTE 2: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais). PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Operador de Máquinas e Tratores diversos (Tipo tratores, motoniveladora, retroescavadeira, rolo compactador) - HORISTA- com fornecimento de EPI- NÃO DESONERADO.	horas	2500	24,00	60.000,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

09.001.15.452.0021.2.064 – manutenção e Conservação de Espaços Públicos			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
361	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1013

DATA: Tunas do Paraná, 11 de setembro de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal.
JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA - Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:F9C3294B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002 – ITENS REMANESCENTES
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026 – FMS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede administrativa na Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4253, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. **LISBETH PITITTO SCANAVACA,** brasileira, casada, portadora do RG nº **76080-* – SSP-PR, inscrita no CPF sob nº ***.475.648-**, residente e domiciliada nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o procedimento de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2026 - FMS, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" de 30 de abril de 2026, processo administrativo n.º *2026/03/249*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 008/2026 - FMS*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde, especificado no Termo de Referência, anexo ao processo de Pregão Eletrônico n.º 008/2026 – FMS, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

Esta Ata de Registro de Preços refere-se exclusivamente aos itens remanescentes do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 008/2026 – FMS, homologados após a homologação parcial do certame, não substituindo, alterando ou revogando a Ata de Registro de Preços anteriormente formalizada para os itens já homologados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Unid.	Qntd.	Marca Modelo	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – um ano)
8	Ácido Valpróico, 250 Mg	COMP	130.000	Abbott	R$ 0,256	R$ 33.280,0000	Ciamed Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
12	Água Destilada	AMPOLA 10 ML	12.000	Equiplex	R$ 0,1498	R$ 1.797,6000	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
28	Amoxicilina, 50mg/Ml, Pó Para Suspensão Oral	FRASCO 150 ML	6.000	Cimed Frs	R$ 5,25	R$ 31.500,0000	Gmc Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
32	Atropina Sulfato, 0,25 Mg/Ml, Solução Injetável	AMPOLA 1 ML	1.000	Atrofarma 1ML Farmace	R$ 0,684	R$ 684,0000	Distribuidora De Medicamentos Backes Ltda	01/09/2027
34	Azitromicina, 500 Mg	COMP	60.000	Globo Generico	R$ 0,698	R$ 41.880,0000	Dimebras - Distribuidora De Medicamentos Brasil Ltda	01/09/2027
35	Beclometasona Dipropionato, Concentração:250 Mcg/Dose, Forma Farmaceutica:Aerossol Oral, Característica Adicional:Com Inalador	FRASCO 200 DOSES	50	Glenmark Generico India 1101302770011	R$ 20,48	R$ 1.024,0000	Dimaster Comercio Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
36	Benzilpenicilina, Apresentação:Potássica, Composição:Associada À Penicilina Procainada, Dosagem:100.000ui + 300.000ui, Uso:Injetável	FRASCO-AMPOLA	200	Blau	R$ 5,75	R$ 1.150,0000	Cirúrgica Itamaraty Comercial Ltda	01/09/2027
39	Benzoato De Benzila, Dosagem:25%, Forma Farmacêutica:Emulsão Tópica	FRASCO 100,00 ML	50	Nativita	R$ 4,9077	R$ 245,3850	Cirurgica Nossa Senhora Ltda	01/09/2027
43	Bicarbonato De Sódio, 8,4%, Solução Injetável	AMPOLA 10 ML	1.400	Samtec 155920003	R$ 0,68	R$ 952,0000	Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda	01/09/2027
50	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32 MCG/DOSE, FRASCO COM Válvula DOSIFICADORA	FRASCO 120 DOSES	2.000	Sem Generico	R$ 10,35	R$ 20.700,0000	Metta Farmaceutica Ltda	01/09/2027
54	Carbamazepina, 20 Mg/Ml, Suspensão Oral	FRASCO 100 ML	1.000	Hipolabor Genérico	R$ 6,13	R$ 6.130,0000	Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Eireli	01/09/2027
71	Cetoconazol, 2%, Shampoo	FRASCO 100 ML	1.000	Nativita Cetoconazol	R$ 4,52	R$ 4.520,0000	Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Eireli	01/09/2027
72	Cetoprofeno, 100 Mg Ev Pó Liófilo P/ Injetável	FRASCO-AMPOLA	25.000	Cristalia	R$ 2,871	R$ 71.775,0000	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
74	Ciclobenzaprina 5mg	COMP	500.000	Globo CX C/30	R$ 0,0474	R$ 23.700,0000	Patomedi Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
82	Clonidina 0,100 Mg Comp	COMP	40.000	Atensina / Mawdsleys Referência / RMS 1583200030019	R$ 0,26	R$ 10.400,0000	Prohosp Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
83	Clonidina 0,150 Mg Comp	COMP	20.000	Atensina / Mawdsleys Referência / RMS 1583200030027	R$ 0,329	R$ 6.580,0000	Prohosp Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
89	Cloreto De Sódio, 20%, Solução Injetável	AMPOLA 10 ML	2.000	Samtec	R$ 0,37	R$ 740,0000	Cirúrgica Itamaraty Comercial Ltda	01/09/2027
100	Diazepam, 5 Mg/Ml, Solução Injetável	AMPOLA 2 ML	1.200	Santisa Generico	R$ 0,67	R$ 804,0000	Metta Farmaceutica Ltda	01/09/2027
123	Extrato Medicinal, Princípio Ativo:Extrato Seco De Folhas De Espinheira-Santa, Composição:Maytenus Ilicifolia, Concentração:380 Mg	CAPS	6.000	Bionatus Generico	R$ 0,56	R$ 3.360,0000	Dimebras - Distribuidora De Medicamentos Brasil Ltda	01/09/2027
129	Fenitoína Sódica, 100 Mg	COMP	130.000	Teuto Generico	R$ 0,128	R$ 16.640,0000	Metta Farmaceutica Ltda	01/09/2027
132	Fenobarbital Sódico, 100 Mg/Ml, Solução Injetável	AMPOLA 2 ML	300	Cristalia	R$ 2,59	R$ 777,0000	Cirúrgica Itamaraty Comercial Ltda	01/09/2027
133	Fenobarbital Sódico, 40 Mg/Ml, Solução Oral - Gotas	FRASCO 20 ML	300	União Química	R$ 4,3688	R$ 1.310,6400	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
140	FOSFATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO:ENEMA, DOSAGEM:FOSFATO Monobásico 16% + FOSFATO Dibásico 6%	FRASCO 130 ML	600	JP (125ml) 104910066	R$ 4,96	R$ 2.976,0000	Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda	01/09/2027
143	Furosemida, 40 Mg	COMP	100.000	Prati 1256801950027	R$ 0,0449	R$ 4.490,0000	Medilar Importacao E Distribuicao De Produtos Medico Hospitalares S/A	01/09/2027
153	Extrato Medicinal, Princípio Ativo:Glycine Max (L.)	CAPS	22.000	Pharmascience Soynati	R$ 0,58	R$ 12.760,0000	Dimaster Comercio Produtos	01/09/2027

	Merril, Concentração:150 Mg			Brasil 1171700620045			Hospitalares Ltda	
156	Haloperidol, 5 Mg	COMP	220.000	Cristalia	R$ 0,09	R$ 19.800,0000	Force Farma Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
181	Levodopa, Associado À Carbidopa, 250mg + 25mg	COMP	8.000	Teuto	R$ 0,49	R$ 3.920,0000	Force Farma Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
182	Levomepromazina, 100 Mg	COMP	45.000	Cristalia	R$ 0,58	R$ 26.100,0000	Force Farma Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
194	Losartana Potássica, 50 Mg	COMP	450.000	Prati Donaduzzi	R$ 0,0432	R$ 19.440,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	01/09/2027
195	Metformina Cloridrato, 850 Mg	COMP	170.000	Prati 1256801510027	R$ 0,0932	R$ 15.844,0000	Medilar Importacao E Distribuicao De Produtos Medico Hospitalares S/A	01/09/2027
198	Metilprednisolona, Sal Succinato, 125mg, Pó Liofilizado + Diluente, Injetável	FRASCO-AMPOLA	600	Blau	R$ 8,7329	R$ 5.239,7400	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
208	Metronidazol, 5mg/Ml, Solução Injetável	BOLSA 100 ML	600	JP 104910064	R$ 3,39	R$ 2.034,0000	Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda	01/09/2027
213	Extrato Medicinal Guaco (Mikania Glomerata Spreng.)Extrato Fluido	FRASCO 150 ML	6.000	Natulab Fr	R$ 2,52	R$ 15.120,0000	Santini Medicamentos Ltda	01/09/2027
215	Naloxona 0,4 Mg/Ml Inj	AMPOLA 1 ML	400	Hipolabor Genérico	R$ 5,15	R$ 2.060,0000	Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Eireli	01/09/2027
230	Oleo Mineral	FRASCO 100ML	2.500	Imec Óleo Mineral	R$ 2,89	R$ 7.225,0000	Dimeva Distribuidora E Importadora Ltda	01/09/2027
231	Omeprazol, 20 Mg	CAPS	600.000	Globo C/28 Pote	R$ 0,059	R$ 35.400,0000	Patomedi Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
234	Paracetamol, 200 Mg/Ml, Solução Oral	FRASCO 15 ML	7.000	Farmace Paracetamol	R$ 1,10	R$ 7.700,0000	Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Eireli	01/09/2027
235	Paracetamol, 500 Mg	COMP	250.000	Hipolabor Generico Brasil 1134301010036	R$ 0,053	R$ 13.250,0000	Dimaster Comercio Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
253	Salbutamol, Dosagem:100mcg/Dose, Forma Farmacêutica:Aerosol Oral	FRASCO SPRAY COM 200 DOSES CADA	1.500	Glenmark Generico India 1101302910018	R$ 8,16	R$ 12.240,0000	Dimaster Comercio Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
259	Sinvastatina, 20 Mg	COMP	180.000	Sandoz	R$ 0,06	R$ 10.800,0000	F&F Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
261	Sorbitol, Composição:Sorbitol 70% + Lauril Sulfato De Sódio, Concentração:714 Mg + 7,70 Mg/G, Forma Farmacêutica:Enema	BISNAGA 6,5 GR	400	Enemin Hertz	R$ 4,275	R$ 1.710,0000	Distribuidora De Medicamentos Backes Ltda	01/09/2027
273	Tiamina, 100 Mg/Ml, Solução Injetável	AMPOLA 1 ML	400	Sacfer CX 50 Ampolas Nacional	R$ 4,00	R$ 1.600,0000	Vasconcelos Industria Farmaceutica E Comercio Ltda	01/09/2027
283	Venlafaxina 150mg	COMP	300.000	Torrent CPR	R$ 1,06	R$ 318.000,0000	Gmc Distribuidora De Medicamentos Ltda	01/09/2027
292	Betaistina Dicloridrato,Concentração:24mg	COMP	860	Prati	R$ 0,3121	R$ 268,4060	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
293	Ciclobenzaprina Cloridrato,Dosagem:10mg	COMP	430	Cimed CX C/30	R$ 0,0525	R$ 22,5750	Patomedi Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
294	Coenzima Q10	CAPS	430	Airela Comprimido	R$ 0,99	R$ 425,7000	Cirurgica Premium Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
300	Domperidona 1mg/Ml	FRASCO 100ML	140	Medley FR	R$ 11,88	R$ 1.663,2000	Santini Medicamentos Ltda	01/09/2027
307	Lipikar Baume Ap+M Hidrante Corporal 400ml	FRASCO 400ML	100	La Roche Posay Frasco	R$ 201,94	R$ 20.194,0000	Cirurgica Premium Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
309	Lisdexanfetamina 30mg	COMP	430	E. M. S. Capsula	R$ 4,45	R$ 1.913,5000	Cirurgica Premium Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
314	Mirtazapina, Dosagem: 30mg	COMP	860	Prati	R$ 0,5618	R$ 483,1480	M C W Prod Medicos E Hospitalares Ltda	01/09/2027
315	Mometasona (Topison)	BISNAGA 20G	40	Topison 1mg pda 20g – LIBBS	R$ 33,71	R$ 1.348,4000	Pharma Log Produtos Farmaceuticos Ltda	01/09/2027
318	Ômega 3	CAPS	430	Airela Capsula	R$ 0,32	R$ 137,6000	Cirurgica Premium Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda	01/09/2027
319	Pregabalina, Concentração:150mg	COMP	1.720	Geolab	R$ 0,3021	R$ 519,6120	Distribuidora De Medicamentos Backes Ltda	01/09/2027
				Valor Total			**R$ 844.634,468**	

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.
5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2026 - FMS*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS
10.1 Os medicamentos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pela Central Farmacêutica.

10.2 Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até **15 (quinze)** dias, pela Comissão de Recebimento responsável e poderá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
10.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.4 Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, com a consequente aceitação mediante termo detalhado, devidamente assinado pelas partes.
10.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
10.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10.7 Caso a comissão de recebimento ou fiscal de contrato, entenderem não ser necessário o recebimento provisório do bem, entender-se-á como definitivo.
10.8 Os medicamentos deverão ser entregues, na Central Farmacêutica, situada à Travessa Eurides Pelacani, nº 5314, Umuarama-Pr, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. Em caso de entrega fora do prazo sem justificativa poderá ser recusado o recebimento por parte da contratante.
10.9 No ato da entrega dos medicamentos, junto a nota fiscal, deverá ser apresentado o certificado de registro dos medicamentos no Ministério da Saúde/Anvisa.
10.10 Validade mínima dos medicamentos de 12(doze) meses, a contar da data de entrega, e os medicamentos deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital de Licitação;
III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 008/2026 – FMS – Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

70.001.10.303.0026.2.063.3.3.90.32.00.00 – D:237 – F:001 – Livres
70.001.10.303.0026.2.063.3.3.90.32.00.00 – D:238 – F:303 – 15%

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 01 de setembro de 2026.
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO
Ciamed Distribuidora de Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

LARA CARDOSO MACHADO
Cirúrgica Nossa Senhora LTDA
Detentora Da Ata

ANDERSON TORRES DOS SANTOS
Cirúrgica Premium Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA
Detentora Da Ata

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA
Cirúrgica Itamaraty Comercial LTDA
Detentora Da Ata

ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA
Detentora Da Ata

SUEMA TUSSI BRUNELO
Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA
Detentora Da Ata

JOSIAS BOLDUAN
Dimebras Distribuidora de Medicamentos Brasil LTDA
Detentora Da Ata

LUIZ CARLOS GELOTTI
Dimebras Comercial Hospitalar LTDA
Detentora Da Ata

LUIZ AUGUSTO VARNIER
Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA
Detentora Da Ata

MAICON ULLIANS BACKES
Distribuidora de Medicamentos Backes LTDA
Detentora Da Ata

FABIO EMANUEL REBONATTO
F&F Distribuidora de Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

DJEYNER SIDNEY DE MIRANDA
Force Farma Distribuidora de Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

ALEX BERTOLINI
GMC Distribuidora de Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

ANA PAULA SOARES
Inovamed Hospitalar LTDA
Detentora da ata

MAURICIO BUBOLTZ SPENGLER
MCW Produtos Medicos e Hospitalares LTDA
Detentora Da Ata

LUCAS HENN NAGEL
Medilar Importacao e Distribuicao de Produtos Medico Hospitalares S/A
Detentora Da Ata

LUIS FERNANDO PARISE
Metta Farmaceutica LTDA
Detentora Da Ata

ELISA CAROLINA DE CARVALHO DO PILAR
Patomedi Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA
Detentora Da Ata

MARCELO RAMOS AMANCIO
Pharma Log Produtos Farmaceuticos LTDA
Detentora Da Ata

AFRANIO ANTUNES ARAUJO
Prohosp Distribuidora de Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

PAULO SERGIO SANTINI
Santini Medicamentos LTDA
Detentora Da Ata

MARCIONILO ARCANJO DE ALMEIDA
Vasconcelos Industria Farmaceutica e Comercio LTDA
Detentora Da Ata

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:AF45089E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 28, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Av. Pres. Castelo Branco, nº 3370, salas 5 e 6 CEP: 87503-200 Umuarama-PR
Fones: (44) 3906-1019 / 3906-1092 Celular: (44) 98457-1109
E-mail: cmas@umuarama.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 28, de 10 de setembro de 2026

Súmula: Dispõe sobre a recomposição das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Umuarama/PR, para o biênio 2025-2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Federal n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Municipal n° 4.081 de 25 de maio de 2015, e seu Regimento Interno, em Reunião Ordinária realizada em 10 de setembro de 2026, e
CONSIDERANDO os artigos 23 a 26 do Regimento Interno do CMAS que dispõem sobre a constituição e funcionamento das Comissões Temáticas;
CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 23, de 09 de julho de 2026, que promoveu a reorganização e a atualização das Comissões Temáticas do CMAS, para o biênio 2025-2027;
CONSIDERANDO a alteração na composição do Conselho e as solicitações de substituição de membros em Comissões;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário pela atualização da composição das Comissões Permanentes e Temporárias;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a recomposição das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o restante do biênio 2025-2027, nos termos desta Resolução.
Art. 2º Fica aprovada a composição atualizada das Comissões Permanentes e Temporárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, constante do Anexo I desta Resolução.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas incompatíveis com esta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 10 de setembro de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 28, de 10 de setembro de 2026	
ANEXO I	
ATUALIZAÇÃO DAS COMISSÕES DO CMAS BIÊNIO 2025-2027	
COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Cadastro e Fiscalização	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima	Fabrícia Ruzzon Marchi de Oliveira
Kethyner Renata Ramos Lesse	Juliana Manduca Januário Catarin
Natanne Oliva Roman Miiller	Roberto de Oliveira Meda
Rosemeri Berta Szezerbatz Augusto	Rogério Angelo da Silva
Comissão de Gerenciamento do FMAS	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Elena Trigo da Silva	Flávia Olívio Araújo de Lima Barbosa
Gabriela de Souza Sebastiani	Juliana Manduca Januário Catarin
Kethyner Renata Ramos Lesse	Maurício Kölln Genero
Welington de Oliveira Campos	Rogério Angelo da Silva
Comissão de Geração de Renda	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Claudio Alves Junior	Allana Carla Garcia dos Santos Granados
Sebastiana Ruiz Garcia	Rafael Magan Cavalari
Tayná Cristina da Silva da Costa Jonsson	Roberto de Oliveira Meda
Comissão de Comunicação, Articulação, Mobilização e Capacitação	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima	Elaine Cristina Florian
Anne Tatila Borges	Mariana Emilia Salesse Salgado
Kethyner Renata Ramos Lesse	Maurício Kölln Genero
Sebastiana Ruiz Garcia	Rosiane Paganotti dos Santos
Comissão de Controle Social do PBF	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Claudio Alves Junior	Allana Carla Garcia dos Santos Granados
Elena Mendonza Genez	Débora Piffer Megda
Nina Castillo Fernandez de Santana	Juliana Manduca Januário Catarin
Welington de Oliveira Campos	Rogério Angelo da Silva
Comissão de Critério de Partilha	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima	Caroline Oliveira Bagli
Kethyner Renata Ramos Lesse	Fabrícia Ruzzon Marchi de Oliveira
Natanne Oliva Roman Miiller	Flávia Olívio Araújo de Lima Barbosa
Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Serviços Governamentais Socioassistenciais	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Nina Castillo Fernandez de Santana	Flávia Olívio Araújo de Lima Barbosa
Kethyner Renata Ramos Lesse	Elaine Cristina Florian
Roseni de Moraes Carvalho	Patricia Karla da Silva Mantovi
COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão Temporária de Revisão da Lei e Regimento Interno do CMAS	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima	Caroline Oliveira Bagli
Claudio Alves Junior	Patrícia Karla da Silva Mantovi
Gabriela de Souza Sebastiani	Rogério Angelo da Silva
Comissão Temporária de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025	
Representantes da Sociedade Civil	**Representantes Governamentais**
Anne Tatila Borges	Débora Piffer Megda
Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima	Juliana Manduca Januário Catarin
Rosemeri Berta Szezerbatz Augusto	Maria Luisa Vicente Ribeiro Bertoco
Roseni de Moraes Carvalho	Rosiane Paganotti dos Santos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0AB0E346

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 227/2026

DECRETO Nº 227/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:

I – PPA:

a) - Programas e Ações;

b) - Demonstrativo por Função;

c) - Demonstrativo por Programa;

d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 227 DE 02/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 14. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
UNIDADE: 14.001. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
08.244.0013.2320	Serviços da Prodeção Social Especial	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60115	R$ 30.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 30.000,00**
ÓRGÃO: 12. - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
UNIDADE: 12.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.A					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
20.571.0008.1540	EI - Repasse Financeiro para Fundação Candido Garcia - FUNCANDIDO	4.4.50.42.00.00	AUXÍLIOS	1000	R$ 154.000,00
					R$ 154.000,00
TOTAL GERAL					**184.000,00**
ANEXO II					
ANEXO AO DECRETO N° 227 DE 02/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 14. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
UNIDADE: 14.001. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
08.244.0013.2320	Serviços da Prodeção Social Especial	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60115	R$ 30.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 30.000,00**
ÓRGÃO: 12. - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
UNIDADE: 12.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.A					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
20.571.0008.1540	EI - Repasse Financeiro para Fundação Candido Garcia - FUNCANDIDO	3.1.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	R$ 1.000,00
20.571.0008.1540	EI - Repasse Financeiro para Fundação Candido Garcia - FUNCANDIDO	3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	R$ 153.000,00
					R$ 154.000,00
TOTAL GERAL					**184.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8AD348D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 230/2026

DECRETO Nº 230/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Função;
c) – Demonstrativo por Programa;
d) – Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 04 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 230 DE 04/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
28.846.0000.3127	Despesas com Devolução/Restituição de Saldos de Convênios e Congêneres	3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	R$ 25.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 25.000,00**
ÓRGÃO: 25. - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL					
UNIDADE: 25.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.M.A					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
18.541.0011.2299	Manter e Equipar o Aterro Sanitário	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	R$ 14.000,00
					R$ 14.000,00
TOTAL GERAL					**39.000,00**
ANEXO II					
ANEXO AO DECRETO N° 230 DE 04/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 09. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS					
UNIDADE: 09.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.S.P					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
15.452.0006.1014	Aquisição de Veículos e Máquinas	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	511	R$ 14.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 14.000,00**
ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
99.999.9999.9001	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 25.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 25.000,00**
TOTAL GERAL					**39.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9B25C24C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 232/2026

DECRETO Nº 232/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente do provável excesso de arrecadação da Fonte 104 - Educação / 25% sobre Impostos, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e da Fonte 92 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer, no valor de R$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais) considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:

I – PPA:

a) - Programas e Ações;

b) - Demonstrativo por Função;

c) - Demonstrativo por Programa;

d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 08 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I
ANEXO AO DECRETO N° 232 DE 08/09/2026
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
UNIDADE: 08.002. - DIRETORIA DE OBRAS

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR
12.361.0015.1095	Construção, Reformas, Reparos, Adequações e Ampliac. da Estrutura Física das Unid. Escolares	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	R$ 200.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 200.000,00**

ÓRGÃO: 21. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 21.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E.L

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR
27.811.0019.2092	Desenvolvimento e Promoção do Esporte Municipal	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	92	R$ 323.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 323.000,00**

TOTAL GERAL	**523.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:58F49256

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 16/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AGH4E49	279350NIC0046371	08/08/2026	50020
ATZ0D15	279350NIC0046410	08/08/2026	50020
AUG8873	279350NIC0046381	08/08/2026	50020
AUG8873	279350NIC0046382	08/08/2026	50020

AWP0482	279350NIC0046373	08/08/2026	50020
AWP0482	279350NIC0046372	08/08/2026	50020
AWZ2G50	279350NIC0046380	08/08/2026	50020
AXZ6714	279350NIC0046386	08/08/2026	50020
AYQ0G18	279350NIC0046390	08/08/2026	50020
BAD8H37	279350NIC0046368	08/08/2026	50020
BBP6D14	279350NIC0046378	08/08/2026	50020
BBZ6I51	279350NIC0046379	08/08/2026	50020
BDK5C44	279350NIC0046403	08/08/2026	50020
BEB7C47	279350NIC0046404	08/08/2026	50020
BEK6G04	279350NIC0046388	08/08/2026	50020
BEW6G56	279350NIC0046376	08/08/2026	50020
BSQ6759	279350NIC0046377	08/08/2026	50020
ELU2G65	279350NIC0046391	08/08/2026	50020
FDN4H57	279350NIC0046394	08/08/2026	50020
FMT9J91	279350NIC0046406	08/08/2026	50020
FQP7B27	279350NIC0046383	08/08/2026	50020
NDH9B76	279350NIC0046395	08/08/2026	50020
OBQ0I20	279350NIC0046407	08/08/2026	50020
OVI8F86	279350NIC0046396	08/08/2026	50020
QAF7H07	279350NIC0046400	08/08/2026	50020
QTW7G69	279350NIC0046392	08/08/2026	50020
RFE1G87	279350NIC0046385	08/08/2026	50020
RHD6C06	279350NIC0046429	08/08/2026	50020
SEO8B65	279350NIC0046374	08/08/2026	50020
SES7F58	279350NIC0046409	08/08/2026	50020
SEU4D00	279350NIC0046412	08/08/2026	50020
SEU4D00	279350NIC0046411	08/08/2026	50020
SFC3G86	279350NIC0046367	08/08/2026	50020
SFE2A07	279350NIC0046370	08/08/2026	50020
TAO1E75	279350NIC0046402	08/08/2026	50020
TBC5D26	279350NIC0046405	08/08/2026	50020
TBC5F31	279350NIC0046393	08/08/2026	50020
TBE3C23	279350NIC0046389	08/08/2026	50020
TBY3J99	279350NIC0046408	08/08/2026	50020
UAT1H00	279350NIC0046387	08/08/2026	50020
UBE4E43	279350NIC0046401	08/08/2026	50020
UBK2G37	279350NIC0046369	08/08/2026	50020
UCC1I11	279350NIC0046384	08/08/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:2933DEBE

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAI8C22	279350E000046227	13/08/2026	55412
AFB1903	279350E000046304	13/08/2026	55412
AFJ1817	279350E000046233	13/08/2026	55412
AFR9J38	279350E000045824	11/08/2026	55412
AFX2449	279350E000045964	12/08/2026	55412
AFX2449	279350E000046232	13/08/2026	55412
AGG0D05	279350E000045885	12/08/2026	55412
AIJ1002	279350E000045991	12/08/2026	55412
AIR1733	279350E000046179	13/08/2026	55412
AIU5H00	279350E000046341	13/08/2026	55412
AIW3853	279350E000045739	11/08/2026	55412
AJH6A21	279350E000046224	13/08/2026	55412
AJO1G48	279350E000046266	13/08/2026	55412
AJW9867	279350E000046147	13/08/2026	55412
AJY9975	279350E000045839	11/08/2026	55412
AKT9239	279350E000045775	11/08/2026	55412
AKV5D79	279350E000046193	13/08/2026	55412
AKY8F95	279350E000046294	13/08/2026	55412
ALF6B51	279350E000046094	13/08/2026	55412
ALR3G72	279350E000045922	12/08/2026	55412
ALS5F30	279350E000046325	13/08/2026	55412
AME3760	279350E000045732	11/08/2026	55412
ANI7G03	279350E000046091	13/08/2026	55412
ANT7407	279350E000045837	11/08/2026	55412
ANY3E96	279350E000045872	12/08/2026	55412
AOF5857	279350E000045866	11/08/2026	55412
AON5J00	279350E000046197	13/08/2026	55412
AOV9H97	279350E000046185	13/08/2026	55412
APA0J81	279350E000046109	13/08/2026	55412
APB3467	279350E000046172	13/08/2026	55412
AQU6I24	279350E000045814	11/08/2026	55412
AQZ0A78	279350E000046112	13/08/2026	55412
ARI5224	279350E000046231	13/08/2026	55412
ARN4F91	279350E000046032	12/08/2026	55412
ARX0425	279350E000045887	12/08/2026	55412

ARZ2374	279350E000046084	13/08/2026	55412
AST2604	279350E000046361	13/08/2026	55412
ASW9939	279350E000045967	12/08/2026	55412
ASX1I49	279350E000046240	13/08/2026	55412
ASX3816	279350E000046136	13/08/2026	55412
ATH1F65	279350E000046165	13/08/2026	55412
ATI1H55	279350E000046029	12/08/2026	55412
ATO2410	279350E000045976	12/08/2026	55412
AUO1D84	279350E000046175	13/08/2026	55412
AUT5D21	279350E000046118	13/08/2026	55412
AUX9195	116100T003587355	21/08/2026	54521
AVG9D89	279350E000046292	13/08/2026	55412
AVJ5454	279350E000045738	11/08/2026	55412
AVK7895	279350E000046010	12/08/2026	55412
AVL2801	279350E000046121	13/08/2026	55412
AVP2B50	279350E000045893	12/08/2026	55412
AVP7G42	279350E000045926	12/08/2026	55412
AVY9D77	279350E000046070	12/08/2026	55412
AWA7289	279350E000046104	13/08/2026	55412
AWC7989	279350E000046026	12/08/2026	55412
AWC7C58	279350E000045931	12/08/2026	55412
AWE9F04	279350E000046132	13/08/2026	55412
AWI5896	279350E000046336	13/08/2026	55412
AWU6358	279350E000046261	13/08/2026	55412
AWY6C14	279350E000045781	11/08/2026	55412
AXM4B12	279350E000046262	13/08/2026	55412
AXU8E40	279350E000046015	12/08/2026	55412
AXX8C96	279350E000045914	12/08/2026	55412
AYA3906	279350E000045940	12/08/2026	55412
AYB8817	279350E000046082	13/08/2026	55412
AYE0040	279350E000045890	12/08/2026	55412
AYJ8736	279350E000045891	12/08/2026	55412
AYM0F87	279350E000046012	12/08/2026	55412
AYP3J85	279350E000045907	12/08/2026	55412
AYP4041	279350E000045994	12/08/2026	55412
AYR5D92	279350E000045892	12/08/2026	55412
AZE9136	279350E000045977	12/08/2026	55412
AZI8375	279350E000046320	13/08/2026	55412
AZR2J71	279350E000045753	11/08/2026	55412
AZR7144	279350E000046355	13/08/2026	55412
AZW8868	279350E000045859	11/08/2026	55412
BAE4643	279350E000046072	12/08/2026	55412
BAH8F04	279350E000045956	12/08/2026	55412
BAS7D49	279350E000045873	12/08/2026	55412
BAS8558	279350E000046111	13/08/2026	55412
BAS8558	279350E000045946	12/08/2026	55412
BAT1C49	279350E000045989	12/08/2026	55412
BAV4B83	279350E000046031	12/08/2026	55412
BBI8A31	279350E000045965	12/08/2026	55412
BBL8D15	279350E000046302	13/08/2026	55412
BBQ3A18	279350E000046061	12/08/2026	55412
BBR1J38	279350E000046176	13/08/2026	55412
BBZ2352	279350E000046206	13/08/2026	55412
BCE3A78	279350E000045998	12/08/2026	55412
BCG7B37	279350E000046002	12/08/2026	55412
BCL2B28	279350E000045988	12/08/2026	55412
BCM5C57	279350E000046087	13/08/2026	55412
BCO9356	279350E000046158	13/08/2026	55412
BCV7E97	279350E000045817	11/08/2026	55412
BCX2E19	279350E000045889	12/08/2026	55412
BDL1D52	279350E000046317	13/08/2026	55412
BDN3I37	279350E000046214	13/08/2026	55412
BDR5C87	279350E000046077	13/08/2026	55412
BDS0A26	279350E000045810	11/08/2026	55412
BED2D06	279350E000045858	11/08/2026	55412
BEE5H19	279350E000046285	13/08/2026	55412
BEH4D89	279350E000046014	12/08/2026	55412
BEJ2J60	279350E000045812	11/08/2026	55412
BEQ6B91	279350CND0001223	14/07/2026	50291
BEQ6H14	279350E000046096	13/08/2026	55412
BEW9J72	279350E000045818	11/08/2026	55412
BOV4A40	279350E000045966	12/08/2026	55412
BPC6957	279350E000046199	13/08/2026	55412
CAS8508	279350E000046263	13/08/2026	55412
CEC0246	279350E000046090	13/08/2026	55412
CGE4H76	279350E000046095	13/08/2026	55412
CRK1145	279350E000045951	12/08/2026	55412
CWQ7A49	279350E000045793	11/08/2026	55412
CWZ3314	279350E000046097	13/08/2026	55412
CYG1330	279350E000046178	13/08/2026	55412
DDF6J43	279350E000046306	13/08/2026	55412
DEH0F34	279350E000046093	13/08/2026	55412
DES3B84	279350E000045855	11/08/2026	55412
DFI2796	279350E000045974	12/08/2026	55412
DJB9582	279350E000045979	12/08/2026	55412
DJB9582	279350E000046105	13/08/2026	55412
DMA9D82	279350E000046324	13/08/2026	55412
DMV7713	279350E000046152	13/08/2026	55412
DMY7713	279350E000046327	13/08/2026	55412

DNU7B76	279350E000046311	13/08/2026	55412
DNU9109	279350E000046134	13/08/2026	55412
DSF7927	279350E000045829	11/08/2026	55412
DSO2B01	279350E000046151	13/08/2026	55412
DWK6097	279350E000045734	11/08/2026	55412
DWK6D97	279350E000045726	11/08/2026	55412
EIC3G78	279350E000045842	11/08/2026	55412
EIH1G43	279350E000045972	12/08/2026	55412
ELC8F36	279350E000045819	11/08/2026	55412
ENU4J56	279350E000045747	11/08/2026	55412
EPL3H40	279350E000045749	11/08/2026	55412
FBB2E46	279350E000045901	12/08/2026	55412
FCE6I91	279350E000046045	12/08/2026	55412
FCQ2B64	279350E000045875	12/08/2026	55412
FGT1E24	279350E000045835	11/08/2026	55412
FIZ7B39	279350E000046139	13/08/2026	55412
FQN4I87	279350E000046106	13/08/2026	55412
FTO7G78	279350E000046359	13/08/2026	55412
FWU2E74	279350E000045861	11/08/2026	55412
FXF6E72	279350E000046360	13/08/2026	55412
FYQ6G06	279350E000045900	12/08/2026	55412
FZV1I27	279350E000046168	13/08/2026	55412
GBV3D45	279350E000045959	12/08/2026	55412
GED6C33	279350E000046238	13/08/2026	55412
GIO7G79	279350E000046126	13/08/2026	55412
GIY1E96	279350E000045771	11/08/2026	55412
GVG9I21	279350E000045856	11/08/2026	55412
HIA9424	279350E000045912	12/08/2026	55412
HSF3B82	279350E000046169	13/08/2026	55412
HSG2G09	279350E000046050	12/08/2026	55412
HXA4E51	279350E000045995	12/08/2026	55412
JHJ2B92	279350E000046215	13/08/2026	55412
JIX6G02	279350E000046293	13/08/2026	55412
JJK0E31	279350E000045904	12/08/2026	55412
JKM6C49	279350E000045758	11/08/2026	55412
KVQ1828	279350E000046101	13/08/2026	55412
LON5A34	279350E000046110	13/08/2026	55412
LWY2023	279350E000046138	13/08/2026	55412
MAT4409	279350E000045895	12/08/2026	55412
MEJ6415	279350E000045987	12/08/2026	55412
MFA0B63	279350E000046063	12/08/2026	55412
MKC1H68	279350E000046159	13/08/2026	55412
MKM1F23	279350E000045807	11/08/2026	55412
NDI2822	279350E000045725	11/08/2026	55412
NDK9348	279350E000046196	13/08/2026	55412
NGU1E18	279350E000045847	11/08/2026	55412
NPE7C17	279350E000045984	12/08/2026	55412
NSA3I62	279350E000046334	13/08/2026	55412
OLW4B30	279350E000046051	12/08/2026	55412
OMU2G39	279350E000046000	12/08/2026	55412
OSA8D38	279350E000045943	12/08/2026	55412
PRQ6D93	279350E000045827	11/08/2026	55412
PXI8A65	279350E000046267	13/08/2026	55412
QAF8B48	279350E000046342	13/08/2026	55412
QCB0B21	279350E000046312	13/08/2026	55412
QHD0G46	279350E000045744	11/08/2026	55412
QIO4H84	279350E000046048	12/08/2026	55412
QWW9E34	279350E000046329	13/08/2026	55412
QXF4F10	279350E000045921	12/08/2026	55412
RHA0E92	279350E000045736	11/08/2026	55412
RHE3C88	279350E000046177	13/08/2026	55412
RHN4F73	279350E000045831	11/08/2026	55412
RHN5F09	279350E000046035	12/08/2026	55412
RHP9H29	279350E000046216	13/08/2026	55412
RHQ2D81	279350E000046251	13/08/2026	55412
RHQ6I71	279350E000046220	13/08/2026	55412
RHS1E14	279350E000046074	12/08/2026	55412
RHZ7D62	279350E000046150	13/08/2026	55412
RNQ1E77	279350E000046219	13/08/2026	55412
RTZ7B41	279350E000045720	11/08/2026	55412
RVD2J09	279350E000045763	11/08/2026	55412
SDV7E61	279350E000046258	13/08/2026	55412
SDW5E11	279350E000046332	13/08/2026	55412
SDX9D40	279350E000045826	11/08/2026	55412
SEC7H45	279350E000045848	11/08/2026	55412
SED5I00	279350E000046059	12/08/2026	55412
SEE4E22	279350E000046250	13/08/2026	55412
SEJ9D06	279350E000046281	13/08/2026	55412
SEU9B85	279350E000046259	13/08/2026	55412
SFD3F07	279350E000045849	11/08/2026	55412
SFG3A47	279350E000046299	13/08/2026	55412
SFG7E10	279350E000045729	11/08/2026	55412
SFJ2F94	279350E000045986	12/08/2026	55412
SFL2D32	279350E000046337	13/08/2026	55412
SMH7C20	279350E000045908	12/08/2026	55412
SRD6B12	279350E000045962	12/08/2026	55412
SWM9A62	279350CND0001224	03/07/2026	77492
TAI1I98	279350E000046209	13/08/2026	55412
TAQ8C63	279350E000046210	13/08/2026	55412

TBK0B32	279350E000046098	13/08/2026	55412
TBZ5I62	279350E000046039	12/08/2026	55412
TJL5G48	279350E000045790	11/08/2026	55412
UAV1C07	279350E000045960	12/08/2026	55412
UAX9H71	279350E000045896	12/08/2026	55412
UCG4E65	279350E000045845	11/08/2026	55412
UCK2F85	279350E000046288	13/08/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:FD3ECA40

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACS4E96	279350T000116575	28/08/2026	54521
ACS5692	279350T000142803	26/08/2026	51852
ACZ5B35	279350T000142838	28/08/2026	76331
ADR8003	279350T000142789	26/08/2026	76332
AFV9020	279350T000116577	29/08/2026	55920
AGX1I81	279350T000142755	25/08/2026	51852
AHY5E59	279350T000142714	24/08/2026	51851
AHZ5517	279350T000116569	27/08/2026	51851
AII4578	279350T000142722	24/08/2026	51851
AIM0G00	279350T000142800	26/08/2026	51851
AIN3888	279350T000142840	28/08/2026	51851
AIN3888	279350T000142637	18/08/2026	51852
AIY2B11	279350T000142843	28/08/2026	51851
AJX4F85	279350T000142742	25/08/2026	51851
AKE4167	279350T000138370	25/08/2026	70721
AKI7A44	279350T000142763	25/08/2026	51851
AKV5D79	279350T000142628	18/08/2026	51851
AKX5139	279350T000138369	22/08/2026	58780
ALC2J01	279350T000122154	19/08/2026	54525
ALK1682	279350T000142746	25/08/2026	51851
ALO1E22	279350T000142777	26/08/2026	51851
AMJ4A83	279350T000142743	25/08/2026	51851
AML8027	279350T000142779	26/08/2026	51852
AMV7G82	279350T000116561	27/08/2026	51851
ANA8705	279350T000142824	28/08/2026	69472
ANC8B63	279350T000142729	24/08/2026	51851
ANG1402	279350T000142826	28/08/2026	51851
ANH8B86	279350T000142823	28/08/2026	76332
ANV9200	279350T000116567	27/08/2026	76331
AOB0C82	279350T000142718	24/08/2026	51851
AOI6217	279350T000122162	25/08/2026	55500
AOR5280	279350T000142836	28/08/2026	51851
AOR8246	279350T000138374	29/08/2026	52070
AOR8246	279350T000138373	29/08/2026	66372
AOZ7087	279350T000121164	21/08/2026	73662
APA6H07	279350T000122151	19/08/2026	54525
APA7F71	279350T000142675	20/08/2026	51851
APO7724	279350T000119121	21/08/2026	50100
APO7724	279350T000119122	21/08/2026	51180
APS6H14	279350T000116560	27/08/2026	51851
AQT0596	279350T000142732	24/08/2026	51851
ARB7E90	279350T000142756	25/08/2026	51851
ARC5G53	279350T000142624	18/08/2026	76331
ARL1B15	279350T000142747	25/08/2026	51851
ARL1B15	279350T000142617	18/08/2026	73662
ART9947	279350T000142734	24/08/2026	51851
ART9947	279350T000142735	24/08/2026	76331
ARX3322	279350T000142723	24/08/2026	76332
ASC3416	279350T000142691	21/08/2026	51851
ASH7H79	279350T000116571	27/08/2026	76332
ASL0139	279350T000142830	28/08/2026	51852
ASM5148	279350T000142745	25/08/2026	51851
ATK9730	279350T000142601	17/08/2026	76331
ATS7J44	279350T000142768	25/08/2026	76331
ATS7J44	279350T000142767	25/08/2026	51851
ATZ6014	279350T000142804	27/08/2026	51930
AUL0197	279350T000142611	17/08/2026	51851
AUL3639	279350T000119120	21/08/2026	70481
AUN0741	279350T000142757	25/08/2026	51851
AUP9B23	279350T000142636	18/08/2026	51851
AUT1B03	279350T000142752	25/08/2026	51851
AVD5F56	279350T000122150	19/08/2026	54525
AVE8F09	279350T000116556	26/08/2026	76251
AVN4274	279350T000142766	25/08/2026	51852
AVQ4C63	279350T000142758	25/08/2026	51851
AVW2232	279350T000142613	17/08/2026	51852
AVX0G19	279350T000116558	27/08/2026	51851
AWG8E77	279350T000142695	21/08/2026	51851
AWL4I35	279350T000142812	27/08/2026	51851
AWL7F55	279350T000142760	25/08/2026	51851

AWO6E00	279350T000142776	26/08/2026	51851
AWY6H61	279350T000142621	18/08/2026	76331
AXE8256	279350T000142682	20/08/2026	76331
AXJ2J04	279350T000142703	21/08/2026	76331
AXP3D08	279350T000142740	25/08/2026	51851
AXX4F85	279350T000142619	18/08/2026	73662
AYF5111	279350T000142837	28/08/2026	51851
AYF5111	279350T000142672	19/08/2026	51851
AYP9966	279350T000142673	19/08/2026	76331
AZA4547	279350T000116568	27/08/2026	51852
AZA9362	279350T000142841	28/08/2026	51851
AZQ6F26	279350T000142771	25/08/2026	76331
AZU1557	279350T000142662	19/08/2026	51851
AZX5E05	279350T000142663	19/08/2026	51851
BAF3509	279350T000142706	22/08/2026	51851
BAO5742	279350T000142606	17/08/2026	76331
BAO7328	279350T000142783	26/08/2026	51852
BAQ6C20	279350T000122157	19/08/2026	54521
BAY3J41	279350T000142683	21/08/2026	51852
BBG1E77	279350T000142749	25/08/2026	51851
BBG1E77	279350T000142664	19/08/2026	51851
BBG1E77	279350T000142665	19/08/2026	76331
BBI6A75	279350T000121161	19/08/2026	55411
BBK9E41	279350T000122161	25/08/2026	70481
BBR7009	279350T000142787	26/08/2026	76332
BBT5386	279350T000119116	20/08/2026	54600
BCE0F54	279350T000142731	24/08/2026	51851
BCL0C27	279350T000142609	17/08/2026	51851
BDF8C50	279350T000142713	24/08/2026	51851
BDI2C83	279350T000142643	19/08/2026	76331
BDN8C53	279350T000142720	24/08/2026	76331
BDZ7A79	279350T000137375	14/08/2026	61732
BEB5C31	279350T000142644	19/08/2026	76331
BEB5C31	279350T000142645	19/08/2026	51851
BEJ7I43	279350T000142667	19/08/2026	76331
BEP7F75	279350T000142687	21/08/2026	76331
BEU7C31	279350T000142738	24/08/2026	51930
BEU9G35	279350T000142677	20/08/2026	51851
BKK3H02	279350T000142845	28/08/2026	51851
BMJ7656	279350T000142851	28/08/2026	51851
BTJ5656	279350T000142736	24/08/2026	76331
BTJ5656	279350T000142737	24/08/2026	51851
CBO7434	279350T000142676	20/08/2026	51851
CFD7D92	279350T000118127	23/08/2026	66371
CKN8280	279350T000142790	26/08/2026	51851
CKN8280	279350T000142791	26/08/2026	76331
CMY1A38	279350T000142847	28/08/2026	51851
CNX1684	279350T000142802	26/08/2026	51852
CPL7461	279350T000142849	28/08/2026	51851
CSA6E93	279350T000142795	26/08/2026	51851
CSA6E93	279350T000142728	24/08/2026	51851
CTB1854	279350T000142808	27/08/2026	51851
CUK1F54	279350T000142651	19/08/2026	76331
CWL6D64	279350T000142797	26/08/2026	51851
CWL6D64	279350T000142827	28/08/2026	51851
CWL6D64	279350T000142761	25/08/2026	51851
CYL2D83	279350T000142608	17/08/2026	51851
CYL9C17	279350T000116566	27/08/2026	51851
CYO9I14	279350T000142754	25/08/2026	51851
CZE1E25	279350T000142670	19/08/2026	51851
CZZ9523	279350T000116559	27/08/2026	51851
DIQ6E87	279350T000122155	19/08/2026	54521
DJE0E87	279350T000116578	29/08/2026	61732
DLF1C60	279350T000116574	27/08/2026	51851
DQA7330	279350T000142834	28/08/2026	51851
DRL6377	279350T000142708	22/08/2026	51851
DSA9A09	279350T000142798	26/08/2026	51851
DSB8A85	279350T000142770	25/08/2026	51852
DTA5433	279350T000142626	18/08/2026	51852
EBT7J87	279350T000142853	28/08/2026	51930
EBT7J87	279350T000142852	28/08/2026	51851
ECU1J79	279350T000142769	25/08/2026	76331
EGE9C22	279350T000142674	19/08/2026	51852
ELD5D73	279350T000142825	28/08/2026	51851
ENJ9E95	279350T000142700	21/08/2026	51851
ENS5B71	279350T000142855	28/08/2026	51852
ETK4C97	279350T000142774	26/08/2026	51851
EUU3A87	279350T000122152	19/08/2026	54525
EZH2468	279350T000142614	17/08/2026	51851
EZH2468	279350T000142615	17/08/2026	76331
FAM0I64	279350T000142842	28/08/2026	51851
FBM0H69	279350T000142844	28/08/2026	51851
FDN9F50	279350T000142655	19/08/2026	76331
FEQ6I66	279350T000142616	17/08/2026	76331
FIL9C43	279350T000122158	19/08/2026	54521
FKA1D40	279350T000142654	19/08/2026	76331
FLI9B05	279350T000142724	24/08/2026	76332
FTU3C08	279350T000142759	25/08/2026	51852
FUG1A25	279350T000142711	24/08/2026	51851

FYR8A16	279350T000142811	27/08/2026	51851
GAI9F43	279350T000116579	29/08/2026	54870
GOL5518	279350T000142666	19/08/2026	76331
HSC4E22	279350T000142822	28/08/2026	51851
HTN4F45	279350T000142765	25/08/2026	51930
HTN4F45	279350T000142764	25/08/2026	51851
IMN0F46	279350T000142612	17/08/2026	51851
IRY0B00	279350T000142848	28/08/2026	51851
IYF1G30	279350T000142820	27/08/2026	51851
IYF1G30	279350T000142821	27/08/2026	76331
JAG7H80	279350T000142710	24/08/2026	51851
JAG7H80	279350T000142620	18/08/2026	73662
JBH2A03	279350T000121165	24/08/2026	55417
KAF8D95	279350T000142727	24/08/2026	51851
KDU8008	279350T000138368	07/08/2026	55680
KGE6560	279350T000142647	19/08/2026	51851
KJR4E45	279350T000116563	27/08/2026	51851
KLC5913	279350T000142751	25/08/2026	51851
KLC5913	279350T000142796	26/08/2026	51851
LNW0H59	279350T000116557	27/08/2026	76332
LWC2A44	279350T000142799	26/08/2026	51851
MAA8629	279350T000142633	18/08/2026	51851
MAT4409	279350T000138372	29/08/2026	76332
MEG6B86	279350T000142792	26/08/2026	76331
MEM7D27	279350T000142725	24/08/2026	76332
MET3E83	279350T000142809	27/08/2026	51851
MHU2C16	279350T000142744	25/08/2026	51852
MOJ4770	279350T000142658	19/08/2026	51851
NDR4D62	279350T000142801	26/08/2026	51851
NWH6039	279350T000142762	25/08/2026	51851
NZR7A41	279350T000142646	19/08/2026	51851
OLP5E34	279350T000142680	20/08/2026	76331
OOB2E00	279350T000142699	21/08/2026	51851
OPS7A10	279350T000122164	28/08/2026	60501
PYD1E54	279350T000142780	26/08/2026	51851
QAU8A20	279350T000142846	28/08/2026	51851
QAV7D08	279350T000142773	25/08/2026	76331
QCO8H89	279350T000142696	21/08/2026	51851
QIA0502	279350T000142629	18/08/2026	51851
QIL4E55	279350T000142814	27/08/2026	51851
QPT8J45	279350T000142688	21/08/2026	76331
QUV5F06	279350T000142788	26/08/2026	76332
RHN5I19	279350T000122153	19/08/2026	54525
RHO5C51	279350T000142806	27/08/2026	51851
RHQ1E16	279350T000116576	29/08/2026	53800
RMI9J90	279350T000142668	19/08/2026	76331
RMI9J90	279350T000142669	19/08/2026	51851
RXY3I56	279350T000142716	24/08/2026	76332
SEC5J48	279350T000142782	26/08/2026	51851
SEL0G95	279350T000121162	21/08/2026	60174
SEY3E27	279350T000142603	17/08/2026	76331
SFG7E10	279350T000142721	24/08/2026	76331
SPS0C77	279350T000142694	21/08/2026	51851
TAQ6J80	279350T000142805	27/08/2026	51851
TAS2B97	279350T000142813	27/08/2026	51851
TBD2H99	279350T000122165	30/08/2026	51930
TBF0E09	279350T000142618	18/08/2026	73662
TBF9G79	279350T000142648	19/08/2026	51851
TBR9H20	279350T000142784	26/08/2026	76332
UBE4J82	279350T000122159	19/08/2026	54521
UBH2A65	279350T000142833	28/08/2026	51851
UBW2G88	279350T000142635	18/08/2026	51851
UBW7I39	279350T000142741	25/08/2026	51851
UCC7G78	279350T000142730	24/08/2026	76251

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:BE00A424

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAK5I77	279350T000141836	22/06/2026	51851	R$ 195,23
AAK9023	279350T000141788	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AAL3A46	279350E000033659	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AAN0561	279350E000033909	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AAQ4158	279350T000141811	19/06/2026	51851	R$ 195,23
AAQ4158	279350T000141858	23/06/2026	51852	R$ 195,23
ABM1E96	279350E000033818	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ABM2F34	279350T000141779	18/06/2026	51851	R$ 195,23
ACU6A60	279350T000141840	22/06/2026	51852	R$ 195,23
ACU6A60	279350T000141829	22/06/2026	51852	R$ 195,23

ADH6C00	279350E000034243	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ADW1083	279350T000141759	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AEW9748	279350T000141823	22/06/2026	51852	R$ 195,23
AFD0G64	279350T000141863	23/06/2026	51851	R$ 195,23
AFI0A72	279350E000033863	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AFX5558	279350E000033797	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AGD2F79	279350T000141861	23/06/2026	51851	R$ 195,23
AGK3032	279350E000034131	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AHI7309	279350T000141787	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AHJ7G28	279350E000033623	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AHN0379	279350E000034180	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AIA2I88	279350T000141878	23/06/2026	51852	R$ 195,23
AIH0247	279350T000136622	21/06/2026	54521	R$ 195,23
AIL9F64	279350E000034088	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AJE9C29	279350E000034220	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AJJ0488	279350E000033642	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AJY1C93	279350E000034052	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AJZ3C87	279350E000033688	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AKC1D63	279350E000033737	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AKG6734	279350T000141856	23/06/2026	51852	R$ 195,23
AKI6D95	279350T000141842	22/06/2026	51930	R$ 293,47
AKI6D95	279350T000141841	22/06/2026	51851	R$ 195,23
AKI6D95	279350T000141843	22/06/2026	76331	R$ 293,47
AKL6250	279350E000033861	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AKN4291	279350E000033733	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AKQ3C08	279350E000033875	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AKS0C26	279350T000141821	20/06/2026	54521	R$ 195,23
AKU3H00	279350E000033967	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AKZ9H72	279350T000141844	22/06/2026	51851	R$ 195,23
ALA4966	279350E000034262	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ALD9E42	279350E000033645	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ALK1E40	279350E000034077	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ALK8D52	279350E000034090	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ALS3G82	279350T000141791	19/06/2026	51852	R$ 195,23
ALU2G75	279350E000033827	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ALW9J11	279350E000034254	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AMC3H46	279350E000033634	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AMD0464	279350E000034042	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AMK3B16	279350E000033810	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AMM7241	279350E000033667	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AMN9A84	279350T000120156	18/06/2026	54525	R$ 195,23
AMQ0C76	279350E000033801	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AMQ8C79	279350E000033940	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AMR1B20	279350T000141793	19/06/2026	51852	R$ 195,23
AMU0816	279350T000141872	23/06/2026	76331	R$ 293,47
ANE7H22	279350E000033893	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ANH7H74	279350E000033931	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ANO5E03	279350E000033809	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ANT4E28	279350E000033803	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ANV4G47	279350E000034192	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ANV4G47	279350E000033864	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ANW8450	279350T000137288	18/06/2026	76331	R$ 293,47
AOC7C09	279350E000033720	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AOD3G61	279350T000141792	19/06/2026	51851	R$ 195,23
AOL1J68	279350E000034176	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AOL6J98	279350E000034272	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AOL9413	279350T000141845	22/06/2026	76331	R$ 293,47
AOM7A88	279350E000033872	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AOT6485	279350E000034022	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AOW4F90	279350T000138301	19/06/2026	60412	R$ 195,23
APB2C45	279350T000141827	22/06/2026	51851	R$ 195,23
APL4B25	279350E000033984	08/06/2026	55412	R$ 195,23
APO1886	279350T000141790	18/06/2026	51851	R$ 195,23
APO8H63	279350E000034082	09/06/2026	55412	R$ 195,23
APR1H97	279350E000034110	09/06/2026	55412	R$ 195,23
APV3A77	279350E000033630	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AQE7934	279350E000033790	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AQK9I88	279350E000033631	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AQQ9347	279350E000034078	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AQQ9353	279350E000034075	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AQR0717	279350T000141859	23/06/2026	51852	R$ 195,23
AQV6F68	279350E000033627	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ARE7938	279350E000034157	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ARH5G55	279350T000141875	23/06/2026	76331	R$ 293,47
ARJ4635	279350T000136624	22/06/2026	51930	R$ 293,47
ARQ9G72	279350E000033632	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ARU2846	279350E000034031	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ARW8522	279350T000136623	21/06/2026	54521	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000034087	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ASE4C89	279350E000033821	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ASE6842	279350E000033949	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ASH6791	279350T000141853	23/06/2026	51852	R$ 195,23
ASH6791	279350T000141852	23/06/2026	69472	R$ 195,23
ASH6B11	279350E000033677	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ASR8C56	279350E000034083	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ATD6938	279350E000034009	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ATF5I41	279350E000033650	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ATH0962	279350E000034182	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ATN1H09	279350E000034129	09/06/2026	55412	R$ 195,23

ATN8A93	279350T000141816	19/06/2026	76331	R$ 293,47
ATU6D63	279350E000033993	08/06/2026	55412	R$ 195,23
ATU7H34	279350T000141833	22/06/2026	51851	R$ 195,23
ATV6146	279350E000034004	09/06/2026	55412	R$ 195,23
ATW8380	279350T000141805	19/06/2026	51852	R$ 195,23
ATZ6835	279350E000034007	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AUD3G91	279350E000034276	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AUH2B65	279350E000033836	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AUV6671	279350E000034265	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AUY0A44	279350E000033835	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVB0F95	279350E000033830	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVC4A41	279350E000033798	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVC5G06	279350T000141775	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AVC8D99	279350T000136628	23/06/2026	60175	R$ 293,47
AVF6270	279350E000034166	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AVH1G12	279350E000033757	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AVJ1F26	279350E000033961	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVM4262	279350E000033966	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVQ9398	279350E000034039	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AVV0G99	279350E000034178	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AVW5I55	279350E000034152	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AVW5I55	279350E000033998	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AVW8482	279350T000141834	22/06/2026	51851	R$ 195,23
AVW8G56	279350E000033668	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AWC1276	279350E000033684	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AWC3789	279350T000120154	18/06/2026	76251	R$ 293,47
AWO1J80	279350E000034218	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AWO2068	279350T000141767	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AWS6653	279350T000141832	22/06/2026	73232	R$ 130,16
AWS6653	279350E000033922	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AXA1J83	279350E000033685	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AXB1592	279350T000141826	22/06/2026	51852	R$ 195,23
AXI4D36	279350E000033973	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AXX2958	279350T000120151	18/06/2026	76251	R$ 293,47
AXZ5I33	279350E000033657	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AYD8C27	279350E000033991	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AYD9623	279350T000141780	18/06/2026	51851	R$ 195,23
AYF0445	279350E000033708	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AYF0492	279350T000118109	22/06/2026	55417	R$ 195,23
AYL2609	279350E000034048	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AYR2D42	279350E000034275	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AYS4H65	279350E000033726	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AZD2B71	279350E000033822	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AZE6C10	279350T000141801	19/06/2026	76331	R$ 293,47
AZG2B56	279350E000034155	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AZG8920	279350E000033730	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AZG8H84	279350E000033646	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AZK7J88	279350E000033950	08/06/2026	55412	R$ 195,23
AZO1H49	279350E000033676	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AZP4J28	279350E000034150	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AZS4E84	279350E000034163	09/06/2026	55412	R$ 195,23
AZU5149	279350E000033673	06/06/2026	55412	R$ 195,23
AZY0I04	279350E000034010	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BAF8F22	279350E000033699	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BAG3542	279350E000033765	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BAG3542	279350E000033905	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BAN7D20	279350E000034148	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BAO9G45	279350E000034195	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BAR2B09	279350E000033662	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BAW2G37	279350E000033890	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BAW9F52	279350T000137294	18/06/2026	76332	R$ 293,47
BBD1G71	279350T000141862	23/06/2026	51851	R$ 195,23
BBF0838	279350E000033963	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBJ4342	279350T000141810	19/06/2026	76331	R$ 293,47
BBK1374	279350E000033924	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBM4614	279350T000141854	23/06/2026	76331	R$ 293,47
BBM5I41	279350E000033974	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBM7283	279350T000120155	18/06/2026	76251	R$ 293,47
BBP2617	279350E000033939	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBP4I16	279350E000033960	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBQ6E70	279350E000034074	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BBQ6E70	279350E000033874	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BBQ8714	279350T000136627	23/06/2026	73580	R$ 130,16
BBR9B23	279350E000034047	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BBS7B45	279350T000138303	18/06/2026	59910	R$ 293,47
BBV5H73	279350E000033651	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BBW7032	279350E000034019	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BCA3094	279350E000034062	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BCE1871	279350T000141867	23/06/2026	51851	R$ 195,23
BCJ5927	279350T000136621	21/06/2026	51851	R$ 195,23
BCN8I80	279350E000034169	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BCO6I33	279350E000033858	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BCZ1H50	279350E000033683	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BDF7H36	279350E000033743	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BDJ9D03	279350E000033700	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BDM8B86	279350E000034012	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BDP1H69	279350T000120153	18/06/2026	76251	R$ 293,47
BDU9E64	279350E000034069	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BDX8J57	279350E000034231	09/06/2026	55412	R$ 195,23

BDY0D56	279350E000033945	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BEB2I73	279350E000034021	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BEB5G44	279350E000033855	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BEB8A28	279350E000034264	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BEE4B74	279350E000034217	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BEF5A56	279350T000138305	19/06/2026	54521	R$ 195,23
BEH1973	279350T000141795	19/06/2026	51851	R$ 195,23
BEM5B18	279350E000034049	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BEM5B18	279350E000033977	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BEP3C10	279350T000141876	23/06/2026	51852	R$ 195,23
BEP4I12	279350E000033752	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BEQ1J02	279350E000034045	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BEQ1J02	279350E000033844	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BEU3E44	279350T000141871	23/06/2026	76331	R$ 293,47
BEW7D54	279350E000033695	06/06/2026	55412	R$ 195,23
BEY2D27	279350E000034106	09/06/2026	55412	R$ 195,23
BHQ1C69	279350E000033829	08/06/2026	55412	R$ 195,23
BKW2G96	279350T000141802	19/06/2026	51851	R$ 195,23
BPT4870	279350E000034193	09/06/2026	55412	R$ 195,23
CAE6B15	279350T000138300	18/06/2026	51930	R$ 293,47
CFH1H89	279350T000141768	18/06/2026	51851	R$ 195,23
CMM1553	279350E000033712	06/06/2026	55412	R$ 195,23
CWJ6904	279350E000034142	09/06/2026	55412	R$ 195,23
CYU3A42	279350E000033816	08/06/2026	55412	R$ 195,23
DAJ4G01	279350E000033692	06/06/2026	55412	R$ 195,23
DBB7G23	279350T000141865	23/06/2026	51851	R$ 195,23
DCQ2244	279350E000033887	08/06/2026	55412	R$ 195,23
DCY7161	279350T000141781	18/06/2026	51851	R$ 195,23
DEX1J36	279350E000033755	06/06/2026	55412	R$ 195,23
DGJ7827	279350E000034238	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DHX0B10	279350E000034133	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000034109	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DLG4294	279350E000034186	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DOM0G86	116100T002953436	17/06/2026	56144	R$ 195,23
DQL1F72	279350T000141824	22/06/2026	76332	R$ 293,47
DSM1J88	279350E000033682	06/06/2026	55412	R$ 195,23
DTA6359	279350E000033840	08/06/2026	55412	R$ 195,23
DTT7846	279350E000034213	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DUR2C75	279350E000034107	09/06/2026	55412	R$ 195,23
DXD4I37	279350T000141819	19/06/2026	51851	R$ 195,23
DXU7659	279350T000141851	23/06/2026	51851	R$ 195,23
DZE3104	279350E000033728	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EAF6492	279350T000141789	18/06/2026	51851	R$ 195,23
EAH0G46	279350E000034105	09/06/2026	55412	R$ 195,23
EAJ5254	279350E000034050	09/06/2026	55412	R$ 195,23
EBR5F82	279350T000141800	19/06/2026	51852	R$ 195,23
EBW5F51	279350E000034200	09/06/2026	55412	R$ 195,23
EDG9A23	279350E000034018	09/06/2026	55412	R$ 195,23
EDT1A79	279350E000033694	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EEZ5J17	279350E000033833	08/06/2026	55412	R$ 195,23
EFM0H34	279350E000033866	08/06/2026	55412	R$ 195,23
EIR8J27	279350T000141820	19/06/2026	51851	R$ 195,23
EIZ4656	279350E000033876	08/06/2026	55412	R$ 195,23
EPH1J21	279350T000141755	18/06/2026	51851	R$ 195,23
EPT3J43	279350E000033621	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EPY2F11	279350E000033690	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EQH0211	279350E000033653	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EQL4F30	279350E000033748	06/06/2026	55412	R$ 195,23
ERN8571	279350T000141796	19/06/2026	51852	R$ 195,23
ERW2E64	279350E000033731	06/06/2026	55412	R$ 195,23
EUC7A46	279350E000034164	09/06/2026	55412	R$ 195,23
EVX5A31	279350E000033846	08/06/2026	55412	R$ 195,23
FAD4F08	279350E000034251	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FCP7D46	279350E000033647	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FDS2H81	279350E000033672	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FDT7592	279350E000033649	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FEH1G34	279350E000034041	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FFC0078	279350T000141806	19/06/2026	51851	R$ 195,23
FFO1J58	279350E000034156	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FIB8G20	279350E000033843	08/06/2026	55412	R$ 195,23
FIP8D58	279350E000034053	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FJA3I81	279350T000141847	22/06/2026	51930	R$ 293,47
FMO5J95	279350E000034116	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FMS4A75	279350E000033764	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FQO4A63	279350E000033705	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FRP5F40	279350E000034003	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FUX1C86	279350T000141818	19/06/2026	51851	R$ 195,23
FXJ2690	279350T000118108	22/06/2026	55417	R$ 195,23
FZK0B47	279350E000034011	09/06/2026	55412	R$ 195,23
FZL1C11	279350E000033697	06/06/2026	55412	R$ 195,23
FZV1I27	279350E000033980	08/06/2026	55412	R$ 195,23
GAW3I77	279350T000137287	17/06/2026	76331	R$ 293,47
GBL1H61	279350E000034085	09/06/2026	55412	R$ 195,23
GDH5E65	279350E000033625	06/06/2026	55412	R$ 195,23
GDM5C94	279350T000141873	23/06/2026	76331	R$ 293,47
GET6H74	279350E000034073	09/06/2026	55412	R$ 195,23
GFR6D56	279350E000033620	06/06/2026	55412	R$ 195,23
GGY0H58	279350E000033718	06/06/2026	55412	R$ 195,23
GOL7F29	279350E000033842	08/06/2026	55412	R$ 195,23

GRW4I33	279350E000033884	08/06/2026	55412	R$ 195,23
GSY7344	279350T000141825	22/06/2026	51851	R$ 195,23
HIJ2915	279350E000034154	09/06/2026	55412	R$ 195,23
HJD9540	279350E000033868	08/06/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000033696	06/06/2026	55412	R$ 195,23
HRI8E15	279350T000141799	19/06/2026	51851	R$ 195,23
HRY5I59	279350E000034271	09/06/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000033838	08/06/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000034002	09/06/2026	55412	R$ 195,23
HSC9F62	279350E000033860	08/06/2026	55412	R$ 195,23
HTA4332	279350T000141849	22/06/2026	51851	R$ 195,23
HTJ3I07	279350E000033791	08/06/2026	55412	R$ 195,23
IHS7652	279350T000141764	18/06/2026	51851	R$ 195,23
IPA9J79	279350E000033679	06/06/2026	55412	R$ 195,23
IQA8152	279350E000033725	06/06/2026	55412	R$ 195,23
IVE7E89	279350E000033817	08/06/2026	55412	R$ 195,23
IVE7E89	279350E000034233	09/06/2026	55412	R$ 195,23
IVO0J06	279350T000141770	18/06/2026	51852	R$ 195,23
JGT2B59	279350T000141785	18/06/2026	51851	R$ 195,23
JQT6859	279350E000034013	09/06/2026	55412	R$ 195,23
JRO7B01	279350E000033698	06/06/2026	55412	R$ 195,23
JSP7D65	279350E000033707	06/06/2026	55412	R$ 195,23
KNM2276	279350E000033800	08/06/2026	55412	R$ 195,23
KOX4G78	279350E000033746	06/06/2026	55412	R$ 195,23
KRM2F73	279350E000033624	06/06/2026	55412	R$ 195,23
KXV3903	279350E000033635	06/06/2026	55412	R$ 195,23
LVF0F18	279350E000034064	09/06/2026	55412	R$ 195,23
LVL9A02	279350T000141846	22/06/2026	51851	R$ 195,23
LXI5653	279350E000034216	09/06/2026	55412	R$ 195,23
MCC0785	279350E000033678	06/06/2026	55412	R$ 195,23
MCE6882	279350T000141769	18/06/2026	51851	R$ 195,23
MCQ2D18	279350E000034093	09/06/2026	55412	R$ 195,23
MCZ3A78	279350E000034001	09/06/2026	55412	R$ 195,23
MDU9D81	279350E000033837	08/06/2026	55412	R$ 195,23
MEP6I47	279350E000034072	09/06/2026	55412	R$ 195,23
MFT5E75	279350E000033661	06/06/2026	55412	R$ 195,23
MGJ9H78	279350T000141804	19/06/2026	51852	R$ 195,23
MID9B30	279350T000141868	23/06/2026	51851	R$ 195,23
MKV7155	279350E000033934	08/06/2026	55412	R$ 195,23
NCH6B35	279350E000033995	08/06/2026	55412	R$ 195,23
NLH6460	279350T000141760	18/06/2026	51851	R$ 195,23
NSB9H06	279350E000033913	08/06/2026	55412	R$ 195,23
NVK0231	279350T000141857	23/06/2026	51852	R$ 195,23
OAA7D23	279350E000034145	09/06/2026	55412	R$ 195,23
OAV3F74	279350E000034252	09/06/2026	55412	R$ 195,23
OBE1D23	279350T000141812	19/06/2026	51851	R$ 195,23
OBP7278	279350T000136620	20/06/2026	58433	R$ 195,23
OBS2I74	279350E000033811	08/06/2026	55412	R$ 195,23
OGQ1C88	279350T000137289	18/06/2026	56650	R$ 130,16
OUP6060	279350E000033857	08/06/2026	55412	R$ 195,23
PBB9J83	279350E000033894	08/06/2026	55412	R$ 195,23
PDX6G42	279350E000033958	08/06/2026	55412	R$ 195,23
PFL0H14	279350T000141784	18/06/2026	51851	R$ 195,23
PMM2C85	279350T000141763	18/06/2026	51851	R$ 195,23
PRO0J72	279350E000034140	09/06/2026	55412	R$ 195,23
PSU6D67	279350T000137295	18/06/2026	51930	R$ 293,47
PZW2673	279350E000033813	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QAD8J11	279350T000141860	23/06/2026	51852	R$ 195,23
QBC3C34	279350E000033760	06/06/2026	55412	R$ 195,23
QHL5C12	279350E000033758	06/06/2026	55412	R$ 195,23
QJB0A23	279350E000033883	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QJE6C26	279350T000141835	22/06/2026	76332	R$ 293,47
QJE6C26	279350T000141757	18/06/2026	76332	R$ 293,47
QMD6D50	279350E000034226	09/06/2026	55412	R$ 195,23
QMD6D50	279350E000033926	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QNM5B95	279350T000138304	18/06/2026	76331	R$ 293,47
QQH6J21	279350E000033862	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QQO3I50	279350E000034210	09/06/2026	55412	R$ 195,23
QUV3G96	279350T000141813	19/06/2026	51851	R$ 195,23
QVQ5B09	279350E000033956	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QXD1G05	279350E000033955	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QXI8F86	279350E000033851	08/06/2026	55412	R$ 195,23
QXS5F22	279350E000033747	06/06/2026	55412	R$ 195,23
QXU8B64	279350T000141831	22/06/2026	51852	R$ 195,23
REW1I45	279350E000033745	06/06/2026	55412	R$ 195,23
RHB7E69	279350T000141877	23/06/2026	51852	R$ 195,23
RHD7D56	279350E000034268	09/06/2026	55412	R$ 195,23
RHN6D08	279350E000033891	08/06/2026	55412	R$ 195,23
RHR1D85	279350E000033784	06/06/2026	55412	R$ 195,23
RHS1E14	279350E000034014	09/06/2026	55412	R$ 195,23
RHU2E65	279350E000033826	08/06/2026	55412	R$ 195,23
RHU3G41	279350E000033848	08/06/2026	55412	R$ 195,23
RMT6J50	279350E000034079	09/06/2026	55412	R$ 195,23
RTU2H90	279350E000033814	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SDS9A74	279350E000033806	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SDY6F22	279350E000033777	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SED3H62	279350E000033714	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SEH4B53	279350E000033831	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SEH9D09	279350E000034269	09/06/2026	55412	R$ 195,23

SEM3A82	279350T000141850	23/06/2026	54870	R$ 195,23
SEN5I16	279350T000136625	22/06/2026	76332	R$ 293,47
SEP3D38	279350T000137290	18/06/2026	76331	R$ 293,47
SEQ1C90	279350E000033910	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SEQ7I68	279350E000034248	09/06/2026	55412	R$ 195,23
SEV7J08	279350E000033928	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SEV8E97	279350E000033865	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SEX3I75	279350E000034115	09/06/2026	55412	R$ 195,23
SFE3H77	279350E000034128	09/06/2026	55412	R$ 195,23
SFM6H37	279350E000033772	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SFO1D22	279350E000033969	08/06/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350T000141830	22/06/2026	76332	R$ 293,47
SGZ7E31	279350E000034070	09/06/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000033788	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SIP4E98	279350T000136626	23/06/2026	76252	R$ 293,47
SKO9I60	279350T000141778	18/06/2026	51851	R$ 195,23
SMH7C20	279350E000033787	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SQH9G62	279350E000033779	06/06/2026	55412	R$ 195,23
SVC6A47	279350T000141762	18/06/2026	51851	R$ 195,23
SXU8H61	279350E000033815	08/06/2026	55412	R$ 195,23
TAJ0F28	279350E000033881	08/06/2026	55412	R$ 195,23
TAO5E48	279350T000141786	18/06/2026	51851	R$ 195,23
TAT1J51	279350T000141848	22/06/2026	54522	R$ 195,23
TAV7I18	279350E000033781	06/06/2026	55412	R$ 195,23
TAZ7J27	279350E000034222	09/06/2026	55412	R$ 195,23
TAZ7J42	279350E000033834	08/06/2026	55412	R$ 195,23
TBB8B40	279350T000138299	18/06/2026	76331	R$ 293,47
TBM5J92	279350T000141809	19/06/2026	51851	R$ 195,23
TBX3A43	279350E000034068	09/06/2026	55412	R$ 195,23
TCS0D74	279350E000033937	08/06/2026	55412	R$ 195,23
TXK0A12	279350E000034194	09/06/2026	55412	R$ 195,23
UBB8C25	279350E000034037	09/06/2026	55412	R$ 195,23
UBE7B59	279350E000033771	06/06/2026	55412	R$ 195,23
UBG4D07	279350E000033796	08/06/2026	55412	R$ 195,23
UBH2H81	279350E000033997	08/06/2026	55412	R$ 195,23
UBS1A53	279350E000033785	06/06/2026	55412	R$ 195,23
UBT9E60	279350E000033903	08/06/2026	55412	R$ 195,23
UBZ2H18	279350E000033943	08/06/2026	55412	R$ 195,23
UCC6J48	279350T000141870	23/06/2026	76331	R$ 293,47
UCC6J48	279350T000141869	23/06/2026	51851	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:AEFCC90E



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO – ANEXO II - 3º BIMESTRE

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO	11.848.667,76	12.962.417,15	1.427.261,83	6.747.571,19	100,00	6.214.845,96	1.254.042,01	5.090.988,87	100,00	7.871.428,28
INTRA-ORÇAMENTARIA										
SAÚDE	11.730.181,08	12.843.930,47	1.427.261,83	6.747.571,19	100,00	6.096.359,28	1.254.042,01	5.090.988,87	100,00	7.752.941,60
Administração Geral	3.751.591,52	4.200.007,35	433.060,53	1.729.291,89	25,63	2.470.715,46	295.561,80	1.279.363,65	25,13	2.920.643,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.978.589,56	8.643.923,12	994.201,30	5.018.279,30	74,37	3.625.643,82	958.480,21	3.811.625,22	74,87	4.832.297,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
Reserva de Contingência geral	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
TOTAL	**11.848.667,76**	**12.962.417,15**	**1.427.261,83**	**6.747.571,19**	**100,00**	**6.214.845,96**	**1.254.042,01**	**5.090.988,87**	**100,00**	**7.871.428,28**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 11/set/2026 as 13h e 50m.

Nota:
Relatorio emitido e assinado pelo contador atual Jailson Pereira Santos para atender exigência legal da publicidade, por motivo da exoneração do contador responsável Sr. Rodrigo Soares em 08/05/2026, Portaria 30/2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente

JAILSON PEREIRA SANTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:B8FF7AB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.445.499,32	26.626.955,65	1.848.758,92	6,94	26.446.741,17	99,32	180.214,48
RECEITAS CORRENTES	3.445.499,32	10.312.558,08	1.848.758,92	17,93	10.955.029,12	106,23	-642.471,04
RECEITA PATRIMONIAL	170.700,00	170.700,00	196.455,28	115,09	466.046,26	273,02	-295.346,26
Valores Mobiliários	170.700,00	170.700,00	196.455,28	115,09	466.046,26	273,02	-295.346,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.274.799,32	10.141.858,08	1.652.303,64	16,29	10.488.982,86	103,42	-347.124,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	3.274.799,32	8.950.651,28	1.652.303,64	18,46	7.795.290,54	87,09	1.155.360,74
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	1.191.206,80	0,00	0,00	2.693.692,32	226,13	-1.502.485,52
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	16.314.397,57	0,00	0,00	15.491.712,05	94,96	822.685,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	16.314.397,57	0,00	0,00	15.491.712,05	94,96	822.685,52
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	16.314.397,57	0,00	0,00	14.811.912,05	90,79	1.502.485,52
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	679.800,00	0,00	-679.800,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.445.499,32	26.626.955,65	1.848.758,92	6,94	26.446.741,17	99,32	180.214,48
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.445.499,32	26.626.955,65	1.848.758,92	6,94	26.446.741,17	99,32	180.214,48
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	3.445.499,32	26.626.955,65	1.848.758,92	6,94	26.446.741,17	99,32	180.214,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	218.088,06	0,00	0,00	218.088,06	100,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	218.088,06	0,00	0,00	218.088,06	100,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e - f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (I) = (e - h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	17.393.447,92	9.451.595,79	259.595,86
DESPESAS CORRENTES	3.425.499,32	10.510.646,14	2.208.349,36	9.114.270,40	1.396.375,74	1.948.753,50	8.854.674,54	1.655.971,60	8.854.674,54	259.595,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.607.400,00	1.640.400,00	249.005,59	1.058.147,08	582.252,92	249.005,59	1.058.147,08	582.252,92	1.058.147,08	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.818.099,32	8.870.246,14	1.959.343,77	8.056.123,32	814.122,82	1.699.747,91	7.796.527,46	1.073.718,68	7.796.527,46	259.595,86
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	16.334.397,57	596.921,25	596.921,25	15.737.476,32	596.921,25	596.921,25	15.737.476,32	596.921,25	0,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	16.334.397,57	596.921,25	596.921,25	15.737.476,32	596.921,25	596.921,25	15.737.476,32	596.921,25	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	17.393.447,92	9.451.595,79	259.595,86
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	17.393.447,92	9.451.595,79	259.595,86
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	16.735.549,52	-16.735.549,52	0,00	16.995.145,38	0,00	16.995.145,38	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	26.446.741,17	398.302,54	2.545.674,75	26.446.741,17	0,00	26.446.741,17	259.595,86
HUGO LEONARDO VIEIRA						***JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO***				
Contador						Presidente				
ROSANGELA VIEIRA DA SILVA										
Controle Interno										

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:9FF4211C

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO**
			No	**Até o Bimestre**	**%**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre**	**%**		

		(a)	Bimestre	(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
ADMINISTRAÇÃO	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
Administração Geral	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
TOTAL (III) = (I + II)	3.445.499,32	26.845.043,71	2.805.270,61	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	2.545.674,75	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
Notas Explicativas											

HUGO LEONARDO VIEIRA
Contador

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente

ROSANGELA VIEIRA DA SILVA
Controle Interno

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:4BF949B9

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
DESPESA COM PESSOAL-QUADRIMESTRAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.445.499,32	26.845.043,71	4.960.726,30	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	4.701.130,44	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
ADMINISTRAÇÃO	3.445.499,32	26.845.043,71	4.960.726,30	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	4.701.130,44	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
Administração Geral	3.445.499,32	26.845.043,71	4.960.726,30	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	4.701.130,44	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
TOTAL (III) = (I + II)	3.445.499,32	26.845.043,71	4.960.726,30	9.711.191,65	100,00	17.133.852,06	4.701.130,44	9.451.595,79	100,00	17.393.447,92	259.595,86
Notas Explicativas											
HUGO LEONARDO VIEIRA							***JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO***				
Contador							Presidente				
ROSANGELA VIEIRA DA SILVA											
Controle Interno											

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:B612430E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL – G (PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ANÁLISE DE TEMPO DE SERVIÇO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E TÍTULOS E CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA, E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, COM DEMO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

EDITAL – G (PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ANÁLISE DE TEMPO DE SERVIÇO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E TÍTULOS E CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA, E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, COM DEMONSTRAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE)

O Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, no uso de suas atribuições e nos termos do Edital A, Edital de Abertura nº 001/2026, e do Edital F, torna público o seguinte.

1. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1.1. Todos os recursos protocolados no prazo previsto no cronograma do item 16 do Edital A, correspondente aos dias 8 e 9 de setembro de 2026, no endereço eletrônico recursospss@tunasdoparana.pr.gov.br, foram conhecidos, por tempestivos, individualizados, subscritos pelos próprios candidatos e apresentados no formulário do Anexo V do Edital A, na forma dos itens 11.2 e 11.2.1 do Edital A.

1.2. O conhecimento do recurso não implica seu provimento, examinando-se o mérito de cada impugnação nos itens seguintes, com parecer conclusivo e fundamentado, na forma do item 11.4 do Edital A.

1.3. Não cabe pedido de reconsideração das decisões constantes deste Edital, nos termos do item 11.6 do Edital A.

2. DOS RECURSOS DEFERIDOS QUANTO À CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2.1. Candidata Rosimeri Mota do Espirito Santo. Recurso deferido.

2.1.1. A candidata apresentou tempestivamente, no ato da inscrição, extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais, documento expressamente admitido pelo item 9.3.2, alínea d, do Edital A. Reexaminada a documentação, apuraram-se os seguintes períodos, em função igual ou assemelhada à do cargo pretendido: setenta e dois meses na empresa FV de Araujo, sete meses na empresa Vale do Pinus, dezessete meses na empresa Bruscain Serviços Terceirizados Ltda e trinta e um meses na Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, totalizando cento e vinte e sete meses.

2.1.2. O total apurado supera os noventa e seis meses, oito anos completos, necessários ao alcance do limite máximo da rubrica tempo de serviço, independentemente da modalidade, razão pela qual se atribui à candidata a pontuação máxima de quarenta pontos, desprezado o excedente, na forma dos itens 10.2, 10.3 e 10.4 do Edital A.

2.1.3. Registre-se que o deferimento decorre exclusivamente de revisão da apuração de documento já constante dos autos desde a inscrição, sem qualquer juntada nova, preservada a vedação do item 10.6 do Edital A.

3. DOS RECURSOS DEFERIDOS QUANTO À CONFERÊNCIA DO CARTÃO-RESPOSTA

3.1. Candidata Daniele Araujo Gonçalves, cargo de Professor. Recurso deferido.

3.1.1. Procedida a recontagem do cartão-resposta, com dupla conferência independente e registro em ata, na forma do item 9.2.13 do Edital A, constatou-se que a candidata obteve quatro acertos nas questões de Matemática e Raciocínio Lógico, corrigindo-se erro material de apuração e retificando-se a nota da prova objetiva e a nota final, conforme o Anexo II deste Edital.

3.2. Candidata Stefany Sickaz Giro, cargo de Professor. Recurso deferido.

3.2.1. Procedida a recontagem do cartão-resposta, na mesma forma do item 9.2.13 do Edital A, constatou-se que a candidata obteve seis acertos nas questões de Língua Portuguesa, com retificação da nota da prova objetiva e da nota final, conforme o Anexo II deste Edital.

3.3. Candidata Edicleia Filus, cargo de Professor. Recurso indeferido.

3.3.1. Procedida à reanálise do cartão, com dupla conferência e à luz do gabarito definitivo publicado pelo Edital F, não se constatou qualquer divergência ou erro material, permanecendo inalterado o número de acertos e a nota já divulgados no edital anterior. Mantida a pontuação publicada.

3.4. Os deferimentos dos itens 3.1 e 3.2 não importam alteração do gabarito definitivo, publicado pelo Edital F, mas simples correção de erro material na conferência das marcações, sem majoração ou arredondamento de notas, na forma do item 9.2.16 do Edital A.

4. DOS RECURSOS INDEFERIDOS. JUNTADA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS

4.1. Ficam indeferidos os recursos que pretenderam a juntada, nesta fase, de documentos comprobatórios de escolaridade, tempo de serviço, experiência profissional ou títulos não anexados no ato da inscrição, bem como a complementação, substituição ou aperfeiçoamento da documentação apresentada, assim decidido quanto aos candidatos Ademilson Taborda de Oliveira, Irene Aparecida Rodrigues de Lima do Nascimento, Maiara de Pontes Fernandes, Josilaine Batista de Souza e Daniele Fortes de Souza.

4.2. Fundamentos.

4.2.1. Item 1.10 do Edital A. A inscrição implica o conhecimento e a aceitação integral das normas do Edital, de seus anexos, de eventuais retificações e da legislação municipal aplicável, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

4.2.2. Item 5.4 do Edital A. O candidato é o único responsável pelas informações prestadas e pela correta anexação dos documentos, não se responsabilizando o Município por falhas técnicas de transmissão de dados alheias à Administração.

4.2.3. Item 5.5 do Edital A. Não se admite juntada de documentos após o encerramento do prazo de inscrição, sob qualquer pretexto.

4.2.4. Item 10.6 do Edital A. Os períodos de serviço e os títulos somente serão considerados se comprovados na forma dos itens 9.3 e 9.4, mediante documentos anexados no ato da inscrição, vedada complementação posterior.

4.2.5. Item 17.3 do Edital A. Os prazos são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o descumprimento nem para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

4.3. A admissão de documentos apresentados fora do prazo de inscrição implicaria tratamento desigual em relação aos candidatos que observaram o instrumento convocatório, com ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, artigo 37, caput, da Constituição Federal, razão pela qual os pedidos são indeferidos.

4.4. Consigna-se que, ao finalizar a inscrição, o sistema encaminha automaticamente ao endereço eletrônico informado pelo próprio candidato mensagem de confirmação contendo, em anexo, a íntegra dos documentos efetivamente inseridos, o que permite a conferência imediata do conteúdo enviado. Assim, a avaliação restringe-se exclusivamente aos documentos constantes daquele comprovante.

4.5. Candidata Elisandra Gonçalves Calixto, cargo de Professor. Recurso conhecido e INDEFERIDO.

4.5.1. A recorrente sustenta que deveria ter sido pontuada em razão do diploma de graduação em Pedagogia, alegando ausência de valoração do título na classificação provisória.

4.5.2. A graduação em Pedagogia, ou licenciatura equivalente, constitui o próprio requisito de escolaridade e habilitação para o exercício do cargo de Professor, conforme Anexo I do Edital A, e não título pontuável. Documento apresentado para satisfazer condição de ingresso não pode, simultaneamente, ser valorado como título de classificação, sob pena de dupla utilização do mesmo documento para finalidades distintas e de conferir pontuação a todos os candidatos indistintamente, esvaziando a função diferenciadora da rubrica.

4.5.3. A tabela de avaliação de títulos do Edital A, itens 9.4 e 10.5, contempla exclusivamente a titulação que excede a exigência mínima de ingresso, notadamente pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, não havendo previsão de pontuação para o diploma de graduação exigido como requisito do cargo.

4.5.4. Não havendo previsão editalícia da pontuação pleiteada, a Comissão está impedida de atribuí-la, sob pena de ofensa à vinculação ao instrumento convocatório, à isonomia, à impessoalidade e ao julgamento objetivo, artigo 37, caput, da Constituição Federal, porquanto se criaria critério de valoração inexistente no Edital após o encerramento das inscrições, em prejuízo de todos os demais candidatos submetidos às mesmas regras.

4.5.5. Eventual impugnação a critérios, rubricas ou omissões do instrumento convocatório deveria ter sido veiculada no prazo próprio de impugnação ao Edital de Abertura, restando operada a preclusão, item 17.3 do Edital A. A presente fase recursal, destinada à revisão do resultado da análise documental e da classificação provisória, não é sede adequada à criação ou ao alargamento de rubricas de pontuação.

4.5.6. Mantida integralmente a pontuação publicada, conforme Anexo II deste Edital.

5. DO PARECER SOBRE FUNÇÃO IGUAL OU ASSEMELHADA. CARGO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

5.1. Fica publicado, na forma do Anexo I deste Edital, o Parecer da Comissão, datado de 10 de setembro de 2026, que fixa critérios objetivos para o reconhecimento de experiência profissional em função igual ou assemelhada à do cargo de Monitor de Transporte Escolar, para fins dos itens 10.2 e 10.3 do Edital A.

5.2. Assenta o parecer que o Edital não restringiu a pontuação à identidade formal de denominação do cargo anteriormente ocupado, adotando expressamente a locução função igual ou assemelhada, de modo que a análise recai sobre a natureza das atividades efetivamente exercidas e comprovadas.

5.3. Considerando que o cargo exige apenas Ensino Fundamental Completo, sem formação técnica específica, e que suas atribuições, descritas no Anexo I do Edital A, consistem em acompanhamento, orientação, auxílio, verificação de segurança no embarque e desembarque e contato direto com alunos e famílias, reconhecem-se como assemelhadas as experiências que envolvam atendimento ao público, orientação, acompanhamento, auxílio, assistência e relacionamento direto com pessoas, em rol exemplificativo, não taxativo, conforme quadro integrante do Anexo I.
5.4. A interpretação não altera critério editalício, apenas lhe confere aplicação objetiva e uniforme, sendo estendida indistintamente a todos os candidatos do cargo, com análise individual da documentação e do período efetivamente comprovado.

6. DA APURAÇÃO DA PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CARGO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

6.1. Foram deferidos parcialmente os recursos das candidatas Alehandra Victoria Sykacz Moraes, Lisiane Aparecida Oliveira Cordeiro, Angélica Paulista dos Santos e Oriane Zelenski Pinheiro, quanto ao pedido de reavaliação da documentação, tendo a Comissão reexaminado os períodos e a natureza das atividades comprovadas, à luz do Parecer da Comissão, que admite o cômputo de experiência em função assemelhada, considerada a compatibilidade material das atribuições e não a mera identidade de denominação do cargo.

6.2. Aplicados os critérios do item 5 e a regra do item 9.3.4 do Edital A, segundo a qual as frações de ano iguais ou superiores a seis meses são computadas como ano completo e as inferiores a seis meses não são computadas, à razão de cinco pontos por ano completo.

6.3. As pontuações observam o limite máximo de quarenta pontos da rubrica para os cargos de nível fundamental ou médio, item 10.4 do Edital A, e a vedação de contagem de períodos concomitantes, item 9.3.3 do Edital A.

7. DO RESULTADO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Fica publicado, na forma do Anexo II deste Edital, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, por cargo, em ordem decrescente de nota final, com discriminação da nota da prova objetiva, já computadas as questões anuladas de ofício pelo Edital F, da pontuação de tempo de serviço público, da pontuação de experiência profissional no âmbito privado, da pontuação de títulos, quando aplicável, e da nota final.

7.2. O resultado final é apresentado em três relações, ampla concorrência, pessoas com deficiência e afrodescendentes, na forma do item 12.1 do Edital A, caso haja inscrições distintas.

7.3. Os critérios de desempate foram aplicados sucessivamente, na ordem do item 12.2 do Edital A, a saber, maior idade entre os candidatos com sessenta anos ou mais completos até o último dia de inscrição, artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, maior tempo de serviço público na função pleiteada, maior experiência na função no âmbito privado, maior idade, maior pontuação em Conhecimentos Específicos e maior pontuação em Língua Portuguesa.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Esgotada a instância recursal, na forma dos itens 11.4 e 11.6 do Edital A, o resultado final será submetido à homologação por decreto do Chefe do Poder Executivo, nos termos do item 13.1 do Edital A e do cronograma do item 16.

8.2. A aprovação e a classificação geram apenas expectativa de direito à contratação, segundo a ordem classificatória, condicionada ao interesse e à conveniência da Administração e à disponibilidade orçamentária, na forma do item 13.4 do Edital A e do artigo 25 da Lei Municipal nº 745, de 17 de julho de 2019.

8.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das publicações no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no endereço eletrônico www.tunasdoparana.pr.gov.br/concursos/, item 1.8 do Edital A.

8.4. Integram este Edital, para todos os efeitos, o Anexo I, parecer sobre função igual ou assemelhada, e o Anexo II, resultado final por cargo.

8.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026

ANEXO I

PARECER DA COMISSÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Critérios para reconhecimento de experiência profissional em função igual ou assemelhada e apuração individual da pontuação de tempo de serviço e experiência profissional. Cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar.

I – DO OBJETO

1. A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Tunas do Paraná, no exercício de suas atribuições, apresenta o presente parecer com a finalidade de estabelecer critérios objetivos para a análise e o reconhecimento de experiência profissional em função igual ou assemelhada ao cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar, para fins de pontuação nos termos do Edital A, Edital de Abertura nº 001/2026, e de demonstrar a apuração individual da pontuação atribuída a cada candidata do cargo.

2. O cargo possui como requisito Ensino Fundamental Completo, jornada de quarenta horas semanais, vencimento de um mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos, auxílio-alimentação de quinhentos reais, com previsão de uma vaga e cadastro de reserva.

II – DA PREVISÃO EDITALÍCIA

3. O item 10.2 do Edital A atribui cinco pontos por ano completo de efetivo exercício em órgão ou entidade da Administração Pública, em função igual ou assemelhada à do cargo pretendido, sob qualquer vínculo.

4. O item 10.3 do Edital A atribui cinco pontos por ano completo de exercício em função igual ou assemelhada à do cargo pretendido no âmbito privado.

5. O instrumento convocatório não restringiu a pontuação à experiência anterior no cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar, empregando expressamente a locução função igual ou assemelhada. Cabe, portanto, à Comissão analisar a natureza das atividades efetivamente exercidas, verificando sua compatibilidade com as atribuições e responsabilidades do cargo pretendido.

III – DA NATUREZA DO CARGO E DA REALIDADE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

6. O cargo possui natureza operacional e de acompanhamento, envolvendo contato direto com os usuários do serviço, especialmente crianças e adolescentes, além de atividades de orientação, auxílio, acompanhamento, organização e atenção durante a utilização do transporte escolar.

7. Historicamente, nas contratações realizadas pelo Município para atividades de monitoria no transporte escolar, não se estabeleceu exigência de formação profissional específica além do nível de escolaridade compatível com a função, o que evidencia o reconhecimento de que a experiência necessária pode ser adquirida em diferentes atividades profissionais que desenvolvam competências de atendimento, relacionamento interpessoal, acompanhamento, orientação, auxílio e cuidado com pessoas.

8. A interpretação da expressão função assemelhada deve considerar a finalidade do cargo, não se limitando à identidade formal de denominação, mas identificando experiências que contribuam para a melhor prestação do serviço público de transporte escolar. A avaliação da experiência profissional não visa criar reserva de mercado para determinada profissão, mas selecionar candidatos com experiência compatível com as competências necessárias ao exercício da função.

IV – DO CONCEITO DE FUNÇÃO ASSEMELHADA

9. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, entende-se como função assemelhada aquela que, embora possua denominação diversa, apresente atividades, responsabilidades ou competências relacionadas às atribuições do cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar, descritas no Anexo I do Edital A.

10. Considerado o nível de escolaridade exigido e a natureza das atribuições, experiências que envolvam atendimento ao público, orientação, acompanhamento, auxílio, assistência ou relacionamento direto com pessoas constituem elementos relevantes para caracterizar a semelhança funcional, desde que devidamente comprovadas na forma dos itens 9.3 e 9.4 do Edital A.

11. Não se mostra razoável limitar a pontuação exclusivamente a quem tenha exercido anteriormente função de igual denominação, pois tal interpretação esvaziaria a própria previsão editalícia de pontuação por função assemelhada.

V – DAS EXPERIÊNCIAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS ASSEMELHADAS

12. A título exemplificativo, sem prejuízo da análise individual da documentação apresentada por cada candidato, poderão ser reconhecidas como funções assemelhadas as experiências relacionadas no quadro seguinte.

QUADRO I – FUNÇÕES RECONHECIDAS COMO ASSEMELHADAS	
Experiência profissional	Justificativa para caracterização como função assemelhada
Atendente de público	Atendimento, orientação, comunicação e auxílio direto às pessoas.
Recepcionista	Recepção, orientação, organização e encaminhamento de usuários.
Auxiliar de serviços gerais com atendimento ao público	Contato direto com usuários, prestação de auxílio e atendimento às demandas das pessoas.
Auxiliar administrativo	Atendimento, orientação, comunicação e apoio aos usuários dos serviços.
Atendente de comércio	Atendimento direto, comunicação, orientação e auxílio ao público.
Cuidador ou acompanhante	Acompanhamento, assistência, atenção e auxílio às necessidades das pessoas.
Monitor, auxiliar ou agente de atendimento	Acompanhamento, orientação, auxílio e atendimento direto aos usuários.
Agente comunitário ou servidor que realiza atendimento ao público	Contato direto com a população, orientação, acompanhamento e prestação de auxílio.
Outras funções com atendimento direto ao público	Poderão ser consideradas, desde que as atividades comprovadamente exercidas apresentem compatibilidade com as atribuições e competências necessárias ao cargo.

13. A relação do Quadro I possui caráter exemplificativo, não constituindo rol taxativo. A Comissão analisará a documentação apresentada e verificará se as atividades efetivamente exercidas são compatíveis com a natureza da função pretendida.

VI – DA BUSCA PELA MELHOR PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

14. O Monitor(a) de Transporte Escolar exercerá suas atividades em contato direto com alunos, famílias, motoristas, servidores da educação e demais usuários do serviço, sendo desejáveis competências de comunicação, responsabilidade, atenção, orientação, relacionamento interpessoal, acompanhamento e prestação de auxílio.

15. Nesse contexto, experiências anteriores de atendimento e relacionamento com o público constituem experiência profissional relevante e compatível com as competências exigidas, contribuindo para a qualidade, a segurança e a eficiência do serviço de transporte escolar.

VII – DA ISONOMIA, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA EXTENSÃO DE OFÍCIO

16. A presente interpretação não altera nem inova os critérios estabelecidos no edital, limitando-se a conferir-lhes aplicação objetiva, uniforme e coerente, uma vez que a locução função igual ou assemelhada constava do instrumento convocatório desde a sua publicação original.

17. Justamente por não se tratar de critério novo, a Comissão consigna que a revisão decorrente deste parecer foi estendida de ofício a todos os candidatos inscritos para o cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar, inclusive aos que não interpuseram recurso, de modo a assegurar tratamento rigorosamente igualitário e a afastar qualquer revisão seletiva.

18. Todos os candidatos foram submetidos aos mesmos critérios, com análise das atividades efetivamente desempenhadas e dos períodos devidamente comprovados, observadas a vedação de contagem de períodos concomitantes, item 9.3.3 do Edital A, a regra de cômputo de anos completos, item 9.3.4 do Edital A, o limite máximo de quarenta pontos da rubrica, item 10.4 do Edital A, e a vedação de juntada de documentos após o encerramento das inscrições, itens 5.5 e 10.6 do Edital A.

19. Preservam-se, assim, os princípios da isonomia, da razoabilidade, da impessoalidade, do interesse público, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, artigo 37, caput, da Constituição Federal.

VIII – CONCLUSÃO QUANTO AOS CRITÉRIOS

20. Diante do exposto, esta Comissão Especial conclui que, para fins de aplicação dos itens 10.2 e 10.3 do Edital A, devem ser consideradas como experiência em função assemelhada ao cargo de Monitor(a) de Transporte Escolar as atividades profissionais anteriormente exercidas que apresentem compatibilidade com a natureza e as atribuições da função, notadamente as relacionadas ao atendimento ao público, orientação, acompanhamento, auxílio, assistência e relacionamento direto com pessoas, desde que devidamente comprovadas, na forma exemplificativa do Quadro I.

IX – DA APURAÇÃO INDIVIDUAL DAS CANDIDATAS QUE PONTUARAM TEMPO DE SERVIÇO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CARGO DE MONITOR(A) DE TRANSPORTE ESCOLAR

21. Aplicados os critérios deste parecer e a regra do item 9.3.4 do Edital A, apuraram-se, individualmente, os períodos e as pontuações constantes do Quadro II, com identificação completa das candidatas e indicação da origem do vínculo considerado.

QUADRO II – APURAÇÃO INDIVIDUAL					
P	Protocolo - Candidato	Meses	Anos	Pontos	Observação
17	26-5910 - ANGÉLICA PAULISTA DOS SANTOS				Recorrente. Sem Documentos.
3	26-7747 - ADRIELE DA LUZ DE OLIVEIRA	12	1	5	Revisão estendida de ofício.
9	26-5718 - ALEHANDRA VICTORIA SYKACZ MORAES				Recorrente. Sem Documentos.
10	26-1166 - ANA RITA GONÇALVES	9	1	5	Revisão estendida de ofício.
33	26-2803 - APARECIDA PAULISTA DOS SANTOS DE PAULA	22	2	10	Revisão estendida de Ofício
13	26-4022 - FRANCIELE FRANCO DOS SANTOS	14	1	5	Revisão estendida de ofício.
12	26-2992 - JOSILAINE BATISTA DE SOUZA	18	2	10	Pontuação apurada com base exclusivamente nos documentos anexados no ato da inscrição. Ver item 23.
1	26-6862 - KARINA DA SILVA LIMA	81	7	35	Revisão estendida de ofício.
6	26-7719 - LISIANE APARECIDA OLIVEIRA CORDEIRO	38	3	15	Recorrente. Reavaliação deferida.
5	26-3083 - ORIANE ZELENSKI PINHEIRO	29	2	10	Recorrente. Reavaliação deferida.
4	26-8238 - RALYSSA FRANCO MACHADO	9	1	5	Revisão estendida de ofício.
2	26-8012 - TAMIRES ADELINE RODRIGUES SANTOS	55	5	25	Revisão estendida de ofício.
11	26-7423 - VALÉRIA DA SILVA	26	2	10	Revisão estendida de ofício.

22. Quanto ao período inferior a doze meses e superior a seis meses, a Comissão consigna que a pontuação será atribuída em aplicação ao item 9.3.4 do Edital A.

23. Quanto à candidata Josilaine Batista de Souza, esclarece-se, para afastar qualquer contradição, que o indeferimento constante do item 4.1 do Edital G restringe-se ao pedido de juntada de documentos após o encerramento das inscrições, permanecendo íntegra a apuração da pontuação com base nos documentos regularmente anexados no ato da inscrição, os quais foram reavaliados de ofício à luz deste parecer.

24. As pontuações do Quadro II observam o limite máximo de quarenta pontos da rubrica para cargos de nível fundamental ou médio, item 10.4 do Edital A, desprezado o excedente, e a vedação de contagem de períodos concomitantes, item 9.3.3 do Edital A.

25. A reavaliação de que trata este parecer resultou nas pontuações do Quadro II, com o reflexo na classificação final constante do Anexo II do Edital G, restando indeferidos os pedidos de reclassificação formulados em desconformidade com os critérios aqui fixados.

Tunas do Paraná, 10 de setembro de 2026.

EVERSON FARIAS BATISTA	
MARGARIDA ELIANE BERTICELLI	***MARIA ELISABETE ISRAEL***
RAQUEL SKORA SANTOS	***GISELE DA CRUZ OLIVEIRA***

ANEXO II

RESULTADO FINAL

Quadro I. Candidatos aprovados e classificados, por cargo, ampla concorrência, em ordem decrescente de nota final.

Classificação. Inscrição. Nome do candidato. Nota da prova objetiva. Pontuação de tempo de serviço público. Pontuação de experiência profissional no âmbito privado. Pontuação de títulos, quando aplicável. Nota final.

Quadro II. Relação específica de candidatos com deficiência, por cargo, em ordem decrescente de nota final.

Quadro III. Relação específica de candidatos afrodescendentes, por cargo, em ordem decrescente de nota final.

Quadro IV. Candidatos reprovados por não atingimento da nota mínima na prova objetiva, por cargo, em ordem alfabética, com indicação da nota obtida.

Quadro V. Candidatos ausentes e eliminados, por cargo, em ordem alfabética, com indicação da situação e, no caso de eliminação, da alínea do item 9.2.5 do Edital A e remissão à ata de aplicação.

Observação. Nos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista de Automóvel, Motorista de Caminhão e Motorista de Transporte Coletivo, a nota da prova objetiva contempla a atribuição da pontuação das questões anuladas de ofício a todos os candidatos, na forma do Edital F.

PROFESSOR(A)											
P	**PROTOCOLO**	**CANDIDATO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PT**	**MT**	**CG**	**CE**	**PO**	**TS**	**TI**	**MF**
1	26-5937	LIDIANE TABORDA DE FARIAS	15/08/1985	9	5	4	10	56	25	8	**89**
2	26-6023	EDIMARA ASSUNÇÃO DE FARIAS DE LIMA	26/12/1995	8	4	5	10	54	25	8	**87**
3	26-5184	EDICLÉIA FILUS	21/01/1978	6	5	5	8	48	25	8	**81**
4	26-9001	MAGNALENE SANTOS CASTRO	10/07/1983	6	3	4	10	46	25	8	**79**
5	26-6968	ELAINE CRISTINA DE PONTES SOUZA	08/02/1991	8	4	3	7	44	25	8	**77**
6	26-1059	MARIZÂNGELA BALDÃO MORAES	24/03/1978	5	3	4	10	44	25	8	**77**
7	26-3388	BRUNA MARA DE CASTRO BASSETTI DOS SANTOS	29/03/1989	6	3	3	9	42	25	8	**75**
8	26-6464	GRACIANA FORTES DE OLIVEIRA	28/10/1987	7	1	5	10	46	20	8	**74**
9	26-9242	LUCI MARA COSTA STRAUB	22/02/1981	7	1	5	7	40	25	8	**73**
10	26-9920	ALEXANDRA CAMARGO GERENT	23/01/1982	6	2	4	8	40	25	8	**73**
11	26-5867	GISLAINE CASTRO DO AMARAL	12/09/1991	5	3	2	8	36	25	8	**69**
12	26-4684	TATIANA CHRISTINE TINOCO PONTES	23/11/1977	7	2	5	10	48	10	4	**62**
13	26-6030	LUCIMARA MORAIS DE PAULA MARTINOWITZ	11/03/1986	6	3	5	7	42	20		**62**
14	26-6390	ARIETA OLIVEIRA SANTOS	06/09/1986	7	1	2	6	32	20	8	**60**
15	26-6781	PRISCILA CASTRO VAZ DE OLIVEIRA	23/04/1988	7	1	4	10	44	15		**59**
16	26-9179	ELISANDRA GONÇALVES CALIXTO	02/12/1983	6	4	5	7	44	15		**59**
17	26-4991	DANIELE ARAUJO GONÇALVES	16/04/1982	4	4	5	9	44	10	4	**58**
18	26-3683	MARINEZ DE LIMA DOS SANTOS	09/10/1992	6	3	3	10	44	5	8	**57**
19	26-9964	VANILZA MARTINS	03/11/1988	4	2	5	8	38	10	8	**56**
20	26-8495	EDILAINE MIRANDA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	26/06/1990	7	2	4	9	44		8	**52**
21	26-9684	INGRID DA ROCHA TAVARES	22/12/2000	6	3	4	8	42	5	4	**51**
22	26-9315	EDNA MARIA SILVA	28/01/2001	5	3	4	7	38	5	8	**51**
23	26-0452	STEFANY SYKACZ GIRO	08/02/1996	6	5	4	5	40	10		**50**
24	26-2155	SILVIA FRAZÃO DOS SANTOS	16/11/2004	9	2	4	8	46		4	**50**
25	26-9779	RAFAEL DIAS DUTRA	03/09/2006	5	2	4	10	42			**42**
26	26-3979	PAOLA FLORÃO MUELLER DE ASSUNÇÃO	12/08/2005	2	5	4	8	38			**38**
27	26-2126	MARCILEIA APARECIDA DE SOUZA	10/07/1980	6	1	5	7	38			**38**
28	26-4138	ELLYZAMA MACHADO DOS SANTOS RAMOS	09/07/2001	6	1	4	7	36			**36**
29	26-4972	EVERSON PATRICK DA ROSA DE OLIVEIRA	05/03/2015	6	3	2	5	32			**32**
30	26-4835	ÉDINA DA SILVA FLORÃO	14/12/1981	6	2	2	4	28			**28**
31	26-4037	FABIANE FRON BASSETTI	30/06/2003	4	2	3	4	26			**26**
NC	26-6990	ARIELI CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	10/02/1995	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6968	ELAINE CRISTINA DE PONTES SOUZA	08/02/1991	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7207	ELEN DO ROCIO SANCHEZ ORLIKOSKI	20/07/1982	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1278	GISLAINE ALVES DO NASCIMENTO	08/07/1986	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2778	JENNIFER MARTINS CAMPIOL	12/01/2000	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5193	JOSIELE OLIVEIRA DA SILVA	29/04/1997	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3922	LEDIANE DAMARIS DOS SANTOS DOS REIS	14/10/2004	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7445	MICHELE CAROLINA DE CRISTO RIBEIRO	29/08/2003	-	-	-	-	-	-	-	-

EDUCADOR(A) INFANTIL TEMPORÁRIO											
P	**PROTOCOLO**	**CANDIDATO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PT**	**MT**	**CG**	**CE**	**PO**	**TS**	**TI**	**MF**
1	26-3357	LUCIANA RIBEIRO TEIXEIRA	17/07/1985	4	2	3	8	34	20	8	**62**
2	26-7410	MARIANE DE JESUS DE LIMA RIBAS	21/12/2001	9	2	3	10	48	5	8	**61**
3	26-5434	SUELI MARIA DE PONTES SANTOS	04/09/1994	6	4	5	8	46	5	8	**59**
4	26-0068	ZÉLIA APARECIDA VIDAL	08/02/1976	2	3	4	6	30	20	8	**58**
5	26-2289	JAINE APARECIDA DOS SANTOS	09/01/1996	3	2	2	7	28	20	8	**56**
6	26-2630	KETELIN MAIARA BONETE SANTOS	19/09/2002	4	3	4	8	38	5	8	**51**
7	26-9540	ALZIMARA DOS SANTOS SOUZA OLIVEIRA	26/10/1992	7	4	4	8	46	5		**51**
8	26-7839	AMABILLY BELEMER TAVARES	17/07/2002	6	2	4	8	40	10		**50**
9	26-8125	REGIANE APARECIDA SOUZA DE PAULA	15/09/1996	6	2	3	7	36	5	8	**49**
10	26-8638	ARILDA SANTOS DA LUZ	03/01/1996	9	2	3	10	48			**48**
11	26-9846	NAIMARA DA SILVA FARIAS	19/03/1987	5	2	2	8	34	5	8	**47**

12	26-9209	JOICE DE FÁTIMA DOS SANTOS BONETE	06/09/1999	5	4	4	8	42			**42**
13	26-5270	DANIELE FORTES DE SOUZA	11/01/1999	7	3	3	7	40			**40**
14	26-4594	CLAUDINEIA DA SILVA BONICHESKI	30/08/1991	5	4	3	7	38			**38**
15	26-0469	VANESSA FERNANDA DOS SANTOS BONETE	02/05/1992	4	2	4	6	32	5		**37**
16	26-5117	BRUNA MERI MIRANDA DOS SANTOS	07/06/1999	3	3	2	6	28			**28**
17	26-0069	JÉSSICA SANTOS DE RAMOS	10/08/2006	2	1	3	3	18			**18**
NC	26-8195	ANDRIELE APARECIDA DE JESUS	14/02/2005	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9533	NATIELE DOS SANTOS DA LUZ	10/09/2001	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8193	TAINA LAIS LAURENCIO	28/12/1995	-	-	-	-	-	-	-	-

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	26-5355	IVONETE PRESTE TEIXEIRA DOS ANJOS	07/02/1984	3	0	4	5	36	40	**76**
2	26-9550	ELISANGELA PEREIRA BARBOSA	14/02/1984	4	3	4	6	51	10	**61**
3	26-1949	JEILE PRODOSSIMO	04/01/2001	4	4	4	6	54		**54**
4	26-5595	MARINA MACHADO ANDRADE DE MORAIS	25/06/2007	5	3	4	6	54		**54**
5	26-0400	EVELIN APARECIDA DE SOUZA SANTOS	10/10/2000	3	2	4	6	45		**45**
6	26-6919	MARCIELI DOS SANTOS DE OLIVEIRA	23/07/1997	4	1	3	5	39	5	**44**
7	26-9066	KELI CAROLINE PAIM VALCANAIA	11/01/2003	4	0	4	5	39	5	**44**
8	26-0964	LEA CRISTINA SANTIAGO SCHIMERSKI	01/05/1983	4	2	3	5	42		**42**
9	26-0081	LEIDIANE ALELUIA	12/07/2007	4	2	2	6	42		**42**
10	26-1814	LEANDRO CESAR MORAES	01/05/1975	3	2	3	5	39		**39**
11	26-4929	CRISTIANE APARECIDA	12/08/1976	3	1	4	5	39		**39**
12	26-7838	MAIARA DE PONTES FERNANDES	22/07/2002	4	0	4	4	36		**36**
13	26-4461	IRENE APARECIDA RODRIGUES DE LIMA DO NASCIMENTO	21/07/1974	2	2	2	5	33		**33**
14	26-8010	LUCIMERI ALBERTI	03/08/1958	2	0	4	2	24		**24**
15	26-3410	JOSIANE SILVEIRA DOS SANTOS DA ROSA	21/09/1984	2	1	3	2	24		**24**
16	26-7274	NELSIANE KARINE SOUZA ALVES	28/10/1997	2	0	2	4	24		**24**
NC	26-4654	AMANDA BATISTA GUARTYS	22/02/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9231	ANDERSON SANTOS DE MATOS	17/07/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6470	BIANCA CECILIA SILVA DANTAS	23/12/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7341	DANIELE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	20/10/1985	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2039	EMILLY NATÁLIA DA ROSA DE OLIVEIRA	16/09/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1437	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	29/08/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2994	FLÁVIA KALINE DE LIMA CAMPOS	11/05/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5111	ISABEL SILVA DE SOUZA	27/07/1981	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3277	JAQUELINE GALVÃO DE OLIVEIRA	11/05/1989	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5040	JEOVANA SANTOS DE LIMA	26/01/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5459	JÚLIA LIMA DA CRUZ	14/03/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3930	JUNIOR DE SIQUEIRA CORDEIRO	28/04/1981	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9451	MARCOS PAULO VIANA	15/10/1974	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8662	MARIA APARECIDA MELO DA CRUZ	16/12/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6954	ROSILDA MELO DA CRUZ	15/08/1984	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7469	ROSIMAR HONORIO COELHO ROCHA	22/06/1978	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2640	VERA ALCIDIA BANDEIRA DE CASTRO	21/03/1961	-	-	-	-	-	-	-

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	26-2145	MARCELO DOS SANTOS MACHADO	01/11/1974	4	3	3	5	45	40	**85**
2	26-5350	LUCAS RIBEIRO FILUS	24/10/2003	4	4	3	4	45	20	**65**
3	26-3401	VINICIOS CEZAR FILIPAK	15/08/1998	5	4	4	6	57		**57**
4	26-0096	ELIAS VIEIRA MARINHO	29/07/1997	3	3	4	6	48		**48**
5	26-0458	RUBENS JOSÉ OTTMANN JUNIOR	04/02/1961	4	2	4	6	48		**48**
6	26-0423	VALMIR BRAS DE SOUZA	03/03/2002	4	3	3	6	48		**48**
7	26-9241	WILIAN DOS SANTOS RAMOS	10/03/2003	5	2	3	6	48		**48**
8	26-8271	CARLA CARINE CORDEIRO DOS SANTOS	16/05/1995	3	2	4	6	45		**45**
9	26-5529	LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES DA CRUZ	12/07/1987	3	3	4	5	45		**45**
10	26-8891	MARCOS SILVA MACHADO	16/10/1992	4	2	3	6	45		**45**
11	26-5615	FELIPE CORDEIRO SANTOS	07/08/2003	4	1	3	6	42		**42**

12	26-3878	FERNANDO JOSÉ BONETE	11/07/1965	2	2	4	6	42		**42**
13	26-8059	GABRIELI ANATOLIA SYKACZ DE SOUZA	01/08/2002	4	0	4	6	42		**42**
14	26-6865	WELLINGTON BIORA MACHADO	25/11/1999	3	1	4	6	42		**42**
15	26-2846	JULIANA ROBERTA DOS SANTOS TEIXEIRA	29/07/1999	3	1	3	5	36		**36**
16	26-9837	JOSE BENEDITO DE LIMA FREITAS	31/10/1990	3	0	3	4	30		**30**
17	26-2977	ELIZEU CARDOSO DE SOUZA	10/12/1989	3	0	3	3	27		**27**
18	26-2531	RODRIGO DO ROSARIO RIBEIRO	11/08/1983	3	0	2	4	27		**27**
19	26-0149	RENAN DOS SANTOS DE MELO	26/03/2002	1	1	4	2	24		**24**
NC	26-2547	ADENIR FREITAS CORDEIRO	27/04/1985	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1835	ALCIONE OLIVEIRA DOS SANTOS	26/03/1989	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0874	ANDRÉ FLORÊNCIO DE PAULA	21/10/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3265	CARLOS DENER DA SILVA MACIEL	13/05/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9951	CARLOS EDUARDO GONÇALVES VIEIRA	02/01/1985	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3824	CÍCERO ARAUJO DE LIMA	13/02/1963	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2977	ELIZEU CARDOSO DE SOUZA	10/12/1989	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9165	GABRIEL ALMEIDA CORDEIRO	11/07/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7417	GEOVANI DE MELO DA SILVA	21/02/1986	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9446	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS FARIAS	03/03/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3281	HELEN RIBEIRO DOS SANTOS	23/12/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3549	HELLEN CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS	06/11/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1917	JAQUELINE PEDROSO BERTIOTI	28/07/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8016	JHENIFER GONÇALVES DE MEIRA	19/10/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9405	KAIK SILVA MACEDO	29/11/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4436	LAUDICEIA LOPES BRANCO	28/07/1982	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5905	LEANDRO PEREIRA DOS REIS	08/07/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6810	MARCOS ANTÔNIO FARIAS DE PAULA	24/12/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8415	MARCOS MOREIRA	09/12/1972	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8891	MARCOS SILVA MACHADO	16/10/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7915	NEITON WEDECH SANTOS	06/02/1980	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0401	NOEL GALVÃO DOS SANTOS	27/09/1976	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9386	OSCAR ALVES DE LIMA	11/05/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5986	PAULO HENRIQUE DE PAULA ROCHA	03/02/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7912	PEDRO FRANCO JUNIOR	26/02/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2751	THALES DOS SANTOS NASCIMENTO	30/08/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6865	WELLINGTON BIORA MACHADO	25/11/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6845	WESLEY DE MACEDO LIMA	01/05/2005	-	-	-	-	-	-	-

MOTORISTA DE CAMINHÃO

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	26-0013	ALCEU JOSE TEIXEIRA DE JESUS ARAUJO	17/09/1981	2	2	3	4	33	30	**63**
2	26-6799	VICTOR MANOEL DE FRANÇA	18/10/2002	5	2	4	6	51		**51**
3	26-8753	ILAN DE MELO SANTOS	22/05/2003	2	3	4	6	45		**45**
4	26-9299	RÔMULO DOS SANTOS OBLADEN	29/12/2000	4	1	4	6	45		**45**
5	26-9936	IRINEU GASPAR LINS	19/11/1985	3	0	4	5	36		**36**
6	26-9958	EDILENE TAVARES DE SOUZA	18/03/1984	3	1	2	5	33		**33**
7	26-1387	OSMAR DOS SANTOS BELEMER	05/08/1981	0	1	2	5	24		**24**
NC	26-7102	DIOISEFER DE OLIVEIRA DOS SANTOS	26/07/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9616	EVERTON LOPES DA SILVA	28/04/1987	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1162	JOÃO CARLOS BELEMER DE LIMA	31/03/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5710	JOÃO CARLOS BELEMER LIMA	31/03/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2730	JOSE DA SILVA LIMA	13/09/1975	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3326	NATANIEL RODRIGO DA CRUZ	29/12/1993	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7985	RONALDO PAULISTA DOS SANTOS	26/03/1997	-	-	-	-	-	-	-

MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	26-5050	LUCAS DA SILVA SOUZA	26/09/1997	4	3	3	6	48	15	**63**
2	26-8507	OZAHIR SANTOS DA SILVA	15/07/1987	3	3	2	6	42	20	**62**
3	26-0707	JOELSSON BELEMER LIMA	02/08/1993	3	1	2	6	36	25	**61**

4	26-4212	VALDERI DOS SANTOS SILVA	05/10/1991	4	0	3	6	39	20	**59**
5	26-8809	VALDINEI MATIAS DE LARA	02/08/1989	4	3	4	6	51	5	**56**
6	26-7662	ALDEMIR DOS SANTOS DE SOUZA	10/07/1978	4	2	4	6	48		**48**
7	26-4044	CARLOS MACHADO FERNANDES	12/09/1971	2	0	1	3	18	25	**43**
8	26-3947	ELISEU ZELINSKI PINHEIRO	17/08/1983	4	0	4	6	42		**42**
9	26-7890	ACIR PEREIRA DE LIMA	07/09/1975	2	1	4	5	36	5	**41**
10	26-7466	LUCIANO LUCIDIO DE BRITO OLIVEIRA	18/01/1993	3	1	3	5	36		**36**
11	26-1915	DAVI PRESTES DE ASSUNÇÃO	10/01/1990	2	1	1	5	27	5	**32**
12	26-0870	ADENILSON INÁCIO	02/07/1977	3	1	1	5	30		**30**
13	26-7876	ADMILSON VIEIRA MARINHO	16/06/1957	0	0	2	6	24		**24**
NC	26-2504	ANDREI DE BARROS RAZOTO	23/01/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3029	CAIQUE REDIS	11/02/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3289	CLAUDINEI DE MARINS	25/08/1973	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3713	CLEVESON NIELSEN ARMSTRONG	23/08/1984	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5796	DAVID ARCANJO DE OLIVEIRA	20/08/1985	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5999	DAVID WILLIAN SERBELO DOS SANTOS	20/05/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8388	LEANDRO LIMA DA PAZ	19/03/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5809	PERLA SHAYANE MACHADO DOS SANTOS	15/06/1992	-	-	-	-	-	-	-

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	26-4778	ANA PAULA CARRIEL DOS SANTOS DE PONTES	10/07/1983	3	1	3	6	39	40	**79**
2	26-7388	SOLANGE FERREIRA	20/11/1980	2	3	2	6	39	25	**64**
3	26-0962	DIVA DOS SANTOS BELEMER TAVARES	12/07/1983	1	3	4	6	42	20	**62**
4	26-6731	ROSIMERI MOTA DO ESPÍRITO SANTO	18/11/1986	0	0	2	5	21	40	**61**
5	26-4364	MARTA ALVES DOS SANTOS	11/05/1995	2	1	3	4	30	30	**60**
6	26-6662	ERIKA SILVA DE LIMA	21/05/1999	3	1	3	6	39	20	**59**
7	26-5308	VANESSA SANTOS DE MATOS	31/01/2002	5	4	4	6	57		**57**
8	26-5665	MARIA MARTA O PRESTES	29/07/1985	3	0	4	5	36	15	**51**
9	26-3514	PRICILA DA SILVA DE OLIVEIRA	09/11/1994	5	2	4	6	51		**51**
10	26-7753	FLAVIANE CARDOSO DOS SANTOS	30/06/2005	3	4	4	6	51		**51**
11	26-2250	ANA KIMBERLY DE LIMA FERREIRA	20/06/2002	3	2	4	6	45	5	**50**
12	26-6449	LENI APARECIDA BATISTA DOS SANTOS SCHIMERSKI	04/01/1983	2	1	4	6	39	10	**49**
13	26-5165	ROSANA BUENO DA ROCHA TAVARES	20/07/1983	3	3	1	6	39	10	**49**
14	26-6117	TAYNÁ PAOLA SILVA DE LIMA	31/05/2001	4	4	3	5	48		**48**
15	26-5197	ANDREI ADRIANO DE GODOI RIBEIRO	23/11/2000	2	1	1	6	30	15	**45**
16	26-1985	DAYANA DOS SANTOS FINAU	11/08/1986	4	1	3	6	42		**42**
17	26-0006	CAIKE RIAN DE MATOS	14/12/2007	3	3	2	6	42		**42**
18	26-1635	SAMOEL ZELENSKI PINHEIRO	06/07/1997	2	1	2	6	33	5	**38**
19	26-1045	ADEMILSON TABORDA DE OLIVEIRA	11/02/1983	2	2	3	5	36		**36**
20	26-4166	CAMILA IZIDORO SANTOS	30/05/1996	2	1	3	6	36		**36**
21	26-5011	LILIANE MARIA LOPES DE ALMEIDA CHOCY	14/01/1988	2	1	3	5	33		**33**
22	26-1172	DIRCEU MACIEL DE PONTES	15/08/1978	2	2	1	5	30		**30**
23	26-6979	ATIELE GODOI RIBEIRO	28/11/1998	1	0	3	6	30		**30**
24	26-3831	FRANCIELE SOUZA DO NASCIMENTO	30/10/2001	2	1	1	6	30		**30**
25	26-5793	CRISTIANE SANTOS GODOI	21/03/1987	1	0	3	5	27		**27**
26	26-8522	TELMA REGINA SILVA DOS SANTOS	08/08/1987	2	0	2	5	27		**27**
27	26-8390	ERENILDA ALMEIDA SANTOS	28/05/2000	2	1	2	4	27		**27**
NAN	26-2788	GISLAINE TAVARES DE OLIVEIRA	01/03/1994	0	0	0	1	3		**3**
NAN	26-0274	ZILDA APARECIDA MASSONY DA SILVA	09/03/1972	0	0	0	1	3		**3**
NC	26-7973	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	22/08/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9557	ANA CAROLINA DOS SANTOS DA FONSECA	20/01/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3436	ANA PAULA DE LIMA FARIA	01/07/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8483	ARIELI DA SILVA BONICHESKI	25/03/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4536	BERENICE CASTRO DE OLIVEIRA	05/12/1991	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2161	BRUNA RAFAELA ROSNER DOS SANTOS	03/04/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4166	CAMILA IZIDORO SANTOS	30/05/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7393	CAMILLY DE LIMA PAIXÃO CONCEIÇÃO	26/10/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1776	CINTIA CAVALLARI FORTES	25/07/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5793	CRISTIANE SANTOS GODOI	21/03/1987	-	-	-	-	-	-	-

NC	26-9579	DAELE CRISTINA DE FREITAS SANTOS	03/08/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2581	DANIELE DE OLIVEIRA SILVA	07/10/1993	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8808	DILANE SANTOS OLIVEIRA	31/05/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3412	DIRLEI APARECIDA PONTES DOS SANTOS OLIVEIRA	04/10/1988	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7501	DIRLETE SANTOS OLIVEIRA	01/10/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6325	ELAINE APARECIDA ALVARISTO	22/01/1990	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1965	ELIANE SILVA OLIVEIRA	25/09/1985	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8602	ELIESER CRISTINA RODRIGUES FORTES	15/05/1974	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0071	ELOHA CAMYLLI CHIQUITI	23/01/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4981	ELTON ALVARISTO DE FREITAS	13/04/2009	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7188	ELZA PRESTES DOS SANTOS	18/03/1974	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8073	EMANUELE PAULA DE LIMA	09/04/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5515	EMILI VITORIA RODRIGUES KARAS	01/09/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2372	ERICA DOS SANTOS DE ASSIS	14/06/2004	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4243	ESTEFANI PRESTES DOS SANTOS	02/03/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0383	FERNANDA APARECIDA NEVES FARIAS	30/08/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2588	ISABELLY RIBEIRO TEIXEIRA COSTA CORDEIRO	05/05/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4499	ISRAEL OLIVATI RODRIGUES MACHADO DA SILVA	25/04/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9666	JACSON DE OLIVEIRA SANTOS	05/04/1990	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3251	JHENIFFER DOS SANTOS SOARES	21/06/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9736	JOSÉLIA TEIXEIRA NEVES	30/12/1981	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4306	JUCIMARA APARECIDA SANTOS	22/07/1986	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4974	KAIANE DA SILVA LIMA	05/04/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8694	KAUAN DOS SANTOS NASCIMENTO	24/07/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3756	KAUANY DOS SANTOS CORDEIRO	10/12/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2767	KELLY DAYHARA FINAU ASSIS DOS SANTOS	15/10/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3416	LARITISSA RIBEIRO GONÇALVES	29/09/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9571	LEIDE APARECIDA FERREIRA	11/04/1987	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5880	LUANA FERREIRA DE OLIVEIRA	25/11/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0766	LUIZ HENRIQUE CASTRO DOS SANTOS	07/03/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8814	MAIK APARECIDO DOS SANTOS	12/08/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2993	MILENA CRISTINA BALDÃO	15/10/1993	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3784	NAYARA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	12/08/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4387	NOEMI VALENTE DOS SANTOS	01/05/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5266	NYCOLE VICTORIA SANTOS	19/07/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0065	PATRICIA PEREIRA DE FREITAS	12/01/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0704	PAULO RICARDO DOS SANTOS DE MELO	13/11/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7927	ROBERT HENRIQUE PENE	21/03/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6163	ROSELI BATISTA DE MELO TABORDA	11/09/1964	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0550	ROZENILDA BARBOSA DE SOUZA	01/04/2978	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4538	SERGIO LUIZ RODRIGUES	01/06/1983	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8721	SHEILA SILVA DE SOUZA	10/06/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4705	SIRLETE ALVES	09/07/1986	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7388	SOLANGE FERREIRA	20/11/1980	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7067	SUELEM CHIQUITI DE CARVALHO	14/02/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1943	SUELEM DA SILVA BATISTA LIMA	14/10/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9464	TERESINHA BATISTA DE MELO TEIXEIRA	28/08/1982	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5637	VALDINÉIA BUENO GALVÃO	29/05/1995	-	-	-	-	-	-	-

MERENDEIRO(A)

P	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF	
1	26-6270	ELISABETE GONÇALVES DANTAS SANTOS	05/06/1986	2	1	3	5	33	40	**73**	
2	26-1608	JÉSSICA CRISTINA PEREIRA SPINELLI	29/01/1998	4	1	2	5	36	20	**56**	
3	26-4590	CARLA MARIANA DE LIMA KLEPKA	15/11/1985	2	3	4	5	42		**42**	
4	26-6833	ROSINETE GALVÃO DA SILVA	25/12/1984	3	0	4	6	39		**39**	
5	26-9491	SUELEN DA MOTA TABORDA	24/10/1995	3	3	2	5	39		**39**	
6	26-2953	JOSELI ALEXANDRE DE GODOI	01/09/1976	2	3	2	5	36		**36**	
7	26-8226	SONALE MONTEIRO DA SILVA	27/05/1974	1	2	3	5	33		**33**	
8	26-7421	MIRIAM RIBEIRO DE LIMA	02/12/1989	1	1	3	6	33		**33**	
9	26-4459	VALDINÉIA MOTA DO ESPÍRITO SANTO	18/03/1983	1	1	2	2	18		**18**	

NC	26-8605	BIANCA CAROLINA DOS SANTOS FORTES	19/06/2005	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-7557	CRISTIANE DA APARECIDA JOAQUIM DE SOUZA	04/12/1980	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-0338	CRISTIANE DE PONTES MORAES	26/02/1985	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-0615	DANIELE BATISTA DE LIMA SANTOS	31/12/1996	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-3310	DÉBORA DE JESUS ARAGAO	17/04/1982	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-0247	DINALVA ALMEIDA DA SILVA PONTES	06/10/1975	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-0673	ELENIR DE OLIVEIRA CORDEIRO	19/03/1970	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-2130	EVA PONTES DE PAULA DOS SANTOS	30/11/1990	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-7824	GISLAINE RIBEIRO DE LIMA	10/10/2000	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-3607	KETLYN DOS SANTOS SCHIMERSKI	31/08/1999	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-1262	LAUDICEIA LOPES BRANCO	28/07/1982	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-4032	MYLENE APARECIDA NEVES FARIAS	28/08/2002	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-1739	PRISCILA FERNANDES DAVE	26/04/1996	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-4254	QUESIA BERTIOTI SILVA CASTRO	08/10/1987	-	-	-	-	-	-	-	
NC	26-5546	RICARDO CESAR TEIXEIRA SANTOS	18/12/2002	-	-	-	-	-	-	-	

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

P	**PROTOCOLO**	**CANDIDATO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PT**	**MT**	**CG**	**CE**	**PO**	**TS**	**MF**
1	26-6862	KARINA DA SILVA LIMA	08/06/1997	5	0	2	6	39	35	**74**
2	26-8012	TAMIRES ADELINE RODRIGUES SANTOS	29/01/1997	4	2	4	6	48	25	**73**
3	26-7747	ADRIELE DA LUZ DE OLIVEIRA	05/04/2005	5	4	4	6	57	5	**62**
4	26-8238	RALYSSA FRANCO MACHADO	10/07/2008	5	4	4	6	57	5	**62**
5	26-3083	ORIANE ZELENSKI PINHEIRO	05/06/1986	5	2	4	6	51	10	**61**
6	26-7719	LISIANE APARECIDA OLIVEIRA CORDEIRO	26/06/1984	4	2	3	6	45	15	**60**
7	26-9753	DANIELE DOS SANTOS BATISTA	07/11/1992	5	4	4	6	57		**57**
8	26-6744	ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA REIS	29/03/2004	5	4	4	6	57		**57**
9	26-5718	ALEHANDRA VICTORIA SYKACZ MORAES	01/05/2005	5	4	4	6	57		**57**
10	26-1166	ANA RITA GONCALVES	27/07/1995	4	3	4	6	51	5	**56**
11	26-7423	VALÉRIA DA SILVA	08/09/1988	3	2	4	6	45	10	**55**
12	26-2992	JOSILAINE BATISTA DE SOUZA	21/11/1991	2	1	4	6	39	10	**49**
13	26-4022	FRANCIELE FRANCO DOS SANTOS	18/04/1994	4	1	2	6	39	10	**49**
14	26-6085	VIVIANE DE CARMO SYKACZ ALVES	07/12/1992	3	4	3	6	48		**48**
15	26-3241	THAYNA APARECIDA DA CUNHA	21/08/1999	4	3	3	6	48		**48**
16	26-6280	GABRIELLY LOPES ZANARDINE	18/10/2006	3	3	3	5	42	5	**47**
17	26-5910	ANGÉLICA PAULISTA DOS SANTOS	13/10/1995	3	3	3	6	45		**45**
18	26-7398	MAYELEN DE CRISTO RIBEIRO SANTOS	08/01/1999	4	1	4	6	45		**45**
19	26-3028	PATRICIA ILISANDRA OLIVEIRA SILVA	31/08/1999	3	2	4	6	45		**45**
20	26-6345	JAINE DA SILVA MARTINS DOS REIS	15/09/1999	3	3	3	6	45		**45**
21	26-1707	FERNANDA DOS SANTOS RAMOS	12/01/2006	4	3	2	6	45		**45**
22	26-7717	MAELY MIGUEL DOS SANTOS	08/12/2008	4	3	2	6	45		**45**
23	26-5776	TAMIRES DE JESUS SANTOS	10/02/2009	3	3	3	6	45		**45**
24	26-5764	JÉSSICA VALENTE DOS SANTOS	02/07/1994	3	2	3	6	42		**42**
25	26-1891	DIENIFER CAROLINA ARAÚJO CZERVINSKI	23/10/1995	4	1	3	6	42		**42**
26	26-6421	GREYCI KELLIN PAIM PRESTES	08/06/2001	2	2	4	6	42		**42**
27	26-7972	SILVANE DA SILVA DE OLIVEIRA	24/07/1992	2	2	3	6	39		**39**
28	26-5868	VANI DE SOUZA BATISTA	04/02/1993	3	3	1	6	39		**39**
29	26-1489	EMELY CRISTINE COELHO	03/05/1996	3	2	3	5	39		**39**
30	26-7966	ALESSANDRA DA MOTA TABORDA	30/04/1997	3	1	4	5	39		**39**
31	26-5563	ESTEFANY JULIANA DE OLIVEIRA AKYOSHI	18/12/2007	2	2	3	6	39		**39**
32	26-0577	GEISSIANE DIAS PEREIRA	01/02/2008	4	1	2	6	39		**39**
33	26-2803	APARECIDA PAULISTA DOS SANTOS DE PAULA	11/10/1973	3	0	1	5	27	10	**37**
34	26-4175	IVONETE ANTUNES TEIXEIRA	01/08/1995	3	1	2	6	36		**36**
35	26-6148	PAULA IZABELA OLIVEIRA SILVA	12/09/1995	2	0	4	6	36		**36**
36	26-7572	ANA GREICE DOS SANTOS	18/10/2003	2	1	3	6	36		**36**
37	26-4261	JULLIA CAROLINA AMARAL BATISTA DE PAULA	06/06/2005	3	0	3	6	36		**36**
38	26-3440	GENI DE PAULA PACHECO MAIA	28/06/1964	1	1	4	5	33		**33**
39	26-5367	JANAINE DOS SANTOS	24/09/1992	4	0	1	6	33		**33**
40	26-3131	JOSILAINE DE LIMA DOS SANTOS PAULA	09/04/2001	3	0	3	5	33		**33**
41	26-4700	FRANCELINA ROSA ALMEIDA	08/10/1986	3	1	2	4	30		**30**
42	26-5071	AMANDA ASCKI MARTINS DOS SANTOS	05/11/2002	2	1	1	5	27		**27**

NC	26-4995	IVANILDA MATIAS SANTOS	10/12/1978	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0457	ADRIELI ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	24/09/1998	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7361	ALANA VIDAL DOS SANTOS	24/08/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7632	ANA CAROLINE LIMA SILVA	13/04/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2447	ANA FLÁVIA PEREIRA DE PONTES	20/06/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2911	ANDREZA APARECIDA CHAMBERLAIN	14/05/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4968	ARIELI OLIVEIRA DOS SANTOS	28/08/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0905	BÁRBARA DOS SANTOS FORTES	04/06/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3605	BEATRIZ MARTINS TAMURA	17/01/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0367	BIANCA MÔNICA DOS SANTOS RODRIGUES	19/08/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7136	CATIA REGIELE FOGAÇA	18/09/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3035	CIBELE APARECIDA SANTOS OLIVEIRA	24/04/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1983	CRISLAINE APARECIDA DE JESUS	16/10/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7235	DAMARISDEJESUSARAGAO	04/01/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3072	DANIELE MARTINS PINHEIRO	17/07/1991	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3517	ELAINE DE MELO VIDAL	14/07/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8148	ELEONICE DE OLIVEIRA LIMA	19/11/1979	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4067	ELIZABETH DE OLIVEIRA PRESTES	12/09/1979	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5978	ELVIS LENO LEITE OUYAMA	06/12/1984	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3091	EMILLY NATÁLIA	16/09/2016	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7843	EVELLIN DOS SANTOS LANHOSO	30/06/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8841	FABIANA SILVA SANTOS	05/01/1986	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9006	FRANCISLAINE DE JESUS	08/07/1989	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7416	GEISSE FERNANDA DE PONTES FARIAS	08/07/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1993	GLAUCIANE DA CRUZ DE SOUZA	11/11/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7854	GUILHERME HENRIQUE STRAUB MACHADO	22/05/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5695	INGRID ANITA CORDEIRO ARAÚJO	28/02/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4150	INGRID VITÓRIA DIAS DE JESUS	26/11/2004	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5307	JAINE DE FÁTIMA PEREIRA DOS SANTOS	10/07/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3044	JAINE DE PAULA BARBOSA	11/08/1993	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0368	JERUSA DOS SANTOS SOARES	30/04/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8425	JÉSSICA AKYOSHI DOS SANTOS	27/08/1993	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-2201	JOICE LALESCA	29/11/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8476	JOSIELE CRISTIANE DA ROSA GONÇALVES	19/02/1995	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4671	JOYCE KELLY GARCIA TAVARES	18/02/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1698	JULIA LETICIA DE LIMA PEREIRA	20/09/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6197	JULIANE CAROLINE STRAUB SANTOS	10/03/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1861	KAROLAINE FERNANDA TETZLAFF	14/04/1999	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4859	KETELYN SABRINA DA SILVA DOS SANTOS	11/04/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5336	LIDUINA OLIVEIRA TRINDADE	22/07/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3561	LUANA DE CASTRO DE OLIVEIRA	29/10/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9067	LUANA FONTOURA DOS SANTOS	26/01/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3861	LUCAS OLIVEIRA DE SOUZA	13/03/2261	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5740	LUCIANE STRAUBE RIBEIRO	30/10/1991	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6367	MARGARETH PONTES DOS SANTOS	08/12/1991	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1138	MARILDA MARINDA DE PAULA	20/12/1990	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9974	MARIZA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	06/10/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8708	MARTA DO ROSARIO BARBOSA DOS SANTOS	28/05/1990	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5483	MAYLLA DE ASSUNÇÃO CORDEIRO	24/01/2005	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8751	MICHELLE VETTER KRAUSE	10/04/2004	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1951	MONIQUE MENDES SEVERINO	21/10/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7053	NATHIELI PATRICIA SILVA DE LIMA	07/02/1997	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-5974	PAOLA GONÇALVES CARNEIRO	12/10/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1196	PAULA KAMILE DE SOUZA SOARES	27/11/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-3969	RAFAELA NICOLE FONSECA DA SILVA	04/02/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0970	RICARDO CESAR TEIXEIRA SANTOS	18/12/2002	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6656	SABRINA APARECIDA AKYOSHI DOS REIS	04/12/2007	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-9646	SABRYNA CRISTINA ROSA VIEIRA	03/03/2008	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7197	SAMUEL DE SOUZA BURKNER	10/03/2006	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7721	SELMA MARIA PINTO DE PAULA	25/06/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0174	SIMONE ANDRADE GONÇALVES DE LIMA	02/07/1988	-	-	-	-	-	-	-

NC	26-4336	TAISE DA SILVA	12/05/1996	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-0026	TALIA PEREIRA DO NASCIMENTO	14/11/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-1217	TATIANE DA SILVA BELEMER PAULISTA	27/05/1988	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7043	TATIANE MONTEIRO GERALDINO	21/05/2001	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-7242	THAYNARA ORLIKOSKI NEVES	13/04/2004	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8221	VANESSA DE MACEDO LIMA	10/11/1992	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8176	VANESSA DE PAULA WARENHUK	13/03/1994	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-6871	VANESSA DOS SANTOS WELCHE	18/07/2003	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8062	VANESSA LOURENÇO SOARES	09/06/2000	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-8137	VIVIANE TABORDA DE FARIAS DE MORAES	27/07/1987	-	-	-	-	-	-	-
NC	26-4525	ZELIA PEDROSO DE LIMA FORTES	03/06/1982	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA:

P-CN: Posição cotas para negros
P-LG: Posição lista geral
PT: Português
MT: Matemática
CG: Conhecimentos Gerais
CE: Conhecimentos Específicos
PO: Pontuação da Prova Objetiva
TI: Títulos
TS: Tempo de Serviço
MF: Média Final
NC: Não compareceu
NAN: Não atingiu a nota mínima

P-CN	P-LG	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	MF
1	**1**	26-4778	ANA PAULA CARRIEL DOS SANTOS DE PONTES	10/07/1983	3	1	3	6	39	40	**79**

P-CN	P-LG	PROTOCOLO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PT	MT	CG	CE	PO	TS	TI	MF
1	**16**	26-9179	ELISANDRA GONÇALVES CALIXTO	02/12/1983	6	4	5	7	44	15		**59**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:71B00EDF